PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES DA 4ª EMISSÃO DA

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Companhia Aberta - CVM nº 3824
CNPJ/MF nº 33.050.196/0001-88
Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, km 2,5 - parte, Campinas - SP

R$ 175.000.000,00

ISIN BRPALFDBS068

Classificação de Risco Standard & Poor's: "brAA"

Distribuição pública de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª emissão da **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ,** (**"Oferta"** ou **"Emissão"** e **"CPFL Paulista"** ou **"Companhia"**, respectivamente), todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, com garantia fidejussória da CPFL Energia S.A. (**"CPFL Energia"** ou **"Garantidora"**), com valor nominal unitário, na data de emissão, qual seja 01 de julho de 2009, de R$1.000,00 (um mil reais) (**"Debêntures"**), perfazendo o montante total de R$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais).

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (**"Instrução CVM 400"**).

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário **(i)** no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (**"SDT"**) e no SND - Módulo Nacional de Debêntures (**"SND"**), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (**"CETIP"**), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e **(ii)** no Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA (**"DDA"**) e no Sistema BOVESPAFIX (ambiente de negociação de ativos) (**"BOVESPAFIX"**), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (**"BM&FBOVESPA"**), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

A Emissão foi aprovada pelas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em **(a)** 29 de maio de 2009, cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (**"JUCESP"**), sob o nº 195.274/09-0, em 04 de junho de 2009, e foi publicada no **(i)** Diário Oficial do Estado de São Paulo em 30 de maio de 2009, e **(ii)** jornal Correio Popular de Campinas em 01 de junho de 2009; e **(b)** 14 de julho de 2009, que ratificou a Remuneração das Debêntures, cuja ata será arquivada na JUCESP e foi publicada nos jornais **(i)** Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16 de julho de 2009, e **(ii)** jornal Correio Popular de Campinas em 16 de julho de 2009.

A Oferta foi registrada perante a CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2009/011, em 23 de Julho de 2009.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas."

"Os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", nas páginas 49 a 59, a seguir."

O presente prospecto não deve, em qualquer circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.

A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES

O Coordenador Líder da Oferta é a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A data deste Prospecto Definitivo é 20 de julho de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

- Definições 9
- Resumo das Características da Oferta 15
- Sumário da Companhia 19
- Informações Acerca do Futuro da Companhia 20

2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

- Companhia 23
- Coordenadores 23
- Banco Mandatário e Instituição Depositária 23
- Agente Fiduciário 24
- Consultores Legais 24
- Auditores 24

3. INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES

- Coordenador Líder 27
- Coordenador 27

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- Características da Oferta 31
  - Composição do Capital Social da Companhia 31
  - Autorizações Societárias 31
  - Número de Debêntures, Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão 31
  - Número de Séries 31
  - Conversibilidade, Tipo e Forma 31
  - Espécie 32
  - Prazo e Data de Vencimento 32
  - Colocação e Negociação 32
  - Prazo e Forma de Subscrição e Integralização 32
  - Preço de Subscrição 32
  - Certificados de Debêntures 32
  - Destinação dos Recursos 32
  - Remuneração das Debêntures 32
  - Período de Capitalização 34
  - Atualização das Debêntures 34
  - Amortização 34
  - Pagamento da Remuneração 34
  - Aquisição Facultativa 34
  - Resgate Antecipado 34
  - Repactuação 35
  - Encargos Moratórios 35
  - Atraso no Recebimento dos Pagamentos 35
  - Vencimento Antecipado 35
  - Prorrogação dos Prazos 37
  - Garantia Fidejussória 38
  - Local de Pagamento 38
  - Imunidade de Debenturistas 38
  - Limite da Emissão 39
  - Assembleia Geral de Debenturistas e Quoruns para Deliberação 39
  - Publicidade 40
  - Classificação de Risco 40
  - Locais onde as Debêntures Podem ser Adquiridas 40
  - Informações Complementares 40
  - Público Alvo da Oferta 40
  - Declaração de Inadequação de Investimento 41
  - Plano de Distribuição 41

- Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários 42
- Cronograma de Etapas da Oferta 42
- Modificação, Suspensão e Revogação da Oferta e Restituição de Valores 42
- Regime de Distribuição 43
- Remuneração 43
- Demonstrativo do Custo da Distribuição 43
- Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço 44
- Relacionamento da Companhia com os Coordenadores 44
- Declaração da Companhia e do Coordenador Líder 45

- Destinação dos Recursos 46

5. FATORES DE RISCO

- Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos 49
- Riscos Relacionados ao Setor Elétrico Brasileiro 51
- Riscos Relacionados à Companhia 54
- Riscos Relacionados à Oferta 58
- Riscos Relacionados à Garantidora 59

6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

- Apresentação das Informações Financeiras 63
  - Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade 63
  - Outras Informações 64
- Capitalização 65
- Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas da Companhia 66
  - Outras Informações Financeiras 71
  - Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Informações Trimestrais Relativas ao Período Encerrado em 31 de março de 2009 71
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais 72
  - Introdução 72
  - Ambiente Econômico Brasileiro 72
  - Principais Práticas Contábeis 73
  - Principais Linhas de Resultado 75
  - Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07 76
  - Reclassificações Requeridas pela ANEEL 78
  - Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Riscos do Mercado 79
  - Eventos subsequentes a 31 de março de 2009 79
  - Análise da Demonstração de Resultados da Companhia 80
  - Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA Ajustado 96
  - Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia 97
  - Liquidez e Recursos Financeiros 110
  - Fluxo de Caixa 111
  - Endividamento 114
  - Capacidade de Pagamento de Compromissos Financeiros 115
  - Operações não Registradas nas Demonstrações Contábeis 115

7. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

- Características Gerais 119
- Principais Entidades Regulatórias 119
- Concessões 120
- Limitações à Concentração no Mercado de Energia Elétrica 127
- Tarifas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica 127
- Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica 127
- Incentivos Governamentais ao Setor Elétrico 128
- Encargos Tarifários 129
- Taxa pelo Uso de Recursos Hídricos 130
- Desverticalização 131
- Meio Ambiente 131

8. INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMPANHIA

- Histórico da Companhia 135
- Atividades da Companhia 138
  - Introdução 138
  - Distribuição de Energia Elétrica e Instalações Operacionais 138
  - Estratégia 140
  - Clientes 140
  - Consumidores Livres 142
  - Fornecedores 143
  - Qualidade dos Serviços Prestados 145
  - Investimentos e Desinvestimentos Realizados 147
  - Tarifas 148
  - Concorrência 150
  - Gerenciamento de Perdas de Energia Perdas de Energia 151
  - Cobrança e Inadimplência 151
  - Tecnologia e Informática 153
  - Meio Ambiente 154
  - Responsabilidade Social 156
  - Recursos Humanos 156
  - Contratos Relevantes 160
  - Seguros 164
  - Propriedade Intelectual 164
  - *Marketing* e Publicidade 165
  - Transações com Partes Relacionadas 166
  - Logística 168
  - Sazonalidade 168
- Estrutura Organizacional do Grupo CPFL 169
  - Reestruturações Societárias Ocorridas nos Últimos Três Exercícios Sociais 169
  - Reestruturações Societárias do Grupo CPFL 169
- Propriedades, Plantas e Equipamentos 172
- Composição do Capital Social 173
  - Capital Social 173
  - Ações em Tesouraria 173
  - Dividendos 173
  - Principal Acionista 174
  - Acordo de Acionistas 174
  - Alterações Relevantes de Participações dos Membros do Grupo de Controle nos Últimos Três Exercícios Sociais 175
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos 176
  - Debêntures da Primeira Emissão 176
  - Debêntures da Segunda Emissão 176
  - Debêntures da Terceira Emissão 176
  - Notas Promissórias da Primeira Emissão 177
- Práticas de Governança Corporativa 178
  - Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante 178
  - Código de Ética 179
  - Regras do Novo Mercado 179
  - Práticas de Governança Corporativa do Grupo CPFL 180
  - Política de Dividendos 182
- Administração 183
  - Conselho de Administração 183
  - Diretoria 183
  - Conselho Fiscal 186
  - Relação Familiar 186
  - Ações detidas pelos Administradores 186
  - Política de Divulgação de Informações 187
  - Remuneração 187
  - Plano de Opção de Compra de Ações 188
  - Diretor de Relação com os Investidores 188
  - Condenações Judiciais e Administrativas 188
  - Contratos ou Outras Obrigações Relevantes 188

- Pendências Judiciais e Administrativas 189
  - Legislação do Setor – Diversos Objetos 189
  - Majoração Tarifária 189
  - Processos Tributários 189
  - Processos Trabalhistas 190
  - Processos Cíveis 191
  - Processos Ambientais 193

9. INFORMAÇÕES RELATIVAS À GARANTIDORA

- Histórico da Garantidora 197
  - Introdução 197
  - Histórico 197
- Atividades da Garantidora 199
  - Visão Geral 199
  - Principais Atividades Desenvolvidas 199
  - Localização das Usinas e Áreas de Concessão 203
  - Efeitos de Sazonalidade na Receita 203
  - Impacto da Crise Econômica sobre o Setor de Energia 203
  - Estratégia 204
  - Concorrência 205
  - Inadimplência 205
  - Seguro 206
  - Propriedade Intelectual 206
  - Estrutura Organizacional do Grupo CPFL 206
  - Recursos Humanos 206
  - Contratos Relevantes 207
  - Transações com Partes Relacionadas 218
  - Responsabilidade Social 223
- Organização Societária 228
  - Capital Social 228
  - Ações em Tesouraria 228
  - Breve Descrição dos Principais Acionistas 228
  - Alteração Recente de Participação Relevante no Capital Social da Garantidora 230
  - Acordo de Acionistas 230
  - Política de Dividendos 230
- Aquisições Recentes 231
- Propriedades, Plantas e Equipamentos 233
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora 235
  - Ações 235
  - Notas Promissórias 235
  - Debêntures 235
- Práticas de Governança Corporativa 236
- Administração 237
  - Conselho de Administração 237
  - Diretoria 237
  - Conselho Fiscal 238
  - Relação Familiar 243
  - Ações detidas pelos Administradores 243
  - Contratos ou obrigações relevantes existentes entre os Administradores e a CPFL Energia 243
  - Condenações Judiciais e Administrativas 243
  - Remuneração 243
  - Plano de Opção de Compra de Ações 243
  - Diretor de Relações com Investidores 243
- Pendências Judiciais e Administrativas 244
  - Processos Trabalhistas 244
  - Processos Cíveis 244
  - Processos Tributários 244
  - Processos Administrativos 244
  - Processos Ambientais 244
  - Provisões para Contingências 245
- Informações Financeiras Selecionadas da Garantidora 246
  - Outras Informações Financeiras 250
  - Reclassificações 250
  - Reclassificações Requeridas pela ANEEL 250
- Breves Discussões das Informações Financeiras Selecionadas 251
- CPFL Energia em números (R$ milhares) 256

10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 259
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 341
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 417
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial.....507
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial.....563
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 615
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 745
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 875
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial.....991
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial 1083

11. ANEXOS

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de maio de 2009..... 1169
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de julho de 2009 1177
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009..... 1181
- Estatuto Social..... 1187
- Escritura de Emissão das Debêntures..... 1203
- 1º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures 1245
- 2º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures 1253
- Súmula de *Rating* 1263
- Declaração da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 1269
- Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 1273

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Resumo das Características da Oferta
- Sumário da Companhia
- Informações Acerca do Futuro da Companhia

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos abaixo terão, respectivamente, os seguintes significados:

521 Participações	521 Participações S.A.
ABRADEE	Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica
ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
Agente Fiduciário	Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
Assembleia	Assembleia Geral da Companhia
BACEN ou Banco Central	Banco Central do Brasil
BAESA	Energética Barra Grande S.A.
Banco do Brasil	Banco do Brasil S.A.
Banco UBS Pactual	Banco UBS Pactual S.A.
Bandeirante	Bandeirante Energia S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BISC	*Benchmarking* em Investimento Social Corporativo
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
Bonaire	Bonaire Participações S.A.
BOVESPAFIX	Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA
Bradespar	Bradespar S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil
Camargo Corrêa Energia	Camargo Corrêa Energia S.A.
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis
CCEAR	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CERAN	Companhia Energética do Rio das Antas
CETIP	CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CGCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica
CGSE	Câmara de Gestão do Setor Elétrico
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada
Código de Processo Civil	Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Comercializadoras	CPFL Brasil, Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., Sul Geradora e CPFL Cone Sul

Comunitas	Associação civil sem fins lucrativos ou econômicos que tem por finalidade promover, apoiar, monitorar e avaliar ações em parceria e programas inovadores de desenvolvimento social, inclusive os de responsabilidade social no meio empresarial
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia
Consumidores Livres	Consumidores que nos termos da legislação aplicável, podem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia elétrica ou com qualquer agente concessionário, permissionário ou autorizado do mesmo sistema interligado de energia elétrica
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica n.º 014/97 celebrado pela Companhia com a União em 20 de novembro de 1997 (conforme posteriormente aditado), para a outorga de poderes de concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures da 4ª Emissão da Companhia Paulista de Força e Luz, celebrado entre a Companhia e os Coordenadores em 18 de junho de 2009
Contratos Iniciais	Contratos de fornecimento de energia elétrica com preços e volumes aprovados pela ANEEL, celebrados entre as geradoras e as distribuidoras de energia elétrica, nos termos da Lei do Setor Elétrico
Coordenador Líder	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores	Coordenador Líder e Banco UBS Pactual
COPOM	Comitê de Política Monetária
CPFL Brasil	CPFL Comercialização Brasil S.A.
CPFL Centrais Elétricas	CPFL Centrais Elétricas S.A.
CPFL Cone Sul	CPFL Comercialização Cone Sul S.A.
CPFL Energia ou Garantidora	CPFL Energia S.A.
CPFL Geração	CPFL Geração de Energia S.A.
CPFL Jaguari	Companhia Jaguari de Energia Elétrica
CPFL Jaguariúna	CPFL Jaguariúna S.A.
CPFL Leste Paulista	Companhia Leste Paulista de Energia
CPFL Missões	CPFL Missões Ltda.
CPFL Mococa	Companhia Luz e Força Mococa
CPFL Paulista ou Companhia	Companhia Paulista de Força e Luz
CPFL Piratininga	Companhia Piratininga de Força e Luz.
CPFL Santa Cruz	Companhia Luz e Força Santa Cruz
CPFL Serra	CPFL Serra Ltda.
CPFL Serviços	CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.
CPFL Sul Centrais Elétricas	CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.
CPFL Sul Paulista	Companhia Sul Paulista de Energia Elétrica
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CUSD	Contrato de Uso de Sistema de Distribuição
CVA	Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A", criada pela Medida Provisória n.º 2.227/01 e instituída pela Portaria Interministerial n.º 25/02, a qual registra a variação entre os reajustes tarifários anuais de parte dos itens de custo das distribuidoras.

CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DDA	Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	As 175.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª emissão da Companhia
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Companhia e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Companhia (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou de titularidade de administradores da Companhia, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Decreto n.° 5.163	Decreto n.° 5.163, de 30 de julho de 2004
Distribuidoras	Companhia, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, RGE, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa
DOC 4	DOC 4 Participações S.A.
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais
Dólar	Moeda corrente dos Estados Unidos da América
Draft I	Draft I Participações S.A.
Draft II	Draft II Participações S.A., antiga denominação da CPFL Energia
DUKE	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A., antiga denominação da Bandeirante Energia S.A.
EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização, e de item extraordinário, e entidade de previdência privada e de equivalência patrimonial, quando aplicável. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente,ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.
EER	Encargo de Energia de Reserva
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Emissão	A presente oferta pública de Debêntures da 4ª Emissão da Companhia Paulista de Força e Luz
ENERCAN	Campos Novos Energia S.A.

Energia Assegurada	Média da energia que o aproveitamento hidrelétrico poderia gerar, levando-se em consideração a série de vazões, a produtividade média, a indisponibilidade total e a potência instalada
Energias do Brasil	Energias do Brasil S.A.
Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, da Companhia Paulista de Força e Luz, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, com a interveniência da CPFL Energia, em 18 de junho de 2009
Ethos	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Foz do Chapecó	Foz do Chapecó Energia S.A.
FUMIN	Fundo Multilateral de Investimentos
Fundo RGR	Fundo Reserva Global de Reversão, constituído com contribuições das companhias prestadoras de serviços públicos de eletricidade
FURNAS	FURNAS Centrais Elétricas S.A.
G ou Giga	Múltiplo equivalente a um bilhão de unidades
Grupo CPFL	Grupo econômico formado por todas as empresas controladas pela CPFL Energia S.A.
HSBC	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IFRS	*International Financial Reporting Standard,* conforme publicado e revisado pelo *International Accounting Standard Board*
IGP-DI	Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, apurado e divulgado pela FGV
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela FGV
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Instrução CVM 155	Instrução CVM n.º 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alterada
Instrução CVM 358	Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM 409	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, apurado e divulgado pelo IBGE
IPÊ Energia	IPÊ Energia S.A.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
Itaipu	Itaipu Binacional
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
JCP	Juros sobre Capital Próprio
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo
K ou Kilo	Múltiplo equivalente a mil unidades
Lâmina	Informações resumidas sobre a emissão de Notas Promissórias da 1ª Emissão da Companhia, elaborada nos termos do Anexo I da Instrução CVM 155
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
Lei de Concessões	Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada

Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica	Lei n.º 9.074, de 26 de dezembro de 1996, conforme alterada
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada
Lei do Setor Elétrico	Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, conforme alterada
Libor	*London Interbank Offered Rate*
M ou Mega	Múltiplo equivalente a um milhão de unidades
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
MME	Ministério das Minas e Energia
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo que tem o objetivo de promover o compartilhamento do risco hidrológico pelas geradoras hidrelétricas no âmbito do SIN
Notas Promissórias da 1ª Emissão	Notas promissórias de 1ª emissão da Companhia
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Pequena Central Hidrelétrica, empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1MW e igual ou inferior a 3MW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3 km^2
PDEE	Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica
PIE	Produtor Independente de Energia, nos termos da Lei do Setor Elétrico.
PIS	Programa de Integração Social
PLD	Preço de Liquidação de Diferenças, significa o preço, publicado pela CCEE para cada período de apuração em cada submercado do SIN, para a contabilização de posições contratuais no âmbito do CCEE
Poder Concedente	União Federal
PPT	Programa Prioritário de Termeletricidade
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
Prospecto	O presente prospecto da Emissão
Rede Básica	Conjunto de linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com voltagem igual ou superior a 230 kV, ou instalações em voltagem inferior quando definidas pela ANEEL
Rede Primária	Rede com tensão de Tensão 15 KV
Rede Secundária	Rede de baixa tensão
RGE	Rio Grande Energia S.A.
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos da CETIP
SEMESA	SEMESA S.A.
Serra da Mesa	Serra da Mesa Energia S.A.
SIN	Sistema Interligado Nacional, instalações responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do país eletricamente interligadas
SND	Módulo Nacional de Debêntures da CETIP
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
Sul Geradora	Sul Geradora Participações S.A.
Taxa DI	Taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP

TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
Tractebel	Tractebel Energia S.A.
TUSD	Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição
TUST	Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão
UHE	Usina Hidrelétrica
Unibanco	União de Bancos Brasileiros S.A., sucedido por Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.
U.S. GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos
UTE	Usina Termelétrica
V ou Volt	Unidade básica de tensão de energia elétrica
VA ou Volt-ampére	Unidades básica de potência aparente de um circuito
VBC Energia	VBC Energia S.A.
VBC Participações	VBC Participações S.A.
Votorantim	Votorantim Participações S.A.
Votorantim Energia	Votorantim Energia Ltda.
W ou Watt	Unidade básica de potência de energia elétrica
Wh ou Watt-hora	Unidade equivalente a um W de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Companhia:	CPFL Paulista
Valor Mobiliário:	Debêntures
Data de Emissão:	01 de julho de 2009.
Agente Fiduciário:	Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Banco Mandatário:	Banco Bradesco S.A.
Coordenador Líder:	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores:	Coordenador Líder e Banco UBS Pactual S.A.
Valor Total da Oferta:	R$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais).
Número da Emissão:	4ª Emissão de Debêntures da Companhia.
Número de Séries:	As Debêntures serão emitidas em série única.
Quantidade de Debêntures:	Serão emitidas 175.000 (cento e setenta e cinco mil) Debêntures.
Valor Nominal Unitário das Debêntures:	O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (um mil reais).
Espécie:	Subordinada.
Forma e Conversibilidade:	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações.
Garantia:	As Debêntures contarão com garantia fidejussória da CPFL Energia.
Prazo e Data de Vencimento:	As Debêntures terão prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se em 01 de julho de 2011 ("Data de Vencimento").
Preço de Subscrição:	As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.
Remuneração das Debêntures:	As Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros remuneratórioscorrespondentes a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, a qual foi definida em Procedimento de *Bookbulding* realizado em 14 de julho de 2009, no qual observou-se a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização.
Procedimento de *Bookbuiding*:	Procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, realizado em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400.

Pagamento da Remuneração:	O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2010 e os pagamentos subsequentes no dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano e o último pagamento na Data de Vencimento ("Pagamento da Remuneração").
Forma de Integralização:	A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou na Central Depositária da BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.
Amortização:	As Debêntures serão amortizadas em duas parcelas, sendo que a primeira amortização ocorrerá em 01 de julho de 2010 e corresponderá a um pagamento equivalente a 37,14% (trinta e sete inteiros e quatorze centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, e a segunda amortização ocorrerá na Data de Vencimento, e corresponderá ao saldo devedor das Debêntures em Circulação à época.
Colocação e Procedimento:	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com a intermediação dos Coordenadores de acordo com o plano de distribuição das Debêntures descrito na Seção "Características da Oferta – Plano de Distribuição" na página 41 deste Prospecto, sendo que as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) no SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta.
Negociação:	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) no SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.
Repactuação:	Não haverá repactuação das Debêntures.
Limite da Emissão:	Por serem as Debêntures da espécie subordinada, a Emissão não está sujeita aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

Público Alvo:	O público alvo da Oferta será composto por fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, incluindo, mas não se limitando a pessoas físicas, nos termos da Instrução da CVM 409.
Inadequação do Investimento:	A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.
Destinação dos Recursos:	Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para resgate das Notas Promissórias da 1ª Emissão. Para mais informações sobre a destinação dos recursos favor ver Seção "Destinação dos Recursos" na página 46 deste Prospecto.
Informações Adicionais:	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Companhia e a Emissão poderão ser obtidos com a Companhia, com os Coordenadores e com a CVM, nos seguintes endereços: Para a Companhia: Companhia Paulista de Força e Luz Rodovia Campinas Mogi-Mírim, n.º 1.755, Km 2,5, parte Jardim Santana CEP: 13088-900 Campinas – São Paulo At.: José Antonio de Almeida Filippo Tel.: (19) 3756-8704 Fax.: (19) 3756-8777 E-mail: jfilippo@cpfl.com.br Website: www.cpfl.com.br/ri Coordenador Líder: HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.064, 2º andar 01451-000 – São Paulo – SP At.: Antonio Marques de Oliveira Neto Tel.: (11) 3847-5078 Fax: (11) 3847-5021 E-mail: Antonio.m.oliveira@hsbc.com.br Website: http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes

	Coordenador: Banco UBS Pactual S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3729 – 9º andar. 04538-133 - São Paulo - SP At.: Bruno Carvalho Tel.: (11)3383-2000 Fax: (11) 3383-2014 E-mail: bruno.carvalho@ubs.com Website: http://www.ubs.com/1/p/ubslatinamerica/capital_markets.html Comissão de Valores Mobiliários – CVM Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar Rio de Janeiro – RJ Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares São Paulo – SP www.cvm.gov.br
Quoruns de Deliberação:	Nas deliberações das Assembléias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Não estão incluídos neste quorum: (i) os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; e (ii) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; (a) da Remuneração; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; e (c) da espécie das Debêntures. As alterações dos quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subseqüente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

A presente Seção contém um resumo das informações apresentadas em outras partes deste Prospecto acerca dos negócios da Companhia e de suas informações financeiras.

A Companhia atua na distribuição de energia elétrica no interior do Estado de São Paulo. A área de concessão da Companhia abrange 234 municípios e compreende aproximadamente 37,0% do território do Estado de São Paulo, em uma área de aproximadamente 90.440 mil km^2, com uma população de aproximadamente 9,8 milhões de habitantes e densidade demográfica de 108 habitantes/km^2.

A Companhia foi criada em 16 de novembro de 1912, a partir da fusão de quatro pequenas sociedades prestadoras de serviços de energia elétrica que atuavam no interior paulista: Empresa Força e Luz de Botucatu, Força e Luz de Agudos/Pederneiras, Força e Luz São Manoel e Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo. Em seus primeiros anos de existência, a CPFL estendeu suas atividades pelo interior do Estado de São Paulo, incorporando empresas prestadoras de serviços de energia elétrica nas cidades de Bauru, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, Pirajuí e São José do Rio Preto, entre outras. Atualmente, a Companhia é controlada pela CPFL Energia e é sociedade por ações de capital aberto que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, podendo participar individual ou consorciadamente, de empreendimentos que visem a outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive na exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora, bem como participar do capital de outras sociedades, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Para mais informações sobre o histórico da Companhia, vide Seção "Informações Relativas à Companhia - Histórico da Companhia" na página 135 deste Prospecto.

Em 2008, a Companhia cumpriu todos os pontos de sua agenda estratégica, atendendo à demanda de seu mercado consumidor com qualidade e eficiência operacional. As vendas de energia para o mercado cativo alcançaram 19.544 GWh em 2008, com crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período em 2007. Destaca-se o crescimento das vendas para as classes residencial e comercial que, demonstrando o potencial do mercado em que a Companhia atua, registraram crescimento de 7,3% e 4,7%, respectivamente, em relação ao mesmo período em 2007. Ainda foram faturados 5.743 GWh por meio da TUSD em 2008, com crescimento de 3,1% em relação ao mesmo período em 2007.

Os investimentos totalizaram R$ 279 milhões em 2008, os quais foram aplicados, principalmente, no atendimento ao crescimento do mercado e na melhoria da confiabilidade e da flexibilidade operacional do sistema elétrico, assim como na modernização dos sistemas e da infraestrutura de suporte às operações.

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía aproximadamente 3,5 milhões clientes. A economia da região interiorana do Estado de São Paulo em que a Companhia atua é baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária.

A estratégia da Companhia está baseada no aumento da eficiência das suas operações, buscando focar na melhoria da prestação do serviço e na manutenção dos baixos custos operacionais, por meio do investimento em novos sistemas que monitorem seus ativos de forma mais eficiente.

INFORMAÇÕES ACERCA DO FUTURO DA COMPANHIA

Este Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia que refletem as opiniões desta em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Embora os administradores da Companhia acreditem que as informações acerca das perspectivas do seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não pode haver garantia de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção e em outras seções deste Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Companhia e não tomar decisões de investimento unicamente baseada em previsões futuras ou expectativas. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõe a regulamentação aplicável.

2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

- Companhia
- Coordenadores
- Banco Mandatário e Instituição Depositária
- Agente Fiduciário
- Consultores Legais
- Auditores

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Companhia

Quaisquer outras informações sobre a Companhia, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto à Companhia, no seguinte endereço:

Rodovia Campinas Mogi-Mirim, N.º 1.755, km 2,5 - parte
Campinas – SP - Brasil
At.: Sr. José Antonio de Almeida Filippo
Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (19) 3756-8704
Fac-símile: (19) 3756-8777
Correio Eletrônico: jfilippo@cpfl.com.br

Coordenadores

Quaisquer outras informações sobre a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto aos Coordenadores, nos seguintes endereços:

Coordenador Líder

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.064, 4º andar
São Paulo – SP
At.: Sr. Antonio Marques de Oliveira Neto
Telefone: (11) 3847-5078
Fac-símile: (11) 3847-5021
Correio Eletrônico: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br

Coordenador

Banco UBS Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729. 9º andar
São Paulo – SP
At.: Sr. Bruno Licarião
Telefone: (21) 3383-2000
Fac-símile: (21) 3383-2000
Correio Eletrônico: bruno.licariao@ubs.com

Banco Mandatário e Instituição Depositária

O Banco Mandatário das Debêntures pode ser contatado no seguinte endereço:

Banco Bradesco S.A.
Núcleo administrativo "Cidade de Deus", s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
Osasco - SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Telefone: (11) 3684-3749
Fac-símile: (11) 3684-2714
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário pode ser contatado no seguinte endereço:

Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Avenida Getúlio Vargas, n.º 1.300, 18º andar
Belo Horizonte – MG
At.: Sr. Fernando Resende
Telefone: (31) 3269-8100
Fac-símile: (31) 3269-8100
Correio Eletrônico: fernandoresende@aportebhdtvm.com.br

Consultores Legais

Os consultores legais da Companhia e dos Coordenadores podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
São Paulo – SP
At.: Sra. Marina Anselmo Schneider
Telefone: (11) 3147-7600
Fac-símile: (11) 3147-7770
Correio Eletrônico: manselmo@mattosfilho.com.br

Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesh Advogados
Rua Funchal, n.º 418, 11º andar
São Paulo, SP
At.: Sr. Joaquim José Aceturi de Oliveira
Telefone: (11) 3089-6508
Fac-símile: (11) 3089-6565
Correio Eletrônico: joliveira@scbf.com.br

Auditores

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2008 e 2007 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, enquanto as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Os auditores responsáveis por auditar as demonstrações financeiras e realizar a revisão especial das informações financeiras trimestrais da Companhia podem ser contatados no seguinte endereço:

KPMG Auditores Independentes
Avenida Barão de Itapura, n.º 950, 6º andar
Campinas - SP
At.: Sr. Jarib Fogaça
Telefone: (19) 2129-8700
Fac-símile: (19) 2129-8728
Correio Eletrônico: jfogaca@kpmg.com.br

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, no. 150, 5º. Andar, sala 502
Campinas - SP
At.: Sr. Walbert Antonio dos Santos
Telefone: (191) 3707-3000
Fac-símile: (19) 3707-3001
Correio Eletrônico: wsantos@deloitte.com

3. INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES

- Coordenador Líder
- Coordenador

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES

Coordenador Líder

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é subsidiária indireta do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, parte do grupo HSBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 83 países e territórios, atende mais de 128 milhões de clientes. Constituído no Brasil em 1997, o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo apresentava em 31 de dezembro de 2008, ativos consolidados de R$112,1 bilhões e lucro líquido consolidado de R$1,3 bilhão.

No Brasil o HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 2,9 milhões clientes pessoa física e 312 mil clientes pessoa jurídica, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 565 municípios. O HSBC possui uma infra-estrutura de 5,6 mil caixas automáticos e 2 mil ambientes de auto-atendimento e canais de conveniência, tais como o Internet Banking e o Phone Centre do HSBC - Serviços Bancários.

Coordenador

Banco UBS Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G. ("UBS"), instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. O UBS Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, wealth management, asset management e sales & trading (vendas e negociação). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Porto Alegre e em Recife. Em 31 de março de 2009 o Banco UBS Pactual possuía um patrimônio líquido de aproximadamente R$ 3.976.089 mil.

Na área de investment banking, o Banco UBS Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, hedge funds, patrocinadores financeiros, empresas de private equity, bancos, corretoras e gestores de ativos. Oferece consultoria especializada, excelente execução, produtos inovadores e acesso abrangente aos mercados de capitais mundiais.

O Banco UBS Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociação) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha, e o departamento de pesquisa (research) na América Latina tem obtido o primeiro lugar nos últimos sete anos (Institutional Investor 2002 - 2008).

Com R$39,41 bilhões de ativos em gestão (Ranking de Gestão ANBID de Janeiro de 2009), o UBS Pactual é um dos maiores gestores do Brasil. As estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição.
O Banco UBS Pactual participa ativamente das atividades de coordenação e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém do amplo acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável. A área de mercado de capitais do Banco UBS Pactual assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local, por meio de operações de debêntures e notas promissórias, entre as principais, destacam-se as seguintes: emissão de debêntures da Telemar Norte Leste, em 2006, no valor de aproximadamente R$2,2 bilhões, emissão de debêntures do BNDESPAR, em 2007, no valor de R$1,35 bilhões, e emissão de Notas Promissórias da Concessionária do Rodoanel Oeste, em 2008, no valor de R$650 milhões.

Além disso, o Banco UBS Pactual e o Banco Pactual S.A., instituição financeira a que ele sucedeu, coordenaram as emissões da Vale, no valor de R$5,0 bilhões e da Braskem S.A., no valor de R$ 300 milhões. Ainda, o Banco UBS Pactual atuou como coordenador líder das emissões; da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor total de R$600 milhões; das Lojas Americanas S.A., no valor de R$200 milhões; da Lupatech S.A., no valor de R$ 227 milhões; da Camargo Corrêa Cimentos S.A., no valor de R$360 milhões; e da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R$1,2 bilhão.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- Características da Oferta
- Destinação dos Recursos

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Esta Seção contém um resumo das características da Oferta, conforme estabelecidas na Escritura de Emissão, mas não substitui a leitura completa da Escritura de Emissão.

Composição do Capital Social da Companhia

O capital social da Companhia, na data deste Prospecto, é de R$72.650.095,88, dividido em 72.650.095 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 26.950.934 ações ordinárias e 45.699.161 ações preferenciais sem direito de voto, divididas em 2.263.123 ações preferenciais classe "A", 17.134.453 ações preferenciais classe "B" e 26.301.585 ações preferenciais classe "C".

O quadro abaixo indica a composição acionária da Companhia na data deste Prospecto:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
CPFL Energia	26.950.931	99,9	45.699.160	99,9	72.650.091	99,9
Membros do Conselho	3	-	-	-	3	-
Ações em Tesouraria	-	-	1	-	1	-
Total	26.950.934	100,0	45.699.161	100,0	72.650.095	100,0

Autorizações Societárias

A Emissão foi aprovada pelas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em (a) 29 de maio de 2009, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCESP, sob o n.º 195.274/09-0, em 04 de junho de 2009, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo em 30 de maio de 2009, e (ii) jornal Correio Popular de Campinas em 01 de junho de 2009; e (b) 14 de julho de 2009, que ratificou a Remuneração das Debêntures, cuja ata será devidamente arquivada na JUCESP e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16 de julho de 2009 e (ii) jornal Correio Popular de Campinas em 16 de julho de 2009.

Número de Debêntures, Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão

Serão emitidas 175.000 (cento e setenta e cinco mil) Debêntures, em série única, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), perfazendo o montante total de R$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) ("Valor Total da Emissão") na data de emissão, qual seja, 01 de julho de 2009 ("Data de Emissão").

Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

Conversibilidade, Tipo e Forma

As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Espécie

As Debêntures serão da espécie subordinada e contarão com garantia fidejussória da CPFL Energia.

Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de julho de 2011 ("Data de Vencimento").

Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) no SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no DDA e do BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, por dias úteis, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Valor de Integralização").

Certificados de Debêntures

A Companhia não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA, será emitido, pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para resgate das Notas Promissórias da 1ª Emissão. Para mais informações sobre a destinação dos recursos, vide Seção "Destinação dos Recursos" na página 46 deste Prospecto.

Remuneração das Debêntures

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, a qual foi definida em Procedimento de *Bookbulding* realizado em 14 de julho de 2009, no qual observou-se a remuneração máxima correspondente a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada período de capitalização, conforme abaixo definido, obedecida a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times \left(FatorJuros - 1\right)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arrendamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \prod_{k=1}^{n}\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100}\right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n;

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

P –percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

TDI_k - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

Se, a qualquer tempo durante a vigência da Debênture, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Escritura de Emissão e descritos na Seção "Características da Oferta – Assembleia Geral de Debenturistas e Quoruns para Deliberação" na página 39 deste Prospecto), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Companhia e os Debenturistas representando no mínimo 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

A Remuneração foi definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores em 14 de julho de 2009, durante o qual verificou-se, junto aos investidores, a demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observada a remuneração máxima correspondente a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI ("Procedimento de Bookbuilding").

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Companhia cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (b) Correio Popular de Campinas; (ii) objeto de aditamento da Escritura de Emissão; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

Período de Capitalização

Período de capitalização ("Período de Capitalização") significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

Atualização das Debêntures

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

Amortização

As Debêntures serão amortizadas em duas parcelas, sendo que a primeira amortização ocorrerá em 01 de julho de 2010 e corresponderá a um pagamento equivalente a 37,14% (trinta e sete inteiros e quatorze centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, e a segunda amortização ocorrerá na Data de Vencimento, e corresponderá ao saldo devedor das Debêntures em Circulação à época.

Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2010 e os pagamentos subsequentes no dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano e o último pagamento na Data de Vencimento ("Pagamento da Remuneração").

Aquisição Facultativa

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

Resgate Antecipado

Não haverá resgate antecipado das Debêntures.

Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1,0% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2,0% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item "Encargos Moratórios" acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Vencimento Antecipado

São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, observados os parágrafos e subitens abaixo, de imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado"):

(a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Companhia que: (a) o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) o(s) protesto(s) foi/foram cancelado(s), ou ainda, (c) foi/foram prestadas garantias em juízo;

(b) pedido por parte da Companhia e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Companhia e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Companhia e/ou a Garantidora formular pedido de autofalência;

(c) alteração do atual controle da Companhia ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Companhia ou da Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa Energia ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da CPFL Energia e da Companhia;

(d) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Companhia e/ou da Garantidora;

(e) não pagamento, pela Companhia ou pela Garantidora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento respectiva;

(f) deliberação de redução de capital social da Companhia e/ou da Garantidora, após a data do registro da Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia, caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;

(h) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;

(i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Companhia e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos;

(j) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ressalvada a hipótese de a Companhia e/ou Garantidora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;

(k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;

(l) transformação da Companhia em sociedade limitada;

(m) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Companhia é titular nos termos do Contrato de Concessão, desde que tal perda ou cassação não seja revertida no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua verificação;

(n) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista nas respectivas Escrituras de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Companhia de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário; ou

(o) não observância pela Companhia por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não consolidadas da Companhia dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

(i) relação entre Dívida Líquida da Companhia e EBITDA da Companhia menor ou igual a 3 (três) vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" o endividamento oneroso total, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Companhia. Estão incluídas neste cálculo as posições líquidas de derivativos. Está excluída deste cálculo confissão de dívida junto a entidade de previdência privada, e considera-se como "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) da Companhia o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre; e

(ii) relação entre EBITDA da Companhia e Resultado Financeiro da Companhia maior ou igual a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro" da Companhia, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, não será considerado para cálculo. Estão excluídos deste cálculo os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto a entidade de previdência privada, bem como variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa, e por fim as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Companhia, mas apenas registro contábil.

Os valores mencionados nas alíneas (a), (j) e (k) do item acima não serão reajustados ou corrigidos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (d), (e), (i), (l) e (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, por qualquer dos titulares das Debêntures à Companhia. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (f), (g), (h), (j), (k), (n) e (o) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que os titulares das Debêntures tomarem conhecimento do evento, assembleia especial de debenturistas, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado das Debêntures. A referida assembleia especial de debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

Na assembleia mencionada no parágrafo acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos neste Prospecto, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

Na hipótese (i) de não instalação da assembleia de debenturistas mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista acima por titulares que representem, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) da Debêntures em Circulação, os debenturistas deverão declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do Vencimento Antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia por meio de carta protocolizada no endereço constante neste Prospecto, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item "Encargos Moratórios" na página 35 deste Prospecto.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subseqüente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Garantia Fidejussória

Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Companhia representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos na Escritura de Emissão.

A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigo 595, do Código de Processo Civil.

A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item.

A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

A fiança de que trata este item foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, conforme prevê o artigo 18, alínea (u) do seu Estatuto Social, realizada em 27 de maio de 2009 cuja ata foi arquivada na JUCESP sob n.º 195.548/09-7 em 05 de junho de 2009 e foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo em 30 de maio de 2009 e Valor Econômico em 01 de junho de 2009.

A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

A garantia fidejussória concedida à Emissão foi feita com base nas informações financeiras da Companhia e da Garantidora contempladas neste Prospecto e divulgadas ao mercado.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Limite da Emissão

Por serem as Debêntures da espécie subordinada, a Emissão não está sujeita aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

Assembleia Geral de Debenturistas e Quoruns para Deliberação

Convocação

A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação.

A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Companhia deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

As Assembléias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembléia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

Quorum de Instalação

A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações das assembléias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere o parágrafo acima:

I. os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão; e

II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (a) da Remuneração; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; e (c) da espécie das Debêntures.

As alterações dos quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas na Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subseqüente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

Publicidade

Os atos societários da Companhia serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Companhia, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) Correio Popular de Campinas. Não obstante, todas a publicações, exceto atos societários, que tiverem relação com a Emissão ou envolvam interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, (ii) Correio Popular de Campinas e (iii) jornal Valor Econômico, edição nacional, bem como na página da Companhia na rede internacional de computadores – internet (http://www.cpfl.com.br). Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Companhia na internet, no endereço acima referido.

Classificação de Risco

A Companhia contratou a Standard & Poor's Ratings Services para a elaboração de súmula de classificação de risco para esta Emissão. A súmula encontra-se anexa na página 1263 deste Prospecto.

Locais onde as Debêntures Podem ser Adquiridas

Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores da Distribuição Pública em quaisquer dos endereços abaixo indicados:

Coordenador Líder

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.064, 2º andar
01451-000 – São Paulo – SP
At.: Antonio Marques de Oliveira Neto
Tel.: (11) 3847-5078
Fax: (11) 3847-5021
E-mail: Antonio.m.oliveira@hsbc.com.br

Coordenador

BANCO UBS PACTUAL S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729. 9º andar
São Paulo – SP
At.: Sr. Bruno Licarião
Telefone: (21) 3383-2000
Fac-símile: (21) 3383-2000
Correio Eletrônico: bruno.licariao@ubs.com

Informações Complementares

Quaisquer informações complementares sobre a Companhia e a Emissão poderão ser obtidas na CVM ou na sede dos Coordenadores, nos endereços constantes acima.

Público Alvo da Oferta

O público alvo da Oferta será composto por fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, incluindo, mas não se limitando a pessoas físicas, nos termos da Instrução da CVM 409.

Declaração de Inadequação de Investimento

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

Plano de Distribuição

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores iniciarão a colocação das Debêntures após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores e a publicação do anúncio de início de que trata o artigo 52 da Instrução CVM 400. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, bem como com o plano de distribuição elaborado de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme descrito abaixo.

Anteriormente à concessão do registro da Oferta pela CVM, os Coordenadores poderão realizar Procedimento de *Bookbuilding*, disponibilizando ao público o Prospecto Preliminar de Distribuição, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, não havendo, contudo, recebimento pelos Coordenadores de reservas de subscrição de Debêntures.

A colocação será pública, não existindo lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de ordem cronológica, as propostas dos investidores que desejarem subscrever as Debêntures e que apresentarem as melhores propostas durante o Procedimento de *Bookbuilding*, devendo ser consideradas como melhores as propostas que apresentem as menores taxas de remuneração para o investidor com a intenção de alcançar a maior pulverização das Debêntures, para que haja maior liquidez no mercado secundário.

Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez ou (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures.

Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Companhia, quando por ela solicitado, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada para tal.

Os Coordenadores e as demais instituições financeiras que eventualmente aderirem ao Contrato de Distribuição na qualidade de instituições intermediárias, poderão revender, até a data de publicação do anúncio de encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação pelo Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da subscrição e integralização. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do anúncio de encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas a época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários

Nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM 400, foi celebrado o Contrato de Distribuição, por meio do qual a Companhia contratou os Coordenadores para realizar a colocação das Debêntures junto ao público.

A cópia do Contrato de Distribuição pode ser obtida no endereço da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, conforme indicados na Seção "Informações Sobre os Administradores, Consultores e Auditores" na página 23 deste Prospecto.

Cronograma de Etapas da Oferta

As datas indicadas na tabela abaixo são baseadas nas expectativas da Companhia e dos Coordenadores e, portanto, estão sujeitas a alterações.

Eventos	**Datas Previstas***
Protocolo do Prospecto Preliminar na ANBID	08 de junho de 2009
Disponibilização do Prospecto Preliminar	08 de junho de 2009
Publicação de Fato Relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBID	09 de junho de 2009
Publicação do Aviso ao Mercado	25 de junho de 2009
Início das apresentações para potenciais investidores	26 de junho de 2009
Encerramento das apresentações para potenciais investidores	1º de julho de 2009
Procedimento de Bookbuilding	14 de julho de 2009
Fixação da taxa de Remuneração pelo Conselho de Administração da Emissora, conforme definida em Procedimento de Bookbuilding	15 de julho de 2009
Disponibilização do Prospecto Definitivo	15 de julho de 2009
Obtenção do Registro da Oferta na CVM	27 de julho de 2009
Publicação do Anúncio de Início	28 de julho de 2009
Liquidação Financeira da Oferta	29 de julho de 2009
Publicação do Anúncio de Encerramento	31 de julho de 2009

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Modificação, Suspensão e Revogação da Oferta e Restituição de Valores

Nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de modificação das condições da Oferta, esta será divulgada nos jornais (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, (ii) Correio Popular de Campinas e (iii) jornal Valor Econômico, edição nacional, bem como na página da Companhia na rede internacional de computadores – internet (http://www.cpfl.com.br), meios iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de Distribuição e os Coordenadores, ao receberem aceitações da Oferta, deverão obter manifestação escrita de que o o potencial investidor está ciente de que os termos da Oferta original foram alterados e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese mencionada no parágrafo acima, os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Na hipótese de ocorrência de qualquer fato ou irregularidade, inclusive após a obtenção do registro da Oferta, que seja relevante o suficiente para justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta, o Coordenador Líder deverá suspender ou cancelar a Oferta e comunicar imediatamente a ocorrência do ato ou irregularidade à Companhia e à CVM, que verificará se a ocorrência do fato ou da irregularidade são sanáveis, nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de (i) revogação da Oferta ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação da Oferta, em caso de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente utilizados por investidores na integralização de Debêntures durante o Prazo de Colocação serão integralmente restituídos pela Companhia aos Coordenadores e aos respectivos investidores, conforme o caso, no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, nos termos do artigo 26 da Instrução CVM 400, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração. Neste caso, os investidores deverão fornecer recibo de quitação à Companhia referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Debêntures já integralizadas.

Regime de Distribuição

Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures sob regime de garantia firme de colocação, sem qualquer solidariedade entre os Coordenadores, sendo atribuída, para fins do regime de garantia firme, a cada Coordenador a quantidade de Debêntures correspondente ao montante a seguir, na Data de Emissão:

Instituição	Montante de Garantia Firme	% da Garantia Firme da Emissão
HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	R$ 87.500.000,00	50,0%
Banco UBS Pactual S.A.	R$ 87.500.000,00	50,0%

A garantia firme prestada pelos Coordenadores é válida até o dia 24 de agosto de 2009.

Remuneração

A título de remuneração pelos serviços previstos no Contrato de Distribuição, a Companhia pagará aos Coordenadores a remuneração descrita a seguir:

(a) Comissão de Estruturação e Coordenação: equivalente a 0,12% (doze centésimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures efetivamente subscritas multiplicado pelo seu Preço de Subscrição, a ser dividida entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada um;

(b) Comissão de Colocação: equivalente a 0,12% (doze centésimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures efetivamente subscritas multiplicado pelo seu Preço de Subscrição, das Debêntures efetivamente subscritas, a ser dividida entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada um; e

(c) Prêmio de Garantia Firme: equivalente a 0,19% (dezenove centésimos por cento) incidente sobre o número de Debêntures objeto da garantia firme multiplicado pelo seu Preço de Subscrição, a ser dividido entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada um.

Os Coordenadores não receberão nenhuma remuneração adicional pelos serviços previstos nos termos do Contrato de Distribuição além das previstas acima.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custos para a Companhia	Montante * (R$)	% sobre o total da Oferta *
Comissão de Estruturação e Coordenação	210.000,00	0,120
Comissão de Colocação	210.000,00	0,120
Prêmio de Prestação de Garantia Firme	332.500,00	0,190
Taxa para registro na CVM	82.870,00	0,047
Taxa ANBID	15.000,00	0,009
Assessores Legais	81.000,00	0,046
Auditores Externos	172.000,00	0,098
Agência de Classificação de Risco	21.000,00	0,012
Agências de Publicidade	196.000,00	0,112
Banco Mandatário	28.500,00	0,016
Outros Custos**	10.000,00	0,006
Total dos custos	1.358.870,00	0,776
Montante líquido para a Companhia	173.641.130,00	99,224

* Valores arredondados.

** Inclui custos com viagens, hospedagem e refeições.

Preço por Debênture (R$)	Custo por Debênture (R$)	Custo por Debênture (%)	Montante Líquido por Debênture (R$)
1.000,00	7,76	0,776	992,24

Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

Relacionamento da Companhia com os Coordenadores

Coordenador Líder:

Além do relacionamento no âmbito da Emissão, o Coordenador Líder, por meio de seu acionista controlador indireto (HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo), possui relacionamento comercial com a Companhia, com a Garantidora e com suas empresas controladas, por meio da prestação de serviços bancários, tais como: conta corrente, arrecadação de contas de energia elétrica, fiança, financiamento de capital de giro, *swaps*, entre outros. Na data deste Prospecto, a exposição total do HSBC ao Grupo CPFL era de R$ 60,5 milhões, substancialmente representados por: (i) R$ 21,8 milhões em 2.175 debêntures simples da 2ª emissão da RGE, com vencimento em 01 abril de 2011, sujeita a atualização monetária pela variação do IGPM e juros correspondente a 9,60% ao ano, pagos anualmente; (ii) contrato de financiamento de capital de giro com a CPFL Santa Cruz e aval da CPFL Energia, com saldo devedor de R$ 38,5 milhões, prazo original de 3 anos, vencimento em junho de 2011 e custo correspondente a Taxa DI acrescida de *spread* de 1,10% ao ano; e (iii) R$ 0,3 milhões por contrato de fiança com a RGE, com vencimento em junho de 2009 e custo de 0,60% ao ano. Em 31 de março de 2009, o HSBC subscreveu integralmente a 2ª emissão de notas promissórias comerciais da RGE, no montante de R$ 160,0 milhões, remuneração correspondente a 118% da Taxa DI e aval da CPFL Energia, vencidas e resgatadas em 30 de abril de 2009. O HSBC também atuou como coordenador líder da 1ª emissão de notas promissórias comerciais de emissão da Companhia, distribuídas em regime de garantia firme de colocação. O HSBC não teve outros contratos de financiamento com empresas do Grupo CPFL nos últimos doze meses.

O HSBC também está atuando como coordenador líder nas ofertas públicas de debêntures da 4ª emissão da RGE, no montante de R$ 185,0 milhões, e da 2ª emissão da CPFL Geração no montante de R$ 315,0 milhões. Ambas as debêntures têm prazo de vencimento de dois anos, contam com fiança da CPFL Energia e serão distribuídas em regime de garantia firme de colocação.

O HSBC não tem nenhuma operação de crédito vinculada à presente Oferta.

A Companhia poderá contratar no futuro o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos, operações no mercado de capitais ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Operações Vinculadas à Oferta

Não há qualquer operação celebrada entre a Companhia e o Coordenador Líder que esteja vinculada à presente Oferta.

Coordenador:

A Companhia, Garantidora e/ou suas subsidiárias, além do relacionamento relativo à Oferta, mantém relacionamento comercial com o Banco UBS Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico em que são assessoradas na realização de investimentos, aquisições estratégicas, financiamento e/ou em quaisquer outras operações típicas de banco de investimento e que são necessárias para o exercício de suas atividades, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

UBS AG London Branch e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Debêntures como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Debêntures, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total *return swap*). UBS AG London Branch e/ou suas afiliadas poderão adquirir as Debêntures como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Debêntures, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

O Banco UBS Pactual atua como formador de mercado para as ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, que são listadas para negociação na BM&FBOVESPA.

Especificamente em relação à Companhia, o Banco UBS Pactual atuou como coordenador da 1ª Emissão de Notas Promissórias.

Operações Vinculadas à Oferta

Não há qualquer operação celebrada entre a Companhia e o Coordenador que esteja vinculada à presente Oferta.

Declaração da Companhia e do Coordenador Líder

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400:

A Companhia declara que o Prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto da Oferta foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. José Antonio de Almeida Filippo, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Wilson P. Ferreira Júnior, Diretor Presidente.

O Coordenador Líder declara (a) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante a Oferta, assim como durante o prazo de distribuição pública das Debêntures, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que o Prospecto da Oferta (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. Vieri Ermanno Bracco, Diretor Executivo e Sylvio Bittencourt Rocha Pinto Jr., Diretor Executivo.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos com a presente Emissão serão destinados integralmente ao resgate das Notas Promissórias da 1ª Emissão.

O valor total da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia foi de R$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), divididas em 175 (cento e setenta e cinco) notas promissórias, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada, emitidas em série única, que foram totalmente subscritas e integralizadas em 29 de abril de 2009. As Notas Promissórias são garantidas por aval de CPFL Energia e são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI. As notas promissórias da 1ª emissão da Companhia vencerão em 360 dias a contar de 29 de abril de 2009

Nos termos das respectivas cártulas, as Notas Promissórias deverão ser resgatadas a partir do 80º (octogésimo) dia contado da data de emissão: (i) obrigatoriamente, na hipótese da Companhia realizar qualquer forma de captação de recursos no mercado de capitais, no Brasil ou no exterior, com o propósito de refinanciamento da dívida representada pelas Notas Promissórias; ou (ii) a exclusivo critério da Companhia, de acordo com determinados procedimentos a serem observados.

Os recursos obtidos com as Notas Promissórias da 1ª Emissão foram utilizados para reforçar o capital de giro da Companhia.

Na data deste Prospecto, o saldo devedor das Notas Promissórias da 1ª Emissão era de R$ 176.670.901,04. A diferença entre o saldo devedor e a Emissão será pago com recursos provenientes do caixa da Companhia.

Para mais informações sobre as Notas Promissórias da 1ª Emissão favor ver Seção "Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos" na página 176 deste Prospecto.

Para informações sobre os impactos da Emissão na situação patrimonial e nos resultados da Companhia, vide Seção "Capitalização" na página 65 deste Prospecto.

5. FATORES DE RISCO

- Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos
- Riscos Relacionados ao Setor Elétrico Brasileiro
- Riscos Relacionados à Companhia
- Riscos Relacionados à Oferta
- Riscos Relacionados à Garantidora

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir. Caso algum destes riscos venha a se concretizar, as condições financeiras, os negócios e os resultados das operações da Companhia poderão ser afetados de forma negativa.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

O Governo Federal e outras entidades da administração pública têm exercido influência significativa sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas no Brasil podem influenciar adversamente as atividades da Companhia.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente implementa mudanças significativas na política e regulamentação econômica. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e dar efeito a outras políticas incluem controle sobre preços e salários, desvalorizações da moeda, controles sobre o fluxo de capital e limites nas importações, entre outras medidas. Os negócios, condições financeiras e os resultados das operações da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças de políticas públicas, sejam elas implementadas em âmbito federal, estadual ou municipal, referentes às tarifas públicas e controles sobre o câmbio, bem como por outros fatores, tais como:

- variação cambial;
- inflação;
- taxas de juros;
- liquidez do mercado doméstico financeiro e de capitais;
- política fiscal; e
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

A futura evolução da economia brasileira, assim como das políticas do Governo Federal poderá afetar adversamente os negócios da Companhia e os seus resultados.

A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado brasileiro de valores mobiliários, bem como a condução dos negócios da Companhia.

O Brasil apresenta um histórico de altos índices de inflação. Recentemente, os índices de inflação foram de 3,1% em 2006, 4,5% em 2007 e 5,9% em 2008 de acordo com o IPCA. Medidas do Governo Federal para combatê-la, combinadas com a especulação sobre possíveis medidas governamentais futuras, podem contribuir para incertezas na economia brasileira e para aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro. Ações futuras do Governo Federal, incluindo definição das taxas de juros ou intervenções no mercado de câmbio para ajustar ou recuperar o valor do Real, poderão ter efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos negócios da Companhia. Caso o Brasil apresente altas taxas de inflação no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços dos seus contratos de compra e venda de energia elétrica para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos operacionais e/ou financeiros. Pressões inflacionárias também podem afetar a capacidade da Companhia de se antecipar a políticas governamentais de combate à inflação que possam causar danos aos seus negócios.

Oscilações do valor do Real frente ao valor do Dólar e de outras moedas podem afetar negativamente a capacidade de pagamento da Companhia.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas Por exemplo, o Real desvalorizou 15,7% e 34,3% frente ao Dólar, em 2001 e 2002, respectivamente, e valorizou 22,3%, 8,8%, 13,4%, 9,5% e 20,7% frente ao Dólar, em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, o Real sofreu uma desvalorização de, aproximadamente, 24,2% em relação ao Dólar. Não se pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou uma valorização em relação ao Dólar novamente. Em 31 de dezembro de 2008, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$2,34 por US$1,00.

A desvalorização acentuada do Real em relação ao Dólar poderá gerar inflação e medidas governamentais para combater eventuais surtos inflacionários, entre os quais a elevação da taxa básica de juros. Tais medidas podem gerar efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos negócios da Companhia.

A deterioração das condições políticas, econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

A economia brasileira e as companhias brasileiras têm sido, em diferentes intensidades, impactadas pelas condições políticas, econômicas e de mercado de outros países bem como pelas reações dos investidores com relação a essas condições.

Mesmo que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações. No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Não há como garantir que acontecimentos em outros países, bem como as medidas a serem adotadas pelos governos desses países não afetarão a oferta de crédito no mercado local e internacional de modo adverso causando efeitos negativos na economia brasileira e nos resultados da Companhia.

Considerando que a Companhia atua em setor que exige investimentos significativos, caso o seu acesso ao mercado de capitais e de crédito seja limitado, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para cumprir seu plano de investimentos e manter sua parcela de mercado, afetando de forma negativa seus resultados e sua condição financeira.

A variação das taxas de juros poderá ter um efeito prejudicial sobre as atividades e resultados operacionais da Companhia.

A elevação das taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central poderá ter impacto negativo no resultado da Companhia, na medida em que podem inibir o crescimento econômico e, consequentemente, a demanda por energia, e também porque suas atividades exigem intensos investimentos de capital. Tais investimentos são, em sua maioria, financiados com recursos de terceiros e remunerados com taxas de juros pós-fixadas. Diante desse cenário, não há garantia de que serão concedidos financiamentos à Companhia e nem de que os custos de eventual financiamento serão satisfatórios. Na hipótese de elevação das taxas de juros, poderá haver aumento nos custos do serviço da dívida da Companhia e das despesas financeiras deles originadas, o que poderá causar a redução na demanda pelos serviços da Companhia ou ter um impacto negativo nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos resultados de suas operações.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal, que afetam os participantes do mercado de energia, a Companhia e as Distribuidoras. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária da Companhia, que poderá, por sua vez, influenciar sua lucratividade e afetar adversamente os preços de sua energia vendida e seu resultado financeiro. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter seus preços, o fluxo de caixa projetado ou a sua lucratividade se ocorrerem alterações significativas nos tributos aplicáveis às suas operações e ao mercado de energia elétrica.

RISCOS RELACIONADOS AO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Eventuais alterações na regulamentação do setor elétrico podem afetar de maneira adversa as empresas do setor de energia elétrica, inclusive os negócios e os resultados da Companhia.

A atividade da Companhia é regulamentada e supervisionada pela ANEEL e pelo MME. A ANEEL, o MME e outros órgãos fiscalizadores têm, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os negócios da Companhia, incluindo a influência sobre as modalidades e os termos e condições dos contratos de venda de energia que esta está autorizada a celebrar. Nos últimos anos, o Governo Federal implantou novas políticas para o setor de energia. Por exemplo, em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e as regras aplicáveis à venda de energia elétrica no Brasil.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal indeferiu as medidas cautelares das ações diretas de inconstitucionalidade, por 7 votos a 4, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. O mérito das ações diretas de inconstitucionalidade ainda não foi julgado, sendo que, em 6 de janeiro de 2009, a Procuradoria Geral da República deu parecer favorável pela improcedência do pedido. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, poderão ser adversamente afetados.

O efeito integral das reformas introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e sua continuidade, o resultado final da ação perante o Supremo Tribunal Federal e reformas futuras na regulamentação do setor elétrico são difíceis de prever, sendo que as mesmas poderão ter um impacto negativo sobre os negócios da Companhia e seus resultados operacionais.

As principais atividades comerciais, a implementação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais: (a) alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia; (b) descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão federal e estaduais; (c) imposição de critérios mais rigorosos para a qualificação em licitações futuras; e (d) atraso na implementação de reajustes anuais de tarifas.

A Companhia não pode assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal no futuro e em que medida tais ações poderão afetar os resultados operacionais da Companhia. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Eventuais alterações na regulamentação das agências reguladoras podem ter um efeito prejudicial no setor de energia elétrica, inclusive nos negócios e nos resultados da Companhia.

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as Agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e, também, (ii) de ouvidoria nas Agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da Agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República.

Caso a mencionada lei entre em vigor, as medidas dela decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, por outro lado, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada –, a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Companhia.

A concentração da matriz energética do setor elétrico brasileiro, o impacto de uma potencial falta de eletricidade e o consequente racionamento de energia elétrica poderão ter um efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O setor elétrico brasileiro, cuja matriz energética é muito concentrada na geração hidrelétrica de energia, representando atualmente 88,6% da capacidade disponível no SIN, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As UHEs não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. O controle do nível dos reservatórios efetuado pelo ONS busca otimizar o nível de água disponível para geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios, além de manter certa quantidade de água em reserva, para situações de emergência.

O setor elétrico brasileiro é, portanto, vulnerável a fatores naturais, como enchentes e escassez de chuvas, que afetam a capacidade geradora de energia, e às restrições do sistema interligado de transmissão de energia no País, que impedem o maior aproveitamento do potencial de geração de energia brasileiro.

A baixa média pluviométrica nos anos imediatamente anteriores a 2001, aliada à falta de expansão da capacidade instalada do SIN (em particular devido a entraves legais e regulatórios verificados no programa de expansão da capacidade termelétrica), não compatíveis com os aumentos na demanda que se verificavam, resultaram na redução acentuada dos níveis dos reservatórios nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País. Diante dessa condição adversa, em 15 de maio de 2001, o Governo Federal implantou um programa de redução do consumo de energia, que ficou conhecido como Programa de Racionamento. O Programa de Racionamento estabeleceu índices de redução de consumo de energia para Consumidores Livres, comerciais e residenciais, que variavam de 15,0% a 25,0%, e durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

A Companhia não pode assegurar que períodos com médias pluviométricas baixas ou extremamente baixas não afetarão adversamente seu resultado operacional no futuro.

Caso o Brasil passe por mais um período de potencial ou efetiva escassez de energia elétrica, o Governo Federal poderá implementar políticas e medidas que poderão ter efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia, bem como no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Regulamentação tarifária do setor elétrico e política tarifária.

A ANEEL dispõe de ampla discricionariedade para determinar as tarifas pelo fornecimento de energia elétrica.

As tarifas praticadas pela Companhia são determinadas de acordo com Contratos de Concessão celebrados com o Poder Concedente e em conformidade com as competências da ANEEL.

Os Contratos de Concessão da Companhia estabelecem um mecanismo de fixação de tarifas que admite três tipos de reajustes tarifários: (a) o reajuste anual; (b) a revisão periódica e (c) a revisão extraordinária.

A Companhia pode requerer o reajuste anual, que é destinado a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e repassar aos consumidores certos encargos, incluindo encargos do uso da rede de transmissão e distribuição; e certas alterações de custos cujo controle não é gerenciado pela Companhia, tais como o custo da energia elétrica de determinadas fontes. Ademais, a ANEEL realiza a revisão periódica a cada quatro ou cinco anos, a qual tem por finalidade identificar a variação dos custos incorridos pelas concessionárias, bem como determinar um fator de redução do IGP-M a ser aplicado nos reajustes anuais subsequentes, de modo que as concessionárias compartilhem ganhos de produtividade com seus consumidores. A Companhia pode, ainda, requerer uma revisão extraordinária de suas tarifas, caso custos imprevisíveis venham a alterar de maneira significativa sua estrutura de custos.

Não é possível garantir que a ANEEL irá estabelecer tarifas que beneficiem a Companhia.

Ademais, à medida que quaisquer desses reajustes não sejam concedidos pela ANEEL em tempo hábil, a situação financeira da Companhia e o resultado de suas operações poderão ser adversamente afetados, afetando também os seus resultados. Para maiores informações sobre a ANEEL, vide Seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro", na página 119 deste Prospecto.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios das empresas do setor de energia elétrica, inclusive a Companhia.

As empresas do setor elétrico estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, às emissões atmosféricas e às intervenções em áreas especialmente protegidas. Tais empresas necessitam de licenças e autorizações de agências governamentais para a condução de suas atividades. Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, as empresas podem sofrer sanções administrativas, tais como multas, interdição de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, ou estarem sujeitas a sanções criminais (inclusive seus administradores). O Ministério Público poderá instaurar inquérito civil e/ou desde logo promover ação civil pública visando o ressarcimento de eventuais danos ao meio ambiente e terceiros. As agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar as empresas do setor de energia elétrica, incluindo a Companhia, a gastar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive obtenção de licenças ambientais para instalações e equipamentos que não necessitavam anteriormente dessas licenças ambientais. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios de empresas do setor elétrico, inclusive da Companhia, causando atrasos em cronogramas de implantação de projetos e gerando, consequentemente, efeitos adversos nos negócios e resultados da Companhia. Qualquer ação neste sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e ter um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

A ocorrência de danos ambientais envolvendo as atividades da Companhia pode sujeitá-la ao pagamento de substanciais custos de recuperação ambiental e indenizações, que podem afetar negativamente os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de substanciais custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais pode obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para a Companhia.

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócio, podendo gerar prejuízos em seus negócios e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de:

- crescimento com disciplina financeira;
- maximização da eficiência da carteira de clientes; e
- eficiência operacional.

A Companhia não pode garantir que quaisquer desses objetivos serão integralmente realizados. Um elemento crítico da estratégia da Companhia é a capacidade de expandir o parque gerador em termos e condições rentáveis para ela por meio de novos projetos, quer por meio da aquisição de concessões já outorgadas, quer por meio da apresentação de propostas bem sucedidas para novas concessões. Além disso, uma vez obtidas novas concessões, a Companhia tem ainda que buscar novos financiamentos para a construção de barragens ou para o seu aprimoramento. Caso a Companhia não seja bem sucedida em suas propostas, seja pelo fato de as mesmas implicarem custos de construção ou aprimoramento muito altos se comparados aos retornos subsequentes, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A perda da concessão da Companhia pode gerar prejuízos em seus resultados.

Nos termos da Lei de Concessões, uma concessão está sujeita à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, quais sejam: encampação, caducidade, rescisão amigável ou judicial, anulação do Contrato de Concessão, falência ou extinção da concessionária, existindo ainda a previsão de indenização e intervenção em determinadas situações descritas no Contrato de Concessão. Em quaisquer dos casos descritos, os ativos vinculados à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. O Contrato de Concessão prevê o direito a indenização da concessionária. No caso de extinção da concessão da Companhia, não é possível assegurar, na data deste Prospecto, que o valor de eventual indenização será suficiente para compensar a perda de lucro futuro relativo aos ativos ainda não totalmente amortizados ou depreciados.

A extinção antecipada do Contrato de Concessão, assim como a imposição de penalidades à Companhia associadas a tal extinção, poderão gerar significativos impactos nos resultados da Companhia e afetar sua capacidade de pagamento e cumprimento de obrigações financeiras.

Para mais informações sobre a extinção antecipada das concessões, vide Seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Concessões" na página 120 deste Prospecto.

A Companhia é responsável por quaisquer perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas no seu sistema de distribuição quando de interrupções ou distúrbios que não possam ser identificadas e atribuídas a um agente específico do setor elétrico. Nessas situações, os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir estas perdas e danos.

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por quaisquer prejuízos diretos e indiretos resultantes da inadequada prestação de serviços, tais como (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na operação de suas usinas, que acarretem indisponibilidade forçada, interrupções ou distúrbios aos sistemas de distribuição e/ou transmissão ou (ii) interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a nenhum agente identificado do setor elétrico.

O valor das indenizações no caso do item (ii) acima e o critério de identificação do agente causador é realizado em conformidade com o disposto nos procedimentos de rede estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e homologados pela ANEEL. Dependendo da avaliação final do Operador Nacional do Sistema Elétrico, tal fato poderá acarretar efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia.

A ANEEL pode impor penalidades à Companhia ou intervir na concessão ou autorizações outorgadas à Companhia por descumprimento de obrigações previstas no Contrato de Concessão, nas autorizações e nas leis e regulamentos setoriais.

A ANEEL pode impor penalidades à Companhia por descumprimento de qualquer disposição do Contrato de Concessão e autorizações da Companhia. Dependendo da gravidade do inadimplemento, tais penalidades podem incluir:

- advertências;
- multas, por infração, de até 2,0% da receita da Companhia no ano encerrado imediatamente antes da data da respectiva violação;
- embargos à construção de novas instalações ou equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária da participação em processos de licitação para novas concessões; e/ou
- caducidade da concessão.

Qualquer das penalidades descritas acima, bem como a intervenção da ANEEL na concessão ou autorizações outorgadas à Companhia, poderia ter um efeito relevante e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia, bem como no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

A Companhia gera parte de suas receitas operacionais a partir de Consumidores Livres, que podem procurar fornecedores alternativos de energia elétrica.

Dentro de sua área de concessão, a Companhia não enfrenta concorrência na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais e industriais supridos na baixa tensão.

No entanto, outros fornecedores de energia elétrica podem competir com a Companhia na oferta de energia elétrica a certos consumidores qualificados como consumidores potencialmente livres. De forma geral, são considerados livres os consumidores com demanda de pelo menos 3 MW, atendidos em tensão maior ou igual a 69 KV e novos consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW atendidos em qualquer tensão com início de fornecimento a partir de 1995. Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 74 consumidores potencialmente livres que podem adquirir energia de qualquer fonte. Esses consumidores representaram aproximadamente 6,2% da receita operacional líquida da Companhia e aproximadamente 7,7% da quantidade total de energia elétrica vendida pela Companhia no ano de 2008.

Adicionalmente, também são considerados consumidores potencialmente livres os que possuem demanda igual ou superior a 500 kW atendidos em qualquer tensão, desde que optem pelo consumo de energia a partir de fontes incentivadas (PCHs, biomassa, eólica, etc). Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 718 consumidores com essas características. Esses consumidores representaram aproximadamente 13,6% da energia elétrica vendida e 11,5% da receita líquida da Companhia no mesmo período.

A decisão dos consumidores potencialmente livres da Companhia de se tornarem Consumidores Livres e comprarem energia elétrica de outros fornecedores pode afetar negativamente a participação de mercado da Companhia, impactando seus resultados operacionais.

Para maiores informações, vide Seção "Atividades da Companhia – Consumidores Livres" na página 142 deste Prospecto.

A instabilidade das taxas de juros pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

As dívidas da Companhia estão sujeitas a taxas de juros variáveis, tais como TJLP, LIBOR e Taxa DI. Em 31 de dezembro de 2008, aproximadamente 66,5% do endividamento total da Companhia era denominado em reais e atrelado às taxas do mercado financeiro brasileiro ou a índices de inflação, ou, ainda, estavam sujeitos a taxas flutuantes de juros. A elevação das taxas de juros tem como resultado o aumento dos custos e pagamentos do serviço da dívida da Companhia. Neste caso, os negócios da Companhia, suas condições financeiras e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente em decorrência de maiores despesas financeiras.

Impactos de eventuais oscilações do valor do Real frente ao valor do Dólar e outras moedas em decorrência da capitalização da Companhia em moeda estrangeira poderão ter um efeito adverso no desenvolvimento dos negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2008, 33,5% do endividamento total da Companhia era denominado em dólares e sujeito, em grande parte, a *swap* de moeda que o convertia em reais. Adicionalmente, alguns dos custos da Companhia, associados principalmente à aquisição de parte dos equipamentos e tecnologia relacionados ao seu Parque Gerador, estão vinculados à moeda estrangeira.

A diminuição do valor do Real em relação ao Dólar aumentará o serviço de dívida da Companhia e encarecerá os custos de parte da importação da tecnologia e dos bens necessários para a operação de seus negócios aumentarão, com um consequente efeito adverso sobre seus resultados e sua condição financeira.

Poderá não ser possível efetuar a penhora de uma parcela significativa dos ativos da Companhia para garantir o cumprimento de suas obrigações.

De acordo com a legislação em vigor e com o Contrato de Concessão, os bens da Companhia essenciais para a prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que devem ser revertidos para o Poder Concedente ao final do prazo do Contrato de Concessão ou no caso de sua extinção antecipada, não estando sujeitos à penhora ou à execução judicial. Excepcionalmente, e com a devida anuência da ANEEL, poder-se-á penhorar determinados ativos da Companhia com vistas a honrar suas obrigações, desde que esta garantia não comprometa a operacionalização e a continuidade dos serviços relativos à distribuição de energia elétrica. Não obstante, na hipótese de inadimplemento pela Companhia das obrigações de pagamento das Debêntures, parte dos bens que compõem o ativo da Companhia não poderá ser objeto de execução.

Com relação aos ativos da Garantidora, estes são constituídos, principalmente, pelas participações acionárias que estas detêm em concessionárias de geração e distribuição de energia elétrica, cuja penhorabilidade e alienabilidade são limitadas por lei.

As restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia e o vencimento antecipado das dívidas existentes podem afetar adversamente sua capacidade de pagar suas dívidas e obter novos financiamentos.

Em virtude de contratos celebrados para a captação de recursos, a Companhia está sujeita a cláusulas e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos. A existência de limitações ao endividamento da Companhia poderá afetar sua capacidade de captar novos recursos necessários ao financiamento de suas atividades e de suas obrigações vincendas, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros. Adicionalmente, na hipótese de descumprimento de qualquer disposição dos referidos contratos, poderão tornar-se exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos, bem como poderá haver vencimento antecipado de todos os demais contratos firmados com empresas do grupo ou com o mesmo credor. O vencimento antecipado das obrigações da Companhia impactará sua situação financeira de forma significativa. Para mais informações sobre esse contratos, vide Seção "Atividades da Companhia – Contratos Relevantes Financeiros" na página 160 deste Prospecto.

As distribuidoras devem adquirir energia no ambiente de contratação regulada, podendo desencadear um aumento de suas despesas, inclusive as da Companhia.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, um distribuidor de energia elétrica deverá contratar antecipadamente, por meio de licitações públicas, 100,0% de suas necessidades previstas de energia elétrica para suas respectivas áreas de concessão. Caso a previsão de demanda da Companhia se mostre incorreta e Companhia comprar energia elétrica em volume menor ou maior do que suas necessidades, a Companhia pode não ser capaz de realizar o repasse integral dos custos de suas compras de energia. Por exemplo, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece, entre outras limitações, que se as projeções da Companhia ficarem significativamente abaixo da demanda verificada, a Companhia pode ser forçada a adquirir este saldo por meio de contratos de compra e venda de energia de prazo mais curto. Caso o preço dessas aquisições de energia nos leilões públicos fique acima do Valor Anual de Referência estabelecido pelo Governo Federal, a Companhia pode não ser capaz de realizar o repasse integral do custo dessas aquisições de energia. As projeções de demanda de energia elétrica da Companhia poderão mostrar-se imprecisas, inclusive como resultado da mudança entre os diferentes mercados pelos consumidores (regulado e livre). Caso ocorram variações significativas entre a demanda de energia elétrica da Companhia e o volume de energia elétrica efetivamente adquirida, o resultado de suas operações poderá ser adversamente afetado.

As condições financeiras da Companhia e resultados reportados podem ser afetadas adversamente pelas mudanças nos princípios contábeis brasileiros.

Os princípios contábeis brasileiros estão sendo rapidamente alterados em razão de legislação adotada no fim de 2007 fazendo com que os parâmetros dos princípios contábeis brasileiros convirjam com o IFRS, que se tornará obrigatório em 2010. Mudanças que entraram em vigor em 2008 foram refletidas nos exercícios de 2007 e 2008 nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e estão descritas na Nota 2.1 de suas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas.

Diversos novos pronunciamentos contábeis foram adotados e estão vigentes. Outros são esperados para o futuro próximo. Ainda não se pode prever os efeitos que a entrada em vigor dessas mudanças terá sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Esses efeitos podem incluir a redução de receitas, lucro líquido ou lucro operacional reportados ou afetar adversamente o balanço patrimonial da Companhia. Essas mudanças podem afetar adversamente o cumprimento para com índices financeiros relativos a contratos de financiamento.

Dois aspectos do IFRS que poderiam causar um impacto material à Companhia, se adotados no Brasil, dizem respeito ao reconhecimento de ativos regulatórios e à contabilização de suas concessões. Sob os Princípios Contábeis Brasileiros e sob o U.S. GAAP, a Companhia reconhece como ativos e passivos certas quantias que são legalmente obrigados a recolher, ou obrigados a pagar, no futuro conforme a regulamentação aplicável às distribuidoras de energia elétrica. A contabilização de ativos e passivos regulatórios dessa forma causa grande efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia. Atualmente existem interpretações do IFRS que a Companhia acredita limitar sua habilidade de reconhecer esses ativos e passivos, assim como a forma de contabilização de sua concessão. A Companhia e outras empresas similares situadas no Brasil estão discutindo esses pontos com doutrinadores e reguladores, porém não se pode prever o resultado dessas discussões ou a forma final que o IFRS ou os princípios contábeis brasileiros baseados no IFRS se aplicarão à Companhia.

Decisões judiciais contrárias à terceirização de algumas atividades da Companhia atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar um efeito adverso relevante em seu modelo de gestão operacional, seus resultados e/ou na sua condição financeira.

A Companhia mantém contratos com empresas de prestação de serviços para a condução de parte dos serviços afetos ao Contrato de Concessão. Na hipótese de uma ou mais das referidas empresas não cumprirem com quaisquer de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou fiscais, a Companhia pode vir a ser condenada subsidiariamente a arcar com tais obrigações. Além disso, em virtude de ações judiciais os profissionais terceirizados que prestam serviços à Companhia podem ser considerados como empregados da Companhia para fins da legislação trabalhista aplicável. Adicionalmente, os Tribunais podem decidir pela impossibilidade de terceirização de algumas atividades no setor elétrico, o que poderia acarretar para a Companhia, a impossibilidade de utilização de serviços terceirizados em tais atividades, bem como a caracterização de vínculo empregatício entre os terceirizados e a Companhia ou a necessidade de utilização de pessoal próprio para realização de alguns dos serviços até então terceirizados. Caso isto ocorra, o modelo de gestão, os resultados e/ou a condição financeira da Companhia poderão ser afetados de forma adversa.

Influência das alterações na legislação trabalhista do Brasil.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças na legislação brasileira, sendo possível a ocorrência de alteração em regulamentação trabalhista. Algumas dessas mudanças poderão resultar em aumento dos custos com mão-de-obra da Companhia, bem como restrição em sua liberdade de contratação e alocação de pessoal.

Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Companhia é parte podem afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos relativos a diversas questões legais, incluindo processos relativos à responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas, regulatórias e outras questões. Para determinados processos, a estimativa das obrigações potenciais é considerada inestimável e/ou os valores efetivos das contingências podem ser superiores aos valores provisionados pela Companhia. A Companhia não pode assegurar que uma decisão adversa referente a qualquer processo judicial existente ou a ser iniciado futuramente não terá um efeito adverso significativo sobre os resultados de suas operações ou condição financeira.

Para informações adicionais sobre os processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia era parte, em 31 de março de 2009, vide Seção "Pendência Judiciais e Administrativas" na página 189 deste Prospecto.

Caso a Companhia não consiga controlar com sucesso as perdas de energia em seu negócio de distribuição, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.

A Companhia sofre dois tipos de perdas de energia: técnicas e comerciais. Perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular de distribuição de energia elétrica. Perdas comerciais resultam de ligações ilegais, furto, erros de medição e de faturamento. A Companhia não pode assegurar que as estratégias a serem implementadas para combater perdas de energia elétrica serão eficazes. Uma parcela de suas perdas de energia elétrica não poderá ser repassada por meio de aumento das tarifas, e não é possível assegurar que as medidas do governo em resposta a uma possível escassez de energia no futuro, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Para informações adicionais sobre o gerenciamento de perdas de energia pela Companhia, vide Seção "Atividades da Companhia – Gerenciamento de Perdas de Energia" na página 151 deste Prospecto.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA

A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros:

- mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; e

- restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido. Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes.

A baixa liquidez do mercado secundário de debêntures brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta histórico de baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita a seus subscritores sua posterior alienação, caso venham a decidir vendê-las. Dessa forma, os titulares das Debêntures podem ter dificuldade em realizar sua venda no mercado secundário.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Emissão poderá acarretar uma redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

A classificação de risco atribuída à presente emissão baseou-se na atual condição da Companhia e nas informações presentes neste Prospecto. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada, a Companhia poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, assim como os debenturistas poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Debêntures no mercado secundário.

Eventual questionamento sobre a validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP pode afetar adversamente os detentores das Debêntures.

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é "nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP". As Debêntures serão remuneradas com referência à Taxa DI, divulgada diariamente pela CETIP. Apesar da referida súmula não vincular as decisões do poder judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada.

As obrigações da Companhia, constantes da Escritura de Emissão, estão sujeitas a hipóteses de Vencimento Antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Companhia, tais como pedido de recuperação judicial ou falência por parte da Companhia ou da Garantidora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, extinção de concessões e vencimento antecipado de outras dívidas, bem como caso os Debenturistas não cheguem a um acordo em relação a uma nova taxa de remuneração para as Debêntures, caso a Taxa DI deixe de ser divulgada. Não há garantias de que a Companhia terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações. Ademais, o vencimento antecipado poderá causar um impacto negativo relevante nos resultados e atividades da Companhia. Para maiores informações sobre as hipóteses de Vencimento Antecipado das Debêntures, vide Seção "Características da Oferta – Vencimento Antecipado" na página 35 deste Prospecto.

Subordinação das Debêntures em relação às demais obrigações da Companhia.

As Debêntures são da espécie subordinada. Portanto, os demais credores da Companhia têm preferência em relação às obrigações assumidas pela Companhia. Caso ocorra algum evento de insolvência o cumprimento das obrigações relacionadas às Debêntures poderá ser prejudicado.

RISCOS RELACIONADOS À GARANTIDORA

A Garantidora é uma holding e sua capacidade de honrar suas obrigações financeiras depende do recebimento de dividendos distribuídos pelas suas subsidiárias.

As Debêntures contam com garantia da CPFL Energia, controladora direta da Companhia. A CPFL Energia é uma sociedade de participações (*holding*), sem geração de receitas operacionais, dependente, portanto, dos recursos oriundos da distribuição de lucros de suas subsidiarias na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e outras formas permitidas pela regulamentação vigente.

Adicionalmente, as distribuições de lucros pelas subsidiárias da Garantidora podem sofrer limitações impostas pela ANEEL, por outras determinações legais sobre a matéria, bem como por eventuais contratos celebrados pelas subsidiárias da Garantidora, afetando adversamente sua capacidade de pagamento.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

- Apresentação das Informações Financeiras
- Capitalização
- Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas da Companhia
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras deste Prospecto foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Estão incluídas neste Prospecto os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008. As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2008 e 2007, bem como o período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008, foram objeto de auditoria e revisão especial, respectivamente, pela KPMG Auditores Independentes, enquanto as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Os dados financeiros selecionados e apresentados neste Prospecto não são necessariamente indicativos dos resultados de operações futuras e devem ser lidos conjuntamente com a Seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" na página 72 deste Prospecto e as demonstrações financeiras auditadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade

Em dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações, estabelecendo diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), atribuindo à CVM amplo poder normativo para regular a matéria para as companhias abertas.

Em dezembro de 2008, foi editada a MP n.º 449/08, com força de lei, que instituiu o RTT – Regime Tributário Transitório de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n.º 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei das Sociedades por Ações.

Para elaborar as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2007 comparável com as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e a Garantidora reapresentaram suas Demonstrações Financeiras já publicadas em 31 de dezembro de 2007 para adequá-las às alterações nas políticas contábeis introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e pela MP n.º 449/08. Para informações adicionais a respeito destas alterações e seus efeitos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, consulte referidas demonstrações anexas a este Prospecto e vide seção "Análise e Discussão das da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Alteração na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07", na página 76 deste Prospecto.

Demonstrações Financeiras da Companhia

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia anexas ao presente Prospecto.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, anexas a este Prospecto, foram reapresentadas de forma a serem adequadas às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Os pareceres de auditoria da Companhia sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 foram emitidos sem ressalvas contendo parágrafos de ênfases referentes à reapresentação das demonstrações contábeis ajustadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano de 2008.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, o parecer de auditoria foi emitido sem ressalva, e encontra-se, também, anexo a este Prospecto.

Outras Informações

As informações contidas neste Prospecto em relação ao Brasil e à economia brasileira são baseadas em dados publicados pelo BACEN, pelos órgãos públicos e por outras fontes independentes, tais como ANBID, FGV e IBGE. Tais informações não foram submetidas a qualquer verificação independente, razão pela qual a Companhia e o Coordenador Líder não assumem qualquer responsabilidade por sua precisão ou suficiência. Determinados valores e percentuais incluídos neste Prospecto foram submetidos a arredondamento e, assim sendo, os totais apresentados em certas tabelas podem não ser precisos.

CAPITALIZAÇÃO

Os impactos na situação patrimonial e financeira da Companhia, considerada a utilização dos recursos mencionada na Seção "Destinação de Recursos" na página 46 deste Prospecto, após a captação decorrente da Oferta pode ser avaliada através da tabela abaixo, que exibe o endividamento da Companhia e sua capitalização total (i) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006; (ii) nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008; e (iii) no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, ajustado para refletir a captação de recursos objeto da Emissão, considerando-se o valor máximo de R$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais).

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			**Períodos de três meses encerrados em 31 de março de**		
				Ajustado*		
	2008	**2007**	**2006**	**2009**	**2009**	**2008**
				(em milhares de reais)		
Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo	113.352	246.218	359.095	120.066	120.066	160.969
Encargos de Dívidas	13.492	3.113	7.339	15.172	15.172	3.572
Debêntures – Curto Prazo	290.279	-	-	288.765	288.765	-
Encargos de Debêntures – Curto Prazo	24.119	19.805	21.789	42.810	42.810	37.369
Empréstimos e Financiamentos – Longo Prazo	988.333	739.023	594.111	958.569	958.569	761.607
Encargos de Dívidas	5.993	7.421	2.305	7.072	7.072	3.554
Debêntures – Longo Prazo	640.000	914.897	903.830	815.000	640.000	918.670
Empréstimos e Financiamentos – Total	**1.121.170**	**995.775**	**962.850**	**1.100.879**	**1.100.879**	**929.702**
Debêntures - Total	**954.398**	**934.702**	**925.619**	**1.146.575**	**971.575**	**956.039**
Patrimônio líquido	**497.388**	**495.511**	**1.456.044**	**582.667**	**582.667**	**669.450**
Capitalização total	**2.572.956**	**2.425.988**	**3.344.513**	**2.830.121**	**2.655.121**	**2.555.191**

* Ajustado para refletir a captação de recursos objeto da Emissão

A captação de recursos por meio da presente Oferta não tem impacto direto nos resultados da Companhia.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS DA COMPANHIA

O quadro a seguir exibe as informações financeiras selecionadas da Companhia. Exceto por certas reclassificações requeridas pela ANEEL efetuadas nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, conforme descrito na Seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - Reclassificações Requeridas pela ANEEL" na página 78 deste Prospecto, as informações financeiras selecionadas originaram-se das Demonstrações Financeiras auditadas não consolidadas da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e das Informações Financeiras objeto de revisão especial para os períodos de três meses encerrados em 31 de março dos anos de 2009 e 2008, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O parecer dos auditores independentes menciona que em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no Contrato de Concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, através da Resolução Homologatória 636, de 17 de abril de 2008, o reposicionamento tarifário da Companhia em 4,77% a ser aplicado a partir de 19 de abril de 2008. Os possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em exercícios subsequentes. O parecer dos auditores independetes também contém um parágrafo de ênfase informando que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demostrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

As informações financeiras da Companhia, referente ao perídodo de três meses encerrado em 31 de março de 2009, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e revisadas pela KPMG Auditores Independentes de acordo com as normas especificadas e estabelecidas pelo IBRACON, conforme relatório re revisão limitada anexo a este Prospecto. A KPMG Auditores Independetes menciona em seu relatório que esta revisão limitada não representou um exame de auditoria de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e que, portanto, não está em condição de emitir, e não emitiu, uma opinião sobre estas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações financeiras referentes ao período aqui mencionado devem ser lidas e interpretadas neste contexto. O relatório de revisão limitada dos auditores independentes também contém um parágrafo de ênfase informando que em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotas no Brasil, durante 2008, as informações contábeis referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

As demonstrações financeiras não consolidadas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e o parecer com relação à auditoria destas demonstrações financeiras foi emitido sem ressalvas.

As presentes informações deverão ser analisadas no contexto das Demonstrações Financeiras da Companhia, que são parte integrante deste Prospecto.

Ressalta-se que as informações financeiras selecionadas exibidas abaixo foram extraídas dos números exclusivamente referentes à Companhia (não consolidados), conforme indicado nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras selecionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas, incluídas como anexo a este Prospecto, bem como na Seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações" na página 72 deste Prospecto.

Demonstração do Resultado (em milhares de reais)	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2008	2007	2006
Receita Operacional	**6.677.068**	**6.868.418**	**6.298.146**
Fornecimento de Energia Elétrica	6.084.014	6.318.283	5.900.082
Suprimento de Energia Elétrica	46.178	6.572	18.059
Outras Receitas Operacionais	546.876	543.563	380.005
Deduções da Receita Operacional	**(2.330.954)**	**(2.407.722)**	**(2.277.060)**
ICMS	(1.185.107)	(1.256.476)	(1.136.132)
PIS	(113.248)	(120.103)	(105.400)
COFINS	(521.723)	(552.705)	(484.670)
ISS	(153)	(163)	(153)
Reserva Global de Reversão - RGR	(12.828)	(19.732)	(19.679)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(246.035)	(202.769)	(297.461)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(206.208)	(205.333)	(187.385)
Programa P&D e Eficiência Energética	(45.653)	(50.422)	(44.567)
Encargos Emergenciais (ECE/EAEE)	1	(19)	(1.613)
Receita Operacional Líquida	**4.346.114**	**4.460.696**	**4.021.086**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	**(3.160.836)**	**(2.768.128)**	**(2.722.442)**
Custo com Energia Elétrica	(2.834.360)	(2.421.859)	(2.348.156)
Energia Comprada para Revenda	(2.423.002)	(2.125.508)	(1.953.451)
Enc. de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	(411.358)	(296.351)	(394.705)
Custo de Operação	(322.356)	(342.995)	(360.774)
Pessoal	(176.025)	(154.493)	(155.101)
Entidade de Previdência Privada	66.318	36.023	5.744
Material	(25.561)	(25.369)	(21.806)
Serviços de Terceiros	(43.173)	(42.008)	(40.426)
Depreciação e Amortização	(139.697)	(154.763)	(148.184)
Outros Custos de Operação	(4.218)	(2.385)	(1.001)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(4.120)	(3.274)	(13.512)
Lucro Operacional Bruto	**1.185.278**	**1.692.568**	**1.298.644**
Despesas Operacionais	**(258.602)**	**(397.820)**	**(275.866)**
Despesas com vendas	(102.603)	(239.279)	(130.879)
Despesas Gerais e Administrativas	(147.405)	(136.863)	(135.427)
Outras Despesas Operacionais	(8.594)	(21.678)	(9.560)
Resultado do Serviço	**926.676**	**1.294.748**	**1.022.778**
Resultado de Participações Societárias	**-**	**-**	**97.069**
Resultado Financeiro	**(75.111)**	**(119.035)**	**(169.156)**
Receitas Financeiras	254.990	203.201	336.378
Despesas Financeiras	(299.016)	(279.671)	(381.604)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	(31.085)	(42.565)	(123.930)
Resultado Operacional	**851.565**	**1.175.713**	**950.691**
Resultado Não Operacional	**-**	**-**	**5.755**
Receitas	-	-	7.995
Despesas	-	-	(2.240)
Lucro Antes dos Tributos	**851.565**	**1.175.713**	**956.446**
Contribuição Social	(75.907)	(92.253)	(52.418)
Contribuição Social Diferida	(2.976)	(14.914)	(27.134)
Imposto de Renda	(206.796)	(255.972)	(135.918)
Imposto de Renda Diferido	(6.655)	(37.172)	(86.882)
Itens Extraordiários Líquidos dos Efeitos Trib.	**-**	**-**	**(10.677)**
Lucro Antes da Reversão do JCP	**559.231**	**775.402**	**643.417**
Reversão dos juros sobre capital próprio	**31.085**	**42.565**	**123.930**
Lucro do exercício	**590.316**	**817.967**	**767.347**
Lucro por ação	**16,25**	**817,97**	**0,0227**

Balanço Patrimonial Ativo (em milhares de reais)	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2008	2007	2006
Ativo Circulante	**1.529.577**	**1.856.882**	**1.856.616**
Disponibilidades	66.351	340.796	245.240
Consumidores, Concession. e Permissionárias	771.717	872.893	1.182.606
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	408	408	87.059
Tributos a Compensar	41.552	40.386	31.577
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.363)	(41.106)	(47.203)
Despesas Pagas Antecipadamente	66.179	112.608	96.422
Créditos Fiscais Diferidos	81.059	62.803	92.705
Estoques	4.588	4.214	4.552
Diferimento de Custos Tarifários	470.634	400.271	101.948
Outros Créditos	54.452	63.609	61.710
Ativo Não Circulante	**3.082.451**	**2.881.336**	**3.708.555**
Ativo Realizável de Longo Prazo	**1.523.390**	**1.394.633**	**1.268.246**
Consumidores, Concession. e Permissionárias	170.361	114.888	88.097
Depósitos Judiciais	491.082	427.585	43.678
Tributos a Compensar	53.552	52.861	48.449
Despesas Pagas Antecipadamente	35.560	21.018	14.445
Créditos Fiscais Diferidos	466.333	496.072	534.761
Diferimento de Custos Tarifários	81.103	178.206	441.250
Derivativos	161.604	-	-
Outros Créditos	63.795	104.003	97.566
Ativo Permanente	**1.559.061**	**1.486.703**	**2.440.309**
Investimentos	1.144	1.143	1.052.493
Imobilizado	1.395.269	1.339.302	1.379.024
Intangível	162.648	146.258	-
Diferido	-	-	8.792
Ativo Total	**4.612.028**	**4.738.218**	**5.565.171**

Balanço Patrimonial Passivo (em milhares de reais)	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2008	2007	2006
Passivo Circulante	**1.893.335**	**1.863.542**	**1.841.767**
Fornecedores	446.851	382.394	420.500
Encargos de Dívidas	13.492	3.113	7.339
Encargos de Debêntures	24.119	19.805	21.789
Empréstimos e Financiamentos	113.352	246.218	359.095
Debêntures	290.279	-	-
Entidade de Previdência Privada	31.956	45.034	59.070
Taxas Regulamentares	45.094	33.328	56.517
Tributos e Contribuições Sociais	210.950	325.078	221.368
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	289.653	422.092	442.824
Obrigações Estimadas	21.533	18.474	19.033
Diferimento de Ganhos Tarifários	115.337	138.312	98.558
Derivativos	53.075	-	-
Outras Contas a Pagar	237.644	229.694	135.674
Passivo Não Circulante	**2.221.305**	**2.379.165**	**2.267.360**
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.221.305	2.379.165	2.267.360
Fornecedores	64.208	-	-
Encargos de Dívidas	5.993	7.421	2.305
Empréstimos e Financiamentos	988.333	739.023	594.111
Debêntures	640.000	914.897	903.830
Entidade de Previdência Privada	394.234	496.970	585.354
Tributos e Contribuições Sociais	3.359	3.853	22.386
Provisões para Contingências	10.120	37.536	46.497
Diferimento de Ganhos Tarifários	31.336	39.223	45.188
Derivativos	-	73.637	8.475
Outras Contas a Pagar	83.722	66.605	59.214
Patrimônio Líquido	**497.388**	**495.511**	**1.456.044**
Capital Social	36.324	1.000	920.747
Reservas de Capital	453.798	489.122	519.144
Reservas de Lucro	7.266	7.266	16.153
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	(1.877)	-
Passivo Total e Patrimônio Líquido	**4.612.028**	**4.738.218**	**5.565.171**

	Período de três meses encerrado em 31 de março de	
Demonstração do Resultado (em milhares de reais)	**2009**	**2008**
Receita Operacional	**1.574.918**	**1.796.055**
Fornecimento de Energia Elétrica	1.449.750	1.668.346
Suprimento de Energia Elétrica	10.042	17.749
Outras Receitas Operacionais	115.126	109.960
Deduções da Receita Operacional	**(553.900)**	**(629.041)**
ICMS	(280.385)	(325.869)
PIS	(26.076)	(31.506)
COFINS	(120.103)	(145.121)
ISS	(35)	(43)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.505)	(3.076)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(60.479)	(62.002)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(52.487)	(49.056)
Programa P&D e Eficiência Energética	(10.831)	(12.367)
Encargos Emergenciais (ECE/EAEE)	1	(1)
Receita Operacional Líquida	**1.021.018**	**1.167.014**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	**(813.705)**	**(841.483)**
Custo com Energia Elétrica	(717.288)	(759.074)
Energia Comprada para Revenda	(622.043)	(670.139)
Enc. de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	(95.245)	(88.935)
Custo de Operação	(95.680)	(81.488)
Pessoal	(45.045)	(39.000)
Entidade de Previdência Privada	(19)	16.580
Material	(5.517)	(6.090)
Serviços de Terceiros	(9.936)	(12.947)
Depreciação e Amortização	(33.913)	(38.803)
Outros Custos de Operação	(1.250)	(1.228)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(737)	(921)
Lucro Operacional Bruto	**207.313**	**325.531**
Despesas Operacionais	**(70.206)**	**(58.639)**
Despesas com vendas	(27.317)	(20.625)
Despesas Gerais e Administrativas	(39.991)	(36.581)
Outras Despesas Operacionais	(2.898)	(1.433)
Resultado do Serviço	**137.107**	**266.892**
Resultado de Participações Societárias	-	-
Resultado Financeiro	**(7.201)**	**(10.508)**
Receitas Financeiras	47.679	55.635
Despesas Financeiras	(54.880)	(66.143)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	-	-
Lucro Antes dos Tributos	**129.906**	**256.384**
Contribuição Social	(9.626)	(32.197)
Contribuição Social Diferida	(2.418)	8.623
Imposto de Renda	(25.866)	(88.479)
Imposto de Renda Diferido	(6.717)	24.302
Itens Extraordiários Líquidos dos Efeitos Trib.	**-**	**-**
Lucro Antes da Reversão do JCP	**-**	**-**
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	**-**	**-**
Lucro do Exercício	**85.279**	**168.633**
Lucro por Ação	**1,17**	**168,63**

Balanço Patrimonial Ativo (em milhares de reais)	Em 31 de março de 2009	Em 31 de dezembro de 2008
Ativo Circulante	**1.701.711**	**1.529.577**
Disponibilidades	115.831	66.351
Consumidores, Concession. e Permissionárias	803.530	771.717
Dividendos	408	408
Tributos a Compensar	41.256	41.552
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(29.895)	(27.363)
Despesas Pagas Antecipadamente	83.408	66.179
Créditos Fiscais Diferidos	78.287	81.059
Estoques	4.785	4.588
Diferimento de Custos Tarifários	543.100	470.634
Outros Créditos	61.001	54.452
Ativo Não Circulante	**2.955.661**	**3.082.451**
Ativo Realizável de Longo Prazo	**1.382.148**	**1.523.390**
Consumidores, Concession. e Permissionárias	152.783	170.361
Depósitos Judiciais	504.368	491.082
Tributos a Compensar	53.427	53.552
Despesas Pagas Antecipadamente	22.250	35.560
Créditos Fiscais Diferidos	457.179	466.333
Diferimento de Custos Tarifários	39.676	81.103
Derivativos	116.832	161.604
Outros Créditos	35.633	63.795
Ativo Permanente	**1.573.513**	**1.559.061**
Investimentos	1.144	1.144
Imobilizado	1.409.715	1.395.269
Intangível	162.654	162.648
Ativo Total	**4.657.372**	**4.612.028**

Balanço Patrimonial Passivo (em milhares de reais)	Em 31 de março de 2009	Em 31 de dezembro de 2008
Passivo Circulante	**1.937.616**	**1.893.335**
Fornecedores	476.760	446.851
Encargos de Dívidas	15.172	13.492
Encargos de Debêntures	42.810	24.119
Empréstimos e Financiamentos	120.066	113.352
Debêntures	288.765	290.279
Entidade de Previdência Privada	37.231	31.956
Taxas Regulamentares	36.988	45.094
Tributos e Contribuições Sociais	191.518	210.950
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	289.653	289.653
Obrigações Estimadas	24.368	21.533
Diferimento de Ganhos Tarifários	134.590	115.337
Derivativos	53.999	53.075
Outras Contas a Pagar	225.696	237.644
Passivo Não Circulante	**2.137.089**	**2.221.305**
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.137.089	2.221.305
Fornecedores	56.181	64.208
Encargos de Dívidas	7.072	5.993
Empréstimos e Financiamentos	958.569	988.333
Debêntures	640.000	640.000
Entidade de Previdência Privada	371.457	394.234
Tributos e Contribuições Sociais	1.197	3.359
Provisões para Contingências	8.375	10.120
Diferimento de Ganhos Tarifários	11.272	31.336
Derivativos	-	-
Outras Contas a Pagar	82.966	83.722
Patrimônio Líquido	**582.667**	**497.388**
Capital Social	72.650	36.324
Reservas de Capital	417.472	453.798
Reservas de Lucro	7.266	7.266
Lucro do Período	85.279	-
Passivo Total e Patrimônio Líquido	**4.657.372**	**4.612.028**

Outras informações financeiras

	Em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março de	
Conciliação do EBITDA Ajustado	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
			(em milhares de reais)		
Lucro Líquido do Período	**590.316**	**817.967**	**767.347**	**85.279**	**168.633**
Entidade de Previdencia Privada	(66.318)	(36.023)	(5.744)	19	(16.580)
Depreciação e Amortização	149.694	160.414	156.601	36.564	41.193
Resultado Financeiro	75.111	119.035	169.156	7.201	10.508
Equivalência Patrimonial	-	-	(97.069)	-	-
Contribuição Social	78.883	107.167	79.552	12.044	23.574
Imposto de Renda	213.451	293.144	222.800	32.583	64.177
Item Extraordinário	-	-	10.677	-	-
Reversão Juros Capital Próprio	(31.085)	(42.565)	(123.930)	-	-
EBITDA Ajustado	**1.010.052**	**1.419.139**	**1.179.390**	**173.690**	**291.505**

Nota: O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização e entidade de previdência privada, e de item extraordinário, e de equivalência patrimonial. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente,ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.

Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Informações Trimestrais Relativas ao Período Encerrado em 31 de março de 2009

A Companhia, com o propósito de reforçar seu capital de giro, captou R$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), por meio da distribuição pública de 175 (cento e setenta e cinco) Notas Promissórias de sua 1ª Emissão, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), remunerados à variação acumulada de 118,0% da Taxa DI. As Notas Promissórias da 1ª Emissão vencerão em 360 dias contados de 29 de abril de 2009, podendo ser resgatadas antecipadamente pela Companhia.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

Introdução

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e o resultado das operações a seguir deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, onde poderão ser obtidos maiores detalhes sobre as informações financeiras e os resultados operacionais. As demonstrações financeiras constantes do presente Prospecto foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais demonstrações estão também em consonância com a legislação específica aplicável às empresas concessionárias de energia elétrica.

Ressalta-se que para a presente análise e discussão foram utilizados apenas os números exclusivamente referentes à Companhia, ou seja, não-consolidados (controladora) conforme indicado nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social, entre outros, a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo, compreendendo aproximadamente 9,8 milhões de habitantes e 37,0% do território dessa estado, em uma área de aproximadamente 90.440 mil km^2. Entre os principais municípios da área de concessão da Companhia estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica nessa área, por prazo determinado de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

Em 2008, a Companhia cumpriu todos os pontos de sua agenda estratégica, atendendo plenamente as demandas de seu mercado consumidor com padrões reconhecidos de qualidade e eficiência operacional. As vendas de energia para o mercado cativo alcançaram 19.544 GWh em 2008, com crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período em 2007. Destaca-se o crescimento das vendas para as classes residencial e comercial que, demonstrando o potencial do mercado em que a Companhia atua, registraram crescimento de 7,3% e 4,7%, respectivamente, em relação ao mesmo período em 2007. Ainda foram faturados 5.743 GWh por meio da TUSD em 2008, com crescimento de 3,1% em relação ao mesmo período em 2007.

Os investimentos totalizaram R$278.805 mil em 2008, os quais foram aplicados, principalmente, no atendimento ao crescimento do mercado e na melhoria da confiabilidade e da flexibilidade operacional do sistema elétrico, assim como na modernização dos sistemas e da infraestrutura de suporte às operações.

Em 31 de março de 2009, a Companhia distribuiu 4.886 GWh de energia elétrica para 3,5 milhões de consumidores.

Ambiente Econômico Brasileiro

O desempenho da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica e a inflação afeta as receitas, os custos e as margens da Companhia. O ambiente econômico brasileiro caracteriza-se por flutuações significativas das taxas de crescimento.

Entre 2006 e 2008, o PIB brasileiro apresentou crescimento médio de 15,4% em termos reais (4,0% em 2006; 5,7% em 2007 e 5,1% em 2008) e, como um de seus reflexos, observou-se a redução do nível de desemprego nas principais regiões metropolitanas do país no período. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego diminuiu de 10,0% em 2006 para 7,9% em 2008. No entanto, como reflexo da crise econômica mundial deflagrada principalmente a partir da segunda metade de 2008, no início de 2009 se nota um pequeno aumento do desemprego. Segundo o IBGE, em março a taxa de desemprego foi de 9,0%, 0,5 ponto percentual maior que a de fevereiro (8,5%) do mesmo ano.

Por outro lado, o índice de inflação (IPCA) tem se mantido dentro da banda da meta estipulada pelas autoridades monetárias entre 2006 e 2008: 3,1% em 2006, 4,5% em 2007 e 5,9% em 2008. Diante da atual crise econômica global e brasileira, o Banco Central tem procurado, por meio da política monetária, estimular a economia doméstica, buscando reduzir os impactos da crise econômica global no País, contudo sem abrir mão de rígido controle inflacionário.

A tabela abaixo apresenta alguns dos principais indicadores econômicos brasileiros para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			**Trimestre encerrado em 31 de março de**	
	2006(1)	**2007(1)**	**2008(1)**	**2008(1)**	**2009(1)**
Crescimento do PIB	3,8%	5,4%	5,1%	(0,5)%	n.d.
Crescimento das vendas reais no varejo	6,17%	9,68%	9,12%	1,06%	(3,85)%
Inflação (IGP-M)(2)	3,85%	7,75%	9,81%	2,38%	(0,92%)
Inflação (IPCA)(3)	3,14%	4,46%	5,90%	1,52%	1,23%
SELIC(4)	13,25%	11,25%	13,75%	11,25%	11,78%
TJLP(5).	6,85%	6,37%	6,25%	6,25%	6,25%
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	8,70%	17,20%	(31,90%)	14,7%	(32,4%)
Taxa de câmbio no final do período (R$ por US$1,00)	$2,138	$1,771	$2,337	R$1,749	R$2,315
Taxa média de câmbio (R$ por US$1,00)(7)	$2,177	$1,948	$1,837	R$1,737	R$2,311
Saldo da Balança Comercial (bilhões de US$)	$46,5	$40,0	$24,8	$2,8	$3,0

Fontes: BNDES, Banco Central, IBGE, Funcex e Fundação Getulio Vargas.

(1) O PIB informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

(2) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

(3) A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

(4) Taxa fixada pelo COPOM (final do período).

(5) Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).

(6) Média das taxas de câmbio de compra e venda do último dia do período.

(7) Média das taxas de câmbio de compra e venda diárias.

Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas e instruções da CVM.

Abaixo segue um sumário das principais práticas contábeis aplicáveis à Companhia:

a) Disponibilidades - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras, que estão registradas aos respectivos valores de mercado.

b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias - Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar, a consumidores finais, a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.

d) Imobilizado – Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os ativos imobilizados foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e estão deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme definição do órgão regulador.

e) Intangível – Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. Os ativos intangíveis somente são amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente determinada.

f) Redução ao Valor Recuperável - Os ativos imobilizados e intangíveis têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

g) Atualizações de Direitos e Obrigações – Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até as datas dos balanços e ajustados a valor presente, quando aplicável, em situações em que as referidas taxas contratuais forem inferiores às condições de mercado.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social - Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social em período não superior a 10 anos. Registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágio incorporado, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão.

   Em conformidade com as disposições previstas no artigo 15 da Medida Provisória n.º 449/08, que institui o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do Lucro Real, a Companhia optou por adotar o Regime de Transição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, sendo que esta opção aplicar-se-á ao biênio 2008 – 2009, de forma irretratável, através do envio da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2009.

i) Planos de Aposentadoria e Pensão – Incluem os benefícios pós-emprego e os planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM n.º 371/00.

j) Provisão para Contingências - As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços, são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. São apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências líquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

k) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidos dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

l) Derivativos - São classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. Referem-se a contratos de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais de determinados passivos. Os referidos contratos são contabilizados a valores de mercado, e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos no resultado financeiro.

m) Resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS, são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

n) Estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseiem em julgamento para a determinação e o registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Principais Linhas de Resultado

Apresentamos a seguir uma discussão sobre o que consideramos como principais linhas de resultado da Companhia incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade à que estas estimativas estão sujeitas.

a) Receita Operacional – representa as receitas decorrentes da venda de energia aos clientes e de serviços a eles prestados, tais como fornecimento aos consumidores cativos, suprimento de energia a outras concessionárias e permissionárias, receita pela disponibilidade da rede elétrica (TUSD) e ativos regulatórios.

b) Deduções da Receita Operacional – as deduções da receita bruta da Companhia representam, principalmente, aquelas decorrentes da tributação aplicável (tal como ICMS, COFINS, ISS e PIS) e outros dedutíveis em razão de a Companhia ser uma prestadora de serviço público de eletricidade (tais como Fundo RGR, Conta de Desenvolvimento Energético, entre outros).

c) Receita Operacional Líquida – representa a diferença entre Receita Operacional e Deduções da Receita Operacional.

d) Custo do Serviço de Energia Elétrica – o custo de bens e/ou serviços vendidos da Companhia representa o custo de aquisição da energia comprada para revenda, encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica, custos com pessoal, custos com entidade de previdência privada, custos de materiais, depreciação e amortização, serviços de terceiros, entre outros.

e) Lucro Operacional Bruto – representa a diferença entre Receita Operacional Líquida e Custo do Serviço de Energia Elétrica.

f) Despesas Operacionais –representam as despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia.

g) Resultado do Serviço – representa a diferença entre Lucro Operacional Bruto e Despesas Operacionais.

h) Resultado Financeiro – representa a somatória de receitas e despesas com aplicações financeiras, multas moratórias, atualização de créditos fiscais, despesas bancárias, entre outros.

i) Resultado Antes de Tributação/Participações – representa a soma do Resultado Operacional e do Resultado Não Operacional.

j) Provisão para IR e Contribuição Social – representa os valores provisionados pela Companhia para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.

k) Lucro/Prejuízo do Exercício – é o resultado da dedução de Provisão para IR e Contribuição Social, IR Diferido, Participações/Contribuições Estatutárias e Reversão dos Juros sobre Capital Próprio da rubrica Lucro Antes dos Tributos.

l) Lucro por Ação – representa o lucro líquido do período dividido pela quantidade total de ações nas datas dos balanços.

Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07, que modifica certos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações. Em termos gerais, a nova Lei requer a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com determinados padrões contábeis internacionais derivados das normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2008. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória n.º 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, dentre outras providências.

Entre as principais alterações decorrentes da Lei n.º 11.638/07, destacam-se:

- substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa;

- inclusão da demonstração do valor adicionado, aplicável para companhias de capital aberto, que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores;

- possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis;

- criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido;

- obrigatoriedade do registro no ativo Imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (como, por exemplo, *leasing* financeiro);

- modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;

- obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo Imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado;

- requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior;

- criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle;

- introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;

- revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de Debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de Patrimônio Líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais;

- eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor;

- requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado;

- eliminação do parâmetro de relevância para ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial (abrangência do critério de avaliação por equivalência) e substituição do parâmetro de 20% do capital social da investida para 20% do capital votante da investida.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei n.º 11.638/07 e pela Medida Provisória n.º 449/08. Em conformidade com a Deliberação CVM n.º 565/08 que aprovou o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/07 e da Medida Provisória n.º 449/08, a Companhia optou por registrar as alterações previstas de forma retroativa conforme previsto na Deliberação CVM n° 506/06. Desta forma, as demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram modificadas de modo a contemplar os ajustes retroativos das mudanças de práticas.

As principais modificações previstas na lei, que refletem ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia com vigência a partir de 2008, estão descritas a seguir:

- modificações na prática contábil para registro de instrumentos financeiros, incluindo derivativos tendo como destaque o registro ao respectivo valor justo quando atendidas determinadas condições, conforme previsto pelo CPC 14 Instrumentos Financeiros (nota explicativa n.º 29 referente às demonstrações financeiras do exercício de 2008);

- introdução do conceito de arrendamento mercantil financeiro e operacional, normatizado pelo pronunciamento técnico CPC 06 Arrendamento Mercantil, incorporando também ao ativo imobilizado os bens corpóreos cujos benefícios, riscos e controle tenham sido transferidos à Companhia;

- a Medida Provisória n.º 449/08 extinguiu o grupo de contas de ativo diferido, permitindo que os saldos capitalizados até 31 de dezembro de 2008 fossem baixados, reclassificados ou mantidos até a sua total amortização. A partir de 2009 o diferimento de custos está proibido;

- introduziu um novo grupo de contas "Intangível" que contempla os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive ágios, fundos de comércio e direito de exploração de concessões. O CPC 04 Intangível normatizou o assunto (nota explicativa n.º 12 referente às demonstrações financeiras do exercício de 2008);

- a Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens, facultando as companhias a manutenção dos saldos até a sua efetiva realização ou a realização do estorno a partir de 01 de janeiro de 2008. A Companhia efetuou o estorno da reavaliação.

- a Lei substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e criou a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As normatizações para estas peças foram estabelecidas pelos CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, respectivamente; e

- a Lei também criou a obrigatoriedade da análise periódica quanto à redução do valor recuperável dos ativos. A Companhia realizou os procedimentos conforme previsto pelo CPC 01 Recuperação dos Ativos que normatizou o assunto (nota explicativa n.º 11 referente às demonstrações financeiras do exercício de 2008).

Reclassificações Requeridas pela ANEEL

A Companhia efetuou reclassificações requeridas pela ANEEL por meio do Despacho n.º 3.073/06 nas demonstrações do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para deixá-las em base comparativa. As informações financeiras da "Conta de Consumo de Combustível – CCC", da "Conta de Desenvolvimento Energético – CDE" e do "Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e e Eficiência Energética" tiveram suas respectivas linhas alteradas de "Custo de Operação" e "Despesas Operacionais" para "Deduções da Receita Operacional".

Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Riscos do Mercado

Os principais fatores macroeconômicos e riscos de mercado que podem influenciar o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação da Taxa DI. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Companhia têm como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente a Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pela Companhia basicamente é gerada por UHEs. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Eventos subsequentes a 31 de março de 2009

A Companhia, com o propósito de reforçar seu capital de giro, captou R$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), por meio da distribuição pública de 175 (cento e setenta e cinco) Notas Promissórias de sua 1ª Emissão, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), remunerados à variação acumulada de 118% da Taxa DI. As Notas Promissórias da 1ª Emissão vencerão em 29 de abril de 2010, podendo ser resgatadas antecipadamente pela Companhia.

Análise das Demonstrações de Resultado da Companhia

PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2009 EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2008

A tabela abaixo apresenta um resumo das demonstrações do resultado nos períodos indicados e as variações entre os referidos períodos em relação à receita operacional líquida:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
Demonstração do Resultado (em milhares de reais)	**2009**	**% do Total**	**2008**	**% do Total**	**% Variação 2009/2008**
Receita Operacional	**1.574.918**	**100,0**	**1.796.055**	**100,0**	**(12,3)**
Fornecimento de Energia Elétrica	1.449.750	92,1	1.668.346	92,9	(13,1)
Suprimento de Energia Elétrica	10.042	0,6	17.749	1,0	(43,4)
Outras Receitas Operacionais	115.126	7,3	109.960	6,1	4,7
Deduções da Receita Operacional	**(553.900)**	**(35,2)**	**(629.041)**	**(35,0)**	**(11,9)**
ICMS	(280.385)	(17,8)	(325.869)	(18,1)	(14,0)
PIS	(26.076)	(1,7)	(31.506)	(1,8)	(17,2)
COFINS	(120.103)	(7,6)	(145.121)	(8,1)	(18,2)
ISS	(35)	0,0	(43)	0,0	(18,6)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.505)	(0,2)	(3.076)	(0,2)	13,9
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(60.479)	(3,8)	(62.002)	(3,5)	(2,5)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(52.487)	(3,3)	(49.056)	(2,7)	7,0
Programa P&D e Eficiência Energética	(10.831)	(0,7)	(12.367)	(0,7)	(12,4)
Encargos Emergenciais (ECE/EAEE)	1	0,0	(1)	0,0	(200,)
Receita Operacional Líquida	**1.021.018**	**64,8**	**1.167.014**	**65,0**	**(12,5)**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	**(813.705)**	**(51,7)**	**(841.483)**	**(46,9)**	**(3,3)**
Custo com Energia Elétrica	(717.288)	(45,5)	(759.074)	(42,3)	(5,5)
Energia Comprada para Revenda	(622.043)	(39,5)	(670.139)	(37,3)	(7,2)
Enc. de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	(95.245)	(6,0)	(88.935)	(5,0)	(7,1)
Custo de Operação	(95.680)	(6,1)	(81.488)	(4,5)	17
Pessoal	(45.045)	(2,9)	(39.000)	(2,2)	15,5
Entidade de Previdência Privada	(19)	0,0	16.580	0,9	(100,1)
Material	(5.517)	(0,4)	(6.090)	(0,3)	(9,4)
Serviços de Terceiros	(9.936)	(0,6)	(12.947)	(0,7)	(23,3)
Depreciação e Amortização	(33.913)	(2,2)	(38.803)	(2,2)	(12,6)
Outros Custos de Operação	(1.250)	-0,1	(1.228)	(0,1)	1,8
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(737)	0,0	(921)	(0,1)	(20)
Lucro Operacional Bruto	**207.313**	**13,2**	**325.531**	**18,1**	**(36,3)**
Despesas Operacionais	**(70.206)**	**(4,5)**	**(58.639)**	**(3,3)**	**19,7**
Despesas com vendas	(27.317)	(1,7)	(20.625)	(1,1)	32,4
Despesas Gerais e Administrativas	(39.991)	(2,5)	(36.581)	(2,0)	9,3
Outras Despesas Operacionais	(2.898)	(0,2)	(1.433)	(0,1)	102,2
Resultado do Serviço	**137.107**	**8,7**	**266.892**	**14,9**	**(48,6)**
Resultado de Participações Societárias	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	**(7.201)**	**(0,5)**	**(10.508)**	**(0,6)**	**(31,5)**
Receitas Financeiras	47.679	3,0	55.635	3,1	(14,3)
Despesas Financeiras	(54.880)	(3,5)	(66.143)	(3,7)	(17,0)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-
Lucro Antes dos Tributos	**129.906**	**8,2**	**256.384**	**14,3**	**(49,3)**
Contribuição Social	(9.626)	(0,6)	(32.197)	(1,8)	(70,1)
Contribuição Social Diferida	(2.418)	(0,2)	8.623	0,5	(128,0)
Imposto de Renda	(25.866)	(1,6)	(88.479)	(4,9)	(70,8)
Imposto de Renda Diferido	(6.717)	(0,4)	24.302	1,4	(127,6)
Itens Extraordiários Líquidos dos Efeitos Trib.	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucro Antes da Reversão do JCP	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucro do Exercício	**85.279**	**5,4**	**168.633**	**9,4**	**(49,4)**
Lucro por Ação	**1,17**		**168,63**		(100,0)

Receita Operacional

A Receita Operacional da Companhia é composta por Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica e Outras Receitas Operacionais.

A Receita Operacional da Companhia acumulada até 31 de março de 2009 foi de R$1.574.918 mil, representando redução de 12,3% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. O principal fator que contribuiu para a variação ocorrida na receita foi a redução de 13,1% no fornecimento de energia elétrica, que é resultado principalmente da queda de 14,6% registrada no fornecimento faturado, conforme demonstrado no quadro abaixo. Apesar do aumento do volume de energia fornecida, a receita caiu devido aos efeitos da revisão tarifária em abril de 2008. Com isso, o fornecimento de energia elétrica passou a representar 92,1% da Receita Operacional até 31 de março de 2009, comparado a 92,9% no mesmo período do ano anterior.

A tabela abaixo mostra a quantidade e a composição de consumidores de energia elétrica da Companhia, bem como os respectivos volume de vendas e receita para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009.

Receita de Operações com Energia Elétrica	**Consumidores**		**GWh**		**R$ (milhares)**		**Variação %**
	2009	**2008**	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**	**2009/2008**
Classe de consumidores							
Residencial	3.105.140	3.022.961	1.745	1.602	611.283	690.335	(11,5)
Industrial	42.105	42.290	1.261	1.335	346.825	430.690	(19,5)
Comercial	275.556	271.649	1.066	1.006	325.202	372.302	(12,7)
Rural	65.989	70.903	188	206	31.130	45.645	(31,8)
Poderes Públicos	22.567	21.275	145	138	42.348	49.345	(14,2)
Iluminação Pública	5.371	3.434	198	190	33.621	39.999	(15,9)
Serviço Público	3.682	3.565	269	262	61.379	71.960	(14,7)
Fornecimento faturado	**3.520.410**	**3.436.077**	**4.872**	**4.739**	**1.451.788**	**1.700.276**	**(14,6)**
Consumo Próprio	417	429	5	5	-	-	-
Fornecimento não Faturado (Líquido)					19.051	(6.061)	(414,3)
Ativos e Passivos Regulatórios					**(21.088)**	**(25.870)**	(18,5)
Perdas na Realização de Recompensação Tarifária Extraordinária							
Encargos Emergenciais ECE/EAEE					(1)	1	(200,0)
Fornecimento de Energia Elétrica	**3.520.827**	**3.436.506**	**4.877**	**4.744**	**1.449.750**	**1.668.346**	**(13,1)**
Suprimento de Energia Elétrica			**19**	**-**	**10.042**	**17.749**	**(43,4)**
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica					92.907	96.091	(3,3)
Subvenção de Baixa Renda					6.382	(416)	(1634,1)
Outras Receitas e Rendas					15.387	14.285	10,9
Total					**1.574.918**	**1.796.055**	**(12,3)**

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a Companhia faturou um total de 4.872 GWh de energia elétrica fornecida para seus consumidores finais, quantidade 2,8% superior àquela verificada no mesmo período em 2008. Esta variação deveu-se principalmente ao desempenho das classes residencial e comercial, que apresentaram crescimento de 8,9% e 6,0% respectivamente, basicamente em função (i) das temperaturas mais elevadas registradas no período, (ii) do crescimento do volume de vendas no comércio varejista e (iii) da migração de clientes da classe rural para a residencial ao longo de 2008. A classe industrial apresentou redução de 5,6%, impactada pelos efeitos da crise internacional.

O crescimento do consumo na área de concessão, ou seja, considerando também a energia transportada aos clientes livres foi de 1,1%.

Deduções da Receita Operacional

A rubrica Deduções da Receita Operacional no período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 totalizou R$553.900 mil, apresentando uma redução de 11,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta redução acompanhou a variação da Receita Bruta. Com isso, as deduções passaram a representar 35,2% da Receita Operacional no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, ou seja, com uma leve variação sobre o mesmo período do ano anterior, quando as Deduções da Receita Operacional representavam 35,0%.

Receita Operacional Líquida

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional e as Deduções da Receita Operacional, a Receita Operacional Líquida no período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 totalizou R$1.021.018 mil, apresentando uma redução de 12,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos percentuais, a Receita Operacional Líquida passou a representar 64,8% da Receita Operacional ao final do período, leve queda quando comparado aos 65,0% do mesmo período do ano anterior.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

A rubrica Custo do Serviço de Energia Elétrica no período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 totalizou R$813.705 mil, apresentando uma redução de 3,3% (R$ 27.778 mil) em relação ao trimestre do período anterior.

Apesar dos efeitos do reajuste dos preços dos geradores e do aumento de 4,3% na quantidade de energia comprada, o custo com energia elétrica teve os impactos dos ajustes negativos de sobrecontratação de energia (R$ 14.263 mil) e de CVA (R$ 24.118 mil) no reajuste tarifário de 2009. Adicionalmente, no 1º trimestre de 2008, foi registrado um aumento de custo de R$ 86.825 mil referente a sobrecontratação.

Com uma redução menor do que a registrada pelo fornecimento de energia elétrica, o Custo do Serviço de Energia Elétrica passou a representar 51,7% da Receita Operacional ao final do período de três meses encerrados em 31 de março de 2009, comparado a 46,9% no período anterior.

A tabela abaixo demonstra a composição dos Custos do Serviço de Energia Elétrica nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009:

Energia Comprada para Revenda	**GWh**		**R$ (milhares)**		**% Variação**
	2009	**2008**	**2009**	**2008**	**2009/2008**
Itaipu Binacional	1.419	1.454	176.565	121.527	45,3
Furnas Centrais Elétricas S.A.	314	234	26.951	17.615	53,0
CESP - Cia. Energética de São Paulo	186	125	17.489	9.856	77,4
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema S.A.	18	36	1.467	2.594	(43,4)
Tractebel Energia S.A.	366	491	49.102	60.317	(18,6)
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	263	239	29.340	27.384	7,1
CHESF	249	226	20.486	17.194	19,1
CEMIG	201	138	23.311	14.698	58,6
TermoRio	89	91	21.396	17.554	21,9
Enguia Gen	-	42	1.415	16.241	(91,3)
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	397	320	12.902	70.796	(81,8)
CPFL Geração de Energia S.A.	289	127	46.564	20.708	124,9
CERAN	109	106	15.406	12.986	18,6
BAESA	4	139	550	17.960	(96,9)
Campos Novos Energia	258	261	28.181	28.174	0,0
CPFL Comercialização Brasil S.A.	545	1.087	57.607	112.508	(48,8)
CPFL Lajeado	-	-	34	29	17,2
Outros	999	355	139.938	46.673	199,8
Subtotal energia elétrica comprada para revenda	**5.706**	**5.471**	**668.704**	**614.814**	**8,8**
Efeitos líquidos da amortização e diferimento da CVA					
Sobras e Faltas de Energia					
PIS e COFINS – Repasse Geradores					
Ativos e Passivos Regulatórios			**17.085**	**113.929**	**(85,0)**
Crédito PIS e COFINS			(63.746)	(58.604)	8,8
Total energia elétrica comprada para revenda			**622.043**	**670.139**	**(7,2)**
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição					
Encargos da Rede Básica			99.949	79.572	25,6
Encargos de Transporte de Itaipu			10.201	9.184	11,1
Encargos de Conexão			2.668	1.384	92,8
Encargos de Serviços do Sistema – ESS			35.548	423	8303,8
Subtotal dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			**148.366**	**90.563**	**63,8**
Ativos e Passivos Regulatórios			(43.471)	7.423	(685,6)
Crédito PIS e COFINS			(9.650)	(9.051)	6,6
Total dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			**95.245**	**88.935**	**7,1**
Total			**717.288**	**759.074**	**(5,5)**

Lucro Operacional Bruto

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Líquida e o Custo do Serviço de Energia Elétrica e das variações descritas acima, o Lucro Operacional Bruto no período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 totalizou R$207.313 mil, apresentando uma redução de 36,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos percentuais, o Lucro Operacional Bruto passou a representar 13,2% da Receita Operacional ao final do período, leve queda quando comparado aos 18,1% do mesmo período do ano anterior.

Despesas Operacionais

A tabela abaixo mostra a composição das Despesas Operacionais da Companhia nos períodos indicados.

	Período de três meses encerrado em 31 de março de		**% Variação**
Despesas Operacionais (em milhares de reais)	**2009**	**2008**	**2009/2008**
Despesas com Vendas			
Pessoal	4.610	5.147	(10,4)
Material	101	166	(39,2)
Serviços de Terceiros	9.517	6.720	41,6
Provisão para Devedores Duvidosos	6.615	1.744	279,3
Depreciação e Amortização	212	228	(7,0)
Taxas de Arrecadação	6.157	6.638	(7,2)
Outros	105	(18)	(683,3)
Subtotal Despesas com Vendas	**27.317**	**20.625**	**32,4**
Despesas Gerais e Administrativas			
Pessoal	12.330	12.365	(0,3)
Material	549	626	(12,3)
Serviços de Terceiros	18.428	15.280	20,6
Arrendamento e Aluguéis	197	202	(2,5)
Depreciação e Amortização	2.440	2.161	12,9
Publicidade e Propaganda	134	(118)	(213,6)
Legais, Judiciais e Indenizações	2.264	2.044	10,8
Doações, Contribuições e Subvenção.	681	666	2,3
PERCEE			
Outros	2.968	3.355	(11,5)
Subtotal Despesas Gerais e Administrativas	**39.991**	**36.581**	**9,3**
Outras Despesas Operacionais			
Taxa de Fiscalização	2.881	2.720	5,9
	17	(1.287)	(101,3)
Subtotal Outras Despesas Operacionais	**2.898**	**1.433**	**102,2**
Total Despesas Operacionais	**70.206**	**58.639**	**19,7**

As Despesas Operacionais para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 totalizaram R$70.206 mil, apresentando um acréscimo de 19,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) aumento de 32,4% nas Despesas com Vendas, que foi causado principalmente pelo aumento de 279,3% na Provisão para Devedores Duvidosos e pelo aumento de 41,6% na contratação de Serviços de Terceiros; (ii) aumento de 9,3% nas Despesas Gerais e Administrativas, que deveu-se principalmente ao aumento de 20,6% na contratação de Serviços de Terceiros.

Com isso, as despesas operacionais passaram a representar 4,5% da Receita Operacional no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, ou seja, com uma alta variação sobre o mesmo período do ano anterior quando as Despesas Operacionais representavam 3,3%.

Resultado do Serviço

O Resultado do Serviço acumulado da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 foi de R$137.107 mil e apresentou uma redução de R$129.785 mil, ou 48,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre principalmente das variações acima descritas para o Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais. Com isso, o Resultado de Serviço passou representar 8,7% da Receita Operacional no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, resultado inferior ao do mesmo período do ano anterior quando a rubrica representava 14,9%.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro apurado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 foi de R$7.201 mil negativos, ou 31,5% inferior em relação ao mesmo trimestre do período anterior. Esse resultado é explicado por redução das Receitas Financeiras em R$ 7.956 mil, principalmente em rendas de aplicação financeira devido à queda das disponibilidades; e redução das Despesas Financeiras de R$ 11.263 mil, principalmente em atualização monetária cambiais referente aos ganhos com os registros dos instrumentos financeiros e derivativos, ao valor de mercado (R$ 6.169 mil) e com a variação negativa do IGP-M no período.

Em percentual da Receita Operacional, o Resultado Financeiro passou a representar 0,5% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, contra 0,6% no mesmo período do ano anterior.

Lucro Antes dos Tributos

O Lucro Antes dos Tributos apurado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 foi de R$129.906 mil, 49,3% menor do que o resultado apresentado no mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre principalmente do menor Resultado do Serviço, conforme explicado anteriormente.

Em percentual da Receita Operacional, o Lucro Antes dos Tributos passou a representar 8,2% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, bem abaixo dos 14,3% no mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício

Como consequência dos fatores expostos acima, a Companhia apresentou Lucro Líquido acumulado de R$85.279 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, uma redução de 49,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos percentuais da Receita Operacional, o Lucro Líquido do Exercício passou a representar 5,4% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, bem abaixo dos 9,4% no mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA Ajustado, foi de R$173.690 mil para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, uma redução de 40,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é decorrente principalmente da redução da receita de fornecimento de energia que não foi proporcionamente acompanhada pela redução do Custo com Energia Elétrica.

Análise das Demonstrações de Resultado da Companhia

A tabela abaixo apresenta um resumo das Demonstrações de Resultado para os exercícios sociais indicados:

	Em 31 de dezembro de							
Demonstração do Resultado (em milhares de reais)	**2008**	**% do Total**	**2007**	**% do Total**	**2006**	**% do Total**	**% Variação 2008/2007**	**% Variação 2007/2006**
Receita Operacional	6.677.068	100	6.868.418	100	6.298.146	100	(2,8)	9,1
Fornecimento de Energia Elétrica	6.084.014	91,1	6.318.283	92,0	5.900.082	93,7	(3,7)	7,1
Suprimento de Energia Elétrica	46.178	0,7	6.572	0,1	18.059	0,3	602,6	(63,6)
Outras Receitas Operacionais	546.876	8,2	543.563	7,9	380.005	6,0	0,6	43,0
Deduções da Receita Operacional	(2.330.954)	(34,9)	(2.407.722)	(35,1)	(2.277.060)	(36,2)	(3,2)	5,7
ICMS	(1.185.107)	(17,7)	(1.256.476)	(18,3)	(1.136.132)	(18,0)	(5,7)	10,6
PIS	(113.248)	(1,7)	(120.103)	(1,7)	(105.400)	(1,7)	(5,7)	13,9
COFINS	(521.723)	(7,8)	(552.705)	(-8,0)	(484.670)	(7,7)	(5,6)	14,0
ISS	(153)	0,0	(163)	0,0	(153)	0,0	(6,1)	6,5
Reserva Global de Reversão - RGR	(12.828)	(0,2)	(19.732)	(0,3)	(19.679)	(0,3)	(35,0)	0,3
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(246.035)	(3,7)	(202.769)	(3,0)	(297.461)	(4,7)	21,3	(31,8)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(206.208)	(3,1)	(205.333)	(3,0)	(187.385)	(3,0)	0,4	9,6
Programa P&D e Eficiência Energética	(45.653)	(0,7)	(50.422)	(0,7)	(44.567)	(0,7)	(9,5)	13,1
Encargos Emergenciais (ECE/EAEE)	1	0,0	(19)	0,0	(1.613)	0,0	(105,3)	(98,8)
Receita Operacional Líquida	4.346.114	65,1	4.460.696	64,9	4.021.086	63,8	(2,6)	10,9
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.160.836)	(47,3)	(2.768.128)	(40,3)	(2.722.442)	(43,2)	14,2	1,7
Custo com Energia Elétrica	(2.834.360)	(42,4)	(2.421.859)	(35,3)	(2.348.156)	(37,3)	17,0	3,1
Energia Comprada para Revenda	(2.423.002)	(36,3)	(2.125.508)	(30,9)	(1.953.451)	(31,0)	14,0	8,8
Enc. de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	(411.358)	(6,2)	(296.351)	(4,3)	(394.705)	(6,3)	38,8	(24,9)
Custo de Operação	(322.356)	(4,8)	(342.995)	(5,0)	(360.774)	(5,7)	(6,0)	(4,9)
Pessoal	(176.025)	(2,6)	(154.493)	(2,2)	(155.101)	(2,5)	13,9	(0,4)
Entidade de Previdência Privada	66.318	1,0	36.023	0,5	5.744	0,1	84,1	527,1
Material	(25.561)	(0,4)	(25.369)	(0,4)	(21.806)	(0,3)	0,8	16,3
Serviços de Terceiros	(43.173)	(0,6)	(42.008)	(0,6)	(40.426)	(0,6)	2,8	3,9
Depreciação e Amortização	(139.697)	(2,1)	(154.763)	(2,3)	(148.184)	(2,4)	(9,7)	4,4
Outros Custos de Operação	(4.218)	(0,1)	(2.385)	0,0	(1.001)	0,0	76,9	138,3
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(4.120)	(0,1)	(3.274)	0,0	(13.512)	(0,2)	25,8	(75,8)
Lucro Operacional Bruto	1.185.278	17,8	1.692.568	24,6	1.298.644	20,6	(30,0)	30,3
Despesas Operacionais	(258.602)	(3,9)	(397.820)	(5,8)	(275.866)	(4,4)	(35,0)	44,2
Despesas com vendas	(102.603)	(1,5)	(239.279)	(3,5)	(130.879)	(2,1)	(57,1)	82,8
Despesas Gerais e Administrativas	(147.405)	(2,2)	(136.863)	(2,0)	(135.427)	(2,2)	7,7	1,1
Outras Despesas Operacionais	(8.594)	(0,1)	(21.678)	(0,3)	(9.560)	(0,2)	(60,4)	126,8
Resultado do Serviço	926.676	13,9	1.294.748	18,9	1.022.778	16,2	(28,4)	26,6
Resultado de Participações Societárias	-	-	-	-	97.069	1,5	-	-
Resultado Financeiro	(75.111)	(1,1)	(119.035)	(1,7)	(169.156)	(2,7)	(36,9)	(29,6)
Receitas Financeiras	254.990	3,8	203.201	3,0	336.378	5,3	25,5	(39,6)
Despesas Financeiras	(299.016)	(4,5)	(279.671)	(4,1)	(381.604)	(6,1)	6,9	(26,7)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	(31.085)	(0,5)	(42.565)	(0,6)	(123.930)	(2,0)	(27,0)	(65,7)
Resultado Operacional	851.565	12,8	1.175.713	17,1	950.691	15,1	(27,6)	23,7
Resultado Não Operacional	0		0		5.755	0,1		
Receitas	0		0		7.995	0,1		
Despesas	0		0		(2.240)	0,0		
Lucro Antes dos Tributos	851.565	12,8	1.175.713	17,1	956.446	15,2	(27,6)	22,9
Contribuição Social	(75.907)	(1,1)	(92.253)	(1,3)	(52.418)	(0,8)	(17,7)	76,0
Contribuição Social Diferida	(2.976)	0,0	(14.914)	(0,2)	(27.134)	(0,4)	(80,0)	(45,0)
Imposto de Renda	(206.796)	(3,1)	(255.972)	(3,7)	(135.918)	(2,2)	(19,2)	88,3
Imposto de Renda Diferido	(6.655)	(0,1)	(37.172)	(0,5)	(86.882)	(1,4)	(82,1)	(57,2)
Itens Extraordiários Líquidos dos Efeitos Trib.	-	-	-	-	(10.677)	(0,2)	-	-
Lucro Antes da Reversão do JCP	559.231	8,4	775.402	11,3	643.417	10,2	(27,9)	20,5
Reversão dos juros sobre capital próprio	31.085	0,5	42.565	0,6	123.930	2,0	(27,0)	(65,7)
Lucro do exercício	**590.316**	**8,8**	**817.967**	**11,9**	**767.347**	**12,2**	**(27,8)**	**6,6**
Lucro por ação	**16,25**		**817,97**		**0,0227**			

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Receita Operacional

A Receita Operacional da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R$6.677.068 mil, representando redução de 2,8% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R$6.868.418 mil). O principal fator que contribuiu para a variação ocorrida na receita foi a redução de 3,7% no fornecimento de energia elétrica, que é resultado principalmente da queda de 6,7% registrada no fornecimento faturado, conforme demonstrado no quadro abaixo. Apesar do aumento do volume de energia fornecida, a receita caiu devido aos efeitos da revisão tarifária. Com isso, o fornecimento de energia elétrica passou a representar 91,1% da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado a 92,0% no mesmo período do ano anterior.

A tabela abaixo mostra a quantidade e a composição de consumidores de energia elétrica da Companhia, bem como os respectivos volumes de vendas e receita para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008.

Receita de Operações com Energia Elétrica	**Consumidores**		**GWh**		**R$ (milhares)**		**Variação %**
	2008	**2007**	**2008**	**2007**	**2008**	**2007**	**2008/2007**
Classe de consumidores							
Residencial	3.087.113	2.981.348	6.558	6.111	2.457.169	2.590.912	(5,2)
Industrial	42.225	42.366	5.661	5.557	1.677.884	1.786.585	(6,1)
Comercial	275.550	270.999	3.943	3.767	1.311.596	1.403.010	(6,5)
Rural	64.662	91.855	929	1.061	166.265	222.987	(25,4)
Poderes Públicos	21.996	21.138	592	567	186.960	202.572	(7,7)
Iluminação Pública	4.833	3.377	768	735	141.142	153.611	(8,1)
Serviço Público	3.662	3.539	1.057	1.050	263.732	291.958	(9,7)
Fornecimento faturado	**3.500.001**	**3.414.622**	**19.508**	**18.848**	**6.204.748**	**6.651.635**	**(6,7)**
Consumo Próprio	418	424	21	20	-	-	-
Fornecimento não Faturado (Líquido)					(73.306)	(11.619)	530,9
Ativos e Passivos Regulatórios					(47.427)	(321.752)	(85,3)
Perdas na Realização de Recompensação Tarifária Extraordinária							
Encargos Emergenciais ECE/EAEE					(1)	19	(105,3)
Fornecimento de Energia Elétrica	**3.500.419**	**3.415.046**	**19.529**	**18.868**	**6.084.014**	**6.318.283**	**(3,4)**
Suprimento de Energia Elétrica			**298**	**737**	**46.178**	**6.572**	**602,6**
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica					458.264	366.902	24,9
Ativos e Passivos Regulatórios - Baixa Renda					27.361	(11.104)	(346,4)
Outras Receitas e Rendas					61.251	187.765	(67,4)
Outras Receitas Operacionais					**546.876**	**543.563**	**0,6**
Total					**6.677.068**	**6.868.418**	**(2,8)**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Companhia faturou um total de 19.508 GWh de energia elétrica fornecida para seus consumidores finais, quantidade 3,5% superior àquela verificada no mesmo período em 2007 (18.848 GWh). Esta variação deveu-se principalmente ao crescimento das vendas para as classes residencial e comercial que, demonstrando o potencial do mercado em que a Companhia atua, registraram crescimento de 7,3% e 4,7%.

Em abril de 2008 a ANEEL estabeleceu o resultado provisório da segunda revisão tarifária periódica para a CPFL Paulista. As tarifas foram reajustadas em -13,61%, sendo -13,69% relativos ao reposicionamento tarifário e +0,08% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica, com vigência a partir de 8 de abril de 2008.

O desempenho da classe comercial foi favorecido pela manutenção da massa salarial e da oferta de crédito em patamares elevados. Tais efeitos, combinados com a redução dos preços de eletroeletrônicos, permitiram a expansão do consumo da classe residencial. O recadastramento de clientes da classe rural para a classe residencial também contribuiu para o crescimento do consumo dessa classe.

A classe industrial expandiu-se 1,9% em relação a 2007, devido à forte expansão do consumo do mercado doméstico, compensada pela migração de clientes cativos para o mercado livre (destaca-se a migração dos chamados "clientes especiais", que têm demanda contratada acima de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs). A partir de novembro, essa variação foi também afetada pela crise financeira internacional.

Deduções da Receita Operacional

A rubrica Deduções da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizou R$2.330.954 mil, apresentando uma redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$2.407.722 mil). Esta redução acompanhou a variação da Receita Bruta. Com isso, as deduções passaram a representar 34,9% da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, ou seja, com uma leve variação sobre o mesmo período do ano anterior quando as deduções representavam 35,1%.

Receita Operacional Líquida

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional e as Deduções da Receita Operacional, a Receita Operacional Líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizou R$4.346.114 mil, apresentando uma redução de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos percentuais, a Receita Operacional Líquida passou a representar 65,1% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, leve alta quando comparado aos 64,9% do mesmo período do ano anterior.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

A rubrica Custo do Serviço de Energia Elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizou R$3.160.836 mil, apresentando um aumento de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$2.768.128 mil).

Essa variação decorre principalmente de: (i) reajuste dos geradores; (ii) do ajuste de sobrecontratação (R$ 69.076 mil), (iii) amortização da Parcela A (R$ 215.882 mil); e (iv) aumento de 38,8% nos encargos do uso do sistema de distribuição, causado pelo aumento de 35,0% nos encargos da rede básica e de 2.273,3% nos encargos de serviços de sistema devido ao registro do valor a ser repassado para a CTEEP (R$ 71.271 mil).

Com resultado do descréscimo do fornecimento de energia elétrica e do aumento acima do Custo do Serviço de Energia Elétrica, este último passou a representar 47,3% da Receita Operacional ao final do no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado a 40,3% no exercício anterior.

A tabela abaixo demonstra a composição dos Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008:

Energia Comprada para Revenda	**GWh**		**R$ (milhares)**		**% Variação**
	2008	**2007**	**2008**	**2007**	**2008/2007**
Itaipu Binacional	5.869	5.652	517.091	505.500	2,3
Furnas Centrais Elétricas S.A.	955	908	74.421	66.854	11,3
CESP - Cia. Energética de São Paulo	500	359	40.630	26.437	53,7
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema S.A.	155	957	11.487	94.806	(87,9)
Tractebel Energia S.A.	1.882	2.463	247.110	298.895	(17,3)
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.130	1.130	127.125	128.701	(1,2)
CHESF	922	552	72.737	36.957	96,8
CEMIG	527	225	55.870	17.154	225,7
TermoRio	270	-	54.728	-	-
Enguia Gen	62	-	34.356	-	-
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	690	309	96.394	69.642	38,4
CPFL Geração de Energia S.A.	965	565	156.305	91.302	71,2
CERAN	439	244	58.202	31.276	86,1
BAESA	184	540	24.295	69.228	(64,9)
Campos Novos Energia	1.048	901	114.257	97.049	17,7
CPFL Comercialização Brasil S.A.	5.247	6.843	618.327	720.305	(14,2)
CPFL Lajeado	1	-	129	-	-
Outros	1.655	870	196.513	89.776	118,9
Subtotal energia elétrica comprada para revenda	**22.501**	**22.518**	**2.499.977**	**2.343.882**	**6,7**
Efeitos líquidos da amortização e diferimento da CVA					
Sobras e Faltas de Energia					
PIS e COFINS – Repasse Geradores					
Ativos e Passivos Regulatórios			165.138	(1.723)	(9684,3)
Crédito PIS e COFINS			(242.113)	(216.651)	11,8
Total energia elétrica comprada para revenda			**2.423.002**	**2.125.508**	14,0
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição					-
Encargos da Rede Básica			405.989	300.723	35,0
Encargos de Transporte de Itaipu			39.142	33.397	17,2
Encargos de Conexão			9.051	6.398	41,5
Encargos de Serviços do Sistema – ESS			78.603	3.312	2273,3
Subtotal dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			**532.785**	**343.830**	55,0
Ativos e Passivos Regulatórios			(79.423)	(17.273)	359,8
Crédito PIS e COFINS			(42.004)	(30.206)	39,1
Total dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			**411.358**	**296.351**	38,8
					-
Total			**2.834.360**	**2.421.859**	17,0

Lucro Operacional Bruto

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Líquida e o Custo do Serviço de Energia Elétrica e das variações descritas acima, o Lucro Operacional Bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizou R$1.185.278 mil, apresentando uma redução de 30,0% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$1.692.568 mil). Em termos percentuais, o Lucro Operacional Bruto passou a representar 17,8% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o que representou uma queda quando comparado aos 24,6% do mesmo período do ano anterior.

Despesas Operacionais

A tabela abaixo mostra a composição das Despesas Operacionais da Companhia nos períodos indicados.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		% Variação
Despesas Operacionais (em milhares de reais)	**2008**	**2007**	**2008/2007**
Despesas com Vendas			
Pessoal	18.631	15.016	24,1
Material	645	629	2,5
Serviços de terceiros	39.540	35.395	11,7
Provisão para devedores duvidosos	15.042	22.813	(34,1)
Depreciação e amortização	931	727	28,1
Taxas de arrecadação	29.006	29.154	(0,5)
Outros	(1.192)	135.545	(100,9)
Subtotal despesas com vendas	**102.603**	**239.279**	**(57,1)**
Despesas Gerais e Administrativas			
Pessoal	51.745	42.302	22,3
Material	3.438	3.070	12,0
Serviços de terceiros	68.656	67.817	1,2
Arrendamento e aluguéis	959	716	33,9
Depreciação e amortização	9.065	4.926	84,0
Publicidade e propaganda	1.635	3.881	(57,9)
Legais, judiciais e indenizações	6.275	6.816	(7,9)
Doações, contribuições e subvenção.	2.488	2.887	(13,8)
PERCEE			
Outros	3.144	4.448	(29,3)
Subtotal despesas gerais e administrativas	**147.405**	**136.863**	**7,7**
Outras Despesas Operacionais			
Taxa de fiscalização	11.159	10.105	10,4
Outros	(2.565)	11.573	(122,2)
Subtotal outras despesas operacionais	**8.594**	**21.678**	**(60,4)**
Total despesas operacionais	**258.602**	**397.820**	**(35,0)**

As Despesas Operacionais para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizaram R$258.602 mil, apresentando uma redução de 35,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior (R$397.820 mil). Esta redução deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) redução de 57,1% nas Despesas com Vendas, que foi causado principalmente pelo redução de 100,9% na rubrica "Outros", devido ao registro da baixa de "Energia Livre" de R$135.545 mil em 2007; (ii) redução de 34,1% na Provisão para Devedores Duvidosos.

Com isso, as despesas operacionais passaram a representar 3,9% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 ou seja, um redução sobre o mesmo período do ano anterior quando as Despesas Operacionais representavam 5,8%.

Resultado do Serviço

O Resultado do Serviço da Companhia totalizou R$926.676 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e apresentou uma redução de R$368.072 mil, ou 28,4%, em relação ao exercício anterior. Esta variação decorre principalmente das variações acima descritas para o Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais. Com isso, o resultado de serviço passou representar 13,9% da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, resultado inferior ao do mesmo período do ano anterior quando a rubrica representava 18,9%.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R$75.111 mil negativos. No exercício social anterior o Resultado Financeiro apurado foi de R$119.035 mil negativos. O aumento do resultado em R$43.924 mil, ou 36,9%, em relação ao ano anterior decorre principalmente (i) de um aumento da Receita Financeira de 25,5%, devido principalmente ao aumento de atualizações monetárias e cambiais e de depósitos judiciais; e (ii) Despesas de Juros sobre Capital Próprio 27,0% menores.

Em percentual da Receita Operacional, o Resultado Financeiro passou a representar 1,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, contra 1,7% no mesmo período do ano anterior.

Lucro Antes dos Tributos

O Lucro Antes dos Tributos apurado exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R$851.565 mil e apresentou uma redução no montante de R$324.148 mil, ou 27,6%, em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre do menor Resultado do Serviço, conforme explicado anteriormente.

Em percentual da Receita Operacional, o Lucro Antes dos Tributos passou a representar 12,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, abaixo dos 17,1% no mesmo período do ano anterior.

Lucro Antes da Reversão do Juro sobre Capital Próprio

O Lucro Antes da Reversão do Juro sobre Capital Próprio da Companhia totalizou R$559.231 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma redução de R$216.171 mil, ou 27,9%, em relação ao exercício social anterior (R$775.402 mil). Essa variação decorre principalmente da variação dos itens discutidos acima.

Reversão dos Juros sobre Capital Próprio

A rubrica Reversão dos Juros sobre Capital Próprio apresentou uma redução de R$11.480 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 quando comparado com o mesmo período do ano anterior e totalizou R$31.085 mil. Essa redução de 27,0% decorre principalmente da variação dos itens discutidos acima.

Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício

Em 2008, a CPFL Paulista apurou Lucro Líquido de R$590.316 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, o que representou uma redução de 27,8% (R$227.651 mil) em relação ao ano anterior (R$817.967 mil). Essa variação reflete, principalmente, a redução de 28,8% no EBITDA Ajustado.

Esse resultado foi parcialmente compensado pela redução de 42,4% nas Despesas Financeiras Líquidas e pelos efeitos positivos nos itens Entidade de Previdência Privada e Imposto sobre a Renda e Contribuição Social.

Em termos percentuais da Receita Operacional, o Lucro Líquido do Exercício passou a representar 8,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, bem abaixo dos 11,9% no mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA Ajustado, foi de R$1.010.052 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma redução de 28,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é decorrente principalmente da redução de 2,6% na Receita Líquida (R$114.582 mil) e do aumento de 17,0% no custo com energia elétrica (R$412.501 mil), que ocorreu basicamente em função: (i) do reajuste dos geradores, (ii) do ajuste de sobrecontratação, (iii) da amortização da Parcela A, e (iv) do registro do valor a ser repassado para a CTEEP.

Esse resultado foi parcialmente compensado pela redução de 19,0% nos Custos e Despesas Operacionais, dos quais excluem-se os gastos com Entidade de Previdência Privada, Depreciação e Amortização, principalmente devido ao registro da baixa de Energia Livre (R$135.545 mil) em 2007.

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Receita Operacional

A Receita Operacional da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi de R$6.868.418 mil, representando crescimento de 9,1% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R$6.298.146 mil). Os principais fatores que contribuíram para a variação ocorrida na receita foram os efeitos do reajuste tarifário anual (IRT), de 7,06%, ocorrido em abril de 2007, o aumento das vendas de energia para as classes residencial e comercial e o crescimento de 12,9% na receita pelo uso do sistema de distribuição (TUSD) e o registro da baixa do passivo de energia livre de R$ 135.545 mil.

A tabela abaixo mostra a quantidade e a composição de consumidores de energia elétrica da Companhia, bem como os respectivos volumes de vendas e receita para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007.

Receita de Operações com Energia Elétrica	**Consumidores**		**GWh**		**R$ (milhares)**		**Variação %**
	2007	**2006**	**2007**	**2006**	**2007**	**2006**	**2007/2006**
Classe de consumidores							
Residencial	2.981.348	2.902.669	6.111	5.711	2.590.912	2.339.772	10,7
Industrial	42.366	42.355	5.557	5.737	1.786.585	1.694.979	5,4
Comercial	270.999	267.928	3.767	3.528	1.403.010	1.268.549	10,6
Rural	91.855	92.620	1.060	1.026	222.987	207.098	7,7
Poderes Públicos	21.138	20.878	566	531	202.572	183.315	10,5
Iluminação Pública	3.377	1.756	735	712	153.611	144.834	6,1
Serviço Público	3.539	3.467	1.050	1.031	291.958	265.979	9,8
Fornecimento faturado	**3.414.622**	**3.331.673**	**18.846**	**18.276**	**6.651.635**	**6.104.526**	**9,0**
Consumo Próprio	424	425	20	19	-	-	-
Fornecimento não Faturado (Líquido)					(11.619)	16.443	(170,7)
Encargos Emergenciais ECE/EAEE					19	1.613	(98,8)
Realização de Recomposição Tarifária Extraordinária					(212.297)	(190.574)	11,4
Realização da Energia Livre					(70.911)	(66.297)	7,0
Realização da Revisão Tarifária – Base Remuneração					-	16.307	-
Revisão Tarifária - Depreciação					6.310	10.402	(39,3)
Realização da Revisão Tarifária - Depreciação					(36.324)	-	-
Reajuste Tarifário – Compra de Energia Itaipu					-	15.152	-
Realização Reajuste Tarifário – Compra de Energia Itaipu					(13.052)	(35.615)	(63,4)
Reajuste Tarifário Outros					15.570	20.236	(23,1)
Realização do Reajuste Tarifário - Outros					(27.842)	(1.363)	1942,7
PIS e COFINS – Repasse Geradores					(8.661)	(32.869)	(73,6)
Realização de PIS e COFINS – Repasse Geradores					7.095	19.013	(62,7)
Desconto TUSD e Irrigação					41.361	30.999	33,4
Realização Desconto TUSD e Irrigação					(22.881)	(7.891)	190,0
Fornecimento de Energia Elétrica	**3.415.046**	**3.332.098**	**18.868**	**18.295**	**6.318.283**	**5.900.082**	**7,1**
Suprimento de Energia Elétrica			**737**	**499**	**6.572**	**18.059**	**(63,6)**
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica					366.902	325.116	12,9
Subvenção de Baixa Renda					(11.104)	2.818	(494,0)
Outras Receitas e Rendas					187.765	**52.071**	260,6
Outras Receitas Operacionais			**-**	**-**	**543.563**	**380.005**	43,0
Total			**19.605**	**18.794**	**6.868.418**	**6.298.146**	9,1

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Companhia faturou um total de 18.868 GWh de energia elétrica fornecida para seus consumidores finais, quantidade 3,1% superior àquela verificada no mesmo período em 2006 (18.295 GWh). Esta variação deveu-se principalmente ao crescimento das vendas para as classes residencial e comercial que, demonstrando o potencial do mercado em que a CPFL Paulista atua, registraram crescimento de 7,0% e 6,8%, respectivamente.

O crescimento das vendas de energia para os segmentos residencial e comercial refletiu, principalmente, a aceleração da atividade econômica no País e o aumento real de rendimentos da massa salarial, estimulado pela baixa da inflação, pela elevação do salário mínimo e pela aceleração da venda de eletrodomésticos, em função do aumento do volume de crédito ao consumidor.

Deduções da Receita Operacional

A rubrica Deduções da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R$2.407.722 mil, apresentando um aumento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$2.277.060 mil). Este aumento acompanhou a variação da Receita Operacional. Com isso, as deduções passaram a representar 35,1% da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, ou seja, com uma baixa variação sobre o mesmo período do ano anterior quando as Deduções da Receita Operacional representavam 36,2%.

Receita Operacional Líquida

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Líquida e as Deduções da Receita Operacional, a Receita Operacional Líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R$4.460.696 mil, apresentando um aumento de 10,9% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$4.021.086 mil). Em termos percentuais, a Receita Operacional Líquida passou a representar 64,9% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, o que representou uma pequena variação quando comparado aos 63,8% do mesmo período do ano anterior.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

A rubrica Custo do Serviço de Energia Elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R$2.768.128 mil, apresentando um aumento de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$2.722.442 mil). Essa variação decorre principalmente do reajuste dos geradores e aumento da quantidade em 3,9% de energia comparada.

Com resultado do aumento do fornecimento de energia elétrica superior ao aumento acima do Custo do Serviço de Energia Elétrica, este último passou a representar ao final do no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, 40,3% da Receita Operacional, comparado a 43,2% no mesmo período do ano anterior.

A tabela abaixo demonstra a composição dos Custos do Serviço de Energia Elétrica nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007:

Energia Comprada para Revenda	GWh		R$ (milhares)		% Variação
	2007	2006	2007	2006	2007/2006
Itaipu Binacional	5.652	5.637	505.500	464.253	8,9
Furnas Centrais Elétricas S.A.	908	769	66.854	54.456	22,8
CESP - Cia. Energética de São Paulo	359	315	26.437	22.314	18,5
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema S.A.	957	905	94.806	86.977	9,0
Tractebel Energia S.A.	2.463	2.076	298.895	244.318	22,3
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.130	1.130	128.701	130.756	(1,6)
EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia	20	17	1.422	1.149	23,8
Companhia Estadual Energia Elétrica - CEEE	77	63	5.572	4.207	32,4
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	309	86	69.642	9.578	627,1
CPFL Geração	565	559	91.302	87.533	4,3
CERAN	244	151	31.276	18.714	67,1
BAESA – Energética Barra Grande	540	518	69.228	64.369	7,5
Campos Novos Energia S.A.	901	-	97.049	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	6.843	8.388	720.305	839.632	(14,2)
Outros	1.550	1.059	136.893	86.899	57,5
Subtotal energia elétrica comprada para revenda	**22.576**	**21.673**	**2.343.882**	**2.115.115**	**10,8**
Efeitos líquidos da amortização e diferimento da CVA			25.440	56.856	(55,3)
Sobras e Faltas de Energia			(53.376)	13.422	(497,7)
evolução ao Consumidor – Recálculo IRT			26.213	-	-
PIS e COFINS – Repasse Geradores			-	(32.869)	-
Ativos e Passivos Regulatórios			(216.651)	(199.113)	8,8
Total energia elétrica comprada para revenda			**2.125.508**	**1.953.451**	**8,8**
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição					
Encargos da Rede Básica			300.723	284.121	5,8
Encargos de Transporte de Itaipu			33.397	32.543	2,6
Encargos de Conexão			6.398	8.536	(25,0)
Encargos de Serviços do Sistema – ESS			3.312	12.175	(72,8)
Subtotal dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			**343.830**	**337.375**	**1,9**
Efeitos líquidos da amortização e diferimento da CVA			(17.273)	97.562	(117,7)
Crédito PIS e COFINS			(30.206)	(40.232)	(24,9)
Total dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			**296.351**	**394.705**	**(24,9)**
Total	**22.518**	**21.673**	**2.421.859**	**2.348.156**	**3,1**

Lucro Operacional Bruto

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Líquida e o Custo do Serviço de Energia Elétrica e das variações descritas acima, o Lucro Operacional Bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R$1.692.568 mil, apresentando um aumento de 30,3% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$1.298.644 mil). Em termos percentuais, o Lucro Operacional Bruto passou a representar 24,6% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, o que representou um aumento quando comparado aos 20,6% do exercício do ano anterior.

Despesas Operacionais

A tabela abaixo mostra a composição das Despesas Operacionais da Companhia nos períodos indicados.

Despesas Operacionais (em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	2006	% Variação 2007/2006
Despesas com Vendas			
Pessoal	15.016	12.887	16,5
Material	629	6.053	(89,6)
Serviços de Terceiros	35.395	18.767	88,6
Provisão para Devedores Duvidosos	22.813	60.626	(62,4)
Depreciação e Amortização	727	650	11,8
Taxas de Arrecadação	29.154	31.778	(8,3)
Outros	135.545	118	
Subtotal Despesas com Vendas	**239.279**	**130.879**	**82,8**
Despesas Gerais e Administrativas			
Pessoal	42.302	41.728	1,4
Material	3.070	3.159	(2,8)
Serviços de Terceiros	67.817	68.864	(1,5)
Arrendamento e Aluguéis	716	744	(3,8)
Depreciação e Amortização	4.926	7.768	(36,6)
Publicidade e Propaganda	3.881	3.476	11,7
Legais, Judiciais e Indenizações	6.816	4.034	69,0
Doações, Contribuições e Subvenção. PERCEE	2.887	3.003	(3,9)
Outros	4.448	2.651	67,8
Subtotal Despesas Gerais e Administrativas	**136.863**	**135.427**	**1,1**
Outras Despesas Operacionais			
Taxa de Fiscalização	10.105	9.560	5,7
Pesquisa Eficiência Energética	11.573		
Subtotal Outras Despesas Operacionais	**21.678**	**9.560**	**126,8**
Total Despesas Operacionais	**397.820**	**275.866**	**44,2**

As Despesas Operacionais para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R$397.820 mil, apresentando um acréscimo de 44,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior (R$275.866 mil). Este crescimento deve-se principalmente ao aumento de 82,8% nas Despesas com Vendas, que foi causado principalmente pela redução de R$135.427 mil na rubrica "Outros", devido ao registro da baixa do ativo de "Energia Livre" de R$ 135.545 mil; e (ii) pelo aumento de 88,6% nas despesas com serviços de terceiros.

Com isso, as Despesas Operacionais passaram a representar 5,8% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 ou seja, um aumento sobre o do exercício do ano anterior quando as Despesas Operacionais representavam 4,4%.

Resultado do Serviço

O Resultado do Serviço da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R$1.294.748 mil e apresentou um aumento no montante de R$271.970 mil, ou 26,6%, em relação ao exercício anterior (R$1.022.778 mil). Esta variação decorre principalmente das variações acima descritas para a Receita Operacional, o Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais. Com isso, o Resultado do Serviço passou representar 18,9% da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, resultado superior ao do exercício do ano anterior quando a rubrica representava 16,2%.

Resultado de Participações Societárias

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 a Companhia não apresentou Resultado de Participações Societárias, enquanto no exercício social anterior tal rubrica totalizou R$97.069 mil. Essa redução resulta da transferência do investimento da RGE para a CPFL Energia, no início do exercício de 2007.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi de R$119.035 mil negativos. No exercício social anterior o Resultado Financeiro da Companhia foi negativo em R$169.156 mil. Essa redução de 29,6%, em relação ao ano anterior decorre principalmente das Despesas de Juros sobre Capital Próprio 65,7% menores.

Em percentual da Receita Operacional, o Resultado Financeiro passou a representar 1,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, contra 2,7% do exercício do ano anterior.

Lucro Antes dos Tributos

O Lucro Antes dos Tributos apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi de R$1.175.713 mil e apresentou um aumento no montante de R$219.267 mil, ou 22,9%, em relação ao exercício anterior (R$956.446 mil). Essa variação decorre do melhor resultado do serviço e Resultado Financeiro, conforme explicado anteriormente.

Em percentual da Receita Operacional, o Lucro Antes dos Tributos passou a representar 17,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, acima dos 15,2% do exercício do ano anterior.

Itens Extraordinários Líquidos dos Efeitos Tributários

No exercício social anterior a Companhia apresentou resultado negativo de R$10.677 mil. Esse item extraordinário registrado em 2006, refere-se ao déficit do plano de previdência privada apurado em 31 de dezembro de 2001, quando da adoção da CVM n.º 371, o qual foi diferido e amortizado nos anos subsequentes, sendo que sua amortização foi finalizada em 31 de dezembro de 2006. Portanto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 o resultado deste item foi equivalente a zero.

Lucro Antes da Reversão do Juro sobre Capital Próprio

O Lucro Antes da Reversão do Juro sobre Capital Próprio da Companhia totalizou R$775.402 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, um aumento de R$131.985 mil, ou 20,5%, em relação ao exercício social anterior (R$643.417 mil).

Reversão dos Juros sobre Capital Próprio

A rubrica Reversão dos Juros sobre Capital Próprio apresentou uma redução de R$81.365 mil, ou 65,7%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 quando comparado com o exercício anterior e totalizou R$42.565 mil. Essa variação decorre principalmente da variação dos itens discutidos acima.

Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício

A Companhia apresentou Lucro Líquido de R$817.967 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, um crescimento de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao aumento de 20,3% no EBITDA Ajustado e ao efeito positivo no item Entidade de Previdência Privada, que registrou aumento de receita de R$30.279 mil. Esse resultado foi parcialmente compensado pela não ocorrência, em 2007, de Resultado de Equivalência Patrimonial ocorrido em 2006 (R$97.069 mil), em função da transferência do investimento da RGE para a CPFL Energia, no início do exercício de 2007.

Em termos percentuais da Receita Operacional, o Lucro Líquido do Exercício passou a representar 11,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, um pouco abaixo dos 12,2% do exercício anterior.

EBITDA Ajustado

A geração operacional de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA Ajustado, alcançou R$ 1.419.139 mil, com crescimento de 20,3%, refletindo, principalmente, o aumento de 10,9% na Receita Operacional Líquida. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo aumento de 23,9% no Custo/Despesa Operacional (R$119.365 mil), do qual excluem-se os gastos com Entidade de Previdência Privada e Depreciação e Amortização, e aumento de 3,1% no Custo com Energia Elétrica (R$73.703 mil).

Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA

Apresentamos a seguir, a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA para os exercícios e períodos indicados.

	Em 31 de dezembro de			**Período de três meses encerrado em 31 de março de**	
Conciliação do EBITDA Ajustado	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
			(em milhares de reais)		
Lucro Líquido do Período	**590.316**	**817.967**	**767.347**	**85.279**	**168.633**
Entidade de Previdencia Privada	(66.318)	(36.023)	(5.744)	19	(16.580)
Depreciação e Amortização	149.694	160.414	156.601	36.564	41.193
Resultado Financeiro	75.111	119.035	169.156	7.201	10.508
Equivalência Patrimonial	-	-	(97.069)	-	-
Contribuição Social	78.883	107.167	79.552	12.044	23.574
Imposto de Renda	213.451	293.144	222.800	32.583	64.177
Item Extraordinário	-	-	10.677	-	-
Reversão Juros Capital Próprio	(31.085)	(42.565)	(123.930)	-	-
EBITDA Ajustado	**1.010.052**	**1.419.139**	**1.179.390**	**173.690**	**291.505**

Nota: O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização e entidade de previdência privada, e de item extraordinário, e de equivalência patrimonial. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente,ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.

Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia

Balanço Patrimonial Ativo (em milhares de reais)	Em 31 de março de 2009	% do Total	Em 31 de dezembro de 2008	% do Total	% Variação 2009/2008
Ativo Circulante	**1.701.711**	**36,5**	**1.529.577**	**33,2**	**11,3**
Disponibilidades	115.831	2,5	66.351	1,4	74,6
Consumidores, Concession. e Permissionárias	803.530	17,3	771.717	16,7	4,1
Dividendos	408	0,0	408	0,0	0,0
Tributos a Compensar	41.256	0,9	41.552	0,9	(0,7)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(29.895)	(0,6)	(27.363)	(0,6)	9,3
Despesas Pagas Antecipadamente	83.408	1,8	66.179	1,4	26,0
Créditos Fiscais Diferidos	78.287	1,7	81.059	1,8	(3,4)
Estoques	4.785	0,1	4.588	0,1	4,3
Diferimento de Custos Tarifários	543.100	11,7	470.634	10,2	15,4
Outros Créditos	61.001	1,3	54.452	1,2	12,0
Ativo Não Circulante	**2.955.661**	**63,5**	**3.082.451**	**66,8**	**(4,1)**
Ativo Realizável de Longo Prazo	**1.382.148**	**29,7**	**1.523.390**	**33,0**	**(9,3)**
Consumidores, Concession. e Permissionárias	152.783	3,3	170.361	3,7	(10,3)
Depósitos Judiciais	504.368	10,8	491.082	10,6	2,7
Tributos a Compensar	53.427	1,1	53.552	1,2	(0,2)
Despesas Pagas Antecipadamente	22.250	0,5	35.560	0,8	(37,4)
Créditos Fiscais Diferidos	457.179	9,8	466.333	10,1	(2,0)
Diferimento de Custos Tarifários	39.676	0,9	81.103	1,8	(51,1)
Derivativos	116.832	2,5	161.604	3,5	(27,7)
Outros Créditos	35.633	0,8	63.795	1,4	(44,1)
Ativo Permanente	**1.573.513**	**33,8**	**1.559.061**	**33,8**	**0,9**
Investimentos	1.144	0,0	1.144	0,0	0,0
Imobilizado	1.409.715	30,3	1.395.269	30,3	1,0
Intangível	162.654	3,5	162.648	3,5	0,0
Ativo Total	**4.657.372**	**100,0**	**4.612.028**	**100,0**	**1,0**

Balanço Patrimonial Passivo (em milhares de reais)	Em 31 de março de 2009	% do Total	Em 31 de dezembro de 2008	% do Total	% Variação 2009/2008
Passivo Circulante	**1.937.616**	**41,6**	**1.893.335**	**41,1**	**2,3**
Fornecedores	476.760	10,2	446.851	9,7	6,7
Encargos de Dívidas	15.172	0,3	13.492	0,3	12,5
Encargos de Debêntures	42.810	0,9	24.119	0,5	77,5
Empréstimos e Financiamentos	120.066	2,6	113.352	2,5	5,9
Debêntures	288.765	6,2	290.279	6,3	(0,5)
Entidade de Previdência Privada	37.231	0,8	31.956	0,7	16,5
Taxas Regulamentares	36.988	0,8	45.094	1,0	(18,0)
Tributos e Contribuições Sociais	191.518	4,1	210.950	4,6	(9,2)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	289.653	6,2	289.653	6,3	0,0
Obrigações Estimadas	24.368	0,5	21.533	0,5	13,2
Diferimento de Ganhos Tarifários	134.590	2,9	115.337	2,5	16,7
Derivativos	53.999	1,2	53.075	1,2	1,7
Outras Contas a Pagar	225.696	4,8	237.644	5,2	(5,0)
Passivo Não Circulante	**2.137.089**	**45,9**	**2.221.305**	**48,2**	**(3,8)**
Passivo Exigível a Longo Prazo	**2.137.089**	**45,9**	**2.221.305**	**48,2**	**(3,8)**
Fornecedores	56.181	1,2	64.208	1,4	(12,5)
Encargos de Dívidas	7.072	0,2	5.993	0,1	18,0
Empréstimos e Financiamentos	958.569	20,6	988.333	21,4	(3,0)
Debêntures	640.000	13,7	640.000	13,9	0,0
Entidade de Previdência Privada	371.457	8,0	394.234	8,5	(5,8)
Tributos e Contribuições Sociais	1.197	0,0	3.359	0,1	(64,4)
Provisões para Contingências	8.375	0,2	10.120	0,2	(17,2)
Diferimento de Ganhos Tarifários	11.272	0,2	31.336	0,7	(64,0)
Derivativos		0,0	-		
Outras Contas a Pagar	82.966	1,8	83.722	1,8	(0,9)
Patrimônio Líquido	**582.667**	**12,5**	**497.388**	**10,8**	**17,1**
Capital Social	72.650	1,6	36.324	0,8	100,0
Reservas de Capital	417.472	9,0	453.798	9,8	(8,0)
Reservas de Lucro	7.266	0,2	7.266	0,2	0,0
Lucro do Período	85.279	1,8	-		
Passivo Total e Patrimônio Líquido	**4.657.372**	**100,0**	**4.612.028**	**100,0**	**1,0**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Ativo Circulante

Em 31 de março de 2009, o Ativo Circulante da Companhia era de R$1.701.711 mil, 11,3% maior do que em 31 de dezembro de 2008 (R$1.529.577 mil). Com isso, o Ativo Circulante passou a representar 36,5% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 33,2% em 31 de dezembro de 2008. Essa variação é consequência principalmente das variações das contas abaixo listadas:

Disponibilidades

As Disponibilidades totalizaram R$115.831 mil em 31 de março de 2009, representando um aumento de R$49.480 mil ou 74,6% em relação a 31 de dezembro de 2008 (R$66.351 mil). Essa variação é consequência principalmente da geração operacional do caixa. Com isso, as disponibilidades passaram a representar 2,5% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 1,4% em 31 de dezembro de 2008.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de curto prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de março de 2009 totalizaram R$803.530 mil em 31 de março de 2009, representando um aumento de R$31.813 mil ou 4,1% em relação a 31 de dezembro de 2008 (R$771.717 mil).

Essa variação é consequência principalmente do aumento do faturamento da Companhia. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias passou a representar 17,3% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 16,7% em 31 de dezembro de 2008.

Diferimento de Custos Tarifários

Em 31 de março de 2009, os custos tarifários diferidos da Companhia totalizavam R$543.100 mil, representando um aumento de R$72.466 mil em relação a 31 de dezembro de 2008 (R$470.634 mil). A variação de 15,4% é resultado do maior volume de diferimento da CVA e da transferência do longo prazo, em função do prazo para sua realização. Com isso, a conta diferimento de custos tarifários passou a representar 11,7% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 10,2% em 31 de dezembro de 2008.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 31 de março de 2009, o Ativo Realizável a Longo Prazo da Companhia era de R$1.382.148 mil, 9,3% a menos do que em 31 de dezembro de 2008 (R$1.523.390 mil). Com isso, o Ativo Realizável a Longo Prazo passou a representar 29,7% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 33,0% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de longo prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de março de 2009 totalizaram R$152.783 mil em 31 de março de 2009, representando uma redução de R$17.578 mil em relação a 31 de dezembro de 2008 (R$170.361 mil).

Essa variação é consequência principalmente da redução do parcelamento de débito de consumidores e da realização dos valores a receber da AES Tietê a título de Uso do Sistema de Distribuição a ser repassado para a CTEEP. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias de longo prazo passou a representar 3,3% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 3,7% em 31 de dezembro de 2008.

Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais da Companhia totalizavam R$504.368 mil em 31 de março de 2009, enquanto em 31 de dezembro de 2008 esse montante era de R$491.082 mil. A variação de 2,7% resulta da correção monetária de tais depósitos. Com isso, a conta Depósitos Judiciais passou a representar 10,8% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 10,6% em 31 de dezembro de 2008.

Derivativos

A Companhia possuía R$116.832 mil a receber a longo prazo, em 31 de março de 2009, decorrente de operações com derivativos. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R$161.604 mil. A redução de 27,7% decorre de ajustes positivos no período. Com isso, a conta Derivativos de longo prazo passou a representar 2,5% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 3,5% em 31 de dezembro de 2008.

Ativo Permanente

Em 31 de março de 2009, o Ativo Permanente da Companhia somava R$1.573.513 mil, 0,9% a mais do que em 31 de dezembro de 2008 (R$1.559.061 mil). O Ativo Permanente continuou a representar em 31 de março de 2009 os mesmos 33,8% de 31 de dezembro de 2008.

Passivo Circulante

Em 31 de março de 2009, o Passivo Circulante da Companhia era de R$1.937.616 mil, R$44.281 mil, ou 2,3%, a mais do que em 31 de dezembro de 2008 (R$1.893.335 mil). Com isso, o Passivo Circulante passou a representar 41,6% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 41,1% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Fornecedores

A Companhia possuía um débito total de R$476.760 mil junto a seus fornecedores de energia elétrica em 31 de março de 2009, em comparação ao montante de R$446.851 mil em 31 de dezembro de 2008. Essa variação de 6,7% decorre principalmente de contas a pagar de suprimento de energia e encargos do sistema de distribuição. Com isso, a conta Fornecedores de curto prazo passou a representar 10,2% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 9,7% em 31 de dezembro de 2008.

Encargos de Debêntures

Em 31 de março de 2009, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R$42.810 mil referentes a encargos de debêntures emitidas. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R$24.119 mil. Essa variação de 77,5% decorre da atualização dos encargos do período ainda não liquidados. Com isso, a conta de Encargos de Debêntures passou a representar 0,9% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 0,5% em 31 de dezembro de 2008.

Tributos e Contribuições Sociais

Em 31 de março de 2009, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R$191.518 mil referentes a tributos e contribuições sociais. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R$ 210.950 mil. Essa variação negativa de 9,2% decorre do pagamento de tais tributos durante o período. Com isso, a conta tributos e contribuições sociais de curto prazo passou a representar 4,1% do passivo total em 31 de março de 2009, contra 4,6% em 31 de dezembro de 2008.

Diferimento de Ganhos Tarifários

Em 31 de março de 2009, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R$134.590 mil referentes a diferimento de ganhos tarifários. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R$115.337 mil. Esse aumento de 16,7% decorre da transferência do longo prazo, em função do prazo para sua realização. Com isso, a conta Diferimento de Ganhos Tarifários de curto prazo passou a representar 2,9% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 2,5% em 31 de dezembro de 2008.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Em 31 de março de 2009, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia era de R$2.137.089 mil, 3,8% menor do que em 31 de dezembro de 2008 (R$2.221.305 mil). Com isso, o Passivo Exigível a Longo Prazo passou a representar 45,9% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 48,2% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão das variações nas linhas abaixo:

Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R$958.569 mil em 31 de março de 2009, uma redução de R$29.764 mil em relação a 31 de dezembro de 2008 (R$988.333 mil). Essa variação é resultado da liquidação, atualização monetária dos empréstimos e da liberação de R$ 34.809 mil que corresponde a uma parte de financiamento do BNDES. Com isso, a conta Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo passou a representar 20,6% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 21,4% em 31 de dezembro de 2008.

Entidade de Previdência Privada

A Companhia possuía saldo a pagar, no longo prazo, a entidades de previdência privada, de R$371.457 mil em 31 de março de 2009. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R$394.234 mil. Essa redução de 5,8% decorre do pagamento de parte de parcela dessas obrigações pela Companhia. Com esta redução, a conta Entidade de Previdência Privada de longo prazo passou a representar 8,0% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 8,5% em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2009, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R$582.667 mil, 17,1% maior do que em 31 de dezembro de 2008 (R$497.388 mil). Com isso, o Patrimônio Líquido passou a representar 12,5% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 10,8% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão da variação das linhas abaixo:

Capital Social

Em 31 de março de 2009, o Capital Social Realizado da Companhia totalizava R$72.650 mil, representando um aumento de R$36.326 mil em relação a 31 de dezembro de 2008 (R$36.324 mil), em razão do aumento de capital realizado pela Companhia utilizando parte das reservas de capital. Com isso, o Capital Social passou a representar 1,6% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 0,8% em 31 de dezembro de 2008.

Reservas de Capital

As Reservas de Capital da Companhia somavam R$417.472 mil em 31 de março de 2009, R$36.326 mil a menos do que em 31 de dezembro de 2008 (R$453.798 mil), em consequência do aumento do capital social acima descrito. Com isso, a conta Reservas de Capital passou a representar 9,0% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 9,8% em 31 de dezembro de 2008. O efeito desta redução foi neutralizada pelo aumento do Capital Social.

Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia

Balanço Patrimonial Ativo (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2008	% do Total	2007	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2008/2007	% Variação 2007/2006
Ativo Circulante	**1.529.577**	**33,2**	**1.856.882**	**39,2**	**1.856.616**	**33,4**	**(17,6)**	**0,0**
Disponibilidades	66.351	1,4	340.796	7,2	245.240	4,4	(80,5)	39,0
Consumidores, Concession. e Permissionárias	771.717	16,7	872.893	18,4	1.182.606	21,3	(11,6)	(26,2)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	408	0,0	408	0,0	87.059	1,6	0,0	(99,5)
Tributos a Compensar	41.552	0,9	40.386	0,9	31.577	0,6	2,9	27,9
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.363)	(0,6)	(41.106)	(0,9)	(47.203)	(0,8)	(33,4)	(12,9)
Despesas Pagas Antecipadamente	66.179	1,4	112.608	2,4	96.422	1,7	(41,2)	16,8
Créditos Fiscais Diferidos	81.059	1,8	62.803	1,3	92.705	1,7	29,1	-32,3
Estoques	4.588	0,1	4.214	0,1	4.552	0,1	8,9	(7,4)
Diferimento de Custos Tarifários	470.634	10,2	400.271	8,4	101.948	1,8	17,6	292,6
Outros Créditos	54.452	1,2	63.609	1,3	61.710	1,1	(14,4)	3,1
Ativo Não Circulante	**3.082.451**	**66,8**	**2.881.336**	**60,8**	**3.708.555**	**66,6**	**7,0**	**(22,3)**
Ativo Realizável de Longo Prazo	**1.523.390**	**33,0**	**1.394.633**	**29,4**	**1.268.246**	**22,8**	**9,2**	**10,0**
Consumidores, Concession. e Permissionárias	170.361	3,7	114.888	2,4	88.097	1,6	48,3	30,4
Depósitos Judiciais	491.082	10,6	427.585	9,0	43.678	0,8	14,9	878,9
Tributos a Compensar	53.552	1,2	52.861	1,1	48.449	0,9	1,3	9,1
Despesas Pagas Antecipadamente	35.560	0,8	21.018	0,4	14.445	0,3	69,2	45,5
Créditos Fiscais Diferidos	466.333	10,1	496.072	10,5	534.761	9,6	(6,0)	(7,2)
Diferimento de Custos Tarifários	81.103	1,8	178.206	3,8	441.250	7,9	(54,5)	(59,6)
Derivativos	161.604	3,5	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos	63.795	1,4	104.003	2,2	97.566	1,8	(38,7)	6,6
Ativo Permanente	**1.559.061**	**33,8**	**1.486.703**	**31,4**	**2.440.309**	**43,8**	**4,9**	**(39,1)**
Investimentos	1.144	0,0	1.143	0,0	1.052.493	18,9	0,1	(99,9)
Imobilizado	1.395.269	30,3	1.339.302	28,3	1.379.024	24,8	4,2	(2,9)
Intangível	162.648	3,5	146.258	3,1	-	-	11,2	-
Diferido		0,0	-	0,0	8.792	0,2	-	(100,0)
Ativo Total	**4.612.028**	**100,0**	**4.738.218**	**100,0**	**5.565.171**	**100,0**	**(2,7)**	**(14,9)**

Balanço Patrimonial Passivo (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2008	% do Total	2007	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2008/2007	% Variação 2007/2006
Passivo Circulante	**1.893.335**	**41,1**	**1.863.542**	**39,3**	**1.841.767**	**33,1**	1,6	1,2
Fornecedores	446.851	9,7	382.394	8,1	420.500	7,6	16,9	(9,1)
Encargos de Dívidas	13.492	0,3	3.113	0,1	7.339	0,1	333,4	(57,6)
Encargos de Debêntures	24.119	0,5	19.805	0,4	21.789	0,4	21,8	(9,1)
Empréstimos e Financiamentos	113.352	2,5	246.218	5,2	359.095	6,5	(54,0)	(31,4)
Debêntures	290.279	6,3	-	-	-	-	-	-
Entidade de Previdência Privada	31.956	0,7	45.034	1,0	59.070	1,1	(29,0)	(23,8)
Taxas Regulamentares	45.094	1,0	33.328	0,7	56.517	1,0	35,3	(41,0)
Tributos e Contribuições Sociais	210.950	4,6	325.078	6,9	221.368	4,0	(35,1)	46,8
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	289.653	6,3	422.092	8,9	442.824	8,0	(31,4)	(4,7)
Obrigações Estimadas	21.533	0,5	18.474	0,4	19.033	0,3	16,6	(2,9)
Diferimento de Ganhos Tarifários	115.337	2,5	138.312	2,9	98.558	1,8	(16,6)	40,3
Derivativos	53.075	1,2	-	-	-	-	-	-
Outras Contas a Pagar	237.644	5,2	229.694	4,8	135.674	2,4	3,5	69,3
Passivo Não Circulante	**2.221.305**	**48,2**	**2.379.165**	**50,2**	**2.267.360**	**40,7**	(6,6)	**4,9**
Passivo Exigível de Longo Prazo	**2.221.305**	**48,2**	**2.379.165**	**50,2**	**2.267.360**	**40,7**	(6,6)	4,9
Fornecedores	64.208	1,4	-		-		-	-
Encargos de Dívidas	5.993	0,1	7.421	0,2	2.305	0,0	(19,2)	222,0
Empréstimos e Financiamentos	988.333	21,4	739.023	15,6	594.111	10,7	33,7	24,4
Debêntures	640.000	13,9	914.897	19,3	903.830	16,2	(30,0)	1,2
Entidade de Previdência Privada	394.234	8,5	496.970	10,5	585.354	10,5	(20,7)	(15,1)
Tributos e Contribuições Sociais	3.359	0,1	3.853	0,1	22.386	0,4	(12,8)	(82,8)
Provisões para Contingências	10.120	0,2	37.536	0,8	46.497	0,8	(73,0)	(19,3)
Diferimento de Ganhos Tarifários	31.336	0,7	39.223	0,8	45.188	0,8	(20,1)	(13,2)
Derivativos	-	-	73.637	1,6	8.475	0,2	-	768,9
Outras Contas a Pagar	83.722	1,8	66.605	1,4	59.214	1,1	25,7	12,5
Patrimônio Líquido	**497.388**	**10,8**	**495.511**	**10,5**	**1.456.044**	**26,2**	0,4	(66,0)
Capital Social	36.324	0,8	1.000	0,0	920.747	16,5	3.532,4	(99,9)
Reservas de Capital	453.798	9,8	489.122	10,3	519.144	9,3	(7,2)	(5,8)
Reservas de Lucro	7.266	0,2	7.266	0,2	16.153	0,3	0,0	(55,0)
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	**-**	(1.877)	-	-	-	-	-
Passivo Total e Patrimônio Líquido	**4.612.028**	**100,0**	**4.738.218**	**100,0**	**5.565.171**	**100,0**	**(2,7)**	**(14,9)**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2008, o Ativo Circulante da Companhia era de R$1.529.577 mil, 17,6% a menos do que em 31 de dezembro de 2007 (R$1.856.882 mil). Com isso, o Ativo Circulante passou a representar 33,2% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 39,2% do que em 31 de dezembro de 2007. Essa variação é consequência principalmente das variações das contas abaixo listadas:

Disponibilidades

As disponibilidades totalizaram R$66.351 mil em 31 de dezembro de 2008, representando uma redução de R$274.445 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R$340.796 mil). Essa variação é consequência principalmente do uso do caixa para pagamento de dividendos e encargos de debêntures. Com isso, as Disponibilidades passaram a representar 1,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 7,2% em 31 de dezembro de 2007.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de curto prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de dezembro de 2008 totalizaram R$771.717 mil em 31 de dezembro de 2008, representando uma redução de R$101.176 mil ou 11,6% em relação a 31 de dezembro de 2007 (R$872.893 mil).

Essa variação é consequência principalmente da queda 2,8% na Receita Operacional no período. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias passou a representar 16,7% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 18,4% em 31 de dezembro de 2007.

Despesas Pagas Antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia tinha R$66.179 mil em despesas pagas antecipadamente, representando uma redução de R$46.429 mil, ou 41,2%, em relação a 31 de dezembro de 2007 (R$112.608 mil). Essa variação é resultado da realização dos ativos regulatórios. Com isso, a conta despesas pagas antecipadamente passou a representar 1,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 2,4% em 31 de dezembro de 2007.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2008, o Ativo Realizável a Longo Prazo da Companhia era de R$1.523.390 mil, 9,2% a mais do que em 31 de dezembro de 2007 (R$1.394.633 mil). Com isso, o Ativo Realizável a Longo Prazo passou a representar 33,0% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 29,4% do que em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de longo prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de dezembro de 2008 totalizaram R$170.361 mil em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R$55.473 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R$114.888 mil).

Essa variação é consequência principalmente do aumento do saldo a receber de concessionárias e permissionárias. Com isso, a conta consumidores, concessionário e permissionárias de longo prazo passou a representar 3,7% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 2,4% em 31 de dezembro de 2007.

Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais da Companhia totalizavam R$491.082 mil em 31 de dezembro de 2008, enquanto em 31 de dezembro de 2007 esse montante era de R$427.585 mil. A variação de 14,9% resulta da correção monetária de tais depósitos. Com isso, a conta Depósitos Judiciais de longo prazo passou a representar 10,6% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 9,0% em 31 de dezembro de 2007.

Derivativos

A Companhia possuía R$161.604 mil a receber a longo prazo, em 31 de dezembro de 2008, decorrente de operações com derivativos. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia não tinha nenhum montante de longo prazo a receber relativo a derivativos. Tal variação decorre de ajustes positivos nas posições no período. Com isso, a conta Derivativos de longo prazo passou a representar 3,5% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008.

Ativo Permanente

Em 31 de dezembro de 2008, o Ativo Permanente da Companhia era de R$1.559.061 mil, 4,9% a mais do que em 31 de dezembro de 2007 (R$1.486.703 mil). Com isso, o Ativo Permanente passou a representar 33,8% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 31,4% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2008, o imobilizado da Companhia era de R$1.395.269 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2007 totalizava R$1.339.302 mil. A diferença de R$55.967 mil ou 4,2% resulta de investimentos realizados na rede durante o período. Com isso, a conta Imobilizado passou a representar 30,3% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 28,3% em 31 de dezembro de 2007.

Intangível

Na rubrica Intangível do Ativo Circulante da Companhia são incluídos *softwares*, de vida útil definida e cuja amortização é de 20,0% ao ano, e por direito de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

Em 31 de dezembro de 2008, tal rubrica totalizava R$162.648 mil, representando aumento de R$16.390 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R$146.258 mil), como consequência do investimento em novos *softwares* no montante de R$38.278 mil. Com isso, o intangível passou a representar 3,5% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 3,1% em 31 de dezembro de 2007.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2008, o Passivo Circulante da Companhia era de R$1.893.335 mil, ou 1,6%, a mais do que em 31 de dezembro de 2007 (R$1.863.542 mil). Com isso, o Passivo Circulante passou a representar 41,1% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 39,3% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada em razão principalmente das alterações nas linhas abaixo:

Fornecedores

A Companhia possuía um débito total de R$446.851 mil junto a seus fornecedores de energia elétrica em 31 de dezembro de 2008, em comparação ao montante de R$382.394 mil na mesma data do ano anterior. Essa variação deve-se principalmente ao registro dos valores a repassar para a CTEEP a título de Encargo de Uso do Sistema de Transmissão de Fronteira. Com isso, a conta Fornecedores de curto prazo passou a representar 9,7% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 8,1% em 31 de dezembro de 2007.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia totalizavam R$113.352 mil em 31 de dezembro de 2008, uma diminuição de R$132.866 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R$246.218 mil). Essa variação é resultado do pagamento e refinanciamento de longo prazo de tais empréstimos. Com isso, os empréstimos e financiamentos de curto prazo passaram a representar 2,5% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 5,2% em 31 de dezembro de 2007. Este item contribuiu negativamente para o aumento do Passivo Circulante, mas seu efeito foi neutralizado pela variação no item seguinte.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a pagar no curto prazo referente às debêntures emitidas pela Companhia totalizava R$290.279 mil. Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia não tinha saldo de debêntures a pagar no curto prazo. Essa variação decorre principalmente da transferência para o curto prazo de parte das debêntures que vencerão em menos de um ano.Com isso, a conta Debêntures de curto prazo passou a representar 6,3% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 0,0% em 31 de dezembro de 2007, principal item que contribuiu para o aumento do Passivo Circulante.

Tributos e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R$210.950 mil referentes a tributos e contribuições sociais. Em 31 de dezembro de 2007, esse montante era de R$325.078 mil. Essa variação de 35,1% decorre do pagamento de saldo IR e CSLL durante o período. Com isso, os tributos e contribuições sociais de curto prazo passaram a representar 4,6% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 6,9% em 31 de dezembro de 2007. A variação deste item contribuiu negativamente para o aumento do Passivo Circulante.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía o montante R$289.653 mil a título de dividendos a pagar no curto prazo, uma redução de R$132.439 mil em comparação a 31 de dezembro de 2007 (R$422.092 mil). Essa variação é resultado do pagamento de dividendos e o menor lucro apurado no período. Com isso, a conta Dividendos e Juros sobre Capital Próprio passou a representar 6,3% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 8,9% em 31 de dezembro de 2007.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2008, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia era de R$2.221.305 mil, 6,6% a menos do que em 31 de dezembro de 2007 (R$2.379.165 mil). Com isso, o Passivo Exigível a Longo Prazo passou a representar 48,2% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 50,2% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada principalmente em razão das variações abaixo:

Fornecedores

Fornecedores de longo prazo da Companhia totalizavam R$ 64.208 mil em 31 de dezembro de 2008, e zero em 31 de dezembro de 2007. Este montante registrado em 2008 refere-se valores de longo prazo a repassar para a CTEEP a título de Encargo de Uso do Sistema de Transmissão de Fronteira. Com isso, a rubrica Fornecedores de longo prazo passaram a representar 1,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2008.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R$988.333 mil em 31 de dezembro de 2008, um aumento de R$249.310 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R$739.023 mil). Essa variação é resultado do refinanciamento de dívidas de curto prazo. Com isso, os Empréstimos e Financiamentos de longo prazo passaram a representar 21,4% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 15,6% em 31 de dezembro de 2007.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a pagar no longo prazo referente às debêntures emitidas pela Companhia totalizava R$640.000 mil, uma diminuição de R$274.897 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R$914.897 mil). Essa variação decorre principalmente da transferência para o curto prazo de parte das debêntures que vencerão em menos de um ano. Com isso, o saldo da conta debêntures de longo prazo passou a representar 13,9% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 19,3% em 31 de dezembro de 2007. Esta variação negativa contribuiu significativamente para a redução do Passivo Exigível a Longo Prazo.

Entidade de Previdência Privada

A Companhia possuía saldo a pagar, no longo prazo, a entidades de previdência privada, de R$394.234 mil em 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2007, esse montante era de R$496.970 mil. Essa variação de 20,7% decorre do pagamento de parte de parcela dessas obrigações pela Companhia. Com isso, o saldo da conta Entidade de Previdência Privada de longo prazo passou a representar 8,5% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 10,5% em 31 de dezembro de 2007. Esta variação negativa também contribuiu para a redução do Passivo Exigível a Longo Prazo.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2008, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R$497.388 mil, 0,4% maior do que em 31 de dezembro de 2007 (R$495.511 mil). Com isso, o Patrimônio Líquido passou a representar 10,8% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 10,5% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada em razão das variações abaixo:

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2008, o Capital Social Realizado da Companhia totalizava R$36.324 mil, representando um aumento de R$35.324 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R$1.000 mil), em razão do aumento de capital realizado pela Companhia utilizando parte das reservas de capital. Com isso, o Capital Social passou a representar 0,8% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 0,02% em 31 de dezembro de 2007.

Reservas de Capital

As Reservas de Capital da Companhia somavam R$453.798 mil em 31 de dezembro de 2008, R$35.324 mil a menos do que na mesma data do ano anterior, em consequência do aumento do capital social acima descrito. Com isso, a Reserva de Capital passou a representar 9,8% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 10,3% em 31 de dezembro de 2007.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2007, o Ativo Circulante da Companhia era de R$1.856.882 mil, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2006 (R$1.856.616 mil). Com isso, o Ativo Circulante passou a representar 39,2% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 33,4% do que em 31 de dezembro de 2006. As variações mais relevantes ocorreram nas seguintes contas:

Disponibilidades

As Disponibilidades totalizaram R$340.796 mil em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de R$95.556 mil, ou 39%, em relação a 31 de dezembro de 2006 (R$245.240 mil). Essa variação é consequência principalmente da geração operacional do caixa. Com isso, as Disponibilidades passaram a representar 7,2% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 4,4% em 31 de dezembro de 2006.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de curto prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R$872.893 mil, representando uma redução de R$309.713 mil, ou de 26,2%, em relação a 31 de dezembro de 2006 (R$1.182.606 mil).

Essa variação é consequência principalmente da realização de R$ 278.523 mil no montante a receber de ativos regulatórios. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias passou a representar 18,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 21,3% em 31 de dezembro de 2006.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía R$408 mil de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio em seu Ativo Circulante, em comparação a R$87.059 mil em 31 de dezembro de 2006. A variação deve-se ao recebimento da antiga controlada RGE. Com isso, os Dividendos e Juros sobre Capital Próprio passaram a representar 0,0% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 1,6% em 31 de dezembro de 2006.

Diferimento de Custos Tarifários

Em 31 de dezembro de 2007, os custos tarifários diferidos da Companhia totalizavam R$400.271 mil, representando um aumento de R$298.323 mil em relação a 31 de dezembro de 2006 (R$101.948 mil). A variação de 292,6% é resultado da classificação no curto prazo da parcela de longo prazo que vencerá em até um ano. Com isso, os custos tarifários diferidos da Companhia passaram a representar 8,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 1,8% em 31 de dezembro de 2006.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2007, o Ativo Realizável a Longo Prazo da Companhia era de R$1.394.633 mil, 10,0% a mais do que em 31 de dezembro de 2006 (R$1.268.246 mil). Com isso, o Ativo Realizável a Longo Prazo passou a representar 29,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 22,8% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais da Companhia totalizavam R$427.585 mil em 31 de dezembro de 2007, enquanto em 31 de dezembro de 2006 esse montante era de R$43.678 mil. A variação de 878,9% resulta de um depósito relacionado à discussão da dedutibilidade para fins de imposto de renda, de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente a déficit previdenciário do plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP. Com isso, os Depósitos Judiciais de longo prazo passaram a representar 9,0% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 0,8% em 31 de dezembro de 2006. Este item contribuiu significativamente para o aumento do ativo realizável a longo.

Diferimento de Custos Tarifários

Em 31 de dezembro de 2007, os custos tarifários diferidos da Companhia totalizavam R$178.206 mil, representando uma redução de R$263.044 mil em relação a 31 de dezembro de 2006 (R$441.250 mil). A variação de 59,6% é resultado de transferência para o curto prazo do saldo a receber de prazo inferior a um ano. Com isso, a conta Diferimento de Custos Tarifários de longo prazo passou a representar 3,8% do ativo total em 31 de dezembro de 2007, contra 7,9% do que em 31 de dezembro de 2006.

Ativo Permanente

Em 31 de dezembro de 2007, o Ativo Permanente da Companhia era de R$1.486.703 mil, 39,1% a menos do que em 31 de dezembro de 2006 (R$2.440.309 mil). Com isso, o Ativo Permanente passou a representar 31,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 43,8% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Investimentos

Os Investimentos do Ativo Permanente da Companhia totalizavam R$1.143 mil em 31 de dezembro de 2007, uma redução de R$1.051.350 mil em relação a 31 de dezembro de 2006 (R$1.052.493 mil). Essa variação é resultado da transferência da participação da RGE para a CPFL Energia. Com isso, os investimentos do Ativo Permanente passaram a representar 0,0% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 18,9% em 31 de dezembro de 2006.

Intangível

Na rubrica "Intangível" do Ativo Circulante da Companhia são incluídos *softwares*, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, e por direito de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

Em 31 de dezembro de 2007, tal rubrica totalizava R$146.258 mil, sendo que em 31 de dezembro de 2006 a Companhia registrava os Intangíveis na rubrica Imobilizado.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2007, o Passivo Circulante da Companhia era de R$1.863.542 mil, ou 1,2%, a mais do que em 31 de dezembro de 2006 (R$1.841.767 mil). Com isso, o Passivo Circulante passou a representar 39,3% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 33,1% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Os Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo da Companhia totalizavam R$246.218 mil em 31 de dezembro de 2007, uma diminuição de R$112.877 mil ou 31,4% em relação a 31 de dezembro de 2006. Essa variação é resultado de alongamento e pagamento de parte da dívida vincenda. Com isso, a rubrica Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo passou a representar 5,2% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 6,5% em 31 de dezembro de 2006.

Tributos e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R$325.078 mil referentes a tributos e contribuições sociais. Em 31 de dezembro de 2006, esse montante era de R$221.368 mil. Essa variação de 46,8% decorre basicamente do aumento da base tributável. Com isso, a rubrica Tributos e Contribuições Sociais de curto prazo passou a representar 6,9% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 4,0% em 31 de dezembro de 2006.

Diferimento de Ganhos Tarifários

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia tinha, no curto prazo, R$138.312 mil referentes a Diferimentos de Ganhos Tarifários. Em 31 de dezembro de 2006, esse montante era de R$98.558 mil. Essa variação de 40,3% decorre do maior montante de diferimento da CVA e transferência para o curto prazo do montante a ser realizado no prazo de 12 meses. Com isso, a rubrica Diferimentos de Ganho Tarifários passou a representar 2,9% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 1,8% em 31 de dezembro de 2006.

Outras Contas a Pagar

Nessa rubrica estão incluídos basicamente: passivos regulatórios, programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.e obrigações com consumidores. A Companhia tinha, em 31 de dezembro de 2007, R$229.694 mil contabilizados em seu Passivo Circulante a título de Outras Contas a Pagar. Em 31 de dezembro de 2006 esse número era de R$135.674 mil. O aumento de 69,3% decorre principalmente dos passivos regulatórios. Com isso, a rubrica Outras Contas a Pagar de curto prazo passou a representar 4,8% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 2,4% em 31 de dezembro de 2006.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2007, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia era de R$2.379.165 mil, 4,9% a mais do que em 31 de dezembro de 2006 (R$2.267.360 mil). Com isso, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia passou a representar 50,2% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 40,7% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das alterações das linhas abaixo:

Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Os Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo da Companhia totalizavam R$739.023 mil em 31 de dezembro de 2007, um aumento de R$144.912 mil ou 24,4% em relação a 31 de dezembro de 2006 (R$594.111 mil). Essa variação é resultado de novas captações de longo prazo para refinanciar as dívidas de curto prazo. Com isso, a rubrica Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo da Companhia passou a representar 15,6% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 10,7% em 31 de dezembro de 2006.

Entidade de Previdência Privada

A Companhia possuía saldo a pagar, no longo prazo, a entidades de previdência privada, de R$496.970 mil em 31 de dezembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2006, esse montante era de R$585.354 mil. Essa variação de 15,1% decorre de amortizações realizadas pela Companhia no período. Devido a redução do Passivo Total em 14,9%, a rubrica Entidade de Previdência Privada no longo prazo da Companhia continuou a representar 10,5% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007.

Derivativos

As obrigações de longo prazo da Companhia decorrentes de operações com derivativos somavam R$73.637 mil em 31 de dezembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía R$8.475 mil contabilizados em seu Passivo Exigível a Longo Prazo. Essa variação de R$65.162 mil, ou 768,9%, é resultado de ajustes negativos nas posições de derivativos da Companhia. Com isso, obrigações de longo prazo da CPFL Paulista decorrentes de operações com derivativos passaram a representar 1,6% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 0,2% em 31 de dezembro de 2006.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2007, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R$495.511 mil, 66,0% menor do que em 31 de dezembro de 2006 (R$1.456.044 mil). Com isso, o Patrimônio Líquido passou a representar 10,5% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 26,2% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada em razão das variações abaixo:

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2007, o Capital Social Realizado da Companhia totalizava R$1.000 mil, representando uma diminuição de R$919.747 mil em relação a 31 de dezembro de 2006 (R$920.747 mil), em razão da redução de capital referente à transferência da RGE para a CPFL Energia. Com isso, o capital social passou a representar menos de 0,1% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 16,5% em 31 de dezembro de 2006.

Reservas de Capital

As Reservas de Capital da Companhia somavam R$489.122 mil em 31 de dezembro de 2007, R$30.022 mil a menos do que na mesma data do ano anterior (R$519.144 mil), em função da capitalização do benefício fiscal do ágio. Com isso, a rubrica Reservas de Capital passou a representar 10,3% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 9,3% em 31 de dezembro de 2006.

Liquidez e Recursos Financeiros

As principais necessidades de liquidez e de recursos financeiros da Companhia são:

- obrigações de serviço de dívida referentes ao seu endividamento;
- investimentos para manter e modernizar sua rede de distribuição;
- impostos pagos aos órgãos federais, estaduais e municipais; e
- pagamentos de dividendos e demais distribuições aos acionistas.

As principais fontes de liquidez e recursos financeiros da Companhia são:

- recursos gerados pelas suas operações; e
- Receita Financeira advinda da aplicação de seu caixa e disponibilidades.

A Companhia acredita dispor de fontes de liquidez e de recursos financeiros suficientes para atender as previsões de suas necessidades de serviço da dívida, de dispêndio de capital e demais necessidades nos próximos anos, embora não seja possível oferecer garantias a esse respeito.

Comparação do Fluxo de Caixa nos Períodos Indicados

O resumo de nossos fluxos de caixa consolidados, das atividades operacionais, de investimento e das atividades de financiamento nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009 e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 estão apresentados nas tabelas a seguir.

	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2009	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2008
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL (em milhares de reais)		
Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	**129.907**	**256.384**
Ajuste de Exercícios Anteriores		
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e Amortização	36.571	41.192
Provisão para Contingências	(1.815)	(768)
Encargos de Dívidas, Atualizações Monetárias e Cambiais	42.039	46.865
Perdas (Ganhos) com Plano de Pensão	19	(16.580)
Perdas (Ganhos) na Baixa de Ativo não Circulante	289	(1.287)
Pis e Cofins Diferidos	627	(9.963)
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(11.702)	(12.867)
Tributos a Compensar	421	722
Diferimento de Custos Tarifários	(31.039)	(21.187)
Depósitos Judiciais	(1.172)	(4.294)
Outros Ativos Regulatórios-Sobrecontratação de Energia	5.813	73.057
Outros Ativos Operacionais	(2.533)	35.031
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	21.882	(15.721)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(54.656)	(144.979)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	3.195	7.001
Diferimento de Ganhos Tarifários	(811)	54.020
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	(17.521)	(12.730)
Encargos de Dívidas Pagos	(17.635)	(26.461)
Taxas Regulamentares	(8.106)	1.758
Outros Passivos Regulatórios-Sobrecontratação de Energia	(11.011)	41.618
Outros Passivos Operacionais	(1.454)	(11.028)
CAIXA ORIUNDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	**81.308**	**279.783**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Imobilizado	(56.303)	(56.058)
Títulos e Valores Mobiliários	7.099	(16.100)
Contratos de Pré-Compra de Energia	6.233	2.663
Acréscimos de Obrigações Especiais	5.865	5.355
Adições de Intangível	(5.664)	(5.628)
Venda de Ativo não Circulante	1.327	2.903
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(41.443)**	**(66.865)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de Empréstimos e Debêntures	35.309	-
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures Liquido de Derivativos	(25.694)	(129.787)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-	(9)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**9.615**	**(129.796)**
(REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	**49.480**	**83.122**
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	66.351	340.796
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	**115.831**	**423.918**

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL (em milhares de reais)		
Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	**882.650**	**1.218.278**
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e Amortização	149.694	160.416
Provisão para Contingências	(27.725)	(8.961)
Encargos de Dívidas, Atualizações Monetárias e Cambiais	197.326	190.628
Ganhos com Plano de Pensão	(66.318)	(36.023)
Ganhos na Baixa de Ativo não Circulante	(3.064)	(60)
Pis e Cofins Diferidos	(5.797)	(2.782)
Outros	-	2.169
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	31.959	276.825
Dividendos Recebidos	-	86.651
Tributos a Compensar	(1.857)	(13.221)
Diferimento de Custos Tarifários	26.740	(35.279)
Depósitos Judiciais	(16.414)	(368.266)
Outros Ativos Operacionais	49.458	(6.279)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	128.665	(38.106)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(354.252)	(250.926)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	(27.180)	11.322
Diferimento de Ganhos Tarifários	(30.863)	33.789
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	(49.496)	(66.397)
Encargos de Dívidas Pagos	(158.163)	(179.408)
Taxas Regulamentares	11.766	(23.189)
Outros Passivos Operacionais	16.343	109.566
CAIXA ORIUNDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	**753.472**	**1.060.747**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Imobilizado	(240.527)	(265.407)
Títulos e Valores Mobiliários	34.824	(31.831)
Contratos de Pré-Compra de Energia	18.559	(3.901)
Acréscimos de Obrigações Especiais	34.566	35.060
Adições de Intangível	(38.278)	(45.100)
Venda de Ativo não Circulante	12.343	7.309
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(178.513)**	**(303.870)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de Empréstimos e Debêntures	131.789	489.873
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	(264.978)	(409.712)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(716.215)	(741.482)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(849.404)**	**(661.321)**
(REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	**(274.445)**	**95.556**
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	340.796	245.240
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	**66.351**	**340.796**

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL (em milhares de reais)	
Lucro Líquido do Exercício	767.347
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
- Remuneração de Ativos Regulatórios do Racionamento	(88.282)
- Provisão para Perdas nos Ativos Regulatórios do Racionamento	-
- Revisão Tarifária 2003	(30.152)
- Reajuste Tarifário	5.583
- Outros Ativos Regulatórios	(11.271)
- Subvenção - Baixa Renda	(2.818)
- Depreciação e Amortização	185.835
- Provisão para Contingências	(95.040)
- Juros e Variações Monetárias e Cambiais	24.671
- Instrumentos Derivativos	(26.631)
- Receita (Despesa) com Plano de Pensão	8.510
- Equivalência Patrimonial	(97.069)
- (Ganhos) Perdas na Baixa de Ativo Imobilizado e Investimento	459
- Realização de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	115.826
- Programas de Pesquisa e Desenvonvimento e Eficiência Energética	8.153
- Outros	(923)
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS	
- Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	217.874
- Dividendos Recebidos	140.387
- Tributos a Compensar	(10.900)
- Aplicações Financeiras	104.862
- Estoques	(52)
- Diferimento de Custos Tarifários	161.377
- Depósitos Judiciais	(12.273)
- Diferido	466
- Coligadas, Controladas e Controladoras	455
- Outros Ativos Operacionais	37.422
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	
- Fornecedores	(69.206)
- Tributos e Contribuições Sociais	(14.908)
- Diferimento de Ganhos Tarifários	(17.752)
- Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	(78.534)
- Encargos de Dívidas - Apropriados e Pagos	(62.243)
- Encargos de Dívidas - Juros Incorporados ao Principal	52.713
- Taxas Regulamentares	39.736
- Outros Passivos Operacionais	(341)
CAIXA ORIUNDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.253.281**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
- Aquisições de Imobilizado	(244.967)
- Títulos e Valores Mobiliários	(11.522)
- Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	1.238
- Contratos de Pré-Compra de Energia	(5.013)
- Acréscimos de Obrigações Especiais	24.662
- Diferido	3.303
- Venda de Ativos Permanentes	5.099
- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(227.200)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
- Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	906.392
- Amortização de Principal Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(1.361.605)
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(665.901)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(1.121.114)**
(REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	**(95.033)**
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	306.286
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	**211.253**
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
- Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	152.737
- Juros Pagos	260.428

DISPONIBILIDADES	**2006**
Saldo Legislação Societária	**245.240**
- Reclassificação - FAS 95 (1)	(33.987)
Saldo Ajustado	**211.253**

(1) Ajuste realizado ao disponível de modo a adequar a Demonstração do Fluxo de Caixa aos critérios estabelecidos pelo FAS 95 – Statements of Cash Flow. De acordo com este critério estão sujeitas a reclassificações à linha de "Aplicações Financeiras", aquelas aplicações que embora 'de liquidez imediata, possuam vencimento superiores a 90 dias com resgate antecipado sujeito ao seu valor de mercado.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

Em 2006, tivemos um caixa gerado das atividades operacionais de R$1.253.281 mil, basicamente devido ao lucro líquido do exercício (R$ 767.347 mil) e das variações dos ativos operacionais, principalmente em consumidores, dividendos recebidos e diferimentos de custos tarifários (R$ 519.638 mil).

Em 2007, tivemos um caixa gerado das atividades operacionais de R$1.060.747 mil em virtude do lucro líquido incluindo CSLL e IRPJ ajustado pela depreciação e amortização (R$ 1.378.694 mil), compensado parcialmente pelas variações dos passivos operacionais referente aos itens de tributos e encargos pagos (R$ 430.334 mil).

Em 2008, tivemos um caixa gerado nas atividades operacionais de R$753.472 mil, resultado principalmente do lucro líquido incluindo CSLL e IRPJ ajustado pela depreciação e amortização (R$ 1.032.344 mil), compensado parcialmente pelas variações dos passivos operacionais referente aos itens de tributos e encargos pagos (R$ 512.415 mil).

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2008, tivemos um caixa líquido gerado das atividades operacionais de R$279.783 mil, devido principalmente ao lucro líquido incluindo CSLL e IRPJ ajustado pela depreciação e amortização (R$ 297.576 mil).

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, tivemos um caixa líquido gerado das atividades operacionais de R$81.308 mil, devido principalmente ao lucro líquido incluindo CSLL e IRPJ ajustado pela depreciação e amortização (R$ 166.478 mil), compensado parcialmente pelas variações dos passivos operacionais referente aos itens de tributos e encargos pagos (R$ 72.291 mil).

Fluxo de Caixa Gerado para as Atividades de Investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimento em 2006 foi R$227.200 mil, em 2007 e 2008, respectivamente totalizaram R$303.870 mil e R$178.513 mil. Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, totalizaram, respectivamente, R$66.865 mil e R$41.443 mil. Para todos os períodos, o caixa foi utilizado principalmente na aquisição de ativo imobilizado.

Fluxo de Caixa Gerado para as Atividades de Financiamento

Em 2006, tivemos um caixa utilizado nas atividades de financiamento de R$1.121.114 mil, em 2007 e 2008, respectivamente, totalizaram R$661.321 mil e R$849.404 mil.

Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, totalizaram, respectivamente, R$129.796 mil e R$9.615 mil. Para todos os períodos, o caixa foi utilizado na amortização de empréstimos e debêntures e para pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Endividamento

O endividamento da Companhia aumentou de R$ 42.582 mil, ou 2,2%, em 31 de março de 2009, quando comparado a 31 de dezembro de 2008, atingindo R$ 2.009.621 mil (considerando os efeitos da Lei n.º 11.638/07). A súmula de *rating* elaborada pela Standard & Poor's, anexa a este Prospecto, contém uma análise da capacidade de pagamento da Companhia em relação aos seus pares na mesma categoria de *rating*.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento dos empréstimos existentes na data deste Prospecto, incluindo o valor principal e juros incorridos:

(em R$ mil)	**Empréstimos e Financiamentos**	**Debêntures**	**Total**
2009	88.086	288.765	376.851
2010	132.891	-	132.891
2011	183.433	213.333	396.766
2012	546.774	213.333	760.107
2013	66.116	213.333	279.449
2014	32.124	-	32.124
Após 2014	50.493	-	50.493
Total	**1.099.917**	**928.765**	**2.028.682**

Capacidade de Pagamento de Compromissos Financeiros

Por meio de uma análise dos números de nosso ativo circulante e do nosso passivo circulante, a Companhia acredita possuir um capital de giro que permite ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos planejados, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Companhia acredita que terá capacidade para contratá-los.

Operações não Registradas nas Demonstrações Contábeis

Atualmente a Companhia não tem quaisquer operações não registradas nas demonstrações contábeis para financiar operações. A Companhia não possui quaisquer controladas que não estejam incluídas nas demonstrações contábeis, nem possui quaisquer coligadas ou participações em, ou relacionamentos com, quaisquer sociedades que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

7. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

- Características Gerais
- Principais Entidades Regulatórias
- Concessões
- Limitações à Concentração no Mercado de Energia Elétrica
- Tarifas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica
- Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica
- Incentivos Governamentais ao Setor Elétrico
- Encargos Tarifários
- Taxa pelo Uso de Recursos Hídricos
- Desverticalização
- Meio Ambiente

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Características Gerais

Em 2008, o MME aprovou um Plano Decenal de Expansão, segundo o qual a capacidade de geração instalada do País deverá aumentar para 144,8 GW até 2016, dos quais 115,0 GW (79,4%) corresponderão à geração hidrelétrica, 29,8 GW (20,6%) à geração termelétrica e 8,6 GW (6,6%) à importação de energia elétrica por meio do SIN.

Em 2008, a Eletrobrás detinha 39,0% dos ativos de geração brasileiros. Por intermédio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é também responsável por 56,0% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV no Brasil. Além disso, detém participação em algumas empresas controladas por estados brasileiros que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo, entre outras, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF e FURNAS.

Empresas privadas detinham 38,0% e 68,0% do mercado de geração e distribuição, respectivamente, em termos de capacidade total e demanda, e 26,0% do mercado de transmissão em termos de receita.

Principais Autoridades Reguladoras

Ministério de Minas e Energia - MME

O MME é o regulador primário do governo brasileiro do setor elétrico. Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o governo brasileiro, agindo primariamente por meio do MME, assumiu determinadas obrigações que anteriormente constituíam responsabilidade da ANEEL, inclusive a redação das diretrizes que regem a outorga de concessões e a emissão de instruções para o processo de licitação em concessões relacionadas a serviços e ativos públicos.

Conselho Nacional de Política Energética - CNPE

Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para prestar assessoria ao Presidente da República no tocante ao desenvolvimento e criação da política nacional de energia otimizando a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurando o fornecimento de energia elétrica ao País. O Ministro de Minas e Energia é o presidente do CNPE, sendo seis de seus membros ministros do Governo Federal e três de seus membros escolhidos pelo Presidente da República.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

A ANEEL é uma autarquia federal autônoma cuja principal responsabilidade é regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e responder a questões a ela delegadas pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras, (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica, (ii) promulgação de regulamentos para o setor elétrico, (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, inclusive da utilização de energia hidrelétrica, (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões, (v) solução de litígios administrativos entre entidades geradoras e compradores de energia elétrica, e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de transmissão.

Operador Nacional do Sistema - ONS

O ONS é uma organização sem fins lucrativos que coordena e controla empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores, exportadores e Consumidores Livres. O principal papel do ONS é supervisionar as operações de geração e transmissão no SIN, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS são: (i) o planejamento da operação da geração e transmissão, (ii) a organização e controle da utilização do SIN e interconexões internacionais, (iii) a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor, (iv) o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico, (v) a apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica e (vi) a proposição de normas para operação do sistema de transmissão para aprovação pela ANEEL.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

A CCEE é uma organização sem fins lucrativos sujeita à autorização, fiscalização e regulamentação da ANEEL. O CCEE substituiu o MAE.

A CCEE é responsável (1) pelo registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ou CCEAR, dos contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no ACL; e (2) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo, dentre outras atribuições. A CCEE é integrada pelos concessionários, permissionários, autorizados de serviços de energia elétrica, pelos Consumidores Livres e especiais, e o seu conselho de administração é composto de cinco membros, sendo quatro indicados pelos referidos agentes e um pelo MME, que é o seu presidente.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004, o governo brasileiro criou a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE, uma empresa pública federal responsável pela condução de estudos e pesquisas estratégicos no setor elétrico, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo, gás natural, carvão mineral e fontes energéticas renováveis. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiam a formulação da política energética pelo MME.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico criou o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, ou CMSE, que atua sob a orientação do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de abastecimento do sistema e pela indicação das medidas a serem tomadas para correção dos problemas existentes.

As principais atribuições do CMSE são: (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético.

Concessões

A Constituição Brasileira prevê que o desenvolvimento, uso e venda de energia elétrica podem ser efetuados diretamente, pelo Governo Federal, ou indiretamente, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor brasileiro de energia elétrica é dominado por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal ou governos estaduais.

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão solicitar a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, ao MME ou à ANEEL, na posição de representantes do Governo Federal. As concessões conferem direitos para gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica na respectiva área de concessão durante um período determinado, ao contrário das permissões e autorizações, que podem ser revogadas a qualquer tempo a critério do MME, após consulta com a ANEEL. Tal período tem geralmente a duração de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Uma concessão existente pode ser renovada discricionariamente pelo Poder Concedente.

A Lei de Concessões estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir na prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica, e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir com o regulamento vigente do setor elétrico. As principais disposições da Lei de Concessões estão descritas de forma resumida abaixo:

Serviço Adequado: A concessionária deve prestar serviço adequado a fim de satisfazer parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acesso ao serviço.

Servidões: A concessionária poderá utilizar bens públicos ou solicitar ao Poder Concedente a desapropriação dos bens privados necessários em benefício da concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.

Responsabilidade Objetiva: A concessionária é responsável direta por todos os danos que sejam resultantes da prestação de seus serviços, independentemente de culpa.

Mudanças no Controle Societário: O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança direta ou indireta no controle societário da concessionária.

Intervenção do Poder Concedente: O Poder Concedente poderá intervir na concessão, por meio de um decreto presidencial, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, caso a concessionária falhe com suas obrigações. No prazo de 30 dias após a data do decreto, um representante do Poder Concedente deverá iniciar um procedimento administrativo no qual é assegurado à concessionária direito de contestar a intervenção. Durante o prazo do procedimento administrativo, um interventor indicado por decreto do Poder Concedente ficará responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído em 180 dias após a entrada em vigor do decreto, cessa-se a intervenção e a concessão retorna à concessionária. A administração da concessão também retornará à concessionária, caso o interventor decida pela não extinção da concessão e o seu termo contratual ainda não tiver expirado.

Extinção da Concessão: A extinção do Contrato de Concessão poderá ser antecipada por meio de encampação e/ou caducidade. Encampação é a rescisão da concessão, por razões relativas ao interesse público que deverão ser expressamente declaradas por lei autorizadora específica. A caducidade deverá ser declarada pelo Poder Concedente após a ANEEL ou o MME terem expedido um ato normativo indicando a falha da concessionária na (1) prestação adequada dos serviços ou cumprimento da legislação ou regulamentação aplicável; (2) manutenção da capacidade técnica, financeira ou econômica necessárias para que o serviço seja prestado de forma adequada; ou (3) no cumprimento das penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente, entre outras coisas. A concessionária tem o direito à ampla defesa no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão e poderá recorrer judicialmente contra tal ato. A concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados nos bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados, descontando-se o valor das multas contratuais e dos danos por ela causados.

Vencimento: Quando do vencimento do prazo de concessão, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica serão revertidos ao Governo Federal. Após o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados.

Penalidades: A regulamentação da ANEEL rege a imposição de sanções aos participantes do setor elétrico e classifica as pertinentes penalidades com base na natureza e gravidade da violação (inclusive advertências, multas e caducidade). Para cada violação, as multas podem ser de até dois por cento da receita (líquida de imposto sobre valor agregado e imposto sobre serviços) das concessionárias verificada no período de 12 meses que anteceder qualquer auto de infração. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à omissão do operador em solicitar aprovação da ANEEL no caso de: (1) celebração de contratos com partes relacionadas conforme previsto na regulamentação; (2) venda ou cessão dos bens necessários à prestação do serviço público bem como imposição de quaisquer ônus sobre eles (inclusive qualquer garantia real, fidejussória, penhor e hipoteca) ou sobre outros ativos relacionados à concessão ou à receita dos serviços de energia elétrica; e (3) alterações no controle do detentor da autorização ou concessão. No caso de contratos celebrados entre partes relacionadas que sejam submetidos para aprovação da ANEEL, a ANEEL poderá buscar impor restrições aos termos e condições desses contratos e, em circunstâncias extremas, determinar a rescisão do contrato.

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Desde 1995, o Governo Federal adotou inúmeras medidas para reformar o setor energético-elétrico brasileiro. Estas culminaram, em 15 de março de 2004, na promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que reestruturou a indústria de energia com a meta, em última análise, de oferecer aos consumidores um abastecimento seguro de energia elétrica a uma tarifa adequada. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi implementada pelo Decreto n.º 5.163, promulgado em 30 de julho de 2004.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico regula, entre outras disposições, normas relativas (i) a procedimentos de leilão, (ii) a forma de contratos de compra e venda de energia elétrica e (ii) o método de repasse de custos aos consumidores finais.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil, com tarifas adequadas, por meio de processos licitatórios competitivos. Os principais elementos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica, sendo (1) o mercado regulado destinado aos consumidores cativos, distribuidoras de energia elétrica, mercado mais estável em termos de fornecimento de energia elétrica, o ACR; e (2) um mercado especificamente destinado a Consumidores Livres e agentes comercializadores, que permita um certo grau de competição, denominado ACL;

- restrições a determinadas atividades de distribuidoras, de forma a exigir que estas se concentrem em seu negócio essencial de distribuição, para promover serviços mais eficientes e confiáveis a consumidores cativos;

- eliminação do direito à chamada auto-contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas; e

- respeito aos contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico também excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Programa Nacional de Desestatização, programa originalmente criado pelo Governo Federal em 1990 com o objetivo de promover o processo de privatização de empresas estatais.

Ainda, segundo as diretrizes do novo modelo, todos os agentes compradores de energia elétrica devem contratar a totalidade de sua demanda de energia elétrica. Já os agentes vendedores de energia elétrica devem apresentar o correspondente lastro físico da energia alocada a ser vendida a instalações de geração existentes ou planejadas. Os agentes que descumprirem tais exigências ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL.

A partir de 2005, todos os agentes geradores, distribuidores e comercializadores de energia, produtores independentes de energia ou Consumidores Livres e especiais deverão notificar o MME, até 1º de agosto de cada ano, a respeito de sua previsão de mercado ou carga, conforme o caso, para cada um dos 5 (cinco) anos subsequentes. Adicionalmente, cada agente de distribuição deverá notificar o MME, até 60 (sessenta) dias antes de cada leilão de energia, a respeito dos montantes de energia que deverá contratar nos leilões. Baseado nessa informação, o MME deve estabelecer a quantidade total de energia a ser contratada no ACR e a lista dos projetos de geração que poderão participar dos leilões. As distribuidoras também deverão especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a consumidores potencialmente livres.

Ambiente Paralelo para Comercialização de Energia Elétrica

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica são realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (1) o ACR, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia elétrica que for necessária para fornecimento aos seus consumidores e (2) o ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados (como Consumidores Livres e comercializadores de energia elétrica).

Distribuidoras de energia elétrica cumprem suas obrigações de atender à totalidade de seu mercado principalmente por meio de leilões públicos. Além desses leilões, as distribuidoras poderão comprar energia elétrica sem a necessidade de processo licitatório, proveniente: (1) de geradoras conectadas diretamente a tal distribuidora, com exceção de geradoras hidrelétricas com capacidade superior a 30 MW e certas geradoras termelétricas, (2) de projetos de geração de energia elétrica participantes da primeira etapa do PROINFA, programa destinado a diversificar as fontes de energia do Brasil e (3) da usina de Itaipu. A energia elétrica gerada por Itaipu continua a ser vendida pela Eletrobrás às concessionárias de distribuição que operam no SIN Sul/Sudeste/Centro-Oeste, embora nenhum contrato específico tenha sido firmado por tais concessionárias. O preço pelo qual a energia elétrica gerada em Itaipu é comercializada é denominado em dólar e estabelecido de acordo com tratado celebrado entre o Brasil e Paraguai. Em consequência, o preço da energia elétrica de Itaipu aumenta ou diminui de acordo com a variação da taxa de câmbio entre o Real e o dólar. As alterações no preço de venda da energia elétrica gerada em Itaipu estão sujeitas, no entanto, ao mecanismo de recuperação dos custos da Parcela A.

Ambiente de Contratação Regulada - ACR

No ACR, as distribuidoras compram suas necessidades projetadas de energia elétrica para distribuição a seus consumidores cativos de geradoras por meio de leilões públicos, coordenados pela ANEEL, direta ou indiretamente, no último caso, por intermédio da CCEE.

As compras de energia elétrica são realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (1) Contratos de Quantidade de Energia, e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia. Nos termos dos Contratos de Quantidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a fornecer certa quantidade de energia elétrica e assume o risco de o fornecimento de energia elétrica ser, porventura, prejudicado por condições hidrológicas e baixo nível dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam interromper o fornecimento de energia elétrica, caso em que a unidade geradora ficará obrigada a comprar a energia elétrica de outra fonte para atender seus compromissos de fornecimento. Nos termos dos Contratos de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar certa capacidade ao ACR. Neste caso, a receita da unidade geradora está garantida e as distribuidoras em conjunto enfrentam o risco hidrológico. Em conjunto, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, ou CCEARs.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras de energia elétrica terão direito de repassar a seus respectivos consumidores os custos relacionados à energia elétrica por elas adquirida por meio de leilões públicos, bem como quaisquer impostos e encargos do setor.

Com relação à outorga de novas concessões, os regulamentos recém promulgados exigem que as licitações para novas instalações de geração hidrelétricas incluam, entre outras coisas, a porcentagem mínima de energia elétrica a ser fornecida ao ACR.

Ambiente de Contratação Livre - ACL

O ACL engloba as operações entre concessionárias geradoras, Produtores Independentes de Energia, ou PIEs, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica, Consumidores Livres e consumidores chamados de "consumidores especiais". Os PIEs são empresas de geração que vendem a totalidade ou parte de sua energia elétrica a Consumidores Livres, concessionárias de distribuição e agentes de comercialização, entre outros. O ACL também incluirá contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até a respectiva expiração. Quando de sua expiração, tais contratos deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O consumidor que puder escolher seu fornecedor (consumidor livre em potencial) somente poderá rescindir seu contrato com a distribuidora local e tornar-se um Consumidor Livre por meio de notificação a tal distribuidora com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data limite para a declaração feita pela distribuidora de suas necessidades de energia para o leilão seguinte. Além disso, tal consumidor somente poderá começar a adquirir energia elétrica de um outro fornecedor no ano seguinte àquele em que a distribuidora local tiver sido notificada. Caso o consumidor livre em potencial opte pelo ACL, somente poderá voltar ao sistema regulado uma vez que tenha entregado à distribuidora de sua região aviso com 5 (cinco) anos de antecedência, ficando estipulado que a distribuidora poderá reduzir esse prazo a seu critério. O prazo de aviso tem por finalidade assegurar que, caso necessário, a distribuidora poderá comprar a energia adicional no Ambiente Regulado sem imposição de custos extras ao mercado cativo.

Além dos Consumidores Livres, determinados consumidores com capacidade igual ou superior a 500 KW podem optar por adquirir energia no mercado livre, sujeitos a determinados termos e condições. Esses consumidores são chamados de "consumidores especiais". Consumidores especiais somente podem adquirir energia de (i) pequenos geradores hidroelétricos com capacidade entre 1.000 KW e 30.000 KW, (ii) geradores com capacidade limitada a 1.000 KW, (iii) geradores de energia alternativa (empreendimentos solares, eólicos ou de biomassa) com capacidade inferior a 30.000 KW inserida no sistema. Um Consumidor especial deve cancelar seu contrato com o distribuidor local mediante notificação com 180 dias de antecedência para contratos com prazo indefinido. Para contratos de prazo definido, o consumidor deverá cumprir o contrato, ou, no caso de contratos de longo prazo, o consumidor deverá cancelar seu contrato mediante notificação com 36 meses de antecedência. O Consumidor especial pode retornar ao sistema regulado mediante notificação com 180 dias de antecedência ao distribuidor relativo à sua região.

As geradoras estatais poderão vender energia elétrica aos Consumidores Livres, contudo, ao contrário das geradoras privadas, estas unidades deverão fazê-lo por meio de processos de leilão.

Leilões no Ambiente de Contratação Regulada – ACR

Os leilões de compra de energia elétrica para novos projetos de geração em andamento são realizados (1) cinco anos antes da data de início da entrega da energia (denominados leilões "A-5"), e (2) três anos antes da data de início da entrega (denominados leilões "A-3"). Leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes ocorrem (1) no ano anterior ao de início da entrega da energia (denominados leilões "A-1") e (2) aproximadamente quatro meses antes da data de entrega (denominados "ajustes de mercado"). Os editais dos leilões são elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento do vencedor do leilão.

Cada empresa de geração participante de um leilão firma um contrato para compra e venda de energia elétrica com cada distribuidora, em proporção à respectiva estimativa de necessidade das distribuidoras. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste de mercado, em que os contratos são específicos entre agente vendedor e agente de distribuição. Os CCEARs provenientes tanto dos leilões "A-5" como "A-3" têm prazo de 15 a 30 anos, enquanto que os CCEARs provenientes dos leilões "A-1" têm prazo de 5 a 15 anos. Os contratos provenientes do leilão de ajuste de mercado têm o prazo máximo de dois anos. A quantidade total de energia contratada em tais leilões de ajuste de mercado não pode exceder 1,0% da quantidade total de energia contratada por cada distribuidor, exceto para leilões ocorridos em 2008 e 2009, em que a quantidade total de energia contratada não pode exceder 5,0%.

Em relação aos CCEARs decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos de geração existentes, há três possibilidades de redução permanente das quantidades contratadas, quais sejam (1) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres do ACR, (2) redução, a critério da distribuidora, de até 4,0% ao ano do montante anual contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à respectiva compra e (3) adaptação aos montantes de energia estipulados nos contratos de aquisição de energia firmados anteriormente a 17 de março de 2004.

Desde 2005, a CCEE realizou sete leilões para novos projetos de geração, sete leilões relativos usinas geradoras de energia existentes, um leilão para projetos de geração de energia alternativa e um leilão para um empreendimento de geração que utilize a biomassa como fonte, que é classificada como energia reserva. No mais tardar em 1º de agosto de cada ano, as geradoras e distribuidoras apresentam suas demandas de geração ou demandas de energia elétrica estimadas para os cinco anos subsequentes. Com base nessas informações, o MME estabelece o valor total de energia elétrica a ser comercializado no leilão e define as empresas de geração que participarão do leilão. O leilão é realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Como regra geral, os contratos celebrados no âmbito do leilão tem os seguintes prazos (i) de 15 a 30 anos contados a partir do início do fornecimento em caso de novos projetos de geração, (ii) de 5 a 15 anos contados a partir do ano subsequente ao do leilão em caso de usinas geradoras de energia existentes e (iii) de 10 a 30 anos contados a partir do início do fornecimento em caso de projetos de geração de energia alternativa.

Após a conclusão do leilão, geradoras e distribuidoras firmam o CCEAR, no qual as partes estabelecem o preço e a quantidade de energia contratados no leilão. O CCEAR estabelece que o preço será corrigido anualmente pela variação do IPCA. As distribuidoras oferecem garantias financeiras para as geradoras (principalmente valores a receber do serviço de distribuição) para garantir suas obrigações de pagamento nos termos do CCEAR.

O Valor Anual de Referência

A regulamentação estabeleceu, ademais, um mecanismo, o Valor Anual de Referência, que limita os montantes de custos que podem ser repassados aos consumidores finais. O Valor Anual de Referência corresponde à média ponderada dos preços de energia elétrica nos leilões "A-5" e "A-3", calculada para o conjunto de todas as distribuidoras.

O Valor Anual de Referência cria um incentivo para que as distribuidoras contratem suas necessidades de energia elétrica previstas pelo preço mais baixo nos leilões "A-5" e "A-3". As distribuidoras que comprarem energia elétrica por preço inferior ao Valor Anual de Referência nesses leilões poderão repassar integralmente o Valor Anual de Referência aos consumidores durante três anos. O Valor de Referência Anual também é aplicado nos primeiros três anos dos contratos de compra de energia dos novos projetos de geração de energia. Após o quarto ano, os custos de aquisição de energia elétrica desses projetos podem ser inteiramente repassados. O regulamento estabelece os seguintes limites à capacidade das distribuidoras de repassar custos aos consumidores: (1) nenhum repasse de custos para as compras de energia elétrica que excedam 103,0% da demanda real; (2) repasse limitado de custos para compras de energia elétrica efetuadas em um leilão "A-3", se o volume de energia elétrica adquirido exceder 2,0% da demanda de energia elétrica adquirida nos leilões "A-5";

(3) repasse limitado dos custos de aquisição de energia elétrica dos novos projetos de geração de energia elétrica, se o volume contratado nos termos dos novos contratos relacionados às instalações de geração existentes for inferior a 96,0% do volume de energia elétrica previsto no contrato por vencer; (4) total repasse dos custos relativos às compras de energia elétrica das instalações existentes no leilão "A-1" estarão limitadas a 1,0% da carga verificada no ano anterior à notificação do distribuidor relativa à estimativa de demanda de eletricidade para o MME. Se a energia elétrica adquirida o leilão "A-1" exceder a carga de 1,0%, o repasse de custos relativos à quantidade de carga excedente aos consumidores finais estará limitado a 70,0% do valor médio de tais custos de aquisição de energia elétrica gerada pelas instalações de geração existentes para entrega iniciada em 2007 e com término em 2009. O MME estabelece o preço máximo de aquisição para a energia elétrica gerada pelos projetos existentes que participam dos leilões para venda de energia elétrica a distribuidoras e, se as distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratar integralmente sua demanda, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será o menor entre o Preço de Liquidação de Diferenças, ou PLD e o Valor de Referência Anual.

Convenção de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

As Resoluções da ANEEL n.º 109, de 2004 e n.º 210, de 2006, conduziram à criação da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. Tal convenção regulamenta a organização e administração da CCEE, assim como as condições para a comercialização de energia elétrica. Também define, entre outros, (1) os direitos e obrigações dos participantes da CCEE, (2) as penalidades a serem impostas a participantes inadimplentes, (3) a estrutura para a resolução de controvérsias, (4) as regras de comercialização tanto no ACR como no ACL e (5) a contabilização e processo de compensação para operações de curto-prazo.

Restrição de Atividades das Distribuidoras

As distribuidoras integrantes do SIN não poderão (i) conduzir negócios relacionados à geração ou transmissão de energia elétrica, (ii) vender energia elétrica aos Consumidores Livres, com exceção dos situados em sua área de concessão e segundo as mesmas condições e tarifas relativas a consumidores cativos, (iii) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra empresa, sociedade anônima ou limitada ou (iv) conduzir negócios que não tenham relação com suas respectivas concessões, com exceção das permitidas por lei ou no contrato de concessão pertinente. As geradoras não poderão deter participações superiores a 10,0% em distribuidoras.

Eliminação do Direito à Autocontratação

Tendo em vista que a compra de energia elétrica para distribuição a consumidores cativos é efetuada no ACR, a chamada autocontratação (autorização para as distribuidoras atenderem a até 30,0% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica proveniente de autoprodução ou adquirida de partes relacionadas) não será mais permitida, exceto no contexto de contratos devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Questionamentos sobre a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Os partidos políticos estão atualmente contestando a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico perante o Supremo Tribunal Federal. Em outubro de 2007, foi proferida uma decisão do Supremo Tribunal Federal relativo a agravos apresentados no âmbito da ação foi publicada, negando referidos agravos por maioria de votos. Até o momento, não existe ainda uma decisão final sobre este mérito e não se sabe quando será proferida. Neste ínterim, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor. Independentemente da decisão final do Supremo Tribunal Federal, espera-se que certas disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição às distribuidoras que se dediquem a atividades não relacionadas à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, incluindo vendas de energia elétrica para Consumidores Livres, e a eliminação do direito à autocontratação, continuem em vigor.

Se toda ou parte da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o esquema regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico pode perder sua validade, o que gerará incerteza quanto à forma como o governo brasileiro conseguirá reformar o setor de energia elétrica.

Limitações à Concentração no Mercado de Energia Elétrica

A ANEEL estabeleceu limites à concentração de determinados serviços e atividades dentro do setor elétrico, que recentemente foram eliminados. A minuta de uma nova regulamentação pela ANEEL, relativa a novas limitações, foi submetida à audiência pública.

Tarifas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas. As tarifas são (i) tarifa cobrada pelo uso da rede local de distribuição exclusiva de cada distribuidora (TUSD) e (ii) tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e demais instalações de transmissão (TUST).

TUSD

A TUSD é paga por geradoras e Consumidores Livres e especiais pelo uso do sistema de distribuição da concessionária na qual as geradoras e Consumidores Livres e especiais relevantes estejam conectados. O valor a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação da quantidade de energia elétrica contratada junto à concessionária de distribuição, em kW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R$/kW. A TUSD tem dois componentes: (i) a remuneração da concessionária pelo uso da rede local exclusiva, denominada TUSD-Serviço, que varia conforme a quantidade de demanda utilizada por cliente, e (ii) os custos regulatórios aplicáveis ao uso da rede local, denominados TUSD-Encargos, estabelecidos pelas autoridades regulatórias, estando relacionados à quantidade de energia consumida por consumidor.

TUST

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e Consumidores Livres e especiais pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais das empresas concessionárias de transmissão determinadas pela ANEEL. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão principal transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários de rede, inclusive geradoras, distribuidoras e Consumidores Livres e especiais, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de certas tarifas. Outras partes da rede detidas por empresas de transmissão, mas que não são consideradas parte integrante da Rede Básica, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica.

Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica

As tarifas de fornecimento de energia elétrica (inclusive a TUSD) estão sujeitas à revisão pela ANEEL, que tem poderes para reajustar e revisar tarifas em resposta a alterações de custos de compra de energia elétrica e condições de mercado. Ao reajustar ou revisar as tarifas de fornecimento de energia elétrica, a ANEEL divide os custos das distribuidoras entre (i) custos não-gerenciáveis pela distribuidora, os custos da Parcela A, e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora, os custos da Parcela B. O reajuste de tarifas baseia-se em uma fórmula que leva em consideração a divisão de custos entre as duas categorias.

Os custos da Parcela A incluem, entre outros, os seguintes fatores:

- custos de aquisição de energia elétrica de Itaipu;
- custos de aquisição de energia elétrica conforme contratos bilaterais negociados livremente entre as partes;
- custos de energia elétrica adquirida por meio de CCEARs;
- custos referentes aos encargos de conexão aos sistemas de transmissão e distribuição;
- custos de encargos tarifários; e
- custos associados à pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.

Os custos da Parcela B são determinados pela subtração de todos os custos da Parcela A das receitas da sociedade distribuidora, excluído o ICMS e a PIS/COFINS, tributos estadual e federal, respectivamente, incidentes sobre vendas.

Cada contrato de concessão de cada distribuidora prevê um reajuste anual de tarifa. Em geral, os custos da Parcela A são totalmente repassados aos consumidores. Contudo, os custos da Parcela B são em sua maior parte corrigidos monetariamente em conformidade com o IGP-M.

As concessionárias distribuidoras de energia elétrica também têm direito a revisões tarifárias periódicas de suas tarifas a cada quatro ou cinco anos. Essas revisões visam (1) assegurar que as receitas são suficientes para cobrir os custos operacionais da Parcela B e a remuneração adequada com relação a investimentos considerados essenciais aos serviços objeto da concessão de cada distribuidora e (2) determinar o fator X, que é baseado em três componentes: (a) ganhos previstos de produtividade proveniente de aumento de escala, (b) custos de mão-de-obra e (c) investimentos. O fator X calculado na revisão da tarifa será recalculado no próximo ciclo tarifário somente pela mudança da soma de investimentos realizados, que são os investimentos feitos em ativos relativos a serviços permanentes. Se a soma de investimentos é menor no próximo ciclo tarifário, o fator X recalculado será comparado ao anterior e a diferença entre eles será multiplicada de forma a refletir os custos dos recursos alocados na tarifa e não usados pela concessionária. O fator X é utilizado para ajustar a proporção da mudança no índice IGP-M, que é empregado nos reajustes anuais. Por conseguinte, quando da conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X faz com que as distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

Ademais, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica têm direito a revisão tarifária extraordinária, caso a caso, de maneira a assegurar seu equilíbrio financeiro e a compensá-las por custos imprevistos que modifiquem de maneira significativa sua estrutura de custos.

Com a introdução da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o MME reconheceu que os custos variáveis associados à compra de energia elétrica podem ser compensados por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ou CVA, criada para reconhecer alguns de nossos custos quando do reajuste das tarifas de nossas subsidiárias de distribuição pela ANEEL.

Em outubro de 2006, a ANEEL estabeleceu a metodologia e procedimentos aplicáveis às revisões periódicas de 2007 a 2010 para as concessionárias de distribuição, baseada nas práticas desenvolvidas durante uma rodada anterior de revisão periódica de tarifas. Atualmente, a nova regulamentação da ANEEL que visa melhorar o processo de revisão está em audiência pública.

Incentivos Governamentais ao Setor Elétrico

Em 2000, um decreto federal criou o Programa Prioritário de Termeletricidade, ou PPT, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das UHEs. Os incentivos conferidos às UTEs nos termos do PPT incluem (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos, de acordo com regulamentação do MME, (ii) garantia do repasse dos custos referentes à aquisição da energia elétrica produzida por UTEs até o limite do valor normativo de acordo com a regulamentação da ANEEL, e (iii) acesso garantido a programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico.

Em 2002, o Governo Federal estabeleceu o PROINFA. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás comprará a energia gerada por essas fontes de energia alternativa durante o período de até 20 anos, enquanto essa energia é adquirida por empresas de distribuição para entrega aos consumidores finais. Em sua fase inicial, o PROINFA está limitado a uma capacidade contratada total de 3.300 MW. O objetivo dessa iniciativa é atingir uma capacidade contratada de até 10,0% do consumo anual total de eletricidade do Brasil dentro de 20 anos. A energia para comercialização no Programa não será produzida por concessionárias de geração, como nossa Companhia, nem por PIEs. Por outro lado, essa energia somente poderá ser produzida por produtor independente autônomo que não poderá ser controlado ou afiliado da concessionária de geração ou PIE, tampouco poderá ser afiliado às suas controladoras.

Visando criar incentivos para geradores de energia alternativa, o Governo Federal estabeleceu uma redução não inferior a 50,0% na TUSD devida por (i) pequenos geradores hidroelétricos com capacidade entre 1.000 KW e 30.000 KW, (ii) geradores com capacidade de 1.000 KW e (iii) geradores de energia alternativa (empreendimentos solares, eólicos ou de biomassa) com capacidade de 30.000 KW. A redução é aplicável à TUSD devida pela fonte de geração e também por seu consumidor. O valor da redução da TUSD será incluído como "componentes financeiros" na tarifa de reajuste ou na revisão tarifária.

Encargos Tarifários

EER

O EER é uma taxa regulatória criada para arrecadar fundos para reservas de energia contratadas pela CCEE. Essas reservas de energia serão utilizadas para aumentar a segurança do suprimento de energia no SIN. O EER será arrecadado dos consumidores finais do SIN em março de 2009 e mensalmente a partir de 2009.

Fundo RGR e UBP

Em certas circunstâncias, empresas de energia elétrica são indenizadas com relação a certos ativos usados em função de uma concessão, em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1971, o Congresso brasileiro criou um fundo de reserva destinado a prover fundos para tal indenização, denominado Fundo de Reserva Global de Reversão ("Fundo RGR"). Em fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a metodologia de cálculo da taxa que todas as distribuidoras e certas geradoras que operem em regimes de serviço público são obrigadas a efetuar a título de contribuição mensal ao Fundo RGR, a uma alíquota anual igual a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operações, sem exceder, contudo, 3,0% das receitas operacionais totais em qualquer exercício. Nos últimos anos, nenhuma concessão foi revogada ou deixou de ser renovada, tendo a RGR sido utilizada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A RGR deverá ser extinta até 2010 e a ANEEL deverá revisar as tarifas de energia elétrica aplicáveis de maneira tal que o consumidor receba algum benefício em função da extinção da RGR.

O Governo Federal impôs uma taxa sobre os Produtores Independentes de Energia Elétrica similar à taxa cobrada de empresas de serviço público com relação à RGR. Os Produtores Independentes de Energia Elétrica são obrigados a efetuar pagamentos ao Fundo de Uso de Bem Público ("UBP"), de acordo com as regras do correspondente processo licitatório para outorga de concessões. A Eletrobrás recebeu pagamentos referentes ao Fundo UBP até 31 de dezembro de 2002. Todos os pagamentos ao Fundo UBP realizados desde 31 de dezembro de 2002 têm sido efetuados diretamente ao Governo Federal.

CCC

As distribuidoras (e também algumas empresas de transmissão que atendem Consumidores Livres) devem contribuir para a Conta de Consumo de Combustível ("CCC"). A CCC foi criada em 1973 com a finalidade de gerar reservas financeiras para cobrir os custos de combustíveis fósseis em UTEs, na hipótese de estiagem, o que tornaria necessário o aumento do uso de UETs. A CCC atualmente subsidia os sistemas de distribuição em áreas isoladas onde os custos de distribuição são maiores do que no SIN. As contribuições anuais à CCC são calculadas com base em estimativas do custo do combustível que as UTEs precisarão no ano seguinte. A CCC é gerida pela Eletrobrás. A CCC, por sua vez, reembolsa as empresas de energia elétrica por parcela significativa dos custos de combustível de suas UTEs.

Em fevereiro de 1998, o Governo Federal dispôs sobre a extinção da CCC. Os subsídios provenientes da CCC foram extintos no decorrer do período de três anos, de 2003 a 2006, em relação a UTEs construídas anteriormente a fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao SIN. As UTEs construídas posteriormente a essa data não têm direitos aos subsídios da CCC. Em abril de 2002, o Governo Federal estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às UTEs localizadas em sistemas isolados durante um período de 20 anos.

CDE

Em 2002, o Governo Federal instituiu a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), que é suprida por meio de pagamentos anuais efetuados por concessionárias a título de uso de bem público, multas e sanções impostas pela ANEEL e taxas anuais pagas por agentes que fornecem energia elétrica a consumidores finais, por meio de encargo a ser acrescido às tarifas relativas ao uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Essas taxas são ajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte (i) ao desenvolvimento da produção de energia elétrica por todo o país, (ii) à produção de energia elétrica por meio de fontes alternativas de energia e (iii) à universalização do serviço público de energia elétrica em todo o Brasil. A CDE terá duração de 25 anos e será regulamentada pelo Poder Executivo e administrada pela Eletrobrás.

ESS

A Resolução n.º 173 de 28 de novembro de 2005 estabeleceu uma disposição para a Cobrança do Serviço do Sistema, o Encargo de Serviço do Sistema ("ESS") que, desde janeiro de 2006, tem sido incluído nas correções de preço e taxas para concessionárias de distribuição que fazem parte do SIN. Este encargo é baseado nas estimativas anuais feitas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") em 31 de outubro de cada ano.

Taxa pelo Uso de Recursos Hídricos

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico exige que os detentores de uma concessão e autorização de uso de recursos hídricos paguem uma taxa de 6,7% do valor da energia que geram pela utilização de tais instalações. Esse encargo deve ser pago ao distrito federal, estados e municípios nos quais a usina ou seu reservatório esteja localizado.

Taxa de Inspeção da ANEEL (TFSEE)

A Taxa de Inspeção ANEEL é uma taxa anual devida pelos detentores de concessões, licenças ou autorizações na proporção de seu porte e atividades. Atualmente, a Taxa de Inspeção da ANEEL é deduzida do Fundo RGR.

Inadimplemento no Pagamento de Encargos Regulatórios

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabeleceu que a falha no pagamento das contribuições ao Fundo RGR, ao PROINFA, à CDE, à CCC, ou a não realização de outros pagamentos, tais como os devidos em função da compra de energia elétrica no ACR ou de Itaipu impedirá que a parte inadimplente proceder com reajustes ou revisões de tarifa (exceto por revisões extraordinárias) e que receba recursos oriundos do Fundo RGR, da CDE ou da CCC.

Mecanismo de Realocação de Energia - MRE

A proteção contra certos riscos hidrológicos para geradores hidrelétricos com despacho centralizado é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidrelétrica determinando que geradoras hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do SIN. De acordo com a legislação brasileira, a cada UHE é atribuída uma "Energia Assegurada", determinada em cada contrato de concessão pertinente, independentemente da quantidade de energia elétrica gerada pela usina. O MRE transfere a energia excedente daqueles que geraram além de suas Energias Asseguradas para aqueles que geraram abaixo. O despacho efetivo de geração é determinado pelo ONS tendo em vista a demanda de energia em âmbito nacional e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da Energia Assegurada, é precificada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será contabilizada mensalmente para cada gerador.

Desverticalização

O artigo 4º da Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica, alterado pelo artigo 8º da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, estabelece a obrigatoriedade da segregação das atividades de distribuição e de geração de energia elétrica relativas às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas.

A obrigação de separação das atividades de distribuição daquelas de geração e transmissão deveria ser cumprida até 16 de setembro de 2005, prazo esse prorrogado para 16 de março de 2007. As distribuidoras que detinham geração distribuída tinham a obrigação de realizar contratos de compra e venda de energia elétrica de suas respectivas unidades geradoras pelo prazo até o final do período de concessão.

De acordo com as regras de desverticalização, as concessionárias distribuidoras, no âmbito do SIN, também não poderiam ter participação em outras sociedades, de forma direta ou indireta, ou ainda manter atividades não compatíveis com o objeto se sua concessão de distribuição de energia elétrica.

Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os administradores, que podem até ser presos, como nossa própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R$50 milhões (aplicáveis em dobro ou em triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção em nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira, a partir da edição da Lei 6.938/81, que Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como à implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. No caso das medidas compensatórias, a legislação ambiental impõe ao empreendedor ainda, para os casos dos empreendimentos de significativos impactos ambientais, a obrigação de destinar um percentual dos investimentos necessários à implementação de 0 a 0,5%, a ser fixado pelo órgão ambiental competente.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, para os casos exigidos, independentemente da atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R$10 milhões (aplicáveis em dobro ou em triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Há que se ressaltar, que a legislação brasileira, para os casos de inércia por parte do órgão licenciador no atendimento à solicitação de pedido de renovação da licença, garantiu ao empreendedor a continuidade de sua atividade desde que esse proceda ao pedido com antecedência de 120 dias à data de esgotamento final de sua vigência.

8. INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMPANHIA

- Histórico da Companhia
- Atividades da Companhia
- Estrutura Organizacional do Grupo CPFL
- Propriedades, Plantas e Equipamentos
- Composição do Capital Social
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos
- Práticas de Governança Corporativa
- Administração
- Pendências Judiciais e Administrativas

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Companhia Paulista de Força e Luz é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na CVM em 19 de agosto de 1969, sob o n.º 3824, que tem sua sede localizada na Campinas Mogi-Mirim, n.º 1.755, km 2,5 – parte, no município de Campinas (SP) e objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, podendo participar individual ou consorciadamente, de empreendimentos que visem a outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive na exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora, bem como participar do capital de outras sociedades.

A Companhia foi constituída em 16 de novembro de 1912, com prazo de duração indeterminado, a partir da fusão de quatro pequenas sociedades prestadoras de serviços de energia elétrica que atuavam no interior paulista: Empresa Força e Luz de Botucatu, Força e Luz de Agudos/Pederneiras, Força e Luz São Manoel e Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo. Em seus primeiros anos de existência, a Companhia estendeu suas atividades pelo interior do Estado de São Paulo, incorporando empresas prestadoras de serviços de energia elétrica nas cidades de Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, Pirajuí e São José do Rio Preto, entre outras.

Em 19 de outubro de 1927, a American & Foreign Power Company adquiriu o controle acionário da Companhia por meio da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, subsidiária constituída em setembro de 1927 com a finalidade de dar início às suas operações no Brasil. Sob o controle da American & Foreign Power Company, a Companhia continuou sua expansão pelo interior do Estado de São Paulo, tendo adquirido diversas concessionárias até 1930, quando, em razão da crise de 1929, teve de interromper sua expansão.

Ao final da década de 1950 e início da década de 1960, eclodiram pelo País manifestações nacionalistas contrárias aos interesses norte-americanos, que resultaram na nacionalização das companhias pertencentes ao grupo da American & Foreign Power Company. Assim, no dia 14 de outubro de 1964, por meio da Lei n.º 4.428, a Companhia passou a pertencer à União, que adquiriu seu controle por meio da Eletrobrás. Em 16 de junho de 1975, o controle acionário da Companhia passou para o Estado de São Paulo, por meio da CESP, ficando sob o controle desta até a desestatização da Companhia, em 1997.

Em 05 de novembro de 1997 foi realizado na BM&FBOVESPA o leilão de desestatização da Companhia. O processo de desestatização deu-se por meio da alienação, em lote único, de 57,6% das ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 41,7% do capital social total. O grupo vencedor do leilão, formado pela VBC, pela 521 Participações e pela Bonaire, passou a exercer o controle da CPFL por meio da DOC4.

Em setembro de 1998, o Governo do Estado de São Paulo, por meio de leilão público de privatização, transferiu o 74,9% do capital votante da EBE, para os consórcios Enerpaulo (41,9% do capital votante) e Draft I (32,9% do capital votante).

Em 1999, foram realizadas, simultaneamente, por meio de leilão na BM&FBOVESPA, oferta pública de venda, pela CESP, de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia de sua titularidade e oferta pública de compra, pela DOC4, de ações da Companhia de titularidade de acionistas minoritários. Tal operação resultou na aquisição, pela DOC 4, de 25,3% das ações ordinárias e 79,8% das ações preferenciais da Companhia, passando a deter 91,9% de seu capital votante e 90,4% de seu capital total.

Subsequentemente, em 15 de dezembro de 1999, a Companhia aprovou a incorporação de sua controladora DOC4, com a consequente extinção desta última. A partir da referida incorporação, os acionistas da DOC4 passaram a participar diretamente do capital social da Companhia.

Em setembro de 2000, em atendimento ao Contrato de Concessão, os acionistas da Companhia deliberaram a separação de suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica, que passaram a ser desenvolvidas por sociedades distintas. Assim, o objeto social da Companhia passou a ser primordialmente a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica. A parcela cindida, correspondente à atividade de geração de energia elétrica, foi incorporada pela CPFL Geração, cujas ações foram distribuídas aos acionistas da Companhia, na proporção de suas participações na mesma.

Em novembro de 2000, a Companhia elevou sua participação indireta no capital social da Bandeirante, por meio de sua subsidiária Draft I, aumentando para 43,0% das ações ordinárias e 41,7% das ações preferenciais sua participação acionária, correspondente a 42,2% do capital social total da Bandeirante.

Em julho de 2001, a Companhia adquiriu o controle acionário da RGE, detendo 67,0% do seu capital total ao final daquele ano.

Em outubro de 2001, foi efetuada a cisão parcial da Bandeirante. A parcela cindida da Bandeirante foi incorporada à CPFL Piratininga, sendo que a Companhia passou a deter indiretamente, por meio de sua controladora Draft I, 96,5% do capital total da CPFL Piratininga. Após a efetivação da cisão, os controladores da antiga Bandeirante (Draft I e Enerpaulo) permutaram a totalidade de suas ações, restando à Draft I participação apenas no capital social da CPFL Piratininga.

Em agosto de 2002 ocorreu a conclusão da reestruturação do Grupo CPFL. Praticamente todos os ativos que os acionistas controladores detinham na Companhia e na CPFL Geração foram, por meio de aumento do capital, incorporados à Draft II, que passou a ser denominada CPFL Energia S.A. Dessa forma, o controle acionário da Companhia e da CPFL Geração passaram para a CPFL Energia.

Em 2004, o principal evento societário foi a incorporação, pela controlada CPFL Piratininga, de sua sociedade controladora Draft I. Com a incorporação em questão, a Draft I foi extinta e a Companhia passou a deter o controle direto da CPFL Piratininga (97,4%).

A CPFL Energia realizou em 23 de novembro de 2005, Assembléia Geral Extraordinária, na qual foi deliberada e aprovada a proposta de reorganização societária em duas etapas distintas e consecutivas, contemplando, em um primeiro momento, a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da CPFL Piratininga pela Companhia e, posteriormente, a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da Companhia pela CPFL Energia.

Esta reorganização societária acarretou a transferência da totalidade das ações ordinárias e preferenciais dos acionistas não controladores da Companhia.

Assim, os acionistas não controladores da Companhia receberam por cada lote de 68,965079615 ações ordinárias ou preferenciais das classes "A", "B" ou "C" de emissão da Companhia 1 (uma) ação ordinária de emissão da CPFL Energia. Como resultado a Companhia passou a ser uma subsidiária integral da CPFL Energia.

Em 13 de abril de 2006 a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia aprovou a implementação da primeira etapa de processo de reorganização visando à segregação das participações societárias mantidas pela Companhia em atendimento ao disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, na Resolução Autorizativa ANEEL n.º 305/05, de 05 de setembro de 2005 e em conformidade com o Despacho ANEEL n.º 454, de 08 de março de 2006.

Esta primeira etapa da reorganização societária consistiu em redução de capital da Companhia, que foi implementada mediante a restituição à CPFL Energia de participações societárias detidas na CPFL Piratininga, COMGAS e Energias do Brasil no valor total de R$ 413.288.437,23.

Na redução de capital acima referida, as ações de emissão da CPFL Piratininga que foram transferidas a CPFL Energia representavam 100,0% de seu capital social, assim, como resultado da operação de redução de capital a Companhia e a CPFL Piratininga passou a ser uma subsidiária integral da CPFL Energia.

Em 14 de março de 2007 a Assembléia Geral da Companhia aprovou a redução de seu capital social mediante a restituição à CPFL Energia (sua única acionista) da participação então detida na RGE.

Em dezembro de 2007, em decorrência de uma ampla reorganização societária do Grupo CPFL, que incluiu a incorporação de ações de acionistas minoritários da RGE pela CPFL Energia, a RGE se tornou uma subsidiária integral da CPFL Energia.

Não há, na data deste Prospecto, qualquer investimento ou desinvestimento de capital em andamento.

A Companhia ou terceiros não realizaram ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Por fim, a Companhia, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, realizou distribuições públicas de títulos e valores mobiliários. Para maiores informações sobre os títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, vide Seção "Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos" na página 176 deste Prospecto.

ATIVIDADES DA COMPANHIA

Introdução

A Companhia é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que atua na região do interior paulista e abrangendo 234 municípios, numa área geográfica superior a 90.440 mil km^2, correspondente a aproximadamente 37,0% do território do Estado de São Paulo. A Companhia atende a uma população superior a 9,8 milhões de habitantes, totalizando, em 31 de março de 2009, aproximadamente 3,5 milhões de clientes. O mercado de atuação da Companhia no interior do Estado de São Paulo, abrange uma economia baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária.

Hoje a Companhia fornece aproximadamente 23,0% de toda a energia elétrica consumida no Estado de São Paulo e 6,0% de toda a eletricidade utilizada no Brasil, tendo fornecido 19.544 GWh no ano de 2008 e 4.886 GWh no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009.

Para maiores informações acerca da regulamentação governamental e das principais autoridades reguladoras às quais a Companhia está sujeita, vide Seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Principais Autoridades Reguladoras" na página 119 deste Prospecto e Seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Concessões" na página 120 deste Prospecto.

Distribuição de Energia Elétrica e Instalações Operacionais

O setor de energia elétrica pode ser segmentado em quatro funções: geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A distribuição de energia elétrica é a transferência de eletricidade de um sistema de transmissão para o consumidor final.

A função de geração compreende todas as instalações de geração hidrelétrica, térmica e nuclear e as suas linhas de transmissão e subestações de uso exclusivo necessárias para conexão com o sistema elétrico de potência.

A função transmissão compreende as instalações pertencentes à Rede Básica que são as linhas de transmissão e subestações nas tensões maiores ou iguais a 230 kV e os "transformadores de fronteira", que são os equipamentos que conectam a função distribuição à Rede Básica.

A função de distribuição compreende as linhas de transmissão e subestações nas tensões menores que 230 kV, Rede Primária e Rede Secundária.

A área de concessão da Companhia inclui importantes cidades do Estado de São Paulo, tais como Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto. A concessão se encerra em 2027 e poderá ser prorrogada por 30 anos adicionais.

A Companhia distribui energia a consumidores, que são subdivididos em várias classes de tensão e de consumo. Assim, a eletricidade é fornecida a consumidores industriais e comerciais de grande porte em alta tensão (69/138 kV) e aos demais consumidores em média (15 kV) ou baixa (127/220 V) tensão.

A rede de subtransmissão de energia da Companhia possuía, em 31 de março de 2009, 3.735 km de linhas de transmissão com tensão de 138 kV, 2.329 km na tensão igual ou inferior a 69 kV, 244 subestações próprias com capacidade instalada total de 6.819 MVA e 47.503 km de redes de distribuição primária.

O quadro a seguir registra a evolução da rede e principais equipamentos de distribuição da Companhia nos últimos três anos e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			**Períodos de três meses encerrados em 31 de março de**	
Denominação	**2006**	**2007**	**2008**	**2008**	**2009**
			(Km)		
Rede de Média Tensão (15 kV)	44.391	46.248	47.361	46.667	47.503
Rede de Baixa Tensão (127/220V)	33.207	34.391	35.443	34.579	35.642
			(Quantidade)		
Transformadores (Distribuição)	102.070	108.530	113.348	110.528	114.040
			(MVA)		
Potência Instalada (MVA)	4.853	5.149	5.413	5.235	5.463

Em 2008, a Companhia adquiriu em média 91% da energia necessária para atendimento de sua demanda de energia elétrica por meio de pontos de interligação com as empresas de transmissão. Esse suprimento é efetuado em tensão de 138 kV e, por meio de linhas de transmissão e subestações de seccionamento de propriedade da Companhia, são atendidas as subestações de distribuição, que transformam a tensão de 138 kV para a classe de tensão da Rede Primária. De tais subestações derivam alimentadores que suprem os transformadores instalados nos postes das redes urbana e rural, que reduzem a tensão para o nível da Rede Secundária, onde está ligada a maior parte dos clientes da Companhia. Para maiores informações acerca de nossos ativos, vide seção "Propriedades, Plantas e Equipamentos" na página 233 deste Prospecto.

A operação do sistema de distribuição de energia elétrica está estruturada em três áreas do Estado de São Paulo – Nordeste, Noroeste e Sudeste – que controlam à distância os principais equipamentos do referido sistema com o auxílio de Unidades Terminais Remotas (UTRs) instaladas em subestações e Postos de Telecontrole de Rede (PTRs) instalados na rede de distribuição primária.

Toda a coordenação da operação do sistema de transmissão da Companhia é efetuada pelo Centro de Operação do Sistema, localizado em Campinas, que também é responsável pelas tratativas junto ao ONS, nos casos que envolvam o Sistema Interligado Nacional.

A energia elétrica vendida é quantificada por meio da instalação de medidores com leituras mensais, cujas informações são processadas e, com base nas mesmas, são emitidas faturas com a aplicação de tarifas, encargos e tributos estabelecidos pelas leis vigentes.

Estratégia

A estratégia da Companhia é aumentar a eficiência das suas operações, buscando a melhoria da prestação do serviço e a manutenção de baixos custos operacionais por meio de investimentos em novos sistemas que monitorem os ativos de forma mais eficiente. A Companhia acredita que tal estratégia auxiliará a minimizar ainda mais as suas perdas comerciais de energia elétrica e manter baixo o índice de suas perdas técnicas.

Clientes

O mercado de atuação da Companhia abrange uma área de aproximadamente 90.440 mil km^2, com uma população de aproximadamente 9,8 milhões de habitantes e densidade demográfica de aproximadamente 108 habitantes/km^2. Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía aproximadamente 3,5 milhões de clientes. A economia da região interiorana do Estado de São Paulo em que a Companhia atua é baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária.

A ANEEL estabelece a seguinte classificação dos consumidores de energia elétrica: (i) residenciais, (ii) industriais, (iii) comerciais, (iv) rurais, (v) poder público, sendo considerados como tais as pessoas jurídicas de direito público que assumam as responsabilidades inerentes à condição de consumidor, independentemente da atividade desenvolvida na unidade consumidora, com exceção das atividades classificáveis como serviço público de irrigação cultural, escola agrotécnica, iluminação pública e serviço público, (vi) iluminação pública, (vii) serviço público, que abrange exclusivamente o consumo de energia elétrica para motores, máquinas e cargas essenciais à operação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração elétrica urbana e/ou ferroviária e (viii) consumo próprio.

Em 31 de março de 2009, a venda de energia da Companhia por classe de consumidores encontrava-se distribuída da seguinte forma:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2009		
Tipo	**No Mês (GWh)**	**Acumulado (GWh)**	**Percentual do Acumulado (GWh) sobre o Total**
Residencial	607	1745	35,7%
Industrial	457	1261	25,8%
Comercial	377	1066	21,8%
Rural	66	188	3,8%
Poderes Públicos	56	145	3,0%
Iluminação Pública	67	198	4,1%
Serviço Público	93	269	5,5%
Consumo Próprio	2	5	0,1%
Total	**1725**	**4877**	**99,8%**
Supridas/Permissionárias	3	8	0,2%
TOTAL GERAL	**1729**	**4885**	**100%**

A maior parte dos 3,5 milhões consumidores da Companhia é residencial, sendo essa classe responsável por 42,1% da receita de fornecimento faturado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, as classes residencial e comercial apresentaram crescimento de 8,9% e 6,0% respectivamente, quando comparada com mesmo período de 2008, basicamente em função das temperaturas mais elevadas registradas no período, crescimento do volume de vendas no comércio varejista e pela migração de clientes da classe rural para a residencial ao longo de 2008.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a classe residencial teve crescimento de 7,3%, favorecida pela manutenção da massa salarial e da oferta de crédito em patamares elevados, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. Tais efeitos, combinados com a redução dos preços de eletroeletrônicos, permitiram a expansão do consumo dessa classe. As temperaturas registradas no exercício e o recadastramento de clientes da classe rural para a classe residencial também contribuíram para o crescimento dessa classe.

A classe comercial é a segunda maior em termos de número de clientes, com mais de 275,5 mil consumidores. É a terceira maior em volume de energia faturada e receita de fornecimento faturado, com aproximadamente 21,8% do total da quantidade de energia faturada e 22,4% do total da receita de fornecimento faturado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, o consumo de energia da classe comercial cresceu 4,7%, favorecida pela manutenção da massa salarial e da oferta de crédito em patamares elevados, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Os clientes industriais, por sua vez, foram responsáveis por 23,9% da receita de fornecimento faturado da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, destacando-se entre esta categoria de consumidores os ramos de alimentos, têxtil, metalurgia, material plástico, químico e mecânico. No entanto, no mesmo período, a classe industrial apresentou redução de 5,5% no consumo de energia, impactada pelos efeitos da crise internacional, comparado a 31 de março de 2008.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a classe industrial apresentou um crescimento da ordem de 1,9% no consumo de energia, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. Esse resultado foi influenciado pela migração de clientes cativos para o mercado livre (destaca-se a migração dos chamados "clientes especiais", que têm demanda contratada acima de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs). A partir de novembro de 2008, essa variação foi também afetada pela crise financeira internacional que impactou a atividade da indústria.

A tabela abaixo indica o número de clientes ativos da Companhia nos anos de 2008, 2007, 2006 e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			**Períodos de três meses encerrados em 31 de março de**	
Classe de Consumidores	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
Número de Consumidores Residenciais	3.087.113	2.981.348	2.902.669	3.105.140	3.022.961
Número de Consumidores Industriais	42.225	42.366	42.355	42.105	42.290
Número de Consumidores Comerciais	275.550	270.999	267.928	275.556	271.649
Número de Consumidores Rurais	64.622	91.855	92.620	65.989	70.903
Número de Consumidores Poder Público	21.996	21.138	20.878	22.567	21.275
Número de Consumidores Iluminação Pública	4.833	3.377	1.756	5.371	3.434
Número de Consumidores Serviço Público	3.662	3.539	3.467	3.682	3.565
Número de Consumidores Consumo Próprio	418	424	425	417	429
Total	**3.500.419**	**3.415.046**	**3.332.098**	**3.520.827**	**3.436.506**

A Companhia celebra com seus clientes industriais contratos para o fornecimento de energia elétrica com prazos variados. Nos contratos celebrados pela Companhia, é especificada a tensão de fornecimento para a unidade consumidora contratante, sendo aplicada a tarifa cabível, conforme as determinações da ANEEL.

Com o objetivo de estreitar a relação com o cliente, a Companhia mantém canais de atendimento que possibilitam a comunicação direta, tais como agências de atendimento, *call center*, internet, meios de comunicação escrita, ouvidoria, *contact center*, gerentes de negócios de grandes clientes e gerente de contas do Poder Público.

O autoatendimento, por meio do site www.cpfl.com.br, contempla 32% dos atendimentos e por meio deste sistema nossos clientes conseguem obter informações, imprimir 2ªs vias de contas, solicitar ligações e outros serviços, é o denominado atendimento WEB. O atendimento presencial, por sua vez, é utilizado por 8% dos clientes e acontece por meio de 36 postos de atendimento próprios e 760 agentes credenciados. Além disso, a CPFL Paulista disponibiliza um canal de relacionamento direto com os órgãos de defesa do consumidor, com a ouvidoria, pioneira no setor elétrico, e com o Conselho de Consumidores, por sua vez, composto por representantes da comunidade em todas as classes de consumo.

As informações geradas e os serviços solicitados nos canais de atendimento são realizados de forma *online* e armazenados em um banco de dados que permite reunir todas as informações necessárias para o atendimento, formatação e análise de estatísticas de forma permanente, visando assim à melhoria constante nos processos e no relacionamento com os nossos clientes.

Em 2008, os canais de atendimento disponibilizados pela CPFL Paulista atenderam 11 milhões de solicitações provenientes de toda área de concessão da Companhia.

Consumidores Livres

De forma geral, são considerados livres os consumidores com demanda de pelo menos 3 MW atendidos em tensão maior ou igual a 69 KV e novos consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW atendidos em qualquer tensão com início de fornecimento a partir de 1995. Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 74 consumidores potencialmente livres que podem adquirir energia de qualquer fonte. Esses consumidores representaram aproximadamente 6,2% da receita operacional líquida da Companhia e aproximadamente 7,7% da quantidade total de energia elétrica vendida pela Companhia no ano de 2008.

Adicionalmente, também são considerados potenciais Consumidores Livres os que possuem demanda igual ou superior a 500 kW atendidos em qualquer tensão, desde que optem pelo consumo de energia a partir de fontes incentivadas (PCHs, biomassa, eólica, etc). Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 718 consumidores com essas características. Esses consumidores representaram aproximadamente 13,6% da energia elétrica vendida e 11,5% da receita líquida da Companhia no ano de 2008.

Dos 792 potenciais Consumidores Livres existentes em 2008, considerando os que podem optar por qualquer fornecedor e os que têm o direito de adquirir energia de fontes incentivadas, 13 optaram pela migração do mercado regulado ao mercado livre.

A opção em migrar para o mercado livre é prerrogativa exclusiva dos consumidores. No entanto, ao exercerem esta opção, os clientes ficam obrigados por lei a celebrar contrato de conexão e de uso do sistema de distribuição como pagamento da TUSD para a Companhia.

O cliente que migra ao mercado livre só pode retornar à condição de regulado novamente depois de transcorridos cinco anos da data de sua opção no caso de consumidores de pelo menos 3 MW atendidos em tensão maior ou igual a 69 KV e novos consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW atendidos em qualquer tensão com início de fornecimento a partir de 1995. No caso de consumidores que possuem demanda igual ou superior a 500 kW atendidos em qualquer tensão, desde que optem pelo consumo de energia a partir de fontes incentivadas (PCHs, biomassa, eólica, etc) tem seis meses da data de sua opção para retornar do mercado livre para o mercado regulado. O retorno ao mercado regulado em prazo inferior a este período somente pode ocorrer caso a Companhia autorize expressamente.

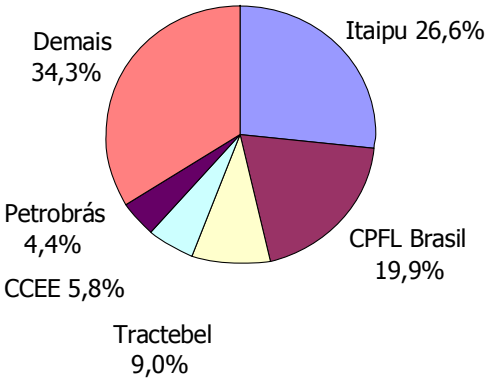
Para mais informações sobre a concorrência enfrentada pela Companhia na distribuição de energia aos Consumidores Livres, vide Seção " – Concorrência" na página 150 deste Prospecto.

Fornecedores

A energia adquirida pela Companhia em 2008 foi suprida por contratos de compra e venda de energia, agrupados da seguinte forma: contrato de Itaipu, Contratos Iniciais (CESP, AES TIETE, DUKE, FURNAS, CPFL CENTRAIS ELÉTRICAS), CCEARs (firmados com diversos fornecedores) e contratos bilaterais (contratos firmados antes da data de publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico) firmados com a CPFL Brasil, a CPFL Centrais Elétricas, entre outros.

A figura abaixo indica a participação de cada um dos fornecedores da Companhia no total da energia adquirida no ano de 2008:

Principais fornecedores em 2008 (GWh)



Durante o período de tres meses encerrado em 31 de março de 2009, a energia adquirida pela Companhia foi suprida por contratos de compra e venda de energia, agrupados da seguinte forma: contrato de Itaipu, CCEARs (firmados com diversos fornecedores) e contratos bilaterais (contratos firmados antes da data de publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico) firmados com a CPFL Brasil, a CPFL Centrais Elétricas, entre outros.

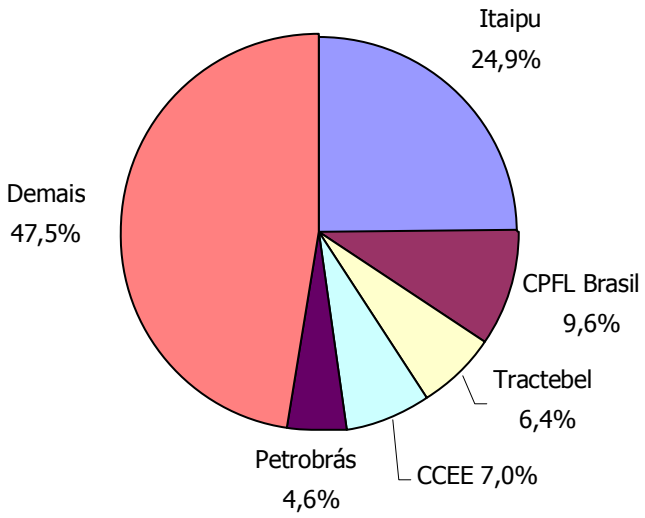
Em relação à energia adquirida por meio dos CCEARs, seus preços são definidos por meio de leilão público com regras pré-determinadas pelo MME, só os preços dos contratos bilaterais são individualmente autorizados pela ANEEL por meio da homologação dos referidos contratos. Os CCEARs e a grande maioria dos contratos bilaterais têm vencimento em três parcelas iguais, pagáveis no prazo de 15, 25 e 35 dias a partir de término do mês de suprimento.

Os CCEARs são reajustados anualmente pelo IPCA e os contratos bilaterais são reajustados anualmente pelo IGP-M ambos na data de reajuste da tarifa da Companhia a seus consumidores finais.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, o volume financeiro de energia comprada pela Companhia foi equivalente a R$668.704 mil, sendo pago o preço médio de R$117,19/GWh.

A figura abaixo indica a participação dos principais fornecedores da Companhia no total de energia adquirida durante o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009:

Principais fornecedores em 31 de março de 2009 (GWh)



Os quadros a seguir mostram o volume de energia adquirido pela Companhia nos períodos indicados:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de	
	2009	**2008**
Itaipu Binacional	1.419	1.454
Furnas Centrais Elétricas S.A.	314	234
CESP - Cia Energética de São Paulo	186	125
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema S.A.	18	36
Tractebel Energia S.A.	366	491
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	263	239
CHESF - Cia Hidroelétrica do São Francisco	249	226
CEMIG - Cia Energética de Minas Gerais	201	138
TermoRio S.A.	89	91
Enguia Gen	-	42
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	397	320
CPFL Geração de Energia S.A.	289	127
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	109	106
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	4	139
Campos Novos Energia S.A.	258	261
CPFL Comercialização Brasil S.A.	545	1.087
Outros	999	355
TOTAL	**5.706**	**5.471**

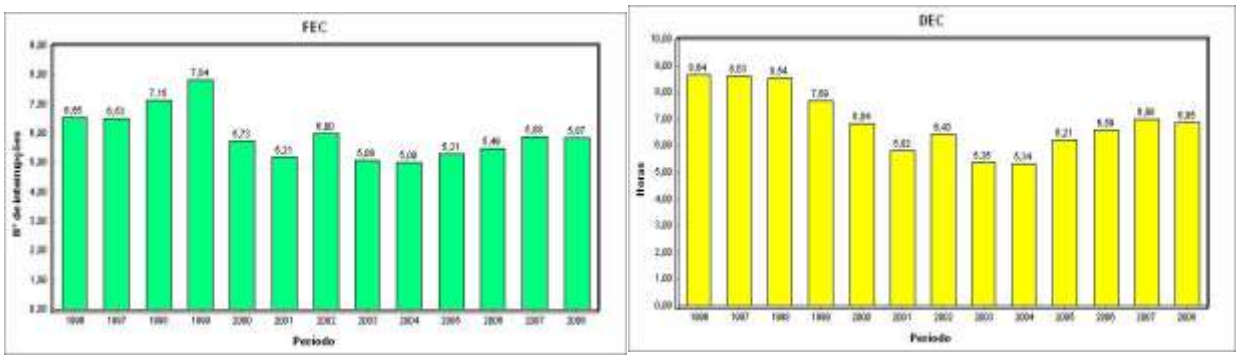
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2008	**2007**
Itaipu Binacional	5.869	5.652
Furnas Centrais Elétricas S.A.	955	908
CESP - Cia Energética de São Paulo	500	359
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema S.A.	155	957
Tractebel Energia S.A.	1.882	2463
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.130	1130
CHESF - Cia Hidroelétrica do São Francisco	922	552
CEMIG - Cia Energética de Minas Gerais	527	225
TermoRio S.A.	270	-
Enguia Gen	62	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	690	309
CPFL Geração de Energia S.A.	965	565
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	439	244
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	184	540
Campos Novos Energia S.A.	1.048	901
CPFL Comercialização Brasil S.A.	5.247	6.843
CPFL Lajeado	1	-
Outros	1.655	870
TOTAL	**22.501**	**22.518**

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2007	**2006**
Itaipu Binacional	5.652	5.637
Furnas Centrais Elétricas S.A.	908	769
CESP - Cia Energética de São Paulo	359	315
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema S.A.	957	905
Tractebel Energia S.A.	2.463	2.076
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.130	1.130
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia	20	17
Cia. Estadual Energia Elétrica - CEEE	77	63
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	309	86
CPFL Geração de Energia S.A.	565	559
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	244	151
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	540	518
Campos Novos Energia S.A.	901	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	6.843	8.388
Outros	1.550	1.059
TOTAL	**22.518**	**21.673**

Qualidade dos Serviços Prestados

A ANEEL utiliza-se de dois índices principais para a verificação de qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica, quais sejam: (i) DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e (ii) FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da Companhia, desde 2003, em relação aos dois principais índices utilizados pela ANEEL:



Em 31 de março de 2009, o FEC da Companhia foi de 5,6, enquanto o DEC atingiu 6,5, excluindo-se os eventos atípicos, provocados pelas empresas supridoras, tornados e ERAC (Esquema Regional de Alívio de Cargas). Historicamente, as interrupções no serviço de eletricidade são oriundas de condições ambientais – chuvas, descargas atmosféricas, vendavais e queimadas. A média nacional do DEC, em 2008, foi 15,2, enquanto a média nacional do FEC foi 10,5.

Visando a reduzir ainda mais os índices DEC e FEC, a Companhia vem adotando as seguintes medidas: (i) manutenção preventiva na rede elétrica, a fim de evitar a ocorrência de falhas nas redes, (ii) investimentos em automação de subestações e circuitos de rede primária, (iii) instalação de equipamentos visando dotar a rede elétrica de maior flexibilidade operativa e (iv) adoção de padrões de redes mais robustas, como a rede compacta, que tem condutores protegidos.

A Companhia busca atuar de acordo com os melhores paradigmas de excelência. Para isso, implantou o Sistema de Gestão Integrado-SGI, que envolve todas as suas atividades, e submete sistematicamente suas práticas de gestão a auditorias internas e externas e a análises críticas. Seus processos de trabalho são certificados de acordo com normas internacionalmente aceitas.

A auditoria do BVQI-Bureau Veritas Quality International, realizada em abril de 2006 na Companhia confirmou a manutenção de todas as certificações já conquistadas anteriormente:

- na Gestão da Qualidade, com a ISO 9001:00 para os escopos "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica" e "Coleta de Informações, Processamento e Apuração dos Indicadores Técnicos e Comerciais da Qualidade do Fornecimento de Energia Elétrica";

- na Gestão Ambiental, com a ISO 14001:04 para o escopo "Convivência da Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica com o Meio Ambiente";

- na Gestão da Saúde e Segurança, com a OHSAS 18001:99: para o escopo "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica"; e

- na Gestão de Responsabilidade Social, com a SA 8000:01 para o escopo "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica".

A Companhia destaca-se pelo diferencial na gestão de seus processos e pela consolidação de um SGI certificado nos quatro padrões normativos internacionais: ISO 9001 e ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000.

A modernização da Companhia constituiu foco de atuação constante, destacando-se ações que proporcionaram resultados significativos, como a renovação da frota de veículos e a modernização de sua gestão, com o estabelecimento de medidas que propiciaram agilidade, confiabilidade e otimização dos processos administrativos e redução de despesas com abastecimento e manutenção dos veículos.

Em 2005, a Fundação Nacional da Qualidade premiou a Companhia com o Prêmio Nacional de Qualidade® - PNQ. O prêmio é destinado a empresas que se destacam na excelência em todos os aspectos de gestão empresarial. Trata-se de um dos principais prêmios mundiais, tendo reconhecido apenas 28 organizações brasileiras, sendo a Companhia a primeira empresa do setor elétrico a receber tal distinção.

Durante ano de 2006, a Companhia conquistou o prêmio de melhor distribuidora do Brasil, concedido pela ABRADEE. O prêmio qualificou a Companhia como a melhor nos seguintes quesitos: (i) a responsabilidade social, (ii) a qualidade da gestão, (iii) avaliação pelo cliente, (iv) gestão operacional, (v) evolução do desempenho e (vi) gestão econômico-financeira.

As iniciativas destinadas à melhoria da qualidade dos serviços ocorreram em sintonia com os esforços de valorização do relacionamento com clientes, acionistas, investidores, comunidade e, principalmente, com os colaboradores, permanentemente estimulados a prosseguir em seu processo de crescimento pessoal e profissional.

O Programa de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento atende às determinações do Contrato de Concessão, estabelecendo que a concessionária deve destinar 1,0% de sua receita operacional líquida em projetos de incremento à eficiência no uso final de energia elétrica e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

Investimentos e Desinvestimentos Realizados

A Companhia tem como política realizar investimentos destinados à adequação de sua infra-estrutura às necessidades de seus clientes, mantendo os níveis de qualidade do serviço prestado. Em 2008, o total de investimentos realizados foi de aproximadamente R$279.000 mil, dos quais aproximadamente R$166.000 mil foram destinados para a expansão do sistema elétrico, a fim de atender o crescimento do mercado, significando a ligação de 86.206 novos clientes; e aproximadamente R$113.000 mil destinados à manutenção e melhoramento do sistema elétrico, infra-estrutura operacional, sistemas de suporte à gestão e operação e para programas de pesquisa e desenvolvimento. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, o volume total de investimentos foi de aproximadamente R$50,0 milhões.

Dentre os investimentos realizados, destacam-se:

- obras de construção e recondutoramento de linhas de transmissão, que visam garantir o transporte da energia comprada até as suas subestações distribuidoras, englobando também as obras de construção e ampliação dessas subestações, que visam garantir a transformação da energia de alta tensão (138kV) para média tensão (15 kV);

- empreendimentos de redes de distribuição de energia elétrica, que englobam as obras de construção e recondutoramento de circuitos primário (15 kV) e circuitos secundários (127 / 220 V), visando a garantir a distribuição da energia transformada nas subestações para atender os clientes em baixa tensão (consumidores do Grupo B); e

- modernização do sistema, que envolve a automatização das redes elétricas de distribuição, visando a agilizar o restabelecimento da energia em caso de interrupções, a transferência de cargas para continuidade do fornecimento de energia nas situações de obras programadas e a manutenção dos índices de qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Adicionalmente, foram realizados investimentos em empreendimentos que suportam a expansão do sistema elétrico, entre os quais merecem destaque projetos de infra-estrutura operacional; a aquisição de veículos operacionais necessários à realização de obras e todas as demais atividades realizadas em campo nas redes elétricas; a expansão e modernização das instalações prediais da Companhia e a atualização de programas de informática, tendo como objetivo a agilidade, confiabilidade e modernização da gestão dos processos inerentes à atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia acredita que a aquisição de veículos operacionais melhoram as condições de atendimento das demandas das áreas operacionais da distribuição e que, as benfeitorias nas instalações prediais reforçam a identidade visual, além de promover a satisfação do cliente interno e externo, contribuindo para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade.

A Companhia não realizou qualquer desinvestimento relevante nos últimos três anos.

Tarifas

Com base no nível de tensão no qual a energia elétrica é fornecida, a Companhia classifica seus consumidores em dois grupos distintos: consumidores do Grupo A e consumidores do Grupo B. Cada consumidor se enquadra em certo nível tarifário definido por lei e com base no seu nível de tensão. Descontos com base no horário e no período de utilização estão disponíveis no Grupo A e com base no volume para o Grupo B.

As tarifas que a Companhia cobra pela venda de energia elétrica a consumidores finais são determinadas de acordo com seu Contrato de Concessão e regras estabelecidas pela ANEEL. O Contrato de Concessão e a regulamentação estabelecem um mecanismo tarifário de preços máximos que prevê reajustes anuais, periódicos e extraordinários. Para uma explanação do regime regulatório aplicável às tarifas da Companhia e respectivos reajustes, vide "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – tarifas de Fornecimento" na página 127 deste Prospecto.

Os consumidores do Grupo A pagam tarifas menores, decrescendo de A4 até A1, pois consomem energia elétrica em níveis de tensão mais altos, evitando, assim, os custos do rebaixamento da tensão elétrica necessário para o atendimento aos consumidores do Grupo B refletidos na TUSD. Os consumidores do Grupo A são aqueles que com maior probabilidade se qualificarão como Consumidores Livres, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Os consumidores do Grupo A recebem energia elétrica em tensões a 2,3kV ou a tensões superiores. As tarifas dos consumidores do Grupo A tomam por base o nível de tensão de fornecimento da energia elétrica e a época do ano e horário do dia em que a energia elétrica é fornecida, embora consumidores possam optar por uma tarifa diferenciada em períodos de pico. As tarifas aplicáveis aos consumidores do Grupo A contêm dois componentes: cobrança pela demanda de potência e cobrança pelo consumo de energia. A cobrança pela demanda de potência, expressa em reais por KW, tem por base (1) a potência firme contratada e (2) o consumo de energia, expresso em reais por MWh, tem por base o valor efetivamente consumido.

Os consumidores do Grupo B pagam tarifas maiores, fazendo frente aos custos totais em todos os subsistemas pelos quais a energia elétrica passa para chegar até eles. Há tarifas diferenciadas no Grupo B por tipos de consumidor (tais como residencial, comercial, rural e industrial).

Os consumidores do Grupo B recebem energia a tensão inferior a 2,3 kV (220V e 127V). As tarifas para os consumidores do Grupo B consistem exclusivamente na cobrança pelo consumo de energia e tomam por base a classificação do consumidor (residencial, rural, industrial, poder público, etc.).

As tabelas a seguir apresentam informações sobre as tarifas de varejo e receitas líquidas nos períodos indicados.

		Período de três meses encerrados em 31 de março de 2008				Período de três meses encerrados em 31 de março de 2009			
		Tarifa Media (R$/MWh*)	Volume (GWh**)	Receita Liquida (R$ milhões*)	Consumidores Ativos ***	Tarifa Media (R$/MWh*)	Volume (GWh**)	Receita Liquida (R$ milhões*)	Consumidores Ativos ***
Grupo A:									
A2	138 kV	200,33	149	30	46	167,59	171	29	54
A3	69kV	275,43	3	1	5	211,58	3	1	5
A3a30a44kV		215,27	0	0	2	173,86	0	0	2
A4	13,8a22kV	225,44	1.895	427	12.740	196,80	1.855	365	13.175
TotalGrupoA		**916,47**	**2.047**	**458**	**12.793**	**749,83**	**2.029**	**395**	**13.236**
GrupoB:									
B1	Residencial	314,18	1.600	503	2.954.060	258,49	1.742	450	3.042.924
B2	Rural	176,67	162	29	68.143	144,74	139	20	63.596
B3	Outros	280,85	733	206	315.758	229,80	769	177	322.269
B4	IlumPublica	156,61	190	30	3.418	128,23	198	25	5.345
TotalGrupoB		**928,31**	**2.685**	**768**	**3.341.379**	**761,26**	**2.848**	**672**	**3.434.134**
Total		**1844,78**	**4.732**	**1.226**	**3.354.172**	**1511,09**	**4.877**	**1.067**	**3.447.370**

*Exclui ICMS, RTE, CVA e Efeitos Financeiros

**Exclui Energia Especial

***Refere-se a Consumidores Faturados

		Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007				Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008			
		Tarifa Media (R$/MWh*)	Volume (GWh**)	Receita Liquida (R$ milhões*)	Consumidores Ativos ***	Tarifa Media (R$/MWh*)	Volume (GWh**)	Receita Liquida (R$ milhões*)	Consumidores Ativos ***
Grupo A:									
A2	138 kV	196,34	630	124	46	176,07	674	119	52
A3	69 kV	361,94	8	3	5	269,32	10	3	5
A3a	30 a 44 kV	203,66	0	0	2	210,41	0	0	2
A4	13,8 a 22 kV	214,10	7.654	1.639	12.667	198,97	7.970	1.586	13.080
Total Grupo A		**976,04**	**8.292**	**1.766**	**12.720**	**854,77**	**8.654**	**1.708**	**13.139**
Grupo B:									
B1	Residencial	295,93	6.102	1.806	2.914.846	262,75	6.550	1.721	3.026.202
B2	Rural	166,37	715	119	88.705	148,37	592	88	62.208
B3	Outros	265,08	2.807	744	315.259	235,30	2.952	695	321.449
B4	Ilum Publica	147,94	735	109	3.359	131,27	768	101	4.767
Total Grupo B		**875,32**	**10.359**	**2.778**	**3.322.169**	**777,69**	**10.862**	**2.605**	**3.414.626**
Total		**1851,36**	**18.651**	**4.544**	**3.334.889**	**1632,46**	**19.516**	**4.313**	**3.427.765**

* Exclui ICMS, RTE, CVA e Efeitos Financeiros.

** Exclui energia especial.

*** Refere-se a Consumidores Faturados.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória n.º 313, de 06 de abril de 2006, homologou o reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica pela Companhia em 10,8%.

Por meio da Resolução Homologatória n.º 627, de 07 de abril de 2008, a ANEEL estabeleceu, em caráter provisório, o reajuste das tarifas da Companhia em um percentual de -13,6%. Esta resolução dispõe o reajuste de -13,7% relativos ao reposicionamento tarifário e 0,1% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. Em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste anual de 2007, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de -17,2%. Adicionalmente, foi estabelecido provisoriamente o Fator Xe de 0,8% que será aplicado como redutor da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Por meio da Resolução Homologatória n.º 786, de 24 de março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da 2ª revisão tarifária da Companhia, com o reposicionamento tarifário de -14,1% e o Fator Xe de 1,0%.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória n.º 795, de 07 de abril de 2009, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual em um percentual médio de 21,2, composto como segue: 13,6% relativo ao reajuste tarifário anual e 7,6% relativo a componentes financeiros externos ao reajuste anual. No reajuste tarifário de 2009 foi aplicado o Fator X de 1,2%.

Concorrência

Nos termos da regulamentação em vigor, a Companhia detém exclusividade para a distribuição/transporte de energia elétrica aos consumidores de pequeno, médio e grande porte (consumidores cativos e livres) dentro de sua área de concessão.

No que diz respeito a venda de energia, não lhe é assegurado fornecer aos Consumidores Livres, ou seja aqueles cuja demanda excede 3000 kW na tensão de 69 KV e em qualquer outra tensão com início de fornecimento/operação a partir de 1995 que têm opção de escolher seu fornecedor e/ou aqueles com demanda contratada entre 500 kW e 3000 kW que podem optar pelo fornecimento por meio de fontes alternativas (PCH, eólica, solar).

Os consumidores podem também optar pelo investimento em geração, dentro ou fora do sua propriedade, para seu consumo próprio, sendo que no caso de geração fora a distribuidora fará a distribuição/transporte desta energia.

Assim, embora a Companhia ainda não enfrente concorrência em sua área de concessão, outros agentes do setor elétrico, como as comercializadoras e os produtores independentes de energia elétrica, poderão vir a atuar em sua área de atuação por meio do fornecimento de energia a seus Consumidores Livres, especialmente em face da atratividade de seu mercado de atuação da Companhia.

A fim de se preparar para enfrentar eventuais concorrentes, a Companhia busca ampliar sua comunicação com o cliente desenvolvendo mecanismos de atendimento e fidelização dos clientes já existentes.

A Companhia acredita que suas principais vantagens competitivas são (i) os seus elevados índices de qualidade na distribuição de energia elétrica, os quais apresentaram melhora em relação aos índices observados antes da cisão da Companhia do seu grupo controlador anterior e (ii) seu vínculo histórico com o desenvolvimento industrial e político das comunidades onde atua.

Vale ressaltar que embora de acordo com a legislação brasileira as empresas de distribuição e transmissão de permite que terceiros utilizem suas linhas e instalações para a transmissão e a distribuição de eletricidade, os mesmos estão sujeito, bem como os Consumidores Livres ao pagamento de tarifas fixadas pelo Governo Federal pelo uso dos sistemas de distribuição e transmissão de energia.

Assim a principal função da distribuidora que é distribuir/transportar energia é ser ressarcida por este serviço e remuneração dos seus ativos de distribuição, mesmo com atuação de venda de energia por terceiros em sua área de concessão e dos consumidores que tenham optado por serem Livres.

Gerenciamento de Perdas de Energia

As perdas de energia da Companhia decorrem de diversos fatores, quais sejam: (i) transmissão, distribuição e transformação da energia elétrica (as chamadas perdas técnicas) e (ii) medições defeituosas, fraudes, furtos de energia e causas semelhantes (denominadas perdas comerciais).

As perdas técnicas ocorrem no transporte e na transformação da energia. Suas principais causas são o aquecimento dos condutores e conexões, transformações de níveis de tensão, fugas em isoladores, equipamentos reguladores, capacitores e medidores de energia.

As perdas comerciais são causadas por medições defeituosas, fraudes, furtos de energia e causas semelhantes. Trata-se de uma energia efetivamente entregue ao consumidor, mas não computada nas vendas.

A Companhia destaca equipes técnicas qualificadas para realizar inspeções, incrementar o monitoramento do consumo irregular e aumentar as reposições de equipamentos de medição obsoletos, bem como desenvolve um programa computacional para analisar e descobrir fraudes.

Para diminuir suas perdas comerciais, a Companhia investiu R$10 milhões no ano de 2008. Para o exercício de 2009, a Companhia planeja investir aproximadamente R$11 milhões na troca de equipamentos defeituosos e na regularização de fraudes e furtos de energia.

A tabela abaixo indica a evolução dos índices de perdas nos últimos três exercícios sociais e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009:

	Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de		Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de		
	2008	2009	2006	2007	2008
Companhia					
Perdas técnicas	6,6%	6,8%	5,9%	6,6%	6,8%
Perdas comerciais	2,3%	1,8%	2,5%	3,0%	1,9%
Total de perdas de energia elétrica	8,9%	8,6%	8,5%	9,6%	8,6%

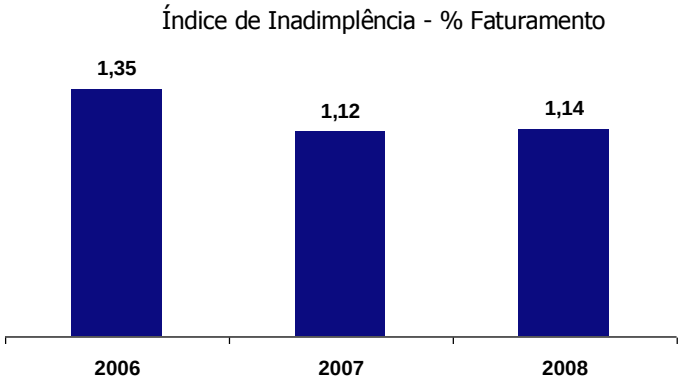
Os valores referentes às perdas técnicas não apresentam grandes variações, pois dependem da mudança significativa da topologia ou do carregamento das redes elétricas. Por essa razão, as perdas técnicas têm variado na mesma proporção da energia requerida.

Cobrança e Inadimplência

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a inadimplência, calculada sobre as contas de energia vencidas a mais de 30 dias, atingiu o índice de 1,3% sobre o faturamento anualizado da Companhia.

Dentre as medidas tomadas visando a diminuir ainda mais esse índice destacam-se a intensificação e eficácia dos cortes, que atingiram 126 mil clientes inadimplentes no período, bem como avanços nos processos de negociação, cobrança e inclusão de débitos nos serviços de proteção de créditos.

O gráfico abaixo demonstra o índice de inadimplência da Companhia em relação ao faturamento nos últimos 3 anos.



A tabela a seguir mostra a composição das contas referentes ao fornecimento faturado de energia elétrica da Companhia por categoria de consumidores em 31 de março de 2009:

Classes de Consumidores	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
		(Em R$ milhares)		
Residencial	143.665	92.752	8.574	244.991
Industrial	85.115	30.974	16.518	132.607
Comercial	55.860	25.401	8.841	90.102
Rural	9.557	2.093	358	12.008
Poder Público	12.661	1.866	259	14.786
Iluminação Pública	11.501	812	107	12.420
Serviço Público	14.767	3.192	5.277	23.236
Faturado	**333.126**	**157.090**	**39.934**	**530.150**

A Companhia oferece uma série de facilidades a fim de reduzir o grau de inadimplência de seus clientes, tais como o débito automático em conta corrente e pagamento de conta em agentes arrecadadores conveniados como farmácias, papelarias e lotéricas.

Procedimentos de Cobrança

Em relação aos clientes de Baixa Tensão (consumidores do Grupo B), a Companhia realiza cobrança interna por meio dos seus canais de atendimento. Após 30 dias de vencimento da fatura, os maiores débitos são enviados aos Serviços de Proteção de Créditos - SPCs. Após 90 dias, a Companhia efetua a cobrança extrajudicial por meio de empresas de cobrança terceirizadas sob a responsabilidade do seu Departamento de Tesouraria.

No ano de 2008, conseguimos recuperar R$184 mil em contas enviadas ao SPC, enquanto que as empresas terceirizadas conseguiram recuperar aproximadamente R$27 mil.

Com relação aos clientes corporativos, as cobranças internas e extrajudiciais são realizadas por intermédio de célula de cobrança, e têm início um dia após o respectivo vencimento da conta de energia elétrica. Para clientes do setor público, as negociações são feitas por gerentes de contas.

Tecnologia e Informática

Em 2003 ocorreu a principal reestruturação da área de tecnologia da informação da Companhia, quando unificou a infra-estrutura tecnológica da Companhia, obtendo, entre outros benefícios, a atualização tecnológica com significativa melhora de performance dos principais sistemas de informação e decréscimo dos custos operacionais.

Os principais sistemas disponíveis na Companhia são:

- SAP R/3: relaciona os principais processos da organização de forma estruturada, integrada e sistematizada, visando melhoria e modernidade na gestão empresarial, suportado por meio dos seguintes módulos:
    - - FI – Gestão Financeira, Contabilidade e Ativos;
    - - LP – Gestão de Caixa;
    - - TR – Gestão de Tesouraria;
    - - TRM – Gestão de Aplicações Financeiras;
    - - LOANS – Gestão da Dívida;
    - - CO – Controladoria;
    - - FM – Administração de Orçamento;
    - - IM – Gestão de Investimentos;
    - - MM – Gestão de Materiais;
    - - WM – Gestão de Depósitos;
    - - QM – Gestão da Qualidade de Materiais/Fornecedores;
    - - PM – Gestão da Manutenção, Execução de Obras e Serviços;
    - - PS – Gestão de Projetos;
    - - SD – Gestão de Vendas;
    - - EC – Consolidação Empresarial;
    - - WF – Workflow.
- BW – Business Information Warehouse: extrai dados do processo de toda a empresa de acordo com os critérios dirigidos aos negócios e converte informações significativas para o planejamento, controle e tomada de decisão;
- SEM– Strategic Enterprise Management – é uma aplicação analítica baseada no BW. Suporta gerenciamento dos processos de forma integrada. Seus diversos componentes permitem, além do gerenciamento estratégico, consolidação legal e gerencial, cenários de planejamento, gerenciamento de performance do negócio,

- CRM – Gestão de Relacionamento com o Cliente: opera de forma integrada com os demais sistemas, visando identificar, diferenciar, interagir e personalizar o relacionamento com os clientes do grupo A , Comercial, Poder Público; clientes livres e de serviços;

- E-Procurement – Sistema de Compras: que integra a área de suprimentos e fornecedores mediante uso intensivo da Internet, com o objetivo de otimizar processos e custos, criando valor na cadeia de suprimentos;

- SICON (B/F/FH) - Sistema de Informações de Consumidores: executa todos os processos comerciais da empresa, desde o cadastramento, faturamento, arrecadação e informações gerenciais;

- Sistema de Indicadores Comerciais: demonstra os indicadores relacionados ao atendimento ao cliente;

- Unificação/Modernização do CAll Center: agilidade no atendimento, unificação dos sistemas e banco de dados, no processo de atendimento;

- GIS-D - Sistema Gerência de Rede: gerenciar a rede e equipamento de distribuição;

- SAIGON - Sistema de Índices Gerenciais de Ocorrências: gerenciar os indicadores técnicos: DEC, FEC, DIC, FIC, TMA, FMA, T90;

- SAT/S - Sistema de Solicitação de Atendimento Técnico de Serviços: emissão e gerenciamento das ordens de serviços dos consumidores do grupo B;

- SAT/R - Sistema de Solicitação de Atendimento Técnico da Rede: envia solicitações para análise e/ou execuções dos serviços;

- GOD – Gerência de Ocorrências da Rede de Distribuição: demonstra as ocorrências da rede de distribuição;

- OS – Gerência de Ocorrência da Subtransmissão: gerencia ocorrências da subtransmissão;

- Datasul HCM - Sistema de Folha de Pagamento: processa a folha de pagamento de todas as empresas do grupo CPFL Energia; e

- GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos: sistema/tecnologia que permite a conversão e processamento de documentos em papel para a informação eletrônica digital. Disponível para consulta a todos os colaboradores por meio da Intranet.

A Companhia desenvolve atualmente 3 grandes projetos para 2009, que são:

- SPED (Sistema Público de Escrituração digital), utilizamos a Solução Fiscal Mastersaf, que em sua última versão trás o módulo SPED para geração dos arquivos magnéticos que serão enviados para Receita Federal. Esse sistema será implantado em todas as empresas do grupo;

- Paradigma – Gestão de Portfólios de Contratos; e

- CCS – Novo Sistema Comercial.

Meio Ambiente

Além do cumprimento da legislação e normas ambientais vigentes, a Companhia passou a adotar uma política ambiental que, de forma consistente, considera as questões ambientais nas fases de projeto, construção e operação dos seus empreendimentos.

A Companhia investe no desenvolvimento de tecnologias mais limpas e ambientalmente adequadas, por meio do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Por esse programa, estão sendo desenvolvidos os projetos: (i) "Gaseificador para a geração de energia elétrica de até 12 kVA", com a utilização de biomassa, em parceria com a Universidade Federal de Itajubá (Unifei); (ii) "Redes de Energia e Vegetação", em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da USP, e (iii) o Jardim Botânico de Paulínia, para identificação de espécies adequadas para arborização urbana e re-vegetação sob linhas de transmissão.

Reforçando seus valores de respeito ao meio ambiente a empresa desenvolveu projeto de construção de um sistema de captação e aproveitamento de água pluvial na sede, em Campinas, com capacidade de armazenar 196.900 litros.

Desde 2000, com vistas ao atendimento dos preceitos estabelecidos em sua política ambiental, a Companhia firmou Termo de Ajuste de Conduta – TAC junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com o objetivo de proceder à regularização ambiental das atividades de roçadas e aceiros sob linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica. A construção de novas linhas de transmissão, distribuição e subestações, vem sendo licenciada em conformidade com a legislação vigente.

Programa de Arborização Urbana

Em 2008, a CPFL Energia, a CPFL Paulista e a Piratininga deram continuidade a seu programa de arborização urbana, tendo atingido 24,0% dos municípios da sua área de concessão, por meio da doação de aproximadamente 90 mil mudas de árvores adequadas à convivência harmoniosa com as redes elétricas. No período de quatro meses encerrado em 30 de abril de 2009, a Companhia atingiu 23,0% dos municípios da área de sua concessão com a doação de aproximadamente 183.055 mudas de árvores. Desde o Lançamento do programa em 1996 a Companhia já doou aproximadamente 1.600.000 mudas aos municípios por ela atendidos.

Para suporte a esse programa, a Companhia utiliza-se das instalações dos viveiros de produção de mudas situados nos municípios de São Joaquim da Barra e Pedreira, no ano 2009 concluiu a construção de seu terceiro viveiro no município de Macatuba, também, no Estado de São Paulo, com capacidade total de produção de 180.000 mudas por ano. O objetivo maior deste programa é manter disponível, para todos os municípios da área de concessão, doações de mudas destinadas à coexistência com o sistema elétrico e demais equipamentos urbanos.

Em 2008 foi revisado e atualizado o manual: "Arborização Urbana Viária: Aspectos de planejamento, implantação e manejo", editado em 2005. Esse manual apresenta conceitos para planejamento, plantio, poda e condução da arborização viária. Além disso, o manual aborda aspectos de segurança no trabalho, dos instrumentais para corte e da legislação pertinente, ressaltando a importância das árvores para o ambiente urbano.

Programa de Gerenciamento e Destinação Final de Resíduos

A Companhia mantém um programa de gerenciamento e destino final para os resíduos considerados perigosos, sendo que, em 2004, a destinação dos resíduos foi realizada em conjunto com a CPFL Piratininga.

Esse programa identifica e classifica os principais resíduos gerados nos diferentes processos desenvolvidos pela Companhia. Para cada um dos diferentes resíduos são estabelecidas as normas de armazenamento, transporte e as melhores formas de destinação, sempre em atendimento à legislação vigente.

As áreas de armazenamento de resíduos são vistoriadas frequentemente e os processos de destinação são sempre acompanhados por colaboradores da Companhia. A cada ano, os colaboradores das áreas de operação têm oportunidade de revisar conceitos e normas que tratam do armazenamento e destinação dos resíduos nos treinamentos do Sistema de Gestão Ambiental.

Os principais processos que envolvem este programa são:

a) armazenamento e destinação de lâmpadas de iluminação pública, de resíduos contaminados com óleo (óleo isolante) e de sucatas;

b) substituição, armazenamento e destinação de equipamentos com PCB (Bifenilas Policloradas); e

c) coleta seletiva – segregação, armazenamento e destinação de resíduos recicláveis.

Neste programa há, ainda, o Processo de Cadeia Reversa, que consiste na triagem de materiais retirados da rede de distribuição e/ou linhas de transmissão, de forma a possibilitar a recuperação de parte dos materiais avaliados, reduzindo custos e consumo de recursos naturais.

A Companhia investiu o valor de R$24,7 milhões no ano de 2008 em programas ambientais relacionados com as suas atividades.

Certificações

No ano de 2002, a Companhia concluiu as etapas necessárias visando a Certificação Ambiental ISO 14.001, para o processo "Convivência da Rede de Distribuição de Energia Elétrica Urbana com o Meio Ambiente", tendo sido certificada para todos os municípios da sua área de concessão. Em 2005, ocorreu a primeira re-certificação e em 2008 a segunda, na versão ISO 14001:2004. Ainda no ano de 2008 a empresa ganhou o Prêmio Nacional de Qualidade® – PNQ, pela Fundação Nacional de Qualidade. A Companhia adere a padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

Responsabilidade Social

Além de estimular continuamente seus colaboradores a se conscientizarem sobre responsabilidade social, o Grupo CPFL está engajado na formulação de políticas que buscam melhorar as condições sociais, ambientais e econômicas do país.

As atividades atinentes às políticas de Responsabilidade Social do Grupo CPFL estão concentradas na *holding* CPFL Energia. Para mais informações acerca do assunto, vide item "Responsabilidade Social" da Seção "Informações Relativas à Garantidora" na página 223 deste Prospecto.

Recursos Humanos

A política de recursos humanos da Companhia busca atrair, reter e desenvolver profissionais qualificados, estimulando seu desenvolvimento pessoal por meio de programas de treinamento, desenvolvimento e reconhecimento profissional. Assim, a Companhia busca manter um quadro de colaboradores alinhados com seus valores e estratégias de negócio, visando seu crescimento contínuo.

Os empregados possuem vínculo empregatício pelo regime da CLT e os estagiários e aprendizes são contratados nos termos legais.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía 3008 empregados, passando para 3.028 em 2007 e encerrou o exercício de 2008 com 3.127 empregados. Além disso, foram contratados temporariamente 113 trabalhadores em 2006, 1664 em 2007 e 111 em 2008. O tempo médio de atividade de cada profissional na empresa é de 14 anos e a idade média do quadro é de 40 anos.

A tabela a seguir apresenta o número de empregados, bem como a classificação dos empregados segundo a categoria de atividade, nas datas indicadas, em cada uma das áreas de atuação nos períodos indicados:

Áreas de Atuação	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de
	2006	2007	2008	2009
Distribuição	2.693	2.685	2686	2682
Comercialização	75	76	82	84
Administração	240	267	359	365
Total	**3.008**	**3.028**	**3.127**	**3.131**

A rotatividade de pessoal para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 apresentou um índice de 0,8%, sendo que a média histórica dos últimos três exercícios sociais foi de 5,6%. Em 2008, esse índice foi de 7,6%.

A Companhia apresentava, em 31 de março de 2009, passivo composto de aproximadamente 2.568 processos trabalhistas em curso, em toda a área de concessão, envolvendo o valor aproximado de R$ 134,1 milhões.

Para mais informações acerca das contingências trabalhistas relevantes da Companhia, vide Seção "Pendências Judiciais e Administrativas – Processos Trabalhistas" na página 190 deste Prospecto**.**

Estrutura organizacional interna

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía a seguinte estrutura organizacional interna:

Treinamento e Desenvolvimento

Em 2008, a Companhia investiu na capacitação e aprimoramento profissionais dos seus colaboradores, por meio de cursos técnicos, seminários, *workshops* e atividades de especialização. Ao todo foram mais de 93,3 horas de treinamento por colaborador, índice 12,4% superior ao benchmarking da Pesquisa Sextante-2008 (83,0 horas por colaborador).

Em 2008, o principal destaque foi o lançamento da Universidade Corporativa CPFL, um importante passo em direção ao alinhamento dos programas de desenvolvimento de recursos humanos à gestão do conhecimento e à consolidação de cultura organizacional sólida, orientada pelos critérios de excelência empresarial, de eficiência operacional e da criação de valor para os públicos de relacionamento da Companhia. A Universidade Corporativa permitirá maior acesso dos colaboradores ao desenvolvimento de suas competências essenciais ao aprimoramento dos serviços oferecidos.

Além disso, ao longo dos últimos anos a Companhia implantou uma série de programas de treinamento e desenvolvimento, entre os quais se destacam:

- CPFL Padrão: é um programa de padronização (Operacional e de Segurança) de procedimentos e ferramental para o trabalho dos eletricistas;

- Corrente Contínua: é um programa de desenvolvimento das lideranças que visa fortalecer as competências fundamentais de gestão de pessoas; e

- E-learning: com foco no autodesenvolvimento, a Companhia disponibiliza 15 cursos aos seus colaboradores, por meio da metodologia de educação à distância, utilizando-se da Intranet e da Internet.

A Companhia aplica a todos os colaboradores, anualmente, sistema de avaliação do desempenho em 360 graus, baseado nas competências organizacionais requeridas, como ferramenta de gestão da performance na busca permanente da excelência operacional e qualidade dos serviços.

Os resultados das ações de Segurança do Trabalho estão refletidos no equilíbrio da taxa de frequência de acidentes com afastamento ao longo dos anos, que, em 2006 e 2007 foi de 1,5 e em 2008 foi de 1,9. Outras relevantes iniciativas neste campo foram:

- Certificação do Sistema de Gestão de Riscos Ocupacionais e Controle de Perdas com base na OHSAS 18001; e

- Celebração da Convenção Coletiva de Segurança e Saúde no Trabalho do Setor Elétrico no Estado de São Paulo.

A Companhia vem investindo em ações de promoção à saúde, tais como: exames médicos periódicos, *fitness center*, oficinas de esportes, campanhas de prevenção de doenças e vacinação, ginástica laboral. Os resultados foram significativos no quadro de saúde geral dos funcionários, em especial na redução do sedentarismo e distúrbios osteomusculares.

Empregados e Sindicatos

Os colaboradores da Companhia são filiados aos seguintes sindicatos da sua área de concessão, com os quais são negociados acordos coletivos:

a) Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo - SEESP;

b) Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo - SINTEC;

c) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas - STIEEC;

d) Sindicato dos Trabalhadores na Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade no Município de Bauru - Sindluz Bauru;

e) Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços de Fiação, Tração, Luz e Força de Araraquara – Sindluz Araraquara;

f) Sindicato dos Trabalhadores na Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade no Município de Ribeirão Preto – Sindluz Ribeirão Preto; e

g) Sindicato dos Trabalhadores na Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade no Município de São José do Rio Preto – Sindluz Rio Preto.

A Companhia acredita manter um bom relacionamento com os referidos sindicatos, não tendo sido registrado até o momento qualquer movimento de greve.

Os colaboradores da Companhia possuem um representante no Conselho de Administração da Companhia, eleito pelos próprios colaboradores.

Em 2003, a Companhia recebeu a Certificação SA 8000, que consiste em um "selo de qualidade social" no compromisso com melhores condições de trabalho. A SA 8000 é uma norma internacional baseada nos princípios de onze Convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A norma SA 8000 trata das condições no local de trabalho que compreendem desde o veto à utilização de mão-de-obra infantil, ao trabalho forçado, à discriminação, às práticas disciplinares abusivas, bem como visa à garantia da saúde e segurança, liberdade de associação e negociação coletiva, horário de trabalho adequado e remuneração justa.

Desde 2002, os colaboradores da Companhia ajudaram a situar a *holding* CPFL Energia entre as melhores empresas para se trabalhar, no Guia Exame, organizado pelas revistas Exame e Você S/A sendo reconhecida como destaque em Estratégia e Gestão no ano de 2008.

Benefícios e Remuneração

Os benefícios oferecidos pela Companhia aos seus colaboradores incluem assistência médica e odontológica (extensivos a dependentes), vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche, gratificação de férias e programas de treinamento.

Outros planos de benefícios são fornecidos pela Companhia juntamente com o patrocínio da Fundação CESP que, em parceria com outras dez empresas do setor elétrico, suplementa os benefícios de aposentadoria e saúde do governo. Entre os programas patrocinados pela Fundação CESP, destacam-se:

- Plano de Previdência Complementar CPFL: concessão de benefícios aos participantes do plano, como aposentadoria normal, aposentadoria por idade, benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez e benefício de pensão por morte aos beneficiários;

- Assistência Médico-Hospitalar: concessão de benefícios que visam proporcionar a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde dos beneficiários; e

- Empréstimo Pessoal: opção de assistência financeira aos participantes, com o objetivo de atender às necessidades dos participantes dos planos previdenciários administrados pela Fundação CESP.

Em janeiro de 2006, a CPFL Energia instituiu o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, que incentivou colaboradores do Grupo CPFL, inclusive os colaboradores da Companhia, a se desligarem voluntariamente dos seus empregos.

O período de adesão ao programa ocorreu entre 24 de janeiro a 10 de fevereiro de 2006, e a data desligamento, para aqueles que aderiram, ocorreu em 24 de fevereiro de 2006. Aderiram ao programa 66 colaboradores.

Em sintonia com as melhores práticas de mercado, por meio da aplicação da metodologia Hay, a Companhia tem uma estrutura de cargos e salários moderna que garante consistência e competitividade. Em conformidade com a legislação brasileira e a sua política de remuneração, a Companhia tem um programa anual de participação nos resultados técnicos e financeiros, devidamente negociado com os sindicatos, para todos os colaboradores, exceto gerentes. As metas a serem atingidas são totalmente alinhadas aos objetivos organizacionais.

Os salários e benefícios de todos os empregados da Companhia são determinados por meio dos acordos coletivos celebrados entre a Companhia, seus empregados e os respectivos sindicatos representativos. Dessa forma, todos os empregados da Companhia se beneficiam dos termos dos acordos coletivos.

O programa de participação nos lucros ou resultados da Companhia negociados com todos os Sindicatos confere a distribuição de 1,1% do Resultado do Serviço aos empregados. O valor pago a cada colaborador varia entre 1 e 4 salários base, condicionado ao atingimento do Resultado do Serviço projetado para o ano em questão. No caso de superação ou atingimento parcial das metas definidas, o pagamento será acrescido ou reduzido no mesmo percentual de atingimento.

Plano de Opção de Compra de Ações

Na data deste Prospecto, nenhum plano de opções de compra de ações havia sido aprovado pelos acionistas da Companhia e não há previsão para que um plano seja submetido para aprovação.

Contratos Relevantes

Contratos Relevantes Financeiros

(i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 08 de abril de 2005, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/345.606-8, por meio do qual foi disponibilizado para a Companhia uma linha de crédito no valor de R$ 240.855,9 mil, para implementação do programa de investimentos de expansão e modernização do sistema elétrico para período de 2004 a 2006.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R$ 167.836 mil, destinado à aquisição de obra, materiais e serviços; e

- o subcrédito no valor de R$ 73.020 mil, destinado à aquisição de equipamentos nacionais cadastrados na Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME.

Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à taxa de até 5,4% acima de TJLP, incluído o *spread* de risco dos agentes de 1,4%. A amortização ocorrerá 48 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2007 e a última em 15 de dezembro de 2010. Este contrato é garantido por fiança da CPFL Energia e pela vinculação de uma parcela da receita CPFL Paulista proveniente da prestação de serviços de energia elétrica, em valor equivalente a 1,3 (um inteiro e três décimo) vezes do valor corresponde ao serviço da dívida.

O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R$ 111.294.839,39.

Em 13 de junho de 2008, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.157-1, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 345.990.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões e novecentos e noventa mil reais) a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da Companhia para os anos de 2008 e 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R$ 313.200.000,00 (trezentos e treze milhões e duzentos mil reais), destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e

- o subcrédito no valor de R$ 32.790.000,00 (trinta e dois milhões e setecentos e noventa mil reais), destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,4%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,3%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a Companhia vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da Companhia.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 135.480.095,04.

Em 1 de junho de 2007, a Companhia celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 21/00429-3, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 156.543.400,00 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos reais), destinado ao investimento em expansão e modernização do sistema elétrico da Companhia, englobando obras de construção e recondutoramento de circuito primário e secundário, automatização das redes elétricas de distribuição, modernização das instalações prediais, compra de software e hardware e programa de eficiência energética. Como garantia do financiamento, a CPFL Paulista (i) vinculou parcela da receita proveniente da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, no percentual mínimo correspondente a 1,3 (um inteiro e três décimos) o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros, vencíveis em cada período; e (ii) constituiu conta reserva, mantida junto ao Banco do Brasil, no valor correspondente a 1 (um) mês do serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da Companhia. Sobre o saldo devedor do financiamento incidem juros à taxa de 3,3% ao ano, acima da TJLP. A amortização será realizada em 72 parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2013.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 127.682.832,66.

(ii) Banco do Brasil

Em 07 de abril de 1994, a CPFL Paulista celebrou com o Banco do Brasil, com a interveniência - garantidora do Estado de São Paulo, um contrato de confissão de dívida, pelo qual a Companhia confessa dever à União o montante de CR$ 20.420.782 mil referente aos encargos previstos nos contratos originais celebrados com as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, cujos direitos creditórios foram adquiridos pela União. Sobre o referido empréstimo incidirão juros de 7,4% ao ano, incidindo, ainda, sobre o saldo devedor corrigido mensalmente pela variação do IGP-M, a taxa de administração de 0,1% ao ano, devida e paga ao Banco do Brasil. A amortização será realizada em 240 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 01 de maio de 1994 e a última em 01 maio de 2014. O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 45.292.863,34.

Em 10 de março de 2008, a Companhia contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil proveniente de repasse interfinanceiro de recurso captado no exterior, nos termos da Resolução CMN n.º 2.770, de 30 de agosto de 2000. O crédito é representado pela Nota de Crédito Comercial n.º 40/00516, com vencimento em 10 de janeiro de 2011, no valor de R$ 79.465.875,22 (setenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos), correspondente naquela data a ¥ 4.889.605.908,00 (quatro bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e oito ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7778% ao ano, com base em um ano de 360 dias. O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R$ 120.545 mil.

(iii) Banco ABN Amro Real S.A.

Em 24 de agosto de 2007, a CPFL Paulista emitiu em favor do Banco ABN Amro Real S.A. Cédula de Crédito Bancário n.º 4927/07, no valor de ¥ 20.536.223.617,00 (vinte bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, duzentos e vinte e três mil e seiscentos e dezessete ienes), remunerada à taxa de 1,4824% ao ano, com vencimento em 13 de setembro de 2009.

O saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R$ 470.384 mil.

Contratos Relevantes Operacionais

(i) Contrato de Concessão

As condições para exploração, pela Companhia, dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 014/97, firmado em 20 de novembro de 1997 com a União, na qualidade de Poder Concedente.

O prazo do Contrato de Concessão é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da Companhia, a critério do Poder Concedente, que decidirá com base nos princípios de continuidade e qualidade do serviço público. O Contrato de Concessão prevê que, além de o Poder Concedente decidir sobre a prorrogação do Contrato de Concessão com base nos princípios ora citados, decidirá também com base nos relatórios técnicos sobre regularidade e qualidade dos serviços prestados pela Concessionária, preparados pelo órgão técnico de fiscalização.

Dentre as obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltado para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela Companhia, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da Companhia, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à Companhia direito de exclusividade sobre tais consumidores.

O Contrato de Concessão foi aditado em 6 de abril de 2005, com a finalidade de refletir a incorporação da DOC4 e a transferência do controle societário da Companhia à CPFL Energia. (Vide Seção "Histórico da Companhia" na página 135 deste Prospecto). O segundo aditivo ao Contrato de Concessão foi assinado em 09 de abril de 2005, e serviu para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior.

(ii) Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

Para suprir as necessidades crescentes de energia a fim de atender seus consumidores finais, somado à extinção dos Contratos Iniciais, a Companhia adquire energia elétrica por meio de contratos de compra e venda de energia que são agrupados da seguinte forma: contrato de Itaipu; CCEARs (firmados com diversos fornecedores) e contratos bilaterais (contratos firmados antes da data de publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico) firmados com a CPFL Brasil e a CPFL Centrais Elétricas, entre outros.

Até 30 de setembro de 2006, o suprimento de energia por contratos de fornecimento de energia elétrica foi responsável por 9,8% de toda energia adquirida pela Companhia. Os CCEARs são reajustados anualmente pelo IPCA e os contratos bilaterais são reajustados anualmente pelo IGP-M, ambos na data de reajuste da tarifa da Companhia a seus consumidores finais.

(iii) Instrumento Particular de Contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da CPFL Paulista administrado pela Fundação CESP e Outras Avenças

Em 31 de outubro de 1997, a CPFL Paulista celebrou com a Fundação CESP um contrato de ajuste de reservas matemáticas do plano de aposentadorias e pensões na forma de benefício definido, plano de benefícios suplementar saldado – BSPS, por esta administrado, para garantir condições financeiras que preservassem os direitos adquiridos pelos funcionários da CPFL Paulista participantes do plano de aposentadorias e pensão. Nos termos do referido instrumento, a CPFL Paulista comprometeu-se a repassar à Fundação CESP o montante equivalente a R$ 426.115 mil, necessário para o ajuste das reservas matemáticas do plano de aposentadorias e pensão. O montante será amortizado em 240 parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 31 de outubro de 1997. O valor do repasse será reajustado com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e remunerado à taxa de 6,0% ao ano.

Nos exercícios subsequentes, as parcelas de benefícios excedentes aos ativos do plano de benefícios suplementar saldados – BSPS, no montante de R$ 83.118 mil, foram equacionados mediante mecanismo estabelecido no instrumento contratual.

Em 14 de dezembro de 1998, a CPFL Paulista celebrou um novo contrato de ajuste de reservas matemáticas, desta vez para o plano de suplementação de aposentadoria e pensão do quadro próprio da Fundação CESP mantido pelas empresas patrocinadoras da Fundação CESP. Nos termos do referido instrumento, a CPFL Paulista comprometeu-se a transferir à Fundação CESP o valor de R$ 1.206 mil, equivalente a 19,8% da participação no valor do déficit técnico total apurado segundo estudo atuarial realizado pelo atuário externo da Fundação.

O pagamento do referido valor será realizado em 05 anos, em 60 parcelas mensais no valor de 1/60 do montante devido, corrigidas mensalmente pela variação do IGP-DI, vencendo-se a primeira em 18 de dezembro de 1998. Sobre o referido montante, incidem juros à taxa de 6,0% ao ano.

O saldo devedor total em 31 de março de 2009 era de R$ 690.738.375,79.

Seguros

A Companhia possui cobertura securitária contra os riscos de incêndio, raio, explosão e danos elétricos, dentro da apólice da CPFL Energia, garantindo seus prédios, conteúdos, subestações fixas e móveis, bem como equipamentos portáteis/móveis (termovisor, equipamento de vídeo-conferência e notebook).

Possui ainda um seguro de responsabilidade civil, que garante o reembolso das despesas com indenizações, por danos materiais, pessoais e morais causados à terceiros, decorrentes das operações de transmissão e distribuição de energia elétrica.

O quadro a seguir indica as principais coberturas presentes no contrato de seguro, nos períodos indicados:

		Exercício encerrado em 31 de dezembro de			De 31.03.09 a 31.03.10
Descrição	**Ramo da Apólice**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Ativo Imobilizado	Incêndio, Raio, Explosão, Quebra de Máquinas e Danos Elétricos	592.015	967.974	997.013	958.450
Transporte	Transporte Nacional	24.940	27.000	48.000	66.000
Material Estocado	Incêndio, Raio, Explosão e Roubo	8.000	11.000	8.600	8.492
Automóveis	Cobertura Compreensiva	721	1.411	1.292	1.301
Responsabilidade Civil	Distribuidoras de Energia Elétrica	13.280	13.112	10.246	10.538
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	27.559	27.051	28.827	34.098
Outros		20.135	15.776	20.526	-
Total		686.650	1.063.324	1.114.504	1.078.879

Propriedade Intelectual

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao seu titular o direito ao uso exclusivo em todo o território nacional por 10 anos prorrogáveis por iguais períodos sucessivos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços.

A Companhia é titular, no Brasil, de diversos registros de marcas perante o INPI, dentre os quais destacamos a marca "CPFL" como a nossa principal marca, tendo em vista que identifica a Companhia e distingue os serviços por ela prestados ao mercado consumidor. Esta marca se encontra devidamente registrada junto ao INPI em diferentes apresentações, como por exemplo, marca nominativa e marca mista, e não apresenta pendências.

A marca "CPFL Paulista" na forma mista, que vem sendo utilizada pela Companhia, não foi até o momento registrada perante o INPI.

Patentes

Atualmente, a Companhia é titular de uma patente e de 5 pedidos de patentes perante o INPI, conforme tabela abaixo:

Número	Data depósito	Titularidade no INPI	Título
PI9400232-0	27/01/1994	CPFL Paulista USP CESP ELETROPAULO	Sistema detector de ruptura de condutor em redes de energia elétrica de média e alta tensão
PI9902523-0	24/05/1999	CPFL Paulista IEE/USP EPTE CESP	Subestação compacta de distribuição de energia
PI0503097-8	25/07/2005	CPFL Paulista TeleDesing	Processo e dispositivos de comunicação remota por meio de rede de tv a cabo para leitura de medidores de energia elétrica, água e gás
PI0503502-3	17/08/2005	CPFL Paulista LACTEC	Sistema de detecção e comunicação de rompimento de condutor elétrico em redes de distribuição de energia elétrica
PI0504175-9	11/10/2005	CPFL Paulista LACTEC	Rede experimental de distribuição de energia elétrica
PI0801113 3	27/03/2008	CPFL Paulista USP	Dispositivo de elevação retrátil para uso em veículos em comando remoto inteligente
aguardando o n° INPI	05/08/2008	CPFL Paulista USP EXPERTISE	Micro dispositivo restaurador dinâmico de tensão

Domínios

Somos titulares de nove nomes de domínio, devidamente registrados perante o NIC.br, órgão responsável pelo registro de nomes de domínio no Brasil, dentre os quais destacamos o domínio cpfl.com.br, nossa principal página na internet.

Marketing **e Publicidade**

A Companhia desenvolve atividades de *marketing*, incentivando, inclusive, projetos culturais, sociais e de interação com os seus clientes. Entre as principais atividades realizadas pela Companhia, destacam-se:

(i) Seminários de Eficiência Energética (GEI) - evento que surgiu no ano de 2004, realizado em algumas cidades da área de concessão para empresas e/ou indústrias, abordando o tema eficiência energética;

(ii) 50° Congresso Estadual de Municípios – evento que surgiu no ano de 2004, realizado com o fim de divulgar a Companhia junto a um público formador de opinião e, interagir com tomadores de decisão como prefeitos das cidades dentro da área de atuação da Companhia;

(iii) SENDI - Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica - seminário nacional de distribuição de energia elétrica que ocorreu no ano de 2004 e 2006, dirigido ao segmento de distribuição de energia elétrica. Tem como finalidade promover o intercâmbio de informações e experiências entre empresas concessionárias do serviço público e entidades que, estejam de alguma forma, relacionadas com a distribuição de energia elétrica no país e no exterior;

(iv) Momento CPFL – spot rádio – evento que surgiu no ano de 2005 e teve continuidade no ano de 2006, consistindo na divulgação via rádio de dicas de segurança e outras informações importantes sobre energia elétrica em várias cidades da área de concessão; e

(v) Congresso Ibero Americano sobre Desenvolvimento Sustentável - evento que surgiu no ano de 2005 e, busca interagir com os clientes por meio da veiculação de anúncios em jornais e revistas locais.

Transações com Partes Relacionadas

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia. Foram consideradas como tendo influência significativa aquelas entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos de administração, mesmo que não seja exercido o controle.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

- **Saldo Bancário e Aplicação Financeira –** Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras (vide nota explicativa n.º 4 das demonstrações financeiras anexas a este Prospecto).

- **Empréstimos e Derivativos –** Corresponde a captação de recursos contratados em condições normais de mercado, vigentes à época (vide notas explicativas n.º 14 e 29 das demonstrações financeiras anexas a este Prospecto).

- **Outras Operações Financeiras –** Os valores com Banco Itaú referem-se basicamente a custos associados a operações financeiras de garantias. Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação.

- **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços –** Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços como construção civil, consultoria em informática e arrecadação. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.

- **Arrendamento e Aluguel –** Correspondem a compartilhamento da infra-estrutura.

- **Custo do Uso de Sistema de Distribuição –** Refere-se ao custo de uso da rede de distribuição cobrada das concessionárias que a utilizam, por meio de tarifas definidas pelo órgão regulador.

- **Compra antecipada de Energia -** Refere-se a pagamentos antecipados realizados pela Companhia à ENERCAN, os quais estão sendo liquidados com energia fornecida.

- **Modulação de Energia –** Vide nota explicativa n.º 3.c.5 das demonstrações financeiras anexas a este Prospecto.

As concessionárias do serviço público de distribuição cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos) mediante a celebração do Contrato de Uso de Sistema de Distribuição (CUSD) pela ONS. Os valores cobrados são definidos por meio de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas principalmente por meio de contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente por meio de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados (vide nota explicativa n.º 16 das demonstrações financeiras anexas a este Prospecto).

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas (apresentadas em milhares de reais).

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA		COMPRAS	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Saldo Bancario e Aplicação Financeira										
Banco do Brasil	42.617	25.949			357	118				
Banco Itaú S.A.	(161)	44.724								
Empréstimos e Derivativos										
Banco do Brasil			67.946	105.433			10.640	18.077		
Banco Itaú S.A.			(387)				-	2.527		
Outras operações financeiras										
Banco do Brasil							1.507	3.532		
Banco Itaú S.A.							74	3.385		
Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço										
Camargo Correa Equipamentos e Sistemas S.A.									20	
Cemig Distribuição S.A.								30		
Companhia Brasileira de Alumínio				197					615	3.205
Essencis Co-Processamento Ltda							21			
Essencis Soluções Ambientais S.A.							30			
Tivit Tecnologia da Informação S.A.								1.160		
Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A.			264	35			3.215	1.370		

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA		COMPRAS
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Alocação de Despesas entre Empresas									
CPFL Geração de Energia S.A.	215	259					(2.058)	(3.045)	
Companhia Piratininga de Força e Luz	950	456	457	246			(2.089)	(2.086)	
CPFL Energia S.A.	141	3	1		1.703				
CPFL Comercialização Brasil S.A.	172	81					(890)	(950)	
CJEE - Cia Jaguari Energia							112		
CSPE - Cia Sul Paulista de Energia							161		
CPEE - Cia Paulista de Energia							155		
CLFM - Cia Luz e Força Mococa							111		
Companhia Luz e Força Santa Cruz	36						652		
Arrendamento e Aluguel									
CPFL Geração de Energia S.A.		65			797	736		(65)	
Companhia Piratininga de Força e Luz		297			4.013	3.688		(147)	
CPFL Energia S.A.		3			76	35		(3)	
CPFL Comercialização Brasil S.A.		56			1.117	632		(56)	
Custo de Uso de Sistema de Distribuição									
CPFL Geração de Energia S.A.	375	244			2.628	2.966			
Companhia Piratininga de Força e Luz	518	591			6.448	3.446			
Dividendos / Juros sobre o capital próprio									
Rio Grande Energia S.A. - RGE	408	408							
CPFL Energia S.A.			289.654	418.555			31.085	42.565	
Compra Antecipada de Energia									
Campos Novos Energia S.A.	6.233	24.792			2.932	3.900			
Contrato de Mútuo									
Companhia Piratininga de Força e Luz							7		
Modulação de energia									
CPFL Comercialização Brasil S.A.	44.956				6.436				
Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços									
CPEO- CPFL Serv. Equip. Ind. E Com			319						518
CPFL Comercialização Brasil S.A.				176			1.833	1.405	5.012

Empresa	Ativo 2006	Passivo 2006	Receita 2006	Despesa 2006
SEMESA				
Arrendamento e Aluguel	3		38	
CPFL Piratininga				
Arrendamento e Aluguel	290		3.802	
Contrato de Mútuo			261	
Outras	171	71		
CPFL Energia				
Arrendamento e Aluguel	3		38	
CPFL Centrais Elétricas				
Arrendamento e Aluguel	57		755	
Custo do Uso do Sistema de Distribuição	230		2.591	
PIS/COFINS – Ativo Regulatório	459			1.377
Suprimento de Energia		8.458		87.533
CPFL Brasil				
Arrendamento e Aluguel	51		681	
Prestação de Serviços				416
Suprimento de Energia		70.225		839.632
CERAN				
Suprimento de Energia		1.591		18.714
BAESA				
Suprimento de Energia		13.358		64.369
ENERCAN				
Compra Antecipada de Energia	20.891		2.497	
Votorantim Celulose e Papel				
Receita Operacional			16.913	
S.A. Indústrias Votorantim				
Receita Operacional			7.644	

Logística

Em 2005, a Companhia concluiu a implantação do Projeto GISD – Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição, que consiste em uma plataforma de sistemas geo-referenciados para dar suporte a todos os processos da atividade de distribuição, incluindo o sistema de cadastro técnico dos ativos elétricos, sistema de projetos de redes elétricas, sistema de manutenção dos ativos e o sistema de despacho operacional.

Sazonalidade

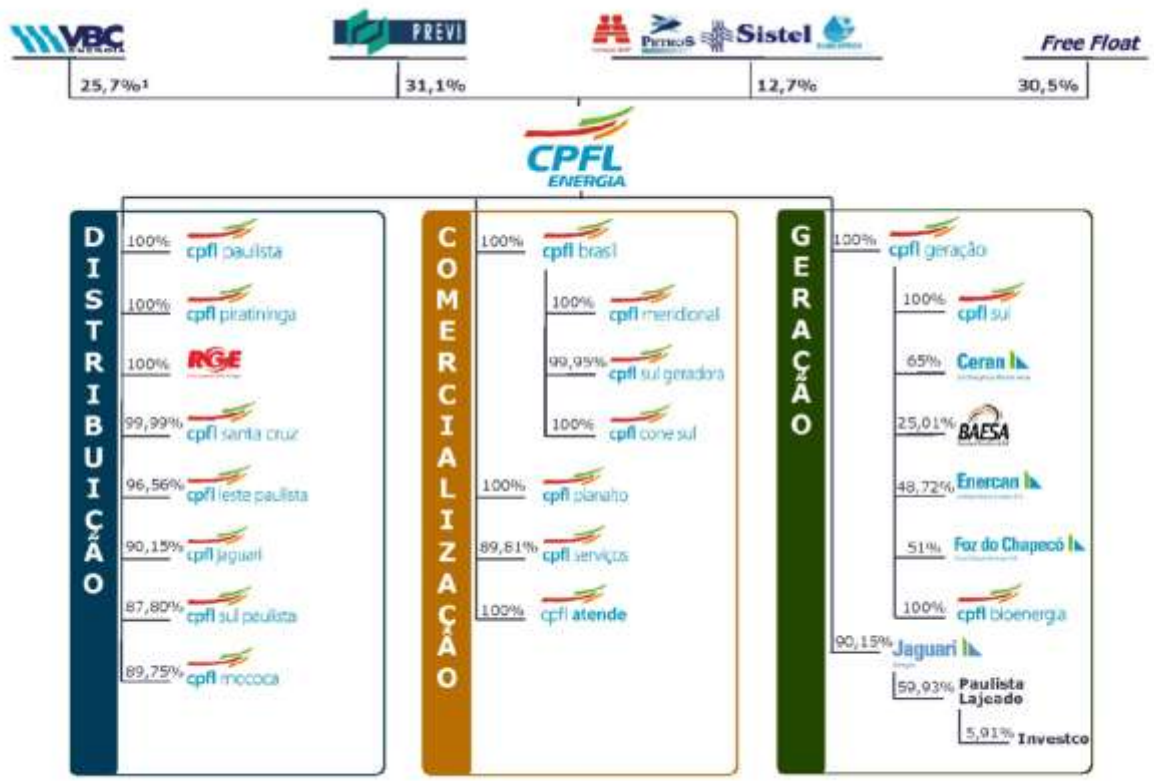
A Companhia possui clientes da classe industriais, residenciais, comerciais e demais classes de consumo, dentre as quais inclui-se a classe rural.

Cada consumidor apresenta características típicas de consumo, de acordo com as variações climáticas, período do ano, região geográfica e classe de consumo a que pertence, introduzindo assim, períodos de sazonalidade nas vendas de energia.

A área de concessão abrangida pela Companhia apresenta diversidade, tanto geográfica quando de classe de consumidores, que atenua a característica sazonal do consumo de energia e conseqüentemente dos negócios da Companhia.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GRUPO CPFL

O organograma a seguir mostra a estrutura societária da Companhia e do grupo CPFL em 31 de março de 2009:



Base: 31 de março de 2009 ¹ Inclui 0,1% de Ações da empresa Camargo Corrêa S/A

Para mais informações sobre as atividades desenvolvidas pelo Grupo CPFL, ver seção "Atividades da Garantidora" na página 199 deste Prospecto.

Reestruturações Societárias Ocorridas nos Últimos Três Exercícios Sociais

Para informações acerca de reestruturações societárias da Companhia nos últimos três anos, vide Seção "Histórico da Companhia" na página 135 deste Prospecto. Além disso, a Companhia, como empresa do Grupo CPFL, foi parte de processo de reestruturação societária da CPFL Energia. Vide e o item "Reestruturações Societárias do Grupo CPFL" abaixo.

Reestruturações Societárias do Grupo CPFL

Em 20 de junho de 2005, a CPFL Energia e a CPFL Geração aprovaram a incorporação das ações da CPFL Geração pela CPFL Energia, com a consequente conversão da CPFL Geração em subsidiária integral da CPFL Energia.

Em 16 de setembro de 2005, a CPFL Energia, e sua controlada direta CPFL Paulista, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 157 da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto na Instrução CVM 358, comunicaram aos seus acionistas e ao mercado em geral que a ANEEL aprovou em reunião de Diretoria, realizada em 05 de setembro de 2005, conforme publicado na Resolução Autorizativa n.º 305, a anuência da prorrogação de prazo para que seja implementada a estruturação societária necessária à segregação da participação acionária detida pela CPFL Paulista nas suas controladas CPFL Piratininga e RGE.

A CPFL Energia realizou em 23 de novembro de 2005, Assembléia Geral Extraordinária, na qual foi deliberada e aprovada a proposta de reorganização societária em duas etapas distintas e consecutivas, contemplando, em um primeiro momento, a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da CPFL Piratininga pela CPFL Paulista e, posteriormente, a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da CPFL Paulista pela CPFL Energia. Após o término deste processo de descruzamento societário, a CPFL Piratininga passou a ser controlada direta da CPFL Energia.

Em 18 de setembro de 2007 a assembléia geral da Companhia aprovou a incorporação de sua então controladora CPFL Serra (100,0% controlada pela CPFL Energia), passando a CPFL Energia a controlar a Companhia. Posteriormente, em 18 de dezembro de 2007, a assembléia geral da Companhia aprovou a incorporação de suas ações, então detidas apenas pelos acionistas minoritários, pela CPFL Energia tornando-se, portanto, sua subsidiária integral.

Em 15 de dezembro de 2006, Bradespar e VBC Energia divulgaram fatos relevantes comunicando, em síntese, que a Votorantim, a Camargo Corrêa Energia e a Bradespar, esta por intermédio de sua controlada Antares, finalizaram a reorganização societária de suas participações, envolvendo ações de emissão da CPFL Energia que detinham por intermédio de VBC Energia.

Com a conclusão da reorganização, (i) a VBC Energia permaneceu integrante do grupo de controle da CPFL Energia e passou a ser controlada em partes iguais pela Votorantim e pela Camargo Corrêa, e (ii) a VBC Energia passou a ser titular de 139.002.671 ações, correspondentes a 29,0% do capital da CPFL Energia, sendo que, deste total, 122.945.367 ações são originalmente integrantes do bloco de controle, vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia, e permanecem como tal.

Com a reorganização, a Bradespar retirou-se da VBC Energia, passando a deter 43.049.000 ações de emissão da CPFL Energia, representativas de 9,0% do seu capital social, desvinculadas do Acordo de Acionistas da CPFL Energia.

Em 20 fevereiro de 2009, a VBC Energia e a CPFL Energia divulgaram fatos relevantes informando que a reestruturação societária acordada entre a VBC Energia,a CPFL Energia, a Camargo Corrêa S.A. e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. no Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi concluída e que a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. passou a deter, indiretamente, a totalidade das ações da VBC Energia.

Em 28 de fevereiro de 2007 as administrações da CPFL Energia, da CPFL Centrais Elétricas e da SEMESA autorizaram a celebração do "Protocolo e Justificação da Incorporação da CPFL Centrais Elétricas S.A. e da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A.", por meio do qual foram estabelecidas as justificações e condições nas quais se procederão as incorporações da CPFL Centrais Elétricas e da SEMESA pela CPFL Geração. As referidas incorporações não acarretarão aumento de capital social para a CPFL Geração em razão da CPFL Centrais Elétricas e SEMESA serem subsidiárias integrais da mesma. As empresas incorporadas serão extintas, passando a CPFL Geração à condição de sucessora à título universal, no que tange a todos os seus bens, direitos e obrigações.

Em 18 de fevereiro de 2009, foi efetivada a incorporação da Perácio Participações pela CPFL Jaguariúna, etapa inicial ao processo de reestruturação da CPFL Jaguariúna. Em 25 de março de 2009, as administrações das companhias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari, CPFL Serviços, CPFL Jaguari de Geração e CPFL Jaguariúna, firmaram o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CPFL Jaguariúna", operação esta que após a efetivação da cisão parcial, as sociedades anteriormente controladas pela CPFL Jaguariúna, passaram a ser controladas pela *holding* CPFL Energia, mantidas as participações detidas anteriormente pela CPFL Jaguariúna nestas sociedades.

Em 12 de maio de 2009, a ANEEL aprovou a proposta de reestruturação societária dos acionistas da Foz do Chapecó. Nesta operação, o controle direto da Foz do Chapecó passará a ser detido pela Chapecoense Geração S.A., e seu controle, por sua vez, passará a ser detido pelos acionistas CPFL Geração, FURNAS e CEEE. Esta operação deverá ser efetivada até agosto de 2009.

PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

As principais propriedades da Companhia consistem em subestações, redes de distribuição, linhas de transmissão e imóveis técnico-administrativos localizados no Estado de São Paulo. O valor contábil líquido do imobilizado total da Companhia, em 31 de março de 2009, era de R$1.409.715 mil.

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía (i) 244 subestações, com capacidade instalada de 6.819 MVA em transformadores de potência e 6.064 km de linhas de transmissão; (ii) 114.040 transformadores de distribuição; (iii) 83.145 km de redes de distribuição; (iv) 1.408.570 postes instalados para sustentar sua rede de distribuição; (v) 95 imóveis em que funcionam as Estações Avançadas; e (vi) 34 Agências de Atendimento.

Ainda, em 31 de março de 2009, a Companhia era proprietária de 332 imóveis no Estado de São Paulo, dentre os quais se destacam:

Município	Endereço	Terreno (m^2)	Área Construída (m^2)
Araraquara	Av. José Salles Gadelha, 100	65.000,00	6.033,00
Bauru	Rua Wenceslau Braz, 8-8	35.466,90	6.059,91
Barretos	Av. Almirante Gago Coutinho, 500	7.744,00	2.638,00
Campinas	Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 2,5	81.254,15	44.809,05
Campinas	Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 12	92.344,00	510,00
Franca	Av. Eufrásia M. Petraglia, 340	17.515,32	3.046,46
Lins	Rua Paulo Ap. Giraldi, 710	11.605,37	3.285,00
Ribeirão Preto	Av. Cavalheiro Paschoal Innechi, 888	40.000,00	9.250,0

A Companhia é também locatária de 14 imóveis.

A Companhia com objetivo de agregar valor aos seus ativos, investiu aproximadamente R$50,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, desenvolvendo um plano de investimento em infra-estrutura, reformando, construindo, modernizando e padronizando suas instalações. Em consonância com a política de expansão e manutenção das redes de distribuição do setor de distribuição de energia elétrica do grupo CPFL, que projeta investimentos de aproximadamente R$700,0 milhões até 2010, a Companhia continuará a expandir sua rede de transmissão, entre outros ativos, ao mesmo tempo em que continuará a manter, reformar e modernizar seus atuais equipamentos e instalações.

De acordo com a lei brasileira, alguns dos imóveis e instalações essenciais que são utilizados para cumprir as obrigações da Companhia nos termos do seu Contrato de Concessão da RGE não podem ser transferidos, cedidos, onerados ou vendidos a quaisquer de seus credores sem a prévia aprovação da ANEEL, tampouco podem ser penhorados por seus credores sem a prévia aprovação da ANEEL.

Os bens caracterizados como reversíveis não podem ser onerados sob qualquer forma ou ainda ser substituídos, sem aprovação prévia da ANEEL.

A atividade de distribuição de energia elétrica exercida pela Companhia está sujeita a abrangente legislação federal e estadual e à supervisão pelas agências governamentais brasileiras responsáveis pela implementação de leis e políticas ambientais e de saúde. As questões ambientais envolvendo a Companhia em relação aos seus ativos acima descritos concentram-se, principalmente, no corte e poda de árvores localizadas próximas a sua rede de distribuição de energia elétrica, para os quais são necessárias autorizações especiais.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Abaixo uma breve descrição da composição do capital social da Companhia, incluindo as disposições referentes ao seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades por Ações. Para maiores detalhes, os potenciais investidores devem consultar o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações.

Capital Social

O capital social da Companhia, na data deste Prospecto, é de R$72.650.095,88, dividido em 72.650.095 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 26.950.934 ações ordinárias e 45.699.161 ações preferenciais sem direito de voto, divididas em 2.263.123 ações preferenciais classe "A", 17.134.453 ações preferenciais classe "B" e 26.301.585 ações preferenciais classe "C".

O quadro abaixo indica a composição acionária da Companhia na data deste Prospecto:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
CPFL Energia	26.950.931	99,9	45.699.160	99,9	72.650.091	99,9
Membros do Conselho	3	-	-	-	3	-
Ações em Tesouraria	-	-	1	-	1	-
Total	26.950.934	100,0	45.699.161	100,0	72.650.095	100,0

Para mais informações sobre os acionistas da Companhia, vide "Organização Societária" na página 228 deste Prospecto.

Ações em Tesouraria

A Companhia possui 1 (uma) ação preferencial em tesouraria. Para negociação valores mobiliários de sua própria emissão, a Companhia observa o disposto na Instrução CVM n.º 10, de 14 de fevereiro de 1980.

Dividendos

Os acionistas de sociedades por ações têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social. O estatuto social estabelece o dividendo como porcentagem do lucro apurado no final do exercício social de cada ano.

Nos termos de seu Estatuto Social a Companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes em balanço anual ou semestral, cujos montantes poderão integrar o cálculo do dividendo obrigatório anual.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo obrigatório é equivalente a 25,0% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ficando estabelecido que os titulares das ações preferenciais das classes A e B terão direito a um dividendo no mínimo 10,0% (dez por cento) superior ao dividendo relativo às ações ordinárias e ações preferenciais da Classe C.

Histórico dos Pagamentos dos Dividendos

O quadro abaixo demonstra os valores pagos por ação aos acionistas da Companhia, a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, nos últimos cinco exercícios sociais:

Valor por lote de mil ações - Líquido de IRRF

Provento	Data aprovação	Ordinária	Ordinária pro-rata	Pref "A" e "B"	Pref "C"	Valor Liq Provisionado (Reais Mil)	Início Pagto.
Dividendos – 2004	28/7/2004	1,982178481	--	2,180396329	1,982178481	68.368	4/8/2004
Juros s/ Capital – 2004	28/7/2004	1,355403714	--	1,490944086	1,355403714	46.750	4/8/2004
Juros s/ Capital – 2004	30/12/2004	1,626780181	--	1,7894582	1,626780181	56.110	12/5/2005
Dividendos – 2004	29/4/2005	3,40711334	--	3,747824674	3,40711334	117.516	12/5/2005
Juros s/ Capital – 2005	27/7/2005	2,013578848	--	2,214936733	2,214936733	71.918	9/9/2005
Dividendos – 2005	9/8/2005	6,336419099	--	6,970066607	6,970066607	226.314	9/9/2005
Juros s/ Capital – 2005	21/12/2005	2,180518834	--	2,398570718	2,398570718	78.411	31/1/2006
Dividendos – 2005	19/4/2006	7,724631352	--	8,497094487	8,497094487	277.777	20/4/2006
Juros s/ Capital – 2006	27/7/2006	1,694802356	--	1,864282592	1,864282592	60.945	29/9/2006
Dividendo 2006	9/8/2006	6,913239331	--	7,604563264	7,604563264	248.600	29/9/2006
Juros s/ Capital – 2006	29/11/2006	1,234581968	--	1,358040164	1,358040164	44.396	27/4/2007
Dividendo 2006	14/3/2007	10,97936172	--	12,07729789	12,07729789	394.817	27/4/2007
Juros s/ Capital – 2007 (*)	2/8/2007	21,38790782	--	23,5266986	23,5266986	22.733	28/9/2007
Dividendo 2007 (*)	2/8/2007	357,6091035	--	393,3700139	393,3700139	380.103	28/9/2007
Juros s/ Capital – 2007 (*)	30/11/2007	12,65104239	--	13,91614662	13,91614662	13.447	30/4/2008
Dividendo 2007 (*)	28/2/2008	381,1342455	--	419,2476701	419,2476701	405.108	30/4/2008
Dividendos – 2008 (*)	12/8/2008	7,366942135	--	8,103636445	8,103636445	284.431	28/9/2008
Juros s/ Capital – 2008 (*)	27/6/2008	0,342121081	--	0,376333193	0,376333193	13.209	28/9/2008
Dividendos – 2008 (*)	27/11/2008	7,159988194	--	7,875987107	7,875987107	276.441	30/4/2009
Juros s/ Capital – 2008 (*)	18/2/2009	0,342223989	--	0,376446393	0,376446393	13.213	30/4/2009

(*) R$ - Valores por ação

Principal Acionista

CPFL Energia

Para maiores informações acerca da CPFL Energia, vide "Informações Relativas à Garantidora" na página 197 deste Prospecto.

Acordo de Acionistas

Os acionistas controladores da CPFL Energia, detentora de 100,0% do capital social da Companhia, firmaram um acordo de acionista, cujas partes são VBC Energia, 521 Participações, Bonaire e na qualidade de interveniente anuente, a CPFL Energia, no qual são regulados os termos e condições do compartilhamento do controle da CPFL Energia e de suas subsidiárias, incluindo a Companhia. Nos termos do Acordo de Acionistas, determinados atos exigem a aprovação de, no mínimo, VBC Energia e 521 Participações (pelo menos 80,0% (oitenta por cento) das ações objeto do Acordo de Acionistas), incluindo, dentre outros, todas as matérias sujeitas à aprovação da Assembléia Geral eleição do Diretor Presidente e destituição de qualquer diretor (inclusive do Diretor Presidente); definição da política de dividendos; constituição e extinção de controladas;

aquisição e venda de investimentos em outras empresas; alteração de contratos de concessão de qualquer controlada, incluindo a Companhia; e aprovação do orçamento anual e do Plano Quinquenal de Negócios da CPFL Energia. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que os acionistas controladores realizarão reuniões prévias para decidir sobre todas as matérias objeto de deliberação nas reuniões do Conselho de Administração, conforme indicado no Acordo de Acionistas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, todos os membros do Conselho de Administração que representem os acionistas do bloco de controle e todos os membros da diretoria deverão firmar um termo de adesão ao Acordo de Acionistas, por meio do qual declaram ter pleno conhecimento de seu teor.

As disposições contidas no Acordo de Acionistas da CPFL Energia referentes a direitos de voto são aplicáveis à Companhia.

Para mais informações, vide "Histórico da Companhia" na página 135 deste Prospecto.

Alterações Relevantes de Participações dos Membros do Grupo de Controle nos Últimos Três Exercícios Sociais

Em 15 de dezembro de 2006, Bradespar e VBC Energia divulgaram fatos relevantes comunicando, em síntese, que a Votorantim, a Camargo Corrêa Energia e a Bradespar, esta por intermédio de sua controlada Antares, finalizaram a reorganização societária de suas participações, envolvendo ações de emissão da CPFL Energia que detinham por intermédio de VBC Energia.

Com a conclusão da reorganização, (i) a VBC Energia permaneceu integrante do grupo de controle da CPFL Energia e passou a ser controlada em partes iguais pela Votorantim e pela Camargo Corrêa, e (ii) a VBC Energia passou a ser titular de 139.002.671 ações, correspondentes a 29,0% do capital da CPFL Energia, sendo que, deste total, 122.945.367 ações são originalmente integrantes do bloco de controle, vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia, e permanecem como tal.

Com a reorganização, a Bradespar retirou-se da VBC Energia, passando a deter 43.049.000 ações de emissão da CPFL Energia, representativas de 9,0% do seu capital social, desvinculadas do Acordo de Acionistas da CPFL Energia.

Em 20 fevereiro de 2009, a VBC Energia e a CPFL Energia divulgaram fatos relevantes informando que a reestruturação societária acordada entre a VBC Energia,a CPFL Energia, a Camargo Corrêa S.A. e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. no Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi concluída e que a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. passou a deter, indiretamente, a totalidade das ações da VBC Energia.

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Debêntures da Primeira Emissão

Em 2001, a Companhia acessou o mercado de capitais brasileiro com o objetivo de captar recursos, por meio de distribuição pública de debêntures.

Em 30 de maio de 2001, a Assembléia Geral de Acionistas da Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures, para subscrição pública, composta por 89.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, valor nominal unitário de R$10.000,00 totalizando R$890,0 milhões, com data de emissão em 1º de junho de 2001. A emissão das debêntures foi dividida em duas séries, sendo 44.000 debêntures na primeira e 45.000 debêntures na segunda série. Do montante total, 75.142 debêntures foram efetivamente subscritas e integralizadas, correspondendo a R$751,4 milhões, tendo sido canceladas 13.858 debêntures da 2ª série. As debêntures 2ª série foram integralmente amortizadas em 01 de junho de 2006 e o vencimento das Debêntures da 1ª Série ocorreu em 01 de junho de 2008.

As Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão são remuneradas com base na variação do IGP-M acrescida de taxa de juros de 11,5% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano. A remuneração é paga anualmente todo dia 1º de junho. A amortização das Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão está programada para ocorrer em duas parcelas, sendo 50,0% (cinquenta por cento) do principal pago em 1º de junho de 2007 e o restante em 1º de junho de 2008. Em 30 de setembro de 2006, o saldo das Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão totalizava R$ 772.665 mil.

Em 10 de abril de 2006, em Assembléia Geral de Debenturistas, foi aprovada pelos debenturistas da 1ª emissão a redução do capital social da Companhia (evento descrito na Seção "Informações Relativas à Companhia" item "Histórico da Companhia" na página 135 deste Prospecto) e, em razão de tal redução de capital, os debenturistas aprovaram também a alteração da espécie das Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão e da 2ª série da 1ª emissão, de quirografária para subordinada, nos termos do § 4º do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. As aprovações mencionadas foram condicionadas a prestação de fiança por parte da CPFL Energia, que foi aprovada pelo Conselho de Administração da CPFL Energia em reunião realizada em 13 de abril de 2006. Com base nestas aprovações foi firmado em 25 de setembro de 2006, o Terceiro Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Não conversíveis em Ações de Emissão da Companhia Paulista de Força e Luz.

Debêntures da Segunda Emissão

Em 30 de abril de 2004, a Assembléia Geral de Acionistas da Companhia aprovou a 2ª emissão de debêntures, para subscrição pública, composta por 25.000 debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, valor nominal unitário de R$10.000,00 totalizando R$250,0 milhões, com data de emissão em 1º de julho de 2004. Esta emissão das debêntures foi também dividida em duas séries, sendo 11.968 debêntures na primeira e 13.032 debêntures na segunda série, ambas com vencimento em 1º de julho de 2009. As debêntures da primeira série são remuneradas à taxa de 109,0% da Taxa DI e as da segunda série, pelo IGP-M, acrescida de juros à taxa de 9,8% ao ano.

Debêntures da Terceira Emissão

Em 29 de novembro de 2006, a Assembléia Geral de Acionistas da Companhia aprovou a 3ª emissão de debêntures, para subscrição pública, composta por 64.000 debêntures, em série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R$10.000,00, totalizando R$640,0 milhões, com data de emissão em 1º de dezembro de 2006 e com vencimento em 1º de dezembro de 2013. As debêntures da 3ª emissão são remuneradas à taxa de 104,4% da Taxa DI, com pagamentos semestrais.

Notas Promissórias da 1ª Emissão

Em 29 de abril de 2009 a Companhia emitiu 175 notas promissórias em série única, com valor nominal unitário de R$1.000.000,00 cada, resultando numa emissão de R$175.000.000,00. Os recursos obtidos com a emissão das Notas Promissórias foram utilizados para reforçar seu capital de giro.

As Notas Promissórias da 1ª Emissão têm como garantia o aval da CPFL Energia, são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI e vencerão em 360 dias a contar de 29 de abril de 2009.

Nos termos das respectivas cártulas, as Notas Promissórias deverão ser resgatadas a partir do 80º (octogésimo) dia contado da data de emissão: (i) obrigatoriamente, na hipótese da Companhia realizar qualquer forma de captação de recursos no mercado de capitais, no Brasil ou no exterior, com o propósito de refinanciamento da dívida representada pelas Notas Promissórias; ou (ii) a exclusivo critério da Companhia, de acordo com determinados procedimentos a serem observados.

Desse modo, a Companhia efetuará o resgate antecipado das Notas Promissórias com os recursos obtidos por meio da presente Oferta.

Na data deste Prospecto, o saldo a ser pago relativos a tais notas promissórias totalizava R$ 176.670.901,04.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Companhia, como uma empresa que pertence ao grupo CPFL, segue as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Dentre estas recomendações podem-se destacar as seguintes práticas adotada pela Companhia:

- Transparência (disclosure);
- Equidade;
- Prestação de contas (accountability); e
- Responsabilidade Corporativa.

A Companhia possui uma política interna para divulgação de ato ou fato relevante ou sobre os procedimentos relativos a manutenção de sigilo acerca de ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado, em conformidade com a Instrução CVM 358.

De acordo com sua política interna, considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembléia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

(i) na cotação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados;

(ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários; ou

(iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos envirenses à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Cumpre ao Diretor de Relações com Investidores o dever de divulgar e comunicar à CVM e a BM&FBOVESPA, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

De acordo com a política interna da Companhia, a divulgação de qualquer ato ou fato relevante, deverá ser feita por meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à BM&FBOVESPA.

Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, têm o dever, conforme a política interna da Companhia, de comunicar expressamente, por escrito, qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que, caso seja o caso, promoverá sua divulgação.

As divulgações a serem feitas pelo Diretor de Relações com Investidores ocorrerão, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação.

A política interna da Companhia prevê a hipótese de que atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia. Neste sentido, os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas,

criados por disposição estatutária, e os empregados da Companhia devem guardar sigilo das informações relativas ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Na hipótese da informação mantida sob sigilo escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia ou a eles referenciados, os acionistas controladores e ou administradores deverão, diretamente ou por meio do Diretor de RI, divulgar imediatamente ao mercado tal ato ou fato relevante.

A não observância da política interna de divulgação, poderá configurar transgressão às disposições previstas na Instrução CVM 358, podendo sujeitar o infrator às penas de: (a) advertência; (b) multa; (c) suspensão do exercício do cargo; e (d) inabilitação temporária até o máximo de 20 anos, para exercício do cargo.

Código de Ética

A Companhia, como parte do grupo CPFL, obriga seus empregados a observarem o Código de Ética e Conduta Empresarial criado pela CPFL Energia em 2001.

Seus preceitos orientam as ações das empresas do grupo CPFL e de seus colaboradores nos processos de decisão, que sempre devem ser precedidos de uma avaliação dos impactos dos negócios nos diferentes públicos. Para isso, o Código de Ética e Conduta Empresarial explicita os posicionamentos da empresa quanto a:

(i) transparência e integridade das informações fornecidas pela empresa;

(ii) práticas discriminatórias e respeito à diversidade;

(iii) trabalho infantil;

(iv) assédio de qualquer espécie; e

(v) corrupção e propina.

Regras do Novo Mercado

Em 2000 a BM&FBOVESPA, com o objetivo de fazer com companhias abertas brasileiras que sigam melhores práticas de governança corporativa, criou o chamado Novo Mercado. O Novo Mercado é destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir com práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação fornecida aos acionistas.

A CPFL Energia, de modo a manter um elevado padrão de governança corporativa, celebrou em 2004 um contrato com a BM&FBOVESPA visando cumprir com os requisitos de listagem do Novo Mercado.

Dentre os diversos requisitos a serem atendidos pela CPFL Energia encontra-se a obrigação de alinhar seu Estatuto Social às disposições do Novo Mercado. Adicionalmente, a CPFL Energia também se obrigou a alinhar o Estatuto Social de suas controladas diretas ao seu próprio Estatuto Social. Assim, o Estatuto Social da Companhia está alinhado com o Estatuto da CPFL Energia e, portanto, com as disposições das Regras do Novo Mercado neste sentido.

Práticas de Governança Corporativa do Grupo CPFL

As práticas de governança corporativa descritas na presente Seção aplicam-se a todas as empresas que compõem o grupo CPFL.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

O Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética é um conjunto de dispositivos gerenciais que tem o objetivo de diagnosticar, prevenir, monitorar, avaliar, reformular e aprimorar as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da qualidade ética em todas as ações da empresa com seus públicos. Entre as ações desenvolvidas em 2008, destacam-se: seminários de qualificação dos membros do Comitê de Ética, seminários de qualificação da Rede Ética para colaboradores; a conclusão do Relatório de Vulnerabilidades e Forças Éticas; e o lançamento do Portal Ética em Rede (www.cpfl.com.br/etica).

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por determinar as diretrizes estratégicas globais, bem como pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios, pela eleição da Diretoria e supervisão do exercício de suas funções, por definir as políticas de dividendos da Companhia, e por declarar dividendos intermediários, por deliberar sobre as condições e oportunidades de emissão de debêntures e, por fim, por autorizar a celebração de contratos relevantes pela Companhia. De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração poderá ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos pela Assembléia Geral. Os empregados da Companhia, quando não detenham conjuntamente ações em número suficiente para indicar mais de um membro do Conselho de Administração, terão o direito de indicar um conselheiro. Adicionalmente, a Assembléia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração, que substituirão os conselheiros titulares a que estiverem vinculados, no caso de ausência ou de impedimento temporário.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser necessariamente acionista da Companhia. Nos termos do Estatuto Social, os conselheiros são eleitos em assembléia geral de acionistas com mandato de um ano, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer momento por acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária. O Estatuto Social da Companhia não prevê idade para aposentadoria compulsória de conselheiros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, se um conselheiro ou diretor executivo possui um conflito de interesses com a Companhia com relação a qualquer transação proposta, esse conselheiro ou diretor executivo não pode votar na reunião do Conselho de Administração ou reunião de Diretoria que tratar de tal transação e deve descrever a natureza e extensão do interesse conflitante para transcrição na ata da reunião. Um conselheiro ou diretor executivo não pode realizar qualquer negócio com a Companhia, não podendo aceitar empréstimos, exceto se em termos justos e razoáveis e condições idênticas aos termos e condições prevalecentes no mercado ou ofertados por terceiros. Qualquer contrato entre os acionistas ou partes relacionadas e a Companhia, que exceda R$5,0 milhões, corrigido anualmente pela variação do índice IGP-M, deve ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração. Nesta data, não existem contratos ou outras obrigações relevantes em que sejam parte os administradores e a Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, combinada com uma decisão recente da Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, os acionistas minoritários têm o direito de eleger pelo menos um membro do Conselho de Administração, desde que detenham no mínimo 10,0% das ações com direito de voto. Os acionistas minoritários que detiverem mais de 5,0% das ações com direito de voto poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela administração cotidiana das operações, praticando os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. Nos termos do Estatuto Social, a Diretoria é composta por seis membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. A atual Diretoria foi eleita em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 30 de abril de 2009.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da empresa. O Conselho Fiscal, obedecidas as disposições legais, compor-se-á de 3 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos. As principais atribuições do Conselho Fiscal são fiscalizar os atos dos administradores, examinar e opinar sobre as demonstrações financeiras do exercício social e reportar suas conclusões para os acionistas da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração não inferior a 10,0% do que, em média, for atribuído aos diretores da Companhia, não computados benefícios e participação nos lucros. Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela assembléia geral ordinária, nos termos do Estatuto Social. De acordo com a referida Lei, os acionistas minoritários que representem, em conjunto, no mínimo 10,0% ou mais das ações com direito a voto, têm direito de eleger, separadamente, um membro do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal membros que façam parte dos órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo e o cônjuge ou parente dos administradores.

Comitês de Assessoria

O presidente de cada um dos comitês a seguir reporta suas atividades nas reuniões mensais do Conselho de Administração, no entanto, os comitês não têm autoridade para tomar decisões e suas sugestões não obrigam o Conselho de Administração.

Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos

O Comitê de Governança Corporativa é responsável por auxiliar o Conselho de Administração: (i) avaliando a validade das informações apresentadas ao Conselho de Administração, (ii) elaborando proposta para melhorar procedimentos de administração da Companhia, (iii) avaliando o perfil de risco e (iv) coordenando auditorias internas e preparando propostas de melhoria. Os membros deste comitê são Ricardo Carvalho Giambroni e Martin Roberto Glogowsky.

Comitê Gestor de Recursos Humanos

O Comitê Gestor de Recursos Humanos é responsável por auxiliar o Conselho de Administração: (i) coordenando o processo de seleção de executivos, (ii) definindo critérios de remuneração do comitê executivo, incluindo planos de incentivo de curto e longo prazo, (iii) definindo as metas de performance do comitê executivo, (iv) coordenando processos de avaliação do comitê executivo, (v) preparando o plano de sucessão dos membros do comitê executivo e (vi) monitorando a execução das políticas e práticas de recursos humanos e preparando propostas de melhoria quando necessário. Os membros deste comitê são Cecília Mendes Garcez Siqueira, Francisco Caprino Neto e Carlos Alberto Cardoso Moreira.

Comitê de Partes Relacionadas

O Comitê de Partes Relacionadas é responsável por auxiliar o Conselho de Administração: (i) avaliando os processos de seleção de fornecedores, construtoras subcontratadas e outros serviços de partes relacionadas, garantindo que essas contratações sejam conduzidas de forma justa e consistente com as práticas de mercado; e (ii) avaliando os contratos de aquisição e venda de energia elétrica celebrados com partes relacionadas garantindo que tais negócios são conduzidos de forma justa e consistente com as práticas de mercado. Os membros deste comitê são Daniela Corsi Cardoso, Arthur Prado Silva e Humberto Pires Grault Vianna de Lima.

Adicionalmente aos comitês de aconselhamento, o Conselho de Administração criou seis comissões de trabalho (Comissão de Governança Corporativa, Comissão de Estratégia, Comissão de Orçamento, Comissão de Serviços Financeiros, Comissão de Aquisição de Energia e Comissão de Projetos) e pode criar outras.

Comissão de Estratégia

A Comissão de Estratégia é responsável por auxiliar o Conselho de Administração na avaliação e melhora de a estratégia de negócios, buscando atingir as metas de crescimento e objetivos de longo prazo.

Comissão de Serviços Financeiros

A Comissão de Serviços Financeiros é responsável por garantir o acompanhamento e eficiência das práticas financeiras atuais, assim como pela avaliação de novas oportunidades de operações financeiras que poderiam beneficiar a Companhia.

Comissão de Governança Corporativa

A Comissão de Governança Corporativa é responsável pelo monitoramento e implementação do novo modelo de governança corporativa e pela sugestão de potenciais melhorias ao Conselho de Administração.

Comissão de Orçamento

A Comissão de Orçamento tem a responsabilidade de assessorar o Conselho de Administração na análise e estabelecimento de orçamentos anuais e de longo prazo.

Comissão de Aquisição de Energia

A Comissão de Aquisição de Energia tem a responsabilidade de assessorar o Conselho de Administração na análise da aquisição de energia originada de fontes competitivas e alternativas pelas subsidiárias de comercialização.

Comissão de Projetos

A Comissão de Projetos é responsável por auxiliar o Conselho de Administração na avaliação de novas oportunidades para projetos de geração de energia.

Política de Dividendos

A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros atribuídos ao patrimônio líquido em valores de ao menos 50,0% de seus lucros líquidos corrigidos, em parcelas semestrais. O valor de qualquer das distribuições de dividendos e/ou de juros atribuídos ao patrimônio líquido dependerá de uma série de fatores, tais como condições financeiras, prospectos, condições macroeconômicas, reajustes de tarifa, mudanças regulatórias, estratégias de crescimento e outras matérias que o Conselho de Administração e os acionistas possam considerar relevantes. Além disso, as avenças constantes dos instrumentos de dívida podem limitar o valor dos dividendos e/ou dos juros atribuíveis ao patrimônio líquido nas distribuições que a Companhia venha a fazer. No contexto do planejamento fiscal da Companhia, no futuro poderá determinar ser benéfico distribuir juros atribuíveis ao patrimônio líquido em vez de dividendos.

O Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou de juros atribuídos ao patrimônio líquido, calculados com base nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais ou em demonstrações financeiras referentes a períodos mais curtos, ou ainda com base em lucros acumulados registrados ou em lucros alocados para contas de reserva sem fins lucrativos nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais. A declaração de dividendos anuais, inclusive dos dividendos que excedam a distribuição obrigatória, exige a aprovação por voto majoritário dos detentores de ações ordinárias.

ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, todos acionistas, eleitos por Assembléia Geral, e por uma Diretoria composta por 6 (seis) Diretores.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração deverá reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu presidente. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de um ano, permitida a reeleição. As obrigações do Conselho de Administração incluem a fixação da política e a orientação geral dos negócios da Companhia, a eleição dos Diretores da Companhia, bem como a supervisão do exercício de suas funções e a definição das políticas de dividendos da Companhia, a declaração de dividendos intermediários, as condições e oportunidades de emissão de debêntures e, por fim, a autorização da celebração de contratos relevantes pela Companhia.

Na data deste Prospecto, o Conselho de Administração da Companhia era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2010:

Nome	Posição	Data da Posse
Wilson P. Ferreira Júnior	Presidente	30/04/2009
Miguel Normando Abdalla Saad	Vice-Presidente	30/04/2009
Sidney Mendes da Silva	Membro Titular	30/04/2009

O endereço comercial dos membros do Conselho de Administração da Companhia é Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é composta por seis membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Assuntos Regulatórios, um Diretor Financeiro, que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Gestão de Energia, um Diretor de Distribuição e um Diretor Administrativo. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de dois anos, permitida a reeleição.

A Diretoria reúne-se por convocação do Diretor Presidente. Os Diretores são responsáveis pela direção dos negócios e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste Prospecto, a Diretoria da Companhia era formada pelos seguintes Diretores, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2011:

Nome	Cargo	Data da Posse
Wilson P. Ferreira Júnior	Diretor Presidente	30/04/2009
José Antonio de Almeida Filippo	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	30/04/2009
Paulo Cezar Coelho Tavares	Diretor de Gestão de Energia	30/04/2009
Hélio Viana Pereira	Diretor de Distribuição	30/04/2009
José Marcos Chaves de Melo	Diretor Administrativo	30/04/2009
Hélio Puttini Junior	Diretor de Assuntos Regulatórios	30/04/2009

O endereço comercial dos membros da Diretoria da Companhia é Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Informações Biográficas

A seguir encontram-se as informações biográficas dos atuais membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia:

Membros do Conselho de Administração

Wilson P. Ferreira Junior. Nascido em 03 de maio de 1959, formado em Engenharia Elétrica em 1981, pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, e em Administração de Empresas, em 1983, pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Universidade Mackenzie e mestrado em Energia pela Universidade de São Paulo - USP. Cursou várias especializações, dentre as quais: Engenharia de Segurança do Trabalho (Mackenzie, 1982), Marketing (FGV, 1988), Administração de Distribuição de Energia Elétrica (Swedish Power Co., Suécia, 1992). Exerceu diversos cargos de confiança na CESP – Companhia Energética de São Paulo, onde foi Diretor de Distribuição no período de 1995 a 1998. No período de 1998 a 2000, foi Diretor Presidente da RGE e de 2000 a 2001 foi Presidente do Conselho de Administração da Bandeirante. Foi Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE onde teve uma destacada atuação e Vice-presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base – ABDIB. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da ONS. Em março de 2000 assumiu a posição de Diretor Presidente da CPFL Paulista e, posteriormente, da CPFL Piratininga, da CPFL Geração, da CPFL Brasil, da CPFL Centrais Elétricas e da SEMESA e Diretor Superintendente da Foz do Chapecó. Também é membro do Conselho de Administração da SEMESA e da Foz do Chapecó. O Sr. Wilson P. Ferreira Júnior é o Diretor Presidente da CPFL Energia desde 28 de agosto de 2002. Em 28 de abril de 2006, foi eleito membro titular do Conselho de Administração das empresas CPFL Paulista, CPFL Geração e CPFL Piratininga.

Miguel Normando Abdalla Saad. Graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos – USP em 1973, no decorrer de sua experiência profissional ocupou diversos cargos de confiança na CESP no período de 1974 a 2000, dentre os quais os de Engenheiro Chefe do Setor de Concreto do Laboratório de Engenharia Civil, Gerente da Divisão de Recursos Hídricos e Térmicos, Gerente Adjunto do Departamento de Planejamento da Expansão do Sistema Elétrico e Gerente do Departamento de Construção e Contratos. De 1994 a 1997 atuou como Presidente do Núcleo São Paulo do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens. Atualmente é Diretor de Geração da CPFL Geração, Presidente do Conselho de Administração da ENERCAN, Foz do Chapecó e CERAN, Vice-Presidente do Conselho de Administração da BAESA e CPFL Jaguariúna e membro do Conselho de Administração das empresas CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

Sidney Mendes da Silva. Nascido em 25 de setembro de 1970, formou-se em Eletrônica, Instrumentação e Controle pela Escola SENAI Roberto Mange e Técnico em Eletrotécnica pela Escola Técnica Bento Quirino de Campinas. Possui graduação em Recursos Humanos pela Universidade Paulista – UNIP. Ao longo de sua carreira profissional ocupou cargos de Técnico em Eletrônica na Strebrás Equip. Eletrônicos e American Security Alarms, ambas em Campinas. Atuou no ramo de re-refino de óleo lubrificante industrial e automotivo na Lubrificantes Fênix em Paulínia por 3 anos ocupando o cargo de Chefe de Equipe, sendo responsável pela instalação de unidades móveis de re-refino em várias empresas da Grande São Paulo, interior Paulista e Sul de Minas Gerais. Também atuou como Líder de Produção na Genus Sistemas de Segurança Eletrônica. Foi admitido no Grupo CPFL em abril/1996 por meio de Concurso Público, onde entrou ocupando o cargo de Eletricista de Subestação. Em 2001 passou a ocupar o cargo de Técnico de Telecomunicações na Divisão de Transmissão Sudeste. Em 2005 foi eleito pelos empregados do Grupo CPFL como Conselheiro do CRE (Conselho de Representantes dos Empregados). Em 2007 foi eleito como Secretário Geral do CRE e em abril de 2009 foi eleito Presidente do CRE, com mandato até abril/2011. No Grupo CPFL faz parte do Conselho de Requalificação Profissional, que delibera sobre cursos de requalificação subsidiados pela empresa para colaboradores e gestores. Bastante atuante em questões sociais, é conselheiro titular do Conselho Municipal de Saúde de Campinas, ligado a secretaria Municipal de Saúde.

Membros da Diretoria

Wilson P. Ferreira Junior. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 185 deste Prospecto.

José Antonio de Almeida Filippo. Nascido em 27 de outubro de 1960, formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ em 1983, com pós graduação em Finanças, pelo Instituto de Administração e Gerência - IAG, em 1984, cursou o *Program for Management Development* pelo IBMEC, em 1990, e o *Program for Management Development* na Harvard Bussines School – Boston - EUA, em 1999. Atuou em posições executivas nas empresas Ingersoll-Rand; LATASA; GAFISA. É Diretor Vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, Diretor Vice-presidente Financeiro da CPFL Brasil e CPFL Centrais Elétricas e, Diretor Administrativo-financeiro e de Relações com Investidores da SEMESA e Diretor Administrativo-financeiro da Foz do Chapecó. O Sr. José Antonio de Almeida Filippo é Diretor Vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia desde 30 de junho de 2004.

Paulo Cezar Coelho Tavares. Nascido em 27 de outubro de 1953. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com mestrado em Sistemas de Potência pela UNICAMP. Cursou MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 1998. Atuou como Engenheiro e Gerente de Planejamento e Comercialização de Energia na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), e foi assessor da Gerência Executiva da Eletrobrás, no comando do Programa Nacional de Conservação de Energia (PROCEL) e da distribuição de áreas urbanas e rurais. Também atuou como secretário do PROCEL e coordenou diversos projetos e acordos internacionais referentes à Eficiência Energética, em instituições como o Banco Mundial, USAID, ACEEE, CIDA (Canadá), ETSU (Reino Unido) e ALURE na Comunidade Européia. Foi Presidente da Guaraniana Comércio e Serviços (GCS), comercializadora de energia e gás. Foi Vice-Presidente de Desenvolvimento Corporativo e Diretor Presidente da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE). Também foi membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Alagoas (CEAL), da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) e da CELPE. Atualmente é membro da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (ABRACEEL), Diretor de Gestão de Energia da CPFL Brasil, da CPFL Paulista, da CPFL Piratininga, da RGE, da CPFL Santa Cruz, da CPFL Geração, da CPFL Bioenergia, da CPFL Jaguariúna e das demais subsidiárias da CPFL Energia. É membro do Conselho de Administração da CERAN, da ENERCAN e da Foz do Chapecó Energia. O Sr. Paulo é Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia da CPFL Energia desde 2002.

Hélio Viana Pereira. Nascido em 09 de fevereiro de 1954, graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI, em 1976, com especialização em Engenharia da Qualidade Industrial pela Universidade Estadual de Campinas e pós-graduação em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pela FGV e USP. Ao longo de sua vida profissional, atuou: na Eletrobrás, como Engenheiro do Departamento de Eletrificação Rural (1976/1978), na Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, como Engenheiro da Área de Estudos de Redes Subterrâneas e como Gerente da Divisão de Iluminação Pública (1978/1981), na CESP - Companhia Energética de São Paulo ocupou diversos cargos de confiança na sua área de atuação de Supervisor de Controle Operacional a Gerente de Operação (1981/1999). Na CPFL Paulista, ocupou o cargo de Gerente do Departamento de Planejamento e Modernização, no período de maio a agosto de 2000. Desde setembro de 2000 ocupa o cargo de Diretor Vice-presidente de Distribuição da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga. O Sr. Hélio Viana Pereira é Diretor Vice-presidente de Distribuição da CPFL Energia desde 28 de agosto de 2002. Em 28 de abril de 2006, foi eleito membro suplente do Conselho de Administração das empresas CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

José Marcos Chaves de Melo. Graduado em engenharia mecânica pela The University of Kansas em 1986, possui as seguintes distinções acadêmicas e profissionais: Bolsa de Estudos da *Fulbright Commission, U.S. National Engineering Honor Society* (Tau Beta Pi), *SAP's Diamond Circle Award for Outstanding Business Contributions 2005 e* Prêmio Mundial de Inovação da Accenture – Projeto SIGA do ONS 2006. O Sr. Melo recebeu o título de técnico eletrônico da CEFET no Rio de Janeiro em 1980. Trabalhou na Accenture do Brasil de 1987 a 2008, tendo ocupado diversas posições, até chegar ao cargo de Diretor, posição que ocupou de

1998 a 2008. Foi responsável pela venda, atendimento ao cliente, supervisão e execução dos projetos junto a empresas, tendo atuado por 12 anos no setor elétrico, 5 anos em óleo e gás, 2 anos siderurgia e 1 em manufatura. Acumula experiência em diversas áreas funcionais, incluindo-se nessas Tecnologia da Informação, Cadeia de Suprimentos e Serviços de Campo e Gestão de Ativos. Atendeu as seguintes empresas ao longo de sua carreira: CPFL, Neoenergia, Light, CEMIG, CEMAR, Celesc, Furnas, DUKE, CCEE, ONS, Petrobras Gás e Energia, Petrobrás, Repsol-YPF e CSN. Desde abril de 2008 é Diretor Administrativo da CPFL Geração e membro do Conselho de Administração da CPFL Sul Paulista e CPFL Leste Paulista.

Hélio Puttini Junior. Nascido em 13 de novembro de 1958 – graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI, em 1983, com pós-graduação (Latu Sensu) em Engenharia Econômica, pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, em 1986. No decorrer de sua experiência profissional ocupou diversos cargos na Companhia Energética de Brasília – CEB como Gerente da Seção de Desenvolvimento e Estatística – SEDE (1985–1991), Assessor do Departamento Comercial de Distribuição – DCD (1991-1994), Gerente de Planejamento Comercial (1994-1996), Gerente de Manutenção de Redes Aéreas (1996-1997). No período de 1998-2001 ocupou o cargo de Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade na ANEEL e de 2001-2003 como Assessor de Presidência da CEB. Desde janeiro de 2004 ocupa o cargo de Diretor de Assuntos Regulatórios da CPFL Paulista e CPFL Piratininga. Atualmente também é Diretor das Distribuidoras CPFL Geração, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e RGE.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia não é de funcionamento permanente e não foi solicitada a instalação pelos acionistas até a última Assembléia Geral realizada até a data deste Prospecto.

Relação Familiar

Na data deste Prospecto, não havia nenhuma relação familiar entre os Administradores da Companhia e seus principais acionistas.

Ações detidas pelos Administradores

Na data deste Prospecto, os administradores da Companhia possuem as seguintes ações da Companhia e da Garantidora:

Nome	Cargo	N.º de Ações da Companhia	% de participação no capital social da Companhia	N.º de Ações da Garantidora	% de participação no capital social da Garantidora
Wilson P. Ferreira Júnior	Presidente do Conselho de Administração e da Diretoria	1 (uma)	0,0000%	25.000	0,0052%
Miguel Normando Abdalla Saad	Vice-Presidente do Conselho de Administração	1 (uma)	0,0000%	2.322	0,0005%
Sidney Mendes da Silva	Membro Titular do Conselho de Administração	1 (uma)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
José Antonio de Almeida Filippo	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	0 (zero)	0,0000%	3.980	0,0008%
Paulo Cezar Coelho Tavares	Diretor de Gestão de Energia	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
Hélio Viana Pereira	Diretor de Distribuição	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
José Marcos Chaves de Melo	Diretor Administrativo	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
Hélio Puttini Junior	Diretor de Assuntos Regulatórios	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%

Política de Divulgação de Informações

A CPFL Energia estabeleceu certas Diretrizes de Governança Corporativa, aplicável a todas as empresas do Grupo CPFL, incluindo a Companhia. De acordo com as Diretrizes de Governança Corporativa, a administração e os acionistas adotam os princípios da transparência, da obediência e do cumprimento das leis na divulgação das informações ao mercado.

Remuneração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e atingimento de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas são responsáveis pela fixação do valor total da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia. Após os acionistas fixarem o valor total da remuneração cabível, os membros do Conselho de Administração ficam, então, responsáveis pela fixação dos níveis de remuneração individuais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a remuneração total que a Companhia pagou aos seus Conselheiros e Diretores foi de aproximadamente R$ 4.280 mil (quatro milhões duzentos e oitenta mil reais). Desse valor, foram pagos diretamente à administração R$ 2.794 mil (dois milhões setecentos e noventa e quatro mil reais) como remuneração fixa e R$ 1.486 mil (um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil reais) a título de remuneração variável por desempenho e atingimento de metas.

A Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 30 de abril de 2009 fixou a remuneração anual global dos administradores da Companhia, no limite de até R$ 4.118 (quatro milhões, cento e dezoito mil), incluídos neste valor todos os benefícios e encargos.

Adicionalmente, os Administradores não recebem remuneração indireta.

Conselho de Administração

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, os membros do Conselho de Administração da Companhia receberam remuneração total de R$ 29 mil (vinte e nove mil reais).

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração indireta, não recebem remuneração variável por desempenho e atingimento de metas, não possuem opções de antecipação de aposentadoria ou resgates de benefícios.

Diretoria

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, os membros da Diretoria da Companhia receberam remuneração total de R$ 4.070 mil (quatro milhões e setenta mil reais). Desse valor, foram pagos R$ 2.584 mil (dois milhões quinhentos e oitenta e quatro mil reais) como remuneração fixa e R$ 1.486 mil (um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil reais) a título de remuneração variável por desempenho e atingimento de metas.

Adicionalmente, os membros da Diretoria não recebem remuneração indireta, não possuem opções de antecipação de aposentadoria ou resgates de benefícios.

Conselho Fiscal

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, os membros do Conselho Fiscal da Companhia receberam remuneração total de R$ 181 mil (cento e oitenta e um mil reais).

Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração indireta, não recebem remuneração variável por desempenho e atingimento de metas, não possuem opções de antecipação de aposentadoria ou resgates de benefícios.

Plano de Opção de Compra de Ações

A Companhia, nos termos do seu Estatuto Social, pode conceder opções de compra de ações para seus administradores, funcionários, ou a pessoas naturais que prestem serviços para a Companhia, desde que o plano de opção seja submetido à Assembléia Geral pelo Conselho de Administração, respeitado o limite do capital autorizado.

Na data deste Prospecto, nenhum plano de opções de compra de ações havia sido aprovado pelos acionistas da Companhia e não há previsão para que um plano seja submetido para aprovação.

Diretor de Relação com os Investidores

O Diretor de Relação com os Investidores da Companhia é o Sr. José Antonio de Almeida Filippo, com endereço comercial na Rodovia Campinas Mogi-Mirim, Km. 2,5, cidade de Capinas, Estado de São Paulo,, telefone (19) 3756-8704, fax (19) 3756-8777, correio eletrônico: jfilippo@cpfl.com.br. O site da Companhia é http://www.cpfl.com.br/ri/.

Condenações Judiciais e Administrativas

Os membros da Administração da Companhia não sofreram nenhuma condenação judicial ou administrativa.

Contratos ou Outras Obrigações Relevantes

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem contratos ou outras obrigações relevantes com a Companhia.

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 31 de março de 2009, a Companhia era parte em aproximadamente 14.784 processos judiciais e administrativos, de natureza cível, trabalhista e tributária. O valor somado dos processos com possibilidade de perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia e de seus consultores jurídicos, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R$267,6 milhões, dos quais R$53,6 milhões foram provisionados pela Companhia. As provisões para contingências foram constituídas, com base em avaliação dos riscos de perdas, para os processos em que a possibilidade de perda é provável na opinião da Companhia e dos seus assessores legais.

Dentre os principais litígios destacam-se:

Legislação do Setor – Diversos Objetos

Os processos relacionados à legislação do setor elétrico, referem-se ao racionamento de energia elétrica, manutenção da rede, inadimplência, fraude, recuperação de créditos, questões tarifárias. Os valores relativos a esses processos não foram provisionados por terem sido as possibilidades de perda classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como "remotas" ou inexistentes.

Majoração Tarifária

A Companhia, assim como outras distribuidoras, responde a processos movidos por consumidores industriais em decorrência do aumento ocorrido na tarifa em março de 1986, quando vigorava o "Plano Cruzado". Apesar de se tratar de reajuste devidamente autorizado pelo Poder Concedente, o Poder Judiciário, inclusive nas altas instâncias, entendeu que a correção nas tarifas desrespeitou a lei então vigente, determinando às concessionárias de distribuição de energia elétrica, que foram as beneficiárias do recebimento, a restituírem os valores devidamente atualizados.

Vale ressaltar que o Poder Judiciário, por meio do STJ, entendeu que os efeitos do reajuste estavam limitados ao período compreendido entre março e novembro de 1986 e que não houve contaminação nas contas de energia elétrica futuras.

Em 31 de março de 2009, havia 355 processos judiciais dessa natureza em curso, cuja soma dos valores envolvidos é de aproximadamente R$ 42,9 milhões. O valor provisionado para os processos relacionados à majoração tarifária é de R$ 3,8 milhões, com depósitos judiciais no valor de R$ 1,5 milhões.

Processos Tributários

Em relação aos processos de natureza tributária, estão em trâmite duas execuções fiscais propostas pela União Federal referentes a supostos débitos de CSLL e IRPJ no exercício de 1997. Os supostos débitos decorrem de uma composição de dívida que a Companhia realizou com a Fundação CESP, que resultou no lançando do montante negociado como despesa operacional, consequentemente deduzindo-o da base de cálculo de CSLL e IRPJ no referido exercício. A operação de composição de dívida ocorreu em relação a um plano de complementação de aposentadorias e pensões mantidas pelo Governo Federal antes das privatizações, o qual era administrado pela Fundação CESP. Em 1997, tal plano apresentava um déficit acumulado de R$426,0 milhões. A Companhia fez uma composição desta dívida com a Fundação CESP, que envolveu o seguinte: (i) a transformação do Plano de Benefícios em Plano Misto de Benefício; e (ii) a celebração de Instrumento Particular de Contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas do Plano Misto de Benefícios Previdenciários, por meio do qual a dívida previdenciária foi quitada por meio de um financiamento concedido pela própria Fundação à Companhia, para pagamento em 20 anos.

O financiamento acima referido foi contabilizado nas demonstrações financeiras da Fundação CESP, como "Operações com Patrocinadoras - Contas a receber" e nas demonstrações financeiras da Companhia como "empréstimos e financiamentos". O demonstrativo atuarial da Fundação CESP datado de 31 de dezembro de 1997 deixou de refletir o montante de R$426,0 milhões como dívida do plano previdenciário. A Companhia entende que o lançamento do respectivo montante como despesa operacional foi realizado em consonância com o disposto no Regulamento do Imposto de Renda, vigente à época. Ocorre que, a Autoridade Fiscal autuou a Companhia, exigindo IRPJ e CSLL, juros e multa. O processo já se encerrou na esfera administrativa, com resultado desfavorável para a Companhia e aguarda decisão na esfera judicial.

Em 31 de março de 2009, os valores envolvidos nas demandas totalizavam R$ 151,7 milhões para o débito de CSLL e R$ 425,6 milhões para o débito de IRPJ. Ressalta-se que, ambas as execuções fiscais estão devidamente garantidas por carta de fiança bancária, emitidas por instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia ainda possui uma execução fiscal também proposta pela União Federal referente à diferença de alíquota no recolhimento do FINSOCIAL, referente a determinados períodos dos exercícios de 1989, 1990 e 1991. Cumpre ressaltar que, os valores questionados nos períodos dos exercícios de 1989 e 1990, encontram-se com a exigibilidade suspensa em face da realização de depósito judicial, enquanto os valores referentes aos períodos do exercício de 1991, foram objeto de pagamento por meio de parcelamento. Desta forma, a possibilidade de perda avaliada pela Companhia é remota. O valor envolvido é R$ 71,3 milhões e, em 31 de março de 2009, dos quais R$18,5 milhões estavam provisionados e R$52,8 milhões estavam depositados judicialmente.

A Companhia possui uma execução fiscal referente a débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSL. De acordo com a opinião dos advogados que acompanham os casos, o prognóstico de perda do processo é remoto e o valor envolvido atualizado encontra-se estimado em R$ 46,4 milhões.

Em 27 de fevereiro de 2008, a Companhia apresentou uma Manifestação de Inconformidade perante a Delegacia da Receita Federal referente aos pedidos de compensação de saldo negativo de IRPJ acumulado em 1999, com valores vincendos de IRPJ, CSL, COFINS e PIS. Atualmente, o processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto. De acordo com a opinião dos advogados que acompanham os casos, o prognóstico de perda do processo é remoto e o valor envolvido, em 31 de dezembro de 2008, encontra-se estimado em R$47,4 milhões.

Processos Trabalhistas

A Companhia apresentava, em 31 de março de 2009, passivo composto de aproximadamente 2.568 processos trabalhistas em curso, em toda a área de concessão, envolvendo o valor aproximado de R$ 134,1 milhões. Em 31 de março de 2009, a CPFL Paulista tinha provisionado 779 processos com risco de perda provável, segundo avaliação da Companhia e de seus consultores jurídicos, no valor total de R$ 26,6 milhões.

Na maior parte das reclamações trabalhistas, procuram os reclamantes obter indenizações pelos mais diversos motivos, dentre os quais adicional de periculosidade, equiparações salariais, remuneração de horas extras, benefícios decorrentes de incentivo à aposentadoria, entre outros. Também é considerável o número de ações propostas por ex-empregados de empreiteiras e outros prestadores de serviço que buscam a responsabilidade subsidiária da Companhia e também autônomos que pleiteiam o reconhecimento de vínculo empregatício.

Processos Cíveis

A Companhia apresentava, em 31 de março de 2009, passivo composto de aproximadamente 2.397 processos cíveis em curso, já excluídos os casos de majoração tarifária mencionados acima e os processos que não envolvem risco de desembolso, em toda a área de concessão, envolvendo o valor aproximado de R$ 43,5 milhões. Em 31 de março de 2009, a Companhia tinha provisionado 242 processos com risco de perda provável no valor total de R$ 2,6 milhões.

Os principais processos cíveis em que a Companhia é parte na data deste Prospecto são os seguintes:

Ação Civil Pública n.º 2004.011923, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo

Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia, em que se pretende a suspensão de termo de confissão de dívida, bem como a condenação da Companhia em Improbidade Administrativa. O processo se encontra em fase de julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia visando cassar a liminar concedida em favor do Ministério Público do Estado de São Paulo. O valor histórico da causa é de R$ 15,5 milhões. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

Ação Civil Pública n.º 0948/04, movida pelo Município de Colina

Trata-se de ação civil púbica movida pela municipalidade de Colina em face da Companhia, em que se pretende a manutenção do fornecimento de energia elétrica a determinados pontos. O processo encontra-se em fase de instrução processual. O valor histórico da causa é de R$ 0,5 milhão. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

Ação Civil Pública n.º 1578/04, movida pela Promotoria da Justiça de Birigui

Trata-se de ação civil púbica movida pela Promotoria de Justiça de Birigui, que visa impugnar a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública pelo Município de Birigui. O processo encontra-se em fase recursal. Foi negado provimento ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, por falta de legitimidade para a propositura da ação, tendo sido mantida a sentença que extinguiu a ação sem resolução do mérito. O valor histórico da causa é de R$1,0 milhão. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

Ação Popular n.º 8036/05, movida por Arnaldo Fernandes

Trata-se de ação popular movida em face da Companhia, em curso perante a Vara Única da Fazenda Pública de Bauru, pela qual o autor, pretende a revisão da forma de cobrança de taxa de Iluminação Pública. Aguarda-se julgamento de Apelação interposta pelo Autor em face da sentença que julgou a ação improcedente. O valor histórico da causa é de R$ 0,1 milhão e, de acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

Ação Popular n.º 2006.011915-4, movida por Antonio Cláudio de Arruda Campos

Trata-se de ação popular movida em face da Companhia, perante a 3ª Vara Cível de Itu, em que o autor pretende que seja declarada a nulidade de Termo de Confissão de Dívida firmado entre a Prefeitura de Itu e a CPFL, no valor total de R$ 4,5 milhões. Além disso, pleiteia a restituição dos valores quitados, sob a alegação de existência de lesão ao patrimônio público decorrente de seu adimplemento. O processo encontra-se em fase de recursal. Aguarda-se julgamento de Apelação interposta pelo Autor face à sentença que julgou a ação improcedente. O valor histórico da causa é de R$ 4,5 milhões. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

Ação Cautelar Inominada n.º 2004.34.00.027945-2, movida pela Companhia

Trata-se de ação que a Companhia move em face da ANEEL, em curso perante a 17ª Vara da Justiça Federal de Brasília, pretendendo a suspensão de pagamento de parcela de faturas emitidas referentes ao uso de instalações da Região de Fronteiras pela AES Tietê, para que a requerente não incorra em mora pelo não pagamento da quantia controvertida. A ação principal objetiva obrigar a ANEEL a fixar os critérios para celebração dos Contratos de Uso de Sistema de Distribuição – CUSDs, os quais servirão de base para a cobrança das respectivas Tarifas de Uso de Sistema de Distribuição – TUSDs, fazendo com que as empresas geradoras de energia elétrica arquem com seus respectivos custos pelo Uso de Sistema de Distribuição. O valor envolvido nesta demanda é de aproximadamente R$29 milhões. O processo, julgado improcedente em 1ª instância, encontra-se em fase recursal, aguardando decisão da apelação interposta pela Companhia. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

Ação Ordinária n.º 2002.34.00.039564-0, movida pela Companhia

Trata-se de ação movida pela ABRADEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, da qual a Companhia é integrante, em curso perante a 3ª Vara Federal de Brasília. Essa demanda objetiva anular a Resolução da ANEEL de n.º 493/2002, que fixou critério de revisão tarifária com o qual a ABRADEE não concorda. A Companhia pretende não ser obrigada a assinar os CCEAR's com preços unilateralmente impostos com base em nova metodologia de cálculo de diferencial do Ubp, introduzida extemporaneamente ao Leilão 002/2005. O valor envolvido nesse processo é de, aproximadamente, R$26,7 bilhões em favor da Companhia e das demais concessionárias de energia elétrica integrantes da ABRADEE, valor este que corresponderia à diferença do que seria arrecadado pelos consumidores de acordo com o critério fixado pela ANEEL e pelo o que a ABRADEE entende que seria devido. O processo encontra-se em fase de perícia e, de acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é possível.

Processo n.º 2006.34.00.011496-3, movido pela Companhia

Trata-se de ação movida pela Companhia em face da ANEEL em que se pleiteia seja declarado o direito da concessionária ao repasse integral dos custos de compra e venda de energia suportados no período anterior à Portaria Interministerial n.º 361/04 e que seja a ANEEL condenada a implementar o efetivo repasse integral desses mesmos custos incorridos na compra e venda de energia elétrica pela concessionária. O processo aguarda proferimento de sentença. Foi acolhida impugnação ao valor da causa suscitada pela ANEEL no intuito de majorar o valor histórico para R$ 74 milhões, decisão que ainda não transitou em julgado em razão da interposição de Agravo de Instrumento pela Companhia. O valor envolvido nesse processo é de aproximadamente R$ 74 milhões. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda da ação principal é possível. Em 31 de março de 2009, tínhamos R$ 100.000,00 contingenciados para esse processo.

Processos Ambientais

A Companhia é parte passiva em certos processos administrativos ambientais, a maior parte em relação ao corte e à poda de árvores localizadas próximas a sua rede de distribuição de energia elétrica. O valor envolvido em tais processos, individualmente ou somados, não representam risco à Companhia ou à sua capacidade financeira.

Entre o período de 2004 e 2006, houve apenas um histórico de acidente ambiental no período ocorrido na Subestação "SE Piracicaba", em um autotransformador com capacidade para 24.000 litros de óleo isolante mineral naftênico. Este ocasionou um incêndio e derramamento de 10.000 litros de óleo, que atingiu o solo do site e uma lagoa contígua à propriedade. Em relação à quantidade de óleo existente nos equipamentos operacionais da Companhia (18.428.742 litros) este derramamento representa, em volume apenas 0,1% em relação ao total de óleo contido nos equipamentos. Todas as providências de remediação da área foram tomadas e aceitas como suficientes pela CETESB. Foi interposto recurso administrativo à imposição de multa valor de aproximadamente R$ 0,1 milhão, no âmbito do processo n.º 21000470, o qual continua em julgamento. No caso de decisão pela improcedência do recurso, as medidas de remediação da área possibilita a redução da multa em até 95,0%, conforme legislação em vigor.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

9. INFORMAÇÕES RELATIVAS À GARANTIDORA

- Histórico da Garantidora
- Atividades da Garantidora
- Organização Societária
- Aquisições Recentes
- Propriedades, Plantas e Equipamentos
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora
- Práticas de Governança Corporativa
- Administração
- Pendências Judiciais e Administrativas
- Informações Financeiras Selecionadas da Garantidora
- Breves Discussões das Informações Financeiras Selecionadas
- CPFL Energia em números (R$ milhares)

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

HISTÓRICO DA GARANTIDORA

Introdução

A CPFL Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, registrada na CVM em 18 de maio de 2000 sob n.º 01866-0. A CPFL Energia é uma *holding* constituída em 20 de março de 1998, que tem como objeto social (i) promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica e atividades correlatas; (ii) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados, bem como a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; e (iii) a participação no capital de outras sociedades que tenham atividades semelhantes às exercidas pela Companhia, notadamente sociedades cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos.

Histórico

A CPFL Energia tem suas origens na CPFL Paulista, constituída em 1912, como resultado da fusão de quatro pequenas empresas de energia que atuavam no interior paulista. Em 1997 ocorreu a privatização da CPFL Paulista, sendo as ações representativas de seu capital social adquiridas pela VBC Energia, pela 521 Participações e pela Bonaire.

A partir da aquisição da CPFL Paulista, referidas companhias iniciaram uma trajetória de expansão, adquirindo diversos ativos no setor elétrico nacional. A conclusão do processo de expansão e consequente reestruturação do Grupo CPFL, aconteceu em 06 de agosto de 2002, quando os controladores do Grupo CPFL, com o objetivo de reestruturar seus investimentos nos setores de distribuição e geração de energia elétrica, decidiram transferir suas participações diretas nas empresas CPFL Paulista e CPFL Geração, para a Draft II, resultando na consolidação dos ativos de geração e distribuição de energia elétrica e simplificação de sua organização operacional e societária. Após esse evento, a Draft II passou a se chamar CPFL Energia, na qual foram consolidadas as participações de 95,1% no capital total da CPFL Paulista e 95,7% no capital total da CPFL Geração. Esta reestruturação visou propiciar, dentre outros, os seguintes benefícios: (a) maior integração operacional das empresas do grupo; (b) racionalização do uso dos recursos financeiros; (c) viabilização de novos projetos de geração de energia elétrica.

Em 20 de outubro de 2003, os acionistas controladores da CPFL Energia, com o objetivo de alavancar recursos e dar segmento a reestruturação dos investimentos, decidiram alienar para o BNDES, 3,4% do capital total da CPFL Energia, reduzindo suas participações, proporcionalmente, às participações detidas naquela data.

Em 04 de outubro de 2004, a CPFL Energia efetivou a oferta pública de ações, ocorrida mediante a distribuição pública de aproximadamente 8,8% do capital social, por meio da emissão de novas ações e simultaneamente a distribuição de 1,7% do seu capital total por meio de venda de ações dos acionistas controladores ambas totalizando 10,5% do capital total. Esta oferta ocorreu tanto no âmbito nacional como internacional, sendo que as ações da oferta nacional foram listadas na BM&FBOVESPA, enquanto que a oferta internacional, na forma de *american depositary shares*, foi listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*).

No início de novembro de 2004, a CPFL Energia emitiu lote complementar de 179.244 ações ao Coordenador Global da Oferta, conforme previa o Contrato de Distribuição (*International Purchase Agreement*).

Em 06 de maio de 2005, a CPFL Energia ratificou o aumento de capital, em virtude do exercício parcial do direito de subscrição previsto no bônus de subscrição emitido em 05 de dezembro de 2003 pela CPFL Energia em favor do International Finance Corporation – IFC. Foram emitidas 1.440.409 ações ordinárias, o que representa uma participação de 0,3% no capital total da CPFL Energia.

Em 20 de junho de 2005, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais dos acionistas não controladores da CPFL Geração ao patrimônio da CPFL Energia, com o consequente aumento de capital em R$85.577 mil, mediante a emissão de 3.665.488 ações ordinárias, passando o capital social de R$4.107.344 mil para R$4.192.921 mil, dividido em 456.734.666 ações ordinárias. Os acionistas não controladores da CPFL Geração receberam 1 (uma) nova ação ordinária da CPFL Energia para cada lote de 1.622 ações ordinárias ou preferenciais de emissão da CPFL Geração. Referida transação foi realizada com base em laudos de avaliação do valor econômico da CPFL Energia e da CPFL Geração.

Em 25 de julho de 2005, a CPFL Energia ratificou o aumento de capital em virtude do exercício da totalidade do bônus de subscrição emitido pela CPFL Energia em 05 de dezembro de 2003, em favor do IFC, decorrente da conversão de empréstimo no montante de R$73.668 mil na data base de 25 de julho de 2005, ao preço de R$17,71 por ação. Foram emitidas 4.159.647 ações ordinárias, o que representa uma participação de 0,9% no capital total da CPFL Energia.

A CPFL Energia ou terceiros não realizaram ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da CPFL Energia.

Por fim, nos últimos 3 (três) exercícios sociais a CPFL Energia realizou ofertas públicas de valores mobiliários, inclusive de debêntures e notas promissórias. Para mais informações sobre os valores mobiliários emitidos pela CPFL Energia, vide Seção "Títulos e Valores Mobiliários Emitidos", constante da página 235 deste Prospecto.

A CPFL Energia não produz nem comercializa bens ou serviços capazes de gerar um fluxo de caixa próprio. Suas receitas são provenientes dos resultados de seus investimentos, bem como de aplicações financeiras.

Para mais informações sobre as reestruturações societárias ocorridas no Grupo CPFL, ver Seção "Estrutura Organizacional do Grupo CPFL" na pág. 169 deste Prospecto e para mais informações sobre os investimentos em capital da CPFL Energia, ver Seção "Aquisições Recentes" na pág. 231 deste Prospecto.

ATIVIDADES DA GARANTIDORA

Visão Geral

A CPFL Energia é uma *holding* que, por intermédio de suas subsidiárias, distribui, gera e comercializa energia elétrica no Brasil. Foi constituída em 1998 por VBC Energia, 521 Participações e Bonaire, com o intuito de combinarem seus interesses em companhias elétricas e de distribuição de energia elétrica no Brasil. Para maiores informações sobre a história da CPFL Energia, veja a Seção "Histórico da Garantidora" na página 197 deste Prospecto.

Principais Atividades Desenvolvidas

Distribuição

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, as empresas distribuidoras do Grupo CPFL forneceram 13,0% da energia fornecida no país. A CPFL Paulista, a CPFL Piratininga, a CPFL Santa Cruz e a Jaguariúna forneceram, nesse período, um volume de 7.516 GWh de energia elétrica, para mais de 5,0 milhões de consumidores no Estado de São Paulo, representando cerca de 34,5% da energia fornecida nesse Estado, sendo 4.877 GWh pela CPFL Paulista, 2.103 GWh pela CPFL Piratininga e 730 GWh pelas CPFL Santa Cruz e Jaguariúna. A RGE forneceu, neste mesmo período, um volume de 1.698 GWh de energia elétrica, para mais de 1 milhão de consumidores no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 31 de março de 2009, as receitas por grupo de consumidor das distribuidoras foram as seguintes: 24,0% provenientes de consumidores industriais, 16,0% provenientes de consumidores comerciais, 42,0% provenientes de consumidores residenciais, 3,0% provenientes de consumidores rurais e 14,0% provenientes de outros consumidores.

Uma breve descrição das concessionárias de distribuição de energia elétrica controladas pela CPFL Energia segue abaixo:

CPFL Paulista

A CPFL Paulista foi constituída em 16 de novembro de 1912, a partir da fusão de quatro pequenas sociedades prestadoras de serviços de energia elétrica que atuavam no interior paulista: Empresa Força e Luz de Botucatu, Força e Luz de Agudos/Pederneiras, Força e Luz São Manoel e Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo. A CPFL Paulista é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que atua na região do interior paulista, abrangendo 234 municípios, numa área geográfica superior a 90,4 mil km^2, correspondente a 37,0% do território do Estado de São Paulo. A CPFL Paulista atende a uma população superior a 9,8 milhões de habitantes, totalizando, em 31 de março de 2009, aproximadamente 3,5 milhões de consumidores. O mercado de atuação da CPFL Paulista no interior do Estado de São Paulo abrange uma economia baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

CPFL Piratininga

A CPFL Piratininga é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que atua na região do interior paulista e na baixada santista, abrangendo 27 cidades, numa área geográfica superior a 6.785 mil km^2, correspondente a 2,8% do território do Estado de São Paulo. A CPFL Piratininga atende a uma população estimada acima de 3 milhões de habitantes, totalizando aproximadamente 1,2 milhões de clientes. O mercado de atuação da CPFL Piratininga no interior do Estado de São Paulo abrange uma economia baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária e na Baixada Santista abrange uma economia baseada na indústria metalúrgica, na indústria de borracha e no turismo. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Piratininga.

RGE

A RGE é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia elétrica para 262 municípios, nas regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo a aproximadamente 1,2 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Passo Fundo e Caxias do Sul. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A CPFL Energia detém 100% do capital social da RGE.

CPFL Santa Cruz

A CPFL Santa Cruz é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Média Sorocabana, e em 3 municípios ao norte do Estado do Paraná, atendendo a aproximadamente 174 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Ourinhos, Avaré e Santa Cruz do Rio Pardo. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 99,99% do capital social da CPFL Santa Cruz.

CPFL Jaguari

A CPFL Jaguari é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 2 municípios: Jaguariúna e Pedreira, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 31 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 90,15% do capital social da CPFL Jaguari.

CPFL Sul Paulista

A CPFL Sul Paulista é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 5 municípios: Itapetininga, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Guareí e Alambari, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 68 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 87,80% do capital social da CPFL Sul Paulista.

CPFL Mococa

A CPFL Mococa é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para o município de Mococa, localizado no Estado de São Paulo, e 3 municípios localizados no Estado de Minas Gerais: Arceburgo, Itamogi e Monte Santo de Minas, atendendo a aproximadamente 40 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 89,75% do capital social da CPFL Mococa.

CPFL Geração

A CPFL Energia atua na área de geração de energia por meio da CPFL Geração, sua subsidiária integral. A CPFL Geração é uma sociedade por ações de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária do serviço público e com participação no capital social de outras sociedades. A concessão da CPFL Geração se encerra em 2027 e pode ser prorrogada por período adicional de 30 anos. A CPFL Geração possui 51,5% na UHE Serra da Mesa, ou seja, parte dos ativos do aproveitamento hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico pertence a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"). Estes ativos foram arrendados à FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos que se iniciou em 1998, assegurando à controlada CPFL Geração as participações de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,8 MW médios).

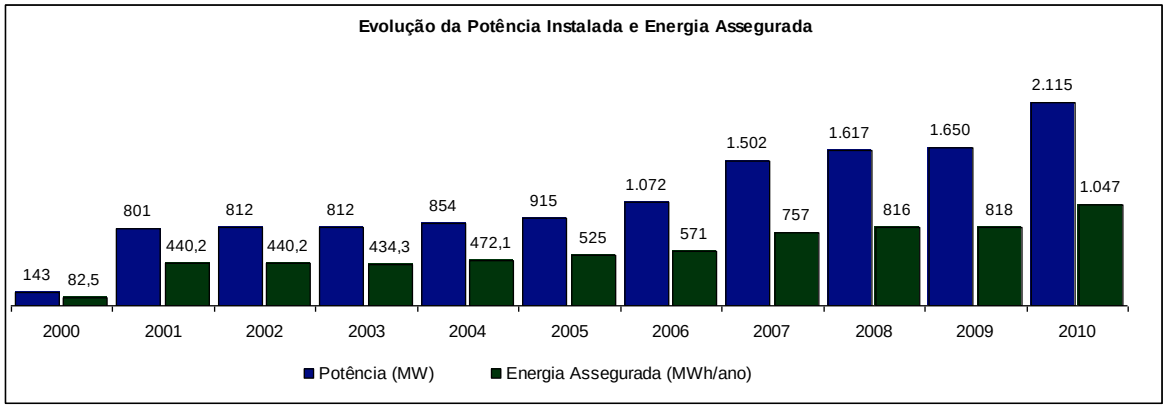
Além disso, a CPFL Geração detém 19 pequenas centrais hidrelétricas e 1 usina termelétrica, com potência total instalada de 118,6 MW e 36 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Em 31 de março de 2009, a capacidade da CPFL Geração era de 1.649,4 MW, proveniente das PCHs e UTE da CPFL Geração, das PCHs da CPFL Sul Centrais Elétricas, da UHE Serra da Mesa, da UHE Barra Grande, da UHE Campos Novos, da UHE Monte Claro, da UHE Castro Alves, da UHE 14 de Julho. Na data deste Prospecto, a CPFL Geração, na condição de *holding*, participava do capital das empresas CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. (100,0% do capital social), CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (65,0% do capital social), BAESA - Energética Barra Grande S.A. (25,0% do capital social), ENERCAN (48,7% do capital social), Foz do Chapecó Energia S.A. (51,0% do capital social) e CPFL Bioenergia (100,0% do capital social). A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Geração.

Entre os empreendimentos de geração de energia que estão em fase de desenvolvimento, destacam-se os seguintes:

- UHE Foz do Chapecó – As obras desta usina foram iniciadas em 2006 e a entrada em operação comercial está prevista para o terceiro trimestre de 2010, com um investimento estimado, pela CPFL Geração, de aproximadamente R$ 815.000 mil, de um total de aproximadamente R$ 1.328.000 mil. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada a critério do Poder Concedente. A potência instalada prevista será de 855 MW (436 MW da CPFL Geração), sendo que a energia assegurada será de 220 MW médios. Em 31 de março de 2009, aproximadamente 67% das obras estavam concluídas, Após a conclusão das obras da UHE Foz do Chapecó, em 2010, a capacidade instalada total da CPFL Geração aumentará para 2.115 MW.

- UTE Baldin **-** A CPFL Bioenergia tem por objeto principal a geração de energia elétrica de origem térmica e vapor d'água, por meio de usinas de co-geração movidas a bagaço de cana-de-açúcar. Em 18 de agosto de 2008, a CPFL Bioenergia assinou um contrato de parceria com a Baldin Bioenergia que prevê a construção de uma UTE de 45 MW movida a bagaço de cana, localizada em Pirassununga, no Estado de São Paulo. O investimento previsto para o projeto é de aproximadamente R$ 98 milhões e a entrada em operação está prevista para março de 2010, sendo que em abril de 2009, aproximadamente 43% da obra já estava concluída. Espera-se que esta geradora exporte 24 MW médios/safra para a CPFL Brasil.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da Potência Instalada e da Energia Assegurada da CPFL Geração desde 2000, quando dispunha de uma Potência Instalada de 143 MW, até 2010 quando alcançará a marca de 2.115MW:



Adicionalmente, foi aprovado pelo Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, da Organização das Nações Unidas – ONU, o registro do projeto de aproveitamento de créditos de carbono da UHE 14 de Julho, pelo período de 2009 a 2016, renovável por dois períodos de 7 (sete) anos, no volume de 118 mil Certificados de Emissões Reduzidas – CER por ano, com uma receita estimada de € 1,0 milhão por ano. A UHE 14 Julho possui uma potencia instalada de 65 MW, uma Energia Assegura de 32,5 MWmédios e contou com o investimento total de R$ 317 milhões de reais. Suas duas unidades passaram a operar respectivamente, em 25 de dezembro de 2008 e 12 de março de 2009.

Comercialização e Serviços Relacionados a Energia Elétrica

A CPFL Energia atua na área de geração de energia por meio da CPFL Brasil, sua subsidiária integral A CPFL Brasil é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A CPFL Brasil possui participações diretas nas seguintes subsidiárias operacionais: CLION Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., CPFL Comercialização Cone Sul S.A. e Sul Geradora Participações S.A.

Em 2003 a CPFL Brasil iniciou suas operações no mercado de energia no Brasil e hoje comercializa energia elétrica a Consumidores Livres, a outras empresas de comercialização e de distribuição de energia elétrica. No 1º trimestre de 2009, a CPFL Brasil registrou queda de 17,3% nas vendas para Consumidores Livres, o que se justifica basicamente pela retração no consumo de alguns clientes neste início de ano decorrente da crise financeira internacional. Entretanto, as vendas em contratos bilaterais tiveram alta de 49,0%, fazendo com que o resultado final fosse positivo em 14,3%.

Volume de Vendas

As vendas totais de energia pela CPFL Energia tiveram um aumento de 3,6% se comparados o primeiro trimestre de 2009 com o de 2008, passando de 11.253 GWh para 11.661 GWh. Já as vendas ao mercado cativo observaram um aumento pouco menor, conforme ilustra o gráfico abaixo, se considerado o mesmo período:

As vendas no mercado livre totalizaram 2.085 GWh no primeiro trimestre de 2008 e 2.329 GWh no primeiro trimestre de 2009, apresentando variação positiva de 11,7%. Já as venda nas áreas de concessão da CPFL Energia diminuíram 2,2% no primeiro trimestre de 2009, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, comparado com uma diminuição de 3,1% em âmbito nacional. Especificamente em relação a região sudeste, a diminuição de vendas em sua área de concessão foi de 2,1%, enquanto, em âmbito regional, a queda foi de 5,2%. Por sua vez, as vendas na região sul sofreram uma redução de 2,4%, enquanto a área de concessão do Grupo CPFL verificou um decréscimo de 2,3% nesta região.

Localização das Usinas e Áreas de Concessão

O mapa abaixo se refere à localização das usinas e áreas de concessão e distribuição do Grupo CPFL:

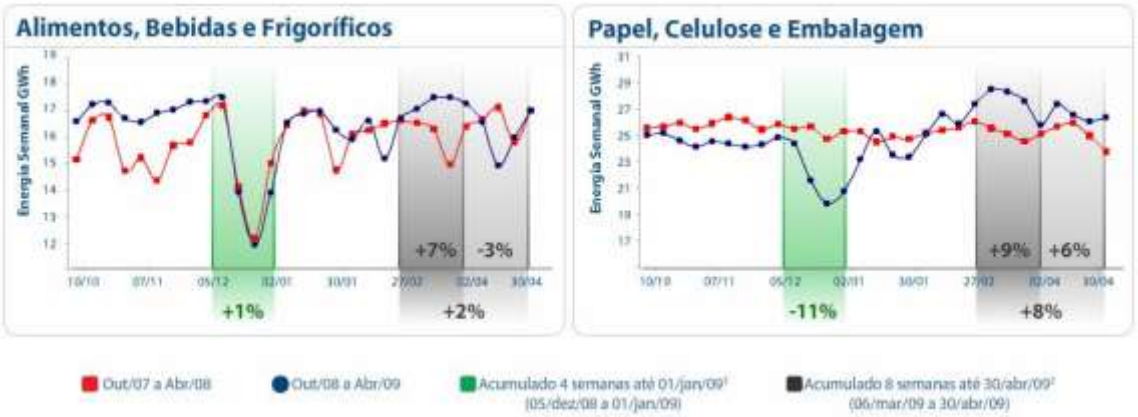
Efeitos de Sazonalidade na Receita

Na qualidade de empresa holding, a CPFL Energia não produz nem comercializa diretamente bens ou serviços capazes de gerar um fluxo de caixa próprio. Suas receitas são provenientes dos resultados de seus investimentos, bem como de aplicações financeiras, razão pela qual sua receita não está sujeita a variações decorrentes de sazonalidade.

Impacto da Crise Econômica sobre o Setor de Energia

A atividade econômica do país guarda estreita relação com o consumo de energia, em razão de seu emprego no desenvolvimento das atividades produtivas, especialmente aquelas ligadas ao setor industrial. Neste contexto, a crise econômica mundial, ao interferir fortemente nos níveis de produção industrial do país, teve reflexo direto no consumo de energia elétrica, impactando nas atividades das empresas do Grupo CPFL.

Como se observa dos gráficos apresentados abaixo, que refletem o consumo industrial dos setores selecionados na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, após uma acentuada queda no final do ano de 2008, os índices de consumo vêm gradativamente aumentando ao longo do ano de 2009, apresentando desempenho superior ao verificado no mês de dezembro de 2008:



Demanda Contratada da Classe Industrial na CPFL Energia

Analisando o período de 1° de outubro de 2008 a 30 de abril de 2009, o total de pedidos de redução de demanda contratada pelos clientes industriais das empresas do Grupo CPFL representou 1,28% da demanda contratada total, enquanto os pedidos de aumento da demanda contratada no mesmo período representaram 1,20%. Dessa forma, no período, considerando os aumentos e deduzindo as reduções, houve uma redução líquida de demanda contratada na classe industrial de 0,08% (5,4 MW).

Evolução da Carga

Analisando o comportamento mensal da carga total de energia que transitou pelas áreas de concessão das controladas operacionais da CPFL Energia entre os meses de setembro de 2008 e março de 2009, sempre comparada ao mesmo período do ano anterior, verificou-se uma maior queda em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, que passou a reagir a partir de fevereiro de 2009, conforme ilustra o gráfico abaixo:

A carga total das controladas operacionais CPFL Energia no período de três meses encerrado em 31 de março de 09 atingiu 6.315 MW médios, tendo sido de 6.149 MW médios em 31 de março de 08.

Estratégia

Em linhas gerais, o objetivo da CPFL Energia é maximizar sua lucratividade por meio da manutenção da posição de liderança no segmento de distribuição e comercialização no Brasil e da expansão de suas atividades de geração.

Em relação à distribuição de energia elétrica, a CPFL Energia concentrará esforços na melhoria do serviço prestado e na manutenção de baixos custos operacionais, por meio do compartilhamento de despesas entre subsidiárias e de investimento em novos sistemas que monitorem os ativos da CPFL Energia de forma mais eficiente, o que a auxiliará a minimizar, ainda mais, suas perdas comerciais de energia elétrica, e a manter baixos os índices de suas perdas técnicas.

Em sua atuação como geradora de energia, a CPFL Energia pretende cumprir com todas as etapas para a conclusão das seis instalações hidroelétricas em que participa e que atualmente estão em construção, as quais, quando concluídas, aumentarão a Potência Instalada total do grupo para 2087 MW.

Consumidores Livres representam um segmento crescente do mercado de energia elétrica no Brasil. Um dos objetivos da CPFL Energia consiste em manter seu mercado cativo. No entanto, nos casos em que enfrenta competição, procura manter os consumidores que podem se tornar livres por meio de contratos firmados com a CPFL Brasil ou CPFL Cone Sul, suas subsidiárias de comercialização, além de buscar atrair novos consumidores dessa categoria fora das áreas de concessão de suas empresas de distribuição. Além disso, a CPFL Energia pretende fornecer parte da energia elétrica que compra no mercado aberto a outras distribuidoras, à medida que essas oportunidades se apresentem.

A CPFL Energia acredita na consolidação do setor elétrico brasileiro e vem realizando aquisições de empresas do setor. Se ativos interessantes estiverem disponíveis em preços atraentes, a CPFL Energia poderá fazer novas aquisições de forma a complementar suas operações.

Concorrência

A CPFL Energia é controladora de concessionárias de distribuição de energia elétrica em uma grande área geográfica, compreendendo os Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. É ainda controladora de concessionárias de geração de energia elétrica nesses mesmos estados, em Santa Catarina e em Goiás. Dentro de suas áreas de concessão, as subsidiárias concessionárias de distribuição de energia elétrica da CPFL Energia não enfrentam concorrência na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais e industriais supridos na baixa tensão.

No entanto, outros fornecedores de energia elétrica podem competir com as subsidiárias distribuidoras da CPFL Energia na oferta de energia elétrica a certos consumidores qualificados como consumidores potencialmente livres. A decisão dos consumidores das subsidiárias distribuidoras da CPFL Energia de se tornarem Consumidores Livres e comprarem energia elétrica de outros fornecedores pode afetar negativamente a participação de mercado da CPFL Energia, impactando seus resultados operacionais.

Segundo a lei brasileira, as concessões das controladas operacionais da CPFL Energia podem ser renovadas apenas uma vez, desde que haja aprovação do MME ou da ANEEL e que determinados parâmetros em relação à prestação do serviço público tenham sido atendidos. A CPFL Energia pretende solicitar a renovação de cada uma de suas concessões quando da sua respectiva expiração. Em virtude da discricionariedade do Poder Concedente para a renovação das concessões, as subsidiárias da CPFL Energia poderão enfrentar concorrência significativa de terceiros ao pleitear a renovação dessas concessões ou para obter quaisquer novas concessões. Uma vez que a ANEEL detenha total discricionariedade sobre a renovação das concessões já existentes, a aquisição de determinadas concessões por concorrentes poderia afetar negativamente os resultados da CPFL Energia.

Inadimplência

Apesar do pequeno crescimento de 0,03% no índice de inadimplência dos consumidores, que passou de 1,46% no primeiro trimestre de 2008, para 1,49% no mesmo período de 2009, as empresas do Grupo CPFL continuam atuando fortemente junto aos seus clientes para a redução dos níveis de inadimplência, especialmente com a celebração de acordos judiciais e com o monitoramento diário dos clientes, tendo reduzido o estoque de inadimplência, no primeiro trimestre de 2009, em 4,4% em relação ao mesmo período de 2008, passando o saldo de dívidas de consumidores de R$ 194,0 milhões para R$ 186,0 milhões.

No primeiro trimestre de 2009 foram recuperados R$ 101,0 milhões referentes a dívidas dos consumidores perante a CPFL Energia, apresentando um índice de recuperação de 81%.

Segue abaixo tabela contendo os índices de inadimplência observados nas sociedades recentemente adquiridas pela CPFL Energia:

** Houve mudança de metodologia de apuração*

Seguro

A CPFL Energia mantém para suas subsidiárias seguros contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos em suas subestações, usinas, edificações e instalações. Nas usinas, os geradores e turbinas são segurados contra incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e quebra de máquinas. A CPFL Energia não possui cobertura de seguro contra risco de interrupção das operações comerciais, pois acredita que o risco de interrupção de grandes proporções é remoto, não justificando assim dispêndio com prêmios de seguros.

Para garantir reembolso de possíveis despesas com danos causados a terceiros, nas operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, é contratada apólice de seguro de responsabilidade civil operações.

A CPFL Energia, além de corpo técnico próprio para gestão de seguros e riscos, conta com consultoria externa especializada, de modo a manter uma "política de seguros" adequada, e adotar as melhores práticas para administração dos seguros contratados.

Em 2008, as despesas da CPFL Energia com seguros totalizaram R$ 2,7 milhões a título de prêmio de seguro.

Propriedade Intelectual

As atividades da CPFL Energia não dependem de patentes. A marca mais relevante registrada em nome da CPFL Energia é sua logomarca. As demais marcas de titularidade da CPFL Energia não são relevantes para suas atividades. Em outubro de 2005, a CPFL Energia protocolou no INPI pedido de registro de sua marca "CPFL Energia", o qual foi registrado sob o n.º 827820690, em 29 de janeiro de 2008.

Estrutura Organizacional do Grupo CPFL

Para mais informações sobre a estrutura societária do Grupo CPFL, incluindo a Garantidora, vide Seção "Estrutura Organizacional do Grupo CPFL" na página 169 deste Prospecto.

Recursos Humanos

A política de recursos humanos da CPFL Energia busca atrair, reter e desenvolver profissionais qualificados, estimulando seu desenvolvimento pessoal por meio de programas de treinamento, desenvolvimento e reconhecimento profissional. Assim, a CPFL Energia busca manter um quadro de colaboradores alinhados com seus valores e estratégias de negócio, visando seu crescimento contínuo.

Os empregados possuem vínculo empregatício pelo regime da CLT e os estagiários e aprendizes são contratados nos termos legais.

Em 2008, o quadro de pessoal da CPFL Energia encerrou o exercício com 7.119 colaboradores, contra 7.176 em 2007. O índice de rotatividade do quadro de pessoal em 2008 foi de 13,0%, mantendo um equilíbrio entre a retenção e a renovação de profissionais. Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia possuía 7.206 colaboradores. O tempo médio de atividade de cada profissional na empresa é de 11 anos e a idade média do quadro é de 38 anos. A rotatividade de pessoal para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 apresentou um índice de 1,66%, sendo que a média histórica dos últimos três exercícios sociais foi de 9,51%.

Área	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007	2006
Distribuição	5779	5736	5958	4790
Geração	299	252	250	226
Comercialização	253	242	256	183
Administração	875	889	712	637
Total	**7206**	**7119**	**7176**	**5836**

A maior parte dos funcionários das empresas do Grupo CPFL é associada a sindicatos, com os quais foram firmados acordos coletivos. Esses acordos são negociados anualmente com os 13 (treze) principais sindicatos representantes das diversas categorias profissionais dos funcionários do Grupo CPFL. Em geral, aumentos de salário são concedidos anualmente. A CPFL Energia mantém relações cordiais com os sindicatos e reconhece a sua representatividade junto aos funcionários.

Contratos Relevantes

Contratos Relevantes Financeiros

CPFL Energia

Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, da CPFL Energia.

A CPFL Energia realizou a sua 3ª emissão de debêntures simples, cujas características encontram-se descritas na seção "Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora", constante da página 235 deste Prospecto.

CPFL Paulista

(ii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 08 de abril de 2005, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/345.606-8, por meio do qual foi disponibilizado para a CPFL Paulista uma linha de crédito no valor de R$ 240.855,9 mil, para implementação do programa de investimentos de expansão e modernização do sistema elétrico para período de 2004 a 2006.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R$ 167.836 mil, destinado à aquisição de obra, materiais e serviços; e
- o subcrédito no valor de R$ 73.020 mil, destinado à aquisição de equipamentos nacionais cadastrados na Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME.

Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à taxa de até 5,4% acima de TJLP, incluído o *spread* de risco dos agentes de 1,4%. A amortização ocorrerá 48 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2007 e a última em 15 de dezembro de 2010. Este contrato é garantido por fiança da CPFL Energia e pela vinculação de uma parcela da receita CPFL Paulista proveniente da prestação de serviços de energia elétrica, em valor equivalente a 1,3 (um inteiro e três décimo) vezes do valor corresponde ao serviço da dívida.

O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R$ 111.294.839,39.

Em 13 de junho de 2008, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.157-1, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 345.990.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões e novecentos e noventa mil reais) a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da CPFL Paulista para os anos de 2008 e 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R$ 313.200.000,00 (trezentos e treze milhões e duzentos mil reais), destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e

- o subcrédito no valor de R$ 32.790.000,00 (trinta e dois milhões e setecentos e noventa mil reais), destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,4%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,3%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a CPFL Paulista vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da CPFL Paulista.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 135.480.095,04.

Em 1 de junho de 2007, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 21/00429-3, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 156.543.400,00 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos reais), destinado ao investimento em expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Paulista, englobando obras de construção e recondutoramento de circuito primário e secundário, automatização das redes elétricas de distribuição, modernização das instalações prediais, compra de software e hardware e programa de eficiência energética. Como garantia do financiamento, a CPFL Paulista (i) vinculou parcela da receita proveniente da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, no percentual mínimo correspondente a 1,3 (um inteiro e três décimos) o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros, vencíveis em cada período; e (ii) constituiu conta reserva, mantida junto ao Banco do Brasil, no valor correspondente a 1 (um) mês do serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da CPFL Paulista. Sobre o saldo devedor do financiamento incidem juros à taxa de 3,3% ao ano, acima da TJLP. A amortização será realizada em 72 parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2013.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 127.682.832,66.

(ii) Banco do Brasil

Em 10 de março de 2008, a CPFL Paulista contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil proveniente de repasse interfinanceiro de recurso captado no exterior, nos termos da Resolução CMN n.º 2.770, de 30 de agosto de 2000. O crédito é representado pela Nota de Crédito Comercial n.º 40/00516, com vencimento em 10 de janeiro de 2011, no valor de R$ 79.465.875,22 (setenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos), correspondente naquela data a ¥ 4.889.605.908,00 (quatro bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e oito ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7778% ao ano, com base em um ano de 360 dias. O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R$ 121.224.599,46.

(iii) Banco ABN Amro Real S.A.

Em 24 de agosto de 2007, a CPFL Paulista emitiu em favor do Banco ABN Amro Real S.A. Cédula de Crédito Bancário n.º 4927/07, no valor de ¥ 20.536.223.617,00 (vinte bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, duzentos e vinte e três mil e seiscentos e dezessete ienes), remunerada à taxa de 1,4824% ao ano, com vencimento em 13 de setembro de 2009.

O saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R$ 490.987.875,08.

RGE

(i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 13 de junho de 2008, a RGE celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.158-9, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 258.418.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões e quatrocentos e dezoito mil reais) a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da RGE para o período compreendido entre setembro de 2007 e dezembro 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- um subcrédito no valor de R$ 216.131.000,00, (duzentos e dezesseis milhões e cento e trinta e um mil reais) destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e

- um subcrédito no valor de R$ 42.287.000,00, (quarenta e dois milhões e duzentos e oitenta e sete mil reais) destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros acima referidos.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,4%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,3%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a RGE vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da RGE.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 120.107.935,46.

(ii) Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, da RGE

Em 27 de fevereiro de 2003, a RGE emitiu 5 (cinco) debêntures, em 5 (cinco) séries, perfazendo o total de R$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais), objetivando adequar o perfil econômico-financeiro da RGE, bem como proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas vincendas até 2009. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios à taxa de 0,6% da variação da Taxa DI. As debêntures contam com garantia fidejussória da CPFL Energia. As debêntures terão os seguintes valores nominal unitários: R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para a debênture da 1ª série, R$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) para a debênture da 2ª série; R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a debênture da 3ª série; R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a debênture da 4ª série; e R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a debênture da 5ª série. A amortização deve ocorrer de acordo com o valor nominal unitário de cada debênture, em 3 (três) parcelas de igual valor, a serem pagas em 1º de dezembro de 2011, 1º de dezembro de 2012 e 1º de dezembro de 2013.

O saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R$ 395.797.026,14.

CPFL Piratininga

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 1° de junho de 2007, a CPFL Piratininga celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 21/00430-7, por meio do qual foi disponibilizado para a CPFL Piratininga uma linha de crédito no valor de R$ 121.575,1 mil, para implementação do programa de investimentos de expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Piratininga.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R$ 106.618,5 mil, destinado ao programa de investimento de expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Piratininga, excluindo-se subestações e linhas de transmissão; e

- o subcrédito no valor de R$ 14.954,6 mil, destinado às subestações e linhas de transmissão, incluídas no programa de investimento de expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Piratininga.

Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à taxa de 3,3% ao ano acima de TJLP, incluído o *spread* de risco do agente de 0,5% ao ano. A amortização ocorrerá 72 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2012. Este contrato é garantido por fiança da CPFL Energia e pela vinculação de uma parcela da receita CPFL Piratininga proveniente da prestação de serviços de energia elétrica, em valor equivalente a 1,3 (um inteiro e três décimo) vezes do valor corresponde ao serviço da dívida.

O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R$ 75.848.084,87.

Em 13 de junho de 2008, a CPFL Piratininga celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.156-3, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 155.178,0 mil a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da CPFL Piratininga para os anos de 2008 e 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R$ 113.534,0 mil, destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e

- o subcrédito no valor de R$ 41.644,0, destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,40%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,28%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a CPFL Piratininga vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da CPFL Piratininga.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 65.310.953,69.

<u>CPFL Geração</u>

(i) Banco Itaú BBA

Em 17 de novembro de 2008, a CPFL Geração e a RGE celebraram o Instrumento Particular de Assunção de Dívida, por meio do qual a CPFL Geração assumiu a responsabilidade pelo pagamento de dívida oriunda da Cédula de Crédito Bancário n.º QD4.01/01.

A Cédula de Crédito Bancário n.º QD4.01/01, com valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) foi emitida pela RGE em favor do Banco Itaú BBA S.A., em 28 de abril de 2004, sendo remunerada à taxa de 106,0% da variação da Taxa DI. O saldo devedor deverá ser pago em dez parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em 11 de setembro de 2006 e a última em 9 de março de 2011.

Em garantia do integral cumprimento de todas as obrigações contraídas, a CPFL Geração entregou uma nota promissória, no valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), devidamente avalizada pela CPFL Energia.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 100.728.121,16.

(ii) Banco do Brasil

Em 10 de março de 2008, a CPFL Geração contratou diversos empréstimos junto ao Banco do Brasil S.A. provenientes de repasses interfinanceiros de recursos captados no exterior, nos termos da Resolução CMN n.º 2.770, de 30 de agosto de 2000. Os créditos são representados por Notas de Créditos Comerciais, com vencimento em 10 de janeiro de 2011, conforme descritos abaixo:

(i) R$ 17.352.124,71, correspondente naquela data a ¥ 1.067.691.651 (um bilhão, sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil e seiscentos e cinquenta e um ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,7182% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(ii) R$ 25.003.076,92, correspondente naquela data a ¥ 1.538.461.538 (um bilhão, quinhentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e quinhentos e trinta e oito ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,6038% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(iii) R$ 32.852.434,92, correspondente naquela data a ¥ 2.021.439.510 (dois bilhões, vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e quinhentos e dez ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7778% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(iv) R$ 40.997.218,31, correspondente naquela data a ¥ 2.522.595.269 (dois bilhões, quinhentos e vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e duzentos e sessenta e nove ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7849% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(v) R$ 49.453.555,41, correspondente naquela data a ¥ 3.042.921.204 (três bilhões, quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e um mil e duzentos e quatro ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,5938% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(vi) R$ 23.361.315,54, correspondente naquela data a ¥ 1.437.442.502 (um bilhão, quatrocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos e dois ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,8225% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(vii) R$ 22.557.762,12, correspondente naquela data a ¥ 1.387.999.146 (um bilhão, trezentos e oitenta e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil e cento e quarenta e seis ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,5270% ao ano, com base em um ano de 360 dias; e

(viii) R$ 80.000.000,00, correspondente naquela data a ¥ 4.662.819.841 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e dezenove mil e oitocentos e quarenta e um ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7801% ao ano, com base em um ano de 360 dias.

O saldo total das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 438.418.311,85.

Contratos Relevantes Operacionais

CPFL Paulista

Contrato de Concessão Paulista

As condições para exploração, pela CPFL Paulista, dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 014/97, firmado em 20 de novembro de 1997 com a União, na qualidade de Poder Concedente.

O prazo do Contrato de Concessão Paulista é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da CPFL Paulista, a critério do Poder Concedente, que decidirá com base nos princípios de continuidade e qualidade do serviço público. O Contrato de Concessão Paulista prevê que, além de o Poder Concedente decidir sobre a prorrogação do contrato com base nos princípios ora citados, decidirá também com base nos relatórios técnicos sobre regularidade e qualidade dos serviços prestados pela concessionária, preparados pelo órgão técnico de fiscalização.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Paulista no Contrato de Concessão Paulista destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Paulista, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Paulista, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Paulista prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Paulista, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Paulista direito de exclusividade sobre tais consumidores.

O Contrato de Concessão Paulista foi aditado em 6 de abril de 2005, com a finalidade de refletir a incorporação da DOC4 e a transferência do controle societário da CPFL Paulista à CPFL Energia. O segundo aditivo ao Contrato de Concessão Paulista foi assinado em 09 de abril de 2005, e serviu para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior.

RGE

Contrato de Concessão RGE

Nos termos do Decreto Presidencial de 4 de novembro de 1997 e por meio do Contrato de Concessão n.º 13/97, o Poder Concedente, por intermédio do MME e do DNAEE, hoje ANEEL, concedeu à RGE o direito de explorar serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios relacionados no Anexo I do Contrato de Concessão RGE, todos situados nas regiões norte e nordeste do estado.

A concessão outorgada à RGE possui prazo de 30 anos, renováveis por igual período, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão RGE. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária. A não manifestação do Poder Concedente no prazo mencionado implicará na prorrogação automática do Contrato de Concessão RGE.

As instalações de transmissão relacionadas no Anexo II do Contrato de Concessão RGE são consideradas parte integrante da concessão de distribuição de energia elétrica. Tais instalações poderão ser incluídas ou excluídas do acervo de instalações de transmissão da Rede Básica, por determinação do Poder Concedente, mediante ressarcimento, em conformidade com a regulamentação que vier a ser estabelecida. Ressalvados os contratos de fornecimento vigentes à época da celebração do Contrato de Concessão RGE, a concessão não confere à RGE direito de exclusividade relativamente aos consumidores que, por força da Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica, são livres para optar por fornecedor com quem contratarão sua compra de energia elétrica. Além disso, de acordo com o Contrato de Concessão RGE, a concessão não confere exclusividade de atendimento da RGE nas áreas onde foi constatado pelo Poder Concedente a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da mencionada lei.

Nos termos do Contrato de Concessão RGE, a RGE deve comunicar o Poder Concedente antes de desenvolver atividades empresariais diversas da exploração da atividade de distribuição de energia elétrica, e contabilizar as receitas assim auferidas em separado.

Segundo o Contrato de Concessão RGE, o serviço de distribuição de energia elétrica poderá ser interrompido em situação de emergência ou, após prévio aviso, nas seguintes hipóteses: (i) por motivos de ordem técnica, ou de segurança das instalações; e (ii) quando ocorrer inadimplemento do consumidor na contraprestação devida à RGE. Em qualquer hipótese, a suspensão da prestação dos serviços prestados pela RGE somente ocorrerá após 45 dias do inadimplemento, considerando que, verificada tal hipótese, a RGE terá prazo de 15 dias para notificar o inadimplente, conferindo-o prazo adicional de 30 dias para que regularize sua situação perante a RGE. Esse dispositivo foi parcialmente alterado pelo artigo 91 da Resolução n.º 456, de 29 de novembro de 2000, da ANEEL, que prevê 15 dias contados a partir do vencimento para a suspensão do fornecimento dos serviços.

Em relação às tarifas, o Contrato de Concessão RGE prevê que a RGE não poderá dispensar tratamento tarifário diferenciado aos usuários de uma mesma classe de consumo, nas mesmas condições de atendimento.

O Contrato de Concessão RGE prevê o funcionamento do "Conselho de Consumidores". Em 2001, a ANEEL reuniu-se com o referido conselho quando do processo de fiscalização e não houve menção de nenhuma reclamação no relatório de fiscalização data-base 2001.

A RGE está sujeita a multas pecuniárias, aplicadas pelo Poder Concedente, de até 0,1% do valor total do faturamento da CPFL Paulista nos últimos 12 meses anteriores à ocorrência da infração. A RGE se comprometeu, ainda, a implementar medidas que tenham por objetivo a conservação de energia, conforme descrito na cláusula quinta, terceira subcláusula do Contrato de Concessão RGE.

Para tanto, deve elaborar e apresentar ao Poder Concedente até o dia 30 de setembro de cada ano a partir de 1998, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica para cada ano subsequente. Este programa tem como meta a redução das perdas técnicas e comerciais globais e a racionalização do uso da energia elétrica, devendo contemplar, no mínimo, 1,0% da receita anual da RGE.

CPFL Piratininga

Contrato de Concessão Piratininga

As condições para exploração, pela CPFL Piratininga, dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 009/2002, firmado em 23 de setembro de 2002 com a União, na qualidade de Poder Concedente.

O prazo do Contrato de Concessão Piratininga é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão da Bandeirante que é de 23 de outubro de 1998, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da CPFL Piratininga, a critério do Poder Concedente, que decidirá com base nos princípios de continuidade e qualidade do serviço público.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Piratininga no Contrato de Concessão Piratininga destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Piratininga, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Piratininga, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subseqüente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Piratininga prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Piratininga, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Piratininga direito de exclusividade sobre tais consumidores.

O Contrato de Concessão Piratininga alterado, conforme primeiro aditamento formalizado em 1° de setembro de 2005, com a finalidade de ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Já o segundo aditivo foi formalizado em 29 de maio de 2008, tendo como finalidade a segregação da participação acionária detida pela CPFL Paulista na CPFL Piratininga, bem como a transferência do respectivo controle societário à CPFL Energia.

CPFL Santa Cruz

Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz

Nos termos do Contrato de Concessão n.º 21/99, de 3 de fevereiro de 1999, o Poder Concedente, por intermédio do MME e da ANEEL, concedeu à Companhia Luz e Força Santa Cruz – CPFL Santa Cruz o direito de explorar serviços públicos de distribuição de energia elétrica para certos municípios do Estado de São Paulo e um apenas no Estado do Paraná, conforme relação constante do Anexo I do referido Contrato de Concessão.

A concessão outorgada à CPFL Santa Cruz possui prazo de 30 anos, renováveis por igual período, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária. A não manifestação do Poder Concedente no prazo mencionado implicará na prorrogação automática do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz.

As instalações de transmissão citadas na Cláusula Segunda do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz são consideradas parte integrante da concessão de distribuição de energia elétrica. Tais instalações poderão ser incluídas ou excluídas do acervo de instalações de transmissão da Rede Básica, por determinação do Poder Concedente, mediante ressarcimento, em conformidade com a regulamentação que vier a ser estabelecida.

Ressalvados os contratos de fornecimento vigentes à época da celebração do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, a concessão não confere à CPFL Santa Cruz direito de exclusividade relativamente aos consumidores que, por força da Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica, são livres para optar por fornecedor com quem contratarão sua compra de energia elétrica. Além disso, de acordo com o Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, a concessão não confere exclusividade de atendimento da CPFL Santa Cruz nas áreas onde foi constatado pelo Poder Concedente a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da mencionada lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica.

Nos termos do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, a concessionária deve comunicar ao Poder Concedente antes de desenvolver atividades empresariais diversas da exploração da atividade de distribuição de energia elétrica, e contabilizar as receitas assim auferidas em separado.

Segundo o Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, o serviço de distribuição de energia elétrica poderá ser interrompido em situação de emergência ou, após prévio aviso, nas seguintes hipóteses: (i) por motivos de ordem técnica, ou de segurança das instalações; e (ii) quando ocorrer inadimplemento do consumidor na contraprestação devida à CPFL Santa Cruz. Em qualquer hipótese, a suspensão da prestação dos serviços prestados pela CPFL Santa Cruz somente ocorrerá após 45 dias do inadimplemento, considerando que, verificada tal hipótese, a CPFL Santa Cruz terá prazo de 15 dias para notificar o inadimplente, conferindo-o prazo adicional de 30 dias para que regularize sua situação perante a CPFL Santa Cruz. Esse dispositivo foi parcialmente alterado pelo artigo 91 da Resolução nº. 456, de 29 de novembro de 2000, da ANEEL, que prevê 15 dias contados a partir do vencimento para a suspensão do fornecimento dos serviços.

Em relação às tarifas, o Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz prevê que a concessionária não poderá dispensar tratamento tarifário diferenciado aos usuários de uma mesma classe de consumo, nas mesmas condições de atendimento.

O Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz prevê o funcionamento do "Conselho de Consumidores".

O Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz foi posteriormente alterado, conforme primeiro aditamento formalizado em 21 de dezembro de 2005, com a finalidade de ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. O segundo aditivo, celebrado em 06 de maio de 2008, teve por objeto a formalização da transferência do controle societário da CPFL Santa Cruz, anteriormente detido pela Nova 4 Participações Ltda., à CPFL Energia.

<u>CPFL Geração</u>

Contrato de Concessão CPFL Geração

As condições para geração de energia elétrica, por parte da CPFL Paulista, nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 015/97, firmado em 20 de novembro de 1997, com o Poder Concedente. Em 19 de junho de 2001, a CPFL Geração firmou um aditamento ao Contrato de Concessão CPFL Geração, por meio do qual assumiu a concessão de geração de energia, anteriormente detida pela CPFL Paulista. Até 2006 a CPFL Geração atuou como uma sociedade de participação (*holding)* em concessionárias de geração de energia do Grupo CPFL.

A partir da anuência da ANEEL ao processo de incorporação da SEMESA e da CPFL Centrais Elétricas, esta última titular do contrato de concessão de geração n.º 015/97, por meio da resolução autorizativa n.º 766/2006, a CPFL Geração, além de continuar a participar no capital social de outras sociedades, passou a atuar como concessionária de serviço público de energia elétrica.

Em 17 de novembro de 2004, as partes celebraram o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica n.º 015/97, o qual tem por objeto formalizar a transferência para a CPFL Centrais Elétricas das concessões individualizadas de serviço público para exploração dos aproveitamentos relacionados no Anexo I do Contrato de Concessão n.º 015/97, de acordo com o disposto na Resolução n.º 365, de 29 de julho de 2003. A CPFL Geração, na qualidade de acionista controladora da CPFL Centrais Elétricas, passou a figurar no presente contrato como interveniente.

O prazo do Contrato de Concessão CPFL Geração é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, por no máximo igual período, mediante requerimento da CPFL Geração, a critério do Poder Concedente.

Dentre as obrigações assumidas no Contrato de Concessão CPFL Geração, destacam-se (a) operar as instalações e equipamentos correspondentes, de acordo com critérios de segurança e segundo normas técnicas específicas; (b) manter, nos termos da legislação, as reservas de água e de energia, destinadas a serviços públicos; (c) manter, nos termos da legislação, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima; (d) observar a legislação de proteção ambiental, providenciando os licenciamentos necessários e respondendo pelas eventuais consequência do descumprimento das leis; e (e) efetuar, nos termos da legislação, a gestão dos reservatórios e respectivas áreas de proteção, manter instalações e observações hidrológicas e demais prescrições acauteladas, estabelecidas na legislação específica, mantendo o Poder Concedente informado.

Pelo Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 015/97, de 19 de junho de 2001, formalizou-se a transferência da concessão de geração para a empresa CPFL – Geração de Energia S.A. E ainda, pelo Quinto Termo Aditivo ao mesmo Contrato de Concessão CPFL Geração, datado de 16 de novembro de 2006, foi reconhecida a transferência do controle societário das empresas Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL e CPFL – Geração de Energia S.A. para a CPFL Geração.

Finalmente, em 16 de novembro de 2006, foi celebrado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 015/97 cujo objeto foi formalizar a transferência da concessão para a empresa CPFL Centrais Elétricas S.A.

CPFL Jaguari

Contrato de Concessão Jaguari

As condições para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 015/99, firmado em 03 de fevereiro de 1999 com a União, na qualidade de Poder Concedente. Em 18 de janeiro de 2006 foi firmado o primeiro aditamento ao Contrato de Concessão Jaguari, com a finalidade de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Jaguari de Energia, detido pela Companhia Sul Paulista de Energia, à CMS Distribuidora Ltda., bem como para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Em 18 de dezembro de 2007 foi celebrado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão Jaguari, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da CMS Eletric & Gás LLC, controladora da CMS Energy Brasil S.A., controladora direta da Companhia Jaguari de Energia, para a Perácio Participações S.A., empresa controlada pela CPFL Energia.

A concessão outorgada à CPFL Jaguari possui prazo de vigência até 07 de julho de 2015, renovável por um período de 20 anos, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão Jaguari. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Jaguari no Contrato de Concessão Jaguari destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Jaguari, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Jaguari, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Jaguari prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Jaguari, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Jaguari direito de exclusividade sobre tais consumidores.

CPFL Sul Paulista

Contrato de Concessão Sul Paulista

As condições para distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 019/99, firmado em 03 de fevereiro de 1999, com o Poder Concedente. Em 18 de janeiro de 2006 foi firmado o primeiro aditamento ao Contrato de Concessão Sul Paulista, com a finalidade de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Sul Paulista de Energia, detido pela Companhia Paulista de Energia Elétrica, à CMS Distribuidora Ltda., bem como para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Em 18 de dezembro de 2007 foi celebrado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão Sul Paulista, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da CMS Eletric & Gás LLC, controladora da CMS Energy Brasil S.A., e esta, controladora direta da Companhia Sul Paulista de Energia, para a Perácio Participações S.A., empresa controlada pela CPFL Energia.

A concessão outorgada à CPFL Sul Paulista possui prazo de vigência até 07 de julho de 2015, renovável por um período de 20 anos, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão Sul Paulista. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Sul Paulista no Contrato de Concessão Sul Paulista destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Sul Paulista, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Sul Paulista, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Sul Paulista prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Sul Paulista, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Sul Paulista direito de exclusividade sobre tais consumidores.

CPFL Leste Paulista

Contrato de Concessão Leste Paulista

As condições para geração de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 018/99, firmado em 03 de fevereiro de 1999, com o Poder Concedente. Em 18 de janeiro de 2006 foi firmado o primeiro aditamento ao Contrato de Concessão Leste Paulista, com a finalidade de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Paulista de Energia Elétrica, detido pela CMS Brasil Energia Ltda., à CMS Participações Ltda. Em 18 de janeiro de 2006 foi celebrado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão Leste Paulista, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Paulista de Energia Elétrica, controlada pela CMS Participações Ltda., à CMS Distribuidora Ltda., bem como para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Posteriormente, em 18 de dezembro de 2007 foi celebrado o terceiro aditivo ao Contrato de Concessão Leste Paulista, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da CMS Eletric & Gás LLC, controladora da CMS Energy Brasil S.A., e esta, controladora direta da Companhia Paulista de Energia Elétrica, para a Perácio Participações S.A., empresa controlada pela CPFL Energia.

A concessão outorgada à CPFL Leste Paulista possui prazo de vigência até 07 de julho de 2015, renovável por um período de 20 anos, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão Leste Paulista. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Leste Paulista no Contrato de Concessão Leste Paulista destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Leste Paulista, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Leste Paulista, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Leste Paulista prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Leste Paulista, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Leste Paulista direito de exclusividade sobre tais consumidores.

Transações com Partes Relacionadas

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a CPFL Energia. Foram consideradas como tendo influência significativa aquelas entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos de administração, mesmo que não seja exercido o controle.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

- **Saldo Bancário e Aplicação Financeira –** Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras (vide nota explicativa n.º 4 das demonstrações financeiras da CPFL Energia, anexas a este Prospecto).

- **Empréstimos e Derivativos –** Corresponde a captação de recursos contratados em condições normais de mercado, vigentes à época (vide notas explicativas n.º 14 e 29 das demonstrações financeiras da CPFL Energia, anexas a este Prospecto).

- **Outras Operações Financeiras** – Os valores com Votorantim Energia e Banco Itaú referem-se basicamente a custos associados a operações financeiras de garantias. Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. Adicionalmente, a CPFL Energia possui Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo Votorantim Asset Management e pelo BB DTVM, os quais cobram taxas de administração em condições normais de mercado para a respectiva gestão. O saldo registrado no passivo compreende basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas que foram negociados com o Banco do Brasil, que serão apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.

- **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços –** Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços como construção civil, consultoria em informática e arrecadação. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.

- **Venda de energia no mercado livre** – Refere-se basicamente à venda de energia a Consumidores Livres, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Sociedade como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Companhia.

- **Suprimento de energia no mercado livre** – Refere-se basicamente a aquisição de energia pelas comercializadoras através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela CPFL Energia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da CPFL Energia.

- **Outras Receitas** – Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.

As controladas, concessionárias do serviço público de distribuição, cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido juntos à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa (apresentadas em milhares de reais):

	Consolidado									
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA		COMPRAS	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Saldo Bancário e Aplicação Financeira										
Banco do Brasil	67.480	38.120	-	-	2.663	2.117	383	3.398	-	-
Banco Itaú S.A.	26.145	95.086	-	-	616	954	33	1.705	-	-
Banco Votorantim S.A.	57.390	52.970	-	-	7.227	6.948			-	-
Empréstimos, Debêntures e Derivativos										
Banco do Brasil	266.531	-	1.036.739	767.109	-	-	84.109	92.232	-	-
Banco Itaú S.A.	2.943	-	101.263	103.425	-	-	3.110	15.014	-	-
Outras operações financeiras										
Banco do Brasil S.A.	-	-	8.646	-	455	-	2.403	4.864	-	-
Banco Itaú S.A.	-	-	-	-	-	-	1.536	5.633	-	-
Votorantim Energia Ltda	-	-	-	-	-	-	192	117	-	-
Votorantim Asset Management	-	-	-	-	-	-	200	115	-	-
BB DTVM	-	-	-	-	-	-	5.686	6.274	-	-
Venda de Energia - Mercado Livre										
Camargo Correa Cimentos S.A.	-	-	-	-	2.028	-	-	-	-	-
Cimento Rio Branco S.A.	7	-	-	-	641	7.402	-	-	-	-
Citrovita Agroindustrial Ltda	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Vale do Rio Doce	-	-	-	-	1.024	2.881	-	-	-	-
NC Energia S.A.	2.056	530	-	-	23.652	6.689	-	-	-	-
Ripasa S.A Celulose e Papel	-	6	-	-	4.686	4.126	-	-	-	-
Santista Textil S.A.	-	-	-	-	2.724	1.852	-	-	-	-
Siderúrgica Barra Mansa S.A.	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento de Energia - Mercado Livre										
Celesc - Centrais Elétricas Sta Catarina	-	-	-	-	-	-	-	1.642	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	-	-	-	-	-	906	12.503	-	-
Companhia Vale do Rio Doce	-	-	-	-	-	-	466	-	-	-
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda	-	-	-	-	21.555	10.949	1.954	-	-	-
Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço										
Anhanguera S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	7	13
Brasil Telecom S.A.	-	-	56	19	-	-	1.068	1.585	-	-
Camargo Correa Cimentos S.A.	-	-	3	-	-	-	222	248	-	-
Camargo Correa Equipamentos e Sistemas S.A.	-	-	346	-	-	-	-	-	4.998	5.472
Camargo Correa S/A	-	-	-	-	-	-	-	136	-	-
Cemig Distribuição S.A.	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-
Cimento Rio Branco S.A.	-	-	6	655	-	-	-	-	-	14.467
Companhia Brasileira de Alumínio	-	-	-	305	-	-	3.002	3.176	680	7.805
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	-	-	-	13	-	-	221	115	-	-
Construções e Comércio Camargo Correa S.A.	11.187	1.300	561	9.444	-	-	-	-	127.964	167.983
Essencis Co-Processamento Ltda	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-
Essencis Remediação S.A.	-	-	-	-	-	-	25	-	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	-	-	-	-	-	-	56	-	-	-
Petroflex Ind. E Com. S.A.	-	-	-	-	-	-	4.316	2.263	-	-
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	-	-	-	47	52	-	-	-	-
Siderúrgica Barra Mansa S.A.	-	-	-	706	-	-	-	-	1.884	5.691
Tivit Tecnologia da Informação S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.595	-	-
Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A.	-	-	348	37	-	-	4.440	1.884	-	-
Votorantim Cimentos Brasil Ltda	-	-	6	316	-	-	-	-	17.650	1.677
WEG Equipamentos Elétricos S.A.	-	-	1.391	-	-	-	2.714	4.489	1.511	-
WEG Industrias S.A.	-	-	-	-	-	-	-	916	-	-
Outras receitas										
Brasil Telecom S.A.	-	826	-	-	10.499	9.946	-	-	-	-

	Consolidado				
	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA	COMPRAS
Empresas	2006	2006	2006	2006	2006
Banco Votorantim S.A.					
Aplicações Financeiras	32.212	-	902	-	-
Operação de "Swap"	-	-	-	547	-
Construções e Comércio Camargo Correa S.A.					
Aquisições de Imobilizado	-	14.883	-	-	115.379
Camargo Correa Equipamentos e Sistemas					
Aquisições de Imobilizado	-	155	-	-	1.772
Cimento Rio Branco S.A.					
Aquisições de Imobilizado	-	993	-	-	9.209
TUSD	-	-	12.504	-	-
Venda de Energia	-	-	58756	-	-
Camargo Correa Cimentos S.A.					
Venda de Energia	1.233	-	7.733	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio					
Aquisições de Imobilizado	-	237	-	-	1.649
Compra de Material	-	3	-	4.289	-
Adiantamentos de Clientes	-	7.666	-	-	-
Venda de Energia	2.139	-	11.930	-	-
Indústrias Votorantim S.A.					
TUSD	-	-	17.277	-	-
Venda de Energia	-	-	48.073	-	-
Votorantim Metais					
Aquisições de Imobilizado	-	281	-	-	6.323
Adiantamentos de Clientes	-	6.770	-	-	-
Votorantim Celulose e Papel					
TUSD	-	-	16.913	-	-
Venda de Energia	-	-	54.263	-	-
Votocel Filmes Flexíveis Ltda.					
TUSD	-	-	7.162	-	-

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto (apresentadas em milhares de reais):

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Dividendos / Juros sobre o capital próprio								
Companhia Paulista de Força e Luz	289.654	416.555	-	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	127.922	157.521	-	-	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	244.332	175.228	-	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	123.918	106.678	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	22.336	37.211	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	59.110	93.672	-	-	-	-	-	-
Perácio Participações S.A.	17.660	17.498	-	-	-	-	-	-
Alocação de Despesas entre Empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	1	-	141	3	-	-	1.703	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	20	-	29	-	362	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	15	-	-	-	228	-
						-	-	
Arrendamento e Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	3	-	-	76	35
Mútuo								
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda	1.045	-	-	-	14	-	-	-
AFAC								
Perácio Participações S.A.	409.310	409.310	-	-	-	-	-	-
Outros								
Perácio Participações S.A.	4.233	4.233	-	-	-	-	-	-

Empresas	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
	2006	2006	2006	2006
Dividendos / Juros sobre o capital próprio				
Companhia Paulista de Força e Luz	439.213	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	198.600	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	73.689	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	78.264	-	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	1.297	-	-	-
CPFL Serra Ltda.	33.179	-	-	-
Arrendamento e Aluguel				
Companhia Paulista de Força e Luz	-	3	-	38
Mútuo				
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.				
Semesa S/A	-	-	252	-
AFAC				
Nova 4 Participações S.A.	300	-	-	-

Transações em que a CPFL Energia é garantidora de obrigações assumidas por suas controladas:

CPFL Paulista

(i) Debêntures

Em 1° de dezembro de 2006, a CPFL Paulista emitiu, por meio de distribuição pública, 64.000 (sessenta e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando R$ 640,0 milhões, sendo que o vencimento das debêntures da 3ª emissão será em 1° de dezembro de 2013. As debêntures da 3ª emissão da CPFL Paulista têm como garantia a fiança da CPFL Energia e são remuneradas a uma taxa de 104,4% (cento e quarto inteiros e quatro décimos por cento) da Taxa DI, acrescida de um *spread* de 0,5% (meio por cento) ao ano.

(ii) Notas Promissórias

O valor total da 1ª emissão de notas promissórias da CPFL Paulista foi de R$ 175,0 milhões, divididas em 175 (cento e setenta e cinco) notas promissórias, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada, emitidas em série única, que foram totalmente subscritas e integralizadas. As Notas Promissórias são garantidas por aval de CPFL Energia e são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI e terão vencimento em 26 de abril de 2010.

RGE

(i) Debêntures

Em 1º de dezembro de 2007, com o objetivo de adequar o perfil econômico-financeiro, proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas vincendas até 2009, a RGE promoveu sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem a emissão de cautela e sem opção de repactuação programada. Essas debêntures foram emitidas cinco séries, no valor total de R$ 380,0 milhões, sendo cada série composta por uma única e indivisível debênture, com prazo de seis anos, contados a partir da data de emissão e vencimento em 1° de dezembro de 2013. Todas as cinco séries têm como garantia a fiança da CPFL Energia. Os valores e as datas de emissão das debêntures são, respectivamente:

- 1ª série de R$100,0 milhões - 1º de dezembro de 2007;
- 2ª série de R$140,0 milhões - 1º de janeiro de 2008;
- 3ª série de R$40,0 milhões - 1º de fevereiro de 2008;
- 4ª série de R$50,0 milhões - 1º de abril de 2008; e
- 5ª série de R$50,0 milhões - 1º de abril de 2008.

(ii) Notas Promissórias

Em 09 de abril de 2009 a RGE emitiu 185 notas promissórias em série única, com valor nominal unitário de R$1.000.000,00 cada, resultando numa emissão de R$ 185,0 milhões. As notas promissórias da 3ª Emissão da RGE têm como garantia o aval da CPFL Energia e são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI e terão vencimento em 26 de abril de 2010.

CPFL Geração

(i) Debêntures

Em 01 de dezembro de 2003, a CPFL Geração emitiu, por meio de distribuição particular, 69.189 (sessenta e nove mil, cento e oitenta e nove) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando R$ 691,9 milhões, sendo que as debêntures da 1ª emissão foram integralmente pagas em 01 de junho de 2009. As debêntures da 1ª emissão da CPFL Geração têm como garantia o aval da CPFL Energia e são remuneradas por uma taxa de 4% (quatro por cento) ao ano, acima da TJLP.

(ii) Notas Promissórias

Em 2 de abril de 2009, o Conselho de Administração da CPFL Geração aprovou a 1ª emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, composta por 85 notas promissórias, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando R$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), e com data de emissão em 29 de abril de 2009. Esta emissão ocorreu em série única com vencimento em 24 de abril de 2010. As Notas Promissórias são remuneradas com base na variação acumulada de 118,0% da Taxa DI. Na data deste Prospecto, o saldo devedor das notas promissórias da primeira emissão é de R$ 85.811.580,50. As notas promissórias da 1ª emissão da CPFL Geração vencerão em 360 dias a contar de 29 de abril de 2009.

CPFL Piratininga

Debêntures

Em 1° de janeiro de 2006, a CPFL Piratininga emitiu, por meio de distribuição pública, 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando R$ 400,0 milhões, sendo que o vencimento das debêntures da 1ª emissão será em 1º de janeiro de 2011. A 1ª emissão de debêntures da CPFL Piratininga têm como garantia o aval da CPFL Energia e são remuneradas a uma taxa de 104,4% (cento e quatro inteiros e quatro décimos por cento) da Taxa DI.

Outras garantias prestadas pela CPFL Energia em contratos financeiros relevantes de suas controladas:

Mensuradas ao custo	Consolidado 31/03/2009	Remuneração	Condições de Amortização	Garantia
Moeda Nacional				
BNDES - Investimento				
CPFL Paulista - FINEM II	111.296	TJLP + 5,4% a.a.	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM III	127.683	TJLP + 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM IV	135.480	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
RGE - FINEM IV	120.108	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CERAN	288.456	TJLP + 5% a.a.	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Aval da CPFL Energia
CERAN	130.022	TJLP + 3,69% a.a. (Média dos percentuais)	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2008	Aval da CPFL Energia
HSBC Corretora				
RGE	160.000	118% da Taxa DI	Parcela única em abril de 2009	Aval da CPFL Energia
Banco Itaú				
CPFL Geração	100.728	106% da Taxa DI	Parcela única em abril de 2009	Aval da CPFL Energia
Moeda Estrangeira				
Mensuradas ao valor justo				
Banco do Brasil				
CPFL Geração	727.986	Yen + 2,5% a.a. a 5,8% a.a.[1]	Parcelas únicas: entre abril de 2010 e janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia

[1] *Suas controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais correspondente a 104,2% e 104,5% da Taxa DI*

Responsabilidade Social

Desenvolvimento Sustentável

A CPFL Energia prioriza a responsabilidade e a sustentabilidade na gestão de seus negócios, desenvolvendo um programa permanente de gerenciamento dos impactos das ações da empresa nos campos econômico, social e ambiental, em sintonia com os legítimos interesses da sociedade e com a legislação em vigor.

O objetivo primordial do programa é a criação de valores por meio de iniciativas e programas fundamentados em princípios éticos, de modo a assegurar a integridade, a transparência, a confiança e a credibilidade nos relacionamentos da empresa com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, organizações da sociedade civil e comunidades de sua área de atuação.

CPFL Cultura

Buscando ampliar sua inserção social e contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que atua, a CPFL Energia instituiu, em 2003, o CPFL Cultura: um amplo programa cultural que promove reflexões sobre os desafios e as oportunidades da contemporaneidade.

A programação do CPFL Cultura é voltada para a disseminação do conhecimento e da cultura, por meio de palestras, debates e manifestações artístico-culturais. Além disso, os conteúdos são disponibilizados para todo o país por meio da *internet* e dos programas transmitidos pela TV Cultura de São Paulo.

Até 2007, as atividades presenciais concentravam-se na sede da CPFL Energia, em Campinas. A partir de 2008, seis novos núcleos foram implementados nas cidades de Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, Santos, São Paulo e Caxias do Sul.

Fóruns Internacionais

A CPFL Energia visa promover debates, por meio de fóruns, objetivando sistematizar informações relevantes, transformando-as em conhecimento aplicável ao setor de energia e, também, aos demais setores do mercado.

No ano de 2008, foram realizados dois fóruns internacionais nos seguintes temas: "Crise Financeira Internacional e Crescimento da Economia Brasileira" e "Elemento-Chave para uma Economia de Baixo Carbono".

Planeta Sustentável

Desde 2007, a CPFL Energia apóia o movimento Planeta Sustentável, que tem como missão discutir, informar e produzir conhecimento sobre sustentabilidade.

Sua proposta é criar um ambiente pluralista, no qual diferentes pontos de vista contribuam para o desenvolvimento de um pensamento autônomo e criativo, capaz de despertar a consciência e qualificar as ações que levarão à construção de um mundo melhor.

Projeto BISC

Em 2008, a CPFL Energia foi convidada pela Comunitas para atuar como membro fundador do projeto BISC. O objetivo do BISC é disseminar dados sobre práticas de responsabilidade social na comunidade empresarial brasileira por meio de três frentes de atuação:

- realização de fórum anual de líderes empresariais;
- assessoria e disseminação de informações por meio de reuniões setoriais e *workshops;* e
- disponibilização de ferramenta para a gestão do investimento social corporativo.

Café Aberje - Capítulo Campinas

Desde 2006, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - ABERJE e a CPFL Energia organizam as atividades do Café ABERJE - Capítulo Campinas.

O Café ABERJE – Capítulo Campinas tem como objetivo promover a reflexão, o compartilhamento e a atualização das melhores práticas de comunicação empresarial, a partir de encontros com especialistas, profissionais e estudantes de comunicação.

Em 2008, foram realizados 6 (seis) encontros com participação de um público total de, aproximadamente, 600 pessoas.

Seminário ABRADEE de Melhores Práticas (SAMP)

Em 2008, a CPFL Energia sediou o Seminário ABRADEE de Melhores Práticas de Responsabilidade Socioambiental e Qualidade da Gestão. O evento incentivou a troca de experiência entre profissionais do setor elétrico sobre as melhores práticas adotadas pelas empresas nos segmentos de sustentabilidade e qualidade.

Grupo de Referência de Empresas em Sustentabilidade (GRES)

Em 2008, a CPFL Energia aderiu ao Grupo de Referência de Empresas em Sustentabilidade (GRES), projeto-piloto do Ethos.

Os objetivos do grupo são identificar as principais críticas de cada negócio para o desenvolvimento sustentável e compartilhar conhecimentos e aprendizagens relativos às metas e aos processos de gestão da sustentabilidade.

No caso da CPFL Energia, o tema escolhido para identificar as variáveis críticas e para compartilhar e disseminar conhecimentos, foi o Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética.

Rede Valor

A partir de 2002, a CPFL Energia passou a promover encontros com seus fornecedores para disseminar conceitos de responsabilidade social corporativa na cadeia de negócios.

Em 2003 a CPFL Energia criou a Rede de Valor, que consiste em um fórum de fornecedores que visa a troca de aprendizagens e a construção de uma agenda comum e colaborativa para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Programa Tear

Em 2006, a CPFL Energia foi convidada para ser a empresa-âncora do setor de energia no Programa Tear, desenvolvido pelo Ethos, em parceria com o BID e o FUMIN.

O principal objetivo do programa é disseminar práticas de gestão da sustentabilidade para pequenas e médias empresas clientes da CPFL Energia.

Os principais resultados obtidos no programa foram: realização de planejamento estratégico, visão, missão e valores baseados em princípios de sustentabilidade, implementação de programas de coleta seletiva, desenvolvimento de código de ética e a elaboração de um relatório socioambiental.

Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos

O Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos visa elevar o desempenho administrativo e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população nas áreas de atuação da CPFL Energia. Para tanto, a CPFL Energia conta com parceiros como o Centro de Estudos da Santa Casa de São Paulo - CEALAG, a Federação dos Hospitais Filantrópicos de São Paulo - FEHOSP, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, o Compromisso pela Qualidade Hospitalar - CQH e a Fundação Nacional da Qualidade – FNQ.

Com o objetivo de profissionalizar a gestão dos hospitais formulou-se um programa inovador e pioneiro, que, considerando as especificidades do setor de saúde, aplica à gestão hospitalar os fundamentos e critérios de excelência da gestão, tal qual sistematizados e difundidos pela Fundação Nacional da Qualidade (MEG-FNQ), quais sejam:

- Perfil;
- Estratégias e Planos;
- Gestão de Pessoas;
- Gestão do Conhecimento;
- Relação com a Companhia ;
- Relação com Clientes;
- Gestão por Processos; e
- Resultados.

Além de contribuir para a implementação de uma cultura de excelência da gestão, o Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos fomenta a criação de redes, a mobilização social, o voluntariado e implementa os projetos de eficiência energética nas instituições participantes.

Além disso, o planejamento de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa da CPFL Energia tem como estratégia o alinhamento da ação voluntária com programas-fim da empresa. Nesse sentido, foi desenvolvido um projeto de atuação voluntária de colaboradores da CPFL Energia em hospitais filantrópicos, para que integrem o Programa de Revitalização de Hospitais Filantrópicos.

Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente

Este programa apóia projetos que beneficiam crianças e adolescentes, por meio de recursos provenientes de incentivo fiscal, previsto na Lei n.º 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em 2008, a CPFL Energia destinou cerca de R$ 2,5 milhões a entidades sociais que atendem crianças e adolescentes, beneficiando 226 projetos de 126 municípios da área de atuação de suas distribuidoras e usinas.

Programa de Voluntariado

Lançado em 2004, o programa tem o objetivo de engajar colaboradores em ações voluntárias realizadas pela CPFL Energia, visando potencializar as iniciativas direcionadas à sociedade.

O Programa de Voluntariado realiza também duas grandes campanhas anuais com o objetivo de arrecadar doações. Ao todo, desde 2005, a CPFL Energia arrecadou mais de 650 mil agasalhos e 16 mil brinquedos nas campanhas e beneficiou diversas instituições das comunidades onde está presente.

Em 2008, a Campanha do Agasalho arrecadou mais de 11 mil peças, as quais foram encaminhadas para diversas entidades.

Estímulo e Reconhecimento da Ação Voluntária

Em parceria com importantes veículos de comunicação, a CPFL Energia promove em sua área de concessão, desde 2000, um programa de estímulo e reconhecimento da ação voluntária.

Os projetos são avaliados por uma experiente banca de jurados, de acordo com os seguintes critérios: impactos social, econômico e ambiental, capacidade de mobilização, comprometimento, inovação, replicabilidade e alinhamento aos objetivos do milênio.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

A CPFL Energia adotou um conjunto de dispositivos que visam o desenvolvimento contínuo de referenciais de conduta ética para nortear as ações e decisões de todos os colaboradores da empresa. Para tanto, foi implantado um Sistema de Gestão que envolve um Comitê de Ética, Canais de Acesso e uma Rede Ética formada por colaboradores.

A primeira versão do Código de Ética e Conduta Empresarial foi desenvolvida, em 2001, e, desde então, o Comitê desenvolve e aprimora continuamente o exercício e a disseminação do Código.

A ética é assumida como um programa operacional na CPFL Energia, igual a qualquer outro: são adotados dispositivos gerenciais para monitorar e ancorar, com eficácia e eficiência, preventivamente e corretivamente, os bons propósitos formulados no Código de Ética da empresa. Encontram-se entre esses dispositivos: Diagnóstico de Vulnerabilidades Éticas, Portal "Ética em Rede", Plano de Comunicação e Canais de Acesso para receber demandas, internas e externas, referentes à ética e às informações financeiras e contábeis, divulgadas pelo Grupo CPFL Energia.

Formada em 2007, por 76 colaboradores, a "Rede Ética" tem como atribuição ancorar o tema da ética em suas respectivas Unidades e Regionais. Por meio de seminários, a CPFL Energia passa a investir sistematicamente na qualificação da Rede Ética para que os colaboradores exerçam uma efetiva liderança e assumam responsabilidades crescentes na gestão e desenvolvimento da ética no grupo.

Pacto Global

Em dezembro de 2003, a CPFL Energia aderiu ao Pacto Global da ONU e passou a integrar o Comitê Brasileiro, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate a corrupção.

Caring for Climate

Em agosto de 2008, a CPFL Energia tornou-se signatária do *Caring for Climate* da ONU que consiste em um compromisso voluntário, de iniciativa complementar ao Pacto Global da ONU, liderada por empresas que buscam o protagonismo no tema das mudanças climáticas.

Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção

É uma iniciativa do Ethos, da Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), do Fórum Econômico Mundial e do Comitê Brasileiro do Pacto Global, com o apoio da Agência Brasileira das Agências de Publicidade (Abap) e da Fundação Ford.

O objetivo é promover o engajamento das empresas no combate a todas as formas de corrupção e estabelecer diretrizes para o relacionamento das organizações com o poder público.

Programa Empresa Amiga da Criança

Desenvolvido pela Fundação Abrinq, o Programa Empresa Amida da Criança visa comprometer as empresas com o desenvolvimento e garantias de direitos fundamentais da criança e do adolescente, por meio da celebração de compromissos que expressam os princípios fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras

É uma iniciativa da *World Childhood Foundation* - WCF que estabelece um acordo com as empresas para que elas assumam publicamente, no âmbito de suas práticas de responsabilidade social, o compromisso de se engajar em ações contrárias à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Após uma análise dos principais problemas mundiais, a ONU estabeleceu objetivos de desenvolvimento para a construção de uma sociedade melhor. A CPFL Energia participa do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, acreditando que os objetivos são um excelente referencial no enfrentamento das desigualdades e na construção de uma nação sustentável.

ORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Capital Social

Em 31 de março de 2009, o capital social da CPFL Energia era de R$ 4.741.175.241,82 (quatro bilhões, setecentos e quarenta e um milhões, cento e setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos) distribuído em 479.910.938 (quatrocentas e setenta e nove milhões, novecentos e dez mil, novecentos e trinta e oito) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal. Todas as ações ordinárias em circulação encontram-se totalmente integralizadas. A CPFL Energia possui capital autorizado de até 500.000.000 (quinhentas milhões) ações.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da CPFL Energia na data deste Prospecto:

	Ações Ordinárias	
Acionista	**Quantidade**	**% de Participação**
VBC Energia S.A.	122.948.720	25,62%
521 Participações S.A.	149.233.727	31,10%
Bonaire Participações S.A.	60.713.511	12,65%
BNDES Participações S.A.	40.526.739	8,44%
Membros da Diretoria	26.152	0,01%
Membros do Conselho de Administração - Independente	100	0,00%
Membros do Conselho de Administração	3.012	0,00%
Ações em Tesouraria	-	-
Outros	106.458.977	22,18%
Total	479.910.938	100,00%

Ações em Tesouraria

A CPFL Energia não possui ações ordinárias em tesouraria.

Breve Descrição dos Principais Acionistas

VBC Energia S.A.

A VBC Energia foi constituída em 25 de março de 1997 com o objetivo de participar direta e indiretamente do capital social de empresas do Setor Elétrico Brasileiro, de modo a (i) participar de empresas do setor energético ou a ele vinculadas que distribuam, comercializem, gerem e operem usinas produtoras e linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associação de empresas; (ii) participar de empresas do setor de saneamento ou a ele vinculadas podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associação de empresas; (iii) realizar estudos, projetos de construções de usinas produtoras e de linhas de transmissão; (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior; e (v) prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

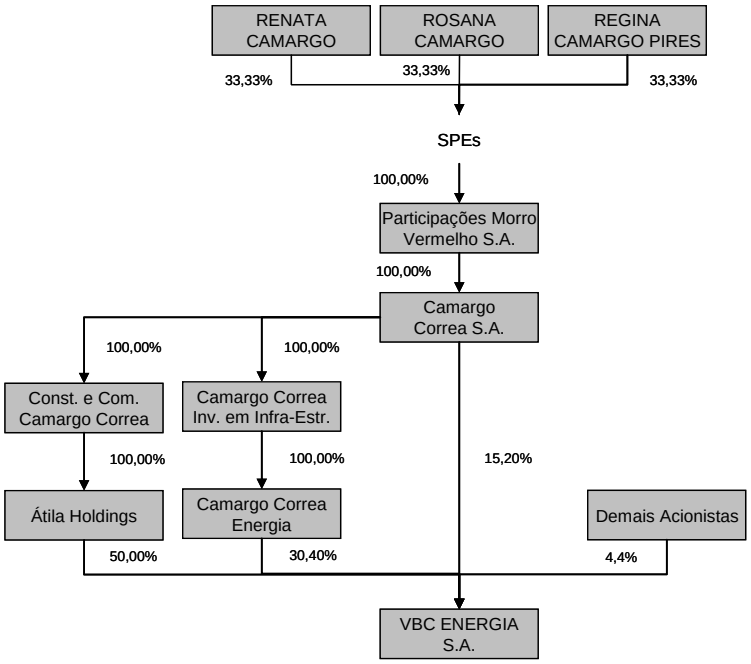
A VBC Energia é uma sociedade por ações, controlada pela Átila Holdings S/A (50,0% da participação total), pela Camargo Corrêa Energia (30,4% da participação total), pela Camargo Corrêa S.A. (15,2% da participação total) e demais acionistas (4,4% da participação total).

A Átila Holdings S/A tem como único quotista a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., que, por sua vez, tem como controlador a Camargo Corrêa S.A.

A Camargo Corrêa Energia possui como quotista controlador a Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A., esta que possui como principal acionista a Camargo Corrêa S.A., que detém 100,0% de sua participação.

A Camargo Corrêa S.A. é uma subsidiária integral da Participações Morro Vermelho S.A. Ressalte-se que a Participações Morro Vermelho S.A. é uma sociedade por ações cujos acionistas finais indiretos são as senhoras Rosana Camargo Arruda Botelho, Renata Camargo Nascimento e Regina Camargo Pires Oliveira Dias.

Segue abaixo o organograma da VBC Energia:



521 Participações S.A.

A 521 Participações é uma sociedade por ações, controlada pelo Fundo Mútuo de Investimentos em Ações – BB Carteira Livre I, cuja Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI é detentora de 100% das quotas de sua emissão.

Bonaire Participações S.A.

A Bonaire é uma holding, constituída na forma de uma sociedade por ações em 29 de agosto de 1997 e controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimentos em Participações. A Bonaire tem por objeto a participação como acionista da CPFL Energia, de forma direta ou indireta, bem como em sociedades em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como quotistas ou acionistas.

O Energia São Paulo Fundo de Investimentos em Participações possui os seguintes quotistas: (i) Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações 114, detentor de 44,39% das quotas de sua emissão; (ii) Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros, detentora de 22,78% das quotas de sua emissão; (iii) Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, detentora de 0,61% das quotas de sua emissão; e (iv) Fundação Sistel de Seguridade Social, detentora de 32,22% das quotas de sua emissão.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações 114 é um fundo de investimento exclusivo da Fundação CESP.

BNDES Participações S.A.

A BNDES Participações S.A. é uma subsidiária do BNDES, um banco público federal relacionado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Mercado Externo.

Alteração Recente de Participação Relevante no Capital Social da Garantidora

A Brumado Holdings Ltda., sociedade limitada controlada pela Bradespar S.A., efetuou, em 19 de maio de 2009, a venda de 11.169.004 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, correspondentes a 2,33% do capital social da CPFL Energia, reduzindo, portanto, sua participação de 5,92% para 3,59% do capital social da CPFL Energia.

Acordo de Acionistas

Os acionistas da CPFL Energia, detentores de 100,0% do seu capital social, firmaram um acordo de acionistas, com a interveniência da CPFL Energia, o qual são regulados os termos e condições do compartilhamento do controle da CPFL Energia e de suas subsidiárias. Para mais informações sobre o acordo de acionista firmado entre os principais acionistas da Garantidora, vide Seção "Composição do Capital Social" na página 173 deste Prospecto.

Política de Dividendos

O estatutos social da CPFL Energia estabelece que seja distribuído no mínimo 25% do lucro líquido.

O valor de quaisquer distribuições dependerá de muitos fatores, tais como condição financeira da CPFL Energia, suas perspectivas futuras, as condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias, estratégia de crescimento e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas. Adicionalmente, determinadas obrigações constantes de contratos financeiros podem limitar o valor dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que poderemos distribuir.

De acordo com o Estatuto Social da CPFL Energia, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, calculados com base nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais ou nas demonstrações financeiras relativas a períodos mais curtos, ou também com base em lucros auferidos registrados ou em lucros destinados a contas de reservas sem fins lucrativos contidas nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais. A declaração de dividendos anuais, inclusive dividendos em valor superior à distribuição obrigatória, exige aprovação pelo voto da maioria dos detentores das ações ordinárias.

AQUISIÇÕES RECENTES

Aumento de participação na RGE

Em 10 de maio de 2006, a CPFL Energia adquiriu diretamente 100,0% da CPFL Serra, CPFL Cone Sul e CPFL Missões, anteriormente denominadas Ipê Energia, PSEG Trader S.A. e da PSEG Brasil Ltda., respectivamente, pelo valor de US$ 185,0 milhões.

Com a aquisição, o Grupo CPFL Energia passou a deter participação de 99,8% da RGE e 99,9% da Sul Geradora. Por meio da CPFL Paulista e da CPFL Brasil, o grupo já detinha participação de 67,1% e 67,2% na RGE e na Sul Geradora, respectivamente.

Em atendimento à Resolução Autorizativa ANEEL n.º 305/05, foi concluído, com aprovação em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2007, o processo de reorganização societária da RGE, considerando a segregação da participação societária da CPFL Paulista na RGE, passando a CPFL Energia a deter, por intermédio da CPFL Serra Ltda., 99,8% da RGE. A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de setembro de 2007, aprovou a incorporação da CPFL Serra pela RGE, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2007, foi aprovada a incorporação das ações dos acionistas minoritários da RGE pela CPFL Energia, que passou a deter 100,0% do capital da RGE.

Aumento de participação na UHE Foz do Chapecó

Em agosto de 2006, a CPFL Energia adquiriu participação adicional de 11,0% na Foz do Chapecó pelo valor de R$ 9,3 milhões. Com essa aquisição, o grupo passou a deter 51,0% da participação total na UHE Foz do Chapecó, com investimento adicional de R$ 230,0 milhões, representando um acréscimo de 47,5 MW médios na Energia Assegurada.

Santa Cruz

Em 02 de outubro de 2006, a CPFL Energia firmou contrato de compra e venda, por meio do qual adquiriu diretamente, pelo valor de R$ 203 milhões, 99,9% do capital social da Santa Cruz. A aquisição foi aprovada pela Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 1066/07 e pelo Despacho da ANEEL n.º 3732/07.

A Santa Cruz é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que atua em 24 municípios do Estado de São Paulo e 3 municípios do Estado do Paraná. Atualmente, ocupa uma área de 11.849,5 Km^2, atendendo mais de 161 mil consumidores e com participação no mercado nacional de 0,3%. Em 2005, a energia vendida pela Santa Cruz foi de 746 GWh, o qual gerou uma receita líquida de R$ 154 milhões, EBITDA Ajustado de R$ 30 milhões e lucro líquido de R$ 14 milhões.

A aquisição da Santa Cruz, está alinhada à estratégia da CPFL Energia que prevê movimentos sucessivos de consolidação do segmento de distribuição de energia no país e possibilita um retorno adequado ao atual portfólio de negócios do Grupo CPFL, destacando-se os indicadores financeiros implícitos na aquisição.

CPFL Jaguariúna

A CPFL Energia, em abril de 2007, adquiriu 100,0% do capital da CPFL Jaguariúna (atual razão social da CMS Energy Brasil S.A.), pelo valor de R$ 429,3 milhões, compreendendo quatro distribuidoras (CPFL Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa), duas empresas que atuam no segmento de comercialização de energia e serviços (razão social atual CPFL Planalto Ltda. e CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.) além de ativos de geração, totalizando 87,0 MW, correspondentes a 9 PCHs e à participação na UHE Luiz Eduardo Magalhães (UHE Lajeado).

Em 18 de fevereiro de 2009, foi efetivada a incorporação da Perácio Participações pela CPFL Jaguariúna, etapa inicial ao processo de reestruturação da CPFL Jaguariúna. Em 25 de março de 2009, as administrações das companhias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari, CPFL Serviços, CPFL Jaguari de Geração e CPFL Jaguariúna, firmaram o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CPFL Jaguariúna", operação esta que após a efetivação da cisão parcial, as sociedades anteriormente controladas pela CPFL Jaguariúna, passaram a ser controladas pela holding CPFL Energia, mantidas as participações detidas anteriormente pela CPFL Jaguariúna nestas sociedades. Também foram realizadas reduções de capital na CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari no valor de R$ 63.000 mil, com adequação de seus Estatutos Sociais e estruturas de capital.

Desta reestruturação resultou um benefício fiscal no montante de aproximadamente R$ 48,0 milhões, sendo que, deste total, cerca de R$ 2,0 milhões foram aproveitados exercício compreendido pelo primeiro trimestre de 2009.

PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

As principais propriedades da CPFL Energia consistem em usinas hidrelétricas, subestações e redes de distribuição localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás. O valor contábil líquido do imobilizado total em 31 de março de 2009 era de R$ 6.744,5 milhões. De modo geral, as instalações da CPFL Energia estão adequadas às suas atuais necessidades e são apropriadas aos fins a que se destinam. A CPFL Energia também tem servidões de passagem para suas linhas de distribuição, que são ativos próprios e não revertem aos proprietários da terra quando da expiração das concessões.

Adicionalmente, a CPFL Energia está envolvida na construção de 3 novas instalações hidrelétricas (Castro Alves; 14 de Julho e Foz do Chapecó). A previsão de investimento total nestas instalações é de aproximadamente R$ 2.991 milhões, sendo que o investimento da CPFL Energia corresponderá a R$ 1.633 milhões. A CPFL Energia ainda possui um imóvel em Campinas, Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 2,5, onde se localiza a sede da CPFL Paulista e CPFL Piratininga, em um terreno de 79.574,38 m^2, com área construída de 46.866,18 m^2.

De acordo com as leis aplicáveis, alguns dos imóveis e instalações essenciais para o cumprimento das obrigações da CPFL Energia, nos termos dos Contratos de Concessão não podem ser transferidos, cedidos, onerados ou vendidos a quaisquer credores ou por eles penhorados sem a prévia aprovação da ANEEL.

Apesar de outorgar concessões para a construção de usinas hidrelétricas, o governo federal não emite decretos de desapropriação dos respectivos imóveis. Esses decretos somente são emitidos quando a concessionária tiver demonstrado que negociou com ao menos 50% dos proprietários dos imóveis afetados. Uma vez que tenha conduzido tais negociações, a concessionária pode solicitar a emissão de um decreto de desapropriação à ANEEL. A ANEEL estuda a solicitação e verifica se todas as opções de negociação disponíveis foram esgotadas. Se a ANEEL chegar à conclusão de que essas opções foram esgotadas, a ANEEL emite um decreto de desapropriação dos imóveis afetados. Se a concessionária e os proprietários dos imóveis não puderem chegar a um acordo quanto ao preço do imóvel ou da servidão de passagem, a concessionária pode usar o decreto de desapropriação para obter em juízo a imissão provisória na posse do imóvel, o que possibilita o prosseguimento da construção enquanto um perito judicial avalia o valor justo de mercado do imóvel.

Em junho de 2009, a CPFL Energia era proprietária de 1019 imóveis nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, dentre os quais se destacam:

Município	Endereço	Terreno (m^2)	Área Construída (m^2)
Araraquara	Av. José Salles Gadelha, 100	65.000,00	6.033,00
Bauru	Rua Wenceslau Braz, 8-8	35.466,90	6.059,91
Barretos	Av. Almirante Gago Coutinho, 500	7.744,00	2.638,00
Campinas	Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 2,5	81.254,15	44.809,05
Campinas	Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 12	92.344,00	510,00
Franca	Av. Eufrásia M. Petraglia, 340	17.515,32	3.046,46
Lins	Rua Paulo Ap. Giraldi, 710	11.605,37	3.285,00
Marília	Av. José de Grande, 332	5.800,00	2.726,50
Santa Cruz Rio Pardo/SP	Rua Simão Cabral, 124	1.200,00	412,90
Santa Cruz Rio Pardo/SP	Rua Simão Cabral, 144	400,00	149,90
Santa Cruz Rio Pardo/SP	Rua Simão Cabral, 154	414,20	86,00
Ipaussu/SP	Rua Prof. Pedro Leme B. Sobrinho, 680	880,00	452,20
Ipaussu/SP	Rua Prof. Pedro Leme B. Sobrinho, 680	738,00	363,63
Ipaussu/SP	Praça Dr. Raphael de Souza, 220	1.760,00	368,30
Piraju/SP	Praça Joaquim Antonio de Arruda, 155	2.354,40	2.692,21
Jacarezinho/PR	Rua Theofelo O. Broberg - Centro	2701,70	197,00
Avaré/SP	Rua Para,1670	1.133,00	264,30
Avaré/SP	Rua Para,1415	359,60	138,80
Avaré/SP	Estrada da Onça	76.975,00	408,60
Avaré/SP	Rua Major Mariano, 569	4.800,00	257,00
Barra de Jacaré/PR	Rua Rui Barbosa, 115	1.365,00	64,20
Chavantes/SP	Rua Antonio Fontes, 725	4.140,00	307,40
Ourinhos/SP	Rua Expedicionário, 295	608,00	404,30
Taquarituba/SP	Rua Mal. Floriano Peixoto, 858	566,00	86,00
Óleo/SP	Praça Papa Paulo VI, 282	161,70	97,50
Cerqueira César/SP	Av.Rio de Janeiro, 02	1.095,00	150,25
Ourinhos/SP	Rua Horácio Soares – Jardim Paulista	5.855,00	174,60
Ribeirão Claro/PR	Rua Mal. Theodoro da Fonseca, 615	968,00	216,10
Timburi/SP	Rua Expedicionários, 708	1.023,00	95,94
Ubirajara/SP	Rua Major Leônidas Vieira, 505	804,00	76,15
Bernardino de Campos/SP	Av. da Saudade, 200 e 296	5.320,00	307,90
Paranapanema/SP	Rua Deolindo Menck, 200	400,00	120,00
Taquarituba/SP	Av. Cel. João Quintino, 975	1.137,00	25,20
Taquaras/SP	Rua Ângelo Bergamo, 1031	2.400,00	333,70
Itaí/SP	Rua Nicolau Gesualdi	25.100,00	126,00
Paranapanema/SP	Rod. Raposo Tavares	6.000,00	308,80
Águas Santa Bárbara/SP	Av. José Costa, 1000	2.610,00	138,85
Ourinhos/SP	Rod. Raposo Tavares	14.290,85	152,46
Itaí/SP	Rua 15 de Novembro, 1342	720,00	153,31
Jacarezinho/SP	Santos Dumont, 111	374,00	153,60
Ipaussu/SP	Rod. Raposo Tavares	3.250,00	43,20
São Pedro do Turvo/SP	Rod. Sebastião T. Coelho	4.249,99	84,00
Taguaí/SP	Rua Pedro Alcântara Ribeiro, 91	210,00	78,01
São Pedro do Turvo/SP	Rua Garcia Braga, 272	301,60	92,44
Tejupá/SP	Rua Alexandre Absy, 283	362,67	95,40
Sarutaiá/SP	Rua Catarina Milani Maluly, 46	646,00	101,06
Arandú/SP	Av. João Paulo II, 330	2.723,00	82,13
Ourinhos/SP	Rua Antonio Carlos Mori, 677	1.848,63	744,22
Taguaí/SP	Rodovia SP 249	4.000,00	98.96
Sarutaiá/SP	Rua A, 76	2.364,46	98,96
Santos	Av. Rangel Pestana, 150 a 218	106.589,69	9.296,96
Salto	Rodovia Convenção Republicana, 57	23.532,93	1.932,87
Santos	Av. Rangel Pestana, 384	15.950,00	1.416,89
Vinhedo	Rua Parsch, s/n	13.107,84	0,00
Sorocaba	Rua Ubaldino do Amaral, 202	11.596,87	1.709,89
Sorocaba	Rua Antonio R. Claro Sobrinho, 25	11.138,50	5.197,74
Jundiaí	Av. Antonio Frederico Ozanan, 1.240	10.000,00	5.638,07
Santos	Rua Marquês de Herval, 116	7.902,00	1.723,03
Macatuba	Rod. Macatuba x Barra Bonita, Km 9	1.052.984,00	1.587,43
Araraquara	Rua Isidora, s/n	607.500,00	2.838,00
Americana	Estrada Americana – Cosmópolis, Km 2	444.628,81	3.697,00
São Carlos	Rod. São Carlos x R. Bonito, Km 22	440.200,00	1.809,20
Espírito Santo do Pinhal	Est. Esp. Sto. Pinhal x Jacutinga, Km 10	363.359,63	5.634,86
Guará	Est. S. J. Barra x S. J. Bela Vista, Km 9	331.900,00	2.185,00
Campinas	Rod. Joaquim Egídio x Pedreira, Km 9	303.579,97	2.750,00
Americana	Avenida São Gerônimo, 3.100	301.057,00	2.864,00
Erechim	Rua Palmiro Tosseto 89	24.373,00	990,16
Tapejara	RS 463 (6KM antes de Tapejara)	17.457,21	40,00
Palmeira das Missões	Rua Pinheiro Machado, 500	13.036,00	1.715,25
São Luiz Gonzaga	Local denominado Piraju	13.000,00	40,00
Antônio Prado	Rua Santo Angelo Golin, s/n	12.006,55	
Cruz Alta	Av. Presidente Vargas, 120	11.239,00	1.906,66
São Luiz Gonzaga	Rua Borges do Canto, 297	10.640,00	1.208,00
Soledade	Rua Marechal Floriano, s/n	10.334,00	20,00

A CPFL Energia é também locatária de 71 imóveis.

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA GARANTIDORA

Ações

Em setembro de 2004, a CPFL Energia realizou a distribuição pública primária de 39.579.729 (trinta e nove milhões, quinhentas e setenta e nove mil, setecentas e vinte e nove) ações ordinárias, e a distribuição secundária de 7.915.950 (sete milhões, novecentos e quinze mil, novecentos e cinqüenta) ações ordinárias da VBC Energia S.A., com a distribuição simultânea de 18.998.271 (dezoito milhões, novecentas e noventa e oito mil, duzentas e setenta e uma) ações no Brasil, e 28.497.408 (vinte e oito milhões, quatrocentas e noventa e sete mil, quatrocentos e oito) ações no exterior, sob a forma de 9.499.136 (nove milhões, quatrocentas e noventa e nove mil, cento e trinta e seis) *American Depositary Shares* representadas por *American Depositary Receipts.* Em novembro de 2004, o coordenador global da emissão adquiriu um lote adicional de ações, chegando ao total de 47.674.923 (quarenta e sete milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e três) ações, perfazendo o total de R$ 820.962.174,06 (oitocentos e vinte milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e setenta e quatro, e seis centavos de real).

Atualmente, as ações de emissão da CPFL Energia são negociadas na BM&FBOVESPA, sob o código CPFE3.

No ano de 2008, o volume médio diário de negociação das ações da CPFL Energia foi de R$ 36,0 milhões, sendo R$ 17,2 milhões na BM&FBOVESPA e R$ 18,8 milhões na NYSE. As ações encerraram o ano de 2008 cotadas[1] a R$ 30,15 e US$ 39,07, respectivamente. Até o dia 18 de junho de 2009, o volume médio diário de negociação[2] das ações no ano foi de R$ 27,0 milhões, sendo R$ 15,5 milhões na BM&FBOVESPA e R$ 11,5 milhões na NYSE. As ações encerraram esse período cotadas a R$ 31,86 e US$ 48,48, respectivamente.

Notas Promissórias

A 4ª emissão de notas promissórias da CPFL Energia foi composta por 39 notas promissórias com o valor nominal unitário de R$ 11.250.000,00 (onze milhões duzentos e cinqüenta milhões de reais), totalizando o valor de R$ 438.750.000,00 (quatrocentos e trinta e oito milhões, setecentos e cinqüenta mil reais). As notas promissórias tinham prazo de validade de 180 dias, vencendo-se em 12 de dezembro de 2007, tendo sido devidamente quitadas na data de seu vencimento. As notas promissórias tinham remuneração à taxa de 101,90% (cento e um inteiros e noventa centésimos por cento) da Taxa DI. Os recursos obtidos mediante a 4ª emissão de notas promissórias da CPFL Energia foram utilizados no pagamento da aquisição da CMS Energy.

Debêntures

O Conselho de Administração da CPFL Energia aprovou, em 29 de agosto de 2007, a 3ª emissão de debêntures simples para subscrição pública, composta de 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinqüenta milhões de reais), na data de 03 de setembro de 2007. Essas debêntures da CPFL Energia foram emitidas em série única, com vencimento em 03 de setembro de 2014. As debêntures da 3ª emissão da CPFL Energia têm remuneração equivalente à Taxa DI, acrescida de um *spread* de 0,45% (zero inteiro, quarenta e cinco décimos por cento) ao ano. Em 31 de março de 2009, o saldo das debêntures da 3ª emissão da CPFL Energia totalizava R$ 454.108 mil. Os recursos decorrentes da 3ª emissão de debêntures foram destinados ao pagamento antecipado de dívida representada pelas notas promissórias de 4ª emissão da CPFL Energia.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CPFL Energia segue as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Dentre estas recomendações podem-se destacar as seguintes práticas adotadas pela CPFL Energia:

- Transparência (*disclosure*);
- Equidade;
- Prestação de contas (*accountability*); e
- Responsabilidade Corporativa.

A CPFL Energia, de modo a manter um elevado padrão de governança corporativa, celebrou em 2004 um contrato com a BM&FBOVESPA visando cumprir com os requisitos de listagem do Novo Mercado.

O Novo Mercado é destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir com práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação fornecida aos acionistas.

Adicionalmente, a CPFL Energia está entre as 14 empresas da América Latina que participam do Companies Circle, grupo composto pelas empresas que possuem práticas de governança corporativa diferenciadas, concebido pela Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) e do International Finance Corporation (IFC).

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Grupo CPFL, vide Seção "Práticas de Governança Corporativa", constante da página 180 deste Prospecto.

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

A CPFL Energia é administrada por um Conselho de Administração, formado por no mínimo 7 (sete) e no máximo 9 (nove) membros, todos acionistas, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral, dos quais no mínimo 20,0% deverão ser conselheiros independentes, e por uma Diretoria composta por 7 (sete) Diretores.

O Conselho de Administração deverá reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu presidente, ou na ausência deste, por qualquer outro conselheiro. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. As obrigações do Conselho de Administração incluem, dentre outras, a fixação da orientação geral dos negócios da CPFL Energia, bem como a eleição dos Diretores.

Na data deste prospecto, o Conselho de Administração da CPFL Energia era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2010:

Nome	Posição	Data da Posse
Luiz Anibal de Lima Fernandes	Presidente	29/04/2009
Ricardo Carvalho Giambroni	Vice Presidente	29/04/2009
José Ayres de Campos	Membro Titular	29/04/2009
Francisco Caprino Neto	Membro Titular	29/04/2009
Milton Luciano dos Santos	Membro Titular	29/04/2009
Susana Hanna Stiphan Jabra	Membro Titular	29/04/2009
Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes	Conselheira Independente	29/04/2009
Albrecht Curt Reuter-Domenech	Membro Suplente	29/04/2009
Marcelo Pires Oliveira Dias	Membro Suplente	29/04/2009
Cláudio Borin Guedes Palaia	Membro Suplente	29/04/2009
Helio Campagnucio	Membro Suplente	29/04/2009
Arthur Prado Silva	Membro Suplente	29/04/2009
Martin Roberto Glogowsky	Membro Suplente	29/04/2009

O endereço comercial dos membros do Conselho de Administração da CPFL Energia é Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Diretoria

A Diretoria da CPFL Energia é composta por 7 (sete) membros, eleitos para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia, Diretor Vice-Presidente de Distribuição, Diretor Vice-Presidente de Geração, Diretor Vice-Presidente Administrativo, e Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios, observando-se que este último cargo encontra-se vago.

A Diretoria reúne-se por convocação do Diretor Presidente. Os Diretores são responsáveis pela direção dos negócios e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Garantidora.

O Estatuto Social da CPFL Energia estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste prospecto, a Diretoria da CPFL Energia era formada pelos seguintes Diretores, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2011:

Nome	Cargo	Data da Posse
Wilson P. Ferreira Junior	Diretor Presidente	04/05/2009
Miguel Normando Abdalla Saad	Diretor Vice-Presidente de Geração	04/05/2009
Hélio Viana Pereira	Diretor Vice-Presidente de Distribuição	04/05/2009
Paulo Cezar Coelho Tavares	Diretor Vice-Presidente Gestão de Energia	04/05/2009
José Antonio de Almeida Filippo	Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	04/05/2009
José Marcos Chaves de Melo	Diretor Vice-Presidente Administrativo	04/05/2009

O endereço comercial dos membros da Diretoria da CPFL Energia é Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal é eleito pela Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição.

Na data deste prospecto, o Conselho Fiscal da CPFL Energia era formada pelos seguintes membros, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2010:

Nome	Cargo	Data da Posse
Daniela Corci Cardoso	Membro Titular	08/05/2009
José Reinaldo Magalhães	Membro Titular	08/05/2009
Adalgiso Fragoso de Faria	Membro Titular	08/05/2009
Décio Magno Andrade Stochiero	Membro Titular	08/05/2009
Wilton de Medeiros Daher	Membro Titular	08/05/2009
Fernando Luiz Aguiar Filho	Membro Suplente	08/05/2009
Carlos José Cantu	Membro Suplente	08/05/2009
Claudionor Francisco Barbosa	Membro Suplente	08/05/2009
Hamilton Omar Biscalquini	Membro Suplente	08/05/2009
Gilda Maria dos Santos	Membro Suplente	08/05/2009

O endereço comercial dos membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia é Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Informações Biográficas

A seguir encontram-se as informações biográficas dos atuais membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da CPFL Energia:

Membros Efetivos do Conselho de Administração

Luiz Anibal de Lima Fernandes. Nascido em 25 de dezembro de 1942 na cidade de Belo Horizonte – MG, formado em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1965. Cursou Estudo dos Sistemas Elétricos também na UFMG em 1966, Business Policy no Arthur D Little/INDI em 1974, Estratégia de Marketing na Fundação João Pinheiro em 1977, Sistemas de Informações para Executivos na IBM em 1982, e Programa de Desenvolvimento Avançado para Executivo pela Fundação Dom Cabral/INSEAD em 2000. Atuou como Engenheiro e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores na Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), foi Presidente do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Diretor de Controle da Siderurgia Brasileira S.A. (SIDERBRÁS), Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Desenvolvimento na ACESITA S.A. (grupo Arcelor) e Diretor-Superintendente da VBC ENERGIA S.A. Atualmente, é Sócio-Diretor da L.A. & Associados Participações e Negócios Ltda. O Sr. Luiz Anibal é Presidente do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2007. Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Ricardo Carvalho Giambroni. Nascido em 27 de outubro de 1956 na cidade de São Paulo – SP, formado em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (FCPERJ) em 1984. Cursou Pós Graduação em Direito Societário e Finanças na Fundação Getulio Vargas (FGV) em 1999 e os MBAs Executivo em Finanças Corporativas e Governança Corporativa no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Participou do Programa de Gestão Estratégica de Dirigentes Empresariais no INSEAD em 2006. Atuou como Diretor da VALEPAR S.A. Foi membro do Conselho de Administração da PARANAPANEMA S.A., COMPANNHIA VALE DO RIO DOCE S.A., BRASIL FERROVIAS S.A. (FERRONORTE E FERROBAN), Novoeste, e América Latina Logística S.A. - ALL. Atualmente, é membro do Conselho de Administração do Metrô do Rio de Janeiro, da 521 Participações S.A., e Gerente Executivo da área de Participações da Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI). Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

José Ayres de Campos. Nascido em 14 de fevereiro de 1958 na cidade de Jaboticabal – SP, formado em Engenharia Mecânica, pela Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo (FEI-SP) em 1982. Cursou Extensão em Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia de São Paulo (FESP) em 1985 e Pós-Graduação em Economia de Empresas na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 2003. Atuou como Professor Universitário na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (UNESP) e Faculdade de Engenharia Industrial (FEI). Atualmente é Diretor-Presidente da CNEC ENGENHARIA S.A. (grupo Camargo Corrêa), tendo estruturado a área de Projetos Industriais para atuação em Petróleo & Gás e Mineração, promovido a internacionalização, e iniciado os Serviços de Fornecimento de Sistemas Eletromecânicos. Também atua como Diretor da CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. (CCCC) e Membro do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CME). Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Francisco Caprino Neto. Nascido em 30 de abril de 1960 na cidade de São Caetano do Sul – SP, formado em Engenharia Metalúrgica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) em 1983, cursou Mestrado em Engenharia Metalúrgica na mesma instituição em 1992. Atuou como Chefe de Departamento de Engenharia de Processos e Assessor de Planejamento e Controle da Siderúrgica J.L. ALIPERTI S.A., e Coordenador de Processos Metalúrgicos da AÇOS VILLARES S.A. Foi membro titular do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz, da Companhia Piratininga de Força e Luz, da CPFL Geração de Energia S.A. e da Rio Grande Energia S.A. (RGE) de 2005 a 2006. Atualmente, é Diretor Superintendente e membro do Conselho de Administração da CAMARGO CORRÊA ENERGIA S.A. e da CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A. (CCII). Também atua como membro do Conselho de Administração da VBC ENERGIA S.A., da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS), da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), e da A-PORT S.A. O Sr. Caprino é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2000. Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Milton Luciano dos Santos. Nascido em 15 de outubro de 1956 na cidade de Paranaíba – MS, formado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALE) em 2001. Cursou MBA em Formação Geral para Altos Executivos pela Universidade de São Paulo (USP) em 1994. Atuou no Banco do Brasil de 1976 a 2009, ocupando as posições de Gerente Adjunto, Gerente Geral, Superintendente Estadual, Superintendente do Governo, Diretor de Distribuição e Vice-Presidente de Varejo e Distribuição. É membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde dezembro de 2006. Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Susana Hanna Stiphan Jabra. Nascida em 26 de agosto de 1957 na cidade de São Paulo – SP, formada em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 1979 e Ciências Sociais (incompleto FFLCH – SP) em 1986. Cursou Especialização em Administração Financeira na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1980 e MBA em Finanças no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 1999. Atua há mais de 25 anos em empresas de grande e médio porte, tendo participado de importantes operações realizadas no mercado de capitais. Atuou como economista no BANCO ITAÚ S.A., Gerente de Planejamento e Controle na AGÊNCIA ESTADO Ltda., Gerente Executiva de Participações e membro do Comitê de Responsabilidade Social da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS). Foi membro titular do Conselho de Administração da CPFL Energia, da CPF Paulista, da CPFL Piratininga e da CPFL Geração (2003 a 2005 e 2006 a 2007), da TELENORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES (2006 a 2008), da BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. (2002 a 2009), e membro suplente do Conselho de Administração da Telemig Celular Participações S.A. (2003 a 2005), da Perdigão S.A. (2006 a 2009) e da Newtel Participações S.A. (2004 a 2008), além de membro titular do Conselho Fiscal da CPFL Energia, da CPFL Paulista, da CPFL Piratininga e da CPFL Geração (2005 a 2006 e 2007 a 2008). Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., professora no Curso para Conselheiros de Administração e palestrante convidada do Fórum de Debates "Os Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração" do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Participou também do curso Training of Trainers, Corporate Governance Board Leadership Program promovido pelo International Finance Corporation (IFC). É membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2009. Foi eleita como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes. Nascida em 23 de janeiro de 1962 na cidade de Recife – PE, Doutora em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley em 1990 e advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ) em 2007. Em 1999, adquiriu o direito de usar a designação CFA - Chartered Financial Analyst outorgada pela AIMR (Association for Investment and Management Research) dos Estados Unidos. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia de Concessões Rodoviárias - CCR (desde maio 2002) e da Metalfrio (desde maio de 2009), e consultora do Comitê de Auditora da Companhia Siderúrgica Nacional (desde agosto 2006). Anteriormente, foi Diretora de Investimentos do Pictet Modal Asset Management (1998-2003) e analista de renda variável do Banco de Investimentos Garantia (1995-1997). Trabalhou no Banco Mundial em Washington, D.C. entre 1991 e 1994, tendo ainda lecionado macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003) e na Universidade Federal de Pernambuco (1º semestre 1991). Desde 2008, é sócia da Galanto Consultoria, do Rio de Janeiro, para serviços e aconselhamento na área de governança corporativa. A Sra. Ana Novaes é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2007. Foi eleita como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Membros Suplentes do Conselho de Administração

Albrecht Curt Reuter-Domenech. Nascido em 25 de junho de 1947 na cidade de Mayagüez – Porto Rico, formado em Engenharia Civil pela Universidade de Porto Rico em 1975. Cursou MBA na The Wharton School, University of Pennsylvania, em 1979. Foi diretor-sócio da MCKINSEY & COMPANY, Inc. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da VBC ENERGIA S.A. e Vice-Presidente do Conselho de Administração da CAMARGO CORRÊA S.A., assim como de outras empresas do Grupo Camargo Corrêa. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Marcelo Pires Oliveira Dias. Nascido em 13 de janeiro de 1976 na cidade de São Paulo – SP, formado em Administração de Empresas pela The American Intercontinental University International Business em Londres em 1998. Cursou Negociação pela Harvard School em 2005. Atuou como Gerente de Estratégia Regulatória na NOVA DUTRA, Gerente de Consistência e Garantia de Propostas. Atuou como Gerente de Consistência e Garantia de Propostas, Superintendente Comercial e Diretor de Novos Negócios na CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. Atualmente, é Diretor de Investimentos e Desenvolvimento de Infra-Estrutura na CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A. (CCII) e membro do Conselho de Administração da A-PORT e da PMCC PROJETOS DE TRANSPORTE DE ÁLCOOL S.A. O Sr. Marcelo é membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia desde abril de 2008. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Cláudio Borin Guedes Palaia. Nascido em 08 de janeiro de 1975 na cidade de São Paulo – SP, formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV), em 1997. Cursou MBA na The Wharton School, University of Pennsylvania, em 2002. Atuou como Analista de M&A do Banco JP MORGAN em São Paulo e Nova Iorque e Director de Hormigón da Loma Negra C.I.A.S.A em Buenos Aires. Atuou como líder de projetos em diferentes empresas do Grupo CAMARGO CORRÊA: Camargo Corrêa Energia, Camargo Corrêa S.A. (*holding*) e São Paulo Alpargatas. Atualmente é Diretor da CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S.A., responsável pela Divisão de Concreto, e membro suplente do Conselho de Administração da SÃO PAULO ALPARGATAS. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Helio Campagnucio. Nascido em 31 de março de 1956 na cidade de Niterói – RJ, formado em Economia pela Universidade Federal Fluminense em 1978 e Direito na Universidade de Brasília (UNB) em 1997, com Pós Graduação em Finanças pelo IBMEC em 1990 e Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-DF) em 1998. Atuou como Chefe de Divisão do BANCO DO BRASIL, fundador da BB-DTVM e do BB-BI, Assessor Econômico do Ministério da Fazenda, e do Conselho - CADE. Foi Membro do Conselho Fiscal das empresas Telasa (Telecomunicações de Alagoas), Telamazon (Telecomunicações do Amazonas), Light, Lightpar, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Eletrosul, Caixa Econômica Federal, e Companhia Usinas Nacionais (CUN), foi Presidente do Conselho Fiscal da Cobra e da BASA, e membro do Conselho de Administração da Emgepron - Empresa de Engenharia e Projetos Navais. Atualmente é Professor de Economia e Finanças e Consultor de Empresas. O Sr. Helio é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2008. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Arthur Prado Silva. Nascido em 29 de abril de 1972 na cidade do Rio de Janeiro – RJ, formado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) em 1999. Cursou Pós-Graduação em Finanças na mesma Universidade em 2001, Direito Empresarial pela Universidade Estácio de Sá (ESTÁCIO) em 2001, MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2002, e Pós-Graduação em Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) em 2008. Atuou como Analista Pleno, Analista Sênior e Gerente de Controle no BANCO DO BRASIL. Atualmente é Gerente de Núcleo na Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI). É membro do Conselho de Administração da INVITEL LEGACY S.A., GTD Participações S.A. e 521 PARTICIPAÇÕES S.A. O Sr. Arthur é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2008. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Martin Roberto Glogowsky. Nascido em 14 de novembro de 1953 na cidade de São Paulo – SP, formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1976 e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 1979. Trabalhou na área de Mercado de Capitais dos bancos BBA Creditanstaltd e SCHAIN CURY S.A. e foi Vice-Presidente do CITIBANK N.A. Desde maio de 2005 é Diretor Presidente da Fundação CESP, tendo antes ocupado a posição de Diretor de Investimentos e Patrimônio. É membro do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), tendo sido anteriormente integrante do Conselho Deliberativo da ABRAPP e membro de sua Comissão Técnica Nacional de Investimentos. Foi também membro do Comitê Consultivo da SELIC, do Comitê de Valores Mobiliários da ANDIMA e da Comissão de Renda Fixa Privada da BOVESPA. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Membros da Diretoria

Wilson P. Ferreira Junior. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 184 deste Prospecto.

Miguel Normando Abdalla Saad. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 184 deste Prospecto.

Hélio Viana Pereira. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 185 deste Prospecto.

Paulo Cezar Coelho Tavares. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 185 deste Prospecto.

José Antonio de Almeida Filippo. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 185 deste Prospecto.

José Marcos Chaves de Melo. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 185 deste Prospecto.

Membros Efetivos do Conselho Fiscal

Daniela Corci Cardoso. Nascida em 10 de outubro de 1972 na cidade de Itapetininga – SP, formada em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 1994. Cursou Pós Graduação em Mercado de Capitais pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo (FIPECAFI – USP) em 1998, e MBA em Finanças Corporativas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 2004. Atuou como Analista de Investimentos no BANCO FIBRA, Consultora de Corporate Finance na PRICE WATERHOUSECOOPERS, Gerente de Planejamento Financeiro e Diretora da VBC ENERGIA S.A. Foi membro do Conselho Fiscal da Companhia Piratininga de Força e Luz e da Rio Grande Energia S.A (RGE). Atualmente é Diretora da Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. (CCII). É membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia desde abril de 2009. Foi eleita como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

José Reinaldo Magalhães. Nascido em 06 de janeiro de 1956 na cidade de Bambui – MG, formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1983. Cursou MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 1992, e MBA em Finanças Corporativas e Direito Societário na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2000. Atuou como Gerente-adjunto do BANCO DO BRASIL em Londres, em 1995, Chicago e Nova Iorque, de 2002 a 2005. Foi Diretor de Investimentos da Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI) de janeiro/2006 a maio/2008. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), e Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER). Foi eleito como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Adalgiso Fragoso de Faria. Nascido em 14 de junho de 1960 na cidade de Raul Soares – MG, formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Cursou MBA Executivo em Finanças Corporativas no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e Política Econômica e Finanças de Empresas pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Foi eleito como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Membros Suplentes do Conselho Fiscal

Fernando Luiz Aguiar Filho. Nascido em 13 de junho de 1979 na cidade de São Paulo – SP, formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em 2001. Concluiu Mestrado em Engenharia na mesma instituição no ano de 2007. Atualmente é Gerente de Participações da CAMARGO CORREA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A. (CCII). Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Carlos José Cantu. Nascido em 31 de janeiro de 1966 na cidade de São Paulo – SP, formado pela Faculdade São Judas Tadeu (USJT) em 1987. Cursou MBA pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 2003. Atualmente é Superintendente de Controladoria da CAMARGO CORRÊA S.A. Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Claudionor Francisco Barbosa. Nascido em 17 de maio de 1946 na cidade de Quatá – SP, formado em Ciências Econômicas em 1977 e Ciências Contábeis em 1976 pelas Faculdades Integradas de Marília. Cursou Pós-Graduação em Contabilidade, Auditoria e Controladoria pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) em 1997 e Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégia pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), em 2003. Atuou como Gerente Geral de Agência no BANCO DO BRASIL, Consultor da ATLÂNTICA CONSULTORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA e como professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Foi membro do Conselho Fiscal da Associação Vinhedense de Educação dos Homens (AVEHA). Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Hamilton Omar Biscalquini. Nascido em 16 de fevereiro de 1948 na cidade de Ribeirão Preto – SP, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Riopretense (FADIR), em 1982. Cursou pós-graduação de Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) em 1999 e MBA Altos Executivos pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) em 1995. Exerceu, junto ao BANCO DO BRASIL, os cargos de Gerente-Adjunto e Gerente-Geral de agências (de 1975 a 1983), Auditor (de 1983 a 1991) e Gerente de Auditoria (de 1991 a 1996). Atuou como Gerente Administrativo da MONALISA JÓIAS E PRESENTES LTDA. e Gerente Administrativo-financeiro da SARDINHA TRUCK CENTER LTDA. Foi membro do conselho Fiscal da ARACRUZ CELULOSE S.A., Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA), e FRAS-LE S.A. Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Gilda Maria dos Santos. Nascida em 13 de abril de 1958 na cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo – MG, formada em Economia pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB-DF) em 1988. Cursou Pós-Graduação em Administração Financeira na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2004. Foi membro do Conselho Fiscal da CARAÍBA METAIS S.A., empresa do Grupo PARANAPANEMA S.A. Atualmente é Analista de Investimentos Sênior na Fundação SISTEL de Seguridade Social. Foi eleita como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Relação Familiar

Na data deste Prospecto, não havia nenhuma relação familiar entre os membros do Conselho de Administração da CPFL Energia e seus principais acionistas.

Ações detidas pelos Administradores

Conforme evidenciado na tabela constante do item "Capital Social" acima, os membros da Administração da CPFL Energia detêm participação direta no capital social da CPFL Energia. Os membros do Conselho de Administração detêm participações mínimas necessárias para ocuparem tal cargo, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, na data deste Prospecto, o Sr. Wilson Pinto Ferreira Júnior possui 25.000 (vinte e cinco mil) ações da CPFL Energia.

Contratos ou obrigações relevantes existentes entre os Administradores e a CPFL Energia

Na data deste Prospecto, não havia nenhum contrato ou obrigação relevante existente entre os Administradores e a CPFL Energia.

Condenações Judiciais e Administrativas

Os membros da Administração da Companhia não sofreram nenhuma condenação judicial ou administrativa.

Remuneração

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas, em Assembléia Geral Ordinária, são responsáveis pela fixação do valor total da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da CPFL Energia. Após os acionistas fixarem o valor total da remuneração cabível, os membros do Conselho de Administração ficam, então, responsáveis pela fixação dos níveis de remuneração individuais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a remuneração total que a CPFL Energia pagou aos seus Conselheiros e Diretores foi de aproximadamente R$ 12,1 milhões. Desse valor, foram pagos diretamente à administração R$ 7,5 milhão como remuneração fixa e R$ 4,6 milhão a título de remuneração variável por desempenho e atingimento de metas.

Plano de Opção de Compra de Ações

A CPFL Energia, nos termos do seu estatuto social, pode conceder opções de compra de ações para seus administradores, funcionários, ou a pessoas naturais que prestem serviços para a CPFL Energia, desde que o plano de opção seja submetido à Assembléia Geral pelo Conselho de Administração, respeitado o limite do capital autorizado.

Na data deste Prospecto, não havia qualquer plano de opções de compra de ações da CPFL Energia ou intenção de fazê-lo pela CPFL Energia.

Diretor de Relações com Investidores

Sr. José Antonio de Almeida Filippo
Rodovia Campinas Mogi-Mirim, N.º 1.755, km 2,5 - parte
Campinas – SP – Brasil
Telefone: (19) 3756-8704
Fac-símile: (19) 3756-8777
Correio Eletrônico: jfilippo@cpfl.com.br
Website: http://www.cpfl.com.br

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia era parte em aproximadamente 35.984 mil processos de natureza cível, trabalhista e tributária. Desses processos, aproximadamente 36,24% envolvem a CPFL Paulista, 12,98% envolvem a CPFL Piratininga, 48,60% envolvem a RGE. Ações cíveis constituem aproximadamente 76,59% do total de processos da CPFL Paulista e CPFL Piratininga e 94,73% do total dos processos da RGE. Os demais processos envolvem ações de natureza regulatória, trabalhista, fiscal e administrativa.

Processos Trabalhistas

Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia e suas controladas eram parte em 5242 processos, sendo que para 1177 desses processos são estimadas perdas prováveis no valor aproximado de R$ 51.066 mil.

Processos Cíveis

Em 31 março de 2009, a CPFL Energia e suas controladas eram parte em 30.004 processos, sendo que para 6299 desses processos são estimadas perdas prováveis no valor aproximado de R$ 34.070 mil, representados basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária.

Processos Tributários

Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia e suas controladas eram parte em 699 processos, sendo que para 421 desses são estimadas perdas prováveis no valor aproximado de R$ 162.052 mil, relacionados basicamente a imposto de renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS.

Processos Administrativos

A CPFL Paulista é parte em um processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, no qual está sendo investigada uma suposta conduta anti-concorrencial relacionada à instalação de sua rede elétrica. Este processo havia sido suspenso por decisão judicial, visto que a CPFL Paulista apresentara uma proposta para celebrar Termo de Compromisso de Cessação. Entretanto, com o trânsito em julgado da decisão judicial, o processo voltou a correr e encontra-se atualmente sob a análise do CADE. Uma decisão adversa poderá resultar na imposição de prestação pecuniária, com base em um percentual do faturamento da CPFL Paulista.

Processos Ambientais

A SEMESA, incorporada em 1º de abril de 2007 pela CPFL Geração, em conjunto com Furnas, foi citada como ré em processo que solicita que as referidas empresas promovam medidas reparadoras e mitigadoras relativas aos impactos ambientais causados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, cujo montante atribuível à controlada indireta SEMESA é estimado em R$ 74,2 milhões, já contemplado nas provisões dos processos da esfera civil. O risco desta ação é qualificado por seus assessores jurídicos como possível, não sendo necessário o seu reconhecimento contábil. Em caso de condenação no processo a obrigação da SEMESA refere-se essencialmente à aquisição de terras e formação de uma área de preservação permanente em torno do reservatório. Referidos custos, se e quando executados, serão incorporados ao ativo imobilizado.

As empresas CPFL Paulista e Piratininga são partes passivas em certos processos administrativos ambientais, a maior parte em relação ao corte e à poda de árvores localizadas próximas a sua rede de distribuição de energia elétrica. O valor envolvido em tais processos, individualmente ou somados, não representam risco à CPFL Energia ou à sua capacidade financeira.

No período entre 2004 e 2008, houve apenas um histórico de acidente ambiental no período ocorrido na Subestação "SE Piracicaba", em um auto-transformador com capacidade para 24.000 litros de óleo isolante mineral naftênico. Este ocasionou um incêndio e derramamento de 10.000 litros de óleo, que atingiu o solo do site e uma lagoa contígua à propriedade. Em relação à quantidade de óleo existente nos equipamentos operacionais da CPFL Paulista (18.428.742 litros) este derramamento representa, em volume apenas 0,05% em relação ao total de óleo contido nos equipamentos. O recurso do processo nº. 21000470 referente ao vazamento de óleo está em julgamento, com valor previsto de aproximadamente R$ 104 mil, já contemplado nas provisões dos processos da esfera civil.

Contudo, independentemente do resultado do litígio, foram tomadas as providências necessárias para conter o vazamento e recuperar o solo e a água contaminados.

A CPFL Energia também está sujeita a processos relacionados ao licenciamento ambiental de algumas de suas usinas hidrelétricas, incluindo uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público no município de Caxias do Sul, requerendo uma liminar para impedir a construção do complexo hidroelétrico Rio das Antas. O pedido liminar do Ministério Público foi negado em primeira instância. O Ministério Público interpôs então agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela, o qual foi negado pelo tribunal de segunda instância. Não há decisão sobre o mérito desta ação nem em primeira, nem em segunda instância. Com base no parecer dos advogados contratados que cuidam desta ação, a CPFL Energia julga que a possibilidade de perda é remota. Não é possível prever os efeitos de uma decisão contrária nesta ação.

Provisões para Contingências

A CPFL Energia estabeleceu reservas em seu balanço patrimonial com base na probabilidade de perda relativa às contingências judiciais e administrativas. Para este propósito, a CPFL Energia classifica tais perdas como remotas, possíveis ou prováveis. Os Princípios Contábeis Brasileiros e a lei brasileira obrigam a CPFL Energia a estabelecer reservas relacionadas apenas a perdas prováveis e, por conseguinte, é política da CPFL Energia realizar reservas apenas em relação a tais processos.

Segue abaixo quadro indicando as reservas para contingência da CPFL Energia em 31 de março de 2009:

	Consolidado							
	31/03/2009				31/12/2008			
	Provisão para Contingência - Bruta	Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)	Provisão para Contingência - Líquida	Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)	Provisão para Contingência - Bruta	Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)	Provisão para Contingência - Líquida	Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)
Trabalhistas								
Diversos	51.066	46.762	4.304	64.234	55.105	49.363	5.742	59.288
Cíveis								
Danos Pessoais	12.082	11.907	175	47.636	14.450	14.450	-	49.957
Majoração Tarifária	12.185	3.185	9.000	15.545	10.635	3.157	7.478	15.341
Energia Comprada	-	-	-	-	13.014	13.228	(214)	-
Outras	9.803	8.574	1.229	10.283	6.695	5.451	1.244	10.138
	34.070	23.666	10.404	73.463	44.794	36.286	8.508	75.436
Fiscais								
FINSOCIAL	18.548	18.548	-	34.299	18.478	18.478	-	34.171
PIS e COFINS - Ampliação de Base	1.297	675	622	301	1.276	710	566	301
PIS e COFINS - JCP	72.114	-	72.114	-	70.301	-	70.301	-
Imposto de Renda	61.925	42.122	19.803	427.126	59.708	40.013	19.695	416.606
Outras	8.168	5.304	2.864	13.876	7.993	5.148	2.845	14.271
	162.052	66.649	95.403	475.602	157.756	64.349	93.407	465.249
Total	**247.188**	**137.077**	**110.111**	**613.299**	**257.655**	**149.998**	**107.657**	**599.973**

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA GARANTIDORA

O quadro a seguir exibe as informações financeiras selecionadas da Garantidora. Exceto por certas reclassificações requeridas pela ANEEL efetuadas nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, conforme descrito nesta Seção, no item "Reclassificações Requeridas pela ANEEL" desta Seção na página 250 deste Prospecto, as informações financeiras selecionadas originaram-se das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Garantidora para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e das Informações Financeiras objeto de revisão especial para os trimestres e períodos de três meses encerrados em 31 de março dos anos de 2008 e 2009, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2008 e 2007 apresentados abaixo foram auditadas e revisadas pela KPMG Auditores Independentes e para o período de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

O parecer de auditoria das demonstrações financeiras referente ao período de 2006, também encontra-se anexo a este Prospecto e conteve ênfase relacionada ao registro pela controlada Companhia Piratininga de Força e Luz, de ativo regulatório que se encontrava pendente de homologação pela ANEEL. Tendo em vista o caráter provisório dessa revisão tarifária, a mesma está sujeita a eventuais alterações, quando de sua homologação definitiva.

	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em milhares de reais)	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de Energia Elétrica	12.294.614	12.355.216	10.899.280	3.041.323	3.222.830
Suprimento de Energia Elétrica	948.339	682.942	500.529	284.545	215.531
Outras Receitas Operacionais	1.128.960	1.169.226	827.243	261.887	243.522
	14.371.913	14.207.384	12.227.052	3.587.755	3.681.883
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
ICMS	(2.440.661)	(2.477.084)	(2.165.696)	(610.623)	(634.190)
PIS	(233.273)	(242.315)	(195.694)	(57.117)	(60.383)
COFINS	(1.074.319)	(1.105.550)	(904.484)	(263.097)	(277.469)
ISS	(2.971)	(1.749)	(1.209)	(902)	(726)
Reserva Global de Reversão	(48.446)	(52.250)	(42.904)	(12.671)	(11.347)
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(365.447)	(425.860)	(554.275)	(130.165)	(90.688)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(408.979)	(398.427)	(370.182)	(98.779)	(98.676)
Programa de P & D e Eficiência Energética	(92.008)	(94.565)	(77.605)	(22.705)	(24.036)
Encargos Emergenciais (ECE/EAEE)	(1)	(49)	(3.053)	-	(4)
	(4.666.105)	(4.797.849)	(4.315.102)	(1.196.059)	(1.197.519)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**9.705.808**	**9.409.535**	**7.911.950**	**2.391.696**	**2.484.364**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com Energia Elétrica					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.787.672)	(4.052.280)	(3.419.197)	(1.211.346)	(1.350.539)
Encargo do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(903.788)	(702.781)	(774.077)	(236.970)	(202.126)
	(5.691.460)	(4.755.061)	(4.193.274)	(1.448.316)	(1.552.665)
Custo de Operação					
Pessoal	(298.725)	(263.169)	(242.678)	(75.895)	(66.823)
Entidade de Previdência Privada	84.151	46.887	7.470	(919)	21.039
Material	(51.660)	(49.664)	(39.189)	(12.071)	(11.728)
Serviços de Terceiros	(135.121)	(134.045)	(111.177)	(33.626)	(37.483)
Depreciação e Amortização	(339.809)	(341.492)	(297.482)	(87.352)	(88.329)
Outros Custos de Operação	(53.028)	(35.961)	(12.638)	(12.170)	(8.630)
	(794.192)	(777.444)	(695.694)	(222.033)	(191.954)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(7.457)	(6.441)	(21.394)	(1.347)	(1.967)

	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em milhares de reais)	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**3.212.699**	**3.870.589**	**3.001.588**	**720.000**	**737.778**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com Vendas	(246.461)	(428.053)	(244.231)	(47.692)	(56.269)
Despesas Gerais e Administrativas	(385.172)	(353.904)	(314.409)	(97.941)	(96.654)
Outras Despesas Operacionais	(53.017)	(65.070)	(19.387)	(10.965)	(13.096)
Amortização de Intangível de Concessão	(192.029)	(176.306)	-	(46.724)	(48.006)
Amortização de Ágio por Incorporação	-	-	(12.962)	-	-
	(876.679)	(1.023.333)	(590.989)	(203.322)	(214.025)
RESULTADO DO SERVIÇO	**2.336.020**	**2.847.256**	**2.410.599**	**516.678**	**523.753**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	462.534	380.013	637.635	115.941	109.065
Despesas Financeiras	(876.855)	(754.719)	(788.098)	(178.901)	(200.134)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	-	(141)	**-**	-	-
Amortização de Ágio	-	-	(138.882)	-	-
	(414.321)	(374.847)	(289.345)	(62.960)	(91.069)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL					
Receitas	**-**	**-**	73.877	-	-
Despesas	**-**	**-**	(24.040)	-	-
	-	-	49.837	-	-
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**1.921.699**	**2.472.409**	**2.171.091**	**453.718**	**432.684**
Contribuição Social	(177.629)	(202.083)	(172.998)	(36.831)	(60.742)
Contribuição Social Diferida	8.672	(30.021)	(14.820)	(8.344)	18.608
Imposto de Renda	(488.671)	(560.363)	(477.036)	(99.509)	(165.676)
Imposto de Renda Diferido	21.390	(34.162)	(69.409)	(24.245)	42.086
	(636.238)	(826.629)	(734.263)	(168.929)	(165.724)
LUCRO ANTES DO ITEM EXTRAORDINÁRIO E PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	**1.285.461**	**1.645.780**	**1.436.828**	**284.789**	**266.960**
item Extraordinário Líquido dos Efeitos Tributários	-	-	(32.559)		
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	**1.285.461**	**1.645.780**	**1.404.269**	**284.789**	266.960
Participação de Acionistas Não Controladores	(9.769)	(5.194)	(173)	(2.086)	(1.628)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	**1.275.692**	**1.640.586**	**1.404.096**	**282.703**	**265.332**
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	-	141	**-**	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.275.692**	**1.640.727**	**1.404.096**	**282.703**	**265.332**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R$	**2,66**	**3,42**	**2,93**	**0,59**	**0,55**

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
	2008	2007	2006	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE					
Disponibilidades	737.847	1.106.308	630.250	868.890	1.147.248
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	1.721.028	1.817.788	2.124.968	1.815.709	1.880.053
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	16.755	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	38.249	35.039	28.615	38.907	37.246
Tributos a Compensar	174.294	181.754	170.953	176.369	170.725
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(82.462)	(95.639)	(99.609)	(71.281)	(90.996)
Despesas Pagas Antecipadamente	101.882	202.721	191.239	134.330	69.383
Créditos Fiscais Diferidos	220.144	168.485	188.942	213.378	254.059
Estoques	15.594	14.812	16.008	15.986	14.817
Diferimento de Custos Tarifários	638.229	532.449	334.353	761.990	619.477
Derivativos	36.520	995	-	16.448	5.609
Outros Créditos	110.793	111.352	93.254	136.200	106.099
TOTAL DO CIRCULANTE	**3.712.118**	**4.076.064**	**3.695.728**	**4.106.926**	**4.213.720**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	286.144	215.014	165.183	261.587	191.975
Depósitos Judiciais	599.973	498.044	81.846	613.299	517.103
Títulos e Valores Mobiliários	96.786	97.521	103.901	102.416	102.493
Tributos a Compensar	101.948	99.947	103.049	101.735	99.281
Despesas Pagas Antecipadamente	99.210	43.111	28.769	75.688	13.969
Créditos Fiscais Diferidos	1.132.736	1.166.208	908.605	1.144.843	1.148.252
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	
Diferimento de Custos Tarifários	157.435	205.894	512.678	116.817	173.802
Derivativos	396.875	-	-	277.808	61.783
Outros Créditos	221.330	231.820	142.057	170.302	244.837
	3.092.437	**2.557.559**	**2.046.088**	**2.864.495**	**2.553.495**
Investimentos	103.598	102.144	3.092.648	104.632	2.661.497
Imobilizado	6.614.347	5.983.806	5.953.930	6.774.499	7.240.127
Intangível	2.700.136	2.855.925		2.613.410	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	-	-	(791.387)	-	(943.140)
Diferido	20.536	22.503	51.774	19.528	66.425
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**12.531.054**	**11.521.937**	**10.353.053**	**12.376.564**	**11.578.404**
TOTAL DO ATIVO	**16.243.172**	**15.598.001**	**14.048.781**	**16.483.490**	**15.792.124**

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
	2008	2007	2006	2009	2008
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	982.344	867.954	854.161	998.205	912.442
Encargos de Dívidas	29.081	59.135	29.859	25.752	10.417
Encargos de Debêntures	102.112	71.524	66.178	101.260	85.074
Empréstimos e Financiamentos	523.167	862.156	658.116	637.334	639.001
Debêntures	580.076	154.617	159.252	778.359	153.669
Entidade de Previdência Privada	44.088	64.484	86.676	49.769	56.084
Taxas Regulamentares	94.054	68.696	105.013	77.268	73.454
Tributos e Contribuições Sociais	464.339	604.102	522.758	440.954	527.061
Provisões para Contingências	15	765	-	38	780
Dividendo e Juros sobre Capital Próprio	632.087	743.628	732.518	632.058	743.572
Obrigações Estimadas	46.244	43.987	53.998	50.152	39.608
Diferimento de Ganhos Tarifários	165.871	230.038	162.350	189.767	310.602
Derivativos	53.443	18.541	50.664	54.136	5
Outras Contas a Pagar	524.898	427.723	303.732	544.419	438.556
TOTAL DO CIRCULANTE	**4.241.819**	**4.217.350**	**3.785.275**	**4.579.471**	**3.990.325**
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	85.311	223	-	74.646	-
Encargos de Dívidas	74.104	26.057	2.550	54.661	14.570
Empréstimos e Financiamentos	3.836.882	2.859.379	2.472.998	3.731.690	3.010.693
Debêntures	2.026.890	2.208.472	1.779.445	1.826.099	2.392.539
Entidade de Previdência Privada	508.194	656.040	773.644	479.360	611.158
Tributos e Contribuições Sociais	6.445	16.529	39.741	4.174	14.393
Provisões para Contingências	107.642	116.412	103.711	110.073	115.447
Diferimento de Ganhos Tarifários	40.779	68.389	71.069	22.485	32.166
Derivativos	961	171.013	24.094	544	45.146
Outras Contas a Pagar	207.194	219.492	127.943	213.581	248.171
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**6.894.402**	**6.342.006**	**5.395.195**	**6.517.313**	**6.484.283**
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	88.332	88.129	2.034	85.384	89.615
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	4.741.175	4.741.175	4.734.790	4.741.175	4.741.175
Reservas de Capital	16	16	16	16	16
Reservas de Lucros	277.428	213.643	131.471	277.428	213.643
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	-	(4.318)	-	282.703	273.067
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.018.619**	**4.950.516**	**4.866.277**	**5.301.322**	**5.227.901**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.243.172**	**15.598.001**	**14.048.781**	**16.483.490**	**15.792.124**

Outras informações financeiras

	Em 31 de dezembro de			No período de Três meses encerrado em 31 de março de	
Conciliação do EBITDA Ajustado	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
			(em milhares de reais)		
Lucro Líquido do Período	**1.275.692**	**1.640.727**	**1.404.096**	**282.703**	**265.332**
Entidade de Previdência Privada	(84.151)	(45.973)	(7.710)	919	(21.039)
Depreciação e Amortização	565.665	548.798	323.338	143.018	144.555
Amortização de Ágio Incorporado	-	-	12.962	-	-
Resultado Financeiro	414.321	374.847	289.345	62.960	91.069
Contribuição Social	168.957	232.104	187.818	45.175	42.134
Imposto de Renda	467.281	594.525	546.445	123.754	123.590
Item Extraordinário	-	-	32.559	-	-
Reversão Juros Capital Próprio	-	(141)		-	-
EBITDA Ajustado	**2.807.765**	**3.344.887**	**2.788.853**	**658.529**	**645.641**

Nota: O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização e entidade de previdência privada e de item extraordinário. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente,ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.

Reclassificações

As demonstrações financeiras da Garantidora sofreram alterações em decorrência da Lei n.º 11.638/07. Para maiores informações sobre esta reclassificação, vide Seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07" na página 76 deste Prospecto.

Reclassificações Requeridas pela ANEEL

A Companhia efetuou reclassificações requeridas pela ANEEL por meio do Despacho n.º 3.073 nas demonstrações do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para deixá-las em base comparativa. As informações financeiras da "Conta de Consumo de Combustível – CCC", da "Conta de Desenvolvimento Energético – CDE" e do "Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e e Eficiência Energética" tiveram suas respectivas linhas alteradas de "Custo de Operação" e "Despesas Operacionais" para "Deduções da Receita Operacional".

BREVES DISCUSSÕES DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA GARANTIDORA

A breve análise e discussão da administração sobre as informações financeiras selecionadas da CPFL Energia a seguir deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas disponibilizadas ao pública conforme a regulamentação em vigor, onde poderão ser obtidos maiores detalhes sobre as informações financeiras da Garantidora.

Breves Discussões das Informações Financeiras Selecionadas relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2009 em comparação ao período de três meses findo em 31 de março de 2008

Receita Operacional

A receita operacional bruta em 31 de março de 2009 atingiu R$ 3.587.755 mil, representando uma redução de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita operacional líquida acumulada até 31 de março de 2009 totalizou R$ 2.391.696 mil, apresentando uma redução de 3,7% em comparação a 31 de março de 2008.

Entre os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita líquida destaca-se a redução de 5,6% no fornecimento de energia elétrica, justificado pela redução de 5,2% nas tarifas médias praticadas principalmente em função da revisão tarifária da (a) CPFL Paulista de -13,69% para -17,21% a partir de abril de 2008, que teve um impacto positivo de 0,5% na Parcela A que passou de aproximadamente R$ 3.314.100 mil para R$ 3.314.600 mil, e um impacto negativo na Parcela B que passou de aproximadamente R$ 1.180.400 mil para R$ 1.179.400 mil; e (b) RGE de -5,37% para -8,11% a partir de abril de 2008, que teve um impacto negativo na Parcela A que passou de aproximadamente R$ 1.324.700 mil para R$ 1.311.600 mil, e um impacto negativo na Parcela B que passou de aproximadamente R$ 1.180.400 mil para R$ 1.179.400 mil. Além disso verificou-se uma redução de 0,4% na quantidade de energia faturada e um aumento de 32,0% no suprimento de energia, devido principalmente ao aumento de 25,2% na quantidade vendida, basicamente em função do bom desempenho no segmento de comercialização.

Custo com Energia Elétrica

O custo com energia elétrica, composto pela compra de energia e encargos do uso do sistema, totalizou R$ 1.448.316 mil em 31 de março de 2009, representando uma redução de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre principalmente de redução de 0,1% na quantidade de energia comprada, aliada à redução de custo da energia comprada da CPFL Brasil.

Custos de Operação

Os custos de operação atingiram R$ 222.033 mil em 31 de março de 2009, registrando um aumento de 15,7% em relação ao mesmo período de 2008. Os principais responsáveis por esse crescimento são os custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros, que totalizaram R$ 133.762 mil neste trimestre, representando um aumento de 7,3% (R$ 9.098 mil) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

Em 31 de março de 2009, o resultado financeiro foi uma despesa de R$ 62.960 mil, uma despesa 30,9% menor do que no mesmo período de 2008, em razão, principalmente, de redução nas despesas com atualizações monetárias e cambiais referente as ganhos com os registros dos instrumentos financeiros e derivativos, bem como da recuperação de crédito vencidos há longa data na controlada RGE.

Lucro Líquido do Exercício

O Lucro líquido em 31 de março de 2009, foi de R$ 282.703 mil, representando um aumento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente devido aos fatores expostos acima.

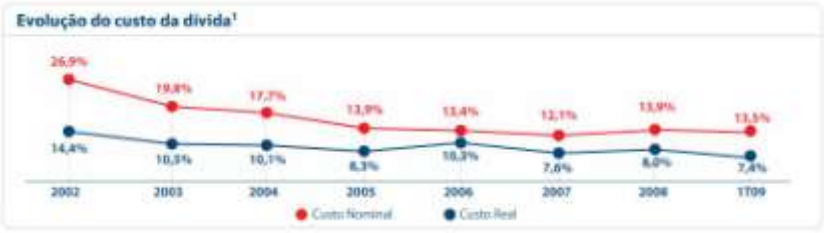
EBITDA Ajustado

Com base nos fatores expostos acima, o EBITDA Ajustado da CPFL Energia, em 31 de março de 2009, foi de R$ 658.529 mil registrando um aumento 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$ 645.641 mil).

Endividamento

O Endividamento da CPFL Energia totalizou R$ 6.915.579 mil em 31 de março de 2009, aumento de 1,8%, em comparação com 31 de dezembro de 2008 (R$ 6.793.321 mil). Essa variação do endividamento é decorrente principalmente da emissão de notas promissórias pela RGE, no montante de R$ 160.000 mil.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução da dívida, entre outras informações, sobre o endividamento da CPFL Energia:



Investimentos

No período de três meses findo em 31 de março de 2009 foram realizados investimentos de R$ 272.657 mil para manutenção e expansão do negócio, dos quais R$ 139.481 mil foram direcionados à distribuição, R$ 125.394 mil à geração e R$ 7.782 mil à comercialização.

Entre os investimentos da CPFL Energia no período, podemos destacar os realizados nos seguintes segmentos:

- Distribuição: foram feitos investimentos na ampliação e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, tanto nas vendas de energia quanto no número de clientes. Também foram feitos investimentos em melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infra-estrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros;

- Geração: foram destinados principalmente à UHE Foz do Chapecó (empreendimento em construção).

Breves Discussões das Informações Financeiras Selecionadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007

Receita Operacional

A Receita Operacional consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de R$ 14.371.913 mil, com crescimento de 1,2% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (R$ 14.207.384 mil). Esse resultado foi motivado, principalmente, pelo (i) crescimento de 5,5% nas vendas de energia elétrica na área de concessão; (ii) índice provisório da segunda revisão tarifária periódica da RGE (+4,77%), vigente a partir de abril de 2008, conforme comentado anteriormente no item Tarifas e Preços de Energia Elétrica; (iii) pela realização da RTE e Energia Livre, no valor de R$ 295.000 mil, em 2007, e que, a partir de janeiro de 2008, passou a ser registrado em Deduções da Receita Operacional, Custo com Energia Elétrica e Custo e Despesas Operacionais, por se tratar de amortização de Parcela A; e (iv) aumento de R$ 265.397 mil em Suprimento de Energia, devido principalmente ao desempenho das comercializadoras.

O aumento da receita operacional foi parcialmente compensado pelo índice provisório da segunda revisão tarifária das distribuidoras:

- CPFL Piratininga (-10,11%), com vigência a partir de outubro de 2007;
- CPFL Santa Cruz (-7,13%), CPFL Leste Paulista (-1,65%), CPFL Jaguari (-1,58%), CPFL Sul Paulista (-3,57%) e CPFL Mococa (-5,65%), com vigência a partir de fevereiro de 2008;
- CPFL Paulista (-13,61%), com vigência a partir de abril de 2008; e
- Redução de R$ 189.000 mil em outras receitas, devido principalmente à baixa de Energia livre, em 2007.

Custo com Energia Elétrica

O custo com energia elétrica, composto pela compra de energia e encargos do uso do sistema, totalizou R$ 5.691.460 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 19,7% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre principalmente de reajuste tarifário de geradores e aumento de 18,1% na quantidade de energia elétrica comprada no período, além de aumento de 28,6% nos encargos de uso do sistema de distribuição.

Custos Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais atingiram R$ 1.678.328 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, registrando uma redução de 7,1% em relação ao exercício anterior.

Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o resultado financeiro foi uma despesa de R$ 414.321 mil, um aumento de 10,5% em relação ao exercício anterior, em razão, principalmente, de aumento dos encargos de dívida em função do maior endividamento das controladas RGE, CPFL Geração e CPFL Piratininga, bem como aumento dos índices das dívidas atreladas à Taxa DI.

Lucro Líquido do Exercício

Em 31 de dezembro de 2008, a CPFL Energia alcançou Lucro Líquido Consolidado de R$ 1.275.692 mil, com redução de 22,2% em relação aos R$ 1.640.727 mil obtidos em 2007. Esse resultado é decorrente principalmente de redução de 16,1% no EBITDA Ajustado e do aumento das despesas financeiras no período.

EBITDA Ajustado

O resultado operacional medido pelo EBITDA Ajustado alcançou R$ 2.807.765 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, com redução de 16,1%, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (R$ 3.344.887 mil). Esse resultado deveu-se principalmente ao aumento de 19,7% no custo com energia elétrica.

Endividamento

O endividamento da CPFL Energia em 31 de dezembro de 2008 apresentou aumento de 5,8% em comparação ao mesmo período do exercício anterior e atingiu R$ 6.793.321 mil.

Os principais fatores que contribuíram para a variação do endividamento foram:

- CPFL Geração e Projetos de Geração: captações líquidas de amortizações (BNDES e outras instituições financeiras) totalizando R$ 189.000 mil, com destaque para:

    (i) captações líquidas de amortizações de Foz do Chapecó (R$ 113.000 mil) e CERAN (R$ 55.000 mil);

(ii) captações líquidas de amortizações de dívidas na modalidade suportada pela Resolução BACEN n.º 2770, realizadas pela CPFL Geração, totalizando R$ 276.000 mil; e

(iii) amortização de principal das debêntures da CPFL Geração e da BAESA (R$ 154.000 mil).

- CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: amortizações líquidas de captações (BNDES e outras instituições financeiras) totalizando R$ 41.000 mil, com destaque para:

(i) emissões de debêntures pela RGE, no montante de R$ 380.000 mil, e pela CPFL Piratininga, no montante de R$ 100.000 mil, para rolagem de dívidas;

(ii) amortizações líquidas de captações de dívidas na modalidade suportada pela Resolução BACEN n.º 2770, realizadas pela CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, totalizando R$ 199.000 mil;

(iii) amortização de linhas de capital de giro pela RGE, no montante de R$ 175.000 mil; e

(iv) amortizações líquidas de captações de financiamentos junto ao BNDES da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, totalizando R$ 29.000 mil.

- variação cambial das dívidas em moeda estrangeira, líquida da variação no saldo de derivativos, no montante de R$ 45.000 mil.

Investimentos

Em 2008, o Grupo CPFL investiu R$ 1.178.000 mil. Em linha com a estratégia de ampliação e fortalecimento da participação do grupo no mercado brasileiro de energia elétrica, foram aplicados R$ 875.000 mil na expansão dos negócios, abrangendo a construção de UHEs, a repotenciação de PCHs e a ampliação e reforço do sistema elétrico, para atender ao expressivo crescimento de mercado das distribuidoras. Foram, ainda, aplicados recursos de R$ 292.000 mil em melhoramentos no sistema elétrico, na logística de operações, nos sistemas e na infraestrutura de suporte às operações, nos diversos segmentos de negócio. O segmento de comercialização e serviços de valor agregado do grupo respondeu por investimentos de R$ 11.000 mil.

Distribuição de Energia

Os investimentos totalizaram R$ 665.000 mil. Desse montante, R$ 373.000 mil foram destinados à ampliação e ao reforço do sistema elétrico para atender o mercado, tanto nas vendas de energia quanto no número de clientes, registrado pelas oito distribuidoras no exercício. Foram, ainda, destinados R$ 292.000 mil em melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infraestrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

Geração de Energia

Os recursos, no total de R$ 502.000 mil, concentraram-se nos empreendimentos em construção: Complexo CERAN (UHEs Castro Alves e 14 de Julho), UHE Foz do Chapecó e nos projetos de repotenciação das PCHs Capão Preto e Chibarro.

Comercialização

A carteira de Consumidores Livres em 31 de dezembro de 2008 totalizou 157 clientes, que responderam por aproximadamente 7,3% da Receita Operacional Líquida da CPFL Energia e por aproximadamente 8,4% do volume total de energia elétrica vendida pelas distribuidoras em 2008.

As vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais atingiram 8.565 GWh, o que representou uma redução de 4,1%, devido a: (i) retração natural do mercado livre frente à volatilidade dos preços da energia nesse mercado e (ii) atuação da CPFL Brasil junto aos consumidores atendidos em tensão abaixo de 138Kv, que, em geral, apresentam menor consumo de energia do que os consumidores atendidos em tensões mais elevadas.

Geração

A capacidade instalada de geração, que em 31 de dezembro de 2007 era de 1.588 MW, atingiu 1.704 MW em 31 de dezembro de 2008, tendo alcançado o montante de 1.737 MW no primeiro semestre de 2009 com a entrada em operação da 2ª unidade geradora da Usina 14 de Julho no mês de março, representando um crescimento de 9,4%, em relação a 2007.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o segmento de geração, fundamental na estratégia de diversificação dos negócios da CPFL Energia, destacou-se pela conclusão das obras de construção da UHE Castro Alves (130 MW) e ocorreu o início de operação da primeira unidade geradora da UHE 14 de Julho (responsável por 50% dos 100 MW do empreendimento). Com isso, a Potência Instalada do Grupo alcançou 1.704 MW e a Energia Assegurada alcançou 862 MW médios, destacando-se que as obras da hidrelétrica Foz do Chapecó (855 MW) mantiveram-se de acordo com o cronograma definido. A entrada em operação dessa usina está prevista para o último trimestre de 2010, quando a Potência Instalada de geração deverá alcançar 2.202 MW e a Energia Assegurada 1.092 MW médios. Também foram concluídas as repotenciações das PCHs Capão Preto e Chibarro. No primeiro trimestre de 2009 entrou em operação a 2ª unidade geradora da UHE 14 de Julho, tendo a Potência Instalada alcançado o patamar de 1.737 MW.

Os Índices de Disponibilidade de Máquinas das usinas, em 2008, foram de: 95% na UHE Serra da Mesa, 96% nas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 92% na UHE Monte Claro, 96% na UHE Barra Grande, 95% UHE Campos Novos e 91% na UHE Castro Alves. A entrada em operação da primeira unidade geradora da UHE 14 de Julho aconteceu no mês de dezembro de 2008.

CPFL Energia em números (R$ milhares)

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros (*)	Eliminações	Total
2008						
Vendas	12.778.694	385.651	1.207.557	11	-	14.371.913
(-) Vendas entre sociedades parceiras	51.804	546.318	882.352	-	(1.480.474)	-
Resultado do Serviço	1.525.173	546.986	301.966	(38.106)	-	2.336.020
Lucro antes dos impostos	1.395.575	321.521	314.219	(109.616)	-	1.921.699
Lucro Liquido	916.868	241.936	217.501	(100.613)	-	1.275.692
Total do Ativo (**)	9.389.542	4.507.553	387.570	1.958.508	-	16.243.172
Aquisições do Imobilizado e Outros Intangíveis	664.602	501.709	11.277	316	-	1.177.904
Depreciação e Amortização	473.836	88.023	2.965	100	-	564.924
2007						
Vendas	12.985.618	329.227	892.539	-	-	14.207.384
(-) Vendas entre sociedades parceiras	11.557	371.990	985.397	-	(1.368.944)	-
Resultado do Serviço	2.055.374	465.041	352.211	(25.370)	-	2.847.256
Lucro antes dos impostos	1.890.828	319.751	358.106	(96.276)	-	2.472.409
Lucro Liquido	1.235.771	281.853	239.292	(116.189)		1.640.727
Total do Ativo (**)	11.068.728	3.851.905	255.772	421.596	-	15.598.001
Aquisições do Imobilizado e Outros Intangíveis	700.728	445.334	1.113	6.210	-	1.153.385
Depreciação e Amortização	469.888	76.785	1.388	100	-	548.161

(*) Outros - Refere-se basicamente a CPFL Energia após as devidas eliminações dos saldos com partes relacionadas.

(**) Os ágios de aquisições líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

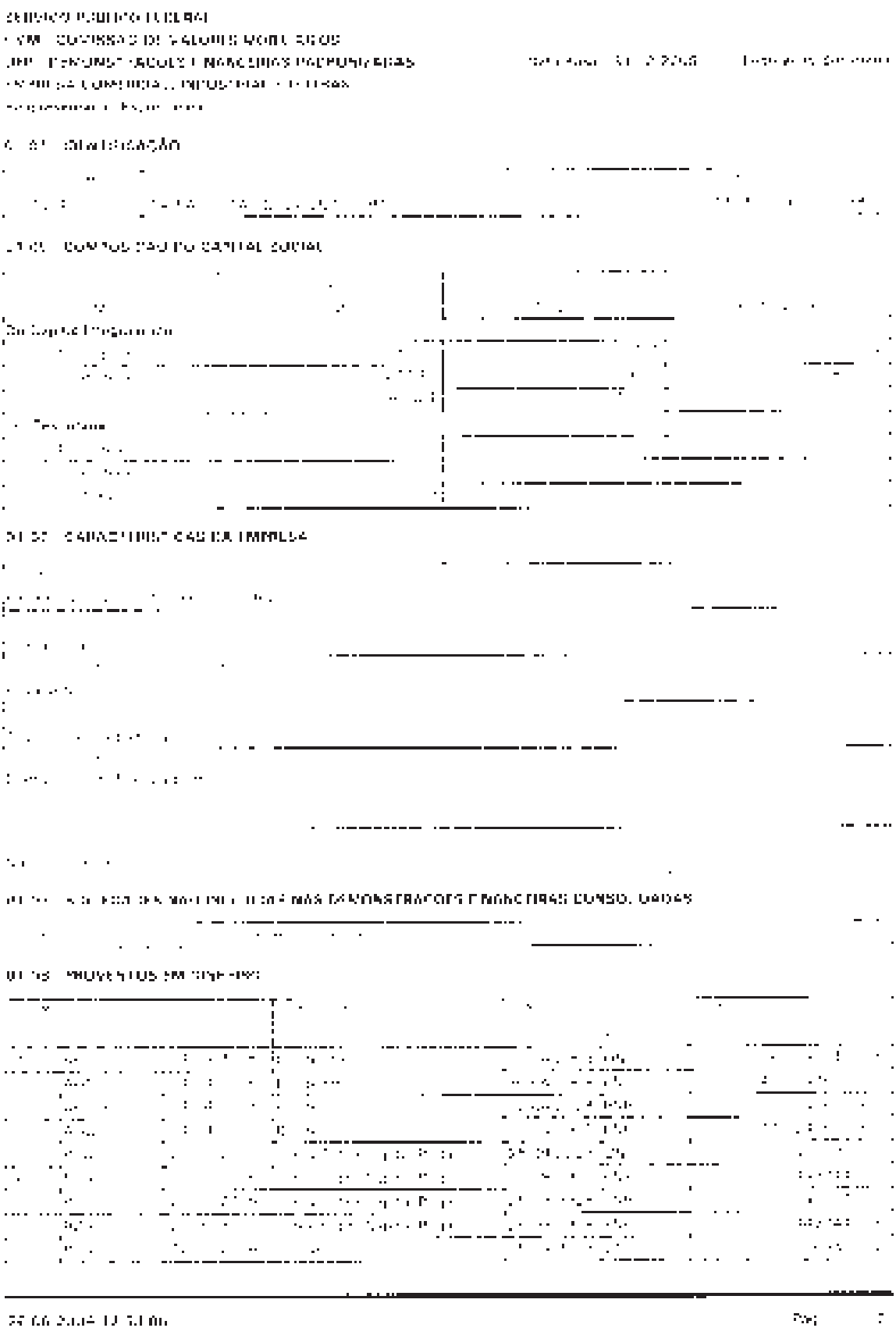
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

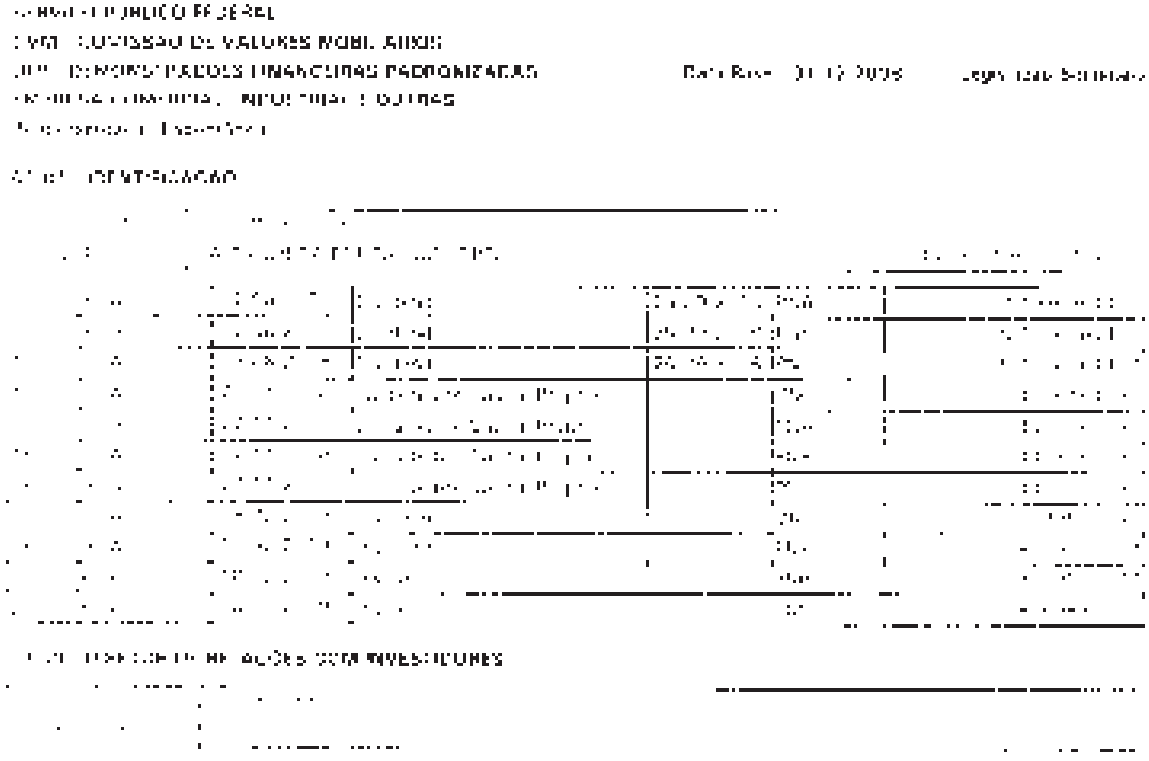
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

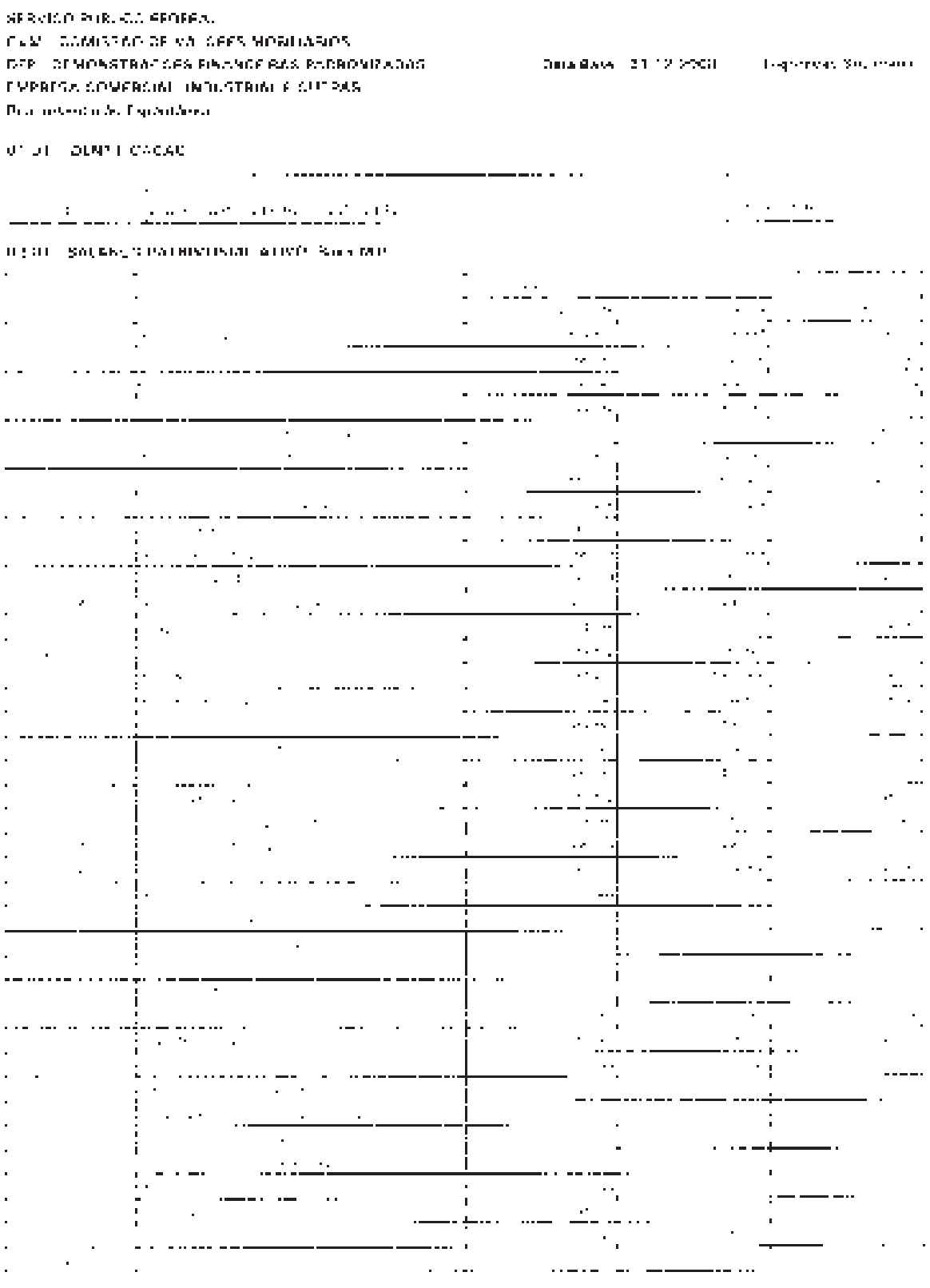
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

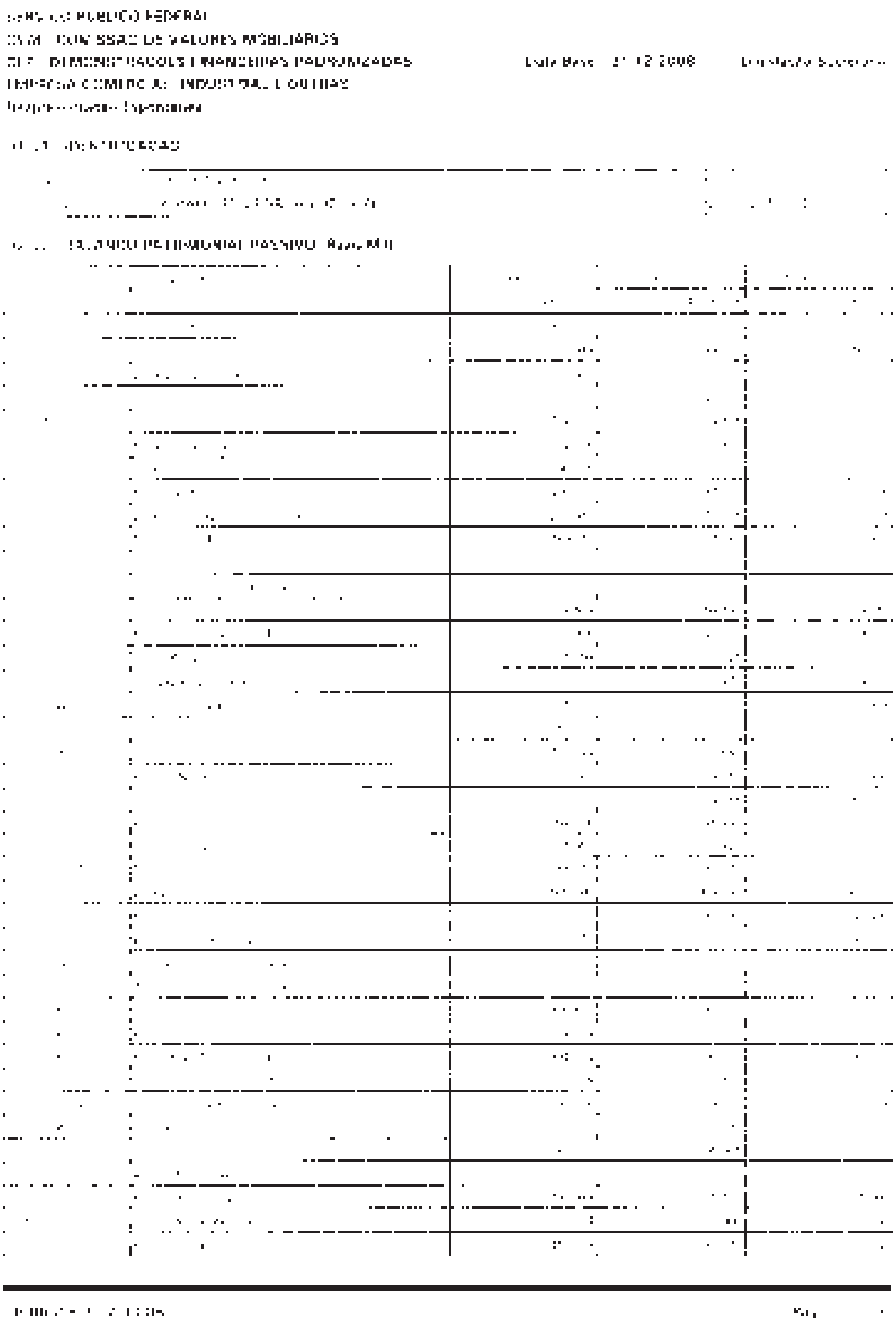
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

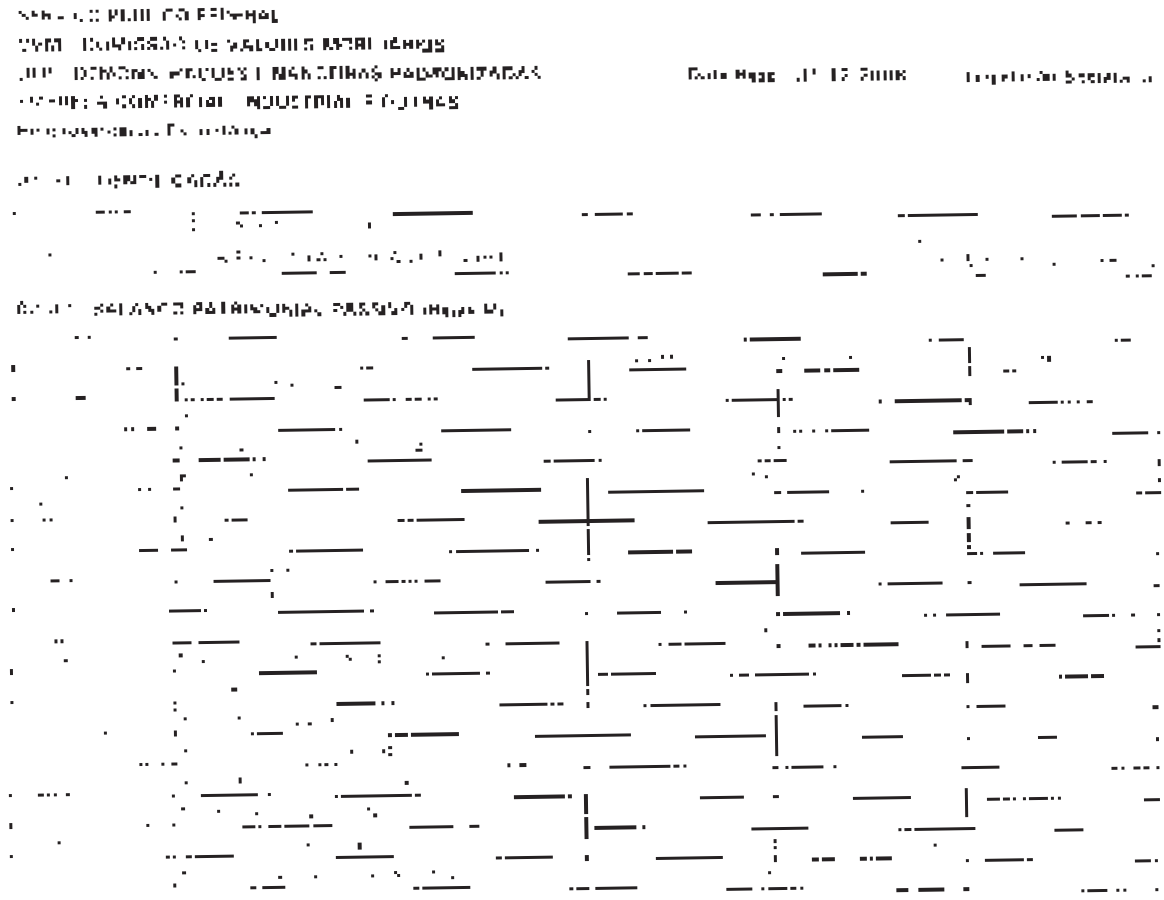
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

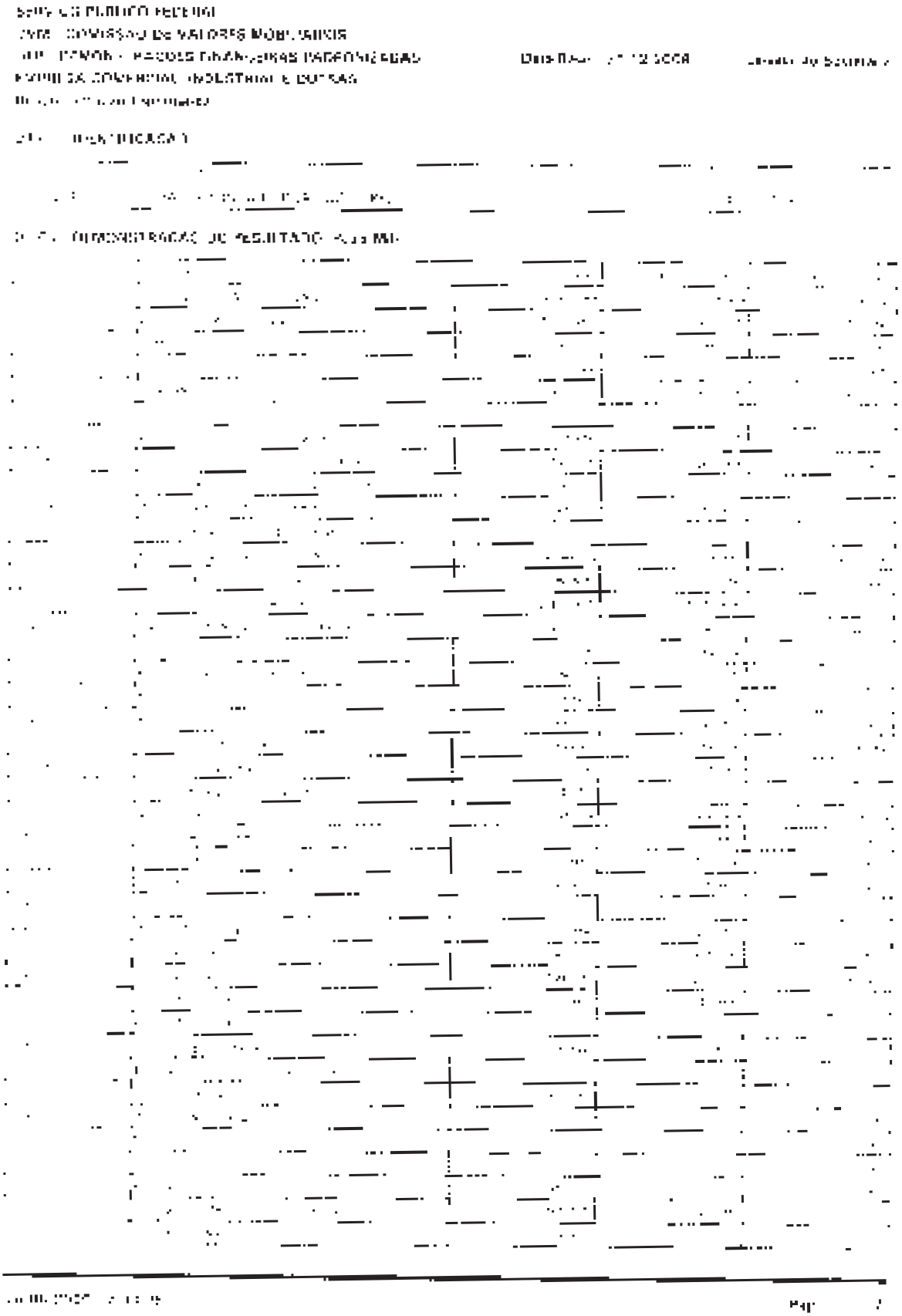


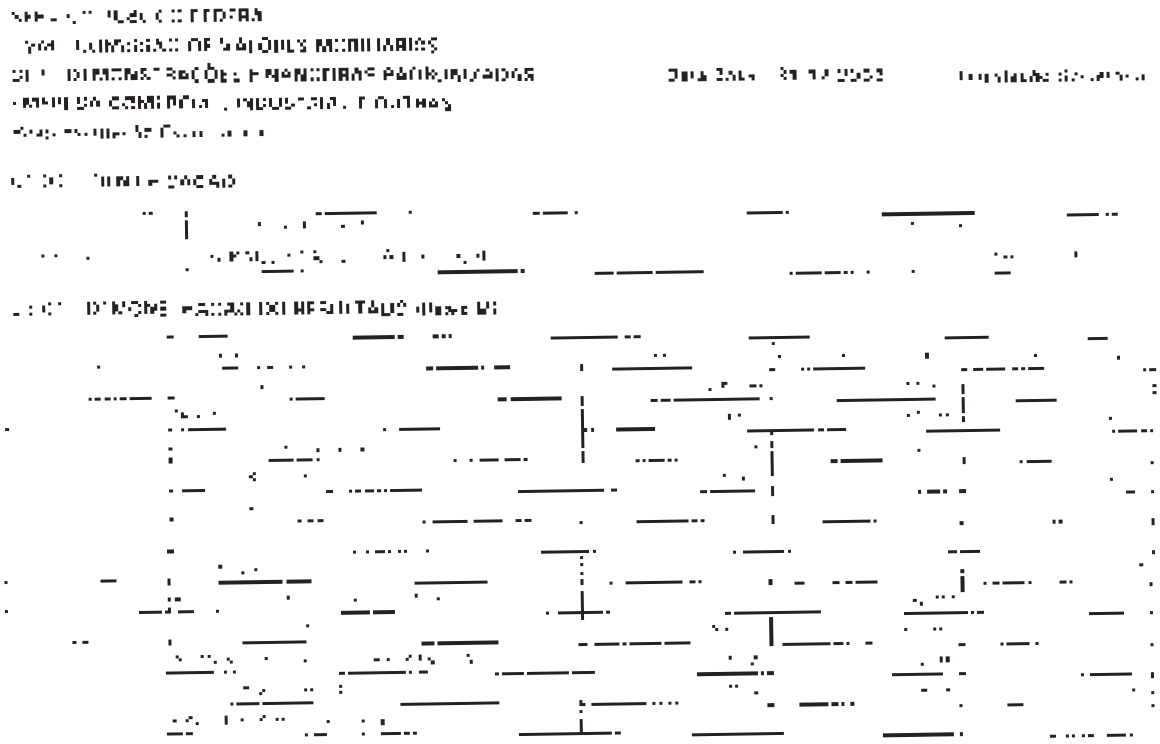


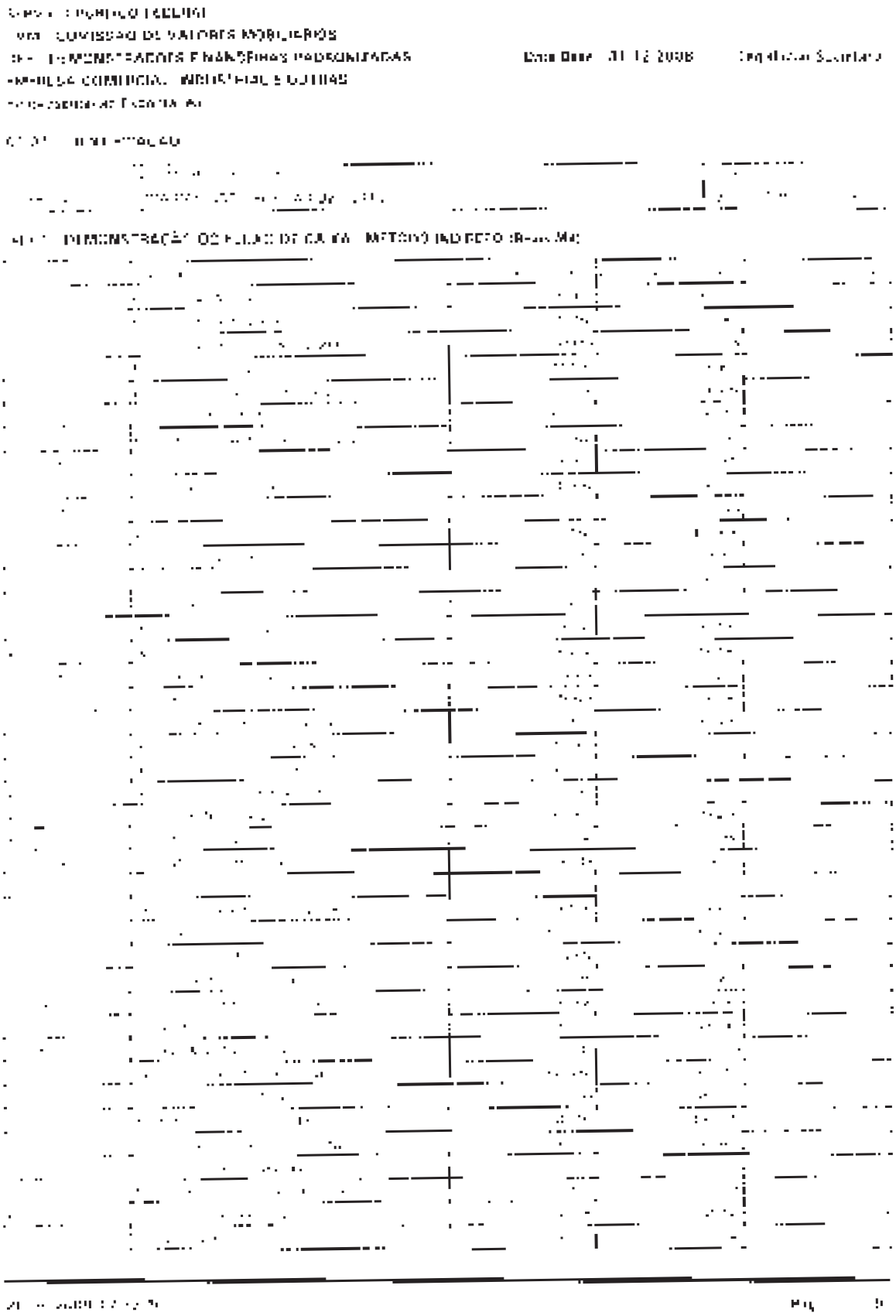


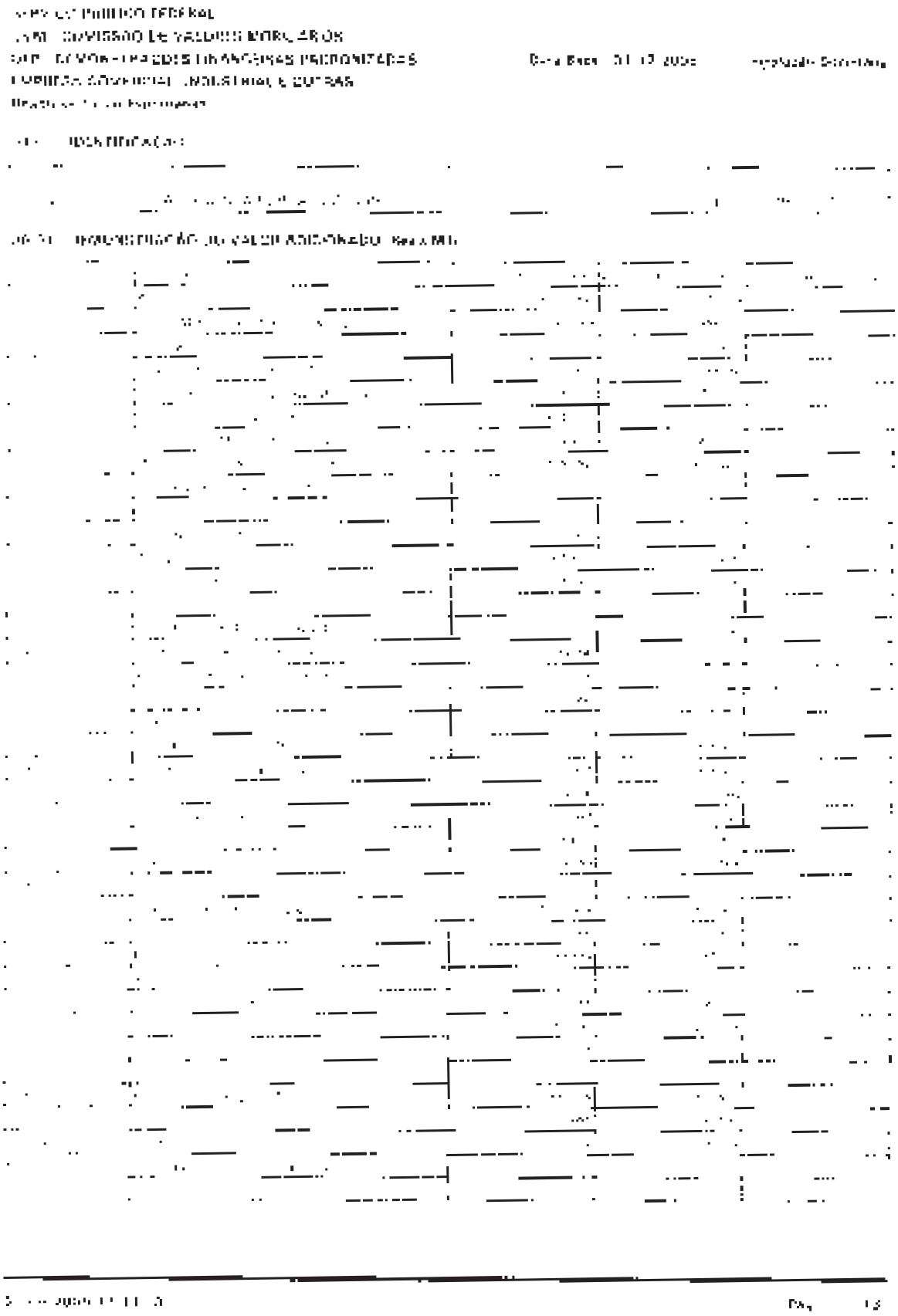












12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais [illegible] Data-Base [illegible]
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

00392-4 CIA PAULISTA FORCA LUZ - CPFL [illegible]

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Pontual Federal S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Conglomerado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as informações contidas neste Relatório, exceto quando indicado de forma diferente, referem-se ao Conglomerado em 31 de dezembro de 2023, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1. Considerações Iniciais

O Banco Pontual Federal S.A. é uma instituição financeira de capital aberto, com sede em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional. Nosso modelo de negócio concentra-se em três pilares: crédito consignado para servidores públicos federais, crédito imobiliário residencial e serviços de custódia e liquidação de títulos públicos. Em 31 de dezembro de 2023, o Conglomerado contava com 1.247 colaboradores, 312 pontos de atendimento e 4,8 milhões de clientes ativos.

O ano de 2023 foi marcado por um ambiente macroeconômico desafiador. A taxa básica de juros Selic encerrou o ano em 11,75% a.a., após um ciclo de elevações iniciado em março de 2021. O crédito total do sistema financeiro nacional cresceu 7,2% em termos reais, enquanto a inadimplência das pessoas físicas atingiu 4,1% em novembro, o maior patamar desde 2017. Nesse cenário, o Pontual Federal optou por uma política de crescimento seletivo, priorizando operações com garantia real e clientes com histórico de relacionamento superior a cinco anos.

Em 15 de março de 2023, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução BCB nº 412, que alterou os critérios de classificação de operações de crédito consignado. A norma passou a exigir provisionamento adicional para contratos com prazo superior a 84 meses, mesmo quando a margem consignável do tomador comportasse a parcela. O impacto contábil da medida foi reconhecido integralmente no resultado do primeiro trimestre, totalizando R$ 38,6 milhões. Apesar do custo pontual, a Administração entende que a regra reduz o risco sistêmico e fortalece a qualidade da carteira no médio prazo.

Em 22 de junho de 2023, o Conselho Monetário Nacional aprovou a Resolução CMN nº 5.021, que estabeleceu novos requisitos de governança para instituições financeiras de médio porte. O Pontual Federal, classificado como Segmento 3 pela Circular BCB nº 3.978, teve prazo até 31 de dezembro de 2023 para adequar seus comitês de auditoria, riscos e remuneração. A Diretoria de Controles Internos coordenou a implantação, que envolveu a revisão de 47 políticas internas e a capacitação de 186 colaboradores em gestão de riscos e compliance.

Em 9 de agosto de 2023, a Diretoria de Tecnologia da Informação concluiu a migração do sistema de custódia para a plataforma em nuvem da Cetip Digital S.A., encerrando a operação do data center próprio localizado em Taguatinga. O projeto, iniciado em janeiro de 2022, consumiu R$ 22,4 milhões em investimentos e reduziu o tempo médio de liquidação de títulos públicos de D+1 para D+0 em 96% das operações. Não houve incidentes relevantes durante a transição, e o plano de continuidade de negócios foi testado com sucesso em três simulações de contingência.

Em 14 de novembro de 2023, a Ouvidoria recebeu 2.318 manifestações, das quais 1.964 foram classificadas como reclamações. O tempo médio de resposta foi de 6,2 dias úteis, abaixo do limite de 10 dias estabelecido pela Resolução BCB nº 423. As principais causas de reclamação foram cobrança indevida de tarifa de manutenção de conta (412 casos) e demora na liberação de margem consignável após quitação antecipada (287 casos). Ambos os temas já estão sendo tratados por grupos de melhoria contínua.

Em 30 de abril de 2023, o Banco Pontual Federal S.A. celebrou contrato de parceria com a Cooperativa de Crédito dos Servidores do Planalto Central Ltda. (Coopcentral), que passou a distribuir produtos de crédito consignado para associados da cooperativa. O acordo prevê remuneração variável de 1,8% sobre o valor das operações originadas e tem vigência inicial de 36 meses, renovável por igual período. Até o encerramento do exercício, foram originados R$ 312 milhões em contratos por meio da parceria, representando 4,1% da carteira total de crédito consignado.

2. Comentário sobre a Conjuntura

Ambiente Macroeconômico

[illegible]

[illegible]

Ambiente Regulatório

[illegible]

[illegible]

20.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[illegible] informações.

[illegible] Decreto Federal nº [illegible] [illegible] energia elétrica de reserva [illegible] [illegible] ANEEL [illegible] desses custos [illegible] consumidores.

Tarifas de Energia Eletrica

[illegible] 2008 [illegible] ANEEL [illegible] CPFL Paulista. As tarifas [illegible] 2008.

Para mais detalhes referentes às tarifas de energia elétrica, vejam a Nota Explicativa nº 3.b das Demonstrações Financeiras.

Investimento Remuneravel

[illegible] Base de Remuneração [illegible] Serviço [illegible] Energia Elétrica [illegible] ANEEL [illegible] Nota Técnica [illegible] 321/2008 [illegible]

Componentes do Investimento Remuneravel	R$ Mil Revisão 04/08
Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	[illegible]
Depreciação Acumulada	[illegible]
Obrigações Especiais SPEF	[illegible]
Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	[illegible]
Almoxarifado [illegible]	[illegible]
Investimento Remuneravel - Base de Remuneração	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible] Taxa Média Anual [illegible]	[illegible]

[illegible]

3. Desempenho Operacional

Clientes

[illegible]

Vendas de Energia

[illegible]

- **Classes Residencial e Comercial:** [illegible]
- **Classe Industrial:** [illegible]

[illegible]

Para mais detalhes referentes à energia elétrica faturada (venda em R$, em GWh e por classe de consumo), vejam a Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Perdas Comerciais

[illegible]

[illegible] RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Qualidade dos Serviços Prestados

Atendimento ao Cliente

[illegible]

[illegible]

- **Novo Site na Internet:** [illegible]

Atendimento de Ligação nova com hora marcada: [illegible]

- **Cartão do Eletricista:** [illegible]

Célula Pós-atendimento: [illegible]

Fornecimento de Energia

[illegible]

[illegible]

15.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[illegible]

Qualidade do Faturamento

[illegible]

4. Desempenho Econômico-Financeiro

[illegible]

Receita Operacional

[illegible]

[illegible]

[illegible] RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R$ 1.210 milhões [illegible] (R$ 409 milhões), refletindo [illegible] (R$ 115 milhões) [illegible] (R$ 60 milhões) [illegible] (R$ 210 milhões) [illegible] (R$ 71 milhões).

[illegible] compensado pela redução de 19,2 [illegible] Operacionais (R$ 118 milhões), dos quais [illegible] Depreciação e Amortização, principalmente [illegible] (R$ 130 milhões) em 2007.

O EBITDA [illegible] medição não contábil [illegible] pela Administração [illegible] resultado [illegible] e depreciação [illegible]

Lucro Líquido do Exercício

[illegible] CPFL [illegible] Lucro Líquido de R$ 590 milhões [illegible] (R$ 228 milhões) [illegible] EBITDA [illegible] (R$ 32 milhões) [illegible] (R$ 30 milhões) [illegible] (R$ 108 milhões).

Endividamento

[illegible] CPFL [illegible] R$ 1.908 milhões, representando uma redução de 1,8.

Mais informações sobre o endividamento encontram-se nas Notas Explicativas nºs 13 e 14.

Inadimplência

[illegible] 1.1% [illegible] 1.131 [illegible] classe [illegible] existentes.

5. Investimentos

[illegible]

[illegible]

Sistema de Gestão Comercial

[illegible]

Incorporação de Redes Particulares

[illegible]

Suprimento de Materiais e Serviços

[illegible]

6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

[illegible]

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

[illegible]

Gestão da Excelência Empresarial

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Satisfação dos Clientes

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Programas de Eficiência Energetica e P&D

[illegible]

Gestão de Recursos Humanos

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[illegible]

Relacionamento com as Comunidades

[illegible] 2008 [illegible] CPFL Paulista [illegible]

- **CPFL Cultura:** [illegible] para a disseminação [illegible] por meio de apresentações artísticas [illegible] é [illegible] a população [illegible] Fala por meio [illegible] e de programas [illegible] Cultura de São Paulo. A partir de 2008 [illegible] CPFL Cultura [illegible] campinas [illegible] cidades de Ribeirão [illegible] CPFL Cultura [illegible]
- **Programa CPFL de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos:** [illegible] Gestão (MEG) [illegible] (PNQ) [illegible] 2009
- **Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):** a CPFL Paulista [illegible] 2008 [illegible]
- **Prêmio Cidadão RAC e CPFL:** o Prêmio [illegible] desenvolvidos por entidades ou indivíduos [illegible] 23 projetos sociais [illegible] Prêmio Cidadão [illegible] 2008 [illegible]

Influência e Liderança na Cadeia de Valor

[illegible] a CPFL Paulista desenvolve o Programa Rede de Valor, [illegible] 2006 [illegible] VII Encontro de Fornecedores [illegible] CPFL [illegible]

[illegible] a CPFL Paulista [illegible] Programa [illegible] Fundo Multilateral de Investimentos [illegible] BID e o Instituto [illegible] A CPFL é uma empresa-âncora do Programa [illegible] 2005 [illegible] 200 [illegible]

[illegible] a CPFL Paulista [illegible] CPFL [illegible] são avaliados mensalmente pelas áreas [illegible]

Gestão Ambiental

[illegible] CPFL Paulista [illegible] Programa de Pesquisa [illegible] 12 kVA [illegible] Universidade Federal de Lagoa (UNIFEI) [illegible] Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz [illegible] Estado de Paulo [illegible] Linhas de Transmissão

[illegible] Programa de Amortização [illegible] Gestão Final [illegible] Recursos Naturais

[illegible] a CPFL Paulista [illegible]

Reconhecimentos e Premiações

Prêmio Nacional da Qualidade® – PNQ 2008, da Fundação Nacional da Qualidade-FNQ

Prêmios Abradee 2008 – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica:

- [illegible]

Prêmio IASC 2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL

[illegible]

Prêmio "Medalha Eloy Chaves" – [illegible]

XVIII Prêmio FGV em Excelência Empresarial – [illegible]

Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:

- [illegible]

7. Auditores Independentes

[illegible]

8. Agradecimentos

[illegible]

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2008 Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01152-4 CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

ANEXO - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social Anual 2008

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

[illegible] (ANEEL) [illegible]

[illegible]

[illegible]

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[illegible] (ANEEL) [illegible] (CVM).

[illegible]

2.1 Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

[illegible]

[illegible]

[illegible] FEDERAL

[illegible]

[illegible] Demonstrações Financeiras Padronizadas [illegible]

[illegible]

Data-Base - 31 12 2008

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ATIVO 4 VIA JACLISTA FORCA LTDA - EPP 01.000.000/0001-00

2 NOTAS EXPLICATIVAS

2.2 Sumário das Principais Práticas Contábeis

Disponibilidades - [illegible] de saldos de caixa, depósitos em bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e outros investimentos de curto prazo, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

- **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** - [illegible] registrados pelo valor faturado e incluem valores a faturar referentes ao fornecimento de energia elétrica entregue aos consumidores até o final do exercício. [illegible] Distribuição de Energia Elétrica e outros regulamentos aplicáveis.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos, considerando a experiência passada, a análise da composição das contas a receber e a avaliação de risco de crédito. [illegible] Resolução Normativa nº 414/2010.

- **Imobilizado** - Registrado pelo custo de aquisição, construção ou formação, acrescido dos juros e encargos financeiros incorridos durante o período de construção, montagem ou instalação, quando aplicável. [illegible] 31 de dezembro de 1995 e custos de empréstimos capitalizados até essa data. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015.

- **Intangível** - [illegible] que correspondem aos direitos de concessão [illegible] Distribuição de energia elétrica e outros direitos e ativos intangíveis. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015.

- **Redução ao Valor Recuperável** - Os ativos não circulantes [illegible] quando existem evidências de perda de valor.

- **Atualização de Direitos e Obrigações** - Os direitos e obrigações sujeitos a [illegible] por índices ou taxas previstos em contratos, [illegible] Distribuição de Energia Elétrica e outros regulamentos aplicáveis. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Calculados [illegible] sobre o lucro tributável, [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015.

[illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015.

[illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015. [illegible] Resolução Normativa nº 674/2015.

[illegible]

Planos de Aposentadoria e Pensão – [illegible]

Provisão para Contingências – As provisões para [illegible] são apresentadas nesta [illegible]

- **Empréstimos, Financiamentos e Debêntures** – [illegible]

Derivativos – [illegible] Reais [illegible] contratos de derivativos com o objetivo de [illegible]

Resultado – [illegible] PIS e COFINS [illegible]

Estimativas – [illegible]

[illegible] PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL [illegible]

[illegible] Lucro Líquido por Ação - [illegible]

[illegible] ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

[illegible]

[illegible] Racionamento (RTE), Energia Livre e Parcela [illegible]

[illegible] 2001 [illegible] de 2002 [illegible]

[illegible]

a) Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE") - Corresponde à [illegible] da receita de venda de energia efetivamente realizada [illegible] pela ANEEL para esse período. Essa parcela [illegible] Programa de Recomposição Tarifária de Energia Elétrica [illegible] de setembro de 2001 a dezembro de 2001 [illegible] a Sociedade [illegible] a CDE - Conta de Desenvolvimento Energético [illegible] de outubro de 2001 [illegible] 7,9% para a recomposição da RTE [illegible] R$ 19.922 registrada [illegible]

b) Energia Livre - Corresponde [illegible] produtos e [illegible] mercado livre [illegible] Ajuste [illegible] de [illegible] que [illegible] Sociedade [illegible] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE [illegible] que [illegible] Sociedade [illegible] a ANEEL. [illegible] ANEEL [illegible] percentual de 7,9% [illegible] que [illegible] Sociedade [illegible] a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE [illegible]

[illegible] de R$ [illegible] em outubro de 2001 a Sociedade [illegible] R$ 106 [illegible] a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE [illegible] Operações [illegible] Receita Operacional [illegible]

c) Parcela "A" - Corresponde [illegible] custos [illegible] Ajuste [illegible] Sociedade [illegible] a CCEE [illegible] Sociedade [illegible] a CDE [illegible]

Os [illegible] da Sociedade [illegible] RTE, Energia Livre e Parcela "A" [illegible]

Descrição	RTE	Energia Livre		Parcela "A"
		Ativo	Passivo	
[illegible]	830.466	[illegible]	830.466	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

b2) Ciclo de Revisão Tarifária

[illegible] Ratificação Homologatória nº 2.521 de 19 de abril de 2017 estabeleceu [illegible] Sociedade [illegible] a ser reajustada [illegible] a partir de [illegible] Reajustes [illegible] representaram [illegible] 3,18% [illegible] [illegible] Ratificação Homologatória nº 2.521 de 19 de abril de 2017 [illegible]

[illegible] [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible]

Receita Verificada	5.175.546
[illegible]	540.[illegible]
[illegible]	1.994.4[illegible]
[illegible]	779.7[illegible]
Parcela A	3.314.145
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Parcela B	1.180.392
Receita Requerida (Parc. A + B)	4.494.537
(-) Outras Receitas	(27.276)
Receita Requerida Líquida	4.467.261
Componentes Financeiros	3.336
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Reposicionamento Total	[illegible]

[illegible]

[illegible]

(-) Componentes Financeiros:

[illegible] Revisão Tarifária – Depreciação

[illegible]

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] PIS e COFINS [illegible]

[illegible] Descontos TUSD e Irrigação

[illegible]

[illegible] ANEEL [illegible]

[illegible] CVA

[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] Majoração de PIS e COFINS

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] Sobrecontratação

[illegible] ANEEL [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] REN [illegible] ANEEL [illegible]

[illegible] ANEEL [illegible]

[illegible]

[illegible] CPFL [illegible]

[illegible]

[illegible] ANEEL [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] ANEEL [illegible]

Subvenção - Baixa Renda

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

c.7) Devolução ao Consumidor - Recálculo IRT

[illegible]

c.8) Outros Componentes Financeiros

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] movimentações [illegible] 2008 e 2007

[illegible]

4 DISPONIBILIDADES

	2008	2007
Caixa e Bancos	[illegible]	[illegible]
Aplicações Financeiras	[illegible]	[illegible]
Total	66.35[illegible]	340.790

[illegible] operações de curto prazo [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos	Vencidos			Total
	Vincendos	[illegible]	[illegible]	2002	2001
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Parcelamento de Débito de Consumidores - [illegible]

Operações Realizadas no CCEE - [illegible]

Concessionárias e Permissionárias - [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

6 TRIBUTOS A COMPENSAR

Circulante	2006	2007
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	41 552	40 380
Não Circulante		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	53 552	52 881

[illegible]

NOTAS EXPLICATIVAS

( ) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Saldo em 31 de Dezembro de 2006	(R$ 200)
[illegible]	[illegible]
Recuperação de Receita	[illegible]
Baixa de Contas a Receber Prescritas	[illegible]
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	(R$ 1.000)
[illegible]	[illegible]
Recuperação de Receita	[illegible]
Baixa de Contas a Receber Prescritas	[illegible]
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(R$ 1.553)

( ) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	R$ 179	R$ 2.608	R$ 35.560	R$ 2.618

( ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

( ) - Composição dos Créditos de Contribuição Social e Imposto de Renda

	2008	2007
Crédito de Contribuição Social sobre		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]
Crédito de Imposto de Renda sobre		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]
Crédito de PIS e COFINS sobre:		
[illegible]	[illegible]	
Total	R$ 547.392	R$ 558.075
Circulante	[illegible]	[illegible]
Não Circulante	[illegible]	[illegible]
	R$ 547.392	R$ 558.075

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
[illegible]
[illegible]
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00162-4 CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible]

Provisão de Recuperação:

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	460.000

§ 2 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

§ 3 – Reconciliação das parcelas de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nas [illegible] dos exercícios de 2008 e de 2007

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

Realização CVC - [illegible]

15 OUTROS CREDITOS

	Circulante		[illegible]	
	2008	[illegible]	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Créditos a Receber - CESP - [illegible]

Adiantamentos - Fundação CESP - [illegible]

Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados - [illegible]

Fundo Vinculado a Empréstimos Moeda Estrangeira - [illegible]

Serviços Prestados a Terceiros - [illegible]

Reembolso RGR - [illegible]

Contratos de Pré-Compra de Energia - [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

11 | IMOBILIZADO

[illegible]

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão - [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

Análise do Valor de Recuperação

[illegible]

[illegible]

- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]

[illegible]

[12] INTANGÍVEL

[illegible]

	2008			2007
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Intangível	248.117	(86.469)	162.648	146.258

[illegible]

Saldo em 31 de Dezembro de 2007	146.258
[illegible]	35.278
[illegible]	21.868
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	162.648

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

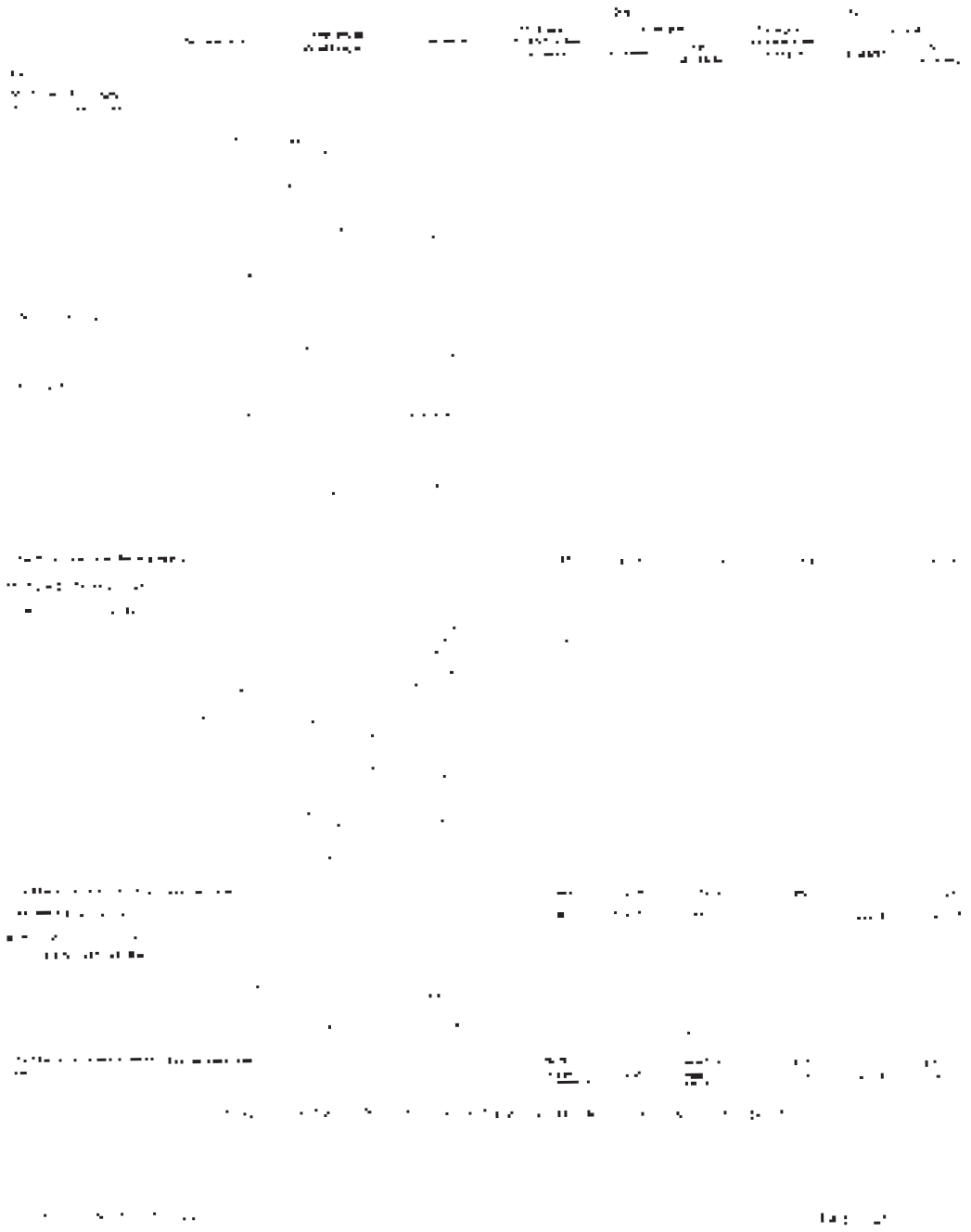
(13) FORNECEDORES

	2008	2007
Circulante		
Encargos de Serviço do Sistema	[illegible]	[illegible]
Suprimento de Energia Elétrica	[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso da Rede Elétrica	[illegible]	[illegible]
Materiais de Serviços	[illegible]	[illegible]
Parcelas Reguladoras (com Fr	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]
Total	446.851	382.394
Não Circulante		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS



[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible] Sociedade em consonância com a CPC [illegible]

[illegible]

Moeda estrangeira	Encargos Circulante e Não Circulante	Valor a custo Principal Não Circulante	Total	Valor justo (contábil)
Mensurações no valor justo				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total Moeda Estrangeira	16.793	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

Principais Captações:

BNDES – Investimento (FINEM III) – A Sociedade [illegible]

BNDES – Investimento (FINEM IV) – A Sociedade [illegible]

[illegible] PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL [illegible]

[illegible]

[illegible]

Vencimento	
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]

[illegible]

	Variação acumulada em %		Saldo vivo	
Indexador	2005	2007	2005	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
			[illegible]	[illegible]

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

[illegible]

- [illegible]
- [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

DIRETA E CIA PAULISTA PRAIA SUL - CPPS 33.050.196/0001-88

[illegible]

| 15 | DEBÊNTURES

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
TOTAL	640.000

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

[illegible]

- [illegible]
- [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

| 16 | ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

[illegible]

[illegible]

- [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

- [illegible]
- [illegible]

[illegible]

[illegible]

	2006	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	[illegible]	533.948

[illegible]

[illegible]

[illegible]

	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Passivo diferido [illegible] no exercício	[illegible]	537.548
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	425.190	542.004
Corrente	[illegible]	[illegible]
Não Corrente	[illegible]	[illegible]
	425.190	542.004

[illegible]

	2009 Estimados	2008 Realizadas
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	109	765.287
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total da Despesa (Receita)	[illegible]	765.287

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

	2009	2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

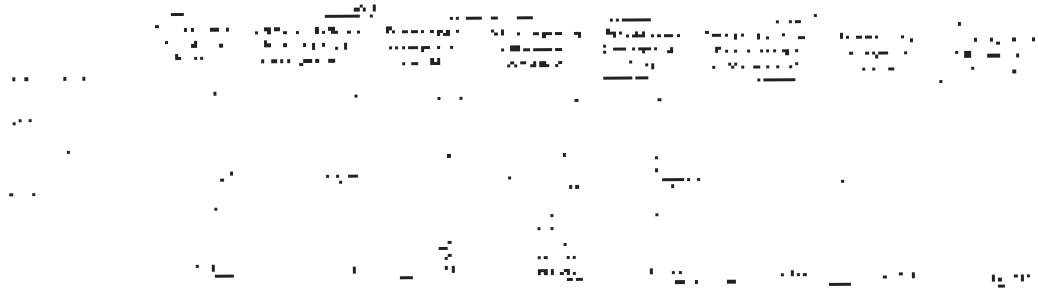
(17) TAXAS REGULAMENTARES

	2009	2008
Reserva Global de Reversão - RGR	[illegible]	[illegible]
Taxa de Fiscalização da ANEEL	[illegible]	[illegible]
Conta de Consumo de Combustível - CCC	[illegible]	[illegible]
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	15.119	[illegible]
Total	45.094	[illegible]

(18) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Total	210.453	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]

a) **Trabalhistas** [illegible]

b) **Outros Passivos** [illegible]

c) **Majoração Tarifária** [illegible]

d) **Energia Comprada** [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

[illegible]

Consumidores – [illegible] Programa de Universalização.

Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética – [illegible] Pesquisa & Desenvolvimento [illegible] Contrato de Concessão [illegible]

Adiantamentos – [illegible]

[illegible]

21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

[illegible]

2008 - Quantidade de Ações

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais "A", "B" e "C"	Total	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

2007 - Quantidade de Ações

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais "A", "B" e "C"	Total	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

21.1 - Aumento de Capital Social

[illegible]

[illegible]

21.2 - Juros sobre o Capital Próprio e Dividendo

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

BOLSA DE VALORES BOVESPA SOCIEDADE ANÔNIMA — Nº 000.196.000-0, de

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

2.3 - Distribuição do Lucro Líquido do Exercício

[illegible] Nos termos do Estatuto Social, do lucro líquido do exercício serão destinados 5% para a constituição da Reserva Legal, [illegible] Reserva de Lucros.

[illegible] Assembléia Geral Ordinária, será pago o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, [illegible] Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Lucro Líquido do Exercício	590.016
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Lucro Líquido Base para Distribuição	591.957
[illegible]	[illegible]
[illegible] Capital Próprio	[illegible]
Dividendo Proposto	[illegible]

[illegible] Sociedade [illegible] Reserva de Incentivos Fiscais, [illegible] Reserva de Lucros a Realizar.

(23) RECEITA OPERACIONAL

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] Vendas Líquidas, Preços Independentes

[illegible] Sociedade [illegible] Bovespa - [illegible] Exercício - [illegible] 45.87.53 [illegible] registrado em [illegible] [illegible] [illegible] - [illegible] [illegible] [illegible] ALS Trade, conforme [illegible] [illegible].

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

(20) CUSTO COM ENERGIA ELETRICA

Energia Comprada para Revenda	GWh 2008	GWh 2007	R$ Mil 2008	R$ Mil 2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal			[illegible]	[illegible]
Total			[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

| 24 | DESPESAS OPERACIONAIS

	2008	2007
Despesas com Vendas		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	192.603	238.279
Despesas Gerais e Administrativas		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	147.405	126.853
Outras Despesas Operacionais		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	8.594	21.670
Total Despesas Operacionais	348.602	387.820

[illegible]

[illegible]

(25) RESULTADO FINANCEIRO

	2008	2007
Receitas		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	-	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]
Total	254.330	293.20[illegible]
Despesas		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]
Subtotal	(299.016)	(279.6[illegible])
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(330.161)	(322.236)
Resultado Financeiro Líquido	(75.[illegible])	(119.035)

(26) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

[illegible]

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

[illegible]

[illegible]

- **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** – Refere-se [illegible]
- **Empréstimos e Derivativos** – Corresponde [illegible]

  Outras Operações Financeiras – Os valores [illegible]

  Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços – Refere-se [illegible]

  Arrendamento e Aluguel – Correspondem [illegible]

- **Custo de Uso do Sistema de Distribuição** – Refere-se [illegible]

  Compra Antecipada de Energia – Refere-se [illegible]

  Manutenção de Energia – [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

A [illegible] da Sociedade [illegible] Empregados [illegible] das Empresas [illegible]

[illegible] da administração [illegible] R$ [illegible] R$ [illegible]

(28) SEGUROS (*)

[illegible] de seguros [illegible]

DESCRIÇÃO	RAMO DA APÓLICE	2008	2007
Ativo Imobilizado	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Transporte	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Material Estocado	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Automóveis	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Responsabilidade Civil	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Pessoas	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]
TOTAL		1 [illegible] 504	1 082 [illegible]

(*) [illegible] pelos auditores independentes

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Classificação dos instrumentos financeiros

[illegible]

[illegible]

- [illegible]

  [illegible]

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible]

Considerações sobre Riscos

[illegible]

Risco de Taxa de Câmbio: [illegible]

Risco de Taxa de Juros: [illegible]

Risco de Crédito: [illegible]

Risco quanto à Escassez de Energia: [illegible]

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

[illegible]

[illegible]

Valorização dos Instrumentos Financeiros

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

	2008		2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(1.463.857)	(1.444.489)	(1.522.234)	(1.506.724)

Instrumentos Derivativos

[illegible] A Sociedade [illegible] derivativos. A Sociedade [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Derivativos*	Dívidas	Líquido
[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

			2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
			(15.064)	(115.861)

Efeitos da adoção inicial do CPC 14 Instrumentos Financeiros

[illegible] CPC 14 [illegible] Instrumentos Financeiros [illegible] Sociedade [illegible] derivativos e [illegible] [illegible] apresentados conforme quanto [illegible]

Exercício	Derivativos	Dívida
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
	(57.809)	51.068

Outras exposições cambiais

[illegible]

Análise de Sensibilidade

[illegible]

[illegible]

Variação cambial

[illegible]

Variação das taxas de juros

[illegible]

[illegible]

[illegible] UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)

[illegible]

[illegible] RS [illegible] [illegible] de 2005 [illegible] ANEEL [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] MEIO AMBIENTE (*)

	AGE	
[illegible]	Investimento	Despesa
[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
	[illegible]	[illegible]
[illegible]		
[illegible]		[illegible]
[illegible]		[illegible]
[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PADIS) [illegible] de energia elétrica [illegible] rede de distribuição.

[illegible]

[illegible]
[illegible] COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
[illegible] Pedronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
[illegible]

Legislação Societária
Data Base [illegible]

[illegible] 4 DIA PAULISTA MERCA LUZ - CPFL [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Presidente

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD
Vice-Presidente

LUIZ MURILO PINHEIRO DE GOES
Conselheiro

DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Diretor Presidente

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
[illegible]

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA PIPPO
[illegible]

PAULO CESAR COELHO TAVARES
[illegible]

HELIO VIANA PEREIRA
[illegible]

JOSE MARCUS CHAVES DE MELO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANTONIO CARLOS BASSALO
[illegible]

SÉRGIO LUIZ FELICE
[illegible]

[illegible] PÚBLICO FEDERAL
[illegible] COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
[illegible] Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Empresa Cotada Consolidada

Sociedade Anonima
Data Base [illegible]

[illegible] & CIA PAULISTA FORÇA [illegible] - CPFL

[illegible]

[illegible]

PARECER DO CONSELHO FISCAL

[illegible] Fiscal da Companhia Paulista de Força e Luz [illegible] Relatório Anual da Administração, as demonstrações [illegible] pela Diretoria da Companhia [illegible] da Auditoria Externa [illegible] Assembleia Geral Ordinária [illegible]

Campinas, 18 de fevereiro de 2009

[illegible] VIDERA

FERNANDO DIAS GOMES

[illegible]

FRANCISCO [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Reapresentação em 26/06/2009

Atualização de Informações, em função da preparação do Prospecto de emissão de Debêntures, no item abaixo relacionado:

Grupo 35 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ano 2006 e 2007 (Lucros - Prejuízos Acumulados)

INDICE

[illegible]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

00382-4	CIA PALLISTA FORCA LUZ - CPFL	33.550.180/0001-88

01.02 - SEDE

[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
13058-200	Campinas			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
019	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
019	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]				
[illegible]				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
13070-500	Campinas			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
019	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
019	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]				
[illegible]				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

[illegible]	[illegible]	[illegible]
1 - Último	01/01/2007	31/12/2007
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005
[illegible]		[illegible]
KPMG Auditores Independentes		[illegible]
[illegible]		[illegible]
Jaime Sinaola Cristal Forjada		012.162.214-02

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.01.0	CIA PROJETO FORÇA LUZ (DFP)	31/12/2007

01.06 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

	1 31/12/2007	2 31/12/2006	3 31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	5	12.261.552	12.261.552
2 - Preferenciais	7.276	21.560.000	21.281.207
3 - Total	7.302	33.821.552	33.821.552
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	39	39
6 - Total	0	39	39

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

Empresa Comercial, Industrial e Outras
Operacional
Plena
1 - Consolidado
Demonstração de Emissão Própria
Não Auditada

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

01.07.0	0	0

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

01	ON	02/08/2007	Juros Sobre Capital Próprio	31/08/2007	004	0,0000000000
02	ON	02/08/2007	Juros Sobre Capital Próprio	31/08/2007	PNA	0,0000000000
03	ON	02/08/2007	Juros Sobre Capital Próprio	31/08/2007	PNB	0,0000000000
04	ON	02/08/2007	Juros Sobre Capital Próprio	31/08/2007	PNC	0,0000000000
05	ON	02/08/2007	Dividendos	31/08/2007	004	0,0000000000
06	ON	02/08/2007	Dividendos	31/08/2007	PNA	0,0000000000
07	ON	02/08/2007	Dividendos	31/08/2007	PNB	0,0000000000
08	ON	02/08/2007	Dividendos	31/08/2007	PNC	0,0000000000
09	ON	15/10/2007	Juros Sobre Capital Próprio		004	0,0000000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
0026244	CIA. [illegible]	[illegible]

10	[illegible]	[illegible]	Juros Sobre Capital Próprio		PNA	[illegible]
11	[illegible]	[illegible]	Juros Sobre Capital Próprio		PNB	[illegible]
12	[illegible]	[illegible]	Juros Sobre Capital Próprio		PNC	[illegible]
13	[illegible]	[illegible]	Dividendo		ON	[illegible]
14	[illegible]	[illegible]	Dividendo		PNA	[illegible]
15	[illegible]	[illegible]	Dividendo		PNB	[illegible]
16	[illegible]	[illegible]	Dividendo		PNC	[illegible]

01.05 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

[illegible]	[illegible]
[illegible]	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

Código	Descrição	31/12/2007	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

DF 01 - IDENTIFICAÇÃO

00000-0	[illegible]	[illegible]

DF 02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL — Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS — Data-Base - 31/12/2002 — Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

20552-4	[illegible]	[illegible]

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

DF 01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

DF 01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

DS 01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

35.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

[illegible]				

CIJOIA S CIA PAULISTA POUCA EQZ CPEQ 33.050.196/0001-88

1240 - PARECER DE REVISORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Paulista de Força e Luz
Descalvado - SP

1 Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Paulista de Força e Luz levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e compreenderam o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, volume de operações e sistemas contábeis e de controles internos da Companhia Paulista de Força e Luz e consistiram, entre outros, de exame, em bases testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e da avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia Paulista de Força e Luz, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Força e Luz em 31 de dezembro de 2007, bem como as suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Nossos exames foram efetuados com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e do fluxo de caixa, elaboradas sob a responsabilidade da Companhia Paulista de Força e Luz, para fins de divulgação completa das operações e não apresentadas para fins de análise adicional. Essas demonstrações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados e, em nossa opinião, estão apresentadas de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2008

Pág 14

0001 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

5. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas, datado de 26 de janeiro de 2007.

Campinas, 31 de janeiro de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Paulo Bessa Tamura Lagoeira
Contador CRC 1SP125401/O-6

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) submete à apreciação dos Senhores a Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados da Companhia em relação ao mesmo período de 2006, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações Iniciais

A CPFL Paulista alcançou os objetivos estabelecidos em seu plano estratégico para 2007. A empresa atendeu à demanda de crescimento do seu mercado consumidor, ampliou seu nível de eficiência operacional, com serviços de qualidade, e encerrou o ano com uma carteira de 3.415 mil clientes.

A empresa, que atua em um dos mais expressivos mercados brasileiros, registrou energia faturada de 16.868 GWh, com crescimento de 3,1%, destacando-se as classes residencial e comercial, que tiveram taxas de expansão de 7,0% e 6,8%, respectivamente. No ano, foi registrado também um acréscimo de 10,6% na quantidade de energia faturada pelo uso do sistema de distribuição (TUSD).

Em reconhecimento a seus esforços, a CPFL Paulista conquistou o Prêmio Abradee 2007 (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), de Melhor Gestão Operacional, ao preservar os bons níveis dos indicadores técnicos de qualidade de fornecimento de energia, resultado da continuidade do programa de investimentos na expansão e manutenção do sistema elétrico, do aprimoramento contínuo da gestão operacional e da capacitação de seu quadro de profissionais.

2. Comentário sobre a Conjuntura

Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira mostrou maior dinamismo em 2007. A taxa de investimento no setor produtivo apresentou saldo positivo e o Produto Interno Bruto (PIB) superou a média de crescimento dos últimos anos. A demanda interna ganhou novo impulso, favorecida pela queda nos índices de desemprego, pelo aumento da renda dos trabalhadores e pela expansão do crédito, embora a taxa de juros ainda se mantenha em patamares elevados. O Brasil demonstrou maior resistência às ameaças de crise na economia internacional, ocorridas no último trimestre do ano, sinalizando uma perspectiva otimista para o cenário macroeconômico em 2008, com expansão da atividade econômica e novos investimentos do setor público.

Ambiente Regulatório

O aspecto regulatório foi marcado pela consolidação que vem sendo implantada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com destaque para a metodologia que vigorará no 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras (Resolução Normativa ANEEL nº 234 e Audiência Pública nº 052/2007 de aprimoramento dessa resolução). Adicionalmente, a regulamentação das condições gerais para a incorporação das redes particulares (Resolução ANEEL nº 223/06) permitirá a regularização dos ativos dos clientes envolvidos, além de propiciar um serviço com melhores padrões de qualidade e eficiência.

Com a revogação da Portaria DNAEE nº 05/1990, que estabelecia a participação financeira do consumidor para novas ligações, substituída pela Resolução ANEEL nº 223/03, em decorrência da Lei nº 10438/2002, foi definida uma nova sistemática, que implicará na devolução das participações dos consumidores ligados a partir de novembro de 2003. A regra dessas devoluções foi estabelecida na Resolução nº 250/07, com prazo de um ano para a sua efetivação.

Tarifas de Energia Elétrica

Em abril de 2007, no Reajuste Tarifário Anual (ERT), as tarifas tiveram reajuste médio de 7,06%. A CPFL Paulista passará pelo 2º ciclo de revisão tarifária periódica em abril de 2008.

3. Desempenho Operacional

A CPFL Paulista distribui energia para 234 municípios em uma das regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo, que registra taxas históricas de crescimento do mercado, superiores à média nacional.

Clientes

A CPFL Paulista encerrou o ano com 3.415 mil clientes (acréscimo de 83 mil consumidores), o que representa crescimento de 2,5%. O segmento residencial, que responde por 67,3% do total de clientes, cresceu 2,7% no exercício.

Vendas de Energia

Em 2007, as vendas de energia tiveram expansão de 3,1% e alcançaram 18.568 GWh, com destaque para o crescimento das classes residencial e comercial, que apresentaram variações positivas de 7,0% e 6,8%, respectivamente. No segmento industrial, foi mantida a tendência de migração de clientes para o ambiente de contratação livre, o que levou ao aumento de 15,6% na quantidade de energia faturada por meio de contratos de uso do sistema de distribuição (TUSD), que alcançou 5.569 GWh.

O crescimento das vendas de energia para os segmentos residencial e comercial refletiu, principalmente, a aceleração da atividade econômica no País e o aumento real de rendimentos da massa salarial, estimulado pela baixa da inflação, pela elevação do salário mínimo e pela aceleração da venda de eletrodomésticos, em função do aumento do volume de crédito ao consumidor.

O comportamento do mercado consumidor na área de atuação da CPFL Paulista provocou alteração da participação das diversas classes na portfólio de vendas de energia da empresa. Com a saída de consumidores para o mercado livre de energia, houve expansão relativa da participação das demais classes nas vendas da distribuidora:

- **Classe Residencial**: passou a representar 32,4% das vendas (31,2% em 2006);
- **Classe Comercial**: subiu para 23,0% (15,3% em 2006);
- **Demais Classes**: mantiveram-se estáveis (de 16,1% para 16,2%);
- **Classe Industrial**: representava 31,0% das vendas em 2006 e teve sua participação reduzida para 29,3% em 2007.

Embora o fluxo de clientes para o mercado livre tenha desacelerado em 2007, a migração ocorreu com maior intensidade entre os chamados "clientes especiais", que têm demanda contratada acima de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs. Em geral, essas fontes alternativas recebem incentivos, tais como um desconto no pagamento de TUSD, tornando-se atrativas para essa faixa de clientes. Portanto, a migração de "clientes especiais" para o mercado de fontes incentivadas não representa aumento de consumo no mercado livre, uma vez que esses clientes não são considerados propriamente livres, e geram impacto financeiro nas distribuidoras, pelo desconto de TUSD, compensado nas revisões e reajustes tarifários da distribuidora.

Para mais detalhes referentes à energia elétrica faturada (venda em R$, em GWh e por classe de consumo), veja a Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras.

Perdas Comerciais

A CPFL Paulista continua intensificando as ações para o combate às perdas comerciais. Entre outras iniciativas, a empresa realizou 301 mil inspeções de unidades consumidoras, o que proporcionou a recuperação de 219 GWh, correspondentes a R$ 71 milhões em receita.

Qualidade dos Serviços Prestados

Atendimento ao Cliente

A CPFL Paulista disponibiliza canais ágeis e confiáveis de atendimento, para assegurar facilidade de acesso e conforto aos seus clientes. Para isso, mantém uma estrutura diversificada composta de um moderno Call Center, de Agências de Atendimento e de uma Agência Virtual (Internet), entre outros, por meio dos quais, em 2007, foram realizados 10,2 milhões de atendimentos. Os clientes do Grupo A (alta tensão) contam, ainda, com um Contact Center e uma equipe de Gerentes de Negócios capacitada para oferecer orientações, informações e soluções em gestão de energia, adequadas às necessidades de cada cliente.

É importante ressaltar, ainda, o desempenho do indicador de qualidade do faturamento da CPFL Paulista, que atingiu 1,9 (número de contas refaturadas a cada 10 mil emitidas), um dos melhores do País.

Fornecimento de Energia

A CPFL Paulista busca permanentemente fornecer energia elétrica com elevado padrão de qualidade e eficiência a seus clientes. Para isso, desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e aumentar a eficiência da logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos e investe na automação e modernização do sistema elétrico, com o objetivo de assegurar sua confiabilidade e flexibilidade operacional.

Os resultados dessas ações podem ser medidos pelos indicadores de qualidade do fornecimento de energia, considerados os melhores entre as distribuidoras de energia elétrica do País. Em 2007, o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, no ano, alcançou 5,88 vezes e o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, no ano, foi de 6,95 horas. Destaca-se a preservação desses níveis de qualidade de serviço em um ano especialmente importante do ponto de vista de execução de obras, dentro do plano de expansão do sistema elétrico.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Auditadas.

Receita Operacional

Em 2007, a CPFL Paulista acumulou Receita Bruta de R$ 6.658 milhões, com aumento de 9,1%. Os principais fatores para esse crescimento foram os efeitos do reajuste tarifário anual (IRT), de 7,06%, ocorrido em abril de 2007, o aumento das vendas de energia para as classes residencial e comercial e o crescimento de 12,9% na receita pelo uso do sistema de distribuição (TUSD).

A Receita Bruta contou, ainda, com o impacto positivo que resultaram das baixas no Passivo de Energia Livre, no montante de R$ 136 milhões. Em 2007, em função do término do prazo estipulado para a recuperação da RTE e para o repasse aos geradores de energia livre, foi efetuada a baixa do passivo contra a receita operacional, conforme orientação da ANEEL. O mesmo montante foi registrado no item Custo/Despesa Operacional, com a baixa do Ativo da mesma natureza.

Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A análise a seguir exclui o ajuste citado no item anterior, relacionado à Energia Livre, o que não provoca impacto no lucro líquido e no EBITDA da Companhia.

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R$ 1.419 milhões, com crescimento de 23,3% (R$ 240 milhões), refletindo, principalmente, o aumento de 7,6% na Receita Líquida (R$ 304 milhões) e a redução de 3,2% no Custo/Despesa Operacional (R$ 15 milhões), do qual excluem-se os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo aumento de 3,1% no Custo com Energia Elétrica (R$ 74 milhões).

O EBITDA é calculado a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e entidade de previdência privada, além dos ajustes referentes ao item extraordinário.

Lucro Líquido do Exercício

A CPFL Paulista obteve Lucro Líquido de R$ 619 milhões, com crescimento de 6,2%, devido, principalmente, ao aumento de 20,3% (R$ 240 milhões) no EBITDA e ao efeito positivo no Item Entidade de Previdência Privada, que registrou aumento de receita de R$ 30 milhões. Esse resultado foi parcialmente compensado pela elevação de 65,0% nas despesas financeiras líquidas (R$ 30 milhões) e pela não ocorrência, em 2007, de Resultado de Equivalência Patrimonial acaudado em 2006 (R$ 97 milhões), em função da transferência do investimento da Rio Grande Energia (RGE) para a CPFL Energia, no início do exercício de 2007.

Endividamento

O endividamento da Companhia (considerando dívida financeira e derivativos), no final de 2007, atingiu R$ 2.001 milhões, com aumento de 5,5%.

Mais informações sobre o endividamento encontram-se nas Notas Explicativas nºs 14 e 15.

Inadimplência

O Índice de Inadimplência foi reduzido para 1,12% da sua Receita Bruta, um dos mais baixos do setor elétrico brasileiro, resultado da eficácia dos cortes de fornecimento realizados (619 mil) e do esforço de negociação e cobrança de débitos, com destaque para os resultados obtidos na classe "Poder Público", que apresentou expressiva redução dos débitos anteriormente existentes.

5. Investimentos

Dando continuidade à política de expansão do sistema elétrico, diante do expressivo crescimento da demanda, a CPFL Paulista efetivou um plano amigado de investimentos no sistema elétrico e implementou melhorias no atendimento ao cliente e em sistemas de suporte à gestão.

No ano, foram investidos R$ 311 milhões, dos quais R$ 212 milhões destinados à expansão do sistema elétrico, para atender ao crescimento do mercado (92 mil clientes em 2007) e R$ 99 milhões aplicados em obras de melhoramento e manutenção do sistema elétrico, infra-estrutura operacional, sistemas de suporte à gestão e operação e em programas de pesquisa e desenvolvimento.

Aquisição de ativos da Cooperativa de Eletrificação Rural

A CPFL Paulista adquiriu, por R$ 4,2 milhões, os ativos elétricos da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Franca (CERFRA), o que agregou 413 km de redes ao seu sistema elétrico e 1.094 novos clientes em alto municípios da região de Franca.

Sistema de Gestão Comercial

Encontra-se em fase final de implantação o novo Sistema de Gestão Comercial (CGS), que permitirá a unificação dos processos e modernização dos sistemas de atendimento, faturamento, arrecadação, cobrança, contabilidade, gestão de perdas, serviços ao cliente e informações gerenciais. O programa irá propiciar melhorias nos processos com reflexos na qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Incorporação de Redes Particulares

A CPFL Paulista deu início ao processo de incorporação de redes particulares. O trabalho consistirá na aquisição dos referidos ativos, segundo as condições da Resolução Normativa ANEEL nº 229/06, e considera a realização de investimentos nos 31.351 km de redes de distribuição que a Companhia planeja incorporar aos seus ativos elétricos nos próximos 5 anos.

Suprimento de Materiais e Serviços

Em 2007, a Companhia registrou substanciais avanços com o sistema "e-mais" de suporte ao processo de aquisição de materiais e equipamentos e de contratação de serviços, e com a implantação do módulo Warehouse Management (WM), que permite a automação, a melhoria do controle e a maior rastreabilidade nos processos, ampliando a eficiência no gerenciamento de estoques.

6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Paulista desenvolve um programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da constante gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. O objetivo é criar valor de forma equilibrada e sustentada para os diferentes públicos com os quais a empresa se relaciona, por meio de ações e programas fundamentados em princípios éticos sólidos, que assegurem integridade, transparência, confiança e credibilidade nos relacionamentos da empresa com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores e com as comunidades de sua área de atuação.

Gestão da Ética e da Responsabilidade Empresarial

Foi implementado, em 2007, o novo Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética, um conjunto de dispositivos gerenciais, que tem o objetivo de diagnosticar, prevenir, monitorar, avaliar, reformular e aprimorar as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da qualidade ética em todas as ações da empresa com seus públicos.

O ano também marcou a realização de um novo ciclo de seminários de *Reflexão sobre Ética*, baseado no *Código de Ética e de Conduta Empresarial*, implantado no final de 2006. O *Comitê de Desenvolvimento da Ética* foi reestruturado, passando a atuar de forma mais acentuada na afirmação, disseminação e no controle do cumprimento dos direcionadores da ação empresarial, dos princípios organizacionais e das diretrizes de conduta empresarial estabelecidos pelo Código de Ética.

Também foi criada a *Rede Ética*, formada por colaboradores de diversas áreas, sensibilizados e capacitados para atuarem como multiplicadores dos valores éticos em suas unidades organizacionais.

Gestão da Excelência Empresarial

A CPFL Paulista, alinhada com uma visão orientada para a criação de valor, incorpora critérios de excelência em seu modelo de gestão. Para isso, desenvolveu um Sistema de Gestão Integrado-SGI, que contempla a padronização e a certificação dos principais processos de trabalho, em quatro dimensões: Gestão da Qualidade - (ISO 9001:00), Gestão Ambiental (ISO 14001:04), Gestão da Segurança de Trabalho e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001:99) e Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000:01). A aderência do sistema é monitorada permanentemente, inclusive por meio de auditorias periódicas realizadas por organizações externas.

Destacou-se, ainda, no exercício, a ampliação da Estratégia Seis Sigma, metodologia que permite identificar oportunidades de melhorias e redução de perdas nos processos de trabalho.

Gestão da Satisfação dos Clientes

A CPFL Paulista monitora permanentemente os índices de satisfação dos clientes com a qualidade dos serviços prestados pela empresa. As necessidades dos consumidores são identificadas por meio de pesquisas, participação em comitês e em comissões locais.

Os insumos coletados por meio dessas iniciativas orientam o planejamento estratégico da empresa.

Como resultado dessas ações, a satisfação dos clientes, medida pela Pesquisa de Satisfação do Consumidor Residencial realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - CASC/ANEEL, registrou índice de 66,55%, superior à média nacional de 60,49% e ao percentual obtido no ano anterior. Na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica-Abradee, o resultado alcançado pela CPFL Paulista foi ainda melhor, com índice de 82,05%, medido pelo ISQP-Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, fato que posicionou a Companhia como uma das melhores do País, no segmento que reúne as grandes distribuidoras.

Programas de Eficiência Energética e P&D

Em 2007, os Programas de Eficiência Energética promoveram ações de conservação e combate ao desperdício de energia elétrica em serviços de abastecimento de água, hospitais, escolas, delegacias e fóruns. No ano, foram concluídos 125 projetos, entre eles o programa de eficientização de sistemas iluminação pública e de praças, que beneficiou 116 municípios.

Com o Projeto CPFL nas Escolas, receberam treinamento 1.269 professores, em 152 escolas.

No Projeto de Atendimento a Comunidades de Baixo Poder Aquisitivo, foram regularizados 4.417 pontos de ligação dos clientes em situação irregular de consumo. Nestas comunidades, a Companhia substituiu 530.000 lâmpadas incandescentes por economicas.

Na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a CPFL Paulista desenvolveu 41 projetos, com investimento de R$ 5,6 milhões.

Gestão de Recursos Humanos

A empresa encerrou o exercício com 3.025 colaboradores (3.006 em 2006) e rotatividade de 2,18%. O tempo médio de atividade de cada profissional na empresa é de 14 anos e a idade média do quadro, de 34,38 anos.

Ao longo de 2007, a CPFL Paulista desenvolveu programas inovadores para apoiar a gestão de seus recursos humanos:

- **CPFL Management** - Programa de Desenvolvimento gerencial, delineado em três eixos de atuação: *Desenvolvimento de Competitividade, Eixo Desenvolvimento Individual* e *Desenvolvimento de Carreira*, com ações específicas de planejamento de carreira. Participaram do programa todos os gestores da empresa, com carga horária média de 150 horas de treinamento.
- **Disseminação de Competências** - Em 2007, foi realizado o processo de revisão das competências organizacionais, para alinhamento com o Planejamento Empresarial da CPFL Paulista. As competências definidas foram: Foco em Resultados, Excelência nos Processos, Visão Sistêmica, Faixão pelo que Faz, Foco do Cliente, Empreendedorismo, Capacidade de Criar Transformar e Provar, Sustentabilidade, Visão Estratégica e Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.
- **Treinamento segundo a Norma Regulamentadora-NR 10** - Todos os eletricistas da empresa participaram de treinamento sobre riscos elétricos, organizado em 2 módulos, para atuar com segurança em instalações e serviços de eletricidade.
- **Portal de Qualidade de Vida** - lançado em outubro, disponibiliza informações, dicas e orientações sobre os principais pilares que constituem o programa de qualidade de vida da CPFL: segurança, saúde, físico, ambiental, social, emocional e financeiro.
- **Programa de Valorização da Diversidade** - que tem o objetivo de valorizar e promover a diversidade no quadro de colaboradores, privilegiando a inclusão social, por meio de metas específicas, que objetivam aumentar a representatividade de

- negros, mulheres e de pessoas portadoras de deficiência no quadro de profissionais
- **Programa Fale Comigo** – destinado ao apoio e orientação aos colaboradores e familiares em aspectos sociais
- **Programa Novo Tempo** – voltado para a preparação de colaboradores em condições de aposentadoria.
- **Programa Voluntariado Cidadão CPFL** - que tem o objetivo de criar oportunidades de ação conjunta da empresa com seus colaboradores, para atuar nas comunidades, potencializando e fortalecendo os investimentos sociais nas áreas de educação, mobilização social e cultural e, ainda, fortalecendo a integração entre as empresas e as comunidades em que atua.

Relacionamento com as Comunidades

Entre as ações desenvolvidas pela empresa em 2007, para contribuir com o desenvolvimento das comunidades em que atuam, destacam-se:

Programas do Espaço Cultural CPFL: programação voltada para a disseminação de conhecimento e da cultura como forma de contribuição para o desenvolvimento das comunidades de atuação da empresa, por meio de palestras, debates e manifestações artístico-culturais.

O acesso à programação é franqueado para a população e os conteúdos são disponibilizados para todo o País por meio da Internet e de programas veiculados pela TV Cultura de São Paulo.

Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA): em 2007 a CPFL Paulista realizou doações de aproximadamente R$ 1,5 milhão para entidades que atendem crianças e adolescentes em diversos municípios do Estado de São Paulo. As doações foram feitas com base no Artigo nº 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Programa CPFL de Revitalização de Hospitais Filantrópicos: por meio do qual a CPFL, em parceria com o Centro de Estudos Leopoldo Ayrosa Galvão - CEALAG,

desenvolve ações de capacitação visando a disseminação dos critérios de excelência na gestão hospitalar, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados gratuitamente à população dos respectivos municípios.

Relacionamento com Fornecedores

A CPFL Paulista desenvolve um programa permanente de desenvolvimento de fornecedores, com o objetivo de disseminar critérios de excelência e diretrizes de responsabilidade e sustentabilidade corporativa em sua cadeia de valor.

Nesse sentido, mantém, entre outras iniciativas, o programa Rede de Valor, do qual participam 27 fornecedores, que desenvolvem um trabalho permanente de alinhamento de suas Diretrizes, Princípios Éticos e práticas de sustentabilidade com aqueles propostos pela CPFL Paulista.

Gestão Ambiental

A CPFL Paulista vem investindo no desenvolvimento de tecnologias mais limpas e ambientalmente adequadas, por meio do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Por esse programa, estão sendo desenvolvidos os projetos: "Desenvolvimento de novas tecnologias em madeiras aplicadas à fabricação de cruzetas para a utilização em rede de distribuição de energia", em parceria com a USP de São Carlos; "Gaseificador para a geração de energia elétrica de até 12 kVA", com a utilização de biomassa, em parceria com a Universidade Federal de Itajubá (Unifei); "Redes de Energia e Vegetação", em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da USP, e o Jardim Botânico de Paulínia, para identificação de espécies adequadas para arborização urbana e re-vegetação sob linhas de Transmissão. Em 2007, foi concluído o projeto "Implantação de Sistemas de Geração Distribuída junto à Rede de Distribuição", para avaliar a geração distribuída de energia elétrica, por meio de três alternativas tecnológicas: célula combustível alimentada com hidrogênio, a partir da reforma de gás natural; micro turbina a gás natural, e painéis fotovoltaicos.

A CPFL Paulista também deu continuidade aos programas de Arborização Urbana, Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos e Cadeia Reversa de Materiais.

Reconhecimentos e Premiações

Como resultado dos critérios de excelência adotados em seu modelo de gestão, a CPFL Paulista conquistou expressivos reconhecimento e premiações em 2007. Entre eles, o prêmio de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil, da revista Eletricidade Moderna, conquistado pela sétima vez consecutiva, e o prêmio de Melhor do Brasil, na categoria Gestão Operacional, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica-Abradee.

7. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade a partir do segundo trimestre de 2007, em atendimento ao rodízio de auditores previsto no artigo 31 da Instrução CVM 308/1999. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2007, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e as comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2007. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

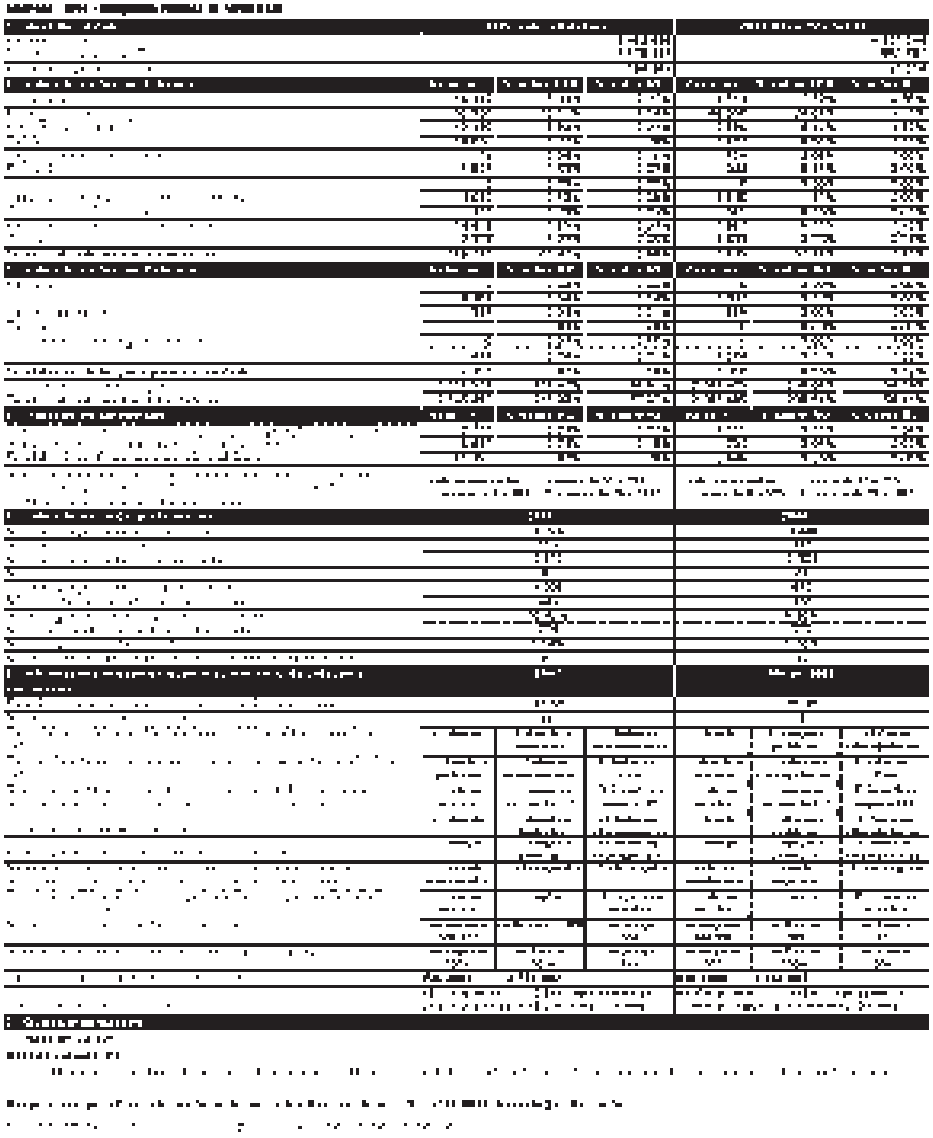
Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

03382-4 CIA BRASILEIRA PÓRCIA DOZ - Cnpj 33.050.196/0001-88

[illegible] - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social Anual - 2007 (*)

[illegible]



Índice - Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista ou Sociedade) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Sociedade está autorizada a participar de consórcios, inclusive em outras formas de empreendimentos e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A Sociedade detém a concessão por prazo determinado de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Sociedade contempla 234 municípios da interior do Estado de São Paulo. Entre as principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Ranchuelo, São José do Rio Preto, atendendo, aproximadamente, 3.016.6 (*) consumidores. (*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas determinadas pela ANEEL e normas complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14 de março de 2007, a Sociedade segregou os participações societárias mantidas pela Sociedade na Rio Grande Energia S.A. (RGE), em atendimento ao disposto na Lei nº 10.848/2004, na Resolução Autorizativa ANEEL nº 305/2005, e em conformidade com o Despacho ANEEL nº 668 de 14 de março de 2007. Essa segregação consistiu na redução de capital da Sociedade, sem o cancelamento de ações, mediante a realização à controladora CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) dessas participações da Sociedade nas empresas em investimentos na RGE - avaliadas pelo de R$ 1.050.411.

Como essas ações foram avaliadas a valores contábeis conforme Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada na data-base de 31 de dezembro de 2006, as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007 devem ser analisadas considerando os efeitos da segregação ocorrida em 14 de março de 2007.

Para melhor análise dos efeitos das alterações acima citadas, estamos apresentando, de forma auditada na nota 30, a demonstração do resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2006 da Sociedade pro forma, somados dos efeitos das respectivas investimentos.

Com o objetivo de complementar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado para os exercícios de 2007 e de 2006, respectivamente, Anexos I e II.

CODESC-CIA DE DESENVOLS FORÇA LUZ - Cnpj 83.650.196/0001-88

(Em Milhões de R$, Exceto Valores por Ação)

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela FAS 95 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao da empresa holding do Grupo CPFL Energia no contexto de registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission - SEC.

2.1 - Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) **Disponibilidades** - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo, que estão registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

b) **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** - Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar e consumidores livres, e outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e valores relacionados a ativos regulatórios e outros itens menores.

c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Constituída com base em análise dos créditos a receber dos clientes de classe residencial vencidos há mais de 90 dias, de classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias, ou caso clientes da classe poder público. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, retorno parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.

d) **Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo quando aplicável, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Inclusive da depreciação calculada pelo método linear a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

e) **Atualizações de Dívidas e Obrigações** - As dívidas e obrigações sujeitas a reajustes pelos efeitos de inflação ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizadas até as datas dos balanços.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente redutoras, sustentados por previsão de geração futura de lucros tributáveis de imposto de renda e contribuição social em período não superior a 10 anos. Registrou também créditos fiscais referentes ao benefício de ágio gerado até as sua antiga controladora BOC d Participações S.A. (BOC d).

g) **Planos de Aposentadoria e Pensão** - Incluídos benefícios pós-emprego e os planos de pensão patrocinados pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00.

h) **Provisão para Contingências** - As provisões para contingências apresentadas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a ações trabalhistas, cíveis e outras, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta nota as provisões para contingências, juntos dos depósitos judiciais vinculados a essas ações.

i) **Empréstimos e Financiamentos** - Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais incorridos dos respectivos.

[illegible]

j) **Derivativos** - Referem-se a contrato de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros de determinados passivos. Referidos contratos são contabilizados pelo regime de competência, e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos em despesas financeiras.

k) **Resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizada. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS são apresentados líquidos nas respectivas contas de custos e despesas.

l) **Estimativas** - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados nas suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

m) **Lucro Líquido por Ação** - É determinado considerando-se a quantidade total de ações nas datas-das-balanços.

A Sociedade efetuou certas reclassificações nas demonstrações do resultado divulgadas em 31 de dezembro de 2006, para deixá-las em base comparativa, em função de novas classificações requeridas pela ANEEL, conforme Despacho nº 3.079 que promoveu alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estando resumidas a seguir:

Item	De	Para
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

Nota - Notas Explicativas

( ) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Ativos				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias				
Diferenças de Custos Parcela A				
Despesas Pagas Antecipadamente				
Passivos				
Fornecedores				
Diferenças de Custos Parcela A				
Outras Contas a Pagar				
Total Líquido				

a) Racionamento:

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre os geradores e os distribuidores de energia elétrica e o Governo Federal, denominado Acordo Geral do Setor Elétrico. Este acordo, como mecanismo de reposição de perdas ocorridas pelas empresas de setor elétrico em resposta à tarifa estabelecida de 2001, nas tarifas de fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais (exceto aqueles considerados como de baixa renda), rurais e iluminação pública e de 7,9% para todos os demais consumidores.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos seguintes ativos regulatórios registrados pela Sociedade:

- Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE") – Corresponde à perda de receita auferida a partir da comparação da receita de venda de energia efetivamente verificada no período de racionamento e a receita projetada para esse período desconsiderando a ocorrência do

00382-4 CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL — 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

Programa de Racionamento de Energia. Este ativo foi realizado através da receita oriunda do reajuste tarifário extraordinário de janeiro de 2002 a dezembro de 2007, deduzido da parcela de Energia Livre repassada aos geradores. A Sociedade também reconheceu contabilmente a atualização monetária da RTE conforme orientações da ANEEL. Em 31 de dezembro de 2007, em função do término de prazo de 72 meses para a realização da RTE, a Sociedade reconheceu perdas no montante de R$ 115.863, registrando a baixa do contas a receber e da provisão de perdas de RTE em "Outras Despesas Operacionais".

- **Energia Livre** - Corresponde a energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de racionamento. As concessionárias de distribuição arrecadaram os recursos obtidos do consumidor através do reajuste tarifário extraordinário e os repassaram aos geradores, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores foram atualizados com base em orientações da ANEEL. A ANEEL fixou para a Sociedade o percentual de 24,9757%, que foi aplicado sobre o montante arrecadado mensalmente a título de Recomposição Tarifária Extraordinária, para repasse as empresas geradoras.

  Em função do término de cobrança da RTE em dezembro de 2007, a Sociedade reconheceu perdas de Energia Livre no montante de R$ 105.545. A baixa do ativo foi registrada em contrapartida da conta "Outras Despesas Operacionais com Vendas" e a baixa do passivo em conta de "Outras Receitas Operacionais". Adicionalmente, atendendo as determinações do Ofício Circular nº 2.408/2007-SFF/ANEEL, procedemos aos ajustes referentes a tributos nos termos da Nota Técnica nº 393/2007-SFF/ANEEL.

- **Parcela "A"** - Corresponde a variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" dos contratos de concessão, ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC. A Parcela "A" começará a ser amortizada a partir de janeiro de 2009, mediante a utilização de mecanismo análogo ao da RTE pelo prazo necessário para atingir o montante registrado.

As movimentações dos saldos relacionados a RTE, Energia Livre e Parcela "A", são como seguem:

	RTE	Energia Livre		Parcela "A"
		Bruto	Passivo	Líquido
Saldo Monetário	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Saldos [illegible] de dezembro de 2007	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

CESEC-4 CIA DESENV ENERGIA SUST - CESEC 33.050.196/0001-88

Nota - Mutações do Ativo Imobilizado

		Energia Livre		Parcela "A"
	RTE	Ativo	Passivo	Líquida
Saldos em 31 de dezembro de 2005	349.215	231.889	(237.267)	343.836
Reclassificação	46.147	11.444	(57.591)	11.337
Provisão para Perdas		(4.765)	9.275	
Amortização	(90.574)	(33.324)	97.151	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	304.787	67.242	(188.432)	407.337
Reclassificação	(6.471)	(4.615)	(22.652)	44.321
Provisão para Perdas	(6.901)	(25.748)	32.649	-
Amortização	21.997	(3.441)	(18.556)	
Ativos de Receita Fixa - Portaria 502/2007	-	(33.438)	(47.452)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	-	-	(123.423)	451.658

b) Revisão e Reajuste Tarifário:

b.1) Revisão Tarifária de 2003

Em abril de 2007 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 443, efetuou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da Sociedade, homologada em abril de 2003, reposicionando as tarifas de fornecimento de energia em 20,66%, em função da revisão do cálculo do percentual médio de depreciação utilizado na Revisão Tarifária de 2003 da Sociedade. A diferença do índice entre o reposicionamento tarifário de 20,25% para 20,66% e do componente Xe do Fator X de 1,13525% para 1,7590% corresponde a um ajuste financeiro no valor de R$ 44.000 que está sendo compensado financeiramente na Recomposição Tarifária da Sociedade de 2007. Esse ajuste regulatório está registrado na conta "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias – Revisão Tarifária - Depreciação", e considerando os efeitos de PIS e COFINS, que a partir do reconhecimento passam a ser apropriados.

b.2) Reajuste Tarifário de 2007

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 445 de 02 de abril de 2007 estabeleceu o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) da Sociedade em um percentual médio de 7,36%, sendo 2,60% relativo ao reajuste tarifário anual e componente X e 4,76% relativo aos componentes financeiros adicionais. Entre os componentes financeiros adicionais destacam-se a Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela A (CVA), ajustes financeiros de anos anteriores, IRTs de 2004 e 2006, sobras e faltas de energia, majoração de PIS e COFINS, descontos aplicados para irrigação, cobrança da Tarifa de Uso da Sistema de Distribuição (TUSD) e os efeitos de revisão tarifária comentados no item anterior.

A ANEEL, com o objetivo de neutralizar as variações de PIS e COFINS dos Geradores, realizou o recálculo do custo de energia elétrica de contratos iniciais do IRT de 2005. Como o custo de energia elétrica impacta no reajuste da tarifa dos consumidores, no cálculo da CVA, o recálculo que produz uma redução no preço médio de energia gerou um passivo a ser devolvido aos consumidores e um ativo adicional de CVA. Adicionalmente os valores homologados pela ANEEL no IRT de 2007 alteraram a CVA e estornaram as sobras das contas de energia livre, conforme item 6.1 da Nota Técnica nº 063/ANEEL de 22 de março de 2007. Desta forma esses ativos basicamente explicam os ajustes efetuados em 2007 de R$ 38.655 registrados em

Outras Contas a Pagar, ja de R$ 177.710 efetuado em "Fatenamento de Custos Tarifários", ambos com contrapartida em "Custo com Energia Elétrica" (nota 23).

Ainda com relação aos eventos relacionados acima, a Sociedade registrou em 2007 um estorno no ativo regulatório de PIS e COFINS de Geradores no montante de R$ 10.910 e um estorno de R$ 15.834 no ativo de Sobras e Faltas de Energia, valores estimados com base na metodologia imposta na Nota Técnica da ANEEL nº 161/2006.

Foram ainda registrados no em 2007 ativos de R$ 14.854 referente a outros componentes financeiros constantes do IRT de 2007, basicamente relacionado a P & D sobre componentes financeiros do IRT de 2004 a 2006, Programa Luz para Todos e outros.

b.3) Majoração de PIS e COFINS

Refere-se a diferença entre os custos relacionados ao PIS e a COFINS apurados através da aplicação da legislação atual e aquelles incorporados à tarifa até abril de 2005.

Conforme Resolução Homologatória nº 445, de 03 de abril de 2007, a ANEEL homologou em caráter definitivo o repasse à tarifa no montante nominal de R$ 97.377 a título de reposição tarifária com os custos de PIS e COFINS, excluídos os valores já considerados no reajuste tarifário de 2005. E em março de 2007, o registro complementar do saldo remanescente atualizado de R$ 72.983 na conta de "Despesas Pagas Antecipadamente" (nota 8).

Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, a Sociedade conservadoramente optou por constituir um passivo no mesmo montante, registrado na conta "Outras Contas a Pagar" (nota 20), que está sendo atualizado com base na variação do IGP-M.

b.4) Sobras e Faltas de Energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e obtência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia de repasse as tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras ou faltas de energia elétrica limitados em 5% do requisito de carga.

As sobras ou faltas líquidas de energia referentes aos exercícios de 2007 e 2006 foram adquiridas ou colocadas à disposição da CCEE para venda de curto prazo, as quais, consequentemente, foram liquidadas ao preço de mercado de curto prazo.

As constituições e realizações das sobras e faltas líquidas de energia estão sendo contabilizadas em "Despesas Pagas Antecipadamente" (nota 8) em contrapartida a um crédito em "Custo com Energia Elétrica" (nota 23).

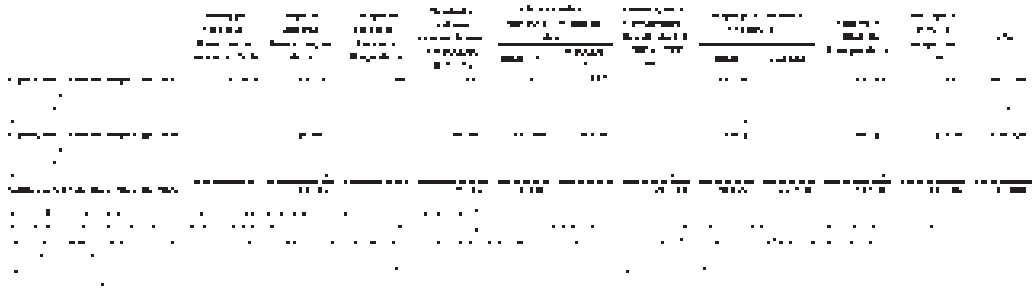
b.5) Descontos na TUSD e na Irrigação

A Sociedade vem reconhecendo ativos regulatórios referente aos descontos especiais aplicados sobre a TUSD relacionada ao fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas e sobre atividades de irrigação e aquicultura. Estes ativos estão registrados em "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias" (nota 5) em contrapartida à conta de "Receita de Fornecimento de Energia Elétrica" (nota 22).

02382-4 CIA ENERGÉTICA PONTA GROSSA - Cnpj 95.650.196/0001-88

(Mil - Milhões R$ (Mil) R$ Milhões)

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos itens descritos anteriormente relacionados à Revisão e Reajuste Tarifários, ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006:



c) Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")

Referem-se ao mecanismo de compensação das variações (ganhos e perdas) não gerenciáveis ocorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nas respectivas Revisões e Reajustes.

As contas de principais gastos considerados na composição da CVA são as seguintes:

- Energia Comprada: tarifa de energia elétrica comprada e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA; e
- Encargos de Uso do Sistema de Transmissão: tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional, Encargos de Serviços do Sistema – ESS e tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC;
- Quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Os valores considerados na CVA são atualizados mensalmente com base na taxa SELIC.

	2006	Movimentação			2007
		Diferimento	Amortização	Atualização	
Ativo					
Energia Comprada	56.145	156.156	(92.754)	10.315	169.862
Encargos de Uso do Sistema	10.743	1.770	(11.843)	1	671
CCC	10.464	10.857	(7.541)	734	14.514
CDE	11.191	5.438	(12.269)	594	4.954
Total	88.543	174.221	(124.407)	11.644	150.001
Passivo					
Energia Comprada	(54.870)	(68.921)	57.461	(7.507)	(73.837)
Encargos de Uso do Sistema	(7.464)	5.429	21.211	(1.805)	17.371
CCC	-	(72.656)	17.545	(1.572)	(56.683)
Total	(62.334)	(136.148)	96.217	(10.884)	(113.149)

CO382-4 CIA BRASILEIRA FORÇA LUZ - Cons 33.050.196/0001-88

Nota - Valores em Milhares

d) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.059 de 19 de agosto de 2001 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação supracitada, neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh, assim como unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh, desde que atendidos alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados no âmbito da própria concessionária, através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido e que a introdução desse novo critério impacta os níveis tarifários em vigor, além do princípio de modicidade tarifária ao restante do mercado, a ANEEL determinou uma nova metodologia de aplicação para o referido subsídio que está em discussão mensalmente desde maio de 2002.

Os valores apurados através desta nova metodologia após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios de liquidação:

- Para os meses em que forem apuradas perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através de concessão de subvenção econômica pela Eletrobrás, com recursos provenientes da CCC.
- Para os meses em que forem apurados ganhos para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos ao consumidor através da redução das respectivas faturas.

A movimentação dos saldos ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2005	28.176	(5.274)
Ganho (Perda) de Receita	-	(1.316)
Amortização Reajuste Tarifário	-	4.134
Atualização Monetária	-	(213)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	28.176	(2.669)
Ganho (Perda) de Receita	(7.226)	(5.717)
Amortização Reajuste Tarifário	-	1.836
Reclassificações Homologadas pela ANEEL	(228)	-
Atualização Monetária	-	(490)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	20.522	(7.037)

CO382-4 CIA BRASILEIRA FORÇA LUZ - Cons. 33.050.196/0001-88

Nota - Valores em Milhares

(4) DISPONIBILIDADES

	2007	2006
Saldos Bancários	219.797	110.247
Aplicações Financeiras	121.999	134.993
Total	340.796	245.240

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais remuneradas em sua maior parte conforme variação do CDI convertidas em condições a taxas normais de mercado e ação disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONARIAS E PERMISSIONARIAS

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total 2007	Total 2006
Consumidores					
Classes de Consumidores					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Faturado	369.847	173.763	41.693	584.303	547.138
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]
Total	569.299	173.763	48.636	373.899	1.183.698
Concessionárias					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]			[illegible]	[illegible]

Parcelamento de Débito de Consumidores

Referente à negociação de créditos vencidos junto a consumidores principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores sendo parcelamento através de ajustes da arrecadação de ICMS com instituição bancária. Com base na melhor estimativa da Administração, para os montantes sem garantia ou sem especialista de recebimento foram constituídas provisões para devedores duvidosos (nota 7)

Mail - Nelio FW: Nelio Mail

(6)TRIBUTOS A COMPENSAR

	2007	2006
Circulante		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	4.998	2.545
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.855	7.640
ICMS a Compensar	22.471	15.113
Programa de Integração Social - PIS	750	1.105
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.435	4.572
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	570	307
Outros	287	239
Total	40.366	31.577
Não Circulante		
Contribuição Social a Compensar - CSLL	24.807	27.945
ICMS a Compensar	27.350	25.503
Total	52.861	48.448

No longo prazo o saldo de Contribuição Social a Compensar refere-se a decisão favorável em ação judicial movida pela Sociedade já transitada em julgado. A Sociedade está aguardando o término dos procedimentos administrativos junto a Receita Federal para realizar a compensação do crédito.

(7) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Saldo em 31 de dezembro de 2005	(19.732)
Provisão constituída	(27.922)
Recuperação de Receita	16.656
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	22.166
Saldo em 31 de dezembro de 2006	(47.202)
Provisão constituída	(43.961)
Recuperação de Receita	30.162
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	32.910
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(27.108)

(8)DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Aluguel Pagamento Antecipado	106.210	31.830	19.370	12.005
Outros	6.798	6.613	1.667	2.440
Total	113.008	38.422	21.038	14.445

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos de Contribuição Social e Imposto de Renda

	2007	2006
Crédito de Contribuição Social sobre:		
Bases Negativas		2.853
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	123.187	122.527
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	25.193	31.220
Subtotal	148.380	157.545
Crédito de Imposto de Renda sobre:		
Prejuízos Fiscais	-	7.224
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	342.186	358.150
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	67.342	84.433
Subtotal	409.528	459.817
Total	557.908	627.466
Circulante	62.803	52.705
Não Circulante	495.105	534.761
	557.908	627.466

O benefício fiscal do ágio incorporado é oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4, e está sendo realizado de forma proporcional à amortização do ágio incorporado que o originou, de acordo com o lucro líquido projetado da Sociedade durante o prazo remanescente da concessão. No exercício de 2007, a taxa anual de amortização aplicada foi de 0,05%.

Provisão de Recuperação

A provisão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, dos quais, da diferenças temporariamente indedutíveis, o benefício fiscal do ágio incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal, como segue:

2009	53.258
2010	50.575
2011	38.587
2012	38.111
2013 a 2015	97.439
2016 a 2018	75.141
2019 a 2021	55.048
2022 a 2024	48.405
2025 a 2027	38.320
Total	495.105

O montante a realizar de 2017 e 2027 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos ágios incorporados, registrados pela Sociedade, que estão sendo realizados pela parcela da concessão.

CO2B2-4 CIA BRASILEIRA FORÇA LUZ - Cnpj 33.050.196/0001-88

[illegible]

9.2 – Saldos acumulados de diferenças temporariamente indedutíveis:

	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisão para Contingências	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão de Previdência Privada	42	42	42	42
Provisão para Participações Societárias	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão de Realização da Receita de Ativos Financeiros	-	-	[illegible]	[illegible]
Perdas (Ganhos) Realizados e Não Realizados em Derivativos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Participação nos Lucros e Resultados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão Regulatória - Reconhecida no P.E. e CONTPAR	[illegible]	[illegible]		-
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

9.3 – Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2007 e de 2006:

	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e IRPJ	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ajustes para Refletir Alíquota Efetiva:				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Base de Cálculo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Efeito Fiscal Apurado	(107.263)	(283.464)	(39.552)	(223.603)

a) Amortização de Ágio - Refere-se a ágio amortizado originado na aquisição de investidas não incluídas na base de cálculo do Imposto de Renda.

b) Realização CMC - Referem-se à depreciação da parcela do custo incremental da combinação realizada e computada em períodos pela Lei 9.249/95 não dedutível para fins de apuração da Contribuição Social.

(10) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Créditos a Receber - CESP (a)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Adiantamentos - Previdência CESP (b)	[illegible]	[illegible]		
Créditos Fiscais e Diferenças Circulantes (c)	59	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisões Contábeis	[illegible]	[illegible]		
Serviços Prestados a Terceiros (d)	[illegible]	[illegible]		
Reembolsos MCSD (e)	[illegible]	[illegible]	-	-
Contratos de Fornecimento de Energia (f)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

a) Créditos a Receber - CESP - Refere-se a créditos a receber da Companhia Energética de São Paulo (CESP) decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar transferidos

CODESC-CIA DE DESENVOLTA FORÇA ELÉTRICA - CODESC 33.050.196/0001-88

Nota - Valores em Reais (R$)

acordo entre as partes em 1998. O saldo é atualizado conforme a variação do custo médio ponderado acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral e do Spread anual de 0,4062500% a.a., com vencimento final em dezembro de 2008.

h) **Adiantamentos** - Fundação CESP - Referem-se a adiantamentos efetuados pelo programa assistencial a empregados e manutenção operacional de convênio.

i) **Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados** - São garantias oferecidas quando da negociação ou renegociação de empréstimos e participação em operações na CCEE.

j) **Ordens em Curso** - Compreendem custos e receitas reconhecidos à apuração ou alteração em andamento de bens do imobilizado e os custos dos serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica.

k) **Serviços Prestados a Terceiros** - Compreendem basicamente contas a receber referentes a serviços prestados a consumidores relacionados à distribuição de energia elétrica.

l) **Reembolso RGR** - Referem-se a valores a compensar, relativos à diferença apurada entre a RGR - Reserva Global de Reversão homologada pela ANEEL e a efetivamente recolhida, calculada com base no ativo imobilizado em serviço.

m) **Contratos de Pré-Compra de Energia** - referem-se a pagamentos antecipados realizados pela Sociedade à ENERGIPE, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

(11) INVESTIMENTOS

Transferência de Participação Societária

Em AGE de 14 de março de 2007, foi aprovada a 7ª Alteração do Contrato Social da RGE que consistiu em redução de capital da Sociedade, sem cancelamento de ações, mediante a restituição para a CPFL Energia, única acionista da Sociedade, das 67.368.553 ações da Casa Social da RGE no valor total de R$ 1.090.411. Na mesma data, a controladora CPFL Energia realizou o aporte desse investimento para a empresa CPFL Serra Ltda. (CPFL Serra). A transferência também aprovada na mesma AGE, ocorreu em atendimento da Resolução Autorizativa nº 305/ANEEL de 5 de setembro de 2005 e do Despacho ANEEL nº 839 de 14 de março de 2007, relacionada à reversão da segregação societária prevista na Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004. Esses ativos foram avaliados a valores contábeis, conforme Laudo de Avaliação elaborado por especialistas na data base de 31 de dezembro de 2006. Todos os impactos relacionados aos saldos e transações da RGE a partir de 01 de janeiro de 2007 estão refletidos nas demonstrações financeiras da CPFL Energia.

No exercício de 2007, a Sociedade recebeu da RGE o montante de R$ 86.651 referente dividendos de 2006.

CO2B2-4 CIA ENERGETICA PONTA GRO - Cons 25.050.196/0001-88

Nota - Notas Explicativas

(12) IMOBILIZADO

	2007			2006
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço				
Distribuição	2.926.588	(2.087.282)	1.848.306	1.796.336
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Curso de Execução	6.531	(1.848)	4.683	3.185
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Adiantamentos	122.813	(79.524)	43.291	39.288
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	3.055.932	(2.171.654)	1.896.280	1.838.809
Em Curso				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	126.381		126.381	117.333
Total de Imobilizado	3.201.313	(2.171.654)	2.022.661	1.956.142
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Imobilizado Líquido			1.881.094	1.814.024

Os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização são vinculados a essas atividades não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia independentemente de prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, condicionando autorização prévia para desvinculação de bens reversíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,21% a.a.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão - Representam os valores recebidos dos consumidores, destinados à aquisição, reforço e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na área de concessão de distribuição. A partir de 1º de janeiro de 2006, as quotas de reintegração dos valores dos bens considerados com recursos das Obrigações Especiais, independentemente de sua data de formação, deverão ser seus créditos apropriados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

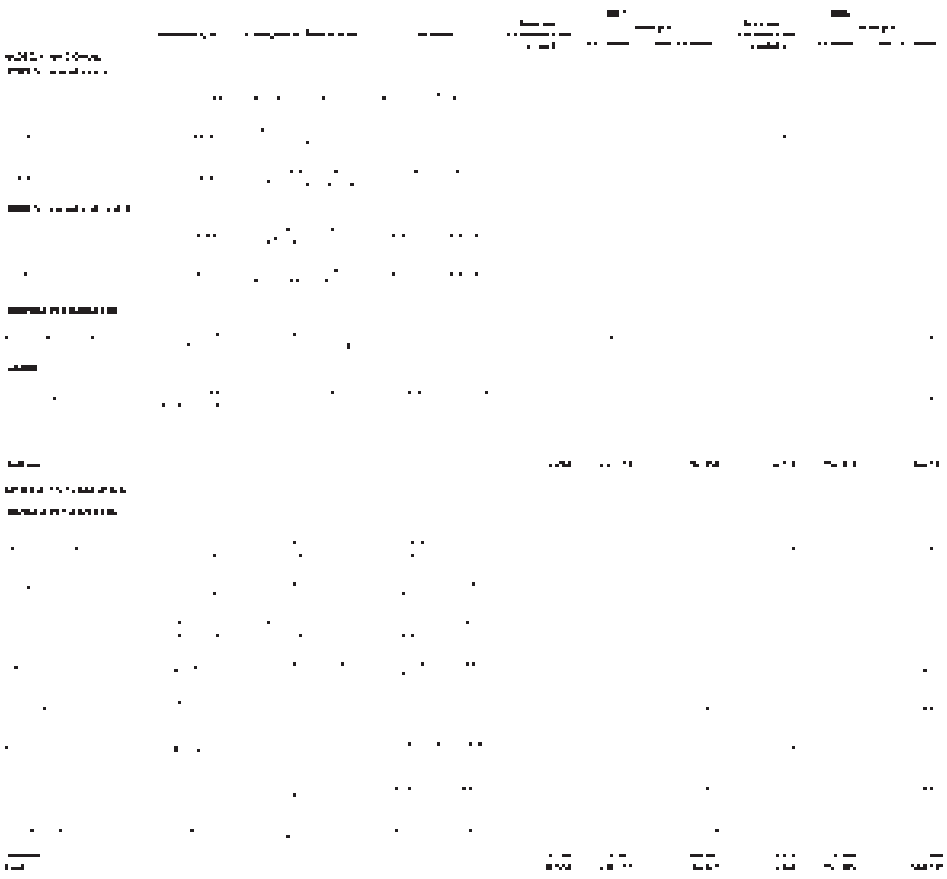
00382-4 CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible]

(13) FORNECEDORES

	2007	2006
Circulante		
Encargos de Serviço do Sistema	1.275	3.230
Suprimento de Energia Elétrica	275.000	255.211
Encargos de Uso da Rede Elétrica	39.000	33.703
Materiais e Serviços	39.430	35.320
Passivo Regulatório (Nota 3)	25.108	86.995
Outros	809	5.529
Total	382.394	420.500

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS



[illegible]

[illegible]

Principais Captações:

BNDES – Investimento (FINEM III) - A Sociedade obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2007, no montante de R$ 106.543, que faz parte de uma linha de crédito da FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Durante o ano, a Sociedade recebeu o montante de R$ 125.011 e o saldo remanescente de R$ 31.532 tem previsão de operação para o exercício de 2008. Os juros vem sendo pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2008 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

Instituição Financeira – A Sociedade contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco ABN AMRO REAL em agosto de 2007, no montante de R$ 350.000, com finalidade de realizar depósito judicial citado na nota 10.

Saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Vencimento	
2009	500.052
2010	37.018
2011	34.034
2012	33.149
Após 2012	76.510
Total	**740.971**

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional estão abaixo demonstrados:

	Variação acumulada em %		% da dívida	
Indexador	2007	2006	2007	2006
IGP-M	7,75	3,83	9,45	7,72
TJLP	5,00	7,57	60,33	37,27
SELIC	11,85	15,02	78,54	53,15
Outros			0,59	2,36
			100,50	100,00

OPERAÇÕES DE *SWAP*

Os ganhos e perdas, líquidos, relacionados às operações de *swap* contratadas pela Sociedade incluindo as contratações sobre operações de curto prazo, são contabilizados, líquidos, na rubrica Derivativos, tendo como contrapartida as despesas financeiras. O resultado destas operações em 31 de dezembro de 2007 resultou em um passivo de R$ 58.895 (R$ 3.475 em 31 de dezembro de 2006).

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os financiamentos junto ao BNDES restringem a Sociedade a somente realizar pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação, ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato, e a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

a) BNDES - FINEM I - (Banco líder BRADESCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0 de 2007 a 2008
- endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,50 em 2007 e 2008

b) BNDES - FINEM II - (Banco líder UNIBANCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0 de 2007 a 2010
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo de 0,60 em 2007 e 2008 e valor máximo de 0,75 de 2009 a 2010

c) BNDES - FINEM III - (Banco líder Banco do BRASIL)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0 de 2007 a 2013
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo de 0,60 em 2007 e 2008 e valor máximo de 0,75 de 2009 a 2013

Diversos empréstimos e financiamentos estão sujeitos à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade por parte dos atuais acionistas da Sociedade ou contrato acionário ou contrato sobre a gestão da Sociedade.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar o não cumprimento em relação a outras obrigações (cross default).

A Sociedade encontra-se adimplente em relação ao atendimento de cláusulas restritivas relacionadas aos contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela e instituições financeiras.

(15) DEBÊNTURES

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
					[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados

Vencimento	
2010	774.897
2011	213.203
2012	713.[illegible]
Após 2012	213.204
TOTAL	914.887

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Sociedade a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

- Segunda emissão e Terceira emissão:
  - a) a relação entre dívida líquida e EBITDA maior ou igual a 3,0 vezes; e
  - b) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

No entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade, através da Fundação CESP, mantém um Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados.

Atualmente vigora para os funcionários da Sociedade um Plano de Benefícios Misto, com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido - BD ( ) vigente até 31 de outubro de 1997 (plano de benefício saldado) que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Sociedade.

03.02-4 CIA BRASILEIRA PORCA BOA - Cnpj 33.050.196/0001-88

(Mil - Milhões R$ (Mil - Milhões))

a) Adoção de um novo plano a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla

- as aposentadorias de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Sociedade; e
- as aposentadorias programáveis na concepção de contribuição definida, que consiste em um plano previdenciário que, além da concessão da renda vitalícia, reverte ao fundo em percentual do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Sociedade. Somente após a concessão da renda vitalícia (aposentadoria) e que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Sociedade.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela Sociedade referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP a ser liquidada em 360 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente acrescida de juros de 6% a.a. e correção pela IGP-DI (FGV). Através do Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 25 de junho de 2006, os prazos de pagamento referem-se à dívida para 175 parcelas mensais e 14 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2005 (vencimento original em 31 de janeiro de 2030). O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 360.190 (R$ 575.775 em 31 de dezembro 2006).

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 e 2006, conforme laudo preparado por Atuário Externo, incluem as premissas citadas pela Administração, seguindo os itens da Deliberação CVM nº 371/00 estão assim apresentados:

	2007	2006
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	2.710.220	2.554.512
Valor justo dos ativos do plano	(2.349.744)	(1.918.476)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	360.476	636.036
Ajustes por diferimentos permitidos		
Perdas atuariais não reconhecidas	(150.482)	(140.240)
Passivo atuarial líquido a ser reconhecido	609.994	495.796

Os ganhos atuariais não reconhecidos em 31 de dezembro de 2007, que não excedem a 10% das obrigações atuariais do Plano, não havendo necessidade de reconhecimento, serão através de amortização durante o período de vida útil remanescente dos participantes do plano.

CODESC-A CIA DESCOBRIDORA PORCA BOA - Cons 33.050.196/0001-88

Nota - Notas Explicativas

As movimentações nos planos de benefício pós-emprego líquido são as seguintes

	2007	2006
Passivo atuarial líquido no início do exercício	535.436	721.521
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(26.793)	10.414
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(66.466)	(36.579)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	533.848	535.436
Outras Participações	8.356	8.388
Total	542.204	544.424
Circulante	45.324	59.220
Não Circulante	496.880	485.204
	542.204	544.424

A estimativa do saldo do exercício para as receitas a serem reconhecidas no exercício de 2008 e as receitas reconhecidas em 2007 são como seguem

	2008 Estimadas	2007 Realizadas
Custo do serviço	1.320	1.340
Juros sobre obrigações atuariais	269.126	269.517
Rendimento esperado dos ativos do plano	(270.536)	(250.345)
Subtotal	(88.887)	(35.988)
Contribuições esperadas dos participantes	(11)	(35)
Total	(66.218)	(36.023)

Na demonstração do resultado as despesas (receitas) foram registradas nas seguintes rubricas

	2007	2006
Custo de Operação	(26.223)	(8.744)
Item Extraordinário Líquido dos Efeitos Tributários		10.327
Tributos Sobre Item Extraordinário	-	8.831
Total	(26.223)	10.414

Os itens extraordinários registrados em 2006 referem-se à variável de plano aprovado em 31 de dezembro de 2001 quando da adoção da CVM nº 371 e que foi alterado e amortizado nos anos subsequentes, sendo que sua amortização foi realizada em 31 de dezembro de 2006

CODESC-A CIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CODESC 83.050.196/0001-88

Nota - Valores Atuariais

As principais premissas considerados no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	2008	2007
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,24% a.a.	11,10% a.a.
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	14,82% a.a.	10,95% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários futuros	5,00% a.a.	7,00% a.a.
Taxa esperada de crescimento dos benefícios considerados para a determinação das obrigações atuariais	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de crescimento do custo médico	AT 83	AT 83
Tábua biométrica de mortalidade	TÁBUA MasNCen	Ambos MasNCen
Tipo de rotatividade adotado	Leve - Tempo de Serviço	Nulo - Tempo de Serviço
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	2007	2006
Reserva Global de Reversão - RGR	1.029	1.397
Taxa de Fiscalização da ANEEL	439	895
Conta de Consumo de Combustível - CCC	14.152	39.681
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	15.448	15.444
Total	33.328	56.517

(18) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Imposto de renda a pagar (Lucro Real) - 15%	17.014	17.014		
Imposto de renda a pagar (Lucro Real) - 25%	5.804	5.804		537
Contribuição social sobre o lucro líquido a pagar (Lucro Real) - 9%	4.753	4.753		1.932
Imposto de Renda Diferido - IRPJ	10.000	10.000	2.000	10.338
Contribuição social diferida - CSLL	7.000	7.000	1.000	3.722
Outros	2.000	2.000		
Total	46.571	46.571	3.000	16.529

CO382-4 CIA BRASILEIRA FORCA LUZ - Cons. 33.050.196/0001-88

Nota - Valores em Reais (R$)

(19) PROVISÕES PARA CONTINGENCIAS

Provisão para Contingencias - Saldo	37.555	11.440	(7.545)	(3.123)	245	38.572
Depósitos Judiciais (Nota 8)	55.135	408.255	(38.677)	(3.051)	15.819	482.451

As provisões para contingencias foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade.

Os principais processos assumidos pendentes de decisão judicial estão assim classificados pela Administração e como segue:

a) **Trabalhistas**: As principais causas trabalhistas referem-se às reivindicações de ex-empregados e sindicatos para o pagamento de multas sobre horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações.

b) **Danos Pessoais**: Referem-se principalmente a pedidos de indenizações. Tais processos referem questionamentos relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Sociedade, danos a terceiros, ações ambientais, entre outras.

c) **Majoração Tarifaria**: Corresponde a valores pedidos de consumidores industriais, devido a majorações impostas pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do Plano Cruzado.

d) **Energia Comprada**: Em decorrência da perda de consumidores livres, a Sociedade solicitou redução na quantidade de potência e de contratos iniciais, sendo parcialmente atendida pela ANEEL. A Sociedade impetrou ação judicial motivada pela não concordância com os montantes fixados determinados pela ANEEL. A pagamento divergências nos cálculos e efetuando depósitos judiciais mensais dos valores em questão.

e) **FINSOCIAL:** Refere-se a questionamento judicial quanto a majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1990 a outubro de 1991.

f) **Fiscais - Outras.** Relaciona-se a outras contingências existentes nas esferas judicial, administrativa e de natureza regulatória decorrente da operação dos negócios da Sociedade relacionadas a assuntos fiscais envolvendo INSS, PIS/PASEP e SAT.

g) **Perdas possíveis:** A Sociedade é parte em processos cíveis nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito não alcançam a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam ainda jurisprudência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares que sejam tratados como prováveis ou remotas e por este motivo nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de dezembro de 2007 estavam assim representadas: (i) trabalhistas de R$ 94.956 (R$ 75.585 em 31 de dezembro de 2006); (ii) cíveis representado basicamente por danos pessoais e majoração tarifária de R$ 57.820 (R$ 58.397 em 31 de dezembro de 2006); e (iii) fiscais, principalmente referente a Imposto de Renda, FINSOCIAL e PIS e COFINS de R$ 14.916 (R$ 15.663 em 31 de dezembro de 2006).

h) **Depósito Judicial - Imposto de Renda:** referente a discussão da dedutibilidade para fins de Imposto de Renda, de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente a cessão previdenciária do ônus de pensão dos funcionários da Sociedade perante a Fundação CESP em razão de ter sido objeto de renegociação e novação da dívida naquele exercício. A Sociedade, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/COA/Nº 157 de 05 de abril de 1998, e reconheceu a dedutibilidade fiscal da despesa gerando consequentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em março de 2000, a Sociedade foi autuada pelas Autoridades Fiscais relativamente ao uso do prejuízo fiscal nos exercícios de 1997 a 1998. Em 2007, em conta apartada de classe privada, registrou o depósito para garantir a continuidade das discussões. A Sociedade efetuou o depósito judicial no valor de R$ 332.255 (R$ 373.115 atualizado para 31 de dezembro de 2007) como depósito para garantia do juízo. Baseada na posição externada dos advogados que conduzem esse ação, o risco de perda foi classificado como remoto.

A Administração da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impactos significativos sobre os resultados futuros.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consumidores		Não Consumidores	
	2007	2006	2007	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

a) Consumidores: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

b) Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética – A Sociedade reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados, dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

c) Adiantamentos: Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

d) Juros sobre Empréstimo Compulsório: Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás a consumidores industriais.

e) Encargos de Capacidade Emergencial ("ECE") e Encargo de Aquisição de Energia Emergencial ("EAEE"): Referem-se aos encargos tarifários relacionados à contratação de capacidade e energia emergencial cobrados do consumidor até janeiro de 2006, a serem repassados para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – ("CBEE").

CÓDIGO CVM DA EMPRESA PONTA GROSSA 23.050.196/0001-88

(Mil - Milhões EXPRESSO EM MILHARES)

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A composição dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 está assim distribuída:

Composição do Capital - 2007 - Ações Ordinárias

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Total	%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Membros do Conselho de Administração e Diretoria	-		-		-	
Ações em Tesouraria	-		-		-	
Total	370.569	100,00	629.431	100,00	1.000.000	100,00

Composição do Capital - 2006 - Ações Ordinárias

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Total	%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Membros do Conselho de Administração e Diretoria	-		-		-	
Ações em Tesouraria	[illegible]		[illegible]		[illegible]	
Total	12.993.792.199	100,00	11.281.201.161	100,00	24.274.993.360	100,00

21.1 - Aumento de Capital

Através da AGE de 14 de março de 2007 foram aprovados os aumentos de Capital da Sociedade no montante total de R$ 130.864 sendo:

- R$ 30.022 referente ao Benefício Fiscal sobre Ágio incorporado conforma previsto nas Instruções da CVM nº 319/99 e 349/01 sem emissão de novas ações registrado na conta de Reservas de Capital e realizado durante o exercício de 2006; e
- R$ 100.842 referente à Reavaliação de Ativos da controladora CPFL Energia sem emissão de novas ações com finalidade de realizar a segregação da parcela sacolara

Em 2008 deverá ser objeto de deliberação em AGO/E a capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2007 no montante de R$ 30.324

21.2 - Redução de Capital

Ainda na AGE de 14 de março de 2007 itens 2 e 3 foi aprovada a redução de capital onde os investimentos da Sociedade na RGE no montante de R$ 1.058.417 foram restituídos à controladora CPFL Energia

21.3 – Grupamento de Ações

Em decorrência da redução de capital também foi aprovada na AGE de 14 de março de 2007 o grupamento de ações ordinárias e preferenciais da Sociedade na seguinte proporção: cada 33.931.863336 ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Sociedade foi convertida em 1 ação ordinária e preferencial conforme o caso.

21.4 - Juros sobre Capital Próprio e Dividendo

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou em junho de 2007 a declaração de juros sobre capital próprio intermediário no montante de R$ 23.745 (R$ 22.732 líquido do IRRF) sendo atribuído para cada ação o valor de R$ 25,167244407 (R$ 21,387037827 líquido do IRRF) para

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ações ordinárias e R$ 2.5[illegible]0400940 (R$ 2.[illegible]20000004 líquido de IRRF) para ações preferenciais a dividendo mínimo de R$ 380.103 que equivale a R$ 3576381138638 por cada ação ordinária e R$ 252.0+0013893 por cada ação preferencial referente aos resultados do primeiro semestre de 2007.

Adicionalmente em novembro de 2007 ocorreu nova aprovação por parte do mesmo Conselho sobre a Declaração de Juros sobre Capital próprio no montante de R$ 15.820 (R$ 13.447 líquido de IRRF) sendo pago para cada ação o valor de R$ 1.[illegible]6[illegible]9276 (R$ 12.59[illegible]42085 líquido de IRRF) para ações ordinárias e R$ 18.37[illegible]37204 (R$ 13.8[illegible]46623 líquido de IRRF) para ações preferenciais referente aos lucros do segundo semestre de 2007.

A Sociedade efetuou pagamentos nos montantes de R$ 338.590 e de R$ 402.332 referentes aos montantes a dividendos e juros sobre capital próprio (líquido de IRRF), declarados em 31 de dezembro de 2006 e de 30 de junho de 2007 respectivamente.

21.5 – Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações.

A base de cálculo e as destinações são demonstradas a seguir:

Lucro Líquido do Exercício	R$ 880
Constituição de Reserva Legal	R$ 880
Lucro Líquido Base para Destinação	**R$ 827.77$**
Dividendos intermediários	(R$ 380.103)
Juros sobre Capital Próprio	(R$ 142.905)
Dividendo Propostos	(R$ 305.100)

A Sociedade efetuou apuração da Reserva Legal visando a constituição de no mínimo de 20% sobre o Capital Social, conforme previsto na legislação societária.

Para este exercício a Administração da Sociedade está propondo a distribuição de saldo de lucro líquido e a reversão da Reserva Legal, através da declaração e provisionamento de R$ 405.[illegible]08 na forma de dividendos, sendo atribuído para cada ação o valor de R$ 3[illegible]1542[illegible]8 para ações ordinárias e R$ 4.[illegible]9 2[illegible]7[illegible]0 para ações preferenciais.

CO382-4 CIA BRASILEIRA FORÇA LUZ - Cons. — 33.050.196/0001-88

[illegible] - Notas Explicativas

(22) RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora		Reclassificado	
Receita de Operações com Energia Elétrica	2007	2006	2007	2006	2005	2004
Fornecimento Concessionárias						
Residencial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Industrial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Comercial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rural	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Poderes Públicos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Iluminação Pública	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Serviço Público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fornecimento Faturado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Consumo Próprio	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Fornecimento Não Faturado (líquido)					[illegible]	[illegible]
Energia Proinfa (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Subvenção de Baixa Renda (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Receita de Ressarcimento Parcela A					[illegible]	[illegible]
Receita de Ressarcimento Parcela A - Tarifa Reversão Bandeiras (Lei 10.438/02)						[illegible]
Receita Tarifária - Acionamento Usinas (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Energia não Faturada (Lei 10.438/02)					[illegible]	-
Energia Proinfa - Contrato Comercialização (Lei 10.438/02)						[illegible]
Subvenção Energia Elétrica Rural e Baixa Renda (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Subvenção Consumidores Baixa Renda (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Receita de Ressarcimento Parcela A - Tarifa Reversão Bandeiras (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Receita de Ressarcimento Parcela A - Acionamento Usinas (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Suprimento a Outras Concessionárias (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Subvenção Consumidores Baixa Renda - Tarifa Reversão Bandeiras (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Suprimento a Outras Concessionárias - Tarifa Reversão Bandeiras (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Receita de Ressarcimento Parcela A - Tarifa Reversão Bandeiras (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Fornecimento de Energia Elétrica	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Energia Elétrica de Curto Prazo			[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Suprimento de Energia Elétrica			[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita de Arrendamento e Aluguel - Tarifa					[illegible]	[illegible]
Subvenção Baixa Renda (Lei 10.438/02)					[illegible]	[illegible]
Outras Receitas Operacionais					[illegible]	[illegible]
Total			[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As contabilizações que envolvem outras receitas e rendas estão apresentadas na nota 3 (g) Energia Livre.

[illegible] — Página 50

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(23) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R$ Mil	
Energia Comprada para Revenda	2007	2006	2007	2006
Itaipu Binacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	22.575	21.873	2.243.882	2.115.195
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]				[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
Encargos da Rede Básica			[illegible]	[illegible]
Encargos de Transporte de Itaipu			[illegible]	[illegible]
Encargos de Conexão			[illegible]	[illegible]
Encargos de Serviço do Sistema - ESS			[illegible]	[illegible]
			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal		-	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(*) [illegible]

00382-4 CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL — 33.050.196/0001-88

[illegible]

(24) DESPESAS OPERACIONAIS

	2007	2006
Despesas com Vendas		
Pessoal	13.016	12.887
Material	824	6.051
Serviços de Terceiros	30.395	18.757
Provisão para Devedores Duvidosos	22.815	60.526
Depreciação e Amortização	727	950
Taxa de Arrecadação	20.154	31.778
Outros	100.545	113
Total	239.279	130.879
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	42.002	41.728
Material	2.070	2.160
Serviços de Terceiros	67.017	62.904
Arrendamento e Aluguéis	716	744
Depreciação e Amortização	4.925	7.752
Publicidade e Propaganda	3.881	3.476
Legais, Judiciais e Indenizações	6.016	4.034
Doações, Contribuições e Subvenções	2.887	3.003
Outros	4.545	2.551
Total	126.063	125.427
Outras Despesas Operacionais		
Taxa de Fiscalização	10.105	9.550
Provisão de Perda com RTE e Energia Livre (nota 3 a)	8.001	-
Outros	1.634	-
Total	20.640	9.660
Total Despesas Operacionais	396.782	275.866

Os registros efetuados em outras despesas com vendas, relacionados a baixa de contas a receber da energia livre, estão apresentados na nota 3 (a).

(25) RESULTADO FINANCEIRO

	2007	2006
Receitas		
Renda de Aplicações Financeiras	32.327	28.116
Acréscimos e Multas Moratórias	50.978	47.743
Atualização de Créditos Fiscais	15.284	5.016
Atualizações Monetárias e Cambiais	(4.577)	(4.041)
Remuneração CVA e Parcela "A"	52.450	67.771
Deságio na Aquisição de Crédito de ICMS	7.293	6.262
Remuneração Recomposição Tarifária Extraordinária [illegible]	16.711	45.149
Dividendo recebido de não controladas		77
PIS e COFINS - Ampliação da Base	-	91.280
Outros	24.905	45.006
Total	**203.201**	**336.378**
Despesas		
Encargos de Dívidas	(152.269)	(248.773)
Despesas Bancárias	(24.065)	(25.021)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(44.335)	(56.978)
Outros	(6.585)	(10.999)
Subtotal	(270.271)	(352.371)
Amortização de Ágio	-	(20.233)
Juros Sobre o Capital Próprio	(42.565)	(20.930)
Total	**(320.839)**	**(605.534)**
Resultado Financeiro Líquido	**(117.638)**	**(169.156)**

PIS e COFINS – Ampliação da Base - A receita reconhecida em 2006, no montante de R$ 91.280 refere-se à reversão de passivo contingencial e constituição de créditos fiscais a compensar, devido ao julgamento favorável de recurso interposto pela Sociedade que questionou a legalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS.

(26) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Sociedade implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2007 foi de R$ 14.919 e em 2006 foi de R$ 17.957. Após a antecipação paga no exercício de 2007, o saldo remanescente provisionado é de R$ 10.427 (nota 20).

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentaram os seguintes principais saldos e movimentações acumuladas em 2007 e 2006

Empresa	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

a) Arrendamento e Aluguel: Receita de compartilhamento da infra-estrutura do edifício sede

b) Custo de Uso do Sistema de Distribuição: Taxa cobrada pelo uso do sistema de distribuição de energia elétrica

c) PIS/COFINS – Ativo Regulatório: Refere-se à majoração da alíquota do PIS e COFINS a ser repassado para geradora conforme ocorre no reajuste tarifário da Sociedade

d) Prestação de Serviços: Serviços de arrecadação e recebimento de contas de energia elétrica

CODESC - CIA DISTRIBUIDORA FORÇA LUZ - Outros 33.050.196/0001-88

Nota - Valores em Milhares de Reais

(28) SEGUROS

A Sociedade mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

DESIGNAÇÃO	NOME DA APÓLICE	2007	2006
Ativo Imobilizado	Apólice Real Explosão Queda de Aeronaves Danos Elétricos	367.674	342.217
Transporte	Transporte Nacional	22.000	20.567
Material Estocado	Apólice Real Explosão e Roubo	17.000	16.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	1.421	721
Responsabilidade Civil	Civil Dirigentes de Empresa Estatal	13.113	10.307
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	27.021	27.756
Outros	Outros	17.775	26.121
TOTAL (1)		1.063.324	686.690

(1) As importâncias não estão sujeitas a exames pelos auditores independentes

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

29.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade compreendem principalmente o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam esses negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas e contingências em caso de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivos denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de hedge, o que permitiu à Sociedade travar as taxas ativas da operação para o custo relativo à variação do CDI (nota 14). Adicionalmente a Sociedade está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas ou ganhos considerados na nota 5. As referidas operações são reconhecidas de acordo com regime de competência e conforme as condições de cada evento ou contrato.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Parte dos empréstimos tomados em moeda nacional, a Sociedade somou com contrapartes ativas regulatórias atualizadas pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente, a Sociedade tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Crédito. O risco surge da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Sociedade como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto a Escassez de Energia: A energia vendida pela Sociedade basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume das mesmas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como é verificado em 2001. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não prevê para 2008 um novo programa de racionamento.

Risco de Aceleração de Dívidas. A Sociedade possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

29.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade mantém políticas e estratégicas operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, a Sociedade possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de manifestar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro de 2007 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e avaliação nas demonstrações financeiras.

Disponibilidades. Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais (nota 4).

Ativos e Passivos Regulatórios: São compostos basicamente pela Parcela A, Ativos e Passivos relacionados à Revisão e Reajuste Tarifários, Ajuste Baixa Renda e outros. Esses créditos e débitos decorrem dos efeitos do plano de racionamento de 2001 e outros valores relacionados ao diferimento de custos e receitas tarifárias e alteração da legislação tributária. Esses valores são avaliados pelo valor contábil, conforme critérios definidos pela ANEEL, de acordo com as características descritas na nota 3.

Empréstimos e Financiamentos: Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na nota 14.

Debentures: As debêntures lançadas pela Sociedade podem ser negociadas no mercado e estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando da sua emissão, conforme características definidas na nota 15.

CODESC - CIA DE SANEAMENTO DE SANTA CATARINA 83.658.136/0001-66

(Mil - Milhões de Reais)

Os valores contábeis das principais instrumentos financeiros da Companhia comparados aos valores de cotação de mercado conforme definido acima na data base em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 são como segue:

	2007		2006	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	2.063.781	2.063.781	1.994.433	1.994.433

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade foi elaborada com base em modelos de descontos de fluxos futuros a valor presente, comparação com transações semelhantes corretoladas em datas próximas ao encerramento dos exercícios de 2007 e de 2006 bem como comparações com parâmetros indicativos de mercado. Para operações com similar no mercado principalmente as relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, espécies requisitórios e precatórios a receber da CELESC a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

(30) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "PRÓ-FORMA"

A demonstração financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 serve os efeitos da consolidada RGE, nos seguintes demonstrativos:

	2007	2006 (*)
Receita Líquida de Vendas	4.460.585	4.021.065
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.900.672)	(2.722.442)
Lucro Operacional Bruto	1.557.084	1.298.644
Despesas Operacionais	(261.298)	(275.866)
Resultado do Serviço	1.295.786	1.022.778
Resultado Financeiro	(117.528)	(130.923)
Resultado Não Operacional	(1.008)	5.755
Provisão para IR e CSLL	(400.795)	(302.362)
Item Extraordinário Líquido dos Efeitos Tributários		(10.677)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	42.593	123.980
Lucro Líquido do Exercício	818.888	689.511

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

00382-4 CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible]

(31) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, foi instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao mercado – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes.

Foram ligados 4.133 novos consumidores com o custo total estimado em R$ 14.980, ao qual a Sociedade concluiu em junho de 2006 todas as instalações previstas para o programa. Mesmo após o cumprimento das metas de universalização apresentadas para a ANEEL, a Sociedade continuou efetuando ligações a consumidores cujas características enquadram-se no Programa de Universalização.

Dos montantes previstos pela Eletrobrás, no valor de R$ 10.786, foram liberados até o final do exercício de 2007, o montante de R$ 6.000, encerrando-se as créditos deste contrato junto a Eletrobrás. A participação da Concessionária foi de R$ 3.852.

(32) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO SEGREGADA POR ATIVIDADE

[illegible]

03382-4 CIA BRASILEIRA FORÇA LUZ - Cnpj 33.050.196/0001-88

(33) MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO = ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 = LEI 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), relativo à elaboração e preparação das Demonstrações Financeiras. Estas modificações entrarão em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2008 e podem ser substancialmente resumidas como segue:

a) ativos e passivos financeiros pré-fixados deverão ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
b) certos novos instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;
c) contabilização de ativos e passivos ao respectivo valor de mercado em operações de Incorporação, Fusão ou Cisão entre partes não relacionadas;
d) substituição da DOAR pela Demonstração de Fluxo de Caixa e obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado;
e) inclusão de novos subgrupos de contas como "Intangível" no ativo e a Conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Adicionalmente, a Lei requer que as normas expedidas pela CVM sejam elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade tendo como base as normas emitidas pelo IASB.

A Companhia já adotou algumas práticas contábeis pela nova Lei, como a obrigação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Anexo I) e da Demonstração do Valor Adicionado (Anexo II) e está analisando os impactos para as demais alterações propostas em 31/12/2007, que deverão ser adotadas em sua totalidade ao longo do exercício de 2008, conforme as regras forem disponibilizadas pelos órgãos reguladores.

16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em Milhares de Reais)

	2007	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

CO382-4 CIA BRASILEIRA FORÇA LUZ - Cons 23.050.196/0001-88

Nota - Valores em Reais Mil

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Em Milhares de Reais)

	2007	2006
1 - Receitas	8.839.699	8.243.278
1.1 Receita de Serviços (Exclui Construção)	8.658.216	8.268.126
1.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão / (Constituição)	8.561	
1.3 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão / (Constituição)	42.870	-42.870
1.4 Outras Receitas	1.052	1.722
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	(2.089.744)	(2.852.205)
2.1 Custos da Energia Comprada	(1.478.710)	(2.047.240)
2.2 Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(193.570)	(164.248)
2.3 Perda / Recuperação de Valores Ativos	49.427	-42.247
2.4 Outros	(12.870)	-42.748
2.5 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão / (Constituição)	(3.561)	-8.547
3 - Valor Adicionado Bruto (1+2)	2.749.955	3.390.840
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	(179.456)	(197.462)
4.1 Depreciação e Amortização	(179.456)	-197.462
4.2 Exaustão		
5 - Valor Adicionado Líquido Gerado (3-4)	2.570.456	3.193.378
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	302.201	343.667
6.1 Resultado de Equivalência	258.331	297.719
6.2 Receitas Financeiras		45.948
6.3 Outras Receitas Não Operacionais		
7 - Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	2.772.657	3.537.045
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	117.652	111.111
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	2.137.124	2.781.137
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros	22.141	288.111
8.4 Remuneração de Capitais Próprios e Dividendos	1.495.740	756.247
	2.772.657	3.537.045

00382-4 CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible]

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Força e Luz, no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras do Exercício Social de 2007, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 31 de janeiro de 2008, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Campinas, 27 de fevereiro de 2008.

Paulo Micena Fernando Dias Gomes

Susana Hanna Stephan Labra Francisco Djalma de Oliveira

Enéias de Assis Rosa Ferreira

00382-4 CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible]

DIRETORIA

Wilson P. Ferreira Junior
Diretor Presidente

Reni Antonio da Silva
Diretor Vice presidente de Estratégia e Regulação

José Antonio de Almeida Filippo
Diretor Vice presidente Financeiro e de Relação com Investidores

Paulo Cezar Coelho Tavares
Diretor Vice presidente de Gestão de Energia

Hélio Viana Pereira
Diretor Vice presidente de Distribuição

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson P. Ferreira Junior
Presidente

Sergio de Britto Pereira Figueira
Vice-presidente

Edeme Pinheiro de Goes
Conselheiro

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Antônio Carlos Bassalo
Diretor de Contabilidade
CRC 1SP085131/0-8

Sergio Luiz Felice
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP192767/0-6

21.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

ÍNDICE

ÍNDICE	SUBÍNDICE	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	C1	[illegible]	1
01	C2	[illegible]	1
01	C3	[illegible]	1
01	C4	[illegible]	1
01	C5	[illegible]	2
01	C6	[illegible]	2
01	C7	[illegible]	2
01	C8	[illegible]	2
01	C9	[illegible]	2
02	C1	[illegible]	4
02	C2	[illegible]	5
03	C1	[illegible]	7
04	C1	[illegible]	9
05	C1	[illegible]	11
05	C2	[illegible]	12
05	C3	[illegible]	13
12	C1	[illegible]	14
13	C1	[illegible]	15
14	C1	[illegible]	[illegible]

- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA EMISSORA DOS VALORES MOBILIÁRIOS, RESPONSABILIZANDO-SE PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM	2 - Nome da Companhia	3 - CNPJ
00338-4	CIA PAULISTA FORÇA E LUZ - CPFL	33.052.169/0201-86

01.02 - SEDE

1 - Endereço	2 - Município			3 - UF
13088-900	Campinas			SP
4 - Bairro	5 - Telefone	6 - Telefone	7 - Telefone	8 - Telefone
Nova	3755-8700	3755-8707		
9 - Telefone	10 - Telefone			
019	3755-8704			

11 - E-mail
ri@cpfl.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - Nome
José Antonio de Almeida Filippo

2 - Endereço				3 - UF
Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar				SP
4 - Bairro	5 - Município			6 - CEP
13088-900	Campinas			
7 - Telefone	8 - Telefone	9 - Telefone	10 - Telefone	
019	3755-8704	3755-8705		
11 - Telefone	12 - Telefone			
019	3755-8777			

13 - E-mail
ri@cpfl.com.br

01.04 - REFERÊNCIA E ALTERADOR

1 - Data	2 - Versão	3 - Alterador
31/12/2005	01/01/2005	31/12/2004
30/09/2005	01/01/2005	31/12/2004
30/06/2005	01/01/2004	31/12/2004

1 - Data	2 - Motivo
Demonstrações Financeiras Consolidadas	Original

1 - Data	2 - Hora
Balanço Anterior Reapresentado	25/03/2005 15:00:00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

02393-4	CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.641.663/0001-44

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	12.950.560	12.950.560	12.431.507
2 - Preferenciais	21.291.907	21.291.907	21.811.964
Total	34.242.467	34.242.467	34.243.471
Em Tesouraria			
1 - Ordinárias	0	0	0
2 - Preferenciais	45	49	0
Total	45	49	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

Empresa Comercial, Industrial e Outras

Operacional

Nacional

Energia Elétrica

Distribuição de Energia Elétrica

Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

01	ON	31/05/2006	Dividendos	30/06/2006	ON	0,0000
02	PNA	31/12/2006	Dividendos	30/06/2006	PN	0,0000
03	ON	31/12/2006	Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2006	ON	0,0000
04	PNA	31/12/2006	Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2006	PN	0,0000
05	ON	31/12/2006	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,0000
06	PNA	31/12/2006	Juros Sobre Capital Próprio		PN	0,0000
07	PNA	31/12/2006	Dividendos		PN	0,0000
08	ON	31/12/2006	Dividendos		ON	0,0000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.05 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

[illegible]	[illegible]
[illegible]	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00380-4	CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00238-4	CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL	[illegible]

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00380-4	CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

02388-4	[illegible]	[illegible]

01.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00380-4	CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]
	[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]
	[illegible]				[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

30.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
	[illegible]	[illegible]			[illegible]
	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00380-4	CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00238-4	CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CIA PAULISTA FORÇA LUZ - CPFL	[illegible]

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CIA PAULISTA FORCA LUZ CPFL	33.050.196/0001-88

[illegible] - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS Data-Base - [illegible]/2005 Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

21.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

29.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Paulista de Força e Luz
Campinas - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Paulista de Força e Luz e controlada (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada Rio Grande Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, cujo ativo e resultado proporcionais representam, respectivamente, 29,07% e 12,6% do ativo total consolidado e do lucro líquido da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 30 de janeiro de 2007, não contém ressalvas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dessa controlada incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, está baseada exclusivamente no parecer desses auditores independentes.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controlada, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Força e Luz e controlada (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio

incluído (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossa exame foi conduzido com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidada) contidas respectivamente nos Anexos I e II, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade e controlada, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares (controladora e consolidado) estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, tomadas em conjunto.

5. As demonstrações financeiras e as informações suplementares contidas nos Anexos I e II em 31 de dezembro de 2005 (controladora e consolidada), apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas e nosso parecer, sem ressalvas, emitido em 14 de fevereiro de 2006, contém os seguintes comentários: (a) que nossa opinião, no que se refere aos valores de controlada Rio Grande Energia S.A., incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e do respectivo investimento registrado pela controlada e patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora, baseou-se exclusivamente na opinião de outros auditores independentes, cujo parecer, sem ressalvas, foi emitido em 14 de fevereiro de 2006; e (b) parágrafo de ênfase relacionado ao registro pela Companhia, de ativo regulatório que se encontrava pendente de homologação pela ANEEL, a qual foi concedida em 5 de setembro de 2006, conforme comentado na Nota Explicativa 3 - Item (b) - das demonstrações financeiras.

Campinas, 26 de janeiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP-011609-11-8

Wilbert Antonio dos Santos
Contador
CRC-SP-[illegible]

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados da controladora em relação ao mesmo período de 2005, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações Iniciais

A CPFL Paulista atingiu plenamente os objetivos estabelecidos em seu plano estratégico. A empresa atendeu a demanda de crescimento do seu mercado consumidor, atuando com elevado nível de eficiência operacional, e a cançou o objetivo de prestar serviços de qualidade para 3.332 mil clientes.

Com atuação em um dos mais expressivos mercados brasileiros, a energia faturada pela empresa foi de 18.295 GWh e apresentou crescimento significativo nas classes residencial e comercial, com taxas de 4,9% e 5,1%, respectivamente.

Adicionalmente, a CPFL Paulista foi eleita a melhor distribuidora de energia elétrica do País, conquistando o Prêmio Abradee 2006 - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, atingindo os melhores indicadores técnicos de qualidade de fornecimento de energia, resultado dos investimentos realizados na expansão e manutenção do sistema elétrico, no aprimoramento contínuo da gestão operacional e na capacitação do seu quadro de profissionais.

Informações a respeito dos investimentos em sociedades controladas estão na Nota Explicativa nº 11 das Demonstrações Financeiras.

2. Comentário sobre a Conjuntura

A atividade econômica brasileira sentiu os efeitos da apreciação cambial e dos juros reais ainda elevados, que se refletiram em um crescimento apenas modesto da produção industrial e do Produto Interno Bruto - PIB. Em contrapartida, o mercado de consumo interno mostrou dinamismo acima do previsto, sustentado pelos aumentos reais do salário mínimo e da renda média, pela concessão de benefícios sociais e pela continuidade da expansão do crédito. Setores da agroindústria também apresentaram desempenho positivo, notadamente açúcar e álcool, suco de laranja e café — atividades com forte inserção no interior paulista.
O cenário macroeconômico esperado para 2007 contempla a expectativa de aceleração da atividade econômica, liderada por uma ampliação do investimento público e pela criação de mecanismos de estímulo ao investimento privado, num contexto de preservação da estabilidade macroeconômica.

Ambiente Regulatório

O aspecto regulatório foi marcado pela consolidação que vem sendo implantada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, com destaque para a metodologia que vigorará no 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras (Resolução Aneel nº 234). Adicionalmente, a regulamentação das condições gerais para incorporação das redes particulares (Resolução Aneel nº 229) trará impactos positivos na composição da base de ativos da CPFL Paulista nos próximos anos.

Finalmente, a regulamentação das condições gerais para incorporação das redes particulares, por meio da Resolução Aneel nº 229, trará impactos na composição da base de ativos da CPFL Paulista nos próximos anos.

Tarifas de Energia Elétrica

Em abril de 2006, no Reajuste Tarifário Anual — TRT, as tarifas tiveram um reajuste médio de 10,63%.

Segregação de participações societárias mantidas pela CPFL Paulista

Em atendimento ao disposto da Lei 10.848/04, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em abril de 2006, foi aprovada a implementação da primeira etapa do processo de reorganização societária da controladora CPFL Energia, visando a segregação das participações mantidas pela CPFL Paulista.
Nessa primeira etapa houve uma redução de capital da CPFL Paulista de R$ 410,2 milhões, cujos ativos foram restituídos ao acionista controlador, conforme descrito abaixo:

( ) a totalidade das ações da CPFL Piratininga, equivalente a 100% do capital social da CPFL Piratininga, no valor de R$ 365,4 milhões;

( ) a totalidade das ações da Companhia de Gás de São Paulo - Comgas, equivalente a 3,08% do capital social da Comgas, no montante de R$ 27,2 milhões; e
( ) a totalidade das ações da Energias do Brasil S.A., equivalente a 0,05% do capital social da Energias do Brasil, no montante de R$ 272,3 mil.

Com a implementação dessa primeira etapa da Reorganização Societária, o controle acionário da CPFL Piratininga deixou de ser detido pela CPFL Paulista. Cabe ressaltar que essa reorganização societária foi contabilizada a partir de 1º de janeiro de 2005, com base no laudo de avaliação elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu, na data-base de 31 de dezembro de 2005.

A segunda e última etapa, referente à segregação da participação societária da CPFL Paulista na RGE, deverá ocorrer até março de 2007 (Resolução Autorizativa Aneel nº 305/05).

Todo esse processo atende plenamente a regulamentação vigente, mantendo os mais elevados padrões de transparência e respeito aos acionistas.

3. Desempenho Operacional

A CPFL Paulista atua em uma das regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo, com taxas históricas de crescimento de mercado superiores à média nacional.

Clientes

A CPFL Paulista, que distribui energia em 234 municípios, encerrou o ano com 3.332 mil clientes, um acréscimo de 82 mil consumidores, o que representa crescimento de 2,5%. O segmento residencial representa 57,1% do total de clientes e cresceu 2,6% no exercício.

Vendas de Energia

A CPFL Paulista faturou um total de 18.295 GWh de energia elétrica, quantidade 1,0% inferior àquela verificada em 2005. Essa queda deveu-se, principalmente, à migração de clientes para o mercado livre. A quantidade de energia consumida na área de concessão da Companhia apresentou crescimento de 4,1%. A energia faturada por contratos de uso do sistema de distribuição cresceu 35,7%, passando para 4.770 GWh (3.514 GWh em 2005).

As vendas de energia para as classes residencial e comercial aumentaram 4,0% e 5,1%, respectivamente. Tal crescimento deve-se ao aumento real de rendimentos da massa salarial, estimulado pela baixa da inflação e ao aumento do salário mínimo, bem como pela aceleração da venda de eletrodomésticos em função do aumento de crédito consignado. Já o aumento de 5,1% da classe rural deve-se ao menor índice pluviométrico no período (abaixo da média histórica), que levou ao maior uso da irrigação.

13.01 - RELATORIO DA ADMINISTRACAO

A classe industrial representou 31,4% do total de energia fornecida pela distribuidora, reduzindo sua participação (35,6% em 2005). Com a saída de consumidores para o mercado livre de energia, principalmente os clientes da classe industrial, houve uma expansão relativa da participação das demais classes na energia faturada pela empresa.

A classe residencial passou a 31,2% (29,2% em 2005), enquanto a participação da classe comercial passou para 13,7% (18,0% em 2005). As demais evoluíram de 17,2% para 18,1%.

Mais dados referentes à energia elétrica faturada (venda em R$, em GWh e por classe de consumo) estão na Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras.

Perdas Comerciais

A CPFL Paulista continua intensificando as ações para o combate às perdas comerciais que, entre outras ações, em 2006, já trocou 350 mil medidores de unidades consumidoras, e substituirá 77 mil medidores obsoletos ainda avariados.

Com essas medidas, o Índice de Perdas Comerciais caiu para 2,5% (2,9% em 2005), resultando na recuperação de receita de R$ 72 milhões.

Qualidade dos Serviços Prestados

Atendimento ao Cliente — A CPFL Paulista vem trabalhando com o objetivo de facilitar e melhorar a qualidade dos serviços de atendimento aos seus clientes. Foram realizadas 9,7 milhões de atendimentos a clientes, dos quais 7 milhões por meio do Call Center e 786 mil mediante as Agências.

O grande destaque foi o expressivo aumento dos atendimentos realizados por meio do portal na Internet, que foi para 2,4 milhões — 25% no volume total. Isso representa melhores condições de acessibilidade e comodidade para os clientes, além de rapidez e confiabilidade na prestação de serviços e uma expressiva diminuição nos custos da empresa.

Para clientes atendidos em alta tensão, ou Grupo A, a CPFL Paulista disponibiliza uma estrutura diferenciada e especializada de atendimento. Uma equipe de gerentes de negócios é responsável pelo contato direto com o cliente, buscando soluções e alternativas produtos e serviços.

Fornecimento de Energia — A CPFL Paulista investe permanentemente na melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes. Para isso, desenvolve ações e iniciativas visando a melhoria da gestão operacional, a organização da logística de serviços de atendimento a emergências, a realização permanente de inspeções e manutenções preventivas das subestações e das redes e linhas de distribuição, além de investir na flexibilidade operacional do sistema elétrico.

Os resultados dessas ações podem ser medidos pelos indicadores de qualidade do fornecimento de energia, regulados pela Aneel. O DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 6,55 horas. O FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente foi de 5,49 vezes. Com efeito, esses resultados novamente conferiram à CPFL Paulista uma posição de liderança entre as distribuidoras brasileiras de energia elétrica, em qualidade de fornecimento.

Indicadores	2002	2003	2004	2005	2006
DEC	5,36*	5,35	5,34	6,21	6,59
FEC	5,26*	5,18	5,11	5,41	5,49

* Não considera blecaute

4. Desempenho Econômico-Financeiro

A CPFL Paulista apresenta o Comentário de Desempenho das operações da controladora, em função das reestruturações societárias ocorridas no início do exercício de 2005, que impactam as informações consolidadas e impossibilitam a comparabilidade entre os exercícios de 2006 e 2005.

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas e Notas Explicativas.

Receita Operacional

A CPFL Paulista alcançou Receita Bruta de R$ 5.258 milhões, com aumento de 5,3%. Os principais fatores para esse crescimento foram os efeitos do reajuste tarifário anual (RTA), de 10,60%, ocorrido em abril de 2006, o aumento da receita com vendas de energia para as classes residencial e comercial e o crescimento de 42,7% na receita pelo uso do sistema de distribuição — TUSD (R$ 97 milhões).

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA ajustado, foi de R$ 1.179 milhões, com crescimento de 17,4% (R$ 175 milhões). Esse resultado deveu-se, principalmente, ao aumento de 6,1% na Receita Líquida (R$ 240 milhões), compensado, parcialmente, pela elevação de 1,3% nos custos com energia (R$ 30 milhões) e pela alta de 14,7% nos custos e despesas operacionais (R$ 131 milhões), excluindo-se os gastos com a Previdência Privada, a Depreciação e Amortização.

O EBITDA ajustado é calculado a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e entidade de previdência privada, além dos ajustes referentes ao item extraordinário.

Lucro Líquido do Exercício

A CPFL Paulista teve Lucro Líquido de R$ 767 milhões (crescimento de 6,0%), resultado, principalmente, do aumento de 17,4% (R$ 175 milhões) no EBITDA ajustado, da redução de 67,0% nas despesas financeiras líquidas (R$ 92 milhões), da redução nos gastos com entidade de previdência privada, que representou reversão de despesa para receita (R$ 72 milhões), e da diminuição de 63% (R$ 155 milhões) de participações em resultados de controladas, em função da transferência do investimento da CPFL Piratininga para a CPFL Energia, no início do exercício de 2006.

Excluindo-se os efeitos da controlada CPFL Piratininga no resultado da Sociedade, no montante de R$ 195 milhões, o aumento do Lucro Líquido seria de 45,4%.

No exercício o Lucro Líquido por lote de mil ações foi de R$ 23,68 (R$ 21,55 em 2005).

Endividamento

O endividamento da Companhia ao final de 2005 foi 12,2% inferior ao verificado no exercício anterior, atingindo R$ 1.690 milhões.

Em dezembro de 2000, a CPFL Paulista liquidou as debêntures da 1ª emissão com recursos da 3ª emissão de R$ 640 milhões em debêntures, da espécie subordinada, com prazo de 7 anos. A remuneração do papel é de 104,4% do CDI e deverá ser amortizado em três parcelas: a primeira em 1º de dezembro de 2011, a segunda em 1º de dezembro de 2012 e a terceira em 1º de dezembro de 2013.

Inadimplência

O índice de inadimplência foi reduzido para 1,35%, um dos mais baixos do setor elétrico brasileiro, resultado do esforço de negociação e cobrança de débitos e da intensificação e melhoria da eficácia dos cortes de fornecimento, que atingiram 741 mil clientes inadimplentes.

5. Investimentos

Mantendo a continuidade da política de expansão do sistema elétrico, devido aos expressivos crescimentos na demanda verificada, a CPFL Paulista efetivou um arrojado plano de investimentos no sistema elétrico, além de implementar melhorias no atendimento ao cliente e em sistemas de suporte à gestão.

Do total de R$ 245 milhões investidos, R$ 174 milhões foram destinados à expansão do sistema elétrico, de forma a atender o crescimento do mercado, representado pelo acréscimo de mais de 81 mil novos clientes; os demais R$ 71 milhões foram utilizados na manutenção e melhoramento do sistema elétrico, infra-estrutura operacional, sistemas de suporte à gestão e operação e em programas de pesquisa e desenvolvimento.

Merece destaque o início da implantação do novo Sistema de Gestão Comercial, que fará a unificação e modernização dos sistemas de atendimento ao cliente nas empresas CPFL Paulista e Piratininga, trazendo benefícios ao atendimento de grandes clientes e clientes de varejo, visando a melhoria dos processos de faturamento e cadastro das unidades consumidoras e gerando maximização de receitas e redução de custos operacionais.

Outro avanço importante foi a implantação do sistema e-mais, evolução no gerenciamento do processo de suprimentos, gerando benefícios com a automação dos processos de compra e contratações, reduzindo o tempo de resposta e agregando mais controle, transparência e segurança às contratações.

6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

As melhores práticas em Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa realizaram-se nos seguintes campos:

Ética e Excelência: Cumprimento dos Valores CPFL
Em 2005 foi lançada **nova edição do Código de Ética e Conduta Empresarial**, alinhada aos preceitos da Lei Sarbanes-Oxley.
Para manter a excelência, o **Sistema de Gestão Integrado — SGI** é formado por processos de trabalho certificados conforme as seguintes normas internacionais: ISO 9001:00, de Qualidade; ISO 14001:04, de Gestão Ambiental; OHSAS 18001:99, de Saúde e Segurança no Trabalho; e SA 8000:01, de Responsabilidade Social.
Destacou-se, ainda, a introdução da Estratégia Seis Sigma, com capacitação de profissionais para conduzir projetos dirigidos à redução de perdas.

Gestão do Relacionamento com os Consumidores
A identificação das necessidades dos consumidores é feita por meio de pesquisas, participação em comitês, conselho de consumidores e em comissões locais. Com base nessas informações são realizados investimentos em melhorias no atendimento.
Como resultado dessa gestão, a CPFL Paulista foi a 3ª colocada da região Sudeste no IASC 2005 - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor, na categoria com mais de 400 mil clientes, com 65,35%, superior à média brasileira de 61,33%.

Relacionamento com as Comunidades
Entre várias atividades desenvolvidas no grupo CPFL destacam-se:
- **No Espaço Cultural CPFL**, atuante na sede, mais de 190 mil pessoas participaram da programação desde o início das atividades, em 2002.
- O **Programa CPFL de Revitalização das Santas Casas e Hospitais Beneficentes** abrange 19 hospitais das regiões de Franca e Piracicaba (SP).
- O **Programa de Eficiência Energética** promove o uso racional de energia elétrica na iluminação pública, em serviços, praças e prédios públicos, entre outros. O Programa CPFL nas Escolas, deu treinamento a: 3.325 professores, 54.510 alunos, 151 escolas.

Gestão dos Recursos Humanos
A CPFL Paulista encerrou o exercício com 3.008 colaboradores, contra 2.993 em 2005. A rotatividade ficou em 4,65%. O tempo médio de atividade na empresa é de 12,8 anos e a idade média, 38,4 anos.
A empresa manteve os investimentos em programas de desenvolvimento de seus profissionais, que proporcionaram mais de 15 mil participações e aproximadamente 405 mil horas de treinamento.
Entre outras realizações, destacam-se: o **Programa de Valorização da Diversidade**, para aumentar a representatividade de negros, mulheres e pessoas portadoras de deficiência entre os profissionais da empresa; o **Programa Fale Comigo**, confidencial,

para atender problemas pessoais de colaboradores e seus familiares; e o **Programa Novo Tempo**, que prepara colaboradores para a aposentadoria.

Gestão dos Impactos Ambientais
Em 2006 os investimentos da CPFL Paulista em meio ambiente foram de R$ 2 milhões. Dentre as novas iniciativas, o destaque são projetos que usam **tecnologia limpa**, como os projetos de P&D voltados a evitar e minimizar os impactos ambientais.

A CPFL Paulista deu continuidade aos seguintes programas: Arborização Urbana, Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos, Cadeia Reversa e Manutenção da Certificação Ambiental ISO 14.001:04 para o escopo "Convivência da Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica com o Meio Ambiente".

Reconhecimentos à Gestão dirigida à Sustentabilidade

A CPFL Paulista recebeu os seguintes prêmios: Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil e Melhor Qualidade de Gestão, concedidos pela Abradee — Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica; Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão — réplica do Troféu Governador do Estado, do Instituto Paulista de Excelência de Gestão — Ipeg, por ter sido vencedora do Prêmio Nacional da Qualidade — PNQ no ano anterior; e Melhor Distribuidora do Brasil, pela revista Eletricidade Moderna.

7. Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2006, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

8. Agradecimentos

A CPFL Paulista agradece a seus acionistas, clientes e fornecedores pela confiança que depositaram na Companhia ao longo de 2006. De maneira especial, agradece aos colaboradores pelo empenho e dedicação no esforço de superação das metas estabelecidas na agenda estratégica.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e outras empresas do grupo CPFL, por favor acesse o endereço www.cpfl.com.br – Relações com Investidores

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social Anual - 2006

Empresa: CPFL - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

1 - Base de Cálculo	2006 (Valores em Reais)			2005 (Valores em Reais)		
Receita Líquida			4.116.484			3.518.681
Resultado Operacional			550.101			718.113
Folha de Salários (Bruta)			191.588			174.274
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor (Reais)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (Reais)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	19.004	9,92%	0,46%	17.001	9,76%	0,48%
Encargos Sociais Compulsórios	38.592	20,14%	0,94%	35.143	20,18%	1,00%
Previdência Privada	12.188	6,36%	0,30%	12.018	6,90%	0,34%
Saúde	10.579	5,52%	0,26%	10.018	5,75%	0,28%
Segurança e Medicina no Trabalho	731	0,38%	0,02%	710	0,41%	0,02%
Educação	588	0,31%	0,01%	588	0,34%	0,02%
Cultura	4	0,00%	0,00%	4	0,00%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.060	0,55%	0,03%	1.060	0,61%	0,03%
Creches ou Auxílio Creche	731	0,38%	0,02%	731	0,42%	0,02%
Participação nos Lucros ou Resultados	11.000	5,74%	0,27%	11.000	6,32%	0,31%
Outros	1.420	0,74%	0,03%	1.420	0,82%	0,04%
Total - Indicadores Sociais Internos	96.098	50,16%	2,34%	89.693	51,50%	2,55%
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (Reais)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (Reais)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	1.000	0,52%	0,02%	1.000	0,57%	0,03%
Saúde e Saneamento	500	0,26%	0,01%	500	0,29%	0,01%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.000	0,52%	0,02%	1.000	0,57%	0,03%
Total das Contribuições para a Sociedade	2.500	1,31%	0,06%	2.500	1,43%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.000.000	521,74%	24,29%	1.000.000	574,71%	28,41%
Total - Informações Relativas ao Governo	1.000.000	521,74%	24,29%	1.000.000	574,71%	28,41%
4 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	**Valor (Reais)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (Reais)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	110	0,00%	0,00%	1.000	0,00%	0,00%
Número de empregados ao final do período	500	0,00%	0,00%	500	0,00%	0,00%
Total - Informações Relativas ao Corpo Funcional	2.000	0,00%	0,00%	2.000	0,00%	0,00%
Número de admissões durante o período	Não possui metas de admissão. Acompanhamento mensal.			Não possui metas de admissão. Acompanhamento mensal.		
5 - Informações sobre o Corpo Funcional	**2006**			**2005**		
Número de empregados(as) ao final do período	1.000			1.000		
Número de admissões durante o período	100			100		
Número de empregados(as) terceirizados(as)	1.000			1.000		
Número de estagiários(as)	100			100		
Número de empregados(as) acima de 45 anos	100			100		
Número de mulheres que trabalham na empresa	500			500		
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres	50%			50%		
Número de negros(as) que trabalham na empresa	100			100		
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as)	10%			10%		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2006**			**Metas 2007**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	110			110		
Número de empregados ao final do período	500			500		
Número de admissões durante o período	Não possui metas de admissão. Acompanhamento mensal.			Não possui metas de admissão. Acompanhamento mensal.		
Número de empregados(as) terceirizados(as)	1.000			1.000		
Número de estagiários(as)	100			100		
Número de empregados(as) acima de 45 anos	100			100		
Número de mulheres que trabalham na empresa	500			500		
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres	50%			50%		
Número de negros(as) que trabalham na empresa	100			100		
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as)	10%			10%		
Total - Informações Relativas ao Corpo Funcional	Não possui metas de admissão. Acompanhamento mensal.			Não possui metas de admissão. Acompanhamento mensal.		
7 - Outras Informações						
Nota: Dados referentes à Companhia Paulista de Força e Luz.						

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) ou Sociedade (é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Sociedade está autorizada a participar de empreendimentos que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A Sociedade detém a concessão por prazo determinado de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Sociedade contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 3,3 milhões de consumidores (informações não examinadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas definidas pela ANEEL e normas complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 2006, foi aprovada a implementação da primeira etapa do processo de Reorganização Societária, que segrega as participações societárias mantidas pela Sociedade, em atendimento ao disposto na Lei nº 10.848/2004, na Resolução Autorizativa ANEEL nº 305/2005, e em conformidade com o Despacho ANEEL nº 454/2003, que consiste na redução de capital da Sociedade, aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de abril de 2006, sem o cancelamento de ações e mediante a restituição à controladora CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), único acionista da Sociedade, dos ativos de investimento abaixo mencionados, no valor total de R$ 413.288.

Esses ativos foram avaliados a valores contábeis, conforme Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada, na data-base de 31 de dezembro de 2005. Portanto, as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2006 devem ser analisadas considerando os efeitos da exclusão destes investimentos a partir de 1º de janeiro de 2005.

A composição dos ativos detidos diretamente pela Sociedade em 31 de dezembro de 2005 e transferidos para o controle direto da CPFL Energia, conforme laudo e como segue:

Descrição	Valores contábeis em: 31/12/2005
Investimento CPFL Piratininga	230.508
Ágio CPFL Piratininga	154.828
Investimento COMGÁS	27.152
Investimento Energias do Brasil	772
Total	**413.288**

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para melhor análise dos efeitos das alterações acima citadas estamos apresentando na nota 30 o balanço patrimonial e a Demonstração de Resultado do exercício de 2005 consolidada e consolidado pro-forma e simplificado, sem os efeitos dos respectivos investimentos.

Com o objetivo de complementar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado da controladora e consolidadas para os exercícios de 2005 e de 2004, respectivamente Anexos I e II.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela FAS 95 - Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão com a empresa Nyholding do Grupo CPFL Energia no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission (SEC).

2.1 - Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) **Disponibilidades**. Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e de aplicações financeiras de curto prazo, que estão registrados ao custo, acrescido de rendimentos até as datas dos balanços.

b) **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**: Incluem o faturamento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais e outras concessionárias pela suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e saldos relacionados a anos regulatórios de diversas naturezas.

c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**: Constituída com base em análise dos valores a receber das clientes da classe residencial vencidas há mais de 90 dias, da classe comercial vencidas há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público. Com o objetivo de formar um julgamento sobre critérios considerados mais adequados, realizamos também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débito.

d) **Investimentos**: Incluem as participações em controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável. Inclui também os ágios registrados na aquisição de subsidiárias decorrentes da diferença entre o preço de aquisição pago e o valor do patrimônio contábil da empresa adquirida, amortizados proporcionalmente às taxas de lucro líquido projetado para o período remanescente de concessão de cada investida, conforme determinação da ANEEL. Para o exercício de 2005 foi utilizada a taxa anual de 5,15% estando sujeita à revisão periódica pela ANEEL.

e) **Imobilizado**: Registrado ao custo de aquisição, construção ou formação. Inclui custo quando aplicável juros, encargos financeiros e gastos diretos e indiretos. Corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação calculada pelo método linear a taxas anuais que variam de 2% a 33%.

f) **Atualizações de Direitos e Obrigações**: Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelas alterações na inflação ou na taxa cambial, por força contratual ou disposições legais, estão atualizados até as datas dos balanços.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade e sua controlada RCE registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, em período não superior a 10 anos. Registrou também créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros recebidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida. Para o exercício de 2005, foi utilizada a taxa anual de 5,15%, estando sujeita à revisão periódica pela ANEEL.

h) **Planos de Aposentadoria e Pensão:** Inclui os benefícios pós-emprego e os planos de pensão reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371-00.

i) **Provisão para Contingências:** As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial e considerada provável na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências líquidas dos depósitos e/ou bloqueio judiciais a elas relacionadas.

j) **Derivativos:** Refere-se a contrato de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros de determinados passivos. Referidos contratos são contabilizados pelo regime de competência e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos em despesas financeiras.

k) **Resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizada. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, o qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe cliente que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS são apresentados líquidos nas respectivas contas de custos e despesas.

l) **Estimativas:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

m) **Lucro Líquido por Lote de Mil Ações:** É determinado considerando-se a quantidade total de ações nas datas dos balanços, excluindo as ações em tesouraria.

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Sociedade e sua controlada efetuaram certas reclassificações nas demonstrações financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2005, para deixá-las em base comparativa, basicamente em função de novas classificações requeridas pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 470/2005 que promoveu alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

Além dos efeitos acima, houve reclassificações em atendimento das Deliberações CVM nº 488 (apresentação e divulgação das demonstrações contábeis) e nº 489 (contingências ativas e passivas).

2.2 - Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2005 abrangem as transações do exercício de 2005 da Sociedade, da controlada RGE e a antiga controlada CPFL Piratininga.

Para o resultado do exercício de 2005, a Sociedade consolidou as receitas e despesas da controlada RGE até 31 de maio de 2005 na proporção de 67,97%, tendo em vista a aquisição em junho de 2005 pela controladora CPFL Energia de 100% das ações da CPFL Serra Lida (antiga Ipe Energia Ltda.), detentora da participação de 22,69% da RGE. Foi realizado o distrato das disposições do Acordo de Acionistas entre a Sociedade e a Ipe Energia Ltda., eliminando assim o controle em conjunto. Desta forma, as receitas e despesas a partir do mês de junho de 2005 e os saldos de ativos e passivos foram consolidados integralmente.

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis da controlada estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade, exceto pela reavaliação de ativo imobilizado registrada pela controlada RGE, que é eliminada do patrimônio líquido, base para cálculo da equivalência patrimonial e, consequentemente, na consolidação.

A reconciliação do resultado entre a controladora e o consolidado em 31 de dezembro de 2005 é como segue:

	2005
Resultado da Controladora	724.101
Provisão para obrigações com os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética referente a exercícios anteriores a ceados ao resultado da equivalência patrimonial na controladora e ao patrimônio líquido no consolidado líquido do efeito do imposto de renda e contribuição social	31.718
Resultado Consolidado	755.819

Não há diferença de saldos de patrimônio líquido entre a controladora e o consolidado em 31 de dezembro de 2005, visto que o item de reconciliação indicado acima se anula no patrimônio líquido.

16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Longo prazo		Circulante		Longo prazo	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

a) Racionamento:

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre os geradores e os distribuidores de energia e o Governo Federal, denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que instituiu como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico, um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores rurais, iluminação pública e residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda") e de 7,9% para os demais consumidores.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos seguintes ativos regulatórios registrados pela Sociedade e sua controlada:

- **Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE")** – Corresponde à perda de receita incorrida durante o período de racionamento. Este ativo foi determinado a partir da comparação da receita da venda de energia efetivamente verificada no período de racionamento e a receita projetada para esse período desconsiderando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia. Este ativo está sendo realizado através da receita oriunda do reajuste tarifário extraordinário, desde janeiro de 2002 e será amortizado até dezembro de 2007, deduzido da parcela de Energia Livre repassada aos geradores. A Sociedade também reconhece contabilmente a atualização monetária da RTE conforme orientações da ANEEL, as quais determinam que, sobre o montante financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que corresponde a 90% dos valores homologados, deve incidir a SELIC pela taxa simples capitalizada mensalmente acrescida de 1% a.a. e, sobre os 10% não financiados, incide apenas a remuneração pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

da Brasil - BACEN :

Em 31 de dezembro de 2006 a Sociedade possui provisão para perdas na realização da Recomposição Tarifária Extraordinária no montante de R$ 94.790, registrada como redutora dos saldos a receber, calculada com base nas projeções da receitas esperadas pela Sociedade, considerando o crescimento de seu mercado, as expectativas de inflação, custos e aspectos regulatórios.

- **Energia Livre** – Corresponde a energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de racionamento. As concessionárias de distribuição arrecadam os recursos óbitos de consumidor através do reajuste tarifário extraordinário e os repassam aos geradores, resultando na constituição de um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL, sendo o montante com financiamento junto ao ONDES atualizado conforme SELIC, pela taxa simples capitalizada mensalmente acrescida de 1% a.a. e para o montante sem esse financiamento, atualizado somente pela taxa SELIC divulgada pelo BACEN.

  A ANEEL fixou para a Sociedade o percentual de 24,9757%, a ser aplicado sobre o montante arrecadado mensalmente a título de Recomposição Tarifária Extraordinária, para repasse as empresas geradoras.

  Em função da previsão legal do término de cobrança da RTE em dezembro de 2007, a Sociedade constituiu provisão para perdas de Energia Livre no montante de R$ 99.765, efetuando o registro a crédito da conta "Consumidores" em contrapartida a conta "Fornecedores".

  No caso da controlada RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessão pela distribuidora de sua cota parte de Itaipu para o programa de racionamento. Assim como na RTE, a controlada RGE possuía em 31 de dezembro de 2006 provisão para perda na realização de Energia Livre no montante de R$ 6.476, registrado na conta "Outras Despesas Operacionais".

- **Parcela "A"** – Corresponde a variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" dos contratos de concessão ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

  A Parcela "A" começará a ser amortizada a partir de janeiro de 2008, mediante a utilização de mecanismo análogo ao da Recomposição Tarifária Extraordinária, pelo prazo necessário para atingir o montante registrado.

O ICMS incidente sobre o mecanismo de recomposição tarifária, correspondente às receitas a serem faturadas, somente será devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Sociedade, nesse sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e, portanto, não atualiza o registro antecipado da referida obrigação.

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação dos saldos relacionados à RTL, Energia Livre e Parcela "A" desde suas respectivas homologações até 31 de dezembro de 2006 e a movimentação para os exercícios de 2005 e 2006 é como segue:

Descrição	RTL	Controladora Energia Livre Ativo	Controladora Energia Livre Passivo	Parcela "A" Líquida
Valor Homologado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Saldo a Amortizar em 31/12/2005	204.787	57.242	86.555	437.322

Descrição	RTL	Controladora Energia Livre Ativo	Controladora Energia Livre Passivo	Parcela "A" Líquida
Valor Homologado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldo a Amortizar em 31/12/2006	204.787	70.036	86.555	437.322

[illegible]

Descrição	Controladora				Controlada			
		Energia Livre				Energia Livre		
	RTL	Ativo	Passivo	Parcela "A" Líquida	RTL	Ativo	Passivo	Parcela "A" Líquida
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]		
[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

b) Revisão e Reajuste Tarifário:

b.1) Revisão Tarifária de 2003

- **CPFL Paulista**

Em abril de 2005 a ANEEL homologou em caráter definitivo o resultado da primeira revisão tarifária periódica de abril de 2003 para Sociedade, e determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reposicionadas em 20,29% (encontrava-se em caráter provisório a percentual de 21,10%). Adicionalmente determinou o fator "Xe", que reflete os ganhos de produtividade em 1,1352%, a ser aplicado como redutor dos custos gerenciáveis

Parcela B - para os reajustes tarifários anuais subsequentes até a próxima revisão periódica em abril de 2008.

Dessa forma, para refletir o percentual definitivo, a Sociedade reconheceu no 1º trimestre de 2005 um passivo regulatório de R$ 48.888 em contrapartida a um acréscimo da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 22), e amortizou a totalidade deste passivo nas mesmas contas contábeis até abril de 2006.

Adicionalmente a Sociedade vem reconhecendo desde o 1º trimestre de 2005 um ativo regulatório em contrapartida à Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 22), decorrente da diferença verificada na homologação da tarifa, relativa à revisão da taxa de depreciação regulatória de 4,64% ao ano, utilizada pela ANEEL para cálculo da quota de reintegração e o percentual de 4,85% ao ano, aprovado pela Sociedade com base nas informações disponibilizadas ao poder concedente. Este ativo atualizado em 31 de dezembro de 2005 é de R$ 45.546 (R$ 33.100 em 31 de dezembro de 2005). Em 2005, a ANEEL reconheceu a existência da diferença em favor da Sociedade e determinou que este ativo regulatório será considerado no próximo reajuste tarifário de 2007.

b 2) Reajuste Tarifário de 2006

- **CPFL Paulista**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 312, de 06 de abril de 2006, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual em um percentual médio de 10,93%, sendo 7,12% relativo ao reajuste tarifário anual e 3,71% relativo aos componentes financeiros. Os componentes financeiros são representados basicamente pela Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela A - CVA, sobras e faltas de energia, correção dos custos de aquisição de energia de Itaipu, descontos aplicados na cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

Dos componentes financeiros repassados à tarifa, foram constituídos no exercício de 2006, ativos regulatórios referentes aos custos de aquisição de energia de Itaipu não contemplados no reajuste de 2005, no montante de R$ 15.152 (R$ 33.238 em 31 de dezembro de 2005), e de outros ativos regulatórios no montante de R$ 1.663. Em relação a sobras e faltas de energia e TUSD, vide item b 4 e b 5.

Adicionalmente, a ANEEL retificou e complementou, através do Ofício nº 332/ANEEL, de 28 de dezembro de 2006, o ativo da CVA contemplado no reajuste tarifário de 2006. Desta forma a Sociedade reconheceu em 31 de dezembro de 2006, um ativo pró-rata-dia de R$ 18.372, registrado em "Despesas Pagas Antecipadamente", tendo como contrapartida a conta de "Receita Operacional".

A ANEEL também considerou a aplicação do disposto do art. 105 da Lei nº 11.156/2005, que determinou a devolução por parte dos geradores, do montante de R$ 32.859 recebidos em função dos efeitos da majoração da alíquota do PIS e COFINS repassados aos consumidores durante o período tarifário anterior. Essa devolução está ocorrendo em 12 parcelas mensais a partir de maio de 2006. Dessa forma a Sociedade registrou um ativo em contrapartida ao custo com energia elétrica (nota 23), no mesmo valor a resolver aos consumidores registrado no passivo (nota 20) em contrapartida a receita com energia elétrica (nota 22). Adicionalmente em 05 de junho de 2006, a ANEEL retificou o valor da devolução dos geradores para R$ 19.922, mantendo-se porém o valor de R$ 32.859 a ser devolvido aos consumidores. A diferença será ressarcida pela ANEEL no próximo reajuste tarifário em 2007.

- **RGF**

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 320 de 19 de abril de 2005 estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual da controlada RGE aumentando as tarifas de energia elétrica em percentual médio de 16,19%, composto por 5,07% referente ao Reajuste Tarifário Anual e 5,13% relativo aos componentes financeiros externos ao reajuste anual. Entre os componentes não gerenciáveis destacam-se a CVA e a tarifa aplicada na TUSD.

Adicionalmente a ANEEL informou através do Ofício nº 1777/ANEEL de 28 de junho de 2005 que o Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2005 da controlada RGE, de 10,19%, apresentou incorreções na base de dados do cálculo de reajuste. A controlada RGE reconheceu em 31 de dezembro de 2005 uma receita adicional de R$ 5.406 registrado em Despesas Pagas Antecipadamente tendo como contrapartida a conta de Receita Operacional.

b.3) Majoração de PIS e COFINS

Referente a diferença entre as alíquotas de PIS e a COFINS aprovadas na aplicação da legislação atual e aquelas incorporadas a tarifa de junho de 2005.

Embora os reajustes tarifários de 2005 já contemplem grande parte destes custos, este assunto deverá ser motivo de readequação definitiva após a conclusão da audiência pública instalada pela ANEEL em 26 de julho de 2005 (convocação ANEEL nº 07/2005). Tendo em vista o caráter provisório, esses valores estão sujeitos a eventuais alterações quando de sua homologação definitiva pelo Órgão Regulador.

b.4) Sobras e Faltas de Energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% de seu mercado de energia e balancear por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL. Terão também a garantia de repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras ou faltas de energia elétrica limitadas em 3% do requerido de carga.

As sobras líquidas de energia referentes ao exercício de 2005 foram colocadas à disposição da CCEE para venda de curto prazo, as quais consequentemente foram valoradas ao preço de mercado de curto prazo, inferior ao preço médio definido no Índice de Reajuste Tarifário.

As constituições e realizações das sobras e faltas líquidas de energia estão sendo contabilizadas em Despesas Pagas Antecipadamente (ativo circulante) em contrapartida a uma credora em Custo com Energia Elétrica (nota 23).

b.5) Descontos na TUSD e na Irrigação

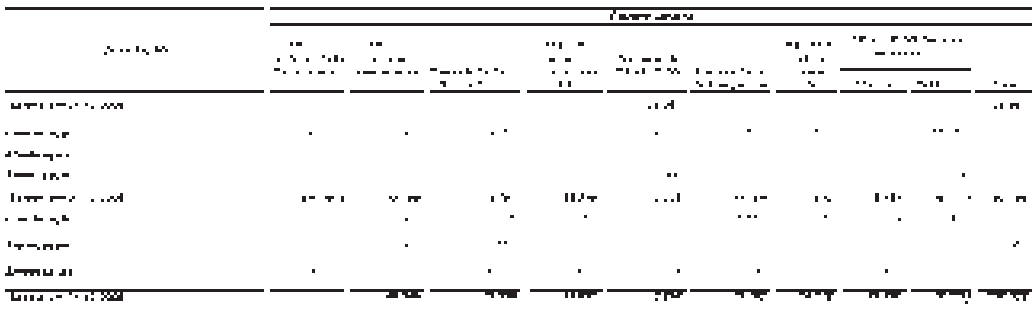
A Sociedade vem reconhecendo ativos regulatórios referentes aos descontos especiais aplicados na TUSD referente ao fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas conforme disposto na Resolução ANEEL nº 77 de 18 de agosto de 2004 e sobre atividades de irrigação e aquicultura conforme disposto na Resolução ANEEL nº 207 de 9 de janeiro de 2006. Esses ativos foram registrados em Consumidores em contrapartida a conta de Receita Operacional que será concedido no próximo reajuste tarifário anual.

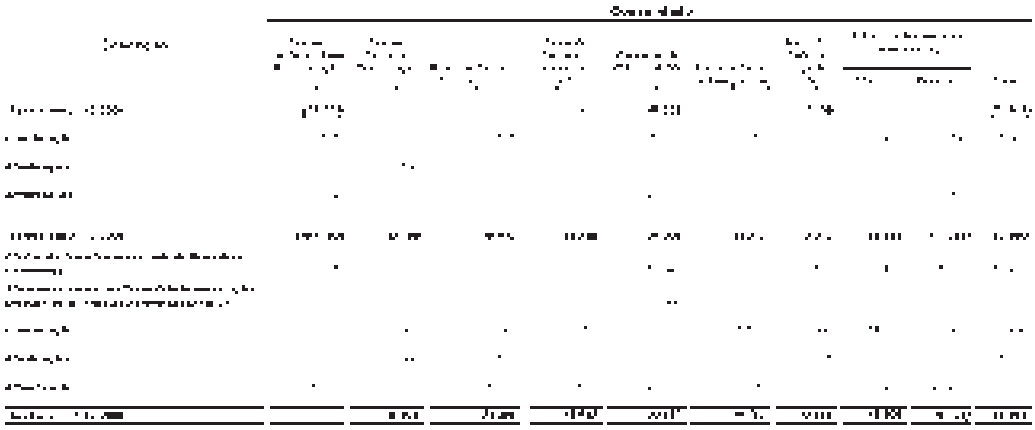
O quadro abaixo demonstra a movimentação dos itens descritos anteriormente referentes às Revisões e Reajustes Tarifários ocorridos:

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Consolidado									
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]										
[illegible]					[illegible]				[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]		[illegible]	[illegible]							[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]		
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Descrição	Consolidado									
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]		[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]								
[illegible]	[illegible]				[illegible]				[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]					
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]				[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]





c) Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

Atualmente são considerados custos não gerenciáveis principalmente as seguintes despesas: (i) tarifa de energia elétrica comprada; (ii) tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; (iii) Encargos de Serviço do Sistema; (iv) tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; (v) quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; (vi) quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e (vii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA. Os valores considerados da CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

A Sociedade procedeu no exercício alterações nas classificações da CVA, representadas pelas transferências demonstradas no quadro abaixo, objetivando a melhora dos controles e forma de

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

apresentação. Tais transferências não trazem qualquer impacto no resultado, patrimônio líquido e capital circulante da Sociedade.

	Controladora					
	Reclassificado	Aumentos	Reclassificação	Baixa/Realização	Transferências	Reclassificado
	31/12/2002					31/12/2003
Ativo						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	288.533	1.141.397	(288.581)	76.488	(40.119)	1.337.917
Passivo						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(288.533)	(1.141.397)	288.581	(11.364)	40.119	(1.112.594)

	Consolidado							
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativo								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Passivo								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

d) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e criaram a sistemática para a universalização de unidades consumidoras na sua Área de concessão base janeiro. De acordo com a legislação, encontram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh. As demais unidades consumidoras com consumo médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh desde que atendam alguns requisitos específicos, tais como a inscrição em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados no âmbito da própria concessionária, através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido e que a introdução desse novo critério impacta os níveis tarifários em vigor, além do princípio de modicidade tarifária ao restante do mercado, a ANEEL determinou uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio que está sendo apurada mensalmente desde maio de 2002.

Os valores apurados através desta nova metodologia após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios para a liquidação:

- Para os meses em que forem apuradas perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através de concessão de subvenção econômica pela Eletrobrás, com recursos provenientes da CCC.
- Para os meses em que forem apurados ganhos para a concessionária, os valores deverão ser

14.11 - OUTRAS EXPLICACOES

ressarcidas ao consumidor através da redução dos reajustes tarifários

A reclassificação dos saldos ao longo do exercício de 2005 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	28.178	(31.497)	41.990	(46.175)
Perda (ganho) de Receita		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Amortização Res. 288 (tarifas 2004)		[illegible]		[illegible]
Reembolsos Reconhecidos pela ANEEL	-	-	[illegible]	-
Atualização Monetária	-	[illegible]		[illegible]
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	28.178	(33.274)	47.183	(55.400)
Efeitos de Complementação Contábil e Ajustes Preliminares	-	-	[illegible]	[illegible]
Ativo Indenizável e Conta Centralizadora Empréstimos Usinas				
do Acordo de Acionistas (nota 8)	-	-	[illegible]	-
Perda Contábil de Receita	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Amortização Reajuste Tarifário 2006		[illegible]		[illegible]
Reembolsos Homologados pela ANEEL			[illegible]	
Atualização Monetária		[illegible]		[illegible]
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	28.178	(32.669)	32.626	(32.669)

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Saldos Bancários	110.247	114.548	[illegible]	[illegible]
Aplicações Financeiras	134.993	330.285	[illegible]	[illegible]
Total	245.240	445.135	326.644	588.641

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas a taxas que variam de [illegible] da CDI e aplicadas em operações e taxas normais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e de sua controlada.

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora				
	Saldos	Vencidos		Total	
Curto Prazo	A Vencer/Não	até 90 dias	> 90 dias	2005	2004
Classes de Consumidores					
Residencial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Industrial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Comercial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rural	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Poder Público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Iluminação Pública	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Serviço Público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Faturado	831.881	156.241	69.612	647.135	520.183
Não Faturado	205.414	-		205.414	168.917
Parcelamento de Débito de Consumidores a	24.310	2.540	12.075	30.705	30.106
Suprimento Energia Elétrica b	337.644	-		337.644	306.965
Operações Realizadas na CCEE	8.587			8.587	7.815
Concessão, Taxas e Permissão (Poder Público)	4.015			4.015	1.224
Outros	42.364	-		42.364	29.552
Total	1.982.422	158.781	70.927	1.162.609	1.064.567
Longo Prazo					
Parcelamento de Débito de Consumidores a	62.755	-		62.755	67.364
Operações Realizadas na CCEE	5.012	-		5.012	6.012
Outros Empréstimos e Financiamentos b	16.081			16.081	354.171
Total	83.848	-	-	83.848	427.549

	Consolidado				
	Saldos	Vencidos		Total	
Curto Prazo	A Vencer/Não	até 90 dias	> 90 dias	2005	2004
Classes de Consumidores					
Residencial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Industrial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Comercial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rural	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Poder Público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Iluminação Pública	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Serviço Público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Faturado	483.085	184.852	132.038	799.853	582.418
Não Faturado	299.042	-	-	299.042	111.224
Parcelamento de Débito de Consumidores a	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Suprimento Energia Elétrica b	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Operações Realizadas na CCEE	8.587	-	-	8.587	4.364
Concessionárias e Permissionárias b	16.082	-	-	16.082	[illegible]
Outros	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	1.227.268	[illegible]	[illegible]	1.561.289	1.685.866
Longo Prazo					
Parcelamento de Débito de Consumidores a	94.082	-	-	94.082	[illegible]
Operações Realizadas na CCEE	5.082	-	-	5.082	14.364
Outros Empréstimos e Financiamentos b	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	119.611			119.611	389.161

a) Parcelamento de Débito de Consumidores

34.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores principalmente órgãos públicos. Para essas créditos existe a garantia de pagamento pelos devedores anualmente através de recebimento de antecipação de ICMS com intervenientes bancários. As perdas consideradas provável relativas a esses montantes estão registradas na conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7).

b) Concessionárias e Permissionárias

Refere-se a saldos a receber decorrente do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias bem como para diversas transações que estão sendo compensadas através de encontro de contas com valores a pagar pela energia comprada (CPFL Piratininga registrada no exercício de 2008).

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Curto Prazo				
Antecipações de Contribuição Social - CSLL		917		12.759
Antecipações de Imposto de Renda - IRPJ	-	2.615		31.113
PIS a Compensar	2.546	1.169	2.981	2.346
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.190	4.177	8.787	8.124
ICMS a Compensar	19.177	17.317	24.154	24.249
Programa de Integração Social - PIS	1.105	433	1.185	1.256
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4.977	641	4.977	4.797
Previdência Social - Seguridade Social - INSS	407	272	407	1.410
Outros	1.314	2.335	1.314	556
Total	31.517	37.619	43.320	111.412
Longo Prazo				
Contribuição Social a Compensar - CSLL	17.554	20.971	21.546	21.512
Programa de Integração Social - PIS	-	-	824	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS			4.797	
ICMS a Compensar	25.907	17.325	25.159	7.297
Total	43.461	38.296	52.326	28.809

A Sociedade e sua controlada RGE registraram no exercício de 2003 créditos de PIS e COFINS nos montantes de R$ R$ 4.667 e R$ 4.456, respectivamente, com base no artigo 3º, inciso III, da Lei nº 9.718/98, em decorrência do benefício em julgado favorável nas ações que questionavam a legalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS.

No longo prazo, o saldo de Contribuição Social a Compensar refere-se ao ganho definitivo em ação judicial movida pela Sociedade e acompanhado no exercício de 2004. A Sociedade está aguardando o trânsito dos procedimentos administrativos junto à Receita Federal para realizar a compensação do crédito.

(7) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

14.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	(30.366)	(50.420)
Provisão constituída	(47.788)	(51.915)
Realização da Reserva	14.787	26.025
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	43.666	50.950
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(19.702)	(24.361)
Efeitos da Transferência e Controle Acionário Prudência	-	17.841
Provisão Incorporada na Cisão Parcial em Função do Disposto no Acordo de Acionistas (nota 2)	-	(110.299)
Provisão constituída	(77.022)	(87.660)
Realização da Reserva	16.556	20.530
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	33.165	38.922
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	(47.203)	(79.525)

(8) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora				Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo		Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	96.424	121.731	14.446	8.828	101.781	141.808	21.841	21.063

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos de Contribuição Social e Imposto de Renda

	Controladora		Consolidado	
Créditos Fiscais	2006	2005	2006	2006
Crédito de Contribuição Social sobre:				
Bases Negativas	3.832	26.736	6.571	31.576
Ágio e Mais-Valia de Ações Incorporadas	132.527	140.405	132.527	137.128
Diferenças Temporárias de Provisões	31.220	27.672	56.213	50.706
Subtotal	167.849	194.813	194.471	219.405
Crédito do Imposto de Renda sobre:				
Prejuízos Fiscais	7.224	69.702	19.246	76.338
Ágio e Mais-Valia de Ações Incorporadas	368.160	390.235	368.160	467.211
Diferenças Temporárias de Provisões	84.431	85.145	151.283	164.341
Subtotal	459.815	545.082	534.139	630.370
Total	627.486	739.295	728.610	992.846
Curto Prazo	92.727		129.139	
Longo Prazo	534.759	739.295	599.471	992.846
	627.486	739.295	728.610	992.846

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Previsão de Recuperação

A previsão de recuperação dos créditos fiscais, dividendos registrados no longo prazo, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do Ágio incorporado - 6674 Lagoa da Prata, com projeções de resultados futuros, aprovadas pelos Conselhos Fiscais e aprovadas pelo Conselho de Administração e como segue:

	Controladora	Consolidado
2009	46.392	59.563
2009	47.270	59.505
2010	41.612	46.944
2011	47.514	45.170
2012	38.952	74.465
2013	57.451	96.457
De 2014 a 2015	97.151	97.101
De 2016 a 2026	164.401	164.401
Total	539.751	598.471

O montante a realizar de 2017 a 2026 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos ágios incorporados (registrados pela Controlada) que estão sendo realizados pelo período de concessão.

9.2 – Saldos acumulados de diferenças temporariamente indedutíveis.

	Controladora			
	2008		2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisão para Contingências	2.734	14.742	2.152	27.410
Unidade de Participação Acionária	42	115	42	115
Provisão para Créditos Duvidosos	5.109	14.033	3.199	6.642
Perdas na Realização de Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	6.811	18.979	5.557	15.424
Programa de Reestruturação e Otimização da Força de Trabalho	2.763	9.916	2.334	23.065
Contas a Receber de Poderes Públicos	6.198	17.033	1.940	1.126
Participações no Lucro e Gratificações	2.734	7.139	811	2.419
Outros	1.416	3.363	1.536	4.241
Total	31.330	84.432	27.874	85.141

	Consolidado			
	2008		2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisão para Contingências	7.029	37.913	7.146	63.114
Unidade de Participação Acionária	556	4.149	2.856	20.118
Provisão para Créditos Duvidosos	5.210	24.435	5.559	11.439
Perdas na Realização de Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	6.811	18.979	7.141	20.195
Programa de Reestruturação e Otimização da Força de Trabalho	5.734	14.512	12.079	34.674
Contas a Receber de Poderes Públicos	6.198	17.033	1.940	1.126
Participações no Lucro e Gratificações	3.233	7.139	811	2.419
Diferença de Taxas de Depreciação (3.3.a)	12.253	27.975	-	-
Outros	2.519	4.351	2.556	7.045
Total	56.213	161.982	53.700	164.241

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9.3 – Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados no resultado dos exercícios de 2006 e de 2005.

	Controladora			
	2006		2005	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e do IRPJ	966.846	966.846	726.836	726.836
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
Equivalência Patrimonial	[1.706]	[42.334]	[302.154]	[302.154]
- Amortização de Ágio (a)	-	23.225	7.455	36.025
Realização CMC (b)	10.451		21.151	
Diferenças Temporárias	[77]	[7]	9.319	16.231
- Realização da Provisão para Perda de Investimento (c)	167	735	-	
Outras Adições/Exclusões Permanentes, Líquidas	2.847	2.534	[1.377]	4.741
Base de Cálculo	983.511	951.200	461.030	481.020
Alíquota Nominal	9%	25%	9%	25%
Total	[79.561]	[237.800]	[41.731]	[120.255]

	Consolidado			
	2006		2005	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e do IRPJ	1.013.454	1.013.454	858.477	858.477
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Amortização de Ágio (a)	-	23.225	7.455	36.025
- Realização CMC (b)	10.451	-	21.151	
Diferenças Temporárias	[77]	-	7.429	19.232
- Diferenças de Taxas de Depreciação (d)	58.294	145.736	46.657	116.642
- Provisão Luz - PESAT	-	-	167.555	167.555
- Realização da Provisão para Perda de Investimento (c)	167	735	[1.377]	[6.141]
Outras Adições/Exclusões Permanentes, Líquidas	9.596	2.751	[2.712]	[4.240]
Base de Cálculo	991.387	985.930	772.768	771.473
Alíquota Nominal	9%	25%	9%	25%
Total	[88.225]	[246.482]	[69.549]	[192.793]

a) Amortização de Ágio - Refere-se à ágio amortizado originado na aquisição de investidas, não dedutível

b) Realização CMC - Refere-se à depreciação da parcela de ajuste incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei 9.200/00, não dedutível para fins de apuração da Contribuição Social

c) Realização da Provisão para Perda de Investimento - Em 2005, a provisão para perda com investimento tornou-se dedutível para a controladora RGE em função de alienação aos controlados Sul Geradora

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Diferenças de Taxas de Depreciação – Trata-se da diferença de taxa de depreciação aplicada à controlada RGE em função da reavaliação dos ativos (vide item (a) acima) e aquela registrada na equivalência patrimonial da Sociedade (vide item (i)). A depreciação da controlada RGE menor será pagamento ao conta de imposto de renda e contribuição social e a partir de 2008 incluirá a alíquota de 1% prevista nessas medidas provisórias.

(10) OUTROS CRÉDITOS

	Controladora			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Créditos a Receber - CESP (a)	22.121	24.239	54.727	83.582
Empregados (b)	-	16.000	-	-
Adiantamentos - Fundação CESP	3.523	6.287	-	-
Cauções, Fianças e Depósitos Vinculados (c)	2.935	2.054	46.124	29.110
Ordens em Circulação	5.008	6.171	-	-
Serviços Prestados a Terceiros (f)	9.928	10.000		
Dividendos - RGE	2.571	2.571	-	-
Bens e Direitos Destinados à Alienação			2.126	2.282
Contratos de Fiel - Compra de Energia (g)	20.251	550	-	20.002
Outros	7.068	6.570	5.476	14.529
Total	73.405	78.352	108.453	153.441

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Créditos a Receber - CESP (a)	22.121	24.239	54.727	83.582
Empregados (b)	-	16.000	-	-
Adiantamentos - Fundação CESP	3.523	6.287	-	-
Cauções, Fianças e Depósitos Vinculados (c)	2.935	2.054	46.124	29.110
Ordens em Circulação	5.008	6.171	-	-
Serviços Prestados a Terceiros (f)	9.928	10.000		
Dividendos - RGE	2.571	2.571	-	-
Bens e Direitos Destinados à Alienação			2.126	2.282
Contratos de Fiel - Compra de Energia (g)	20.251	550	-	20.002
Outros	7.068	6.570	5.476	14.529
Total	73.405	78.352	108.453	153.441

a) Créditos a Receber - CESP: Referem-se a créditos a receber da Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar (transferência ocorrida em 1998). O saldo é atualizado com base na variação do dólar norte-americano, acrescido de juros de cupom de 6% ao ano (Taxa Libor Trimestral) e de Spread anual a taxa de 1,40625% a.a., com vencimento final em dezembro de 2009.

b) Empregados: O saldo em 2005 era relativo a adiantamentos concedidos a empregados para aquisição de ações da Sociedade, os quais foram quitados durante o ano 2006.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) **Adiantamentos** - Fundação CESP - referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais e vantagens a aposentadoria de empregados.

d) **Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados** - São garantias oferecidas em negociação ou renegociação de empréstimos e para cobertura de operações na CCEE.

e) **Ordens em Curso** - Compreendem custos e receitas reconhecidos à desativação ou alteração em andamento de bens de imobilizado e os custos dos serviços em curso relacionados a distribuição de energia elétrica.

f) **Serviços Prestados a Terceiros** - Compreendem basicamente contas a receber referentes a serviços prestados e consumidores relacionados a disponibilização de energia elétrica.

g) **Contratos de Pré-Compra de Energia** - Referem-se a pagamentos antecipados realizados pela Sociedade a ENERCAN, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

(11) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Participações Societárias Permanentes	962.835	720.214		
Ágio	447.526	671.586	457.626	671.586
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	2.032	29.370	2.032	29.370
Total	1.392.493	1.483.472	461.658	700.956

11.1 - Participações Societárias Permanentes

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes são:

Rio Grande Energia S.A.

A controlada RGE é uma sociedade por ações de capital aberto concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando principalmente na distribuição de energia elétrica nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo a 1.1 milhão de consumidores (informações não examinadas pelos auditores independentes). Possui prazo de concessão de 30 anos até o ano de 2027, podendo ser renovado por no máximo igual período.

A Sociedade em atendimento à Lei 10.848/04 e à Resolução Autorizativa ANEEL nº 305/05, deverá seguir a participação acionária da RGE até 14 de março de 2007.

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPFL Piratininga e Outros Investimentos

Vai nota 2 sobre a reestruturação societária envolvendo essas investimentos.

11.2 – Ágio

	Consolidado			
	2006			2005
Investida	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
RGE	756.445	(288.917)	487.528	516.759
CPFL Piratininga	-	-	-	154.829
	756.445	(288.917)	487.528	671.585

11.3 – Dividendo

A Sociedade recebeu da controlada RGE o montante de R$ 140.387 referente a dividendo declarado em períodos anteriores e registrou a declaração de dividendo referente ao exercício de 2005 no montante de R$ 88.610.

11.4 – Outros aspectos

Para fins de cálculo de equivalência patrimonial e de consolidação das demonstrações financeiras foram efetuados ajustes nas demonstrações financeiras da controlada RGE com o objetivo de similar as práticas contábeis as da controladora. Estes ajustes são basicamente relacionados a reversão da reavaliação registrada pela controlada. Os efeitos dos ajustes no patrimônio líquido da controlada foram negativos em R$ 284.694 em 31 de dezembro de 2005 (R$ 213.542 em 31 de dezembro de 2005) e no resultado positivo em R$ 25.640 em 31 de dezembro de 2005 (negativo de R$ 0.000 em 31 de dezembro de 2005), na proporção da participação da CPFL Paulista na RGE.

DFP - 31 - NOTAS EXPLICATIVAS

(12) IMOBILIZADO

	Consolidado			
	2005			2004
Descrição	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
- Em Serviço	3.699.984	(1.931.596)	1.768.388	1.818.638
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
- Comunicações	5.484	(3.436)	2.048	3.484
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
- Administração	111.589	(71.301)	40.288	40.538
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	3.816.057	(2.006.333)	1.810.724	1.862.660
Em Curso				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	117.223	-	117.223	70.158
TOTAL DO IMOBILIZADO	3.933.280	(2.006.333)	1.927.947	1.932.818
[illegible]			(456.048)	(423.165)
IMOBILIZADO LÍQUIDO			1.471.899	1.509.653

CVM - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS
ANEEL - Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
00282-4 CIA PAULISTA FORCA LUZ CNPJ 33.050.196/0001-88

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	2006			2005
Descrição	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
- Distribuição	4.151.281	(1.993.443)	2.157.838	2.006.019
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Desenvolvimento	108.883	(56.883)	52.000	47.844
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
- Administração	188.625	(100.460)	88.165	62.369
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Curso				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	308.268		308.268	166.327
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total do Imobilizado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Imobilizado Líquido			[illegible]	[illegible]

Os bens e instalações vinculados à operação, manutenção, depreciação e amortização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia sem prévia e expressa autorização da ANEEL, da qual regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens reversíveis à concessão, quando destinados à alienação e deles não que a proposta da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,00% a.a. na controladora e 4,86% na controlada RGE.

a) Outros Ativos não Vinculados à Concessão – Referem-se a ágio de incorporação na controlada RGE, amortizado pelo período remanescente da concessão, proporcionalmente à curva do lucro líquido projetado para o período base anual de 2,78% em 2006. Esta taxa está sujeita a revisão periódica.

h) Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão - Reconhecem as valores recebidos dos consumidores e clientes não condicionados a qualquer retorno e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. Conforme Resolução ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, que estabelece os critérios para a realização do segundo ciclo da Revisão Tarifária Periódica para a Sociedade e sua controlada RGE em abril de 2008, as obrigações associadas passarão a ser amortizadas, a partir desta revisão, utilizando as mesmas taxas de depreciação do Ativo Imobilizado.

(13) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
Conta Phase	2009	2008	2009	2008
Encargos de Serviço de Sistema	3.230	2.943	3.452	3.368
Suprimento de Energia Elétrica	295.171	256.151	266.448	461.276
Encargos de Uso da Rede Elétrica	33.702	33.954	52.201	67.979
Materiais e Serviços	85.520	94.042	93.904	82.450
Passivo Regulatório - nota 8	86.909	64.532	86.909	101.574
Outros	5.529	1.154	5.529	5.154
Total	520.360	400.336	365.436	702.852
Longo Prazo				
Passivo Regulatório - nota 8	-	151.587	-	301.882

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	[illegible]							
	[illegible]	[illegible]				[illegible]		
	[illegible]	[illegible]				[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

Principais Captações:

Moeda Nacional

BNDES - Investimento (FINEM III): A Sociedade obteve a liberação de R$ 245.791 referente ao contrato de financiamento junto ao BNDES, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A Sociedade obteve ainda a liberação de [illegible] de prazo.

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

A controlada RGE obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2006 no montante de R$ 110.450, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser ao cada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício, a controlada RGE recebeu o montante de R$ 69.490 e o saldo remanescente de R$ 40.960 será liberado durante o período de 2007.

Instituição Financeira – A controlada RGE contratou os seguintes empréstimos com instituições financeiras:

- Banco Itaú BBA – Em março de 2006 foi realizada repactuação do contrato de 2004, alterando as condições para pagamento de juros semestrais e pagamento do principal, redução de custos e eliminação das garantias.
- Banco Santander II e Banco do Brasil – Captação de recursos para financiar necessidades de caixa projetadas para o ano de 2006.
- Banco ABN AMRO Real – Captação de recursos para financiar necessidades de caixa projetadas para o ano de 2006.

Moeda Estrangeira

Instituição Financeira – A Sociedade contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil em 20 de setembro de 2005, no montante de R$ 150.000, com vencimento em setembro de 2009, para capital de giro.

Saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2006	201.977	407.955
2009	230.656	245.759
2010	15.857	37.859
2011	12.940	127.291
Após 2011	17.895	64.428
TOTAL	594.111	960.112

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição da semi de endividamento em moeda nacional estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação Acumulada %		%			
			Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
IGPM	3.83	1.21	7.27	1.07	4.47	5.01
TJLP	7.87	9.75	37.27	23.40	34.59	23.16
CDI	15.03	14.00	-		20.16	16.79
SELIC	5.07	19.04	53.15	69.64	39.20	51.06
Outros		-	2.34	2.81	4.78	4.41
			100,00	100,00	100,00	100,00

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

OPERAÇÕES DE SWAP

Os ganhos e perdas relacionados às operações de swap contratadas pela Sociedade e sua controlada, incluindo as contratações sobre operações a curto prazo, são contabilizados, líquidos, na rubrica Derivativos, tendo como contrapartida as despesas financeiras. O resultado destas operações que em 31 de dezembro de 2006 resultou em um passivo de R$ 8.475 e R$ 10.747 no consolidado (R$ 35.100 e R$ 42.290 no consolidado em 31 de dezembro de 2005).

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Sociedade e a controlada mantenham determinados índices financeiros de 1 e de parâmetros pré-estabelecidos. Seguem as principais:

CPFL Paulista

- BNDES - FINEM II - Restringe a Sociedade a realizar pagamento de dividendo e juros sobre capital próprio, cuja somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, somente após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação (UNIBANCO) de atendimento integral às obrigações restritivas estabelecidas no contrato e a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos como segue:

  a) Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo 4,0 em 2005 e 2006 e máximo de 3,5 de 2007 a 2010.

  b) Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,65 em 2005 e 2006, valor máximo 0,60 de 2007 a 2010.

RGE

- BNDES – FINEM I - Determina a manutenção do nível de capitalização (Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total) igual ou superior a 40%. Adicionalmente, estes empréstimos possuem prioridade em relação à distribuição de dividendo superior ao mínimo obrigatório e de juros sobre o capital próprio, além da cumprimento de índices financeiros para que ocorra a distribuição deste excedente. Estes índices financeiros são:

  a) Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0.

  b) Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5.

- BNDES - FINEM II - Determina a manutenção dos seguintes indicadores financeiros:

  a) Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – menor ou igual a 3,5.

  b) Endividamento financeiro líquido dividido pelo endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5.

- Banco Itaú BBA - Contém cláusulas restritivas quanto à alteração ou modificação do Capital Social quanto a qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta de controle societário ou ainda a reorganização, fusão ou cisão sem a prévia e expressa anuência do credor. Ainda, anualmente os seguintes índices financeiros devem ser observados:

  a) EBITDA ajustado pelas Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 1,5

  b) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 2,7

- Banco ABN AMRO Real - Exigência de cumprimento de determinadas obrigações financeiras:

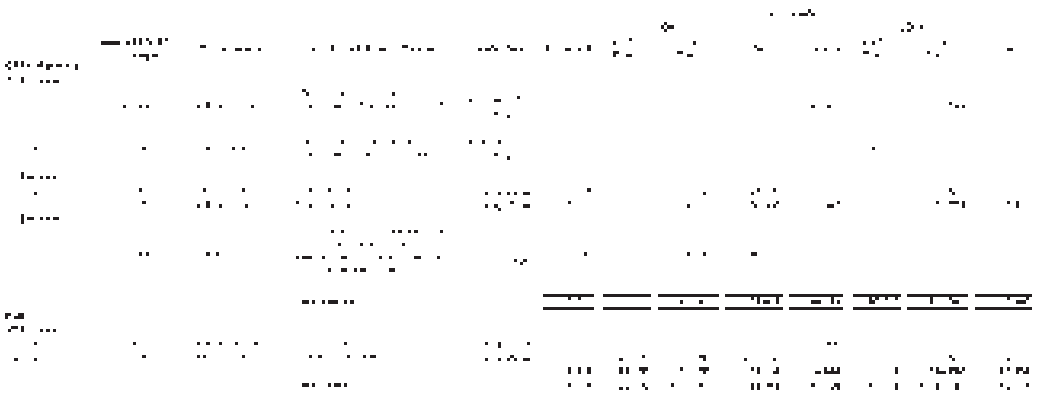
  a) Endividamento total líquido pelo EBITDA menor ou igual a 3,5

  b) Índice de cobertura de juros maior ou igual a 2,0

  c) Endividamento total líquido pelo Capital próprio menor ou igual a 0,65

A Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes em relação ao atendimento de tais cláusulas restritivas relacionadas aos contratos de empréstimos e financiamentos mantidos junto a instituições financeiras.

(15) DEBÊNTURES



O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2010	251.070	444.070
2011	212.032	232.032
Após 2011	437.857	434.857
TOTAL	901.959	1.110.959

24.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 01 de dezembro de 2005, a Sociedade subscreveu e integralizou 84.000 debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada. O valor nominal unitário na data da emissão foi de R$ 10. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão. Foram vencidos juros utilizando para o pagamento a taxa negociada entre partes não relacionadas da 1ª série da 1ª emissão com o objetivo de melhorar a perfil da dívida.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

CPFL Paulista

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas comumente encontradas em cláusulas que requerem da Sociedade a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

- Segunda emissão:
  a) a relação entre EBITDA e despesas financeiras maior ou igual a 1,5 para todos os anos;
  b) amortização à capitalização total e nível de capital próprio será de no mínimo 35% para o ano de 2005 e 40% a partir de 2006, enquanto o nível de capital de terceiros será de no máximo 65% para o ano de 2005 e 60% a partir de 2006.
- Terceira emissão:
  a) a relação entre dívida líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0 vezes; e
  b) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

RGE

A controlada RGE deve atender a cláusulas restritivas e cumprir determinados convenants financeiros das debêntures, como segue:

a) restrição de Capital Social, exceto alteração do Estatuto Social que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas em montante que possa afetar direta ou relevantemente o cumprimento das obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;

b) transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário ou cisão, fusão, incorporação, fusão ou cisão, exceto, exceto na hipótese de alienação do controle direto para a CPFL Energia ou para uma subsidiária integral da CPFL Energia;

c) a VBC Participações S.A. deixar de deter participação majoritária dentre os Controladores, ou a VBC Participações S.A. e a RZT Participações S.A. e/ou a Benare Participações S.A. deixarem de deter, em conjunto, o controle direto ou indireto da controlada RGE.

Os índices financeiros são:

a) Dívida Total dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,0;
b) EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras maior ou igual a 2,0;
c) Dívida Total dividida pela Capitalização Total menor ou igual a 0,65.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais.

Na entendimento da Administração da Companhia e de sua controlada tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade através da Fundação CLÉSIO e a controlada RGE através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

I – CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da Sociedade um Plano de Benefícios Misto com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido (BD) - vigente até 30 de setembro de 1997 - plano de benefício de caráter que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão aos participantes inscritos em data anterior a 30 de setembro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data e após o cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Sociedade.

a) Adoção de um modelo misto a partir de 1º de outubro de 1997, que contempla as aposentadorias de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido e as aposentadorias programáveis no conceito de contribuição definida.

Com a modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela Sociedade referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP e será liquidada em 294 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo desta obrigação, a cujo ajustará anualmente conforme avaliação de déficit atuarial calculado pelo atuário da Secretaria Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2004 é de R$ 670.715 (R$ 719.231 em 31 de dezembro 2003).

II – Rio Grande Energia S.A.

Plano de benefício definido para o qual foi feita a migração de diversas patrocinadoras, incluindo a presumido benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados dos Quadros de Pessoal de Patrocinadoras do CEEE para RGE.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005 da Sociedade e de sua controlada, conforme laudo preparado por atuário externo, seguindo critérios da Deliberação CVM nº 371/00, estão assim apresentados: os valores da RGE estão proporcionais à participação da Sociedade em 2005:

CVM - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS
ITR - Informações Trimestrais Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

30382-4 CIA PAULISTA FORCA LUZ CPFL 33.050.196/0001-88

24.11 - OUTRAS EXPLICACOES

	2008		2007		
	CPFL Paulista	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE
Passivo atuarial líquido reconhecido	535.488	13	101.561	55.216	1.312

Os ganhos atuariais não reconhecidos em 31 de dezembro de 2008 não excedem a 10% das obrigações do Plano, não havendo necessidade de reconhecimento futuro através de amortização durante o período médio de vida remanescente dos participantes do plano.

O aumento do passivo na adoção da ICVM nº 371 refere-se ao déficit do plano apurado em 31 de dezembro de 2007, o qual foi diferido e amortizado em 5 anos, até 31 de dezembro de 2006. Essa amortização foi reclassificada na demonstração do resultado dos exercícios de 2006 e 2005 como item extraordinário, pelo valor líquido dos efeitos fiscais correspondentes, no valor de R$ 12.977.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	2008		2007		
	CPFL Paulista	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE
Passivo atuarial líquido reconhecido	535.488	13	101.561	55.216	1.312
Custo Pleno			40.133	22.142	1.312
Custo Passado			61.428	33.074	
	535.488	13	101.561	55.216	1.312

Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, especificamente, da Sociedade e Previdência Privada incluem ainda R$ 6.969 e R$ 12.957 (R$ 42.270 e R$ 40.044 no consolidado), referentes a outras contribuições.

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

A estimativa do passivo atuarial para as despesas a pagar a serem reconhecidas no exercício de 2007 e as receitas reconhecidas em 2008 são como seguem:

	2007 Estimativa		2008 Realizado	
	CPFL Paulista	RGE	CPFL Paulista	RGE
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	(35.033)	(8.972)	10.457	(1.570)
[illegible]	(3)		[illegible]	[illegible]
Total a pagar (receber)	(35.033)	(8.972)	10.454	(1.570)

Na demonstração do resultado as despesas (receitas) foram registradas nas seguintes rubricas:

	2008		2009		
	CPFL Paulista	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
	10.454	(1.570)	27.688	16.279	(1.295)

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista		RGE	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Reserva Global de Reversão - RGR	1.507	2.742	6.804	4.148
Taxa de Fiscalização - ANEEL	855	824	1.142	1.347
Conta de Consumo de Combustível - CCC	34.447	1.104	45.812	2.000
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	15.444	2.121	25.036	21.750
	58.517	18.781	77.410	29.315

(18) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	166.671	132.740		
Programa de Integração Social - PIS	6.650	5.180	592	704
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23.109	27.113	3.503	3.533
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	16.453	1.154	13.245	11.878
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.450	5.225	4.501	4.364
Outros	7.965	22.227		
Total	221.388	228.385	22.545	19.542

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	199.764	255.965	-	-
Programa de Integração Social - PIS	7.100	10.176	707	970
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	32.540	49.673	5.525	4.145
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	21.487	29.908	24.784	19.029
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	7.200	9.627	8.925	6.870
Outros	8.585	19.404	-	-
Total	276.696	354.543	39.937	31.019

(19) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	[illegible]							
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								

	[illegible]							
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								

	Controladora					
	2004	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	2005
Trabalhistas	[illegible]	[illegible]		[illegible]	-	[illegible]
Cíveis	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Fiscais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
Contingências	214.774	9.463	(84.605)	(38.766)	4.792	97.658
(-) Depósitos Judiciais	(105.642)	(45.243)	28.911	29.736	(1.901)	(95.139)
Total Líquido	110.132	(35.780)	(55.694)	(8.530)	2.891	2.519

34.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado

	2005	Provisão Total Outras Ações Trabalhistas	Ações Trabalhistas Administrativas	Ações Cíveis	Previdenciárias	Regulatórias	Ambientais	2004
Saldo Inicial								
Adições								
Pagamentos								
Saldo Atualizado								
(-) Depósitos Judiciais								
Total Líquido								

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e sua controlada são parte, cuja probabilidade da perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de sua controlada.

Os saldos dos principais assuntos mandados provisionados, julgados procedentes, parciais e outros estão assim demonstrados:

a) Trabalhistas: As principais causas trabalhistas referem-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de adicionais sobre horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações.

b) Danos Pessoais: Referem-se principalmente a pedidos de indenizações. Tais processos relatam questionamentos relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Sociedade e da concessionária, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

c) Majoração Tarifária: Corresponde a vários pedidos de consumidores industriais, devido a majorações impostas pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do congelamento de preços do Plano Cruzado.

d) Energia Comprada: Em decorrência de ações de consumidores livres, a Sociedade sofreu redução na demanda de potência nos contratos iniciais, sendo parcialmente atendida pela ANEEL. A Sociedade impetrou ação judicial motivada pela não concordância com os montantes fixados determinados pela ANEEL, alegando divergências nos cálculos e efetuando depósitos judiciais mensais dos valores em questão. Durante 2006, a Sociedade firmou acordo com CESP e Furnas e foi determinado levantamento dos depósitos a haver, cujas garantias extinguindo assim os processos. O montante levantado foi de R$ 23.777.

e) FINSOCIAL: Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991.

f) PIS e COFINS – Ampliação da Base: Conforme comentado na nota 8, a Sociedade obteve o trânsito julgado com decisão favorável do Recurso que questionou a legalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS, calculada pelo art. 3º da Lei nº 9.718/98. Portanto, nesta demonstração financeira, a Sociedade reverteu a provisão que mantinha e, quanto a esse assunto, no montante de R$ 96.672, teve decisão na data base de 31/12/2005, com contrapartida na Receita Financeira, pela TRI.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g) Imposto de Renda: Na apuração do IRPJ referente ao exercício de 1999, a Companhia deixou de recolher o valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em decorrência de decisão da Secretaria da Receita Federal, visando considerar a dedutibilidade de valores referentes à complementação de aposentadoria de ex-diretores da Fundação F. ETROCEFF.

h) Fiscais - Outras: Referem-se a outras ações de natureza fiscal, administrativa e de natureza regulatória decorrente da operação dos negócios da Companhia e suas controladas. PCE relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, PIS e SAT.

Perdas possíveis: A Companhia e sua controlada são parte em processos e riscos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a uma boa tese de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam uma tendência nas decisões por perda nos tribunais ou qualquer outra decisão de processos semelhantes considerados como prováveis ou remotas. A provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de dezembro de 2005 estavam assim representadas: (i) trabalhistas no montante de R$ 10.885 (R$ 10.100 no consolidado), cujos valores representam basicamente horas extras e indenização trabalhista no montante de R$ 8.397 (R$ 8.408 no consolidado); e (ii) fiscais, principalmente referente à Imposto de Renda, FINSOCIAL e PIS e COFINS no montante de R$ 15.863 (R$ 267.263 no consolidado).

A Administração da Companhia e de sua controlada, fundada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Curto Prazo				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Longo Prazo				
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Consumidores: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento a serem compensados em estruturas além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

b) Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética – A Sociedade e sua controlada reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida) mas ainda não aplicados dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

c) Adiantamentos: Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

d) Juros sobre Empréstimo Compulsório. Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás a consumidores industriais.

e) Encargos de Capacidade Emergencial ("ECE") e Encargo de Aquisição de Energia Emergencial ("EAEE"): Referem-se aos encargos tarifários relacionados à contratação de capacidade e energia emergencial cobrados do consumidor até janeiro de 2006, a serem repassados para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – ("CBEE"). Esses valores não trazem efeito no resultado da Sociedade já que são registrados como Receita Operacional (nota 22) e Deduções da Receita Operacional nos mesmos montantes.

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 está assim distribuída:

Composição Acionária - 2006

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais A, B, C, D	%	Total	%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]	
[illegible]			[illegible]		[illegible]	
Total	[illegible]	100,00	[illegible]	100,00	[illegible]	100,00

Composição Acionária - 2005

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais A, B, C, D	%	Total	%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]	
[illegible]			[illegible]		[illegible]	
Total	[illegible]	100,00	[illegible]	100,00	[illegible]	100,00

21.1 - Reserva de Capital

Refere-se basicamente ao crédito fiscal futuro relativo ao benefício fiscal de ágio incorporado da antiga controladora DOC-4. A parcela de reserva realizada em decorrência da amortização do ágio de incorporação poderá ser capitalizada anualmente após o término de cada exercício social.

DFP - 31 - NOTAS EXPLICATIVAS

21.2 - Redução de Capital

Relativa à ratificação e validação de parte das operações da Sociedade incorporada pela controladora CPFL Energia (nota 2 e 21.1)

21.3 - Aumento de Capital – Benefício Fiscal

A Assembléia Geral Extraordinária de 10 de abril de 2006 aprovou o aumento do Capital da Sociedade, conforme previsto nas Instruções da CVM nº 319/99 e 349/01, sem emissão de novas ações, no montante de R$ 57.372, referente ao benefício fiscal registrado na conta de Reserva de Capital e realizado durante os exercícios de 2004 e 2005.

Em 2007 deverá ser objeto de deliberação em AGO/E a capitalização do benefício fiscal apurado em 2006, no montante de R$ 20.023.

21.4 - Juros sobre Capital Próprio e Dividendo

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, em junho de 2006, a declaração de juros sobre capital próprio intermediário no montante de R$ 21.700 (R$ 32.549 bruto de IRRF), sendo atribuído para cada lote de mil ações o valor de R$ 1,86396135 (R$ 1,58486715 líquido de IRRF) para ações ordinárias e R$ 2,05020135 (R$ 1,74267115 líquido de IRRF) para ações preferenciais e dividendo intermediário no montante de R$ 248.800, que equivale a R$ 0,21323900 por lote de mil ações ordinárias e R$ 0,23456290 por lote de mil ações preferenciais referente aos resultados do primeiro semestre de 2006.

Adicionalmente, em novembro de 2006, ocorreu nova aprovação por parte do mesmo Conselho sobre a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R$ 52.200 (R$ 44.388 líquido de IRRF), sendo atribuído para cada lote de mil ações o valor de R$ 1,49244934 (R$ 1,26858694 líquido de IRRF) para ações ordinárias e R$ 1,64169427 (R$ 1,39544013 líquido de IRRF) para ações preferenciais referente aos resultados do segundo semestre de 2006.

21.5 – Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição como dividendo obrigatório de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações.

Para este exercício a Administração da Sociedade está propondo a distribuição de parte do lucro líquido através da declaração e provisionamento de R$ 384.017 na forma de dividendo, sendo atribuído para cada lote de mil ações o valor de R$ 15,57036171[1] para ações ordinárias e R$ 12,07729789[1] para ações preferenciais, conforme demonstrativo a seguir:

Lucro Líquido do Exercício	767.347
Destinação do Lucro Líquido	
Dividendo Intermediário	(248.800)
Juros sobre o Capital Próprio - Intermediários	(21.700)
Juros sobre o Capital Próprio	(52.200)
Dividendo Proposto	(384.017)
Lucros Acumulados	-

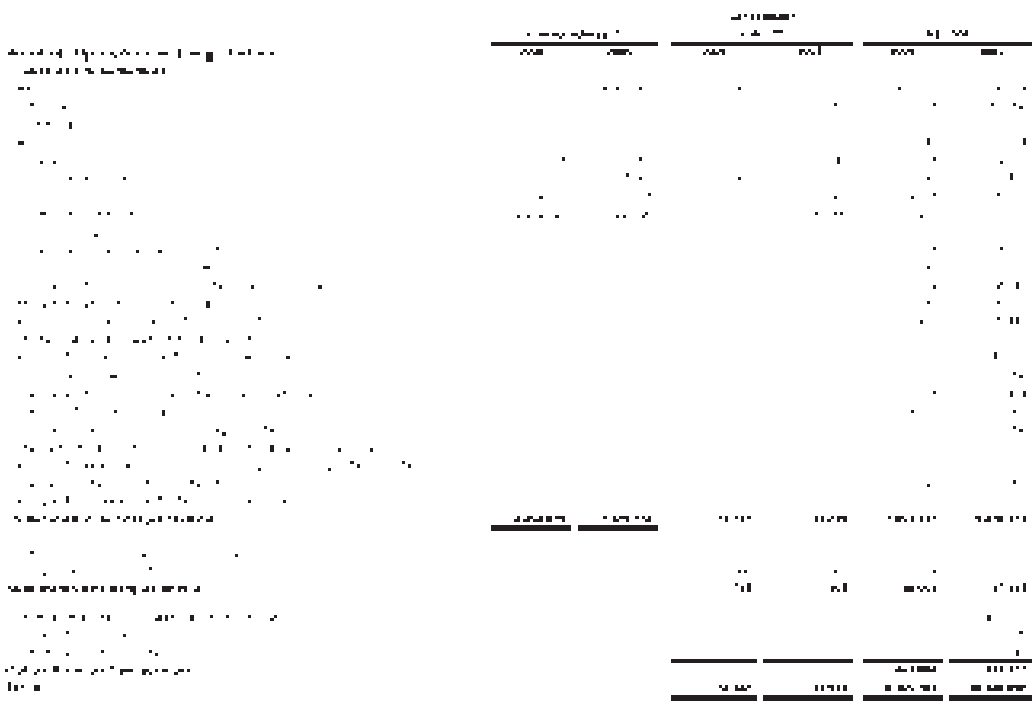
34.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em conformidade com a legislação societária a Sociedade optou por não constituir a Reserva Legal uma vez que essa reserva acrescida do montante das Reservas de Capital excedeu a 30% do Capital Social

(22) RECEITA OPERACIONAL

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

24.11 - NOTAS EXPLICATIVAS



(*) Informação não requerida para companhias fechadas

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(23) CUSTO COM ENERGIA ELETRICA

	Controladora			
	GWh (*)		R$ Mil	
Energia Comprada para Revenda	2005	2004	2005	2004
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	432	[illegible]	[illegible]
	21 673	21 850	2 119 155	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal			[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
			337 275	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal			384 795	446 263
Total			[illegible]	[illegible]

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	[illegible]		R$ Mil	
Energia Comprada para Revenda	2006	2005	2006	2005
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	26.452	28.739	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal			[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal			[illegible]	[illegible]
Total			[illegible]	[illegible]

[illegible]

24.01 - OUTRAS EXPLICACOES

(24) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
Despesas com Vendas	2005	2004	2005	2004
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Valores	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	141.847	115.083	303.123	200.888
Despesas Gerais e Administrativas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Valores	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	178.827	133.998	412.794	326.881
Outras Despesas (Receitas) Operacionais				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	299.759	448.679	53.243	169.831
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total Despesas Operacionais	320.433	353.764	471.845	618.833

(25) RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2004	2005	2004	2005
Receitas				
Rendas de Aplicações Financeiras	37.116	33.251	33.204	42.563
Atualização Monetária Ativa	41.143	44.251	41.103	55.124
Atualização de Créditos Fiscais	5.216	1.843	5.215	1.843
Atualizações Monetárias e Cambiais	16.421	5.132	3.937	16.176
Variação do DIC e Parcela A	51.111	27.425	22.951	102.329
Descontos Aquisição de Energia (CVA)	8.263	9.685	3.153	11.527
Atualização Monetária Ativa - Ordem Judicial	45.163	124.251	42.145	150.349
Créditos Recebidos de Ações Judiciais	77	8.235	77	8.235
Reversão Provisão Perdas Créditos	6.466	6.978	6.466	6.978
Outras	42.444	32.245	41.455	36.906
PIS e COFINS sobre Receitas	91.203		91.703	
Total	**338.378**	**343.043**	**361.088**	**436.349**
Despesas				
Encargos de Dívidas	(246.713)	(191.633)	(233.737)	(158.965)
Despesas Bancárias	(35.501)	(25.411)	(35.142)	(44.580)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(16.876)	(9.242)	(11.657)	(21.176)
Outras	(9.281)	(7.751)	(11.847)	(10.520)
Subtotal	(308.371)	(440.011)	(452.048)	(330.045)
Juros Sobre o Capital Próprio	(6.250)	(5.000)	(5.250)	(6.000)
Juros Sobre o Capital Próprio	23.250	21.178	17.210	16.500
Total	(305.371)	(423.833)	(440.288)	(351.373)
Resultado Financeiro Líquido	(369.156)	(313.381)	(324.148)	(356.329)

(26) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho a Sociedade e sua controlada RGE implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2005 foi de R$ 17.950 (R$ 23.048 no consolidado) e em 2004 foi de R$ 11.967 (R$ 19.218 no consolidado). Após a encerramento do exercício de 2005, o saldo remanescente provisionado é de R$ 10.200 (R$ 14.252 no consolidado) (nota 20).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentaram os seguintes principais saldos e movimentações acumuladas em 2005 e 2006:

[illegible]

a) Aplicações Financeiras. Fundo de investimento exclusivo, com rentabilidade calculada pela variação do CDI e tem liquidez diária.

b) Cauções e Depósitos Vinculados. CDB e vinculados (Garantia) para participação em leilões de energia elétrica, rentabilidade de 99,9% do CDI, com vencimentos diversos.

c) Arrendamento e Aluguel. Receita de compartilhamento da mão-escrutura do edifício sede.

d) Contrato de Mútuo. Operação contratada a 110% do CDI, liquidada em 2006.

e) Custo de Uso do Sistema de Distribuição. Taxa cobrada pelo uso do sistema de distribuição de energia elétrica.

f) Pis/Cofins – Ativo Regulatório. Refere-se a imagem da alíquota do PIS e COFINS a ser repassado para geradora contemplado no reajuste tarifário da Sociedade.

g) Prestação de Serviços. Serviços de arrecadação/recebimento de contas de energia elétrica.

(28) SEGUROS

A Sociedade e sua controlada mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos ou responsabilidades. As principais companhias de seguros são:

		Controladora		Consolidado	
DESCRIÇÃO	RAMO DE ATIVIDADE	2006	2005	2006	2005
Área Industrial	Seguros Risco Operacional Operações Marítimas Veículos	952.073	1.041.942	1.071.429	1.041.942
Transporte	Transporte Nacional	24.000	41.000	24.240	41.000
Veículos/Frotas	Veículos Leves Caminhões Ônibus	1.000	1.000	1.000	1.000
Automóveis	Responsabilidade Civil	1.000	1.000	1.000	1.000
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil Operações Diversas	10.000	10.000	10.000	10.000
Pessoas	Vida em Grupo Acidentes Pessoais	20.000	40.000	20.000	40.000
Outros	Diversos	20.000		20.000	
TOTAL		1.028.073	1.134.942	1.097.669	1.134.942

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

29.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade e de sua controlada compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

Risco da Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Sociedade e sua controlada virem a incorrer em perdas e em reduções de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A Sociedade e sua controlada se protegem desse risco mediante contratação de operações de hedge/swap para que as dívidas estejam referenciadas à variação de índices nacionais. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado:

- **Empréstimos em Moeda Estrangeira:** A exposição relativa a captação de recursos em moeda estrangeira que foi substancialmente reduzida através de operações financeiras de swap, o que proporcionou a Sociedade e sua controlada proteger os riscos originados de variação para o custo relativo à variação do CDI (nota 14).
- **Compra de Energia de Itaipu:** A Sociedade e sua controlada estão expostas em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas, conforme comentado na nota 3.

34.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco da Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e sua controlada virem a incorrer em perdas advindas de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para os empréstimos tomados em moeda estrangeira a Sociedade e sua controlada têm buscado contratos de derivativos para fazer face a essa exposição, ou seja, para proteger os empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade e sua controlada têm como contraparte de ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente a Sociedade e sua controlada têm buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação do TJLP, menos voláteis que as operações de mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge na possibilidade da Sociedade e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Sociedade e sua controlada como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pela Sociedade e sua controlada basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva aliado a um crescimento de demanda acima do previsto pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento como o verificado em 2001. Devido ao nível atual dos reservatórios o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não prevê para 2009 um novo programa de racionamento.

Risco da Aceleração de Dívidas: A Sociedade e sua controlada possuem contratos de empréstimos financeiros e de arrendamentos mercantis financeiros (ativos imobilizados em serviço) normais ao caso e esses locais de operação relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

29.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e sua controlada mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma a Sociedade e sua controlada possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar as taxas e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e de sua controlada em 31 de dezembro de 2008 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e avaliação nas demonstrações financeiras.

Disponibilidades: Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado destes ativos aproxima-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais, pela sua

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativos e Passivos Regulatórios: São compostos basicamente pela descomposição tarifária Extraordinária Energia Livre Parcela A Anual e Parcela A acumulada a Receita a Realizar Tarifas, Subvenção Baixa Renda e outros. Esses créditos e débitos decorrem dos efeitos do plano de racionamento de 2001 e outros valores relacionados ao diferimento de custos e receitas tarifárias e alteração na legislação tributária. Essas contas são avaliadas pelo valor contábil conforme critérios definidos pela ANEEL de acordo com as características descritas na nota 3.

Empréstimos e Financiamentos: Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos de acordo com as características definidas na nota 14.

Debêntures: As debêntures emitidas pela Sociedade podem ser negociadas no mercado e estão avaliadas conforme os prazos estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na nota 16.

Investimentos em controladas: A Sociedade possui investimentos avaliados pela equivalência patrimonial na controlada RGE cujas ações são negociadas no mercado de capitais. A Administração da Sociedade entende que o valor de negociação dessas ações não é representativo do valor de mercado das respectivas empresas, dado o pequeno volume de transações das mesmas no mercado.

Os valores contábeis das principais instrumentos financeiros da Sociedade e sua controlada são apresentados nos valores de realização de mercado conforme definido acima e relacionados em 31 de dezembro de 2006 e 2005 são como segue:

	Controladora			
	2006		2005	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos	355.506	377.543	1.137.384	1.115.403
Derivativos	349.610	344.490	1.241.467	1.256.218
Debêntures	9.473	11.204	15.150	14.229
Total	1.888.944	1.854.483	2.393.331	2.371.850

	Consolidado			
	2006		2005	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos	1.218.058	1.228.350	2.002.466	2.003.090
Debêntures	1.354.561	1.417.297	1.483.536	1.484.050
Derivativos	10.747	6.720	3.216	3.516
Total	2.584.260	2.649.367	3.488.318	3.492.391

A estimativa do valor de mercado destes instrumentos financeiros da Sociedade e sua controlada foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente comparados com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento dos exercícios de 2006 e de 2005, bem como cotações junto a instituições financeiras. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, ativos regulatórios e créditos a receber da CRC, a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

(30) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "PRÓ-FORMA" (INFORMAÇÕES NÃO AUDITADAS)

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, controladora e consolidado, bem as alterações da CPFL Piratininga e consolidando a controlada RGE na proporção de 67,07% para os resultados de janeiro a maio de 2005 e de 100% para os meses a partir de junho de 2005, estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Área Concedida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Área Reservada Desapropriada	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Área Reservada	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Área Concedida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Área Reservada Vendida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Área Reservada Vendida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Participação de Acionistas não Controladores			[illegible]	[illegible]
Total dos Ativos Líquidos	1.466.044	1.466.044	1.466.044	1.466.044

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receita Líquida de Vendas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Custo de Serviço de Energia Elétrica	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Bruto	2.202.343	1.892.850	2.804.445	2.412.376
Despesas Operacionais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Operacional	1.022.778	769.036	[illegible]	[illegible]
Resultado de Participações Societárias	[illegible]	[illegible]		
Resultado Financeiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado Não Operacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para IR e CSLL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Item Extraordinário Líquido dos Efeitos Tributários	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Participação de Acionistas Não Controladores			[illegible]	[illegible]
Lucro Líquido do Exercício	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(31) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Conforme Decreto nº 4.873 de 11 de novembro de 2002, foi instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes.

Foram ligados 4.133 novos consumidores com o custo total estimado em R$ 14.999, no qual a Sociedade concluiu em junho de 2005 todas as instalações previstas para o programa. Mesmo após o cumprimento das metas de universalização apresentadas para a ANEEL, a Sociedade

consumo, efetuando ligações a consumidores cujas características se enquadrem no Programa de Universalização.

Das metas previstas pela Eletrobrás no valor de R$ 10.700 foram liberados ao final de 2004 o montante de R$ 3.236 mil, ficando pendente de liberação a importância de R$ 7.549 mil que está previsto ocorrer até março de 2006. A participação da Concessionária é de R$ 1.933.

(32) FATOS RELEVANTES

32.1 – SEGUNDO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Através da Resolução nº 291 de 31/10/2005, a ANEEL estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para a realização do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essa resolução veio consolidar e aprimorar conceitos já utilizados no Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias, tais como a determinação do Custo de Capital, da Base de Remuneração Regulatória e da Empresa de Referência.

Em relação à metodologia da Base de Remuneração Regulatória (ativo imobilizado), foi destacada a necessidade de manutenção de controle sub-ementar em paralelo aos registros contábeis, contendo todas as adições e baixas ocorridas no ativo imobilizado em serviço.

A alteração de maior impacto refere-se às Obrigações Especiais, cujos ativos vinculados não serão mais remunerados na receita requerida. Essas Obrigações Especiais, a partir da Segunda Revisão Tarifária, passarão a ser amortizadas e registradas a crédito do resultado da Sociedade e sua controlada através da aplicação da taxa de depreciação média dos ativos a que se relacionam.

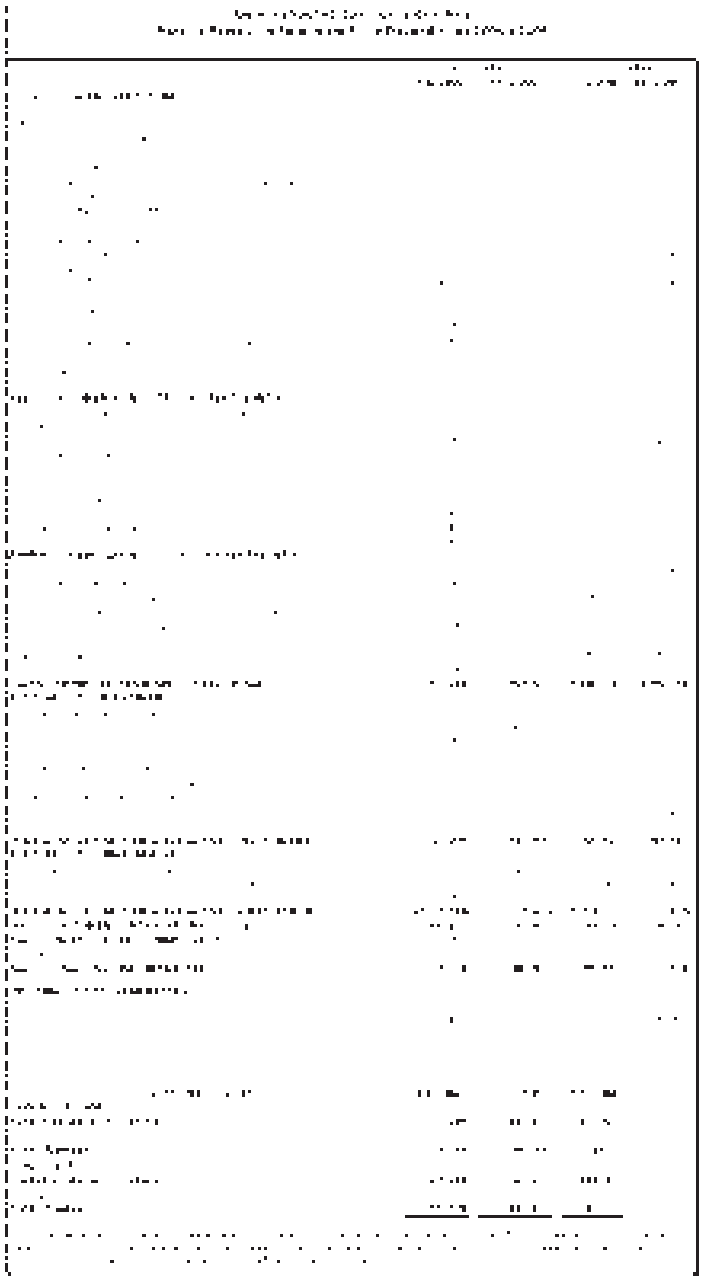
Quanto à metodologia de cálculo da Taxa de Remuneração do Investimento a ser considerada na revisão tarifária, foi mantida, apenas com a atualização das séries históricas, a do Primeiro Ciclo que considera a estrutura ótima de capital (próprio e terceiros), o custo médio de capital ponderado (WACC regulatório).

Na definição dos Custos Operacionais será processada a comparação com a Empresa de Referência, embora a hoje a perspectiva de melhor definição da margem pela ANEEL. Por último a ANEEL alterou metodologia de cálculo do Fator X, excluindo a componente Xe, mantendo linha média de Produtividade Global para apuração do componente Xe, que procura capturar os futuros ganhos de escala do negócio de distribuição.

As implicações desse novo regramento ainda estão sendo avaliadas pela Administração da Sociedade e de sua controlada.

ANEXO I

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS



ANEXO II

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
1 - Receitas	4.243.275	3.895.066	8.383.211	9.948.719
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
1.4 Resultado Não Operacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 - Insumos	(3.857.356)	(3.825.656)	(3.865.337)	(9.794.261)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
3 - Valor Adicionado Bruto (1+2)	385.919	69.411	4.517.874	5.307.258
4 - Retenções	(197.487)	(197.557)	(277.394)	(519.002)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5 - Valor Adicionado Líquido Gerado (3-4)	3.193.418	2.869.169	4.154.748	4.891.256
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	542.867	804.831	282.282	499.009
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]			[illegible]	[illegible]
7 - Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	3.827.285	3.673.782	4.436.557	5.391.445
8 - Distribuição do Valor Adicionado				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		[illegible]
	3.827.285	3.673.782	4.436.557	5.391.445

PARECER DO CONSELHO FISCAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
DATA BASE 31/12/2006

00282-4 CIA PAULISTA FORÇA LUZ CPFL 33.050.196/0001-88

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Força e Luz no desempenho de suas atribuições legais e tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras do Exercício Social de 2006, bem como os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e ainda com base no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 26 de janeiro de 2007, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2007.

FRANCISCO GLAUBA DE OLIVEIRA

ELAINE CORRÊA AGUIAR

IVAN MENDES DO CARMO

ENEAS DE ASSIS ROSA FERREIRA

14.11 - OUTRAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Diretor Presidente

RENEANTONIO DA SILVA
Diretor Vice-presidente de
Estratégia e Regulação

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA FILHO
Diretor Vice-presidente Financeiro
e de Relações com Investidores

PAULO CEZAR COELHO TAVARES
Diretor Vice-presidente de
Gestão de Energia

HELIO MIANA FERREIRA
Diretor Vice-presidente de
Distribuição

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Presidente

DANIELA DORCI CARDOSO
Vice-presidente

CONSELHEIROS

PAULO EDGARD TRAPP

MARTIN ROBERTO GLOGOWSKY

EDEMIR PINHEIRO DE GOES

HELIO MIANA PEREIRA

JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA

SILVIO EDUARDO PRADO DE MIRANDA

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

ÍNDICE

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

03362-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.053.196/0001-88
05503040781		

01.32 - SEDE

[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]				

01.33 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

[illegible]				
José Antonio de Almeida Filippo				
[illegible]			[illegible]	
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]				
[illegible]				

01.34 - REFERÊNCIA A AUDITOR

[illegible]		[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01/01/2009	31/12/2009	1	01/01/2009	31/03/2009	4	01/10/2008	31/12/2008

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
02380-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.050.198/0001-56

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Mês	31/03/2009	31/12/2008	31/12/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	20.357	15.475	371
2 - Preferenciais	45.699	22.549	529
3 - Total	72.050	26.324	1.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

[illegible]

Empresa Comercial, Industrial e Outras

[illegible]

Operacional

[illegible]

Privada Nacional

[illegible]

1120 - Energia Elétrica

[illegible]

Distribuição de Energia Elétrica

[illegible]

Não Aplicável

[illegible]

Sem Possível

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DEL DERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	AGO E	24/03/2009	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2009	ON	0,4320164540
02	AGO E	25/03/2009	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2009	PNA	[illegible]
03	AGO E	25/03/2009	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2009	PNB	0,4425781092
04	AGO E	25/03/2009	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2009	PNC	0,4425781092
05	AGO E	25/03/2009	Dividendo	30/04/2009	ON	[illegible]
06	AGO E	25/03/2009	Dividendo	30/04/2009	PNA	[illegible]
07	AGO E	25/03/2009	Dividendo	30/04/2009	PNB	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.03 - CAPITAL SOCIAL, SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00388-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00235-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00380-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - DENOMINAÇÃO

01.01.0	33.041.730/0001-01

01.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO(Reais Mil)

3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	574.611	574.611	755.111	755.111
3.02	Deduções da Receita Bruta	-112.211	-112.211	-123.124	-123.124
3.03	Lucro	462.400	462.400	631.987	631.987
3.04	Custo	-261.231	-261.231	-337.832	-337.832
3.05	Lucro Bruto	201.169	201.169	294.155	294.155
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	-122.111	-122.111	-147.123	-147.123
3.07	Vendas	-23.111	-23.111	-31.111	-31.111
3.08	Despesas Gerais e Administrativas	-41.111	-41.111	-51.111	-51.111
3.09	Honorários da Diretoria e Conselho de Administração	-1.111	-1.111	-1.111	-1.111
3.10	Depreciação e Amortização	-11.111	-11.111	-11.111	-11.111
3.11	Outras Receitas Operacionais	1.111	1.111	1.111	1.111
3.12	Outras Despesas Operacionais	-46.111	-46.111	-51.111	-51.111
3.13	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.111	1.111	1.111	1.111
3.14	Participações Minoritárias	-1.111	-1.111	-1.111	-1.111
3.15	Lucro Operacional e Financeiro	79.058	79.058	147.032	147.032
3.16	Resultado Financeiro	-11.111	-11.111	-11.111	-11.111
3.17	Receitas Financeiras	1.111	1.111	1.111	1.111
3.18	Despesas Financeiras	-12.111	-12.111	-12.111	-12.111
3.19	Lucro Antes dos Tributos sobre o Lucro	68.058	68.058	136.032	136.032
3.20	Provisão para IR e Contribuição Social	-23.111	-23.111	-46.111	-46.111
3.21	Provisão para IR	-11.111	-11.111	-23.111	-23.111
3.22	Provisão para Contribuição Social	-12.111	-12.111	-23.111	-23.111
3.23	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.111	-1.111	-1.111	-1.111
3.24	Lucro Líquido	44.111	44.111	89.111	89.111

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data Base: [illegible]
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	Receitas Financeiras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Despesas Financeiras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Custos Desteste Financeiras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Custos Desteste Operacionais	-	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Custos Desteste Operacionais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Resultado Operacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Resultado Não Operacional	-	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Receitas	-	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Despesas	-	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Resultado Antes Da Tributação Participações	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Provisão para Prestação Contribuição Social	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Provisão para Renda	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Contribuição Social	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Impostos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Impostos Renda Diferido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Contribuição Social Diferida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Participações Em Funções Estatutárias	-	-	-	-
[illegible]	Participações	-	-	-	-
[illegible]	Contribuições	-	-	-	-
[illegible]	Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Lucro Prejuízo Do Período	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	NUMERO DE AÇÕES DE TESOURO (MIL)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - [illegible]
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

DMPL - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

6.01 - IDENTIFICAÇÃO

00.000.000/0000-00	00.000.000/0000-00

6.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE [illegible] a [illegible] (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]					[illegible]
	[illegible]							
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]					
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]		[illegible]

(1)CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista ou Sociedade é uma sociedade por ações de capital aberto que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Sociedade está autorizada a participar de empreendimentos que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos seus ativos ou tecnologias de que é detentora.

A Sociedade possui a concessão por prazo determinado de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Sociedade contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 5,5 milhões de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais (ITR) da Sociedade foram elaboradas (i) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo atendido de forma integral todos os pronunciamentos produzidos pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, (ii) seguindo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (iii) em conformidade com as normas definidas pela ANEEL e (iv) tendo como base as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e estão consistentes com aquelas adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras (DF's) do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto.

2.1 - Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e incluiu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, como outras providências.

As ITR's de 31 de março de 2009 e as DF's de 31 de dezembro de 2008 refletem, em todos os aspectos relevantes, as modificações propostas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Em conformidade com o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Sociedade reapresentou as informações trimestrais referentes ao período de 31 de março de 2008, a fim de contemplar as modificações previstas em lei.

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CNPJ 33.050.196/0001-88

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Desta forma, os efeitos das alterações de práticas contábeis e reclassificações no resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008 estão apresentados a seguir:

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido
	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008	31/03/2008
Posição antes da adoção da Lei nº 11.638/07	84.637	107.062	[illegible]
Ajustes			
Derivativos	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Investimentos [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Impostos [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	642	(2.429)	1.907
Posição após a adoção da Lei nº 11.638/07	85.279	104.633	583.667

[illegible] | [illegible] | [illegible]

(13) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

[illegible]

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Anual - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Racionamento (RTE, Energia Livre e Parcela "A").

No final de 2001, em ocorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre os geradores, distribuidores de energia elétrica e o Governo Federal, denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico". Este acordo instituiu como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico, um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda"), rurais e iluminação pública, e de 7,9% para todos os demais consumidores.

O referido reajuste foi utilizado para compensação dos ativos regulatórios registrados pela Sociedade referentes à Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e Energia Livre pelo prazo de 72 meses. Em função do término do prazo, a Sociedade reconheceu em 31 de dezembro de 2007 perdas de RTE no montante de R$ 115.863 e perdas de Energia Livre no montante de R$ 105.545.

A partir de janeiro de 2008, a Parcela "A" começou a ser compensada mediante a utilização de mecanismo análogo ao da RTE, pelo prazo necessário para atingir o montante contabilizado.

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária:

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 827, de 07 de abril de 2008, estabeleceu em caráter provisório o reajuste das tarifas da Sociedade em um percentual de 13,01%, sendo 13,09% relativos ao reposicionamento tarifário e 0,09% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. Em dado rência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste anual de 2007, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 17,21%.

Adicionalmente, foi estabelecido provisoriamente o Fator Xe de 0,02% que será aplicado como redutor da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes de 2009, 2010, 2011 e 2012.

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible]

O reajuste autorizado pela ANEEL é composto pelas seguintes itens:

Receita Verificada	**5.175.546**
Encargos Setoriais	540.872
Compra de Energia Elétrica	2.394.482
Transporte de Energia	378.791
Parcela A	**3.314.145**
Remuneração Bruta de Capital	351.310
Quota Depreciação	252.[illegible]
Empresa de Referência	542.368
Inadimplência	34.603
Parcela B	**1.180.392**
Receita Requerida (Parc. A + B)	**4.494.537**
(-) Outras Receitas	**(27.276)**
Receita Requerida Líquida	**4.467.261**
Componentes Financeiros	**3.338**
CVA	(74.512)
Sobrecontratação	(27.524)
Subsídio Baixa Renda	30.524
Descontos da TUSD Irrigação	60.717
Encargos de Conexão e Fronteira	9.666
Programa Luz para Todos	3.401
Outros componentes	1.064

Reposicionamento Econômico	-13,69%
Componentes Financeiros	0,06%
Reposicionamento Total	**13,61%**

Através da Resolução Homologatória nº 780, de 24 de março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da 2ª revisão tarifária da Sociedade, com o reposicionamento tarifário de -14,07% e o Fator Xe de 0,96%.

Devido ao reposicionamento da revisão tarifária da Sociedade, nesse trimestre foi reconhecido o valor de R$ 11.575, relacionados às devoluções que serão efetuadas aos consumidores, referente a perdas, P&D e empresa de referência.

CO2B2-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

b.2) Reajuste Tarifário - 2009

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 795 de 07 de abril de 2009 estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual com um percentual médio de 21,92% composto como segue: 13,58% relativo ao reajuste tarifário anual e 7,64% relativo a componentes financeiros externos ao reajuste anual.

O percentual médio de reajuste a ser percebido pelos consumidores cativos é de 21,56%.

O reajuste aprovado pela ANEEL é composto dos seguintes itens:

Receita Verificada	4.640.667
Encargos Setoriais	880.877
Compra de Energia Elétrica	2.752.303
Transporte de Energia	425.092
Parcela A	3.909.326
Parcela B	1.361.618
Receita Requerida (Parc. A + B)	5.270.944
Componentes Financeiros	402.812
CVA	332.828
Sobre/contratação	28.126
Antecipação	117.053
Subsídio da Baixa Renda	33.047
Desconto da TUSD e Irrigação	6.122
Encargos de Conexão e Entrantes	3.532
Revisão/ Revisão Tarifária 2008	(111.578)
Expansão CCEAR	(8.834)
Outros componentes	(872)

Reajuste Econômico	13,58%
Componentes Financeiros	7,64%
Reajuste Total	21,92%

No reajuste tarifário de 2009 foi aprovado o Fator X de 1,19%.

Os principais efeitos dos componentes financeiros registrados pela Emissora foram: passivo de CVA de R$ 24.118 relativo à neutralidade do fator K (previsto pela metodologia de cálculo) e passivo de sobre/contratação de energia de R$ 14.200 e outros passivos regulatórios de R$ 9.122 alocados nas parcelas A e Expansão CCEAR, descontos da TUSD e Irrigação.

c) Componentes Financeiros:

c.1) Descontos TUSD e Irrigação

A Companhia recebeu alguns registros referentes aos descontos especiais aplicados sobre a TUSD para os clientes livres com suprimento de energia elétrica oriunda de fontes alternativas de energia e sobre as tarifas de fornecimento aplicadas às atividades de irrigação e aquicultura.

A partir da Revisão Tarifária de 2008 a ANEEL estabeleceu adicionalmente tarifa relacionadas a previsão desses descontos para o próximo período tarifário. A diferença entre a previsão e o efetivamente concedido é compensado no próximo reajuste tarifário.

c.2) CVA

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores registrados sob a CVA são atualizados mensalmente pela taxa SELIC.

Nesse trimestre foram registrados os efeitos decorrentes do reajuste tarifário 2009, conforme nota 9 (c.2).

Os saldos líquidos entre ativos e passivos de CVA, segregados por natureza e respectiva competência, estão assim demonstrados:

	31/12/2009				31/12/2008			
	Ativo Não Circulante 2009	Ativo Circulante 2009	Passivo Não Circulante 2009	Passivo Circulante 2009	Ativo Não Circulante 2008	Ativo Circulante 2008	Passivo Não Circulante 2008	Passivo Circulante 2008
Parcela A								
Parcela Gerenciável								
Itaipu								
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A								
Transporte Hidráulico								
Bônus de Itaipu								
Energia de Curto Prazo - MCP								
Proinfa								
Total								

c.3) Majoração do PIS e COFINS

Refere-se à diferença entre os custos relacionados ao PIS e COFINS apurados através da aplicação da legislação atual e aqueles incorporados à tarifa até abril de 2005.

Os valores homologados em 2006 e 2007 foram realizados no ano e foram amortizados até abril de 2008.

Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, conservadoramente optou-se por constituir provisão no mesmo montante dos ativos registrado na conta Outras Contas a Pagar (nota 20).

c.4) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% de seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, sendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica limitados em 3% do requisito de carga.

02382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Nota 6 - Ativos Financeiros

A ANEEL no processo de revisão tarifária de 2009 revisou a metodologia e os valores de sua amortização da Sociedade. Entre os principais destaques de sazonalização e modulação de energia adquirida. Para manter a consistência das informações a Sociedade revisou também os procedimentos envolvendo os contratos firmados com a CPFL Comercialização Brasil S.A. - CPFL Brasil - procedendo aos ajustes contábeis pró-rata dos dias decorridos.

Como resultado, a Concessionária reconheceu no primeiro trimestre de 2009 um aumento da Receita - Suprimento de Energia Elétrica e Custos - Custo com Energia Elétrica totalizando R$ 17.740 e R$ 88.826 respectivamente.

Para a Reajuste Tarifário ocorrido em 2008 a ANEEL aprovou a metodologia revisada para a modulação flat relativamente aos exercícios de 2005 e 2006 resultando em um efeito positivo totalizando R$ 1.686. Em linha com o procedimento adotado em 2008, tal revisão resultou na análise do contrato de aquisição de energia firmado com a CPFL Brasil de modo que estes efeitos fossem compensados não impactando o resultado da Sociedade neste trimestre.

Adicionalmente, nesse trimestre foram registradas outras efeitos da Reajuste Tarifário 2008 conforme nota 5 e 2

a.5) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novos critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação enquadram-se nesta nova categoria as unidades das famílias atendidas por circuito monofásico e cujo consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh desde que atendidas algum requisitos específicos tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que as subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados a partir da Revisão Tarifária de 2008 definiu-se que parte desse subsídio seria reembolsado via tarifa no âmbito de própria concessionária - enquadramento por conta da Portaria DNAEE e o restante enquadramento por conta da Lei nº 10.438) via recebimento de recursos da CDE. Entretanto, face a inadequabilidade do ressarcimento via recursos da CDE, dada a não alocação de recursos para tal fim, os valores a receber registrados foram considerados no reajuste tarifário anual de 2009 como componente financeiro.

A partir do Reajuste Tarifário de 2009 a ANEEL estabeleceu uma nova sistemática concedendo adiantamentos tarifários para cobertura integral dos subsídios concedidos aos consumidores. Assim a diferença entre o subsídio efetivamente realizado e o adiantamento recebido será aportada mensalmente para fins de redução no próximo reajuste tarifário.

a.6) Revisão Tarifária

A diferença entre a revisão tarifária provisória e a definitiva gerou um passivo a ser devolvido aos consumidores - pela fórmula "Delta-Gama" - no reajuste tarifário subsequente conforme descrito na nota 5 a 1

c.7) Outros Componentes Financeiros

Referem-se principalmente a exposição CCEAR, garantias financeiras, subsídios a cooperativas e perdas técnicas e comerciais (componentes de receitas e avaliação da Base Remuneração).

O quadro abaixo demonstra as movimentações dos ativos e passivos regulatórios ocorridas durante os trimestres findos em 31 de março de 2009:

	31/12/2008	[illegible]		[illegible]		[illegible]		[illegible]		[illegible]	[illegible]		31/03/2009
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(4) DISPONIBILIDADES

	31/03/2009	31/12/2008
Saldos Bancários	12.906	28.800
Aplicações Financeiras	102.925	37.551
Total	115.831	66.351

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Anual - Valores Expressos em Mil Reais

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/03/2009	Total 31/12/2008
Circulante					
Classe de Consumidores					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	333.136	97.906	36.914	530.156	499.944
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	460.186	141.787	48.847	650.820	611.811
Não Circulante					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	127.050			127.050	111.867

(6)TRIBUTOS A COMPENSAR

Circulante	31/03/2009	31/12/2008
Antecipações de Contribuição Social - CSLL		3.752
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	13.902	4.057
Imposto de Renda Retenção na Fonte - IRRF	4.240	4.917
ICMS a Compensar	17.510	12.943
Programa de Integração Social - PIS	1.143	1.052
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.998	1.940
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	540	473
Outros	283	224
Total	41.256	41.552

Não Circulante		
Contribuição Social a Compensar - CSLL	26.939	26.207
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	53.437	53.552

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(7) PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(27.363)
Provisão da Subsidiária	(12.009)
Recuperação de Receita	5.394
Baixa de Contas a Receber Pré-Sociedades	4.083
Saldo em 31 de Março de 2009	(29.895)

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado pela Administração da Sociedade como suficiente para fazer frente a eventuais perdas com valores a receber.

(8)DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Ativo Regulatório (nota 2)	73.709	65.204	20.922	34.147
Outros	9.699	975	1.328	1.413
Total	83.408	66.179	22.250	35.560

(9)CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais

	31/03/2009	31/12/2008
Crédito de Contribuição Social sobre:		
Benefício Fiscal da Ação Incorporada	[illegible]	[illegible]
Diferenças Temporariamente Inaceitíveis	29.870	30.402
Subtotal	140.582	143.573
Crédito de Imposto de Renda sobre:		
Benefício Fiscal da Ação Incorporada	308.645	315.476
Diferenças Temporariamente Inaceitíveis	81.548	83.424
Subtotal	390.193	398.900
Crédito de PIS e COFINS sobre:		
Diferenças Temporariamente Inaceitíveis	3.891	4.519
Total	536.466	547.392
Circulante	78.287	81.059
Não Circulante	457.179	466.333
	535.466	547.392

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

O benefício fiscal do ágio incorporado à oriunda da incorporação da antiga controladora DOC 4 Participações S.A. (DOC 4) e está sendo realizado de forma proporcional à amortização do ágio incorporado que a originou, de acordo com o lucro líquido projetado da Sociedade durante o prazo remanescente da concessão. No trimestre findo em 31 de março de 2009, a taxa anual de amortização aplicada foi de 6,58%.

As projeções de resultados futuros que orientaram e suportam a constituição dos créditos fiscais diferidos da Sociedade foram aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal e são revisadas anualmente. Para o trimestre findo em 31 de março de 2009 a Administração não prevê mudanças significativas nas projeções divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008.

9.2 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	[illegible]			[illegible]		
	CSLL	IRPJ	PROVISÕES	CSLL	IRPJ	PROVISÕES
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

9.3 – Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008:

	31/03/2009		31/03/2008	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes dos Impostos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Base de Cálculo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(10) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(11) IMOBILIZADO

	31/03/2009			31/12/2008
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Curso				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			[illegible]	[illegible]

A taxa de depreciação média dos ativos é de 3,21% a.a.

(12) INTANGÍVEL

O saldo é composto basicamente por softwares de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, e por direito de servidão de passagem cuja vida útil indefinida é tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

	31/03/2009			31/12/2008
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível	254.791	(92.127)	162.654	162.648

A movimentação do intangível para o período findo em 31 de março de 2009 está demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de Dezembro de 2009	**162.648**
Adição	5.664
Amortização	(5.658)
Saldos em 31 de Março de 2009	**162.654**

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(13) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Conforme segregado nos quadros acima, a Sociedade em consonância com o CPC 14 Instrumentos Financeiros classificou suas dívidas como 01 passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensuradas ao custo) e 01 passivos financeiros mensurados ao valor justo para a resultado.

CODESC-COMPANHIA DESCENTRAL DE ENERGIA E GÁS - CNPJ 33.050.196/0001-88

Nota - Valor Justo (Consolidado)

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas originadas da marcação a mercado dos derivativos de proteção atrelados às respectivas dívidas com vistas a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Estão demonstradas a seguir informações adicionais sobre o valor a custo das respectivas dívidas e a comparação para os respectivos valores justos:

	31/03/2009			
	Valor a custo			
Moeda estrangeira	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal Não Circulante	Total	Valor justo (contábil)
Mensurados ao valor justo				
Banco do Brasil	7.071	114.153	121.224	120.545
Banco ABN AMRO Real	11.350	479.406	490.756	470.154
Total Moeda Estrangeira	18.421	593.591	612.212	590.699

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Sociedade. Os ganhos líquidos na marcação a mercado das referidas dívidas (R$ 21.293) estão sendo compensados pelos efeitos de R$ 27.086 obtidos com a marcação de mercado dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção da variação cambial e juros (nota 26) gerando uma perda líquida de R$ 5.793.

Operações no período

BNDES - Investimento (FINEM IV) - A Sociedade obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R$ 345.000 que foi destinado uma linha de sub-crédito FINEM a ser usado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Nesse trimestre a Sociedade atingiu o montante de R$ 34.500 e o saldo remanescente estimado de R$ 211.151 está aprovado para ser liberado até o término do 1º trimestre de 2010. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas entre outras que requerem que a Sociedade mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. A Administração da Sociedade monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade, tais condições restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas.

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(14) DEBÊNTURES

[illegible]

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debentures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Sociedade a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. No entendimento da Administração da Sociedade, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(15) FORNECEDORES

	31/03/2009	31/12/2008
Circulante		
Encargos de Serviço do Sistema	1.524	4.531
Suprimento de Energia Elétrica	335.706	297.751
Encargos de Uso da Rede Elétrica	86.063	76.667
Materiais e Serviços	33.209	47.332
Pessoas Regulatórias (nota 2)	19.352	19.352
Outros	907	1.218
Total	476.760	446.851
Não Circulante		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	56.181	64.208
Total	56.181	64.208

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

(16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Não Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	104.715	104.554		
Programa de Integração Social - PIS	5.717	1.772		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	11.792	12.480		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.447	17.473	132	147
Outros Impostos, Taxas e Contribuições - Diversos	11		17	11
Outros	14.151	7.301		
Total	191.518	319.550	1.157	3.356

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade através da Fundação CESP mantem um Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados

Atualmente os vigentes para os empregados da Sociedade são: Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado e um Plano de Benefício Misto

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela Sociedade referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 360 parcelas e que vem sendo amortizada mensalmente acrescida de juros de 6% a.a. e corrigida pelo IGP-DI (IGP-M). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento foram alterados para 228 parcelas mensais e 16 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. Conforme acordado em aditivo, a obrigação é ajustada anualmente de acordo com o déficit/superávit apurado em laudo atuarial realizado de acordo com as regras da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, que difere das práticas de registros contábeis adotada pela Sociedade em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 590.738 (R$ 702.090 em 31 de dezembro de 2008).

As movimentações ocorridas nos trimestres findos em 31 de março de 2009 no passivo atuarial reconhecido conforme Deliberação CVM nº 371/00, são as seguintes:

	31/03/2009
Passivo atuarial líquido no início do exercício	413.726
Despesas reconhecidas na demonstração de resultados	19
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(16.679)
Passivo atuarial líquido no final do período	396.966
Outras Contribuições	11.622
Total	408.588

Circulante	37.251
Não Circulante	371.457
	408.588

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

As despesas e (receitas) reconhecidas estão demonstradas abaixo:

	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
Custo do serviço	361	271
Juros sobre obrigações atuariais	75.754	67.045
Rendimento esperado dos ativos do plano	(76.086)	(83.889)
Subtotal	**27**	**(16.572)**
Contribuições esperadas dos participantes	(8)	(8)
Total	**19**	**(16.580)**

Na demonstração do resultado as despesas e receitas foram registradas na rubrica Custo de Operação.

(16) TAXAS REGULAMENTARES

	31/03/2009	31/12/2008
Reserva Global de Reversão - RGR	1.973	1.973
Taxa da Fiscalização da ANEEL	993	993
Conta de Consumo de Combustível - CCC	14.245	25.209
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19.777	15.919
Total	**36.988**	**45.094**

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

0401 - NOTAS EXPLICATIVAS

(19) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	[illegible]					[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								

A movimentação das provisões para contingências e dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Contingências Saldo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade é parte, cuja probabilidade da perda é provável na opinião de seus assessores legais e da Administração da Sociedade. Os detalhes da natureza das provisões para contingências e depósitos judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008.

Perdas possíveis: A Sociedade é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances da exposição são possíveis, devido à uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis de perdas e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2009 estavam assim representadas: (i) trabalhistas de R$ 107.491 (R$ 102.830 em 31 de dezembro de 2008); (ii) cíveis, representado basicamente por danos pessoais e majoração tarifária de R$ 91.110 (R$ 84.151 em 31 de dezembro de 2008); e (iii) fiscais, principalmente referente a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS de R$ 26.406 (R$ 15.093 em 31 de dezembro de 2008).

Nota - Milhões (R$ ou Milhões)
A Administração da Sociedade baseada na opinião de seus assessores legais entende não haver riscos contenciosos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não Circulante	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	226.636	227.244	82.064	83.122

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008 está assim distribuída:

3º ITR 2009 - Quantidade de Ações

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais "A", "B" e "C"	Total	
CPFL Energia S.A.	36.930.830	45.898.781	82.829.611	100,00
Membros do Conselho de Administração	1	-	1	-
Ações em Tesouraria		-	-	
Total	36.930.831	45.898.781	82.829.612	100,00

3º ITR 2008 - Quantidade de Ações

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais "A", "B" e "C"	Total	
CPFL Energia S.A.	13.476.167	22.848.256	36.324.423	100,00
Membros do Conselho de Administração	1		1	
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Total	13.476.168	22.848.257	36.324.311	100,00

21.1 - Aumento de Capital Social

Através AGOE de 26 de março de 2008 foi aprovado o aumento do Capital Social da Sociedade no montante de R$ 36.325 referente a capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2008 com emissão de 36.325.804 ações sendo 13.476.168 ações ordinárias e 22.848.256 ações preferenciais.

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

21.2 – Distribuição de Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio

Na AGEVE de 28 de março de 2009 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2008 através de: (i) declaração de dividendo no montante de R$ 550.872, sendo R$ 284.431 de dividendo intermediário declarado em junho de 2008 e R$ 275.441 de dividendo complementar; (ii) declaração de Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R$ 31.085, sendo R$ 15.540 JCP intermediário declarado em junho de 2008 e R$ 15.545 de JCP complementar.

(22) RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	[illegible]		[illegible]		[illegible]	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]

COSERN - COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - CNPJ 34.040.317/0001-43

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(23) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	[illegible]		[illegible]	
	1º Trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre
Energia Comprada para Revenda	2009	2008	2009	2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso da Rede Elétrica e Transmissão e Conexão				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]

[illegible]

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(24) DESPESAS OPERACIONAIS

	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
Despesas com Vendas		
Pessoal	4.610	5.147
Material	101	156
Serviços de Terceiros	3.517	5.720
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.015	1.744
Depreciação e Amortização	212	228
Taxa de Arrecadação	5.157	5.638
Outros	105	(15)
Total	**27.317**	**20.625**
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	12.097	12.065
Material	545	620
Serviços de Terceiros	15.425	15.280
Arrendamento e Aluguéis	197	202
Depreciação e Amortização	2.440	2.151
Patrimônio e Propaganda	134	(115)
Legais, Judiciais e Indenizações	2.264	2.044
Doações, Contribuições e Subvenções	661	690
Outros	2.998	3.350
Total	**39.991**	**36.581**
Outras Despesas Operacionais		
Taxa de Fiscalização	2.861	2.720
Perda (Ganho na Alienação e Desativação de Ativo não Circulante	17	(1.267)
Total	**2.898**	**1.433**
Total Despesas Operacionais	**70.206**	**58.639**

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(25) RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
Receitas		
Renda de Aplicações Financeiras	9.215	10.506
Acréscimos e Multas Moratórias	10.055	14.979
Atualização de Créditos Fiscais		347
Atualização de Depósitos Judiciais	12.114	10.322
Atualizações Monetárias e Cambiais	2.443	3.645
Remuneração CVA e Parte a CV (nota 3)	12.252	8.051
Deságio na Aquisição de Crédito de ICMS	994	1.737
Outros	3.609	5.745
Total	**47.679**	**55.635**
Despesas		
Encargos de Dívidas	(40.129)	(40.759)
Despesas Bancárias	(1)	(309)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(11.784)	(23.782)
Outros	(3.226)	(1.293)
Total	**(54.880)**	**(66.143)**
Resultado Financeiro Líquido	**(7.201)**	**(10.508)**

(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo contra resultado; (iii) mantidos até o vencimento e (iv) disponíveis para venda.

A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 5); (ii) dividendos e (iii) outros créditos (nota 10).

(ii) Mensurados ao valor justo contra resultado

São os ativos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes ativos

são registrados pelos respectivos valores justos e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

Os principais ativos financeiros que a Sociedade tem classificados nesta categoria são: (i) disponibilidades e aplicações financeiras (nota 4) e (ii) derivativos.

(ii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade não classificou nesta categoria nenhum ativo financeiro (nota 10).

(iii) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadraram em quaisquer classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado pelos respectivos valores justos e para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Sociedade não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros: temos como categorias (i) mensurados ao valor justo contra resultado e (ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo contra resultado:
São os passivos financeiros que sejam (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos de reconhecimento de receitas e despesas e (iii) que se obtenha informação confiável mais relevante e consistente ou (iv) os derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
A Sociedade classificou nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) empréstimos em moedas estrangeiras (nota 15) e (ii) derivativos.

(ii) Não mensurados ao valor justo contra resultado:
São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros relevantes e nesta classificação são reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 16); (ii) empréstimos e financiamentos (nota 15); (iii) encargos de dívidas (nota 15); (iv) encargos de debêntures (nota 14); (v) debêntures (nota 14 e iv); outras contas a pagar (nota 20).

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

Considerações sobre Riscos:

Os negócios da Sociedade compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como [illegible] de serviço público, as atividades [illegible] da Sociedade são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de [illegible] a Sociedade [illegible] de operação para o custo relativo à variação do CDI. Adicionalmente a Sociedade está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade tem como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente a Sociedade tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Sociedade como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pela Sociedade tradicionalmente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento da demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos. Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Sociedade utiliza-se do sistema de software (MAPS), tendo condições de calcular

00282 - NOTAS EXPLICATIVAS

O VaR - Value at Risk, Mark to Market, Stress Testing e Sensibilidade dos instrumentos a avaliar os riscos aos quais a Sociedade está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Sociedade suportada por estas ferramentas, tem apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Sociedade tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alcadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. A Sociedade não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, em função da controladora CPFL Energia estar sujeita aos requisitos da lei Sarbanes-Oxley, a Sociedade possui políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através da curva de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da BM&F, Bovespa e Andima.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da CESP, a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, tal como ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a Sociedade possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, os valores de mercado de tais instrumentos financeiros obtidos através da metodologia descrita acima, são como segue:

	31/03/2009		31/12/2008	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Debentures (nota 14)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(1.481.525)	(1.483.882)	(1.452.857)	(1.444.489)

Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a Sociedade possui por prática utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Sociedade possui hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo fluxos de ativos e passivos atrelados à variação cambial.

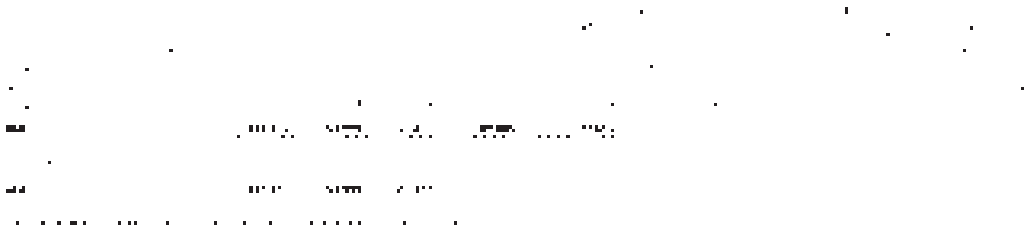
CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Nota 4 - Valores Mobiliários

Os instrumentos de proteção contratados pela Sociedade são swaps de moeda sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados da Sociedade possui prazos semelhantes

alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas financeiras dentro dos períodos a que elas se referem, os instrumentos derivativos contratados para proteção foram designados para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos e termos dos instrumentos derivativos contratados para proteção foram designadas para registro contábil pelo respectivo valor de custo. Além disso, a Sociedade não adotou a contabilidade de hedge accounting para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2009, a Sociedade detinha operações de swap:



Apesar das perdas líquidas apuradas na marcação a mercado dos instrumentos derivativos demonstradas acima, tais efeitos foram minimizados pela opção exercida pela Sociedade por também marcar a mercado as dívidas que possuem instrumentos de hedge atrelados. Demonstramos a seguir os efeitos da marcação a mercado das dívidas compensando as perdas auferidas somente para os respectivos derivativos atrelados:

Derivativos	Dívidas	Líquido
(27.575)	21.263	(6.312)

Referem-se às variações cambiais reconhecidas no resultado gerencial e societário.

A Sociedade também recebe/recebeu ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, como se tratam de operações de proteção, tais ganhos e perdas são anulados pelos efeitos de variação cambial incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. No 1º trimestre de 2009 e 2008, as operações com derivativos geraram as seguintes impactos no resultado:

Risco protegido / operação	Conta contábil	31/03/2009 Ganho (perda)	31/03/2008 Ganho (perda)
Variação cambial	Despesas financeiras - Operações de swap	(17.196)	1.787
Marcação a mercado	Despesas financeiras - Operações de swap	30.795	(114.858)
		13.599	(113.071)

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras exposições cambiais

A Sociedade possui um endividamento total em moeda estrangeira de R$ 660.784. Para se proteger da exposição cambial contratou instrumentos derivativos de proteção (notadamente swaps) do endividamento no montante de R$ 590.923. Para uma parte da exposição cambial a Sociedade contratou ainda um instrumento conversão não atrelado ao montante de R$ 27.021, além de possuir ativos monetários em dólares (caixa e aplicações CPSD e linear vinculado à empréstimos ME – nota 10) em montante suficiente para anular um eventual impacto cambial.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Sociedade realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, estão expostos nas condições representadas por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Variação cambial

Considerando que a mesma posição da exposição cambial existente em 31 de março de 2009 fosse mantida, a simulação dos efeitos contabilizados por tipo de instrumento financeiro para três cenários distintos segue:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Deterioração cenário I (25%)	Deterioração cenário II (50%)	Deterioração cenário III (75%)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	6.087		1.522	3.043	4.565
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
	(2.842)		(711)	(1.421)	(2.132)
[illegible]	[illegible]				

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

Variação das taxas de juros

Supondo-se que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2009 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI = 11,13% a.a., IGP-M = 6,27% a.a., TJLP = 0,25% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para o próximo 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R$ 166.211. Caso ocorram escalações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

[illegible]	Exposição (R$ [illegible])	[illegible]	[illegible]	Cenário [illegible]	Cenário [illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]

(27) EVENTOS SUBSEQUENTES

Com o objetivo de obter recursos para adequar o perfil econômico-financeiro da Sociedade, recompondo seu fluxo de caixa para obter liquidez suficiente para suportar seus investimentos, o Conselho de Administração em reunião realizada em 02 de abril de 2009, aprovou a 1ª emissão de Notas Promissórias Comerciais para distribuição pública. A liberação dos valores ocorreu em 29 de abril de 2009 e as Notas têm as seguintes características e condições:

- Valor total da emissão será de R$ 175.000 em série única.
- Serão emitidas 175 Notas Promissórias pelo valor nominal unitário de R$ 1.000.
- Terão como garantia o aval da CPFL Energia.
- Terão prazo de vencimento de 360 dias corridos a contar da data de sua emissão.
- Farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 118% da Taxa DI over extra grupo.

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

0740 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações (R$ Mil)	1º Trimestre		
	2009	2008	Variação
RECEITA BRUTA	1.574.916	1.796.935	-12,31%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.449.750	1.568.346	-13,10%
Suprimento de Energia Elétrica	10.642	17.349	-43,42%
Outras Receitas Operacionais	115.125	109.900	4,70%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(393.900)	(529.041)	-11,55%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.021.018	1.167.914	-12,51%
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(717.286)	(759.974)	-5,50%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(622.043)	(570.135)	7,10%
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(95.245)	(88.935)	7,10%
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(166.623)	(141.048)	16,13%
Pessoal	(62.104)	(56.541)	0,64%
Emissão de Previdência Privada	(19)	16.580	-100,11%
Material	(9.414)	(7.334)	12,94%
Serviços de Terceiros	(38.240)	(35.288)	6,30%
Depreciações e Amortizações	(35.664)	(41.140)	-11,24%
Outros	(23.273)	(17.172)	35,50%
RESULTADO DO SERVIÇO	137.107	268.892	-48,69%
RESULTADO FINANCEIRO	(7.201)	(10.508)	-31,47%
Receita	47.679	55.935	-14,30%
Despesa	(54.880)	(66.143)	-17,03%
Despesa Líquida de Receita	(7.201)	(10.508)	-31,47%
RESULTADO OPERACIONAL	129.906	256.384	-49,33%
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	129.906	256.384	-49,33%
Contribuição Social	(12.044)	(23.524)	-45,91%
Imposto de Renda	(32.583)	(64.177)	-49,23%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	85.279	168.633	-49,43%
EBITDA	172.680	291.605	-40,42%

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2009 foi de R$ 1.574.916, sendo 12,3% (R$ 221.107) menor que a receita obtida no mesmo período de exercício anterior.

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

0781 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- Redução de -14,01% (R$ 248.488) no fornecimento faturado devido aos efeitos da revisão tarifária de -17,21% aplicada a partir de abril de 2008 compensados com o aumento de 2,8% no volume de energia faturada.
- Aumento de R$ 25.112 no fornecimento não faturado.

- **Quantidade de Energia Vendida**

  A quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período foi 2,8% maior quando comparada com o trimestre do ano anterior.

  As classes residencial e comercial apresentaram crescimento de 8,9% e 6,0% respectivamente, basicamente em função das temperaturas mais elevadas registradas no período, crescimento do volume de vendas no comércio varejista e pela migração de clientes da rural para a residencial ao longo de 2008. A classe industrial apresentou redução de 5,6%, impactada pelos efeitos da crise internacional.

  O crescimento do consumo na área de concessão, ou seja, considerando também a energia transportada aos clientes livres, foi de (1,1%).

Dedução da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2009 foram de R$ 550.900 apresentando um decréscimo de 12% (R$ 74.141) em relação ao mesmo trimestre de 2008. Esta redução deve-se basicamente à variação da Receita Fluta.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

No trimestre o Custo com de Energia Elétrica foi de R$ 717.288 apresentando uma redução de 5,5% (R$ 41.786) em relação ao trimestre do período anterior.

Apesar dos efeitos do reajuste dos preços dos geradores e do aumento de 4,3% na quantidade de energia comprada, o custo com energia elétrica teve os impactos dos ajustes negativos de sobrecontratação de energia (R$ 14.203) e da CVA (R$ 24.118) no reajuste tarifário de 2009 (nota 3 e 2). Adicionalmente, no 1º trimestre de 2008, foi registrado um aumento de custo de R$ 86.825 referente à sobrecontratação (nota 3 e 4).

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R$ 199.922 no 1º trimestre de 2009, apresentando um aumento de 16,1% (R$ 25.575) quando comparado com o mesmo período no ano anterior. Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R$ 130.059 neste trimestre, com aumento de 33,3% (R$ 20.204) em relação ao mesmo período de 2008. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

0731 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

i) Aumento em Outros de 25,6 % (R$ 5.101) motivado principalmente pela reversão do trimestre de 2008 da Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (R$ 4.571).

ii) Aumento nos custos com Pessoal de 9,6% (R$ 5.462) motivado principalmente pelo acréscimo salarial referente ao Acordo Coletivo de 2009 e aumento no quadro de colaboradores.

iii) Reversão da receita de Entidade de Previdência Privada do trimestre de 2008 no valor de R$ 18.580 para uma despesa neste trimestre de 2009 no valor de R$ 19, reflexo do rendimento nominal esperado sobre os ativos do plano, conforme definido pelo Laudo Atuarial.

- Depreciações e Amortizações

Neste trimestre a montante da Depreciação e Amortização foi de R$ 30.504, apresentando um decréscimo de 11,2% (R$ 4.629) em comparação com o trimestre do período anterior, devido principalmente à amortização das Obrigações Especiais relacionadas à participação de consumidor na constituição de bens da concessionária. Este procedimento ocorre ao fato de que a partir do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária da Sociedade em abril de 2008, a ANEEL deferiu não conceder na tarifa o custo da depreciação relativa à parcela dos bens constituídos com essa participação.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa inferior de R$ 2.207 (21,6%) em relação ao mesmo trimestre do período anterior.

a) Redução da receita financeira em R$ 7.958, principalmente em rendas de aplicação financeira devido à queda das disponibilidades.

b) Redução da despesa financeira de R$ 11.230, principalmente em atualização monetária cambiais referente aos ganhos com os registros dos instrumentos financeiros e derivativos ao valor de mercado (R$ 6.169) e com a variação negativa do IGP-M no período.

Lucro Líquido e EBITDA

Com base nos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre foi de R$ 85.279, totalizando uma redução de 49,4% em relação ao lucro verificado no mesmo período de 2008.

O EBITDA ajustado (lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e entidade de previdência) para o 1º trimestre de 2009 foi de R$ 172.690, sendo 40,4% inferior ao EBITDA apurado para o mesmo período de 2008 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

[illegible]	[illegible]
[illegible]	2
[illegible]	CVM/SRE/DEB/2004/019
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	SIMPLES
[illegible]	PÚBLICA
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	SUBORDINADA
[illegible]	[illegible]
[illegible]	
[illegible]	10.000,00
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	
[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

[illegible]	[illegible]
[illegible]	2
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	2
[illegible]	SIMPLES
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	
[illegible]	[illegible]

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

16.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

[illegible]	03
[illegible]	2
[illegible]	CVM/SRE/DEB/2006/046
[illegible]	14/12/2006
[illegible]	.
[illegible]	SIMPLES
[illegible]	PÚBLICA
[illegible]	01/12/2006
[illegible]	01/12/2010
[illegible]	SUBORDINADA
[illegible]	104% DO CDI
[illegible]	
[illegible]	10.000,00
[illegible]	540.000
[illegible]	64.000
[illegible]	64.000
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	
[illegible]	01/04/2009

CO2B2-4 COMPANHIA VALUTICA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E DE 2008

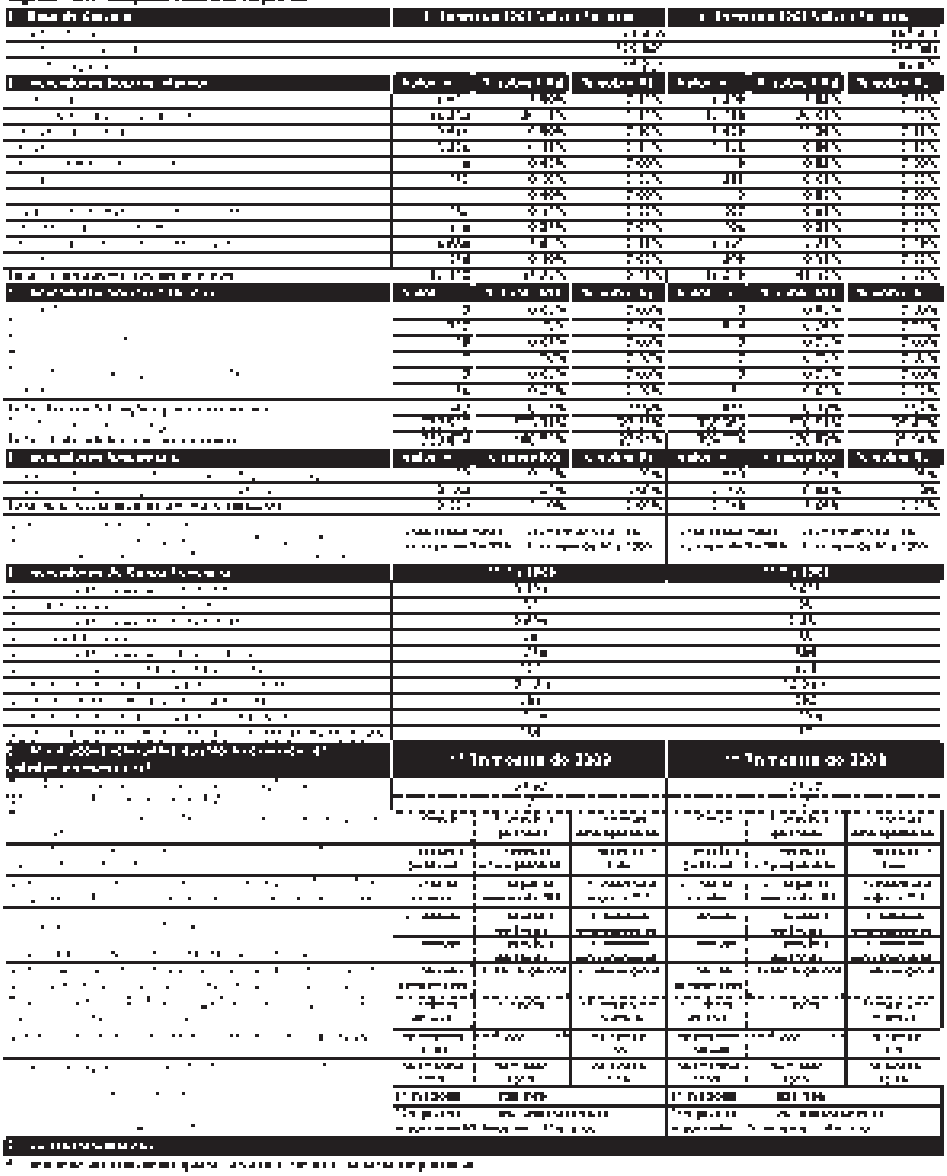
(Em milhares de Reais)

	31/03/2009	31/03/2008
1 - RECEITAS	1.823.218	1.850.158
1.1 - Revenda de Energia e Serviços	1.874.516	1.846.911
1.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	24.774	5.247
1.3 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(76.072)	(1.944)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(903.719)	(821.114)
2.1 - Custos com Energia Elétrica	(702.694)	(636.120)
2.2 - Material	(25.241)	(26.542)
2.3 - Serviços de Terceiros	(45.159)	(51.490)
2.4 - Outros	(27.760)	(27.920)
2.5 - Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(2.865)	(1.042)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)	719.499	813.044
4 - RETENÇÕES	(40.827)	(44.533)
4.1 - Depreciação e Amortização	(40.827)	(44.533)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3-4)	678.672	768.511
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	47.970	56.635
6.1 - Receitas Financeiras	47.970	69.635
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	726.749	824.146
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 - Pessoal e Encargos	56.255	47.151
8.1.1 - Remuneração Direta	43.117	38.602
8.1.2 - Benefícios	12.074	7.872
8.1.3 - FGTS	1.064	677
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	527.571	634.370
8.2.1 - Federais	363.174	518.607
8.2.2 - Estaduais	159.417	109.561
8.2.3 - Municipais	4.980	6.202
8.3 - Remuneração de Capitais de Terceiros	44.617	54.975
8.3.1 - Juros	34.543	44.615
8.3.2 - Aluguéis	377	224
8.4 - Remuneração de Capitais Próprios	98.476	108.520
8.4.2 - Juros Sobre Capital Próprio - Dividendos	98.476	108.520
	726.749	824.146

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

31000 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Balanço Social Trimestral / 2009 / 2008 *



CO362-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CNPJ 33.050.196/0001-88

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Relatório das auditores independentes sobre revisão especial

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Paulista de Força e Luz
Campinas - SP

Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia Paulista de Força e Luz - Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do fluxo de caixa e do valor adicionado, o relatório de desempenho e as notas explicativas elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.

2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu principalmente em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.

3 Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no primeiro parágrafo, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4 Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as informações contábeis relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, exceto pela Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos que foi substituída, conforme a Lei nº 11.638/07, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Campinas, 30 de abril de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jairo Brasella Duarte Fragoso
Contador CRC 1SP125991/O-0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

ÍNDICE

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	01	[illegible]	
01	02	[illegible]	[illegible]
01	03	[illegible]	[illegible]
01	04	[illegible]	[illegible]
01	05	[illegible]	2
01	06	[illegible]	2
01	07	[illegible]	2
01	08	[illegible]	2
01	09	[illegible]	3
01	10	[illegible]	4
02	01	[illegible]	5
02	02	[illegible]	9
03	01	[illegible]	11
04	01	[illegible]	11
05	01	[illegible]	13
05	02	[illegible]	14
06	01	[illegible]	15
07	01	[illegible]	44
08	01	[illegible]	47
09	01	[illegible]	50
10	01	[illegible]	52

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

03382-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	02.052.196/0201-88
1376		

01.02 - SEDE

[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	
[illegible]	[illegible]			[illegible]
13085-902	Campinas			SP
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
019	3756-8724	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
019	3755-8717			
[illegible]				
[illegible]				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

[illegible]				
José Antonio de Almeida Filippo				
[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	
[illegible]	[illegible]			[illegible]
13085-902	Campinas			SP
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
019	3755-8724	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
019	3756-8717			
[illegible]				
[illegible]				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01/01/2005	31/12/2005	1	01/01/2005	31/03/2005	4	01/10/2001	31/12/2001

[illegible] Auditores Independentes	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

02393-4	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	29/04/1954

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações	Trimestre Atual 31/03/2015	Trimestre Anterior 31/12/2014	Mesmo Trimestre do Exercício Anterior 31/03/2014
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	317	317	317
2 - Preferenciais	529	529	529
Total	846	846	846
Em Tesouraria			
1 - Ordinárias	0	0	0
2 - Preferenciais	0	0	0
Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

Empresa Comercial, Industrial e Outras

Operacional

Atividade Principal

1120 - Energia Elétrica

Distribuição de Energia Elétrica

Nível Acionário

Sem Preferência

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Item | Descrição

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DECLARADOS EXCLUÍDOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

Item	Tipo de Provento	Data da Deliberação	Descrição	Data do Pagamento	Tipo de Ação	Valor do Provento por Ação
01	JSCP	31/10/2014	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2015	ON	1,4588
02	JSCP	31/10/2014	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2015	PNA	1,6047
03	JSCP	31/10/2014	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2015	PNB	1,6047
04	JSCP	31/10/2014	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2015	PNC	1,6047
05	Dividendo	04/04/2014	Dividendo	30/04/2015	ON	0,6410
06	Dividendo	04/04/2014	Dividendo	30/04/2015	PNA	0,7051
07	Dividendo	04/04/2014	Dividendo	30/04/2015	PNB	0,7051

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

02388-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.641.663/0001-44

[illegible]	01/04/2015 [illegible]	[illegible]	PAC	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00235-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

03.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
00238-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.050.196/0001-88

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

02393-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.641.663/0001-44

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

01.02 - [illegible] (Reapresentação)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

ANEXO - NOTAS EXPLICATIVAS

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) ou "Sociedade" é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Sociedade está autorizada a participar de empreendimentos que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A Sociedade detém a concessão por prazo determinado de 30 anos, até 30 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Sociedade contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 3,4 milhões de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais (ITR) foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social, e devem ser analisadas em conjunto. Estas informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas definidas pela ANEEL, e normas complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, como informações suplementares, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado para os trimestres findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (anexos I e II, respectivamente).

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela FAS 95 – *Statement of Cash Flows*, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao da empresa holding do Grupo CPFL Energia, no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

01382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CNPJ 33.050.196/0001-88

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Ativo				
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
	[illegible]	[illegible]		[illegible]
Diferimento de Custos Tarifários				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	[illegible]	[illegible]		[illegible]
Passivo				
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Diferimento de Ganhos Tarifários				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Total Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

a) Racionamento:

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre os geradores e os distribuidores de energia elétrica e o Governo Federal, denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que instituiu como mecanismo de reposição das perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda"), rurais e iluminação pública, e de 7,9% para todos os demais consumidores.

O referido reajuste foi utilizado para compensação dos ativos regulatórios registrados pela Sociedade referentes à Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE") e Energia Livre pelo prazo de 72 meses, encerrando-se em dezembro de 2007. A Sociedade registrou em exercícios anteriores perdas de R$ 115.863, em função do término do prazo estipulado para a realização total da RTE.

A partir de janeiro de 2008, a "Parcela A" começou a ser compensada mediante a utilização de mecanismo análogo ao da RTE, pelo prazo necessário para atingir o montante contabilizado.

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Anual - Milhões (EXCETO Valores Unitários)

A movimentação das saldas relacionadas a Energia Livre e Parcela "A" para o trimestre findo em 31 de março de 2008 é como segue:

	Energia Livre Passivo	Parcela "A" Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2007	(25.105)	455.359
Remuneração		11.190
Amortização	5.754	(72.483)
Saldos em 31 de março de 2008	(19.352)	394.066

A amortização da Parcela "A" neste trimestre está demonstrada abaixo:

	31/03/2008
Energia Contratada	52.107
Encargos de Uso da Rede	8.208
Conta de Consumo de Combustível - CCC	15.351
RGR	2.107
Taxa de Fiscalização	566
Total	72.489

b) Revisão e Reajuste Tarifário:

b.1) 1º Ciclo de Revisão Tarifária

Em abril de 2007, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 445, alterou o resultado final da primeira Revisão Tarifária periódica da Subsidiária Homologado em abril de 2005, reposicionando as tarifas de fornecimento de energia em 21,66% em função da revisão do cálculo do percentual médio de depreciação utilizado na Revisão Tarifária de 2003 da Subsidiária. A diferença de receita entre o reposicionamento tarifário de 20,29% para 21,66% e do componente Xe do Fator X de 1,1357% para 1,7533% correspondeu a um ajuste financeiro no valor de R$ 44.868 que está sendo compensado financeiramente no Reajuste Tarifário da Subsidiária de 2007. Esse ativo regulatório está registrado na conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias - Revisão Tarifária - Depreciação, já considerando os efeitos de PIS e COFINS e a partir do reposicionamento passou a ser amortizado.

b.2) Reajuste Tarifário de 2007

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 449, de 02 de abril de 2007, estabeleceu o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) da Subsidiária em um percentual médio de 7,06%, sendo 7,89% relativo ao reajuste tarifário anual e -0,83% referente aos componentes financeiros adicionais. Entre os componentes financeiros adicionais destacam-se a Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela "A" (CVA), ajustes financeiros relativos aos IRT's de 2004 e 2005, sobrecontribuição mensal de PIS e COFINS, descontos aprovados para irrigação constante da Conta de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e os efeitos de revisão tarifária extraordinária, entre outros.

A ANEEL com o objetivo de neutralizar os valores de PIS e COFINS dos Geradores realizou retirada da custo da energia elétrica da sua base inicial de IRT de 2003. Como o custo de energia é fator de impacto na resposta da tarifa a consumidores e no cálculo de CVA, o reajuste que produz a uma redução no preço médio de energia gerou um passivo a ser devolvido aos consumidores e um ativo adicional de CVA. Adicionalmente os valores homologados pela ANEEL no IRT de 2007 referente a CVA excluíram as somas dos contratos de energia elétrica conforme item 5.1 da Nota Técnica nº 060/ANEEL de 27 de março de 2007. Desta forma esses efeitos basicamente explicam os ajustes efetuados em 2007 de R$ 98.535 registrado em Outras Contas a Pagar e de R$ 177.710 efetuado em Diferimento de Custos Tarifários sendo parcela reconhecida em Custo com Energia Elétrica (nota 20).

Ainda com relação aos eventos relacionados acima a Sociedade registrou em 2007 um evento no ativo regulatório de PIS e COFINS de Geradores no montante de R$ 10.810 e um passivo de R$ 15.924 no ativo de sobrecontratação valores estimados com base na metodologia proposta na Nota Técnica da ANEEL nº 91/2006.

Foram ainda reconhecidos em 2007 ativos de R$ 14.856 referentes a outros componentes financeiros constantes do IRT de 2007 basicamente relacionados a P & D sobre componentes financeiros do IRT de 2004 e 2005 Programa Luz para Todos e outros.

b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 627 de 07 de abril de 2008 estabeleceu em caráter provisório que as tarifas da Sociedade foram reajustadas em um percentual de -13,61% sendo -13,66% relativos ao reposicionamento tarifário e 0,04% relativos aos componentes financeiros Adição de Anuidade Tarifária pendente A Fiscalização/Agência definiu a base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste anual de 2007 o efeito médio a ser percebido pelos consumidores seria de -17,21%
O reajuste autorizado pela ANEEL é composto pelos seguintes itens:

03382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Valores em Mil Reais (R$ mil, exceto %)

Receita Verificada	5.175.546
Parcela A	3.314.145
Remuneração Bruta do Capital	351.312
Quota Depreciação	252.111
Provisão de Retorno	540.358
Inadimplência	34.503
Parcela B	1.186.362
Receita Requerida (Parc. A + B)	4.494.507
(-) Outras Receitas	-27.278
Receita Requerida Líquida	4.467.261
Componentes Financeiros	3.336
Reposicionamento Econômico	-13,68%
Componentes Financeiros	0,06%
Reposicionamento Total	-13,61%

A apuração da Parcela A é composta por:

- Encargos Setoriais no montante de R$ 540.672 (das quais CCC e CDE representam cerca de 75%);
- Compra de Energia Elétrica no montante de R$ 2.394.492;
- Transporte de Energia no montante de R$ 379.791.

Os componentes financeiros externos à revisão tarifária são compostos por:

- Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) no montante de (R$ 74.517);
- Sobrecontratação no montante de (R$ 27.534);
- Subsídio Baixa Renda no montante de R$ 30.534;
- Ressarcimento dos descontos aplicados na cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e de subsídio para irrigadores no montante de R$ 60.717;
- Encargos de Conexão a Fronteira no montante de R$ 6.666;
- Diferença Anual do Programa Luz para Todos no montante de R$ 3.401;
- Outros componentes no total de R$ 1.354.

Adicionalmente foi estabelecido provisoriamente o Fator Xe de 0,93%, que será aplicado como redutor da Parcela B nas respectivas tarifas de subsequentes de 2009, 2010, 2011 e 2012.

No processo de revisão tarifária da Secundária a ANEEL procedeu um cálculo provisório do resultado do repasse tarifário referente à sobre-contratação efetuado para a data base de 31 de dezembro de 2007. O órgão regulador incluiu na revisão tarifária a previsão de consumidor de R$ 27.534 enquanto que a CPFL registrou a de R$ 75.738 na mesma data.

A administração da Secundária, com a ajuda de processo, tem seus procedimentos e solicitou esclarecimentos à ANEEL de parte das interações envolvendo o cálculo de

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Anual - Valores Expressos em Milhares

Fornecimento de energia elétrica a Sociedade e a CPFL Comercialização Brasil S.A. - CPFL Brasil

Nesse contexto e de forma conservadora, enquanto não se finaliza o processo definitivo da revisão tarifária, a Sociedade reconheceu em março de 2008 provisão de contas a receber referente à glosada recomposição da CDEE no montante de R$ 39.853 para o período de janeiro de 2003 a fevereiro de 2008, em contrapartida reconheceu contabilmente aumento de receita e redução de custo CCEE de R$ 17.749 e R$ 22.104, respectivamente. Como consequência da reconhecimento foi efetuada também uma provisão para reversão de ativo de sobrecontratação de R$ 25.769 e provisão de um passivo de R$ 14.084 a devolver aos consumidores no próximo reajuste tarifário, tendo como contrapartida tais custos com energia elétrica. Estes registros não precisaram nenhum efeito no resultado da Sociedade.

De forma conservadora e visando adequação perante aos valores homologados pela Agência Reguladora, a Sociedade efetuou no primeiro trimestre de 2008 provisão para realização de ativo e provisão de passivo no montante de R$ 51.029 e R$ 27.634, respectivamente, em contrapartida ao custo com energia elétrica - sobrecontratação referente à sazonalização e efeito de perdas, conforme definido provisoriamente pela ANEEL.

A provisão por conta de sazonalização por outro lado ocorreu um crédito de CVA no montante de R$ 5.467. Essas provisões serão mantidas até que a ANEEL finalize suas análises e homologue o resultado final desta revisão.

A Sociedade reconheceu contabilmente também as contas a pagar e os financeiros da Segunda Revisão Tarifária constituição complementar de passivos regulatórios quotas no montante de R$ 4.208, cujas perdas foram registradas nas regiões públicas.

- Consumidores Concessionárias e Permissionárias – constituição negativa de ativo de Descontos na TUSD e na Irrigação de R$ 11.003 e de reposição de custos gerados com o Programa Luz para Todos no valor de R$ 3.748. Ambos reconhecidos em contrapartida à Receita Operacional.

- Despesas Pagas Antecipadamente – (i) reembolso de custos com ações de avaliação gerados no processo de Revisão Tarifária no valor de R$ 1.087 em contrapartida à Despesa Operacional, e (ii) atualização do ativo de PIS e COFINS de geradores no montante de R$ 33 em contrapartida à Receita Financeira.
- Diferimento de Custos e Ganhos Variáveis – complemento de CVA referente à aquisição de energia no montante de R$ 4.634.
- Outras Contas a Pagar – (i) constituição de um passivo regulatório de devolução ao consumidor – gerado no montante de R$ 2.070 e (ii) estorno de passivo regulatório das Diferenças de Preços entre Submercados – CCEAR no montante de R$ 268 em contrapartida à Receita Operacional.

b.4) Majoração de PIS e COFINS

Referente à diferença entre as custas reconhecidas ao PIS e a COFINS apurados através da aplicação da legislação atual e aqueles incorporados a partir de abril de 2003.

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Conforme Resolução Homologatória nº 445, de 03 de abril de 2007, a ANEEL homologou em caráter definitivo o repasse à tarifa no montante nominal de R$ 97.377 a título de reposição tarifária com os custos de PIS e COFINS, excluídos os valores já considerados no reajuste tarifário de 2005, sendo efetuado em março de 2007 o registro complementar do saldo remanescente atualizado de R$ 72.083 na conta de "Despesas Pagas Antecipadamente".

Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, a Sociedade conservadoramente optou por constituir um passivo no mesmo montante registrado na conta "Outras Contas a Pagar" que está sendo atualizado com base na variação do IGP-M.

b.5) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia de repasse as tarifas dos custos ou receitas decorrentes da sobrecontratação de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga. O detalhamento das movimentações ocorridas no período estão apresentados no item b.3.

As constituições e realizações de sobrecontratação vem sendo realizadas em "Despesas Pagas Antecipadamente" (nota 5) em contrapartida a "Custo com Energia Elétrica" (nota 22).

b.6) Descontos na TUSD e na Irrigação

A Sociedade vem reconhecendo ativos regulatórios referente aos descontos especiais aplicados sobre a TUSD relacionado ao fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas e sobre atividades de irrigação e aquicultura.

As constituições e realizações dos descontos na TUSD e irrigação vem sendo registradas em "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias" (nota 5) em contrapartida a conta de "Receita de Fornecimento de Energia Elétrica" (nota 21).

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos itens descritos anteriormente relacionados a Revisão e Reajuste Tarifários, ocorrida durante o trimestre findo em 31 de março de 2008.

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

c) Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Nota - Milhões (R$ ou MWh)

através da diferença entre os ganhos efetivamente incorridos e os ganhos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

Atualmente os principais ganhos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Energia Comprada: tarifa de energia elétrica comprada e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA;
- Encargos de Uso do Sistema de Transmissão: tarifa de transmissão de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional, Encargos de Serviço do Sistema – ESS e tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC;
- Quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

	31/12/2007	Movimentação			31/03/2008
		Diferimento	Amortização	Atualização	
Ativo					
Energia Comprada	103.513	34.870	(5.344)	2.751	135.790
Encargos de Uso do Sistema	507		(4)	8	511
CVA	4.564	1.092	(425)	116	5.347
Total	108.584	35.962	(5.773)	2.875	141.648
Passivo					
Energia Comprada	(57.401)	(17.262)	1.868	(5.373)	(78.167)
Encargos de Uso do Sistema	(1.145)	(52)	(1.871)	(325)	(3.393)
CVA	(104.575)	(4.539)	(64)	(2.732)	(111.910)
Total	(163.735)	(21.853)	(7.975)	(8.430)	(193.493)

d) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na sub-classe residencial baixa renda. De acordo com a legislação, anteriormente vigente, as novas unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses abaixo de 80kWh, e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh, desde que atendidas algum requisito específico, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados no âmbito da própria concessionária, através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido e que a introdução desse novo critério impacta os níveis tarifários em vigor, além do princípio de modicidade tarifária, ao reservar o mercado à ANEEL determinou uma nova

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible]
metodologia de apuração para o referido subsídio, que está sendo apurada mensalmente desde maio de 2002.

Os valores apurados através desta nova metodologia, após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios para a liquidação:

- Para os meses em que fizem apuradas perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através de concessão de subvenção econômica pela Eletrobras, com recursos provenientes da CDE.
- Para os meses em que forem apurados ganhos para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos ao consumidor através da redução dos reajustes tarifários.

A movimentação dos saldos ao longo do trimestre findo em 31 de março de 2008 é como segue:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2007	20.922	(7.037)
Ganho (Perda) de Receita	-	(736)
Amortização Reajuste Tarifário	-	320
Atualização Monetária	-	(84)
Saldos em 31 de março de 2008	20.922	(7.537)

(4) DISPONIBILIDADES

	31/03/2008	31/12/2007
Saldos Bancários	25.274	219.731
Aplicações Financeiras	358.644	121.055
Total	423.918	340.796

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas em sua maior parte conforme variação do CDI, contratadas em condições e taxas normais de mercado, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade.

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

ANEXO - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos	Vencidos		Total	
	Vencidos	Até 90 dias	Até 90 dias	31/12/2008	31/12/2007
Circulante					
Clientes de Consumidores					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Estatuído	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não Circulante					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]
Total	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]

Operações Realizadas na CCEE – No trimestre foi registrada provisão de R$ 17.740, referente à recontabilização solicitada junto à CCEE, conforme comentado na nota 2 e 3.

(6) TRIBUTOS A COMPENSAR

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Anual - Valores Expressos em Mil Reais

		31/03/2008	31/12/2007
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		7.764	4.668
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		9.48	9.889
ICMS a Compensar		22.204	22.421
Programa de Integração Social - PIS		832	780
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	1.627	1.499
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		401	570
Outros		308	297
Total		39.901	40.386
Não Circulante			
Contribuição Social a Compensar - CSLL		25.245	24.902
ICMS a Compensar		27.379	27.999
Total		52.624	52.881

(7) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Saldo em 31 de dezembro de 2007	(41.106)
Provisão constituída	(5.970)
Recuperação de Receita	4.232
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	7.910
Saldo em 31 de março de 2008	(34.934)

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado pela Administração da Sociedade como suficiente para fazer frente a eventuais perdas com valores a receber.

(8) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Aluguéis	14.547	10.215		19.576
Outros	6.041	8.213	1.456	1.562
Total	20.588	18.428	1.456	21.138

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

9.1 - Composição dos créditos fiscais

	31/03/2008	31/12/2007
Crédito de Contribuição Social sobre:		
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	120 793	123 157
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	34 949	25 193
Subtotal	155 791	148 350
Crédito de Imposto de Renda sobre		
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	335 508	342 186
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	94 730	67 342
Subtotal	430 238	409 528
Crédito do PIS e COFINS sobre		
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	8 686	-
Subtotal	8 686	-
Total	594 715	557 908
Circulante	100 463	62 803
Não Circulante	494 252	495 105
	594 715	557 908

O benefício fiscal do ágio incorporado é oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 Participações S.A. (DOC 4), e está sendo realizado de forma proporcional à amortização do ágio incorporado que o original, de acordo com o fluxo líquido projetado da Sociedade durante o prazo remanescente da concessão. No trimestre findo em 31 de março de 2008 a taxa anual de amortização aplicada foi de 6,23%.

As projeções de resultados futuros que orientaram e suportam a constituição dos créditos fiscais diferidos da Sociedade foram aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal e são revisadas anualmente. Para o trimestre findo em 31 de março de 2008 a Administração não prevê mudanças significativas nas projeções divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

9.2 – Saldos acumulados de diferenças temporariamente indedutíveis:

	31/03/2008			31/12/2007	
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

CO382-4 COMPANHIA BRASILEIRA DE PÓLPA E LCA - CNPJ 33.050.196/0001-88

Anual - Valores Em Mil Reais

9.3 – Reconciliação dos montantes da Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2008 e 2007

	Atual		Anterior	
	CSLL (Em Mil Reais)	IRPJ (Em Mil Reais)	CSLL (Em Mil Reais)	IRPJ (Em Mil Reais)
Lucro Antes dos IR/CSLL e PAT				
Ajustes Para Reconciliação da Alíquota Efetiva				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Benefício (Custo)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesa Real Apurada	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(10) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não Circulante	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(11) IMOBILIZADO

	Custo Histórico	Atualização (Depreciação) Acumulada	Saldo Líquido	31/12/2007 Saldo Líquido
Em Serviço				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Curso				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Total do Imobilizado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Imobilizado Líquido			[illegible]	[illegible]

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,22% a.a.

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

(12) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

OPERAÇÕES DE SWAP

Os ganhos e perdas, líquidos, relacionados às operações de swap contratadas pela Sociedade incluindo as contratações sobre operações de curto prazo, são contabilizados na rubrica Derivativos, tendo como contrapartida as despesas financeiras. O resultado destas operações em 31 de março de 2008 resultou em um ativo de R$ 31.779 e um passivo de R$ 45.146 (R$ 60.095 em 31 de dezembro de 2007).

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Outros contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e cláusulas, entre outras, que requerem que a Sociedade mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007. A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(13) DEBÊNTURES

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
					[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, cláusulas que requerem da Sociedade a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007. No entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(14) FORNECEDORES

	31/03/2008	31/12/2007
Circulante		
Encargos de Serviço do Sistema	255	1.275
Suprimento de Energia Elétrica	293.310	275.989
Encargos de Uso da Rede Elétrica	43.284	39.939
Materiais e Serviços	25.510	39.429
Passivo Regulatório Líquido	13.352	25.106
Outros	952	989
Total	366.673	382.394

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(15) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade através da Fundação CESP mantém um Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados.

Atualmente vigora para os empregados da Sociedade um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado e um Plano de Benefícios Misto.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela Sociedade referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 228 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 31 de março de 2008 é de R$ 568.143 (R$ $ 550.190 em 31 de dezembro 2007).

As movimentações ocorridas neste trimestre no passivo atuarial líquido conforme Deliberação CVM nº 371/2000 são as seguintes:

	31/03/2008
Passivo atuarial líquido no final do período	523.948
Receitas reconhecidas na demonstração do resultado	16.580
Contribuições da patrocinadora e saldos no período	(16.584)
Passivo atuarial líquido no final do período	**500.604**
Outras Contribuições	12.010
Total	**512.604**
Circulante	40.995
Não Circulante	471.609
	512.604

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible]

As receitas reconhecidas são como seguem:

	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]

Na demonstração do resultado as receitas foram registradas na rubrica "Custo de Operação".

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	31/03/2008	31/12/2007
Reserva Global de Reversão - RGR	[illegible]	[illegible]
Taxa de Fiscalização da ANEEL	[illegible]	[illegible]
Conta de Consumo de Combustível - CCC	[illegible]	[illegible]
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	[illegible]	[illegible]
Total	35.026	33.128

(18) PROVISÕES PARA CONTINGENCIAS

[illegible]

	[illegible]				[illegible]			
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação dos saldos no trimestre findo em 31 de março de 2008 é como segue:

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Contingências - Nota	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Depósitos Judiciais [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade. Os detalhes da natureza das provisões para contingências e depósitos judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

Perdas possíveis: A Sociedade é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de exito são possíveis, devida a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas, e por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2008 estavam assim representadas: (i) trabalhistas no montante de R$ 52.270 (R$ 94.954 em 31 de dezembro de 2007); (ii) cíveis, representado basicamente por danos pessoais e majoração tarifária no montante de R$ 63.179 (R$ 57.823 em 31 de dezembro de 2007); e (iii) fiscais, principalmente relacionados a Imposto de Renda, FINSOCIAL e PIS e COFINS no montante de R$ 14.975 (R$ 14.949 em 31 de dezembro de 2007).

A Administração da Sociedade baseada na opinião de seus assessores legais entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

(19) OUTRAS CONTAS A PAGAR

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

Anual - Valores Expressos em Mil Reais

	Consolidado		Não Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	719.148	17.781	17.315	16.453

(20) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

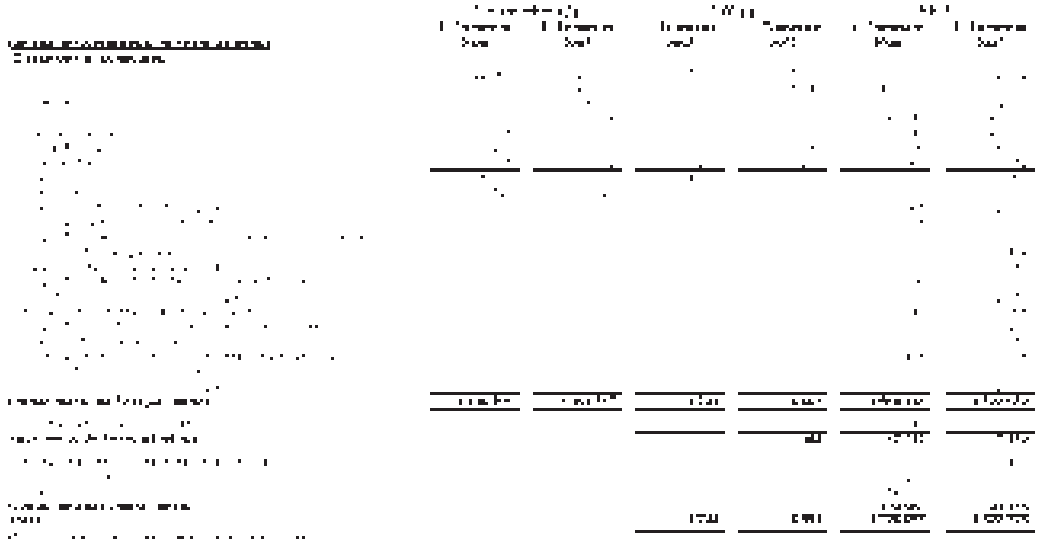
A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Sociedade em 31 de março de 2008 está assim distribuída:

31/03/2008 - Quantidade de Ações

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais "A", "B" e "C"	Total	
[illegible]	270.540	629.330	900.270	100,00
Membros do Conselho de Administração	0		0	
Ações em Tesouraria	-	-	-	
Total	270.540	629.330	1.000.000	100,00

(21) RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88



[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]

Na trimestre foi solicitado e registrado uma recontabilização na CCEE, aumento de venda de curto prazo de R$ 17.749 (nota 31.2)

(22) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

01382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CNPJ 33.050.196/0001-88

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
Energia Comprada para Revenda	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
Subtotal			[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal			[illegible]	[illegible]
Total			[illegible]	[illegible]

[illegible]

(23) DESPESAS OPERACIONAIS

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
Despesas com Vendas		
Pessoal	5.147	3.195
Material	166	133
Serviços de Terceiros	9.120	8.112
Provisão para Devedores Duvidosos	1.744	5.521
Depreciação e Amortização	223	170
Taxa de Arrecadação	5.538	5.418
Outros	(13)	
Total	20.625	24.599
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	12.365	9.266
Material	526	506
Serviços de Terceiros	15.240	15.310
Arrendamento e Aluguéis	202	173
Depreciação e Amortização	2.161	1.571
Publicidade e Propaganda	(118)	452
Legais, Judiciais e Indenizações	2.044	(510)
Encargos, Contribuições e Subvenções	766	752
Outros	3.355	4.130
Total	36.581	31.704
Outras Despesas Operacionais		
Taxa de Fiscalização	2.720	2.439
Total	2.720	2.439
Total Despesas Operacionais	59.926	58.742

(24) RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - Valores [illegible]

	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
Receitas		
Receita de Aplicações Financeiras	10.805	8.020
Acréscimos e Multas Moratórias	14.979	13.330
Atualização de Créditos Fiscais	347	774
Atualização de Depósitos Judiciais	10.222	-
Atualizações Monetárias e Cambiais	2.640	74
Reembolso/Ressarcimento PIS/COFINS	8.051	10.240
Desagio na Aquisição de Direito de ICMS	1.707	1.680
Reembolso/Ressarcimento Tarifário Financiamento [illegible]	-	8.200
Outras	6.745	6.356
Subtotal	55.635	57.014
Juros Sobre o Capital Próprio		
Total	**55.635**	**57.014**
Despesas		
Encargos de Dívidas	(40.759)	(32.542)
Despesas Bancárias	(309)	(5.684)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(8.585)	(8.967)
Outras	(11.293)	(7.673)
Subtotal	(60.947)	(73.866)
Total	**(60.947)**	**(73.866)**
Resultado Financeiro Líquido	(5.312)	(16.852)

(25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

25.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, a distribuição de energia a consumidores finais. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios estão ligados nas camadas aos riscos de flutuação das taxas de câmbio e juros, crédito, escassez de energia e aceleração de dívidas. A Companhia gerencia esses riscos de modo a poder [illegible] através do mecanismo da compensação (COFINS), da contratação de operações de swap, da adoção de políticas de cobrança, retenção de garantias e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes e monitoramento de obrigações contratuais.

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

25.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Em 31 de março de 2008, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade estão assim valorizados:

- Disponibilidades – os valores demonstrados nos balanços patrimoniais estão próximos aos valores de mercado (nota 4);
- Ativos e Passivos Regulatórios – os valores estão registrados conforme critérios definidos por regras ou orientações da ANEEL (nota 3);
- Empréstimos e Financiamentos – registrados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na nota 13;
- Debêntures – podem ser negociadas no mercado e estão registradas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, de acordo com as características definidas na nota 14.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade, comparados aos valores de captação de mercado conforme definido acima, nas datas base em 31 março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, são como seguem:

	31/03/2008		31/12/2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente, comparação com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento do trimestre, bem como comparações com parâmetros médios de mercado. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da CESP, a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

(26) MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO – ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 - LEI 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigência para de 1º de janeiro de 2008.

CO382-4 COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO E CIA - CNPJ 33.050.196/0001-88

Anual - Valores Expressos em Milhares

A Sociedade exclusivamente para atendimento das disposições contidas na Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008 realizou análises dos impactos causados pela Lei nº 11.638/2007 em suas demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre de 2008. Essas análises não podem ser utilizadas como indicativo definitivo sobre quais serão os impactos destas Demonstrações caso tenham aplicados em sua integralidade os pronunciamentos do IASB.

As principais modificações oriundas da Lei com vigência a partir de 2008 e os impactos para a Sociedade estão descritos a seguir:

- Bens mantidos relevantemente instrumentos financeiros derivativos: Ativos serão contabilizados a valor de mercado.

  Em 31 de março de 2008 o impacto do registro de instrumentos derivativos líquido dos impostos na Patrimônio Líquido e Lucro Líquido do período será uma redução de R$ 4.050 e R$ 335, respectivamente. A diferença existente entre o valor ajustado registrado no Patrimônio Líquido e o valor registrado no Lucro Líquido do período referem-se ao ajuste acumulado de períodos anteriores na data base 31 de dezembro de 2007. Os efeitos de valorização a mercado dos derivativos encontram-se divulgados na nota explicativa nº 25.

- Obrigatoriedade de registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade ou exercidos de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e a posse dos bens, como por exemplo o leasing financeiro.

  A Sociedade estima não haver impactos relacionados ao registro de leasing em suas demonstrações financeiras.

- Ativos e passivos financeiros de taxas de longo prazo e os de curto prazo quando relevantes devem ser ajustados a valor presente quando as taxas forem relevantes.

  A administração da Sociedade baseada nos pronunciamentos emitidos pela CVM acredita não haver ajustes significativos a serem apurados nas Demonstrações Financeiras Trimestrais divulgadas.

- Restrição do uso do ativo ativando as despesas pré-operacionais e aos gastos no ativo imobilizado relacionados à preparação.

  A administração da Sociedade acredita não haver ajustes significativos relacionados à aplicação deste tópico.

- Consolidação de ativos e passivos ao respectivo valor de mercado em operações de incorporação fusão ou cisão entre partes não relacionadas e ampliação à noção transferência de controle.

  A Sociedade não realizou transações desta natureza neste trimestre.

Adicionalmente, a Sociedade (i) não possui investimentos em coligadas e controladas, (ii) não realizou transações que envolvessem prêmios recebidos na emissão de debêntures, doações ou subvenções para investimento, (iii) não adota como prática contábil a reavaliação de ativos, e (iv) não possui remuneração baseada em ações.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e revera todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

Os efeitos da aplicação da nova Lei sobre as Informações Trimestrais da Sociedade foram avaliados com base na legislação e normas regulamentares existentes nesta data, e poderão ainda ser alterados em função de regulação a ser emitida pelos órgãos competentes.

(27) EVENTOS SUBSEQUENTES

27.1 - Aumento de Capital Social

Através AGO/E de 04 de abril de 2008, foi aprovado o aumento de Capital Social da Sociedade no montante total de R$ 35.324 referente à capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2007, com emissão de 35.324.231 ações sendo 13.104.195 ações ordinárias e 22.220.036 ações preferenciais.

27.2 – Distribuição de Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio

Na AGO/E de 04 de abril de 2008 foi aprovada a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R$ 420.929 referente ao lucro líquido do exercício de 2007.

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

01382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CNPJ 33.050.196/0001-88

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2008 E DE 2007

	[illegible]	[illegible]
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
CAIXA GERADO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	[illegible]	[illegible]
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	[illegible]	[illegible]

DISPONIBILIDADES	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldo Legislação Societária	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldo Ajustado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

CODESC-C COMPANHIA DESCRITIVA DE GÁS E LUZ - CNPJ 33.050.196/0001-88

Anual - Valores Expressos em Mil (R$)

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 MARÇO DE 2008 E DE 2007

(Em Milhares de Reais)

	31/01/2008	31/01/2007
1 - Receitas	8.795.599	8.617.070
1.1 Receita de Venda de Energia e Serviços	8.[illegible]	8.[illegible]
1.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	[illegible]	[illegible]
1.3 Receitas Relativas à Construção	[illegible]	[illegible]
2 - Insumos	(893.646)	(971.839)
2.1 Custo de Energia Comprada	([illegible])	([illegible])
2.2 Serviços de Terceiros	(83.310)	(116.373)
2.3 Materiais	(7.[illegible])	(5.[illegible])
2.4 Outros	(22.[illegible])	(25.[illegible])
2.5 Custo de Construção [illegible]	(1[illegible])	(1[illegible])
3 - Valor Adicionado Bruto (1+2)	901.953	915.231
4 - Retenções	144.534	141.486
4.1 Depreciação e Amortização	144.534	141.486
5 - Valor Adicionado Líquido Gerado (3+4)	857.419	903.745
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	55.635	97.011
6.1 Receitas Financeiras	55.[illegible]	97.[illegible]
7 - Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	913.054	1.000.756
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	33.[illegible]	33.[illegible]
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	243.[illegible]	245.[illegible]
8.3 Juros e Aluguéis	93.[illegible]	97.[illegible]
8.4 Juros sobre Capital Próprio	[illegible]	[illegible]
	913.054	1.000.756

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPEL 33.050.196/0001-88

v7.41 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO EXERCÍCIO

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário do desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações	1º Trimestre		
	2008	2007	Variação
RECEITA BRUTA	1.796.036	1.622.578	10,68
Fornecimento de Energia Elétrica	1.672.340	1.583.302	5,61
Suprimento de Energia Elétrica	17.795	7.220	146,52
Outras Receitas Operacionais	105.901	32.056	17,35
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(629.917)	(573.543)	9,82
RECEITA LÍQUIDA	1.167.119	1.048.995	11,41
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(758.874)	(649.185)	16,87
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(654.179)	(575.503)	13,67
Encargos de Transmissão, de Transporte e de Distribuição	(94.695)	(73.682)	28,51
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(142.935)	(140.039)	1,94
Pessoal	56.547	45.126	15,32
Participação dos Empregados e Provisão	16.560	9.006	84,00
Materiais	17.334	16.341	14,03
Serviços de Terceiros	33.268	33.304	8,77
Depreciação e Amortização	41.100	36.387	4,02
Outras	18.426	20.720	11,15
RESULTADO DO SERVIÇO	283.606	339.600	21,91
RESULTADO FINANCEIRO	15.312	(16.852)	98,48
Receita	56.515	50.370	11,42
Despesa	(41.203)	(33.518)	11,42
Receita/Despesa Financeira	16.312	16.852	88,48
RESULTADO OPERACIONAL	298.918	322.958	10,42
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.227	1.063	21,07
Receita	1.620	569	84,28
Despesa	(393)	(138)	1284,48
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	281.040	324.017	19,27
Contribuição Social	24.082	29.909	10,98
Imposto de Renda	72.470	77.217	19,27
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	173.062	213.417	19,27
EBITDA	251.505	371.250	21,44

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

(Cont - COMENTARIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA Versão: 1)

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2009 foi de R$ 1.796.055 mil, 10,7% (R$ 173.477) maior que a receita obtida no mesmo período do exercício anterior. Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- O Reajuste Tarifário Médio de 7,06% aplicados a partir de abril de 2007;
- Aumento de 3,1% no fornecimento de energia elétrica; e
- Registro de R$ 17,7% na venda de energia no CCEE, relacionada à revisão tarifária.

Quantidade de Energia Vendida

A quantidade de energia vendida para consumidores cativos no período foi 2,1% maior quando comparada com o trimestre do ano anterior.

As classes residencial e comercial apresentaram crescimento de 4,9% e 4,1% respectivamente enquanto a classe industrial manteve-se praticamente estável.

Cabe ressaltar o crescimento de consumo na área de concessão da Sociedade foi de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Dedução da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2009 foram de R$ 329.947, apresentando um acréscimo de 5,0% (R$ 35.456) em relação ao mesmo trimestre de 2008. O aumento deveu-se à variação da Receita Bruta, compensado parcialmente pela redução dos encargos do CCC.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

No 1º trimestre de 2009, o Custo do Serviço de Energia Elétrica ficou de R$ 758.374, apresentando um aumento de 35,2% (R$ 209.919) em relação ao ano anterior.

Além dos efeitos da variação da quantidade de energia adquirida de 5,29% e do reajuste dos preços, o custo com energia elétrica teve os seguintes impactos:

- Adição de energia de R$ 88.825, relacionada aos descontos negativos de sobrecontratação, basicamente explicado pelos ajustes efetuados em função da revisão tarifária (ver nota 3h.3);
- Amortização da Parcela A, relacionada a energia comprada e encargos, iniciada neste trimestre no valor de R$ 59.335 (ver nota 3e);
- Os efeitos da reconciliação de R$ de 2005 e 2006 efetuadas no ano anterior quando do reajuste tarifário de 2007, que gerou um efeito adicional de CVA de R$ 177.710 e um passivo regulatório - devolução ao consumidor de R$ 50.035 (redução de custo líquido de R$ 70.075 naquele ano - ver nota 3h);

CO382-4 COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO E CIA - CNPJ 33.050.196/0001-88

(Cont) - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA No trimestre

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R$ 142.336 no 1º trimestre de 2008, apresentando um acréscimo de 1,84% (R$ 2.601) quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Os principais efeitos desse grupo devem-se principalmente a:

- Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, material, serviços de terceiros e outros que totalizaram o montante de R$ 117.727 no 1º trimestre de 2008, com aumento de 7,4% (R$ 8.060) em relação ao mesmo período de 2007. Esta variação deve-se principalmente a despesa com pessoal, basicamente em função da provisão de despesas com PIS e COFINS da Fundação CESP (passivo) pelos mantenedores (R$ 3.079). As demais despesas operacionais, a atividade de distribuição de energia elétrica são coerentes com a inflação do período.

- Entidade de Previdência Privada

O Plano de previdência apresentou receita no valor de R$ 16.530, acréscimo de R$ 7.574 quando comparado com o mesmo período do ano anterior, principalmente em função do reconhecimento normal esperado sobre os ativos do plano, conforme definido no Laudo Atuarial.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido desse trimestre apresentou uma despesa (R$ 11.560), inferior à apresentada no mesmo período do exercício anterior.

Este efeito no resultado financeiro decorre principalmente da redução dos encargos de dívidas vendo como fator amortizador a redução no custo da dívida, pela redução das principais taxas referenciais (principalmente a descontinuidade de aplicação da CPMF acrescida à redução nas despesas bancárias da Sociedade.

Lucro Líquido e EBITDA

Com base nos fatores expostos acima, com ênfase ao efeito de R$ 89.060 (R$ 41.203 líquido dos impostos), referente aos ajustes de sobrecontratação de energia, o lucro líquido apurado no 1º trimestre de 2008 apresentou redução de 19,4%.

O EBITDA ajustado (lucro líquido antes do resultado financeiro, provisão de renda e contribuição social, depreciação, amortização e entidade de previdência) para o 1º trimestre de 2008 foi de R$ 281.600, sendo 21,2% inferior ao EBITDA ajustado para o mesmo período de 2007 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

[illegible]	[illegible]
[illegible]	2
[illegible]	CVM/SRE/DEB/2004/019
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	SIMPLES
[illegible]	PÚBLICA
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	SEM PREFERÊNCIA
[illegible]	[illegible]
[illegible]	
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	
[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01/01/2024	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	33.641.663/0001-44

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

	32
	4
	15/04/2024
	15/04/2029
	15/04/2024
	SEM PREFERÊNCIA
	IPCA + 6,9800 a.a.
	10.000,00
	320.000
	320.000
	0
	0
	0
	0
	15/04/2029

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

[illegible]	03
[illegible]	2
[illegible]	CVM/SRE/DEB/2006/046
[illegible]	14/12/2006
[illegible]	[illegible]
[illegible]	SIMPLES
[illegible]	PÚBLICA
[illegible]	01/12/2006
[illegible]	01/12/2010
[illegible]	SUBORDINADA
[illegible]	[illegible] CDI
[illegible]	
[illegible]	10.000,00
[illegible]	540.000
[illegible]	64.000
[illegible]	64.000
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	
[illegible]	[illegible]

CO382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

30100 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Balanço Social Trimestral / 2008 / 2007 [^]

Impresso : DFP - Companhia Paulista de Força e Luz

1 - Base de Cálculo	4º Trimestre 2008 (Valores em Mil Reais)	4º Trimestre 2007 (Valores em Mil Reais)
	1.161.915	1.000.000
	362.215	329.812
	8,53%	10,10%

2 - Indicadores Sociais Internos	Anexo	4º Trimestre 2008	Acumulado 2008	Valores	4º Trimestre 2007	Acumulado 2007
	7.2.1	0,62%	0,62%	1.000	0,09%	0,09%
	12.1.1	20,44%	20,44%	11.000	32,20%	32,20%
	9.1.1	11,80%	11,80%	9.000	6,00%	6,00%
	9.2.1	10,64%	10,64%	2.000	5,00%	5,00%
	8	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
	7.3.1	0,10%	0,10%	321	0,10%	0,10%
	8	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
	7.4.1	0,11%	0,11%	100	0,10%	0,10%
	10.1	0,21%	0,21%	81	0,11%	0,11%
	9.3.1	0,13%	0,13%	1.000	0,00%	0,00%
	7.5.1	0,01%	0,01%	39	0,00%	0,00%
	24.1.1	31,30%	31,30%	20.321	53,40%	53,40%

3 - Indicadores Sociais Externos	Anexo	4º Trimestre 2008	Acumulado 2008	Valores	4º Trimestre 2007	Acumulado 2007
	8	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
	7.1.1	0,00%	0,00%	321	0,00%	0,00%
		0,00%	0,00%	100	0,00%	0,00%
	8	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
	8	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
	7.6.1	0,01%	0,01%	80	0,00%	0,00%
	8.1.1	0,11%	0,11%	800	0,00%	0,00%
	8.2.1	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
	8.3.1	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

4 - Indicadores Ambientais	Anexo	4º Trimestre 2008	Acumulado 2008	Valores	4º Trimestre 2007	Acumulado 2007
	7.7.1	0,21%	0,21%	100	0,10%	0,10%
	7.8.1	0,13%	0,13%	131	0,10%	0,10%
	8.4.1	1,00%	1,00%	1.000	0,00%	0,00%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	4º Trimestre 2008	4º Trimestre 2007
	1.000	1.000
	90	91
	1.000	1.000
	20	20
	800	800
	100	100
	0,00%	0,00%
	0,00%	0,00%
	1,00%	1,00%
	80	80

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	4º Trimestre de 2008	4º Trimestre de 2007
	31,00	31,00
	4	4

	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas
	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas
	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas
	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas
	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas
	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas
	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas
	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas	Metas	Metas Atingidas	Metas não atingidas

7 - Outras Informações

Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial

[illegible]
Companhia Paulista de Força e Luz
Campinas - SP

1 Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia Paulista de Força e Luz, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de resultados, dos lucros e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as notas explicativas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.

2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu principalmente: (a) na indagação e discussão com os principais responsáveis pelos aspectos contábeis, financeiros e operacionais da Companhia quanto aos critérios e práticas contábeis adotados na elaboração das informações intermediárias e (b) na revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a posição patrimonial e as operações da Companhia.

3 Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de que devam ser feitas modificações relevantes que devam ser feitas nas informações contábeis acima referidas para que estejam de acordo com as normas específicas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das informações trimestrais, incluindo a Instrução CVM 469/08.

4 Conforme mencionado na nota 2 - Base de preparação de 28 de dezembro de 2007 foi aprovada a Lei nº 11.638 que entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Esta Lei altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, e estabelece novos critérios contábeis para a elaboração das demonstrações financeiras. Em decorrência, a CVM aprovou a Instrução CVM nº 469/08, que estabelece critérios de julgamento e exigências de divulgação para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de companhias abertas. Essas normas são aplicáveis a partir de 2008, sendo que a primeira aplicação da Instrução CVM nº 469/08, que trata da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de companhias abertas, requer que as demonstrações financeiras de 2007 sejam reapresentadas para fins de comparação. Assim, as informações contábeis contidas nas ITR do 1º trimestre de 2008 foram elaboradas de acordo com as instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações de práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

[illegible] Pág: 28

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.050.196/0001-88

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVAS

- Conforme mencionado na Nota Explicativa 3 - item de 3 [illegible] informações [illegible] - [illegible] decorrente [illegible] revisão tarifária pendente [illegible] contra [illegible] [illegible] em caráter provisório, [illegible] tarifário da Companhia em 13,01% a ser aplicado para o período a partir de 8 de abril de 2008. Os possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva [illegible] serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subsequentes.

- A administração [illegible] das [illegible] de caixa [illegible] para o [illegible] em 31 de março de 2007, apresentadas para fins [illegible] foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram [illegible] relatório de revisão especial sem ressalvas, datado de 24 de abril de 2007.

Campinas, 19 de maio de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC [illegible]

[illegible]
Contador CRC [illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

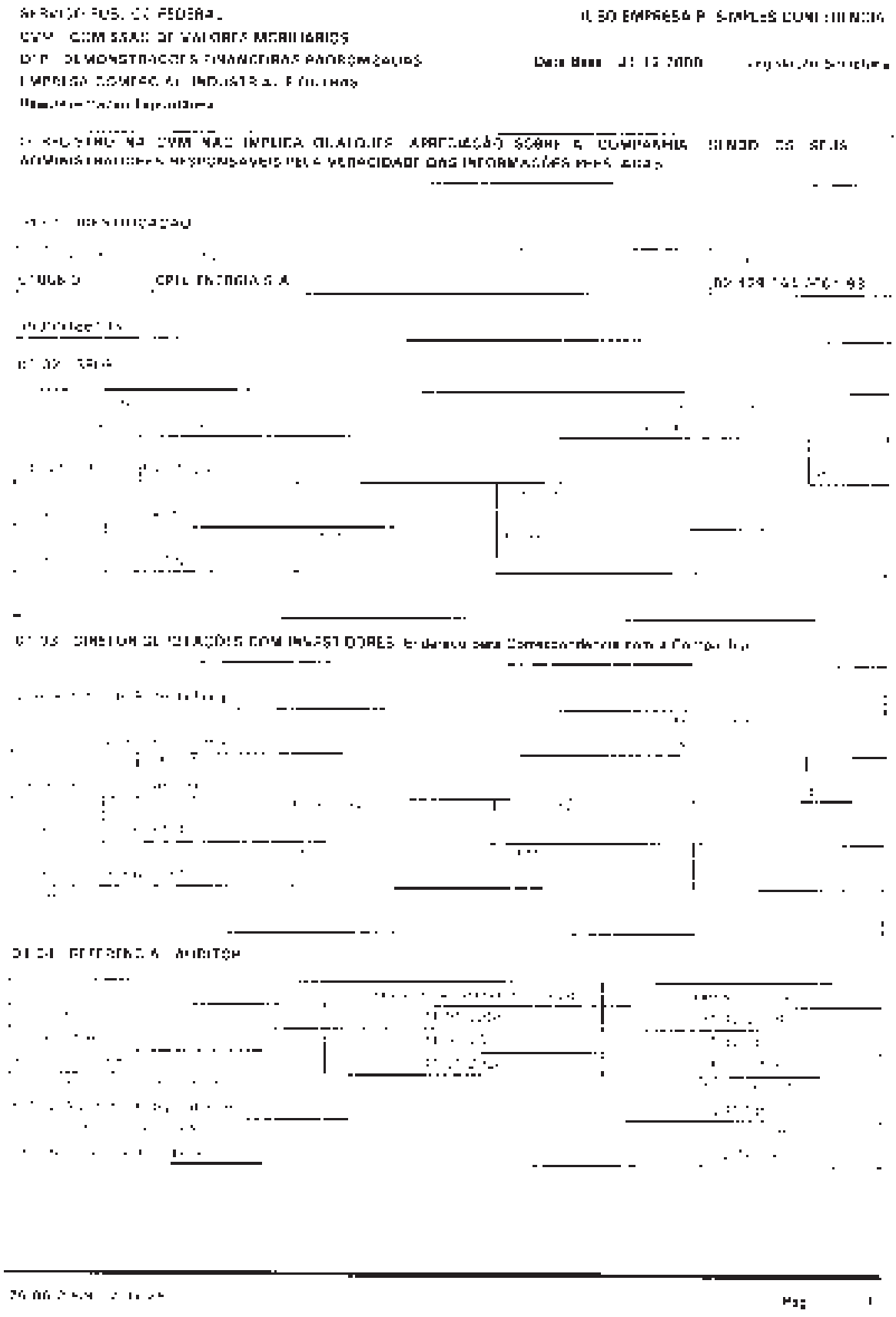
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	[illegible]

ÍNDICE

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	01	[illegible]	
01	02	[illegible]	[illegible]
01	03	[illegible]	[illegible]
01	04	[illegible]	[illegible]
01	05	[illegible]	2
01	06	[illegible]	2
01	07	[illegible]	2
01	08	[illegible]	2
01	09	[illegible]	3
01	10	[illegible]	4
02	01	[illegible]	5
02	02	[illegible]	[illegible]
03	01	[illegible]	9
03	01	[illegible]	12
04	01	[illegible]	41
14	01	[illegible]	44
20	01	[illegible]	45
21	01	[illegible]	48-49

- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL — USO EMPRESA P. SIMPLES CONFIDENCIAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS — Data Base: 31.12.2000 — Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL INDUSTRIAL E OUTRAS

Reprodução Expressa

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

CLASSE D — CPFL ENERGIA S.A. — 02.429.144/0001-93

01.02 - SEDE

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

01.04 - REFERÊNCIA - AUDITOR

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Capital Integralizado

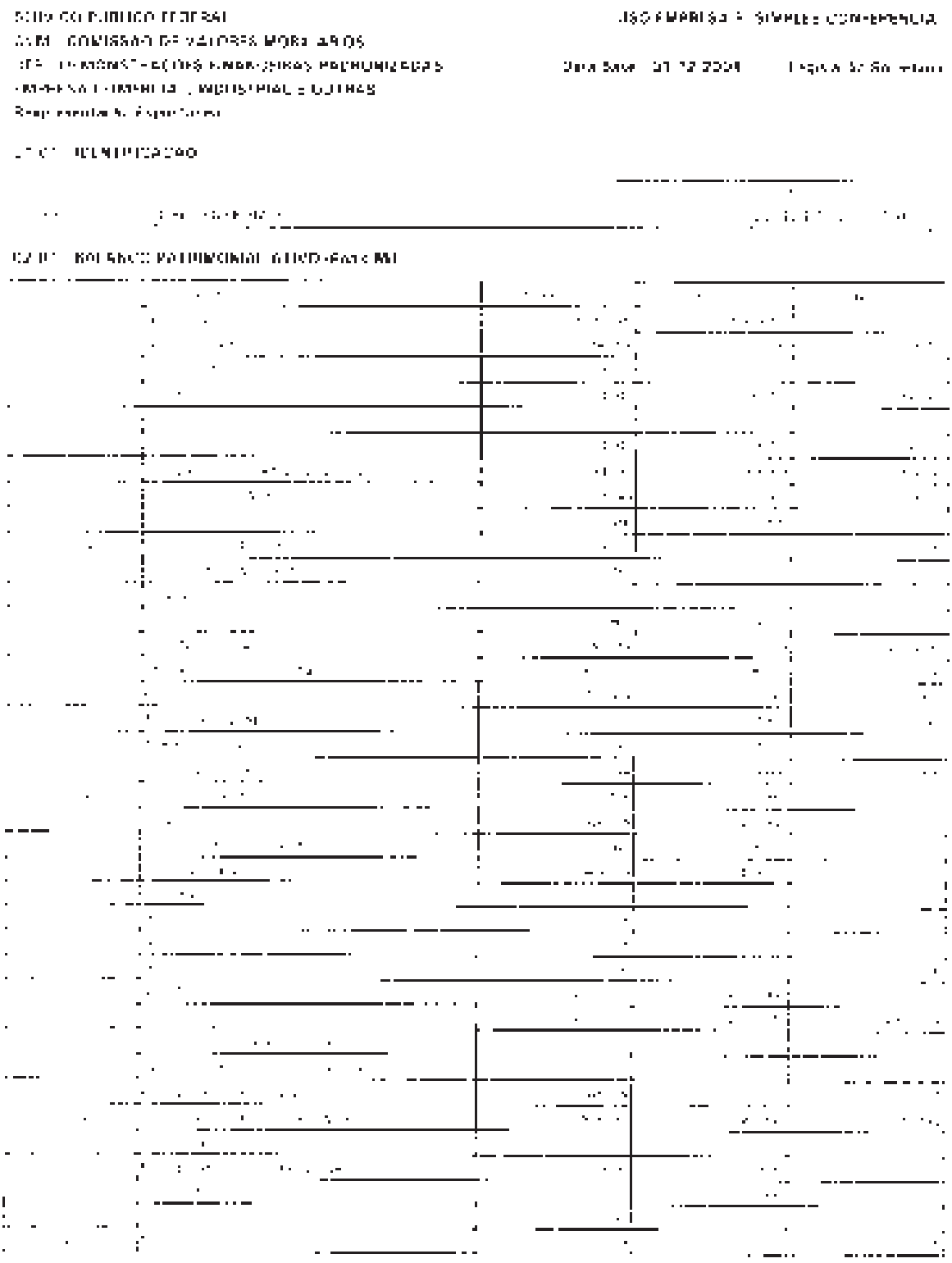
2 - Em Tesouraria

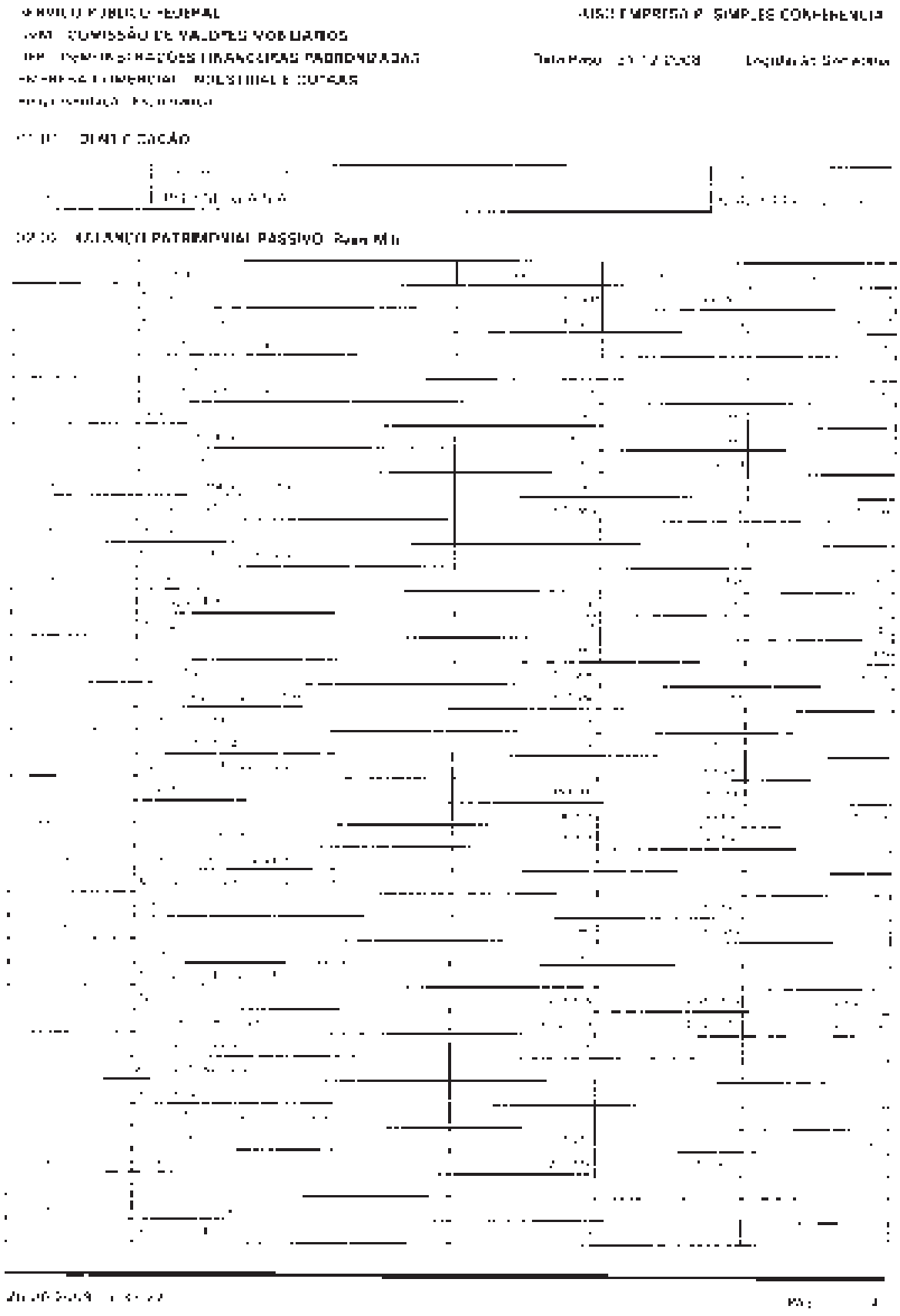
01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

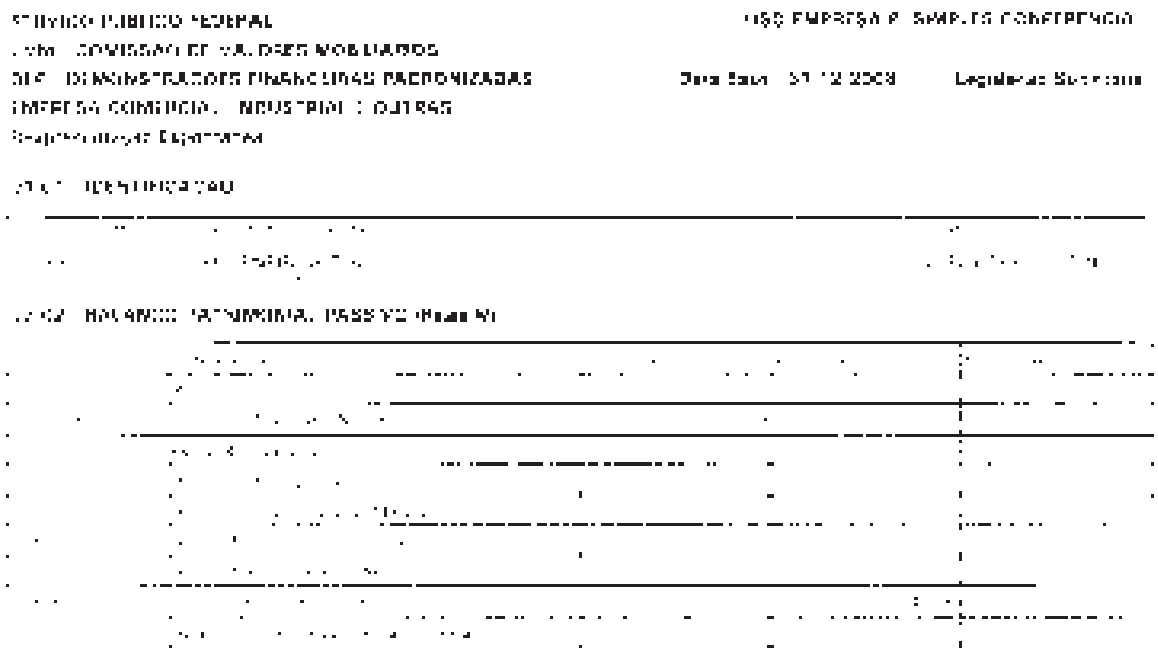
01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

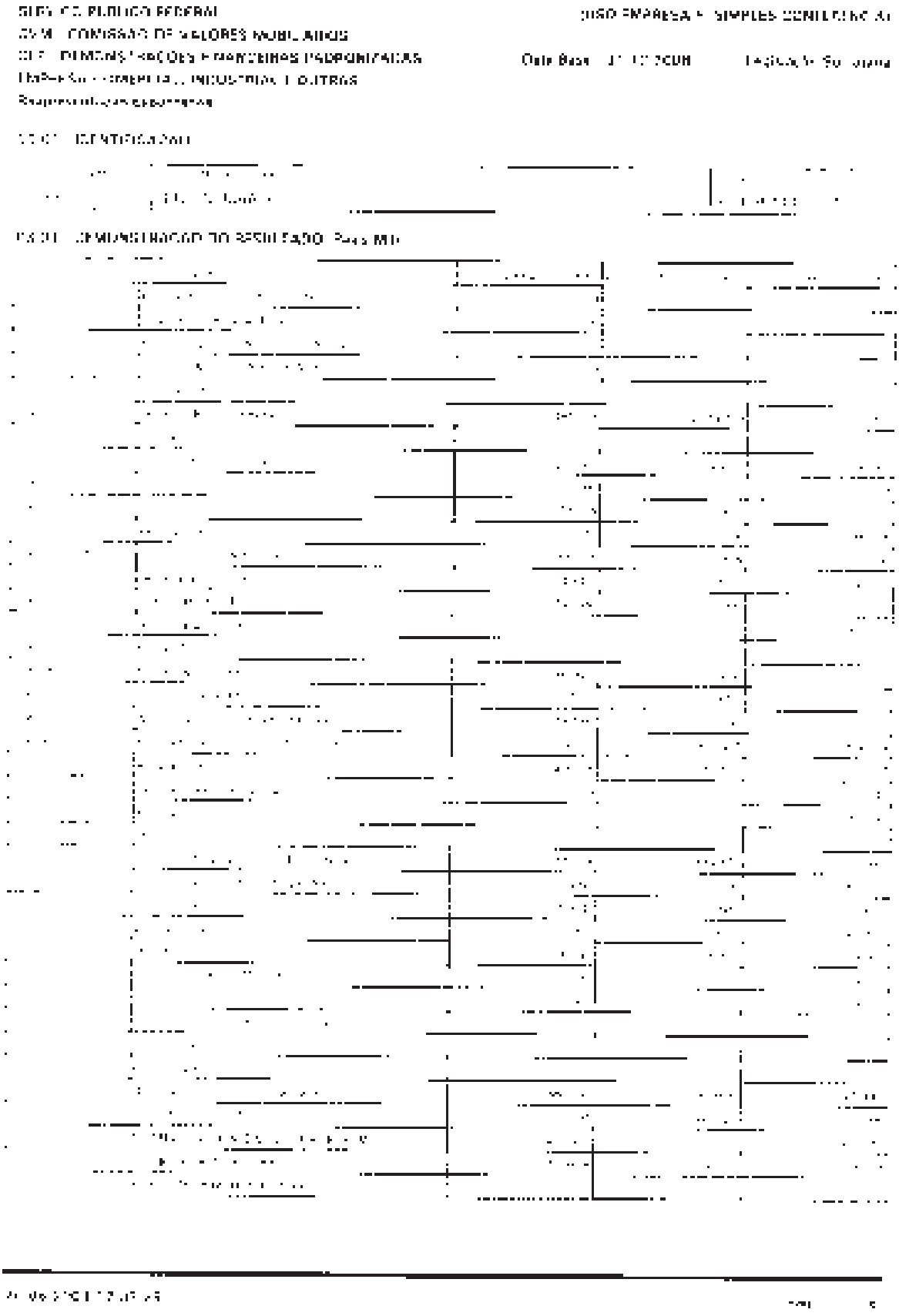
01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES







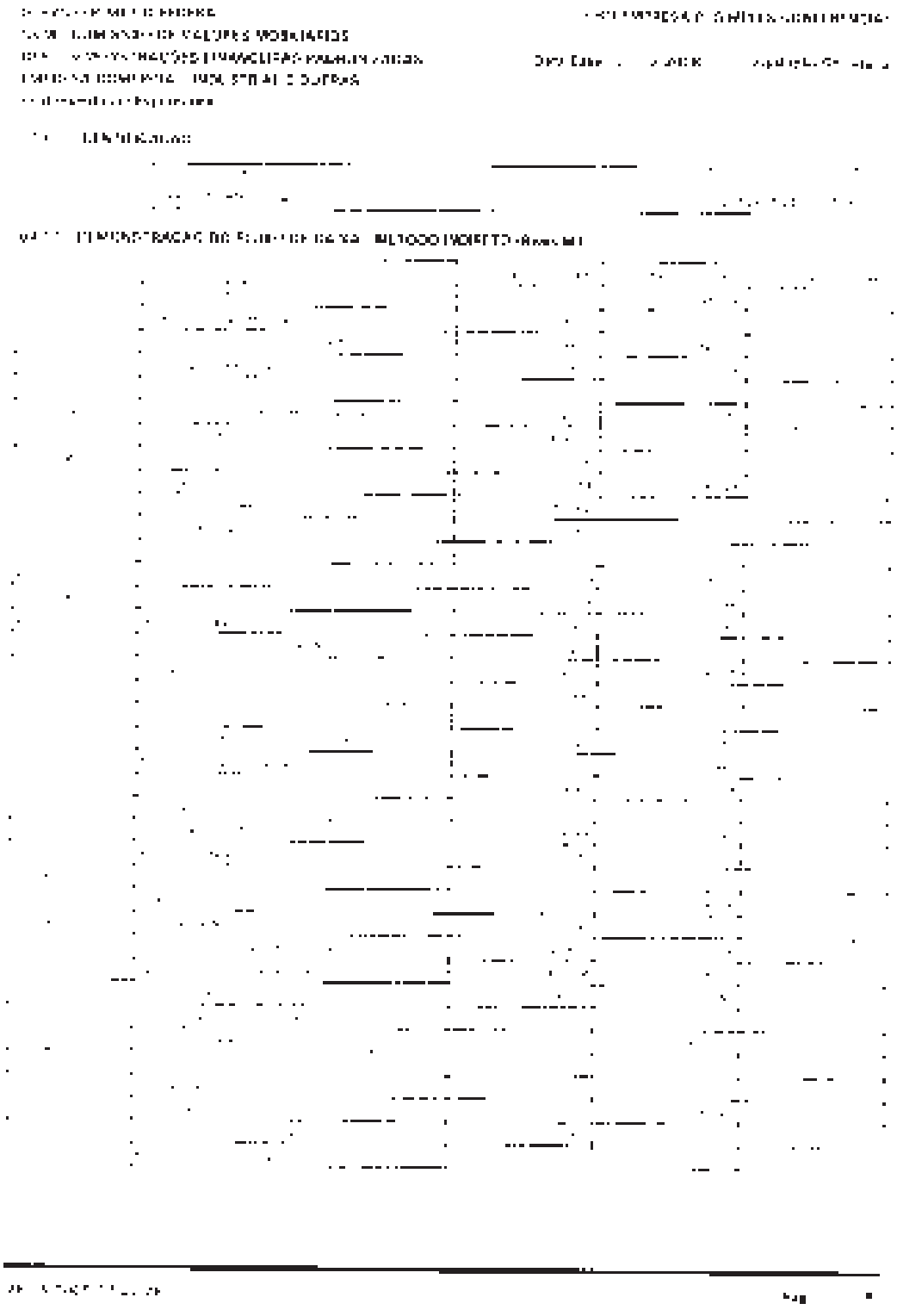


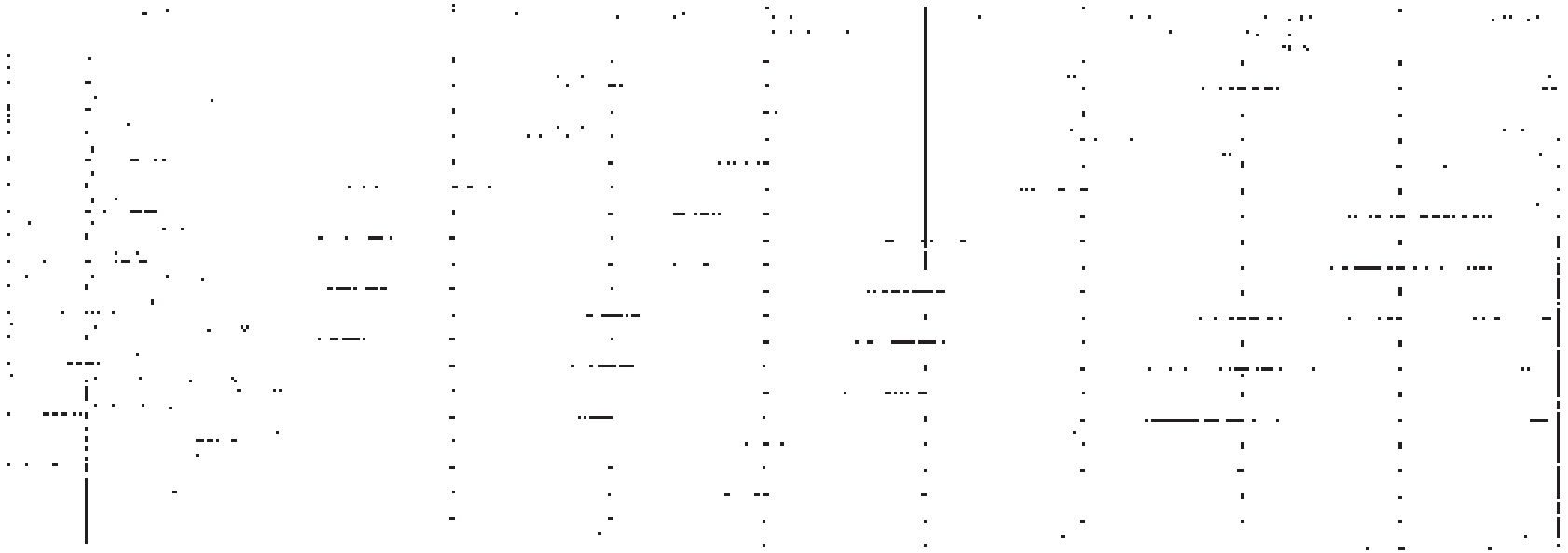
[illegible] IDENTIFICAÇÃO

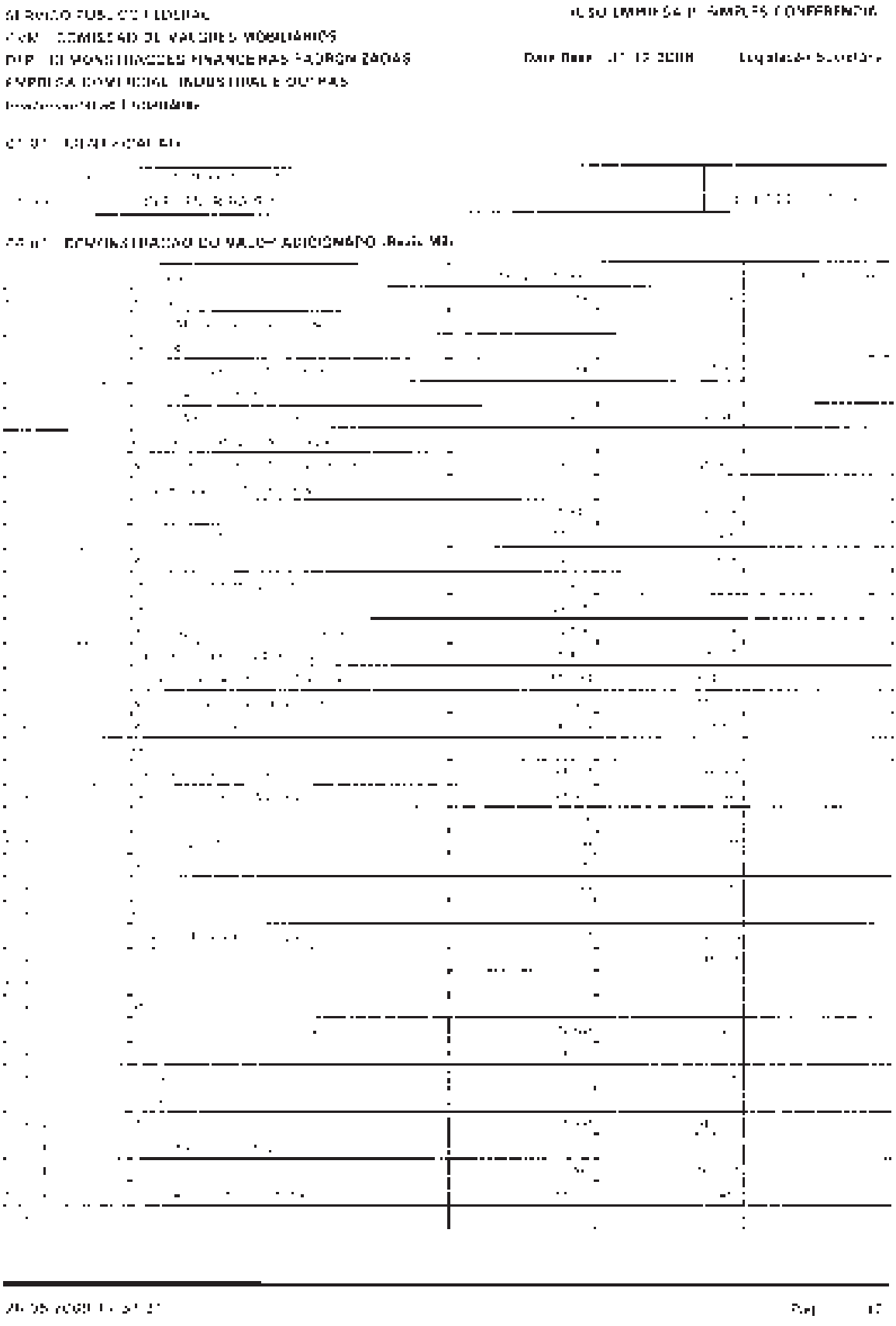
[illegible]

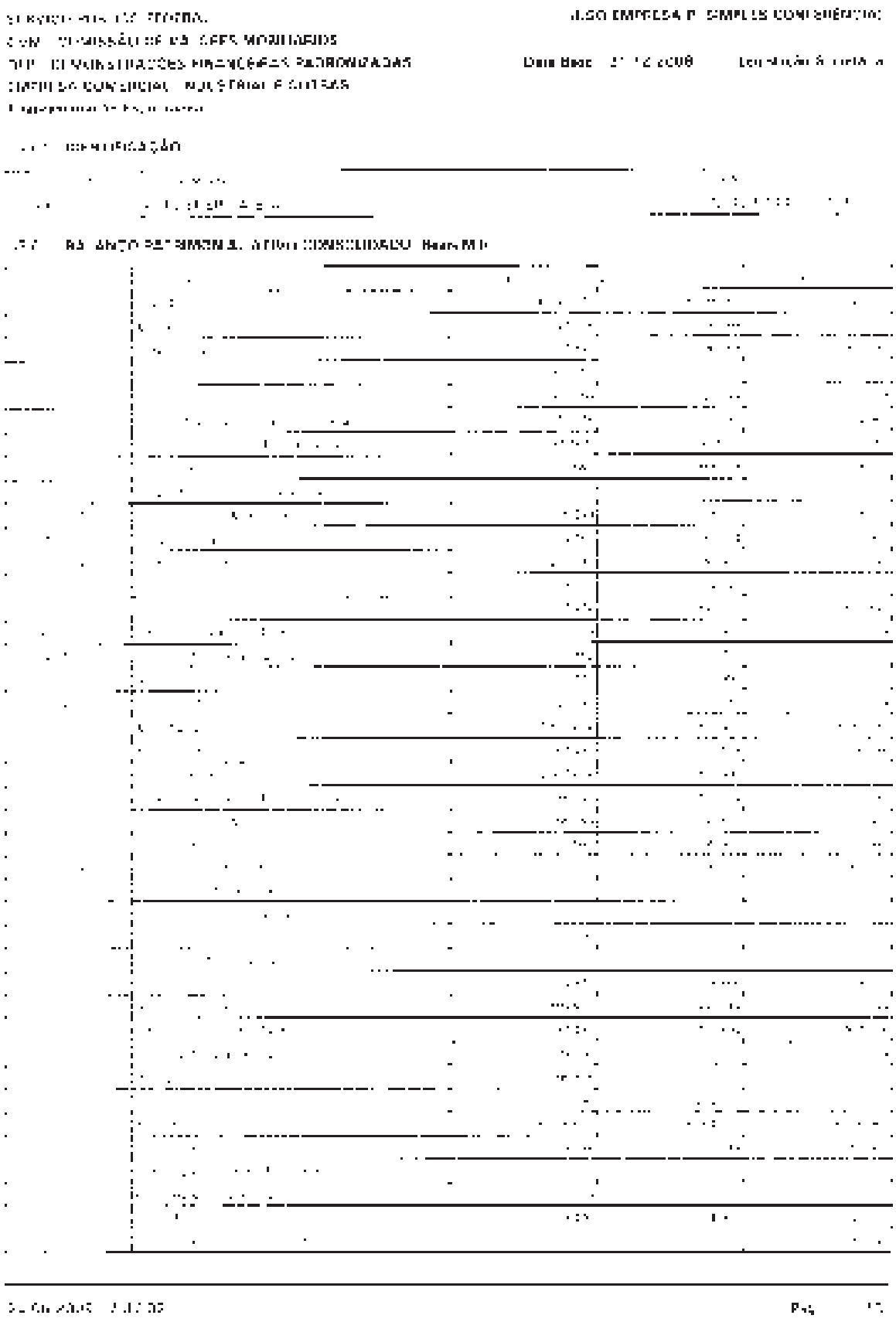
[illegible] DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Reais Mil

[illegible]









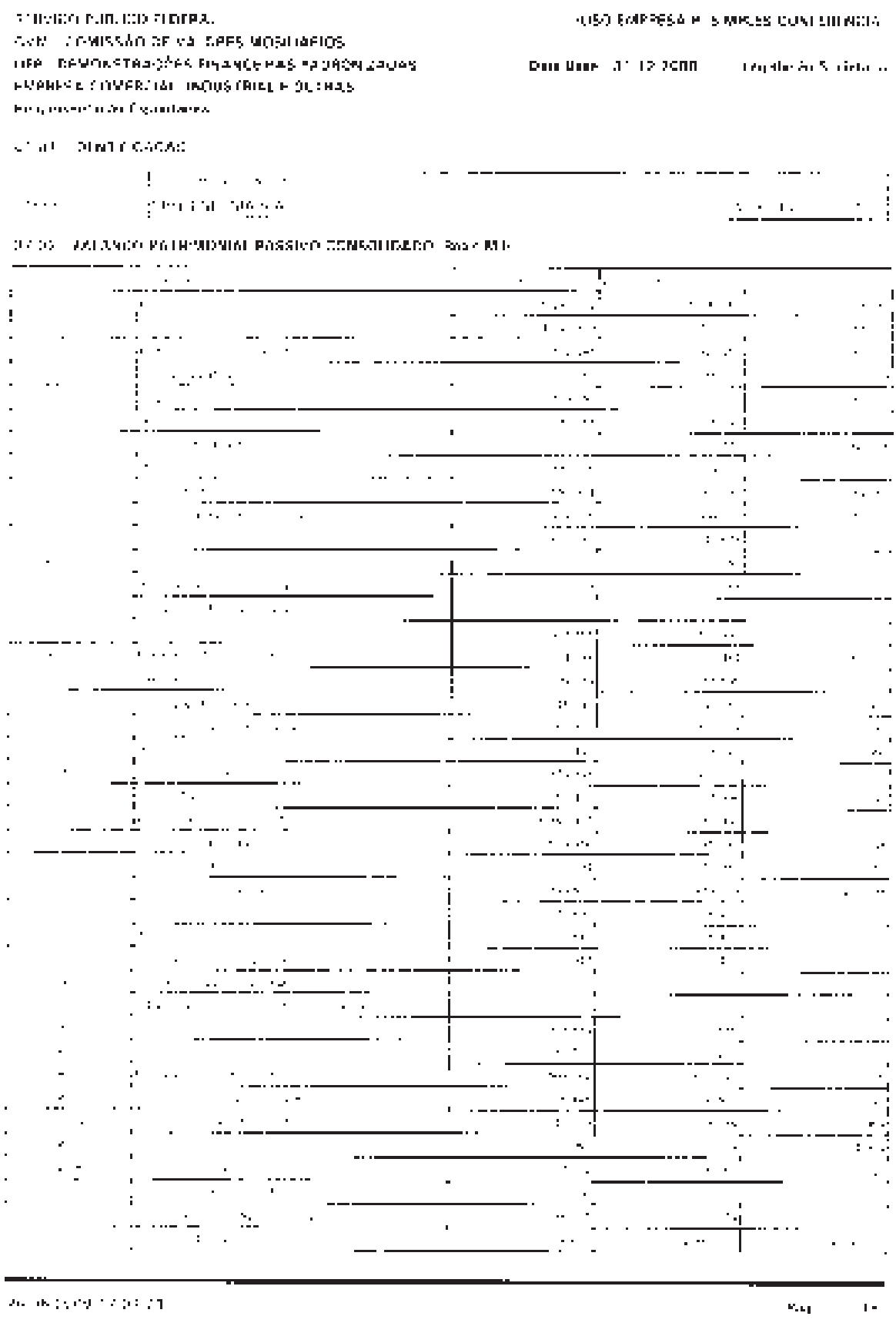
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL USO EMPRESA P. STAPLES CONFERÊNCIA
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS Data Base - 01.12.2008 Tecnologia Sudeste
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Responsável de Departamento

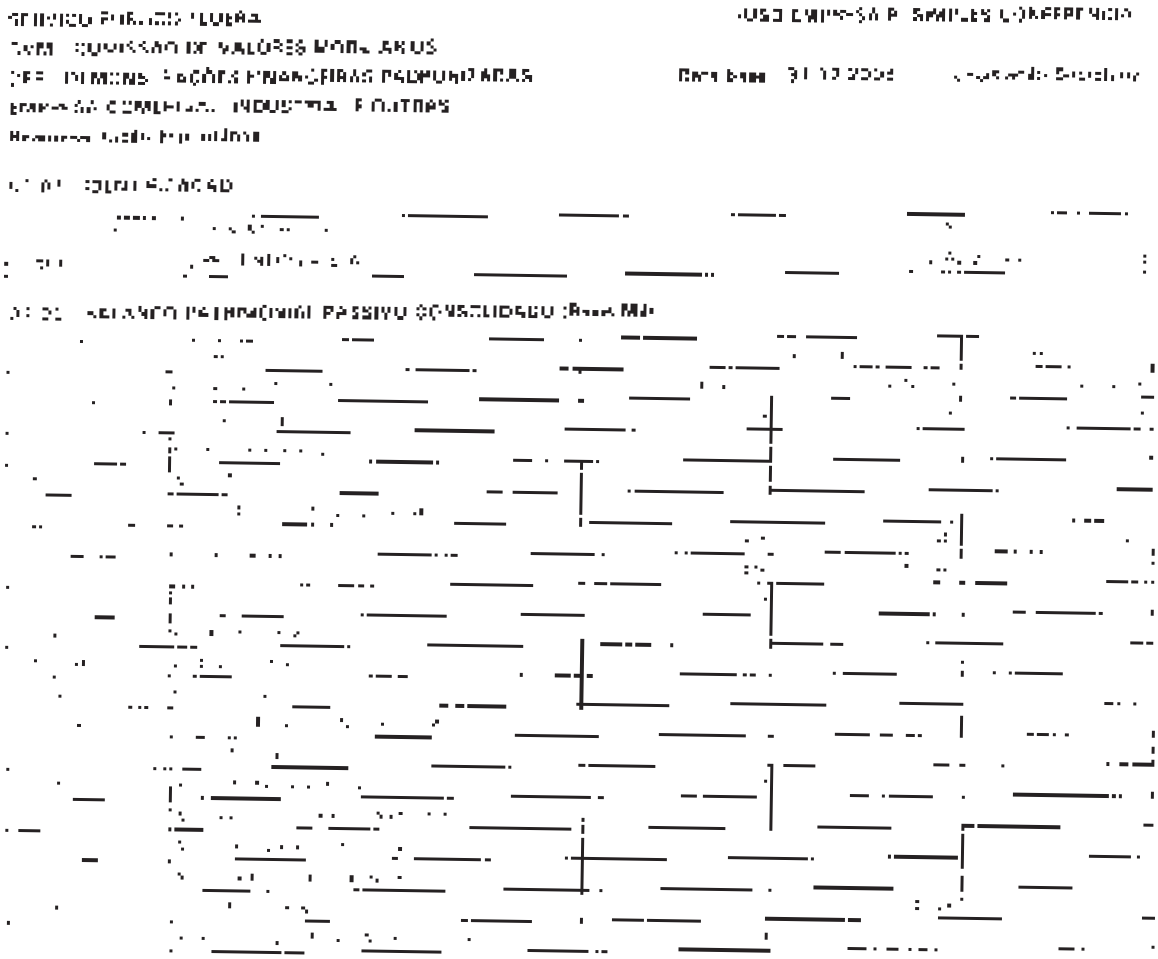
01.01 - IDENTIFICAÇÃO

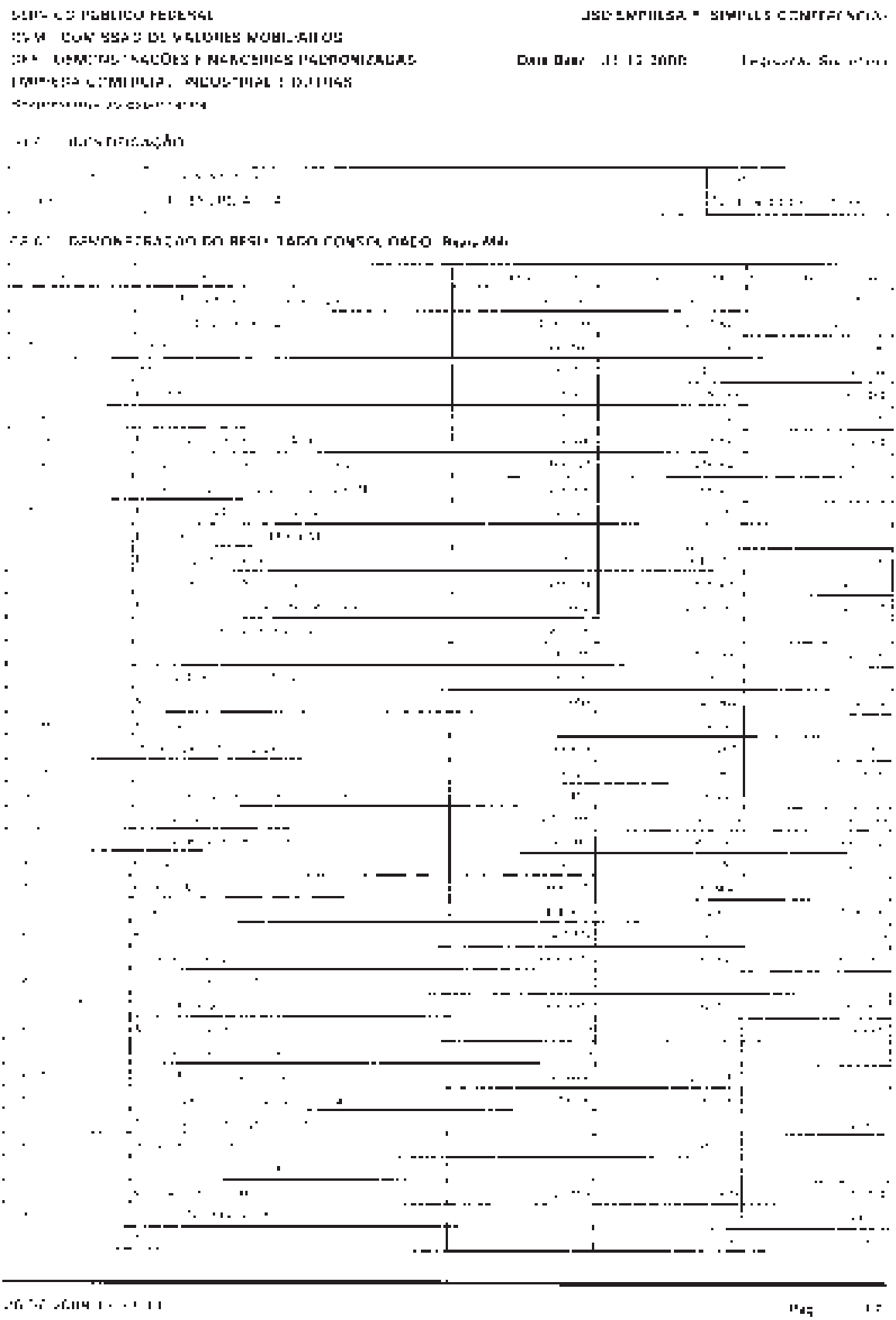
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

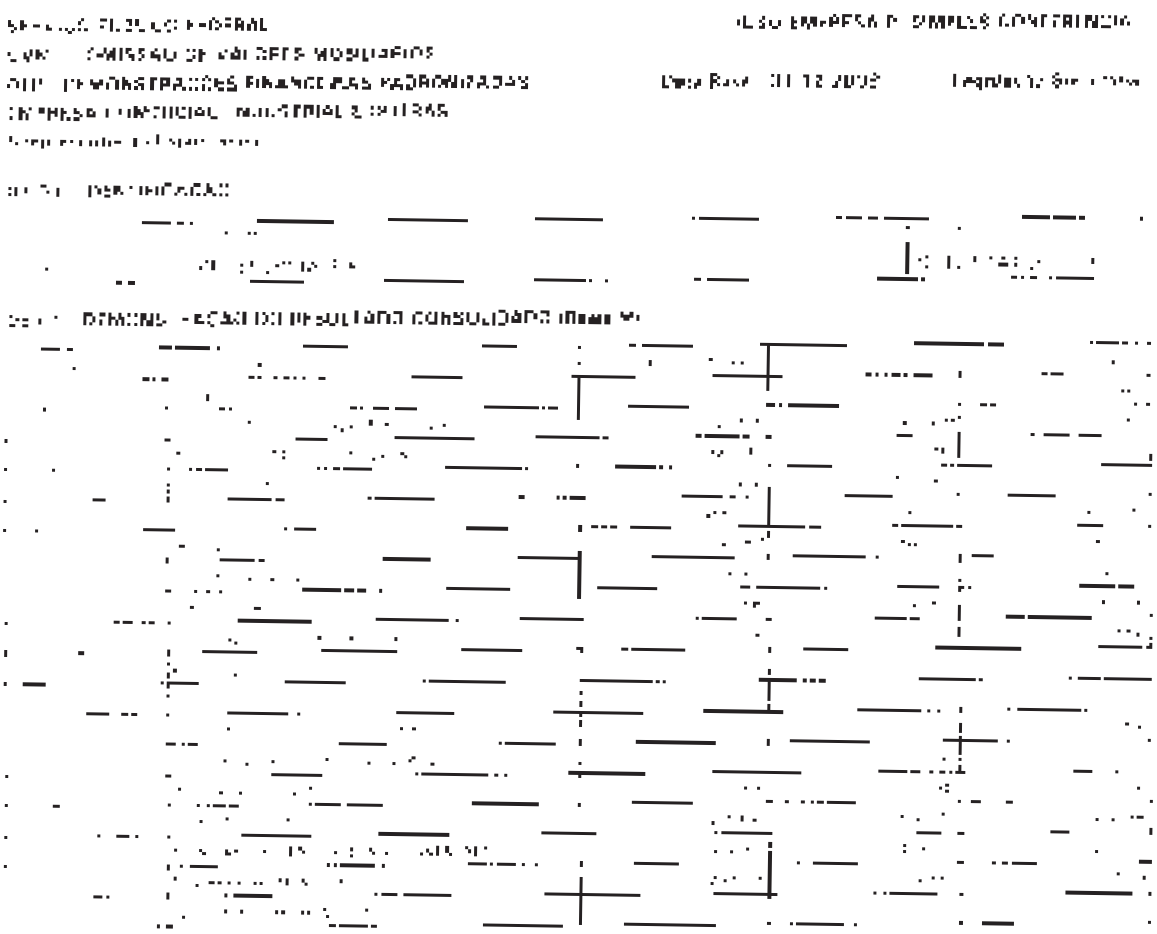
02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

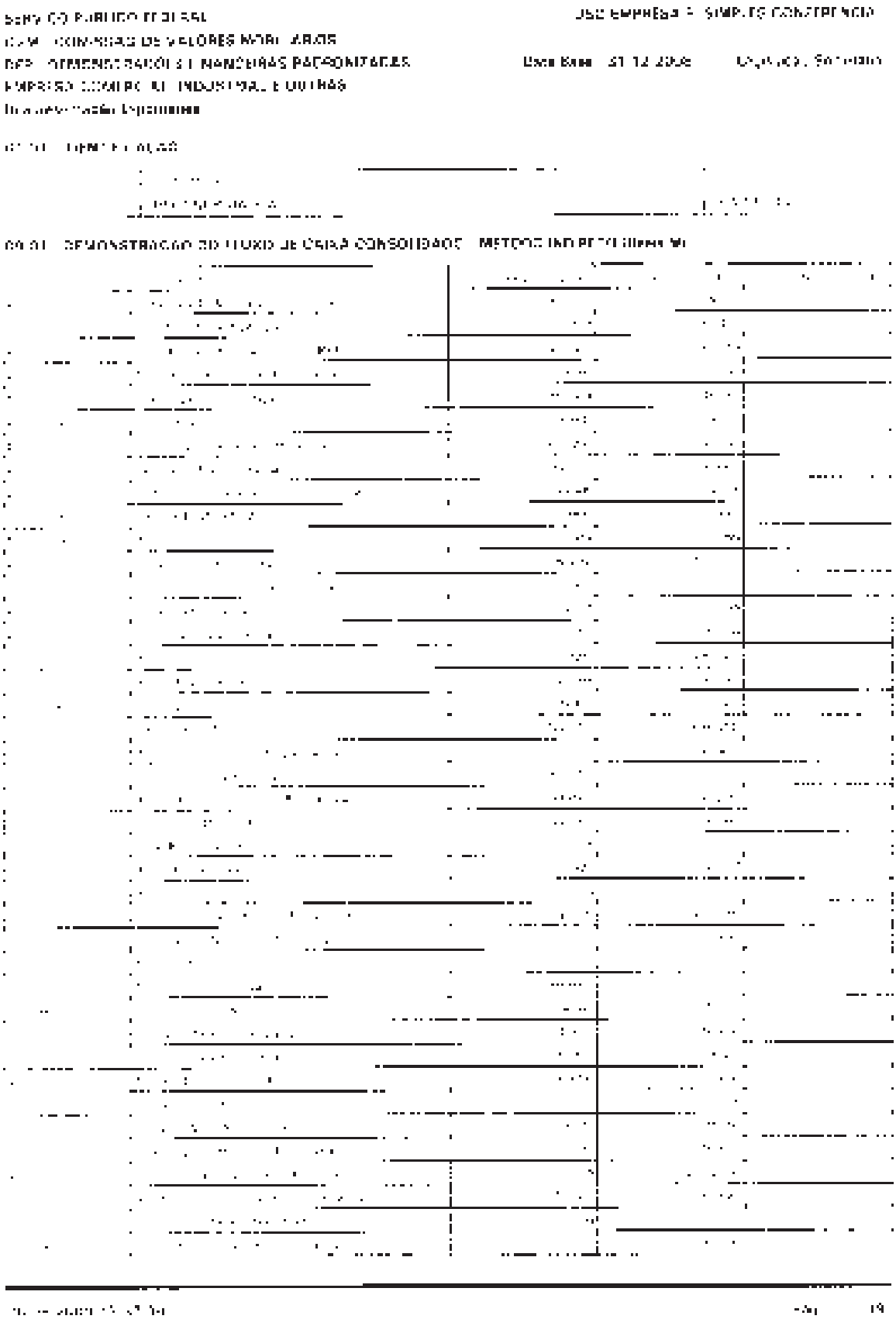
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

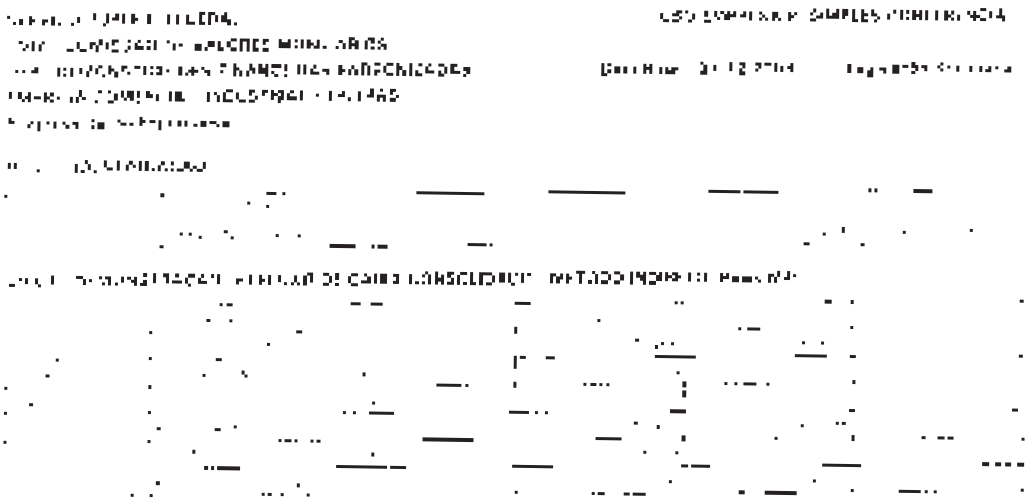


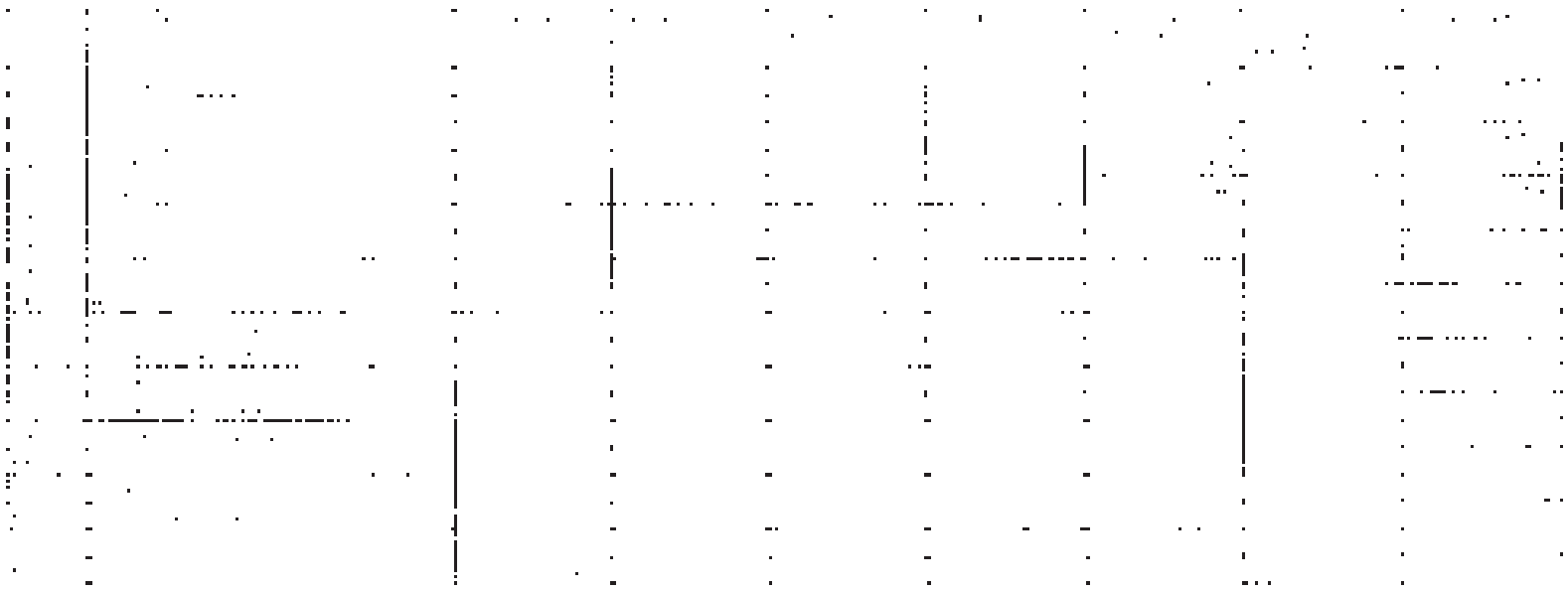


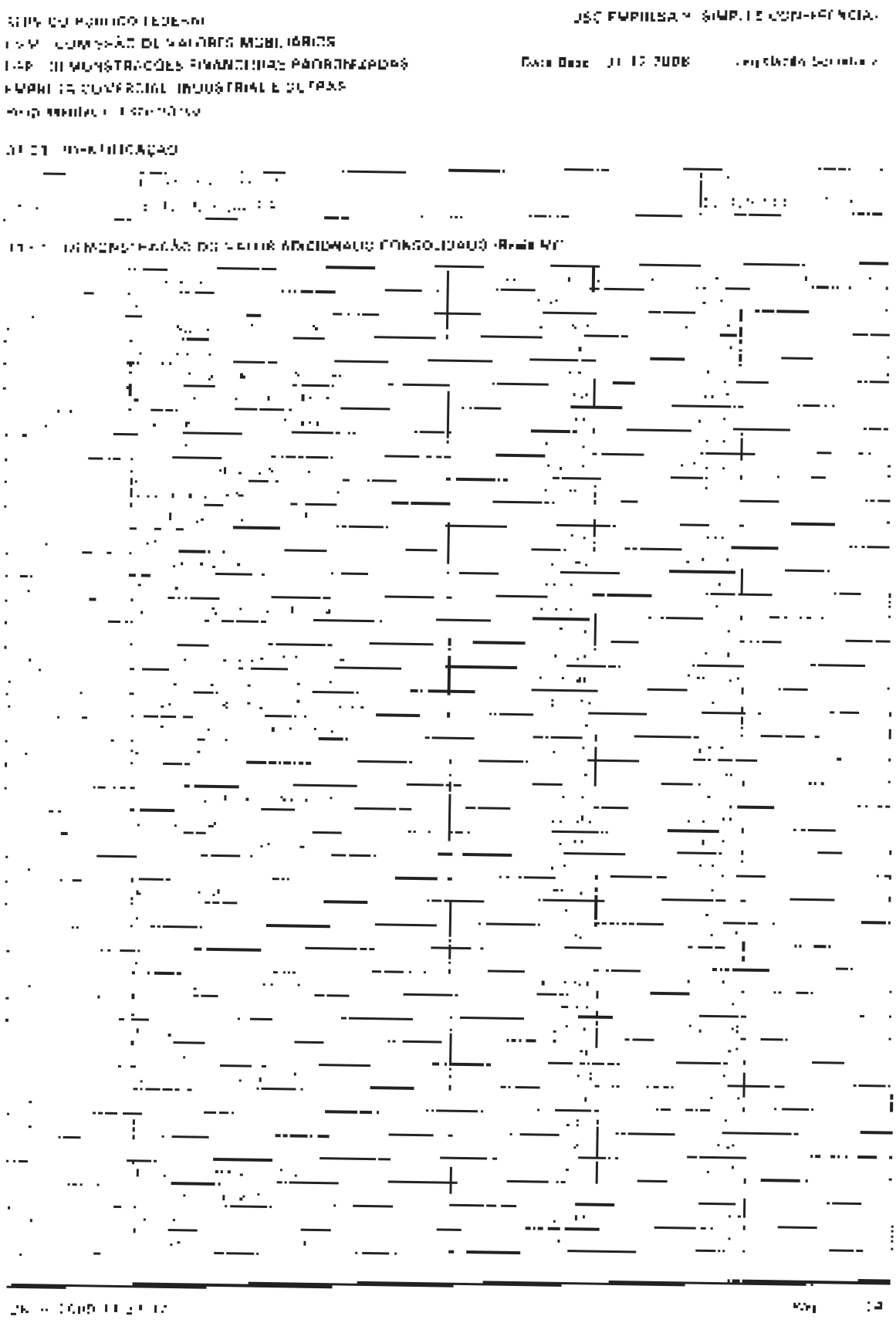


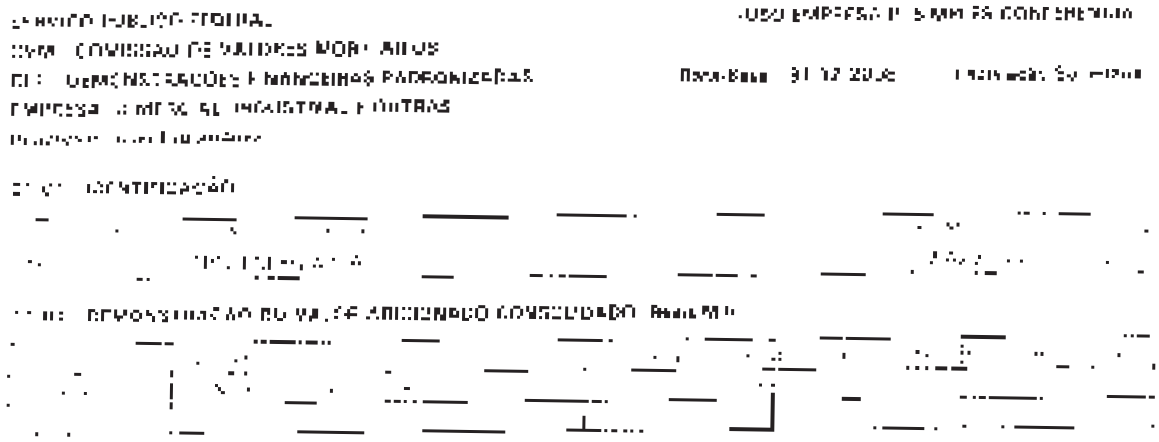












0.000.000 CIA. BARRETA S.A. 02.479.146/0001-92

[2.01] PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas da
CIA. BARRETA S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da CIA. BARRETA S.A. e controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados com base em julgamento profissional, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CIA. BARRETA S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado consolidado de suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 25 de março de 2009

12 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVAS

1 - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações explicativas.

2 - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 - Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Administração da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

4 - Conforme descrito na Nota Explicativa 1.1, em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19), a Companhia adotou uma série de medidas para preservar a saúde de seus colaboradores e manter a continuidade de suas operações. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

5 - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. As responsabilidades que temos de acordo com essas normas estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas emitidas pela CVM aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuidade operacional da Companhia e pela adequada divulgação, quando aplicável, de assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a menos que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar a descontinuidade operacional.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará uma distorção relevante quando ela existir. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as explicações sobre a estratégia, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) e a apreciação dos Senhores e Senhoras da Administração sobre as demonstrações financeiras da Companhia com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Todas as comparações nos textos deste Relatório levam em conta a mesma base de dados para os números de 2008, exceto quando for expressamente mencionado.

1. Considerações Iniciais

Em 2009, a CPFL Energia atingiu bons resultados em todos os segmentos de atuação, consolidando sua posição de liderança por meio da diversificação de portfólio de negócios e de fornecimento de energia nas operações. Destacamos a construção da UHE Foz do Chapecó, a UHE Castro Alves, com 130 MW, e a primeira unidade geradora da UHE Baesa, com 69 MW, ambas de propriedade da CPFL Geração de Energia S.A. (CPFL Geração), que ampliaram a potência instalada em empreendimentos próprios em operação em 2009. Em 2010, a UHE Foz do Chapecó, com 855 MW, e a UHE Barra Grande, com 690 MW, também em operação, ampliaram a capacidade instalada do grupo em mais de 1.500 MW.

Ainda no segmento de geração, a reestruturação dos ativos adquiridos entre 2008 e 2009 também foi importante para o fortalecimento da posição competitiva da CPFL Geração, por meio da qual adicionamos, em agosto de 2009, por meio de investimento direto em uma planta de geração de energia a gás natural, a UTE Alto Taquari, com capacidade total de 45 MW, cuja energia é comercializada no mercado livre, e, a partir de abril de 2010, mais uma usina térmica a gás natural, a UTE Araucária, com 484 MW, também no mercado livre.

As operações de energia da CPFL Brasil, na área de concessão, totalizaram 7.000 GWh em 2009, com crescimento de 2,5 % em relação a 2008, dos quais 1.700 GWh foram atendidos por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) de vendas para clientes livres. Em 2010, a CPFL Brasil atingiu 7.332 GWh, registrando crescimento de 5,1 %, com destaque para o crescimento do consumo dos clientes residencial (6,0 %), industrial (3,7 %) e comercial (6,5 %). Novos segmentos mantiveram a trajetória de crescimento, ao passo que o mercado de livre comercialização atingiu a marca de 4.4 milhões de megawatts, com a inclusão de 100 mil novos unidades consumidoras.

15.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[illegible] nossa atuação na venda de energia para [illegible] contratos bilaterais, com venda total de 8.904 GWh. [illegible] no mercado nacional, com [illegible] participação de [illegible]. Desenvolvemos [illegible] uma estratégia consistente de venda de serviços de valor agregado [illegible] cujos resultados vêm experimentando crescimento consistente nos últimos anos.

Esse desempenho, juntamente com a gestão permanente dos custos e despesas [illegible] das despesas financeiras e da busca permanente por [illegible] de eficiência e produtividade, permitiram à CPFL Energia a obtenção de [illegible] expressivo [illegible] 2008 [illegible] após o [illegible] das [illegible] do Grupo. A Receita Bruta foi de R$ 14.172 milhões, com crescimento de [illegible] EBITDA alcançou R$ [illegible] milhões, com redução de [illegible] e o Lucro Líquido alcançou R$ 1.278 milhões, com redução de [illegible].

[illegible], ainda, uma parcela de nossa agenda corporativa na formalização do Planejamento Estratégico para o período de 2009 a 2013, por meio do qual foram [illegible] as bases para o crescimento e o fortalecimento dos negócios nos próximos [illegible] anos. Revisamos, ainda, a estrutura organizacional e o modelo de gestão, em linha com as diretrizes de Governança Corporativa da CPFL Energia e aperfeiçoamos os mecanismos de controle internos. Foram revisados o Posicionamento e a Arquitetura de Marcas e os Direcionadores Estratégicos – Visão, Missão e Princípios, que [illegible] cultura e as práticas organizacionais nas empresas do Grupo. Também [illegible] ações visando à redução de custos operacionais, [illegible] no primeiro semestre de 2008. Em [illegible] a Universidade Corporativa CPFL, instrumento fundamental para o desenvolvimento [illegible] competências estratégicas para os negócios e para [illegible] desenvolvimento de pessoal.

[illegible] é importante destacar que foi amplamente reconhecido pelo mercado e [illegible] demais públicos de relacionamento da CPFL Energia o compromisso com a [illegible] de uma cultura organizacional sólida, baseada em diretrizes diferenciadas de Governança Corporativa. No início do ano, a CPFL Energia obteve o Rating AA+ de Governança Corporativa da agência Austin Rating, [illegible] empresa brasileira desde 2005, quando a avaliação [illegible]. A CPFL Energia também foi eleita a Melhor Empresa em Governança Corporativa da América Latina, concedida pela [illegible] e pela [illegible] Management & Excellence, em avaliação de que participaram 50 empresas [illegible]. Em outubro, a CPFL Energia foi a primeira companhia brasileira a receber o [illegible], da [illegible] (IFC), organização ligada ao Banco Mundial, como reconhecimento [illegible] às boas práticas de governança corporativa e aos programas socioambientais [illegible] do Grupo, inclusive por meio de ações que contribuem para o combate [illegible] de energia e para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas [illegible] do aquecimento global.

[illegible], pelo quarto ano consecutivo as ações da CPFL Energia compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da BM&FBovespa, que destaca as empresas que [illegible] a gestão sustentável e integrada dos aspectos econômicos, sociais e ambientais em seus processos de negócios.

14.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

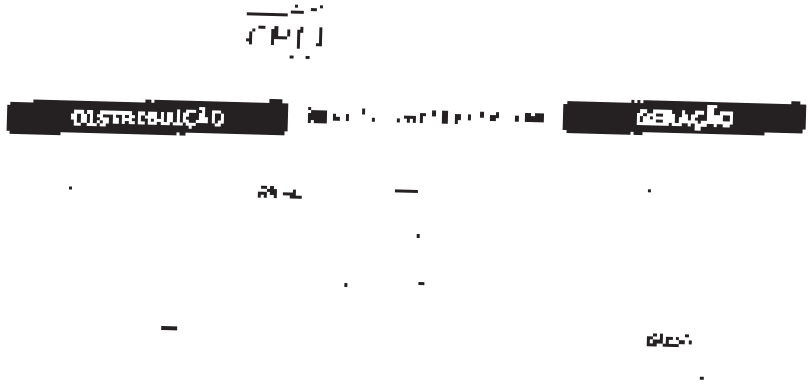
Outros destaques que confirmam o trabalho realizado pela CPFL Energia foram a inclusão, pelo terceiro ano, como "Empresa Modelo" no Guia Exame de Sustentabilidade 2008 e, pelo sétimo ano, no Guia Exame/Você S.A. "Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil". O grupo também obteve, pela segunda vez, destaque na pesquisa realizada pela revista Carta Capital como uma das empresas mais admiradas no Brasil.

Entre as empresas controladas, destaque para a CPFL Paulista, que pela segunda vez venceu o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), o mais importante do País e um dos mais importantes do mundo na área da excelência empresarial. Isso se soma aos [illegible] cinco Prêmios Abradee 2008, conquistados pela empresa, incluindo o de melhor distribuidora do Brasil, entre as empresas com mais de 500 mil unidades consumidoras, e o Prêmio IASC Aneel 2008 – Índice Aneel de Satisfação do Consumidor, na mesma categoria. Outro destaque foi a CPFL Jaguariúna, que conquistou o Prêmio IASC Brasil, referente a 2007, como a melhor concessionária de distribuição de energia do Brasil, segundo pesquisa realizada entre os clientes [illegible] de todas as distribuidoras de distribuição de energia.

Por essas razões, a CPFL Energia agradece o apoio e a confiança demonstrados por seus acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, poder público, órgãos reguladores, organizações da sociedade civil e comunidades de suas áreas de concessão, reafirmando seu compromisso com uma atuação orientada para a criação de valor para seus públicos de relacionamento, consciente de sua responsabilidade de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento do País.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO *(Simplificado)*

A CPFL Energia atua como holding, participando no capital de outras sociedades.



Para mais informações sobre investimentos em sociedades controladas, veja a Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras.

2. Comentário sobre a Conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

[illegible] de 2009 se caracterizou por duas realidades bastante distintas para a economia brasileira. Até setembro, a economia brasileira (e várias outras emergentes) [illegible] crescimento econômico bastante robusto [illegible] se descolando dos países desenvolvidos, que já se [illegible] em forte desaceleração desde o final de 2007 [illegible] Estados Unidos e em vários países da Europa. Após o [illegible] de 2008, o Brasil foi afetado, muito mais por conta de uma crise [illegible] que se instaurou, do que por fatores que nos afetaram em outras crises [illegible] associados a dúvidas com relação à capacidade de solvência das dívidas [illegible] brasileiras.

Assim, o ano de 2009 se inicia com grandes desafios, que levarão algum tempo para

[illegible] RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[illegible] superadas. Mas as [illegible] de solvência da economia brasileira [illegible] parte por conta do expressivo colchão de reservas internacionais [illegible] que a política econômica [illegible] redução de juros [illegible] gastos públicos e corte de impostos, dentre outras [illegible] de modo que [illegible] doméstica tem grandes chances de ser menor [illegible] dos países desenvolvidos.

AMBIENTE REGULATÓRIO

[illegible] pelo processo de Revisão Tarifária das Distribuidoras do Grupo [illegible] 2007. Além desse aspecto, [illegible] do arcabouço regulatório em vigor, representado pelo conjunto [illegible] da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL. Nesse contexto, [illegible] Audiência Pública [illegible] AP nº 052/07, que culminou com a publicação [illegible] Resolução Normativa ANEEL nº [illegible] que trata dos conceitos gerais [illegible] ciclo de revisão tarifária das distribuidoras [illegible] de Resolução Normativa ANEEL nº 234/06 [illegible] investimentos necessários [illegible] Fator X [illegible] cobertura tarifária [illegible] desses ativos. No âmbito da COPEL Energia [illegible] resultados futuros das distribuidoras, [illegible] da COPEL [illegible]

[illegible] a Resolução Normativa nº 345/08, da ANEEL, [illegible] dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema [illegible] Nacional - PRODIST [illegible] o relacionamento entre as distribuidoras de energia [illegible] consumidores [illegible] geradores [illegible] de distribuição [illegible] entre as distribuidoras e a ANEEL [illegible] de informações.

[illegible] Decreto Federal nº 6.353/08 [illegible] regulamenta a [illegible] de energia elétrica de reserva, prevista na [illegible] que trata da [illegible] de energia elétrica, criando as condições para que a ANEEL estabeleça [illegible] de repasse desses custos às tarifas dos consumidores.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Segunda Revisão Tarifária Periódica

- **Em abril de 2008**

A ANEEL [illegible] o resultado provisório da segunda revisão tarifária periódica de [illegible] (CPFL Paulista e RGE) com aplicação a partir de [illegible] de abril [illegible] conforme demonstrado na tabela a seguir:

- **Em outubro de 2008**

[illegible]

- **Em fevereiro de 2009**

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Reajuste Tarifário Anual

- **Em outubro de 2008**

[illegible]

- **Em fevereiro de 2009**

[illegible]

Índice de Reajuste Tarifário (IRT)	CPFL Piratininga	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguariúna			
			CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
Vigência anterior	21/10/2008	03/02/2009	03/05/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009
IRT Econômico	10,92%	16,92%	10,34%	11,01%	11,20%	10,52%
Componentes Financeiros	5,62%	13,09%	2,36%	0,25%	-0,16%	0,09%
IRT Final	16,54%	24,09%	12,84%	11,26%	11,04%	11,34%

Segmento de Geração

[illegible]

3. Desempenho Operacional

VENDAS DE ENERGIA

As vendas de energia no ano de 2008 totalizaram 43.033 GWh (46.475 GWh em 2007, -7,4%), sendo 5.710 GWh para o mercado cativo totalizando 37.323 GWh, sendo única faturada 11.12 GWh pela tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). A energia comercializada para 1 entes livres e por meio de contratos bilaterais totalizou 4.833 GWh.

Em relação à classe, destacamos o desempenho das classes residencial (6,2%) e industrial (-7,7%) e comercial (-0,2%), que, juntas, representaram 61,9% do total consumido pelos clientes cativos dos distribuidores do grupo. Devido à demanda e à abertura de agências de atendimento da CEEE Energia Brasil em 2007 (veja nesse tópico a alteração nas TUSD e TUST), o desempenho das vendas foi:

- **Classes Residencial e Comercial:** aumentos de 6,8% e 5,1%, respectivamente. O crescimento da classe comercial foi favorecido pela transferência de consumidores de baixa renda de créditos em patamares elevados. Tais clientes, anteriormente isentos, passaram a ser faturados pelo preço de eletrodomésticos, permitindo a expansão do consumo de forma proporcional. As temperaturas registradas durante o período de verão, que ficaram acima das registradas no mesmo período do ano anterior, e o crescimento do número de clientes da classe rural pelo mesmo período também contribuíram para o crescimento dessas classes;
- **Classe Industrial:** aumento de 2,2%, devido à retomada parcial do consumo de alguns clientes, compensado pela migração de clientes cativos para o Mercado Livre. Destacam-se a ampliação dos clientes "clientes especiais" (cuja demanda contratada é de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs) a partir de novembro de 2008, porém afetada pela crise financeira internacional.

Para mais detalhes referentes à venda de energia elétrica (venda em R$, em GWh, por classe de consumo e número de consumidores), veja a Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

A CEEE Energia atua permanentemente com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados de sua área de concessão. Para isso, busca constantemente a incorporação das melhores práticas de operação, manutenção e modernização do sistema elétrico, um programa de manutenção preventiva e corretiva, na busca de atendimento às solicitações dos clientes e de [illegible] além de uma atenção à infraestrutura de suporte às operações.

Os indicadores refletem os que são dos indicadores que medem a eficiência operacional das concessionárias e a qualidade dos serviços prestados a seus clientes. As

Atendimento ao Cliente

Os canais disponíveis da CPFL Energia disponibilizam para as Agências e Postos de Atendimento para atendimento personalizado de acordo com as suas diretrizes. Para esse atendimento uma estrutura diferenciada de atendimento adequada às especificidades de cada cliente é composta por Call Centers, Agências de Atendimento, Agências Virtuais e Centros de Contato. No total, esses canais totalizaram [illegible] atendimentos em 2008.

Em operação, o Grupo CPFL Energia implantou novos programas que visam melhorar a qualidade do atendimento e estreitar o relacionamento com seus clientes. Destaque para o Projeto Agências de Atendimento, implantado na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, que visa a reestruturação de relacionamento, por meio da melhoria contínua na qualidade dos processos de atendimento, objetivando a prestação de serviços adequados às especificidades dos nossos clientes, segmentados por perfil. O Projeto contempla ainda ações de Marketing de Relacionamento e a reformulação das Agências Virtuais e Unidades de Atendimento, com o objetivo de aprimorar o relacionamento e a comunicação com os clientes. Esses projetos, que foram iniciados em 2007, serão estendidos às demais distribuidoras do Grupo.

Qualidade do Fornecimento de Energia

A qualidade do fornecimento de energia é um dos principais vetores de satisfação do cliente e um objetivo estratégico das empresas do Grupo, que atuam em mercados com elevado crescimento. A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras em 2008, para indicadores que medem a duração e a frequência de interrupções de fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC). Destaca-se a significativa melhoria nos índices de continuidade, em função principalmente de investimentos em manutenção preventiva e corretiva, modernização e ampliação das redes, além de programas de combate a perdas comerciais.

Os indicadores de continuidade são calculados a partir de informações coletadas pelos sistemas de gestão comercial e operacional das distribuidoras. Para garantir a confiabilidade dessas informações, a Companhia conta com um processo de auditoria interna anual, além de auditorias externas realizadas pela ANEEL. Em 2008, foram auditadas as distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE. Os resultados auditados foram utilizados para o cálculo dos indicadores de continuidade de 2008 e também para a revisão dos indicadores de continuidade de 2007, que foram divulgados no Relatório Anual 2007. Os indicadores de continuidade de 2008 foram auditados pela ANEEL, e os resultados foram homologados pela Resolução Homologatória nº [illegible], de [illegible] de 2009. Os indicadores de continuidade de 2007 foram auditados pela ANEEL, e os resultados foram homologados pela Resolução Homologatória nº [illegible], de [illegible] de 2008.

DISTRIBUIDORAS FEC / DEC - 2008

Empresa / Indicador	CPFL Piratininga	CPFL Jaguari	CPFL Paulista	CPFL Santa Cruz	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	RGE
FEC	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
DEC	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

CIA GERAL DE ELETRICIDADE

02.429.144/0001-91

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia Geral de Eletricidade (CGE) é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (BOVESPA) e Nova Iorque (NYSE). Atua nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de serviços de telecomunicações e gás natural. Em 2004, a Companhia consolidou sua posição como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com uma capacidade instalada própria de 4.850 MW e participações em 12 usinas hidrelétricas, totalizando 7.320 MW de capacidade instalada.

Perdas Comerciais

As perdas comerciais são um dos principais desafios enfrentados pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil. Elas representam a energia que é consumida mas não é faturada, seja por furto, fraude, erro de medição ou inadimplência. Em 2004, as perdas comerciais da CGE totalizaram 1.245 GWh, o que corresponde a 8,7% da energia injetada na rede de distribuição. Esse valor é superior à média nacional, que gira em torno de 6,5%, e representa um custo anual de aproximadamente R$ 312 milhões para a Companhia.

Inadimplência

A inadimplência é outro problema significativo para a CGE. Em 2004, o índice de inadimplência dos consumidores residenciais atingiu 4,2%, enquanto o índice de inadimplência dos consumidores comerciais e industriais foi de 2,8%. O valor total das contas a receber vencidas e não pagas ao final do exercício era de R$ 187 milhões, o que representa um aumento de 15% em relação ao ano anterior. A Companhia vem adotando medidas para reduzir a inadimplência, como a negativação dos devedores nos órgãos de proteção ao crédito e a suspensão do fornecimento de energia após 90 dias de atraso no pagamento.

Universalização dos Serviços

A universalização dos serviços de energia elétrica é um dos objetivos do Programa Luz para Todos, lançado pelo governo federal em 2003. A CGE participa do programa em parceria com a Eletrobrás e com as cooperativas de eletrificação rural. Em 2004, foram ligadas 12.500 novas unidades consumidoras na área de concessão da CGE, beneficiando cerca de 62.500 pessoas. O investimento total do programa foi de R$ 45 milhões, dos quais R$ 30 milhões foram financiados pela Eletrobrás e R$ 15 milhões pela CGE. A meta é atingir 100% de atendimento até 2008.

DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE GERAÇÃO

No segmento de geração, a Companhia dá continuidade à sua estratégia de diversificação das fontes de energia, com projetos em construção de usinas hidrelétricas, térmicas a gás natural e eólicas. A usina hidrelétrica de Santa Clara, com 130 MW de capacidade instalada, entrou em operação comercial em janeiro de 2004. A usina térmica de Porto Novo, com 220 MW de capacidade instalada, também entrou em operação comercial em janeiro de 2004. O parque eólico de Ventos do Sul, com 50 MW de capacidade instalada, entrou em operação comercial em março de 2004. A Companhia também participa do consórcio que está construindo a usina hidrelétrica de Belo Monte, com 11.233 MW de capacidade instalada, cujo início de operação comercial está previsto para 2015. A participação da CGE no consórcio é de 10%.

Em 31 de dezembro de 2004, a capacidade instalada própria da Companhia era de 4.850 MW, distribuídos entre as usinas hidrelétricas de Santa Clara, Serra Azul, Cachoeira Grande, Ilha Verde e Rio Claro, a usina térmica de Porto Novo e o parque eólico de Ventos do Sul. A energia assegurada total era de 3.210 MWmédios. Durante o ano de 2004, a geração própria da CGE foi de 18.450 GWh, o que representou um aumento de 12% em relação ao ano anterior. O fator de disponibilidade das usinas hidrelétricas foi de 96,5%, e o fator de disponibilidade das usinas térmicas foi de 92,3%. O fator de disponibilidade do parque eólico foi de 98,1%.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Anexadas.

Receita Operacional

A receita operacional bruta atingiu R$ 14.[illegible] milhões, o que significou crescimento de [illegible] (R$ [illegible] milhões).

Os principais fatores que contribuíram para o aumento da receita bruta foram:

- Crescimento de [illegible]% nas vendas de energia elétrica na área de concessão;
- Índice provisório da segunda revisão tarifária periódica da RGE ([illegible]%), com vigência a partir de abril de 2008, conforme comentado anteriormente no item [illegible] (Tarifas de Energia Elétrica);

  [illegible] de energia livre no valor de R$ 295 milhões, em 2007 [illegible] a partir de janeiro de 2008, passou a ser registrado em Deduções da Receita Operacional, Custo com Energia Elétrica e Custo e Despesas Operacionais, [illegible] amortização de Parcela A;
- Aumento de R$ 355 milhões em Suprimento de energia [illegible].

O aumento da receita operacional foi parcialmente compensado [illegible] dos reajustes tarifários das distribuidoras:

- CPFL Piratininga ([illegible]%), com vigência a partir de outubro de 2007;
- CPFL Santa Cruz ([illegible]%), CPFL Leste Paulista ([illegible]%), CPFL Jaguari ([illegible]%), CPFL Sul Paulista ([illegible]3,57%) e CPFL Mococa ([illegible]%), com vigência a partir de fevereiro de 2008;
- CPFL Paulista ([illegible]%), com vigência a partir de abril de 2008.
- [illegible] de R$ 109 milhões em outras receitas, devido principalmente à [illegible] em 2007.

Geração Operacional de Caixa — EBITDA

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R$ 2.[illegible] milhões em 2008, com redução de [illegible]% em relação a 2007 (R$ 537 milhões), refletindo principalmente o aumento de 19,[illegible]% no Custo com Energia Elétrica (R$ 558 milhões), que ocorreu basicamente em função de: um aumento de [illegible]% na quantidade de

Cielo S/A Cielo Emissão S.A Pg.129 144-BCB/GTE-50

10.1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os principais componentes do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 estão demonstrados a seguir:

Em 2008, a receita líquida de prestação de serviços totalizou R$ 3.[illegible] milhões, um aumento de 21,[illegible]% em relação a 2007. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento de 21,[illegible]% no volume de transações e pela redução de 0,[illegible]% nos custos e despesas operacionais. Os R$ 195 milhões de receitas não operacionais são gerados com a venda de ativo imobilizado. Em decorrência desses fatores, o lucro líquido do exercício atingiu R$ 1.[illegible] milhões, um crescimento de [illegible]% em relação a 2007. Esse resultado foi suficiente para gerar um retorno sobre o patrimônio líquido médio de [illegible]%.

O EBITDA, uma medição não contábil calculada pela Companhia a partir de informações contábeis, totalizou R$ [illegible] milhões em 2008, um crescimento de [illegible]% em relação a 2007. O EBITDA representa o resultado líquido antes das despesas financeiras, depreciação/amortização e provisão para imposto de renda e contribuição social.

Lucro Líquido do Exercício

A [illegible] encerrou o exercício de 2008 com lucro líquido de R$ 1.[illegible] milhões, com crescimento de [illegible]% em relação a 2007. Os R$ 195 milhões de receitas não operacionais são devidos principalmente à venda de [illegible] pela [illegible] para otimizar a operação. Excluindo esses efeitos, o lucro líquido teria sido de R$ [illegible] milhões, um crescimento de [illegible]% em relação a 2007. O imposto de renda e contribuição social totalizou R$ [illegible] milhões.

O lucro líquido por ação foi de R$ [illegible].

Dividendo

A Administração propõe a distribuição de R$ 1.[illegible] milhões em dividendos, o que equivale a um dividendo bruto por ação de [illegible] e um dividend yield de [illegible]%. O dividendo proposto representa [illegible]% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a política de dividendos da Companhia.

Foram pagos antecipadamente R$ [illegible] milhões a título de dividendos intermediários no primeiro semestre de 2008, e o saldo remanescente de R$ [illegible] milhões será pago até [illegible].

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2008, o endividamento da Companhia, considerando a dívida de longo prazo e as [illegible] de curto prazo, atingiu R$ [illegible] milhões, com aumento de [illegible]% em relação ao ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para a variação do endividamento foram:

- [illegible] Captação e Pagamento de Debêntures: captações líquidas de amortizações [illegible] e [illegible] novas emissões [illegible] totalizando R$ [illegible] milhões, com destaque para:
  - Captação líquida de amortizações da 1ª Série da Emissão [illegible] milhões, [illegible] milhões em [illegible].
  - Captações líquidas de amortizações da 1ª Série da 1ª Emissão [illegible] pela [illegible] [illegible] em [illegible] realizadas pela [illegible]. Captação líquida de R$ [illegible] milhões.

[illegible] [illegible]

Requisição: 01/12/2004
Data-Hora: 01/12/2004

01866 0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

15 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Amortização do principal das debêntures da COPEL Geração e da Power (R$ 154 milhões);
- COPEL Energia, COPEL Cachoeira, COPEL Participações e RGE amortizações previstas de endividamento e BNDES e outras instituições financeiras, totalizando R$ 11 milhões, compensadas pelas:
  - Emissões de debêntures pela RGE no montante de R$ 240 milhões e pela COPEL Participações no montante de R$ 120 milhões, para alongamento de dívidas;
  - Amortizações líquidas de captações de dívidas em moeda estrangeira pela Resolução 64/CMN nº 2770, realizadas pela COPEL Energia, COPEL Geração, COPEL Power e RGE, no total de R$ 199 milhões;
  - Amortização de linhas de capital de giro pela RGE no montante de R$ 170 milhões;
  - Amortizações líquidas de captações de financiamentos junto ao BNDES da RGE, Cachoeira, COPEL Participações e RGS, totalizando R$ 28 milhões.
- Variação cambial das dívidas em moeda estrangeira, líquida da variação no valor de swaps vinculados, no montante de R$ 45 milhões.

Para mais detalhes referentes ao endividamento ver Notas Explicativas nº 16 e 17 das Demonstrações Financeiras.

5. Investimentos

Em 2004, o grupo COPEL Energia investiu R$ 1.142 milhões, sendo R$ 1.040 milhões para a expansão e manutenção e fortalecimento da participação do grupo no mercado livre e no mercado potencial, totalizando 20 obras. R$ 570 milhões na expansão dos sistemas de geração, principalmente com construção de usinas hidrelétricas, a expansão e melhoria do sistema elétrico para atendimento do crescimento e atendimento de novas ligações das distribuidoras. Foram, ainda, 40 obras realizadas de R$ 470 milhões em melhoramentos no sistema elétrico, na logística de operações, nos sistemas de informação e na infraestrutura de suporte às operações nos diversos segmentos de negócios. O restante, 60 obras e aquisições e serviços de valor agregado do grupo totalizaram R$ 102 milhões.

Distribuição de Energia

Os investimentos totalizaram R$ 503 milhões. Destes montantes, R$ 470 milhões foram destinados em atendimento e reforço do sistema elétrico para atender a crescente demanda de energia elétrica e ao número de novas ligações, sendo 400 mil unidades consumidoras. Foram, ainda, destinados R$ 200 milhões em melhorias e manutenção do sistema elétrico, em infraestrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento ao cliente

(a) Política de Administração

Os programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros

Geração de Energia

[illegible] total de R$ 633 milhões, concentrando-se nos empreendimentos em construção Complexo Eólico Cassino Atlântico e UHE Jirau. Até o [illegible]

6. Governança Corporativa

[illegible] de Governança Corporativa da CPFL Energia se baseou em quatro princípios básicos: [illegible] prestação de contas e responsabilidade corporativa [illegible] das companhias do Grupo CPFL Energia.

A [illegible] Energia é listada no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e possui ações ordinárias e preferenciais. Seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias e [illegible] 25% do valor pago aos acionistas, por meio de oferta pública de aquisição de ações, em razão da alienação de controle.

Os administradores [illegible] Conselho de Administração e Diretoria Executiva, [illegible] Estatuto Social da Companhia, representando os interesses dos acionistas e por demais [illegible] com os quais se relaciona.

Além [illegible] Conselho de Administração [illegible] a orientação geral dos negócios e [illegible] [illegible] outras competências que lhe são atribuídas pela Lei das S.A. e pelo Estatuto Social. O órgão é composto por um conselheiro independente e seus [illegible] pelos acionistas controladores com prazo de mandato de um ano e podem ser reeleitos [illegible] ordinária anual e cada um por meio de eleição em separado [illegible] O Conselho atual [illegible] em Presidente e um Vice-Presidente [illegible] por conselheiros atuais e Diretoria Executiva da Companhia.

Além [illegible] de assessoramento ao Conselho de Administração, [illegible] Conselho de Administração constituiu comitês de [illegible] permanentes [illegible] Comitê de Gestão Corporativa e Governança, Comitê de Gestão de Pessoas, Comitê de Pessoas, Relações Institucionais e Comitê de Sustentabilidade. Sempre que necessário, são [illegible] Comissões de Ética que [illegible] a Comissão de Ética [illegible] em relação a temas como governança corporativa, [illegible] [illegible] compra de energia, novos negócios e parcerias.

A [illegible] também possui um Conselho Fiscal em funcionamento [illegible] [illegible] três membros que exercem também as atribuições de Comitê de Auditoria previstas [illegible] Lei Sarbanes-Oxley ("SOX").

Os conselheiros [illegible] reúnem-se, [illegible] e adotam um calendário anual de [illegible] que [illegible] encontros periódicos com os auditores [illegible] e externos.

A [illegible] Executiva é formada por seis diretores, [illegible] para um mandato de dois

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[illegible]

Cabe à Diretoria representar a Companhia e gerir os negócios de acordo com as diretrizes traçadas no planejamento estratégico de longo prazo. Ao diretor-presidente cabe a indicação dos nomes dos demais diretores estatutários. Estes ocupam, ainda, posições na administração das sociedades controladas, de forma a garantir o alinhamento das práticas de governança do Grupo.

Os nomes dos membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva estão disponíveis no [illegible]

Câmara de Arbitragem

A CPFL Energia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme Cláusula Compromissória constante no artigo [illegible] do Estatuto Social da Companhia.

Destaques 2008

- Atualização do Manual de Participação em Assembleia de Acionistas
- Obtenção do Rating AA+ de governança corporativa atribuído pela Austin Rating
- Eleita a melhor empresa em Governança Corporativa da América Latina, pela revista Latin Finance Magazine, [illegible]
- Primeira empresa brasileira a receber o Overall Leadership Award da International Finance Corporation (IFC)
- Participação, como membro do Companies Circle da Latin American Corporate Governance Roundtable, organizado pela OCDE, IFC e Banco Mundial na cidade de [illegible]
- Criação do cargo de Diretor Vice-presidente Administrativo
- Criação da Diretoria de Riscos, subordinada ao Diretor-presidente

7. Mercado de Capitais

A CPFL Energia encerrou 2008 com 28,2% de suas ações em circulação no mercado, [illegible] no Brasil (BM&FBovespa) e na Bolsa de Nova Iorque [illegible]

ENTIDADE: CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

15.1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[illegible] ações da CPFL Energia apresentaram desvalorização de 3,4% na [illegible] de 25,6% no ano, encerrando o ano cotadas a R$ 70,00 por ação e [illegible] por ADR, respectivamente.

[illegible] Bovespa e PS 10,5 milhões na Nyse, representando um aumento de [illegible] foram negociadas na BM&FBovespa e Nyse, respectivamente. [illegible] média diária de 736 negócios em 2007, por 615 negócios em [illegible]

8. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Energia consolidou em 2007 programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da gestão dos riscos sociais, para evitar e solucionar passivos nos negócios e de oportunidades. O objetivo é [illegible] de forma equilibrada e sustentada para os diferentes públicos com os quais a empresa se relaciona. Mais informações em [illegible]

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

O Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética é um conjunto de diretrizes e [illegible] que tem o objetivo de sistematizar, prevenir, monitorar, avaliar, reduzir [illegible] ações, políticas e instituir uma cultura preventiva e desenvolvimento de [illegible] em todas as áreas da empresa com seus públicos. Entre [illegible] em 2006, destacam-se: seminários de qualificação dos membros [illegible] Ética para colaboradores, [illegible] Relatório de Denúncias e Violações Éticas e o lançamento do portal [illegible] Ética (www.[illegible].com.br). Durante o ano de 2007, estes processos [illegible] Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética da CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa.

Gestão da Excelência Empresarial

A CPFL Energia estimula a cooperação, por meio [illegible] Gestão Integrada-SIG, baseado no Modelo de Excelência da Gestão [illegible] Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Esse sistema [illegible] contribuição [illegible] processos de trabalho, em quatro dimensões: Qualidade [illegible] (OHSAS 18001), Gestão Ambiental (ISO 14001), Gestão [illegible] Tecnologia da Informação (COBIT) e Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000). A abrangência do sistema é monitorada permanentemente por meio [illegible] auditorias periódicas de certificação nas áreas por órgãos externos. A CPFL [illegible] certificada na CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração e RGE.

DESCRIPTORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Destacou-se, ainda, no exercício, a ampliação da Estratégia Seis Sigma na CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Brasil e CPFL Geração, e o início de sua implantação nas distribuidoras RGE, CPFL Santa Cruz e CPFL Jaguari. Essa metodologia permite identificar oportunidades de melhorias e de redução das perdas nos processos de trabalho.

Essa ampliação seu destacamento os reconhecimentos obtidos pela CPFL Paulista e pela Rio Grande Energia. A CPFL Paulista que em 2005 havia sido pioneira ao vencer o Prêmio Nacional da Qualidade e PNQ, em 2006, novamente foi vencedora do Prêmio, uma conquista que permanece inédita no setor métrico brasileiro. Essa conquista também os [illegible] prêmios recebidos pela distribuidora da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica Abrapee, em 2006 (mais informações vide Reconhecimentos e Prêmios). A Rio Grande Energia conquistou o Prêmio PGQP 2006, Troféu Ouro, do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade PGQP.

Gestão do Relacionamento com os Clientes

As distribuidoras do Grupo CPFL Energia mantêm programas específicos para assegurar o estabelecimento de relações de confiança e credibilidade com seus clientes. Para esta, além da qualidade e eficiência no atendimento às solicitações e reclamações, as empresas desenvolvem ações de comunicação direta, com o objetivo de orientar os clientes nos seus direitos, em uso racional e seguro da energia elétrica, dos canais de [illegible] e acesso às empresas, além de participar de campanhas de interesse [illegible] por meio de divulgação de mensagens em contas de energia. As distribuidoras da CPFL Energia mantêm Conselhos de Consumidores, para avaliar a qualidade dos serviços prestados, e realizam pesquisas periódicas com os clientes, para identificar oportunidades de melhoria dos serviços.

No ano de 2006, a CPFL Jaguari conquistou o Prêmio IASC Brasil, registrando o [illegible] de satisfação de clientes entre todas as distribuidoras brasileiras, na pesquisa realizada pela ANEEL, referente a 2007. Na sequência, a CPFL Piratininga destacou-se na pesquisa realizada pela ANEEL, referente a 2008, conquistando o Prêmio [illegible] Sudeste - 2005, em sua categoria. Nessa pesquisa, a CPFL Paulista [illegible] índice de satisfação de 73,75%. Destaque, ainda, para os índices de CPFL [illegible] (66,52%), RGE (65,77%), CPFL Jaguari (74,4%), CPFL Santa Cruz (73,5%) e CPFL Mococa (78,20%), todos superiores à média nacional de 57,62%.

Gestão de Recursos Humanos

A CPFL Energia encerrou o exercício com 7.119 colaboradores (7.175 em 2005) e [illegible] de 12,93%. O tempo médio de atividade de cada profissional é de 11 anos e a média de [illegible] de 38 anos.

A [illegible] de 2006 as empresas do Grupo mantiveram programas [illegible] de gestão e capacitação de recursos humanos, com fins de desenvolvimento de competências estratégicas para os negócios, sucessão de operações, aumento da produtividade e em saúde e segurança ocupacional dos colaboradores.

14.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2008, o número médio de horas de treinamento por colaborador foi de [illegible], [illegible] de Pesquisa Setorial 2008 [illegible] horas por colaborador.

[illegible] destaque do exercício foi o lançamento da Universidade Corporativa CPFL [illegible] em direção ao alinhamento dos programas de desenvolvimento [illegible] a gestão do conhecimento e a consolidação da cultura [illegible] orientada pelos critérios da excelência empresarial, de eficiência [illegible] e da criação de valor para os públicos de relacionamento da empresa. [illegible] Corporativa [illegible] terão maior acesso [illegible] competências essenciais ao aprimoramento da qualidade dos serviços, [illegible] a estratégia e objetivos da companhia.

Relacionamento com a Comunidade

Entre as ações realizadas em 2008 que visaram contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Energia atua, destacam-se:

- **CPFL Cultura:** programação voltada à disseminação do conhecimento e da cultura como forma de contribuição para o desenvolvimento das comunidades nas áreas de atuação da empresa, por meio de apresentações artístico-culturais, palestras e debates. [illegible] programação é franqueada à população e os conteúdos [illegible] disponibilizados para todo o País por meio da internet e de programas [illegible] Cultura de São Paulo. A partir de 2008, as atividades [illegible] realizadas apenas no CPFL Cultura, em Campinas, foram ampliadas para as cidades de [illegible], Bauru, Sorocaba, Santos, São Paulo e [illegible]. [illegible] da CPFL Cultura é desenvolvida [illegible] com a utilização de recursos provenientes de incentivos fiscais.
- **Programa CPFL de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos:** [illegible] desempenho de hospitais beneficentes na área de atuação da CPFL [illegible] elevar a qualidade do atendimento prestado pelos hospitais para a população [illegible]. O Programa [illegible] disponibiliza conhecimentos e tecnologias de gestão, baseados no Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) para os administradores e [illegible] hospitais, [illegible] a criação de redes hospitalares, a mobilização social e ações de [illegible], desenvolvendo, ainda, projetos de eficiência energética nos hospitais [illegible]. Em 2008, o Programa foi expandido para 90 hospitais [illegible] municípios das regiões de Araraquara, Araçatuba, Piraju, Barretos, [illegible], [illegible] Preto e Sorocaba.
- **Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):** as empresas do Grupo CPFL Energia destinaram, em 2008, cerca de R$ 7,5 milhões para 226 projetos [illegible] por entidades [illegible] que atendem crianças e adolescentes, em 126 municípios de atuação. Esses [illegible] com a utilização de recursos provenientes de incentivos fiscais previstos na legislação.

[illegible] INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Influência e Liderança na Cadeia de Valor

[illegible] A CPFL, através do Programa Rede de Valor, um projeto corporativo de [illegible] fornecedores em processos com o objetivo de promover a [illegible] e o desenvolvimento sustentável na cadeia de suprimentos da empresa. Em 2008, [illegible] 211 fornecedores e Transformadores e [illegible] de fornecedores locais nas empresas participantes, sendo [illegible] operacionais fornecedores da CPFL. Dentre os projetos [illegible] com os fornecedores

Em 2008, também foi realizada a segunda edição do Prêmio CPFL Rede de Valor, que teve o objetivo de estimular e disseminação dos critérios de excelência ambiental [illegible] do relacionamento de empresas que se destacam, avaliadas entre todos os fornecedores das empresas do Grupo. Nesta edição, foi incluída a categoria de Prestadores de Serviços, as quais são avaliadas mensalmente pelos encarregados

No mesmo ano, a companhia realizou dois cursos oferecidos ao Programa Rede Desenvolvimento [illegible] com o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto Ethos, sobre o papel de [illegible] na promoção do desenvolvimento sustentável. Desde na cadeia de relações, envolvendo o [illegible] fornecedores. A CPFL é uma "empresa-parceira" do Programa no setor de energia [illegible] em 2008, foi realizado o 1º Seminário Nacional e 3º Seminário Regional [illegible] Rede de Valor, com 200 participantes, entre representantes de empresas fornecedoras e clientes

Compromissos Empresariais

A [illegible] Energia é signatária dos seguintes compromissos: Global Compact - Empresa [illegible] Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo foco [illegible] e [illegible] Pró-Ética - Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias e Portos; e Programa Amigo da Criança da Fundação Abrinq.

Em 2008, a CPFL Energia aderiu ao Carbon Disclosure Project, um compromisso [illegible] Nações Unidas da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo foco [illegible] e [illegible] mudanças climáticas.

Também a partir de 2008, a CPFL Energia assumiu o desafio [illegible] seus programas e [illegible] contribuir para a mitigação dos impactos do aquecimento global, no [illegible] Princípios do Equador, regulados pela IFC [illegible]

Em outubro [illegible] a CPFL Energia assumiu a coordenação da Comissão de Direitos Humanos e [illegible] do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, [illegible]

Gestão dos Impactos Ambientais - Projetos sustentáveis de energia elétrica

A [illegible] da CPFL Energia desenvolvem projetos que buscam [illegible] os [illegible] ambientais e minimizar os impactos socioambientais de suas

empreendimentos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução de emissões dos gases causadores do efeito estufa.

Geração de Energia:

Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCHs

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL/ Programa de Repotenciação das Pequenas Centrais Hidrelétricas — PCHs**: com o objetivo de aumentar a potência instalada sem aumento da área inundada, a CPFL Energia desenvolveu um Projeto enquadrado nos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), em execução [illegible], que permite a comercialização de Certificados de Redução de Emissões de [illegible] (CERs). Em 2008, foram comercializados 27.583 CERs referentes ao período de [illegible] a 2007, com receita bruta de 507 mil euros.
- **Controle de Plantas Aquáticas:** desenvolvido nos reservatórios da UHE Americana, com a retirada e remoção de 27.860 m³ de material, correspondentes a 44 [illegible].
- **Educação Ambiental:** o Projeto da Associação Harpia Escola da Natureza, patrocinado pela CPFL, atendeu mais de 40 mil pessoas no ano.
- **Programa de Conservação da Ictiofauna:** soltura de 270 mil alevinos de [illegible] nos rios e reservatórios das bacias hidrográficas das áreas de atuação da Companhia.

Cia Energética Rio das Antas-Ceran (UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho)

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo MDL/ Cia. Energética Rio das Antas-Ceran:** com o primeiro negócio no mundo envolvendo a venda de CERs de uma usina hidrelétrica a fio d'água, foi efetivada a venda de 254 mil CERs relativos à geração de energia elétrica da UHE Monte Claro no período de 2005 a 2007, com faturamento bruto de 3,7 milhões de euros. A Ceran ainda obteve as Licenças de Operação das UHEs Castro Alves e 14 de Julho.

Baesa – Energética Barra Grande (UHE Barra Grande)

- **Programas Socioambientais**: A Baesa deu continuidade às obras de melhoria e ampliação da infraestrutura nos municípios da área de influência da UHE Barra Grande, com a inauguração de [illegible]. A empresa ainda realizou a compra de 1.500 ha de terras no Parque Nacional São Joaquim, referente à Compensação Ambiental.

Enercan – Campos Novos Energia (UHE Campos Novos)

- **Programas Socioambientais:** A Enercan manteve, em 2008, as ações do Fundo de Desenvolvimento Social, repassando recursos para o financiamento de [illegible] de quatro municípios situados na região de influência da

CPFL - CPFL Energias Renováveis S.A. - 02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2008 - Foram aprovados projetos de P&D no valor de R$ 1,5 milhão, pelo Fundo de Desenvolvimento Rural, para instalação de 4 novos projetos.

Foz do Chapecó Energia (UHE Foz do Chapecó)

- Foz do Chapecó Energia S.A. - Programa Anual Rural - um programa de geração de emprego e renda voltado às famílias que não foram atingidas pelo empreendimento, mas que sofreram impactos pela proximidade. Mais de 200 famílias foram beneficiadas com projetos produtivos. Para atender essa demanda foram instalados mais de 20 km de cercas e 2 viveiros florestais. Também foram realizadas ações de educação ambiental, com destaque para a Ação Global. Nestes encontros as famílias foram atendidas com palestras sobre o empreendimento e também sobre higiene, saúde, preservação do meio ambiente, entre outros.

UHE Serra da Mesa

- Fundo de Desenvolvimento Rural Nordeste de Goiás - Através do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e MMA (Ministério do Meio Ambiente), Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras de Alto Paraíso, Colinas e Posse, foram criados três projetos distintos, sendo em Fruticultura e Pesca, Meio Ambiente e Turismo.

Distribuição de Energia:

CPFL Paulista e CPFL Piratininga

- **Projetos de P&D que geram benefícios ambientais, por eliminar, reduzir ou tratar resíduos, economizar energia e aumentar a eficiência energética.**

  A CPFL Paulista e a CPFL Piratininga tiveram projetos aprovados no período pela ANEEL para geração de energia a partir de resíduos florestais e uso de biomassa: Bortes de Eucalipto e Vinhaça, e

  A CPFL Piratininga adotou na rede 250 unidades de transformadores para substituição em sua rede de distribuição. As vantagens da utilização desse transformador são a menor agressão ambiental do óleo isolante utilizado e a maior vida útil do equipamento.

- **Programa de Arborização Urbana:** doação de aproximadamente 8.0 mil mudas para plantio em áreas de utilização.

- **Manutenção da Certificação Ambiental ISO 14.001:04.** A certificação é válida para o processo "Operação de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica" e "Meio Ambiente" para todas as distribuidoras.

- **Cadeia Reversa de Suprimentos:** processo [illegible] que permite [illegible] de materiais e equipamentos obsoletos retirados das redes de distribuição e de transmissão de energia.
- **As distribuidoras também mantiveram os Programas de Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos e da Coleta Seletiva de Lixo.**

CPFL Sul Paulista e CPFL Jaguari

- **Programa de Arborização Urbana:** doação de aproximadamente [illegible] mudas aos municípios de suas áreas de atuação.

Rio Grande Energia

- **Certificação ISO 14.001:** manteve sua certificação para o sistema de redes de distribuição de energia e obteve expansão no escopo de [illegible] de energia, passando a contar com a certificação de 16 subestações e 14 [illegible] de transmissão.
- **Programa de adequação de áreas para armazenamento de transformadores:** [illegible] em melhorias nos locais [illegible] armazenamento de transformadores de distribuição, com o objetivo de facilitar o [illegible] dos equipamentos.
- **Projeto Matas Ciliares:** em parceria com outras organizações, a RGE [illegible] materiais para construção de cercas e plantio de mudas em margens de rios, [illegible] a recuperação de 324 mil m² de áreas degradadas. Em execução desde 2005, o projeto já auxiliou a recuperação de 3.214.320 m².
- **Programa de obras em Subestações:** construção de sistemas para controle de vazamentos de óleo em subestações, que são constituídos por caixas especiais de concreto que retêm óleo na eventual ocorrência de vazamentos acidentais. Em 2008 foram realizadas obras em três subestações.

Reconhecimentos e Premiações

As empresas do grupo CPFL Energia receberam diversos prêmios em reconhecimento ao seu desempenho nas áreas de gestão, operação e qualidade dos serviços prestados [illegible].

CPFL ENERGIA

- **Prêmio Client Leadership Award 2008 – International Finance Corporation (IFC)** - Inovação, Compromisso Social e Excelência Operacional.
- **Melhor Empresa em Governança Corporativa da América Latina**, [illegible] Magazine [illegible] Management & Excellence.

CIA ENERGÉTICA INDUSTRIAL E OUTRAS 02.429.144/0001-93

Fonte: RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

- **Carta Capital 2008/TNS InterScience** - Empresa mais sustentável do Brasil no segmento de Concessionárias de Energia
- **Guia Exame de Sustentabilidade 2008** - Empresa modelo, pelo segundo ano
- **Guia Exame/Você SA - Melhores Empresas para Você Trabalhar** - Melhor na categoria Serviços e Gestão pelo segundo ano
- **Balanço Anual 2008 – Gazeta Mercantil** – Melhor empresa do setor elétrico
- **Prêmio Expo Money 2008** - Empresa do Ano no Setor de Energia Elétrica - Região Sul e Sudeste
- **Gestão & RH Editora** - Entre as 100 Melhores empresas em Gestão de Pessoas através do Recursos Humanos Organizacional (RHO), e Destaque pelas Práticas de Sustentabilidade e Governança Corporativa
- **Prêmio Intangíveis do Brasil – Revista Presença Internacional do Brasil - PIB 2008** - Categoria Ativos Governança Corporativa.
- **Prêmio Master Cana Brasil – 2008 – Grupo Procana** - Categoria Master Nível de Excelência 2008 | Categoria Administração e Comercialização em Serviços
- **XIII Prêmio Nacional da Qualidade de Vida (PNQV) – Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV)** - Categoria Inovação - Ações de qualidade de vida.

DISTRIBUIDORAS

- **CPFL Paulista**

  Prêmio Nacional da Qualidade® – PNQ 2008, da Fundação Nacional da Qualidade-FNQ

  Prêmios Abradee 2008 - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica:

  - Melhor Distribuidora de Energia do Brasil

  - Qualidade da Gestão - Nacional

  - Gestão Econômico-Financeira - Nacional

  - Gestão Ambiental - Nacional

  - Responsabilidade Social - Nacional.

  Prêmio IASC 2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL

  - Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Região Sudeste - acima de 400 mil unidades consumidoras

  Prêmio "Medalha Eloy Chaves" - Região Sul - Empresa Predominantemente Distribuidora com mais

14.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

até 2.000 empregados – em avaliação da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABCE).

XVIII Prêmio FGV em Excelência Empresarial – Maior Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido em 2007.

Prêmio Eletricidade 2008 - Revista Eletricidade Moderna:

- Melhor Distribuidora de Energia Elétrica – Nacional – Empresas Estaduais;
- Maior Abrangência Estadual;
- Melhor Desempenho em Operação – Nacional;
- Melhor Distribuidora de Energia Elétrica – Região Sudeste.

- **RGE**

Prêmio Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade-2008 - Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) – Troféu Ouro.

Prêmio Expressão Ecologia – Revista Expressão – Categoria Recuperação de Áreas Degradadas e Categoria Controle da Poluição Setor Privado.

Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:

- Melhor Desempenho Comercial – Nacional;
- Melhor Evolução – Região Sul.

- **CPFL Santa Cruz**

Prêmio "Medalha Eloy Chaves" – Segurança do Trabalho – Troféu Ouro – Categoria Empresas Predominantemente Distribuidoras de 501 a 2000 empregados – em avaliação da ABCE.

Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho e Prêmio Top em Gestão na categoria Bronze.

- **CPFL Jaguari**

Prêmio "Medalha Eloy Chaves" - Segurança do Trabalho – Troféu Bronze – Categoria Empresas Predominantemente Distribuidoras com até 500 empregados – em avaliação da ABCE.

Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho.

Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:

- Melhor Distribuidora de Energia Elétrica – Nacional – Empresas Menores – com menos de 40 mil consumidores.

30.01 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **CPFL Leste Paulista**

  Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho

  Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:

  - Melhor Desempenho em Engenharia - Empresas Médias - [illegible] de 1.000 consumidores

- **CPFL Sul Paulista**

  Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho.

- **CPFL Mococa**

  Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho.

  Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:

  - Melhor Desempenho em Engenharia - Nacional - Empresas Menores com menos de 40 mil consumidores.

GERADORAS

- **CPFL Geração**

  Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho - Divisão Tarumã Geração Hidrelétrica Prata.

  Prêmio Fundação Cogo - Categoria Ações Ambientais - Manejo Ambiental de Reservatórios de Hidrelétricas.

- **Enercan (Campos Novos Energia)**

  Prêmio Fundação Cogo

  - Categoria Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho - Menção Honrosa

  - Categoria Ações de Responsabilidade Social - Programa Saúde e Desenvolvimento Rural

- **Baesa (Energética Barra Grande)**

  Prêmio Empresa Amiga da Criança 2008 - Responsabilidade Social no Ambiente de Trabalho.

  Excelência em Gestão Sustentável 2008 - Gestão Corporativa e Sustentabilidade Baesa

  Prêmio Fritz Müller 2008 - Fundação de Meio Ambiente - SC

  - Programa de Sustentabilidade Baesa

[illegible] RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prêmio Empresa Cidadã - [illegible] pelo segundo ano consecutivo.

Sesi de Qualidade no Trabalho 2008 - Gestão Corporativa e Responsabilidade Social.

COMERCIALIZADORAS

- **CPFL Brasil**

  XVIII Prêmio FGV em Excelência Empresarial - Mais Rentabilidade sobre o Ativo Total em 2007.

- **CPFL Serviços**

  Empresa de Excelente Performance durante a Parada Geral 2008 – Consorcio Paulista de Papel e Celulose (Conpacel) - Melhores serviços prestados.

DESTAQUES

- **Prêmio Executivo de Valor 2008** - Jornal Valor Econômico.
- **Prêmio Ibef 2008.**
- **Prêmio "Os 10 RHs Mais Admirados do Brasil 2008".**
- **11º Prêmio Top of Mind de RH 2008.**

9. Auditores Independentes

A [illegible] Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº [illegible], informamos que a [illegible] empresa de auditoria não prestou, em 2008, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a [illegible] do total de honorários [illegible] por [illegible].

[illegible] ADMINISTRAÇÃO

10. Encerramento e Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2008. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos [illegible] estabelecidos.

A Administração

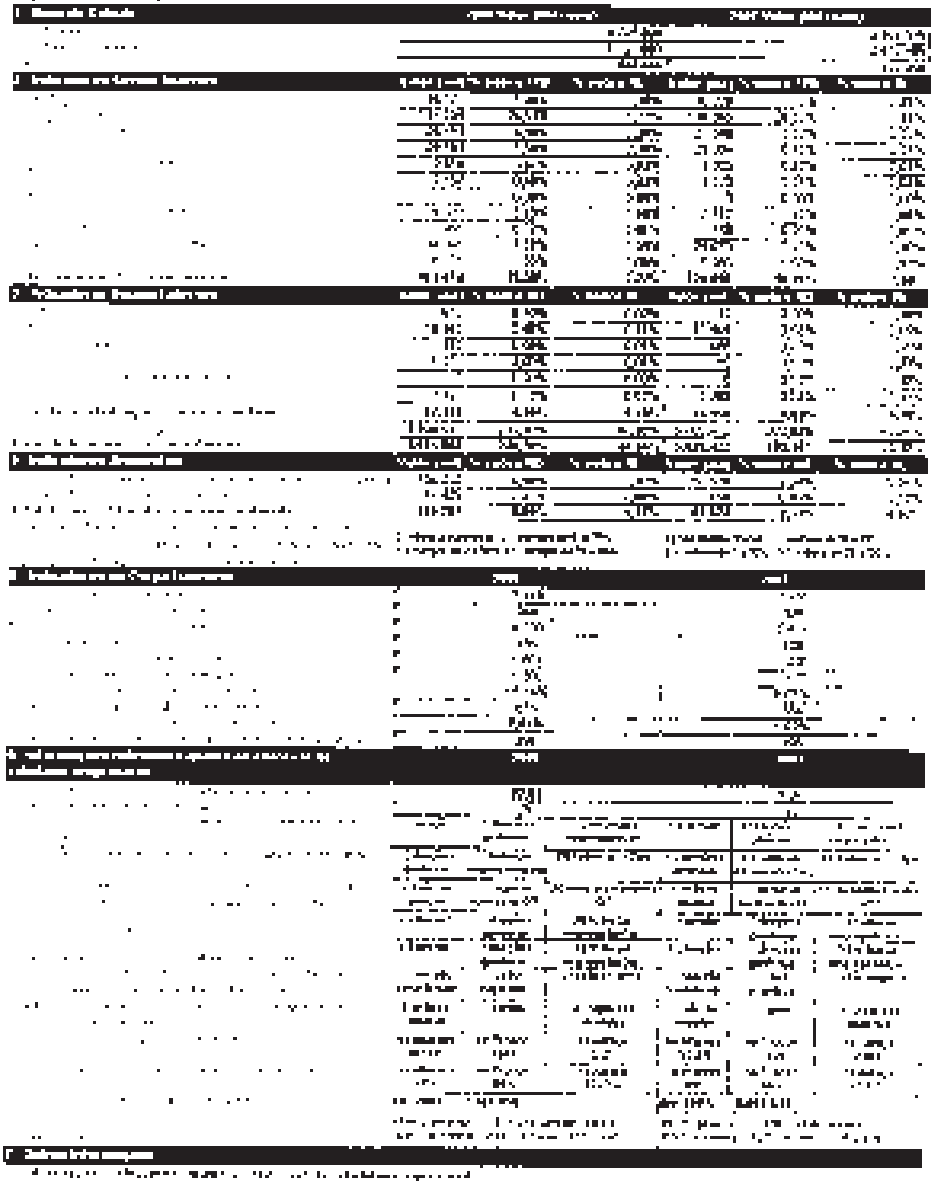
Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, por favor acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

BIBLIA-C CONF. BARBOSA S.A. 22.629.144/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social Anual - 2021 (**)

(R$ Mil)



CPFL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto [illegible] participação no capital de outras sociedades [illegible] distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Sociedade possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas [illegible] capacidade de produção [illegible] examinados pelos auditores independentes).

1.1 – Atividades de distribuição

Participações diretas:

Companhia Paulista de Força e Luz

A Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista") é uma sociedade por ações [illegible] serviço público de energia elétrica [illegible] energia para 234 municípios do interior do Estado de São Paulo [illegible] Entre os principais municípios estão Campinas [illegible] Bauru e São José do Rio Preto. [illegible] CPFL Paulista.

Companhia Piratininga de Força e Luz

A Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga") é uma sociedade por ações [illegible] serviço público de energia elétrica [illegible] do Estado de São Paulo [illegible] Entre os principais municípios estão Santos [illegible] Prazo de concessão que se encerra em 2028 [illegible] A Sociedade detém 100% [illegible] CPFL Piratininga.

Companhia Luz e Força Santa Cruz

A Companhia Luz e Força Santa Cruz ("CPFL Santa Cruz") é uma sociedade por ações [illegible] serviço público de energia elétrica [illegible] municípios localizados no Estado de São Paulo [illegible] Estado do Paraná [illegible] Entre os principais municípios estão [illegible] prazo de concessão que se encerra em [illegible]

CERTIFICO O REGISTRO EM 27/12/2004 SOB O NÚMERO 20041277911

Nome: NOVA ENERGIA LTDA.

Certifico que a sociedade acima tem sede em SP. A Sociedade possui filial(ais) de mesma natureza e NÃO possui Outro(s)

Rio Grande Energia S.A.

A Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Piratininga, constituída por ações de capital aberto, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510, 14º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.196/0001-88, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como a prestação de serviços de assessoria técnica, administrativa e financeira a sociedades coligadas, controladas ou controladoras. Possui prazo de duração indeterminado e exercício social encerrado em 31 de dezembro de cada ano. Sua diretoria é composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Possui prazo de duração indeterminado e exercício social encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. A Companhia CPFL Jaguari de Geração de Energia, constituída por ações de capital aberto, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510, 14º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.196/0001-88, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como a prestação de serviços de assessoria técnica, administrativa e financeira a sociedades coligadas, controladas ou controladoras. Possui prazo de duração indeterminado e exercício social encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Participações indiretas:

Companhia Paulista de Energia Elétrica

A Companhia Paulista de Energia Elétrica ("CPEE") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510, 14º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.196/0001-88, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como a prestação de serviços de assessoria técnica, administrativa e financeira a sociedades coligadas, controladas ou controladoras. Possui prazo de duração indeterminado e exercício social encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. A Companhia CPEE Jaguari de Geração de Energia, constituída por ações de capital aberto, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510, 14º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.196/0001-88, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como a prestação de serviços de assessoria técnica, administrativa e financeira a sociedades coligadas, controladas ou controladoras. Possui prazo de duração indeterminado e exercício social encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Companhia Jaguari de Energia

A Companhia Jaguari de Energia ("CPEE Jaguari") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510, 14º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.196/0001-88, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como a prestação de serviços de assessoria técnica, administrativa e financeira a sociedades coligadas, controladas ou controladoras. Possui prazo de duração indeterminado e exercício social encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Companhia Sul Paulista de Energia

A Companhia Sul Paulista de Energia ("CPEE Sul Paulista") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510, 14º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.196/0001-88, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como a prestação de serviços de assessoria técnica, administrativa e financeira a sociedades coligadas, controladas ou controladoras. Possui prazo de duração indeterminado e exercício social encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Companhia Luz e Força Mococa

A Companhia Luz e Força Mococa ("CPEE Mococa") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510, 14º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.196/0001-88, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como a prestação de serviços de assessoria técnica, administrativa e financeira a sociedades coligadas, controladas ou controladoras. Possui prazo de duração indeterminado e exercício social encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

1.2 Atividades de geração

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

Participações diretas

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. (CPFL Geração) é uma sociedade [illegible] Capital Social de outras sociedades. Detém 10 [illegible] instalada de 118,6 MW e de [illegible] respectivamente de [illegible] no Estado de São Paulo. A concessão [illegible] de 30 anos. [illegible] Mesa, localizada no Rio Tocantins no Estado de Goiás. A [illegible] Aproveitamento Hidrelétrico pertence à Furnas Centrais Elétricas S.A. [illegible] CPFL Geração [illegible] 1.275 MW [illegible] CPFL Geração [illegible] 125 MW [illegible] 1980 [illegible] CPFL Geração.

Participações indiretas:

CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.

A CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. (CPFL Sul Centrais Elétricas), é uma sociedade [illegible] PCHs [illegible] no Estado do Rio Grande do Sul. [illegible] PCHs [illegible] 2,85 MW e a energia [illegible] CPFL Geração detém [illegible] do capital social da CPFL Sul Centrais Elétricas.

BAESA - Energética Barra Grande S.A. (controlada em conjunto)

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. (BAESA) [illegible] Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande [illegible] Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul [illegible] de 150 MW. [illegible] 2,0 MW [illegible] em operação [illegible] 2005. A concessão [illegible] 2006 [illegible] Rio Concedente [illegible] A controlada CPFL Geração detém [illegible] BAESA.

Campos Novos Energia S.A. (controlada em conjunto)

A Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN), é uma sociedade [illegible] Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos [illegible] Rio Canoas [illegible] Santa Catarina [illegible] 880 MW. O início das operações comerciais [illegible] 2007 [illegible] A concessão [illegible] CPFL Geração detém 48,72 [illegible] da ENERCAN.

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (controlada em conjunto)

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (CERAN) é uma sociedade [illegible] Aproveitamento Hidrelétrico [illegible] Castro Alves [illegible] no Estado do Rio Grande do

6.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A [illegible] possui [illegible] de 360 MW. A UHE de Monte Claro [illegible] em [illegible] de 2004 e a UHE Castro Alves em [illegible] de 2005 e a UHE [illegible] em [illegible] de 2006. A [illegible] em 2026, podendo ser [illegible] Contratada CPFL Geração com a [illegible] no PROINFA.

Paulista Lajeado Energia S.A.

A [illegible] Energia S.A. - Paulista Lajeado é controlada conjuntamente por meio de [illegible] e tem como objeto a [illegible] de energia elétrica. A Usina Lajeado [illegible] 902 MW, com participação [illegible] Paulista (CPFL) e Investidores Institucionais (Brasil) [illegible] Paulista Lajeado S.A. - Investco, que detém os ativos relevantes da UHE. A [illegible] em [illegible] de [illegible] passou a ser [illegible] Paulista Lajeado Energia S.A. - Investco e [illegible] Paulista Lajeado (CPFL Paulista). CPFL Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL [illegible] em [illegible] de 2007 proporcionalmente à [illegible] na controlada Paulista Lajeado. Geração detém [illegible] da Paulista Lajeado.

Controladas em desenvolvimento

As [illegible] CPFL Geração detêm a participação em novos empreendimentos de geração [illegible] em operação estão previstos até 2010, somando [illegible] instalada [illegible] MW. Esta capacidade somada à [illegible] CPFL Geração [illegible] Lajeado [illegible]

Foz do Chapecó Energia S.A. (controlada em conjunto)

A Foz do Chapecó Energia S.A. [illegible] de Chapecó [illegible] pelas sociedades [illegible] Energia S.A. e Energia Sustentável do Brasil S.A. para explorar a [illegible] Chapecó [illegible] Rio Uruguai, no trecho dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande [illegible] 855 MW. A [illegible] em operação comercial [illegible] 2010. A [illegible] em 2026, podendo ser prorrogada [illegible] Aneel. Foz do Chapecó [illegible] Geração detém 51% do capital social da Foz do Chapecó.

CPFL Bioenergia S.A.

A [illegible] Bioenergia S.A. - CPFL Bioenergia e suas [illegible] são [illegible] Monte Alegre Participações S.A. e Maplebee, para [illegible] que [illegible] a [illegible] e [illegible] a [illegible] em [illegible] de [illegible] e [illegible] em [illegible] de 2008 a CPFL Bioenergia [illegible] Caconde, [illegible] Santa Rosa e [illegible] Santa Helena, que [illegible] Energia [illegible] 45 MW médios e [illegible] Paraíso, [illegible] Sul Paulista, [illegible] Vale do [illegible] da ordem de R$ 190 milhões e a [illegible] em [illegible] de 2010. A CPFL Geração detém 70% [illegible] da CPFL Bioenergia.

7.1 - Atividades de comercialização e serviços

CPFL ENERGIA S.A. 03.439.144/0001-93

ANEXO VI DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480

Participação direta.

CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, que tem por objeto a comercialização de energia e a prestação de serviços de consultoria em comercialização de energia. A CPFL Brasil está autorizada pela ANEEL a atuar como comercializadora de energia elétrica, nos termos da Resolução ANEEL nº 109, de 26 de abril de 2004. A CPFL Brasil é titular de concessão para comercialização de energia elétrica, conforme Portaria nº 262, de 29 de junho de 2004, do Ministério de Minas e Energia. A CPFL Brasil é uma subsidiária integral da CPFL Energia.

Participações indiretas:

Chain Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.

A Chain Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional") é uma sociedade limitada de responsabilidade limitada com o propósito de comercializar e prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como comercializadora de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil é titular de concessão para comercialização de energia elétrica da CPFL Meridional.

CPFL Comercialização Cone Sul S.A.

A CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, que tem por objeto a comercialização de energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil é titular de concessão para comercialização de energia elétrica da CPFL Cone Sul.

Sul Geradora Participações S.A.

A Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, que tem por objeto a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou associada, bem como a prestação de serviços de consultoria. A controlada CPFL Brasil detém 100% do capital social da Sul Geradora.

CPFL Planalto Ltda.

A CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto") é uma sociedade de cotas de responsabilidade limitada com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, que tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Jaguariúna detém 99% do capital social da CPFL Planalto.

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, que tem por objeto a prestação de serviços de engenharia elétrica e mecânica em geral, a prestação de serviços de manutenção e montagem eletromecânica, a fabricação, comercialização, importação e exportação de equipamentos elétricos e mecânicos em geral e a prestação de serviços de consultoria técnica e administrativa. A controlada CPFL Jaguariúna detém 99% do capital social da CPFL Serviços.

CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.

A CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende") é uma sociedade limitada de responsabilidade limitada que tem por objeto a prestação de serviços de atendimento de chamadas telefônicas de clientes e de consultoria em gestão empresarial, [illegible]

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] prestação de serviços [illegible] empresas do grupo e no futuro para demais empresas. A Sociedade [illegible] da CPFL Atende.

1.4 – Outras Empresas

Perácio Participações S.A.

A Perácio Participações S.A. („Perácio") é uma sociedade por ações de capital fechado [illegible] participação em outras sociedades. Atualmente possui 100% do capital [illegible]. A Sociedade detém 100% do capital social da Perácio.

Chumpitaz Participações S.A.

A Chumpitaz Participações S.A. („Chumpitaz") é uma sociedade por ações de capital fechado [illegible] participação em outras sociedades. Atualmente [illegible] possui [illegible]. A Sociedade detém 100% do capital social da Chumpitaz.

CPFL Jaguariúna S.A.

A CPFL Jaguariúna S.A. („CPFL Jaguariúna") é uma sociedade por ações de capital fechado [illegible] objetivo principal [illegible] participações [illegible] empresas que prestam serviços [illegible] geração de energia elétrica. A Perácio detém 100% do capital social da CPFL Jaguariúna.

Companhia Jaguari de Geração de Energia

A Companhia Jaguari de Geração de Energia („Jaguari Geração") é uma sociedade por ações de capital [illegible] com o objetivo de exploração da geração [illegible] de energia elétrica. Atualmente a Jaguari Geração possui [illegible] de capital social [illegible]. A controlada CPFL Jaguariúna detém [illegible] das [illegible].

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas foram elaboradas de acordo com [illegible] contábeis adotadas no Brasil, [illegible] de forma integral todas as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 [illegible] Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, [illegible] normas definidas pela ANEEL, [illegible] base os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC [illegible] aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em [illegible] de 2009.

2.1 Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

[illegible] de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 que alterou [illegible] Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) [illegible] elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Em [illegible] de dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449 [illegible] alguns aspectos da referida lei [illegible].

AMBEV S/A (ANTIGA ENERGIA S.A.) 02.429.144/0001-93

1 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados até 31 de dezembro de 2009. Essas demonstrações foram preparadas a partir de registros contábeis mantidos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que refletem ajustes não destacados nestas notas explicativas, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a partir de 2008, e estão consistentes com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

- A partir de 2008, a Companhia passou a adotar a política contábil para registro de ativos imobilizados e intangíveis adquiridos mediante doações ou subvenções governamentais para investimentos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - Contabilização de Subvenções e Assistências Governamentais.

- Em atendimento às determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, a Companhia passou a classificar como ativo intangível os gastos com desenvolvimento de sistemas e softwares, anteriormente classificados como imobilizado em curso.

- A Deliberação CVM nº 603/09 introduziu o grupo de balanços consolidados de empresas preparados pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS) que passam a ser apresentados em 2010. Assim, a partir de 2009, a Companhia deixou de apresentar as demonstrações consolidadas.

- Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, que trata dos procedimentos a serem adotados na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Companhia passou a classificar os encargos de arrendamento mercantil operacional como despesas financeiras.

- A partir de 2008, a Companhia passou a adotar a política contábil para registro de ativos imobilizados e intangíveis adquiridos mediante doações ou subvenções governamentais para investimentos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - Contabilização de Subvenções e Assistências Governamentais. Em atendimento às determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, a Companhia passou a classificar como ativo intangível os gastos com desenvolvimento de sistemas e softwares, anteriormente classificados como imobilizado em curso.

- A Deliberação CVM nº 603/09 introduziu o grupo de balanços consolidados de empresas preparados pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS) que passam a ser apresentados em 2010. Assim, a partir de 2009, a Companhia deixou de apresentar as demonstrações consolidadas.

- Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, que trata dos procedimentos a serem adotados na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Companhia passou a classificar os encargos de arrendamento mercantil operacional como despesas financeiras.

- A partir de 2008, a Companhia passou a adotar a política contábil para registro de ativos imobilizados e intangíveis adquiridos mediante doações ou subvenções governamentais para investimentos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - Contabilização de Subvenções e Assistências Governamentais. Em atendimento às determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, a Companhia passou a classificar como ativo intangível os gastos com desenvolvimento de sistemas e softwares, anteriormente classificados como imobilizado em curso.

- A Deliberação CVM nº 603/09 introduziu o grupo de balanços consolidados de empresas preparados pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS) que passam a ser apresentados em 2010. Assim, a partir de 2009, a Companhia deixou de apresentar as demonstrações consolidadas.

- Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, que trata dos procedimentos a serem adotados na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Companhia passou a classificar os encargos de arrendamento mercantil operacional como despesas financeiras.

- A partir de 2008, a Companhia passou a adotar a política contábil para registro de ativos imobilizados e intangíveis adquiridos mediante doações ou subvenções governamentais para investimentos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - Contabilização de Subvenções e Assistências Governamentais. Em atendimento às determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, a Companhia passou a classificar como ativo intangível os gastos com desenvolvimento de sistemas e softwares, anteriormente classificados como imobilizado em curso.

- A Deliberação CVM nº 603/09 introduziu o grupo de balanços consolidados de empresas preparados pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS) que passam a ser apresentados em 2010. Assim, a partir de 2009, a Companhia deixou de apresentar as demonstrações consolidadas.

- Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, que trata dos procedimentos a serem adotados na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Companhia passou a classificar os encargos de arrendamento mercantil operacional como despesas financeiras.

- A partir de 2008, a Companhia passou a adotar a política contábil para registro de ativos imobilizados e intangíveis adquiridos mediante doações ou subvenções governamentais para investimentos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - Contabilização de Subvenções e Assistências Governamentais. Em atendimento às determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, a Companhia passou a classificar como ativo intangível os gastos com desenvolvimento de sistemas e softwares, anteriormente classificados como imobilizado em curso.

- A Deliberação CVM nº 603/09 introduziu o grupo de balanços consolidados de empresas preparados pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS) que passam a ser apresentados em 2010. Assim, a partir de 2009, a Companhia deixou de apresentar as demonstrações consolidadas.

- Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, que trata dos procedimentos a serem adotados na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Companhia passou a classificar os encargos de arrendamento mercantil operacional como despesas financeiras.

- A partir de 2008, a Companhia passou a adotar a política contábil para registro de ativos imobilizados e intangíveis adquiridos mediante doações ou subvenções governamentais para investimentos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - Contabilização de Subvenções e Assistências Governamentais. Em atendimento às determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, a Companhia passou a classificar como ativo intangível os gastos com desenvolvimento de sistemas e softwares, anteriormente classificados como imobilizado em curso.

- A Deliberação CVM nº 603/09 introduziu o grupo de balanços consolidados de empresas preparados pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS) que passam a ser apresentados em 2010. Assim, a partir de 2009, a Companhia deixou de apresentar as demonstrações consolidadas.

- Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, que trata dos procedimentos a serem adotados na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Companhia passou a classificar os encargos de arrendamento mercantil operacional como despesas financeiras.

- A partir de 2008, a Companhia passou a adotar a política contábil para registro de ativos imobilizados e intangíveis adquiridos mediante doações ou subvenções governamentais para investimentos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - Contabilização de Subvenções e Assistências Governamentais. Em atendimento às determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, a Companhia passou a classificar como ativo intangível os gastos com desenvolvimento de sistemas e softwares, anteriormente classificados como imobilizado em curso.

- A Deliberação CVM nº 603/09 introduziu o grupo de balanços consolidados de empresas preparados pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS) que passam a ser apresentados em 2010. Assim, a partir de 2009, a Companhia deixou de apresentar as demonstrações consolidadas.

- Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, que trata dos procedimentos a serem adotados na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Companhia passou a classificar os encargos de arrendamento mercantil operacional como despesas financeiras.

As práticas contábeis e os critérios de cálculo e de consolidação adotados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008 e 2007 estão consistentes com as

1-01 NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Referência Líquida
	2008	2007	2007
Ativo Circulante de acordo da Lei 11.638/07	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total de acordo da Lei 11.638/07	1.275.697	1.680.721	4.952.517

[illegible]

Reclassificações realizadas	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible] Distintas [illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible] Diversas [illegible]	[illegible]	[illegible]

2.2 Sumário das Principais Práticas Contábeis

- **Disponibilidades** - [illegible] os saldos de caixa, depósitos em bancos [illegible] aplicações financeiras de curto prazo [illegible]

- **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** - Incluem [illegible] a outras [illegible] mercados disponibilizados pela CCEE [illegible]

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base em análise [illegible] clientes de classe, exclusivamente vencidos [illegible] e das contas classes [illegible] classe poder público. Considera também uma análise [illegible] clientes [illegible] de débitos [illegible] considerados de difícil recebimento [illegible] a experiência [illegible] em relação às [illegible] créditos.

- **Arrendamento Mercantil** – Operações que [illegible] transferência substancial dos riscos e benefícios [illegible] arrendamento mercantil financeiro. As demais operações de arrendamento são [illegible] mercantil operacional.

[illegible]

Investimentos – [illegible]

Imobilizado – [illegible] 31 de dezembro de [illegible]

Intangível – [illegible]

Diferido – [illegible]

Redução ao valor recuperável – [illegible]

Atualizações de Direitos e Obrigações – [illegible]

CIBRA C CIVIL EMPRESA S.A. 02.429.186/0001-93

[a.n] NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Impostos de Renda e Contribuição Social - Calculados à alíquota corrente, acrescida do adicional, quando aplicável, sobre o lucro tributável. A Sociedade e determinadas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. Para as demais controladas, a provisão para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídas com base no lucro real, observadas as disposições da legislação tributária. Incluem também créditos fiscais e diferenças temporárias sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, constituídos sobre as parcelas que, com base em estudos técnicos aprovados pela administração, têm a expectativa de realização nos exercícios futuros.

Em 2008, foi optado por uma das alternativas previstas no artigo 15 da Lei nº 11.941/09 que instituiu o Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do Lucro Real e Social. Para o ano-calendário de 2008, a empresa optou pela não adoção do RTT, mantendo os critérios fiscais de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social vigentes em 31/12/2007.

2. Planos de Aposentadoria e Pensão - As contribuições devidas pela Sociedade e suas controladas para os planos de pensão são lançadas nas respectivas contas de despesa de acordo com o regime de competência (Lei nº 6.404/76, art. 183, inciso II).

3. Provisão para Contingências - As provisões para contingências passivas são constituídas e periodicamente atualizadas, tendo a administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, e também de acordo com a experiência em relação a reclamações semelhantes, provisionado valores suficientes para cobrir as perdas prováveis. Os depósitos judiciais vinculados a essas provisões são atualizados monetariamente.

4. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Atualizados com base nas taxas pactuadas, acrescidas dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço. Os encargos financeiros incorridos durante o período de construção são capitalizados como parte do custo de imobilizações em andamento.

5. Derivativos - São classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Refletem as variações nas taxas cambiais e de juros de determinados passivos. Referem-se a operações de swap contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, com o objetivo de proteger parte das dívidas contra flutuações desfavoráveis nas taxas de câmbio e de juros.

6. Resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de venda de bens é reconhecida quando os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens são transferidos para o comprador, o que normalmente ocorre com a emissão da nota fiscal de entrega. As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência. Os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado do período.

7. Estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade faça estimativas e

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL [illegible] SIMPLES CONFERÊNCIA
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
[illegible] - Demonstrações Financeiras Padronizadas [illegible] Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS [illegible]
[illegible] Reapresentação Espontânea

[illegible] COPEL ENERGIA S.A. [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] para a determinação e o registro de [illegible] que afetam [illegible] passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre [illegible] demonstrações financeiras. Os resultados finais [illegible] podem diferir [illegible]. A [illegible] revisadas [illegible] as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

[illegible] Lucro Líquido por Ação - [illegible] considerando-se a quantidade [illegible]

2.3 Critérios de consolidação

[illegible] consolidadas abrangem os saldos e transações da [illegible] COPEL [illegible] COPEL Santa Cruz, COPEL Geração, COPEL [illegible]. Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram [illegible]

[illegible] demonstrações financeiras da [illegible] COPEL Geração, COPEL Brasil [illegible] são consolidadas [illegible] controladas em conjunto.

[illegible]

[illegible]

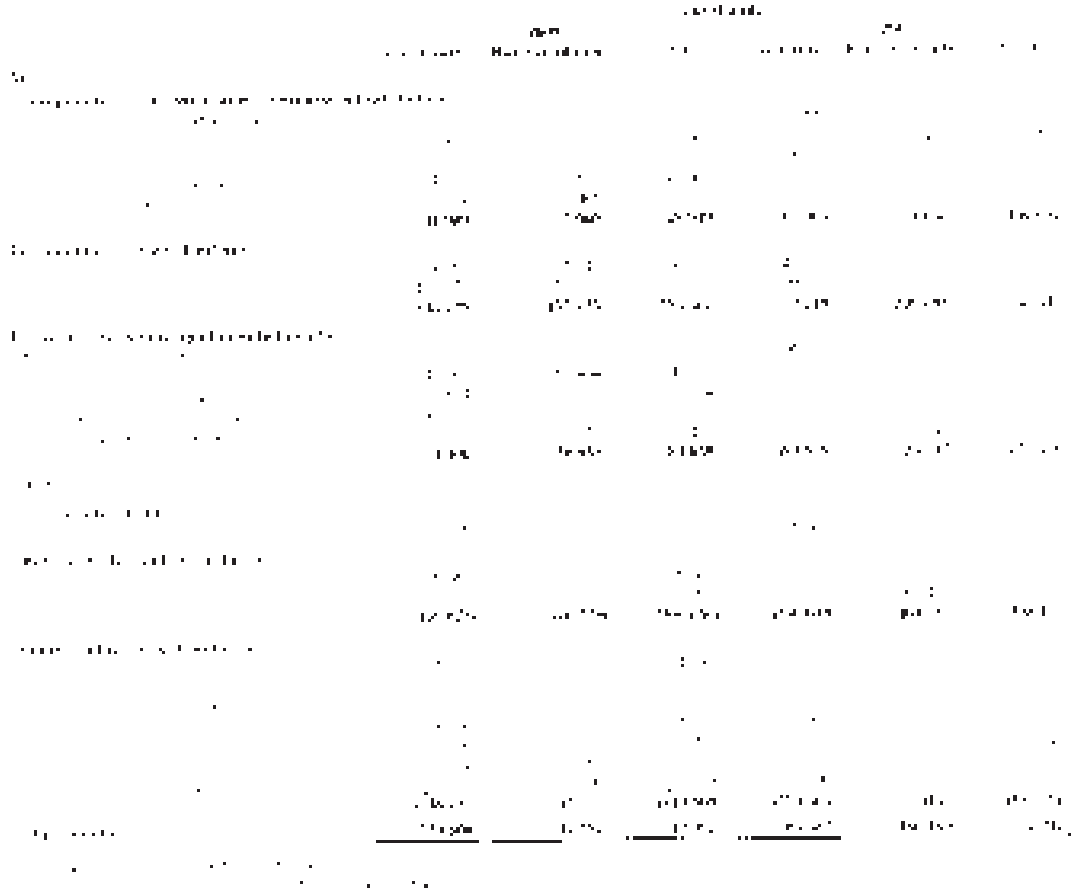
[illegible] estão consistentes com aquelas [illegible] Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº [illegible]

[illegible] são como segue:

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

(3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS



[illegible]

a) Racionamento (RTE, Energia Livre e Parcela "A")

[illegible] Programa Emergencial de Redução [illegible] de 2001 e [illegible] de 2002 [illegible] Governo Federal [illegible] Este acordo [illegible] mecanismo de [illegible] um reajuste [illegible] consumidores [illegible] para todos os [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] compensação [illegible]

a.1) Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)

[illegible] Programa de Racionamento [illegible]

[illegible] RTE [illegible] CPFL [illegible] R$ [illegible] ANEEL [illegible] CPFL [illegible] CPFL Mococa [illegible] RTE [illegible] respectivamente.

[illegible] RTE [illegible] CPFL Sul Paulista [illegible] R$ [illegible] ANEEL [illegible] RTE [illegible]

a.2) Energia Livre

[illegible] período de racionamento.

[illegible] ANEEL.

[illegible] RTE [illegible] CPFL [illegible] R$ [illegible] R$ [illegible] CPFL Sul Paulista [illegible] R$ [illegible]

[illegible] RGE [illegible]

[illegible] RTE [illegible] RGE e CPFL Geração [illegible] Energia Livre [illegible] R$ [illegible] CPFL Geração [illegible] R$ [illegible]

a.3) Parcela "A"

[illegible] SELIC.

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] CPFL [illegible] a Parcela "A" começou a ser compensada a partir de [illegible] 2008 [illegible] de mecanismo análogo ao da RTE. Para a [illegible] CPFL [illegible] Parcela "A" começou a ser amortizada a partir de [illegible] de 2008 [illegible] registrado. Para as controladas CPFL [illegible], CPFL [illegible], CPFL [illegible], CPFL Mococa e CPFL Jaguari os saldos da Parcela "A" foram [illegible] de 2008, [illegible] de 2007, setembro de 2005, março de 20[illegible] [illegible].

[illegible] CPFL [illegible] dada a necessidade de [illegible] substituído [illegible] no processo de Reajuste Tarifário de 2008. Assim, [illegible] a partir de [illegible] de 2008 [illegible] no processo de [illegible] R$ 8.[illegible]

[illegible] dos saldos [illegible] à RTE, Energia Livre e Parcela "A" [illegible]:

	RTE	[illegible] Energia Livre Ativo	[illegible] Passivo	Parcela "A" [illegible]
[illegible]	333.[illegible]	2[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldos em 31 de dezembro de 2008	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) [illegible] Ciclo de Revisão Tarifária

A ANEEL [illegible] do 2º ciclo de revisão tarifária [illegible] 03 de fevereiro de 2008 para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL [illegible] e CPFL Sul Paulista em [illegible] de 2008, [illegible] CPFL Paulista em [illegible] de abril de 2008 [illegible] RGE em [illegible] de [illegible] CPFL [illegible] conforme demonstrado abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible] pelo consumidor [illegible]

[illegible] ANEEL [illegible] de [illegible] de 2008 [illegible] CPFL [illegible] ANEEL [illegible]

[illegible] RGE [illegible] Bases de Remuneração [illegible] CPFL [illegible]

Reajuste Tarifário 2008

[illegible] ANEEL [illegible] CPFL [illegible]

[illegible] USO EMPRESA [illegible]
[illegible] DE VALORES MOBILIÁRIOS
[illegible] Legislação Societária
[illegible]

[illegible] CPFL ENERGIA S.A. [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible]

[illegible] ANEEL [illegible]

	CPFL Energia
[illegible]	[illegible]

[illegible]

c) Componentes Financeiros

c.1) Revisão Tarifária

[illegible] ANEEL [illegible] Resolução Homologatória [illegible] CPFL [illegible] Revisão Tarifária [illegible] Reajuste Tarifário [illegible]

[illegible]

[illegible] ANEEL [illegible] Resolução Homologatória [illegible] CPFL [illegible]

[illegible] ANEEL [illegible]

[illegible]

ANEEL [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] ANEEL [illegible]

[illegible]

[illegible] 2008 [illegible] ANEEL [illegible]

[illegible]

2.2 Descontos TUSD e Irrigação

[illegible]

[illegible] ANEEL [illegible]

[illegible]

[illegible]

c 3) EVA

[illegible]

[illegible]

c 4) Majoração de PIS e COFINS

[illegible]

[illegible]

[illegible]

c 5) Sobrecontratação

[illegible]

[illegible]

[illegible] ANEEL [illegible] 31 de dezembro de 2007.

[illegible] 2008 [illegible]

[illegible] CPFL [illegible] R$ [illegible]

[illegible] CPFL Brasil [illegible] R$ [illegible]

[illegible] 2008 [illegible] ANEEL [illegible]

[illegible] R$ [illegible] 31 de dezembro de 2008 [illegible] R$ 21.992.

[illegible] CVA [illegible] R$ [illegible]

[illegible] ANEEL [illegible]

(b) Subvenção – Baixa Renda

[illegible] 2002 [illegible] Decreto [illegible] 2002 [illegible] Governo Federal.

14 NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

6.3 Devolução ao Consumidor - Recálculo IRT

[illegible]

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	17 503	[illegible]	[illegible]

[illegible] correspondem a aplicações de curto prazo [illegible] de mercado [illegible] Certificados de Depósito [illegible]

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

[illegible] de 2008 e de 2007 [illegible]

	Consolidado				
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos > 90 dias	Total 2008	Total 2007
Circulante					
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	1 029 506	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]
	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não circulante					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	
Total	[illegible]			[illegible]	[illegible]

Parcelamento de Débitos de Consumidores – [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

Operações Realizadas na CCEE - Os valores referem-se à contabilização [illegible] setembro de 2000 [illegible] principalmente [illegible] ajustes judiciais [illegible] setembro de 2000 a dezembro de 2002 [illegible] pela CCEE [illegible]

Concessionárias e Permissionárias - [illegible] Concessionárias e Permissionárias [illegible] CPFL Geração e CPFL Brasil [illegible] de contas com valores a pagar.

[illegible] registro de valores a receber da AES Tietê S.A. [illegible] de Uso do Sistema de Transmissão [illegible] para a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica [illegible] Uso do Sistema de Transmissão de Energia [illegible]

[illegible] de R$ 11.259 [illegible] de agosto de 2004 [illegible]

[illegible] CCEE [illegible] de 2000 [illegible] a receber da AES Tietê [illegible] de R$ 124.565 [illegible] Receita Operacional [illegible] Receita Financeira [illegible] Atualização Monetária e Cambial [illegible] de R$ 116.703 [illegible] para a CTEEP [illegible] da Rede [illegible] Rede Básica [illegible] R$ 95.790 [illegible] R$ 16.312

[illegible]TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

[illegible] de Contas do Comitê [illegible] em 2003 a Sociedade [illegible] Vendas de Energia Elétrica [illegible] CPFL Brasil [illegible] CESP [illegible]

[illegible] em 31 de dezembro de 2003, o saldo [illegible] R$ [illegible] de 2004 [illegible] é de R$ [illegible]

17 TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Total				
Não circulante				
Total				

[illegible] Contribuição Social a Compensar referem-se [illegible] Federal – [illegible] Federal – [illegible] Contribuição Social aguardando a [illegible] procedimentos [illegible] compensação de créditos

18 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2007	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	

(9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	101.882	202.[illegible]	29.210	40.[illegible]

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos créditos de Contribuição Social e Imposto de Renda

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Crédito de Contribuição Social sobre:				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	24.261	15.080	322.490	231.[illegible]
Crédito de Imposto de Renda sobre:				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	101.594	23.832	1.016.415	987.[illegible]
Crédito de PIS COFINS sobre:				
[illegible]			[illegible]	
Total	125.855	89.713	1.352.[illegible]	1.374.[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	125.855	89.713	1.352.[illegible]	1.374.[illegible]

Previsão de Recuperação

[illegible]

	Controladora	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	111.544	1.132.736

[illegible]

10.2 - Benefício Fiscal na Ágio Incorporado:

[illegible]

	Consolidado			
	2008		2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	199.105	672.154	284.114	[illegible]

[illegible]

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

	Consolidado				
	2008			2007	
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

10.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2008 e 2007:

	Controladora			
	2008		2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes dos Tributos	1.465.078	1.465.078	[illegible]	[illegible]
Ajustes para Refletir a Alíquota Efetiva:				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Base de Cálculo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Alíquota Aplicável				
Crédito (Débito) [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	Consolidado			
	2008		2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes dos Tributos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ajustes para Refletir a Alíquota Efetiva:				
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Base de Cálculo	[illegible]	2.007.235	[illegible]	[illegible]
Alíquota Aplicável				
Crédito (Débito) [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Amortização de Intangível (ágio) - Refere-se ao ágio amortizado [illegible] para efeito de Imposto de Renda.

[illegible]

Realização CMC – [illegible]

Crédito Fiscal Constituído – [illegible] SEMESA [illegible]

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Créditos a Receber - CESP - [illegible]

Créditos a Receber - Acionistas BAESA - [illegible] BAESA [illegible] CPFL Geração [illegible]

[illegible] BAESA [illegible] ANEEL [illegible] BAESA [illegible] CPFL [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

Adiantamentos – Fundação CESP - [illegible] empregados e manutenção operacional da entidade.

Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados - [illegible]

Fundo Vinculado a Empréstimos em Moeda Estrangeira - [illegible] empréstimos.

Serviços Prestados a Terceiros - Compreendem [illegible] serviços prestados [illegible] de energia elétrica.

Reembolso RGR - [illegible] ANEEL [illegible]

Contratos de Pré Compra de Energia - [illegible] energia a ser fornecida no futuro.

[illegible] 12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

12.1 - Participações Societárias Permanentes por equivalência patrimonial

[illegible] CPFL Santa Cruz [illegible]

[illegible]

[illegible] CPFL Santa Cruz [illegible]

b) [illegible] RGE [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible]

RGF

[illegible]

[illegible]

CPFL Santa Cruz

[illegible]

Parácio CPFL Jaguariúna e subsidiárias

[illegible]

[illegible]

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] CPFL Mococa em [illegible] R$ [illegible] [illegible] CPFL [illegible] de controle sobre as subsidiárias.

12.2 – Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

	Controladora					
	Dividendo		JCP		Total	
Controladas	2008	2007	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	771.921	905.187	113.011	103.196	884.932	1.008.383

[illegible] 2008, a Sociedade [illegible] a montante de R$ [illegible] [illegible] 2007 [illegible] 2008 [illegible] R$ [illegible] [illegible] RBF [illegible] Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.

12.3 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

[illegible] AFAC [illegible] R$ [illegible] [illegible] CPFL [illegible]

12.4 – Participações Societárias pelo Custo

[illegible] 5,91% [illegible] 25,92% [illegible] 18,4 [illegible] Contexto Operacional para maiores detalhes [illegible] Custo [illegible] 40,0% [illegible] 14.2

12.5 – Ágio

[illegible] Nos demonstrações financeiras consolidadas [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] IMOBILIZADO

	[illegible]	Consolidado	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible] ANEEL [illegible]

[illegible]

Bens Arrendados [illegible] ANEEL [illegible]

Imobilizado em Curso [illegible] Chapecó [illegible] R$ [illegible]

[illegible]

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão [illegible] Revisão Tarifária [illegible] Obrigações Especiais [illegible]

Outorga da Concessão [illegible] (IGP-M) [illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]
[illegible] CERAN, ENERCAN, BAESA e [illegible]

Análise da Redução ao Valor Recuperável de Ativos

[illegible]

(14) INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	380	6.412	2.[illegible]9.136	2.855.125

14.1 Composição do Intangível de Concessão

[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO	02.439.144/0001-60

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 dos valores relativos à Concessão estão assim demonstrados:

	31/12/2014	31/12/2013
Intangível - Concessão		
Intangível adquirido já incorporado	1.638.837	1.638.837
Intangível adquirido já incorporado - Dedutivo	(1.638.837)	(1.638.837)
Intangível adquirido já incorporado - Recomposto	1.638.837	1.638.837
Intangível - Outros		
Intangível em curso	1.638.837	1.638.837
Intangível em curso - Dedutivo	(1.638.837)	(1.638.837)
Intangível em curso - Recomposto	1.638.837	1.638.837

- Intangível – Concessão

Representado pelo direito de exploração da concessão de serviço público de energia elétrica, mensurado pelo custo de aquisição. Corresponde ao valor justo atribuído à concessão pela [illegible] da concessão. A Jornada [illegible] como objetivo de obter [illegible] concessionária, com base no custo de aquisição. Como prazo de [illegible] concessionária [illegible] Concessão.

Intangível adquirido já incorporado

Representado pelo valor justo atribuído à concessão por ocasião [illegible] em 2010 [illegible] Geração em junho de 2010, CEEE Participações (CEEE PAR) em novembro de 2010 e RGE em dezembro de 2010. Na data-base [illegible] CEEE Participações. Esses ativos foram [illegible] pelo prazo [illegible] concessão.

Intangível adquirido já incorporado - Dedutivo

Representado pelo valor [illegible] que foram [illegible] pela Lei nº 12.783 e 3.650 [illegible] pelo prazo [illegible] concessão.

- Intangível adquirido já incorporado - Recomposto

Valor [illegible] pela [illegible] ANEEL [illegible] pelo prazo [illegible] concessão.

- Intangível – Outros

Representado pelo [illegible] em curso [illegible] pelo custo de aquisição [illegible] pelo prazo [illegible] concessão. [illegible] Ativo Recuperável das Ações.

Em [illegible] de dezembro de 2014 [illegible]

[illegible] FEDERAL [illegible]
[illegible] DE VALORES MOBILIÁRIOS
[illegible] Demonstrações Financeiras Padronizadas [illegible]
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS [illegible]
[illegible]

[illegible] ENERGIA S.A. [illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.2 Análise do Valor de Recuperação

[illegible] Redução ao Valor Recuperável dos Ativos [illegible] considerado [illegible]

[illegible]

[illegible] com base [illegible]

- [illegible]
- [illegible]
- [illegible] capital

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

(15) FORNECEDORES

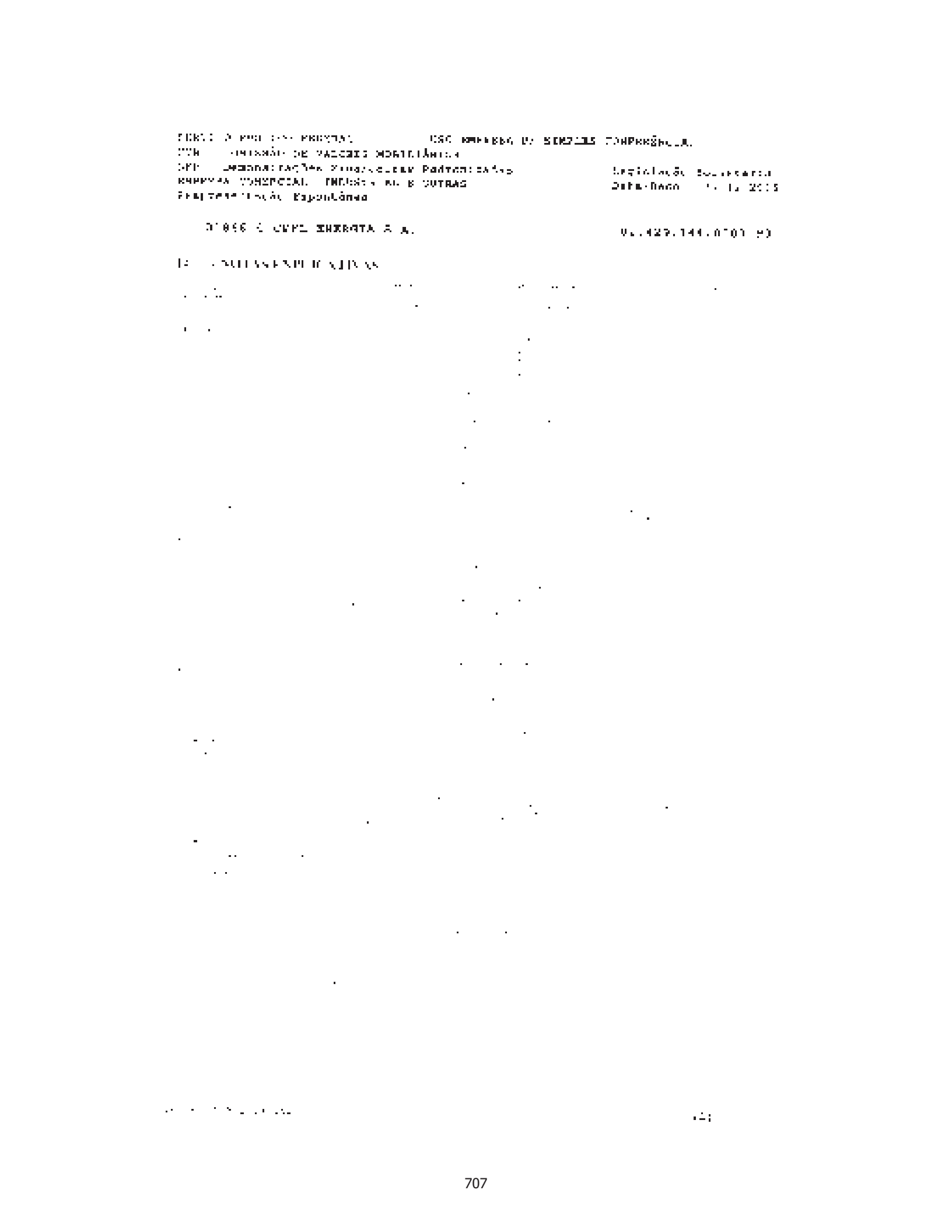
Circulante	Consolidado 2008	Consolidado 2007
[illegible]	52 330	6 126
[illegible]	631 554	[illegible]
[illegible]	150 [illegible]	[illegible]
[illegible]	114 [illegible]	142 174
[illegible]	20 215	35 [illegible]
[illegible]	24 [illegible]	[illegible]
Total	982.344	867.954

Não Circulante		
[illegible]	-	223
[illegible]	85 311	-
	85 311	223

[illegible]

(16) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

[illegible]



[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Principais captações:

Moeda Nacional

BNDES – Investimento FINEM III (CPFL Paulista) – [illegible]

[illegible]

BNDES – Investimento FINEM IV (CPFL Paulista) – A controlada [illegible] do BNDES, em 2008 no montante de R$ [illegible] parte de uma [illegible] FINEM [illegible] expansão [illegible] Elétrico. A [illegible] montante de R$ 100.000 e o saldo remanescente de R$ [illegible] até o término de [illegible] de 2009. Os [illegible] de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

BNDES – Investimento FINEM IV – (RGE) – A controlada [illegible] do BNDES em 2008 no montante de R$ 2[illegible] parte de uma [illegible] expansão e modernização [illegible] o saldo remanescente de R$ [illegible] Os juros serão pagos trimestralmente [illegible] amortizações serão efetuadas mensalmente.

BNDES – Investimento FINEM II (CPFL Piratininga) – A controlada obteve [illegible] do BNDES, em 2007 no montante de R$ [illegible] FINEM [illegible] expansão e modernização do Sistema Elétrico. [illegible] R$ [illegible] de dezembro de 2007 [illegible] 2008.

BNDES – Investimento FINEM III (CPFL Piratininga) – A controlada [illegible] do BNDES em 2008 [illegible] de R$ [illegible] FINEM [illegible] expansão e modernização do [illegible] montante de R$ 50.000 e o saldo remanescente [illegible] de 2009. Os juros [illegible] de dezembro de 2009, e a partir de 15 de janeiro de 2010 serão [illegible] mensalmente.

BNDES – Investimento (CERAN) – [illegible] 2008 foram liberados [illegible] pelo BNDES, destinado ao financiamento [illegible] de R$ 2[illegible] (R$ 1[illegible]) proporcional à participação da CPFL [illegible] de R$ 4.[illegible] (R$ 2.[illegible]) proporcional à participação da CPFL [illegible] de 2009. Os juros [illegible] 2009.

BNDES – Investimento (Foz do Chapecó) – Durante 2008 foram [illegible] R$ [illegible] proporcional à participação da CPFL Geração [illegible] pelo BNDES [illegible] montante total de R$ [illegible] Foz do Chapecó. O saldo remanescente de R$ [illegible] CPFL Geração [illegible] Os juros e principal serão pagos mensalmente [illegible].

Instituições Financeiras (CPFL Santa Cruz) – A controlada [illegible] R$ [illegible] [illegible] em [illegible] de 2011.

Instituições Financeiras (CPFL Geração) – Referem-se [illegible] de 2008 [illegible] da RGE [illegible] Banco [illegible] de R$ [illegible]

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] de 2008 [illegible] pela controlada CPFL Geração [illegible] prevista para [illegible] de 2011.

Instituições Financeiras (CERAN) - [illegible] R$ [illegible] R$ [illegible] prorrogação [illegible] CPFL Geração [illegible] Os [illegible] principal [illegible] de 2008.

Moeda Estrangeira

Instituições Financeiras (CPFL Piratininga) - A controlada [illegible] de 2008, [illegible] Resolução [illegible] em fevereiro de 2008 para finalidade de reforço de caixa [illegible]

Instituições Financeiras (CPFL Geração) - [illegible] de [illegible] R$ [illegible] R$ [illegible] R$ [illegible] R$ [illegible] R$ [illegible] [illegible]

[illegible] empréstimos e financiamentos de [illegible] [illegible]

Vencimento	Consolidado
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Total	3.896.6[illegible]

[illegible] empréstimos e [illegible] [illegible] está [illegible] demonstrado:

	Variação acumulada em %		% da dívida	
Indexador	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
			100,00	100,00

01846-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]
CONDIÇÕES RESTRITIVAS

BNDES

[illegible] BNDES [illegible] CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Geração, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Centrais Geradoras, CPFL Brasil Holding I, CPFL Brasil Holding II, CPFL Brasil Gás, CPFL Serviços, CPFL Telecom, CPFL Jaguariúna, CPFL Planalto, CPFL Sul Geradora, CPFL Bioenergia, CPFL Energias Renováveis, CPFL Brasil Holding III, CPFL Brasil Holding IV, CPFL Brasil Holding V, CPFL Brasil Holding VI, CPFL Brasil Holding VII, CPFL Brasil Holding VIII, CPFL Brasil Holding IX, CPFL Brasil Holding X, CPFL Brasil Holding XI, CPFL Brasil Holding XII, CPFL Brasil Holding XIII, CPFL Brasil Holding XIV, CPFL Brasil Holding XV, CPFL Brasil Holding XVI, CPFL Brasil Holding XVII, CPFL Brasil Holding XVIII, CPFL Brasil Holding XIX, CPFL Brasil Holding XX, CPFL Brasil Holding XXI, CPFL Brasil Holding XXII, CPFL Brasil Holding XXIII, CPFL Brasil Holding XXIV, CPFL Brasil Holding XXV, CPFL Brasil Holding XXVI, CPFL Brasil Holding XXVII, CPFL Brasil Holding XXVIII, CPFL Brasil Holding XXIX, CPFL Brasil Holding XXX, CPFL Brasil Holding XXXI, CPFL Brasil Holding XXXII, CPFL Brasil Holding XXXIII, CPFL Brasil Holding XXXIV, CPFL Brasil Holding XXXV, CPFL Brasil Holding XXXVI, CPFL Brasil Holding XXXVII, CPFL Brasil Holding XXXVIII, CPFL Brasil Holding XXXIX, CPFL Brasil Holding XL, CPFL Brasil Holding XLI, CPFL Brasil Holding XLII, CPFL Brasil Holding XLIII, CPFL Brasil Holding XLIV, CPFL Brasil Holding XLV, CPFL Brasil Holding XLVI, CPFL Brasil Holding XLVII, CPFL Brasil Holding XLVIII, CPFL Brasil Holding XLIX, CPFL Brasil Holding L, CPFL Brasil Holding LI, CPFL Brasil Holding LII, CPFL Brasil Holding LIII, CPFL Brasil Holding LIV, CPFL Brasil Holding LV, CPFL Brasil Holding LVI, CPFL Brasil Holding LVII, CPFL Brasil Holding LVIII, CPFL Brasil Holding LIX, CPFL Brasil Holding LX, CPFL Brasil Holding LXI, CPFL Brasil Holding LXII, CPFL Brasil Holding LXIII, CPFL Brasil Holding LXIV, CPFL Brasil Holding LXV, CPFL Brasil Holding LXVI, CPFL Brasil Holding LXVII, CPFL Brasil Holding LXVIII, CPFL Brasil Holding LXIX, CPFL Brasil Holding LXX, CPFL Brasil Holding LXXI, CPFL Brasil Holding LXXII, CPFL Brasil Holding LXXIII, CPFL Brasil Holding LXXIV, CPFL Brasil Holding LXXV, CPFL Brasil Holding LXXVI, CPFL Brasil Holding LXXVII, CPFL Brasil Holding LXXVIII, CPFL Brasil Holding LXXIX, CPFL Brasil Holding LXXX, CPFL Brasil Holding LXXXI, CPFL Brasil Holding LXXXII, CPFL Brasil Holding LXXXIII, CPFL Brasil Holding LXXXIV, CPFL Brasil Holding LXXXV, CPFL Brasil Holding LXXXVI, CPFL Brasil Holding LXXXVII, CPFL Brasil Holding LXXXVIII, CPFL Brasil Holding LXXXIX, CPFL Brasil Holding XC, CPFL Brasil Holding XCI, CPFL Brasil Holding XCII, CPFL Brasil Holding XCIII, CPFL Brasil Holding XCIV, CPFL Brasil Holding XCV, CPFL Brasil Holding XCVI, CPFL Brasil Holding XCVII, CPFL Brasil Holding XCVIII, CPFL Brasil Holding XCIX, CPFL Brasil Holding C, CPFL Brasil Holding CI, CPFL Brasil Holding CII, CPFL Brasil Holding CIII, CPFL Brasil Holding CIV, CPFL Brasil Holding CV, CPFL Brasil Holding CVI, CPFL Brasil Holding CVII, CPFL Brasil Holding CVIII, CPFL Brasil Holding CIX, CPFL Brasil Holding CX, CPFL Brasil Holding CXI, CPFL Brasil Holding CXII, CPFL Brasil Holding CXIII, CPFL Brasil Holding CXIV, CPFL Brasil Holding CXV, CPFL Brasil Holding CXVI, CPFL Brasil Holding CXVII, CPFL Brasil Holding CXVIII, CPFL Brasil Holding CXIX, CPFL Brasil Holding CXX, CPFL Brasil Holding CXXI, CPFL Brasil Holding CXXII, CPFL Brasil Holding CXXIII, CPFL Brasil Holding CXXIV, CPFL Brasil Holding CXXV, CPFL Brasil Holding CXXVI, CPFL Brasil Holding CXXVII, CPFL Brasil Holding CXXVIII, CPFL Brasil Holding CXXIX, CPFL Brasil Holding CXXX, CPFL Brasil Holding CXXXI, CPFL Brasil Holding CXXXII, CPFL Brasil Holding CXXXIII, CPFL Brasil Holding CXXXIV, CPFL Brasil Holding CXXXV, CPFL Brasil Holding CXXXVI, CPFL Brasil Holding CXXXVII, CPFL Brasil Holding CXXXVIII, CPFL Brasil Holding CXXXIX, CPFL Brasil Holding CXL, CPFL Brasil Holding CXLI, CPFL Brasil Holding CXLII, CPFL Brasil Holding CXLIII, CPFL Brasil Holding CXLIV, CPFL Brasil Holding CXLV, CPFL Brasil Holding CXLVI, CPFL Brasil Holding CXLVII, CPFL Brasil Holding CXLVIII, CPFL Brasil Holding CXLIX, CPFL Brasil Holding CL, CPFL Brasil Holding CLI, CPFL Brasil Holding CLII, CPFL Brasil Holding CLIII, CPFL Brasil Holding CLIV, CPFL Brasil Holding CLV, CPFL Brasil Holding CLVI, CPFL Brasil Holding CLVII, CPFL Brasil Holding CLVIII, CPFL Brasil Holding CLIX, CPFL Brasil Holding CLX, CPFL Brasil Holding CLXI, CPFL Brasil Holding CLXII, CPFL Brasil Holding CLXIII, CPFL Brasil Holding CLXIV, CPFL Brasil Holding CLXV, CPFL Brasil Holding CLXVI, CPFL Brasil Holding CLXVII, CPFL Brasil Holding CLXVIII, CPFL Brasil Holding CLXIX, CPFL Brasil Holding CLXX, CPFL Brasil Holding CLXXI, CPFL Brasil Holding CLXXII, CPFL Brasil Holding CLXXIII, CPFL Brasil Holding CLXXIV, CPFL Brasil Holding CLXXV, CPFL Brasil Holding CLXXVI, CPFL Brasil Holding CLXXVII, CPFL Brasil Holding CLXXVIII, CPFL Brasil Holding CLXXIX, CPFL Brasil Holding CLXXX, CPFL Brasil Holding CLXXXI, CPFL Brasil Holding CLXXXII, CPFL Brasil Holding CLXXXIII, CPFL Brasil Holding CLXXXIV, CPFL Brasil Holding CLXXXV, CPFL Brasil Holding CLXXXVI, CPFL Brasil Holding CLXXXVII, CPFL Brasil Holding CLXXXVIII, CPFL Brasil Holding CLXXXIX, CPFL Brasil Holding CXC, CPFL Brasil Holding CXCI, CPFL Brasil Holding CXCII, CPFL Brasil Holding CXCIII, CPFL Brasil Holding CXCIV, CPFL Brasil Holding CXCV, CPFL Brasil Holding CXCVI, CPFL Brasil Holding CXCVII, CPFL Brasil Holding CXCVIII, CPFL Brasil Holding CXCIX, CPFL Brasil Holding CC, CPFL Brasil Holding CCI, CPFL Brasil Holding CCII, CPFL Brasil Holding CCIII, CPFL Brasil Holding CCIV, CPFL Brasil Holding CCV, CPFL Brasil Holding CCVI, CPFL Brasil Holding CCVII, CPFL Brasil Holding CCVIII, CPFL Brasil Holding CCIX, CPFL Brasil Holding CCX, CPFL Brasil Holding CCXI, CPFL Brasil Holding CCXII, CPFL Brasil Holding CCXIII, CPFL Brasil Holding CCXIV, CPFL Brasil Holding CCXV, CPFL Brasil Holding CCXVI, CPFL Brasil Holding CCXVII, CPFL Brasil Holding CCXVIII, CPFL Brasil Holding CCXIX, CPFL Brasil Holding CCXX, CPFL Brasil Holding CCXXI, CPFL Brasil Holding CCXXII, CPFL Brasil Holding CCXXIII, CPFL Brasil Holding CCXXIV, CPFL Brasil Holding CCXXV, CPFL Brasil Holding CCXXVI, CPFL Brasil Holding CCXXVII, CPFL Brasil Holding CCXXVIII, CPFL Brasil Holding CCXXIX, CPFL Brasil Holding CCXXX, CPFL Brasil Holding CCXXXI, CPFL Brasil Holding CCXXXII, CPFL Brasil Holding CCXXXIII, CPFL Brasil Holding CCXXXIV, CPFL Brasil Holding CCXXXV, CPFL Brasil Holding CCXXXVI, CPFL Brasil Holding CCXXXVII, CPFL Brasil Holding CCXXXVIII, CPFL Brasil Holding CCXXXIX, CPFL Brasil Holding CCXL, CPFL Brasil Holding CCXLI, CPFL Brasil Holding CCXLII, CPFL Brasil Holding CCXLIII, CPFL Brasil Holding CCXLIV, CPFL Brasil Holding CCXLV, CPFL Brasil Holding CCXLVI, CPFL Brasil Holding CCXLVII, CPFL Brasil Holding CCXLVIII, CPFL Brasil Holding CCXLIX, CPFL Brasil Holding CCL, CPFL Brasil Holding CCLI, CPFL Brasil Holding CCLII, CPFL Brasil Holding CCLIII, CPFL Brasil Holding CCLIV, CPFL Brasil Holding CCLV, CPFL Brasil Holding CCLVI, CPFL Brasil Holding CCLVII, CPFL Brasil Holding CCLVIII, CPFL Brasil Holding CCLIX, CPFL Brasil Holding CCLX, CPFL Brasil Holding CCLXI, CPFL Brasil Holding CCLXII, CPFL Brasil Holding CCLXIII, CPFL Brasil Holding CCLXIV, CPFL Brasil Holding CCLXV, CPFL Brasil Holding CCLXVI, CPFL Brasil Holding CCLXVII, CPFL Brasil Holding CCLXVIII, CPFL Brasil Holding CCLXIX, CPFL Brasil Holding CCLXX, CPFL Brasil Holding CCLXXI, CPFL Brasil Holding CCLXXII, CPFL Brasil Holding CCLXXIII, CPFL Brasil Holding CCLXXIV, CPFL Brasil Holding CCLXXV, CPFL Brasil Holding CCLXXVI, CPFL Brasil Holding CCLXXVII, CPFL Brasil Holding CCLXXVIII, CPFL Brasil Holding CCLXXIX, CPFL Brasil Holding CCLXXX, CPFL Brasil Holding CCLXXXI, CPFL Brasil Holding CCLXXXII, CPFL Brasil Holding CCLXXXIII, CPFL Brasil Holding CCLXXXIV, CPFL Brasil Holding CCLXXXV, CPFL Brasil Holding CCLXXXVI, CPFL Brasil Holding CCLXXXVII, CPFL Brasil Holding CCLXXXVIII, CPFL Brasil Holding CCLXXXIX, CPFL Brasil Holding CCXC, CPFL Brasil Holding CCXCI, CPFL Brasil Holding CCXCII, CPFL Brasil Holding CCXCIII, CPFL Brasil Holding CCXCIV, CPFL Brasil Holding CCXCV, CPFL Brasil Holding CCXCVI, CPFL Brasil Holding CCXCVII, CPFL Brasil Holding CCXCVIII, CPFL Brasil Holding CCXCIX, CPFL Brasil Holding CCC, CPFL Brasil Holding CCCI, CPFL Brasil Holding CCCII, CPFL Brasil Holding CCCIII, CPFL Brasil Holding CCCIV, CPFL Brasil Holding CCCV, CPFL Brasil Holding CCCVI, CPFL Brasil Holding CCCVII, CPFL Brasil Holding CCCVIII, CPFL Brasil Holding CCCIX, CPFL Brasil Holding CCCX, CPFL Brasil Holding CCCXI, CPFL Brasil Holding CCCXII, CPFL Brasil Holding CCCXIII, CPFL Brasil Holding CCCXIV, CPFL Brasil Holding CCCXV, CPFL Brasil Holding CCCXVI, CPFL Brasil Holding CCCXVII, CPFL Brasil Holding CCCXVIII, CPFL Brasil Holding CCCXIX, CPFL Brasil Holding CCCXX, CPFL Brasil Holding CCCXXI, CPFL Brasil Holding CCCXXII, CPFL Brasil Holding CCCXXIII, CPFL Brasil Holding CCCXXIV, CPFL Brasil Holding CCCXXV, CPFL Brasil Holding CCCXXVI, CPFL Brasil Holding CCCXXVII, CPFL Brasil Holding CCCXXVIII, CPFL Brasil Holding CCCXXIX, CPFL Brasil Holding CCCXXX, CPFL Brasil Holding CCCXXXI, CPFL Brasil Holding CCCXXXII, CPFL Brasil Holding CCCXXXIII, CPFL Brasil Holding CCCXXXIV, CPFL Brasil Holding CCCXXXV, CPFL Brasil Holding CCCXXXVI, CPFL Brasil Holding CCCXXXVII, CPFL Brasil Holding CCCXXXVIII, CPFL Brasil Holding CCCXXXIX, CPFL Brasil Holding CCCXL, CPFL Brasil Holding CCCXLI, CPFL Brasil Holding CCCXLII, CPFL Brasil Holding CCCXLIII, CPFL Brasil Holding CCCXLIV, CPFL Brasil Holding CCCXLV, CPFL Brasil Holding CCCXLVI, CPFL Brasil Holding CCCXLVII, CPFL Brasil Holding CCCXLVIII, CPFL Brasil Holding CCCXLIX, CPFL Brasil Holding CCCL, CPFL Brasil Holding CCCLI, CPFL Brasil Holding CCCLII, CPFL Brasil Holding CCCLIII, CPFL Brasil Holding CCCLIV, CPFL Brasil Holding CCCLV, CPFL Brasil Holding CCCLVI, CPFL Brasil Holding CCCLVII, CPFL Brasil Holding CCCLVIII, CPFL Brasil Holding CCCLIX, CPFL Brasil Holding CCCLX, CPFL Brasil Holding CCCLXI, CPFL Brasil Holding CCCLXII, CPFL Brasil Holding CCCLXIII, CPFL Brasil Holding CCCLXIV, CPFL Brasil Holding CCCLXV, CPFL Brasil Holding CCCLXVI, CPFL Brasil Holding CCCLXVII, CPFL Brasil Holding CCCLXVIII, CPFL Brasil Holding CCCLXIX, CPFL Brasil Holding CCCLXX, CPFL Brasil Holding CCCLXXI, CPFL Brasil Holding CCCLXXII, CPFL Brasil Holding CCCLXXIII, CPFL Brasil Holding CCCLXXIV, CPFL Brasil Holding CCCLXXV, CPFL Brasil Holding CCCLXXVI, CPFL Brasil Holding CCCLXXVII, CPFL Brasil Holding CCCLXXVIII, CPFL Brasil Holding CCCLXXIX, CPFL Brasil Holding CCCLXXX, CPFL Brasil Holding CCCLXXXI, CPFL Brasil Holding CCCLXXXII, CPFL Brasil Holding CCCLXXXIII, CPFL Brasil Holding CCCLXXXIV, CPFL Brasil Holding CCCLXXXV, CPFL Brasil Holding CCCLXXXVI, CPFL Brasil Holding CCCLXXXVII, CPFL Brasil Holding CCCLXXXVIII, CPFL Brasil Holding CCCLXXXIX, CPFL Brasil Holding CCCXC, CPFL Brasil Holding CCCXCI, CPFL Brasil Holding CCCXCII, CPFL Brasil Holding CCCXCIII, CPFL Brasil Holding CCCXCIV, CPFL Brasil Holding CCCXCV, CPFL Brasil Holding CCCXCVI, CPFL Brasil Holding CCCXCVII, CPFL Brasil Holding CCCXCVIII, CPFL Brasil Holding CCCXCIX, CPFL Brasil Holding CD, CPFL Brasil Holding CDI, CPFL Brasil Holding CDII, CPFL Brasil Holding CDIII, CPFL Brasil Holding CDIV, CPFL Brasil Holding CDV, CPFL Brasil Holding CDVI, CPFL Brasil Holding CDVII, CPFL Brasil Holding CDVIII, CPFL Brasil Holding CDIX, CPFL Brasil Holding CDX, CPFL Brasil Holding CDXI, CPFL Brasil Holding CDXII, CPFL Brasil Holding CDXIII, CPFL Brasil Holding CDXIV, CPFL Brasil Holding CDXV, CPFL Brasil Holding CDXVI, CPFL Brasil Holding CDXVII, CPFL Brasil Holding CDXVIII, CPFL Brasil Holding CDXIX, CPFL Brasil Holding CDXX, CPFL Brasil Holding CDXXI, CPFL Brasil Holding CDXXII, CPFL Brasil Holding CDXXIII, CPFL Brasil Holding CDXXIV, CPFL Brasil Holding CDXXV, CPFL Brasil Holding CDXXVI, CPFL Brasil Holding CDXXVII, CPFL Brasil Holding CDXXVIII, CPFL Brasil Holding CDXXIX, CPFL Brasil Holding CDXXX, CPFL Brasil Holding CDXXXI, CPFL Brasil Holding CDXXXII, CPFL Brasil Holding CDXXXIII, CPFL Brasil Holding CDXXXIV, CPFL Brasil Holding CDXXXV, CPFL Brasil Holding CDXXXVI, CPFL Brasil Holding CDXXXVII, CPFL Brasil Holding CDXXXVIII, CPFL Brasil Holding CDXXXIX, CPFL Brasil Holding CDXL, CPFL Brasil Holding CDXLI, CPFL Brasil Holding CDXLII, CPFL Brasil Holding CDXLIII, CPFL Brasil Holding CDXLIV, CPFL Brasil Holding CDXLV, CPFL Brasil Holding CDXLVI, CPFL Brasil Holding CDXLVII, CPFL Brasil Holding CDXLVIII, CPFL Brasil Holding CDXLIX, CPFL Brasil Holding CDL, CPFL Brasil Holding CDLI, CPFL Brasil Holding CDLII, CPFL Brasil Holding CDLIII, CPFL Brasil Holding CDLIV, CPFL Brasil Holding CDLV, CPFL Brasil Holding CDLVI, CPFL Brasil Holding CDLVII, CPFL Brasil Holding CDLVIII, CPFL Brasil Holding CDLIX, CPFL Brasil Holding CDLX, CPFL Brasil Holding CDLXI, CPFL Brasil Holding CDLXII, CPFL Brasil Holding CDLXIII, CPFL Brasil Holding CDLXIV, CPFL Brasil Holding CDLXV, CPFL Brasil Holding CDLXVI, CPFL Brasil Holding CDLXVII, CPFL Brasil Holding CDLXVIII, CPFL Brasil Holding CDLXIX, CPFL Brasil Holding CDLXX, CPFL Brasil Holding CDLXXI, CPFL Brasil Holding CDLXXII, CPFL Brasil Holding CDLXXIII, CPFL Brasil Holding CDLXXIV, CPFL Brasil Holding CDLXXV, CPFL Brasil Holding CDLXXVI, CPFL Brasil Holding CDLXXVII, CPFL Brasil Holding CDLXXVIII, CPFL Brasil Holding CDLXXIX, CPFL Brasil Holding CDLXXX, CPFL Brasil Holding CDLXXXI, CPFL Brasil Holding CDLXXXII, CPFL Brasil Holding CDLXXXIII, CPFL Brasil Holding CDLXXXIV, CPFL Brasil Holding CDLXXXV, CPFL Brasil Holding CDLXXXVI, CPFL Brasil Holding CDLXXXVII, CPFL Brasil Holding CDLXXXVIII, CPFL Brasil Holding CDLXXXIX, CPFL Brasil Holding CDXC, CPFL Brasil Holding CDXCI, CPFL Brasil Holding CDXCII, CPFL Brasil Holding CDXCIII, CPFL Brasil Holding CDXCIV, CPFL Brasil Holding CDXCV, CPFL Brasil Holding CDXCVI, CPFL Brasil Holding CDXCVII, CPFL Brasil Holding CDXCVIII, CPFL Brasil Holding CDXCIX, CPFL Brasil Holding CDC, CPFL Brasil Holding CDCI, CPFL Brasil Holding CDCII, CPFL Brasil Holding CDCIII, CPFL Brasil Holding CDCIV, CPFL Brasil Holding CDCV, CPFL Brasil Holding CDCVI, CPFL Brasil Holding CDCVII, CPFL Brasil Holding CDCVIII, CPFL Brasil Holding CDCIX, CPFL Brasil Holding CDCX, CPFL Brasil Holding CDCXI, CPFL Brasil Holding CDCXII, CPFL Brasil Holding CDCXIII, CPFL Brasil Holding CDCXIV, CPFL Brasil Holding CDCXV, CPFL Brasil Holding CDCXVI, CPFL Brasil Holding CDCXVII, CPFL Brasil Holding CDCXVIII, CPFL Brasil Holding CDCXIX, CPFL Brasil Holding CDCXX, CPFL Brasil Holding CDCXXI, CPFL Brasil Holding CDCXXII, CPFL Brasil Holding CDCXXIII, CPFL Brasil Holding CDCXXIV, CPFL Brasil Holding CDCXXV, CPFL Brasil Holding CDCXXVI, CPFL Brasil Holding CDCXXVII, CPFL Brasil Holding CDCXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCXXIX, CPFL Brasil Holding CDCXXX, CPFL Brasil Holding CDCXXXI, CPFL Brasil Holding CDCXXXII, CPFL Brasil Holding CDCXXXIII, CPFL Brasil Holding CDCXXXIV, CPFL Brasil Holding CDCXXXV, CPFL Brasil Holding CDCXXXVI, CPFL Brasil Holding CDCXXXVII, CPFL Brasil Holding CDCXXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCXXXIX, CPFL Brasil Holding CDCXL, CPFL Brasil Holding CDCXLI, CPFL Brasil Holding CDCXLII, CPFL Brasil Holding CDCXLIII, CPFL Brasil Holding CDCXLIV, CPFL Brasil Holding CDCXLV, CPFL Brasil Holding CDCXLVI, CPFL Brasil Holding CDCXLVII, CPFL Brasil Holding CDCXLVIII, CPFL Brasil Holding CDCXLIX, CPFL Brasil Holding CDCL, CPFL Brasil Holding CDCLI, CPFL Brasil Holding CDCLII, CPFL Brasil Holding CDCLIII, CPFL Brasil Holding CDCLIV, CPFL Brasil Holding CDCLV, CPFL Brasil Holding CDCLVI, CPFL Brasil Holding CDCLVII, CPFL Brasil Holding CDCLVIII, CPFL Brasil Holding CDCLIX, CPFL Brasil Holding CDCLX, CPFL Brasil Holding CDCLXI, CPFL Brasil Holding CDCLXII, CPFL Brasil Holding CDCLXIII, CPFL Brasil Holding CDCLXIV, CPFL Brasil Holding CDCLXV, CPFL Brasil Holding CDCLXVI, CPFL Brasil Holding CDCLXVII, CPFL Brasil Holding CDCLXVIII, CPFL Brasil Holding CDCLXIX, CPFL Brasil Holding CDCLXX, CPFL Brasil Holding CDCLXXI, CPFL Brasil Holding CDCLXXII, CPFL Brasil Holding CDCLXXIII, CPFL Brasil Holding CDCLXXIV, CPFL Brasil Holding CDCLXXV, CPFL Brasil Holding CDCLXXVI, CPFL Brasil Holding CDCLXXVII, CPFL Brasil Holding CDCLXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCLXXIX, CPFL Brasil Holding CDCLXXX, CPFL Brasil Holding CDCLXXXI, CPFL Brasil Holding CDCLXXXII, CPFL Brasil Holding CDCLXXXIII, CPFL Brasil Holding CDCLXXXIV, CPFL Brasil Holding CDCLXXXV, CPFL Brasil Holding CDCLXXXVI, CPFL Brasil Holding CDCLXXXVII, CPFL Brasil Holding CDCLXXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCLXXXIX, CPFL Brasil Holding CDCXC, CPFL Brasil Holding CDCXCI, CPFL Brasil Holding CDCXCII, CPFL Brasil Holding CDCXCIII, CPFL Brasil Holding CDCXCIV, CPFL Brasil Holding CDCXCV, CPFL Brasil Holding CDCXCVI, CPFL Brasil Holding CDCXCVII, CPFL Brasil Holding CDCXCVIII, CPFL Brasil Holding CDCXCIX, CPFL Brasil Holding CDCC, CPFL Brasil Holding CDCCI, CPFL Brasil Holding CDCCII, CPFL Brasil Holding CDCCIII, CPFL Brasil Holding CDCCIV, CPFL Brasil Holding CDCCV, CPFL Brasil Holding CDCCVI, CPFL Brasil Holding CDCCVII, CPFL Brasil Holding CDCCVIII, CPFL Brasil Holding CDCCIX, CPFL Brasil Holding CDCCX, CPFL Brasil Holding CDCCXI, CPFL Brasil Holding CDCCXII, CPFL Brasil Holding CDCCXIII, CPFL Brasil Holding CDCCXIV, CPFL Brasil Holding CDCCXV, CPFL Brasil Holding CDCCXVI, CPFL Brasil Holding CDCCXVII, CPFL Brasil Holding CDCCXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCXIX, CPFL Brasil Holding CDCCXX, CPFL Brasil Holding CDCCXXI, CPFL Brasil Holding CDCCXXII, CPFL Brasil Holding CDCCXXIII, CPFL Brasil Holding CDCCXXIV, CPFL Brasil Holding CDCCXXV, CPFL Brasil Holding CDCCXXVI, CPFL Brasil Holding CDCCXXVII, CPFL Brasil Holding CDCCXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCXXIX, CPFL Brasil Holding CDCCXXX, CPFL Brasil Holding CDCCXXXI, CPFL Brasil Holding CDCCXXXII, CPFL Brasil Holding CDCCXXXIII, CPFL Brasil Holding CDCCXXXIV, CPFL Brasil Holding CDCCXXXV, CPFL Brasil Holding CDCCXXXVI, CPFL Brasil Holding CDCCXXXVII, CPFL Brasil Holding CDCCXXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCXXXIX, CPFL Brasil Holding CDCCXL, CPFL Brasil Holding CDCCXLI, CPFL Brasil Holding CDCCXLII, CPFL Brasil Holding CDCCXLIII, CPFL Brasil Holding CDCCXLIV, CPFL Brasil Holding CDCCXLV, CPFL Brasil Holding CDCCXLVI, CPFL Brasil Holding CDCCXLVII, CPFL Brasil Holding CDCCXLVIII, CPFL Brasil Holding CDCCXLIX, CPFL Brasil Holding CDCCL, CPFL Brasil Holding CDCCLI, CPFL Brasil Holding CDCCLII, CPFL Brasil Holding CDCCLIII, CPFL Brasil Holding CDCCLIV, CPFL Brasil Holding CDCCLV, CPFL Brasil Holding CDCCLVI, CPFL Brasil Holding CDCCLVII, CPFL Brasil Holding CDCCLVIII, CPFL Brasil Holding CDCCLIX, CPFL Brasil Holding CDCCLX, CPFL Brasil Holding CDCCLXI, CPFL Brasil Holding CDCCLXII, CPFL Brasil Holding CDCCLXIII, CPFL Brasil Holding CDCCLXIV, CPFL Brasil Holding CDCCLXV, CPFL Brasil Holding CDCCLXVI, CPFL Brasil Holding CDCCLXVII, CPFL Brasil Holding CDCCLXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCLXIX, CPFL Brasil Holding CDCCLXX, CPFL Brasil Holding CDCCLXXI, CPFL Brasil Holding CDCCLXXII, CPFL Brasil Holding CDCCLXXIII, CPFL Brasil Holding CDCCLXXIV, CPFL Brasil Holding CDCCLXXV, CPFL Brasil Holding CDCCLXXVI, CPFL Brasil Holding CDCCLXXVII, CPFL Brasil Holding CDCCLXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCLXXIX, CPFL Brasil Holding CDCCLXXX, CPFL Brasil Holding CDCCLXXXI, CPFL Brasil Holding CDCCLXXXII, CPFL Brasil Holding CDCCLXXXIII, CPFL Brasil Holding CDCCLXXXIV, CPFL Brasil Holding CDCCLXXXV, CPFL Brasil Holding CDCCLXXXVI, CPFL Brasil Holding CDCCLXXXVII, CPFL Brasil Holding CDCCLXXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCLXXXIX, CPFL Brasil Holding CDCCXC, CPFL Brasil Holding CDCCXCI, CPFL Brasil Holding CDCCXCII, CPFL Brasil Holding CDCCXCIII, CPFL Brasil Holding CDCCXCIV, CPFL Brasil Holding CDCCXCV, CPFL Brasil Holding CDCCXCVI, CPFL Brasil Holding CDCCXCVII, CPFL Brasil Holding CDCCXCVIII, CPFL Brasil Holding CDCCXCIX, CPFL Brasil Holding CDCCC, CPFL Brasil Holding CDCCCI, CPFL Brasil Holding CDCCCII, CPFL Brasil Holding CDCCCIII, CPFL Brasil Holding CDCCCIV, CPFL Brasil Holding CDCCCV, CPFL Brasil Holding CDCCCVI, CPFL Brasil Holding CDCCCVII, CPFL Brasil Holding CDCCCVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCIX, CPFL Brasil Holding CDCCCX, CPFL Brasil Holding CDCCCXI, CPFL Brasil Holding CDCCCXII, CPFL Brasil Holding CDCCCXIII, CPFL Brasil Holding CDCCCXIV, CPFL Brasil Holding CDCCCXV, CPFL Brasil Holding CDCCCXVI, CPFL Brasil Holding CDCCCXVII, CPFL Brasil Holding CDCCCXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCXIX, CPFL Brasil Holding CDCCCXX, CPFL Brasil Holding CDCCCXXI, CPFL Brasil Holding CDCCCXXII, CPFL Brasil Holding CDCCCXXIII, CPFL Brasil Holding CDCCCXXIV, CPFL Brasil Holding CDCCCXXV, CPFL Brasil Holding CDCCCXXVI, CPFL Brasil Holding CDCCCXXVII, CPFL Brasil Holding CDCCCXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCXXIX, CPFL Brasil Holding CDCCCXXX, CPFL Brasil Holding CDCCCXXXI, CPFL Brasil Holding CDCCCXXXII, CPFL Brasil Holding CDCCCXXXIII, CPFL Brasil Holding CDCCCXXXIV, CPFL Brasil Holding CDCCCXXXV, CPFL Brasil Holding CDCCCXXXVI, CPFL Brasil Holding CDCCCXXXVII, CPFL Brasil Holding CDCCCXXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCXXXIX, CPFL Brasil Holding CDCCCXL, CPFL Brasil Holding CDCCCXLI, CPFL Brasil Holding CDCCCXLII, CPFL Brasil Holding CDCCCXLIII, CPFL Brasil Holding CDCCCXLIV, CPFL Brasil Holding CDCCCXLV, CPFL Brasil Holding CDCCCXLVI, CPFL Brasil Holding CDCCCXLVII, CPFL Brasil Holding CDCCCXLVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCXLIX, CPFL Brasil Holding CDCCCL, CPFL Brasil Holding CDCCCLI, CPFL Brasil Holding CDCCCLII, CPFL Brasil Holding CDCCCLIII, CPFL Brasil Holding CDCCCLIV, CPFL Brasil Holding CDCCCLV, CPFL Brasil Holding CDCCCLVI, CPFL Brasil Holding CDCCCLVII, CPFL Brasil Holding CDCCCLVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCLIX, CPFL Brasil Holding CDCCCLX, CPFL Brasil Holding CDCCCLXI, CPFL Brasil Holding CDCCCLXII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXIII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXIV, CPFL Brasil Holding CDCCCLXV, CPFL Brasil Holding CDCCCLXVI, CPFL Brasil Holding CDCCCLXVII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXIX, CPFL Brasil Holding CDCCCLXX, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXI, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXIII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXIV, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXV, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXVI, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXVII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXIX, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXX, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXXI, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXXII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXXIII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXXIV, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXXV, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXXVI, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXXVII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCLXXXIX, CPFL Brasil Holding CDCCCXC, CPFL Brasil Holding CDCCCXCI, CPFL Brasil Holding CDCCCXCII, CPFL Brasil Holding CDCCCXCIII, CPFL Brasil Holding CDCCCXCIV, CPFL Brasil Holding CDCCCXCV, CPFL Brasil Holding CDCCCXCVI, CPFL Brasil Holding CDCCCXCVII, CPFL Brasil Holding CDCCCXCVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCXCIX, CPFL Brasil Holding CDCCCC, CPFL Brasil Holding CDCCCCI, CPFL Brasil Holding CDCCCCII, CPFL Brasil Holding CDCCCCIII, CPFL Brasil Holding CDCCCCIV, CPFL Brasil Holding CDCCCCV, CPFL Brasil Holding CDCCCCVI, CPFL Brasil Holding CDCCCCVII, CPFL Brasil Holding CDCCCCVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCCIX, CPFL Brasil Holding CDCCCCX, CPFL Brasil Holding CDCCCCXI, CPFL Brasil Holding CDCCCCXII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXIII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXIV, CPFL Brasil Holding CDCCCCXV, CPFL Brasil Holding CDCCCCXVI, CPFL Brasil Holding CDCCCCXVII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXIX, CPFL Brasil Holding CDCCCCXX, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXI, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXIII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXIV, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXV, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXVI, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXVII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXIX, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXX, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXXI, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXXII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXXIII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXXIV, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXXV, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXXVI, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXXVII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXXVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXXXIX, CPFL Brasil Holding CDCCCCXL, CPFL Brasil Holding CDCCCCXLI, CPFL Brasil Holding CDCCCCXLII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXLIII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXLIV, CPFL Brasil Holding CDCCCCXLV, CPFL Brasil Holding CDCCCCXLVI, CPFL Brasil Holding CDCCCCXLVII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXLVIII, CPFL Brasil Holding CDCCCCXLIX, CPFL

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] DEBENTURES

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] com seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Total	2.026.590

CPFL Piratininga

[illegible] CPFL Piratininga [illegible] debêntures, conforme [illegible] do Conselho de Administração da Sociedade de 29 de setembro de 2008, [illegible] debêntures não conversíveis em ações [illegible] Emissão [illegible] Banco do Brasil [illegible]

RGE

[illegible] RGE [illegible] programada [illegible] RGE [illegible] 2008 [illegible]

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

[illegible] manutenção de determinados índices financeiros [illegible] seguintes:

CPFL Energia

- [illegible] EBITDA menor ou igual a [illegible] vezes [illegible]
- [illegible] EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a [illegible] vezes

CPFL Paulista

- [illegible] EBITDA menor ou igual a [illegible] vezes [illegible]
- [illegible] EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a [illegible] vezes

CPFL Piratininga

- [illegible] EBITDA menor ou igual a [illegible] vezes [illegible]

[illegible]

- [illegible] Resultado Financeiro [illegible]

RGE

- [illegible] EBITDA [illegible]
- [illegible] Despesas Financeiras [illegible]
- [illegible] Capitalização Total [illegible]

BAESA

[illegible] BAESA [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

[illegible] CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração [illegible] Fundação CESP [illegible] Fundação CPFL de Seguridade Social [illegible] Previdência [illegible] Banco do Brasil [illegible] Fundo de Pensão [illegible] Plano de Suplementação [illegible] empregados. As principais características desses planos [illegible]

I - CPFL Paulista

[illegible] funcionários da controlada CPFL Paulista [illegible]

[illegible] Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS [illegible] empregados [illegible]

[illegible] a partir de 1º de novembro de 1997 [illegible]

- [illegible]
- [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

II – CPFL Piratininga

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

II – BGF

[illegible]

IV – CPFL Santa Cruz

[illegible]

V – CPFL Geração

[illegible]

[illegible]

[illegible]

V - CPFL Jaguariúna

[illegible] 2005 [illegible]

VII - Movimentações dos planos de benefício definido

[illegible]

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	[illegible]	CPFL Piratininga	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] FEDERAL [illegible] EMPRESA [illegible] SIMPLES CONTRARRUBIA
[illegible] VALORES MOBILIÁRIOS
[illegible] Pesquisas Financeiras Patrimoniadas [illegible]
EMPRESA COMERCIAL INDUSTRIAL & [illegible] [illegible]
Representação Empresarial

[illegible] CPFL ENERGIA S.A [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] para as despesas e [illegible] [illegible] em 2008 [illegible]

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] registradas [illegible] 2007)

[illegible]

[illegible]

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	34.054	62.695

(20) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

[illegible]

[21] PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

[illegible]

			Consolidado			
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Contingências [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

- **Trabalhistas** - [illegible]

[illegible]

- **Danos Pessoais** - [illegible]

- **Majoração Tarifária** - [illegible]

NOTAS EXPLICATIVAS

- **Energia Comprada** - [illegible] ANEEL [illegible]
- **FINSOCIAL** - [illegible] 1989 [illegible]
- **PIS e COFINS - JCP** - A Sociedade [illegible] 2006 [illegible] PIS e COFINS [illegible] juros sobre o capital próprio.
- **Imposto de Renda** - [illegible] CPFL [illegible] CSLL [illegible] IRPJ [illegible] Secretaria da Receita Federal [illegible] PETROS/CSLL.

[illegible] CPFL [illegible] Fundação CESP [illegible]

Fiscais Outras - [illegible] INSS, FGTS e SAT.

Perdas possíveis - A Sociedade e suas controladas [illegible] R$ [illegible] de dezembro de 2006.

[illegible]

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	524.898	427.[illegible]	207.104	219.457

Consumidores e Concessionárias - As obrigações com consumidores [illegible]

Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - [illegible]

Adiantamentos - [illegible] Foz do Chapecó.

Juros sobre Empréstimo Compulsório - [illegible]

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

[illegible]

CIELO S.A. CIELO EMPRESA S.A. 22.429.144/0001-55

24.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Quantidade de Ações			
	2008		2007	
Ações	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	478.510.938	100,00	478.510.938	100,00

23.1 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	Controladora	
	2008	2007
Circulante		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	622.869	730.694
[illegible] sobre o Capital Próprio	427	445
Total	622.869	730.694

[illegible] Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em [illegible] de 2008, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários [illegible] Ações Ordinárias da Companhia, correspondente a R$ [illegible] por ação.

[illegible] Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em [illegible] de 2008, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários [illegible] Ações Ordinárias da Companhia, correspondente a R$ [illegible] por ação.

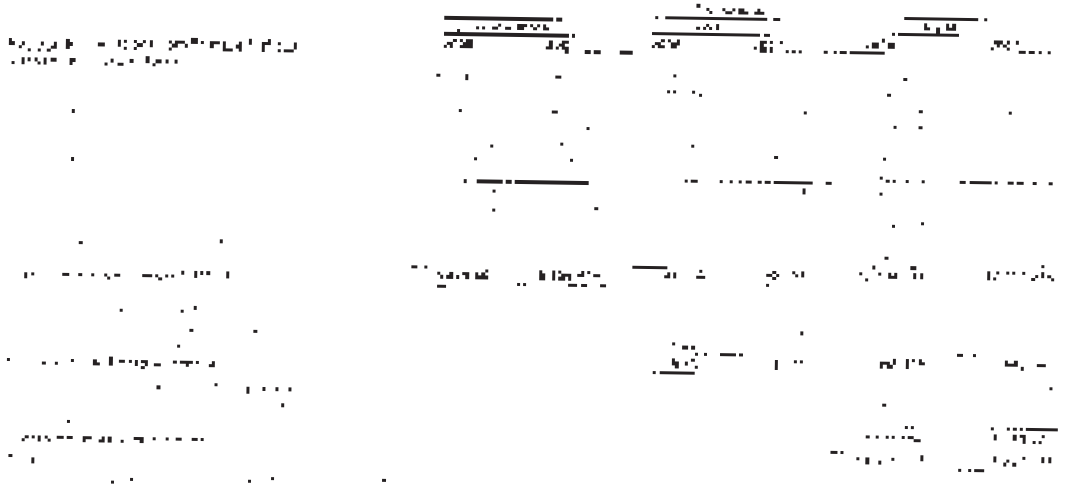
23.2 – Destinação do Lucro Líquido do Exercício

[illegible] Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em [illegible] de 2008, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários [illegible] Ações Ordinárias da Companhia, correspondente a R$ [illegible] por ação.

[illegible] Administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos intermediários [illegible] Ações Ordinárias da Companhia, correspondente a R$ [illegible] por ação.

Lucro Líquido do Exercício - Controladora	1.275.692
[illegible]	[illegible]
[illegible]	92
[illegible]	[illegible]
Lucro Líquido Base para Destinação	1.207.661
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

(24) RECEITA OPERACIONAL



[illegible]

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

[illegible]

Rede Básica [illegible] R$ 98.856 [illegible] 2008 [illegible] CTEEP [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[26] DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] Outras [illegible] Despesas com Vendas deve ser [illegible] R$ [illegible] 2007 [illegible]

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	225.259	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
Total	(74.346)	(78.882)	(376.835)	(154.882)
Resultado Financeiro Líquido	150.409	128.255	(414.321)	(274.847)

(28) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

[illegible] Acordo Coletivo de Trabalho e Sociedade [illegible] participação nos empréstimos nos lucros e resultados [illegible] operacionais e financeiras [illegible] de 2008 [illegible] R$ 34.641 [illegible] de 2008 [illegible] R$ [illegible]

[illegible]

(29) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

[illegible]

(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

[illegible]

- [illegible] S.A.

[illegible]

- [illegible] S.A.

[illegible]

- [illegible] S.A.

[illegible]

[illegible] ENERGIA S.A. [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Saldo Bancário e Aplicação Financeira – [illegible]

Empréstimos, Debêntures e Derivativos – [illegible]

Outras Operações Financeiras – [illegible] Banco do Brasil [illegible] Sociedade [illegible] Asset Management [illegible] BB [illegible]

Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços – [illegible]

Venda de energia no mercado livre – [illegible] Sociedade [illegible]

Suprimento de energia no mercado livre – [illegible] Sociedade [illegible]

Outras Receitas – [illegible]

[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL — USO EMPRESA / SIMPLES CONFERÊNCIA
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas — Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS — Data-Base - 31/12/[illegible]
Reapresentação Espontânea

01866-0 CPFL ENERGIA S.A. — 02.429.144/0001-93

34.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

(31) SEGUROS (*)

[illegible]

[illegible]

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Classificação dos instrumentos financeiros

Consideracoes sobre Risco

[illegible]

Risco de Taxa de Câmbio: [illegible]

Risco de Taxa de Juros: [illegible]

Risco de Crédito: [illegible]

11 NOTAS EXPLICATIVAS

Risco com a Escassez de Energia A energia vendida pelas subsidiárias integrantes do Sistema Eletrobrás é proveniente principalmente de usinas hidrelétricas. Assim, a capacidade de geração de energia elétrica dessas usinas depende, em grande parte, dos níveis de água nos reservatórios, que, por sua vez, dependem do volume de chuvas nas bacias hidrográficas onde estão localizadas as usinas. Períodos de escassez de chuvas podem reduzir substancialmente os níveis de água nos reservatórios, o que pode afetar a capacidade de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas e, consequentemente, a receita das subsidiárias integrantes do Sistema Eletrobrás.

Risco de Aceleração de Dívidas A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants) usuais para esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices financeiros e a outras obrigações. Essas cláusulas restritivas estão em conformidade com as práticas de mercado.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm política de gestão de riscos estabelecida em conformidade com diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração. Desta forma, possuem procedimentos para identificar, mensurar, gerenciar e controlar as exposições a riscos dos instrumentos financeiros, bem como a adequada segregação de funções entre as áreas envolvidas.

Gerenciamento de Riscos Para a gestão de cada risco, a Companhia e suas controladas adotam estratégias que visam a monitorar os procedimentos e políticas relacionados à Sociedade e suas controladas, de acordo com as diretrizes [illegible] Sociedade de Propósito Específico [illegible] Sociedade e suas controladas estão expostas em decorrência de seus instrumentos financeiros, bem como os procedimentos adotados para mensurá-los. Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as categorias definidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 48 - Instrumentos Financeiros. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas [illegible] Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção contra riscos identificados nos processos de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas.

Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros avaliados ao valor de mercado. Os valores de mercado são determinados com base em cotações disponíveis em mercados ativos para cada transação, quando existentes. Para os demais instrumentos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que incluem o uso de cotações de mercado de instrumentos financeiros similares, análise de fluxos de caixa descontados e outros procedimentos usuais de mercado, tais como marcação a mercado (MTM) [illegible] Sociedade e suas controladas.

[illegible] Caso não haja um mercado ativo para um instrumento financeiro, a Companhia e suas controladas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Para isso, utilizam modelos matemáticos que consideram os fatores de risco associados a cada instrumento e a possibilidade de sua não realização. Premissas e estimativas significativas são necessárias para a aplicação dessas técnicas de avaliação. Alterações nessas premissas podem afetar os valores de mercado reportados.

Valor Justo por Hierarquia Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo são classificados em três níveis, de acordo com a relevância das informações utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia do valor justo prioriza os inputs dos modelos de avaliação, atribuindo a maior prioridade aos preços cotados em mercados ativos (Nível 1) e a menor prioridade aos inputs não observáveis (Nível 3). Os três níveis são definidos a seguir:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] ativos e passivos financeiros [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

	Controladora			
	2008		2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	Consolidado			
	2008		2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Instrumentos Derivativos

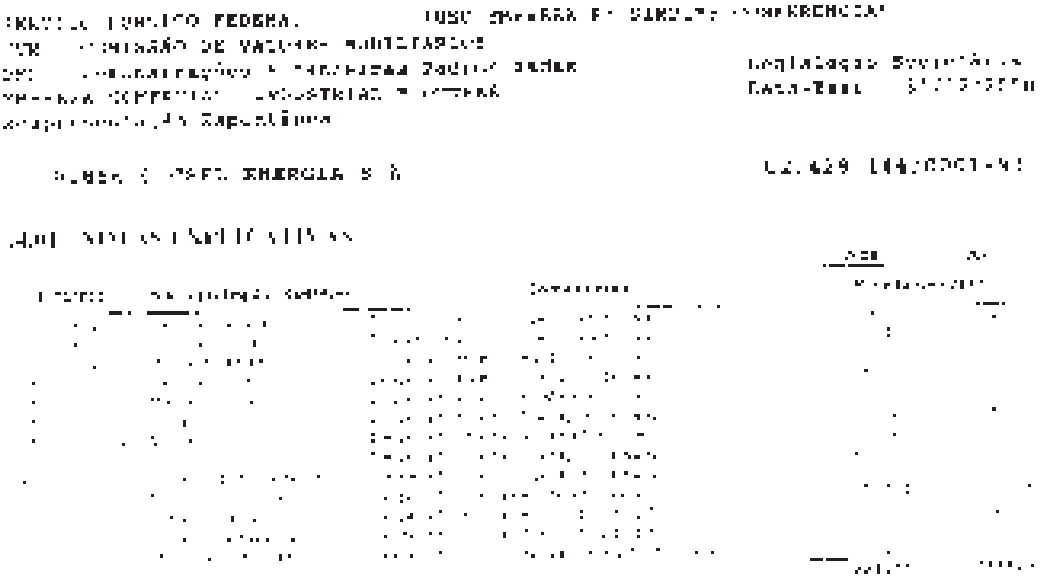
[illegible] a Sociedade e suas controladas possuem [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] instrumentos derivativos.

[illegible] 2008, a Sociedade e suas controladas [illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	Derivativos	Dívidas	Líquido
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]



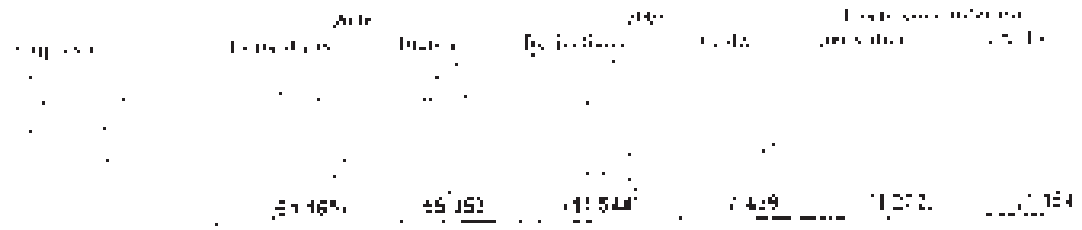
[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

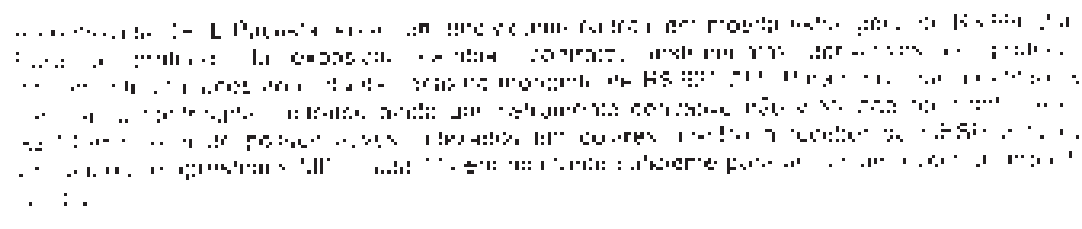
Efeitos da adoção inicial do CPC 14 Instrumentos Financeiros

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]



Outras exposições cambiais

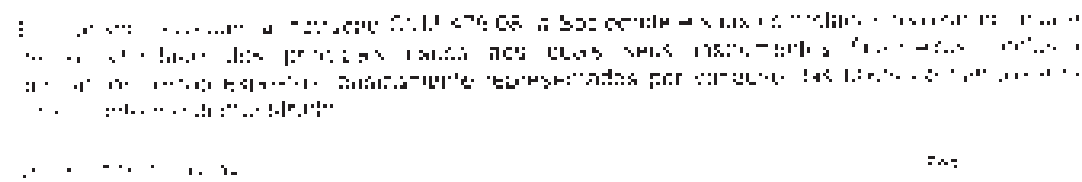


[illegible] FNERCAN [illegible] R$ [illegible] junto ao BID e BNDES [illegible]

[illegible] R$ [illegible] [illegible]

Análise de Sensibilidade

[illegible] CVM 476/08 [illegible] Sociedade [illegible] instrumentos financeiros [illegible] representadas por [illegible]



[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

Variação cambial

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Variação das taxas de juros

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

33 | EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Reajuste tarifário

[illegible] Resoluções Homologatórias datadas de [illegible] de 2009 [illegible] tarifas de energia [illegible] CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista [illegible] tabela a seguir:

	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista
Receita Verificada	190.300	77.008	47.599	73.629	87.337
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	16.232	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Parcela A Total	139.879	64.858	34.957	47.715	66.819
Parcela B Total	72.979	20.628	18.035	33.810	30.110
Receita Requerida (Parc. A + B)	212.857	85.409	53.050	81.525	97.029
Componentes Financeiros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita Total	241.382	88.779	53.401	83.007	97.486
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Reajuste Tarifário Total	24,0[illegible]%	15,3[illegible]%	11,18%	12,90%	11,64[illegible]

[illegible] ANEEL [illegible] Fator Xe [illegible]

	Reposicionamento Econômico		Fator Xe	
	Provisório	Final	Provisório	Final
CPFL Santa Cruz	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Jaguari	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Mococa	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Leste Paulista	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Sul Paulista	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] informações sobre os impactos [illegible]

34.2 Alteração de controle acionário

[illegible] 2009, através de Fato Relevante [illegible] Camargo Corrêa [illegible] Participações S.A. [illegible] VBC [illegible] S.A.

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ ANIBAL DE LIMA FERNANDES
[illegible]

CECILIA MENDES GARCEZ SIQUEIRA
[illegible]

ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES
CARLOS AUGUSTO CARDOSO MOREIRA
FRANCISCO CARNINO NETO

OTAVIO CARNEIRO DE REZENDE
MILTON LUCIANO DOS SANTOS

DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
[illegible]

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
[illegible]

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA FILIPPO
[illegible]

JOSE MARCOS CHAVES DE MELLO
[illegible]

PEDRO VIANA PEREIRA
[illegible]

PAULO CESAR CUELHO TAVARES
[illegible]

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SANT
[illegible]

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANTONIO CARLOS BASSALO
[illegible]

SERGIO LUIZ FELICE
[illegible]

[illegible]

[illegible]

PARECER DO CONSELHO FISCAL

[illegible]

São Paulo, 18 de fevereiro de 2009

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] INFORMAÇÕES ALTERADAS

Reapresentação em 20/06/2009

Atualização de informações, em função da preparação do Prospecto de emissão de debentures de empresas do Grupo, nos itens abaixo relacionados.

Grupo 02 – Balanço Patrimonial – ano 2006

Grupo 03 – Demonstração do Resultado – ano 2006

Grupo 06 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – ano 2006 e 2007

Grupo 07 – Balanço Patrimonial Consolidado – ano 2006

Grupo 08 – Demonstração do Resultado Consolidado – ano 2006

Grupo 10 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Consolidado – ano 2006 e 2007

ÍNDICE

[illegible]

- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01866-0	CPFL ENERGIA S.A	02.428.144/0201-03

01.02 - SEDE

04547-005	São Paulo			SP
016	2750-0010			
015	3755-8252			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

José Antonio de Almeida Filippo

2065-002	Campinas			SP
015	3755-8754			
016	2750-0077			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - Cliente	01/01/2007	31/12/2007
2 - Fiscal	01/01/2007	31/12/2006
3 - Artigo Anterior	01/01/2005	31/12/2005

KPMG Auditores Independentes	0415-0
Carlos Roberto Dante Fugazza	012.103.378-02

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01863-5	CEFE ENERGIA S.A.	03.420.144/0001-03

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

[illegible]	1	2	3
(V)	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	470.01	470.767	470.767
2 - Preferenciais	[illegible]	[illegible]	[illegible]
3 - Total	470.01	470.767	470.767
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	[illegible]
5 - Preferenciais	0	0	[illegible]
6 - Total	[illegible]	0	[illegible]

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

[illegible]

Empresa Comercial, Industrial e Outras

[illegible]

Operacional

[illegible]

Invasa Nacional

[illegible]

01/20 - Empresa Part. - Energia Elétrica

[illegible]

Gestão de Participações Societárias - Holdings

[illegible]

Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	RCA	01/06/2007	Dividendo	24/06/2007	ON	[illegible]
02	RCA	27/12/2007	Dividendo		ON	[illegible]

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

[illegible]	[illegible]
22/02/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CPFL ENERGIA S.A.	[illegible]

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
CFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Data/Base - 31/12/2007

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

DFP - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	[illegible]	[illegible]

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01865-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	[illegible]	[illegible]

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	[illegible]	[illegible]

02.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

1240 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - ALMERESSALVA

Parecer dos auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores de
CPFL Energia S.A.
Campinas - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da CPFL Energia S.A. e o balanço patrimonial consolidado desse [illegible] e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações [illegible] das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício [illegible] sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto HAPNA - Energética Itaúra Grande S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório, que nos foi fornecido, foi emitido em 18 de janeiro de 2008, sem ressalvas. Outros auditores independentes examinaram as demonstrações financeiras BMSA - Energética Itaúra Grande S.A. em 31 de dezembro de 2006 [illegible] seu relatório sem ressalvas em 12 de janeiro de 2007. A CPFL Energia S.A. avaliou sua participação na Itaúra BMSA - Energética Itaúra Grande S.A. pelo método de equivalência patrimonial, sem como eu solida esse investimento pelo método proporcional. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo desse investimento é de R$ 131.331 mil e o resultado de equivalência patrimonial desse investimento no resultado do exercício é de R$ [illegible] mil de lucro. As demonstrações financeiras desse investimento [illegible] nas demonstrações financeiras consolidadas apresentam ativos [illegible] de R$ 584.[illegible] e [illegible] 31 de dezembro de 2007. Nosso relatório, no que se refere aos saldos e valores relacionados a esse investimento, está fundamentado exclusivamente no parecer dos auditores independentes de HAPNA - Energética Itaúra Grande S.A.

1240 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - ALMIRESSALVA

1. As demonstrações financeiras da controlada indireta CPFL Jaguariúna S.A. (anteriormente denominada CMS Energy Brasil S.A.) e suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório, que nos foi fornecido, foi emitido em 18 de janeiro de 2008, sem ressalvas. Estes mesmos auditores examinaram as demonstrações financeiras CPFL Jaguariúna S.A. (anteriormente denominada CMS Energy Brasil S.A.) e suas controladas em 31 de dezembro de 2006, tendo emitido seu relatório sem ressalvas, em 31 de janeiro de 2007. A CPFL Energia S.A. avaliou sua participação mencionada CPFL Jaguariúna S.A. pelo método de equivalência patrimonial. Foi como consolidado esse investimento pelo método integral. Em 31 de dezembro de 2007 o saldo desse investimento é de R$ 397.055 mil e o resultado da equivalência patrimonial desse investimento no resultado do exercício é de R$ 71.175 mil de lucro. As demonstrações financeiras desse investimento indireto incluíram nas demonstrações financeiras consolidadas apresentam ativos de R$ 488.009 mil em 31 de dezembro de 2007. Nosso relatório no que se refere aos saldos e valores relacionados a esse investimento está fundamentado exclusivamente no parecer dos auditores independentes da CPFL Jaguariúna S.A. e suas controladas.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam o plano atento dos trabalhos, considerando a relevância dos valores e volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e suas controladas. Esta é instalação, em base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e na avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, e baseados nos pareceres emitidos pelos outros auditores independentes das investidas referidas nos parágrafos seguintes e terceiro logo acima, as demonstrações financeiras [illegible] representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia S.A. e a posição patrimonial e financeira e realidade desta companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1240 - PARECER DE REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

- Nossa revisão foi efetuada com o objetivo de emitir parecer sobre as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas sob a responsabilidade de sua administração, de acordo com as normas específicas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especialmente a Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR. Essas informações compreendem balanços patrimoniais individuais e consolidados, demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, acompanhadas de notas explicativas e outras informações relevantes.

- Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que incluíram principalmente: (a) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as principais contas das demonstrações financeiras e (b) a dedução de consultas aos responsáveis pelas áreas contábil e financeira, quanto aos critérios adotados na elaboração das informações trimestrais. O escopo de uma revisão é substancialmente menor do que o de uma auditoria de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos importantes que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre as informações trimestrais mencionadas no parágrafo 1.

- Com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estejam de acordo com as normas específicas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

- Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, essas normas passaram a prever novos critérios para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reclassificadas para refletir as novas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

- Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, a Companhia e suas controladas adotaram as novas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 a partir de 1º de janeiro de 2008. Em decorrência, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas e ajustadas para refletir as novas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

- As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram seu relatório, em 16 de fevereiro de 2007, contendo ênfase quanto à destinação de lucros, em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2026, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2027, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2028, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2029, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2030, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2031, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2032, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2033, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2034, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2035, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2036, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2037, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2038, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2039, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2040, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2041, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2042, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2043, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2044, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2045, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2046, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2047, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2048, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2049, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2050, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2051, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2052, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2053, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2054, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2055, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2056, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2057, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2058, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2059, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2060, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2061, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2062, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2063, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2064, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2065, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2066, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2067, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2068, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2069, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2070, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2071, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2072, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2073, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2074, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2075, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2076, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2077, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2078, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2079, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2080, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2081, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2082, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2083, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2084, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2085, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2086, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2087, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2088, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2089, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2090, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2091, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2092, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2093, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2094, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2095, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2096, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2097, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2098, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2099, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2100, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2101, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2102, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2103, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2104, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2105, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2106, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2107, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2108, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2109, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2110, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2111, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2112, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2113, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2114, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2115, que foram reapresentadas para refletir a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, bem como a destinação de lucros proposta pela administração em conformidade com o percentual mínimo do dividendo obrigatório, e opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2006, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações Iniciais

O ano de 2007 foi especial na história do grupo CPFL Energia. No exercício, a CPFL Paulista, empresa que deu origem ao grupo, completou 95 anos de fundação e 10 anos desde a sua privatização, em 1997. A holding CPFL Energia, que completou 5 anos de atuação e três desde a abertura de capital no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse) (ADSs Nível III), alcançou avanços importantes no exercício, reafirmando sua competência para implementar o plano de negócios definido, que tem como objetivo principal criar valor de forma consistente e sustentada para seus acionistas. Os resultados foram expressivos: a Receita Bruta alcançou R$ 14.207 milhões com crescimento de 16,2%, o que reflete, principalmente, a expansão de 12,4% nas vendas de energia elétrica na área de concessão das distribuidoras e o aumento, no período, de 48,1% na potência instalada de geração de energia do grupo. O EBITDA, de R$ 3.345 milhões, foi 19,9% superior ao de 2006. O Lucro Líquido foi recorde, alcançando R$ 1.643 milhões, 17,0% acima do valor registrado em 2006.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Esses resultados se devem principalmente, à disciplina demonstrada na implantação de cada etapa da estratégia de crescimento, a seletividade nos investimentos realizados, à busca permanente por padrões de excelência na gestão dos processos corporativos e operacionais nas empresas controladas, ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a satisfação das expectativas de seus clientes e aos diferenciais demonstrados em áreas de negócio expostas à livre competição.

Com esses diferenciais, o grupo avançou, em 2007, de forma consistente na estratégia de ampliação dos negócios. Foram adquiridos os ativos da CMS Energy Brasil (cuja razão social foi alterada para CPFL Jaguariúna S.A.), que compreende quatro distribuidoras, duas empresas que atuam no segmento de comercialização de energia e serviços, além de ativos de geração, totalizando 87,0 MW, correspondentes a 9 PCHs e à participação na UHE Luiz Eduardo Magalhães (UHE Lajeado). A controlada CPFL Paulista ampliou seu portfólio de clientes por meio da aquisição dos ativos da Cerica, cooperativa de eletrificação rural da região de Franca, centro de sua área de concessão.

As aquisições fortaleceram o posicionamento estratégico da CPFL Energia no mercado. No segmento de distribuição, com vendas de 35.245 GWh e crescimento de 10,9% sobre 2006, o grupo atingiu a liderança do mercado, com 6,3 milhões de clientes e participação de 13,8% de todo o mercado brasileiro de distribuição. Nesse segmento, a área de atuação passou para 566 municípios, em quatro dos mais importantes Estados brasileiros: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

No competitivo segmento de comercialização, as vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais alcançaram 6.951 GWh, com *market share* nacional de 23%, além de uma participação crescente nas vendas de serviços de valor agregados para grandes clientes.

No segmento de geração, além das aquisições relatadas, a CPFL Geração concluiu a construção da UHE Campos Novos, a terceira grande usina a entrar em operação, das seis hidrelétricas previstas até 2010. Com isso, a CPFL Geração atingiu 1.501 MW de potência instalada, que, somada aos 87 MW correspondentes à CPFL Jaguariúna, totalizaram 1.588 MW de potência instalada de geração no grupo, o que representa crescimento de 48% em relação à 2005. Em 2008, está previsto o início de operação

comercial das UHEs Castro Alves (130 MW) e 14 de Julho (100 MW). Em 2010, entrará em operação a UHE Foz do Chapeco (555 MW), em construção no Sul do País, totalizando 3.174 MW de capacidade instalada. Destaca-se a aprovação de financiamento, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, no valor total de R$ 1,7 bilhão, para a UHE Foz do Chapeco, com enquadramento nos novos critérios de financiamento estabelecidos pelo Banco.

No ano, as diretrizes adotadas na gestão econômico-financeira do grupo CPFL mostraram resultados efetivos, o que permitiu a melhoria do perfil do endividamento, com redução do custo da dívida de 13,4% a.a. (em 2006) para 12,1% a.a. (em 2007), mesmo considerando o aumento da dívida financeira, acorrido em razão do investimento em aquisições e da captação de financiamento para a construção da UHE Foz do Chapeco.

As estratégias de negócios diferenciadas e o desempenho da Companhia, em 2007, podem ser medidos pela valorização alcançada por suas ações nas Bolsas de Valores de São Paulo e de Nova York, refletindo a confiança e a credibilidade conquistadas no mercado. O aumento do volume diário de negociação das ações da CPFL Energia na Bovespa, em 2006 e 2007, resultou em sua inclusão no Índice Brasil 50 (IBrX50) e no Índice Bovespa (Ibovespa), respectivamente, em janeiro e maio de 2007.

Com atuação fundamentada em diretrizes sólidas de Governança Corporativa e gestão orientada pelos critérios da excelência e da responsabilidade na condução dos negócios, a CPFL Energia também alcançou outros importantes reconhecimentos. Pelo terceiro ano consecutivo, suas ações foram incluídas no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, da Bovespa, que destaca empresas que incorporam a gestão permanente e integrada dos aspectos econômicos, sociais e ambientais em seus processos de negócios.

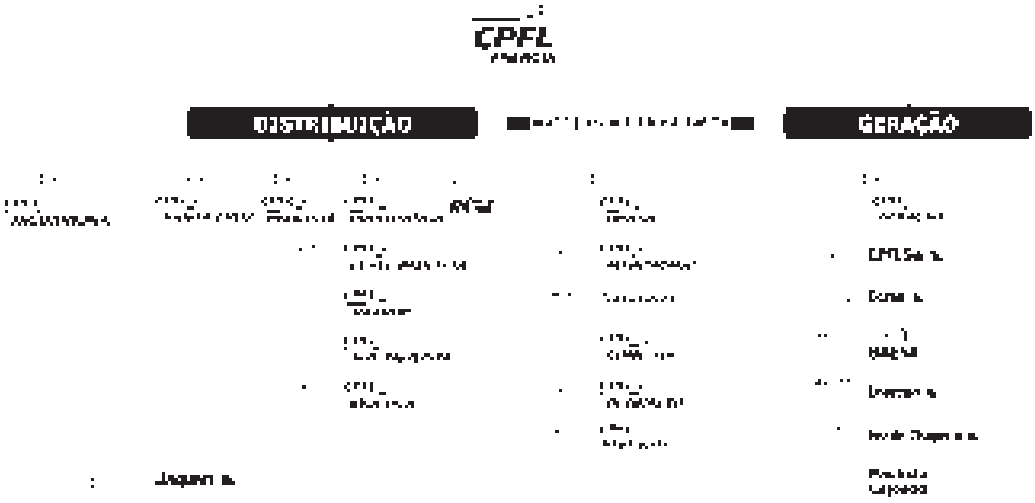
Esse reconhecimento foi confirmado com a inclusão da CPFL Energia, pelo quinto ano, como "Empresa Modelo", no Guia Exame de Sustentabilidade 2007, e como destaque, pelo sexto ano, no Guia Exame/Você S.A. "Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil". O grupo também obteve destaque em pesquisa realizada pela revista Carta Capital, como uma das empresas mais admiradas do Brasil.

[illegible] - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As ações desenvolvidas e os resultados obtidos em 2007 reafirmam o compromisso do grupo CPFL Energia com a criação de valor para os seus acionistas, por meio do crescimento sustentado dos negócios.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO *(Simplificado)*

A CPFL Energia atua como holding, participando na capital de outras sociedades:



Para mais informações sobre investimentos em sociedades controladas, veja a Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras.

2. Comentário sobre a Conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

A economia brasileira mostrou maior dinamismo em 2007. A taxa de investimento no setor produtivo apresentou saldo positivo e o Produto Interno Bruto (PIB) superou a média de crescimento dos últimos anos. A demanda interna ganhou novo impulso, favorecida pela queda nos índices de desemprego, pelo aumento da renda dos trabalhadores e pela expansão do crédito, embora a taxa de juros ainda se mantenha em patamares elevados. O Brasil demonstrou maior resistência às ameaças de crise na economia internacional, ocorridas no último trimestre do ano, sinalizando uma perspectiva otimista para o cenário macroeconômico em 2008, com expansão da atividade econômica e novos investimentos do setor público.

AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano foi marcado pela consolidação do ambiente regulatório, representado pelo conjunto de atos normativos da ANEEL. Nesse contexto, merece destaque a metodologia que vigorará no 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, definida por meio da publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 234/06. Essa resolução será aprimorada a partir das contribuições recebidas via AP nº 052/07, com previsão de conclusão em 2008. Adicionalmente, a regulamentação das condições gerais para a incorporação das redes particulares (Resolução ANEEL nº 229) permitirá a regularização dos ativos dos clientes envolvidos, além de propiciar um serviço com melhores padrões de qualidade e eficiência.

Com a revogação da Portaria DNAEE nº 05/1990, que estabelecia a participação financeira do consumidor para novas ligações, substituída pela Resolução ANEEL nº 223/03, em decorrência da Lei nº 10438/2002, foi definida uma nova sistemática, que implicará na devolução das participações dos consumidores ligados a partir de

novembro de 2002. A regra dessas devoluções foi estabelecida na Resolução Nº 250/2007, com prazo de um ano para a sua efetivação.

Finalmente, com a Resolução Normativa ANEEL nº 286/07, foram aprovadas as regras de comercialização de energia elétrica oriunda de fontes incentivadas para consumidores, com cargas superiores a 500 KW, previstas na Resolução Normativa ANEEL nº 247/06. Com isso, surgiram novas oportunidades para atuar no segmento de comercialização, cujos resultados serão observados no mercado livre de energia nos próximos anos.

ALTERAÇÕES DE NATUREZA SOCIETÁRIA

Reorganização Societária da Rio Grande Energia-RGE

- **Descruzamento Societário da RGE:** em atendimento à Resolução Autorizativa ANEEL nº 305/05, foi concluído, com aprovação em Assembléia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 14 de março de 2007, o processo de reorganização societária, considerando a segregação da participação societária da CPFL Paulista na RGE, passando a CPFL Energia a deter, de forma indireta, por intermédio da CPFL Serra Ltda. (CPFL Serra), 99,76% da RGE.
- **Incorporação da CPFL Serra pela RGE:** a Assembléia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 18 de setembro de 2007, aprovou a incorporação da CPFL Serra pela RGE, que a sucedeu em todas os seus direitos e obrigações.
- **Migração dos acionistas minoritários da RGE para a CPFL Energia:** a Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2007, aprovou a incorporação das ações dos acionistas minoritários da RGE pela CPFL Energia, que passou a deter 100% do capital da RGE.

Outras Reorganizações Societárias realizadas em 2007

- Incorporação da Semesa S.A. e da CPFL Centrais Elétricas S.A. pela CPFL Geração;

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

13.01 - ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

- Incorporação da Nova 4 Participações Ltda. pela CPFL Santa Cruz, que resultou na participação direta da CPFL Energia no capital da CPFL Santa Cruz

Alienação de Participação na empresa Energias do Brasil

Em janeiro de 2007, a CPFL Energia vendeu a participação que detinha no capital da Energias do Brasil (ENBR3). O valor líquido de venda foi de R$ 2,6 milhões.

Para mais detalhes sobre as reorganizações societárias, veja a Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Financeiras.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Reajuste Tarifário Anual-RT 2007

Foram aprovados os seguintes percentuais de Reajuste Tarifário Anual (RT) para as empresas do grupo CPFL:

- **Em fevereiro de 2007** - CPFL Santa Cruz (5,71%); CPFL Jaguari (1,66%), CPFL Sul Paulista (5,53%), CPFL Leste Paulista (3,31%) e CPFL Mococa (9,51%);
- **Em abril de 2007** - CPFL Paulista (7,06%) e RGE (6,05%).

Em 2007, a CPFL Piratininga passou pelo segundo ciclo de revisão tarifária, conforme detalhado a seguir.

Segundo Ciclo de Revisão Tarifária

- Em 22 de outubro de 2007, por meio da Resolução Homologatória nº 553, a ANEEL estabeleceu o resultado provisório da segunda revisão tarifária da CPFL Piratininga, com vigência a partir de 23 de outubro de 2007. As tarifas de energia da CPFL Piratininga foram reajustadas em 15,11%, dos quais 10,54% relativos ao reposicionamento tarifário e 0,83% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Em 29 de janeiro de 2006, a ANELL, no âmbito da segunda revisão tarifária, estabeleceu, em caráter provisório, as tarifas das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa, relativas ao reposicionamento tarifário e aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica:

  CPFL Santa Cruz: reajustes de -7,13%, dos quais -9,73% relativos ao reposicionamento tarifário e 2,60% relativos aos componentes financeiros;

  CPFL Jaguari: reajustes de -1,58%, dos quais -0,35% relativos ao reposicionamento tarifário e -1,23% relativos aos componentes financeiros;

  CPFL Sul Paulista: reajustes de -3,57%, dos quais -3,99% relativos ao reposicionamento tarifário e -0,58% relativos aos componentes financeiros;

  CPFL Leste Paulista: reajustes de -1,65%, dos quais -2,59% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,04% relativos aos componentes financeiros;

  CPFL Mococa: reajustes de -5,65%, dos quais -8,40% relativos ao reposicionamento tarifário e 2,75% relativos aos componentes financeiros.

A CPFL Paulista e a RGE passarão pelo segundo ciclo de revisão tarifária em abril de 2008.

Para mais detalhes sobre o 2º Ciclo de Revisão Tarifária, veja a Nota Explicativa nº 34 das Demonstrações Financeiras.

Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, tendo como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M.

3. Desempenho Operacional

VENDAS DE ENERGIA

Vendas na Área de Concessão das Distribuidoras

Em 2007, as vendas na área de concessão, realizadas através do segmento de distribuição, totalizaram 46.479 GWh, um aumento de 12,4% se comparado a 2006, devido principalmente às aquisições de 32,7% da RGE da CPFL Santa Cruz e das distribuidoras controladas pela CPFL Jaguariúna. Desconsiderando o efeito destas aquisições, o aumento seria de 6,0%.

Vendas na Área de Concessão - GWh			
	2007	2006	Var.
Mercado Cativo	35.245	31.778	10,9%
TUSD	11.230	9.585	17,2%
Total	46.476	41.363	12,4%

As vendas para o mercado cativo totalizaram 35.245 GWh, com aumento de 10,9%, devido ao crescimento orgânico na área de concessão das distribuidoras, bem como às aquisições no período. Com a exclusão desse efeito, o crescimento teria sido 3,5%.

A quantidade de energia, em GWh, correspondente ao consumo dos clientes livres na área de atuação das distribuidoras, faturados por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), atingiu 11.230 GWh, com aumento de 17,2%.

Vendas no Mercado Cativo

No mercado cativo, destaca-se o crescimento das classes residencial (13,5%), industrial (4,9%) e comercial (12,5%), que juntas, representam 51,2% do total consumido pelos clientes

Mercado Cativo - GWh			
	2007	2006	Var.
Residencial	10.700	9.429	13,5%
Industrial	11.401	10.862	4,9%
Comercial	6.437	5.724	12,5%
Rural	2.511	1.966	27,7%
Outros	4.130	3.717	11,1%
Total Cativo	35.245	31.778	10,9%

cativos das distribuidoras do grupo. Desconsiderando-se o efeito das aquisições no período, o desempenho das vendas seria

- **Classes Residencial e Comercial:** aumento de 6,9% em ambas as classes. O desempenho da classe comercial foi favorecido pela expansão da massa salarial e pelo aumento da oferta de crédito, com a redução da taxa de juros e o alongamento dos prazos dos financiamentos. Esses efeitos, combinados com a redução dos preços de eletrodomésticos, permitiram a expansão do consumo da classe residencial. As altas temperaturas registradas nas áreas de concessão das distribuidoras do grupo também contribuíram para o desempenho dessas classes.

- **Classe Industrial:** redução de 2,0%, devido, principalmente, à migração de clientes cativos para o mercado livre. Embora o fluxo de clientes para o mercado livre tenha desacelerado em 2007, a migração ocorreu com maior intensidade entre os chamados "clientes especiais", que tem demanda contratada acima de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs. Em geral, essas fontes alternativas recebem incentivos, como descontos no pagamento de TUSD, e tornam-se atrativas para essa faixa de clientes. Portanto, a migração de "clientes especiais" para o mercado de fontes incentivadas não representa aumento de consumo no mercado livre, uma vez que esses clientes não são considerados propriamente livres, e geram impacto financeiro nas distribuidoras, pelo desconto de TUSD, compensado nas revisões e reajustes tarifários das distribuidoras.

Vendas no Mercado Livre

Vendas Mercado Livre - GWh			
	2007	2006	Var.
Mercado Livre	8.951	9.335	-4,1%

As vendas no mercado livre, realizadas através do segmento de comercialização, alcançaram 8.951 GWh, com redução de 4,1%. Essa queda deve-se ao fato de que deixou de ser considerada a venda de energia da CPFL Brasil para a RGE, incorporada em sua totalidade ao grupo CPFL Energia em junho de 2006, e à redução das vendas em contratos de curto prazo.

10.01 - ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Para mais detalhes referentes à venda de energia elétrica (venda em R$, em GWh, por classe de consumo e número de consumidores), veja a Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

As distribuidoras do grupo CPFL Energia atuam com o objetivo de aumentar a eficiência de suas operações e de prestar serviços de qualidade diferenciada para satisfazer às expectativas de seus clientes. Para isso, investem permanentemente em seu sistema elétrico e nos sistemas que lhes dão suporte, de forma a poder dar condições necessárias à preservação de padrões elevados de qualidade e continuidade de fornecimento de energia, mesmo em situações adversas de operação.

Qualidade do Fornecimento de Energia

Para o aperfeiçoamento permanente da qualidade do fornecimento, as distribuidoras do grupo CPFL Energia desenvolvem iniciativas e ações que buscam ampliar e automatizar o sistema elétrico e aumentar a eficiência na logística dos serviços de rede, para assegurar agilidade, confiabilidade e flexibilidade operacional. As distribuidoras disponibilizam canais diversificados de atendimento aos clientes e realizam intensos programas de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Também mantêm programas de capacitação e desenvolvimento profissional e investem na modernização dos sistemas e da infra-estrutura de suporte às operações.

Os resultados destas ações estão refletidos nos indicadores de qualidade de fornecimento (DEC, que mede a duração equivalente de interrupções por cliente, no ano, e FEC, que mede a duração equivalente de interrupções por cliente, no ano) registrados pelas distribuidoras do grupo CPFL Energia, em 2007, conforme tabela a seguir:

INDICADOR	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Leste Paulista	CPFL Mococa
DEC [illegible]	9,88	9,79	10,90	8,33	9,88	9,01	7,93	9,88
FEC [illegible]	8,88	8,83	11,94	9,86	8,33	11,90	8,85	9,36

Perdas Comerciais

As oito distribuidoras do grupo desenvolvem um trabalho permanente de combate às perdas comerciais em suas respectivas áreas de atuação, que abrange, principalmente, a inspeção de unidades consumidoras e a verificação e substituição de medidores obsoletos ou avariados. Em 2007, as distribuidoras realizaram 550 mil inspeções, que resultaram na recuperação de 4,6 GWh, correspondente à receita de R$ 140 milhões.

Universalização dos Serviços

As distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa possuem seus mercados integralmente universalizados.

Na RGE foram ligados 6.943 novos clientes em 2007. Para 2008, estão previstos investimentos que permitirão a ligação de aproximadamente 5 mil novos clientes, atingindo 100% da meta de universalização do mercado da distribuidora.

Integração das Distribuidoras

A CPFL Energia também obteve avanços expressivos na implementação dos Planos de Integração das empresas adquiridas entre 2006 e 2007, que têm o objetivo de assegurar a criação de valor ao acionista e a sustentabilidade dos negócios, por meio da implantação de diretrizes de governança corporativa e do modelo de gestão orientado pelos critérios da excelência e da responsabilidade empresarial, adotados pelas empresas do grupo.

DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE GERAÇÃO

A energia disponibilizada para comercialização pela CPFL Geração corresponde à Energia Assegurada de cada Usina Hidrelétrica, considerando a proporção da participação acionária detida pela empresa. Em 2007, a Energia Assegurada, proveniente das usinas hidrelétricas do grupo CPFL Energia alcançou 800 MW médios.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
com aumento de 40,1% sobre os 3.71 MW médios do exercício anterior. Esse crescimento é decorrente da entrada em operação da UHE Campos Novos, da aquisição de ativos de geração que fazem parte da CPFL Jaguariúna e da conclusão do projeto de repotenciação da Pequena Central Hidrelétrica-PCH Gavião Peixoto.

No exercício, o índice consolidado de disponibilidade de máquinas das usinas do grupo foi de 93%, superior aos 84% de 2006.

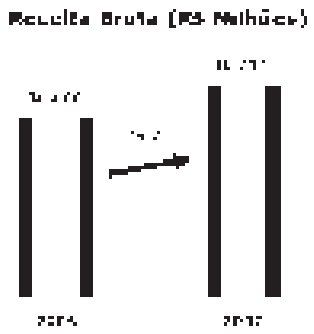
Em 2008, com a entrada em operação das Hidrelétricas Castro Alves e 14 de Julho e das PCHs Capão Preto e Chibarro, a Energia Assegurada pelas usinas do grupo deverá alcançar 850 MWmédios. Em 2010, quando está prevista a conclusão da construção da UHE Foz do Chapecó, a Energia Assegurada das usinas do grupo irá alcançar 1.082 MWmédios.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Auditadas.

Receita Operacional

A receita operacional bruta atingiu R$ 14.207 milhões, o que significou crescimento de 10,2% (R$ 1.580 milhões).



Os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita bruta foram:

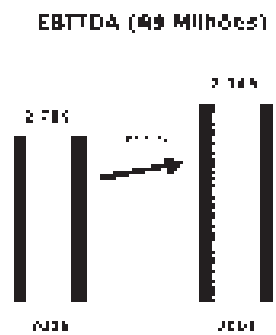
i) Crescimento de 12,4% nas vendas de energia elétrica na área de concessão; e

ii) Reajuste das tarifas das distribuidoras, conforme comentado anteriormente no item Tarifas e Preços da Energia Elétrica.

1.3.4 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A receita bruta foi, ainda, impactada positivamente, no montante de R$ 189 milhões, pelas baixas do Passivo da Energia Livre. Em 2007, em função do término do prazo estipulado para a recuperação da RTE e de repasse aos geradores de energia livre, foi efetuada a baixa do passivo contra a receita operacional, conforme orientação da ANEEL. É importante ressaltar que o mesmo montante foi registrado no Custo/Despesa Operacional, em função da baixa do Ativo da mesma natureza.

Geração Operacional de Caixa — EBITDA



A análise a seguir exclui o ajuste citado no item anterior, relacionado à Energia Livre, o qual não impacta o lucro líquido e o EBITDA da Companhia.

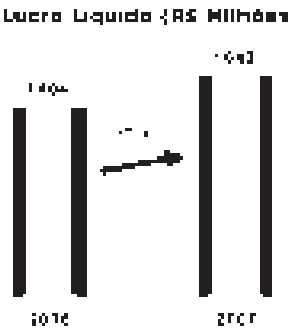
A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R$ 2.345 milhões em 2007, com crescimento de 19,9% em relação a 2006 (R$ 556 milhões). Esse resultado reflete, principalmente, o aumento de 16,5% na Receita Líquida (R$ 1.309 milhões), que compensou os aumentos de 13,4% no Custo com Energia Elétrica (R$ 502 milhões) e de 10,8% no Custo/Despesa Operacional (R$ 106 milhões), excluindo-se os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização.

O EBITDA é calculado a partir da soma do lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e entidade de previdência privada, além dos ajustes referentes ao item extraordinário.

13.01 - ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

Lucro Líquido do Exercício

A CPFL Energia encerrou, em 2007, Lucro Líquido de R$ 1.643 milhões, com crescimento de 17,0% (R$ 239 milhões). Esse resultado é decorrente, em especial, dos seguintes fatores:



i) Aumento de 19,9% (R$ 356 milhões) no EBITDA;

ii) Aumento de 77,6% (R$ 225 milhões) nas despesas financeiras líquidas, das quais R$ 122 milhões decorrem do ganho não recorrente em 2006, no processo julgado a favor das controladas, referente ao PIS e Cofins pagos sobre a ampliação da base de cálculo;

iii) Aumento de 12,6% (R$ 94 milhões) no Imposto de Renda e na Contribuição Social.

No exercício, o lucro líquido por ação foi de R$ 3,42.

Dividendos

A Administração propõe a distribuição de R$ 1.561 milhões em dividendos, o que equivale a 95% do Lucro Líquido do Exercício, de R$ 3,25 por ação. Com isso, a Companhia superou a distribuição mínima de 50% do Lucro Líquido, prevista em sua política de dividendos.

Endividamento

O endividamento da Companhia (considerando dívida financeira e derivativos), no final de 2007, atingiu R$ 6.429 milhões, com aumento de 22,5%. Apesar da elevação da dívida financeira em valores nominais, seu custo médio teve redução de 13,4% a.a. em 2006, para 12,1% a.a., em 2007, em função da redução da taxa de juros (de CDI de 13,0% a.a. para 11,8% a.a., e da TJLP (de 7,87% a.a. para 6,38% a.a.), acumuladas no ano.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O aumento do endividamento decorre, principalmente, de captações para ampliar os investimentos na expansão dos negócios de geração e distribuição e para aquisições. As principais movimentações no período foram:

- Captações (BNDES e outras instituições financeiras) para a CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Brasil, CPFL Geração e Projetos de Geração, totalizando R$ 1.447 milhões;
- Emissão de debêntures pela CPFL Energia, no montante de R$ 450 milhões, para aquisição da CMS Energy Brasil S.A. (CPFL Jaguariúna);
- Emissão de debêntures da RGE (R$ 390 milhões), com entrada efetiva de recursos no montante de R$ 100 milhões;
- Amortizações (BNDES e outras instituições financeiras) realizadas pela CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Geração e Projetos de Geração, totalizando R$ 543 milhões.

Para mais detalhes referentes ao endividamento ver Notas Explicativas nºs 15 e 16 das Demonstrações Financeiras.

Inadimplência

No segmento de distribuição de energia elétrica, as distribuidoras do grupo mantiveram as ações de cobrança dos débitos de clientes inadimplentes e obteve redução dos índices de inadimplência. O índice médio apoderado de inadimplência das oito distribuidoras do grupo é de 1,49%, sobre sua Receita Bruta.

Vale ressaltar que nos segmentos de geração e comercialização de energia, no exercício, a inadimplência foi praticamente nula.

5. Investimentos

Em 2007, a grupo CPFL Energia investiu R$ 1.345 milhões, em linha com a estratégia de ampliação e fortalecimento da participação do grupo no mercado brasileiro de energia elétrica. Foram aplicados R$ 859 milhões na expansão dos negócios, abrangendo a construção de usinas hidrelétricas, a repotenciação de pequenas centrais hidrelétricas e a ampliação e reforço do sistema elétrico para atender ao expressivo crescimento de mercado das concessionárias. A CPFL Energia, por meio de sociedades controladas, também investiu R$ 416 milhões em aquisições de empresas e ativos elétricos. Foram, ainda, aplicados recursos de R$ 210 milhões em melhoramentos no sistema elétrico, na tecnologia de operações e nos sistemas e infra-estrutura de suporte às operações, nos diversos segmentos de negócio. As comercializadoras do grupo responderam por investimentos de R$ 9 milhões, enquanto que outros R$ 11 milhões referem-se a outros investimentos.

INVESTIMENTOS NOS SEGMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA

Distribuição de Energia

Nesse segmento, os investimentos totalizaram R$ 677 milhões. Desse montante, R$ 414 milhões foram destinados à ampliação e ao reforço do sistema elétrico, para atender à expressiva crescimento do mercado, tanto nas vendas de energia quanto no número de clientes (167 mil), registrado pelas nove distribuidoras no exercício. Foram, ainda, destinados R$ 255 milhões em melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infra-estrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Destacam-se os novos sistemas em implantação nas distribuidoras do grupo:

- **Sistema de Gestão Comercial – CCS:** em implantação na CPFL Paulista e CPFL Piratininga, permitirá o aprimoramento da base de clientes e dos processos de atendimento, faturamento, arrecadação, cobrança, contabilização, gestão de perdas e informações gerenciais, e proporcionará reflexos positivos na qualidade dos serviços prestados aos clientes e na eficiência das operações. A conclusão está prevista para 2008.
- **Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição – GISD:** já implantado na CPFL Paulista e em implantação na CPFL Piratininga e na RGE. O sistema, a partir de uma plataforma de dados georreferenciada, permite a racionalização dos trabalhos de campo nos ativos elétricos e ganhos de eficiência na gestão dos processos de engenharia e operação de rede, com reflexo na qualidade do planejamento da expansão do sistema e do atendimento às demandas dos clientes das distribuidoras. Na CPFL Piratininga, foi concluída a primeira das três etapas de implantação do projeto, que compreende a construção da base georreferenciada e a capacitação dos usuários do sistema. As demais etapas serão concluídas até 2009. Na RGE, em 2007, foram iniciados os trabalhos de modelagem e preparação para a implantação, que deverá ser concluída em 2009.

Geração de Energia

Os recursos, no total de R$ 445 milhões, concentraram-se nos empreendimentos em construção: Complexo Ceran (UHEs Castro Alves e 14 de Julho), UHE Foz do Chapecó e UHE Campos Novos (concluída em maio de 2007) e nas repotenciações das PCHs Gavião Peixoto, Chibarro e Cajão Preto.

A seguir, o estágio das Obras das Usinas Hidrelétricas em construção, em 31 de dezembro de 2007:

- **UHEs Castro Alves (130 MW) e 14 de Julho (100 MW):** Obras Civis, 95,4%; Fornecimento de Equipamentos, 89,6%; Montagem Eletromecânica, 75,1%; Ações Ambientais, 91,8%. A entrada em operação comercial da UHE Castro Alves está

prevista para o primeiro trimestre de 2008 e, da UHE 14 de Julho, para o quarto trimestre de 2008. As parcelas de energia das usinas correspondentes à participação de 65% detida pela CPFL Geração possuem contratos de compra e venda de energia, com as empresas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Brasil, aprovados pela ANEEL.

- **UHE Foz do Chapecó (855 MW):** Concluídos 23,0% do total de empreendimento, sendo: Obras Civis: 27,4%; Fornecimento de Equipamentos: 18,0%; Montagem Eletromecânica: 4,4%; Ações Ambientais: 29,0%. As obras da Usina Foz do Chapecó foram iniciadas em dezembro de 2006 e a entrada em operação comercial está prevista para o terceiro trimestre de 2010.
- **PCH Chibarro:** Concluídas as obras de repotenciação da hidrelétrica, que passou a ter Potência Instalada e Energia Assegurada total de, respectivamente, 2,6 MW e 1,69 MWmédios. As obras foram iniciadas em outubro de 2006 e concluídas em dezembro de 2007.
- **PCH Capão Preto:** As obras de repotenciação, que elevarão a Potência Instalada e a Energia Assegurada para, respectivamente, 4,0 MW e 2,38 MWmédios, foram iniciadas em outubro de 2006, devendo ser concluídas no início de 2008.

Aquisições no Exercício

A CPFL Energia vem desenvolvendo uma estratégia consistente de ampliação de sua participação no mercado de energia elétrica do País, atuando como consolidadora de setor, por meio do aproveitamento de oportunidades de negócios que assegurem ganhos de eficiência e taxas de retorno compatíveis com as premissas que orientam os investimentos do grupo.

- **Aquisição da CMS Energy Brasil S.A. (razão social alterada para CPFL Jaguariúna S.A.)** – A CPFL Energia, por meio da controlada Perácio Participações S.A., adquiriu, em junho de 2007, por R$ 412 milhões, 100% do capital da CMS Energy Brasil S.A., holding que atua, por meio de suas controladas, nos segmentos

de distribuição, geração, comercialização e de prestação de serviços especializados de energia elétrica.

- **Aquisição dos Ativos Elétricos da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de França (Cerfra)** - Em agosto de 2007, a controlada CPFL Paulista adquiriu, por R$ 4,2 milhões, os ativos elétricos da Cerfra, o que agregou 443 km de redes ao seu sistema elétrico e 1.094 novos clientes, em oito municípios da região de França.

6. Governança Corporativa

A CPFL Energia é reconhecida como uma das empresas com melhores práticas de governança corporativa da América Latina. Desde a sua constituição, a empresa vem aperfeiçoando as políticas, os processos de gestão e os sistemas de controle adotados. Em 2007, houve a consolidação do Novo Modelo de Governança Corporativa, implantado em outubro de 2006, com o objetivo de adequar os processos de governança à atual estrutura da Companhia e das sociedades controladas. Destacam-se no exercício, os avanços nos mecanismos de diálogo e interação entre os Acionistas e a Administração, com o objetivo de assegurar a eficácia do processo decisório na Companhia.

O Conselho de Administração é o fórum central de decisão e definição da orientação geral dos negócios da empresa, com foco na criação de valor para os acionistas. É constituído por sete membros, entre os quais um conselheiro independente, e conta com três comitês para assessorá-lo. Os Comitês de Gestão de Pessoas e de Processos de Gestão são compostos por conselheiros titulares e atuam na definição das metas e na avaliação da Diretoria Executiva, no monitoramento das informações gerenciais e dos riscos corporativos, e no acompanhamento do plano anual da Auditoria Interna. O Comitê de Partes Relacionadas analisa previamente todas as transações que envolvem partes relacionadas, a fim de atestar o atendimento a condições usuais de mercado.

1334 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho conta, ainda, com o apoio de Comissões Temporárias para acompanhar a condução de questões relevantes ou de temas específicos que não sejam da competência dos Comitês. Os Comitês e as Comissões atuam também no âmbito das sociedades controladas e coligadas.

O Conselho Fiscal, por delegação do Conselho de Administração, exerce as atribuições do Comitê de Auditoria, de acordo com as regras da *Securities and Exchange Commission-SEC*, aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos.

A Diretoria da CPFL Energia é composta por um Diretor Presidente, que é o principal executivo e Presidente do Conselho de Administração das sociedades controladas, de forma que todas as diretrizes de governança são alinhadas à holding, proporcionando uma estrutura integrada e otimizada. Os cinco diretores vice-presidentes (de distribuição, de geração, de gestão de energia, financeiro e de relações com investidores, e de estratégia e regulação) são responsáveis, em suas respectivas áreas, pela condução dos negócios das controladas.

A CPFL Energia possui um sistema de gerenciamento de controles internos e certificação eletrônica ascendente dos principais processos de negócios pelos gestores, que permite o mapeamento, o monitoramento e a avaliação da eficácia dos controles com impacto na preparação e na divulgação das informações financeiras, além da racionalização destes processos, conforme disposições da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (*compliance*). No exercício de 2006, a eficácia dos controles internos da Companhia foram certificados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Vice-presidente Financeiro e atestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A CPFL Energia integra um seleto grupo de quatorze empresas latino-americanas reconhecidas por adotar práticas diferenciadas de governança corporativa - o *Companies Circle*, constituído por iniciativa da *Organization for Economic Cooperation and Development-OECD* e do *International Finance Corporation-IFC*, com a finalidade de promover e incentivar o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa na América Latina. Em outubro de 2007, a CPFL Energia participou do *Latin American Corporate Governance Roundtable*, promovido pela OECD, em cooperação com o IFC e o Banco Mundial.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2007 foi implementado o novo Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética da CPFL, um conjunto de processos gerenciais, que tem o objetivo de aprimorar as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da qualidade ética nas relações com seus públicos.

Foi realizado o segundo ciclo de seminários de Reflexão sobre Ética. Baseado no Código de Ética e do Conselho Empresarial, o Comitê de Desenvolvimento de Ética foi reestruturado, passando a atuar de forma mais acoplada na alta direção, e composto por 6 coordenadores da ação empresarial - princípios organizacionais e diretrizes de conduta empresarial e foi criada a Rede Ética, formada por colaboradores de diversas áreas, para atuarem como multiplicadores dos valores éticos em suas unidades organizacionais.

Compromisso de Arbitragem

A CPFL Energia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da Bovespa, conforme Cláusula Compromissória constante no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

7. Mercado de Capitais

A CPFL Energia, atualmente com 27,04% de suas ações em circulação no mercado (free float), tem títulos negociados na Brasil (Bovespa) e na Bolsa de Nova Iorque (Nyse).

Em 2007, as ações da CPFL Energia acumularam valorização de 23,9% na Bovespa e de 52,6% na Nyse, encerrando o ano cotadas a R$ 33,67 por ação e US$ 56,66 por ADR, respectivamente.

O volume médio diário de negociação atingiu R$ 47,6 milhões, dos quais R$ 19,9 milhões na Bovespa e R$ 12,8 milhões na Nyse, o que representou aumento de 93,5%. O número de negócios realizados na Bovespa teve expansão de 114,2%, ao passar da média diária de 845 negócios, em 2006, para 1.810 negócios, em 2007.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O desempenho das ações da CPFL Energia na Bovespa possibilitou sua inclusão, a partir de maio de 2007, no Ibovespa, índice que mede o retorno total de uma carteira teórica integrada pelas ações que, em conjunto, representaram 80% do volume transacionado à vista nos 12 meses anteriores à formação da carteira.

8. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Energia desenvolve um programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da gestão permanente dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. O objetivo é criar valor de forma equilibrada e sustentada para os diferentes públicos com os quais a empresa se relaciona, por meio de ações e programas fundamentados em princípios éticos sólidos, que assegurem integridade, transparência, confiança e credibilidade nos relacionamentos da empresa com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, organizações da sociedade civil e com as comunidades de sua área de atuação.

Gestão da Excelência Empresarial

A CPFL Energia, alinhada com uma visão orientada para a criação de valor, estimula a incorporação, por suas empresas controladas, dos critérios de excelência em seu modelo de gestão. Para isso, desenvolveu um Sistema de Gestão Integrado SGI, que contempla a padronização e a certificação dos principais processos de trabalho, em quatro dimensões: Gestão da Qualidade - (ISO 9001:00), Gestão Ambiental (ISO 14001:04), Gestão da Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001:99) e Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000:01). A aderência do sistema é monitorada permanentemente, inclusive por meio de auditorias periódicas realizadas por organizações externas.

16.1 - ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O SAP encontra-se implantado na CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração. Em 2007 também foi implantado na RGE que, no mês de dezembro após auditoria realizada por organização externa, teve seu Sistema de Gestão Integrado certificado segundo as normas internacionais aplicadas para o processo de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, válido para todas as áreas da empresa. Em 2007, a RGE também participou pela primeira vez do Prêmio Nacional da Qualidade, promovido pela Fundação Nacional da Qualidade-FNQ, habilitando-se para a segunda etapa da avaliação.

Destaca-se, ainda, na exercício, a ampliação da Estratégia Seis Sigma, na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, e sua introdução na CPFL Brasil e na CPFL Geração, metodologia que permite identificar oportunidades de melhorias e de redução das perdas nos processos de trabalho.

Gestão do Relacionamento com os Clientes

As distribuidoras do grupo CPFL Energia mantêm programas específicos para assegurar o estabelecimento de relações de confiança e credibilidade com seus clientes. Para isso, além da agilidade e eficiência no atendimento às solicitações e reclamações, as empresas desenvolvem ações de comunicação direta, com o objetivo de orientá-los quanto aos seus direitos, uso racional e seguro de energia elétrica, canais de atendimento e acesso às empresas, além de participar de campanhas de interesse público por meio de divulgação de mensagens em contas de energia. As distribuidoras da CPFL Energia mantêm Conselhos de Consumidores para avaliar a qualidade dos serviços e realizam pesquisas periódicas com os clientes para identificar oportunidades de melhoria nos serviços prestados.

Em 2006, duas distribuidoras do grupo se destacaram na pesquisa realizada com os consumidores residenciais de todo o País, conquistando o Prêmio ABRADEE – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, como resultado da qualidade dos serviços prestados aos clientes. A CPFL Jaguari foi a melhor distribuidora do Brasil entre todas as empresas avaliadas, conquistando, ainda, o prêmio referente às regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste, na categoria até 30 mil consumidores, e a CPFL Leste Paulista foi a melhor das

regiões Sul e Sudeste acima de 20.000 até 400.000 mil consumidores. Além disso, os índices da CPFL Paulista (66,55%), CPFL Piratininga (63,61%), RGE (66,74%), CPFL Sul Paulista (61,96%) e CPFL Mococa (65,76%), apurados nesta pesquisa, alcançaram resultados superiores à média nacional, que foi de 60,49%.

Gestão dos Recursos Humanos

O grupo CPFL Energia encerrou o exercício com um quadro de 7.176 colaboradores (5.835 profissionais, em 2005). O crescimento verificado no quadro de profissionais decorreu, principalmente, da integração de novas empresas ao grupo empresarial. O índice de rotatividade ficou em 6,12%. O tempo médio de atividade na empresa é de 11,2 anos e a idade média, de 37,8 anos.

Em 2007, as ações de capacitação e desenvolvimento de pessoal alcançaram, em média, 97,97 horas por colaborador, refletindo os esforços de integração e aprimoramento dos processos nas empresas incorporadas ao grupo.

Ao longo de 2007, as empresas do grupo desenvolveram programas inovadores, para apoiar a gestão de seus recursos humanos, com destaque para:

- **CPFL *Management*** - Programa de Desenvolvimento gerencial, delineado em três eixos de atuação: *Desenvolvimento de Competitividade*, *Eixo Desenvolvimento Individual* e *Desenvolvimento de Carreira*, com ações específicas de planejamento de carreira.
- **Disseminação de Competências** - Em 2007, foi realizado o processo de revisão das competências organizacionais, para alinhamento com o Planejamento Empresarial da CPFL Energia. As competências definidas foram: Foco em Resultados, Excelência nos Processos, Visão Sistêmica, Paixão pelo que faz, Foco do Cliente, Empreendedorismo, Capacidade de Criar, Transformar e Inovar, Sustentabilidade, Visão Estratégica e Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.
- **Treinamento segundo a Norma Regulamentadora-NR 10** – Todos os eletricistas das empresas do grupo participaram de treinamento sobre riscos elétricos,

organizado em 2 módulos, para atuar com segurança em instalações e serviços de eletricidade.

- **Portal de Qualidade de Vida:** lançado em outubro, disponibiliza informações, dicas e orientações sobre os principais pilares que constituem o programa de qualidade de vida da CPFL: segurança, saúde, físico, ambiental, social, emocional e financeiro.
- **Programa de Valorização da Diversidade:** que tem o objetivo de valorizar e promover a diversidade no quadro de colaboradores, privilegiando a inclusão social, por meio de metas específicas, que objetivam aumentar a representatividade de negros, mulheres e de pessoas portadoras de deficiência no quadro de profissionais.
- **Programa Fale Comigo** - destinado ao apoio e orientação aos colaboradores e familiares em aspectos sociais.
- **Programa Novo Tempo:** voltado para a preparação de colaboradores em condições de aposentadoria.
- **Programa Voluntariado Cidadão CPFL:** que tem o objetivo de criar oportunidades de ação conjunta da empresa com seus colaboradores, para atuar nas comunidades.

Relacionamento com as Comunidades

Entre as ações desenvolvidas pelas empresas do grupo em 2007, para contribuir com o desenvolvimento das comunidades em que atuam, destacam-se:

- **Programas do Espaço Cultural CPFL** - programação voltada para a disseminação do conhecimento e da cultura como forma de contribuição para o desenvolvimento das comunidades de atuação da Companhia, por meio de palestras, debates e manifestações artístico-culturais. O acesso à programação é franqueado para a população e os conteúdos são disponibilizados para todo o País por meio da Internet e de programas veiculados pela TV Cultura de São Paulo. Em 2008, está previsto o início de atividade do Espaço Cultural RGE, em Caxias do Sul.
- **Programa CPFL de Revitalização das Santas Casas e Hospitais Beneficentes** - abrange 19 hospitais das regiões de Franca e Piracicaba (SP).

1.3.4 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Projeto Aprender** - criado pela CPFL Energia, acolhe adolescentes de famílias de baixa renda e orienta seus primeiros passos no ambiente corporativo. Foram beneficiados 119 jovens em 2007.
- **Programa de Eficiência Energética da CPFL** - promove ações pelo uso racional de energia elétrica na iluminação pública, em serviços, praças e prédios públicos, além de desenvolver programas como CPFL nas Escolas, Educativo junto a Clientes de Baixa Renda, Gestão Energética Municipal e Doação de Lampadas Fluorescentes.
- **CMDCA (Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente)** - A CPFL Energia doou mais de R$ 2 milhões a entidades, beneficiando 31 cidades de sua área de atuação. Ao todo, foram apoiados 73 projetos, de um total de 274 inscritos.
- **Semana do Meio Ambiente** - promovida pela CPFL Energia, em Campinas, contou com diversas atividades técnicas e culturais para os públicos interno e externo.

Influência e Liderança na Cadeia de Negócios

A CPFL Energia aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e ao Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A Empresa também mantém adesão ao Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ambos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e criou o **Fórum pelos Objetivos do Milênio** para a disseminação dos ODMs.

No **Programa CPFL Conhecer e Crescer - Excelência em Gestão**, iniciativa da CPFL Energia para disseminar conceitos de qualidade da gestão e de responsabilidade social para empresas de micro, pequeno e médio portes, foram realizados 14 encontros, com 654 participantes.

No programa **Rede de Valor**, criado pela CPFL Energia para disseminar a gestão de responsabilidade social, foi realizado o **V Encontro de Fornecedores**, com 90 participantes.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Energia participa do **Programa Tear - Tecendo Redes Sustentáveis de Responsabilidade Social nas Micros, Pequenas e Médias Empresas**, desenvolvido pelo BID, Instituto Ethos e Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), e assumiu o compromisso de disseminar boas práticas junto a 15 micros, pequenas e médias empresas de sua cadeia de negócios.

Além dessas iniciativas, desde 2001 a CPFL Energia é associada à Fundação Abrinq e a diversas organizações que atuam na disseminação dos critérios da excelência e da sustentabilidade, no País.

Gestão dos Impactos Ambientais - Projetos sustentáveis de energia elétrica

As empresas do grupo CPFL Energia desenvolvem projetos que buscam maximizar os aproveitamentos energéticos e minimizar os menores impactos sócio ambientais possíveis, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução de emissão dos gases causadores do efeito estufa. Nessa área, destacam-se:

Na Geração de Energia:

Pequenas Centrais Hidrelétricas

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL / Programa de Repotenciação das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs**: por meio desse Programa, que privilegia o aumento de potência instalada sem aumento da área inundada, foi possível à Companhia desenvolver um Projeto de MDL e comercializar os Certificados de Redução de Emissões de CO2, o CERs, referentes ao período 2003 a 2012, numa quantidade prevista de 120 mil toneladas, com faturamento previsto de 1,9 milhão de euros.
- **Controle de Plantas Aquáticas**: ação desenvolvida no reservatório da UHE Americana, com a coleta e remoção de 31.976 m³ de material (correspondentes a 50,70 ha). Foram desenvolvidos estudos para aproveitamento das plantas coletadas como fonte de ração animal, com resultados promissores.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Educação Ambiental:** o Projeto da Associação Barca Escola da Natureza, patrocinado pela CPFL, recebeu mais de 22 mil visitantes no ano.
- **Programa de Conservação da Ictiofauna:** soltura de 395 mil alevinos de Curimbatas e Lambaris nos nós e reservatórios das bacias hidrográficas das áreas de atuação da Companhia.

Cia Energética Rio das Antas-Ceran (UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho)

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL / Cia Energética Rio das Antas-Ceran:** em dezembro de 2007, foi concluído o processo de venda, na modalidade de leilão, dos CERs referentes à geração hidrelétrica da UHE Monte Claro. No total, foram negociados 701.503 CERs, somando 9,6 milhões de euros. Esse foi o primeiro negócio no mundo envolvendo a venda de CER de uma grande usina hidrelétrica a fio d'água. Também em 2007, foi emitida pela Comissão Interministerial de Mudança Climática, Carta de Aprovação do Projeto "Atividade de Projeto de MDL da UHE Castro Alves", com 2 milhões de toneladas de CO e em quantidade de CERs aprovados, até 2014 (período de 7 anos de geração).

BAESA – Energética Barra Grande (UHE Barra Grande)

- **Programas Sócio-ambientais:** após vistoria do IBAMA para verificação do cumprimento dos programas ambientais previstos, foi aprovada a renovação de sua Licença de Operação LO, por um período de mais 6 anos. A renovação demonstra o compromisso da empresa para com as questões sócio-ambientais, como o projeto de restauração florestal na área de influência do empreendimento, com o plantio de 81.251 mudas de espécies florestais nativas, totalizando 434.875 mudas plantadas de 2004 a 2007.
- **Programas Sociais:** deu-se continuidade às obras de melhoria e adequação da infra-estrutura dos municípios da área de influência da hidrelétrica. Em 2007, foi iniciada a construção e a pavimentação da estrada que interligará os municípios de Piratal da Serra RS a Anita Garibaldi SC, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Enercan – Campos Novos Energia (UHE Campos Novos)

- **Programas Sócio-ambientais**: a Usina teve renovada sua Licença de Operação LO, a partir de 20/04/2007, por mais 2 anos, também evidenciando a adoção das melhores práticas de gestão sócio-ambiental.
- **Programas Sociais**: em 2007, deu-se continuidade ao Fundo de Desenvolvimento Rural, repassando recursos da ordem de R$ 2,2 milhões para financiar agronegócios coletivos em quatro municípios situados na região de influência da hidrelétrica.

Foz do Chapecó Energia (UHE Foz do Chapecó)

- **Programas Sócio-ambientais**: Com a construção da UHE Foz do Chapecó, foi iniciada, em 2007, a implantação dos programas sócio-ambientais constantes do Projeto Básico Ambiental - PBA.

UHE Serra da Mesa

- **Programas Sociais**: formalizou-se sua participação no Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste de Goiás, iniciativa conjunta envolvendo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Ministério de Minas e Energia (MME), Furnas Centrais Elétricas, Tractebel Energia e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás-SEBRAE/GO. Esse Fundo tem o objetivo de implantar projetos de geração de renda para famílias carentes situadas nos municípios atingidos pelos empreendimentos Serra da Mesa e Cana Brava. Com um plano de trabalho de 42 meses e destinação de cerca de R$ 5 milhões para o desenvolvimento das ações previstas, o Fundo iniciou suas atividades com a constituição de seu Conselho Deliberativo e divulgação, junto aos municípios, dos objetivos e das etapas de desenvolvimento dos trabalhos.

1.3.1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Na Distribuição de Energia:

CPFL Paulista e CPFL Piratininga

- **Projetos de P&D que geram benefícios ambientais, por eliminar, reduzir ou tratar resíduos, economizar energia e aumentar a eficiência energética.**
  - A CPFL Paulista e a CPFL Piratininga deram prosseguimento aos projetos relacionados a: Novas Tecnologias em Madeiras aplicadas à fabricação de cruzetas; Gaseificador para geração de energia elétrica a partir de resíduos de vários tipos de biomassa; Redes de Energia e Vegetação (em parceria com CPFL Piratininga); e Implantação de Sistemas de Geração Distribuída.
  - A CPFL Piratininga adquiriu mais 250 unidades do Transformador Verde - para instalação em sua rede de distribuição. Trata-se de transformador desenvolvido com os objetivos de ser menos agressivo ambientalmente e de possuir maior vida útil. O equipamento foi apresentado no IV Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica, recebendo Menção Honrosa - Informe Técnico - Primeiro Lugar. A empresa também deu andamento ao projeto "Sistema de Geração Distribuída Residencial", a partir de um reformador de gás natural e uma célula a combustível de 2 kW.
  - As empresas do grupo ainda adquiriram 4 motocicletas elétricas, com custo de R$ 0,01 por quilômetro percorrido e autonomia de 50 km por carga de elétrica.
- **Programa de Arborização Urbana:** doação de aproximadamente 82 mil mudas, aos municípios de suas áreas de atuação.
- **Programa de Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos.**
- **Programa de Coleta Seletiva:** separação de papel branco, papelão e plásticos.
- **Manutenção da Certificação Ambiental ISO 14.001:04:** a certificação é válida para o escopo "Convivência da Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica com o Meio Ambiente", nas duas distribuidoras.
- **Cadeia Reversa:** processo que permite reaproveitamento de materiais e equipamentos obsoletos retirados das redes de distribuição e de transmissão de energia.

Rio Grande Energia

- **Certificação ISO 14.001:** em dezembro de 2007, a RGE recebeu do BVC (Bureau Veritas Certification do Brasil) a recomendação para a certificação ISO 14.001:2004 dos seguintes escopos: "Convivência da Rede de Distribuição de Energia Elétrica Urbana com o Meio Ambiente" e "Serviços de Transmissão de Energia Elétrica na Subestação Antônio Prado e na Linha de Transmissão 69 kV Nova Prata 2 - Antônio Prado".
- **Projeto Logística Reversa:** direcionado para a reciclagem e a recuperação de equipamentos e materiais avariados, retirados do sistema elétrico.
- **5º Etapa da Campanha Árvores Nobres:** por meio desta campanha, em 2007, a RGE distribuiu 15 mil mudas de árvores, consideradas nobres e raras, das espécies guapiju, angico, cerejeira, rivaia e ipê amarelo. Também foram distribuídas cartilhas com informações sobre as árvores. A campanha foi iniciada no ano de 2002 e, desde então, já foram distribuídas aproximadamente 149 mil mudas.
- **6º Etapa da Campanha de Repovoamento da Araucária:** estimula o plantio da árvore Araucária, espécie considerada em extinção e essencial na alimentação da fauna nativa da região. Em 2007, foram distribuídas 5 mil mudas e 2 mil caixas com sementes para plantio. Estima-se que, neste ano, a campanha proporcionará o acréscimo de 20 mil araucárias na área de concessão da RGE.
- **Projeto Matas Ciliares:** realizado em parceria com outras organizações, a RGE doou materiais para a construção de cercas de isolamento para recuperação ambiental de 1.080.000 m² de áreas situadas nas margens de rios.
- **Projeto Arborização Urbana:** a RGE realizou o plantio de 1,3 mil árvores em ruas e parques de 20 municípios. Os projetos foram executados com alto padrão de qualidade, possibilitando excelentes resultados sob os aspectos ambientais e estéticos, alcançando grande reconhecimento pelas comunidades beneficiadas.

Programas Corporativos:

- **Programa de Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa:** as empresas do grupo vêm realizando um amplo diagnóstico dos gases geradores de efeito estufa resultantes de suas atividades secundárias, em curso na edifícia sede da empresa, em Campinas. A meta é dimensionar as emissões decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de buscar alternativas de minimização e compensação desses impactos.

Reconhecimentos

As empresas do grupo CPFL Energia receberam diversos prêmios em reconhecimento ao seu desempenho nas áreas de gestão, operação e qualidade dos serviços, entre eles:

CPFL ENERGIA

- **Revista Carta Capital** - Empresas Mais Admiradas do Brasil - "A mais Admirada do Setor de Energia"
- **Prêmio Balanço Anual 2007 - Jornal Gazeta Mercantil.** Melhor empresa de energia
- **Prêmio DCI Empresas 2007** - Melhor Empresa do Setor de Energia Elétrica
- **Guia Exame de Sustentabilidade 2007** – Empresa Modelo, pelo quinto ano.
- **Guia Exame/Você SA - Melhores Empresas para Você Trabalhar,** pelo sexto ano.
- **Prêmio Apimec Qualidade 2007** - Melhor Apresentação do Ano.
- **Prêmios Expo Money 2007** - Menção Especial - Respeito ao Investidor Individual.
- **Prêmio Aberje Brasil 2007:**

  Empresa do Ano em Comunicação Empresarial - Destaque Brasil - CPFL Energia

  - Personalidade do Ano em Comunicação Empresarial

Gestão de Mídia Audiovisual - Região São Paulo - Sul.

- **JR Magazine Awards Brasil 2007** - Menções Honrosas: Melhor Governança Corporativa, Melhor *Conference Call*, Melhor Programa de Relações com Investidores de empresas *large cap*.
- **Prêmio USP de Comunicação Corporativa 2007** - Comunicação de Espaço Cultural CPFL.

DISTRIBUIDORAS

- **Prêmio Eletricidade 2007 - Revista Eletricidade Moderna:**
  - CPFL Paulista - Melhor Empresa do Brasil, Melhor Empresa da Região Sudeste, Melhor Desempenho em Operação.
  - RGE - Melhor Empresa do Brasil em Desempenho Comercial, Melhor Empresa da Região Sul.
  - CPFL Jaguari - Melhor Evolução Nacional.

  CPFL Leste Paulista - Melhor Desempenho em Engenharia.
- **Prêmio Abradee 2007:**
  - CPFL Paulista - Melhor Gestão Operacional.

  CPFL Piratininga - Melhor Gestão Econômico-Financeira.
- **Prêmio IASC - Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor:**
  - CPFL Jaguari - Melhor Concessionária do Brasil e Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste - (Até 30 mil unidades consumidoras)
  - CPFL Leste Paulista - Melhor Distribuidora de Energia Elétrica Regiões Sul/Sudeste, para concessionárias acima de 30 mil até 400 mil unidades consumidoras)

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Prêmio "Medalha Eloy Chaves" de Saúde e Segurança do Trabalho:**

  CPFL Santa Cruz – Desempenho em Prevenção de Acidentes.

  - RGF – Desempenho em Prevenção de Acidentes.

GERADORAS

- **Prêmio Mário Henrique Simonsen 2007**
  - BAESA – Energética Barra Grande – Excelência em Balanço.
- **Prêmio Fritz Müller 2007 – Fundação de Meio Ambiente-SC**
  - Baesa (Energética Barra Grande) - Execução de relevantes ações ambientais.
- **Prêmio Fritz Müller 2007 – Fundação de Meio Ambiente-SC Prêmio Empresa**

  Enerban (Campos Novos Energia) - Criação do Parque Rio Canoas.
- **Empresa Cidadã ADVB 2007**
  - Baesa (Energética Barra Grande) - Categoria Preservação Ambiental

COMERCIALIZADORAS

- **Prêmio Excelência Empresarial - FGV/Revista Conjuntura Econômica:**
  - CPFL Brasil – Maior rentabilidade sobre o Ativo e Patrimônio entre todas as empresas de capital aberto, de todos os setores acompanhados pela FGV.

    Destaque na avaliação referente realizada pela Prêmio Valor 1000, como a maior rentabilidade – Retorno aos Acionistas em relação ao Capital Próprio da instituição.

9. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade a partir do segundo trimestre de 2007, em atendimento ao rodízio de auditores previsto no artigo 31 da Instrução CVM 308/1999. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2007, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

10. Encerramento e Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2007. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

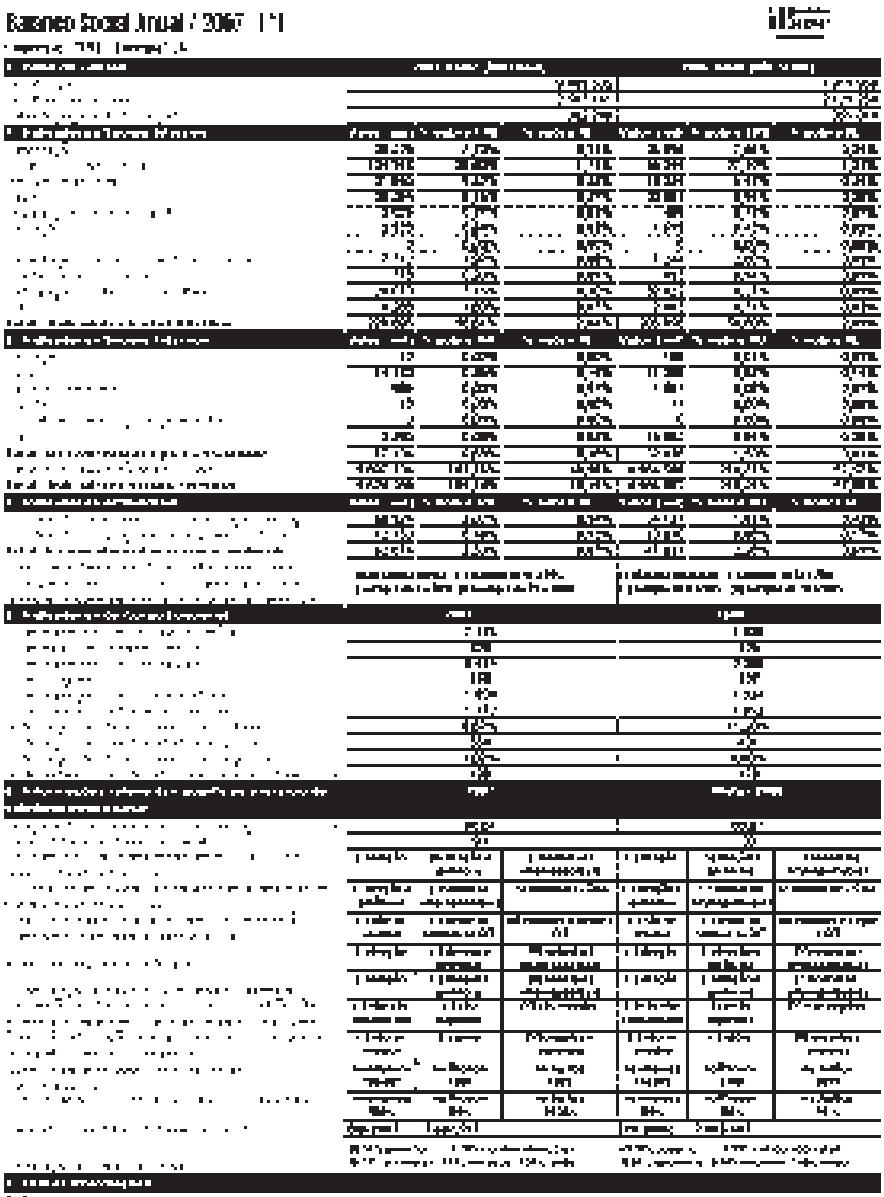
A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, por favor acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CIBRA-O CIBPA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible] - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social Anual / 2007 [illegible]



CPFL ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Sociedade possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes):

1.1 – Atividades de distribuição

Participações diretas:

Companhia Paulista de Força e Luz

A Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 234 municípios do interior do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 3.414,3 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

Companhia Piratininga de Força e Luz

A Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 1.029,7 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí. Possui prazo de concessão que se encerra em 2028, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Piratininga.

Rio Grande Energia S.A.

A Rio Grande Energia S.A. ("RGE") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia elétrica para 262 municípios, nas regiões norte e noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 1.150,4 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Passo Fundo e Caxias do Sul. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. Após as reestruturações societárias ocorridas na RGE, a Sociedade passou a deter diretamente 100% do capital social da RGE (para maiores detalhes vide nota 12).

Companhia Luz e Força Santa Cruz

A Companhia Luz e Força Santa Cruz (CPFL Santa Cruz) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Média Sorocabana, e em 3 municípios ao norte do Estado de Paraná. Atendendo a aproximadamente 169,3 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Cunhos, Avaré e Santa Cruz do Rio Pardo. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos.

Participações Indiretas:

Companhia Paulista de Energia Elétrica

A Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPFL Leste Paulista) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 7 municípios, São José do Rio Pardo, Casa Branca, Cacéuta, Divinolândia, Pirá, São Sebastião da Grama e Tapiratiba, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 47,8 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPFL Jaguariúna detém 99,56% do capital social da CPFL Leste Paulista.

Companhia Sul Paulista de Energia

A Companhia Sul Paulista de Energia (CPFL Sul Paulista) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 6 municípios, Tapiratiba, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Guareí e Alambari, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 66,4 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPFL Jaguariúna detém 87,80% do capital social da CPFL Sul Paulista.

Companhia Jaguari de Energia

A Companhia Jaguari de Energia (CPFL Jaguari) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 2 municípios, Jaguariúna e Pedreira, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 26,6 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPFL Jaguariúna detém 90,15% do capital social da CPFL Jaguari.

Companhia Luz e Força Mococa

A Companhia Luz e Força Mococa (CPFL Mococa) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para o município de Mococa, localizado no Estado de São Paulo e 3 municípios localizados no Estado de Minas Gerais, Arceburgo, Itamogi e Monte Santo de Minas, atendendo a aproximadamente 37,8 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPFL Jaguariúna detém 89,75% do capital social da CPFL Mococa.

1.2 – Atividades de geração

Participações diretas:

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") é uma sociedade por ações de capital aberto que atuava até 2006 como "holding" do negócio de geração de energia da Sociedade. A partir de 2007, com as incorporações da CPFL Centrais Elétricas S.A. ("CPFL Centrais Elétricas") e SEMESA S.A. ("SEMESA") vide nota 12, a controlada CPFL Geração além de participação no capital social de outras sociedades passou a atuar como concessionária do serviço público de geração de energia elétrica. Detém 19 pequenas usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, com potência total instalada de 120 MW e 36 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. A concessão se encerra em 2007 podendo ser prorrogada por período adicional de 30 anos. Possui ainda parte dos ativos do Aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico pertence a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"). Estes ativos foram arrendados a FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos iniciado em 1998, que assegurou a SEMESA as participações de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,9 MW médios). A CPFL Geração, através da incorporada SEMESA, também detém a concessão e os respectivos ativos da PCH Ponte do Silva, com potência total de 125 kW, localizada no Rio São Luiz, no Estado de Minas Gerais, outorgada em outubro de 1989, pelo prazo de 30 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Geração.

Participações indiretas.

CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda

A CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais Elétricas") é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, detentora de 4 PCHs, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. A potência total das quatro PCHs é de 2,66 MW e a energia assegurada é de 2,45 MW médios. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Sul Centrais Elétricas.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") é uma sociedade por ações de capital aberto que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 25,01% do capital social da BAESA.

Campos Novos Energia S.A.

A Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN") é uma sociedade por ações de capital fechado, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início das operações comerciais ocorreu em 2007, sendo que 2

Nota - Mil de R$ (Mil)

Usinas entraram em operação em fevereiro e a última, própria, em maio. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 48,72% do capital social da ENERCAN.

Paulista Lajeado Energia S.A.

A Paulista Lajeado Energia S.A. (Paulista Lajeado) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto a geração e comercialização de energia elétrica. A Paulista Lajeado possui 48,72% de participação no consórcio Lajeado, hidrelétrica localizada no Rio Tocantins, cuja potência instalada é de 902,5 MW. A Paulista Lajeado possui ainda 5,94% de participação no capital social da Investco S.A., sendo o restante detido pelas controladas da CHESF e Furnas. Através de contrato de arrendamento esses ativos foram arrendados aos acionistas controladores e a parcela referente à participação da Paulista Lajeado (48,72%) na energia assegurada da usina é negociada com as concessionárias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa. A concessão se encerra em 2032, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada Jaguari Geração detém 50,01% do capital social da Paulista Lajeado.

Controladas em desenvolvimento

A controlada CPFL Geração adicionou a participação em novos empreendimentos de geração, cuja totalidade de energia estará disponível em 2010, aumentando a sua capacidade instalada proporcionalmente à sua participação para 2.087 MW. Esta capacidade somada à capacidade instalada das subsidiárias da CPFL Jaguariúna asseguraria uma capacidade instalada total de 2.174 MW no consolidado. Esses empreendimentos com controle em conjunto são:

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas S.A.

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (CERAN) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto a implantação e exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista é de 360MW. A UHE de Monte Claro (130 MW) iniciou suas operações em dezembro de 2004. Está previsto para 2008 a entrada em operação da UHE Castro Alves e UHE 14 de Julho. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada por mais 20 anos. A controlada CPFL Geração detém 65,00% do capital social da CERAN.

Foz do Chapecó Energia S.A.

A Foz do Chapecó Energia S.A. (Foz do Chapecó) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto construir, operar e explorar a Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizada no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista no contrato de concessão será de 855 MW. As obras foram iniciadas em 2006 e a primeira em operação comercial é prevista para 2010. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 51,00% do capital social da Foz do Chapecó.

1.3 – Atividades de comercialização

Participação direta:

CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil") é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, inclusive os necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Brasil.

Participações indiretas:

Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda

A Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Mendiona") é uma sociedade de cuotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia elétrica e de prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil detém 100% do capital social da CPFL Mendiona.

Sul Geradora Participações S.A

A Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora") é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação. A controlada CPFL Brasil detém 95,55% do capital social da Sul Geradora.

CPFL Comercialização Cone Sul S.A.

A CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul") é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil detém 100% do capital social da CPFL Cone Sul.

CPFL Planalto Ltda

A CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto") é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Jaguariúna detém 100% do capital social da CPFL Planalto.

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (CPFL Serviços) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a atividade de prestação de serviços em duas áreas de negócios: a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e a transmissão, distribuição e armazenamento de gás natural. A controlada CPFL Jaguariúna detém 59,81% do capital social da CPFL Serviços.

1.4 – Outras Empresas de Participação

Peracio Participações S.A.

A Peracio Participações S.A. (Peracio) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente possui 100% do capital social da CPFL Jaguariúna. A Sociedade detém 100% do capital social da Peracio.

CPFL Jaguariúna S.A.

A CPFL Jaguariúna S.A. (CPFL Jaguariúna) é uma sociedade constituída com o objetivo principal de atuar como holding, possuindo participações societárias diretas e indiretas em empresas que prestam serviço público de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Peracio detém 100% do capital da CPFL Jaguariúna.

Makelele Participações S.A.

A Makelele Participações S.A. (Makelele) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente a Makelele não possui participação em outras sociedades. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da Makelele.

Companhia Jaguari de Geração de Energia

A Companhia Jaguari de Geração de Energia (Jaguari Geração) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo de exploração da geração, distribuição e comércio de energia elétrica. Atualmente a Jaguari Geração possui 59,53% do capital social da Paulista Lajeado. A controlada CPFL Jaguariúna detém 90,15% do capital social da Jaguari Geração.

Chumpitaz Participações S.A.

A Chumpitaz Participações S.A. (Chumpitaz) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente não possui participação. A Sociedade detém 100% do capital social da Chumpitaz.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e normas (Ofício Circular 01/2006) emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado da controladora e consolidado para os exercícios de 2007 e de 2006, respectivamente nos Anexos I e I.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo FAS 95 – Statement of Cash Flows - no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao contexto do registro das demonstrações financeiras da Sociedade na Securities and Exchange Commission (SEC).

2.1 Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) **Disponibilidades** - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, aplicações de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas ao valor acrescidos de rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

b) **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** - Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme informações disponibilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.

c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Constituída com base em análise dos saldos a receber das clientes da classe residencial vencidas há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os saldos vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público. Considera também uma análise individual do saldo das maiores clientes, incluindo as duplicatas de energia vencida e a vencer, e a constituição de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.

d) **Investimentos** - Incluem as participações em controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável. Inclui também os ágios registrados na aquisição de subsidiárias, decorrentes da diferença entre o preço de aquisição pago e o valor do patrimônio contábil das empresas adquiridas, amortizados proporcionalmente às curvas de lucro líquido projetado para o período remanescente de concessão de cada investida, conforme determinações da ANEEL.

Incluem ainda as obras relacionadas ao empreendimento da UHE Santa Cruz de Mossâmedes, as quais por estarem amortizadas a ELEJAS são apresentadas no objeto "Investimentos – Reais de Energia". Este investimento está registrado pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

e) **Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo juros e encargos financeiros e gastos administrativos. Com o objetivo de refletir até

NOTAS EXPLICATIVAS

31 de dezembro de 1998 deduzida da depreciação calculada pelo método linear a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

f) **Atualizações de Direitos e Obrigações** – Incluem os direitos e obrigações sujeitos a cláusulas atrelando os mesmos à variação cambial por força contratual ou disposições legais e estão atualizados até as datas dos balanços.

g) **Imposto de Renda e Contribuição Social** - Calculados à alíquotas legais acrescidas, quando for o caso, dos tributos diferidos. A Sociedade e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, em período não superior a 10 anos. As controladas registraram também créditos fiscais referente ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros tributáveis projetados para o período remanescente de duração de concessão de cada investida.

h) **Planos de Aposentadoria e Pensão** - As contribuições cobrem os benefícios pós-emprego e os planos de pensão reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00.

i **Provisão para Contingências** - As provisões para contingências constantes nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos trabalhistas, tributários ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo atualizadas nesta rubrica as provisões para contingências oriundas dos depósitos efetuados judicialmente e as revertidas.

j) **Empréstimos e Financiamentos** - Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais incorridas dos respectivos.

k) **Derivativos** - Referem-se a contratos de derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais e nos preços de determinados passivos. Referidos contratos vão ser ajustados pelo regime de competência e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos em receitas ou despesas financeiras.

l **Resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de comercialização de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada relativa ao ciclo de faturamento mensal é provisionada com base em uma carga real de energia disponibilizada no mês e o preço de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas estabelecidas nos leilões e nos contratos de fornecimento ou na exposição de preços em energia curta e caso. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os encargos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS são apresentados líquidos nas respectivas contas de custos e despesas.

m) **Estimativas** - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre eventos das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

Nota - Notas Explicativas

c) Lucro Líquido por Ação - É determinado considerando-se a quantidade de ações nas datas dos balanços

A Sociedade e suas controladas efetuaram certas reclassificações nas demonstrações de resultado findos em 31 de dezembro de 2006 para determinadas linhas comparativas em função de novas classificações requeridas pela ANEEL, conforme Despacho nº 3.673, que promoveu alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica aplicado, assumidas a seguir:

Item	De	Para
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

2.2 Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as saídas e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz (a partir de 30 de junho de 2007), RGE (a partir de 1º de julho de 2007, Nova Palma (a partir de outubro de 2007), CPFL - Santa Cruz (a partir de 1º novembro de 2007), CPFL Geração, CPFL Brasil, Chumbeira e Paraíso (vide as reestruturações societárias na nota 1.2). Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados proporcionalmente. Anteriormente a consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Geração, CPFL Brasil e Denerge são consolidadas com as de suas controladas integral ou proporcionalmente para as controladas em conjunto, de acordo com as regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 247/96.

Nessas todas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está classificada no patrimônio líquido consolidado, e o seu efeito é apresentado na

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade. A principal diferença entre as práticas de contabilização de ativos sujeitos à avaliação econômica registrada pela controlada RGE e o ativo imobilizado líquido base para cálculo de equivalência patrimonial e, consequentemente, na consolidação.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As controladas da Sociedade ... são como segue:

[illegible]

(0) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Ativos				
Consumidores Concessionárias e Permissionárias (nota 5)				
Baixa Renda	3.443	2.910	470	
Demais Classes	1.594	24.946	442	791
Isenção Tarifária - Lei 12.111/09	1.443	28.624		
Parcela Tarifária - Descontos da TE	11.147	24.174		12.444
Parcela Tarifária - Demais Itens	766		95	
Recursos Tarifários a Recuperar (nota 6)	64.203	31.671	14.615	7.470
	83.866	112.324	15.622	20.705
Diferimento de Custos Tarifários				
Parcela "A" (nota 7)	241.251	182.492	182.512	466.727
Outros (nota 8)	105.218	20.191	20.178	51.952
	346.469	202.683	202.690	518.679
Obrigações Pagas Antecipadamente (nota 9)				
Reajuste Tarifário - Diferenças (nota 9)	20.887	37.034	42	9.984
Efeito CVA Não Homologado Concessionárias (nota 9)	1.370	22.447		3.472
Multas aplicadas pela ANEEL (nota 9)	27.997	47.102		3.594
Sobras e Faltas de Energia (nota 9)	67.484	52.103	28.605	9.467
Subvenção Baixa Renda - Faixa 1 (nota 9)	56.241	12.243		
	173.979	170.927	28.647	26.517
Passivos				
Fornecedores (nota 14)				
Energia Elétrica	(52.648)	(102.591)	(223)	
Diferimento de Custos Tarifários				
Parcela "A"	(9.668)		(4.85)	(17.520)
Outros	(2.203.301)	(162.300)	(62.200)	(58.141)
	(230.958)	(162.300)	(63.383)	(71.661)
Outras Contas a Pagar (nota 21)				
RTP e CVA (nota 5) - Receitas Decorrentes de Ajuste	(10)	(11.014)		
Reversão Bônus Compulsório - Recursos RTP (nota 5)	(10.210)			
Reajuste Tarifário - Diferenças (nota 9)	(1.402)		(10)	
Multas aplicadas pela ANEEL (nota 9)	(11.364)	(10.854)		
Sobras e Faltas de Energia (nota 9)	(1.80)		(12)	
Subvenção Baixa Renda - Faixa 1 (nota 9)	(8.553)	(1.364)	(71)	(1.20)
	(33.363)	(49.814)	(137)	(1.52)
Total Líquido	**296.297**	**575.603**	**106.463**	**481.820**

a) Racionamento

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre as geradoras e concessionárias de energia elétrica e o Governo Federal, denominado Acordo Geral do Setor Elétrico. Este visou, dentre outros, o reconhecimento de recebíveis das perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico em reajuste tarifário extraordinário de 2.9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aqueles com consumo

[illegible] - Saldos a Receber e a Pagar

Custo de [illegible] pela [illegible] e iluminação pública e de 7,9% para todos os demais consumidores.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos seguintes ativos regulatórios registrados pelas controladas:

	RTE	Controladas Energia Livre		Paranapanema
		Ativo	Passivo	Ativo
Saldo Reconhecido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldo a amortizar em 31 de dezembro de 2007	3.994	2.434	(35.833)	496.331

[illegible]
[illegible]
[illegible]

As movimentações dos saldos relacionados a RTE, Energia Livre e Paranapanema são como segue:

	Controladas			
	RTE (1)	Energia Livre		Paranapanema
		Ativo (2)	Passivo	Ativo
Saldos em 31 de dezembro de 2005	417.013	256.881	(260.566)	476.344
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	210.917	75.230	(103.561)	550.345
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	3.994	2.434	(35.833)	496.331

(1) [illegible]
(2) [illegible]

- Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE") - Corresponde à perda de receita apurada a partir da comparação da receita de venda de energia efetivamente verificada no período de racionamento e a receita projetada para esse período desconsiderando o efeito-preço do Programa de Racionamento de Energia.

  O saldo de RTE registrado refere-se à controlada indireta CPFL Sul Paulista, a qual possui direito a perdas no montante de R$ 7.527, valor ainda com perdas nas projeções de receitas esperadas, considerando o crescimento de seu mercado, as especificidades de tarifação, prazo e aspectos regulatórios. O prazo final concedido pela ANEEL para a recuperação da RTE pela CPFL Sul Paulista é janeiro de 2009.

Nota - Valores em Milhões

Em 2007 encerrou o prazo estipulado para a recuperação da RTE para as controladas da CPFL Paulista e CPFL Piratininga, sendo realizadas perdas devido à não realização deste ativo nos montantes de R$ 115.883 e R$ 36.227, respectivamente. As controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa realizaram a RTE em sua totalidade em junho de 2005, dezembro de 2004 e dezembro de 2003, respectivamente.

- Energia Livre – Corresponde à energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de racionamento.

  As concessionárias de distribuição ressarciram os recursos pelos consumidores através de reajuste tarifário extraordinário e as repassaram aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL.

  Em função do término da cobrança da RTE em 2007, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga realizaram perdas de Energia Livre no montante de R$ 135.545 e R$ 50.210, respectivamente. A baixa do ativo foi registrada em contrapartida de conta Outras Despesas Operacionais com Vendas e a baixa do passivo em conta de Outras Receitas Operacionais, sem impactos nos resultados das controladas. Adicionalmente, a controlada CPFL Jaguari realizou em 2007 perdas de energia livre no montante de R$ 388. A controlada CPFL Sul Paulista possui provisão para a perdas de realização da energia livre no montante de R$ 1.738.

  No caso da controlada RGE, o ativo regulatório de Energia Livre deverá ser cedido pela distribuidora de sua quota parte de Itaipu para o pagamento de ressarcimento. Assim como para a RTE, a controlada RGE e a controlada CPFL Geração possuem em 31 de dezembro de 2007 provisão para perda na realização da Energia Livre totalizando o montante de R$ 12.824.

- Parcela "A" – Corresponde à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" das contas de concessão ocorrida entre 1º de janeiro e 28 de fevereiro de 2007. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

  Para a controlada CPFL Piratininga a Parcela "A" começou a ser compensada a partir de fevereiro de 2007, mediante a utilização do mecanismo análogo ao da RTE. Para as controladas CPFL Paulista e CPFL Sul Paulista a Parcela "A" começará a ser amortizada a partir de janeiro de 2008 e fevereiro de 2008, respectivamente, pelo prazo necessário para atingir o montante registrado. Para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari os saldos de Parcela "A" foram amortizados em novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007 e em agosto de 2005, respectivamente.

  As controladas CPFL Piratininga e CPFL Santa Cruz amortizaram saldos de Parcela "A" conforme composição consolidada abaixo:

	Consolidado 2007
Energia Comprada	31.150
Encargos de Uso do Sistema	5.47
Custo de Conexão (Cota de Contribuição - CCC)	32.747
P&D	1.851
Taxa de Fiscalização	430
Total	417.458

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 1º Ciclo de Revisão Tarifária (2003/2004)

a) CPFL Paulista – Diferença de Depreciação
Em 2007, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 440, alterou o resultado final da primeira Revisão Tarifária periódica da controlada CPFL Paulista, homologada em abril de 2005, reposicionando as tarifas de fornecimento de energia em 20,60% em função da revisão de cálculo do percentual médio de depreciação utilizado na Revisão Tarifária de 2003. A diferença de receita entre o reposicionamento tarifário de 20,29% para 20,56% e ao componente Xe do Fator X, de 1,1352% para 1,2530% corresponde a um ajuste financeiro no valor de R$ 44.858, que está sendo compensado financeiramente no Reajuste Tarifário de 2007. Esse ativo regulatório está registrado na conta "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias – Revisão Tarifária - Depreciação", já considerando os efeitos de PIS e COFINS, e a partir do reposicionamento passou a ser amortizado.

b) CPFL Piratininga – Base Remuneração
Em 2006, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 385, e em atendimento ao pedido de reconsideração da Revisão Tarifária, interposto pela Bandeirante Energia S.A. ("Bandeirante"), alterou os valores da base de remuneração da controlada CPFL Piratininga.

Com tal alteração, a ANEEL determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reposicionadas em 10,14%. Dessa forma, para refletir o novo percentual provisório definido pela ANEEL, a controlada CPFL Piratininga constituiu, em 2006, um ativo regulatório em contrapartida da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica, no montante de R$ 26.373 mil, inclusos os efeitos de PIS e COFINS.

A Resolução ANEEL nº 338 de 2001, que trata da anuência do pedido de cisão da Bandeirante e da transferência parcial da respectiva área de concessão à controlada CPFL Piratininga, estabeleceu que, na primeira revisão tarifária periódica prevaleceria o menor índice apurado entre as duas concessionárias. Como a Bandeirante obtive um índice de 10,14% e a controlada CPFL Piratininga de 11,52%, prevaleceu o índice de 10,14%.

Através do Despacho nº 3209, de 22 de outubro de 2007, a ANEEL ratificou o resultado da primeira revisão tarifária da Sociedade, tornando o definitivo.

c) CPFL Santa Cruz, CPFL Mococa e CPFL Leste Paulista — Base Remuneração
Em 2005, a ANEEL homologou em caráter definitivo os resultados da primeira revisão tarifária periódica de fevereiro de 2004 para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa. A diferença existente entre os percentuais provisórios e os definitivos para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa foram diferidos para os próximos reajustes tarifários seguintes e estão sendo recuperados com previsão para término em Janeiro de 2008.

b.2) 2º Ciclo da Revisão Tarifária (2007/2008)

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 553 de 2007 estabeleceu, em caráter provisório, que as tarifas da controlada CPFL Piratininga fossem reajustadas em um percentual negativo de 10,11% sendo -10,94% relativos ao reposicionamento tarifário e 0,83% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. Em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido acrescentados no reajuste anual de 2006, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de -16,20%.

O reajuste autorizado pela ANEEL é composto pelos seguintes itens:

Receita Verificada	**2.195.914**
Parcela A	1.420.075
Remuneração Bruta de Capital	154.330
Quota Depreciação	81.095
Empresa de Referência	244.23[illegible]
Inadimplência	12.619
Parcela B	492.479
Receita Requerida (Parc. A + B)	1.915.394
(-) Outras Receitas	(13.152)
Receita Requerida Líquida	**1.903.202**
Componentes Financeiros	**15.767**
Reposicionamento Econômico	-10,94%
Componentes Financeiros	0,83%
Reposicionamento Total	**-10,11%**

A apuração da Parcela A é composta por:

- Encargos Setoriais no montante de R$ 257.173 (das quais CCC e CDE representam cerca de 78%)
- Compra de Energia Elétrica no montante de R$ 964.779
- Transporte de Energia no montante de R$ 211.020

Os componentes financeiros externos à revisão tarifária são compostos por:

- Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) no montante de R$ 3.918;
- Sub-econtratação de Energia Elétrica no montante de (R$ 3.304) refeito negativo;
- Descontos aplicados na cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) no montante de R$ 8.342;
- Ajustes de Encargos de Conexão, Rede Básica e CUSD no montante de R$ 5.744;
- Outros componentes no total de R$ 1.057.

Adicionalmente, foi estabelecido provisoriamente o Fator Xa de 0,73% que será aplicado como redutor da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes de 2008, 2009 e 2010.

CIBSA-O CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

b.3) Reajustes Tarifários de 2007

O Reajuste Tarifário Anual - IRT das distribuidoras de energia elétrica é a somatória do reajuste tarifário econômico e dos componentes financeiros setoriais. As Resoluções Homologatórias e a composição do reajuste tarifário anual para as distribuidoras de energia elétrica controladas direta e indiretamente pela Companhia estão demonstradas no item a seguir:

Distribuidora	Resolução Homologatória	% Reajuste Anual	% Componentes Financeiros	% Reajuste Total
CPFL Santa Cruz	Resolução 424 de 20 de março de 2007	4,75	1,13	5,71
CPFL Leste Paulista	Resolução 417 de 20 de março de 2007	3,51	0,27	3,81
CPFL Sul Paulista	Resolução 423 de 20 de março de 2007	1,54	3,88	5,52
CPFL Jaguari	Resolução 427 de 20 de março de 2007	-0,35	2,04	1,68
CPFL Mococa	Resolução 426 de 20 de março de 2007	4,72	2,49	7,31
CPFL Paulista	Resolução 417 de 1 de março de 2007	2,79	1,57	4,36
RGE	Resolução 422 de 16 de março de 2007	4,77	2,50	7,37
CPFL Piratininga	Vide Item b.4 - Revisão Tarifária			

Além da CVA (vide item b.4), destacam-se como componentes financeiros adicionais:

- Majoração de PIS e COFINS

  Referem-se à diferença entre os custos relacionados ao PIS e à COFINS apurados através da aplicação da base de cálculo atual e aqueles incorporados à tarifa até abril de 2004.

  Os valores homologados e os complementos registrados em 2007 e 2006 estão demonstrados no quadro abaixo:

Distribuidora	Valor Total Homologado	Constituição Majoração de Pis e Cofins - Ativo	
		2007	2006
CPFL Paulista	92.932	72.983	-
CPFL Piratininga	34.263	-	30.942
RGE	10.402	559	
		73.542	30.942

  Estas parcelas tarifárias estão registradas na conta de Despesas Pagas Antecipadamente, item 9.1.

  Considerando as liminares que envolvem a retirada do efeito cautelar, conservadoramente optou-se por constituir passivo registrado na conta Outras Contas a Pagar - nota 21 - que é atualizado com base na variação do IGP-M.

CIA ESPACIAL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

- Sobras e Faltas de Energia

  As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia de repasse de tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras ou faltas de energia dentro de limites em 3% de recebido ou Pago.

  As sobras ou faltas líquidas de energia referentes aos exercícios de 2007 e 2006 foram equalizadas ou colocadas à disposição da CCEE para venda de curto prazo, as quais consequentemente foram feitas pelos preços de mercado de curto prazo.

  As constituições e reversões das sobras e faltas líquidas de energia estão sendo contabilizadas em Despesas Pagas Antecipadamente, processo em contrapartida a um crédito em Custo com Energia Elétrica (nota 24).

- Descontos na TUSD e na Irrigação

  As controladas reconhecem ativos regulatórios referentes a 11 descontos especiais aplicados sobre a TUSD no montante pago de fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas e 11 atividades de irrigação e aquicultura. Estes ativos estão registrados em Consumidores Concessionárias e Permissionárias (nota 5) tendo sua contrapartida à conta de Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 23).

Além dos efeitos descritos acima, outros impactos ocorridos no resultado também da controlada CPFL Paulista foram:

- A ANEEL - Agência Reguladora através da Resolução Homologatória nº 1.015 de 07 de dezembro de 2010 homologou o reposicionamento tarifário da CPFL Paulista, a partir de 08 de dezembro de 2010, no percentual médio de 4,89%, sendo 4,89% para os consumidores finais e 0,00% para a distribuição. Os componentes financeiros da Parcela A, que são repassados integralmente aos consumidores, apresentaram uma redução média de 4,89%, enquanto a Parcela B, que é a remuneração do capital investido, manteve-se inalterada.

- Em 2010, a CPFL Paulista registrou um crédito de PIS e COFINS no valor de R$ 1.015.000,00, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 15 de março de 2017. O valor foi registrado em Outras Contas a Pagar e Diferidas, e será amortizado em 10 anos, a partir de 2011.

- Em 2010, a CPFL Paulista registrou um crédito de PIS e COFINS no valor de R$ 1.015.000,00, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 15 de março de 2017. O valor foi registrado em Outras Contas a Pagar e Diferidas, e será amortizado em 10 anos, a partir de 2011.

- Em 2010, a CPFL Paulista registrou um crédito de PIS e COFINS no valor de R$ 1.015.000,00, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 15 de março de 2017. O valor foi registrado em Outras Contas a Pagar e Diferidas, e será amortizado em 10 anos, a partir de 2011.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos itens descritos anteriormente, relacionados à Revisão e Reajuste Tarifário, ocorrida durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

[illegible]

e) **Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")**

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

Atualmente, as principais despesas consideradas como custos não gerenciáveis são:

- Energia Comprada (tarifa de energia elétrica comprada a Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA);
- Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional, Encargos de Serviço do Sistema – ESS e tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica);
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC;
- Quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

		Consolidado				
			Movimentação			
	2006	Aplicação em função de equivalência	Diferimento	Amortização	Atualização	2007
Ativo						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Passivo						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Nota - Notas Explicativas

d) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 12.429 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novos critérios e benefícios para o enquadramento de consumidores residenciais na sociedade residencial baixa renda. De acordo com a legislação enquadram-se nesse novo critério as unidades consumidoras atendidas em circuito monofásico e com consumo mensal inferior nos últimos 12 meses inferior a 80 kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh desde que atendidos alguns requisitos estabelecidos pela concessionária e registrados em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados ao longo da própria concessionária, através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido e que a introdução desse novo critério impacta os níveis tarifários em vigor além do princípio de modicidade tarifária do restante do mercado, a ANEEL determinou uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio que está sendo aplicada mensalmente desde maio de 2007.

Os valores apurados através desta nova metodologia após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios de liquidação:

- Para os meses em que forem apurados perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através de concessão de subvenção econômica pela Eletrobras com recursos provenientes da CCC.
- Para os meses em que forem apurados ganhos para a concessionária os valores deverão ser ressarcidos ao consumidor através da redução das respectivas tarifas.

A movimentação dos saldos do ativo das exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2005	47.198	(5.400)
Adição em função de aquisições societárias	1.389	(1.840)
Conta Bandeira de Renda	21.056	(1.050)
Amortização Receita Tarifária		1.754
Reembolsos Homologados pela ANEEL	(20.231)	-
Atualização Monetária	-	(250)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	47.393	(4.686)
Adição em função de aquisições societárias	469	10
Conta Bandeira de Renda	17.413	(6.510)
Amortização Receita Tarifária	-	1.135
Reembolsos Homologados pela ANEEL	(29.951)	
Atualização Monetária	(330)	(463)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	35.987	(10.514)

Nota - Notas Explicativas

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Saldos Bancários	216	23.007	671.937	269.192
Aplicações Financeiras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	7.801	26.295	1.105.328	530.250

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas em sua maioria pela variação do CDI, com vencimentos e taxas normais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia e de suas controladas.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é como segue:

	Consolidado				
	Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2007	2006
Circulante					
Classe de Consumidores					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	667.827	299.437	278.619	1.245.883	1.185.918
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	a	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não circulante					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]
Total	216.314			216.314	166.182

Nota - Valores em R$ Mil

g) **Parcelamento de Débitos de Consumidores** - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos depõe de garantia de pagamento pelas devedoras, principalmente através da apuração de arrecadação de ICMS com intervenientes bancários. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas para as importâncias sem garantia ou sem especialistas de recebimento foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota 9);

h) **Operações Realizadas na CCEE** - Os valores referem-se à variação do Preço da curto prazo de energia elétrica negativos do período de setembro de 2000 a dezembro de 2007. Os valores de longo prazo remanescentes principalmente às ações judiciais determinadas em função de processos movidos por agentes do setor (principalmente, ações que questionam a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2007 e os registros contábeis provisórios determinados pela CCEE por valores negociados bilateralmente pendentes de liquidação). As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para esse fim;

i) **Concessionárias e Permissionárias** - Referem-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias, excluídas principalmente pelas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil bem como por diversas transações relacionadas à receita paralela da Resolução ANEEL nº 288/2006 que estão sendo compensadas através de encontro de contas com valores a pagar.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, em abril de 2005, a Sociedade adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP (atualmente CPFL Brasil) e a Companhia de fornecimento de energia por um período de 5 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade à CESP será liquidado com as receitas provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa pela CPFL Brasil.

O saldo em curto prazo é de R$ 24.555 (R$ 28.515 em 2006) e em longo prazo é de R$ 37.571 (R$ 100.201 em 2006). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% e a mais variação anual do IGP-M e está sendo amortizada através de parcelas mensais no valor correspondente à proporção de compra de energia.

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Circulante				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não Circulante				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

No longo prazo o saldo de Contribuição Social a Compensar refere-se a decisão favorável em ação judicial impetrada pela controlada CPFL Geração transitada em julgado. A controlada CPFL Paulista está aguardando o término dos procedimentos administrativos junto a Receita Federal para realizar a compensação do crédito.

(8) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2005	[illegible]
Adição em função de aquisição de empresas	[illegible]
Provisão constituída	[illegible]
Recuperação de Receita	[illegible]
Baixa de Contas a Receber Irrecuperáveis	[illegible]
Saldo em 31 de dezembro de 2006	[illegible]
Adição em função de aquisição de empresas	[illegible]
Provisão constituída	[illegible]
Recuperação de Receita	[illegible]
Baixa de Contas a Receber Irrecuperáveis	[illegible]
Saldo em 31 de dezembro de 2007	[illegible]

Nota - Notas Explicativas

(9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Arrendamentos - nota 2	182.879	178.252	28.047	3.254
Outros	1.842	1.973	1.142	1.471
Total	202.721	191.225	43.711	28.769

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos da Contribuição Social e Imposto de Renda

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Crédito da Contribuição Social sobre:				
Bases Negativas	5.123	17.748	34.627	48.557
Benefício Fiscal na Amortização de Ágio			231.114	199.109
Diferenças Temporárias Não Circulantes	4.211	35	66.214	24.162
Subtotal	19.334	17.783	332.755	223.349
Crédito do Imposto de Renda sobre:				
Prejuízos Fiscais	6.451	57.374	31.842	71.100
Benefício Fiscal na Amortização de Ágio			174.941	199.109
Diferenças Temporárias Não Circulantes	13.184	6.076	108.576	27.196
Subtotal	19.635	63.450	315.359	297.405
Outros	-		-	3.150
Total	38.969	80.948	1.323.461	1.093.647
Circulante	5.123	9.941	165.455	97.242
Não Circulante	33.846	70.987	1.157.927	972.705
	38.969	80.948	1.323.461	1.093.647

Previsão de Recuperação

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante obedecem às projeções anuais dessas respectivas diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais do ágio incorporado está baseada nas projeções de resultados futuros aprovados pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal, como segue

Nota - Valores em Milhares de Reais

	Controladora	Consolidado
2008	6.497	124.854
2010	9.269	103.508
2011	9.663	68.356
2012	9.040	45.994
2013 a 2015	26.527	236.111
2016 a 2018	14.272	109.107
2019 a 2021		127.126
2022 a 2024	-	117.346
2025 a 2027		96.736
2028	-	14.703
Total	79.038	1.163.974

O montante a realizar de 2017 a 2028 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos ágios incorporados registrados pelas controladas que estão sendo realizados pelo período das concessões.

10.2 - Crédito Fiscal sobre Benefício Fiscal do Ágio Incorporado.

O benefício fiscal do Ágio incorporado diferença do crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e esta registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 12.2.

	Consolidado			
	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Jaguari	199.127	347.195	129.557	190.648
CPFL Piratininga	27.377	93.853	29.936	100.528
CPFL Santa	-	-	7.836	29.047
RGE	60.534	195.202		
CPFL Santa Cruz	8.468	26.916		-
CPFL Leste Paulista	1.904	6.455		-
CPFL Sul Paulista	1.024	3.344		
CPFL Jaguari	1.507	5.150		-
CPFL Mococa	779	2.157		
CPFL Geração	-	39.119		
Total	300.720	729.041	169.609	490.732

10.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado			
	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisão para Contingências	2.[illegible]	10.[illegible]	1[illegible]	[illegible]
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.[illegible]	[illegible]	5.[illegible]	22.[illegible]
Provisão para Obrigações Pós-Emprego	5.[illegible]	24.[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Participação nos Resultados	454	12	[illegible]	[illegible]
Provisão para Perdas Estimadas em Investimentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Perdas em Operações com Derivativos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Perdas em Processos Cíveis	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Perdas em Processos Fiscais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	68.034	198.578	74.682	215.386

10.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2007 e de 2006.

	Controladora			
	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e IRPJ	1.857.613	1.857.613	1.593.886	1.593.886
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	-	-	-	-
Base de Cálculo	57.225	[illegible]	272.888	220.[illegible]
[illegible]	-	-	-	-
Débito Fiscal Apurado	17.[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	17.[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	Consolidado			
	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e IRPJ	2.[illegible]	2.[illegible]	2.[illegible]	2.[illegible]
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Base de Cálculo	2.588.[illegible]	2.585.[illegible]	2.181.[illegible]	2.355.[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Débito Fiscal Apurado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

a) Amortização de Ágio - Refere-se ao ágio amortizado, originado na aquisição de investidas não dedutível para cálculo do Imposto de Renda

b) Realização CMC - Refere-se a depreciação de parcela do custo incorrido na correção monetária complementar paga pela Lei 9.[illegible] não dedutível para fins de apuração da Contribuição Social

Nota - Valores em Milhões de Reais

y) **Crédito Fiscal Constituído** – Refere-se ao benefício fiscal do ágio referente à mais-valia da SLVLES, pela CPFL Geração (vide nota 12), a ser usufruído na controladora sobre o lucro tributável. A base negativa de contribuição social também é utilizada à alíquota de 9%. A parcela de R$ 500 refere-se basicamente ao ano adicional na projeção e sua respectiva reversão.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Créditos a Receber - CESP [a]	78.271	51.197	97.454	84.127
Créditos a Receber - Acionistas da RAESA [b]	-	-	3.784	-
Adiantamentos - Fundação CESP [c]	5.019	4.326		
Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados [d]	2.121	5.208	132.151	75.490
Ordens em Curso [e]	15.015	8.706	-	-
Serviços Prestados a Terceiros [f]	14.429	22.101		10
Reembolso RGR [g]	2.240	3.267	21	542
Contratos de Pré-Compra de Energia [h]	5.129	3.174	23.845	1.590
Outros	30.240	22.706	3.959	5.271
Total	151.352	93.584	261.214	167.047

a) **Créditos a Receber - CESP** - Refere-se a prêmios a receber da Companhia Energética de São Paulo - CESP pela controlada CPFL Paulista decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar - mantendo-a ajustada em janeiro de 1993. O saldo é atualizado conforme a variação do dólar norte americano acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral - a ser Swap anual de 3,46529% com vencimento final em dezembro de 2009.

b) **Créditos a Receber – Acionistas da RAESA** - Refere-se à natureza da GVA (nota explicativa 12 b) Resultado diferenciado - DARDA.

c) **Adiantamentos – Fundação CESP** - Referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais a empregados e manutenção operacional da entidade.

d) **Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados** - São garantias oferecidas durante as negociações ou renegociações de empréstimos e para garantia de operações na CCEE.

e) **Ordens em Curso** - Compreendem custos e receitas relacionados à construção ou alienação em andamento de bens do imobilizado e os custos dos serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica.

f) **Serviços Prestados a Terceiros** - Compreendem basicamente contas a receber referente a serviços prestados a consumidores relacionados à comercialização de energia elétrica.

g) **Reembolso RGR** - Refere-se a valores a compensar relativos à diferença apurada entre a RGR - Reserva Global de Reversão homologada pela ANEEL e a efetivamente incorrida naquela, ano com base no ativo imobilizado em serviço.

h) **Contratos de Pré-Compra de Energia** - Referem-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Brasil, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Participações Societárias Permanentes	3.777.814	3.196.227	-	-
Ágio e Deságio	1.756.319	1.468.647	1.837.116	2.548.674
Reflexo de Reserva			733.746	748.570
Outros		712	11.643	3.604
Total	5.534.133	4.673.586	3.735.662	3.197.668

12.1 - Participações Societárias Permanentes:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes direta são como segue:

As movimentações ocorridas no saldo de participações societárias são como segue:

a) CPFL Paulista

Reorganização Societária

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE - de 14 de março de 2007, foi aprovada a transferência do controle acionário da RGE, que consistiu em redução do capital da controlada CPFL Paulista mediante a cisão parcial à Sociedade de 67,35857% da cada ação da RGE no valor total de aproximadamente R$ 1.950.411. Na mesma data a Sociedade realizou o aporte desses ativos para a controlada CPFL Santa Cruz. A transferência deu-se em atendimento da Resolução Autorizativa nº 305/ANEEL de 5 de setembro de 2006 e do Despacho ANEEL nº 669 de 14 de março de 2007, referente à necessidade de segregação societária prevista na Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004. Esses ativos foram avaliados a valores contábeis, conforme laudo de Avaliação elaborado por especialistas na data base de 31 de dezembro de 2006 e são compostos pelos registros de investimento e ágio nas controladas de R$ 882.880 e R$ 447.528, respectivamente. Todas as

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Saldos e Transações
saldos e transações da RGE a partir de 01 de janeiro de 2007 até 30 de junho de 2007 conforme a seguir, foram refletidas nas demonstrações financeiras da controlada CPFL Serra

Reinversão de Dividendos

A Sociedade capitalizou R$ 100.647 na controlada CPFL Paulista através de Reinversão de Dividendos sem emissão de novas ações, com a finalidade de realizar a segregação de participações societárias da controladora RGE

b) CPFL Serra e RGE

Incorporação da controlada indireta CPFL Serra pela RGE
Com base na aprovação da ANEEL através do Despacho nº 888 de 14 de março de 2007 foi aprovada em AGE de 18 de setembro de 2007 a incorporação da CPFL Serra pela controladora RGE. A incorporada por conseqüência foi extinta passando a controlada RGE a sucessora de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação teve como principal objetivo a simplificação das estruturas societárias e administrativa do grupo. Como a base contábil para incorporação foi elaborada por capacidade na data base de 30 de junho de 2007 todos os saldos e transações da RGE, a partir de 1º de julho de 2007, estão refletidos proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Sociedade

Incorporação de ações da controlada RGE

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2007 a Sociedade aprovou a incorporação de ações da controlada RGE detidas pelos acionistas não controladores correspondente a participação integral. A relação de troca com base nos laudos a valor econômico foi para cada lote de 15.577.278.800 ações ordinárias da RGE a incorporar 1 (uma) ação ordinária de emissão da Sociedade. Esta incorporação resultou em um aumento no capital social da Sociedade no montante de R$ 6.360 mediante a emissão de 154.778 ações ordinárias tendo como contrapartida um ativo composto de R$ 2.755 referente a aquisição de investimento na RGE e R$ 3.780 referente ao ágio gerado na operação

c) Nova 4 e CPFL Santa Cruz

Aumento de Capital
A Sociedade aprovou em outubro de 2007 capitalização de AFAC na Nova 4 resultando em um aumento de capital no montante de R$ 205.842

Incorporação da controlada indireta Nova 4 pela CPFL Santa Cruz
Autorizada pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 1.388 de 31 de outubro de 2007 foi aprovada em AGE realizada em 14 de novembro de 2007 a incorporação da controlada Nova 4 pela controlada CPFL Santa Cruz. A incorporada por conseqüência foi extinta passando a controlada CPFL Santa Cruz a condição de sucessora de todos seus bens, direitos e obrigações. Como o laudo contábil foi elaborado na data base de 31 de outubro de 2007 as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 devem ser analisadas considerando as efeitos da incorporação a partir desta data

d) CPFL Geração

Incorporação das controladas indiretas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA pela controlada CPFL Geração

Autorizada pela ANEEL e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram aprovadas em AGE de Acionistas realizada em 30 de março de 2007 as incorporações das controladas indiretas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA (incorporadas) pela controladora CPFL Geração. As incorporadas por conseqüência foram extintas passando a controlada CPFL Geração à condição de sucessora de seus bens, direitos e obrigações.

Como as participações líquidas das incorporadas foram avaliadas pelo seus respectivos valores contábeis na data base de 31 de dezembro de 2006, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 devem ser analisadas considerando os efeitos das incorporações destes investimentos a partir de 1º de janeiro de 2007.

e) Foz do Chapecó – Reorganização Societária

A operação pela ANEEL foi aprovada em AGE realizada em 16 de julho de 2007 e a reorganização societária na Foz do Chapecó que consistiu na extinção do Consórcio Foz do Chapecó (CLC) e na ingressão da Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense) como acionista na Foz do Chapecó. Essa reestruturação societária manteve a participação dos sócios no empreendimento (51% da controlada CPFL Geração) agora diretamente na Foz do Chapecó.

A reorganização societária aprovada foi implementada mediante (i) um aumento de capital no montante de R$ 194.367 sendo R$ 74.875 com ações da Chapecoense representado pela participação dos ativos detidos no CEFC e recursos em espécie e R$ 109.593 pela capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital efetuado pela controlada CPFL Geração e pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (R$ 93.231 e R$ 16.462 respectivamente) e (ii) a extinção do Consórcio Foz do Chapecó passando a Foz do Chapecó a deter a concessão do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz do Chapecó.

f) Sul Geral a CPFL Brasil

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária e ter maior transparência aos resultados do segmento da comercialização de energia a Sociedade realizou aporte de capital na controlada CPFL Brasil mediante conferência da totalidade das ações que compõe o capital social da controlada CPFL Sul no montante de R$ 2.540 passando a CPFL Sul a partir de 1º de julho de 2007 ser controlada integralmente pela CPFL Brasil.

g) Paraíso

A Sociedade adquiriu 100% do capital social da Paraíso em 2007. A Paraíso por sua vez em 18 de junho de 2007 adquiriu 84.910.080 ações ordinárias e 84.910.080 ações preferenciais da CPFL Jaguariúna representando 100% de seu capital. A operação foi aprovada pela ANEEL em junho de 2007 e o valor de aquisição foi de R$ 407.710, gerando um ágio no montante de R$ 139.560 que é fundamentado por rentabilidade futura e sinergias (totalizando R$ 41.943 e R$ 97.617 respectivamente). Ver nota 1 Contexto Operacional as aquisições ocorridas pela CPFL Jaguariúna. A Sociedade possui um PPAC na Paraíso no montante de R$ 429.210 em 31 de dezembro de 2007.

12.2 - Ágio e Deságio

	Consolidado				
	2007			2008	Taxa de amortização em 2007
Investidora	Curva Histórica	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Ágio de aquisição					
Controladora					
CPFL Paulista	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Piratinega	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Geradora	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]		[illegible]		[illegible]
Outros	[illegible]		[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Controladas					
CPFL Jaguariuna	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
EPB-GOIÁS	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Pipa Fundo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fundo Pitagoras	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total				[illegible]	
CPFL Santa Cruz				[illegible]	
Sociedade Fundo 17				[illegible]	
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Recomposição do Ágio					
Controladora					
CPFL Paulista	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Piratinega	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Santa Cruz	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Controladas					
CPFL Leste Paulista	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
CPFL Sul Paulista	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
CPFL Jaguari	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
CPFL Mococa	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Subtotal	1.632.142	(267.000)	1.365.120	1.086.184	
Total	2.201.919	(333.199)	1.868.118	2.348.474	

Os ágios decorrentes de aquisição de participações societárias são amortizados proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente da concessão, sendo essas taxas sujeitas à revisão periódica.

1440 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ágio de Aquisição:

Controladora: Refere-se basicamente a aquisição da totalidade das ações detidas pelos acionistas não controladores da CPFL Geração em junho de 2006, CPFL Paulista e CPFL Piratininga em novembro de 2006, e RGE em dezembro de 2007.

CPFL Jaguariúna: Em junho de 2007, a controlada Peracio adquiriu 94.610.080 ações ordinárias e 94.810.080 ações preferenciais da CPFL Jaguariúna, representando 100% de seu capital total. O valor da aquisição foi de R$ 407.710, que adicionados aos gastos de consultoria e auditoria totalizaram R$ 411.943 gerando um ágio suportado pela expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 142.790.

Recomposição do Ágio

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do ágio advindo de incorporação de controladora cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 sobre o Ágio de aquisição. Desta forma foi constituída uma provisão realizadora do ágio em contrapartida a reserva do patrimônio líquido das controladas, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações alteraram o investimento da Sociedade nas controladas, sendo necessária a constituição de um ágio de modo a recompor. Este ágio está sendo amortizado pela Sociedade proporcionalmente as curvas de lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão de suas investidas. As operações de reestruturação societárias realizadas em 2007 estão descritas na nota 12.1.

12.3 - Bens de Renda

No consolidado, o saldo está relacionado a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa que estão arrendados ao detentor da concessão (Furnas), por um período de 30 anos a findar-se em 2028 (ver detalhes na nota 1 Contexto Operacional).

Os bens de renda são depreciados de acordo com sua vida útil estimada, conforme taxas anuais definidas pela ANEEL, e conforme condições gerais do contrato de concessão cedido por FURNAS. Exceto a concessão, está prevista a reversão destes bens e instalações ao Poder Concedente, mediante indenização pelo valor contábil.

A composição dos referidos bens é como segue:

	Consolidado				
	2007				2006
	Taxa Média Anual de Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

12.4 – Outros

Refere-se basicamente a participação de 0,84% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da investida S.A. sendo 25.820 ações ordinárias e 16.412 ações preferenciais (ver nota 1 – Contexto Operacional para maiores detalhes do investimento). Este investimento está registrado pelo método de custo. Em função da participação detida por acionistas não controladores através de 41 ações preferenciais representando 40,02% do capital total da Paulista Lajeado, e de 11 partes beneficiárias que concedem o direito a 10% de lucro líquido antes da distribuição das participações, estes efeitos foram registrados no consolidado na linha de Participação de Acionistas não Controladores no passivo, totalizando R$ 72.908.

12.5 – Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendos

	Controladora					
	Dividendo		JCP		Total	
Controladora	2007	2006	2007	2006	2007	2006
CPFL Paulista	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Piratininga	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RGE	[illegible]	-	[illegible]		[illegible]	
CPFL Santa Cruz	[illegible]	-	[illegible]		[illegible]	
CPFL Geração	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
CPFL Brasil	[illegible]	[illegible]	-		[illegible]	[illegible]
CPFL Cone Sul	-	[illegible]	-			[illegible]
CPFL Santa	-	[illegible]	-			[illegible]
Paulista	[illegible]	-	-		[illegible]	
Total	905.167	772.817	103.196	51.425	1.008.363	824.242

No exercício de 2007, a Sociedade recebeu o montante de R$ 1.588.354 referente ao total do saldo de dividendos a receber de 2006 e dividendo e Juros sobre o Capital Próprio intermediários que foram declarados e provisionados em 2007.

Conforme comentado na nota 12.1 a Sociedade efetuou capitalização de R$ 100.642 na CPFL Paulista através de reinversão de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2006, conforme acordo de acionistas da BAESA, foram reconhecidos como equivalência patrimonial (Tre) e (Diferenciados) o resultado da BAESA, em percentual diferente da participação da CPFL Geração no empreendimento. Dessa forma encontrava-se registrado em 2006 no consolidado o montante de R$ 16.755 como dividendos a receber. Entretanto, em 2007, com base em negociação entre os acionistas, ficou estabelecido que o direito da CPFL Geração referente ao Resultado Diferenciado será realizado mediante compensação financeira entre os acionistas. Desta forma os valores registrados em 2006 foram estornados e o montante relativo ao período de novembro de 2005 a dezembro de 2007 de R$ 31.795 foi reconhecido no resultado da CPFL Geração como "Outras Receitas Operacionais" em contrapartida em contas a receber "Outros Créditos" no Não Circulante.

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

(10) IMOBILIZADO

Consolidado

	2007			2006
	Custo Histórico	Depreciação Exaurimento	Líquido	Líquido
Em Serviço				
Distribuição	7.548.206	(3.559.844)	3.988.362	3.988.826
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Geração	1.499.800	(744.427)	1.165.439	888.944
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Transmissão	351.436	(75.561)	338.885	183.992
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Administração	251.470	(158.625)	92.845	89.854
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	9.650.912	(4.716.211)	5.275.882	5.161.616
Em Curso				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	1.137.321	-	1.137.321	1.161.631
Subtotal	10.651.474	(4.216.211)	6.413.203	6.322.751
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total Imobilizado	12.788.922	(4.969.992)	7.818.193	8.683.926
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Imobilizado Líquido			6.796.345	8.192.947

Os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização são vinculados a essas operações não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens reversíveis à concessão quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

[illegible]

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,0% a.a. nas distribuidoras e 2,6% a.a. nas geradoras.

Imobilizado em Curso: O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, descritas na nota 1, conforme demonstrado a seguir:

	CERAN	ENERCAN	BAESA	FOZ DO CHAPECÓ	TOTAL
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Os juros referentes aos empréstimos tomados por estes empreendimentos para o financiamento das obras estão sendo ou foram capitalizados, e somam no consolidado o montante de R$ 28.976 (R$ 50.000 em 2006).

Outros Ativos não Vinculados à Concessão - Refere-se a ágios de aquisições incorporados nas controladas RGE e CPFL Geração. Na RGE está relacionado à aquisição da própria controlada e é amortizado pelo período remanescente da sua concessão, proporcionalmente à curva de lucro líquido projetado para o período (taxa anual de 3,6% em 2007). Na CPFL Geração está relacionado à aquisição da SEMESA (vide nota 12) e sua amortização é proporcional à curva de lucro líquido projetado da controlada, pelo prazo remanescente do contrato de arrendamento com a detentora da concessão (FURNAS), sendo utilizado para o exercício de 2007 a taxa anual de 5,25%, aplicada sobre o saldo do ágio na data base de 31 de dezembro de 2006 no montante de R$ 269.056. Estas taxas estão sujeitas a revisão periódica.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão - Representam os valores recebidos dos consumidores, doações não condicionadas a qualquer retorno e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. A partir do seguinte ciclo de Revisão Tarifária as quotas de reintegração dos valores dos bens construídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação, estão tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, através da amortização das referidas obrigações, tendo a controlada CPFL Piratininga registrado em 2007 o montante de R$ 1.262.

As controladas em conjunto CERAN, ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó e a controlada indireta Paulista Lajeado, quando da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, assumiram perante a União obrigações relativas à outorga da concessão, a título de "Uso do Bem Público". As obrigações são atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, que na data base de 31 de dezembro de 2007 apresentavam os seguintes valores:

Nota - Notas Explicativas

	Valor Justo		Valor Justo		Vigência		
Empresas	Total	Participação da CPFL Energia	Total	Participação da CPFL Energia	Taxa Remun.	Início	Final
CERAN	5.150	2.627	167.520	85.435	112	Mar/2007	Nov/2026
ENERCAN	1.511	756	42.908	21.454	84	Jan/2006	Out/2024
BAESA	16.517	4.129	415.619	103.731	145	Jan/2007	Mai/2026
Foz do Chapecó	20.344	12.206	200.702	120.421	110	Dez/2006	Nov/2026
Paulista Lajeado	2.224	224	60.152	6.064	145	Jan/2006	Jan/2026
TOTAL	89.280	35.855	1.888.181	930.315			

As controladas CERAN, ENERCAN, BAESA e Paulista Lajeado registraram em despesa os valores [illegible] da antiga Gás Natural Fenosa.

(14) FORNECEDORES

	Consolidado	
	2007	2006
Circulante		
Encargos de Serviços do Sistema	5.196	[illegible]
Suprimento de Energia Elétrica	372.438	215.103
Encargos de Uso da Rede Elétrica	94.201	75.131
Materiais e Serviços	49.124	32.004
Cotas Anuais	5.559	4.224
Passivo Regulatório (nota 3)	35.905	100.547
Outros	5.057	9.218
Total	567.954	354.161
Não Circulante		
Passivo Regulatório (nota 3)	223	-

(15) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

[illegible]

01056-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

10.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Principais captações:

Moeda Nacional

BNDES - Investimento (CPFL Paulista - FINEM III) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2007 no montante de R$ 158.541 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Durante o ano, a controlada recebeu o montante de R$ 125.011 e o saldo remanescente de R$ 31.530 tem previsão de liberação para o exercício de 2008. Os juros vêm sendo pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2008 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

BNDES - Investimento (CPFL Piratininga - FINEM III) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2007 no montante de R$ 12.674 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Até a data de 31 de dezembro de 2007 a controlada recebeu o montante de R$ 9.510 e o saldo remanescente de R$ 3.164 tem previsão de liberação para 2008. Os juros vêm sendo pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2008 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

BNDES - Investimento (CERAN) – No exercício de 2007 foram liberados para a controlada os três novos períodos dos empréstimos contratados em fevereiro de 2004 junto ao BNDES destinados ao financiamento dos empreendimentos Castro Alves e 14 de Julho no montante de R$ 16.502 (R$ 104.076 proporcional à participação acionária CPFL Geração).

BNDES - Investimento (Foz do Chapecó) – A Diretoria do BNDES aprovou em 2007 a concessão de crédito para a controlada Foz do Chapecó no montante de R$ 1.666.838 para serem aplicados nas obras de construção do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó. Foi concluído em 2007 o montante de R$ 480.000 (R$ 244.800 proporcional à participação da CPFL Geração). Para normal cumprimento dos compromissos assumidos anteriormente à liberação dos recursos do BNDES, foram realizados empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras no montante de R$ 996.000 (R$ 151.077 proporcional à participação da CPFL Geração).

Moeda Estrangeira

Instituições Financeiras (CPFL Paulista) - A controlada contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco ABN AMRO REAL em agosto de 2007 no montante de R$ 300.000 com finalidade de reforço de depósito judicial (nota nº 20).

Instituição Financeira (RGE) – No exercício de 2007 a controlada contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil no montante de R$ 27.000 com finalidade de financiar as necessidades de capital de giro.

Instituições Financeiras (CPFL Geração) - A controlada contratou linhas de créditos junto ao Banco do Brasil destinadas a honrar compromissos de curto prazo no montante de R$ 177.000 com vencimentos entre fevereiro de 2008 a abril de 2010. Os juros serão amortizados juntamente com o principal entre fevereiro de 2008 e abril de 2010.

Instituições Financeiras (Controladora): Referem-se ao empréstimo contratado em 2006 pela Nova 4 junto ao Banco do Brasil no montante de R$ 200.000 para aquisição de participação societária na controlada CPFL Santa Cruz com vencimento do principal e juros em setembro de 2009. Em

C1856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Valores em R$ mil
2007 o empréstimo foi assumido pela Sociedade no processo de extinção de cisão da controlada

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados

Vencimento	Consolidado
2009	1.307.405
2010	387.245
2011	270.370
2012	132.784
Após 2012	1.370.300
Total	3.668.104

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição da dívida atualizamente em moeda nacional estão assim demonstrados

	Variação acumulada em %		% da dívida	
Indexador	2007	2006	2007	2006
IGP-M	7,75	3,83	7,75	7,15
IPCA/IBGE	10,77	3,80	5,11	4,95
TJLP	6,96	7,87	77,25	67,15
CDI	11,82	15,03	10,82	11,45
SELIC	11,65	15,00	0,09	10,79
Outros			2,07	8,27
			100,00	100,00

OPERAÇÕES DE SWAP

Os ganhos e perdas líquidos reconhecidos às operações de swap são detalhados pela Sociedade e suas controladas incluindo as correlacionadas sobre operações de curto prazo são contabilizados na conta de natureza Derivativos tendo como contrapartida as receitas e despesas financeiras O resultado destas operações que em 31 de dezembro de 2007 resultou em um ativo de R$ 995 e um passivo de R$ 1.016.739 (passivo de R$ 74.756 em 31 de dezembro de 2006)

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os financiamentos junto ao BNDES estão vinculados aos CFF, Fadalia, CFF, Planalto e RGE (i) a somente realizarem o pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio cujo montante exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação, (ii) ao atendimento cumulativo das obrigações restritivas estabelecidas no contrato e (iii) a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos como segue

01856-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(Até - Nota de FINANCIAMENTOS)

CPFL Paulista

BNDES - FINEM I – (Banco de: BRADESCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0 de 2007 a 2008

- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e do Patrimônio Líquido – valor máximo 0,60 em 2007 e 2008

BNDES - FINEM II – (Banco de: ITAÚ BANCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0 de 2007 a 2010

- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e do Patrimônio Líquido – valor máximo de 0,60 em 2007 e 2008 e valor máximo de 0,75 de 2009 a 2010

BNDES - FINEM III – (Banco de: BANCO DO BRASIL)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0 de 2007 a 2013

- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e do Patrimônio Líquido – valor máximo de 0,60 em 2007 e 2008 e valor máximo de 0,75 de 2009 a 2013

CPFL Piratininga

BNDES - FINEM I – (Banco de: ITAÚ BANCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo 2,5 em 2007 e valor máximo 3,0 em 2008 e valor máximo de 2,5 em 2009 a 2010
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e do Patrimônio Líquido – valor máximo 0,60 de 2007 a 2010

BNDES - FINEM II – (Banco de: BANCO DO BRASIL)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 2,5 em 2007, valor máximo de 3,0 em 2008 e valor máximo de 2,5 de 2009 a 2013
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e do Patrimônio Líquido – valor máximo de 0,6 de 2007 a 2013

RGE

BNDES - FINEM I (Banco de: Caixa Econômica Federal)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,0
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,6

[illegible]

BNDES - FINEM (Banco líder UNIBANCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA - menor ou igual a 0,5
- Endividamento financeiro líquido dividido pelo endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido - menor ou igual a 0,5

Banco Itaú BBA - Contém cláusulas restritivas quanto a alteração ou modificação do Capital Social, quanto a qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia e expressa anuência do credor. Adicionalmente os seguintes índices financeiros devem ser observados:

- EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras líquidas, maior ou igual a 1,6
- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 2,7

Banco ABN AMRO Real - Exige o cumprimento dos seguintes índices financeiros:

- Endividamento total dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0
- Índice de cobertura de juros, maior ou igual a 2,0
- Endividamento total máximo dividido pela Capitalização, menor ou igual a 0,55

CPFL Geração

Os empréstimos captados do BNDES nelas controladas indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA, CERAN e Foz do Chapecó, determinam restrições ao pagamento de dividendos a controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

Dentro este caso da ENERCAN junto às instituições BNDES e BID contemplam cláusulas que requerem da controlada a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

Em decorrência dos sinistros ocorridos em novembro de 2005 nos túneis de desvio da UHE Campos Novos, que ocasionaram a postergação do início da operação comercial das 3 unidades geradoras, a geração de caixa necessária ao atendimento de algumas das obrigações contratuais no prazo originalmente previsto, ficou postergada. A administração da ENERCAN já solicitou as referidas instituições financeiras a revisão dos parâmetros contratuais, tendo obtido a confirmação de que não constará nesta revisão a decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento.

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitos à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade, ou ainda na diminuição da participação direta ou indireta da VBC Energia S.A. sobre o capital da controlada CPFL Paulista para um percentual abaixo de 25%.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a mão implícita em relação a outras obrigações contratuais (cross-default).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração da Sociedade e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, garantindo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade e de suas controladas, exceto pelo comentário relacionado da controlada indireta ENERCAN, tais condições restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas.

(16) DEBÊNTURES

[illegible]

Os saldos de Debêntures de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2009	[illegible]
2010	[illegible]
2011	[illegible]
2012	[illegible]
Após 2012	[illegible]
TOTAL	2.208.472

CPFL Energia

Em 25 de outubro de 2007 foram subscritas e integralizadas 45.000 debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada. O valor nominal unitário na data da emissão foi de R$ 10. A remuneração será paga semestralmente, com o primeiro vencimento em março de 2008. A presente emissão integra a estratégia de captação de recursos da Sociedade para financiamento da aquisição da CPFL Jaguariúna. A aquisição da totalidade do capital CPFL Jaguariúna foi realizada em 18 de junho de 2007 por meio da utilização da controlada Perabio, tendo sido aprovada pela ANEEL em junho de 2007. Os recursos obtidos com a emissão das debêntures, portanto, foram destinados ao pagamento antecipado da dívida representada pelas notas promissórias de 1ª emissão da emissora, cujos recursos foram utilizados

[illegible]
no pagamento da aquisição da CPFL Jaguariúna

RGE

Em 1º de dezembro de 2007, a controlada RGE promoveu a terceira emissão de debêntures simples, da espécie conjugatória, escritural e nominativa, sem a emissão de cautela, não conversíveis em ações e sem opção de repactuação programada. A emissão será realizada em duas séries, sendo cada série composta por uma única e indivisível debênture. Os objetivos da emissão foram adequar o perfil econômico-financeiro da controlada RGE, proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo, mobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas que vencerão até 2009. O valor total da emissão será de R$ 380.000. A 1ª série foi subscrita e integralizada em dezembro de 2007 no montante de R$ 100.000, tem prazo de 6 anos e com vencimento final em 1º de dezembro de 2013. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Sociedade e suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

CPFL Energia

- Terceira emissão:
  - a) a relação entre dívida líquida e EBITDA menor ou igual a 3,75 vezes; e
  - b) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

CPFL Paulista

- Segunda emissão e Terceira emissão:
  - a) a relação entre EBITDA e despesas financeiras maior ou igual a 1,5 para todos os anos;
  - b) em relação à capitalização total, o nível de capital próprio deve ser no mínimo 40% enquanto o nível de capital de terceiros deve ser no máximo 60%.
- Terceira emissão:
  - a) a relação entre dívida líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0 vezes; e
  - b) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

CPFL Piratininga

- Primeira emissão:
  - a) Relação entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3 vezes; e
  - b) Relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

[illegible]

RGE

- Segunda emissão

  a) Dívida Total dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,0
  b) EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras maior ou igual a 2,0
  c) Dívida Total dividida pela Capitalização Total menor ou igual a 0,55

BAESA

As debêntures de emissão da controlada indireta BAESA prevêem o vencimento antecipado quando o índice de endividamento total superar o limite de 75% dos seus ativos totais.

Diversas debêntures das controladas diretas e indiretas estão sujeitas a antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade, ou ainda na diminuição da participação direta ou indireta da VBC Energia S.A. sobre o capital da controlada CPFL Paulista para um percentual abaixo de 25%.

No entendimento da Administração da Sociedade e suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais.

(17) ENTIDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração através da Fundação CESP, a controlada RGE através da Fundação CEEE de Seguridade Social - FUFTRO/CEEE, a controlada CPFL Santa Cruz através da BD Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e a controlada CPFL Jaguari, na através da IHEREV Fundo de Pensão, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

I – CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido (BD) – vigente até 31 de outubro de 1997 – plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos empregados inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares da concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.

b) Adoção de um modelo misto a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

   - as aposentadorias de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada; e

1.4.4 - NOTAS EXPLICATIVAS

- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida que consiste em um plano previdenciário que até a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 25 de julho de 2006, os prazos de pagamento sofreram alteração para 175 parcelas mensais e 14 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2005, com vencimento final em 31 de julho de 2020. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 560.180 (R$ 573.715 em 31 de dezembro de 2006).

II – CPFL Piratininga

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS1 e um Plano de Benefícios Misto, com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido (BD) – vigente até 31 de março de 1998 – plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos empregados inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção de tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.

b) Plano de Benefício Definido – vigente após 31 de março de 1998 – plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 35 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado, inclusive o acumulado até 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é partilhada entre a controlada e os participantes.

c) Plano de Contribuição Definida – limitado, junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, à um plano previdenciário que até a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana EL São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante), referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada

(Mil - Mil de R$ (Mil))

mensalmente ao saldo de juros de 6% a.a. e correção pela IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 25 de junho de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 180 parcelas mensais e 16 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2006, com vencimento final em 1º de março de 2021. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 145.813 (R$ 160.258 em 31 de dezembro de 2006).

III – RGE

Plano de benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, incluindo o pecúlio por morte da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Esta benefício é de direito somente para os empregados dos beneficiários contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE.

IV – CPFL Santa Cruz

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz é administrado pela FUNSEJEM, passou a partir de 01 de novembro de 2007 a ser administrada pela SS Previdência – Fundo de Pensão de Santa Cruz do Sul. O plano da controlada CPFL Santa Cruz está estruturado na modalidade de contribuição definida.

V – CPFL Geração

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Geração um "Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado e um "Plano de Benefícios Misto", ambos nos moldes da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997 na Bases Técnico pela CPFL Paulista foi reconhecido uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 240 parcelas mensais de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 25 de junho de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 178 parcelas mensais e 14 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2006, com vencimento final em 31 de outubro de 2021. O saldo da obrigação, a qual é ajustada anualmente conforme avaliação de consultores atuariais pelo regime de Secretaria de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 11.216 (R$ 11.575 em 31 de dezembro de 2006).

VI – CPFL Jaguariúna

Em Dezembro de 2006, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CNSPREV, administrado pela INPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 de suas controladas, conforme laudo preparado por atuário externo, inclusive com premissas validadas pela Administração, seguem descritos. De acordo com a CVM 371/00 e estão assim apresentados:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	2006				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Os ganhos atuariais não reconhecidos em 31 de dezembro de 2007, que excedem 10% das obrigações ou dos ativos do Plano, terão necessidade de reconhecimento futuro através de amortização durante o período de vida útil remanescente dos participantes do plano.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	2007				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Reconhecimento líquido sobre [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Circulante	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não-circulante	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	2006				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]			[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Reconhecimento líquido sobre [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Circulante	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não-circulante	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A explicativa de alíquota efetiva para receitas a serem reconhecidas no exercício de 2008 e as receitas reconhecidas em 2007 são como segue:

	2008 Individual				
	COPEL Parcela	COPEL Percentagem	RCP	COPEL Consolidado	Consolidado
Subtotal					
Resultado Financeiro					
Total Receita					

	2007 Individual				
	COPEL Parcela	COPEL Percentagem	RCP	COPEL Consolidado	Consolidado
Subtotal					
Subtotal Receita					
Total Receita					

(*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora Mãe e os participantes e portanto foi reconhecido o percentual de 50%

Na demonstração do resultado as despesas e receitas foram registradas nas seguintes rubricas:

	2007				
	COPEL Parcela	COPEL Percentagem	RCP	COPEL Consolidado	Consolidado
Total					

	2006				
	COPEL Parcela	COPEL Percentagem	RCP	COPEL Consolidado	Consolidado
Total					

O item extraordinário registrado em 2006 refere-se ao déficit do plano apurado em 31 de dezembro de 2007, quando da adoção da ICVM nº 371, a qual foi alterada e amortizado nos anos subsequentes, sendo que sua amortização foi realizada em 31 de dezembro de 2006.

[illegible]

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	[illegible]		[illegible]	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	2007	2006
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	2.327	-
Reserva Global de Reversão - RGR	5.741	5.753
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.870	1.759
Conta de Consumo de Combustível - CCC	27.166	20.802
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	31.586	28.059
Total	**68.696**	**105.013**

(19) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

(20) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Consolidado						
	CPFL	Empresas Reapresentação de Energia	Paulista	Piratininga	Rio das Antas	Centrais Elétricas	CPFL
Provisão para Contingências							
Saldo							
Depósitos Judiciais (nota 11)							

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios processos judiciais e autos de infração é como segue:

a) **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações.

Nos termos do contrato de cisão da Bandeirante, a controlada CPFL Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados lotados nas respectivas regiões por ela assumidas, enquanto que as ações contenciosas anteriores à data de efetivação da cisão (1º de outubro de 2001, são assumidas na proporção percentual das controladoras antes da referida cisão (56% para a Bandeirante e 44% para a CPFL Piratininga).

b) **Danos Pessoais** - Referem-se principalmente a ações de indenizações. Tais processos incluem questionamentos relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas contra consumidores, dentre os quais, entre outros

c) **Majoração Tarifária** - Corresponde a vários pedidos de consumidores industriais, devido a majoração imposta pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de

Nota - Multas ANEEL de 2001 e 2002

1995 respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do Plano Cruzado.

d) Energia Comprada - Em decorrência da perda de consumidores livres as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga solicitaram redução na demanda de potência nos contratos iniciais sendo para almeida atendida pela ANEEL. As controladas ingressaram ação judicial motivada pela não concordância com os montantes fixados determinados pela ANEEL alegando divergência nos cálculos e efetuando depósitos judiciais mensais dos valores em questão.

e) FINSOCIAL - Refere-se à questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991.

f) PIS E COFINS - JCP - A Sociedade obteve, em Abril de 2005 liminar visando o não recolhimento de PIS e COFINS incidentes sobre a receita de juros sobre o capital próprio.

g) Imposto de Renda - Na controlada CPFL Piratininga o registro referente à glosa de juros vinculados à dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ. No controlado CGTEE refere-se basicamente à perda da suspensão da decisão da Secretaria da Receita Federal visando considerar a dedutibilidade de valores referentes à complementação de aposentadorias de beneficiários da Fundação ELETROCEEE.

h) Fiscais Outras - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa de natureza regulatória decorrente da operação nos negócios das controladas relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.

i Perdas possíveis - A Sociedade e suas controladas são parte em ações de natureza cível nas quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para as mesmas. Estas questões não representam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares considerados como prováveis ou remotos e, portanto, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações classificadas como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2007 estavam assim representadas: (i) R$ 211.402 trabalhistas (R$ 188.847 em 31 de dezembro de 2006); (ii) R$ 858.730 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, materiais, ambientais e indenização tarifária (R$ 421.474 em 31 de dezembro de 2006); e (iii) R$ 400.709 fiscais, relacionadas basicamente a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R$ 327.475 em 31 de dezembro de 2006).

j Outros - Depósitos Judiciais - Imposto de Renda - referente à discussão da dedutibilidade para fins de imposto de renda de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente à correção previdenciária do déficit atuarial dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP, em razão de tal valor ainda objeto de renegociação e novação da dívida naquele exercício. A controlada CPFL Paulista, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável consubstanciada na Nota MF/SRF/COSIT 15582 nº 157 de 09 de abril de 1998 e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando consequentemente prejuízo fiscal nesse exercício. Em março de 2000, a controlada CPFL Paulista foi autuada por autoridades fiscais, relativamente ao uso do prejuízo fiscal nos exercícios de 1997 e 1998. Em 2007, em consequência de decisão judicial exigindo o depósito para permitir a continuidade das discussões, a controlada CPFL Paulista efetuou o depósito judicial no valor de R$ 360.266 (R$ 372.116 atualizado pelo SELIC em 31 de dezembro de 2007) como depósito para garantia de juízo. Baseada na posição atualizada dos advogados que cuidam dessa ação, a taxa de perda considerada como remota

Nota Explicativa

A Administração da Sociedade e de suas controladas declarou que não há outros eventuais ativos e passivos contingentes significativos que não estejam sobejos por provisões adicionais às relacionadas nas demonstrações financeiras ou que possam impactar significativamente os resultados futuros.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	487.721	383.732	815.406	420.345

a) Consumidores e Concessionárias - As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e a casos de faturamento a serem compensados ou restituídos e em decorrência de participações de consumidores no Programa Luz para Todos. Valores com concessionárias referem-se basicamente a transações relacionadas à baixa parcial da controlada UHE Guaricanga.

b) Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - As controladas reconheceram passivos relacionados a valores a faturados em tarifas pela Receita Operacional Líquida, mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal com base na SELIC, após o encerramento de sua efetiva realização.

c) Adiantamentos – No curto prazo referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços. No Passivo Não Circulante refere-se a aporte financeiro recebido exclusivamente pela acionista Chapecoense na Foz do Chapecó. A controlada UEG Geração estará realizando futuramente os ativos relativos à sua participação mediante a necessidade fluxo de recursos no empreendimento Foz do Chapecó.

d) Juros sobre Empréstimo Compulsório - Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

e) Encargos da Capacidade Emergencial ("ECE") e Encargo de Aquisição de Energia Emergencial ("EAEE") - Referem-se aos encargos tarifários incorporados à contratação de capacidade e energia emergencial cobrados do consumidor até janeiro de 2006 e serem repassados para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial ("CBEE").

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	2007		2006	
Acionistas	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
VBC Energia S.A.	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	379.411.826	100,00	379.766.120	100,00

22.1 Aumento de Capital - Em Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade e da controlada RGE realizadas em 18 de dezembro de 2007 foi aprovada a incorporação de totalidade das ações ordinárias dos acionistas não controladores da controlada RGE ao patrimônio da CPFL Energia com aumento de capital na Sociedade de R$ 5.220, mediante a emissão de 154.206 ações ordinárias (nota 12).

22.2 Juros sobre Capital Próprio e Dividendo

	Controladora	
	2007	2006
Juros sobre o Capital Próprio	445	457
Dividendos a Pagar		
VBC Energia S.A.	304.217	299.150
CPFL Participações S.A.	223.547	204.553
Chamaa Participações S.A.	99.447	91.959
BNDES Participações S.A.	41.142	37.392
Demais Acionistas	170.305	153.668
Subtotal	738.189	726.341
Total	738.634	726.798

Durante 2007 a Sociedade efetuou pagamento no montante de R$ 1.557.428 referente respectivamente aos dividendos declarados em 31 de dezembro de 2006 e 30 de junho de 2007.

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou em [illegible] de 2007 a distribuição de lucro líquido apurado na data base de 30 de junho de 2007 na forma de dividendos intermediários no montante de R$ 842.375 (montante líquido de R$ 1,763837668 por ação).

[illegible]

22.3 – Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações.

Para este exercício, a Administração da Sociedade está propondo a distribuição do saldo do lucro líquido, através da declaração de R$ 718.886 na forma de dividendo, correspondente a R$ 1,497964520 por ação, conforme demonstrado a seguir:

Lucro Líquido do Exercício - Controladora	1.643.436
Constituição da Reserva Legal	(92.172)
Lucro Líquido Base para Destinação	1.561.264
Dividendo Intermediário	(942.375)
Dividendo Proposto	(719.889)

22.4 – Reserva de Capital

Refere-se a ganho com alienação de ações em tesouraria. Essas ações eram decorrentes de direito de retirada dos acionistas, quando da incorporação das ações dos acionistas não controladores. As ações foram alienadas com ganho de R$ 16 registrado como Reserva de Capital.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(23) RECEITA OPERACIONAL

	[illegible]					
	[illegible]		[illegible]		[illegible]	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]

As contabilizações que envolvem outras receitas e rendas estão apresentadas na nota 5 (a) (Energia Livre) e nota 12.5 (Resultado diferenciado - RADIAN).

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora			
	Exercício		Exercício	
Energia Comprada para Revenda	Atual		Atual	
Energia Comprada para Revenda (ACR)				
Energia Comprada para Revenda (ACL)				
Subtotal				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão e Conexão				
Subtotal				
Total				

(25) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controlador		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Despesas com Vendas				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			[illegible]	[illegible]
Despesas Gerais e Administrativas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	24.425	18.934	351.904	314.409
Outras Despesas Operacionais				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	-	-	24.423	19.387
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total Despesas Operacionais	24.425	18.934	409.533	401.844

Os registros efetuados em outras despesas com vendas, relacionados à baixa de contas a receber de energia livre, estão apresentados na nota 3 (a).

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
Total	(196.645)	(124.638)	(454.484)	(526.983)
Resultado Financeiro Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

PIS e COFINS – Ampliação de Base - A receita reconhecida em 2006 no montante de R$ 122.140 refere-se à reversão de passivo contingencial e constituição de créditos fiscais a compensar devido ao julgamento favorável de recurso interposto pelas controladas que questionaram a legalidade de ampliação da base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS.

(27) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receita Não Operacional				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]				[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesa Não Operacional				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	(4.185)	(2.398)	(37.054)	(24.340)
Total	(676)	50.349	(30.647)	49.837

(Mil - Mil de R$ (Mil de US$)

Em 01 de setembro de 2006 a Companhia alienou a totalidade das ações detidas na COMGÁS. O investimento estava registrado ao custo de aquisição no montante de R$ 27.152 e foi vendido por R$ 85.800, resultando em um ganho de capital registrado como resultado não operacional de R$ 62.747.

(28) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Sociedade e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2007 foi de R$ 28.800 na consolidada (R$ 32.807 em 2006). Após a antecipação paga no exercício de 2007, o saldo remanescente provisionado no consolidado é de R$ 21.805 (nota 21).

(29) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros (1)	Total
2007					
Receita					
Ativo circulante e não circulante exceto					
Resultado do serviço					
Depreciação e amortização					
Lucro líquido					
Resultado com participações societárias					
Ativo imobilizado					
Aquisição de imobilizado e diferido					
Ativos não circulantes mantidos para venda					
Passivo circulante e não circulante					
2006					
Receita					
Ativo circulante e não circulante exceto					
Resultado do serviço					
Depreciação e amortização					
Lucro líquido					
Resultado com participações societárias					
Ativo imobilizado					
Aquisição de imobilizado e diferido					
Ativos não circulantes mantidos para venda					
Passivo circulante e não circulante					

(1) Outros inclui as atividades da CIBRA, Cibrasa Inversiones Internacionales e eliminações de consolidação.
(2) Ativo imobilizado líquido, ativo diferido líquido e investimentos, incluindo ativos não circulantes mantidos para venda.

[illegible]

(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentam os seguintes principais saldos e movimentações acumulados em 2007 e 2006:

[illegible]								

a) Aplicações Financeiras - Fundo de Investimento exclusivo com rentabilidade calculada pela variação do CDI e sem liquidez diária

b) Empréstimos e Financiamentos - Empréstimos contratados em condições normais de mercado

c) Aquisição de Imobilizado - Aquisição de equipamentos obtidos para aplicação nas atividades de distribuição e geração

d) Venda de Energia - Receita pelo fornecimento de energia elétrica

e) Compra de Material - Materiais para uso e operação

f) TUSD – Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição

(31) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por avaliação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No que estimativa especificação sobre risco de seguros não

		Consolidado	
DESCRIÇÃO	RAMO DA APOLICE	2007	2006
Ativo mobilizado	Incêndio, Raio, Explosão, Quebra de Maquinismo, Lucros Cessantes	[illegible]	[illegible]
Transporte	Transportes Nacionais	47.170	43.000
Material Estocado	Incêndio, Raio, Explosão e Roubo	25.130	12.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	91.450	3.700
Responsabilidade Civil	Concessionárias de Energia Elétrica	35.950	20.000
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	107.747	14.773
Outros	Outros	25.068	42.932
TOTAL (*)		1.273.063	1.606.402

(*) As premissas não examinadas pelos auditores independentes

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

32.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade e de suas controladas estão atrelados principalmente à geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à exposição de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permite à Sociedade e suas controladas trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI (nota 7). Adicionalmente, as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas da eventuais perdas, conforme comentado na nota 3. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições estabelecidas contratualmente.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade e suas controladas têm como contraparte ativos

[illegible]

regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente as controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização de número de clientes e de política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto a Escassez de Energia: A energia vendida pelas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não prevê para 2008 um novo programa de racionamento.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

32.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantem políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2007, são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e avaliação nas demonstrações financeiras.

Disponibilidades - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais (nota 4).

Ativos e Passivos Regulatórios - São compostos basicamente pela Recomposição Tarifária Extraordinária, Energia Livre, Parcela A, Ativos e Passivos relacionados à Revisão e Reajuste Tarifários, Subvenção Baixa Renda e outros. Esses créditos e débitos decorrem dos efeitos do plano de racionamento de 2001 e outros valores relacionados ao diferimento de custos e receitas tarifárias e alteração da legislação tributária. Esses valores são avaliados pelo valor contábil conforme critérios definidos pela ANEEL, de acordo com as características descritas na nota 5.

Empréstimos e Financiamentos - Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na nota 15.

Debêntures - As debêntures lançadas pela Sociedade e por suas controladas podem ser negociadas no mercado e estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na nota 16.

Investimentos em controladas - A Sociedade possui investimentos avaliados pela equivalência patrimonial em empresas cujas ações são negociadas no mercado de capitais. A Administração da Sociedade entende que o valor de negociação dessas ações não é representativo do valor de

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

mercado das respectivas empresas dado o pequeno volume de transações das mesmas no mercado.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, comparados aos valores de captação de mercado conforme definido acima, na data base em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, são como seguem:

	Controladora			
	2007		2006	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	697.674	737.669	48.947	48.536

	Consolidação			
	2007		2006	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente, comparação com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento dos exercícios de 2007 e de 2006, bem como comparações com parâmetros médios de mercado. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da CESP, as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

(33) MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO – ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 – LEI 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), relativa à divulgação e preparação das Demonstrações Financeiras. Estas modificações entraram em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2008 e poderão ser substancialmente resumidas como segue:

a) ativos e passivos financeiros pré-fixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
b) determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;
c) contabilização de ativos e passivos ao respectivo valor de mercado em operações de incorporação, fusão ou cisão entre partes não relacionadas;
d) substituição da DOAR pela Demonstração do Fluxo de Caixa e obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado;
e) inclusão de novos subgrupos de contas como intangíveis no ativo e a Conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

(Em Milhões de R$ (Exceto Valores))

Adicionalmente, a Lei requer que as normas expedidas pela CVM sejam elaboradas em consonância com as práticas internacionais de contabilidade, tendo como base as normas emitidas pelo IASB.

A Companhia já adota algumas práticas estabelecidas pela nova Lei, como a divulgação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Anexo I) e da Demonstração do Valor Adicionado (Anexo II), e está analisando os impactos para as demais alterações propostas, em especial aquelas que deverão ser avaliadas em sua totalidade ao longo de exercícios de 2008, conforme as regras a serem disponibilizadas pelos órgãos reguladores.

(34) EVENTOS SUBSEQUENTES

A ANEEL, em 29 de janeiro de 2008, estabeleceu, em caráter provisório, que as tarifas das concessionárias CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista ficam reajustadas conforme quadro abaixo, relativas ao reposicionamento tarifário e relativas aos componentes financeiros a serem incluídos à receita da Parcela B.

	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista
Receita Bruta	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita Requerida Líquida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Componentes Financeiros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Reposicionamento Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fator Xe	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

01866-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

1440 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

	Consolidado		Consolidado	
	2007	2006 (*)	2007	2006 (*)
1 Receita	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
3 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
4 Remuneração	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
6 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]			[illegible]	[illegible]
7 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
8 [illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

Wilson P. Ferreira Junior
Diretor Presidente

Reni Antonio da Silva
Diretor Vice presidente de Estratégia e Regulação

José Antonio de Almeida Filippo
Diretor Vice presidente Financeiro e de Relação com Investidores

Paulo Cezar Coelho Tavares
Diretor Vice presidente de Gestão Energia

Helio Viana Pereira
Diretor Vice presidente de Distribuição

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice presidente de Geração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Aníbal de Lima Fernandes
Presidente

Cecília Mendes Garcez Siqueira
Vice presidente

Conselheiros

Ana Dolores M. C. de Moraes

Francisco Caprino Neto

Otávio Carneiro de Rezende

Milton Luciano dos Santos

Martin Roberto Glogowsky

DIRETÓRIA DE CONTABILIDADE

Antônio Carlos Bassalo
Diretor de Contabilidade
CRC 1SP053131/O-8

Sérgio Luiz Felice
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP192757/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CPFL Energia S/A, no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras do Exercício Social de 2007, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, bem-representante da Auditoria Externa e ainda, com base no parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 06 de fevereiro de 2008, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2008.

Paulo Mileira

Fernando Dias Gomes

Susana Hanna Stiphan Jabra

Francisco Djalma de Oliveira

Enéias de Assis Rosa Ferreira

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

1540 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Comunicamos que na publicação das Demonstrações Financeiras relativas a 2007, realizada em 29 de fevereiro de 2008, no grupo 11.01 que informa os membros do Conselho de Administração da cia, de constar o nome da conselheira independente Sra. Ana Dolores M. C. de Novaes.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	
01	02	SEDE	1
01	03	[illegible]	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	[illegible]	2
01	06	[illegible]	2
01	07	[illegible]	2
01	08	[illegible]	2
01	09	[illegible]	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	7
05	01	[illegible]	8
05	02	[illegible]	9
05	03	[illegible]	10
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	11
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	13
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	15
08	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADA	17
12	01	[illegible]	19
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	22
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	59
15	01	[illegible]	104

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01366-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

01.02 - SEDE

[illegible]				
[illegible]				
[illegible]	[illegible]			
01	[illegible]			
01	[illegible]			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

[illegible]				
[illegible]				
[illegible]	[illegible]			
01	[illegible]			
01	[illegible]			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		
[illegible]		[illegible]
[illegible]		[illegible]

01.01 IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.06 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 - Preferenciais	[illegible]	[illegible]	
3 - Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5 - Preferenciais	[illegible]	[illegible]	[illegible]
6 - Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

[illegible]
Empresa Comercial, Industrial e Outras
[illegible]
Cód. Social
[illegible]
Privada Nacional
[illegible]
[illegible]
[illegible]
Sociedade Participações Societárias (Holdings)
[illegible]
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[illegible]	[illegible]

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	RCA	29/08/2008	Dividendo	29/08/2008	ON	[illegible]
02	RCA	10/02/2007	Dividendo		ON	[illegible]

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

[illegible]	[illegible]
2/02/2007	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CPFL ENERGIA S.A.	[illegible]

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CPFL ENERGIA S.A	[illegible]

[illegible] - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

21.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

24.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

35.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01-01-2008 A 31/12/2009 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
	[illegible]					
[illegible]	[illegible]					
[illegible]	[illegible]					
[illegible]	[illegible]					[illegible]
	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2005 (Reais Mil)

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]
	[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]	
	[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]		[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

05.05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]
01865-0 [illegible]	[illegible]

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

08.01 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

12.11 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

1 Examinamos os balanços patrimoniais da CPFL Energia S.A. e controladas (controladora e consolidado), encerrados em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido (consolidado) e dos fluxos de caixas correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controladora da Rio Grande Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos ativos e resultado representam, respectivamente, 6,3% e 9,8% do ativo total consolidado e do lucro líquido da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 26 de janeiro de 2015, não continha ressalvas. As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto Novas Energias S.A. (empresa em fase pré-operacional) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos ativos e patrimônio líquido representam, 0,9% do ativo total consolidado da Sociedade em 31 de dezembro de 2014, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 26 de janeiro de 2015, não continha ressalvas. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas, no que se refere aos valores correspondentes aos investimentos em controladas, está baseada exclusivamente nos pareceres desses auditores independentes.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria que requerem o planejamento e a execução do trabalho de auditoria com o objetivo de obter razoável segurança de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria inclui o exame, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da sociedade e controladas, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

12.11 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

3. Em nossa opinião, baseada em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2009, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido consolidado e os fluxos de suas operações de seja responsabilidade e os exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de opinarmos sobre as demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado consolidados e consolidado, contidas respectivamente nos Anexos I e II, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade e controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas tomadas em conjunto.

5. Conforme comentado na Nota Explicativa 3 - item (b) das demonstrações financeiras, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou em 6 de outubro de 2009, em caráter provisório, o percentual de 6,66% para a revisão tarifária periódica de 2009 da concessão Companhia Paulista de Força e Luz de 9,63% para 16,14%. Tendo em vista o caráter provisório desse reajuste tarifário, esta sujeito a eventuais alterações quando de sua homologação definitiva.

6. As demonstrações financeiras e as informações suplementares citadas nos Anexos I e II acima, de dezembro de 2008, foram auditadas e nossos pareceres, sem ressalvas, emitidos em 12 de fevereiro de 2009, contiveram os seguintes comentários: (a) naquela opinião, as quais estão sendo reapresentadas para fins comparativos, baseamo-nos em nossos auditores independentes, cujo parecer, sem ressalva, foi emitido em 13 de janeiro de 2009; e (b) parágrafo de ênfase relacionado ao registro pela controlada Companhia Paulista de Força e Luz de ativo regulatório que se encontrava pendente de homologação pela ANEEL, a qual foi concedida em 3 de setembro de 2009, conforme comentado na Nota Explicativa 3 - item (b) das demonstrações financeiras.

12.11 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

São Paulo, 25 de janeiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Wallbert Antonio dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 185597/O-4

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social finda em 31 de dezembro de 2006. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2005, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações Iniciais

A CPFL Energia alcançou um resultado operacional sem precedentes na sua história, o que ratifica o êxito e disciplina na execução de seu planejamento estratégico de longo prazo. A agenda da Companhia — ancorada no crescimento sinérgico, na eficiência operacional, na disciplina financeira, na sustentabilidade e responsabilidade corporativa e na governança corporativa diferenciada — conduziu a CPFL Energia à liderança no mercado de distribuição, com participação de 12,7%, e no de comercialização, com 27% do País. A receita bruta aumentou 12,1% e a receita operacional líquida, 15,2%. A geração operacional de caixa registrou variação ainda mais positiva: o EBITDA cresceu 31,5%. O lucro líquido do período alcançou a marca histórica de R$ 1.404 milhões, com crescimento de 37,5%.

As aquisições da Companhia a posicionaram como um dos grupos como dadores do setor elétrico. Em maio de 2006, passou a deter 59,76% da Rio Grande Energia.

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RGE, distribuidora com mais de um milhão de clientes, que atua nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul — base operacional de importantes indústrias do Estado. Em agosto, comprou participação adicional de 11% da UHE Foz do Chapecó e em outubro, 99,99% da Companhia Luz e Força Santa Cruz, que atua em 24 municípios no Estado de São Paulo, além de três municípios no Estado do Paraná. Essas aquisições estão alinhadas com a estratégia de ampliação da participação da CPFL Energia no setor elétrico brasileiro.

No exercício, as vendas totais de energia aumentaram 7,2%, sendo que no mercado livre esse incremento atingiu 31,1%. A CPFL Energia também avançou na ampliação da capacidade de geração que passou de 915 MW para 1.072 MW, devendo alcançar 2.067 MW em 2010. Foram concluídas as obras da UHE Campos Novos (operação comercial em fevereiro de 2007), iniciadas a construção da UHE Foz do Chapecó e a repotenciação das PCHs Capão Preto e Chibarro.

A operação da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga expressa o compromisso estratégico da Companhia com a eficiência operacional: as empresas possuem os melhores índices de qualidade de fornecimento de energia do Brasil, medidos pelo DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente) e pelo FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente). A RGE, em apenas seis meses sob controle operacional do grupo, também apresentou melhora significativa no desempenho de seus indicadores de qualidade de fornecimento. A CPFL Brasil, comercializadora do grupo, também impulsionou os negócios, com o aumento da sua base de clientes.

O perfil de endividamento sinaliza para o mercado a disciplina financeira cumprida pela Companhia, visto que o custo da dívida manteve-se praticamente inalterado, mesmo com o aumento do endividamento total em 3,8% em 2005. O rigor no desempenho econômico-financeiro e o compromisso com o crescimento sustentável das operações permitem planejar, para os próximos quatro anos, investimentos superiores a R$ 3 bilhões para intensificar os negócios de distribuição, geração e comercialização.

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade corporativa evoluíram significativamente no ano. Destaque para a publicação do novo Código de Ética, alinhado aos preceitos da Lei Sarbanes-Oxley. A revisão do Código foi precedida de um profundo processo de reflexão interna realizado nas empresas do grupo.

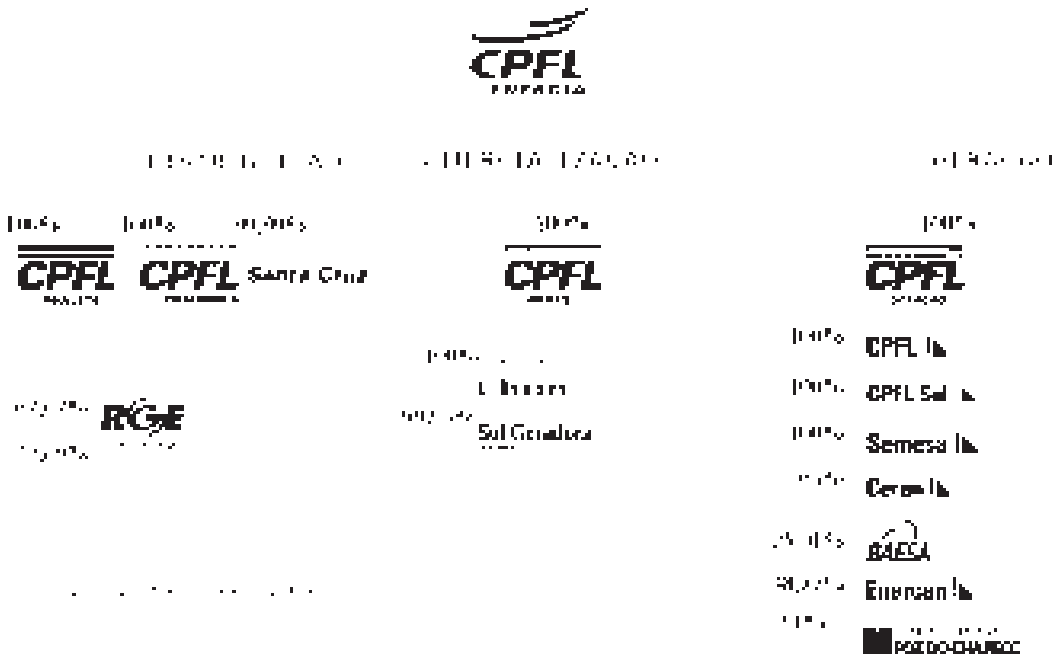
Em outra frente, os investimentos na repotenciação e modernização das Pequenas Centrais Hidrelétricas, sem nenhum impacto ambiental, representam avanço no uso de tecnologia limpa, ou seja, contribuem para a redução da emissão dos gases que causam o efeito estufa e habilitam a Companhia a comercialização de créditos de carbono, no âmbito do Protocolo de Kyoto. As ações ambientais da Companhia também beneficiaram a conservação da fauna aquática nas bacias hidrográficas de São Paulo e a arborização urbana. Por essas atuações, e em diversas outras frentes de atividades, a CPFL Energia foi destacada como "Empresa Modelo" pelo Guia Exame de Boa Cidadania 2006, em avaliação da revista Exame.

As políticas de valorização da diversidade no âmbito interno e as atividades de desenvolvimento profissional, entre outras ações, mantiveram motivados os colaboradores de toda Companhia. O resultado foi a inclusão da CPFL Energia, pelo 5º ano consecutivo, entre as Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, em avaliação organizada pelas revistas Exame e Você S.A.

Esse conjunto de ações, desenvolvidas ao longo de 2006, indica que a Companhia continua expandindo-se organicamente, com visão estratégica e foco na sustentabilidade dos negócios no longo prazo. A CPFL Energia se preparou para o momento de consolidação do setor elétrico e agora colhe os resultados da sua estratégia.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A CPFL Energia atua como holding, participando no capital de outras sociedades:



Mais informações sobre investimentos em sociedades controladas estão na Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras.

2. Comentário sobre a Conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica sentiu os efeitos da apreciação cambial e das juros reais ainda elevados, que se refletiram em um crescimento apenas modesto da produção industrial e do Produto Interno Bruto – PIB. Em contrapartida, o mercado de consumo interno mostrou dinamismo acima do previsto, sustentado pelos aumentos reais do salário mínimo e da renda média, pela concessão de benefícios sociais e pela continuidade da expansão do crédito. Setores específicos da agroindústria também apresentaram desempenho positivo, notadamente açúcar e álcool, suco de laranja e café – atividades com forte inserção no interior paulista.
O cenário macroeconômico esperado para 2007 contempla a expectativa de aceleração da atividade econômica, liderada por uma ampliação do investimento público e pela criação de mecanismos de estímulo ao investimento privado, num contexto de preservação da estabilidade macroeconômica.

AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano foi marcado pela consolidação do ambiente regulatório, representado pelo conjunto de atos normativos da Aneel. Nesse contexto merece destaque a metodologia que vigorará no 3º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, definida por meio da publicação da Resolução Aneel nº 234/06. Adicionalmente, a regulamentação das condições gerais para incorporação das redes particulares, por meio da Resolução Aneel nº 229, trará impactos positivos na composição da base de ativos da CPFL Paulista e da RGE nos próximos anos. Finalmente, a regulamentação das condições para comercialização de energia elétrica oriunda de fontes incentivadas para consumidores com cargas superiores a 500 KW criará novas oportunidades para a CPFL Brasil, comercializadora do grupo, com impacto no mercado livre de energia nos próximos anos.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Descruzamento Societário

Em Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada em abril de 2006, foi aprovada a implementação da primeira etapa do processo de reorganização societária, visando à segregação das participações mantidas pela CPFL Paulista, em atendimento ao disposto na Lei nº 10.848/04.

Fundamentada no laudo de avaliação da Aneel, por meio do despacho nº 454, a primeira etapa consistiu em redução do montante de R$ 413 milhões no capital da CPFL Paulista, cuja participação na CPFL Piratininga, no valor de R$ 385 milhões, equivalente a 100% do capital da mesma, foi vertida à CPFL Energia.

Com a implementação dessa primeira etapa de Reorganização Societária, o controle acionário da CPFL Piratininga passou a ser detido diretamente pela CPFL Energia. Podem ser destacados como aspectos positivos dessa reorganização:

(i) a fluxo direto de dividendos para a holding; e

(ii) a contabilização do ágio de compra da CPFL Piratininga na CPFL Energia.

O valor restante, totalizando R$ 28 milhões, refere-se à transferência, para a CPFL Energia, das participações detidas pela CPFL Paulista na Companhia Energética do Brasil.

A próxima e última etapa, referente à segregação da participação societária da CPFL Paulista na RGE, deverá ocorrer até março de 2007, em atendimento à Resolução Autorizativa Aneel nº 305/05.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Por força da Resolução nº 336/2001, que aprovou o processo de cisão da Empresa Bandeirante Energia S.A. — EBE, e considerando o índice de reposicionamento tarifário das duas distribuidoras ao menor valor, foi proferida a processo de revisão tarifária da EBE, o que apresentou reflexo positivo na definição do índice final de revisão tarifária

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

referente ao 1º ciclo da CPFL Piratininga

No ano de 2005, foram aprovados os seguintes percentuais no processo de Reajuste Tarifário Anual — IRT:

Empresa	Reajuste Médio	Data
CPFL Paulista	10,83%	Abril/2006
RGE	10,19%	Abril/2005
CPFL Piratininga	10,79%	Outubro/2006

Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, tendo como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M.

3. Desempenho Operacional

VENDAS DE ENERGIA

Vendas Totais de Energia

Vendas de Energia - GWh	2006	2005	Var %
Mercado Cativo	31.778	31.236	1,7%
Mercado Livre	9.334	7.121	31,1%
Total	**41.112**	**38.357**	**7,2%**

As vendas totais de energia do grupo CPFL, por meio dos segmentos de distribuição e comercialização, foram de 41.112 GWh, representando um aumento de 7,2% em

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento deve-se, principalmente, à aquisição dos 32,7% da RME. Excluindo-se esse efeito, o crescimento seria de 3,9%.

As vendas para o mercado cativo totalizaram 31.778 GWh, o que significa uma expansão de 1,7% em relação a 2005. Esse aumento também deve-se à compra da RME. Excluindo tal efeito, ocorreria uma redução de 2,4%.

No mercado livre as vendas atingiram 9.334 GWh, um aumento de 31,2%. Esse crescimento deve-se à conquista, pela comercializadora do grupo, de clientes que migraram do mercado cativo para o mercado livre e também pela expansão do consumo da base de clientes livres da própria comercializadora do grupo.

Mercado Cativo

Mercado Cativo - GWh			
	2006	2005	Var %
Residencial	9.460	8.783	8,0%
Industrial	10.882	11.533	-5,6%
Comercial	6.724	6.301	6,7%
Rural	1.966	1.730	13,6%
Outras	3.747	3.467	7,7%
Total Cativo	**31.778**	**31.214**	**1,7%**

As principais variações no mercado cativo ocorreram nas seguintes classes de consumo:

- Classe Industrial: redução de 5,6%, devido à migração de clientes para o mercado livre.
- Classes residencial e comercial: aumentos de 8,0% e 6,7%, devido à elevação real de rendimentos na massa salarial, estimulada pela baixa da inflação e aumento do salário mínimo, bem como pela aceleração das vendas de eletrodomésticos impulsionadas pelo aumento do crédito consignado.
- Rural: aumento de 13,6%, devido ao menor índice pluviométrico no ano (abaixo da média histórica), que levou ao maior uso de irrigação.

Desconsiderando o efeito da compra de 32,7% do capital da RGE, a classe industrial apresentaria uma redução de 13,1% e as classes residencial, comercial e rural, um aumento de 4,7%, 4,9% e 4,1%, respectivamente.

Para mais detalhes referentes à venda de energia elétrica (venda em R$, em GWh, por classe de consumo e número de consumidores), ver Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Perdas Comerciais

As distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE mantêm ações permanentes visando à redução de perdas comerciais, sejam de ordem técnica (reparo e substituição de medidores, por exemplo) ou de prevenção a ligações clandestinas. Foram realizadas inspeções em 557 mil unidades consumidoras, número 33% superior às 420 mil realizadas no exercício anterior, sendo substituídas 124 mil medidores obsoletos ou avariados.

Com isso, o índice de perdas comerciais da CPFL Paulista foi reduzido para 2,5%; na CPFL Piratininga a redução foi mais expressiva, alcançando 1,8%, e na RGE o índice foi de 2,2%. Isso representou uma recuperação de receita de R$ 138 milhões.

Qualidade dos Serviços Prestados

As distribuidoras da CPFL Energia investem permanentemente na melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica e dos serviços prestados aos seus clientes. Para isso, desenvolvem programas contínuos de melhoria na gestão operacional, na organização da logística de serviços de atendimento a emergências, na realização permanente de inspeções e manutenções preventivas das subestações e das redes e linhas de distribuição. Investem também na qualificação dos seus profissionais, em tecnologias de ponta, na padronização dos processos de trabalho e no compartilhamento das melhores práticas de gestão operacional entre as distribuidoras do grupo.

Os resultados dessas ações podem ser verificados pela evolução dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica, bem como por sua comparação com os indicadores DEC e FEC divulgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. As distribuidoras brasileiras registraram uma média de 16,00 horas para o DEC e de 12,30 vezes para o FEC. O DEC apresentado pela CPFL Paulista e CPFL Piratininga foi de 6,35 e 6,23 horas respectivamente, o FEC foi de 5,45 vezes na CPFL Paulista e de 5,67 na CPFL Piratininga, ambos os indicadores abaixo da média nacional. Na RGE o DEC foi 19,92 horas e o FEC 12,36 que representa uma redução de 23,6% e 24,9%, respectivamente em relação ao ano anterior.

Universalização dos Serviços

As distribuidoras CPFL Paulista e a CPFL Piratininga foram as primeiras a terem seus mercados 100% universalizados no Brasil. A Companhia Luz e Força Santa Cruz, adquirida em dezembro de 2006, também já possui seu mercado integralmente universalizado.

Na RGE, para cumprir a meta de universalização, ainda resta realizar 5.865 ligações de clientes urbanos e rurais. Em 2007, está previsto investimento de R$ 35 milhões para a ligação de 4.695 clientes, sendo 2.315 através do programa "Luz para Todos". Os demais 1.170 clientes serão ligados até 2008.

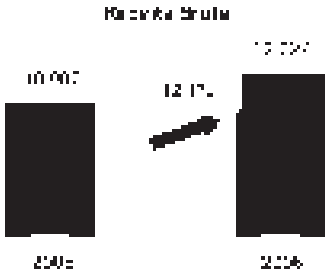
4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas e Notas Explicativas.

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Operacional

A receita operacional bruta atingiu R$ 12.227 milhões, representando um crescimento de 12,1%. Os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita líquida foram:



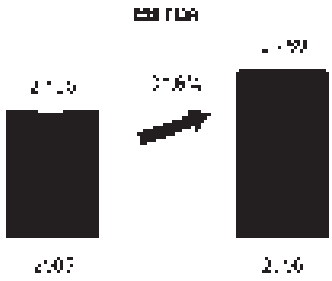
i) aumento das vendas totais de energia em 7,3%, conjugado com o reajuste das tarifas das distribuidoras (R$ 1.150 milhões);

ii) aumento de 46,4% (R$ 219 milhões) na receita pelo uso do sistema de distribuição TUSD; e

iii) encerramento da cobrança dos encargos emergenciais pela Aneel (R$ 220 milhões).

Geração Operacional de Caixa — EBITDA

O resultado operacional medido pelo EBITDA ajustado alcançou R$ 2.789 milhões em 2006, com crescimento de 31,6% (R$ 669 milhões).



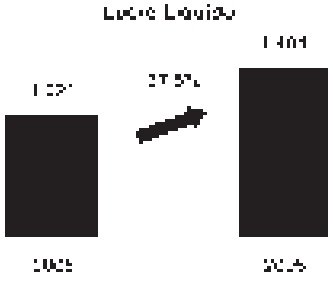
Esse resultado deveu-se principalmente ao aumento de 15,2% na Receita Líquida (R$ 1.175 milhões), índice que superou o aumento de 6,6% nos custos com energia (R$

261 milhões), e de 20,4% nas despesas operacionais (R$ 335 milhões), excluindo-se os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização.

O EBITDA ajustado é calculado a partir da soma do lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e entidade de previdência privada, além dos ajustes referentes ao item extraordinário.

Lucro Líquido do Exercício

A CPFL Energia alcançou, em 2005, Lucro Líquido de R$ 1.404 milhões, com crescimento de 37,5% (R$ 383 milhões). Esse resultado é decorrente principalmente dos seguintes fatores:



i) aumento de 31,6% (R$ 659 milhões) no EBITDA ajustado;
ii) redução nos gastos com Entidade de Previdência Privada (R$ 97 milhões);
iii) aumento de R$ 50 milhões no resultado não operacional.

No exercício, o Lucro Líquido por ação foi de R$ 2,93, com crescimento de 46,7% sobre o lucro de R$ 1,97 por ação, registrado em 2005.

Dividendo

A Administração propõe a distribuição de R$ 1.334 milhões em dividendos, o que representa 95% do Lucro Líquido do Exercício e R$ 2,78 por ação. Com isso a empresa supera a distribuição mínima de 50% do lucro líquido previsto em sua política de dividendos.

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Endividamento

O endividamento da CPFL Energia totalizou R$ 5.168,4 milhões, que representa um aumento de 3,8%. Embora a dívida tenha aumentado em valores nominais, o custo reduziu-se de 13,9% a.a. em 2005 para 13,4% a.a. em 2006, devido à queda do CDI e da TJLP no ano, compensada parcialmente pela elevação do IGP-M/IGP-DI.

O aumento do endividamento é decorrente, principalmente, do efeito líquido da incorporação da parcela da dívida da RGE, após a aquisição da participação de 32,7%. Também contribuíram para a movimentação do saldo da dívida os seguintes fatores:

(i) liquidação do Goating Rate Notes (R$ 232 milhões) e de debentures da CPFL Paulista (R$ 805 milhões);
(ii) emissões de debêntures pela CPFL Piratininga (R$ 450 milhões) e CPFL Paulista (R$ 640 milhões), contratação de dívidas atreladas ao CDI pela RGE (R$ 140 milhões), e liberações do BNDES (R$ 334 milhões) para a CPFL Paulista, CPFL Piratininga e projetos de geração.
Em relação à dívida financeira da CPFL Energia, é importante destacar que R$ 4,3 bilhões, ou 82,5% do total, são considerados de longo prazo.
Como consequência do aumento da dívida financeira, constata-se o aumento da dívida líquida ajustada, calculada a partir da dívida total (empréstimos e financiamentos e derivativos somados à dívida com Entidade de Previdência Privada), excluindo-se o ativo regulatório/CVA e as disponibilidades de caixa, que apresentou crescimento de 19,4%, atingindo o total de R$ 4.415,8 milhões. É importante destacar que houve melhora na relação Dívida/EBITDA, que ficou em 1,5 vez.

Inadimplência

No segmento de distribuição de energia elétrica, como resultado do esforço de negociação e cobrança de débitos, além da intensificação e da eficácia dos cortes no fornecimento de energia, o índice de inadimplência, calculado sobre as contas de

energia vencidas há mais de 30 dias, registrou redução na CPFL Paulista, na CPFL Piratininga e na RGE. Na CPFL Paulista o índice alcançou 1,35% (redução de 6,3%), na CPFL Piratininga o índice foi de 1,25% (redução de 1,5%); e na RGE o índice registrou 3,7% (redução de 11,5% sobre 2004).

Vale ressaltar que nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica, no encerramento do exercício, não havia nenhum valor a receber, em decorrência de inadimplência, referentes aos contratos existentes.

5. Investimentos

Investimentos na Operação

Em 2006, foram realizados investimentos de R$ 797 milhões na expansão e na manutenção dos negócios, sendo que R$ 527 milhões foram direcionados para o segmento de distribuição, R$ 266 milhões para o segmento de geração e R$ 4 milhões para o segmento de comercialização.

Entre os principais investimentos da CPFL Energia destacam-se:

- Segmento de Distribuição: foram feitos investimentos na expansão do sistema elétrico para atender o crescimento do mercado consumidor. Em 2006 foram realizadas 141 mil novas ligações. Também foram destinados investimentos para manutenção e melhorias do sistema elétrico, para infra-estrutura operacional, sistemas de suporte operacional e para o programa de pesquisa e desenvolvimento;
- Segmento de Geração: foram destinados principalmente para a conclusão da UHE Barra Grande e para os empreendimentos em construção – Complexo Ceran, UHE Campos Novos e para outros investimentos, como as repotenciações das PCHs Gavião Peixoto, Capão Preto e Chibarro; e
- Segmento de Comercialização: aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aquisições e Alienações

Em 2006, a CPFL Energia também realizou investimentos em aquisições, que permitiram a ampliação de sua participação no mercado brasileiro de energia elétrica, bem como realizou a venda da participação detida na Companhia de Gás de São Paulo - Comgas.

Aumento de participação na RGE

Em 16 de maio de 2006, a CPFL Energia assinou com a PSEG contrato de compra, por meio do qual adquiriu o referente 100% da Ibé Energia Ltda., da PSEG Ibé Ltda. e da PSEG Trade S.A., pelo valor de R$ 185 milhões.
Com a aquisição, o Grupo CPFL passou a deter participação de 99,[illegible]% da RGE e 99,[illegible]% da Sul Geradora. Por meio da CPFL Paulista e da CPFL Brasil, o Grupo já detinha participação de 67,[illegible]% e 67,[illegible]% na RGE e na Sul Geradora, respectivamente.

Aumento de participação na UHE Foz do Chapecó

Em agosto de 2006, a CPFL Energia através da controlada CPFL Geração adquiriu participação adicional de 11% no Consórcio Energético Foz do Chapecó – CEFC (Foz do Chapecó) pelo valor de R$ 9 milhões. Com essa aquisição, o Grupo CPFL passou a deter 51% da participação total na usina Foz do Chapecó, com investimento adicional de R$ 200 milhões, representando um acréscimo de 47,5 MWmédios na Energia Assegurada.

Aquisição da Companhia Luz e Força Santa Cruz

A CPFL Energia, em dezembro de 2006, adquiriu 99,95% do capital da Companhia Luz e Força Santa Cruz, pelo valor de R$ 203 milhões. A Santa Cruz é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que atua em 21 municípios do Estado de São Paulo e em 3 do Estado do Paraná. A área de concessão é de 11.894,5

km e o mercado compreende mais de 161 mil consumidores, que correspondem a 0,3% do *market share* nacional.

Venda de Participação na Companhia de Gás de São Paulo

Em setembro de 2005, a CPFL Energia vendeu a totalidade de sua participação no capital da Companhia de Gás de São Paulo (Camgas). O valor líquido da venda foi de R$ 83,9 milhões.

6. Governança Corporativa

Em 2006, a composição da Conselho de Administração da CPFL Energia foi alterada, passando de doze para sete membros, dentre os quais, eleito um conselheiro independente. Um nova modelo de Governança Corporativa também foi implantado, com foco no aprimoramento do processo decisório, e as atribuições delegadas pelo Conselho de Administração aos sete Comitês de Assessoramento anteriormente existentes, foram redistribuídas em três novos Comitês: Comitê de Processos de Gestão, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Gestão de Pessoas.

Deve ser ressaltado que, desde o ano de 2005, o Conselho Fiscal da Companhia também exerce as atribuições de Comitê de Auditoria, de acordo com a exceção aplicável a as companhias estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos, pela Securities and Exchange Commission (SEC).

Em 2006, foram intensificados os esforços de adequação dos controles e procedimentos internos (*compliance*), às exigências da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley. Nesse sentido, foram documentados 120 processos de negócio, e realizados o mapeamento e avaliação da eficácia de 895 controles relacionados. Também foi implantado um sistema de gerenciamento de controles internos, para permitir a avaliação dos controles e processos, pelos gestores, bem como, uma certificação ascendente dos processos de negócio.

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Energia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado do Novo Mercado da Bovespa, conforme Cláusula Compromissória constante de seu Estatuto Social.

A Companhia integra a lista de importantes indicadores que reúnem empresas com práticas diferenciadas de Governança, Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa, tais como o Índice de Governança Corporativa – IGC, o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado – ITAG e o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bovespa. Adicionalmente, como resultado do aumento volume diário de negociação de suas ações, durante o exercício de 2006, na Bovespa, a CPFL Energia, a partir de janeiro de 2007, passa a fazer parte do Índice Brasil 50 – IBX50.

A CPFL Energia foi inserida, pela segunda vez consecutiva, na publicação "Estudos de Caso de Boa Governança Corporativa", organizada pela *Organization for Economic Cooperation and Development* – OECD e pela *International Finance Corporation* – IFC, como uma das oito empresas de destaque na América Latina, em práticas diferenciadas de Governança Corporativa.

7. Mercado de Capitais

A CPFL Energia, atualmente com 27,08% de ações em circulação no mercado, tem suas ações negociadas no Brasil (Bovespa) e na bolsa de Nova York (NYSE).
As ações da CPFL apresentaram variação de 16,0% na Bovespa e 28,6% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R$ 30,00 por ação e US$ 41,38 por ADR, respectivamente. Desde o IPO a valorização foi de 99,3% na Bovespa e de 127,7% na NYSE.

O volume médio diário de negociação foi de R$ 17,3 milhões, sendo R$ 9,1 milhões na Bovespa e R$ 8,1 milhões na NYSE – aumento de 145,8%. O desempenho das ações da CPFL Energia na Bovespa, em 2006, possibilitou a sua inclusão, a partir de janeiro de 2007, no IBX-50, índice que reúne as cinquenta ações mais negociadas naquela Bolsa.

8. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

As melhores práticas da CPFL Energia e de suas subsidiárias em Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa foram reconhecidas por importantes instituições. As ações realizaram-se nos seguintes campos:

Ética, Transparência e Excelência: Cumprimento dos Valores CPFL

Foi lançada a nova edição do Código de Ética e Conduta Empresarial, depois de amplo processo de reflexão interna e do alinhamento dos preceitos do Código à Lei *Sarbanes-Oxley*.

A CPFL Energia publicou, pelo quarto ano consecutivo, o Relatório Anual de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Para atender a busca permanente pela excelência e crescimento, o Sistema de Gestão Integrado – SGI é formado por processos estratégicos de trabalho nas empresas, certificados conforme as seguintes normas internacionais: ISO 9001:08, de Qualidade; ISO 14001:04, de Gestão Ambiental; OHSAS 18001:99, de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, e SA 8000:01, de Responsabilidade Social.

Destacou-se, ainda, a introdução da Estratégia Seis Sigma, na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, metodologia que permite identificar oportunidades de melhorias nos processos, com redução de custos. A implantação dessa iniciativa nas distribuidoras visa à eliminação de eventuais perdas em processos operacionais, tais como deslocamentos indevidos por equipes de campo, a redução de avarias em transformadores de distribuição ou, ainda, do número de rechamadas nos serviços de teleatendimento aos clientes.

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão do Relacionamento com os Consumidores

As necessidades dos consumidores são identificadas por meio de pesquisas, participação em comitês e em comissões locais, entre outras atividades. As distribuidoras da CPFL Energia mantêm Conselhos de Consumidores, para avaliar a qualidade dos serviços. Com base nessas informações, investem em melhorias no atendimento.

Como resultado dessa gestão, as distribuidoras do grupo situaram-se entre as melhores do Brasil em pesquisa junto aos consumidores. A CPFL Piratininga foi a vencedora do Prêmio IASC 2005 – Índice Anel de Satisfação dos Consumidores, apurado pela Anee – Agência Nacional de Energia Elétrica, como Melhor Distribuidora da Região Sudeste do Brasil, na categoria com mais de 400 mil clientes. O Índice de Satisfação dos Consumidores foi de 68,45% na CPFL Piratininga; 65,35% na CPFL Paulista; e de 66,75% na RGE, em todos os casos, superiores à média brasileira de 61,38%.

Relacionamento com as Comunidades

O **Espaço Cultural CPFL** desenvolve atividades na sede, em Campinas, abertas ao público externo, e apresentou uma programação sobre o tema "A Invenção do Contemporâneo: Criando Novas Formas de Vida". No total, mais de 196 mil pessoas participaram da programação desde o início das atividades, em 2002.

O **Programa CPFL de Revitalização das Santas Casas e Hospitais Beneficentes** abrange 19 hospitais das regiões de Franca e Piracicaba (SP).

No Projeto Aprender, a CPFL Energia acolhe adolescentes de famílias de baixa renda e orienta seus primeiros passos no ambiente corporativo. Foram beneficiados 119 jovens em 2006.

O **Programa de Eficiência Energética da CPFL** promove ações pelo uso racional de energia elétrica na iluminação pública, em serviços, praças e prédios públicos, além de desenvolver os seguintes programas: CPFL nas Escolas, Educativo junto a Clientes de Baixa Renda, Gestão Energética Municipal e Doação de Lâmpadas Fluorescentes.

O **Programa do Voluntariado Cidadão**, implantado na CPFL Energia no início de 2005, reúne mais de 2.000 colaboradores, que desenvolvem ações voluntárias nas comunidades da área de atuação das suas empresas.

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Energia destinou mais de R$ 2 milhões para Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente — CMDCA, beneficiando 31 cidades de sua área de atuação. Ao todo, 23 projetos foram apoiados, num total de 274 inscritos.

A **Semana do Meio Ambiente**, promovida pela CPFL Energia em Campinas, contou com diversas atividades técnicas e culturais para os públicos interno e externo.

Influência e Liderança na Cadeia de Negócios

A CPFL Energia aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e ao Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Também mantém adesão ao Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ambos estabelecidos pela ONU — Organização das Nações Unidas. A CPFL Energia criou o **Fórum pelos Objetivos do Milênio** para a disseminação dos ODMs.

No **Programa CPFL Conhecer e Crescer** — Excelência em Gestão, iniciativa da CPFL Energia para disseminar conceitos de qualidade da gestão e de responsabilidade social para empresas de micro, pequeno e médio portes, foram realizados 14 encontros, com 554 participantes.

No programa **Rede de Valor**, criado pela CPFL Energia para disseminar a gestão de responsabilidade social, foi realizado o **V Encontro de Fornecedores**, com 80 participantes.

A CPFL Energia foi convidada a participar do Programa Tear — **Tecendo Redes Sustentáveis de Responsabilidade Social nas Micros, Pequenas e Médias Empresas**, desenvolvido pelo BID, Instituto Ethos e Fundo Multilateral de Investimentos — Fumin. Assumiu, então, o compromisso de disseminar boas práticas junto a 15 micros, pequenas e médias empresas de sua cadeia de negócios.

Além dessas iniciativas, desde 2001 a CPFL Energia é associada à Fundação Abrinq.

Gestão dos Recursos Humanos

16.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Energia mantém os investimentos em programas de capacitação e desenvolvimento de seus profissionais que produziram a média de 111,25 horas de treinamento por colaborador.

Entre outras realizações, destacaram-se o Programa de Valorização da Diversidade implementado em todas as empresas do grupo, para aumentar a representatividade de negros, mulheres e de pessoas portadoras de deficiência no quadro de profissionais; e o Programa Novo Tempo, que prepara os colaboradores para a aposentadoria.

No consolidado, o grupo encerrou o exercício com 5.836 colaboradores (5.838 em 2005). O índice de rotatividade foi de 7,11%. O Quadro de Colaboradores possui o seguinte perfil: 11 anos de tempo médio de atividade na empresa; idade média de 37,5 anos.

Como resultado das políticas de valorização e de desenvolvimento profissional adotadas pelas empresas do grupo, os colaboradores posicionaram a CPFL Energia, pelo 5º ano consecutivo, entre as Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, em avaliação organizada pelas revistas Exame e Você S.A.

Em 2006 foi realizada a Pesquisa de Clima Organizacional nas empresas do grupo CPFL Energia, que apresentou índice de favorabilidade de 74%, resultado que mantém a CPFL no grupo de empresas com as melhores práticas de gestão de pessoas, segundo a Hay do Brasil.

Também foi implantado um Plano de Sucessão, abrangendo os principais cargos executivos do grupo. Esse trabalho delineou as novas competências requeridas norteando um amplo processo de assessment de corpo gerencial. Os resultados dessas ações serão referência para as ações relacionadas à gestão de carreiras, entre 2007/2009.

Gestão dos Impactos Ambientais

Desenvolvimento Limpo:

As empresas do grupo CPFL Energia desenvolvem projetos que usam tecnologias limpas, que, contribuem para a redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa; previnem, evitam e minimizam impactos ambientais. Destacam-se:

- Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL: o Programa de Repotenciação das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs habilitou a Companhia a receber créditos de carbono. Já foi assinado contrato de comercialização de 120 mil toneladas de

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CO ano de 2012. O Projeto de MDL UHE Monte Claro, do Complexo Cesan, aprovado pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, contribuirá para a redução da emissão de 900 mil toneladas de CO2 e de GEE — Gases de Efeito Estufa.

- Projetos de P&D que gerem benefícios ambientais, por exemplo, reduzir ou tratar resíduos, economizar energia e aumentar a eficiência energética.

  A CPFL Paulista desenvolveu projetos relacionados às Novas Tecnologias em Redelmas aplicadas à fabricação de dormentes, Gaseificador para geração de energia elétrica a partir de resíduos de vários tipos de biomassa, Redes de Energia e Vegetação (em parceria com a CPFL Piratininga), e Implantação de Sistemas de Geração Distribuída.

  Na CPFL Piratininga, o 'Transformador Verde' utiliza óleo isolante vegetal 100% biodegradável em vez de óleo mineral. A empresa também desenvolve o projeto 'Sistema de Geração Distribuída Residencial', a partir de um reformador de gás natural e uma célula a combustível de 2 kW.

  Tal desenvolvimento projeto-piloto para aquisição de veículos elétricos e híbridos, além de veículos híbridos para testes na frota.

— Programas Ambientais na Distribuição e Transmissão de Energia:

A CPFL Paulista e a CPFL Piratininga deram continuidade aos seguintes programas ambientais:

- Programa de Arborização Urbana, com doação aos municípios de mais de 61 mil mudas.
- Programa de Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos, com nova depósito em Campinas.
- Programa de Coleta Seletiva (reciclagem de papel branco, papelão e plástico).
- Manutenção da Certificação Ambiental ISO 14.001:04 para o escopo 'Convivência da Rede de Distribuição Aérea de Energia Elétrica com o Meio Ambiente'.
- Cadeia Reversa: processo que permite reaproveitamento de materiais e equipamentos obsoletos retirados das redes de distribuição e de transmissão de energia.

Na RGE — Rio Grande Energia destacaram-se as seguintes ações:

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Projeto Logística Reversa**, que trabalha a reciclagem e a recuperação de cerca de 120 toneladas/mês de equipamentos e materiais avariados, retirados do sistema elétrico.
- **4ª Etapa da Campanha Árvores Nobres**, com distribuição de 40 mil mudas.
- **5ª Etapa da Campanha de Repovoamento da *Araucária angustifolia***: foram distribuídas 5.000 mudas e 1.500 kg de sementes da árvore.
- **Projeto Matas Ciliares**: coleta de materiais para a construção de cercas de isolamento para recuperação de 1.200.000 m² de áreas situadas em margens de rios.

— **Projetos Ambientais nos Empreendimentos de Geração de Energia:**

- A CPFL Centrais Elétricas dá continuidade aos seguintes programas ambientais:

  Programa de Controle de Plantas Aquáticas, com ênfase na retirada das plantas e sua utilização. Foram removidas 34.017 m³, equivalentes a uma superfície de 60,20 ha.

  Educação Ambiental: o Projeto da Associação Barco Escola da Natureza, patrocinado pela CPFL, recebeu 18 mil visitantes no ano. As usinas da CPFL Centrais Elétricas receberam a visita de 2.259 alunos, interessados em informações sobre preservação ambiental.

  Programa de Conservação da Ictiofauna: soltura de 390 mil alevinos de Curimbatá nos rios e reservatórios das bacias hidrográficas das áreas de atuação da Companhia.

- Nos empreendimentos de geração de energia nos quais a CPFL tem participação acionária, foi dada continuidade aos programas ambientais previstos no Projeto Básico Ambiental e no processo de licenciamento das mesmas, com destaque para:

  A Baesa efetuou o **plantio** de 195.130 mudas de espécies florestais nativas na área de influência da UHE Barra Grande, totalizando 253.589 **mudas plantadas** de 2005 a 2009; e o sucesso do projeto local de resgate e realocação de espécie ameaçada de extinção.

  Foram tomadas todas as medidas e precauções necessárias para evitar impactos ambientais adicionais decorrentes de problemas ocorridos nas obras das linhas de

13.01 - RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

cessão da UHE Campos Novos, que causaram o represamento total do reservatório. Essas providências mostraram-se eficientes e a FATMA — Fundação do Meio Ambiente autorizou, em novembro de 2005, o enchimento do reservatório.

Em 05 de dezembro, a UHE Foz do Chapecó teve sua licença de instalação prorrogada por 1 anos, após ter demonstrado ao IBAMA o cumprimento das ações socioambientais constantes do Projeto Básico Ambiental.

— Programas Sociais nos Empreendimentos de Geração de Energia

- Assistido através para indenizar famílias indiretamente atingidas pela implantação da UHE Campos Novos. Os pagamentos individualizados às famílias totalizaram R$ 6 milhões.
- A Empresa foi contribuidora ao **Fundo de Desenvolvimento Rural**, para financiar agroorganicos coletivos de quatro municípios situados na região de influência da UHE Campos Novos. No final do exercício estavam em andamento 23 projetos, beneficiando cerca de 450 famílias.
- A Empresa concluiu, ainda, a **restauração e ampliação do Museu Municipal de Campos Novos**, realizou **pavimentação da rodovia SC 455**, entre a Comunidade de Santa Catarina e a cidade de Abdon Batista, com extensão de 13,7 km; além de melhorias e **construção de edificações comunitárias** e de infra-estrutura para comunidades lindeiras não atingidas pela UHE Campos Novos.
- A Baesa promoveu a **adequação de infra-estrutura dos municípios da área de influência da UHE Barra Grande**, com reforma e construção de escolas, postos de saúde, estradas e instalações diversas, entre outras atividades. As ações das Assistências Técnica e Social atenderam 100% das 430 famílias beneficiárias do Programa de Remanejamento da População Rural. Entre os resultados, 100% das crianças em idade escolar foram matriculadas e frequentam a escola, e houve acompanhamento dessas mesmas crianças pelo Programa de Saúde da Família - PSF.
- A Centrais aderiu ao **Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste de Goiás**, que tem o objetivo de implantar projetos de geração de renda para famílias locais. O Fundo é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e tem a

participação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás — Sebrae-GO e do MAB — Movimento dos Atingidos por Barragens.

Reconhecimentos

As empresas do grupo CPFL Energia receberam diversos prêmios em reconhecimento ao seu desempenho nas áreas de gestão, operação e qualidade dos serviços. Alguns destaques são:

- Empresa modelo em Responsabilidade Social (CPFL Energia — Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa).
- Prêmio "Empresa do ano em Comunicação Empresarial" e "Prêmio de Relacionamento com Investidores" (CPFL Energia — Prêmio Aberje Brasil).
- Melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil (CPFL Paulista — Abradee).
- Melhor distribuidora da região sudeste na avaliação do consumidor (CPFL Piratininga — IASC/Aneel).

9. Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2006, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

10. Encerramento e Agradecimentos

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes e fornecedores pela confiança que depositaram na Companhia durante o ano de 2005, aos gestores, pela motivação e envolvimento que transmitiram às suas equipes; e, especialmente, aos colaboradores, pelo empenho, dedicação e esforços para cumprir as metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e outras empresas do grupo CPFL, por favor acesse o endereço www.cpfl.com.br – Relações com Investidores

18.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social Anual / 2005

[illegible]

[illegible]

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (CPFL Energia ou Sociedade) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *colding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Sociedade possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes).

1.1 – Atividades de distribuição

Participações diretas:

Companhia Paulista de Força e Luz

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 234 municípios do interior do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 3,3 milhões de consumidores. Entre os principais municípios estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

Companhia Piratininga de Força e Luz

A Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 1,3 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí. Possui prazo de concessão que se encerra em 2028, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos.

Em atendimento à Lei nº 13.848/2004, a qual proíbe uma concessionária de distribuição de energia elétrica deter participação patrimonial em outra sociedade, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2006, a segregação da participação patrimonial detida pela controlada CPFL Paulista na controlada CPFL Piratininga mediante transferência deste investimento à Sociedade. Após esta reorganização societária a Sociedade passou a deter 100% do capital social da CPFL Piratininga.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Participações indiretas:

Rio Grande Energia S.A.

A Rio Grande Energia S.A. ("RGE") é uma sociedade por ações de capital aberto concessionária do serviço público de energia elétrica atuando principalmente na distribuição de energia elétrica nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 1,1 milhão de consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos.

Em 23 de junho de 2006, a Sociedade adquiriu da Rubi Serviços Energéticos Ltda. ("RSEC"), 100% das quotas do capital da CPFL Serra Ltda. ("CPFL Serra"), anteriormente denominada Ipê Energia Ltda. ("Ipê"), cuja carteira é composta pela RGE. Com a aquisição, a Sociedade passou a deter, indiretamente, 99,76% do capital social da RGE, por meio de suas controladas CPFL Paulista (37,67%) e CPFL Serra Ltda. (32,09%).

Companhia Luz e Força Santa Cruz

Em 28 de dezembro de 2005, a Sociedade através da controlada Nova 4 Participações Ltda. ("Nova 4") adquiriu 99,99% do capital social da Companhia Luz e Força Santa Cruz ("Santa Cruz"). A Santa Cruz é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Mogiana/Sorocabana, e em 3 municípios ao norte do Estado do Paraná. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos.

1.2 – Atividades de geração

Participações diretas:

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") é uma sociedade por ações de capital aberto que atua principalmente como holding de negócios de geração de energia. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Geração.

Participações indiretas:

CPFL Centrais Elétricas S.A.

A CPFL Centrais Elétricas S.A. ("CPFL Centrais Elétricas") é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária de serviços públicos de geração de energia elétrica, com prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo ser prorrogada por período adicional de 20 anos. Possui 18 pequenas centrais hidrelétricas e 1 usina termelétrica, com potência total instalada de 115,85 MW e 36 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Centrais Elétricas.

SEMESA S.A.

A SEMESA S.A. ("SEMESA") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo participar no Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa pertence a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"). A SEMESA possui parte dos ativos, os quais foram arrendados a FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos, iniciado em 1998, que assegurou à SEMESA as participações de 51,94% da potência instalada de 1.275 MW

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(857 MW) e da energia assegurada de 577 MW médios (345,9 MW médios). A ELMSA firmou a única contratação ao ambiente livre a vender essa energia para FURNAS até 2014, com cláusula de reajuste de preço atrelado à variação do IGP-M. Adicionalmente, a ELMSA detém a concessão, bem como as respectivas penhoras sobre a Usina Hidrelétrica de Porto Colômbia, localizada no Rio Grande, no Estado de Minas Gerais, arrendada em 1998, pelo prazo de 30 anos. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da ELMSA.

CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda

A CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais Elétricas") é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, detentora das usinas Guapore, Andorinhas, Prata e Sabonete, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. A potência total das quatro PCH's é de 218 MW e a energia assegurada é de 111 MW médios. Em 22 de março de 2006, através das Portarias nºs 30 e 31, o Ministério das Minas e Energia ("MME") revisou um reforço na energia assegurada das PCH's para 145 MW médios. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Sul Centrais Elétricas.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.

A BAESA – Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") é uma sociedade por ações de capital aberto que tem como objeto construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme o critério de operação, é de 690 MW. As duas unidades geradoras com capacidade de 230 MW cada entraram em operação comercial em novembro de 2005 (janeiro e abril de 2006). A controlada CPFL Geração detém 25,01% do capital social da BAESA.

Controladas em desenvolvimento:

A controlada CPFL Geração detém a participação em novos empreendimentos de geração cuja totalidade da energia assegurada estará disponível até 2010. A mencionada é a sua capacidade instalada proporcionalmente à sua participação, para 2.057 MW. Estes empreendimentos com somente um conjunto são:

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas S.A.

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN") é uma sociedade por ações de capital fechado, cujo tem por objetivo a implantação e exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos - Ita, Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista é de 360MW. A UHE de Monte Claro iniciou suas operações em dezembro de 2004, sendo que para as demais usinas temos as seguintes operações previstas para 2007 na UHE de Castro Alves e 2009 na UHE 14 de Julho. A controlada CPFL Geração detém 65,00% do capital social da CERAN.

Campos Novos Energia S.A.

A Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN") é uma sociedade por ações de capital fechado, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início das operações comerciais ocorreu em 3 de fevereiro de 2007. A controlada CPFL Geração detém 48,72% do capital total da ENERCAN.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Foz do Chapecó Energia S.A.

A Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó") é uma sociedade por ações de capital fechado, com participação de 50% no Consórcio Energética Foz do Chapecó, que tem como objetivo constituir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó (localizado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cuja potência instalada, prevista no contrato de concessão, será de 855 MW. As obras foram iniciadas no quarto trimestre de 2006 e a entrada em operação comercial, é prevista para 2010. A controlada CPFL Geração adquiriu em 2006 18,33% da Foz do Chapecó junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), passando a deter 85% do capital social da Foz do Chapecó ou indiretamente 51% no Consórcio.

1.3 – Atividades de comercialização

Participação direta:

CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil") é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização da energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Brasil.

Participações indiretas:

Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.

A Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("Clion") é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, constituída em 2001, com o propósito de comercializar energia elétrica e de prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil detém 100% do capital social da Clion.

Sul Geradora Participações S.A.

A Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora") é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades. A controlada CPFL Brasil durante 2006, adquiriu da coligada CEEE. Seria a participação de 32,75% do capital social da Sul Geradora, passando a deter 99,95% do capital social da Sul Geradora.

CPFL Comercialização Cone Sul S.A.

Em 23 de junho de 2006, a Sociedade adquiriu da PSEG 100% das ações da CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("Cone Sul"). A Cone Sul (anteriormente denominada PSEG Trader S.A.) é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador da energia elétrica no âmbito da CCEE.

1.4 – Outras Empresas de Participação

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPFL Serra Ltda

A CPFL Serra é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem como objeto participar como acionista ou sócia em empresas do setor de energia elétrica, prestar serviços de consultoria, gestão, logística, administrativa técnica e operacional. A geração, distribuição e transmissão de energia, e outras atividades relacionadas. Atualmente participa em 32,59% no capital social da RGE. A Sociedade detém 100% de participação na CPFL Serra.

Nova 4 Participações Ltda

A Nova 4 é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada com propósito de participar no capital de outras sociedades. A partir de 28 de dezembro de 2005 participa em 99,99% na capacidade de Santa Cruz. A Sociedade detém 100% do capital social da Nova 4.

Makalaia Participações S.A.

A Makalaia Participações S.A. ("Makalaia") é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto a participação em outras sociedades, seja diretamente ou participando em consórcio, permanente com investimento relevante em seu capital. A controlada indireta SEMESA detém 100% do capital social da Makalaia. Atualmente a Makalaia não possui participação em outras sociedades.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras ora comentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e normas complementares adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, para melhor análise, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e da Visão Abrangente da consolidada e consolidadas para os exercícios de 2004 e de 2005, respectivamente nos ANEXOS I e I

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela FAS 95 - Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao conteúdo do registro das demonstrações financeiras da Sociedade na Securities and Exchange Commission ("SEC").

Conforme comentado nas notas 1.1 e 12.1, ativos detidos diretamente pela controlada CPFL Piratininga em 31 de dezembro de 2005 foram transferidos para a controladora direta da Sociedade. Estes ativos foram avaliados e valores contábeis conforme Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada na data base de 31 de dezembro de 2005. Portanto as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2005 deverão ser analisadas considerando-se a alienação desses investimentos a partir de 1º de janeiro de 2006.

2.1 Sumário das Principais Práticas Contábeis

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) **Disponibilidades** - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo, que estão registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços.

b) **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** - O faturamento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, a outras concessionárias e no suprimento de energia elétrica contempla montantes disponibilizados e valores relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.

c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.

d) **Investimentos** - Incluem as participações em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. As demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável. Inclui também os ágios registrados na aquisições de subsidiárias, decorrentes da diferença entre o preço de aquisições pagos e o valor do patrimônio contábil das empresas adquiridas, amortizados pelo critério de cotas de forma líquida projetada para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida, conforme determinações da ANEEL.

   Incluem ainda os bens relacionados ao empreendimento UHE Serra da Mesa, os quais por estarem arrendados à FURNAS são apresentados na rubrica "Investimentos - Bens de Renda", e reduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

e) **Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo quando aplicável, juros, demais encargos financeiros e gastos administrativos. Corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação calculada pelo método linear a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

f) **Atualizações de Direitos e Obrigações** - Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos índices de inflação ou variação cambial por força contratual ou dispositivos legais estão atualizados até as datas dos balanços.

g) **Imposto de Renda e Contribuição Social** - Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade e determinadas de suas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente dedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social em período não superior a 10 anos. As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Santa Cruz registraram também prejuízos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados pelas controladas, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida. Para o exercício de 2006, foram utilizadas as taxas anuais de 5,15%, 5,45% e 2,38% para realização de tais créditos fiscais para a controlada CPFL Paulista, CPFL Piratininga e para CPFL Santa Cruz, respectivamente, sendo essas taxas determinadas em projeções aprovadas pela ANEEL e sujeitas a revisão periódica.

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

h) **Planos de Aposentadoria e Pensão** - As controladas incluem os benefícios pós-emprego e os planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00.

i) **Provisão para Contingências** - As provisões para contingências, conhecidas nas datas dos balanços, são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável na opinião da administração e de seus assessores jurídicos. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências líquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionados.

j) **Derivativos** - Refere-se a contrato de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais e de juros de determinados passivos. Referidos contratos são contabilizados pelo regime de competência e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos em receitas ou despesas financeiras.

k) **Resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, o qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor. Não existe consumidor que represente 10% ou mais da rota de faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS são apresentados líquidos nas respectivas contas de custos e despesas.

l) **Estimativas** - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais das suas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

m) **Lucro Líquido por Ação** - É determinado considerando-se a quantidade total de ações nas datas dos balanços.

As controladas efetuaram certas reclassificações nas demonstrações financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2005, para deixá-las em base comparativa, basicamente em função de novas classificações requeridas pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 473/2006 que promoveu alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Data	Da	Para
[illegible]	[illegible]	[illegible]

Além das alterações acima, houve reclassificações em atendimento das Deliberações CVM nº 488 (apresentação e divulgação das demonstrações contábeis) e nº 489 (contingências ativas e passivas).

2.2 Critérios de consolidação

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Brasil, Cona Sul, CPFL Serra, e Nova 4. Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Paulista, CPFL Geração, CPFL Brasil e da Nova 4 são consolidadas com as de suas controladas, integral ou proporcionalmente, para as controladas em conjunto, de acordo com as regras definidas pela Instrução CVM nº 247/96.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no passivo e no resultado do exercício em cada ano apresentado.

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade. A principal diferença entre as práticas de contabilização relaciona-se à reavaliação do imobilizado registrada pela controlada indireta RGE que é eliminada do patrimônio líquido base para cálculo da equivalência patrimonial e, consequentemente, na consolidação.

Em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade apresentou a reconciliação entre o resultado da controladora e o resultado consolidado, como segue:

	2005
Resultado da Controladora	948.407
Provisão para obrigações com os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética referente a exercícios anteriores atacados do resultado da equivalência patrimonial na controladora e ao patrimônio líquido no consolidado, líquido do efeito do imposto de renda e contribuição social	74.871
Resultado Consolidado	1.021.278

Não há diferença de saldos de patrimônio líquido entre a controladora e o consolidado em 31 de dezembro de 2005, visto que o item de reconciliação indicado acima se anula no patrimônio líquido.

Com a aquisição da CPFL Serra em junho de 2006, as controladas indiretas RGE e Sul Geradora deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e passaram a ser consolidadas integralmente, tendo seus impactos nos saldos de ativos e passivos e no resultado a partir do mês de junho de 2006.

Para melhor análise das aquisições efetuadas no exercício de 2006 (nota 12.1 d), a nota 33 apresenta os principais grupos do balanço patrimonial e a demonstração do resultado consolidado (pro-forma) e sintético, apresentando a aquisição como se a mesma tivesse ocorrido no exercício de 2005.

Para a controlada indireta em conjunto DAESA, no exercício de 2006, foi reconhecido o direito da controlada CPFL Geração de aplicar um percentual de participação sobre os resultados diferentes (maior) que a participação que a CPFL Geração detém do capital social (Direito Diferenciado) em função de acordo firmado entre os acionistas da DAESA. O reconhecimento deste Direito Diferenciado está previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2006.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras da CPFL Energia de 31 de dezembro de 2006, foram utilizadas as demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2006

16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

da controlada indireta Santa Cruz (nota 12.1 e), pelo fato de as informações de 31 de dezembro de 2005 não estarem disponíveis.

As controladas da Sociedade, por atividade, são como segue:

Empresas	Forma de Consolidação	2005 Participação % Direta	2005 Participação % Indireta	2004 Participação % Direta	2004 Participação % Indireta
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	

[illegible]

(13) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	30/09	31/12	30/09	31/12
Ativo				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 5)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	334.383	486.394	512.679	510.277
Compensação Anual entre Subsistemas (nota 6)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	178.082	142.724	15.590	34.304
Passivo				
Fornecedores (nota 16)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Obrigações em Moeda Estrangeira				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outras Contas a Pagar (nota 20)				
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Total	**372.838**	**532.072**	**48.630**	**703.594**

a) Reajustamento

No final de 2001 e em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre os geradores e distribuidores de energia elétrica e o Governo Federal denominado Acordo Geral do Setor Elétrico, que estabeleceu [illegible] de parcela não paga pelas empresas do setor elétrico, um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aqueles considerados como de baixa renda), rurais e iluminação pública e de 7,9% para todos os demais consumidores.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos seguintes ativos regulatórios registrados pelas controladas:

- Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE") - Corresponde à perda de receita incorrida

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

durante o período de racionamento. Este ativo foi determinado a partir da comparação da receita de venda de energia efetivamente verificada no período do racionamento e a receita projetada para esse período, desconsiderando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia. Este ativo está sendo realizado através da receita oriunda do reajuste tarifário extraordinário desde janeiro de 2002 até janeiro de 2007 para a controlada CPFL Piratininga e até dezembro de 2007 para a controlada CPFL Paulista, deduzido da parcela de Energia Livre repassada aos geradores. As controladas também reconhecem contabilmente a atualização monetária da RTE conforme orientações da ANEEL, as quais definiram que sobre o montante financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), que corresponde a 90% dos valores homologados, deve incidir a SELIC pela taxa simples capitalizada mensalmente acrescida de 1% a.a. e, sobre os 10% não financiados, incide apenas a remuneração pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 31 de dezembro de 2006 as controladas possuem provisão para perdas na realização da RTE no montante de R$ 142.018, registrada como redutora dos saldos a recaber, calculada com base nas projeções de receitas esperadas pelas controladas, considerando o crescimento de seu mercado, as expectativas de inflação, juros e aspectos regulatórios.

- **Energia Livre** – Corresponde à energia produzida e disponibilizada acima dado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia, durante o período de racionamento. As concessionárias de distribuição arrecadam os recursos aplicados do consumidor através do reajuste tarifário extraordinário e os repassam aos geradores, resultando na constituição de um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL, sendo o montante com financiamento junto ao BNDES atualizado conforme a SELIC, pela taxa simples capitalizada mensalmente e acrescida de 1% a.a. e para o montante sem esse financiamento, atualizado somente a taxa SELIC divulgada pelo BACEN.

  A ANEEL fixou para as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga os percentuais de 24,9757% e 33,8332%, respectivamente, a serem aplicados sobre o montante arrecadado mensalmente a título de Recomposição Tarifária Extraordinária, para repasse as empresas geradoras.

  Em função da previsão legal do término da cobrança da RTE, janeiro de 2007 para a controlada CPFL Piratininga e dezembro de 2007 para a controlada CPFL Paulista, foi constituída provisão para perdas de Energia Livre no montante de R$ 145.569, efetuando o registro a crédito da conta "Consumidores" em contrapartida a conta "Fornecedores".

  No caso da controlada indireta RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessão pela distribuidora de sua quota parte de Itaipu para o programa de racionamento. Assim como na RTE, a controlada indireta RGE e a controlada CPFL Geração possuem em 31 de dezembro de 2006 provisão para perda na realização de Energia Livre no montante de R$ 13.900 registrado na conta "Outras Despesas Operacionais" (nota 25).

- **Parcela "A"** – Corresponde à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" dos contratos de concessão ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

34.11 - OUTRAS EXPLICACOES

A parcela "A" começará a ser amortizada a partir de fevereiro de 2007 e janeiro de 2009 para as concessionárias CPFL Piratininga e CPFL Paulista respectivamente, mediante a utilização do mecanismo análogo ao da Recomposição Tarifária Extraordinária, se o prazo necessário para alinhar o montante registrado

O CMSE manifestou sobre o mecanismo de Recomposição Tarifária, correspondente às receitas a serem faturadas somente será devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia e não das concessionárias. As controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga nesse sentido atuam como meras repassadoras do referido tributo entre os consumidores e a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e portanto não efetuaram o registro antecipado da referida obrigação

A movimentação dos saldos relacionados a CVA, Energia Livre e Parcela "A" desde suas respectivas homologações em 31 de dezembro de 2005 e a contabilização para os exercícios de 2006 e 2008 é como segue

	Consolidado			
	RTE	Energia Livre		Parcela "A"
Descrição		Ativo	Passivo	Líquido
Saldos em 31/12/2007	684.531	255.203	339.930	362.314
[illegible]				
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldos a serem ou recebidos em exercícios futuros	343.871	15.560	163.831	520.844

[illegible]
[illegible]
[illegible]

	Consolidado			
	RTE	Energia Livre		Parcela "A"
Descrição		Ativo	Passivo	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2006	599.711	291.139	321.112	399.168
Remuneração	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Perdas	[illegible]	[illegible]		
Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	417.012	284.601	292.200	413.906
Ativo incorporado da Consolidação da Parcela de Aquisição de Participação Societária [illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Remuneração	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Perdas		[illegible]	[illegible]	
Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	343.871	15.560	163.831	520.844

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) Revisão Tarifária de 2003

- CPFL Paulista

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em abril de 2005 a ANEEL homologou em caráter definitivo o resultado da primeira revisão tarifária periódica de abril de 2003 para a controlada CPFL Paulista a determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reposicionadas em 20,29%, percentual este em caráter provisório e percentual de 21,10% ao consumidor, consumindo a letra "Xe" que reflete os ganhos de produtividade em 1,362% a ser aplicado como redutor nas tarifas gerenciáveis "Parcela B" para os reajustes tarifários anuais subseqüentes até a próxima revisão tarifária em abril de 2008.

Dessa forma, para refletir o percentual definitivo a controlada CPFL Paulista reconheceu no primeiro trimestre de 2005 um passivo regulatório de R$ 43.888 em contrapartida à "Receita de Fornecimento de Energia Elétrica" (nota 23) e amortizou a totalidade deste passivo nas mesmas datas tarifárias até abril de 2006.

Adicionalmente a controlada CPFL Paulista também reconheceu desde o primeiro trimestre de 2005 um ativo regulatório em contrapartida à Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 23), decorrente da diferença verificada na homologação da tarifa relativa a revisão da taxa de depreciação regulatória de 4,04% ao ano, utilizada pela ANEEL para cálculo da quota de reintegração e o percentual de 4,88% ao ano, apurado pela controlada CPFL Paulista com base nas informações disponibilizadas ao poder concedente. Esse ativo foi atualizado em 31 de dezembro de 2006 à taxa R$ 46.745 (R$ 33.100 em 31 de dezembro de 2005). Em 2006 a ANEEL reconheceu a existência da diferença em favor da controlada e determinou que este ativo regulatório seria considerado no próximo reajuste tarifário de 2007.

CPFL Piratininga

Em 22 de outubro de 2003 a ANEEL determinou, em caráter provisório, que a revisão tarifária periódica de outubro de 2003 para a controlada CPFL Piratininga seria de 18,08%. Para manter o princípio da modicidade tarifária e a condição de equilíbrio econômico-financeiro previsto no contrato de concessão, o aumento autorizado na tarifa foi de 14,08%.

Em 18 de outubro de 2004 a ANEEL alterou, ainda em caráter provisório, a referida revisão tarifária para um percentual de 10,51%.

Em 18 de outubro de 2005 a ANEEL homologou em caráter definitivo o resultado da primeira revisão tarifária periódica da controlada CPFL Piratininga de outubro de 2003, determinando o percentual de 9,57%. Dessa forma, para refletir o percentual homologado no exercício de 2005 a controlada CPFL Piratininga complementou o passivo regulatório no valor de R$ 31.799 em contrapartida à Receita de Fornecimento de Energia Elétrica para refletir o novo percentual de revisão tarifária de 10,51% para 9,57%.

Em 19 de outubro de 2006 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 385 e em atendimento ao pedido de reconsideração da Revisão Tarifária interposto pela Bandeirante Energia S.A., Santa Cruz Holding e outras, da base de remuneração da controlada CPFL Piratininga que tinha sido homologada em outubro de 2005 e conseqüentemente o resultado da primeira revisão tarifária de outubro de 2003 que era de caráter definitivo, voltou a ter caráter provisório. Com tal alteração a ANEEL determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica da controlada CPFL Piratininga fossem reposicionadas em 10,14%. Adicionalmente o referido órgão alterou o valor anteriormente do Fator "Xe" que reflete os ganhos de produtividade em 0,8277% a ser aplicado como redutor nos custos gerenciáveis "Parcela B" para os reajustes tarifários anuais subseqüentes, voltando o percentual a ser estabelecido quando da definição do percentual definitivo do próximo reajuste tarifário.

Dessa forma, para refletir o novo percentual previsto definido pela ANEEL, a controlada CPFL Piratininga constituiu uma regulatória em contrapartida da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica no montante de R$ 25.870 mil, incluídos os efeitos de PIS e COFINS.

A Resolução ANEEL nº 336, de 15 de agosto de 2001, que trata da alocação de perdas de cada uma das Concessionárias e a transferência para os respectivos Grupos de Concessão a controlada CPFL Piratininga estabeleceu que na primeira revisão tarifária prevalecerá o menor índice apurado entre as duas concessionárias. Como a Bandeirante obteve um índice de 10,14% e a controlada CPFL Piratininga de 11,52%, prevaleceu o índice de 10,14%.

b.2) Reajustes Tarifários de 2006

- CPFL Paulista

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 313, de 06 de abril de 2006, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual da controlada em um percentual médio de 10,63%, sendo 7,12% relativo ao reajuste tarifário anual e 3,51% relativo a componentes financeiros. Os componentes financeiros são representados basicamente pela Conta de Compensação de Valores de Parcela A (CVA), sobras e faltas de energia, correção dos custos de aquisição de energia de Itaipu e descontos aplicados na cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

Dos componentes financeiros repassados à tarifa foram constituídos, em Abril/06, ativos regulatórios referentes aos custos de aquisição de energia de Itaipu não contemplados no reajuste de 2005, no montante de R$ 15.162 (R$ 33.238 em 31 de dezembro de 2005), e os custos eletrointensivos no montante de R$ 1.853. Em relação a sobras e faltas de energia e TUSD vide item 4 e 5.

Adicionalmente, a ANEEL retificou e complementou, através do Ofício nº 332/ANEEL, de 28 de dezembro de 2006, o ano da CVA contemplado no reajuste tarifário de 2006. Desta forma a controlada CPFL Paulista reconheceu em 31 de dezembro de 2006 um ativo pró-rata-dia de R$ 19.277, registrado em "Despesas Pagas Antecipadamente", tendo como contrapartida a conta de "Receita Operacional".

A ANEEL também concedeu a antecipação do depósito do art. 108 da Lei nº 11.196/2005, que determinou a devolução por parte das geradoras do montante de R$ 37.869 recebidos em função dos efeitos da majoração da alíquota de PIS e COFINS repassados aos consumidores durante o período tarifário anterior. Essa devolução está ocorrendo em 12 parcelas mensais a partir de maio de 2006. Dessa forma a controlada CPFL Paulista registrou um ativo em contrapartida ao custo com energia elétrica (nota 24) no mesmo valor a restituir aos consumidores, registrado no passivo circulante (nota 21), que será apurado a energia comprada (nota 22). Adicionalmente em o de junho de 2006 a ANEEL retificou o valor de devolução das geradoras para R$ 15.507, mantendo-se porém o valor de R$ 37.869 a ser devolvido aos consumidores. A diferença será ressarcida pela ANEEL no próximo reajuste tarifário em 2007.

- CPFL Piratininga

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 386, de 19 de outubro de 2006, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual da controlada em um percentual médio de 15,45%, composta como segue: a 4,0% relativo ao reajuste tarifário anual e 6,38% relativo à componentes financeiros. Entre os componentes externos destacam-se a CVA, sobras e faltas de energia, majoração de PIS e COFINS, descontos aplicados na cobrança da TUSD e os efeitos da Revisão Tarifária comentados no item anterior.

34.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ANEEL também considerou a aplicação do disposto do art. 105 da Lei nº 11.196/2005 que determinou a exclusão dos valores de PIS e COFINS repassados aos consumidores durante o período tarifário anterior. Dessa forma a controlada CPFL Piratininga registrou uma adição na receita com energia elétrica (nota 21) no mesmo valor e registrou aos consumidores registrado no passivo em contrapartida à receita com energia elétrica (nota 23).

- RGF

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 320 de 18 de abril de 2006, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual de concessionárias incluindo as tarifas de energia elétrica em percentual médio de 10,19% composto por 5,04% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,15% relativo aos componentes tarifários financeiros componentes do reajuste anual. Estes componentes destacam-se a CVA e o desconto aplicado na TUSD.

Adicionalmente a ANEEL informou, através do Ofício nº 177/ANEEL de 25 de julho de 2006 que o Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2006 da controlada nominada RGE de 10,19% aprovado na revisão da data de Tabela de reajuste. A controlada nominada RGF reconheceu até 31 de dezembro de 2006 um ativo provisório de R$ 9.405 registrado em Despesas Pagas Antecipadamente tendo como contrapartida a conta de Receita Operacional.

b.3) Majoração de PIS e COFINS

Refere-se a diferença entre os custos relacionados ao PIS e a COFINS apurados através da aplicação da legislação específica e os montantes repassados à tarifa.

Embora os reajustes tarifários de 2006 já contemplam grande parte desses custos, este assunto deverá ser motivo de regulamentação definitiva após a conclusão de audiência pública realizada pela ANEEL em 20 de julho de 2005 (convocação ANEEL nº 014/2005). Tendo em vista o caráter provisório destas normas estão sujeitas à ocorrência alterações quanto do seu homologação definitiva pelo Órgão Regulador.

CPFL Piratininga

Conforme Resolução Homologatória nº 366, de 10 de outubro de 2006, a ANEEL homologou o repasse à tarifa no montante de R$ 34.282 a ser, e de reposição tarifária com os custos de PIS e COFINS, excluídos os valores já considerados na reajuste tarifário de 2005, sendo efetuado neste exercício o registro complementar de R$ 30.842 na conta de Despesas Pagas Antecipadamente.

Face ao caráter provisório destes valores e considerando as discussões que envolvem a natureza no tocante à adição à controlada CPFL Piratininga conservadoramente optou por constituir um passivo no mesmo montante (nota 21).

b.4) Sobras e Faltas de Energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL. Inclui também a garantia do repasse as tarifas dos custos de "aquisições de energia elétrica e taxa de energia elétrica". Limites em 5% da receita anual de carga.

24.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

As sobras líquidas de energia referentes ao exercício de 2009 foram colocadas a disposição da CCEE para venda de curto prazo. As duas comercializadoras foram liquidadas ao preço de mercado de curto prazo, referido ao preço médio ponderado do Índice de Preço de Curto Prazo.

As contribuições e obrigações sociais e fiscais incidentes sobre energia elétrica comercializada estão sendo contabilizadas como "Despesas Pagas Antecipadamente" tendo sua contrapartida a conta de "Custo com Energia Elétrica" (nota 24).

b.5) Descontos na TUSD e na Irrigação

As controladas vem reconhecendo ativos regulatórios referente aos descontos especiais aplicados na TUSD referente ao fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas conforme disposto na Resolução ANEEL nº 77 de 18 de agosto de 2004 e sobre atividades de irrigação e aquicultura conforme disposto na Resolução ANEEL nº 207 de 9 de janeiro de 2006. Estes ativos foram registrados em "Consumidores" em contrapartida a conta de "Receita Operacional" que será compensada mensalmente na respectiva tarifação anual.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos itens descritos anteriormente relacionados às Revisões e Reajustes Tarifários:

c) Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")

Referente ao mecanismo de compensação das variações (custos e ganhos) não gerenciáveis ocorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

Atualmente são considerados custos não gerenciáveis principalmente as seguintes despesas: (i) conta de energia elétrica comprada; (ii) tarifa de transmissão de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; (iii) Encargos de Serviço do Sistema; (iv) tarifa de uso das instalações de transmissão pertencentes à rede básica; (v) cota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; (vi) cota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; e (vii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As controladas procederam no exercício alterações nas classificações da CVA, representadas pelas transferências demonstradas no quadro abaixo, objetivando a melhoria dos controles e forma de apresentação. Tais transferências não trazem qualquer impacto no resultado, patrimônio líquido e capital circulante das controladas.

	[illegible]						
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]							
[illegible]							
[illegible]							
[illegible]							
[illegible]							
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]							
[illegible]							
[illegible]							
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

d) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh desde que atendam algumas condições específicas, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados no âmbito da própria concessionária, através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido e, com a introdução deste novo critério, impacta os níveis tarifários em vigor, além do princípio de modicidade tarifária ao restante do mercado, a ANEEL determinou uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio, que está sendo aplicada mensalmente desde maio de 2002.

Os valores apurados através desta nova metodologia, após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios para a liquidação:

- Para os meses em que forem apuradas perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através de concessão de subvenção econômica pela Eletrobrás, com recursos provenientes da CDE.

- Para os meses em que forem apurados ganhos para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos ao consumidor através da redução dos reajustes tarifários.

A movimentação dos saldos ao longo do exercício de 2005 é como segue:

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2004	43.996	(5.175)
Perda (Ganho) de Receita	20.729	(2.721)
Amortização Despesa Tarifária		3.367
Reajustes de Homologação pela ANEEL	(17.541)	-
Atualização Monetária		(329)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	47.183	(5.458)
Nova incorporação de Consolidado em Função de Aquisição de Participação Societária pela CI	1.305	(1.940)
Perda (Ganho) de Receita	21.958	(1.357)
Amortização Despesa Tarifária		4.134
Reajustes de Homologação pela ANEEL	(21.217)	
Atualização Monetária	-	(253)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	47.230	(4.874)

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Caixa e Bancos	23.007	591	259.369	215.385
Aplicações Financeiras	7.725	248.861	370.891	506.752
Total	30.393	249.452	630.260	1.029.247

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas em sua maior parte conforme variação do CDI, concluídas em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e de suas controladas.

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado o saldo é oriundo principalmente das atividades de fornecimento de energia elétrica cuja composição em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 é a seguinte:

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2005	2004
Circulante					
Consumidores	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Parcelas	577.875	379.435	155.442	1.352.752	991.359
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	1.013.804	330.183	181.581	2.124.368	1.300.539
Longo Prazo					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	
Total	155.135	-		155.135	330.425

a) **Parcelamento de Débitos de Consumidores** - Refere-se à negociação de saldos vencidos junto a consumidores principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos depende de ação de pagamento pelas cavaleiros principalmente através de cessão de arrecadação de ICMS com intervenientes bancários. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas para as mensalidades sem garantia ou sem especialidade de não-[illegible] [illegible] as provisões para créditos de liquidação duvidosa [illegible]

b) **Operações Realizadas na CCEE** - Os valores referem-se à contabilização da CCEE relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2005. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2005 decorrente da venda de energia compreende principalmente (i) R$ 857 referente a ajustes pelas liminares denominadas em função de [illegible] [illegible] por agentes do setor; (ii) R$ 3.043 referente a ações judiciais que contestam a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (iii) R$ 35.795 referente a registros contábeis provisórios determinados pela CCEE; (iv) R$ 4.266 referente a valores negociados bilateralmente pendentes de liquidação e (v) R$ 12.254 referente a [illegible] das controladas para aportes a [illegible] [illegible] da CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para esses itens.

c) **Concessionárias e Permissionárias** - Refere-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias efetuados principalmente pelas controladas Semesa e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à cisão parcial da Bandeirante pela controlada CPFL Piratininga que estão sendo compensados através de encontro de contas com valores a pagar.

(16) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Através de instrumento particular de Cessão de Direitos em abril de 2005, a Sociedade adquiriu os direitos provenientes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP (vendedora) e CPFL Brasil (compradora) correspondente ao fornecimento de energia por um período de 5 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade à CESP será ajustado com as receitas provenientes da atualização da energia produzida por cada empresa pela CPFL Brasil.

O saldo no curto prazo é de R$ 23.615 (R$ 22.920 em 2004) e no longo prazo é de R$ 103.501 (R$ 107.011 em 2004). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a. mais variação anual do IGP-M e está sendo amortizada através de parcelas mensais no valor correspondente à transação de compra de energia.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Curto Prazo				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	28.655	76.369	173.653	168.772
Longo Prazo				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	2.787	2.787	103.048	77.334

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE registraram no exercício de 2005 créditos de PIS e COFINS não cumulativos de R$ 4.567, R$ 2.708 e R$ 4.458, respectivamente, como resultado financeiro (nota 23), em decorrência do trânsito em julgado favorável das ações que questionavam a legalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS.

Nas controladas indiretas CLMLGA, CPFL Centrais Elétricas, CLRAN e RALGA, com a edição da Lei nº 11.196/2005, foram consolidados o conjunto de contratos com preços pré-determinados, que por consequência em 2005, empregando os conceitos de custos gerenciáveis da energia no regime não-cumulativo, sujeito portanto à uma tributação de 7,65% para PIS e 35% para a COFINS, com efeitos retroativos desde 1º de novembro de 2005. Em função da nova regra tributária os tributos foram recalculados e as diferenças apuradas foram tratadas como recebimentos a menor que estão sendo cobrados junto à taxa SELIC e serão compensados no primeiro trimestre de 2006.

No longo prazo o saldo de Contribuição Social a Compensar refere-se ao ganho definitivo em ação judicial movida pela controlada CPFL Paulista e reconhecido no exercício de 2004. A

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controlada CPFL Paulista está aguardando o trâmite dos procedimentos administrativos junto a Receita Federal, para realizar a compensação do crédito.

(8) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2004	(60.420)
Provisão constituída	(91.918)
Recuperação de Receita	25.025
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	50.932
Saldo em 31 de dezembro de 2005	(54.381)
Alvo Incorporado ao Consolidado em Liquidação	
Aquisição de Participação Societária Inicial	(12.767)
Provisão Constituída	(111.494)
Recuperação de Receita	28.179
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	50.843
Saldo em 31 de dezembro de 2006	(99.609)

(9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Alvo Regulatório (nota 1)	171.057	142.721	19.945	54.370
Outros	12.157	6.611	9.571	3.324
Total	191.378	149.332	28.769	58.167

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos créditos de Contribuição Social e Imposto de Renda.

10.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Créditos de Contribuição Social sobre:				
Bases Negativas	17.193	15.300	49.677	50.403
Benefício Fiscal não Apropriado			109.097	71.774
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	57	-	20.548	51.048
Subtotal	17.250	15.300	179.322	173.225
Créditos de Imposto de Renda sobre:				
Prejuízos Fiscais	51.575	50.000	721.302	705.298
Benefício Fiscal não Apropriado			149.724	81.211
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	9.017		212.990	169.354
Subtotal	60.592	50.000	784.067	729.441
Outros	-	-	2.158	-
Total	80.948	72.300	1.097.547	1.118.441
Curto Prazo	9.951	-	158.541	-
Longo Prazo	70.997	72.300	1.098.605	1.118.441
	80.948	72.300	1.097.547	1.118.441

Previsão de Recuperação

A previsão de realização dos créditos fiscais diferidos registrados no Longo Prazo, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do ágio incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros aprovadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração, como segue:

	Controladora	Consolidado
2010	9.591	104.379
2009	10.591	99.921
2010	9.591	77.954
2011	9.591	79.707
2012	9.591	95.381
2013	7.993	93.400
De 2014 a 2018	19.512	149.158
De 2017 a 2020		256.197
Total	76.997	906.805

O montante a realizar de 2017 a 2020 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos ágios incorporados registrados pelas controladas que ainda serão realizados pelo período das concessões.

10.2 – Saldos acumulados de diferenças temporariamente indedutíveis:

14.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

	Consolidado			
	2006		2005	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisão para Contingências	15.908	44.260	11.247	53.512
Provisão de Previdência Privada	7.996	20.711	6.935	29.150
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.450	21.550	5.222	15.437
Provisão Participações nos Resultados - Parte Não Dedutível	2.795	36.211	7.962	33.287
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	5.457	25.451	13.649	36.224
Provisão Receita de Encargo Publicos	7.041	17.277	990	5.137
Provisão Ações Judiciais e Previdenciais	1.556	6.521	637	3.277
Diferenças de Taxas de Depreciação Societário/Fiscal (D.A.)	10.052	31.225		
Outros	2.137	9.501	2.981	7.229
Total	58.981	212.886	51.623	186.294

10.3 - Reconciliação dos montantes do Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nas resultados dos exercícios de 2006 e de 2005

	Consolidado			
	2006		2005	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes do CSLL e IRPJ	3.171.397	3.171.397	1.336.990	1.336.990
Ajustes Para Refletir a Alíquota Fiscal:				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Base de Cálculo	3.146.649	3.256.383	1.323.660	1.311.883
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Crédito Fiscal Apurado	(107.062)	(352.883)	(65.272)	(262.987)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(87.868)	(346.445)	(53.272)	(262.987)

a) **Amortização do Ágio** - Refere-se ao ágio amortizado originado na aquisição de investidas não dedutível

b) **Realização GMC** - Refere-se a depreciação da parcela do custo incremental da correção monetária contábil realizada pela Lei 9.249/95 não dedutível para fins de Apuração da Contribuição Social

c) **Diferenças de Taxas de Depreciação** - Trata-se da diferença de taxa de depreciação aplicada pela controlada reflete em função da reavaliação dos ativos (taxa de baixa de reavaliação) e aquela Aplicada na apuração pela controlada CPFL Paulista A depreciação a menor da controlada reflete RGE gera pagamento adicional de imposto de renda e contribuição social e a partir de 2006 incidência a prática de diferenças acessos impostos na controlada

d) **Realização da Provisão para Perda de Investimento** - Em 2005 a provisão para perda com investimento tornou-se dedutível para a controlada RGE, em função de alteração de sua controladora Gtd Participações

e) **Crédito Fiscal Constituído** - Refere-se ao crédito constituído na controladora sobre o prejuízo fiscal e base negativa. Os créditos registrados estão limitados a 10 anos de projeção e o complemento de 2006 refere-se ao ano de conclusão e sua respectiva reversão

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Créditos a Receber - CESP (a)	22.151	24.275	94.527	81.352
Empregados (b)		15.067	-	-
Adiantamentos - Fundação CESP (c)	5.145	5.210	-	-
Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados (d)	5.305	19.884	37.715	37.858
Ordens em Curso (e)	8.105	5.741	7.258	-
Serviços Prestados a Terceiros (f)	23.122	17.347	10	1.113
Reembolso RGR	9.397	9.737	345	477
Contratos de Pré-Compra de Energia (g)	3.911	7.347	1.670	3.749
Outros	22.169	20.417	11.799	10.113
Total	99.254	134.977	143.057	137.992

a) **Créditos a Receber CESP** - Referem-se a créditos a receber da CESP pela controlada CPFL Paulista decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar vinculada àquela empresa em 1998. O saldo é atualizado anualmente pela variação do deflator mais um percentual acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral e de Spread anual de 0,40625%, com vencimento final em dezembro de 2008.

b) **Empregados** - O saldo em 2005 era relativo a financiamentos concedidos a empregados para a aquisição de ações da companhia CPFL Paulista e que foram quitados durante 2006.

c) **Adiantamentos - Fundação CESP** - Referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais a empregados e manutenção operacional da entidade.

d) **Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados** - São garantias oferecidas quando da negociação ou renegociação de empréstimos e para garantia de operações na CCEE.

e) **Ordens em Curso** - Compreendem custos e receitas relacionados à construção ou alienação em andamento de bens do imobilizado e os custos dos serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica.

f) **Serviços Prestados a Terceiros** - Compreendem basicamente contas a receber referente à serviços prestados a consumidores relacionados à distribuição de energia elétrica.

g) **Contratos de Pré-Compra de Energia** - Referem-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Diversa, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

(12) INVESTIMENTOS

DFP - 31/12/2009

12.1 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Participações Societárias Permanentes	3.156.339	2.990.758	-	-
Ágio Goodwill	467.410	1.021.911	2.345.414	2.359.548
Bens de Renda	-	-	244.220	226.442
Outros	222		2.854	24.222
Total	4.575.969	4.268.331	3.092.848	3.059.192

12.1 - Participações Societárias Permanentes

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas são como segue:

Investimentos	Quantidade de Ações/Cotas	Percentual Capital	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Valor Contábil do Investimento	Valor de Mercado	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo)
Total								

As movimentações do saldo contábil de participações societárias são como segue:

Participações Societárias Permanentes (R$)	Saldo Inicial 31/12/2008	Aquisições	Saldo Inicial Reapresentado	Dividendos pagos	Equivalência Patrimonial	Ajustes	Saldo Final	Ágio	Saldo Final
Investimentos Societários Permanentes (R$)									

a) CPFL Paulista

Reorganização Societária

Em reunião do Conselho de Administração em 31 de março de 2009, foi aprovada a implementação da primeira etapa do processo de Reorganização Societária que segregou as participações societárias mantidas pela controlada CPFL Paulista nas empresas CPFL Piratininga Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (COMGÁS) e Energias do Brasil S.A. (Energias do Brasil), em atendimento ao disposto na Lei nº 10.848/04 e Resolução Autorizativa ANEEL nº 335/08, e em conformidade com o Despacho ANEEL nº 464/09, conforme comentado na nota 1.1.

Esta etapa da Reorganização Societária aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Paulista realizada em 15 de abril de 2009, consistiu na redução do capital social sem o cancelamento de ações e mediante a restituição à CPFL Energia, detentora de 100% do capital da CPFL Paulista, dos ativos representados pelos investimentos nas empresas acima mencionadas no valor contábil total de R$ 1.360.266, como segue:

DFP - 31/12/2006 - CPFL ENERGIA S.A. - 02.429.144/0001-93

34.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Valores contábeis em 31/12/2006
Investimento CPFL Piratininga	230.504
Ágio CPFL Piratininga	154.827
Investimento Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	27.157
Investimento Energias do Brasil S.A.	772
	413.260

Adicionalmente, a controlada CPFL Paulista, em atendimento à Lei 10.848/04 e à Resolução Autorizativa ANEEL nº 305/05, deverá segregar a participação societária que detém na RGE até 14 de março de 2007.

b) CPFL Piratininga

Conforme comentado no item (a) acima, a partir de 1º de janeiro de 2006 a CPFL Piratininga passou a ser registrada como controlada direta pela Companhia. A transferência de investimento na CPFL Piratininga envolveu ainda o ágio no valor de R$ 154.827.

c) CPFL Geração

Foz do Chapecó
Em 1º de dezembro de 2006, a controlada CPFL Geração concretizou a operação de 69% de participação detida pela CLLL na Foz do Chapecó pelo montante de R$ 9.215, sendo apurado um ágio de R$ 5.945. Com esta aquisição, a controlada CPFL Geração passou a deter 85% de participação no capital social da Foz do Chapecó, que equivale a 51% de participação no resultado Consórcio Energético Foz do Chapecó.

LNLRGAN

A operação comercial desta usina, que estava prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2006, teve seu cronograma de entrada em operação comprometido em razão de problemas ocorridos nas turbinas de geração. Estes problemas foram inicialmente divulgados em junho de 2006 e culminaram na necessidade de esvaziamento do reservatório para a solução dos problemas. Assim sendo, em novembro de 2006 foi iniciado o enchimento do reservatório e a usina atingiu o Nível Mínimo Operacional no final de janeiro de 2007. A usina entrou em Operação Comercial em 5 de fevereiro de 2007 (informações não examinadas pelos auditores independentes).

Incorporação das controladas indiretas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA

Com base na aprovação da ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 365 de 19 de dezembro de 2006, a controlada CPFL Geração submeterá em Assembléia Geral de Acionistas proposta de incorporação pela controlada CPFL Geração de suas controladas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA, sucedendo-as para todos os fins de direitos e obrigações. A incorporação tem como principais objetivos a otimização de custos operacionais, administrativos e legais, através da simplificação da estrutura societária.

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Como consequência da proposta de incorporação, a controlada CPFL Geração passará a ser uma concessionária de serviço público de energia elétrica, submetendo-se às regras regulamentares estabelecidas pela ANEEL.

d) CPFL Serra, CPFL Cone Sul e CPFL Missões

Conforme comentado na nota 1, a CPFL Energia adquiriu da PSEG, em 22 de junho de 2006, 100% das quotas de capital da CPFL Serra, das ações da Cone Sul S.A. e das quotas do capital da CPFL Missões Ltda., anteriormente denominadas, pela Energia Ltda., PSEG Trader S.A. e PSEG Brasil Ltda., respectivamente.

Esta operação foi aprovada pela ANEEL em maio de 2006, sendo o valor da aquisição de R$ 415.000 e o ágio apurado de R$ 99.288.

Adicionalmente, foi consolidado o ágio no montante de R$ 8.915 referente à aquisição de parte das ações da RGE que encontrava-se registrado na CPFL Serra.

Em 20 de dezembro de 2006, visando a racionalização financeira e administrativa desses investimentos, ocorreu a seguinte reorganização societária: (i) a controlada CPFL Serra efetuou redução de capital no montante de R$ 20.629, resultando integralmente a Sociedade; (ii) a Sociedade integralizou capital na controlada CPFL Missões, mediante conferência de ativos representados pelo investimento e ágio relativos à participação que a Sociedade detém na controlada CPFL Serra, no montante de R$ 410.127; (iii) a controlada CPFL Serra realizou a incorporação da controlada CPFL Missões através de aumento de capital no montante de R$ 558.

Como resultado da reorganização, a CPFL Serra registrou ainda R$ 20.049 referente a créditos fiscais relacionados ao ágio de sua propria aquisição, conforme conceitos das instruções CVM nº 319 de 1999 e nº 349 de 2001.

Esta reorganização teve impacto no saldo do investimento da Sociedade na controlada CPFL Serra, sendo necessário a constituição de um ágio reflexo na CPFL Energia no montante de R$ 98.320.

e) Nova 4

Em 31 de maio de 2006, a Sociedade adquiriu da controlada CPFL Brasil 1.000 quotas representativas de 100% do capital social da Nova 4.

Santa Cruz

Adicionalmente, em 28 de dezembro de 2006, a controlada Nova 4, adquiriu da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA 1.344.040.211 ações ordinárias e 27.702.472 ações preferenciais, representando 99,99% do capital social da Santa Cruz. A operação foi aprovada pela ANEEL em dezembro de 2005 e o valor da aquisição foi de R$ 206.170, gerando um ágio no montante de R$ 111.794. O valor final da aquisição e respectivo ágio depende ainda de valores a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Santa Cruz de 31 de dezembro de 2005, as quais ainda não estão disponíveis. Na opinião da administração da Sociedade, os ajustes decorrentes da conclusão destas demonstrações financeiras não serão materiais.

12.2 - Ágio e Deságio.

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Investidora	Investida	Consolidado 2006 Custo Histórico	Consolidado 2006 Amortização Acumulada	Consolidado 2006 Valor Líquido	2005 Valor Líquido
CPFL Energia	CPFL Paulista	(12.920)		(12.029)	(12.029)
CPFL Energia	CPFL Paulista	1.074.026	(157.722)	922.704	944.002
CPFL Energia	CPFL Paulista	324.551	(75.354)	255.497	303.334
CPFL Energia	CPFL Piratininga (Nota 12.1.a)	151.927	5.117	145.476	
CPFL Energia	CPFL Geração	54.556	4.056	49.687	51.340
CPFL Energia	CPFL Serra (Nota 12.1.b)	58.329	153	58.176	-
CPFL Energia	CPFL Cone Sul (Nota 12.1.e)	(1.777)		(1.777)	
CPFL Energia	CPFL Mineiro (Nota 12.1.c)	(109)	-	(109)	-
CPFL Brasil	Chile	98	18	80	15
CPFL Geração	SEMESA	427.450	(157.192)	279.261	291.911
CPFL Geração	Foz do Chapecó (Nota 12.1.e)	7.319	-	7.319	775
CPFL Geração	ENERCAN	10.233	-	10.233	10.233
CPFL Geração	Barra Grande	5.771	725	5.043	5.077
CPFL Paulista	RGE	755.443	(205.91)	45.1590	510.752
CPFL Paulista	CPFL Piratininga (Nota 12.1.a)				154.827
CPFL Serra	RGE	6.315	20	6.166	
Nova A	Serra Cruz (Nota 12.1.b)	111.704	-	111.704	-
Semesa	Maxeiro	10		10	
Total		2.958.087	(610.553)	2.345.474	2.799.848

Os ágios decorrentes de aquisição da participação societária na CPFL Paulista, RGE, CPFL Serra, CPFL Piratininga e Barra Grande são amortizados proporcionalmente às curvas do lucro e/ou de projetado para o período remanescente da concessão e pelo prazo remanescente do contrato de arrendamento para a SEMESA.

Os ágios decorrentes das aquisições de participações Foz do Chapecó e ENERCAN, controladas em conjunto da CPFL Geração, estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura decorrente de seus contratos de concessão e serão amortizados no prazo destes contratos, a partir do início das operações comerciais dessas empresas.

No exercício de 2006, a amortização do ágio está sendo aplicada com base em taxa anual de 5,15% na CPFL Paulista, 6,19% na RGE, 2,08% na CPFL Serra, 5,45% na CPFL Piratininga, 6,22% na CPFL Geração, 6,70% na SEMESA e 7,06% na Barra Grande, sendo essas taxas sujeitas a revisão periódica.

- **Constituição de Provisão para Amortização do Ágio**

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do ágio advinda de incorporação de controladora pela CPFL Serra cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, a CPFL Serra aplicou os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 340/2001 sobre referido ágio. Desta forma foi constituída uma provisão na controlada, de forma que o efeito da operação refita o benefício fiscal do ágio incorporado. Este procedimento teve impacto no saldo de investimento na Sociedade na controlada CPFL Serra, sendo necessário a constituição de um ágio no montante de R$ 58.329, de modo a recompô-lo.

12.3 - Bens de Renda.

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No consolidado, os saldos referem-se, principalmente, a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa pertencentes à controlada SEMESA, arrendadas a FURNAS (vide nota 1). Estes ativos são depreciados de acordo com a vida útil estimada, conforme taxas anuais definidas pela ANEEL e conforme condições gerais do contrato de concessão detido por FURNAS.

A composição dos referidos bens é como segue:

	Consolidado				
	2006				2005
	Taxa Média Anual de Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos		[illegible]		[illegible]	[illegible]
Reservatórios, barragens e adutoras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Edificações, obras civis e benfeitorias	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Máquinas e equipamentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Veículos	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Total		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

12.4 – Juros sobre o Capital Próprio e Dividendo.

	Controladora	
	2006	2005
Dividendo a Receber		
CPFL Paulista	[illegible]	[illegible]
CPFL Piratininga	[illegible]	-
CPFL Geração	[illegible]	[illegible]
CPFL Brasil	78.264	75.574
CPFL Serra	[illegible]	
CPFL Cone Sul	[illegible]	
Subtotal	772.817	437.082
Juros sobre o Capital Próprio a Receber		
CPFL Paulista	[illegible]	78.412
CPFL Piratininga	[illegible]	-
Subtotal	51.425	78.412
Total	824.242	615.494

No exercício de 2006, a Sociedade recebeu o montante de R$ 1.122.[illegible] referente ao total do saldo de dividendos a receber de 2005 e dividendo intermediário e Juros sobre o Capital Próprio que foram declarados e provisionados em 2006.

Em 26 de dezembro de 2005, os acionistas da controlada indireta BAESA, por meio de acordo de acionistas, deliberaram de forma unânime que cada acionista tem direito diferenciado no resultado da BAESA, independentemente das participações diretas que cada acionista detém no patrimônio da BAESA. O valor de R$ 15.755, registrado no consolidado, refere-se ao resultado diferenciado de direito da CPFL Geração, não eliminado no processo de consolidação.

12.5 – Outros

Em 04 de setembro de 2006, a Sociedade alienou a totalidade das ações detidas da COMGÁS. O investimento estava registrado ao custo de aquisição no montante de R$ 27.152, e foi vendido por R$ [illegible], resultando em um ganho de capital registrado como resultado não operacional de R$ 67.747.

(13) IMOBILIZADO

14.01 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

	Consolidado			
	2009		2008	
Ativo	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	8.734.756	(3.506.471)	5.228.285	5.028.977
Equipamentos	1.191.917	(581.222)	610.695	610.695
Imóveis	1.152		1.152	1.152
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	78.644	(34.258)	44.386	43.422
Depreciação Depreciação	6.111.522	(2.881....	3.229....	2.944....
Veículos	...	...	...	...
Direito de Utilização	25.019	(10.834)	14.185	10....
Geração	755.797	(116.851)	638.946	556....
Equipamentos	524	(58	466	548
Imóveis	1.153		1.153	1.153
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	271....	(30....	240....	240....
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	50....	(4....	45....	45....
Depreciação Depreciação	431....	(81....	350....	268....
Veículos	1....	(...	1....	1....
Direito de Utilização	1....	(...	1....	1....
Comercialização	174....	(10....	163....	53....
Equipamentos	2....	(...	1....	2....
Imóveis	1....		1....	1....
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1....	(...	2....	2....
Depreciação Depreciação	40....	(14....	26....	50....
Veículos	1....	(...	1....	1....
Direito de Utilização	4....	(...	2....	1....
Administração	93....	(29....	64....	63....
Equipamentos	21....	(20....	1....	21....
Imóveis	2....		2....	1....
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	37....	(2....	35....	31....
Depreciação Depreciação	1....	(1....	1....	1....
Veículos	5....	(...	1....	1....
Direito de Utilização	27....	(5....	21....	16....
	9.353....	(3.632....	5.721....	5.686....
Em Curso				
Distribuição	250....		250....	171....
Geração	1....		1....	1....
Comercialização	...		...	...
Administração	2....		2....	2....
	1....		1....	1....
Ativo Intangível	5....	(1....	4....	4....
Total do Imobilizado	10....	(4....	6....	6....
Arrendamento Financeiro - Concessão			(...	(...
Imobilizado Líquido			5....	4....

Os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia sem a prévia e expressa autorização da ANEEL, a qual regulamenta a desvinculação de bens nas concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante autorização prévia

14.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

para desvinculação de bens reversíveis à concessão quando destinados à alienação e deliberação que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média dos ativos é de 3,03% a.a. nas distribuidoras e 2,58% a.a. nas geradoras.

Imobilizado em Curso: O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2008 e montante de R$ 1.040,1 milhões refere-se a obras em andamento dos empreendimentos em fase de implantação distribuídos conforme abaixo:

	CERAN	ENERCAN	RAESA	FOZ DO CHAPECÓ	TOTAL
Imobilizado em Andamento - Em Operação (a)	454.402	147.756	2.651	36.310	1.065.867
Imobilizado em Andamento - Em Implantação (b)	454.694	77.756	711	37.601	1.048.154

Os juros referentes aos empréstimos tomados por estes empreendimentos para o financiamento das obras estão sendo calculados e somam no consolidado o montante de R$ 52.030 (R$ 33.757 em 2008).

a) **Outros Ativos não Vinculados à Concessão** - Referem-se à ação de reconhecimento na controladora indireta RGE, amortizado pelo período remanescente da concessão dessa empresa, proporcionalmente à curva de lucro líquido projetado para o período (taxa anual de 2,9% em 2008). Esta taxa está sujeita à revisão periódica.

b) **Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão** - Representam os valores recebidos dos consumidores e terceiros para obras destinadas à qualquer título e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. Conforme Resolução ANEEL nº 234 de 31 de outubro de 2006 que estabelece os conceitos para a realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica para a controlada CPFL Piratininga em outubro de 2007 e para as controladas CPFL Paulista e RGE em abril de 2008, as obrigações especiais passarão a ser amortizadas a partir desta revisão utilizando as mesmas taxas de depreciação do Ativo imobilizado.

As controladas Auro Arquiteto CERAN, ENERCAN, RAESA e Foz do Chapecó assumiram junto à Administração dos respectivos Contratos de Concessão assumiram somente a Lei de obrigações relativas à outorga da concessão, devida do 7º ao 30º ano de concessão (9º ano para a Foz do Chapecó) e Taxa de Uso do Bem Público. As obrigações são atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, que na data base de 31 de dezembro de 2008 representavam as seguintes taxas:

	Valor Anual		Valor Total		Pagamento		
Empresa	Total	Participação na CPFL Geração	Total	Participação na CPFL Geração	Prazo Restante	Início	Fim
CERAN	1.453	726	19.956	9.978	24a	Mar/2007	Fev/2031
ENERCAN	1.454	726	41.522	20.761	24a	Jul/2007	Dez/2032
RAESA	12.845	2.482	281.941	54.518	24a	Jul/2007	Mai/2032
FOZ DO CHAPECÓ	3.944	1.120	535.243	151.984	24a	Out/2010	Nov/2034
TOTAL	31.697	24.318	1.424.830	880.643			

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As controladas registrarão em despesa, quando do início dos pagamentos, os valores da outorga conforme a realização.

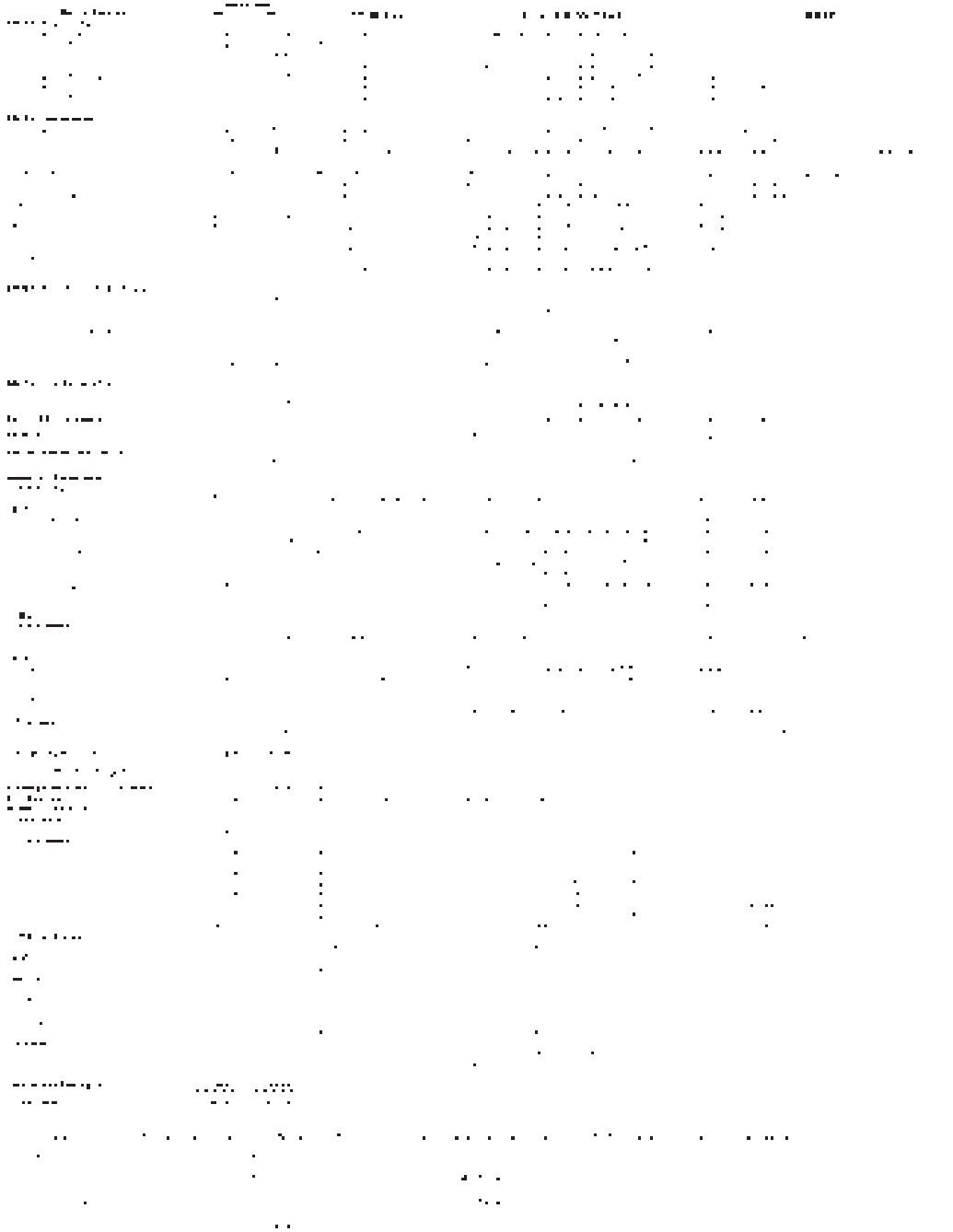
(14) FORNECEDORES

	Consolidado	
	2006	2005
Curto Prazo		
Encargos de Serviço do Sistema	14.765	4.056
Suprimento de Energia Elétrica	519.103	478.222
Encargos de Uso da Rede Elétrica	75.101	54.109
Materiais e Serviços	132.094	15.229
Consumidores	4.224	4.561
Passivos Regulatórios (nota 3)	102.591	91.074
Outros	9.205	5.040
Total	854.181	768.223
Longo Prazo		
Passivos Regulatórios (nota 3)		201.982

(15) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado							
		2006 Principal				2005 Principal		
	Encargos no Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Encargos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Moeda Nacional								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]		[illegible]
	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]						[illegible]		[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Moeda Estrangeira								
[illegible]					[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.11 - OUTRAS EXPLICATIVAS



34.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Principais captações:

Moeda Nacional

BNDES Repotencialização: A controlada indireta CPFL Centrais Elétricas obteve liberação de parcelas do empréstimo no exercício de 2006 destinado à repotenciação da Usina de Gavião Peixoto no montante de R$ 12.639. A previsão é que em 2007 sejam liberados mais R$ 15.570.

BNDES – Investimento (FINEM II) A controlada CPFL Paulista obteve a liberação de R$ 246.700 referente ao financiamento junto ao BNDES a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A contratação obteve a liberação da totalidade desta linha de crédito.

A controlada indireta RGE obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2006 no montante de R$ 110.450 que faz parte de uma linha de crédito do PNEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício a controlada RGE recebeu o montante de R$ 65.490 e o saldo remanescente de R$ 40.960 será liberado durante o período de 2007.

BNDES – Investimento – Foram liberadas em 2006 novas parcelas do empréstimo junto ao BNDES destinadas ao financiamento dos empreendimentos Castro Alves e 14 de Julho na controlada indireta CPFL Leste no montante de R$ 218.179 (R$ 197.868 proporcional à participação da CPFL Geração). A expectativa é que em 2007 sejam liberadas mais parcelas no montante de R$ 7.200 (R$ 4.721 proporcional à participação da CPFL Geração) referente ao contrato atual e R$ 164.851 (R$ 107.160 proporcional à participação da CPFL Geração) referente ao pedido de contrato suplementar junto ao BNDES. Aprovado através da Decisão da Diretoria do BNDES nº 45/2007 - BNDES de 19 de janeiro de 2007.

Instituição Financeira – A controlada RGE contratou as seguintes empréstimos com instituições financeiras:

- Banco Itaú BBA – Em março de 2006 foi realizada repactuação do contrato de 2004 alterando as condições para pagamento de juros semestrais e pagamento do principal em catorze parcelas semestrais a partir de março de 2008.
- Banco Santander II e Banco do Brasil – Captação de recursos para financiar necessidades de caixa projetadas para o ano de 2006.
- Banco ABN AMRO Real – Captação de recursos para financiar necessidades de caixa projetadas para o ano de 2006.

Moeda Estrangeira

Instituições Financeiras

A controlada CPFL Paulista contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil em 25 de setembro de 2006, no montante de R$ 100.000 com vencimento em setembro de 2009 para capital de giro.

A controlada indireta ENERCAN obteve a liberação da última parcela do empréstimo contratado em abril de 2005 junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento destinado ao

24.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Financiamento da Nova Agrimarin: Banco Bradesco Campos Novos no montante de R$ 16.410 (R$ 7.995 proporcional à participação da CPFL Geração)

A controlada Nova 4 contratou financiamento junto ao Banco do Brasil em 02 de outubro de 2006 no montante de R$ 200.000 para aquisição de participação societária na controlada indireta Santa Clara, com vencimento em setembro de 2009.

A controlada indireta SPMESA contratou linhas de créditos junto ao Banco do Brasil destinadas a honrar compromissos de curto prazo no montante de R$ 145.332.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2008	569.128
2009	611.310
2010	238.578
2011	111.440
Após 2011	903.122
Total	2.472.998

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a participação do perfil de endividamento em moeda nacional estão abaixo demonstrados:

	Variação acumulada em %		%	
Indexador	2006	2005	2006	2005
IGP-M	3,53	1,2	3,15	7,47
UMBNDES	18,52	14,65	4,95	5,24
TJLP	7,87	9,75	50,15	43,04
CDI	15,01	19,08	11,45	16,10
SELIC	17,07	19,04	15,73	31,65
Outros	-		14,51	2,30
			100,00	100,00

OPERAÇÕES DE SWAP

Os ganhos e perdas relacionados às operações de swap contratadas pela Sociedade e suas controladas, relativos às contratações sobre operações a curto prazo, são contabilizados líquidos na rubrica Derivativos, sendo como contrapartida receitas ou despesas financeiras. O resultado destas operações que em 31 de dezembro de 2006 resultou em um passivo de R$ 74.058 (ativo de R$ 3.644 e em 31 de dezembro de 2005 um passivo de R$ 55.963 em 31 de dezembro de 2005).

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contêm em cláusulas entre outras, que requerem que a Sociedade e as controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Seguem os principais:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPFL Paulista

- BNDES - FINEM II - Restringe a controlada CPFL Paulista de realizar pagamento de dividendo e juros sobre o capital próprio cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, somente após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação (UNIBANCO) e do atendimento integral às obrigações restritivas estabelecidas no contrato e à manutenção de determinados índices financeiros em relação ao seu endividamento, como segue:

  a. Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo 4,0 em 2005 e 2006 e máximo de 3,5 de 2007 a 2010

  b. Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e Patrimônio Líquido – valor máximo 0,50 em 2005 e 2006, valor máximo 0,50 de 2007 a 2010

CPFL Piratininga

- BNDES - FINEM – restringe a controlada CPFL Piratininga de realizar pagamento de dividendo e de juros sobre o capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, somente após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação (UNIBANCO) e o atendimento integral às obrigações restritivas estabelecidas no contrato e a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré estabelecidos, como segue:

  a) Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA - valor máximo 3,0 em 2005 e valor máximo 2,5 de 2006 a 2010

  b) Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,60 em 2005, 0,50 em 2006, 0,55 em 2007 e 2008 e 0,60 em 2009 e 2010

RGE

- BNDES - FINEM I - Determina a manutenção do nível de capitalização (Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total), igual ou superior a 40%. Adicionalmente estes empréstimos possuem prioridade em relação à distribuição de dividendo superior ao mínimo obrigatório e de juros sobre o capital próprio, além de cumprimento de índices financeiros para que ocorra a distribuição destes excedentes. Estas cláusulas financeiras são:

  a. Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,0
  ou Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,5

- BNDES - FINEM II - Determina a manutenção das seguintes indicadores financeiros:

  a. Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – menor ou igual a 2,5

  b. Endividamento financeiro líquido dividido pelo endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,5

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Banco Itaú BBA - Contém cláusulas restritivas quanto a alteração ou modificação do Capital Social, quanto a qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle societário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia e expressa anuência do credor. Adicionalmente os seguintes índices financeiros devem ser observados:

  a) o EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras líquidas, maior ou igual a 1,6
  b) o Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 2,7

- Banco ABN AMRO Real - Exige o cumprimento dos seguintes índices financeiros:

  a) Endividamento total dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0

  b) Índice de cobertura de juros, maior ou igual a 2,0

  c) Endividamento total máximo dividido pela Capitalização, menor ou igual a 0,55

CPFL Geração

Os empréstimos captados do BNDES pelas controladas indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA e CERAN, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

O empréstimo da ENERCAN junto ao BID contempla cláusulas que requerem da controlada a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos e são resumidas como segue:

- Coeficiente de Cobertura do Serviço de Dívida Histórica e o Coeficiente de Cobertura do Serviço da Dívida Projetada, na data do pagamento, sejam no mínimo de 1,20. O coeficiente é calculado dividindo-se o fluxo de caixa líquido das operações pelo serviço da dívida.
- Coeficiente de Endividamento deve ser na proporção de no máximo 75% da dívida para 25% do capital próprio.

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitos à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade, ou ainda na diminuição da participação direta ou indireta da VBC Energia S.A. sobre o capital de controlada CPFL Paulista para um percentual abaixo de 25%.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a não-implência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*).

A Sociedade e suas controladas encontram-se adimplentes em relação ao atendimento de cláusulas restritivas relacionadas aos contratos de empréstimos e financiamentos mantidos junto a instituições financeiras.

(16) DEBÊNTURES

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

O saldo de Debentures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados

Vencimento	Consolidado
2006	153.705
2009	526.925
2010	203.827
2011	445.969
Após 2011	449.627
TOTAL	1.779.445

CPFL Piratininga
Em 22 de fevereiro de 2006 foram subscritas e integralizadas 40.000 debêntures não conversíveis em ações, da 1ª Emissão, nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada. O valor nominal unitário na data da emissão foi de R$ 10. A remuneração será paga semestralmente a partir da data da emissão.

CPFL Paulista
Em 1 de dezembro de 2006 foram subscritas e integralizadas 64.000 debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada. O valor nominal unitário na data da emissão foi de R$ 10. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão. Esses recursos foram utilizados para o pagamento do resgate antecipado das debêntures da 1ª emissão com o objetivo de melhorar o perfil da dívida.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

As debentures estão sujeitas a certas condições restritivas comumente praticadas que requerem que a companhia mantenha determinados índices financeiros em patamares pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

CPFL Paulista

- Segunda emissão:
  a) a relação entre EBITDA e despesas financeiras maior ou igual a 1,5 para todos os anos;
  b) em relação à capitalização total, o nível do capital próprio será de no mínimo 35% para o ano de 2005 e 40% a partir de 2006, enquanto o nível de capital de terceiros será de no máximo 65% para o ano de 2005 e 60% a partir de 2006.
- Terceira emissão:
  a) a relação entre dívida líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0 vezes; e
  b) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,5 vezes.

RGE

A companhia RGE deve atender a cláusulas restritivas e cumprir determinados índices financeiros em função da emissão de debentures, como segue:

a) redução do Capital Social e/ou alteração do Estatuto Social que implique a alteração de direito de preferência aos acionistas em montante que possa afetar direta ou indiretamente o cumprimento das obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;

b) transferência ou cessão direta ou indireta de controle societário ou cisão, incorporação, fusão ou qualquer reorganização societária envolvendo a companhia direta ou indiretamente e a CPFL Energia e/ou qualquer uma de suas subsidiárias integrais (CPFL Energia);

c) a VBC Participações S.A. deixar de deter participação majoritária e direta ou Controle direto ou a VBC Participações S.A. e a BZ Participações S.A. deixarem de deter, em conjunto, o controle direto ou indireto da companhia RGE.

Os índices financeiros são:

a) Dívida Total dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,0;
b) EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras maior ou igual a 2,0;
c) Dívida Total dividida pela Capitalização Total menor ou igual a 0,55.

CPFL Piratininga

Os índices financeiros são:

a) Relação entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3 vezes; e
b) Relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,75 vezes.

BAESA

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

As debentures de emissão da controlada indireta BALSA preveem o vencimento antecipado quando o índice da endividamento total superar o limite de 75% dos seus ativos totais.

No entendimento da Administração das controladas, tais condições restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, através da Fundação CESP, e a controlada indireta RGE através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

I – CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido (BD) - vigente até 30 de setembro de 1997 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 30 de setembro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada CPFL Paulista.

b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de outubro de 1997, que contempla as aposentadorias de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido e as aposentadorias programáveis no conceito de contribuição definida.

Com a modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 294 parcelas, e ele vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo desta obrigação, a qual é ajustada anualmente conforme avaliação do déficit atuarial, calculado pelo critério da Secretaria Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2006 é de R$ 573.715 (R$ 719.231 em 31 de dezembro 2005).

II – CPFL Piratininga

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria da Previdência Complementar – SPC – aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – e um Plano de Benefícios Misto, com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido - BD - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares da concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada CPFL Piratininga.

b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 – plano na base BD que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado inclusive o acumulado até 31 de março de 1998 e portanto não incluem apenas a renda de serviço passado acumulada após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é partilhada com a controlada CPFL Piratininga e os participantes.

c) Plano de Contribuição Definida - implantado juntamente com o Plano BJ vigente após 31 de março de 1998. É um plano previdenciário de até a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão, e de tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada CPFL Piratininga. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada CPFL Piratininga.

Em setembro de 1997 através de Instrumento Contratual de Ajuste de reservas a amortizar foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante) referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP a ser liquidada em 240 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo da obrigação a que é apresentado anualmente conforme evolução do déficit atuarial calculado pelo critério da Secretaria Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2005 é de R$ 167.253 (R$ 159.575 em 31 de dezembro de 2004).

III – RGE

Plano de Aposentadoria definido para a totalidade dos empregados da RGE contratados até outubro de 1998, incluindo o pessoal cedido pela CPFL Geração com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de difícil comparação para as empresas que tiveram os contratos de trabalho suspensos da CEEE para RGE.

IV – CPFL Geração

Atualmente vigoram para os funcionários da controlada CPFL Geração um Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado e um Plano de Benefício Misto, ambos seguindo as características do Plano da CPFL Paulista.

Com esta modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP e que vem sendo amortizada em 287 parcelas que vem sendo amortizadas mensalmente acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo da obrigação a que é apresentado anualmente conforme evolução do déficit atuarial calculado pelo critério da Secretaria Previdência Complementar em 31 de dezembro de R$ 11.575 (R$ 14.072 em 31 de dezembro de 2004).

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005 de suas controladas conforme ajuda preparado por atuário externo seguem critérios da Deliberação CVM

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

3/1/06 estão assim apresentados os valores da RGL estão proporcionais à participação da controladora CPFL Paulista (em 2005):

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	2005 RGL	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	2005 RGL	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Os ganhos atuariais não reconhecidos em 31 de dezembro de 2006 não excedem a 10% das obrigações do Plano, não havendo necessidade de reconhecimento futuro através de amortização durante o período de vida útil remanescente dos participantes do plano.

O aumento do passivo na adoção da CVM nº 371 refere-se ao déficit do plano apurado em 31 de dezembro de 2001, o qual foi diferido e amortizado em 5 anos até 31 de dezembro de 2006. Essa amortização foi classificada na demonstração do resultado dos exercícios de 2006 e de 2005 como item extraordinário, pelo valor líquido dos efeitos fiscais correspondentes, no valor de R$ 32.999.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	2006 CPFL Paulista	2006 CPFL Piratininga	2006 RGL	2006 CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]			[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	2005 CPFL Paulista	2005 CPFL Piratininga	2005 RGL	2005 CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos contábeis no consolidado em 31 de dezembro de 2006, relacionados à Previdência Privada, incluem ainda R$ 43.000 (R$ 40.132 em 31 de dezembro de 2005) referentes a outras contribuições.

A estimativa do ativo/passivo para as despesas e receitas a serem reconhecidas no exercício de 2007 e as receitas reconhecidas em 2006, são como segue:

	2006 Estimados				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total de despesas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	2006 Realizados				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total de despesas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Na demonstração do resultado, as despesas e (receitas) foram registradas nas seguintes rubricas:

	2006				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	2005				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	CPFL Geração (CPFL Brasil e CPFL Geração)		RGR	
	2005	2004	2005	2004
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	2006	2005
Reserva Global de Reversão - RGR	3.795	5.672
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Conta de Consumo de Combustível - CCC	70.808	2.060
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	29.050	21.750
	105.013	30.945

(19) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	267.510	261.525	-	-
Programas de Integração Social - PIS	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]		
Total	522.756	474.982	39.741	31.170

(20) PROVISÕES PARA CONTINGENCIAS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

	Consolidado						
	CPFL	Sociedades Controladas em Conjunto (Proporcional)	Rio Claro	Sul Paulista	Paulista	Atividades Minoritárias	2004
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Contingências - Cível	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Depósitos Judiciais - Cível	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas.

Descrição dos principais eventos pendentes relacionados a litígios processos judiciais e ações de natureza comum:

a) **Trabalhista** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras verbas trabalhistas). Nos termos do processo de cisão da Sarcorande, a controlada CPFL Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados atuando nas respectivas regiões para a assunção enquanto que as ações correspondentes anteriores à data de efetivação da cisão (1º de outubro de 2001) são assumidas na proporção percentual dos controladores antes da referida cisão (55% para a Rio Claro e 45% para a CPFL Piratininga).

b) **Danos Pessoais** - Referem-se principalmente a ações de indenizações (i) a processos movidos por questionamentos relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas como a consumidores, acidentes com veículos entre outras.

c) **Majoração Tarifária** - Corresponde a ações pedindo de consumidores industriais devido a majoração imposta pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do Plano Cruzado.

d) **Energia Comprada** - Em decorrência da perda de consumidores livres as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga solicitaram redução na demanda de potência nos contratos

[illegible] [illegible]

iniciais, sendo parcialmente atendida pela ANEEL. As controladas impetraram ação judicial motivada pela não concordância com os montantes fiscos determinados pela ANEEL, alegando divergência nos cálculos e efetuando depósitos judiciais mensais dos valores em questão. Durante 2006, a controlada CPFL Piratininga obteve alvará para levantamento dos depósitos em favor das geradoras FURNAS, CESP e Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE), tendo a controlada CPFL Piratininga firmado acordo com as partes, extinguindo-se assim os processos com relação às mencionadas geradoras. O montante liquidado do caso do foi de R$ 48.307.

Durante 2006, a controlada CPFL Paulista firmou acordo com CESP e Furnas a fim determinado levantamento dos depósitos a favor daquelas geradoras extinguindo-se assim os processos. O montante liquidado foi de R$ 23.777.

e) **FINSOCIAL** - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991.

f) **PIS e COFINS - Ampliação da Base** - Conforme comentado na nota 9, as controladas CPFL Piratininga e CPFL Paulista obtiveram o trânsito em julgado com decisão favorável do recurso que questionou a legalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS instituída pelo art. 3º da Lei nº 9.718/98. Em consequência dessa decisão favorável, as controladas CPFL Piratininga e CPFL Paulista reverteram as provisões que mantinham quanto a este assunto, no montante de R$ 18.194 (provisão na data base de 31/07/2005) e R$ 36.613 (provisão na data base de 31/08/2006), respectivamente, com contrapartida na Receita Financeira (nota 29).

g) **PIS E COFINS - JCP** - A Sociedade obteve no final de 2005 liminar visando o não recolhimento do PIS e COFINS incidentes sobre a receita de juros sobre o capital próprio.

h) **Imposto de Renda** - Na controlada CPFL Piratininga, o registro refere-se a liminar obtida visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ. Na controlada indireta RGE, refere-se basicamente a pedido de suspensão de decisão da Secretaria da Receita Federal, visando considerar a dedutibilidade de valores referentes à complementação de aposentadoria de beneficiários da Fundação ELETROCEEE.

i) **Fiscais Outras** - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial, administrativa e de natureza regulatória decorrente da operação dos negócios das controladas relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.

j) **Perdas possíveis** - A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos e riscos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de exclusão possível devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de dezembro de 2006 estavam assim representadas: (i) R$ 154.847 trabalhistas (R$ 122.848 em 31 de dezembro de 2005); (ii) R$ 421.474 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária (R$ 115.914 em 31 de dezembro de 2005); e (iii) R$ 327.475 fiscais, relacionadas basicamente a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R$ 150.917 em 31 de dezembro de 2005).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver novos contingentes significativos que não estejam cobertos por

24.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

previsões diferentes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Total				

a) **Consumidores e Concessionárias** - As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e a vias da fatura/NF a serem compensadas ou restituídas à Aneel e participações de consumidores no Programa de Universalização. Valores com concessionárias referem-se substancialmente a transações relacionadas à cessão parcial da Bandeirante pela controladora CPFL Energia.

b) **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética** - As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em faturas (1% da Receita Operacional Líquida) mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal com base na SELIC até o momento de sua efetiva realização.

c) **Adiantamentos** - Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

d) **Juros sobre Empréstimo Compulsório** - Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

e) **Encargos da Capacidade Emergencial ("ECE") e Encargo de Aquisição de Energia Emergencial ("EAEE")** - Referem-se aos encargos tarifários de custeio à contratação de capacidade e energia emergencial cobrados do consumidor até janeiro de 2009 e serem repassados para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial ("CBEE"). Esses valores não trazem efeito no resultado das controladas já que são registrados como Receita Operacional (vide 23) e Deduções da Receita Operacional nos mesmos montantes.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 estão assim distribuídas:

	2006		2005	
Acionistas	Ações Ordinárias	Participação %	Ações Ordinárias	Participação %
VBC Energia S.A.	139.002.573	28,97	139.002.573	28,97
Southern Electric Brasil	139.002.573	28,97	139.002.573	28,97
Bonaire Participações S.A.	29.071.429	6,06	29.071.429	6,06
BNDES Participações S.A.	24.744.898	5,16	24.744.898	5,16
Membros do Conselho de Administração	11	0,00	11	0,00
Membros da Diretoria Executiva	10.000	0,00	10.000	0,00
Ações em Tesouraria	1.176.000	0,25	1.176.000	0,25
Outros Acionistas	146.993.505	30,65	147.993.505	30,85
Total	479.999.999	100,00	479.999.999	100,00

Durante 2005 a controladora VBC Energia S.A. (VBC Energia) efetuou uma reestruturação societária, que culminou com a fusão da empresa Diodesport S.A. de seu quadro acionário. Em consequência desse processo de reestruturação, em dezembro de 2006, a VBC Energia passou a ser titular de 139.002.573 ações ordinárias da CPFL Energia correspondentes a 28,97% do seu capital social.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendo

	Consolidado	
	2006	2005
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar		
VBC Energia S.A.	-	39.791
SCI Participações S.A.	-	28.827
Bonaire Participações S.A.	-	11.359
BNDES Participações S.A.	-	8.850
Demais Acionistas	457	12.107
Subtotal	457	80.934
Dividendo a Pagar		
VBC Energia S.A.	209.107	184.316
SCI Participações S.A.	209.107	121.071
Bonaire Participações S.A.	30.359	49.250
BNDES Participações S.A.	9.360	14.075
Demais Acionistas	150.308	92.578
Subtotal	408.341	360.290
Total	726.798	487.911

A Sociedade efetuou pagamento no montante de R$ 1.089.663 referente aos dividendos declarados em 30 de junho de 2006 e de 31 de dezembro de 2005.

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, em junho de 2006, a declaração de dividendos intermediários no montante de R$ 611.381, ou equivalente a R$ 1,27340625 por ação, referente aos resultados do primeiro semestre de 2006.

22.1 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações.

Para este exercício, a Administração da Sociedade está propondo a distribuição do saldo do lucro líquido, através da declaração de R$ 721.910 na forma de dividendo, correspondente a R$ 1,504742161 por ação, conforme demonstrado a seguir:

Lucro Líquido do Exercício - Controladora	1.404.096
Constituição da Reserva Legal	(70.205)
Lucro Líquido Ajustado	1.333.891
Dividendo Intermediário	(611.981)
Dividendo Proposto	(721.910)
Lucro Acumulado	-

22.2 – Ações em Tesouraria

As ações em tesouraria são decorrentes do exercício de direito de retirada dos acionistas, quando da incorporação das ações dos acionistas não controladores da CPFL Piratininga pela CPFL Paulista e da CPFL Geração e CPFL Paulista pela CPFL Energia em novembro de 2005. Em 8 de fevereiro de 2006 as ações foram alienadas com ganho de R$ 18 registrado como Reserva de Capital.

20.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(23) RECEITA OPERACIONAL

[illegible]

24.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(24) CUSTO COM ENERGIA ELETRICA

	Consolidado			
	GWh (*)		R$ Mil	
Energia Comprada para Revenda	2005	2004	2005	2004
Energia Comprada no Ambiente Regulado - ACR				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Energia Comprada no Ambiente de Contratação Livre - ACL	45.896	42.248	3.756.034	3.460.472
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal			3.916.167	3.706.164
Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão e Conclusão				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
			803.168	844.187
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal			(774.077)	(737.165)
TOTAL			3.945.258	3.813.186

(*) [illegible]

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(25) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	3º Trim	Acum	Acum	Acum
Despesas com Vendas				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			271.215	212.278
Despesas Gerais e Administrativas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	78.934	8.337	214.809	166.337
Outras Despesas Operacionais				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			71.006	175.818
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total Despesas Operacionais	78.934	8.337	556.946	554.373

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receitas				
Renda de Aplicações Financeiras	44.633	71.559	170.297	170.771
Variações Ativas Monetárias			93.000	86.471
Atualização de Ativos Fiscais	1.776	1.776	11.116	9.164
Outras Receitas Financeiras e Variações	41.301	107	79.761	31.444
Reversão de Provisão para Perdas			7.618	144.444
Descontos Concedidos na Quitação de CVMs			12.500	11.152
Reversão de Provisão de Contingências Fiscais Diferenciadas - Nota 21			57.466	160.345
Juros sobre Contratos de Mútuo	Ativo	3.264		-
Descontos recebidos de Fornecedores	4.640		4.667	4.333
Reversão de Provisão de Passivos Contingentes			4.752	4.333
Efeito Financeiro - Atualização de Depósitos Judiciais - Nota 20			103.169	-
Efeito Financeiro - Valor Presente - Ajuste a Valor Presente	17.176	17.904	21.000	17.511
Outras	2.559	2.201	62.111	37.714
Subtotal	56.736	41.216	621.636	476.908
Juros sobre o Capital Próprio	14.000	14.000		
Total	338.156	318.838	537.835	376.858
Despesas				
Encargos de Dívidas	660	27.166	521.012	1.450.000
Encargos Fiscais	14.800	4.914	23.500	26.171
Variações Monetárias e Cambiais	1.216.772	12.219	1.341.252	1.101.540
Outras	11.500	706	48.186	37.284
Subtotal	1.243.732	73.537	1.933.950	2.614.995
Amortização de Ágio	155.000	155.154	155.000	155.521
Juros sobre o Capital Próprio		187.313		1.390.171
Total	(1.398.732)	(265.806)	(1.928.950)	(1.096.644)
Resultado Financeiro Líquido	153.576	(45.968)	(391.115)	(719.811)

(27) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receita Não Operacional				
Ganhos na Participação Societária		5	15	177
Ganhos na Alienação de Ativos Imobilizado			2.772	8.753
Ganho na Alienação de Participação Societária	52.747		66.142	
Outros			2.987	583
Subtotal	52.747	5	73.917	13.508
Despesa Não Operacional				
Perdas na Participação Societária		(658)	(4)	(1.132)
Perdas na Desativação de Ativos Imobilizado		-	(16.937)	(2.154)
Perdas na Alienação de Ativos Imobilizado		-	(2.476)	(2.154)
Perdas nas Reavaliações e Impairment de Ativos e Investimentos		-	(754)	(153)
Outras	(2.159)	-	(4.377)	(154)
Subtotal	(2.159)	(658)	(24.548)	(10.160)
Total	50.588	(653)	49.037	(360)

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme comentado na nota 12, o resultado não operacional refere-se principalmente às alienações das ações da COMGAS detidas pela Sociedade.

(28) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Sociedade e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas quantitativas e horizontais previamente estabelecido com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2006 foi de R$ 33.392 no consolidado (R$ 20.262 em 2005). Após a antecipação paga no exercício de 2006, o saldo remanescente provisionado no consolidado é de R$ 20.832 (nota 21).

(29) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Distribuição	Mercado	Não-consolidado	Ajuste (1)	Eliminações	Total
2006						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]						[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
2005						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]						[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]

[illegible]

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentaram os seguintes principais saldos e movimentações acumuladas em 2005 e 2004:

	Ativo		Passivo		Receitas		Compras		Outras	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										

a) **Aplicações Financeiras** - Fundo de Investimento exclusivo com rentabilidade calculada pela variação do CDI e sem liquidez diária.

b) **Caução e Dep. Vinculados** - CDBs e vinculados à Garantia, para participação em leilões de energia elétrica, de rentabilidade de 96,8% do CDI para os empreendimentos Foz do [illegible]

c) **Prestação de Serviço** - Prestação de serviços de administração de debêntures e ações escriturais.

d) **Empréstimos e Financiamentos** - Empréstimos contratados em condições normais de mercado.

e) **Aquisição de Imobilizado** - Aquisição de equipamentos cabíveis para aplicação nas atividades de distribuição e geração.

f) **Venda de Energia** - Receita pelo fornecimento de energia elétrica.

g) **Compra de Material** - Materiais para uso e consumo.

h) **TUSD** - Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição.

(31) SEGUROS

34.11 - OUTRAS INFORMAÇÕES

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por avaliação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

DESCRIÇÃO	RAMO DA APÓLICE	Consolidado	
		2009	2008
Ativo Imobilizado	Incêndio, Raio, Explosão, Quebra de Máquinas e Lucros Cessantes	1.161.041	1.175.574
Transporte	Transporte Nacional	43.000	39.000
Material Estocado	Incêndio, Raio, Explosão e Roubo	12.000	15.000
Automóveis	Colisão, Roubo e Responsabilidade	11.611	9.043
Responsabilidade Civil	Responsabilidade de Energia Elétrica	37.000	35.000
Pessoal	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	114.078	64.864
Outros	Outros	40.550	-
TOTAL		1.408.450	1.339.530

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

32.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos as atividades desenvolvidas por essas companhias são regulados pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganhos por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A Sociedade e suas controladas se protegem desse risco mediante contratação de operações de *hedge/swap* para que as dívidas estejam protegidas a variação de moedas estrangeiras. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado:

- **Empréstimos em Moeda Estrangeira:** A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira que não substancialmente coberta através de operações financeiras de *swap* a que se encontram. A Sociedade e suas controladas fazem os ajustes originais da operação para o custo proporcional ao CDI mais taxa.
- **Compra de Energia de Itaipu:** As suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas, conforme comentado na nota 3.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para os empréstimos tomados em moeda estrangeira a Sociedade e suas controladas têm pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse risco e, para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional, as controladas têm como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente as controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pelas suas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento da demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não prevê para 2007 um novo programa de racionamento.

Risco de Aceleração de Dívidas: As controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outras. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

32.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma são mantidos procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar as taxas e tarifas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2006, são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e avaliação nas demonstrações financeiras.

Disponibilidades - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais (nota 4).

Ativos e Passivos Regulatórios - São compostos, basicamente, pela Recomposição Tarifária Extraordinária, Energia Livre, Parcela A, Ativos e Passivos relacionados à Revisão e Reajuste Tarifários, Subvenção Baixa Renda e outros. Esses créditos e débitos decorrem dos efeitos do plano de racionamento de 2001 e outros valores relacionados ao diferimento de custos e receitas tarifárias e alteração da legislação tributária. Esses valores são avaliados pelo valor contábil conforme critérios definidos pela ANEEL, de acordo com as características descritas na nota 5.

Empréstimos e Financiamentos - Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na nota 15.

Debêntures - As debêntures lançadas por suas controladas podem ser negociadas no mercado e estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na nota 16.

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Investimentos em controladas - A Sociedade possui investimentos avaliados pela equivalência patrimonial em empresas cujas ações são negociadas no mercado de capitais. A Administração da Sociedade entende que o valor de negociação dessas ações não é representativo do valor de mercado das respectivas empresas dado o pequeno volume de transações das mesmas no mercado.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, comparados aos valores de captação de mercado conforme definido acima, na data base em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, são como seguem:

	Controladora			
	2006		2005	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	46.547	45.408	24.240	24.473

	Consolidado			
	2006		2005	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	5.245.155	5.339.600	5.048.889	4.984.421

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente, comparação com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento dos exercícios de 2006 e 2005, bem como comparações com parâmetros médios de mercado. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da CESP, as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

(33) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "PRÓ-FORMA" (INFORMAÇÕES NÃO AUDITADAS)

Conforme comentado na nota 12 a Sociedade em junho de 2006 aumentou sua participação na controlada RGL, passando a consolidar integralmente as demonstrações financeiras da RGL. Desta forma, considerando que a comparabilidade entre as demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios de 2006 e de 2005, estão prejudicadas, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras consolidada da CPFL Energia de 31 de dezembro de 2006 comparativamente às demonstrações financeiras pró-forma de 31 de dezembro de 2005, consolidando em 2005 100% do ativo e passivo e o resultado 100% a partir de junho de 2005.
Uma vez que não há demonstrações financeiras da Santa Cruz de 2005 (atividade de distribuição), os valores das mesmas não foram considerados no pró-forma.

34.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

	2006	2005
Ativo Circulante	3.554.207	3.555.113
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.303.736	2.543.473
Ativo Permanente	9.302.999	7.741.331
Passivo Circulante	(3.794.395)	(4.221.715)
Passivo Não Circulante	(5.387.229)	(4.822.453)
Total dos Ativos Líquidos	4.868.377	4.796.049

	2006	2005
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Bruto	3.879.163	2.488.020
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Operacional	3.410.566	1.784.057
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Líquido do Exercício	1.484.566	1.047.383

(34) FATO RELEVANTE

34.1 Cisão Parcial BAESA

Conforme fato relevante publicado em 25 de setembro de 2006, as acionistas da controlada em conjunto BAESA serão objeto de reestruturação societária através da cisão parcial dos ativos e passivos daquela empresa, passando a BAESA a ter como únicos acionistas a CPFL Geração e a EMF Energia Ltda. A operação da UHE Barra Grande, na qual a BAESA investe, será feita mediante a formação de um consórcio, composto pela sucessora resultante da cisão da BAESA e pelos acionistas que detinham participação no capital social da Alcoa Alumínio S.A., Companhia Brasileira de Alumínio e Camargo Corrêa Cimentos S.A.

O Consórcio a ser formado deverá ser constituído com participações dos ativos e da operação da UHE Barra Grande nas mesmas proporções abaixo, a saber:

	Percentual
Alcoa Alumínio S.A.	42,18%
Companhia Brasileira de Alumínio	15,00%
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	9,00%
BAESA (após cisão)	33,82%
Total	100,00%

Referido processo de reestruturação societária será objeto de análise pelo BNDES, credor da BAESA, e obedecerá aos procedimentos legais e regulamentares, sendo submetido previamente à

34.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

autoridades governamentais, em especial a ANEEL.

34.2 Segundo Ciclo de Revisão Tarifária Periódica

Através da Resolução nº 234 de 31 de outubro de 2006, a ANEEL estabeleceu as diretrizes gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos a serem seguidos para a realização do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essa resolução visou consolidar e aprimorar conceitos já utilizados no Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias, tais como a determinação do Custo de Capital, da Base de Remuneração Regulatória e da Empresa de Referência.

Em relação à implementação da Base de Remuneração Regulatória, a ANEEL reconheceu a necessidade de manutenção de controle sub-contábil, em paralelo aos registros contábeis, contemplando todas as adições e baixas ocorridas no ativo imobilizado em serviço.

A alteração do critério adotado para as Obrigações Especiais, cujos ativos vinculados não serão mais reintegrados reconhecidos na receita Fatias Obrigações Reversíveis a partir do Segundo Revisão Tarifária, passarão a ser amortizadas e reconhecidas a crédito do resultado das concessionárias através da aplicação da taxa de depreciação média dos ativos a que se referem.

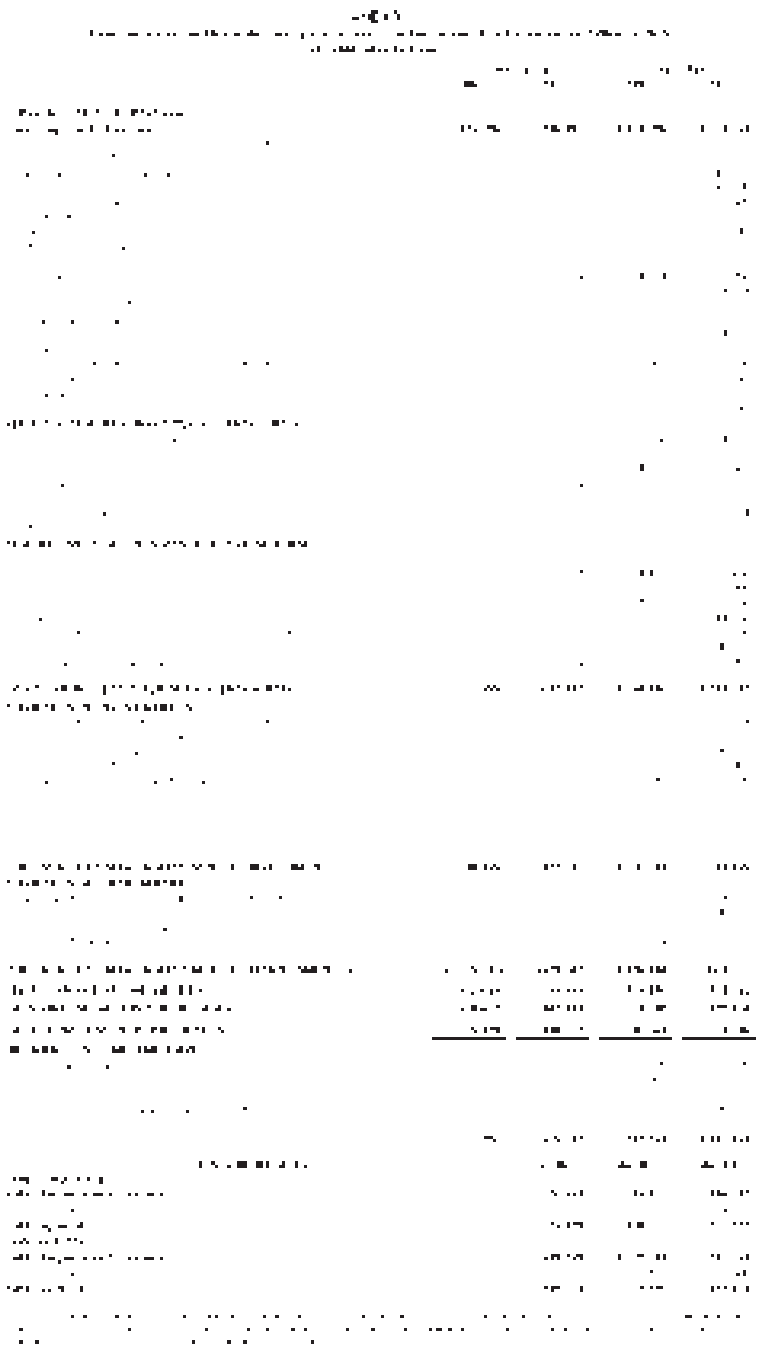
Quanto à metodologia de cálculo da Taxa de Remuneração do Investimento a ser considerada na revisão tarifária foi mantida apenas com a exclusão das ações preferenciais, e do Primeiro Ciclo que considera a estrutura ótima de capital (empréstimos e financiamentos) e custo médio de capital ponderado (WACC regulatório).

Na definição dos Custos Operacionais será preservada a comparação com a Empresa de Referência adotada pela ANEEL para a definição da margem adotada pela ANEEL. Por último, a ANEEL alterou a metodologia de cálculo do Fator X, excluindo o componente Xc, e manteve a média da Fase de Casa Descontando para apuração do componente Xd, que procura capturar os ganhos de escala do negócio de distribuição.

As implicações desta nova regulamentação e o cronograma são ainda objeto de Administração da Sociedade e de suas controladas.

14.11 - OUTRAS EXPLICATIVAS

[illegible]



14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
1 - Receitas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(1.788)	(1.937)	(21.744)	(19.372)
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
3 - Valor Adicionado Bruto (1 + 2)	2.153	(1.934)	7.815	5.454
4 - Depreciação	(1.788)	(1.788)	(1.788)	(1.788)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido (3 - 4)	(1.788)	(1.788)	6.026	3.666
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.318.214	886.888	348.181	334.867
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]				[illegible]
7 - Valor Adicionado a Distribuir (5 + 6)	1.316.427	884.900	354.207	338.533
8 - Distribuição do Valor Adicionado				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	1.316.427	884.900	354.207	338.533

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CPFL Energia S/A, no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras do Exercício Social de 2006, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Arthur Andersen e, ainda, com base no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 26 de janeiro de 2007, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2007.

Paulo Midena

Fernando Dias Gomes

Jose Ricardo Fagonde Forni

Luiz Augusto Ckless Silva

Ivan Mendes de Carmo

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA

Wilson P. Ferreira Junior
Diretor Presidente

Reni Antonio da Silva
Diretor Vice-presidente de Estratégia e Regulação

José Antonio de Almeida Filippo
Diretor Vice-presidente Financeiro e de Relação com Investidores

Paulo Cezar Coelho Tavares
Diretor Vice-presidente de Gestão de Energia

Hélio Viana Pereira
Diretor Vice-presidente de Distribuição

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice-presidente de Geração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Ermírio de Moraes
Presidente

Cecília Vendas Garcez Siqueira
Vice-presidente

Conselheiros

Francisco Caprino Neto

Roberto Faldini

Milton Luciano dos Santos

Susana Henna Stephan Jabra

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Antônio Carlos Bassalo
Diretor de Contabilidade
CRC 1SP083131/O-6

Sergio Luiz Felice
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP192767/O-5

31.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
18-5.0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	[illegible]	1
01	03	[illegible]	1
01	04	[illegible]	1
01	05	[illegible]	2
01	06	[illegible]	2
01	07	[illegible]	2
01	08	[illegible]	2
01	09	[illegible]	2
02	01	[illegible]	3
02	02	[illegible]	4
03	01	[illegible]	7
04	01	[illegible]	
05	01	[illegible]	[illegible]
05	02	[illegible]	10
05	03	[illegible]	11
07	01	[illegible]	12
07	02	[illegible]	14
08	01	[illegible]	16
08	02	[illegible]	18
10	01	[illegible]	21
12	01	[illegible]	22
14	01	[illegible]	[illegible]

- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01866-0	CPFL ENERGIA S.A	33.428.144/0201-83
253/01/83173		

01.02 - SEDE

04547-005	São Paulo			SP
3755-8202				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

José Antonio de Almeida Filippo				
2065-002	Campinas			SP
3755-8754				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

01/01/2009	31/12/2009	1	01/01/2009	31/03/2009	4	01/10/2008	31/12/2008

KPMG Auditores Independentes	2045-0
João Bosco Dutra Fagoco	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01863-0	[illegible]	[illegible]

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

[illegible]

Empresa Comercial, Industrial e Outras

[illegible]

Operacional

[illegible]

Invasa Nacional

[illegible]

3120 - Empresas Part - Energia Elétrica

[illegible]

Gestão de Participações Societárias - Holdings

[illegible]

Total

[illegible]

Sem Pessoal

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DEL DERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.02 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

01.03 - IDENTIFICAÇÃO DO ESCRITURADOR DAS AÇÕES

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

03.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS   Data-Base - [illegible]
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

02.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				
	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
	[illegible]				
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

02.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Reais Mil)

01.3 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

1002

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 a 31/03/2009 (Reais Mil)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO [illegible] EM 01/01/2008 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01/04/2009	[illegible]	[illegible]

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01 - IDENTIFICAÇÃO

02.1 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais)

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible] - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - MÉTODO INDIRETO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

10.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - MÉTODO INDIRETO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

11.3 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2005 a 31/03/2007 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]							
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]		[illegible]
	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							
[illegible]	[illegible]							

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

CIBRA-O CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (CPFL Energia ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, localizadas primariamente nas atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Sociedade possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas, segregadas por atividade de negócio:

Empresa	Tipo de participação	31/12/2009 Participação - %		31/12/2008 Participação - %	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas de Capital					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]

Vide nota 12 - a Reestruturação Societária envolvendo as controladas Paraíso e CPFL Jaguariúna.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais (ITR) da Sociedade e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo sido atendidas de forma integral todos os conceitos

...ação - Nota 2 (Política Contábil)

...introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, do segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (pu...em conformidade com as normas ditadas pela ANEEL, e pelo Plano de Contas da Previdência Fechada - CPC); e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e estão consistentes com aquelas adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras (DFs) de 31 de dezembro de 2008, e devem ser analisadas em conjunto.

2.1 Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, dentre outras providências.

As ITRs de 31 de março de 2008 e DFs de 31 de dezembro de 2008 refletem em todos os aspectos materiais as modificações propostas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Em conformidade com o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Sociedade e suas controladas implementaram as alterações previstas referente ao período de 31 de março de 2008 de modo a contemplar as modificações previstas em lei.

Desta forma, os efeitos de alterações de práticas contábeis e reclassificações no resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008 estão demonstrados a seguir:

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido
	01/01/2009 a 31/03/2009	01/01/2008 a 31/03/2008	31/03/2009
Saldos de acordo com práticas anteriores à Lei nº 11.638/07	20.021	37.962	1.281.111
Ajustes			
Ajuste de Instrumentos Financeiros - Swap	21.951	(15.714)	(75.224)
Ajuste de Instrumentos Financeiros - Hedge de Fluxo de Caixa	(17.274)	5.501	96.111
Ajuste Contábil de Imobilizado	411	411	411
Impostos diferidos sobre ajustes acima	(1.455)	(2.054)	(7.297)
Subtotal	3.633	(11.356)	15.001
Posição após a adoção da Lei nº 11.638/07	23.654	26.606	1.296.112
Reclassificações efetuadas			
Reclassificação - Ajuste Contábil de Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge de Fluxo de Caixa	(17.555)	(25.477)	
Reclassificação - Ajuste Contábil de Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge de Investimento	(2.499)	(5.419)	

2.2 Critérios de consolidação

As ITRs consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas (listadas na Nota 1). Até 31 de dezembro de 2008 as demonstrações financeiras de Petrobras eram consolidadas pela Sociedade. Após o processo de reestruturação societária (nota 1.2.1), no qual a Petrobras foi incorporada pela CPFL Jaguariúna, a Sociedade passou a deter diretamente as participações nas subsidiárias CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Serviços, CPFL Planalto, CPFL Jaguari Geração e CPFL Jaguariúna.

Anteriormente a consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Geração, CPFL Jaguari Geração e CPFL Brasil são consolidadas com as de suas controladas integral ou proporcionalmente para as controladas em conjunto.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no passivo e no resultado do exercício em cada ano apresentado.

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade em 31 de dezembro de 2009, em conformidade com a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (acima).

(3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Consolidado					
	31/12/2009			31/12/2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos						
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 6)						
[illegible]				[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Diferimento de Custos Tarifários						
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 9)						
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Passivos						
Fornecedores (nota 19)						
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]
Diferimento de Custos Tarifários						
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outras Contas a Pagar (nota 27)						
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]
[illegible]

a) Racionamento (RTE, Energia Livre e Parcela "A").

a.1) Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE")

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre as geradoras, distribuidoras de energia elétrica e o Governo Federal, denominado

Anual - NOTAS EXPLICATIVAS

Acordo Geral do Setor Elétrico - Este acordo instituiu, como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico, um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aquelles considerados como de baixa renda, rurais e iluminação pública) e de 7,9% para todos os demais consumidores.

Em função do término do prazo estipulado para a recuperação da RTE, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga em 2007 reconheceram perdas no montante de R$ 115.953 e R$ 36.227, respectivamente, registrando a baixa de contas a receber e da provisão de perdas de RTE. O prazo estipulado para a recuperação da RTE da CPFL Sul Paulista terminou em janeiro de 2009 sendo que o total da perda foi de R$ 7.659, sem impacto nesse trimestre, pois a mesma é provisionada.

As controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa realizaram a RTE em sua totalidade em junho de 2005, dezembro de 2004 e dezembro de 2005, respectivamente.

a.2) Energia Livre

Corresponde a energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia, durante o período de racionamento.

As concessionárias de distribuição arrecadaram os recursos óbitos do consumidor através do reajuste tarifário extraordinário e os repassaram aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL.

No caso da controlada RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessão pela distribuidora de sua quota parte de tarifa para o programa de racionamento.

Assim como para a RTE, as controladas RGE e CPFL Geração possuem em 31 de março de 2009 provisão para perda na realização de Energia Livre totalizando o montante de R$ 7.756. A controlada CPFL Geração possui ainda o registro de perda de R$ 5.501 referente ao repasse de distribuidores que já encerraram os seus prazos de recebimento. Os valores registrados já estão, ou dos destes provisões.

a.3) Parcela "A"

Corresponde a variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" dos contratos de concessão ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Para a controlada CPFL Paulista a Parcela "A" começou a ser compensada a partir de janeiro de 2008, mediante a utilização de mecanismo análogo ao da RTE. Para a controlada CPFL Sul Paulista a Parcela "A" começou a ser amortizada em fevereiro de 2009, pelo prazo necessário para atingir o montante registrado. Para as controladas CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari os saldos da Parcela "A" foram amortizados em maio de 2008, novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007 e em agosto de 2005, respectivamente.

Para a controlada CPFL Piratininga, dada a necessidade de se efetuar o faturamento pelo ciclo mensal completo, ocorreu cobrança superior ao saldo existente, sendo o referido valor submetido a ANEEL no processo do Reajuste Tarifário de 2008. Assim, após a sua

homologação. A partir de outubro de 2008 deu-se início ao processo de devolução ao consumidor mediante compensação da tarifa, restando ao final deste trimestre um passivo no montante de R$ 5.505.

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária

A ANEEL estabeleceu em caráter provisório a revisão tarifária de 2008 e 2007 das controladas, conforme demonstrado abaixo:

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da revisão da base tarifária, de componentes financeiros que fazem parte da revisão tarifária.

Para todas as empresas, o caráter provisório da revisão tarifária ocorreu em função, basicamente, da Empresa de Referência e do Fator Xe. Adicionalmente, as controladas RGE e CPFL Santa Cruz possuíam em caráter provisório as respectivas Bases de Remuneração, enquanto que a controlada CPFL Paulista possuía o componente financeiro relacionado à sobrecontratação.

Entretanto, a homologação final ocorreu nos reajustes tarifários subsequentes, exceto para a CPFL Piratininga que apesar do reposicionamento ainda é provisório, conforme demonstrado abaixo:

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Devido ao reposicionamento da revisão tarifária das controladas CPFL Paulista e RGE, nesse trimestre foram reconhecidos os valores de R$ 11.979 e R$ 22.428, relacionados às devoluções que serão efetuadas aos consumidores no próximo período tarifário, respectivamente.

b.2) Reajuste Tarifário

A ANEEL estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual de 2009 e 2008 das controladas, conforme demonstrado abaixo:

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Por conta do processo de homologação dos componentes financeiros nos reajustes tarifários das controladas CPFL Paulista e RGE, nesse trimestre foram registrados os seguintes ajustes negativos:

CPFL Paulista: passivo de CVA de R$ 24.113 [illegible] diferença entre perda regulatória e real, estorno de sobrecontratação de energia de R$ 14.252 e outros passivos regulatórios de R$ 3.133 referente [illegible] CCEAR, desconto de TUSD e irrigação.

RGE: passivos referentes a subsídio [illegible] de R$ 5.155 e [illegible] de R$ 5.465.

c) Componentes Financeiros

c.1) Revisão Tarifária

A diferença entre a revisão tarifária provisória e a definitiva gerou um passivo a ser devolvido ao consumidor, que foi tratado como componente financeiro no reajuste tarifário subsequente, conforme descrito no item 3b.1.

Nota - Notas Explicativas

c.2) Descontos TUSD a Irrigação

As controladas reconhecem ativos regulatórios referentes a descontos especiais aplicados sobre a TUSD que os clientes livres que consomem energia elétrica em horário de fontes alternativas de energia e sobre as tarifas de fornecimento aplicadas às atividades de irrigação e aquicultura.

A partir da Revisão Tarifária de 2009 a ANEEL estabeleceu adiantamentos tarifários referentes à previsão desses descontos para o próximo período tarifário. A diferença entre a previsão e o efetivamente concedido é compensado no reajuste tarifário subsequente.

c.3) CVA

Referem-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incluídos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados e considerados na última revisão tarifária ou reajuste tarifário anual. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os saldos líquidos entre ativos e passivos de CVA, segregados por natureza e respectiva competência estão assim demonstrados:

c.4) Majoração da PIS e COFINS

Referem-se a diferença entre os custos relacionados ao PIS e COFINS apurados através da aplicação da legislação atual e aqueles incorporados à tarifa.

Os valores foram alterados em 2008 e 2007 foram reclassificados para fornecedores conforme ITR de 2008.

Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, conservadoramente optou-se por constituir passivos no mesmo montante dos ativos registrados na conta Outras Contas a Pagar (nota 22).

c.5) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% de seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia de repasse as tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

A ANEEL, no processo de Revisão Tarifária de 2008 revisou a metodologia e os valores de sobrecontratação da controlada CPFL Paulista, alterando os processos de sazonalização e modulação de energia acústica. Para manter a consistência das informações, tanto a controlada CPFL Paulista como a controlada CPFL Piratininga, revisaram também seus procedimentos envolvendo inclusive os contratos firmados com a controlada CPFL Brasil, procedendo aos ajustes contábeis devidos.

Como resultado, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga reconheceram no primeiro trimestre de 2008 um aumento de Receita - Suprimento de Energia Elétrica e Custos - Custo com Energia Elétrica, totalizando R$ 22.594 e R$ 137.169, respectivamente.

Adicionalmente, a controlada CPFL Brasil constituiu uma provisão de contas a pagar de R$ 71.870, tendo por contrapartida a reversão da receita de suprimento da energia de R$ 66.436 e uma despesa financeira de R$ 5.441.

c.6) Subvenção – Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 16 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh, desde que atendidos alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser recuperados na Revisão Tarifária de 2008 das controladas de distribuição, com exceção da CPFL Piratininga, definiu-se que parte desse subsídio seria reembolsado via tarifa no âmbito da própria concessionária (enquadramento por conta da Portaria DNAEE) e o restante (enquadramento por conta da Lei nº 10.438/02) via recebimento de recursos da CDE. Entretanto, face a impossibilidade de ressarcimento via recursos da CDE, dada a inexistência de recursos para tal fim, os valores a receber foram considerados no reajuste tarifário de 2009 da controlada CPFL Paulista, como componente financeiro e para as demais será concedido no próximo reajuste tarifário. Referente a controlada CPFL Piratininga definiu-se que todo o subsídio será reembolsado via tarifa no âmbito da própria concessionária.

A partir dos reajustes tarifários de 2009 e 2008, a ANEEL estabeleceu uma nova sistemática concedendo adiantamentos tarifários para cobertura integral dos subsídios

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

consolidados aos consumidores. Assim, a diferença entre o subsídio efetivamente realizado e o adiantamento recebido será apurada mensalmente para fins de inclusão no próximo reajuste tarifário.

c.7) Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente exposição CCEAR, garantias financeiras, subsídios a cooperativas e permissionarias e consultorias (companhias de medidas e avaliação da Base de Remuneração).

O quadro abaixo demonstra as movimentações dos ativos e passivos regulatórios ocorridos no 1º trimestre de 2009.

[illegible]

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Saldos Bancários	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Aplicações Financeiras	50.000	15.[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	62.881	15.702	868.850	727.842

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONARIAS E PERMISSIONARIAS

Na consolidação, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, é como segue:

	Consumidores				
	Saldos	Vencidos		Total	
	Vencidos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Consumidores					
Atividade de Consumidores					
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não-Consumidores					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]			[illegible]	[illegible]

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, em 2005, a Sociedade adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica e/ou a Companhia Energética de São Paulo (CESP) (vendedora) e CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 5 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade a CESP será liquidado com os recursos provenientes da aquisição da energia pura vista por aquela empresa de a CPFL Brasil.

Na controladora, em 31 de março de 2009, o saldo no ativo circulante é de R$ 38.904 (R$ 38.249 em 31 de dezembro de 2008) e no ativo não circulante é de R$ 80.932 (R$ 97.117 em 31 de dezembro 2008). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a., mais variação anual do IGP-M, e esta sendo amortizada através de parcelas mensais, no valor correspondente a transação de compra de energia.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Consolidado		Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Consolidado				
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não Consolidado				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(8) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(87.482)
Provisão constituída	(3.421)
Recuperação de Receita	3.540
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	8.072
Saldo em 31 de março de 2009	(71.281)

(9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Aqui Reajustadas nota 3	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Nota - Notas Explicativas

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Crédito de Contribuição Social sobre				
Bases Negativas	24.155	24.155	39.845	39.845
Diferenças Temporárias Não Imediatas	-	-	725.371	694.166
Diferenças Temporárias Imediatas	67	67	32.279	64.440
Subtotal	24.222	24.222	797.495	798.451
Crédito de Imposto de Renda sobre				
Prejuízo Fiscal	64.443	64.443	98.741	64.998
Base Negativa			497.642	572.194
Diferenças Temporárias Imediatas	11.171	11.171	244.115	250.200
Subtotal	101.832	101.594	1.039.885	1.016.419
Crédito de PIS/COFINS sobre				
Diferenças Temporárias Imediatas			12.771	13.400
Total	126.037	125.816	1.850.151	1.827.870
Circulante	14.311	14.311	213.216	230.144
Não Circulante	111.711	111.544	1.644.243	1.597.726
Total	126.022	125.855	1.856.351	1.827.870

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporárias, reduções e benefício fiscal do ágio incorporado está baseada nas projeções de resultados futuros aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Para o trimestre findo em 31 de março de 2010 a Administração não prevê mudanças significativas nas projeções descritas nas demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009.

10.2 - Benefício Fiscal do Ágio Incorporado:

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

CIBSA-O CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Anual - Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/03/2009		31/12/2008	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	111.112	328.946	110.627	326.476
CPFL Piratininga	24.765	74.678	25.275	76.208
RGE	40.679	122.725	42.447	128.040
CPFL Santa Cruz	6.510	21.410	7.126	22.469
CPFL Leste Paulista	3.339	10.383	1.712	4.761
CPFL Sul Paulista	5.330	16.508	1.674	4.563
CPFL Jaguari	3.404	9.540	1.670	4.452
CPFL Mococa	2.262	6.254	679	1.520
CPFL Geração		39.201		39.508
CPFL Serviços	613	1.379	-	-
Total	205.181	687.542	199.163	672.154

Na Reestruturação da CPFL Jaguariuna (nota12) foi gerado um benefício fiscal sobre o ágio incorporado da PrAcc e da CPFL Jaguariuna no valor de R$ 41.852 e qual foi transferido para as subsidiárias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Mococa e CPFL Serviços.

10.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado					
	31/03/2009			31/12/2008		
	CSLL	IRPJ	% CSLL/IRPJ	CSLL	IRPJ	% CSLL/IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]	
[illegible]				[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

10.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008.

	Consolidado			
	31/03/2009		31/03/2008	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Saldo de Dívida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(Reclassificado)

	Consolidado			
	31/03/2009		31/12/2008	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Saldo no Início do Exercício	452.719	452.719	452.684	452.684
Ajustes de Exercícios Anteriores				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldo do Período	451.831	451.831	452.684	452.684
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldo Final Ajustado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

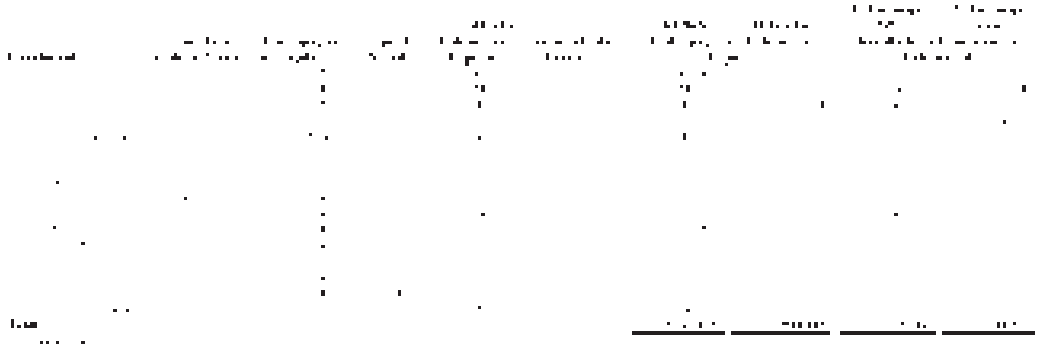
(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

12.1 - Participações Societárias Permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes direta da Sociedade são como segue

01656-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93



As movimentações ocorridas no saldo de participações societárias são como segue:

Controladas	31/12/2008	Reestruturação Societária	Redução de Capital	Equivalência	31/12/2009
CPFL Paulista	49 [illegible]	-		25 [illegible]	542 564
CPFL Piratininga	224 615	-		62 [illegible]	286 946
RGE	1 [illegible]			18 [illegible]	[illegible]
CPFL Santa Cruz	80 [illegible]			5 [illegible]	85 [illegible]
CPFL Leste Paulista	-	38 509	[illegible]	1 [illegible]	41 560
CPFL Jaguari		37 [illegible]	[illegible]	1 [illegible]	31 [illegible]
CPFL Sul Paulista		5 [illegible]	[illegible]	[illegible]	42 [illegible]
CPFL Mococa	-	23 [illegible]	[illegible]	1 [illegible]	25 [illegible]
CPFL Geração	1 [illegible]			27 [illegible]	[illegible]
CPFL Brasil	2 [illegible]	-		45 [illegible]	51 [illegible]
CPFL Serviços	[illegible]	-		[illegible]	[illegible]
CPFL Renda I		736		1 [illegible]	2 [illegible]
CPFL Serviços		10 [illegible]		[illegible]	[illegible]
CPFL Jaguariúna	-	[illegible]		[illegible]	[illegible]
CPFL Jaguariúna Geração		37 [illegible]		1 [illegible]	38 [illegible]
	3 [illegible]	246 462	[illegible]	331 [illegible]	3 [illegible]

Reestruturação Societária: Porácio, CPFL Jaguariúna e subsidiárias

Em 30 de dezembro de 2008 a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº [illegible] aprovou uma Reestruturação Societária envolvendo a Porácio, CPFL Jaguariúna e suas subsidiárias. A operação foi concretizada neste trimestre e consistiu em:

- Aumento de Capital na Porácio:

  Visando a incorporação da Porácio pela CPFL Jaguariúna, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 29 de janeiro de 2009, foi aprovado um aumento de capital pela Sociedade na Porácio no montante de R$ 413.512, através de capitalização de créditos de AFAC no valor de R$ 405.210 e outras contas a receber no valor de R$ 8.302.

- Incorporação da Porácio pela CPFL Jaguariúna:

  Em AGE realizada em 18 de fevereiro de 2009, foi aprovada a incorporação da Porácio pela CPFL Jaguariúna. A incorporação teve como consequência a extinção da primeira, passando a CPFL Jaguariúna à condição de sucessora dos seus bens, direitos e obrigações.

- Cisão Parcial da CPFL Jaguariúna:

Nota 1 - Visão Geral da Companhia

Em AGE realizada em 25 de março de 2009 foi aprovada a cisão parcial e redução de capital da CPFL Jaguariúna.

Na cisão o ágio e respectiva provisão e o benefício fiscal sobre o ágio incorporado (Período) registrados conforme Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, no montante líquido de R$ 40.824, foram incorporados nas subsidiárias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Mococa e CPFL Serviços. Adicionalmente foi realizada uma redução de capital na CPFL Jaguariúna no valor de R$ 200.048, que também foi transferida para a CPFL Energia, com investimentos nas controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari, CPFL Planalto, CPFL Serviços e CPFL Jaguariúna Geração no montante de R$ 201.339 (ex-Dividendos a Receber no montante de R$ 66.776, ativo de R$ 2.000 de passivos no valor de R$ 22.917 e de saldo líquido do ágio no valor de R$ 44.891 (R$ 41.814 de ágio recomposto e R$ 3.435 relativo ao ágio na aquisição de minoritários). O ágio na aquisição de minoritários, após a sua incorporação e aplicação da CVM nº 319/99 e nº 349/01, gerou um crédito fiscal de R$ 606 nas controladas e ágio reconhecido na Sociedade de R$ 1.529.

A adição do patrimônio na Sociedade incorporada na incorporação anterior de R$ 245.467 referente ao patrimônio remanescente da CPFL Jaguariúna de R$ 2.491, a redução de capital de R$ 201.339 e a transferência e constituição do benefício fiscal de R$ 40.824 e R$ 606 respectivamente.

Depois de finalizada a reorganização societária a Sociedade passou a deter diretamente o controle sobre essas subsidiárias.

Redução de Capital Social.

A cisão na AGE de 25 de março de 2009 incluiu a aprovação da redução de capital das controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari. Esta redução que gerou um reembolso financeiro para a Sociedade de R$ 38.220 visou adequar a estrutura de capital de maneira a patrimônio com as metas estabelecidas no grupo. Esta operação não resultou em cancelamento de ações.

12.2 – Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") a Dividendo a receber.

	Consolidado					
	Dividendos		JCP		Total	
Controladas	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Nota - Saldo em 31/12/2008

No 1º trimestre de 2009 a Sociedade recebeu da controlada CPFL Geração o montante de R$ 9.000 e da controlada CPFL Santa Cruz o valor de R$ 2.000 referente dividendos declarados em exercícios anteriores.

12.3 – Participações Societárias pelo Custo

Refere-se às empresas participação de 5,91% que a controlada empresa Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S/A, sendo 28.620 ações ordinárias e 18.051 ações preferenciais. Este investimento está registrado pelo método de custo. Em função de participação detida por acionistas não controladores através de ações preferenciais representarem 40,07% do capital total da Paulista Lajeado e de os mesmos terem participação no resultado limitada a 10% do lucro líquido antes da distribuição das participações, estes custos foram registrados no consolidado na linha de Participação de Acionistas não Controladores no passivo totalizando R$ 33.895.

12.4 – Ágio

Saldo e movimentação dos ágios registrados na controladora vide nota 14

(13) IMOBILIZADO

	Consolidado			
	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2008 líquido	31/12/2007 líquido
Em Serviço				
Terrenos	1.[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Reservatórios	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Edificações	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Máquinas e Equipamentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outras Imobilizações	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	11.[illegible]	(4.[illegible])	7.[illegible]	6.[illegible]
Em Curso				
Terrenos	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Obras	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Máquinas e Equipamentos	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Outras Imobilizações	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	1.[illegible]	-	1.[illegible]	1.[illegible]
Subtotal	12.[illegible]	(4.[illegible])	8.[illegible]	7.[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			8.[illegible]	8.[illegible]

A taxa de depreciação média das obras é de 5,0% a.a. nas distribuidoras e 2,0% a.a. nas geradoras.

(14) INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Intangível da Concessão			2.[illegible]	2.[illegible]
Outros Intangíveis	2.[illegible]	380	3.[illegible]	3.[illegible]
Total	2.[illegible]	380	2.[illegible]	2.[illegible]

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo de Outros Intangíveis é composto basicamente por softwares de vida útil definida e cuja amortização é de 20% a [illegible] por direito de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação avaliada de acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

Composição do Intangível de Concessão

	[illegible]				
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	

Até 31 de dezembro de 2007 os valores relacionados aos ágios oriundos da aquisição ou aumento de participação societária eram registrados no grupo de Investimentos (Ágio) e Imobilizado (Outros ativos não vinculados à concessão). Com o advento da Lei nº 11.638/07 e a emissão do CPC 04 Ativos Intangíveis em 2008, tais valores passaram a atender a definição e classificação de Ativos Intangíveis.

- **Intangível – Concessão**

  Representa a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido das empresas adquiridas nas respectivas datas de aquisição. Correspondem ao benefício futuro que a controladora possui com o direito de exploração da concessão e estão classificados como Intangível de vida útil

definida, amortizados com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias para o prazo remanescente de concessão. O intangível de concessão está assim representado:

- **Intangível adquirido não incorporado**

  Na controladora refere-se basicamente ao ágio de aquisição remanescente das ações cedidas pelos acionistas não controladores da CPFL Geração em junho de 2005, CPFL Paulista e CPFL Piratininga em novembro de 2005, e RGE em dezembro de 2007. No consolidado de 2008, inclui o intangível de aquisição da CPFL Jaguariúna, a qual foi incorporada no trimestre (nota 12.1).

- **Intangível adquirido já incorporado - Dedutível**

  Refere-se ao ágio advindo da aquisição das controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM 319/99 e 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.

- **Intangível adquirido já incorporado - Recomposto**

  Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL, de evitar que a amortização do ágio advinda de incorporação de controladora cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o ágio de aquisição. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do ágio em contrapartida à reserva do patrimônio líquido das controladas, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Sociedade nas controladas, sendo necessário a constituição de um ágio indedutível para fins fiscais, de mesmo montante.

As movimentações ocorridas no saldo de participações societárias são como segue:

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(15) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	[illegible]							
	[illegible]				[illegible]			
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01656-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

Conforme segregação nos quadros acima, a Sociedade e suas controladas, em conformidade com o CPC 14 (Instrumentos Financeiros), classificam suas dívidas como (i) passivos financeiros não

Nota 4 - Valor Justo (Fair Value)

mensurados ao valor justo, mensurados ao custo e apresentação de eventuais reavaliações ao valor justo sobre resultado

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos de reconhecimento de receitas e despesas atreladas da marcação a mercado dos derivativos de proteção atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Estão demonstradas a seguir informações adicionais sobre o valor justo das respectivas dívidas e a comparação com as respectivas saídas pelos

	Controladora				
	Valor justo				
Descrição	Cotação (unidades físicas ou financeiras)	Preços		Total	Valor contábil
		Cotados	Não Cotados		
Mensurados a custo ou custo amortizado					
CPFL Paulista					
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Nuon					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
CPFL Geração					
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total Mensurados a Custo ou Custo Amortizado	6.154.4	4.648	4.287.906	4.292.554	4.292.554

As mudanças dos valores justo destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Sociedade e suas controladas. Os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas (R$ 24.447) estão sendo compensados pelas perdas de R$ 34.341 obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção da variação cambial e juros pela 2ª geração uma perda líquida acumulada de R$ [illegible]

Principais captações no período

Moeda Nacional

BNDES – Investimento FINEM IV (CPFL Paulista) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R$ 345.550 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste primeiro recebeu o montante de R$ 34.200 e o saldo remanescente estimado de R$ [illegible] está previsto para ser liberado até o terceiro do 1º trimestre de 2010. Os juros serão pagos mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente

BNDES – Investimento FINEM IV (subcrédito "A" e "B") – (RGE) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R$ 258.019 (R$ 215.731 subcrédito "A" e R$ 42.287 subcrédito "B") que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste primeiro recebeu o montante de R$ 25.500 e o saldo remanescente estimado de R$ 132.919 está previsto para ser liberado até o terceiro trimestre de 2010. Os juros serão pagos mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações sendo efetuadas mensalmente

BNDES – Investimento FINEM III (CPFL Piratininga) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R$ 155.170 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste primeiro recebeu o montante de R$ 10.462 e o saldo remanescente estimado de R$ 80.196 está

[illegible]
previsto para ser liberado até o término do 1º trimestre de 2010. Os juros serão pagos trimestralmente até 31 de dezembro de 2009 e a partir de 15 de janeiro de 2010 serão amortizados mensalmente.

BNDES – Investimento (CFRAN) – No trimestre foi liberado a última parcela do empréstimo contratado em fevereiro de 2004, junto ao BNDES, destinado ao financiamento do empreendimento da 14 de Julho no montante de R$ 4.832 (R$ 3.141 pelo cliente à participação da CPFL Geração). Os juros e principal estão sendo pagos mensalmente desde novembro de 2005.

Instituições Financeiras (NGL) – A controlada contratou empréstimo junto ao HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em março de 2009, com a emissão de 15 (dezesseis) notas promissórias, no valor nominal unitário de R$ 10.000 perfazendo o montante total de R$ 150.000. Os recursos captados por meio de distribuição pública das notas promissórias serão utilizados para pagamento das debêntures da 2ª série da 2ª emissão, em 1º de abril de 2009. Não há condições restritivas.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. A Administração da Sociedade e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Sociedade e de suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

[illegible]

(16) DEBÊNTURES

[illegible]

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Sociedade e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. No entendimento da Administração da Sociedade e suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas.

Nota - Notas Explicativas

(17) FORNECEDORES

	Consolidado	
Circulante	31/03/2009	31/12/2008
Encargos de Serviços do Sistema	46.207	37.075
Suprimento de Energia Elétrica	708.656	691.554
Encargos de Uso da Rede Elétrica	140.035	150.166
Materiais e Serviços	81.685	114.814
Programa de Eficientização (3)	29.042	29.219
Outros	1.021	24.005
Total	988.206	982.344
Não Circulante		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	74.646	85.211

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	440.856	464.218	4.174	5.445

(19) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração através da Fundação CESP e controlada RGE através da Fundação Celg de Seguridade Social - ELETROCELG, e controlada CPFL Santa Cruz através da RR Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil e controlada CPFL Jaguariúna através da HSBREV Fundo de Pensão, mantem Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

I - CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefício Suplementar Programado Saldado e um Plano de Benefício Misto. Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997 foi reconhecida uma obrigação pela qual o déficit técnico apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP a ser liquidado em 360 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI / FGV. Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 258 parcelas mensais e 15 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2029. Conforme acordo em contrato, a dotação é ajustada anualmente de acordo com o déficit/superávit apurado em laudo atuarial realizado de acordo com as regras da Secretaria de Previdência Complementar ("SPC"), que prevê dois critérios de registros

CIBSA-O CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Nota - Valores em R$ Milhões

contribuição acordado pela sua Patrocinadora em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 690.739 (R$ 702.858 em 31 de dezembro de 2008).

II – CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga foi constituída em processo de cisão da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina. A empresa predecessora ou controladora assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados associados à atividade cindida da empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Piratininga um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, e um Plano de Benefícios Misto.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Companhia Matogrossense de Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa predecessora da Companhia) referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP a ser liquidada em 200 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2000, os prazos de pagamento somaram a moratória para 227 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. Conforme deliberação em contrário, a obrigação é ajustada anualmente de acordo com o déficit apurado com base em laudo atuarial elaborado de acordo com as regras do SPC, quando dos encerramentos de exercícios sociais e contabilizado pela controlada em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 180.193 (R$ 193.507 em 31 de dezembro de 2008).

III – RGE

Para o tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários incluindo a presunção benefício da Previdência Social com um Ativo Líquido Segregado e Administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é direito somente para os empregados que tiverem os contratos de trabalho suspensos da CLLL para RGE.

IV – CPFL Santa Cruz

O plano de aposentadoria da controlada CPFL Santa Cruz foi originalmente administrado pela FUNSEEIPM passou a partir de 01 de novembro de 2007 a ser administrado pelo BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil. O plano da controlada CPFL Santa Cruz está estruturado na modalidade de contribuição definida.

V – CPFL Geração

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Geração um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado e um Plano de Benefícios Misto, exclusivamente nos moldes da controlada CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela controlada CPFL Paulista foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 200 parcelas mensais acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de

[illegible]

2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. Conforme definido em contrato, a obrigação é ajustada anualmente de acordo com o deficit/superavit apurado em laudo atuarial, realizado de acordo com as regras do SPC, que direte dos critérios de registros contábeis adotado pela controlada em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 13.664 (R$ 14.257 em 31 de dezembro de 2008).

VI – CPFL Jaguariúna

Em dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

VII – Movimentações dos planos de benefício definido

	31/03/2009				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As despesas e receitas reconhecidas são como seguem:

	1º Trimestre de 2009				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]
[illegible]					
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]		[illegible]
Total de Despesas Reconhecidas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	1º Trimestre de 2008				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]			[illegible]
[illegible]					[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]			
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]		[illegible]
Total de Receitas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

Na demonstração do resultado as despesas e receitas foram registradas na rubrica "Custo de Operação", no valor total de despesa de R$ 515 (receita de R$ 21.009 no mesmo período de 2008).

Nota - Notas Explicativas

(20) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	1.967	1.329
Reserva Global de Reversão - RGR	7.641	7.631
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.134	2.020
Cota de Consumo de Combustível - CCC	27.016	46.174
Cota de Desenvolvimento Energético - CDE	36.210	36.894
Total	77.268	94.054

(21) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

[illegible]

As movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais estão demonstradas assim:

	Consolidado					
	31/12/2008	Adições	Reversões	Pagamentos	Transferência Disponível	31/03/2009
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisões para Contingências - Total	257.659	3.908	(2.310)	(14.918)	1.254	245.593
Depósitos vinculados a [illegible]	288.973	3.908	(1.293)	(14.918)	11.908	288.578

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia e de suas controladas. Os detalhes da natureza das provisões para contingências e depósitos judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008.

Perdas possíveis - A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, avaliou que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares, são classificadas como possíveis e por este motivo nenhuma

Nota - Notas Explicativas

provisão sobre as mesmas. A composição dessas ações encontra-se descrita abaixo e, em 31 de março de 2009 estavam assim representadas: (i) R$ 230.250 trabalhistas (R$ 229.267 em 31 de dezembro de 2008); (ii) R$ 437.038 cíveis, representadas basicamente por ações pleiteando impactos ambientais e majoração tarifária (R$ 492.093 em 31 de dezembro de 2008); e (iii) R$ 557.581 fiscais, as quais são compostas basicamente a Imposto de Renda - CNIS, PIS/COFINS (R$ 625.216 em 31 de dezembro de 2008).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, baseada na análise de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões ou informações nas notas que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Consumidores e Concessionárias	49.894	91.944	-	-
Pessoal, Encargos e Benefícios	217.916	248.437	4.722	4.127
Programas de Eficiência Energética - PEE	48.093	76.670	66.124	71.671
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	99.539	87.152	67.334	49.949
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2.197	27.429	-	991
Programa de Eficiência Energética - PEE	1.713	11.617		1.713
Participação Parceiros			71.454	71.454
Arrendamentos	6.932	6.306	45.611	41.196
Obrigações Empresariais Compulsórias	3.715	3.434	-	-
Provisão para Serviços a Empregados	7.230	6.179	744	744
Fundo de Reparos	3.047	3.421		
Participações Minoritárias	32.403	29.048	-	-
Outros	174.775	60.137	11.922	11.744
Total	646.419	624.338	311.581	257.144

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/03/2009		31/12/2008	
Acionistas	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	473.510.939	100,00	473.510.939	100,00

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	Controladora	
	31/03/2008	31/12/2008
Dividendos		
UEG Araucária S.A.	[illegible]	[illegible]
UEG Parnaíba S.A.	[illegible]	[illegible]
Dominó Participações S.A.	[illegible]	[illegible]
ENGIE Participações S.A.	[illegible]	[illegible]
Dividendos Prescritos	[illegible]	[illegible]
Demais Acionistas	[illegible]	[illegible]
Subtotal	622.424	622.448
Juros sobre o Capital Próprio	421	421
Total	622.845	622.869

Na AGOE de 29 de abril de 2008 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2008 através da pr[illegible] declaração de dividendos no montante de R$ [illegible] sendo R$ 601.376 de dividendos intermediários declarados em julho de 2008 e R$ 606.105 de dividendo complementar e [illegible] constituição de reserva legal no valor de R$ 60.799.

(24) RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

[illegible]	[illegible]					
	[illegible]		[illegible]		[illegible]	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
[illegible]						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	[illegible]		[illegible]	
	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
Energia Comprada para Revenda				
Energia Comprada no Ambiente Regulado - ACR				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Energia Comprada no Ambiente de Contratação Livre - ACL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal			[illegible]	[illegible]
Total			[illegible]	[illegible]

[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(26) DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controlado	
	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
Despesas com Vendas				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			[illegible]	[illegible]
Despesas Gerais e Administrativas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outras Despesas Operacionais				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(27) RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	3º Trimestre 2009	3º Trimestre 2008	3º Trimestre 2009	3º Trimestre 2008
Receitas				
Rendimento de Aplicações Financeiras	4.031	12.387	115.941	109.065
Juros e Atualização Monetária Ativos				
Atualização Depósitos Judiciais				
Variação Cambial Ativa				
Ajuste a Valor Presente - AVP				
Receitas de Operações com Derivativos				
Outras				
Total	4.031	12.387	115.941	109.065
Despesas				
Encargos Financeiros				
Atualização Monetária				
Variação Cambial Passiva				
Outras				
Total				
Resultado Financeiro Líquido				

(28) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros sendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) mensurados ao valor justo contra resultado, (iii) mantidos até o vencimento e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

Empréstimos e recebíveis
São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são mensurados inicialmente pelo método de custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 5); (ii) dividendos e juros sobre o capital próprio (nota 27); e (iii) outros créditos (nota 11).

- Mensurados ao valor justo contra resultado
São os ativos financeiros que sejam (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de controlar os efeitos de reconhecimento de ganhos e despesas a fim de se obter uma avaliação coerente, ou (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é reconhecida

Anual - NOTAS EXPLICATIVAS

Os principais ativos financeiros que a Sociedade e suas controladas têm classificados nesta categoria são: (i) disponibilidades e aplicações financeiras (nota 4) e (ii) derivativos.

ii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico e mensurados ao custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes ativos financeiros: (i) título receível com a CESP (nota 6) e (ii) créditos a receber da controlada CPFL Paulista junto a CESP (nota 11).

iii) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Sociedade e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo contra resultado e (ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

Mensurados ao valor justo contra resultado

São os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de controlar os efeitos de reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Sociedade e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 15) e (ii) derivativos.

i) Não mensurados ao valor justo contra resultado

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente ao método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 17); (ii) empréstimos e financiamentos (nota 15); (iii) encargos de dívidas (nota 15); (iv) encargos de debentures (nota 18); (v) debentures (nota 16) e (vi) outras contas a pagar (nota 22).

Considerações sobre Risque:

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Anual - Nível 2 (NOVO)

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem principalmente a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos as atividades essenciais desenvolvidas pelas companhias são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em reduções de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permite à Sociedade e suas controladas focar os seus esforços de operação para o custo relativo à variação do CDI. Adicionalmente as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais à variação cambial na conta de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade e suas controladas têm como contraparida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Para uma parcela das debêntures emitidas há operações de swap visando à proteção à alterações de taxas de juros. Adicionalmente as companhias têm buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP visto menores volatilidades do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte do fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto a Escassez de Energia: A energia vendida pelas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuvas aliado a um crescimento de demanda acima do planejado pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume das mesmas, podendo assim gerar em perdas em função de racionamento de energia ou necessidade de recursos com abertura de um novo programa de racionamento como o vivenciado em 2001.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade e suas controladas possuem contratos de empréstimos financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente relacionadas a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros (geração de caixa e outros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das operações e saldos dos instrumentos financeiros com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Critérios para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos gerados pelos instrumentos financeiros e de risco a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração a Sociedade e suas controladas dispõem de sistema de software (MATSI) que gera condições de calcular o VaR - *Value at Risk*, *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos e ativos de risco aos quais a Sociedade e suas controladas estão expostas. Historicamente os instrumentos financeiros contratados pela Sociedade e controladas suportam os

Nota - Notas Explicativas

por estas ferramentas são reconhecidos resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Sociedade e suas controladas vem a prática de contratação de instrumentos derivativos somente com as devidas aprovações de alçadas somente após a formalização a qual a administração considera como risco. A Sociedade e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Sociedade e suas controladas atendem aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo portanto políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação adotados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento com base nas condições contratuais descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado tendo como base informações obtidas pela ANBIMA, Bloomberg e Andima.

Desta forma, o valor de mercado de um título ou despesa ao seu valor de vencimento (valor de resgate) líquido é valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento do título, pelo da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas de valor e prazo semelhantes no mercado e com pouca liquidez, normalmente relacionadas com o programa emergencial de refinanciamento de dívida e garantia específica regulamentos e créditos a receber da CDSF, as controladas presumem que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a Sociedade e suas controladas possuem outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, os valores de mercado destes instrumentos financeiros foram obtidos através da metodologia acima descrita conforme segue:

	Consolidado			
	30/09/2009		31/12/2008	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(5.752.429)	(5.727.230)	(5.955.431)	(5.499.161)

Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a Sociedade e suas controladas possuem por política celebrar derivativos com o propósito de proteção - hedge das taxas de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Sociedade e suas controladas possuem hedge cambial em volume consolidado com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos afetados à variação cambial.

Nota - Valores Justos de Ativos

Os instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que a grande parte das derivativos contratados Sociedade e suas controladas possuem prazos perfeitamente atrelados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas as respectivas variações justas forem designadas para o resultado contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos de valores contratados para proteção continuam sendo contabilizadas ao respectivo valor de custo. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas não adotaram a contabilidade de hedge prática contábil para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2009, a Companhia e suas controladas detinham operações de swap

[illegible]

Apesar das perdas líquidas apuradas na marcação a mercado dos instrumentos derivativos demonstradas acima, tais efeitos foram mitigados pela opção exercida pela Sociedade e suas controladas por também marcar a mercado as dívidas que possuem instrumentos de hedge atrelados. Demonstramos a seguir os efeitos da marcação a mercado das dívidas, comparados às perdas apuradas somente para os respectivos derivativos atrelados:

Empresa	Derivativos	Dívidas	Líquido
CBA - Cambuí	(22.[illegible])	21.[illegible]	(1.[illegible])
CBA - Geração	(2.[illegible])	2.[illegible]	(4.[illegible])
RCE	(1.[illegible])	72	(48)
	(34.341)	24.447	(9.894)

[illegible]

A Sociedade e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos, tendo em vista por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas

minimizarem os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros atrelados nos respectivos endividamentos protegidos. No 1º trimestre de 2009 e 2008, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

Empresa	Risco protegido / operação	Contraparte	31/03/2009	31/03/2008
			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
			[illegible]	[illegible]

Outras exposições cambiais

Cabe ressaltar que a controlada indireta ENERCAN não possui ativos para proteção cambial correspondentes à dívida de R$ 103.543 junto ao BID e BNDES pelo fato de um percentual de seus reajustes tarifários contemplar a variação cambial do período tarifário. Embora exista o hedge natural para a exposição, o efeito da variação cambial dessas dívidas gerou, no 1º trimestre de 2009, um ganho de R$ 1.203, que somente será compensado a partir do próximo reajuste tarifário da controlada.

A controlada CPFL Paulista possui um endividamento total em moeda estrangeira de R$ 885.784. Para se proteger da exposição cambial, contratou instrumentos derivativos de proteção diretamente atrelados ao endividamento no montante de R$ 590.929. Para minimizar a exposição cambial, a controlada contratou ainda um instrumento derivativo não vinculado no montante de R$ 27.635, além de possuir ativos indexados em dólares (crédito a receber da CESP e fundo vinculado a empréstimos ME - nota 11) em montante suficiente para anular um eventual impacto cambial.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Sociedade e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (incluindo derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial existente em 31 de março de 2009 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seriam:

(28) - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				
Instrumentos	Exposição	Risco	Depreciação cambial de 5%	Depreciação cambial de 10%	Depreciação cambial de 20%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

Variação das taxas de juros

Supondo, (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2009 seja mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permanecam estáveis (CDI – 11,15% a.a., IGP-M – 6,27% a.a., TJLP – 5,25% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R$ 497.783. Caso ocorram oscilações nas índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria indicado [illegible].

			Consolidado		
Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I	Deterioro de índice em 25%	Deterioro de índice em 50%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

(29) EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Promissórias

Com o objetivo de obter recursos para adequar o perfil econômico-financeiro, recomponda o fluxo de caixa para obter liquidez suficiente para suportar seus investimentos, foram aprovadas para as controladas CPFL Paulista, RGE e CPFL Geração, em Reunião do Conselho de Administração de 02 de abril de 2009, e através de ACE das controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista e CPFL Jaguari em 30 de abril de 2009, a emissão de Notas Promissórias comerciais para distribuição. A liberação dos valores ocorreu em 29 de abril de 2009.

As Notas tem as seguintes características e condições:

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

	CPFL Geração	MGE	CPFL Geração	CPFL Taxa Prática	CPFL Sul Paulista	CPFL Jaguari
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As Notas Promissórias terão como garantia o aval da CPFL Energia e farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 115% da Taxa Diversa extrêmo.

Analise de Resultados – CPFL Energia (Controladora)

Neste trimestre o Lucro Líquido foi de R$ 242.700, sendo 6,5% (R$ 17.371) superior ao mesmo trimestre do exercício anterior devido basicamente aos resultados das participações societárias, conforme abaixo:

	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
CPFL Paulista	86.279	198.838
CPFL Piratininga	88.010	32.598
RGE	48.339	39.779
CPFL Santa Cruz	5.746	6.410
CPFL Leste Paulista	1.929	-
CPFL Jaguari	1.421	-
CPFL Sul Paulista	2.746	-
CPFL Mococa	1.458	-
CPFL Geração	10.925	35.820
CPFL Brasil	43.502	25.357
CPFL Atlende	(389)	-
CPFL Planalto	1.752	
CPFL Serviços	(790)	
CPFL Jaguariúna	(231)	(575)
CPFL Jaguari Geração	1.309	
Total	331.144	314.875

Neste trimestre as principais contas que afetaram os resultados das subsidiárias estão apresentadas a seguir:

- Revisão tarifária periódica da CPFL Paulista negativa em 17,21% aplicada nas tarifas a partir de abril de 2008;
- Reajuste positivo de tarifas para CPFL Geração e demais distribuidoras;
- Ajustes negativos nos resultados de 2008 em função da sobrecontratação de energia envolvendo CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Brasil (Nota 3 e 5);
- Entrada em operação de usinas da CPFL Geração;
- O processo de reestruturação societária que resultou na participação direta da CPFL Energia nas seguintes subsidiárias: CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Serviços, CPFL Planalto e CPFL Jaguar Geração e CPFL Jaguariúna.

10.1 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA DIRETORIA SOBRE O TRIMESTRE

Análise de Resultados – CPFL Energia Consolidado

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações	Consolidado		
	3Tr 09	3Tr 08	Variação
RECEITA BRUTA	2.547.756	3.601.803	-0,8%
Fornecimento de Energia Elétrica	3.041.054	3.020.540	5,5 -
Suprimento de Energia Elétrica	254.745	216.511	32,0
Outras Receitas Operacionais	261.957	243.521	7,5%
(-) Deduções da Receita Operacional	1.119.029	1.197.972	-6,1
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.091.696	2.384.364	3,7%
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(1.440.316)	(1.552.855)	-6,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.211.346	1.356.530	-10,7%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão e Conexão	228.970	196.325	17,2
CUSTO DESPESA OPERACIONAL	(426.702)	(407.545)	4,6%
Pessoal	124.707	119.412	4,2%
Entidade de Previdência Privada	(419)	21.010	-102,0
Material	16.353	14.631	5,9
Serviços de Terceiros	200.737	187.496	0,1
Provisões (Reversões) Operacionais	56.756	96.705	-7,2
Amortização de Ativo Intangível	46.724	21.070	2,2%
Outros	53.454	35.019	-17,5%
RESULTADO DO SERVIÇO	516.678	523.965	-1,4%
RESULTADO FINANCEIRO	(62.960)	(87.565)	-30,3%
Receita	110.941	95.760	9,3
Despesa	(173.901)	(183.325)	10,7
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	453.718	436.400	4,8%
Contribuição Social	45.714	42.714	7,2
Imposto de Renda	121.284	127.902	0,1
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	286.719	266.560	6,7%
Participação de Acionistas Não Controladores	12.969	1.228	0,2
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	282.750	265.332	6,5%
EBITDA	656.629	649.641	2,0%

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (1)		
Lucro Líquido do Período	282.750	265.332
Encargos de Financiamento Pré-pago	919	(21.705)
Depreciação e Amortização	110.613	84.795
Participação de Terceiros	12.969	1.228
Contribuição Social	45.714	42.714
Imposto de Renda	121.284	127.902
EBITDA	656.629	649.641

(1) Não examinado pelos auditores independentes

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2009 foi de R$ 3.507.755, representando uma redução de 2,8% (R$ 84.128) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores desta variação foram:

a) Redução de 5,6% (R$ 148.507) no fornecimento de energia elétrica e de energia, justificado pela redução de 5,2% nas tarifas médias praticadas principalmente em função da revisão tarifária da CPFL Paulista de -17,21% a partir de abril de 2008 e na redução na quantidade de energia faturada (0,4% - 44 GWh);

b) Aumento de 32,0% (R$ 59.211) no suprimento de energia, devido principalmente ao aumento de 35,2% na quantidade vendida, basicamente em função do bom desempenho no segmento de comercialização.

- Quantidade de Energia Vendida

No 1º trimestre de 2009, houve uma redução de 0,4% na quantidade de energia faturada a consumidores finais. As classes residencial e comercial, que representam 49,8% da quantidade de energia vendida a consumidores finais no trimestre, possuem as maiores tarifas médias, registraram um crescimento de 8,7% e 6,5% respectivamente, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior, em função da migração de alguns consumidores rurais para a classe residencial, das temperaturas elevadas registradas no período e crescimento do volume de vendas no comércio varejista.

A quantidade vendida para a classe industrial, que representa 34,4% da quantidade de energia vendida, apresentou uma queda de 9,9%, que reflete principalmente o impacto da crise internacional sobre a indústria em nossa área de concessão.

A quantidade vendida total de energia, considerando o fornecimento a consumidores finais e suprimento a concessionárias e permissionárias (contratos bilaterais), cresceu 3,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Em relação à quantidade de energia vendida nas áreas de concessão da CPFL Energia, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança na TUSD, houve uma redução de -2,2% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

- Tarifas

1241 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

No 1º trimestre de 2009, as tarifas de fornecimento de energia praticadas sofreram uma redução média de 5,2% devido, principalmente, aos impactos nos reajustes tarifários das controladas:

- CPFL Paulista: redução de 17,21% e RGE: aumento de 2,50%, ambos a partir de abril de 2008
- CPFL Santa Cruz: aumento de 24,09%; CPFL Jaguari: aumento de 11,06%; CPFL Mococa: aumento de 11,16%; CPFL Leste Paulista: aumento de 12,94% e CPFL Sul Paulista: aumento de 11,64%, todas a partir de 3 de fevereiro de 2009
- CPFL Piratininga: aumento de 16,54% em outubro de 2008

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2009 foram de R$ 1.196.259, uma redução de 0,1% (R$ 1.468) em relação ao mesmo trimestre de 2008, o que se refere principalmente a:

a) redução de PIS, COFINS e ICMS no montante de R$ 41.205 (4,2%), principalmente em função da redução do fornecimento faturado

b) compensado pelo aumento da encargo setorial CCC no montante de R$ 39.477

Custo com Energia Elétrica

O Custo com Energia Elétrica neste trimestre totalizou R$ 1.448.216, representando uma redução de 6,7% (R$ 104.349), em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar dos efeitos do reajuste dos preços dos geradores, a variação é explicada por:

- redução de 2,1% na quantidade de energia comprada;
- redução da amortização da Parcela "A" no montante de R$ 31.949, quando comparada com o 1º trimestre do ano anterior;
- no primeiro trimestre de 2008, houve aumento de custo referente ao ajuste de sobrecontratação de energia no valor de R$ 137.167, sendo R$ 85.824 na CPFL Paulista e R$ 50.343 na CPFL Piratininga/nota 3e 5);
- impactos negativos de sobrecontratação de energia (R$ 14.288); e do CVA (R$ 24.118); na CPFL Paulista no primeiro trimestre de 2009, em função da homologação do reajuste tarifário de 2009;
- Redução de R$ 36.595 no custo de energia comprada da CPFL Brasil, neste trimestre, principalmente em função na queda de preços;

1240 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais neste trimestre foram de R$ 425.702, um aumento de 4,6% (R$ 18.756) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. Esta variação deve-se principalmente a:

- **Despesas Operacionais Gerenciáveis**

  Representadas pelos custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros, estas despesas totalizaram R$ 282.755 neste trimestre, uma redução de 0,1% (R$ 1.905), que deve-se principalmente a:

  - redução de 17,8% (R$ 11.548) em Outras Despesas, devido principalmente pela reversão de provisão relacionada à recuperação de Créditos de Liquidação Duvidosa na controlada RGE (R$ 15.774), compensada pela reversão da provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa em 2008 na CPFL Paulista (R$ 4.871);
  - aumento de 4,0% (R$ 4.727) em Pessoal, devido basicamente aos efeitos do Acordo Coletivo de 2006;
  - aumento de 6,1% (R$ 5.244) em Serviços de Terceiros.

- **Entidade de Previdência Privada**

  O plano de Previdência Privada apresentou neste trimestre uma despesa de R$ 919 contra uma receita de R$ 21.039. Esta variação deve-se basicamente ao rendimento esperado sobre os ativos do plano, conforme definido no Laudo Atuarial preparado em dezembro de 2008.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R$ 62.960, comparada com R$ 91.069 no mesmo período de 2008, representando uma redução de 30,9% (R$ 28.109).

A receita financeira aumentou em R$ 6.876, devido principalmente a:

a) Redução de R$ 7.505 em rendas de aplicação financeira devido à queda das disponibilidades.

1234 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

b) Aumento da atualização monetária em R$ 9.645, principalmente em função da recuperação de créditos vencidos há longa data da controlada RGE, no valor de R$ 18.226.

c) Aumento da remuneração de CVA e parcela "A" em R$ 8.061 em função do aumento do saldo líquido de ativos e passivos regulatórios.

A despesa financeira reduziu em R$ 21.233 decorrente basicamente a:

a) Redução de R$ 27.302 nas despesas com atualizações monetárias e cambiais referente aos ganhos com os registros dos instrumentos financeiros e derivativos, ao valor de mercado (R$ 16.226) e a variação negativa do IGP-M no período.

b) Aumento de R$ 11.223 em encargos de dívidas, principalmente em função do maior endividamento das controladas CPFL Pratininga e RGE e devido ao aumento da variação do CDI no período.

Contribuição Social e Imposto de Renda

Os tributos sobre o resultado no 1º trimestre de 2009 foram de R$ 168.929, apresentando um aumento de 1,9% (R$ 3.205) em relação do mesmo trimestre de 2008, o qual reflete basicamente o aumento do Lucro Antes dos Tributos.

Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre foi de R$ 282.703, sendo 6,5% (R$ 17.371) maior que o mesmo período de 2008.

O EBITDA ajustado (lucro líquido no trimestre excluindo os efeitos de entidade de previdência privada, depreciação, amortização, resultado financeiro, equivalência patrimonial, contribuição social e imposto de renda) para o 1º trimestre de 2009 foi de R$ 656.529, sendo 2,0% (R$ 12.686) maior que o EBITDA apurado no mesmo período de 2008.

21.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

23.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

[illegible]	01
[illegible]	2
[illegible]	CVM/SRE/DEB/2007/042
[illegible]	25/10/2007
[illegible]	UN
[illegible]	SIMPLES
[illegible]	PUBLICA
[illegible]	01/09/2007
[illegible]	01/09/2014
[illegible]	SEM PREFERÊNCIA
[illegible]	CDI + 0,45%
[illegible]	
[illegible]	10.000,00
[illegible]	450.000
[illegible]	45.000
[illegible]	45.000
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	
[illegible]	01/09/2012

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

1994 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

(Não revisado pelos auditores independentes)

Nossos principais investimentos nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da nossa rede de distribuição e aos nossos projetos de geração. A tabela a seguir apresenta os investimentos da Sociedade nos 3 meses de 2009, bem como nos últimos três anos encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006:

	Em milhões de Reais			
	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			
	3 meses	2008	2007	2006
Distribuição de Energia				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Sumo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Geração de Energia	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Comercialização de Energia	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Planejamos investir aproximadamente R$ 1.216 milhões em 2009 e R$ 1.721 milhões em 2010. Dos investimentos totais de sede para esses períodos, R$ 1.150 milhões destinam-se à distribuição e R$ 712 milhões à geração.

CIBRASA-O CIBRA ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

21.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2009, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, com a criação de uma classe de ações preferenciais classe "A", sem direito a voto, conversíveis em ações ordinárias, nas hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia.

Acionistas	Ações Ordinárias	Part. %	Ações Preferenciais	Part. %	Total de Ações	Part. %
CPFL Energia S.A.	127.544.722	99,62	0	0,00	127.544.722	26,62
AES Participações S.A.	119.241.227	93,13	0	0,00	119.241.227	24,89
Bonaire Participações S.A.	8.303.495	6,49	0	0,00	8.303.495	1,73
Rio de Janeiro Participações S.A.	49.525.720	38,68	0	0,00	49.525.720	10,34
Piratininga Participações S.A.	30.441.000	23,78	0	0,00	30.441.000	6,35
Membros do Conselho de Administração	2.110	0,00	0	0,00	2.110	0,00
Membros da Diretoria Executiva	2.110	0,00	0	0,00	2.110	0,00
Outros Acionistas	19.222.245	15,01	0	0,00	19.222.245	4,01
Total	479.910.938	100,00	0	0,00	479.910.938	100,00

Os acionistas e os respectivos percentuais de participação no capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2008 e 2009 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2008		31/12/2009	
Acionistas	Ações ordinárias	Part. %	Ações ordinárias	Part. %
Controladores	319.547.951	66,59	347.774.289	72,48
Administradores				
Membros do Diretoria	2.110	0,01	1.504	0,00
Membros do Conselho de Administração	2.110	0,01	2.112	0,00
Demais Acionistas - Free Float	160.358.767	33,41	132.133.033	27,53
Total	479.910.938	100,00	479.910.938	100,00

C1056-O COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

31.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

31.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

C1056-O COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

DMPL - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

2004 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

Compromisso de arbitragem

A companhia está vinculada à arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no artigo nº 44 do Estatuto Social da Companhia.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A   02.429.144/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Balanço Social Trimestral / 2009 / 2008 *

Empresa: CPFL - Energia S.A.

[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]			[illegible]			[illegible]
[illegible]			[illegible]			[illegible]
[illegible]			[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		

CIBRASA - CIA BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

21.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

1 - Informações sobre destaques ocorridos no trimestre coberto pelo relatório (positivos ou negativos)	1º Trimestre do 2009			1º Trimestre do 2008		
	2			2		
	Consolidado	Individual	Consolidado	Consolidado	Individual	Consolidado
	Negócios	Negócios	Negócios	Negócios	Negócios	Negócios
	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	1T 2009	1T 2009		1T 2008	1T 2008	
	BM&FBOVESPA	Novo Mercado		BM&FBOVESPA	Novo Mercado	

2 - Outras Informações

Informações relevantes

1 - Informações relevantes que a companhia entenda necessárias à tomada de decisão de investimento

Responsabilidade Empresarial: Investimentos Sociais, Projetos Culturais, Esportivos e Ambientais

01856-0 COPEL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

	Controladora		Consolidado	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
1 - Receitas	[illegible]		[illegible]	[illegible]
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
3 - [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
4 - Retenções	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
5 - [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
6 - [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
7 - [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
8 - [illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial

Aos Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

1 Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. (Companhia) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, o relatório da desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade da Administração.

2 As informações contábeis da controlada indireta e coligada RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2009 foram revisadas por outros auditores independentes, cujo relatório de revisão especial foi emitido em 24 de abril de 2009, sem ressalvas. A CPFL Geração de Energia S.A. controlada em conjunto da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. possui participação patrimonial em consórcios e investimento em controlada em conjunto, cujas demonstrações financeiras em 31 de março de 2009 e os dados desses investimentos de R$ 111.000 mil, e receitas da equivalência patrimonial desse investimento no trimestre findo naquela data de R$ 2.000 mil, foram revisadas por outros auditores independentes. As informações financeiras relativas a esses consórcios e controlada em conjunto não foram revisadas e as demonstrações apresentam ativos proporcionais de R$ 360.000 mil em 31 de março de 2009. Nossa conclusão, no que se refere aos saldos e valores relativos a esses consórcios e controlada em conjunto, está fundamentada exclusivamente no relatório emitido pelos auditores independentes da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

3 As demonstrações contábeis da controlada indireta Campos Novos Energia S.A. relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2009 foram revisadas por outros auditores independentes, cujo relatório de revisão especial foi emitido em 24 de abril de 2009, sem ressalvas. A CPFL Energia S.A. detém participação indireta na Campos Novos Energia S.A. pela metade de equivalência patrimonial, uma vez que o controle é compartilhado. Em 31 de março de 2009 o saldo desse investimento é de R$ 289.257 mil, e a receita da equivalência patrimonial desse investimento no resultado deste trimestre é de R$ 11.870 mil de ganho. As demonstrações financeiras dessa investida não foram revisadas e apresentam ativos proporcionais de R$ 712.000 mil em 31 de março de 2009. Nossa conclusão, no que se refere aos saldos e valores relacionados a esse investimento, está fundamentada exclusivamente no relatório de revisão emitido pelos auditores independentes da Campos Novos Energia S.A.

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

1 Revisamos os balanços patrimoniais consolidados da Companhia Paranaense de Energia - Copel e da Companhia Paranaense de Energia - Copel, individuais, levantados em 31 de dezembro de 2009, e as demonstrações consolidadas e individuais do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão especial de demonstrações financeiras consolidadas de companhias abertas, emitidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e consistiu principalmente: (a) no conhecimento das práticas e dos procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e (b) na avaliação dos critérios e das práticas contábeis adotados pela administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais tomadas em conjunto.

3 Com base em nossa revisão e nos relatórios de revisão emitidos sobre as demonstrações financeiras individuais das controladas incluídas na consolidação, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais mencionadas no parágrafo 1 para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4 Conforme descrito na Nota Explicativa 3 - Ingerência nas operações, a Companhia e suas controladas, em decorrência da vigência de contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, mantêm transações com partes relacionadas, tais como: fornecimento de energia elétrica, uso da rede elétrica, serviços de operação e manutenção, entre outros. Os possíveis efeitos decorrentes da revisão e de ajustes deste tipo de transações, caso sejam efetuados, serão registrados na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subsequentes.

5 Conforme mencionado na Nota Explicativa 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil a partir de 2008, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, findas em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação neste trimestre, estão sendo representadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis - Mudanças nas Estimativas Contábeis - Correção de Erros, exceto pela não reapresentação das Origens e Aplicações de Recursos que não está sendo requerida conforme a Lei 11.638/07 pela Administração da Companhia.

Curitiba, 30 de abril de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Jaime Vaz de Barros Fagundes
Contador CRC PR-029401/O-0

Versão: 3.02.10 Pág: 31

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

2241 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU LIGADA

Controlada/Coligada : **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho individual consta de suas Informações Trimestrais - ITR - de 31 de março de 2009, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

2241 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA

Controlada/Coligada : CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

A controlada CPFL Geração de Energia S/A é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 31 de março de 2009, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

CONTROLADAS/COLIGADAS

02.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DAS CONTROLADAS/COLIGADAS (Reais Mil)

01.2 - IDENTIFICAÇÃO

02.1 - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

02.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

22.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA

Controlada/Coligada : CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A

Receita Bruta

A Receita Bruta do 1T09 que inclui as operações das controladas CL ON, Sul Geradora e Cone Sul foi de R$ 410.161, demonstrando uma redução de R$ 24.918 (5,7%) em relação ao mesmo trimestre de 2008, que se justifica basicamente pelo volume de venda a consumidores livres que teve uma retração de 17,3% no período.

Lucro Líquido do Período e EBITDA

O lucro líquido apurado no 1T09 foi de R$ 46.532, demonstrando um aumento de R$ 21.475 (85,7%), quando comparado com o mesmo trimestre de 2008. Este incremento é justificado basicamente pelo aumento do EBITDA no período da ordem de R$ 24.959.

O EBITDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização) para o 1T09 foi de R$ 61.713, sendo 87,9% maior que o apurado para o mesmo trimestre de 2008 que foi R$ 36.751 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

2241 - COMENTARIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU LIGADA

Controlada/Coligada : **COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

A controlada Companhia Piratininga de Força e Luz é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais (ITR) de 31 de março de 2008 arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

22.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA

Controlada/Coligada : **RIO GRANDE ENERGIA S/A**

A controlada Rio Grande Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 31 de março de 2009, arquivadas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01863-0	[illegible]	[illegible]

ÍNDICE

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	01	[illegible]	
01	02	[illegible]	[illegible]
01	03	[illegible]	[illegible]
01	04	[illegible]	[illegible]
01	05	[illegible]	2
01	06	[illegible]	2
01	07	[illegible]	2
01	08	[illegible]	2
01	09	[illegible]	2
01	10	[illegible]	3
02	01	[illegible]	4
02	02	[illegible]	7
03	01	[illegible]	7
04	01	[illegible]	7
05	01	[illegible]	11
05	02	[illegible]	12
08	01	[illegible]	13
04	02	[illegible]	14
09	01	[illegible]	16
10	01	[illegible]	19
11	01	[illegible]	21
11	02	[illegible]	22
06	01	[illegible]	23
07	01	[illegible]	41
12	01	[illegible]	54
13	01	[illegible]	46
14	01	[illegible]	50
19	01	[illegible]	[illegible]
20	01	[illegible]	52
21	01	[illegible]	50
		[illegible]	
22	02	[illegible]	52
		[illegible]	
22	02	[illegible]	53
		[illegible]	
22	01	[illegible]	54
22	02	[illegible]	56
		[illegible]	
22	02	[illegible]	57
		[illegible]	
22	02	[illegible]	58

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO DE SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

018564-0	CPFL ENERGIA S.A	33.453.598/0001-23

Versão

26/08/2005

01.02 - SEDE

Endereço	Município			UF
04552-909	São Paulo			SP
DDD	Telefone	Telefone	Telefone	Telefone
011	3755-8213	-	-	

Endereço

Diretoria de Relações

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

Nome

José Antonio de Almeida Filippo

Endereço				
22453-900	Campinas			SP
DDD	Telefone	Telefone	Telefone	Telefone
019	3755-8754	-	-	
DDD	Fax	Fax	Fax	Fax
019	3755-8777			

Endereço

Diretoria de Relações

01.04 - REFERÊNCIA E ALCANCE

Exercício Social		Última Assembléia				Próxima Assembléia	
Início	Término	Tipo	Data	Início Exercício	Término Exercício	Data	Hora
01/01/2005	31/12/2005	1	27/04/2005	01/01/2005	31/12/2005	01/03/2006	11:00

01 - Última Assembléia (Ordinária ou Extraordinária)	ORDINÁRIA
02 - Tipo Balanço (Consolidado ou Individual)	CONSOLIDADO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01863-0	[illegible]	[illegible]

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

[illegible]

Empresa Comercial, Industrial e Outras

[illegible]

Operacional

[illegible]

Invasa Nacional

[illegible]

3120 - Empresas Part - Energia Elétrica

[illegible]

Gestão de Participações Societárias - Holdings

[illegible]

Total

[illegible]

Sem Pessoal

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DEL BERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

31.01 - DESENVOLVIMENTO

31.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

31.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CPFL ENERGIA S.A.	[illegible]

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

01.02 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
	[illegible]				
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

[illegible]

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01/01/2009	CPFL ENERGIA S.A.	2 - Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

2.01	Passivo Circulante	3.139.[illegible]	2.[illegible]
2.01.01	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.01.02	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.01.03	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.01.04	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.01.05	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.01.06	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.01.07	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.01.08	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.01.09	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.02	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.02.01	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.02.02	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.02.03	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.02.04	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.03	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.03.01	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.03.02	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.03.03	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.03.04	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.03.05	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.03.06	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.03.07	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.03.08	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2.03.09	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.02 - DECLARAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

01.02 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2008 E 31 DEZEMBRO DE 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (CPFL Energia ou Sociedade) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Sociedade possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas, segregadas por atividade de negócio:

Empresa	Forma de Consolidação	31/03/2008 Participação % Total	31/03/2008 Participação % Ordinária	31/03/2007 Participação % Total	31/03/2007 Participação % Ordinária
Transmissão de Energia					
[illegible]	Sigui	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Sigui	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Sigui	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Sigui	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
Atividade de Direitos					
[illegible]	Sigui	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
Comercialização de Energia					
[illegible]	Sigui	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
Serviços					
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
Empresas de Participação					
[illegible]	Sigui	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Sigui	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Sigui		[illegible]		[illegible]

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais (ITRs) de controladora e consolidadas foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de último exercício social, e devem ser analisadas em conjunto. Estas informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas definidas pela ANEEL, e normas complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

[illegible]

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado para os trimestres findos em 31 de março de 2008 e de 2007, respectivamente, nos anexos I e

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo *FAS 95 – Statement of Cash Flows*, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao contexto do registro das demonstrações financeiras da Sociedade na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

Critérios de consolidação

As ITR's consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Brasil, CPFL Santa Cruz, RGE e Perácio. Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Geração, CPFL Brasil e Perácio são consolidadas com as de suas controladas, integral ou proporcionalmente, de acordo com as regras definidas pela Instrução CVM n.1247/96.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no passivo e no resultado de cada período apresentado.

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas são consistentes com aquelas adotadas pela Sociedade. A principal diferença entre as práticas de contabilização relaciona-se à reavaliação do imobilizado registrada pela controlada RGE que é eliminada do patrimônio líquido, base para cálculo da equivalência patrimonial e, consequentemente, na consolidação.

(3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2008	31/12/2007	30/09/2008	31/12/2007
Ativos				
Concessionárias, Concessionárias a Parcela A e Permissionárias (nota 5)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	87.523	91.666	6.358	30.668
Diferimento de Custos Financeiros				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	619.411	652.445	115.807	278.994
Encargos Pagos do Uso do Sistema de Transmissão (nota 5)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	49.466	183.579	1.015	38.647
Passivos				
Fornecedores (nota 17)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
Diferimento de Custos Financeiros				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	(510.602)	(250.036)	(52.188)	(166.389)
Outras Contas a Pagar (nota 22)				
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
	(178.824)	(150.368)	(20.921)	(307)
Total Líquido	346.097	386.261	135.476	180.466

a) Racionamento

No final de 2001 [illegible] Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre as geradoras e sociedades de energia elétrica e o Governo Federal denominado Acordo Geral do Setor Elétrico. Este acordo instituiu como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e consumidores residenciais (exceto aqueles classificados

Nota - Notas Explicativas

como de Baixa Renda, Rural e Iluminação pública e de 7,9% para todos os demais consumidores.

As movimentações dos saldos relacionados a RTC, Energia Livre e Parcela "A" para o trimestre findo em 31 de março de 2008 são como segue:

	Consolidado			
	RTT	Energia Livre		Parcela "A"
		Ativo	Passivo	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2007	2.904	2.454	(25.852)	406.211
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldos em 31 de março de 2008	2.040	1.407	(26.807)	400.861

- **Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE")** - Corresponde à perda de receita apurada a partir da segregação da receita de venda de energia efetivamente auferida no período de racionamento e a receita projetada para esse período desconsiderando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia.

  Em função do término do prazo das demais concessionárias, o saldo de RTE registrado refere-se à controlada indireta CPFL Sul Paulista, a qual possui previsão para ainda ser ressarcida em R$ 2.106, calculado com base nas projeções de receitas esperadas, considerando o crescimento do seu mercado, as expectativas de inflação para o período regulatório. O ressarcimento deverá ocorrer pela ANEEL para a recuperação da RTE pela CPFL Sul Paulista é previsto para 2009.

  As distribuidoras CPFL Paulista e CPFL Piratininga reconheceram em exercícios anteriores perdas de R$ 152.060 em função do término do prazo estipulado para a realização total da RTE.

- **Energia Livre** – Corresponde à energia proveniente da depuração do mercado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de racionamento.

  As concessionárias de distribuição ressarciram os recursos pelos consumidores através da sobretarifa extraordinária e os repassaram aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em índices da ANEEL.

  A controlada CPFL Sul Paulista possui provisão para perdas de realização da energia livre no montante de R$ 1.915.

  No caso da controlada RGE, o ativo regulatório de energia livre diferiu na cessão pela distribuidora de sua quota parte de Itaipu para o programa de racionamento. Assim como para a RTE, a controlada RGE e a controlada CPFL Geração possuem em 31 de março de 2008 provisão para perdas na realização da Energia Livre totalizando o montante de R$ 5.358. A controlada CPFL Geração possui ainda o registro de perda de R$ 4.521 referente ao repasse de distribuidoras cujo encerramento e seus prazos de recebimento

Anual - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Parcela "A"** – Corresponde a variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" dos contratos de concessão, ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

  Para as controladas CPFL Piratininga e CPFL Paulista a Parcela "A" começou a ser compensada a partir de fevereiro de 2007 e janeiro de 2008, respectivamente, mediante a utilização de mecanismo análogo ao da RTF. Para a controlada CPFL Sul Paulista, a Parcela "A" começará a ser amortizada a partir de fevereiro de 2009, pelo prazo necessário para atingir o montante registrado. Para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari os saldos da Parcela "A" foram amortizados em novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007 e em agosto de 2005, respectivamente.

  As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Jaguariuna amortizaram saldos da Parcela "A" neste trimestre conforme composição demonstrada abaixo:

	Consolidado 31/03/2008
Energia Comprada	72.149
Encargos de Uso do Sistema	7.374
Conta de Consumo de Combustível - CCC	21.629
RGR	(1.045)
Taxa de Fiscalização	79
Total	**99.586**

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 1º Ciclo de Revisão Tarifária (2003/2004)

a) CPFL Paulista – Diferença de Depreciação
Em 2007, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 440, alterou o resultado final da primeira Revisão Tarifária periódica da controlada CPFL Paulista, homologada em abril de 2005, reposicionando as tarifas de fornecimento de energia em 20,66%, em função da revisão de cálculo do percentual médio de depreciação utilizado na Revisão Tarifária de 2003. A diferença de receita entre o reposicionamento tarifário de 20,29% para 20,66%, e do componente Xe de Valor X, de 1,1352% para 1,2530% corresponde a um ajuste financeiro no valor de R$ 44.858, que está sendo compensado financeiramente no Reajuste Tarifário de 2007. Esse ativo regulatório está registrado na conta "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias – Revisão Tarifária – Depreciação", já considerando os efeitos de PIS e COFINS, e a partir do reposicionamento passou a ser amortizado.

b) CPFL Piratininga – Base Remuneração
Em 2006, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 385, e em atendimento ao pedido de reconsideração da Revisão Tarifária interposto pela Bandeirante Energia S.A. ("Bandeirante"), alterou os valores da base de remuneração da controlada CPFL Piratininga.

Com tal alteração, a ANEEL determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reposicionadas em 10,14%. Dessa forma, para refletir o novo percentual previsório definido pela ANEEL, a controlada CPFL Piratininga constituiu em 2003 um ativo regulatório na conta "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias", no montante de R$ 25.570, incluídos os efeitos de PIS e COFINS, sendo amortizado até outubro de 2007.

A Resolução ANEEL nº 338 de 2001, que trata da anuência do pedido de cisão da Bandeirante e da transferência parcial da respectiva área de concessão à controlada CPFL Piratininga, estabeleceu que, na primeira revisão tarifária periódica prevaleceria o menor índice apurado entre as duas concessionárias. Como a Bandeirante obteve um índice de 10,14% e a controlada CPFL Piratininga de 11,52%, prevaleceu o índice de 10,14%.

Através do Despacho nº 3208, de 22 de outubro de 2007, a ANEEL ratificou o resultado da primeira revisão tarifária da controlada CPFL Piratininga, tornando-o definitivo.

c) CPFL Santa Cruz, CPFL Mococa e CPFL Leste Paulista – Base Remuneração
Em 2005, a ANEEL homologou em caráter definitivo os resultados da primeira revisão tarifária periódica de fevereiro de 2004 para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa. A diferença existente entre os percentuais provisórios e os definitivos para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa foram recuperados até janeiro de 2006.

b.2) 2º Ciclo de Revisão Tarifária (2007/2008)

A ANEEL estabeleceu em caráter provisório o reajuste tarifário e os componentes financeiros relativos à revisão tarifária de 23 de outubro de 2007 para a controlada CPFL Piratininga, em 03 de fevereiro de 2008 para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, em 08 de abril de 2008 para a controlada CPFL Paulista e em 19 de abril de 2008 para a RGE, conforme demonstrado abaixo:

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(*) Além da CVA e do [illegible] componentes financeiros [illegible] energia [illegible] TUSD [illegible] componentes [illegible] componentes financeiros [illegible] para cooperativas [illegible] área de concessão.

(**) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que foram adicionados no reajuste tarifário anterior.

No processo de revisão tarifária da controlada CPFL Paulista, a ANEEL procedeu em caráter provisório o recálculo do repasse tarifário relacionado à sobrecontratação, efetuado para a data base de 31 de dezembro de 2007. O órgão regulador incluiu na revisão tarifária devolução ao consumidor de R$ 27.534, enquanto que o ativo registrado era de R$ 76.795 na mesma data.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

A administração da controlada CPFL Paulista em análise ao processo revisou seus entendimentos e solicitou reclassificação junto à CCEE da parcela das transações envolvendo o contrato de fornecimento de energia entre a controlada CPFL Paulista e a controlada CPFL Brasil.

Nesse contexto e de forma conservadora, enquanto não se finaliza o processo contábil da revisão tarifária a controlada CPFL Paulista reconheceu em março de 2008 provisão de contas a receber referente à citada recontabilização da CCEE no montante de R$ 89.660 para o período de janeiro de 2005 a fevereiro de 2006, em contrapartida reconheceu concomitantemente montante de receita e adição de custo - CCEE de R$ 17.749 e R$ 22.104, respectivamente. Como consequência da recontabilização foi efetuada também uma provisão para realização do ativo da sobrecontratação de R$ 25.755 e provisão de um passivo de R$ 14.384 a devolver aos consumidores no próximo reajuste tarifário, tendo como contrapartida custo com energia elétrica. Estes registros não produziram nenhum efeito no resultado da controlada CPFL Paulista.

Da mesma forma conservadora e visando adequação prévia aos valores homologados pela Agência Reguladora a controlada CPFL Paulista efetuou no primeiro trimestre de 2008 provisão para realização do ativo e provisão do passivo no montante de R$ 21.029 e R$ 27.504, respectivamente, em contrapartida ao custo com energia elétrica - sobrecontratação referente à sazonalização e custos de perdas, conforme definido previamente pela ANEEL. A provisão por conta da sazonalização por outro lado gerou um crédito de CVA no montante de R$ 5.487. Estas provisões serão mantidas até que a ANEEL finalize suas análises e homologue o resultado final desta revisão.

Uma vez que transações similares foram efetuadas entre a controlada CPFL Piratininga e a controlada CPFL Brasil, mesmo procedimento de provisões foram efetuadas na controlada CPFL Piratininga. Provisão na sobrecontratação e contas a receber de R$ 19.450 por conta de recontabilização da CCEE, naturalmente de receita e redução de custo de CCEE, de R$ 4.945 e R$ 5.507, respectivamente; e provisão na sobrecontratação de R$ 45.398, referente a diferenças na CCEE e perdas.

Ainda em função da recontabilização da CCEE foi efetuada na controlada CPFL Brasil uma provisão de contas a pagar CCEE no montante de R$ 71.679 (nota 16) sendo como contrapartida R$ 68.438 relativo à receita de venda CCEE e R$ 3.441 em despesas financeiras.

No consolidado os efeitos em resultado em função das provisões efetuadas, baseados nos entendimentos da ANEEL relacionados ao processo de sobrecontratação na revisão tarifária provisão no de R$ 156.382 (R$ 111.858 líquida dos impostos).

b.3) Reajuste tarifário

A ANEEL ao estabelecer o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) da controlada CPFL Paulista em 8 de abril de 2007, através da Resolução Homologatória nº 445, e com o objetivo de repassar as variações da P0 e CONRAG na Conta de Desenvolvimento Energético de energia elétrica de contratos iniciais de IRT de 2005 da controlada CPFL Paulista. Como o custo de energia e encargos impactaria no reajuste da tarifa a consumidores e no cálculo da CVA, a realização

Nota 9 - Tributos a Recuperar

que produz uma redução no preço médio de energia gerada em passivo a ser devolvido aos consumidores e um ativo adicional de CVA. Adicionalmente os valores homologados pela ANEEL na IRT de 2007 diferentes a CVA foram as soma das componentes da energia e RTE conforme item 61 da Nota Técnica nº 063/ANEEL de 22 de março de 2007. Desta forma esses ativos nas camadas avaliam os ajustes efetuados no 1º trimestre de 2007 de R$ 88.816 registrado em Outras Contas a Pagar e de R$ 177.710 efetuado em Diferimento de Custos Terceiros - ambas em contrapartida em Custo com Energia Elétrica (nota 25).

Os ativos e passivos registrados, além da CVA pode ainda ser destacam-se como componentes financeiras adicionais:

- Majoração do PIS e COFINS

  Referem-se à diferença entre as quotas relacionadas ao PIS e a COFINS apuradas através da aplicação da legislação atual, e aquelas incorporadas a tarifa até abril de 2005 para a controlada CPFL Paulista e outubro de 2005 para CPFL Piratininga.

  Os valores homologados em 2006 e 2007 foram registrados na conta de Despesas Pagas Antecipadamente e serão amortizadas até abril de 2009.

  Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, reavaliadamente aplicável pela Companhia, passivos na mesma montante foram também registrados na conta Outras Contas a Pagar (nota 22) que são atualizados com base na variação do IGP-M.

- Sobrecontratação

  As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% de seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, sendo também a garantia de repasse as tarifas dos custos ou receitas decorrentes da sobrecontratação de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga. O detalhamento das movimentações ocorridas no período estão apresentados no item 1.3.

  As constituições e realizações da sobrecontratação vêm sendo realizadas em Despesas Pagas Antecipadamente (nota 9) em contrapartida a um crédito registrado em Custo com Energia Elétrica (nota 25).

- Descontos na TUSD e na Irrigação

  As controladas reconhecem ativos regulatórios referentes a (i) descontos especiais aplicados sobre a TUSD - destinação ao fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas e (ii) atividades de irrigação e aquicultura.

  As constituições e realizações dos descontos na TUSD e irrigação, vêm sendo registradas em Consumidores Concessionárias e Permissionárias em contrapartida a conta de Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 24).

Nota - Notas Explicativas

O objetivo desta demonstração é complementação aos itens descritos anteriormente relacionados à Revisão e Reajuste Tarifários ocorrida durante o trimestre findo em 31 de março de 2008

c) Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas Concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são oriundas da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

Os valores considerados no CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

	Consolidado				
		Movimentação			
	31/12/2007	Diferimento	Amortização	Atualização	31/03/2008
Ativo					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	337.954	188.236	(47.955)	5.804	371.739
Passivo					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(282.665)	(164.964)	28.206	(1.782)	(230.995)

d) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.393 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial Baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se nesse novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh, desde que atendidos a quesitos específicos tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados no âmbito da própria concessionária através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido, e que a introdução desse novo critério impacta os atuais tarifários em vigor

01656-0 CPFL ENERGIA S.A — 02.429.144/0001-93

Quadro - NOTAS EXPLICATIVAS

além do princípio de modicidade tarifária ao restante do mercado, a ANEEL determinou uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio, que está sendo aplicada mensalmente desde maio de 2002.

Os valores apurados através desta nova metodologia, após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios de liquidação:

- Para os meses em que foram apuradas perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através da concessão de subvenção econômica pela Eletrobras, com recursos provenientes da CDE.
- Para os meses em que foram apurados ganhos para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos ao consumidor através da redução dos reajustes tarifários.

A movimentação dos saldos ao longo do trimestre findo em 31 de março de 2008 é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2007	**55.967**	**(8.624)**
Ganho (Perda) de Receita	7.643	(933)
Amortização Reajuste Tarifário	(107)	454
Recebimentos Homologados pela ANEEL	(24.014)	-
Atualização Monetária	-	(105)
Saldos em 31 de março de 2008	**39.489**	**(9.208)**

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Saldos Bancários	623	215	180.203	578.037
Aplicações Financeiras	4.267	17.587	957.456	428.321
Total	4.890	17.803	1.147.248	1.106.308

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas em sua maior parte, conforme variação do CDI, contratadas em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e de suas controladas.

($) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado o saldo é oriundo principalmente das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, é como segue:

		Consolidado			
	Saldos a Vencer	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2008	31/12/2007
Circulante					
Classes de Consumidores					
Residencial	297.152	126.542	37.152	460.846	475.279
Industrial	196.290	104.779	37.167	338.236	354.660
Comercial	193.274	48.444	20.256	261.974	244.587
Rural	44.157	7.215	7.825	59.197	40.594
Poder Público	29.219	4.422	2.566	36.207	38.152
Iluminação Pública	31.218	3.232	10.177	44.627	33.441
Serviço Público	24.416	2.221	1.417	27.917	41.267
Faturado	815.866	301.387	140.824	1.258.077	1.278.980
Não faturado	436.245	-	-	436.245	401.662
Financiamento de Déficit de Consumidores	44.330	2.740	4.144	51.214	42.880
Ajuste Regulatório Tarifário	67.517			67.517	67.966
Operações Realizadas na CCEE (a)	77.471			77.471	46.836
Concessionárias e Permissionárias (b)	90.471	518	4	90.993	55.680
Outros	45.422	-	-	45.422	55.664
Total	1.479.669	310.372	140.972	1.931.013	1.847.728
Não circulante					
Financiamento de Déficit de Consumidores	193.615			193.615	196.340
Operações Realizadas na CCEE (a)	41.758	-	-	41.758	41.197
Ajuste Regulatório Tarifário	6.256	-	-	6.256	20.677
Total	191.873	-	-	191.873	218.014

a) **Operações Realizadas na CCEE** - Os valores referem-se a comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica relativos ao período de setembro de 2000 a março de 2008, em 31 de março de 2008, há R$ 59.040 de provisão referente a recontabilização solicitada pela CCEE conforme comentado na nota 3 a 2. Os valores de curto prazo compreendem principalmente ajustes positivos determinados em função de processos movidos por ações ou sentenças judiciais que contestam a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2000 a novembro de 2002. Os registros existentes referem-se aos determinados pela CCEE nos valores negociados diariamente pertencentes de liquidação. As controladas entendem não haver razão significativa na realização destes ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

b) **Concessionárias e Permissionárias** - Refere-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias efetuados principalmente pelas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à cessão parcial da Barra Grande pela controlada CPFL Piratininga que serão objeto de encontro de contas com valores a pagar.

(6) TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, em abril de 2005, a Sociedade adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP (Vendedora) e CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 8 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade à CESP será liquidado com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa pela CPFL Brasil.

Em 31 de março de 2008, o saldo no curto prazo é de R$ 37.248 (R$ 34.555 em 31 de dezembro de 2007); e no longo prazo é de R$ 93.659 (R$ 97.521 em 31 de dezembro de 2007). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a. mais variação anual do IGP-M, e está sendo amortizada através de parcelas mensais, no valor correspondente à transação de compra de energia.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Circulante				
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não Circulante				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(8) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(96.636)
Provisão constituída	(14.311)
Recuperação de Receita	7.219
Baixa de Contas a Receber Prescritas	11.792
Saldo em 31 de março de 2008	(90.936)

(9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Aluguéis Pagos Antecipadamente	19.620	23.079	1.015	27.767
Outras	19.949	16.342	12.954	14.164
Total	39.569	202.721	13.969	41.931

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Crédito de Contribuição Social sobre:				
Bases Negativas	17.173	5.437	32.109	31.637
Diferenças Temporárias Ativas	-	-	139.405	224.774
Diferenças Temporárias Passivas	373	967	95.680	66.021
Subtotal	17.546	6.404	791.474	322.432
Crédito de Imposto de Renda sobre:				
Prejuízos Fiscais	62.057	62.051	81.158	82.944
Bases Negativas			398.320	712.031
Diferenças Temporárias Passivas	17.173	13.794	261.736	195.677
Subtotal	79.230	75.845	1.141.214	990.652
Crédito de PIS/PASEP/INSS sobre:				
Diferenças Temporárias Passivas	-	-	19.114	-
Subtotal			19.114	-
Total	96.776	82.249	1.951.802	1.313.084
Circulante	24.973	17.307	454.520	166.445
Não Circulante	71.803	64.942	1.497.282	1.146.639
	96.776	82.249	1.951.802	1.313.084

[illegible]

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do Ágio incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Para o trimestre findo em 31 de março de 2008 a Administração não prevê mudanças significativas nas projeções divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

10.2 - Crédito Fiscal sobre Benefício Fiscal do Ágio Incorporado.

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 10.2.

	Consolidado			
	31/03/2008		31/12/2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	120.783	335.508	123.197	342.180
CPFL Piratininga	20.855	92.087	27.377	53.803
RGE	68.344	180.848	69.594	153.202
CPFL Santa Cruz	8.130	25.503	9.455	26.010
CPFL Leste Paulista	1.901	5.282	1.964	5.403
CPFL Sul Paulista	1.802	5.174	1.924	5.344
CPFL Jaguari	1.778	4.939	1.837	5.102
CPFL Macaca	753	2.089	775	2.107
CPFL Geração	-	37.539	-	38.116
Total	230.406	698.029	234.114	714.041

10.3 – Saldos acumulados de diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado				
	[illegible]			[illegible]	
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

10.4 - Reconciliação dos montantes da Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nas resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2008 e 2007

	Consolidado			
	31/03/2008		31/03/2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e IRPJ	274.449	274.449	473.582	473.582
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva				
- Equivalência Patrimonial	[90.273]	[273.273]	[469.744]	[469.744]
- Amortização de Ágio	15.841	15.841	15.841	15.841
- Outras Adições/Exclusões Permanentes Líquidas	571	-	2.254	1.071
Base de Cálculo	[21.665]	[15.522]	289	2.510
Alíquota Corrente	9%	25%	9%	25%
(Débito) Crédito Fiscal Apurado	1.949	3.881	[26]	[628]
- Crédito Fiscal Não Constituído	[4.434]	[3.881]	-	-
Crédito Fiscal Não Constituído	[1.784]	[3.881]		
Total	[4.034]	[3.881]	[26]	[628]

	Consolidado			
	31/03/2008		31/03/2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e IRPJ	444.401	444.401	677.377	677.377
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva				
- Amortização de Ágio	15.841	15.841	15.841	15.841
Provisão CVM	3.841		6.456	
Outras Adições/Exclusões Permanentes Líquidas	[20.122]	[7.571]	21.772	9.220
Base de Cálculo	449.193	452.752	721.818	702.438
Alíquota Corrente	9%	25%	9%	25%
(Débito) Crédito Fiscal Apurado	[40.427]	[113.188]	[64.964]	[175.610]
Crédito Fiscal Prejuízo	[404]	[248]		
Crédito Fiscal Ganho de Não Constituído	[2.577]	[7.571]		[9.220]
Total	[43.188]	[120.511]	[64.964]	[184.830]

O crédito fiscal constituído no 1º trimestre de 2008 no consolidado no montante de R$ 40.224 referente ao benefício fiscal do ágio incorporado de controlada indireta SEMESA, cuja amortização ainda não foi aprovada pela Receita Federal. O crédito fiscal não constituído no trimestre deve-se ao fato da Sociedade ter apurado prejuízo fiscal no 1º trimestre e a constituição de crédito está embasada a projeção de resultado nos próximos 10 anos.

CIBSA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Créditos a Receber - CESP	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Créditos a Receber - Ressarcimento do RAP/CCC			[illegible]	[illegible]
Adiantamentos - Investimento [illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-
Créditos [illegible] a Depósitos Vinculados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Créditos em Conta	[illegible]	[illegible]		
Despesas Pagas [illegible] Exercício	[illegible]	[illegible]	-	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Contratos de Prestação de Energia	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	406.099	1[illegible]	244.877	234.620

(12) ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007
Peralco	409.310	409.310
Total	409.310	409.310

(13) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Participações Societárias Permanentes	[illegible]	[illegible]		
Ágio em Serviços	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Bens de Renda	-	-	[illegible]	[illegible]
Outros			[illegible]	[illegible]
Total	6.092.203	4.732.332	2.661.497	2.705.693

13.1 - Participações Societárias Permanentes:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas são como segue:

[illegible]

[illegible] Página: 30

Nota - Notas Explicativas

A movimentação ocorrida no saldo de participações societárias do período refere-se ao resultado de equivalência patrimonial

Início das Operações Comerciais da UHE CASTRO ALVES

Em março e abril de 2008 foi iniciada a operação comercial das duas unidades geradoras do Aproveitamento Hidrelétrico de Castro Alves, cuja potência total instalada é de 130 MW. A primeira unidade desse empreendimento está prevista para entrar em operação em maio de 2008. A parceria de energia de Castro Alves responderá à controlada CPFL Geração de Energia pelas garantias de compra e venda de energia aprovadas pela ANEEL e associadas com as distribuidoras CPFL Paulista e CPFL Piratininga e comercializadora CPFL Brasil.

13.2 - Ágio e Deságio

	Consolidado				
	Custo histórico	31/12/2008 Amortização Acumulada	Líquido	31/12/2007 Custo Líquido	Taxa de amortização 2008
Ágio de aquisição					
Controladas					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Controladas					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Subtotal	553.773	(28.204)	497.569	502.382	
Mais-valia de ágio					
Controladas					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Controladas					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Subtotal	1.932.143	(298.010)	1.338.013	1.366.118	
Total Controladas	1.353.429	(329.813)	1.323.417	1.366.118	
Total Consolidado	2.221.915	(372.274)	1.329.641	1.868.118	

[illegible]

Os ágios decorrentes de aquisição de participações societárias são amortizados proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente da concessão, sendo estas taxas sujeitas à revisão periódica.

Ágio de Aquisição:

Controladora: Refere-se basicamente à aquisição da totalidade das ações detidas pelos acionistas não controladores (processo de incorporação de ações) da CPFL Geração em junho de 2005, CPFL Paulista e CPFL Piratininga em novembro de 2005 e RGE em dezembro de 2007.

Recomposição do Ágio

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do ágio adquirido de incorporação de controladora cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 sobre o ágio de aquisição. Desta forma, foi constituída uma provisão reflexiva do ágio em contrapartida à reserva do patrimônio líquido das controladas, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Sociedade nas controladas, sendo necessária a constituição de um ágio de modo a recompô-lo. Este ágio está sendo amortizado pela Sociedade proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão de suas investidas.

13.3 - Bens de Renda

No consolidado, os saldos referem-se, principalmente, a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa pertencentes à controlada CPFL Geração, que estão arrendados à FURNAS por um período de 30 anos a findar-se em 2028. Estes ativos são depreciados de acordo com sua vida útil estimada, conforme taxas anuais definidas pela ANEEL, e conforme condições gerais do contrato de concessão detido por FURNAS.

13.4 – Outros

Refere-se basicamente à participação de 0,84% que a controlada indireta Paulista Lajeada Energia S.A. detém no capital total da Investor S.A., sendo 25.829 ações ordinárias e 16.412 ações preferenciais. Este investimento está registrado pelo método de custo. Em função da participação detida por acionistas não controladores através de 11 ações preferenciais representando 40,07% do capital total da Paulista Lajeada e de 11 partes beneficiárias que concedem o direito à 10% do lucro líquido anual da distribuição das participações, estes direitos foram registrados no consolidado na linha de Participação de Acionistas não Controladores no passivo, totalizando R$ 73.471.

CIBRASA-O CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Anexo - Notas Explicativas

13.5 – Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendo a receber.

	Controladora					
	Dividendo		JCP		Total	
Controladas	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
CPFL Paulista	408.108	408.108	17.447	17.447	425.555	425.555
CPFL Piratininga	151.397	151.397	6.124	6.124	157.521	157.521
RGE	44.322	44.322	40.330	40.330	84.652	84.652
CPFL Santa Cruz	27.541	27.541	4.670	4.670	32.211	32.211
CPFL Geração	72.623	145.623	29.905	29.905	102.528	175.528
CPFL Brasil	108.678	108.678	-	-	108.678	108.678
CPFL Jaguari	-	-	-	-	-	-
CPFL Serra Negra						
Polaris	17.498	17.498	-	-	17.498	17.498
Total	832.167	905.167	103.196	103.196	935.363	1.008.363

(14) IMOBILIZADO

	Consolidado			
	31/03/2008			31/12/2007
Em Serviço	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
- Concessão	7.634.201	(3.914.947)	3.719.254	3.716.754
- Geração	3.732.207	(1.587.132)	1.945.075	1.945.475
- Comercialização	20.021	(11.197)	8.824	9.045
- Administração	370.696	(123.875)	246.821	254.619
	11.757.125	(5.637.151)	5.919.974	5.925.893
Em Curso				
- Concessão	427.444		427.444	454.844
- Geração	513.853		513.853	513.853
- Comercialização	2.047	-	2.047	12.902
- Administração	49.735	-	49.735	39.675
	993.079		993.079	1.021.274
Subtotal	12.750.204	(5.637.151)	6.913.053	6.947.167
Obrigações Especiais vinculadas à Concessão	(1.777.166)	601.351	(1.175.815)	(1.201.124)
Total do Imobilizado	10.973.038	(5.035.800)	5.737.238	5.746.043
Obrigações Especiais vinculadas à Concessão			441.140	450.057
Imobilizado Líquido			6.178.377	6.196.099

A taxa de depreciação média dos ativos é de 3,0% a.a. nas distribuidoras e 2,6% a.a. nas geradoras.

[illegible]

(15) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

[illegible]

01656-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

Nota 17 - Mútuos (Controladora e Consolidado)

As principais captações no período foram:

Moeda Nacional

BNDES - Investimento (GERAN) - Nesse trimestre foram liberados para a controlada indireta Baesa - Energética Barra Grande, em fase anterior à 2004, junto ao BNDES, desembolsos ao financiamento do empreendimento (1ª de julho no montante R$ 9.342 (R$ 6.072 proporcional à participação da controladora CPFL Geração).

Moeda Estrangeira

Instituições Financeiras – (CPFL Piratininga) - No trimestre a controlada captou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco BNP Paribas em março de 2008 no montante de R$ 42.420 com finalidade de reforço de capital de giro.

Instituições Financeiras – (CPFL Energia) - No trimestre a Sociedade contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco Safra no montante de R$ 100.000 e junto ao Banco Votorantim no montante de R$ 75.000, com finalidade de captar recursos para capital de giro.

Instituições Financeiras - (CPFL Geração) - Para honrar compromissos já assumidas a controlada em 2008 firmou a sua renovação de rolagem das empréstimos existentes junto ao Banco do Brasil no montante de R$ 250.814 e contratou uma nova linha de crédito com a mesma relação no montante de R$ 406.760 com importante progressão nos prazos de vencimento.

Operações de SWAP

Os ganhos e perdas líquidos relacionados às operações de swap contratadas pela Sociedade e suas controladas incluindo os contratos sobre operações de curto prazo são contabilizados na rubrica Derivativos, sendo parte contabilizada receitas ou despesas financeiras. Os resultados consolidados dessas operações em 31 de março de 2008 resultaram em um ativo de R$ 67.392 e um passivo de R$ 49.151 (ativo de R$ 705 e um passivo de R$ 176.730 em 31 de dezembro de 2007).

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas entre outras que requerem que a Sociedade e suas controladas mantenham determinados índices financeiros pré-estabelecidos em parâmetros preestabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

Os empréstimos que a controlada indireta ENERCAN possui junto às instituições financeiras BNDES e BID contemplam cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré estabelecidos. Em decorrência dos sinistros ocorridos em turbinas de descarga (UHF Cameron Nicols) e perda de operação comercial foi sinalizado compromisso a geração de caixa no prazo originalmente previsto, com reflexo nas obrigações contratuais assumidas. A administração da ENERCAN solicitou às referidas instituições financeiras a revisão dos parâmetros contratuais, tendo obtido a confirmação de que não ocorrerá nesta revisão a decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento.

[illegible]

A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma a que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas, exceto pelo comentado acima, vêm sendo adequadamente atendidas.

(15) DEBÊNTURES

[illegible]

RGE

Em 1º de dezembro de 2007, a controlada RGE promoveu a terceira emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, escritural e nominativa, sem a emissão de cautela, não conversíveis em ações e sem opção de repactuação programada. A 1ª série foi subscrita e integralizada em dezembro de 2007 no montante de R$ 100.000. Neste trimestre foram subscritas e integralizadas a 2ª e a 3ª série no montante de R$ 140.000 e R$ 40.000.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem que as controladas mantenham determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007. No entendimento da Administração das controladas, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(17) FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
Circulante		
Encargos de Serviços do Sistema	8.217	8.135
Suprimento de Energia Elétrica (a)	672.016	672.438
Encargos de Uso da Rede Elétrica	64.470	94.331
Materiais e Serviços	87.787	148.174
Cooperativas	828	5.553
Passivo Regulatório (nota 5)	26.667	35.609
Outros	12.455	5.057
Total	872.442	967.954
Não Circulante		
Passivo Regulatório (nota 5)	-	223

(a) Em 31 de março de 2008, foi registrada provisão de R$ 71.979 referente à recontabilização solicitada pela CCEE conforme comentado na nota 3 b.2

(18) IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	427.361	804.080	44.911	44.529

(19) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração patrocinam através da Fundação CESP a tradicional BD e através da Fundação CESP - Eletrocesp a Segunda Geração - ELETROCESP, a controlada CPFL Santa Cruz através do BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e a controlada CPFL Jaguari através da IHPREV Fundo de Pensão Interativo Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

I - CPFL Paulista

Nota 21 - Planos de Benefícios

Atualmente vigora para os empregados da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado e um Plano de Benefícios Misto.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997 foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP a ser liquidada em 360 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 336 parcelas mensais e 15 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 569.149 (R$ 550.196 em 31 de dezembro 2007).

II – CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Companhia Energética de São Paulo – CESP, empresa predecessora daquela controlada, assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e pensionistas daquela empresa cisão e pela data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que foram anteriormente alocados.

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Piratininga um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS e um Plano de Benefícios Misto.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de Ajuste de Reservas a Amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Cia. São Paulo S.A. empresa antecessora da Bandeirante, referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 360 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 321 parcelas mensais e 15 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de março de 2035. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 147.710 (R$ 145.613 em 31 de dezembro de 2007).

III – RGF

Plano de benefício definido com valor de benefício igual a 100% na época corrigido nos mesmos critérios incluindo o pecúlio por morte. Previdência Social com o Plano Gerador Segregado administrado pela ELETROS. Este benefício é destinado somente para os empregados que tinham os contratos de trabalho sub-rogados da CPFL para RGF.

IV – CPFL Santa Cruz

O plano de custeio da CPFL Santa Cruz está estruturado na modalidade de contribuição definida.

Nota 1 - Notas Explicativas

V – CPFL Geração

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Geração um Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (o "Plano de Benefícios Misto") exclusivamente nos moldes da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, as reservas mantidas pela CPFL Paulista foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração referente ao déficit do plano apurado pela avaliação atuarial da Fundação CESP, que vem sendo amortizada em 200 parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI da FGV. Através do Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, as práticas de pagamento sofreram alteração para 228 parcelas mensais e 12ª parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação, o qual é ajustado anualmente conforme evolução do déficit atuarial, calculado pelo critério da Secretaria da Previdência Complementar em 31 de março de 2008 é de R$ 11.480 (R$ 11.316 em 31 de dezembro de 2007).

VI – CPFL Jaguariúna

O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

As maiores rubricas auferidas nesta demonstração de passivos atuariais líquidos contábeis (Deliberação CVM nº 371/2000) são as seguintes:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	31/12/2008 RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Passivos atuariais líquidos no início do período	324.638	18.402	(4.141)	6.832	345.838
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	327.594	18.648	8.291	7.172	361.264
Circulante	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não Circulante	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	327.594	18.648	8.291	7.172	361.264

01856-0 CPFL ENERGIA S.A — 02.429.144/0001-93

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

As receitas reconhecidas são como seguem:

	31/03/2008				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]			[illegible]
[illegible]					[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]		[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	31/03/2007				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]			[illegible]
[illegible]			[illegible]		[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]			[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

Na demonstração do resultado, as receitas foram registradas nas seguintes rubricas:

	31/03/2008				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	31/03/2007				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(20) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	1.722	2.327
Reserva Global de Reversão - RGR	7.642	5.741
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.776	1.872
Conta de Consumo de Combustível - CCC	29.612	27.195
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	32.702	31.560
Total	73.454	68.696

Nota - NOTAS EXPLICATIVAS

(21) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

[illegible]

A movimentação dos saldos no trimestre findo em 31 de março de 2008 é como segue:

	Consolidado					
	[illegible]	Baixas	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	Ingressos
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisões para Contingências - Bruto	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Depósitos Judiciais (1) + (2)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas. Os detalhes da natureza das provisões para contingências e depósitos judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

Perdas possíveis - A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos e riscos, os quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda não possuem base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais, inexistindo outra decisão de processos similares considerados como provável ou remota e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2008 estavam assim representadas: (a) R$ 2.108.857 (equivalentes a R$ 2.111.422 em 31 de dezembro de 2007); (b) R$ 390.892 dizem respeito basicamente por danos pessoais, ações trabalhistas e indenização civil (R$ 389.739 em 31 de dezembro de 2007); e (c) R$ 475.272 estão relacionadas basicamente a Imposto de Renda - CNIS - INSS/CAL e PIS e COFINS (R$ 466.760 em 31 de dezembro de 2007).

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração da Sociedade e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Controlada		Minoritária	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de março de 2008 e de 31 de dezembro de 2007 está assim distribuída:

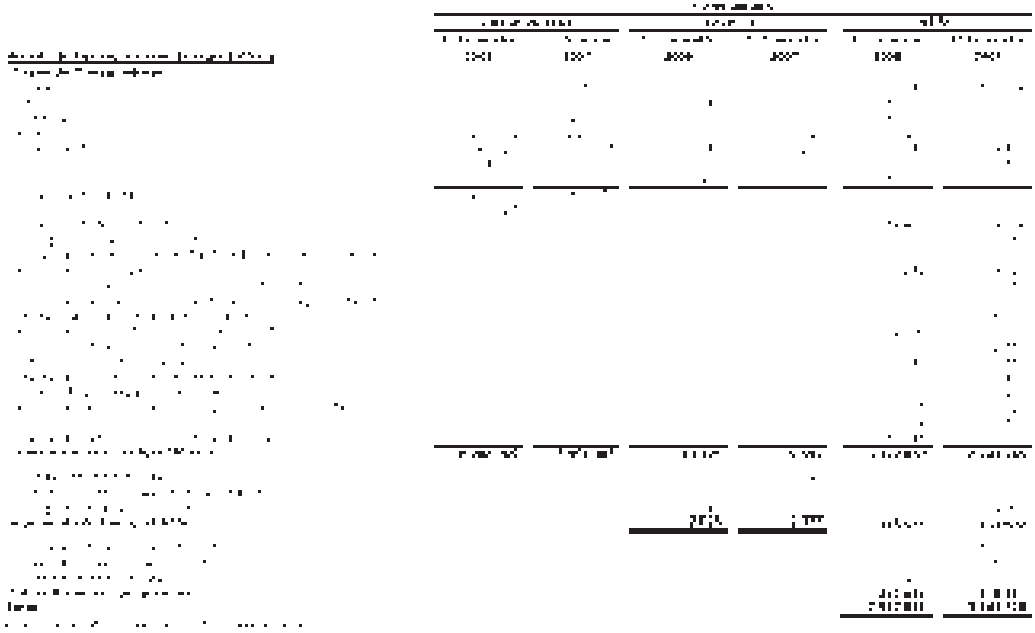
	Quantidade de ações			
	[illegible]		[illegible]	
Acionistas	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01656-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Anexo - Notas Explicativas
Juros sobre Capital Próprio e Dividendo

	Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007
Juros sobre o Capital Próprio	444	445
Dividendo a Pagar		
VBC Energia S.A.	204.217	204.217
SCI Participações S.A.	229.547	229.547
Bonaire Participações S.A.	90.947	90.947
BNDES Participações S.A.	41.145	41.145
Demais Acionistas	170.235	170.235
Subtotal	730.160	730.189
Total	730.604	730.634

(24) RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS



No trimestre foi constituída e registrada uma reconstituição na CCEE que efetuou no consolidado de receita de venda de curto prazo de R$ 45.745 (nota 5 e 2).

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	[illegible]		[illegible]	
Energia Comprada para Revenda	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
Energia Comprada no Ambiente Regulado - ACR				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Energia Comprada no Ambiente de Contratação Livre - ACL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

(26) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
Despesas com Vendas				
Pessoal			[illegible]	[illegible]
Material			[illegible]	[illegible]
Serviços de Terceiros			[illegible]	[illegible]
Provisão para Devedores Duvidosos			[illegible]	[illegible]
Provisão para Amortização			[illegible]	[illegible]
Tributos Sobre Receita			[illegible]	[illegible]
Outros			[illegible]	[illegible]
Total			[illegible]	[illegible]
Despesas Gerais e Administrativas				
Pessoal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Material	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Serviços de Terceiros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Tributos Sobre Receita	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesas Gerais e Administrativas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesas Gerais e Administrativas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outras Despesas Operacionais				
Tributos Sobre Receita			[illegible]	[illegible]
Despesas de Venda Pública e Consignatárias			[illegible]	[illegible]
Outros			[illegible]	[illegible]
Total		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Amortização Diferida por Incorporação			[illegible]	[illegible]
Total Despesas Operacionais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(27) RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
Receitas				
Rendas de Operações Financeiras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receitas de Taxas Financeiras			[illegible]	[illegible]
Atualização de Ativos Financeiros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Atualização de Depósitos Judiciais			[illegible]	[illegible]
Atualização Monetária de Tarifas			[illegible]	[illegible]
Atualização Monetária de Tarifas			[illegible]	[illegible]
Atualização Monetária de Tarifas			[illegible]	[illegible]
Atualização Monetária de Tarifas			[illegible]	[illegible]
Outras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	12.087	8.053	109.365	102.144
Despesas				
Despesas de Dívidas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesas Financeiras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Atualização Monetária de Tarifas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Atualização Monetária de Tarifas			[illegible]	
Outras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Atualização de Ativos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado Financeiro Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(28) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

28.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios estão ligados, basicamente, aos riscos de flutuação das taxas de câmbio e juros, crédito, escassez de energia e aceleração de dívidas. A Sociedade e suas controladas gerenciam estes riscos de modo a poder minimizá-los através do mecanismo de compensação (CVA), da contratação de operações de arrego, da adoção de políticas de cobrança, balanção de garantias e de certo de fornecimento para consumidores inadimplentes e monitoramento de obrigações contratuais.

28.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantem políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de manifestar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Em 31 de março de 2008, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e de suas controladas estão assim valorizados:

- Disponibilidades – Os valores demonstrados nos balanços patrimoniais estão próximos dos valores de mercado (nota 4).

CIBSA-O GERAL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

- Investimentos – Os investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial (nota 13);
- Ativos e Passivos Regulatórios – Os valores serão registrados conforme são definidos nas regras ou orientações da ANEEL (nota 2);
- Empréstimos e Financiamentos – Registrados conforme os critérios estipulados em contratos de acordo com as características delineadas na nota 15
- Debentures – Podem ser negociadas no mercado e estão registradas conforme os encargos estipulados quando de sua emissão, de acordo com as características definidas na nota 16

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas em operação nas respectivas datas de apuração de mercado, conforme definido acima, nas datas base em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, são como seguem:

	Consolidado			
	31/03/2008		31/12/2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos financeiros ativos (circulante)	1.019.772	1.019.772	1.011.744	1.011.744
Instrumentos financeiros ativos (não circulante)	4.463.950	4.463.950	4.409.811	4.409.811
Instrumentos financeiros passivos	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)
Total	4.483.722	4.483.722	4.421.555	4.421.555

	Consolidado			
	31/03/2008		31/12/2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos financeiros ativos (circulante)	1.019.772	1.019.772	1.011.744	1.011.744
Instrumentos financeiros ativos (não circulante)	5.463.950	5.463.950	5.409.811	5.409.811
Instrumentos financeiros passivos	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)
Total	5.483.722	5.483.722	5.421.555	5.421.555

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente (ou por projeção com premissas vencíveis existentes em datas próximas ao encerramento e/ou do trimestre, bem como comparações com parâmetros medos de mercado. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa antecipado de valorização da energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da CCEE, as controladas assumem que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

(29) MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO – ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 – LEI 11.638/07

Em 29 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

A Sociedade, exclusivamente para atendimento das disposições contidas na Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, realizou análises dos impactos causados pela Lei 11.638/2007 em suas demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre de 2008. Estas análises não podem ser utilizadas como indicativo definitivo sobre qual seriam os impactos nestas Demonstrações, caso fossem aplicados em sua íntegra todos os pronunciamentos do IASB.

As principais modificações ocorridas na lei, com vigência a partir de 2008, e os impactos para a Sociedade estão descritos a seguir:

- Determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valor de mercado.

  Em 31 de março de 2008, o impacto no consolidado do registro de instrumentos derivativos, líquido dos impostos, no Patrimônio Líquido e Lucro Líquido do período seria uma redução de R$ 10.604 e R$ 2.146, respectivamente. A diferença existente entre o valor acumulado registrado no Patrimônio Líquido e o valor registrado no Lucro Líquido do período refere-se ao ajuste acumulado de períodos anteriores na data base 31 de dezembro de 2007. Os efeitos de valorização a mercado dos derivativos encontram-se divulgados na nota explicativa nº 28.

- Obrigatoriedade do registro no ativo, mobilidade das direitas que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade, incluindo os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e a controle dos bens, como por exemplo o leasing financeiro.

  A adoção aos requerimentos da nova lei no que tange ao tratamento das operações de leasing e considerando-se as orientações contidas no pronunciamento IAS 17 – Leases do IASB resultará em uma mudança na prática contábil atual alterando a forma de reconhecimento de determinados ativos e passivos. Todavia, neste momento os valores envolvidos não são praticáveis de serem mensurados devido à necessidade de levantamento de informações históricas e uma análise criteriosa na aplicação dessa regulamentação, que acarretam na necessidade de um prazo maior para sua atativa conclusão. A administração está avaliando todos os elementos necessários para se obter uma estimativa razoável dos passivos e efeitos relacionados à adoção desse requerimento.

  Ativos e passivos financeiros pré-fixados de longo prazo e os de curto prazo quando relevantes, devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes.

  A administração da Sociedade, baseada nos pronunciamentos emitidos pela CVM, acredita não haver ajustes significativos a serem anunciados as Demonstrações Financeiras Trimestrais divulgadas.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

ANEXO - NOTAS EXPLICATIVAS

- Restrição de uso da alíva atendo às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação

  A administração da Sociedade acredita não haver ajustes significativos relacionados à adoção deste tópico

- Contabilização de ativos e passivos ao respectivo valor de mercado em operações de incorporação, fusão ou cisão entre partes não relacionadas e vinculadas à alativa transferência de controle

  A Sociedade não realizou transações desta natureza neste trimestre

Adicionalmente, a Sociedade ainda não foi impactada pela mudança na regra de avaliação de investimentos em coligadas, ou não realizou transações que envolvessem prêmios recebidos na emissão de debentures, doações ou subvenções para investimento, ou não adota como prática contábil a reavaliação de ativos e, ou não possui remuneração baseada em ações.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir ainda em 2008 o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação e revera todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

Os efeitos da aplicação da nova Lei sobre as Informações Trimestrais da Sociedade foram avaliados com base na legislação e normas regulamentares existentes nesta data e podem ainda ser alterados em função de regulação a ser emitida pelos órgãos competentes.

(30) EVENTOS SUBSEQUENTES

30.1 – Distribuição de Dividendo

Na AGOE de 09 de abril de 2008 foi aprovada a declaração de dividendos no montante de R$ 718.889 correspondente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2007

01866-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

[illegible]

[illegible]

1 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
3 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
4 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
6 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
7 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
8 [illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

6734 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Análise de Resultados

No primeiro trimestre de 2008, o Lucro Líquido foi de R$ 273.067, sendo 42,3 % (R$ 199.861) inferior ao mesmo trimestre do exercício anterior, devido basicamente ao resultado de participações societárias, relacionado às performances das controladas, conforme abaixo:

	1º Trimestre/2008	1º Trimestre/2007
RGE	40.000	
CPFL Paulista	177.062	[illegible]
CPFL Piratininga	[illegible]	60.012
CPFL Geradora	40.[illegible]	64.[illegible]
CPFL Brasil	[illegible]	[illegible]
CPFL Serra		[illegible]
CPFL Comercial		[illegible]
Nova Paulista		[illegible]
Próprias Participações	[illegible]	
Demais Cias	[illegible]	
	323.272	499.044

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações Consolidadas - Reais	Consolidado			Consolidado		
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	-	-	-	5.832.845	3.541.720	64,7%
[illegible]				[illegible]	[illegible]	
[illegible]			-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			-	[illegible]	[illegible]	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS				2.988.489	2.182.794	36,9%
CUSTOS COM TRIBUTOS DE RENDA	-	-	-	(1.952.889)	(1.061.178)	84,0%
[illegible]			-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CUSTOS DESPESAS OPERACIONAIS	(4.348)	(5.832)	25,5%	(353.475)	(315.096)	12,2%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RESULTADO DA OPERAÇÃO	(4.348)	(5.832)	25,5%	583.643	706.962	-17,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(87.499)	(79.987)	9,4%	(71.883)	(101.008)	-28,8%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	272.437	472.829				
RESULTADO OPERACIONAL	275.435	477.819	[illegible]	450.835	679.016	[illegible]
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(898)	[illegible]	[illegible]	(6.435)	(2.829)	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	274.449	477.842	42,5%	444.437	677.071	-34,4%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO						
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	272.857	472.829	42,3%	272.857	472.829	42,3%
[illegible]				[illegible]	[illegible]	
LUCRO APÓS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	272.857	472.829	42,3%	272.857	472.829	42,3%
EBITDA	(4.348)	(5.832)	25,5%	845.823	988.805	-14,5%

[illegible]

1240 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Para análise comparativa dos resultados dos períodos, devem ser considerados os seguintes fatores que geraram resultados neste trimestre, sem correspondência com o trimestre anterior:

i. Entrada em operação neste trimestre da 1ª turbina da UHE de Castro Alves, pertencente a complexo energético da CERAN em mar/08;

ii. Em Fevereiro de 2007, início de operações da ENERCAN;

iii. Em Junho de 2007, a CPFL Energia adquiriu 100% das ações da CPFL Jaguariúna, cujo resultado passou a ser integralmente consolidado a partir de Julho de 2007.

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2008 foi de R$ 3.682.015, representando um crescimento de 10,2% (R$ 340.287) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

i. Aumento de R$ 230.885 no fornecimento de energia elétrica justificado basicamente por um aumento de 4,5% na quantidade de energia vendida a consumidores finais e 2,6% nos preços médios praticados;

ii. Aumento de R$ 95.757 no suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias representado principalmente pelas atividades de comercialização de energia realizadas pela CPFL Brasil;

iii. Registro de redução de R$ 43.745 na venda de energia na CCEE relacionada aos efeitos da revisão tarifária da CPFL Paulista (ver nota 3 b 2).

- **Quantidade de Energia Vendida**

  No 1º trimestre de 2008, houve um aumento de 4,5% na quantidade de energia vendida a consumidores finais, tendo como destaque a parcela adicional de energia acrescentada pela aquisição da CPFL Jaguariúna e subsidiárias que foram responsáveis pelo acréscimo de 3,3% no período.

O aumento na quantidade de energia vendida a consumidores finais é verificado principalmente na energia distribuída para as classes residencial, comercial e rural, com

1234 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

crescimento de 7,4%, 8,3% e 16,3% respectivamente. A quantidade vendida para a classe industrial apresentou uma ligeira queda de 0,7%, que se deve à redução da venda da CPFL Brasil para clientes livres, que foi compensada pela maior venda em contratos bilaterais. O crescimento nas áreas de concessão da CPFL Energia, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança da TUSD, foi de 8,1% no 1º trimestre de 2008, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. Expurgando o ganho com a compra da CPFL Jaguariúna, o crescimento seria de 4,8%.

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2008 foi de R$ 1.197.631, um acréscimo de 0,8% em relação ao mesmo trimestre de 2007, o qual reflete principalmente (i) redução do encargo setorial CCC no montante de R$ 59.559 e (ii) aumento dos tributos sobre vendas consistente com o aumento da receita operacional.

Custo com Energia Elétrica

O Custo com Energia Elétrica neste trimestre totalizou R$1.552.665 representando um aumento de 47,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No 1º trimestre de 2008, a Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R$ 1.350.559, apresentando um acréscimo de 55,0% (R$ 479.356) quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior. As principais razões são:

i. Acréscimo de custo de R$ 107.169 relacionado ao ativo/passivo regulatório de sobrecontratação, basicamente explicado pelos ajustes efetuados em função da revisão tarifária (ver nota 3 e 3);

ii. Amortização da Parcela "A" na CPFL Paulista relacionada a energia comprada e encargos iniciada neste trimestre na ordem de R$ 58.336 (ver nota 3a);

iii. Os efeitos do recálculo do IRT de 2005 e 2006 da CPFL Paulista efetuados no ano anterior quando do reajuste tarifário de 2007, que gerou um ativo adicional de CVA de R$ 177.710 e um passivo regulatório – devolução ao consumidor de R$ 98.635 (redução de custo líquido de R$ 79.075 naquele ano – ver nota 3b2);

iv. Aquisição da CPFL Jaguariúna gerando um incremento no custo com energia elétrica de R$ 34.540;

v. O incremento de R$ 26.091 no custo com energia elétrica nas geradoras quando comparado com o mesmo trimestre de 2007 decorre basicamente das aquisições efetuadas pela usina de Castro Alves no montante de R$ 19.784, devido ao atraso na geração de energia e do compromisso assumido de entrega de energia já contratada, bem como pelo custo de aquisição de energia da ordem de R$ 4.582 efetuado pela controladas Baesa e Enercan em função da escassez de chuvas no período.

1234 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

vi Aumento de R$ 53.548 de energia comprada no Ambiente de Contratação Livre - ACL

vii Reajuste de preços referente a repasse de inflação no período

Embora haja aumento na quantidade de energia vendida na ordem de 4,5%, a compra de energia manteve-se estável. Isso ocorre basicamente devido à energia suprida pelas subsidiárias de geração para as distribuidoras, e irrisadas no processo de consolidação.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais neste trimestre foram de R$ 363.176, um aumento de 15,3% (R$ 48.120) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. Este aumento deve-se principalmente a:

- **Despesas Operacionais Gerenciáveis**

  Representadas pelos custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros, estas despesas totalizaram R$ 278.136 no 1º trimestre de 2008, um aumento de 20,8% (R$ 47.940) em relação ao mesmo trimestre de 2007. Além dos reajustes referentes à inflação do período, este aumento deve-se também a (i) os efeitos da entrada em operação de Castro Alves (complexo CERAN) e aquisição da CPFL Jaguariúna (R$ 20.194); (ii) provisão para tributos da Fundação CESP custeadas pelas patrocinadoras (R$ 3.979) e (iii) aumento das despesas de serviços de terceiros decorrente das atividades desempenhadas pelas nossas comercializadoras (R$5.482).

- **Entidade de Previdência Privada**

  O plano de Previdência Privada apresentou neste trimestre uma receita de R$ 21.039 (R$ 8.456 maior que o mesmo período de 2007). Esta variação deve-se basicamente ao rendimento esperado sobre os ativos do plano, conforme definido no Laudo Atuarial preparado em dezembro de 2007.

- **Depreciações e Amortizações**

  O aumento de 6,1% (R$ 7,3 milhões) refere-se basicamente aos efeitos da ENERCAN (R$ 2,6 milhões) e CPFL Jaguariúna (R$ 2,7 milhões).

01656-0 CPFL ENERGIA S.A — 02.429.144/0001-93

1234 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R$ 117.807, comparada com R$ 107.046 no mesmo período de 2007, devido principalmente:

i. Ao aumento de encargos monetários e cambiais referente ao maior endividamento devido à emissão de debêntures para a aquisição da CPFL Jaguariúna no montante de R$ 450.000 e à entrada em operação de Enercan e Ceran nos montantes de R$ 8.557 e R$ 2.429 respectivamente.

ii. A redução das despesas bancárias em R$14.665, devido principalmente à descontinuidade da sobrança da CPMF;

iii. Redução de R$ 23.735 na receita financeira referente à remuneração de ativos regulatórios, devido principalmente à realização do ativo de Recomposição Tarifário Extraordinária (RTE) e Parcela "A" e da queda dos indexadores que atualizam parte dos ativos regulatórios.

iv. Impacto favorável no resultado financeiro como consequência da queda de indexadores, entre eles CDI e TJLP.

Contribuição Social e Imposto de Renda

Os tributos sobre o resultado no 1º trimestre de 2008 foram de R$ 169.706, apresentando uma redução de 16,8% (R$ 34.349) em relação ao mesmo trimestre de 2007, o qual reflete (i) a redução no Lucro Antes dos Tributos e (ii) o reconhecimento em março de 2007 do crédito fiscal de imposto de renda no montante de R$ 40.234, decorrente da incorporação das operações da SEMESA pela CPFL Geração.

Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, com ênfase ao efeito de R$ 166.352 (R$ 111.895 líquido dos impostos) referente aos ajustes de sobrecontratação de energia o lucro líquido apurado neste trimestre foi de R$ 273.067, sendo 42,3% (R$ 199.661) inferior ao mesmo período de 2007.

O EBITDA ajustado (Lucro Líquido do trimestre excluindo os efeitos de entidade de previdência privada, depreciação, amortização, resultado financeiro, equivalência patrimonial, contribuição social, imposto de renda e item extraordinário) para o 1º trimestre de 2008 foi de R$ 645.020, sendo 26,7% (R$ 225.268) menor que o EBITDA apurado no mesmo período de 2007.

B101 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

B102 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	[illegible]

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

[illegible]	01
[illegible]	2
[illegible]	[illegible]
[illegible]	25/10/2007
[illegible]	UN
[illegible]	SIMPLES
[illegible]	PÚBLICA
[illegible]	01/09/2007
[illegible]	01/09/2012
[illegible]	SEM PREFERÊNCIA
[illegible]	CDI + 0,1%
[illegible]	
[illegible]	10.000,00
[illegible]	450.000
[illegible]	45.000
[illegible]	45.000
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	
[illegible]	01/09/2012

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

1994 - PROJETOS DE INVESTIMENTO
(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Nesses principais investimentos nos últimos anos tem sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da nossa rede de distribuição e aos nossos projetos de geração. A tabela a seguir apresenta os investimentos da Sociedade nos 3 meses de 2008, bem como nos últimos três anos encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005.

	Em milhões de Reais Exceto o Social encerrado em 31 de dezembro de			
	Trimestre	2007	2006	2005
Distribuição de Energia				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Soma	136	626	327	368
Geração de Energia	51	445	206	255
Comercialização de Energia	3	9	4	8
Outros	1	3		
Total	338	1.132	541	627

Planejamos investir aproximadamente R$ 1.233 milhões em 2008 e R$ 1.125 milhões em 2009. Dos investimentos totais cogitados para estes períodos, R$ 1.505 milhões destinam-se a distribuição, R$ 815 milhões a geração de R$ 14 milhões a fundo e R$ 3 milhões a comercialização.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

2004 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Ilustração dos acionistas da CPFL Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, em 31 de Março de 2008

Acionistas	Ações	Partic. %
VBC Energia S.A.	135.322.505	28,41
STI Participações S.A.	149.[illegible]	[illegible]
Bonaire Participações S.A.	[illegible]	12,05
ENCES Participações S.A.	[illegible]	[illegible]
Brumado Holdings S.A.	25.[illegible]	5,92
Membros do Conselho de Administração	2.112	
Membros da Diretoria Executiva	15.564	
Demais Acionistas	[illegible]	10,20
Total	475.915.538	100,00

Quantidade e características de valores mobiliários dentro de seu grupo de controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria, em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007

	Ordinários		Preferenciais	
Acionistas	Ações	Partic. %	Ações	Partic. %
Controladores	347.114.585	72,93	347.114.585	72,93
Administradores				
Membros da Diretoria	15.564	0,00%	15.564	0,00%
Membros do Conselho de Administração	2.112	0,00	2.112	0,00
Demais Acionistas - Diretoria	132.[illegible]	[illegible]	132.[illegible]	[illegible]
Total	475.915.538	100,00%	475.915.538	100,00%

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

21.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

2004 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

2004 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

2004 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

	[illegible]	[illegible]
[illegible]		
[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

	[illegible]	[illegible]
[illegible]		
[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

2004 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

Compromisso de arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do artigo nº 41 do Estatuto Social da Companhia.

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Balanço Social Trimestral / 2008 / 2007

Empresa: CIBRA - Energia S.A.

1 - Base de Cálculo	4 - Trimestre Atual (de 01/10/2008 a 31/12/2008)			4 - Trimestre 2007 (de 01/10/2007 a 31/12/2007)		
[illegible]			2.464.454			2.153.726
[illegible]			250.158			119.996
[illegible]			185.903			98.321

2 - Valores Gerados e Distribuídos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RB	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RB
[illegible]	1.844	0,99%	0,99%	1.844	1,54%	0,83%
[illegible]	28.262	15,20%	11,47%	23.878	19,93%	10,77%
[illegible]	1.300	0,70%	0,53%	1.300	1,09%	0,59%
[illegible]	1.300	0,70%	0,53%	1.300	1,09%	0,59%
[illegible]	300	0,16%	0,12%	300	0,25%	0,14%
[illegible]	500	0,27%	0,20%	500	0,42%	0,23%
[illegible]	1	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
[illegible]	1.349	0,73%	0,55%	1.349	1,13%	0,61%
[illegible]	211	0,11%	0,09%	192	0,16%	0,09%
[illegible]	2.486	1,34%	1,01%	1.658	1,38%	0,75%
[illegible]	1.183	1,00%	0,48%	1.201	1,00%	0,54%
Total de Valores Gerados e Distribuídos	47.139	25,36%	19,13%	35.305	29,46%	15,95%

3 - Valores Gerados e Distribuídos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RB	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RB
[illegible]	1	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
[illegible]	1.512	0,81%	0,61%	1.192	0,99%	0,54%
[illegible]	1	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
[illegible]	1	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
[illegible]	1	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
[illegible]	1.000	0,53%	0,40%	41	0,03%	0,02%
Remuneração de capitais próprios a acionistas	2.512	1,35%	1,02%	1.192	0,99%	0,54%
[illegible]	1.111.111	597,63%	451,00%	1.111.111	927,03%	502,01%
Total de Valores Gerados e Distribuídos	1.111.111	597,63%	451,00%	1.111.111	927,03%	502,01%

4 - Indicadores Econômicos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RB	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RB
[illegible]	30.000	16,14%	12,18%	11.000	9,18%	4,97%
[illegible]	2.000	1,08%	0,81%	1.200	1,00%	0,54%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	32.000	17,22%	12,99%	12.200	10,18%	5,51%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Em 2008	Em 2007
[illegible]	1.111	1.111
[illegible]	111	111
[illegible]	1.111	1.111
[illegible]	111	111
[illegible]	1.111	1.111
[illegible]	1.111	1.111
[illegible]	11,11%	11,11%
[illegible]	111	111
[illegible]	1.111	1.111
[illegible]	11	11

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]	1º Trimestre de 2008			1º Trimestre de 2007		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	2			[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			[illegible]		

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

01856-0 CPFL ENERGIA S.A — 02.429.144/0001-93

2100 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Relatório dos Auditores Independentes Sobre Revisão Especial

Aos Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas informações trimestrais (ITR) individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações da resultado, dos fluxos de caixa e de valor adicionado, o relatório de desempenho e as notas explicativas e alterações sobre a responsabilidade de sua Administração.

2. As informações trimestrais da controlada indireta e a empresa BAESA - Energética Barra Grande S.A. relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2008 foram revisadas por outros auditores independentes, cujo relatório de revisão especial foi emitido em 22 de maio de 2008, contendo tanta ressalva quanto ao não reconhecimento em sua totalidade de tanta obrigação relativa à aquisição de [illegible] de 2008 [illegible] reconhecido e efeito de [illegible] patrimônios [illegible] demonstrações [illegible] reduzidos em R$ 1.123 mil, e o efeito na controlada [illegible] CPFL Energia S.A. seria de R$ 280 mil. A CPFL Energia S.A. [illegible] Barra Grande S.A. pelo método de equivalência patrimonial [illegible] investimento pela [illegible] em 31 de março de 2008 [illegible] de R$ 113.117 mil, e o resultado da equivalência patrimonial desse investimento no resultado deste trimestre é de R$ 3.986 mil de canhoto. As informações trimestrais [illegible] nas informações trimestrais consolidadas apresentam [illegible] proporcionais de R$ 378.113 mil em 31 de março de 2008. Nossa relatório [illegible] no trimestre referido, está [illegible] revisão [illegible] auditores independentes [illegible] Energética Barra Grande S.A.

3. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em [illegible] administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas, quanto aos [illegible] na elaboração das informações trimestrais e [illegible] das informações e dos eventos subsequentes [illegible] efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

1 Foram revisadas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2008, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão especial.

2 Nossa revisão especial foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão especial de informações contábeis intermediárias. Uma revisão especial de informações contábeis intermediárias consiste em indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos contábeis e financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e outros procedimentos de revisão especial. O escopo de uma revisão especial é substancialmente menor do que o escopo de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos importantes que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos opinião de auditoria.

3 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia está apresentando as demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidada, referentes ao período de 6 meses findo em 31/12/2008, as quais estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, uma vez que não é requerida a sua apresentação pelo IASB. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão especial descritos no parágrafo 2 e, com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que elas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as demais demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

4 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia está apresentando as demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidada, referentes ao período de 6 meses findo em 31/12/2008, as quais estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, uma vez que não é requerida a sua apresentação pelo IASB. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão especial descritos no parágrafo 2 e, com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que elas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as demais demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

5 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia está apresentando as demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidada, referentes ao período de 6 meses findo em 31/12/2008, as quais estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, uma vez que não é requerida a sua apresentação pelo IASB. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão especial descritos no parágrafo 2 e, com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que elas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as demais demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

6 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia está apresentando as demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidada, referentes ao período de 6 meses findo em 31/12/2008, as quais estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, uma vez que não é requerida a sua apresentação pelo IASB. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão especial descritos no parágrafo 2 e, com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que elas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as demais demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Os possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subsequentes.

11. Conforme mencionado na Nota Explicativa 3 - item 01 2) as informações [illegible] de diferença da sua revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão da ANEEL [illegible] a representamento tarifária das controladas indiretas que compõem o grupo CPFL [illegible] Companhia Paulista de Energia Elétrica, Companhia Sul Paulista de Energia Elétrica, Companhia Jaguari de Energia e Companhia Luz e Força Moeder [illegible] a ser aplicado para o período a partir de [illegible] de 2008. Os possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subsequentes.

11. As demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. para o trimestre findo em 31 de março de 2007, apresentadas para fins comparativos, foram revisadas por os nossos auditores independentes, que sobre elas emitiram relatório de revisão especial sem ressalvas, datado de 25 de abril de 2007.

Campinas, 19 de maio de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC [illegible]

[illegible]
Contador CRC [illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

2.3.1 - COMENTARIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADAS OU LIGADAS

Controlada/Coligada : **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR de 31 de março de 2008 arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

22.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU LIGADA

Controlada/Coligada : CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

A controlada CPFL Geração de Energia S/A é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais - ITR de 31 de março de 2008, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA/CONSOLIDADO (Reais Mil)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

CONTROLADA/COLIGADA

[illegible]

22.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
	[illegible]				
	[illegible]				
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

3240 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU COLIGADA

Controlada/Coligada : CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A

Receita Bruta

A Receita Bruta do 1º trimestre de 2008 que inclui as operações das comercializadoras CPFCN, Sul Geradora e Core Sul (a partir de maio/2007) foi de R$ 435.112 demonstrando uma redução de 3% em relação ao mesmo trimestre de 2007.

Lucro Líquido do Período e EBITDA

O lucro líquido apurado no 1º trimestre de 2008 foi de R$ 25.105, demonstrando uma retração de R$ 46.284 (-64,8%) quando comparado com o mesmo trimestre de 2007. Esta redução é decorrente essencialmente da solicitação de recontabilização das vendas de energia para a CCEE relativo ao período de abril de 2005 a fevereiro de 2008, que gerou neste trimestre uma reversão receita atualizada pelo IGP-M de ordem de R$ 71.879, sendo que incluído dos efeitos tributários totaliza o montante de R$ 46.304. Esta recontabilização foi proposta pela CPFL Brasil junto a CCEE, estando associada ao processo de Revisão Tarifária das empresas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, descrito pela CPFL Energia em nota explicativa 3.b.2. Os reflexos no resultado da CPFL Brasil estão demonstrados abaixo:

Estorno de Receitas na CCEE	:
PIS/COFINS	6.146
Efeitos na Receita Líquida	. .
Despesas Financeiras	. . .
CSSL/IRPJ	22.449
Efeitos no Lucro do Período	. . . .

O EBITDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização) para o 1º trimestre de 2008 foi de R$ 36.821, sendo 67% menor que o apurado para o mesmo trimestre de 2007 que foi R$ 111.002 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

3240 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE CONTROLADORIA

Controlada/Coligada : COPEL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

22.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU LIGADA

Controlada/Coligada : **COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

A controlada Companhia Piratininga de Força e Luz é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais (ITR) de 31 de março de 2008, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

22.01 - COMENTARIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA

Controlada/Coligada : **RIO GRANDE ENERGIA S/A**

A controlada Rio Grande Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais – ITR de 31 de março de 2008 arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible] ENERGIA S.A.	[illegible]

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	FOLHA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	
01	02	SEDE	[illegible]
01	03	[illegible]	[illegible]
01	04	[illegible]	[illegible]
01	05	[illegible]	2
01	06	[illegible]	[illegible]
01	07	[illegible]	2
01	08	[illegible]	[illegible]
01	09	[illegible]	[illegible]
01	10	[illegible]	[illegible]
02	01	[illegible]	4
02	02	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	7
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	54
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
		[illegible]	
[illegible]	02	[illegible]	[illegible]
		[illegible]	
[illegible]	02	[illegible]	[illegible]
		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
		[illegible]	
[illegible]	02	[illegible]	[illegible]
		[illegible]	
[illegible]	02	[illegible]	[illegible]

11. ANEXOS

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de maio de 2009
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de julho de 2009
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009
- Estatuto Social
- Escritura de Emissão das Debêntures
- 1º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures
- 2º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures
- Súmula de *Rating*
- Declaração da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de maio de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP PROTOCOLO
0.438.105/09-6

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF N.º 33 050 196/0001-88 – NIRE 353.000.437-31

EXTRATO DA ATA DA 391ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2009

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 dias do mês de maio de 2009, às 09h00, na sede social da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia") situada na Rodovia Campinas Mogi Mirim n.º 1.755, km 2,5, cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

2. CONVOCAÇÃO: Convocada na forma do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia.

3. PRESENÇAS: A totalidade dos membros do Conselho de Administração.

4. COMPOSIÇÃO DA MESA: Sr. Wilson P. Ferreira Junior – Presidente, e o Sr. Thiago Pédico Saragiotto – Secretário

5. ORDEM DO DIA: Exame, discussão e votação da proposta de emissão, para distribuição pública, de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações da Companhia, totalizando, na data de emissão, o valor de R$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais).

Após a leitura da Ordem do Dia, foi deliberado que a ata desta reunião seria lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada a sua publicação, sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos Conselheiros.

6. DELIBERAÇÕES: Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Artigo 18, alínea "g", do Estatuto Social da Companhia, a aprovação da 4ª emissão de debêntures, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de

dezembro de 2003 conforme alterada ("Instrução CVM 400"), observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e no convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID. As Debêntures terão as seguintes características e condições: **(a) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais); **(b) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(c) Quantidade de Títulos:** serão emitidas 175.000 (cento e setenta e cinco mil) Debêntures; **(d) Data de Emissão:** a data de emissão das Debêntures será 01 de julho de 2009 ("Data de Emissão"); **(e) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") na Data de Emissão será de R$ 1.000,00 (mil reais); **(f) Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; **(g) Forma:** as Debêntures serão nominativas e escriturais; **(h) Espécie:** as Debêntures serão da espécie subordinada; **(i) Constituição de Garantia Fidejussória:** as Debêntures serão garantidas por fiança da CPFL Energia S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1402, inscrita no CNPJ/MF n º 02.429.144/0001-93 ("Garantidora") que se obrigará como fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Companhia representada pelas Debêntures; **(j) Prazo e Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da data de sua emissão ("Data de Vencimento"); **(k) Amortização:** As Debêntures serão amortizadas em duas parcelas, sendo que a primeira amortização ocorrerá em 1º de julho de 2010 e corresponderá a um pagamento equivalente a R$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), e a segunda amortização ocorrerá na Data de Vencimento, e corresponderá ao saldo devedor das Debêntures em circulação à época; **(l) Resgate Antecipado:** as Debêntures não serão objeto de resgate antecipado; **(m) Remuneração:** as Debêntures farão jus a remuneração que será definida em procedimento de *bookbuilding*, a ser realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) ("Remuneração"); **(n) Pagamento da Remuneração**, os valores relativos à Remuneração das Debêntures serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão; **(o) Prazo e Forma de Integralização:** as Debêntures serão integralizadas à vista no ato da subscrição em moeda corrente nacional; **(p) Preço de Subscrição:** as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização; **(q) Colocação e Negociação:** as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado

primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema BOVESPAFIX (ambiente de negociação de ativos) respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures; **(r) Vencimento Antecipado**: são consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, resultando na imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Companhia que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) for/forem cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo; (ii) pedido por parte da Companhia e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou se a Companhia e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Companhia e/ou a Garantidora formular pedido de autofalência; (iii) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Companhia e/ou da Garantidora, (iv) não pagamento, pela Companhia ou pela Garantidora, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da Data de Vencimento respectiva; (v) deliberação de redução de capital social da Companhia e/ou da Garantidora, após a data do registro da Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures, nos termos previstos no artigo 174 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (vi) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures; (vii) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures, (viii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Companhia e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos; (ix) não pagamento na data de vencimento

original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ressalvada a hipótese de a Companhia e/ou Garantidora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado; (x) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento; (xi) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Companhia é titular nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 014/97, celebrado pela Emissora e pela União Federal em 20 de novembro de 1997, desde que tal perda ou cassação não seja revertida no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua verificação; (xii) alteração do atual controle da Companhia ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Companhia ou da Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa Energia S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Garantidora e da Companhia; (xiii) transformação da Companhia em sociedade limitada; (xiv) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Distribuição não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Companhia de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Debêntures; ou (xv) não observância pela Companhia por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não-consolidadas (controladora) da Companhia dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures: (1) relação entre Dívida Líquida da Companhia e EBITDA da Companhia menor ou igual a 3 (três) vezes, e (2) relação entre EBITDA da Companhia e Resultado Financeiro da Companhia maior ou igual a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes. **(s) Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia:** fica a Diretoria da Companhia autorizada a (i) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, (ii) contratar o agente fiduciário, o banco mandatário e escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, entre outros e (iii) celebrar

a escritura de emissão das Debêntures e o contrato de distribuição pública das Debêntures, bem como praticar todos os atos necessários a realização da Emissão

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou esta Ata, assinada por todos os presentes. Campinas, 29 de maio de 2009. Wilson P. Ferreira Junior, Miguel Normando Abdalla Saad, Sidney Mendes da Silva. Thiago Pédico Saragiotto

Certifico que a presente é Extrato da ata original lavrada em livro próprio.

Thiago Pédico Saragiotto
Secretário

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
195.274/09-0

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de julho de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

cpfl paulista

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF N.º 33.050.196/0001-88 – NIRE 353.000.437-31

EXTRATO DA ATA DA 393ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2009

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de julho de 2009, às 9h00, na sede social da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia") situada na Rodovia Campinas Mogi Mirim n.º 1.755, km 2,5, cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

2. CONVOCAÇÃO: Convocada na forma do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia.

3. PRESENÇAS: A totalidade dos membros do Conselho de Administração.

4. COMPOSIÇÃO DA MESA: Sr. Wilson P. Ferreira Junior – Presidente, e o Sr. Thiago Pédico Saragiotto – Secretário.

5. ORDEM DO DIA: (i) exame, discussão e votação da ratificação da taxa de remuneração aplicável às debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, da 4ª emissão da Companhia ("Debêntures"); e (ii) exame, discussão e votação da proposta de resgate antecipado total ("Resgate Antecipado Total") das notas promissórias comerciais da 1ª emissão da Companhia, emitidas em 29 de abril de 2009 ("Notas Promissórias" e "Data de Emissão", respectivamente), nos termos do item "Resgate Antecipado" das Cártulas das Notas Promissórias.

Após a leitura da Ordem do Dia, foi deliberado que a ata desta reunião seria lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada a sua publicação, sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos Conselheiros.

6. DELIBERAÇÕES: Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram deliberadas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) ratificar a remuneração das Debêntures, que será equivalente a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), conforme definida em procedimento coleta de intenção de investimento (procedimento de *bookbuilding*), conduzido pelas instituições intermediárias da distribuição

1

cpfl paulista

pública das Debêntures, realizado em 14 de julho de 2009, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a celebrar aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures, bem como a assinar todos os documentos necessários à implementação da deliberação ora tomada; e (ii) aprovar, nos termos do título "Resgate Antecipado" da Cártula das Notas Promissórias, o Resgate Antecipado Total do saldo das Notas Promissórias em circulação, uma vez que: (a) em 18 de julho de 2009, já terão transcorridos 80 (oitenta) dias da Data de Emissão; e (b) a Companhia está captando recursos no mercado de capitais brasileiro, por meio da distribuição pública de sua 4ª Emissão de Debêntures, para refinanciamento da dívida representada pelas Notas Promissória. As Notas Promissórias serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário, qual seja R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), acrescido da variação acumulada de 118% (cento e dezoito por cento) da "*Taxa DI over extra-grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (http://www.cetip.com.br), calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento. O Resgate Antecipado Total está condicionado a integral colocação das Debêntures.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou esta Ata, assinada por todos os presentes. Campinas, 14 de julho de 2009. Wilson P. Ferreira Junior, Miguel Normando Abdalla Saad, Sidney Mendes da Silva, Thiago Pédico Saragiotto.

Certifico que a presente é Extrato da ata original lavrada em livro próprio.

Thiago Pédico Saragiotto
Secretário

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CPFL ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ N.º 02.429.144/0001-93 - NIRE 353.001.861-33

EXTRATO DA ATA DA 138ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio de 2009, às 14h00min (quatorze horas), na sede social da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 14º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. CONVOCAÇÃO: Convocada na forma do Parágrafo 2º do Art. 18 do Estatuto Social da CPFL Energia.

3. PRESENÇAS: A totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho") e a Diretoria Executiva. Registra-se a ausência justificada do Sr. José Ayres de Campos e a participação de seu suplente, Sr. Claudio Borin Guedes Palaia.

4. MESA: Presidente – Luiz Aníbal de Lima Fernandes, e Secretária - Gisélia Silva.

5. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS:

Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes, foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada sua publicação, sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos conselheiros.

Feitos os esclarecimentos preliminares, o Presidente do Conselho informou aos presentes que os votos dos Conselheiros indicados pelos acionistas controladores serão computados com observância dos itens 5.1, 6.1 e 7.1 do Acordo de Acionistas depositado na Companhia, datado de 22.03.2002, conforme aditado em 27.08.2002, 05.11.2003 e 06.12.2007.

Examinadas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as deliberações a seguir, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

(i) **Aprovaram** a divulgação, pela Companhia, de que a Sra. DANIELA CORCI CARDOSO, eleita para compor o Conselho Fiscal pela Assembléia Geral Ordinária realizada em 23 de abril, se qualifica como especialista financeira, em atendimento às disposições da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e de acordo com as regras da *Securities and Exchange Commission* - SEC aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores americana;

(ii) **Conheceram** do relato do Diretor Presidente (*highlights*) sobre os principais fatos relativos aos negócios da Companhia e indicadores setoriais;

(iii) **Aprovaram** a ata da 137ª Reunião do Conselho realizada no último dia 29 de abril;

(iv) **(iv.i) Aprovaram,** na forma prevista na alínea "u" do Art. 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos propostos na Resolução da Diretoria nº 2009031, a outorga,

pela CPFL Energia, de fianças em garantia do pagamento de emissões de debêntures de suas subsidiárias Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista"), Rio Grande Energia S.A. ("RGE"), CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista"), Companhia Leste Paulista de Energia ("CPFL Leste Paulista"), Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Jaguari") e CPFL Comercialização Brasil S. A. ("CPFL Brasil" e, em conjunto com a CPFL Paulista, RGE, CPFL Geração, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Jaguari, "Subsidiárias") para distribuição pública, conforme descrito abaixo:

(a) Emissão de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) da 4ª Emissão da CPFL Paulista, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Taxa DI"), observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(b) Emissão de 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) da 4ª Emissão da RGE, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 185.000.000,00 (cento oitenta e cinco milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(c) Emissão de 315.000 (trezentas e quinze mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) da 2ª Emissão da CPFL Geração, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. O valor total das debêntures da 2ª Emissão da CPFL Geração poderá ser aumentado em até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 14 e no artigo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400/03;

(d) Emissão de 1.600 (mil e seiscentas) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Sul Paulista, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de

reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(e) Emissão de 2.400 (duas mil e quatrocentas) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Leste Paulista, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(f) Emissão de 1.000 (mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Jaguari, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI; e

(g) Emissão de 16.500 (dezesseis mil e quinhentas) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Brasil, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(iv.ii) Autorizaram a Diretoria Executiva a celebrar os instrumentos hábeis à formalização das fianças ora aprovadas, que abrangem o valor total de até R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), correspondente ao somatório do valor total das emissões de debêntures das Subsidiárias, conforme descrito nos itens "a" ao "g" acima, nas datas de emissão respectivas, acrescido das respectivas remunerações e dos encargos moratórios aplicáveis, e

(iv.iii) Recomendaram aos representantes da Companhia nos órgãos das Subsidiárias o voto favorável às emissões das debêntures descritas nos itens "a" ao "g" acima, sob coordenação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do Banco UBS Pactual S.A. (Resoluções da Diretoria nºs. 2009091, 20091609, 2009036, 2009034, 2009034, 2009032 e 2009052);

(v) **Aprovaram**, na forma das alíneas "p" e "." do Art. 18 e do inciso II do Art. 23 do Estatuto Social, na qualidade de acionista controladora da CPFL Brasil, a constituição de Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), subsidiária integral da CPFL Brasil, com a finalidade de participar de projeto de geração de energia elétrica, e a obtenção do financiamento, nos termos da Resolução da Diretoria da CPFL Brasil nº 2009050;

(vi) **Aprovaram**, nos termos da alínea "r" do Art. 18 do Estatuto Social, na qualidade de acionista controladora da CPFL Brasil, a constituição de SPE com a finalidade de comercialização de energia elétrica; e

(vii) **Recomendaram** aos representantes da Companhia nos órgãos de administração das sociedades controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz e RGE, o voto favorável à aprovação da estratégia de contratação de energia e da participação no Leilão de Energia Nova (A-3)

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos Conselheiros presentes e pela Secretária. Luiz Aníbal de Lima Fernandes, Ricardo Carvalho Giambroni, Francisco Caprino Neto, Milton Luciano dos Santos, Susana Hanna Stiphan Jabra, Ana Dolores M. Carneiro de Novaes, Claudio Borin Guedes Palaia, e Gisélia Silva (Secretária).

Certifico que o presente é extrato da ata original lavrada em Livro Próprio.

Gisélia Silva
Secretária

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 195.548/09-7 EM CRISTINA DE S. F. CALANDRA SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

- Estatuto Social

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Companhia Aberta
CNPJ/MF 33.050.196/0001-88
NIRE 35300043731

ESTATUTO SOCIAL

Consolidado em 30 de abril de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Capítulo I

Denominação, objeto, sede e duração

Artigo 1º - A **Companhia Paulista de Força e Luz** reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, podendo participar individual ou consorciadamente, de empreendimentos que visem a outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive na exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora, bem como participar do capital de outras sociedades.

Artigo 3º - A Companhia, com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, poderá abrir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em quaisquer pontos do território nacional ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 4º - **O prazo de duração da Companhia é indeterminado.**

Capítulo II

Do capital social, das ações e dos acionistas

Artigo 5º - O capital subscrito e realizado é de R$ 72.650.095,88 (setenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta mil, noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos), dividido em 72.650.095 de ações escriturais e sem valor nominal, sendo 26.950.934 ações ordinárias e 45.699.161 ações preferenciais sem direito de voto, divididas em 2.263.123 ações preferenciais da classe "A", 17.134.453 ações preferenciais da classe "B" e 26.301.585 ações preferenciais da classe "C".

Parágrafo 1º - O capital social poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei n.º 6.404/76, mediante a emissão de até novas 24.863.920.096 (vinte e quatro bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, novecentos e vinte mil e noventa e seis) ações, sendo 7.508.193.217 (sete bilhões, quinhentos e oito milhões, cento e noventa e três mil e duzentos e dezessete) ações ordinárias e 17.355.726.879 (dezessete bilhões, trezentos e cinco milhões, setecentos e vinte e seis mil e oitocentos e setenta e nove) ações.

Parágrafo 2º - Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Nas emissões de ações ou bônus de subscrição destinadas à subscrição pública ou particular, a Diretoria, mediante aviso publicado na imprensa, comunicará aos acionistas a deliberação do Conselho de Administração em aumentar o capital social, informando todas as características e condições da emissão e o prazo para o exercício do direito de preferência, o qual não poderá ser inferior, nos aumentos por subscrição particular, a 30 (trinta) dias, e nos aumentos por subscrição pública, a 10 (dez) dias.

Parágrafo 3º - Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembléia Geral, na forma da Lei.

Parágrafo 4º - Observada a restrição do parágrafo anterior, as integralizações poderão ser efetivadas em prestações, hipótese em que o valor mínimo a ser realizado, no ato da subscrição, será de 10% (dez por cento) do valor subscrito, devendo o saldo ser integralizado no prazo fixado pelo Conselho de Administração, nunca superior a 12 (doze) meses, mediante chamada da Diretoria ou nos termos do boletim de subscrição.

Parágrafo 5º - O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do 1º dia do não cumprimento da obrigação, correção monetária na forma admitida em lei mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado.

Parágrafo 6º - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, determinar a sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 7º - As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação ordinária terá direito a 01 (um) voto nas Assembléias Gerais.

Parágrafo 8º - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço.

Artigo 6º - A Companhia, através de deliberações do Conselho de Administração, poderá emitir ações preferenciais, em uma ou mais classes, mesmo que mais favorecidas que as anteriormente existentes, resgatáveis ou não, até o limite de 2/3 (dois terços) da quantidade de ações em que se divide o Capital Social, fixando-lhes as respectivas preferências e vantagens. Respeitado o limite de 2/3 (dois terços), novas ações poderão ser emitidas, ainda que sem guardar a proporção com as demais espécies ou com as demais classes preferenciais.

Parágrafo Único - As ações preferenciais não terão, independentemente de suas classes, direito de voto, mas farão, todavia, jus às seguintes vantagens:

a) As ações preferenciais das classes "A", "B" e "C", gozam do direito de recebimento de dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do disposto no artigo 17, § 1, inciso II, da Lei nº 6.404/76 e de prioridade no reembolso do valor que representam do Capital Social, na hipótese de dissolução da Companhia, sendo que as ações preferenciais da classe "A" preferem às da classe "B", e estas preferem as da classe "C" e

b) Depois de reembolsadas as ações ordinárias, as ações preferenciais classes "A", "B" e "C" participarão igualitariamente àquelas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar e a Companhia, nesse rateio, levará em conta, relativamente a eventuais lucros acumulados, o direito a dividendo majorado a que têm direito as ações preferenciais, na forma dos artigos 31 e 32 deste Estatuto.

Artigo 7º - A Companhia poderá emitir debêntures, conversíveis ou não em ações, que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições que, por proposta do Conselho de

Administração, forem aprovadas pela Assembléia Geral. Nas emissões de debêntures conversíveis em ações, será aplicável a regra do § 2º do artigo 5º, in fine.

Parágrafo Único – Nos termos do disposto no § 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real.

Artigo 8º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Capítulo III

Dos órgãos da Sociedade

Artigo 9º - São órgãos da Companhia:
I – a Assembléia Geral;
II – o Conselho de Administração;
III – a Diretoria Executiva;
IV – o Conselho Fiscal.

Seção I

Da Assembléia Geral

Artigo 10 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de:

a) tomar as contas dos administradores, relativas ao último exercício social;

b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal;

c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

d) eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes;

e) eleger os membros do Conselho de Administração titulares e suplentes; e

f) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria bem como os honorários do Conselho Fiscal.

Artigo 11 – A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou por acionistas, na forma da lei.

Artigo 12 – As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao Presidente da Assembléia Geral a escolha do Secretário.

Parágrafo Único - O Presidente da Assembléia deverá observar e fazer cumprir as disposições de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

Artigo 13 – Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembléias Gerais por procurador constituído na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembléia Geral.

Seção II

Do Conselho de Administração

Artigo 14 - O Conselho de Administração será constituído de no mínimo 03 (três) e no máximo 07 (sete) membros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º - De conformidade com o item 4.3, III do Edital AS/F/833/97, os empregados da Companhia terão o direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia, ainda que as ações que conjuntamente detenham não sejam suficientes para assegurar a eleição. Caso os empregados da Companhia detenham conjuntamente ações em número suficiente para indicar mais de 1 (um) membro do Conselho de Administração, aludida indicação se fará de acordo com as regras aplicáveis a todos os demais acionistas da Companhia. Para os efeitos deste Parágrafo, a participação conjunta dos empregados será assim considerada inclusive por intermédio de clubes de empregados, interpretados como cada sociedade de participação, condomínio ou clube de investimento, que tenha como objetivo a participação no capital social da Companhia e que represente os empregados da Companhia.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo 3º - A Assembléia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração que substituirão o conselheiro titular (ou conselheiros titulares) a que estiver(em) vinculado(s), em sua(s) ausência(s) ou impedimento(s) temporário(s), observado o disposto no artigo 17, parágrafo 1º deste Estatuto Social.

Artigo 15 – O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 1 (um) ano, admitida a reeleição.

Parágrafo Único – Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

Artigo 16 – Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração.

Parágrafo Único – Os membros do Conselho de Administração que representam os acionistas do bloco de controle firmarão, ainda, termo de adesão aos dispositivos do Acordo de Acionistas, através do qual declaram ter pleno conhecimento de seu teor.

Artigo 17 – No caso de vacância de membro do Conselho de Administração, seu substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes, e servirá até a 1ª Assembléia Geral a ser realizada após a constatação de vacância, observadas as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social.

Parágrafo 1º - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 2º - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração:

a) eleger o Diretor Presidente e os demais Diretores, podendo destituí-los a qualquer tempo, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembléia Geral;

b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano qüinqüenal de negócios, bem como suas revisões anuais;

c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia; solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

d) convocar a Assembléia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto;

e) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, definir a política de dividendos e propor à Assembléia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício;

f) deliberar sobre aumento de capital e preço de emissão de ações da Companhia e bônus de subscrição, de conformidade com o disposto neste Estatuto Social;

g) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas nos incisos VI a VIII do Artigo 59 da Lei 6.404/76, conforme disposto no § 1º do mesmo artigo;

h) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;

i) deliberar sobre a seleção e/ou destituição dos auditores externos da Companhia;

j) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano qüinqüenal;

k) deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

k) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria;

l) autorizar prévia e expressamente a celebração de contratos pela Companhia com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a eles coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

m) aprovar prévia e expressamente a celebração de contratos de qualquer natureza de valor global superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ainda que se refira a despesas previstas no orçamento anual ou no plano qüinqüenal de negócios;

n) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembléia Geral;

o) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa impactar substancialmente nos custos;

p) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

q) deliberar sobre a constituição de qualquer espécie de garantia que não envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia; e a constituição de qualquer espécie de garantia que envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia;

r) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;

s) deliberar sobre a criação de Comitês para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência;

t) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e de Comitês que sejam criados;

u) aprovar e submeter à Assembléia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos administradores da Companhia ou a seus empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia .

v) aprovar previamente alteração em contrato de concessão firmado pela Companhia.

w) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuidos por lei e pelo presente Estatuto;

x) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia.

Parágrafo 1º - As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão ao menos uma vez a cada três meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior freqüência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração através de conferência telefônica ou vídeo-conferência.

Parágrafo 2º – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 10 (dez) dias de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Parágrafo 3º - Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

Parágrafo 4º - No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice-Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo 5º - A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

Parágrafo 6º - Caso não haja quorum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação -- a ser feita com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência --, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia da reunião original do Conselho de Administração não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

Parágrafo 7º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro Conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computandose como presentes os membros que assim votarem.

Seção III

Da Diretoria Executiva

Artigo 19 – A Diretoria compor-se-á de 6 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Assuntos Regulatórios, um Diretor Financeiro, que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Gestão de Energia, um Diretor de Distribuição e um Diretor Administrativo.

Parágrafo Único – Compete:

a) Ao Diretor Presidente, dirigir todos os negócios e a administração geral da Companhia e exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por este Estatuto, pelo Conselho de Administração e, ainda, privativamente:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) conceder licença aos membros da Diretoria e indicar-lhes substitutos;

(iii) coordenar e orientar os trabalhos dos demais Diretores;

(iv) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação de cada Diretor;

(v) tomar decisões de caráter de urgência de competência da Diretoria, "ad referendum" desta;

(vi) representar a Companhia em assembléias gerais de acionistas ou indicar um Diretor ou um procurador para representá-lo;

(vii) receber citação inicial e representar a Companhia em Juízo ou fora dele, ou indicar um Diretor para fazê-lo.

(viii) dirigir e liderar o desenvolvimento da estratégia corporativa da Companhia, coordenando os processos de planejamento empresarial, bem como avaliar o potencial, planejar o desenvolvimento de novos negócios de distribuição de energia elétrica e atividades correlatas ou complementares.

b) Ao Diretor de Assuntos Regulatórios, dirigir e liderar a gestão regulatória, incluindo o acompanhamento das atualizações de regulamentação do setor elétrico.

c) Ao Diretor Financeiro, dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da companhia, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria, planejamento e controle financeiro e tributário, e a gestão das atividades inerentes à Contabilidade da companhia; competindo-lhe, ainda, desempenhar as funções de representante da companhia em suas relações com investidores e o mercado de capitais.

d) Ao Diretor de Gestão de Energia, dirigir as operações de comercialização de energia da companhia, planejando e realizando as atividades de compra e venda de energia, com observância de adequada gestão de risco; planejar e executar o atendimento comercial, bem como o desenvolvimento e a oferta de serviços de valor agregado para grandes clientes;

e) Ao Diretor de Distribuição, dirigir o negócio de distribuição de energia elétrica, aprovar a elaboração e aplicação das políticas e procedimentos de atendimento técnico e comercial aos consumidores, responder pelo planejamento, operação e manutenção do sistema elétrico, engenharia e gestão de ativos da companhia, observados os padrões adequados de rentabilidade empresarial e os padrões de qualidade definidos pelo Poder Concedente; competindo-lhe, ainda, propor e gerir os investimentos relacionados com o negócio de distribuição de energia;

f) Ao Diretor Administrativo, dirigir e liderar as atividades de tecnologia de informação, suprimentos, infra-estrutura e logística administrativa da companhia; gerir os processos e sistemas de gestão organizacional, propor e/ou disseminar as normas internas; competindo-lhe, ainda, propor, examinar, avaliar, planejar e implantar novos projetos e investimentos pertinentes às referidas atividades, em harmonia com o planejamento estratégico da companhia.

Artigo 20 – O mandato dos membros da Diretoria será de 02 (dois) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo Único – Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

Artigo 21 – Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões de Diretoria.

Parágrafo Único: Os membros da Diretoria firmarão, ainda, termo de adesão aos dispositivos do Acordo de Acionistas da Holding, através do qual declaram ter pleno conhecimento de seu teor.

Artigo 22 –Na hipótese de vagar um dos cargos de Diretor, caberá ao Diretor-Presidente indicar, dentre os demais Diretores, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até a eleição do substituto pelo Conselho de Administração. Em caso de vaga no cargo de Diretor-Presidente, competirá ao Presidente do Conselho de Administração – ou, no impedimento deste, ao Diretor Financeiro, exercer as funções até a eleição do substituto.

Parágrafo 1º - O Diretor Presidente, nos seus impedimentos temporários, será substituído por outro diretor a ser designado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Em caso de ausência ou impedimento temporário, os demais Diretores serão substituídos por outro Diretor da Companhia, indicado pelo Diretor Presidente.

Artigo 23 - Sem prejuízo das demais atribuições específicas estabelecidas no artigo 19, parágrafo único, compete à Diretoria:

I) Praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;

II) Submeter à aprovação do Conselho de Administração as Políticas e Estratégias da Companhia;

III) Submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta de aumento de capital e de reforma do Estatuto Social;

IV) Recomendar ao Conselho de Administração

(i) a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

(ii) a constituição de qualquer espécie de garantia que não envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia , e a constituição de qualquer espécie de garantia que envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); e

iii) a celebração de contratos, pela Companhia, com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a ele coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a
R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e

V) Submeter à aprovação do Conselho de Administração o plano qüinqüenal, bem como suas revisões anuais e o orçamento anual.

Artigo 24 - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único – As decisões da Diretoria tomar-se-ão por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 25 - Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem Terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia, deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados

(i) por 2 (dois) Diretores;

(ii) por um único Diretor, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração;

(iii) por um Diretor em conjunto com um procurador ou (iv) por dois procuradores.

Parágrafo 1º - As procurações outorgadas pela Companhia deverão

(i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores, um dos quais obrigatoriamente o Diretor Presidente;

(ii) especificar expressamente os poderes conferidos; e

(iii) conter prazo de validade limitado a no máximo 1 (um) ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção das procurações "ad judicia", que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado.

Parágrafo 2º - Ressalvado o disposto neste Estatuto, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou procurador

(i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores,

(ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros,

(iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias,

(iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia e

(v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

Parágrafo 3º - É vedado aos Diretores e procuradores praticar atos estranhos ao objeto social, bem como prestar garantias e/ou assumir obrigações em benefício ou em favor de terceiros sem o prévio e expresso consentimento do Conselho de Administração, sendo ineficazes em relação à Companhia os atos praticados em violação ao estabelecido neste dispositivo.

Artigo 26 – Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 27 – O Diretor Presidente poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam e a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo Diretor-Presidente.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 28 - O Conselho Fiscal poderá ser instalado pela Assembléia Geral, obedecidas as disposições legais, e compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros e respectivos suplentes.

Parágrafo 1º - Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo 2º - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas em lei.

Capítulo IV

Do Exercício Social

Artigo 29 – O exercício social terminará a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, que serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, submetidas à Assembléia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

Parágrafo Único - O lucro liquido do exercicio Terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;

b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto nos artigos 30 e 32 deste Estatuto;

c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado a formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

Artigo 30 – A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76 e, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 7º deste Estatuto Social.

Artigo 31 - Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembléia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; o valor do dividendo antecipado será compensado, com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembléia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente.

Artigo 32 – A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 2º – O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do §7º do artigo 9º da Lei nº 9.242/95 e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 33 - Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 34 - Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembléia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e á Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do § 1º do artigo 152 da Lei nº 6.404/76, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

Artigo 35 - Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

Capítulo V

Da Dissolução

Artigo 36 - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo ao Conselho de Administração determinar o modo de liquidação e nomear o liqüidante.

Capítulo VI

Disposições Especificas do Edital AS/F/833/97 e Contrato de Concessão firmado com o Ministério das Minas e Energia, e Agência Nacional de Energia Elétrica

Artigo 37 - Deverão ser submetidas previamente à Agência Nacional de Energia Elétrica quaisquer alterações no controle, inclusive por transferência, cessão ou de qualquer forma alienação, direta ou indireta, gratuita ou onerosamente, das ações da Companhia adquiridas no âmbito do Edital AS/F/833/97, bem como quaisquer alterações do presente Estatuto que impliquem a transferência de ações ou a mudança do controle acionário da Companhia, na forma do referido Edital e dos contratos de concessão para geração e distribuição de energia elétrica firmados com a União Federal.

Parágrafo Único – Na hipótese de transferência, integral ou parcial, de ações que fazem parte do controle acionário, o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) deverá(ão) assinar termo de anuência e submissão às cláusulas dos contratos de concessão para geração e distribuição de energia elétrica, nos termos do Edital AS/F/833/97, bem como às normas legais e regulamentares das concessões.

Artigo 38 – O capital da Companhia será mantido aberto e a sede da Companhia deverá ser mantida dentro da área de concessão durante o prazo da concessão para distribuição de energia elétrica, nos termos do Edital AS/F/;833/97.

Artigo 39 – Os acionistas controladores da Companhia, nos termos do disposto na Cláusula 4ª do Contrato de Compra e Venda de Ações assinado em 12 de novembro de 1997 relativo às ações de controle e de emissão da Companhia, estarão obrigados a informar à Secretaria do Planejamento ou, em caso de inexistência, à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, mediante comunicação escrita entregue no prazo de 30 (trinta) dias a contar do evento, qualquer alienação, a qualquer título, das ações objeto de aludido Contrato de Compra e Venda de Ações, indicando, em cada caso, o nome e qualificação completa do adquirente e a quantidade de ações alienadas.

Artigo 40 – Sem prejuízo do disposto neste capítulo, os acionistas da Companhia, em especial aqueles controladores da Companhia, deverão observar o disposto no Edital AS/F/833/97, em especial as regras do item 4.3 de aludido Edital.

Capítulo VII

Disposições Finais

Artigo 41 – Os valores monetários referidos nos artigos 18 e 23 deste Estatuto são corrigidos, no início de cada exercício social, com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ocorrida no exercício anterior; e, na falta deste, por outro índice publicado pela mesma Fundação que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

- Escritura de Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP PROTOCOLO
0.510.180/09-7

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

JUCESP

30609

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

ENTRE

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

CPFL ENERGIA S.A.

e

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

18 DE JUNHO DE 2009

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

22 JUN 2009 1061586

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.

Pelo presente instrumento, de um lado

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, sociedade por ações com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, à Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, Km 2,5 - parte, Jardim Santana, CEP 13088-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.050.196/0001-88, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Paulista", "Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Avenida Getúlio Vargas, 1300 – 18º andar, Bairro Funcionários, CEP 30112-021, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.090.873/0001.90, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"),

e, como interveniente,

CPFL ENERGIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Energia" ou "Garantidora"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de maio de 2009 ("RCA"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

RUA DOA VISTA
Nº 314 - 28 ANDAR
22 JUN 2009 1061586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos
JUCESP

CLÁUSULA II
REQUISITOS

A 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, para distribuição pública pela Emissora (respectivamente "Emissão" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") na forma da Lei no 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O registro da Oferta será requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), sendo a oferta previamente submetida à análise da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") e da CVM, por meio do convênio firmado entre a CVM e a ANBID.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas de Reuniões do Conselho de Administração

A ata da RCA de 29 de maio de 2009, que deliberou a Emissão, foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 04 de junho de 2009, sob o nº 195.307/09-4, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 30 de maio de 2009; e no (ii) Correio Popular de Campinas, em 1º de junho de 2009. A Remuneração a ser fixada em Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada em Reunião do Conselho de Administração, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas, posteriormente, antes da concessão do Registro da Oferta, perante a CVM, conforme o item 4.2.7 abaixo desta Escritura (em conjunto as "RCAs").

2.3. Inscrição da Escritura na JUCESP

Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR
22 JUN 2009 1061586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

2.4. Registro da Fiança da Garantidora

Em virtude da fiança a que se refere o item 3.9 da Cláusula III abaixo, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de São Paulo e Belo Horizonte, Estado de São Paulo e Estado de Minas Gerais, respectivamente, em até 10 dias úteis a contar da data de assinatura desta Escritura. Após tais registros a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será submetida a análise prévia da ANBID, e a Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 471, do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID").

2.6. Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário: (i) no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e no Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia das Debêntures, a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures.

CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social: (i) a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) a comercialização de energia elétrica; (iii) participação individual ou consorciadamente, em empreendimentos que visem a outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive na exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora; e (iv) participação no capital de outras sociedades.

22 JUN 2009 1081586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 4ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("HSBC") e do Banco UBS Pactual S.A. ("UBS Pactual" e, em conjunto com o HSBC, "Coordenadores"). Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, incluindo, mas não se limitando a pessoas físicas, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, conforme definidas no Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Companhia Paulista de Força e Luz celebrado pela Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.5.2 A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início ("Anúncio de Início") e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo ("Prospecto Definitivo"), nos termos da Instrução CVM 400.

3.5.3 Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures, sob o regime de garantia firme, válida até o dia 24 de agosto de 2009 ("Prazo de Distribuição").

RUA BOA VISTA Nº 314 - 25 ANDAR
22 JUN 2009 1061586

Registro, Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

3.5.4 Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures e da respectiva taxa de Remuneração.

3.5.5 O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

3.6. Limite da Emissão

3.6.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que as Debêntures são da espécie subordinada.

3.7. Banco Mandatário e Escriturador

3.7.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Banco Escriturador").

3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão de Debêntures são destinados obrigatoriamente para o resgate das notas promissórias comerciais da 1ª Emissão da Emissora, registradas perante a CVM em 20 de abril de 2009.

3.9. Garantia Fidejussória

3.9.1 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, nos termos descritos a seguir.

3.9.2 A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 22 ANDAR
22 JUN 2009 1061586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

3.9.3 O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

3.9.4 A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.9.5 A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item 3.9.

3.9.6 A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

3.9.7 A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

3.9.8 A fiança de que trata este item foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, conforme prevê o artigo 18, alínea (u) do seu Estatuto Social, realizada em 27 de maio de 2009 cuja ata será arquivada na JUCESP e foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico em 30 de maio de 2009 e 1º de junho de 2009, respectivamente.

3.9.9 A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

22 JUN 09 1061586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

3.9.10 A garantia fidejussória concedida à emissão de debêntures foi feita com base nas informações financeiras da Emissora e da Garantidora contempladas no Prospecto Preliminar ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo (em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos") divulgados ao mercado.

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 1º de julho de 2009 ("Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie subordinada.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 1º de julho 2011 ("Data de Vencimento"). Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido em 4.1.5. desta Escritura), acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.5.1 *Atualização*: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 175.000 (cento e setenta e cinco mil) Debêntures, totalizando R$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

4.2. Remuneração

4.2.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre

RUA DOZ VISTA
Nº 314 - 23 ANDAR
22 JUN 2009 1061586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes a um percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, a ser definido em Procedimento de *Bookbulding* (conforme abaixo definido), observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro *rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada período de capitalização, conforme definido no item 4.2.2 abaixo.

4.2.2 **Fórmula de Cálculo da Remuneração.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da Debênture informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arrendamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n}\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n.

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

p – percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

RUA DOA ANTA
Nº 314 - 2º ANDAR
22 JUN 2009 1061586

Registro Nº
999001
2º Registro de Títulos e Documentos

TDI_k - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.3 Se, a qualquer tempo durante a vigência da Debênture, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.2.4 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula 10.1 desta

RUA BOA VISTA
Nº 274 - 2º ANDAR
22 JUN 2005 1061586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

Escritura), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

4.2.5 Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2. desta Escritura, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.2.6 A Remuneração será definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI ("Procedimento de *Bookbuilding*").

4.2.7 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo; (b) Correio Popular de Campinas; e (c) Valor Econômico (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

4.3. Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2010 e os pagamentos subsequentes no dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano e o último pagamento na Data de Vencimento.

4.4. Amortização

As Debêntures serão amortizadas em duas parcelas, sendo que a primeira amortização ocorrerá em 1º de julho de 2010 e corresponderá a um pagamento equivalente a 37,14% (trinta e sete inteiros e quatorze centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, e a segunda amortização ocorrerá na Data de Vencimento, e corresponderá ao saldo devedor das Debêntures em circulação à época.

RUA DOA VISTA
Nº 314 - 23 ANDAR
22 JUN 2009 1061586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas na BOVESPAFIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

4.6. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subseqüente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

RUA BOA VISTA
Nº 274 - 2º ANDAR
22 JUN 2009 1061586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional;

4.10. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas. Não obstante, todas as publicações, exceto atos societários, que tiverem relação com a Emissora ou envolvam interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; (ii) Correio Popular de Campinas; e (iii) jornal Valor Econômico, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (http://www.cpfl.com.br). Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na *internet*, no endereço acima referido.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA, será emitido, pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.14. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

22 JUN 2009 10615 86

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V
ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de São Paulo e Belo Horizonte, Estado de São Paulo e Estado de Minas Gerais, respectivamente, e enviados à CVM.

CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado

Não haverá resgate antecipado facultativo.

6.2. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

22 JUN 2009 1061586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

JUCESP

CLÁUSULA VII
VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nos itens 7.1.1 a 7.1.5 abaixo, os titulares das Debêntures terão o direito de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e de exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses:

(a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Emissora que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) for/forem cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;

(b) pedido por parte da Emissora e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Emissora e/ou a Garantidora formular pedido de autofalência;

(c) alteração do atual controle da Emissora ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora ou da Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas: Camargo Corrêa Energia S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da CPFL Energia S.A. e da Emissora;

(d) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora;

(e) não pagamento, pela Emissora ou pela Garantidora, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento respectiva;

RUA BOA VISTA
Nº 314-25 ANDAR
22 JUN 2005 10615586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

JUCESP

(f) deliberação de redução de capital social da Emissora e/ou da Garantidora por seus respectivos acionistas, após a data do registro da Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;

(h) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;

(i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Emissora e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos;

(j) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais), ressalvada a hipótese de a Emissora e/ou Garantidora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;

(k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;

(l) transformação da Emissora em sociedade limitada;

(m) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Emissora é titular nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica n.º 14/97, celebrado pela Emissora e pela União Federal em 20 de novembro de 1997, desde que tal perda ou cassação não seja revertida no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua verificação;

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
22 JUN 2009 1061586
SECRETARIA DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

(n) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Emissora de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário; e

(o) não observância pela Emissora por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não-consolidadas (controladora) da Emissora dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

(i) relação entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA da Emissora menor ou igual a 3,0 (três inteiros) vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" o endividamento oneroso total, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Emissora. Estão incluídas neste cálculo as posições líquidas de derivativos. Está excluída deste cálculo confissão de dívida junto à entidade de previdência privada, e considera-se como "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) da Emissora, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre; e

(ii) relação entre EBITDA da Emissora e Resultado Financeiro da Emissora maior ou igual a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos)vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro" da Emissora, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, não será considerado para cálculo. Estão excluídos deste cálculo os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à entidade de previdência privada, bem como variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa, e por fim as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Emissora, mas apenas registro contábil.

7.1.1 Os valores mencionados nas alíneas do item 7.1, (a), (j) e (k) acima não serão reajustados ou corrigidos.

22 JUN 2009 1061586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

7.1.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (d), (e), (i), (l) e (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo devedor, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação, nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (f), (g), (h), (j), (k), (n) e (o) do item 7.1. acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembléia dos titulares das Debêntures, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado das Debêntures. A Assembléia dos titulares das Debêntures a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

7.1.3 Na Assembléia mencionada no item 7.1.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula Décima desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

7.1.4 Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia dos titulares das Debêntures mencionada no item 7.1.2 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.1.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

7.1.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula Décima Segunda desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.7. acima.

RUA EDA VISTA
Nº 314 - Zº ANDAR
22 JUN 2009 1061586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

CLÁUSULA VIII
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) após 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis no site da CVM, (ii) Demonstração Financeiras completas da Garantidora relativas ao exercício social então encerrado para fins de acompanhamento da garantia fidejussória, caso não estejam disponíveis no site da CVM;

(ii) após 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, (a) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, caso não estejam disponíveis no site da CVM; e (b) outras informações financeiras que sejam necessárias para os cálculos a que se refere o item 7.1. (o) desta Escritura;

(iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 202, de 06 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM 202"), nos prazos ali previstos, caso não estejam disponíveis no site da CVM;

(iv) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;

(v) confirmar, por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que esta adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura; e

(vi) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula Sétima acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;

(b) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

RUA BOA VISTA Nº 314 - 25 ANDAR
22 JUN 2009 1061586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

(c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(d) convocar, nos termos do Cláusula Décima desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;

(e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia e/ou pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA;

(f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;

(g) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 202;

(h) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;

(i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;

(j) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de de atuação da Emissora;

(k) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura;

(l) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.8 acima;

(m) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

JUCESP

(n) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

(o) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

(p) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;

(q) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);

(r) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de *rating* que divulguem relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures;

(s) encaminhar a súmula que trata a alínea "r" acima para o Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação;

(t) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.8 acima;

(u) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

RUA BOA VISTA
Nº 274 - 2º ANDAR
22 JUN 2009 1061586
REGISTRO EM MICROFILME Nº
1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

JUCESP
30 06 09

CLÁUSULA IX
AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, **Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

(a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;

(f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

(h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

RUA BOA [illegible]
Nº 314-[illegible]
22 JUN 2009 1061586

Registro. Nº
999001
2º Registro de Títulos e Documentos

(i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;

(j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(k) que verificou a existência da garantia fidejussória prestada pela Garantidora nos termos da Cláusula 3.9 acima, tendo analisado os documentos necessários para sua validade e eficácia;

(l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e

(m) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.6 da presente Escritura.

9.3. Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação

22 JUN 2005 1061586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e

22 JUN 2009 1061586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;

(j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

22 JUN 2005 1061586

Registro. nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos
JUCESP

1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

1.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;

1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

1.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

1.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1;

1.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

1.10) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.

(m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

m.4) na BM&FBOVESPA e na CETIP; e

m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.

(n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12., anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";

RUA [illegible] Nº 314
22 JUN 2009 1061586

26

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Escriturador, à Central Depositária da BM&FBOVESPA e à CETIP;

(p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2°, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;

(q) verificar a regularidade da constituição da garantia prestada pela Garantidora, nos termos da Cláusula 3.9 acima, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e

(s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

s.1) à CVM; e

s.2) à BM&FBOVESPA, à Central Depositária da BM&FBOVESPA e à CETIP;

(t) calcular trimestralmente os índices financeiros previstos na Cláusula 7.1(o) acima e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros; e

(u) encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) de riscos das Debêntures objeto da atualização, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de seu recebimento.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
22 JUN 2005 1061586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

(a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1. se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma: 2 (duas) parcelas semestrais de R$9.000,00(nove mil reais) sendo a primeira 20 (vinte) dias após a assinatura das escrituras das debêntures e as demais após 6 (seis) meses. As referidas parcelas serão atualizadas anualmente de acordo com o Índice Geral de Preços de Mercado IGPM, divulgado pela FGV ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, e serão acrescidas dos seguintes impostos, ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza- base Sede do Agente Fiduciário, Belo Horizonte –MG, que corresponde ao valor de 2%(dois por cento), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda.

9.7. Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze)

RUA DOM VIÇOSA
Nº 314-23 ANDAR
22 JUN 2005 1061586

Registro: Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RUA QUINTINO BOCAIUVA
12 JUN 2012
1061586

Registro: Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos
JUCESP

CLÁUSULA X
ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1 A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As Assembléias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembléia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1 A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta

12 JUN 2006
1061586

Registro. Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1 Nas deliberações das assembléias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.3.2 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima:

I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e

II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação (a) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.1 acima; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; e (c) da espécie das Debêntures.

10.3.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subseqüente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA XI
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

RUA JOÃO NEIVA
Nº 314 - 2º ANDAR
22 JUN 2005 1061586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

(a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exeqüíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

(d) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

(e) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(f) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(g) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou à Garantidora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado;

(h) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere à garantia

RUA DOA Y SIA
22 JUN 2009 1061586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

prestada pela Garantidora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora e da Garantidora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua e da Garantidora em prejuízo dos investidores das Debêntures;

(k) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras.

(l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e

(n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

11.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(b) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Garantidora, exeqüível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(c) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(d) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
22 JUN 2009 1061586
REGISTRO EM MICROFILME Nº
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

obrigações nos termos da presente Escritura e da Fiança, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura na JUCESP, nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;

(e) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

(f) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Garantidora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Garantidora.

(g) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;

(h) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(i) as informações sobre a Garantidora constantes dos Prospectos são suficientes para o conhecimento sobre os negócios da Garantidora, sua situação financeira e dos riscos inerentes ao seu objeto social, entre outras

22 JUN 2009
1061586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

informações relevantes à tomada de decisões dos investidores, na extensão exigida pela legislação aplicável; e

(j) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas.

CLÁUSULA XII
DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, Km 2,5 – parte - Jardim Santana
13088-900 - Campinas – São Paulo
At.: Sr. José Antonio de Almeida Filippo
Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (19) 3756-8704
Fac-símile: (19) 3756-8777
E-mail: jfilippo@cpfl.com.br

Para o Agente Fiduciário:
APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Avenida Getúlio Vargas, 1300 – 18º andar – Bairro Funcionários
30112-021 – Belo Horizonte – MG
At.: Sr. Fernando Resende
Telefone: (31) 3269-8100
Fac-símile: (31) 3269-8100
E-mail: fernando resende@aportcbhdtvm.com.br

Para o Banco Mandatário:
Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
06029-900 – Osasco – SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Tel.: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

22 JUN 2009 1061586

Registro Nº
990001
2º Registro de Títulos e Documentos

JUCESP
30 06 09

Para a CETIP
Rua Líbero Badaró, 425/24º andar
São Paulo, SP - CEP 01009-000
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564

Para a BM&FBOVESPA
Rua XV de Novembro, 275.
São Paulo - SP
CEP 01013-001
Tel.: (11) 3233-2222
Fax: (11) 3233-2061

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

22 JUN 2009 1061586

Registro Nº 990001
2º Registro de Títulos e Documentos

12.5. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 18 de junho de 2009

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Nome: Paulo Cezar C. Tavares
Cargo: Diretor de Gestão de Energia

Nome: JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Cargo: Diretor Administrativo
RG 05.884.247-7
CPF: 730.497.887-87

22 JUN 2009 1061586

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: FERNANDO DE FARIA RESENDE
Cargo: DIRETOR

Nome:
Cargo:

CPFL ENERGIA S.A.

Nome: PAULO CEZAR C. TAVARES
Cargo: Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia

Nome: JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Cargo: Diretor Vice Presidente Administrativo
RG 05.884.247-7
CPF: 730.497.887-87

Testemunhas:

Nome: BRUNO M. SIMÕES TEIXEIRA
CPF: 306.744.961-04

Nome: José Moreira Batista
RG: 44.537.508-7 - SSP/SP
CPF: 311.029.798-13

Selo de Fiscalização BXJ 62941

Nome:
CPF:

2º RTD - 2º Of. de Registro de Títulos e Documentos
Rua Guaiajaras, 197 - (31) 3224-1788 - BH - MG CEP 30180-100
2º RTD – BH - Sinônimo de Eficiência e Qualidade
Visite nosso site: www.2rtdbh.com.br

Apresentado hoje, protocolado, registrado, microfilmado e digitalizado sob nº 990001

Belo Horizonte, 19 de Junho de 2009

EMOLUMENTOS	761,84
IPESG	45,58
TX FISCAL	233,93
TOTAL	1.051,35

GETULIO SÉRGIO DO AMARAL - OFICIAL | ROMILDE G. M. DO AMARAL - SUBSTITUTA
RENATO G. DO AMARAL - SUBST | SIMONE A. MONTEIRO - SUBST | HUMBERTO G. DO AMARAL - SUBST

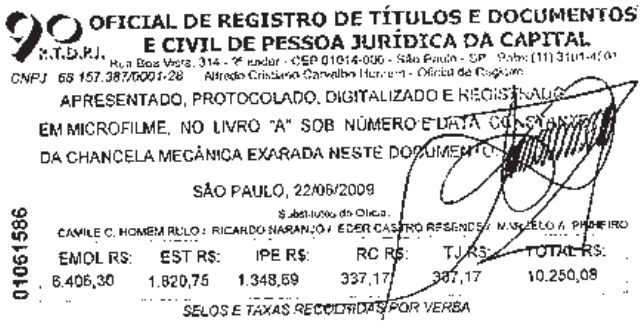
2º RTD - 2º Of. de Registro de Títulos e Documentos
Rua Guaiajaras, 197 - (31) 3224-1788 - Belo Horizonte - MG
2º RTD – BH - Sinônimo de Eficiência e Qualidade
Visite nosso site: www.2rtdbh.com.br

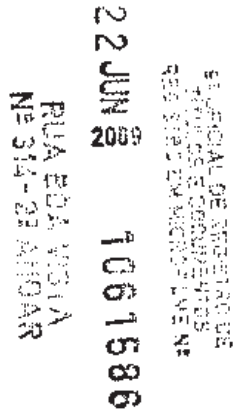
CERTIDÃO

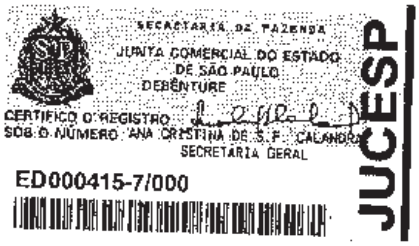
Certifico que o presente documento foi registrado neste 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, protocolado, microfilmado e digitalizado sob nº: 990001
O referido é verdade. Dou Fé.
Belo Horizonte: 19 de Junho de 2009

GETULIO SÉRGIO DO AMARAL - OFICIAL | ROMILDE G. M. DO AMARAL - SUBSTITUTA
RENATO G. DO AMARAL - SUBST | SIMONE A. MONTEIRO - SUBST | HUMBERTO G. DO AMARAL - SUBST

37







OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL

R.T.D.P.J.

Rua Boa Vista, 314 - 2º andar - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3101-4101

CNPJ 68.157.387/0001-28 Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial de Registro

APRESENTADO, PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONSTANTE DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO.

SÃO PAULO, 22/06/2009

Substituto do Oficial

CAMILE C. HOMEM RULO / RICARDO NARANJO / EDER CASTRO RESENDE / MARCELO A. PINHEIRO

EMOL R$:	EST R$:	IPE R$:	RC R$:	TJ R$:	TOTAL R$:
6.406,30	1.820,75	1.348,69	337,17	337,17	10.250,08

SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR VERBA

01061586

22 JUN 2009

RUA BOA VISTA Nº 314 - 2º ANDAR

1061586

SECRETARIA DA FAZENDA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEBÊNTURE

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO ANA CRISTINA DE S. F. CALANDRA

SECRETARIA GERAL

ED000415-7/000

JUCESP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 1º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Registro. Nº
AV. 992823
2º Registro de Títulos e Documentos

JUCESP PROTOCOLO
0.553.083/09-0

JUCESP

1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

ENTRE

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

CPFL ENERGIA S.A.

E

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

13 JUL 2009
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
1063004

Selo de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
AKI 78361

02 DE JULHO DE 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Registro. Nº
AV. 992823
2º Registro de Títulos e Documentos

1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

09 07 09

Pelo presente instrumento particular,

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, sociedade por ações com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, à Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, Km 2,5 - parte, Jardim Santana, CEP 13088-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.050.196/0001-88, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Paulista", "Emissora" ou "Companhia");

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Avenida Getúlio Vargas, 1300 – 18º andar, Bairro Funcionários, CEP 30112-021, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.090.873/0001.90, neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);

e, como interveniente,

CPFL ENERGIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Energia" ou "Garantidora").

CONSIDERANDO QUE, a Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 29 de maio de 2009 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o n.º 195.274/09-0 deliberou sobre a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, para distribuição pública Emissora ("RCA");

CONSIDERANDO QUE, em 18 de junho de 2009, a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz", a qual foi registrada perante da JUCESP, em 30 de junho de 2009, sob o n.º ED000415-7/000 ("Escritura")

as Partes vêm, por este aditamento ("Aditamento") aditar a Escritura, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.

Selo de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
AKI 78362

13 JUL 2009 1063004

Registro. Nº
AV. 992823
2º Registro de Títulos e Documentos

2. Alterar o item 2.2 da Escritura, de modo a contemplar o número de registro correto da RCA, passando este a vigorar com a seguinte redação:

*"2.2. **Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas de Reuniões do Conselho de Administração***

A ata da RCA de 29 de maio de 2009, que deliberou a Emissão, foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 04 de junho de 2009, sob o nº 195.274/09-0, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 30 de maio de 2009; e no (ii) Correio Popular de Campinas, em 1º de junho de 2009. A Remuneração será fixada em Procedimento de Bookbuilding e ratificada em Reunião do Conselho de Administração, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas (em conjunto as "RCAs")."

3. Alterar o item 2.5 de modo que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"2.5. **Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento***

A Emissão das Debêntures será submetida a análise prévia da ANBID, e a Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 471 e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID")."

4. Alterar o subitem 4.2.4 de modo que passa a vigorar com a seguinte redação:

4.2.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

5. Alterar o subitem 10.3.2 de modo que seu inciso "II" passa a vigorar com a seguinte redação:

II- as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação (a) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.5. acima; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; e (c) da espécie das Debêntures.

6. Todos os demais termos e condições da Escritura, não alterados expressamente por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

7. O presente Aditamento será registrado na JUCESP, onde foi registrada a Escritura,

Registro de Títulos e Documentos 2º
Selo de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
AKI 78363

13 JUL 2009 1063004

Registro. Nº
AV. 99.282'3
2º Registro de Títulos e Documentos

de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

8. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 02 de julho de 2009.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Nome: JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO
Cargo: Diretor Financeiro

Nome: JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Cargo: Diretor Administrativo
RG 05.864.247-7
CPF: 730.497.867-87

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: FERNANDO DE FARIA RESENDE
Cargo: DIRETOR

Nome:
Cargo:

CPFL ENERGIA S.A.

Nome: JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO
Cargo: Diretor Vice-Presidente Financeiro

Nome: JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Cargo: Diretor Vice Presidente Administrativo
RG 05.864.247-7
CPF: 730.497.867-87

Registro de Títulos e Documentos 2º R
Selo de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
AKI 78364

Testemunhas:

Nome: Mariane C. Kondo
Cargo:

Nome: Andrea Radi Beltrinas
Cargo:

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO ANA CRISTINA DE S.F. GALANDO
SECRETÁRIA GERAL
ED000415-7/001
JUCESP

RUA BOA VISTA Nº 314 - 2º ANDAR
13 JUL 2009 1063004

CPFL MATRIZ

Registro. Nº

AV. 992823

2º Registro de Títulos e Documentos

Selo de Fiscalização

BXJ 73647

BXJ 73646

2º RTD - 2º Of. de Registro de Títulos e Documentos
Rua Guajajaras, 197 - (31) 3224-1788 - BH - MG CEP 30180-100
2º RTD - BH - Sinônimo de Eficiência e Qualidade
Visite nossa site: www.rtdbh.com.br

Apresentado hoje, protocolado, registrado, microfilmado e digitalizado sob nº 992823

EMOLUMENTOS	32,13
PROC.	1,87
RX FISCAL	10,45
TOTAL	44,45

Belo Horizonte, 17 de Julho de 2009

AV. ao microf. nº 990001

( ) GETÚLIO SÉRGIO DO AMARAL - OFICIAL ( ) RONISE Q. M. DO AMARAL - OF. SUBSTITUTA
( ) ALVANA G. DO AMARAL - SUBST. ( ) DIS MONYA MONTEIRO - SUBST. ( ) HUMBERTO G. DO AMARAL - SUBST.

2ª RTD - BH
2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente averbação de número **992.823**, foi averbado ao(s) registro(s) de número(s) **990.001**. O referido é verdade. Dou fé. Belo Horizonte, 17 de julho de 2009.

Simony Andréia Monteiro

13 JUL 2009

RUA BOA VISTA Nº 314 - 2º ANDAR

9º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº 1063004

9º R.T.D.R.J.
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL
Rua Boa Vista, 314 - 2º Andar - CEP 01014-000 - São Paulo - BH - Rio (31) 3101-4500
CNPJ 66.157.387/0001-28 Valdeu Cristiano Carvalho Moreira - Ofício de Registro

APRESENTADO PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONSTANTE DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO AVERBADO A MARGEM DO REGISTRO Nº 1061565

SÃO PAULO, 13/07/2009

Substitutos do Oficial
CAMILE C. HOMEM RUTO / RICARDO NARANJO / EDER CASTRO RESTINO / MARCELO A. PINHEIRO

EMOL R$	EST R$	IPE R$	RC R$	TJ R$	TOTAL R$
35,47	10,12	7,45	1,86	1,85	56,76

SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR VERBA

01063004

- 2º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

ENTRE

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

CPFL ENERGIA S.A.

E

APORTE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.

14 DE JULHO DE 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Pelo presente instrumento particular,

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, sociedade por ações com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, à Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, Km 2,5 - parte, Jardim Santana, CEP 13088-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.196/0001-88, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Paulista", "Emissora" ou "Companhia");

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Avenida Getúlio Vargas, 1300 – 18º andar, Bairro Funcionários, CEP 30112-021, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.090.873/0001-90, neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente),

e, como interveniente,

CPFL ENERGIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Energia" ou "Garantidora").

CONSIDERANDO QUE, a Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 29 de maio de 2009 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o nº 195.274/09-0 deliberou sobre a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, para distribuição pública Emissora ("RCA");

CONSIDERANDO QUE, em 15 de junho de 2009, a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz" ("Escritura"), devidamente registrado na JUCESP em 30 de junho de 2009, sob o nº ED000415-9/000;

CONSIDERANDO QUE, em 02 de julho de 2009, a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora celebraram o "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz" ("1º Aditamento"), devidamente registrado na JUCESP em 08 de julho de 2009, sob o nº ED000415-9/001;

CONSIDERANDO QUE, conforme previsto na Escritura e, após realização do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 14 de julho de 2009 ("RCA de 14 de julho de 2009"), ratificou a remuneração das Debêntures, cuja ata encontra-se em fase de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será subsequentemente publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e no (ii) Correio Popular de Campinas,

as Partes vêm, por este 2º Aditamento aditar a Escritura, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, serão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.

2. Alterar o item 2.2 da Escritura, de modo a contemplar a aprovação da taxa de Remuneração das Debêntures definida em Procedimento de *Bookbuilding* e ratificada pela RCA de 14 de julho de 2009, passando este a vigorar com a seguinte redação:

> "2.2. *Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas de Reuniões do Conselho de Administração*
>
> *A ata da RCA de 29 de maio de 2009, que deliberou a Emissão, foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 04 de junho de 2009 sob o nº 193.274/09-0, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 30 de maio de 2009; e no (ii) Correio Popular de Campinas, em 1º de junho de 2009. A Remuneração foi fixada em Procedimento de Bookbuilding e ratificada em Reunião do Conselho de Administração, cuja ata foi encaminhada para arquivamento na JUCESP e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas, em 16 de julho de 2009 (em conjunto as "RCAs")."*

3. Alterar o item 3.5 de modo que o subitem 3.5.4 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

> *"3.5.4. Foi adotado o Procedimento de Bookbuilding, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures e da respectiva taxa de Remuneração."*

4. Alterar o item 4.2, passando os subitens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.6 e 4.2.7 da Escritura a vigorar com as seguintes redações:

> *"4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada das*

taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, definido em Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada período de capitalização, conforme definido no item 4.2.2 abaixo."

"4.2.3. Fórmula de Cálculo da Remuneração. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos ao final do Período de Capitalização.

VNe = Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal do Debênture informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ DI = \prod_{k=1}^{n} \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$$

onde:

k = Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n.

n = Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, equivalente a 110,50 (cento e dez inteiros e trinta centésimos).

TDIk = Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI$_k$ = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1+TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1+TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento."

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade."

"4.3.6. A Remuneração foi definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI ("Procedimento de Bookbuilding")"

4.3.7. O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (b) Correio Popular de Campinas; e (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400."

5. Todos os demais termos e condições da Escritura, não alterados expressamente por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

6. O presente Aditamento será registrado na JUCESP, onde foi registrada a Escritura, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

7. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Página de assinaturas do 2º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz, celebrado em 14 de julho de 2009, entre a Companhia Paulista de Força e Luz, Apoio Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e CPFL Energia S.A.)

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Escritura, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 14 de julho de 2009.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

APOIO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

CPFL ENERGIA S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
Cargo:
CPF:

Nome:
Cargo:
CPF:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Súmula de *Rating*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

STANDARD &POOR'S BRASIL

Data de Publicação: 4 de junho de 2009

Comunicado à Imprensa

Standard & Poor's atribui rating 'brAA+' à emissão de debêntures da RGE e 'brAA' às emissões de debêntures da CPFL Paulista e CPFL Geração

Analistas: Marcelo Costa, São Paulo (55) 11-3039-9731, marcelo_costa@standardandpoors.com; Juliana Gallo, São Paulo (55) 11-3039-9728, juliana_gallo@standardandpoors.com

São Paulo (Standard & Poor's), 4 de junho de 2009 – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje na Escala Nacional Brasil o rating 'brAA+' à 4ª emissão de debêntures da espécie quirografária no valor de R$ 185 milhões da **Rio Grande Energia S.A.** (RGE: brAA+/Estável/--). Também atribuímos os ratings 'brAA' à 4ª emissão de debêntures da espécie subordinada no montante de R$ 175 milhões da **Companhia Paulista de Força e Luz** (CPFL Paulista: brAA+/Estável) e à 2ª emissão de debêntures da espécie quirografária no montante de R$ 315 milhões da **CPFL Geração de Energia S.A.** (CPFL Geração: sem rating da S&P). Todas as emissões acima referidas contarão com a garantia fidejussória da empresa *holding* **CPFL Energia S.A.** (CPFL Energia: brAA+/Estável/--) para pagamento de principal e juros durante todo seu período de vigência.

As debêntures da RGE, CPFL Paulista e CPFL Geração (subsidiárias) serão emitidas sob o regime de garantia firme de colocação, em série única e serão simples, não conversíveis em ações e da forma nominativa e escriturais com prazo de dois anos (vencimento final em 2011). Os recursos das emissões serão destinados principalmente ao pré-pagamento de notas promissórias recém emitidas pelas subsidiárias e outros pagamentos de dívidas de curto prazo.

Diferentemente dos ratings atribuídos às emissões da CPFL Paulista e RGE, que se baseiam primariamente na qualidade de crédito das próprias empresas, o rating 'brAA' atribuído à emissão da CPFL Geração fundamenta-se totalmente na garantia corporativa oferecida pela CPFL Energia. Portanto, os ratings estão na mesma categoria de risco de crédito de dívidas emitidas por essa *holding*. Se houver qualquer modificação nos ratings da CPFL Energia, o rating das debêntures da CPFL Geração poderá seguir a mesma movimentação.

A CPFL Energia é uma *holding* não operacional que controla várias empresas do setor elétrico brasileiro, entre elas: oito distribuidoras de energia: CPFL Paulista, Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga: brAA+/Estável/--), RGE, Companhia Luz e Força Santa Cruz (CPFL Santa Cruz), CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista e Companhia Luz e Força de Mococa (CPFL Mococa), estas cinco últimas sem ratings da S&P; e também uma empresa de comercialização de energia: CPFL Brasil; bem como detém participação em diversos projetos de geração, principalmente por meio da CPFL Geração. O grupo CPFL Energia está presente nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia, sendo, portanto, integrado e com sinergias entre seus três segmentos. A área de distribuição de energia do grupo responde por aproximadamente 15% do volume total distribuído no País, atendendo cerca de 6,5 milhões de consumidores e forneceu 12.621 GWh no primeiro trimestre de 2009 (49.033 GWh no ano de 2008). As distribuidoras se localizam em regiões economicamente sólidas e, em geral, seus indicadores operacionais são acima da média nacional. A área de geração de energia possui atualmente uma potência instalada de quase 1.704MW e chegará a 2.202MW em 2010, quando serão concluídos três projetos de geração, ainda em fase de construção. A empresa de comercialização de energia aumenta a sinergia do grupo ao reter os clientes que se tornam consumidores livres, especialmente aqueles que deixam a base das distribuidoras do grupo.

A CPFL Geração é uma sociedade por ações de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária do serviço público. A empresa detém uma capacidade instalada própria de 154,6 MW, sendo 118,6 MW de 19 pequenas centrais hidrelétricas e 36 MW de uma usina termelétrica, todas localizadas no Estado de São Paulo. A concessão desses ativos se encerra em 2027 podendo ser prorrogada por um período adicional de 30 anos. A CPFL Geração possui ainda participação em outros seis ativos, levando a sua capacidade instalada total para 1.704MW.

Os fatores de sustentação dos ratings da CPFL Energia e de suas subsidiárias são a sinergia do grupo CPFL, resultante de sua atuação integrada no setor elétrico brasileiro nos segmentos de geração, distribuição e comercialização; a sólida e estável qualidade de crédito das empresas do grupo; o acesso favorável a linhas de crédito; e os indicadores de eficiência de suas distribuidoras que são superiores à média do mercado. Os fatores que contrapõem esses aspectos positivos são a estratégia de expansão da CPFL Energia; o seu alto nível de distribuição de dividendos; a exposição do grupo a dívidas financeiras denominadas em moeda estrangeira (cerca de 21% da dívida total no consolidado do grupo, porém cobertas por instrumentos de *swap*) e a exposição da CPFL e de suas subsidiárias ao ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, com um histórico de implementação e de condução das regulamentações relativamente recente (cinco anos), mas que vem apresentando estabilidade e evolução desde então.

Por ser uma *holding* não operacional, a qualidade creditícia da CPFL Energia se ampara na geração interna de caixa e nos dividendos advindos de suas subsidiárias operacionais, que totalizaram cerca de R$ 1,5 bilhão em 2008 e também em 2007 – principalmente as do segmento de distribuição, que respondem por quase 70% da geração operacional de caixa consolidada do grupo.

Os resultados financeiros do grupo continuam sólidos, impulsionados pela sua performance operacional e crescente demanda no consumo de energia elétrica nas áreas de concessão das distribuidoras nos primeiros três meses de 2009; pelo nível de arrecadação das empresas; e pelos seus indicadores operacionais adequados. Conforme nossas estimativas para o primeiro trimestre de 2009 houve uma redução no EBITDA consolidado do grupo em comparação ao mesmo período de 2008, decorrente do resultado negativo da revisão tarifária da CPFL Paulista. A combinação desse fator com o maior endividamento consolidado do grupo para financiar investimentos, levou a um enfraquecimento temporário no indicador de dívida bruta total sobre EBITDA para 2,9x (2,04x em março de 2008). A geração interna de caixa (*Funds From Operations* - FFO) manteve-se praticamente estável no primeiro trimestre de 2009 e as métricas financeiras medidas pelo FFO, combinadas ao maior endividamento consolidado do grupo, também tiveram um pequeno e temporário impacto em relação ao primeiro trimestre de 2008: FFO sobre juros em torno de 4,3x e FFO sobre endividamento de 26% (versus 4,5x e 29%, respectivamente em março de 2008). Para 2009, esperamos que o perfil financeiro das empresas e do grupo permaneça sólido e evolua de forma gradual, amparado também pelos reajustes tarifários médios de 21,22% e de 18,95% da CPFL Paulista e RGE, respectivamente, mesmo com a expectativa de um cenário econômico de menor crescimento no Brasil.

A estratégia de crescimento do grupo CPFL Energia visa tanto o desenvolvimento de novos projetos de geração, quanto a aquisição de empresas do setor elétrico. No entanto, ainda não sabemos o volume que será destinado às futuras aquisições. Portanto, um cenário de aquisições significativas que aumente bruscamente os índices de alavancagem e consequentemente leve à deterioração nos indicadores de proteção do fluxo de caixa do grupo não foi incorporado nos ratings.

A CPFL Energia é controlada pelos grupos VBC Energia S.A., que detém 27,85% de seu capital; pela 521 Participações S.A. (empresa que representa o fundo de pensão do Banco do Brasil, a Caixa de Previdência dos Funcionários - Previ) com 31,1% e a Bonaire Participações S.A. (12,65%), todas sem ratings da S&P.

Liquidez

Em bases consolidadas, o endividamento de curto prazo do grupo CPFL Energia somava R$ 1,6 bilhão em 31 de março de 2009. Desse montante, cerca de R$ 1,3 milhão foi contabilizado nos balanços das distribuidoras, dos quais R$ 410 milhões foram refinanciados com as notas promissórias de curto prazo emitidas em abril deste ano. Tais notas serão refinanciadas,

parcialmente, pelas novas emissões de debêntures aqui mencionadas, que totalizam R$ 360 milhões. Já o valor remanescente será amortizado com geração interna de caixa das distribuidoras. No final de março de 2009, a dívida de curto prazo do segmento de geração atingiu cerca de R$ 320 milhões, e parte desse montante também foi refinanciada com as notas promissórias emitidas em abril, no valor de R$ 85 milhões, valor este que será alongado com a emissão de debêntures da CPFL Geração de R$ 315 milhões e que também será utilizada para o refinanciamento de outras dívidas de curto prazo.

Importante ressaltar que além dos alongamentos de dívidas que o grupo CPFL vem promovendo, este possui outras flexibilidades para fazer frente às suas obrigações de curto prazo, tais como: as reservas de caixa de R$ 907 milhões em 31 de março de 2009 (cerca de R$ 150 milhões na área de geração e cerca de R$ 500 milhões na de distribuição), e uma geração de caixa livre de R$ 750 milhões esperada para 2009 (mesmo volume do ano fiscal de 2008).

Perspectiva

A perspectiva estável dos ratings de crédito corporativo da CPFL Energia e de suas subsidiárias reflete nossa expectativa de que o grupo continuará trabalhando no seu gerenciamento de passivos com o objetivo de prorrogar os prazos de vencimentos e reduzir custos. Além disso, esperamos também que o grupo continue apresentando indicadores financeiros sólidos. Para 2009, estimamos que a CPFL Energia possa registrar (em base consolidada) uma geração interna de caixa livre positiva, com índices de geração de fluxo de caixa operacional livre (FOCF) sobre dívida bruta acima de 10%, FFO sobre dívida bruta em torno de 30% e de cobertura de juros pelo FFO acima de 4x, e também um perfil de dívida com vencimentos mais suaves no horizonte de três a cinco anos.

A perspectiva poderá ser alterada para negativa caso haja um grande acúmulo de dívidas de curto prazo; ou alguma reversão de tendência na consolidação dos indicadores financeiros acima, provavelmente ocasionada por uma grande aquisição, estruturada de forma a adicionar mais risco e com elevado endividamento na sua execução; ou por riscos do setor elétrico que possam prejudicar a geração de caixa futura, principalmente a das distribuidoras de energia. Por outro lado, poderemos considerar uma perspectiva positiva caso o grupo de forma consolidada apresente um desempenho financeiro acima do esperado, tendo como premissa básica a continuidade da evolução regulatória.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Subsidiária da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.
A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

cpfl paulista

DECLARAÇÃO

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, sociedade anônima com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Campinas Mogi-Mirim, n.º 1755, Km 2,5, e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.050.196/0001-88 ("Companhia"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, no âmbito da emissão de até 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário, na data de emissão respectiva, de R$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o total de até R$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declara que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações da Oferta prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Ainda, a Companhia, neste ato, declara que o Prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto da Oferta foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 05 de junho de 2009.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S.A.

Nome: WILSON P. FERREIRA JR.
Cargo: Diretor – Presidente

Nome: JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO
Cargo: Diretor Financeiro

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

HSBC

DECLARAÇÃO

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.064, 2º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob n.º 58.229.246/0001-10, representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável por coordenar e proceder à distribuição pública de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures simples da 4ª emissão da **Companhia Paulista de Força Luz** ("Companhia"), todas da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais) (as "Debêntures"), perfazendo o total de até R$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) na data de emissão das debêntures, qual seja 01 de julho de 2009 ("Oferta"), vem, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar (a) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante a Oferta, assim como durante o prazo de distribuição pública das Debêntures, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que o Prospecto da Oferta ("Prospecto") (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 18 de junho de 2009.

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: **Vieri Ermanno Bracco**
Cargo: Diretor Executivo

Nome: **Sylvio Bittencourt Rocha Pinto Júnior**
Cargo: Diretor Executivo

VISTO JURÍDICO HSBC

MAT 018-6 - WB05/2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Emissora

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, km 2,5, parte, Campinas - SP

Coordenadores

Coordenador Líder

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar, São Paulo - SP

Coordenador
BANCO UBS PACTUAL S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, São Paulo - SP

Consultores Legais

MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447, São Paulo - SP

SOUZA, CESCON AVEDISSIAN, BARRIEU E FLESH ADVOGADOS
Rua Funchal, nº 418, 11º andar, São Paulo - SP

Auditores

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
Avenida Barão de Itapura, nº 950, 6º andar, Campinas - SP

Este Prospecto está disponível no Website:
www.luzpublicidade.com.br

LUZ PUBLICIDADE

(11) 3121-5555